

Karidja Kalliany Carlos de Freitas Moura
Organizadora

Educação e humanização do saber

A arte de tecer afetos



**FACULDADE
CATÓLICA**
DO RIO GRANDE DO NORTE

**II Congresso Nacional
de Ciência e Educação**



Karidja Kalliany Carlos de Freitas Moura
Organizadora

Educação e humanização do saber
A arte de tecer afetos

2021



**FACULDADE
CATÓLICA**
DO RIO GRANDE DO NORTE



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

Editora Chefe: Karidja Kalliany Carlos de Freitas Moura
Projeto Gráfico/ Designer: Antônio Laurindo de Holanda Paiva Filho
Diagramação: Luciana Fernandes Queiroz Amorim.
Publicação: Faculdade Católica do Rio Grande do Norte.

FCRN, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
Praça Dom João Costa, 511 - Bairro Santo Antônio.
Mossoró/RN | CEP 59.611-120
(84) 3318-7648
E-mail: extencao@catolicadorn.com.br
Site: www.catolicadorn.com.br

Editoração:
Ildete Pedreira se Souza Magno
Luciana Fernandes Queiroz Amorim
Marciana Bizerra de Morais

Catálogo da Publicação na Fonte
Associação Santa Teresinha de Mossoró
Biblioteca Dom Mariano Manzana

C749

Congresso Nacional de Ciência e Educação (2. : 2021 : Mossoró, RN).

Educação e humanização do saber: a arte de tecer afetos, Mossoró, RN, 20 a 24 de setembro de 2021. [recurso eletrônico] / Organizadora: Karidja Kalliany Carlos de Freitas Moura. – Mossoró, RN: FCRN, 2021.

Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF)

ISBN: 978-65-992159-1-9

1. Humanização - Evento 2. Pesquisa Científica – Evento. I. Moura, Karidja Kalliany Carlos de Freitas. II. Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. III. Título.

CDD: 370.114

Bibliotecária: Adriana de L. Teixeira CRB 15/0550

Os conteúdos e as opiniões externadas nesta obra são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Todos os direitos de publicação e divulgação em língua portuguesa estão reservados à FCRN - Faculdade Católica do Rio Grande do Norte e aos organizadores da obra.

II Congresso Nacional
de Ciência e Educação





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
A INFLUÊNCIA DO LÍDER NA CONSTRUÇÃO DOS RESULTADOS NAS ORGANIZAÇÕES	10
ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL DE MOSSORÓ-RN.....	40
ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA NA ABERTURA DE UMA EMPRESA NO PERÍODO DA PANDEMIA: estudo aplicado em uma empresa do ramo alimentício em um shopping center na cidade de Mossoró/RN	65
OS IMPACTOS CAUSADOS PELO ENSINO A DISTÂNCIA E O <i>HOME OFFICE</i> NO PROCESSO DE ADOECIMENTO LABORAL EM DOCENTES DE UMA FACULDADE PRIVADA DE MOSSORÓ.....	89
OS IMPACTOS DA TAXA CAMBIAL NA IMPORTAÇÃO DE INSUMOS TECNOLÓGICOS E NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DO BRASIL	121
PROCESSOS LICITATORIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: O PREGÃO ELETRÔNICO COMO FERRAMENTA DE CONTRATAÇÃO	149
PROTAGONISMO JOVEM E AS HABILIDADES DO FUTURO DO TRABALHO PARA O PROFISSIONAL DE ADMINISTRAÇÃO	174
A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE HOTELARIA HOSPITALAR NO CURSO DE HOTELARIA DO IFCE CAMPUS FORTALEZA.....	201
A IMPORTÂNCIA DO “FEEDBACK” NA FORMAÇÃO EM SAÚDE: FERRAMENTAS, POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES.....	217
A INTERDISCIPLINARIDADE E SUA IMPORTÂNCIA NO EFETIVO EXERCÍCIO DA AÇÃO PEDAGÓGICA ESCOLAR	233
A LITERATURA CONTRA A HOMOGENEIZAÇÃO IDENTITÁRIA: uma análise sobre a invenção do nordestino.....	251
A REPRESENTAÇÃO DO CORPO NO CONTO “ISALTINA CAMPO BELO” DA CONCEIÇÃO EVARISTO	265
LICENÇA, VOU ENTRAR EM SUA CASA: uma reflexão poética e pedagógica sobre o ensino e a aprendizagem em um período de pandemia.....	280
POESIA E FORMAÇÃO HUMANA: contribuições da poesia de Antônio Francisco	294
POLEGARES FALANTES: o lugar das narrativas no mundo contemporâneo	310





VINICIUS DE MORAES: Um caminho para o Bem-Viver	326
A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO EMPRESARIAL FRENTE AO CENÁRIO DA ATUAL CRISE ECONÔMICA	340
A PERCEÇÃO DOS CONSULTORES E EMPREENDEDORES DA CIDADE DE ASSÚ/RN EM RELAÇÃO À CONSULTORIA EMPRESARIAL NAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS (MPE)	360
ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS COM PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ-RN ...	386
ANÁLISE SOBRE O CRITÉRIO ESPACIAL DE INCIDÊNCIA DO ISSQN A LUZ DO PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE: Um Estudo no Município de Serra do Mel/RN	406
AS FERRAMENTAS DA CONTROLADORIA NA GESTÃO EMPRESARIAL	427
CORRUPÇÃO NO BRASIL: AS CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE FORENSE ENQUANTO INSTRUMENTO AUXILIAR NAS PRÁTICAS INVESTIGATIVAS	449
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: análise comparativa da distribuição da riqueza gerada nos segmentos da B3	478
EFICIÊNCIA BANCÁRIA RELACIONADA AO PORTE DE AGÊNCIAS: análise comparativa em um banco público	505
ESTRUTURA DE CAPITAL, INDICADORES FINANCEIROS E DE RENTABILIDADE: UMA ANÁLISE NO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS DA B3 – BRASIL, BOLSA, BALCÃO	530
ESTUDO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS CANDIDATOS A PREFEITO NA CIDADE DE BARAÚNA NO ANO DE 2016	557
IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS SPED NO PROFISSIONAL CONTABILISTA	580
IMPACTOS SOBRE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DURANTE A PANDEMIA: um estudo de caso em um escritório de contabilidade	601
MÉTODO DE CUSTEIO ABC: Um estudo de caso em uma academia de ginástica.	630
O CÓDIGO DE ÉTICA DO CONTADOR INSERIDO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	652
PERCEÇÃO DOS CIDADÃOS MOSSOROENSES SOBRE A DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA.....	674
PERCEÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE A DISCIPLINA DE AUDITORIA CONTÁBIL.....	692





PERCEÇÃO DOS DISCENTES SOBRE A CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS IES PÚBLICAS DE MOSSORÓ/RN	715
PERÍCIA CONTÁBIL: percepção dos profissionais que atuam no Estado do Rio Grande do Norte	740
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: um estudo comparativo com base em um orçamento em uma empresa comercial na cidade de Assú/RN	763
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: um estudo de caso de uma empresa comercial de Ipangaçu/RN	786
A LEI MARIA DA PENHA E O SURGIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE TEÓRICA DE EFETIVIDADE JURÍDICA NO RIO GRANDE DO NORTE	808
ACESSO À JUSTIÇA E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID 19	828
CONSTRANGIMENTOS ENFRENTADOS PELA MULHER FRENTE À DENÚNCIA DE VIOLÊNCIA NO BRASIL	847
"DAQUI DO MORRO EU NÃO SAIO, NÃO": o papel da demarcação de Área Especial de Interesse Social (AEIS) na defesa dos espaços residenciais em Mãe Luiza, Natal/RN	861
ISOLAMENTO SOCIAL E O AUMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO DA PANDEMIA (COVID-19)	884
O CONSTITUCIONALISMO ABUSIVO E A GARANTIA DA ORDEM DEMOCRÁTICA: UMA REANÁLISE DO PODER CONSTITUINTE	898
O SISTEMA DE ACOLHIMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR	913
OS EXCESSOS NO DIAGNÓSTICO PARA TDAH COMO NOVO DESAFIO NA TUTELA DA PERSONALIDADE	931
PROJETO DEFENSORAS POPULARES DO RIO GRANDE DO NORTE: UM RECORTE DE GÊNERO ACERCA DO ACESSO À JUSTIÇA.	950
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DURANTE O PERÍODO GESTACIONAL: Fatores associados e suas consequências	961
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E O ACESSO À JUSTIÇA: um olhar sobre as mulheres do Rio Grande do Norte	974
A IMPORTÂNCIA DA FISIOTERAPIA NO ACOMPANHAMENTO GESTACIONAL	990
ANÁLISE DO NÍVEL DE DESIDRATAÇÃO EM JOGADORES DE FUTEBOL DA ESCOLA FLAMENGO DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ-RN	1004





ASSOCIAÇÃO ENTRE MARCADORES DE DISFUNÇÃO RENAL E INFLAMATÓRIA COM O TIPO DE ASSISTÊNCIA RESPIRATÓRIA NO PACIENTE CRÍTICO COM COVID-19	1030
AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA ATENDIDOS PELO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO CAMILO DE LELLIS - MOSSORÓ/RN.....	1044
CRIOTERAPIA POR IMERSÃO NO ALÍVIO DA DOR EM ATLETAS DE TAEKWONDO DE ALTO RENDIMENTO: RELATOS DE CASOS.....	1058
EFICÁCIA DA CÂNULA NASAL DE ALTO FLUXO EM INDIVÍDUOS COM COVID-19: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	1074
TRANSTORNOS ALIMENTARES NA DEPRESSÃO: Uma revisão bibliográfica	1090
A AQUARELA COMO RECURSO PSICOTERAPÊUTICO EM ATENDIMENTOS COM CRIANÇAS EM GRUPOS DE ADOÇÃO	1108
A ARTE COMO MECANISMO DE EXPRESSÃO E FORMA TERAPÊUTICA EM INDIVÍDUOS ACOMETIDOS DE DEPRESSÃO E ESQUIZOFRENIA.....	1127
A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE E REPRESENTATIVIDADE SOCIAL FRENTE DO TDAH E DISLEXIA.....	1140
A SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES NA PANDEMIA E AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR	1151
ABUSO DE BENZODIAZEPÍNICOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE MENTAL: Uma Revisão Bibliográfica.....	1167
AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOTERAPIA BREVE NO PROCESSO DE LUTO APÓS UMA PERDA FETAL	1193
AUTISMO E SEU DIAGNÓSTICO POR MEIO DE MÚLTIPLOS OLHARES	1207
AUTISMO INFANTIL: DIAGNÓSTICO E REPERCUSSÃO NAS RELAÇÕES FAMILIARES	1218
CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL NEUROPSICOLÓGICO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NO MUNICÍPIO DE MOSSORO, RN.....	1237
COMPREENSÕES DA PSICOLOGIA ACERCA DO SUICÍDIO NA TERCEIRA IDADE	1267
CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AUTISMO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	1281
DESAFIOS DA ADOÇÃO: Um estudo no perfil das famílias adotantes que procuram o Grupo Afeto de Apoio à Adoção de Mossoró-RN	1297
DESAFIOS DA PSICOLOGIA COM ADOLESCENTES EM INSTITUIÇÕES DE	





ACOLHIMENTO.....	1315
DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL COM TDAH NO ENSINO REMOTO.....	1334
FASES E EMOÇÕES VIVIDAS NO PROCESSO DE LUTO E PERDA NA VISÃO DA GESTALT-TERAPIA.....	1350
INTERVENÇÕES BASEADAS EM FUNÇÕES EXECUTIVAS PARA A PERDA DE PESO EM INDIVÍDUOS OBESOS E COM SOBREPESO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	1358
INTERVENÇÕES PSICOTERÁPICAS EM MULHERES CLIMATÉRICAS COM TRANSTORNOS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO	1372
O BEBÊ E SUAS MÃES: UMA VISÃO WINNICOTTIANA	1385
O PAPEL DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL NO ÂMBITO HOSPITALAR: uma revisão de literatura narrativa	1397
PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICA E NEUROPLASTICIDADE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	1413
PRÁTICAS EMERGENTES DO PSICÓLOGO ESCOLAR EDUCACIONAL DIANTE DO CONTEXTO PANDÊMICO DA COVID-19.....	1424
PSICOLOGIA ESCOLAR: Atuação do psicólogo junto ao estudante.....	1437
PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL NO BRASIL: Contribuições em tempos de pandemia do Covid-19	1451
RELAÇÃO ENTRE ROTINA E COMPORTAMENTO ANSIOSO INFANTIL NO CENÁRIO PANDÊMICO: uma revisão de literatura	1476
SOCIEDADE E LOUCURA: Um estudo de caso sobre o filme 'Coringa'.....	1492
UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS NA CIDADE DE MOSSORÓ	1506
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SITUAÇÕES ANTES E DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19: o que isso nos revela?	1521
A PEDAGOGIA DOS PADRES APOSTÓLICOS.....	1543
A PEDAGOGIA TEOLÓGICA DE AGOSTINHO: a educação cristã e o método de ensino	1557
A VINHA E OS VINHATEIROS: diversas perspectivas sobre a infidelidade a Deus	1583
FRATERNIDADE, FÉ E COMPROMISSO SOCIAL NO LIVRO DEUTERONÔMIO.....	1594



APRESENTAÇÃO

O II CONCED - Congresso Nacional de Ciência e Educação da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte, trouxe como temática principal “Educação e Humanização: A arte de tecer afetos”, visando, em sua perspectiva multidisciplinar, promover um evento que possa despertar a discussão acerca da relação entre a educação e o afeto.

Tal tema foi escolhido com base na situação do mundo contemporâneo, em que a sociedade se deparou com uma nova realidade para qual não estava preparada. Essa realidade está relacionada diretamente a todos os aspectos sociais que foram atingidos pela pandemia do Corona vírus. Nesse caso, pode-se destacar um aspecto social essencial: a educação, esta teve que se reinventar em um curto período de tempo, para que assim fosse possível promover a continuação do compartilhamento do conhecimento. A partir disso, percebeu-se uma fragilização do processo de ensino-aprendizagem devido, entre outros fatores, a ausência ou a diminuição do contato entre estudantes e professores.

Ao entender que a realidade não permitiria que o II CONCED ocorresse de forma presencial, a instituição optou por realizar o evento de forma online, tendo em vista toda a fragilização que o processo educacional veio a sofrer nos últimos anos. O evento foi planejado e executado de forma a permitir uma experiência dinâmica para os congressistas, visando levar afeto, mesmo que por telas, assim contribuindo para a reestruturação do processo educacional.

Dessa forma, o congresso foi dividido em 64 atividades, sendo 11 delas os programas: “BOM DIA CONCED”, “CONCED GAME” e “CONCED SHOW”, esses programas foram propostas do evento para dinamizar o processo de aprendizagem, levando temas de relevância social para uma discussão, leve e informal, realizada por figuras de renome nacional, tais programas obtiveram juntos um total de 5000 visualizações.

Além das atividades, foram submetidos mais de 200 trabalhos científicos, nos diversos grupos temáticos oferecidos pelo evento que deram sustentação ao tema geral, promovendo discussões, reflexões e novas formas de pensar, estimulando o envolvimento da comunidade discente e docente na pesquisa científica, sendo esta fonte essencial na busca e apreensão de novos conhecimentos, apontando as diretrizes para o desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos e científicos apresentados nos artigos deste livro.

Comissão Organizadora





A INFLUÊNCIA DO LÍDER NA CONSTRUÇÃO DOS RESULTADOS NAS ORGANIZAÇÕES

Wilder Fernandes¹

Monikely de Oliveira Silva Paiva²

Natalia Queiroz da Silva Oliveira³

Larissa Mayara da Silva Damasceno⁴

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade estudar a forma como o líder pode influenciar e motivar sua equipe e, desse modo, promover a otimização de seus resultados. Para tanto, foram analisadas algumas variáveis relacionadas com a temática, tais como: ambiente laboral, clima organizacional, perfis/estilos de liderança e motivação. Como instrumento para coleta de dados, um formulário *on-line* contendo 13 questões foi distribuído na plataforma *Google Forms*, disponível entre os dias 08 de abril a 10 de maio de 2021. A divulgação foi realizada virtualmente através de redes sociais do *Facebook (Instagram e WhatsApp)*, obtendo o número de 101 respondentes. O tratamento dos dados fez uso da própria plataforma, quanto à técnica de análise, foi utilizada a Análise de Conteúdo. As informações obtidas a partir dos dados permitiu considerar que o líder é uma das figuras mais importantes para a organização; o seu poder de influência sobre as equipes foi por este estudo confirmado, assim como em pesquisas anteriores. Contudo, é importante ressaltar que além da liderança, outros fatores foram apontados como motivacionais para as pessoas que compõem as equipes tais quais bom clima/cultura organizacional, salários competitivos condizentes com o mercado, oportunidades

¹ Docente do curso de Administração da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN. E-mail: wilder625@hotmail.com.br

² Docente do Curso de Administração da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN. E-mail: monielysilvap@gmail.com

³ Docente do Curso de Administração da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: natyqs.queiroz@gmail.com

⁴ Docente do Curso de Administração da UNIFACEX Natal. E-mail: damasceno.larissa@gmail.com



de ascender na carreira, bem como benefícios salariais, o que também confirma a literatura estudada. Esse estudo enfrentou algumas limitações quanto ao tempo em que o questionário ficou disponível para aos respondentes, quanto ao distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19 e quanto à escassez de referências atualizadas sobre a temática.

Palavras-chave: Liderança. Motivação. Clima organizacional. Pandemia. Covid-19.

ABSTRACT

This article aims to study how the leader can influence and motivate his team and, in this way, promote the optimization of their results. Therefore, some variables related to the theme were analyzed, such as work environment, organizational climate, leadership profiles/styles, motivation. As an instrument for data collection, an online form containing 13 questions was distributed on the Google Forms platform, available from April 8th to May 10th, 2021. It was disclosed virtually through Facebook's social networks (Instagram and WhatsApp), obtaining the number of 101 respondents. Data processing made use of the platform itself, as for the analysis technique, Content Analysis was used. The information obtained from the data allowed us to consider that the leader is one of the most important figures for the organization; its power to influence the teams was confirmed by this study as well as in previous researches, however, it is important to emphasize that in addition to leadership, other factors were pointed out as motivational for the people who make up the teams, such as a good organizational climate/culture, competitive salaries consistent with the market, opportunities to advance in the career as well as salary benefits, which also confirms the literature studied. This study faced some limitations regarding the time the questionnaire was available to respondents, the social distance imposed by the Covid-19 pandemic, and the lack of up-to-date references on the subject.

Keywords: Leadership. Motivation. Organizational climate. Pandemic. Covid-19.

1 INTRODUÇÃO



Nos dias de hoje, em que vivemos uma realidade adversa em função da COVID-19, temos a necessidade de aprofundar os estudos sobre a liderança, mais especificamente como os líderes mesmo em cenários não favoráveis conseguem motivar e influenciar suas equipes. Nesse contexto, Carvalho (2009) diz que o gestor ou líder deve estar ciente das necessidades individuais da sua equipe para saber qual a melhor forma de motivar e melhorar o desempenho de cada um.

A liderança é um tema bastante estudado na administração, sendo capaz de influenciar pessoas de forma positiva ou não, é uma estratégia assertiva, porém pode ocorrer falhas quando a liderança é realizada de forma bastante autoritária ou muito humanizada (PEREIRA, 2014). De acordo com Araújo (2006), existem muitos tipos de líderes, porém os mais conhecidos são: o autocrático, esse tipo de líder é o responsável pela tomada de decisões, ele não consulta a equipe, determina as tarefas e estabelece quem vai executar e a forma como serão executadas; o liberal que, ao contrário do anterior, é a equipe que determina as tarefas, localiza os problemas e as formas de como solucionar os problemas e o líder não interfere nas ações a não ser que seja solicitado; além do líder democrático, que é uma mistura dos perfis anteriores, nesse estilo a equipe participa do processo de análise e tomada de decisão juntamente com o líder, mas cabe a ele decidir qual a melhor ação a ser executada.

Segundo Magalhães (2019) um líder inapto pode contribuir para tornar-se um clima nocivo, com isso aumentar a rotatividade dos colaboradores devido à falta ou má relação com os colaboradores de sua equipe. Em contrapartida, Ferreira e Sampaio (2017, p. 17) afirmam que “um líder preparado tem a capacidade de influenciar sua equipe para conseguir melhores resultados”. De acordo com os autores, os líderes das organizações têm um papel fundamental nas organizações, pois eles exercem influência tanto positiva quanto negativa sendo dessa forma responsáveis pelo sucesso ou insucesso das organizações. Considerando esse contexto, surge a questão norteadora dessa pesquisa: de que forma o líder pode vir a influenciar sua equipe e, desse modo, promover a otimização de seus resultados?

Conforme os estudos citados anteriormente, entende-se que os líderes têm a capacidade de influenciar os seus liderados, de forma positiva ou negativa. O presente artigo tem como finalidade estudar a forma como o líder pode vir a influenciar sua equipe e promover a otimização de seus resultados.



Levando em consideração o atual cenário de pandemia da Covid-19 que a sociedade brasileira, especificamente, está enfrentando, é válido afirmar que o papel do líder é fundamental nas organizações. Segundo Arruda e Chrisóstomo (2009), os líderes são de suma importância nas organizações, eles têm a função de influenciar diretamente o resultado e desempenho das equipes tendo em vista que eles são responsáveis pela motivação e comunicação com a finalidade de alcançar as metas já estabelecidas. Os recursos humanos são de suma importância, pois são eles são os agentes que executam as tarefas e por isso que no cenário pandêmico, estudar como ocorre o processo de motivação e influência dos líderes é bastante relevante, apesar de o assunto ser novo, ele está inserido em um contexto amplo. Assim, esse trabalho se justifica perante à Academia ao se propor a contribuir com a produção de dados e análises científicas pertinentes a um tema bastante estudado, porém em um cenário novo. Para a ciência da Administração, é ainda mais relevante em virtude do enfrentamento de crises e da construção de novos cenários e modelos para a tomada de decisão.

Entende-se, também, que o líder possui papel essencial na organização devido ao seu papel em exercer influência em indivíduos diferentes, por isso a necessidade de realizar pesquisas bibliográficas em artigos, teses e dissertações a fim de analisar na bibliografia existente como ocorre o processo de motivação e influência das equipes de trabalho e se existem fatores (internos e/ou externos) que colaborem nesse processo.

O estudo dos processos motivacionais e de influência por parte das lideranças sobre colaboradores é justificado ainda em função da sua importância à formação de novos gestores, uma vez que compreende-se que os benefícios de uma equipe estimulada ao trabalho conjunto, alinhada com os objetivos organizacionais, permeando um bom clima laboral e qualidade de vida, tornam os imprevistos e intempéries organizacionais, bem como seus impactos, oportunidades para crescimento individual e da própria empresa.

Este artigo é estruturado em cinco seções, a saber: introdução, revisão bibliográfica acerca da temática, procedimentos metodológicos utilizados, análise e discussão dos resultados da pesquisa e as considerações sobre os mesmos.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO



A seguir serão apresentados os conceitos e definições acerca da temática que mais se adequa ao objetivo desta pesquisa. Discussões na administração sobre os processos de liderança, motivação e clima organizacional.

2.1 COVID – 19 E OS IMPACTOS QUE LEVARAM AO *HOME OFFICE*

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) alertou sobre um volume elevado de casos de pneumonia no interior de Wuhan, uma cidade na China. Ocorreu que teria surgido uma nova cepa da coronavírus que, até então, não havia sido identificada e estaria infectando os seres humanos (OPAS/OMS, 2021).

Dessa forma, em janeiro de 2020, a OMS reuniu evidências e decretou emergência de saúde pública de importância internacional. Tal ação foi o alerta máximo da organização. Essa ação visou a elaborar um acordo cooperação global para conter a propagação do vírus. (OPAS/OMS, 2021).

Mesmo com todas as ações mundiais, a pandemia não conseguiu ser contida e se espalhou por todo o mundo. No Brasil, de 3 de janeiro de 2020 até 10 de junho de 2021, foram contabilizados 17.037.129 casos confirmados de COVID-19, sendo 476.792 óbitos notificados à OMS. Em 4 de junho de 2021, foram administrados um total de 65.853.664 doses de vacina (OPAS/OMS, 2021).

Devido à letalidade do vírus, o isolamento social foi uma das orientações mais recomendadas pela OMS e por toda equipe técnica de enfrentamento da pandemia. Ela equivale em aumentar o distanciamento entre as pessoas e diminuir as aglomerações, bem como a circulação da população nas ruas, visando, dessa forma, evitar o alto risco de propagação do vírus (ANTUNES *et al.*, 2020)

O isolamento social abalou todas as estruturas da sociedade, seja na esfera econômica, social ou psicológica, tendo em vista que alterou a forma como o trabalhador se relaciona com o trabalho. O trabalho remoto, ou *home office*, ficou em ascensão, embora algumas empresas já adotassem o modelo de trabalho, mas com a propagação do vírus ele entrou em evidência.

(LOSEKANN; MOURÃO, 2020)



Vale ressaltar que algumas atividades estão sendo mais afetadas que outras, tendo suas atividades fechadas quase completamente, como é o caso dos seguimentos de turismo e viagens, serviços de beleza como cabelereiros e fisioterapeutas. Além dos já citados, cabe destacar o comércio varejista, as atividades de entretenimento como cinemas, casas de espetáculos e teatros e os restaurantes, ainda que contenham o serviço de *delivery* como uma opção de minimizar os danos causados pela pandemia (AMITRANO; MAGALHÃES; SILVA, 2020).

As organizações que não puderam adotar o *delivery* como estratégia de enfrentamento à crise econômica causada pela pandemia, que é o caso de restaurantes e lanchonetes, tiveram que adotar uma nova estratégia, que seria o trabalho remoto ou *home office*. Pinel (2012) usa a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT e define o trabalho remoto como todo trabalho realizado a distância da organização e que utiliza de ferramentas para a comunicação entre as partes. Sendo assim, o termo *home office*, é pouco utilizado no meio científico, porém a expressão vem ganhando destaque no Brasil e pode se referir a três formas de trabalho, sendo elas, fora do espaço físico da empresa, autônomo e microempresário que tem sua empresa na sua residência (LEMOS *et al.*, 2020)

Segundo Bloom (2014), o funcionário trabalhar em casa gera benefícios para ambos, tanto para o empregado quanto ao empregador. O autor realizou um estudo durante 9 meses na China, onde coletou as seguintes informações: os colaboradores que estavam em *home office* se tornaram mais satisfeitos e tiveram um aumento na produtividade em comparação aos que permaneciam no escritório e a empresa teve uma economia de 1.900 dólares por funcionário no período da pesquisa, em decorrência da economia com transporte e espaço físico. Entretanto, a liderança da empresa apresentou resistência a esse modelo de trabalho pois acreditava que o desempenho não seria o mesmo por estarem longe da empresa. Por outro lado, vale ressaltar que o *home office* traz consigo grandes desafios para a liderança e a organização de forma geral, Choudhury (2020) afirma que temas como comunicação, *brain storm* e resolução de problemas são afetados diretamente devido ao distanciamento da equipe. O autor ainda revela que os gestores perdem a sensibilidade individual que eles têm com seus colaboradores/equipes, dessa forma, distorcendo o sentido do grupo, isso ocorre decorrente da menor interação presencial e o aumento do contato virtual entre as partes.



Com o agravamento da pandemia, foi necessário aderir ao isolamento social, as organizações tiveram que se reinventar para superar e sobreviver as adversidades da crise. Segundo Amitrano *et al.* (2020), retrata os setores que são mais afetados pela crise devido ao seu contato direto com outras pessoas e que não pode ser realizado o *home office* em virtude da natureza das suas atividades. Já Bloom (2014) e Choudhury (2020) retratam algumas vantagens e desvantagens do trabalho remoto para aquelas empresas que têm a possibilidade de aderir a essa estratégia de enfrentamento da crise, mas no geral cabe ao líder realizar o intermédio entre colaborador em *home office* e a organização para que ambos andem em sintonia, mesmo com a distância física entre eles, para que metas e objetivos não sejam perdidos, pois segundo Carvalho (2009) e Ferreira e Sampaio (2017) o líder deve conhecer as necessidades de seus colaboradores e, sendo assim, influenciar sua equipe. O líder estar presente e solícito nesse momento é primordial para o sucesso da organização.

2.2 LIDERANÇA: CONCEITOS E APLICAÇÕES

Os líderes, independentes do segmento em que atuam, têm papel crucial nas organizações em que estão inseridos, pois são responsáveis pela motivação e incentivo do capital humano, buscando sempre os melhores resultados. Segundo Robbins (2009), liderar é influenciar as pessoas para que elas atinjam as metas comuns para todos. Essa influência pode ocorrer através de um líder com um cargo na organização, como também fora da estrutura da organização. Já para Hunter (2004) a liderança é uma habilidade que o líder possui de influenciar as pessoas para trabalharem unidas almejando atingir os objetivos e metas identificadas como sendo o bem comum.

Na atualidade, podemos definir liderança como a capacidade de estimular e influenciar pessoas para obter resultados mais eficazes em prol dos objetivos da organização (GASPAR, 2010). Porém, para Kotter (1997), o líder é um agente de mudanças que tem como premissa demonstrar a estratégia da organização, ligar a meta aos recursos humanos e incentivá-los para que as metas que haviam sido traçadas sejam alcançadas. O líder, além de incentivar, tem que estar sempre presente em todas as etapas do processo para garantir que as informações, metas



e objetivos sejam passadas de forma clara e objetiva, bem como garantir que todos os colaboradores tenham compreendido e as metas sejam alcançadas.

De acordo com Moscovici (1996), o líder é um indivíduo pertencente a um grupo, ao qual foi atribuída formalmente ou não a responsabilidade de orientar determinadas atividades. Sendo assim, entendemos que para uma pessoa liderar não necessariamente ela tenha que exercer o cargo de líder, ela pode ser um líder independente do cargo que ocupe e influenciar os demais membros do grupo a alcançar os objetivos e metas comuns a todos. Nesse contexto, Montana e Charnov (2000) apontam que a liderança é um processo pelo qual um indivíduo influencia outros a realizar os resultados desejados. Ainda nesse contexto da importância dos líderes para o sucesso das organizações, pode-se afirmar que o líder não é o responsável pelo sucesso da organização individualmente, ele é responsável por cuidar do capital humano que, sob sua liderança, são os responsáveis pelo o cumprimento das metas e objetivos e, dessa forma, a organização alcança o sucesso. Porém, é válido salientar que existe uma diferença entre o chefe e o líder.

O chefe é alguém que tem poder em virtude a uma autoridade que lhe foi confiada de forma oficial e o líder é uma pessoa que graças a sua personalidade, não precisa ter cargo, dirige um grupo e recebe colaboração de seus membros (MAXIMIANO, 2010). Segundo Franco (2008), os líderes são a melhor forma de direcionar a organização para o sucesso, pois eles conquistam os resultados por meio dos recursos humanos disponíveis. Um líder não é designado para a função devido a ele saber de tudo ou poder tomar qualquer decisão e sim porque ele detém todo o conhecimento disponível e cria critérios para a realização das tarefas e elabora critérios para delegar as operações do dia a dia (CARLZON, 2005). Para deixar mais claro as particularidades entre chefe e líder, segue as colocações (Cf. Quadro 01):

Quadro 01 – Diferenças entre chefe e líderes

CHEFE	LÍDER
Ordena;	Solicita;
Impõe seu ponto de vista sem espaço para receber sugestões da equipe;	Está sempre aberto a sugestões da equipe;





É paternalista (Tende a ter preferência e proteger alguns funcionários com quem tem mais afinidade e perseguir outros por ter um nível de afinidade menor);	Dá atenção para seus liderados de forma igual sempre explorando suas habilidades;
É autoritário;	É democrático;
Cria um clima insalubre, negativo e ameaçador;	Possui credibilidade junto de seus liderados conquistada através de admiração e respeito mútuo;
Possui dificuldade de comunicação com a equipe.	Possui boa comunicação com a equipe.

Fonte: Adaptado de Iannini (2000).

Para complementar o raciocínio acerca dessas particularidades, Schein (2004, p. 11) esclarece que “se alguém quer fazer a distinção entre liderança, gestão e administração, é possível argumentar que a liderança cria e modifica a cultura, enquanto a gestão e a administração atuam dentro da cultura”.

Dessa forma, entende-se que existe uma relação simbiótica entre o líder e o capital humano, pois um depende do outro para que juntos alcancem o objetivo comum, que é o cumprimento de metas e objetivos, assim, conseqüentemente, irão conseguir o sucesso. O líder, apesar de ser uma pessoa comum, deve ser dotado de algumas características que o ajudem a desenvolver o seu trabalho. Nascimento (2008) aponta algumas características que o líder deve possuir:

[...] os líderes devem cultivar as seguintes características e atributos: ouvir atentamente; despertar empatia; desenvolver atitudes positivas e otimistas exceder promessas e compromissos; reconhecer dúvidas e vulnerabilidades pessoais; ser energético em alto nível; e ser sensível às necessidades, aos valores e ao potencial de outros (NASCIMENTO, 2008, p. 70).

Com a evolução dos estudos acerca da liderança, observou-se que os líderes podem adquirir e melhorar suas habilidades e, com isso, suas atitudes através da aprendizagem (FERREIRA, 2006). Dessa forma, compreende-se que o líder é mutável, que através de estudos ele pode criar habilidades e características, as quais não possui, como também pode melhorar as já existentes. Sendo assim, essa habilidade de evoluir é bastante válida, pois o líder é apenas



uma pessoa que tem que lidar com seus liderados que possuem perfis e mentes diferentes, os líderes devem estar sempre preparados para todas as situações.

2.2.1 Estilo de Liderança

Para Maximiano (2010), a liderança é classificada em dois estilos, podendo ser autocrático ou democrático, dependendo de o líder centralizar ou compartilhar a autoridade com seus liderados. O estilo autocrático é o estilo no qual o poder de decisão está centralizado no líder, assemelhando-se ao autoritarismo, pois não há espaço para que o grupo expresse sua opinião pessoal. O democrático é o inverso do autocrático, o líder divide com o seu grupo as ideias e suas decisões são compartilhadas com grupo que podem opinar, porém sempre cabe ao líder decidir qual a melhor opção mais assertiva a ser adotada.

De acordo com Chiavenato (2009), os estilos de liderança podem ser: autoritário, paternalista, democrático e situacional. A liderança autoritária é a que o líder toma as decisões sem consultar a equipe, esse estilo é gerador de conflitos e desinteresse, a produção é elevada em contrapartida a satisfação e baixa pois o grupo não expõe suas ideias (Ibidem, 2009). Para Lacombe (2003), a liderança paternal é um estilo de liderança que busca extinguir os conflitos internos sempre buscando alcançar um relacionamento mais agradável para todos. O líder assume um comportamento paternal em relação aos demais membros da equipe.

A liderança democrática é o estilo em que o grupo expõe suas ideias e projetos entre si, mais sempre direcionados pelo líder (CHIAVENATO, 2009). Liderança situacional é uma compilação do que há de melhor nos estilos autoritário, paternal e democrático, os líderes são versáteis e flexíveis para atingir o melhor de cada indivíduo da sua equipe, a forma do líder agir vai de acordo com as circunstâncias que surgirem (Ibidem, 2009).

O líder deve assumir um estilo de liderança de acordo com o perfil da sua equipe, os líderes influenciam os grupos com o poder do cargo que eles ocupam, porém o desafio é saber qual estilo de liderança ele deve assumir (MAXIMIANO, 2010). A eficácia da equipe é uma combinação equilibrada entre o estilo de liderança adotado e a situação em que ele está inserido (FIEDLER 2010). Independentemente do estilo ou perfil adotado entende-se que, de acordo com os estudos de Arruda e Navram (2000), a liderança é um fator decisivo para o sucesso das



organizações que trabalham para aumentar a consistência ética. Dessa forma, as ações e o comportamento dos líderes têm mais poder do que apenas palavras escritas.

De acordo com as análises realizadas acerca dos perfis de liderança, pode-se afirmar que não existe um estilo ou perfil de líder mais assertivo que o outro, o líder deve ser resiliente e identificar as necessidades de sua equipe e, assim, elaborar uma estratégia com os estilos mais assertivos para serem utilizados. Vale ressaltar que, caso o líder não seja assertivo na escolha de um perfil compatível com sua equipe, pode causar insatisfação da equipe e, em decorrência, queda da produção e qualidade do trabalho.

2.3 MOTIVAÇÃO

No atual cenário de pandemia em que nos encontramos é indispensável para as organizações manterem seus colaboradores motivados tanto pela qualidade de vida como pela produtividade. O capital humano é um fator competitivo e mais lucrativo do que máquinas, tecnologias ou até mesmo a capacidade de produção e a flexibilidade de processos de uma organização (HUNTER, 2014). A palavra motivação é derivada do latim *movere* que significa ação, movimento e remete a descolamento. Apesar de um significado simples, dificilmente consegue descrever um processo tão complicado quanto é a motivação (ROSA, 1994).

Há várias definições do significado de motivação no ambiente de trabalho, segundo Silva e Rodrigues (2007):

A motivação é um fenômeno que depende de numerosos fatores para existir, dentre eles, o cargo em si, ou seja, a tarefa que o indivíduo executa, as características individuais e, por último, os resultados que este trabalho pode oferecer. Portanto, a motivação é uma força que se encontra no interior de cada pessoa, estando geralmente ligada a um desejo. Dessa forma, suas fontes de energia estão dentro de cada ser humano (SILVA; RODRIGUES, 2007, p.9).

Para Teixeira (2013) motivação é todo impulso, desejo, necessidades e forças semelhantes. Quando se afirma que um líder motiva sua equipe, entende-se que ele está desenvolvendo ações para satisfazer desejos, impulsos e necessidades dos membros de sua equipe influenciando-os para que atuem de forma desejada. A motivação também pode ser



definida como o processo responsável pela intensidade, direção e persistência dos esforços de uma pessoa para o alcance de uma determinada meta (ROBBINS, 2010). Para Caudron (1997), após muitos estudos, entende-se que não existe apenas um tipo de maneira de obter motivação, ao contrário, trata-se de um processo no qual os líderes bem-sucedidos empregam uma combinação de vários tipos de abordagens diferentes. Outro ponto importante é que as diversas definições de motivação não se anulam umas às outras, pelo contrário, elas se complementam (BERGAMINI, 1997).

Nesse contexto, baseado na teoria dos dois fatores criada por Frederick Herzberg, que foi realizada a partir do estudo da Hierarquia das Necessidades de Maslow, podemos dizer que existem dois fatores: um que deixa os colaboradores satisfeito, chamado de Fatores motivacionais ou satisficentes, os quais são realização, reconhecimento, responsabilidade, promoção, enriquecimento do cargo, etc.; e os fatores higiênicos ou insatisficentes, que são condições de trabalho, conforto, relações com colegas e superiores, salários, segurança no cargo, etc. (FRANCO, 2008). Vale salientar que remuneração é um fator extrínseco, é um impacto na vida organizacional de qualquer indivíduo quando utilizado como um fator motivador no ambiente de trabalho. Administrar com base em recompensas não é previsível e os estudos demonstram que o grau de satisfação logo após o aumento salarial aumenta, porém é momentâneo (BERGAMINI, 1997).

Segundo Robbins (2002) “as pessoas possuem necessidades diferentes, mais que isto, é compreender o que é importante para cada um” por isso que para o líder encontrar o que motiva sua equipe não seja uma tarefa fácil tendo em vista que ele tem que identificar o que motiva cada membro individualmente. De acordo com Chiavenato (2010), existem alguns fatores que colaboram com a manutenção da motivação e pode contribuir para a criação de um ambiente e condições mais favoráveis à motivação: a) remuneração (administração de salários); b) planos de benefícios sociais; c) higiene e segurança do trabalho e d) relações sindicais. Ainda de acordo com o autor, é correto afirmar que mais do que motivar, o líder é o indivíduo capaz de dirigir a atenção para o objetivo comum e ajustar os interesses individuais. Lidar com os problemas rotineiros, receber as críticas dos diretores e filtrá-las passando para equipe de uma forma que seja construtiva, são algumas das funções que trazem um valor significativo à liderança (CHIAVENATO, 2004).





Em contrapartida, Bergamini (1997) defende que a motivação se encontra no interior de cada indivíduo e por isso uma outra pessoa jamais pode motivar outra, o que pode ser feito é estimulá-la. Ainda de acordo com Bergamini (1997), é reconfortante o fato de não ter sido encontrada qualquer evidência da fórmula concreta da motivação, pois se fosse possível entender como as pessoas são motivadas seria possível influenciar as pessoas. Com esse entendimento, seria possível obter poder, o que permitiria controlar o comportamento, sem levantar suspeitas que poderia estar sendo manipulado.

Pode-se afirmar que a motivação é um fator intrínseco e que o fator motivador de um indivíduo pode não motivar o outro, por isso que os líderes devem estar sem atentos às necessidades individuais de cada membro do seu grupo para poder adotar a melhor estilo e estratégia para alcançar os objetivos desejados e com isso garantir o sucesso da organização. De acordo com os estudos de Bergamini (1997), Chiavenato (2009), Mayo (2003), Gil (2009), foram citados alguns fatores que podem ajudar a diagnosticar o problema de desmotivação.

Esses fatores são:

Quadro 2 – problemas que causam desmotivação

a) Turnover, ou seja, alta rotatividade de funcionário;
b) Grande percentual Absenteísmo;
c) Reclamações frequentes de clientes e funcionários;
d) Falta de comprometimento e de lealdade com a empresa;
e) Negligência na execução de tarefas e serviços.
f) É evidente que toda empresa esteja propícia a passar por isso, como qualquer problema técnico. Problemas muitas vezes causados por:
g) Salário Abaixo da Média;
h) Promessas nunca cumpridas, aumento/promoção que nunca vem;
i) Promoções que vão para pessoas que nunca fizeram por merecer;
j) Ausência de benefícios ou benefícios muito inferiores as demais empresas concorrentes;
k) Despreocupação da empresa com a saúde ou bem-estar dos funcionários.
l) Então, algumas medidas que se podem ser adotadas para evitar eventuais problemas são:
m) Valorização das pessoas que trabalham na empresa, como também reconhecer os avanços e encorajamento de iniciativas;
n) Incentivos como aumento salarial entre outros;
o) Constantes avaliações de desempenho;



p) Promoção de mudanças.

Fonte: *Elaboração própria* (2021) a partir de Bergamini (1997), Chiavenato (2009), Mayo (2003), Gil (2009)

Mayo (2003) ressalta que pessoas que estão altamente motivadas são menos ausentes dos que estão insatisfeitos com o trabalho ou em um ambiente onde reine um mal-estar geral. A motivação pode ser como um termômetro no qual os líderes podem usar para elaborar suas estratégias, a desmotivação de um membro da equipe pode gerar gastos indiretos para a organização. Obviamente é mais vantajoso para as organizações manter um ambiente saudável e quando possível ofertando benefícios e salários justos e competitivos de acordo com o mercado e é válido ressaltar todas as metas e objetivos tal como as promessas feitas tem quer justas e passíveis de serem alcançadas.

2.4 CLIMA E COMPORTAMENTO

No atual cenário de pandemia que estamos enfrentando, onde as organizações tem que se reinventar a forma de atuação no mercado, rever as estratégias, metas e objetivos para continuarem competitivas no mercado em que atuam, é essencial que as organizações tenham meios de medir o nível de satisfação de seus colaboradores, quanto maior o nível de motivação dos colaboradores o ambiente de trabalho se torna mais amistoso, empático e dessa forma reflete nos resultados da organização de forma positiva. Por essa razão entende-se que, os recursos humanos exercem influência em toda a organização quando as pessoas conseguem ampliar e entender os objetivos da organização, dessa forma os colaboradores criam uma organização mais competitiva (ZACCARELLI; CARDOSO, 2002). Os recursos humanos são essenciais e indispensáveis para qualquer organização, são o combustível que faz a máquina se movimentar. Vedovello (2012) defende que as organizações conseguem alcançar os seus objetivos através do uso competente combinando tanto os recursos humanos quanto os técnicos, estruturais e financeiros.

A existência do clima organizacional visa a melhorar o clima, a insatisfação e melhorar os resultados da organização. O clima organizacional é o termômetro das organizações, se a motivação está em alta, o clima será de colaboração, quando cai a motivação, o clima fica



desinteressante e apático (CHIAVENATO, 1994). Já para Luz (2003), clima organizacional são as impressões gerais ou percepções dos empregados em relação ao meio ambiente de trabalho embora nem todos nem todos os indivíduos tenham a mesma opinião. Segundo Fleury e Sampaio (2002), o clima organizacional é definido como a capacidade das pessoas de compreender a organização em que trabalham, percepção essa que pode ser influenciada por fatores internos e externos. O sentido de clima organizacional retrata a noção do clima meteorológico, ou seja, um estado momentâneo das empresas. Nesse contexto, Casado (2002) acrescenta que a motivação é uma estratégia que serve para melhorar o desempenho profissional no que se refere tanto a produtividade quanto à saúde organizacional e com isso melhora a satisfação dos colaboradores. Segundo Luz (2003).

[...] mais importante que a denominação empregada para clima organizacional é a ideia que se deve ter sobre o tipo de clima nas empresas, se ele é favorável, desfavorável ou neutro em relação à organização e às pessoas. Um clima bom (favorável) acontece quando as atitudes são positivas em relação para a organização (LUZ, 2003, p. 14).

Dessa forma, entende-se que o clima organizacional é um sinalizador em tempo real de como se encontra o clima da organização, se os colaboradores se encontram motivados ou não. Em virtude disso, os líderes devem estar sempre atentos para saber qual estratégia será adotada caso seja necessária uma intervenção. Porém, a motivação é um processo contínuo, logo, é necessário que as organizações sempre estejam almejando incluir e manter uma boas metas e objetivos em acordo visando sempre o bem estar comum, o sucesso e a competitividade da organização. Para Nassar (2000), cultura organizacional é o conjunto de valores, crenças e tecnologias que mantém unidos os mais diversos membros, de todos os escalões hierárquicos, perante as dificuldades, operações de cotidiano, metas e objetivos.

Entretanto, Jones (2001) compreende que a cultura organizacional pode ser definida como a união de valores e normas que regem tanto a interação dos colaboradores das organizações como seu relacionamento com os *stakeholders*. A cultura organizacional está presente nas organizações para, juntamente com o clima organizacional, criar um ambiente laboral mais favorável. A cultura organizacional serve para administrar a maneira como o grupo

toma decisões, como eles interpretam e realizam gerenciamento do ambiente organizacional, o que fazer com as informações e o modo de agir.

De acordo com Fleury e Fischer (1996), a cultura de uma organização pode ser aprendida em vários níveis:

Quadro 3 - Níveis de cultura organizacional

<p>a) Nível dos artefatos visíveis, caracteriza-se pelo ambiente físico da organização, arquitetura e <i>layout</i> e somando a ele a forma como as pessoas se vestem e o seu comportamento visível, como os documentos. De acordo com Schein essa análise é enganadora, pois os dados são de fácil coleta por serem difíceis de interpretar porque é fácil descrever como um grupo constrói e se comporta no ambiente e seus padrões de comportamento, entretanto não se consegue compreender a lógica implícita ao comportamento do grupo.</p>
<p>b) Nível dos valores, refere-se ao comportamento dos indivíduos. Schein afirma que são difíceis de serem observados e devido a essa questão, é necessário realizar entrevistas com os membros-chave ou realizar análise documental da organização. Ao identificar esses valores, entende-se que eles refletem a cultura da organização, ou seja, eles confirmam o que as pessoas informam ser a razão de seu comportamento.</p>
<p>c) Nível dos pressupostos inconscientes, é nele que é determinado como os membros dos grupos conseguem perceber, pensar e sentir. De acordo com que os valores são compartilhados pelo grupo, eles ajudam a mostrar qual a melhor forma de solucionar os problemas, esse nível é gradual.</p>

Fonte: Fleury e Fischer (1996)

Nesse contexto, pode-se afirmar que a cultura organizacional, trata-se de um sistema de valores compartilhado pelos membros das organizações e são esses valores que diferem uma organização da outra (ROBBINS, 2002).

De acordo com o que está sendo estudado na literatura bibliográfica, podemos entender que tanto a cultura como o clima organizacional são de suma importância para que as organizações realizem um bom desempenho. De acordo com Jones (2001), a cultura organizacional pode ser diretamente afetada pela motivação e a satisfação dos colaboradores. Quando a organização possui colaboradores motivados, satisfeitos eles compartilham de um clima organizacional que recebe influência da cultura organizacional, por isso é importante que a cultura organizacional caminhe lado a lado com o clima para sempre criar um ambiente harmônico para conviver e trabalhar. Bergamini (1997) defende que a motivação vem do interior de cada indivíduo e não dependente de outras pessoas. Então para que as organizações tenham melhores resultados, além de terem líderes capacitados, adaptáveis, elas devem

oferecer, quando possível, plano de cargos e salários, benefícios, além de manter e zelar por um bom clima e cultura organizacional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa inicia-se com um estudo bibliográfico, coletando dados relacionados a liderança, perfis de liderança, clima e comportamento organizacional e motivação. Segundo Lakatos e Marconi (1987), a pesquisa bibliográfica trata-se de um estudo acerca de toda a documentação bibliográfica que já foi publicada do assunto que está sendo estudado. Para Gil (2002), a maior vantagem desse tipo de pesquisa é permitir uma cobertura mais ampla do que poderia ser realizado em uma pesquisa direta. Para esse estudo foram considerados materiais publicados como artigos, trabalhos científicos e monografias localizados em sites especializados como google acadêmico, biblioteca digital brasileira de teses e dissertações, disponibilizados na internet entre os anos de 2015 e 2021, sendo usados as palavras chaves para pesquisa, tais como: liderança; perfis de liderança; e motivação; como crivo eliminatório, devido à carência de conteúdo relacionado ao assunto estudado no período descrito, foi necessário adotar uma estratégia onde foi coletada referência de anos anteriores. Dessa forma, a pesquisa online foi realizada entre os dias 07 de abril e 26 de abril de 2021 através da plataforma *google forms*, por meio da qual foi atingido 101 respondentes.

O objetivo principal dessa pesquisa é estudar a forma como o líder pode vir a influenciar sua equipe e promover a otimização de seus resultados. Para Minayo (2000), a pesquisa é um instrumento metódico para estudar e compreender o tema de estudo, a fim de esclarecer a problemática através da relação entre teoria e prática. O grupo alvo dessa pesquisa foram homens e mulheres acima de 18 anos que trabalhem de carteira assinada, que ocupassem cargo de liderança ou não. Vale ressaltar que a identidade dos participantes não foi divulgada, mantendo o anonimato e respostas mais fidedignas. O estudo realizado transcreve a realidade através de números, para uma abordagem quantitativa, e de aspectos subjetivos para o qualitativo. Segundo Cano (2012), ambas as abordagens se complementam ao invés de divergirem entre si. O autor ainda resalta que há pesquisas bem sucedidas que foram realizadas



utilizando os métodos qualitativos e quantitativos, ele exemplifica um caso sobre entrevistas ou grupos focais para preparar um questionário ou para ajudar a entender os resultados do *survey*.

A presente pesquisa foi composta de um questionário online na plataforma do google semiaberto, quali-quantitativa e utilizou a escala de Likert para analisar os dados obtidos. Para Costa (2011) a maior vantagem do uso da escala de Likert é a facilidade do pesquisado expor o seu grau de concordância sobre qualquer afirmação, podendo ainda ser utilizada em diversos tipos de pesquisas. Em contrapartida, os críticos defendem que quanto maior é a escala maior é o grau de complexidade de raciocínio do pesquisado (HODGE; GILLESPIE, 2003).

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO E SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos dessa pesquisa foram compostos por homens e mulheres acima de dezoito anos que estejam trabalhando com carteira assinada e que ocupem ou não algum cargo de liderança na organização. Para melhor compreensão dessa pesquisa, optou-se pela amostragem não probabilística por conveniência, quanto aos critérios, os mesmos são definidos pelo pesquisador que, ao selecionar os dados da pesquisa que tem acesso, corroboram para que as informações, de alguma forma, evidenciem o universo pesquisado (GIL, 2008).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

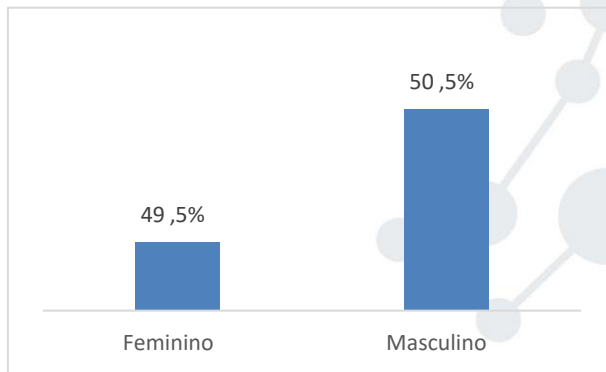
Devido ao cenário de pandemia que o mundo está enfrentando, uma grande crise mundial sendo necessário o isolamento social, identificou-se que a melhor forma de colher a amostra para a pesquisa seria de forma online para manter a integridade de ambas as partes. Dessa forma, optou-se pela plataforma *google forms*, na qual foi elaborado um questionário online para ser respondido da cidade de Mossoró e os dados foram compilados no Excel para a criação de gráficos.

A pesquisa atingiu um total de 101 respostas, sendo elas 100% válidas, não sendo perdida nenhuma do montante respondido. Observou-se que os participantes foram 50,5% do sexo masculino e 49,5% do sexo feminino e que o maior número de entrevistados se enquadra na faixa etária entre 24 e 29 anos, sendo 53% e 43% respectivamente (Cf. Gráfico 1).





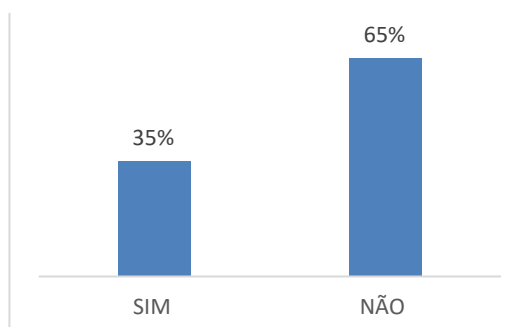
Gráfico 1 – Gênero



Fonte: *Elaboração própria* (2021)

Do montante respondente, observou-se que 35% dos entrevistados possuem cargo de liderança (Cf. Gráfico 2).

Gráfico 2 – Possui cargo de liderança?



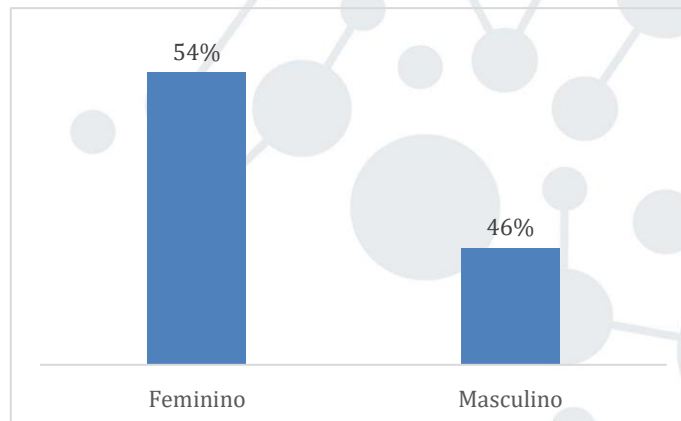
Fonte: *Elaboração própria* (2021)

O senso comum mostra a nossa sociedade sendo historicamente comandada, majoritariamente, por homens. No entanto, a realidade sugerida, hoje, por esta pesquisa, é outra. Entre os respondentes apresentou-se o gênero feminino como maioria de lideranças, sendo 54% dos cargos de liderança ocupados por mulheres, apontando para a possibilidade do empoderamento feminino nas empresas. Essa alteração de cenário pode ter sua explicação nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC, que é realizado



pelo O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e relata que cerca de 9,3 milhões de mulheres já estão a frente de negócios (SEBRAE, 2021).

Gráfico 3 -Gênero predominante em cargo de liderança

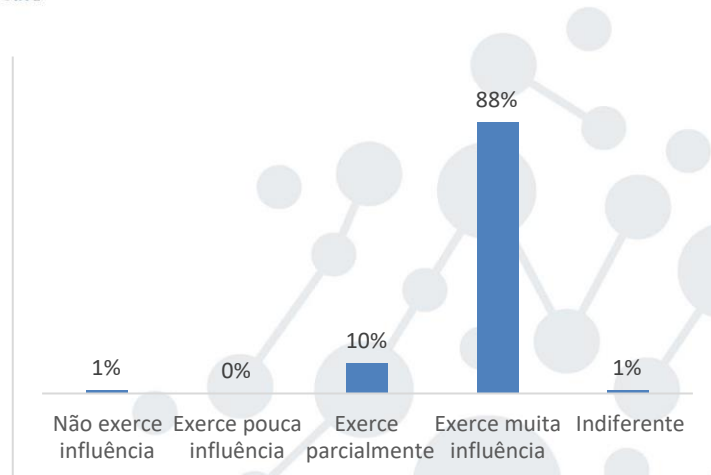


Fonte: *Elaboração própria* (2021)

O público identificou como o mais relevante o perfil de liderança liberal com 51%, o participativo com 44%, o democrata com 42% e o menos relevante foi o líder autocrata com 60% dos votos.

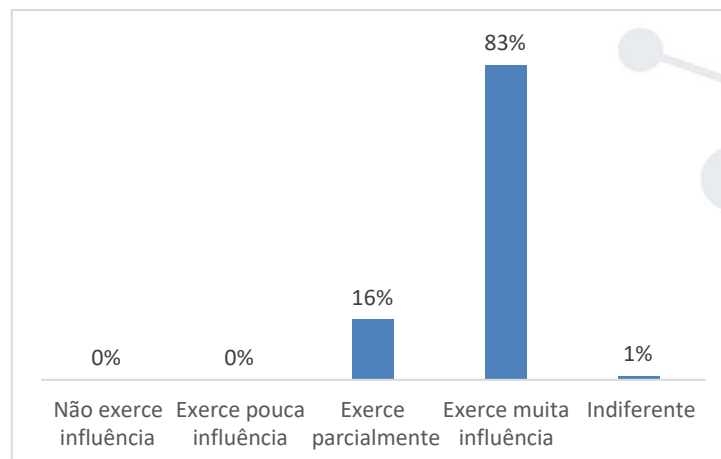
De acordo com os dados da pesquisa, é possível perceber que os respondentes apontam que o líder é um símbolo de grande influência na construção dos resultados da organização confirmando o que dizem Chiavenato (2009) e Hunter (2004), os quais defendem que os líderes podem exercer influência sobre seus colaboradores para atingir metas e objetivos. Outra pergunta realizada para os entrevistados foi para eles responderem usando a escala de Likert, com os seguintes dados: não exerce influência, exerce pouca influência, indiferente, exerce parcialmente, exerce muita influência. As perguntas foram realizadas acerca da influência do líder (Cf. Gráfico 4), do clima e ambiente organizacional (Cf. Gráfico 5) e dos benefícios (Cf. Gráfico 6).

Gráfico 4 - Influência do líder



Fonte: *Elaboração própria* (2021)

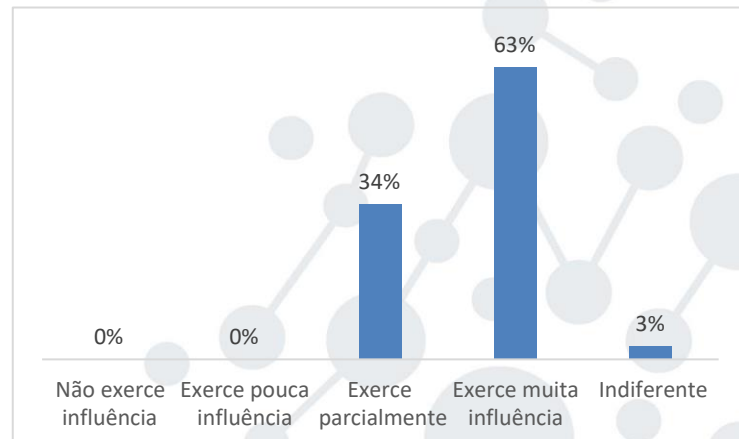
Gráfico 5 – Influência do clima / ambiente organizacional



Fonte: *Elaboração própria* (2021)

Gráfico 6 - Benefícios





Fonte: *Elaboração própria* (2021)

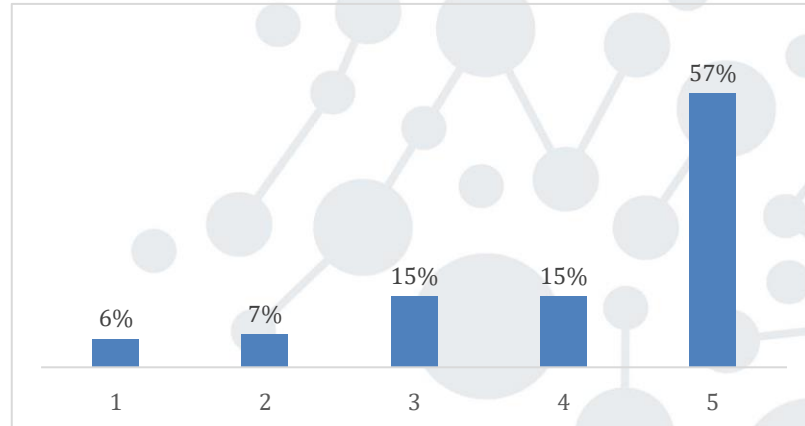
Já Montana e Charnov (2000) defendem que o líder exerce também influência sobre os colaboradores da organização e que os líderes são de extrema importância para o sucesso da organização. No entanto, o líder não é o único responsável, ele apenas cuida do capital humano que faz a grande máquina que é a organização funcionar. Robbins (2002) defende que cada colaborador possui uma necessidade individual, em virtude disso, pode-se observar que a diferença entre a influência do líder e do clima/cultura organizacional foi de apenas 5% e em relação aos benefícios a porcentagem apresentou um valor bem expressivo.

O capital humano composto por pessoas, sendo elas diferentes umas das outras, evidencia que, apesar de o líder ser o fator principal de motivação, cada colaborador possui uma necessidade singular e cabe ao líder identificar essa necessidade e trabalhar em cima dela para conseguir melhores resultados. Os gráficos de 7 a 10 retratam o grau de importância que os entrevistados dão a cada item. Foi observado que os resultados dos gráficos anteriores foram discrepantes em relação aos resultados dos gráficos de 04 a 06, em destaque para a influência do líder que no gráfico 4 apresentou 88% e no gráfico 10 apenas 44%, ou seja, a metade. Tal fato pode ser explicado por Caudron (1997), segundo ele existe mais de uma forma de se motivar alguém, ou seja, ainda concordando com Chiavenato (2009) e Hunter (2004) que defendem a influência do líder, porém existem outros fatores que podem influenciar e motivar as equipes. Bergamini (1997) complementa apontando que um fator motivador não vem cancelar o outro, ou seja, os fatores se completam.





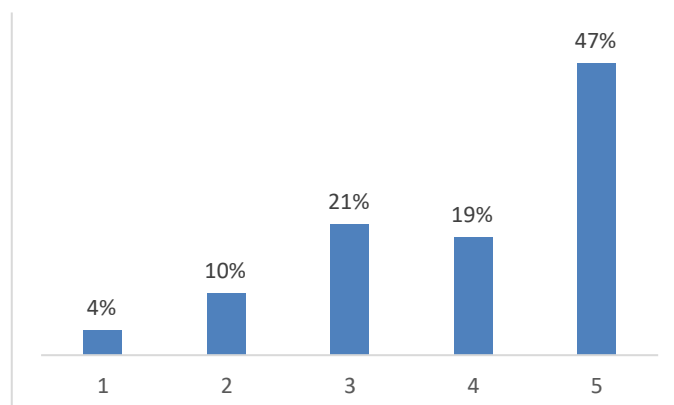
Gráfico 7 – Oportunidade de crescimento



Fonte: *Elaboração própria* (2021)

A seguir, eles relatam a respeito do salário (Cf. Gráfico 8). Bergamini (1997) alerta para esse fator, pois a motivação volta a cair depois do aumento salarial, essa é uma motivação momentânea, então deve-se ter cautela ao utilizar para motivar e incentivar os colaboradores, sendo ela um fator isolado; seguido dos benefícios, plano de saúde, vale alimentação/refeição etc (Cf. Gráfico 9) e de considerações sobre o líder (Cf. Gráfico 10).

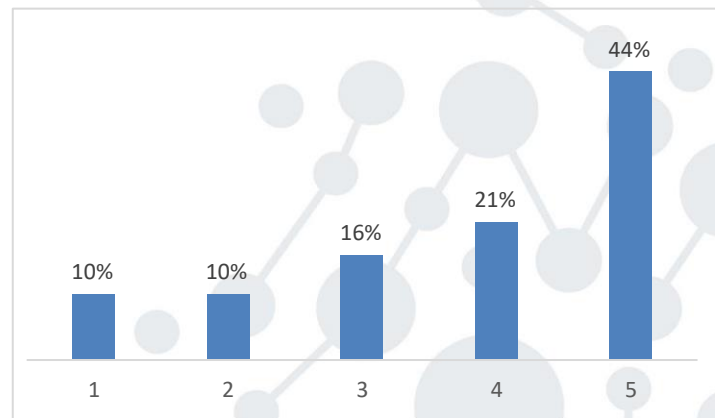
Gráfico 8 – Salário



Fonte: *Elaboração própria* (2021)

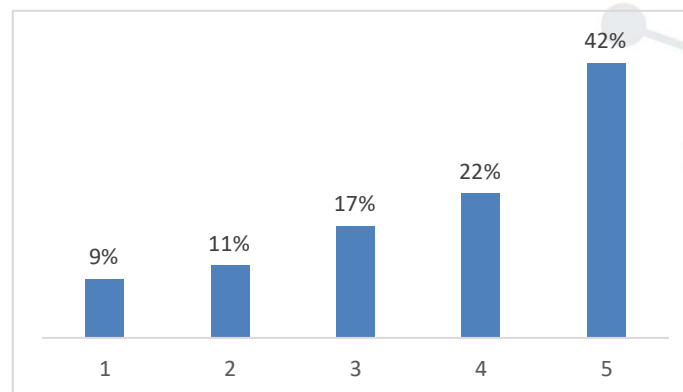
Gráfico 9 - Benefícios





Fonte: *Elaboração própria* (2021)

Gráfico – 10 Líder



Fonte: *Elaboração própria* (2021)

Com base nos dados analisados, foi possível inferir que o líder é o fator que exerce mais influência sobre a equipe, porém não é o único. A influência/motivação ocorre em consonância com toda a organização, pois, como pode-se observar, quando foi solicitado aos participantes responder, por ordem de relevância, os quesitos oportunidade de mudar de cargo ou promoção, seguido de aumento de salário e benefícios ficaram na frente do líder. Tal fato pode ser explicado por Robbins (2002), pois ele defende que cada colaborador tem necessidades individuais no que se refere ao desempenho dos colaboradores. Desse modo, aferiu-se que o



processo de influência não é única e exclusivamente responsabilidade do líder, é uma ação conjunta com toda a organização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O líder é uma das partes mais importantes da organização, o seu poder de influência sobre sua equipe já foi evidenciado tanto na literatura quanto na pesquisa, porém vale ressaltar que, além do líder, outros fatores exercem influência sobre as pessoas que compõem a equipe, tais como bom clima/cultura organizacional, salários competitivos com o mercado, oportunidades de mudar de cargo dentro da organização e benefícios são exemplos de formas que a organização tem de influenciar seus colaboradores a terem um melhor desempenho.

O objetivo principal dessa pesquisa se constitui em avaliar e estudar como e quando ocorre o processo em que o líder influencia os colaboradores, se o perfil/estilo de liderança, benefícios, cultura/clima organizacional e salário, somados com a influência que o líder exerce pode melhorar mais o desempenho dos colaboradores em relação a metas e objetivos alcançados. Sendo assim, que esse estudo possa servir de base para toda a sociedade acadêmica que tenha interesse em ampliar sua base de estudo e conhecimento em relação aos líderes, motivação e influência.

Para tanto, Hunter (2004) e Chiavenato (2009) defendem que os líderes possuem a capacidade de influenciar os colaboradores para que a organização atinja as metas e objetivos comuns de todos, porém Bergamini (1997) discorda afirmando que a motivação está no interior de cada um e que ninguém é capaz de influenciar outras pessoas. Para finalizar, Vedovello (2012) afirma que as organizações só conseguem alcançar seus objetivos unindo os recursos humanos, financeiros, estruturais e técnicos.

Entende-se, dessa forma, que a motivação e a influência do colaborador não estão apenas na responsabilidade do líder. Seja em qual cargo ele ocupe, o líder possui um grande papel na organização e na influência, porém ele não é o único, são uma soma de fatores (clima e cultura organizacional, salário e benefícios) que juntos tornam o colaborador mais motivado e o influenciam a sempre estar atento às metas e objetivos da organização. Vale ressaltar a



ausência de estudos atuais sobre liderança nos meios de pesquisa utilizados para a elaboração deste trabalho, a base bibliográfica foi maior que 5 anos.

Sendo assim, pode-se elencar alguns fatores como limitadores da pesquisa, dentre eles a pandemia da COVID-19, sem dúvidas, é o principal, pois com todo o estresse e caos que trouxe tanto para o pesquisador como para os entrevistados, todos tiveram que se reinventar para tentar manter o mínimo de sanidade. Não foi possível ter reuniões presenciais com a orientadora ou contato com os entrevistados, sendo a pesquisa toda feita de forma online. No que tange às respostas, apesar do questionário ter sido *online*, ele foi curto e com palavras simples para a fácil compreensão. Apesar disso, não tem como afirmar que os entrevistados, mesmo com as respostas anônimas, responderam de forma fidedigna ou se deram apenas uma

“resposta socialmente correta”, sendo esses os principais limitadores dessa pesquisa. Outro limitador da pesquisa foi a ausência de trabalhos atuais sobre o assunto liderança.

Tendo em vista tudo o que foi estudado, inferiu-se que há ainda uma gama de possibilidades a serem exploradas. Os dados ficam à disposição dos demais pesquisadores que queiram ampliar os conhecimentos acerca de liderança e como o líder consegue influenciar os colaboradores a melhorar seus objetivos e metas. Sugere-se um novo estudo sobre como o líder influencia fora do cenário de pandemia para ver como o resultado se comporta e se seria muito discrepante dos dados obtidos desta pesquisa. Outra sugestão seria fazer essa pesquisa *in loco*, em uma empresa de médio ou grande porte, que tivesse grande quantidade de funcionários em seu quadro e diferentes gestores para os resultados serem os mais reais possíveis. Sugere-se também que possa ser pesquisado o comportamento das lideranças no *home office*.

REFERÊNCIAS

- AMITRANO, C. *et al.* **Medidas de Enfrentamento dos Efeitos Econômicos da Pandemia COVID-19: Panorama Internacional e Análise dos Casos dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Espanha.** 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9978/1/td_2559.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.
- ANTONIO, G. C. **Gestão de Pessoas.** São Paulo: Editora Atlas S.A, 2009.



ANTUNES, B. B. P *et al.*. Progression of confirmed COVID-19 cases after the implementation of control measures. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 213–223, 2020.

ARAUJO, L. C. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2006.

ARRUDA, A. M. F. *et al.* **A Importância da Liderança nas Organizações: Introdução**. 2009.

ARRUDA, M. C. C. D; Navram, F. Indicadores de clima ético nas empresas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 26-35, 2000.

BERGAMINI, C. W. **Motivação nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BLOOM, N. To Raise Productivity, Let More Employees Work from Home. *Harvard Business Review*, [s. l.], jan./fev. 2014. Disponível em: <https://hbr.org/2014/01/toraiseproductivity-let-more-employees-work-from-home> Acesso em: 10 jun. 2021 **Caderno de Administração–CADm**, [s. l.], v. 28, p. 71–75, 5 jun. 2020.

CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, nº 31, set./dez. 2012, p. 94-119. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v14n31/05.pdf>. Acesso em: 10/09/2015

CARDOSO, R. F.; ZACCARELLI, S. B. **Estratégias para motivação e Desenvolvimento de Carreiras**. Universidade Paulista. UNIP – SP, 2002.

CARLZON, J. **A hora da verdade**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

CARVALHO, R. B. **Motivação no trabalho**. Brasília/DF, nov. 2009.

CAUDRON, S. O que motiva os empregados. **HSM Management**, São Paulo, n. 1, p.82-86, março-abril 1997.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos na Empresa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

CHIAVENATO, I. **Iniciação à Administração Geral: Conceitos de Liderança**. 3. ed. Barueri: Manole, 2009.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração: edição compacta**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.



CHOUDHURY, P. (Raj). Our work-from-anywhere future: Best practices for allremote organizations. **Harvard Business Review**, [s. l.], nov./dez. 2020. Disponível em: <https://hbr.org/2020/11/our-work-from-anywhere-future#> Acesso em: 10 jun. 2021

COSTA, F. J. **Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em administração**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

FERREIRA, G. M. M. F. **A liderança e suas relações com o comprometimento organizacional**. Natal, 2006.

FERREIRA, R. M.; MARTINS, L. S. Idalberto Chiavenato e suas contribuições para as organizações. II Mostra Científica **FAGOC**, 2017.

FIEDLER, F. E., **A theory of a Leadership effectiveness**, N. Y., Mc-Graw-Hill Book Company, 2010.

FLEURY, M. T. L.; SAMPAIO, J. D. R. Uma discussão sobre cultura organizacional. In: Fleury, M. T. L. (org.) **As pessoas na organização**. 2. ed. São Paulo: Gente, 2002.

FLEURY, M. T. O desvendar a cultura de uma organização – uma discussão metodológica. In FLEURY, M.T.; FISCHER, R. M. **Cultura e poder nas organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FRANCO, J. O. **Recursos humanos: fundamentos e processos**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

GASPAR, J. D.; PORTÁSIO, M. R. Liderança e coaching: desenvolvendo pessoas e recriando organizações. **Revista Ciências Gerenciais**, v. XVIII, n. 18, ano 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HUNTER, J. C. **O Monge e o executivo**: Uma história sobre a essência da Liderança. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

HUNTER, J.C. **O Monge e o executivo**: uma história sobre a essência da liderança. Tradução de Maria da Conceição Fornos de Magalhães. Rio de Janeiro: Sextante; 2004.

IANNINI, P. P. **Chefia e liderança**: capacitação gerencial. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000, p.24.

JONES, G. R. **Organizational Theory**. 3. Ed. New Jersey: Prentice-Hall, 2001.



JÚNIOR, S. D. S.; COSTA, F. J. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e Phrase Completion. **PMKT–Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, v. 15, n. 1-16, p. 61, 2014. KOTTER, J. P. **Liderando mudança**. Trad. de Leading Change. Rio de Janeiro: Campus, 1997

LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G.L.J. **Administração: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

LEMOS, A. H. C. *et al.* Mulheres em home office durante a pandemia da COVID-19 e as configurações do conflito trabalho-família. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, São Paulo, v. 60, n. 6, nov./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034759020200603> Acesso em: 10 jun. 2021

LOSEKANN, R. G. C. B; MOURÃO, H. C. Desafios do Teletrabalho na Pandemia Covid-19: Quando o Home vira Office. **Caderno de Administração**, Maringá, v. 28, jun/2020, Disponível em: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53637> Acesso em: 10 jun. 2021.

LUZ, R. **Gestão do clima organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade em economia globalizada**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAYO, A. **O valor Humano da Empresa**. São Paulo. Editora Pearson-2003

MONTANA, P. J; CHARNOV, B. H. **Administração**. São Paulo: Saraiva, 1999.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento Interpessoal: treinamento em grupo**. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998, p. 125-137.

NASCIMENTO, E. **Comportamento Organizacional**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008

NASSAR, P.; FIGUEIREDO, R. **O que é comunicação empresarial**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

OPAS, Organização Pan-Americana de Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19**, 2021. Elaborado por OMS/OPAS. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-dapandemia-covid-19>. Acesso em: 10 jun. 2021. <http://dx.doi.org/10.5935/0103-507x.20200028> Acesso em: 10 jun. 2021.

PEREIRA, L. A. A liderança como fator diferencial competitivo. **Periódico Científico Negócios em Projeção**, v. 5, n. 1, 2014.



- ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- ROBBINS, S. P. **Fundamentos do comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009
- ROBBINS, S. *et al.* **Comportamento organizacional**. 14ªed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.
- ROSA, L. Cultura Empresarial – Motivação e Liderança. **Psicologia das Organizações**. 1ªed. Lisboa: Presença, 1994.
- SCHEIN, E. H. **Organizational Culture and Leadership**. San Francisco, CA: JosseyBass, 2004.
- SEBRAE. **Empreendedorismo feminino: qual a sua importância para a sociedade?** 2021. Disponível em:
<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/empreendedorismofeminino/artigoempreendedorismofeminino/empreendedorismo-feminino-qual-a-sua-importancia-para-a-sociedade,5cef0ab8f5ad7710VgnVCM100000d701210aRCRD#>. Acesso em: 12 jun. 2021
- SILVA, W. R.; RODRIGUES, C. M. C. **Motivação nas organizações**. São Paulo: Atlas 2007.
- TEIXEIRA, S. **Gestão das organizações**. 3. ed. Lisboa: Escolar Editora, 2013.
- VEDOVELLO, J. G. **A Influência da Liderança no Clima Organizacional das Micro e Pequenas Empresas da Região Metropolitana de Campinas**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade Campo Limpo Paulista – FACCAMP, Campo Lindo Paulista, SP. Brasil, 2012.
- WHO, World Health Organization. **Health Emergency Dashboard**. 2021. Elaborado por OMS. Disponível em: <https://covid19.who.int/region/amro/country/br>. Acesso em: 10 jun. 2021.





ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL DE MOSSORÓ-RN

Caio Cezar de Oliveira Moura ¹

Larissa Mayara da Silva Damasceno ²

Natalia Queiroz da Silva Oliveira ³

Monikely de Oliveira Silva Paiva ⁴

RESUMO

Este instrumento vem analisar a implementação das políticas públicas de Mossoró - Rio Grande do Norte, baseado em dados obtidos através dos portais de transparência federal, estadual e municipal. A análise foi feita de forma documental e/ou bibliográfica com dados disponibilizados pelo portal da educação do Governo Federal, baseados nos dados obtidos através dos exames de avaliação da educação básica, disponibilizados nos portais de transparência do governo federal. Além disso, também foram analisados os recursos empregados nas pastas da educação com foco na pasta da educação básica. Foram coletados dados relacionados à população e às instituições locais e esses resultados mostram uma evolução no exame de algumas instituições de ensino básico e em outras, a necessidade de um investimento maior com mais controle desses resultados a curto prazo, com monitoramento ostensivo e, principalmente, o entendimento da sociedade na qual elas estão inseridas e a importância da participação dos autores em destaque na sociedade, tanto no problema quanto na criação da solução.

Palavras-chave: Educação. Implementação da Política Pública.

ABSTRACT

¹ E-mail: caeom87@gmail.com

² E-mail: damasceno.larissa@gmail.com

³ Docente do Curso de Administração da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: natyqs.queiroz@gmail.com

⁴ Docente do Curso de Administração da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN. E-mail: monielysilvap@gmail.com



This instrument analyzes the implementation of public policies in Mossoró Rio Grande do Norte, based on data obtained through the federal, state, and municipal transparency portals. The analysis was made in a documentary and/or bibliographic way with data made available by the Federal Government education portal based on the data obtained by the basic education evaluation exams made available by the federal government's transparency portals. In addition to this, the resources used in education portfolios with a focus on basic education portfolios were also analyzed. Data related to the population and local institutions were collected and these results show an evolution in the examination of some basic education institutions and others the need for greater investment with more control of these results in the short term with ostensible monitoring and especially the understanding of society which they are inserted and the importance of the participation of authors in highlighting society both in the problem and in the creation of the solution.

Keywords: Education. Implementation. Public policy.

1 INTRODUÇÃO

Em uma organização privada os cargos de gerência administrativa e financeira são de suma importância. Respectivamente, eles têm a função de gerenciar a organização cumprindo com os processos da administração, como planejar, organizar, distribuir e controlar.

Fayol (1970) aponta que gerentes apenas cumprem o Planejar, Ordenar, Distribuir e Controlar (PODC), Mintzberg (1973) corrobora a tese comentando que os programas de formação de gerentes apenas os direcionam à formação burocrática e, não, desenvolvendo talentos para a praticidade da execução das práticas formuladas em suas mentes, oriundas do processamento das informações obtidas através de inúmeros processos ali praticados.

Tal contexto assemelha-se ao quadro público, em que administradores necessitam do uso prático das informações obtidas em diversos senso aplicados por institutos governamentais ou não. Apesar das mais diversas variações, cada uma delas com uma complexibilidade, informação é o garimpo que busca a sapiência ou até mesmo simplificar a fim da redução de dedução de incertezas (BRAGA, 2000).



Uma gerência eficiente das informações obtidas dos setores organizacionais pode influenciar drasticamente no sucesso ou insucesso de seus projetos, tanto que, Drucker (1993 a, b) apresenta novo conceito dizendo que mais informação é mais conhecimento e, assim, pode ser considerado pilar fundamental de uma gestão.

As organizações, sejam públicas ou privadas, fazem uso de mão-de-obra para desenvolver ações na criação e na produção de bens ou serviços oferecidos por ela, que acabam gerando *feedbacks* positivos ou negativos para a gerência e, desse modo, o ciclo de tomada de decisões torna-se contínuo com uma enorme possibilidade de aperfeiçoamento. Por outro lado, uma ingerência desse *feedback* promove a discussão do tema, o que possibilitará a má gestão dos recursos humanos e/ou financeiros, prejudicando o desenvolvimento da organização.

Na gestão pública, as ações tomadas geram um grande impacto social, seja ele, positivo ou negativo, principalmente, nas classes menos favorecidas, moradoras de áreas com um índice de desenvolvimento humano mais fragilizado. Uma boa formação no ensino básico pode vir a ser um diferencial positivo para alunos que desejam ingressar em uma carreira de sucesso em suas profissões, principalmente, quando aperfeiçoados no ensino superior, em que a exigência por leitura e o processamento de informações são mais rigorosos. Analisar os dados obtidos pelo IDEB (Instituto de Desenvolvimento da Educação Básica) é de suma importância para a criação de projetos de melhoria e aperfeiçoamento do ensino básico, propiciando um nivelamento social mais efetivo e a melhor qualificação dos alunos inscritos nas universidades.

No contexto atual e mediante as revisões bibliográficas acerca da temática, surge a questão problema desta pesquisa: “de que modo a distribuição de recursos e a utilização de dados oficiais impactam na implementação de programas de educação?”

Diante disso, a pesquisa objetiva analisar o modo como a distribuição de recursos e a utilização de dados oficiais impactam na implementação de programas de educação. Para tanto, será necessário a) pesquisar sobre a distribuição de recursos e; b) descrever a utilização dos dados oficiais de programas de educação.

A pretensão deste estudo é inferir acerca da análise dos dados utilizados pela prefeitura municipal de Mossoró-RN. Com o desejo de contribuir com a gestão pública da cidade Mossoró-RN. Visando agregar conhecimento ao setor educacional básico e à gestão pública do

município, focando principalmente nas áreas que possam apresentar deficiência elevada de atenção do governo.

Este estudo é justificado também, pela pesquisa da distribuição dos recursos e como ele é feito e quais critérios são utilizados para que esses recursos sejam destinados às instituições de ensino com foco nas que possuem as séries iniciais.

Buscando contribuir para o desenvolvimento da educação do município e da gestão pública de Mossoró-RN, este projeto através de uma visão da sociedade e de sua participação no entendimento do que seja a gestão pública e suas ações educacionais através de programas de inclusão ao ensino de qualidade.

Campos (2012), usando dados do portal da transparência, elenca o Brasil como um dos países que mais arrecada impostos e um dos que menos tem retorno dessa verba. O monitoramento da distribuição que é ser feito pela sociedade através do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, pode impactar diretamente na eficiência da gestão da educação básica.

A busca por melhoria pode ser um processo árduo e contínuo que pode dar às organizações uma forma de vencer momentos de dificuldades. Esta pesquisa segue a estrutura tradicional dos textos acadêmicos, que na sequência da introdução apresenta, revisão da literatura sobre a temática proposta, os procedimentos metodológicos utilizados, as análises e discussão dos resultados, finalizando com a apresentação das considerações finais extraídas das análises e do alcance do objetivo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os conceitos sobre as políticas públicas que são por essência, a forma como as democracias colocam em ação os seus planos para a promoção do bem-estar social. Howlett, Ramesh e Perl (2013) atestam que as políticas públicas podem partir de vários atores, além do Estado, como por exemplo, o mercado e a própria sociedade civil. Para tanto, a participação dos mesmos precisa acontecer ao longo de todo o processo desde a elaboração até a avaliação dessas políticas.



Leslie Pal (1992:2) descreve a política pública como um caminho escolhido pela autarquia eleita para lidar com uma ou mais questões que estejam ou não interrelacionadas. Estes caminhos visam sanar algum (a) problemática existente, é construída através de instrumentos usados para enfrentar os percalços que fragilizam a sociedade afligida pelas adversidades e se organiza embasada no estudo factual, mas que possui influência nos valores, tais como, os interesses do(s) governantes, dos interesses da sociedade ou até mesmo o público-alvo.

Concordando com essa tese, Muller (2003) fala que um conglomerado de atitudes orquestradas, executadas com a intenção de alcançar uma alteração ou melhoria de uma situação problemática. Realizadas pela administração pública e/ou organizações em reação a uma diversidade existente na sociedade, seja de um público específico ou geral.

Em termos de conceituação, para esta pesquisa em específico, as políticas públicas são melhor definidas como:

[...] um processo de decisão política que se materializa em objetivos com resultados esperáveis, normalmente vinculados à transformação de uma dada realidade, com vetores distintos, e que envolvem: a) técnicos estatais e não governamentais, burocratas e políticos (tomadores de decisão); b) atores distintos (com "recursos de poder" assimétricos), cenários e conjunturas (por vezes voláteis); c) capacidade e viabilidade de o Estado disponibilizar recursos orçamentários, humanos, legais e logísticos; d) mecanismos de mensuração dos resultados. (Fonseca, 2013, p. 405).

De acordo com Silva (2014), as políticas públicas podem, a depender dos seus atores, interesses e da natureza de seus objetivos, serem definidas em quatro diferentes propostas administrativas: políticas distributivas, políticas redistributivas, políticas regulatórias e políticas constitutivas.

Para Secchi (2012), é preciso antes de qualquer conceito sobre o tema, identificar o que é um problema público e uma política pública dentro de seu ciclo de vida, que é composto por 7 fases: 1 – reconhecer a doença, a falha, ou o caso; 2 – criação de uma agenda; 3 – criação das contingências; 4 – tomada de decisão; 5 – execução; 6 – a apreciação e, por último, 7 – fim da política pública.

Um passo inicial para o nascimento de uma política pública é a identificação da lacuna existente na sociedade, ou seja, que se levante a necessidade ou o anseio da população. Um



problema público pode surgir de vários modos e formas oriundas de inúmeras possibilidades que podem vir de tempos passados ou de forma repentina e não necessariamente é criado devido a um desgaste natural ou provocado, mas também pode nascer de uma eventual melhoria situacional notada pelos atores participantes da questão, que podem ser afetados de formas diferentes, podendo até mesmo, criar uma subjetividade do problema. Contando com esses pontos, é necessário chegar a um denominador comum para que os agentes públicos (governantes, burocratas etc.) possam seguir para o próximo passo (SECCHI, 2012).

Após a definição do problema temos a construção de uma agenda política (problemas que o(s) político(s) destinam suas atenções), criando o foco de trabalho político. A partir dessa formulação vem a criação da agenda forma, que é a oficialização da agenda política que ele trabalhará (SECCHI, 2012).

Para Schattschneider (1960, p. 68), posteriormente a ordenação desses problemas, vem as denota e assim, poder ao escolher quais conflitos irá enfrentar. Secchi (2012) menciona que nesse momento é que são criados os objetivos e o caminho a trilhar, criação de programas e estratégias.

Na tomada de decisão, sendo o próximo passo depois da formulação das alternativas, os autores que irão enfrentar o problema público, demonstram suas intenções e tentam balancear seus objetivos e métodos adotados nas alternativas (SECCHI, 2012). Complementando esta afirmação, Lindblom (1959) fala que a tomada de decisão é como um quebra-cabeças que vai se encaixando aos problemas, às soluções e que o nascimento de um problema vem atrelando as alternativas que podem ser utilizadas para a resolução deles, ou seja, que no processo da criação das alternativas, problemas e soluções são convergentes e cabe aos atores juntar as pecinhas.

Quadro 01 – Resumo da teoria da tomada de decisão.

Modelos	Condições cognitivas	Análise das alternativas	Modalidade de escolha	Critério de decisão





Racionalidade absoluta	Certeza	Análise completa e cálculo de consequências	Cálculo	Otimização
Racionalidade limitada	Incerteza	Pesquisa sequencial	Comparação das alternativas às expectativas	Satisfação
Modelo incremental	Parcialidade	Comparações sucessivas limitadas	Ajuste mútuo de interesses	Acordo
Modelo de lata de lixo/fluxos múltiplos	Ambiguidade	Nenhuma	Encontro de soluções e problemas	Casual

Fonte: Adaptado de Bobbio, 2005.

O Quadro 01 é uma síntese da teoria que fala sobre a tomada de decisão em que, condições cognitivas são relativas ao intelecto combinado com racionalidade absoluta que filosoficamente demonstra a escolha pela razão e pelos melhores de forma bem calculista pelos resultados.

O quinto processo é conhecido pela conversão de intenções em ações. Nele, são colhidos os primeiros resultados da implementação de uma política pública. O processo de implementação dessas intenções é o meio de ligação entre o objetivo e o resultado concreto dela (O'TOOLE JR., 2003).

Sabatier (1986) conceituou duas formas básicas de implementação de políticas públicas:

- O primeiro modelo é caracterizado pela separação evidente do parecer decisivo da execução. Esse método é conhecido por Modelo *Top-Down* e está enraizado na separação dos políticos e dos administradores. Além dessa separação ela ainda fala que os processos de criação e decisão são devidos à parte política, findando ao administrativo o encargo de viabilizá-los.

Nesse modelo, a participação dos componentes administrativos, ou seja, aqueles que irão executar a implementação poderão alterar os meios baseados nos problemas encontrados no processo. Isso não quer dizer que os políticos e burocratas tenham sofrido um “nerf”, mas



sim, uma maior interação e participação do setor administrativo, facilitando a execução. Ele é conhecido como o *Bottom-up*, que parte de baixo para cima.

Nesse ponto, já temos a identificação do problema, a formulação de uma agenda e de suas alternativas, chegando numa tomada de decisão e a implementação dessa. No ponto a seguir e próximo passo do processo de implementação de políticas públicas, tem a avaliação sobre a validade destas e como resultaram essas implementações e ainda se houve sucesso ou não dessas políticas (ANDERSON, 1979).

Uma avaliação de políticas públicas pode ser locada em vários ramos, como o jurídico, que é levado em consideração, principalmente os aspectos legais, ou seja, que visa à preservação de direitos e a garantia dos direitos básicos do público-alvo e também a eficiência do setor administrativo. Se a avaliação visa priorizar aspectos técnicos, a visão sobre esta torna-se focada em alocação de recursos, a chamada economicidade e na eficácia no atingimento dos objetivos traçados anteriormente, por fim o financeiro de um sistema, programa ou política. Finalizando com a participação dos atores no processo avaliativo, como governantes e seus administradores (SUBIRATS, 1989).

Por último, vem a extinção da política pública, que em meados dos anos 70 foram iniciadas as primeiras edições publicadas sobre o tema. Uma das revistas pioneiras do assunto, a “The Policy Sciences”, publicou um artigo em sua revista do autor Badach (1976) que de forma inicial comenta sobre as generalizações que recaem sobre o processo de extinção de uma política pública. O autor teoriza que esse processo pode ser calculado e progressivo, baseado em uma serie de deliberações acrescidas durante e/ou posteriormente a sua implementação acabam degradando a força da ação dessa e até mesmo extinguindo recursos financeiros que a mantém. Pode ocorrer também de forma brusca que pode ser caracterizada como autoritária ou não, acabar com a vida desta.

A seguir, serão apresentados os principais conceitos e indicadores de desempenho que tratam da temática desta pesquisa, principalmente, aqueles que interferem diretamente no processo de gestão dos recursos para a Educação na esfera municipal.

2.1 ASPECTOS LEGAIS E INDICADORES DOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO



As finanças governamentais são regidas por leis, essas foram criadas para regulamentar o uso do dinheiro público e são baseadas nos mandatos. O **PPA** - Plano plurianual é o planejamento de atos a fim de alcançar números estabelecidos pelo executivo nacional e direcionada para sabatina do legislativo com prazo de execução de até o meio/fim do mandato. É nela que são estabelecidos os programas que serão atendidos na pasta da educação (LENZI *et al.*, 2018).

Não somente o PPA, mas as outras leis orçamentárias também têm como encargo a transparência dos gastos que servem de instrumento de fiscalização e ambas estão descritas como instrumentos no artigo 165 da Constituição Federal.

Com o estabelecimento das metas para o exercício dos quatro anos de mandato, são traçadas as prioridades do próximo ano de atividades. A **LDO** - Lei de Diretrizes Orçamentárias é, talvez, um dos passos mais importantes das decisões relacionadas às finanças governamentais, pois, nela são tratadas, além, das prioridades, os pontos em que as despesas podem ser reduzidas, não somente do poder executivo, mas também, dos três poderes (LENZI *et al.*, 2018).

Contrapondo as duas leis já citadas, surge a LOA - Lei Orçamentária Anual relacionando as receitas para o ano. Nela, estão contidas as fontes de receitas do governo que são votadas pelo poder legislativo. O mesmo tem por prazo estabelecido o final do primeiro semestre para aprovar as alterações na lei. Em uma leve comparação aos níveis organizacionais, a LOA é uma mescla dos níveis táticos com o operacional, em que são detalhadas todas as movimentações financeiras do governo, receitas e despesas do mandato seguinte (LENZI *et al.*, 2018).

Além da participação da população, o controle sobre tais leis é respaldado sob Decreto Lei Número 200/67, elaborado na reformulação da administração pública que serviu também para o auxílio do monitoramento e do planejamento (COCHRANE, 2003).

Já à sociedade cabe o dever de monitorar esses gastos que faz parte da composição da Lei 4.320/64 que, a fiscalização do emprego dos orçamentos e finanças dos três níveis da organização pública união, estados e municípios que sejam planejados e executados pelos poderes Legislativo e executivo, por meios internos e externos (COCHRANE, 2003).



2.2 INDICADORES DE DESEMPENHO DA EDUCAÇÃO

Para avaliar o desempenho dos países em relação à educação, a **OCDE** desenvolveu a **PISA** - Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), compreendendo o número de 70 países, foram levantados números acerca do desempenho desses alunos e criadas discussões sobre a efetividade da qualidade oferecida pelas instituições de ensino básico nos países componente da organização (OZGA, 2012). Utilizando os dados disponibilizados, países asiáticos, que no ano de 2019 foram referência em educação. Na lista dos melhores colocados encontram-se Cingapura, que ficou no posto mais alto, seguido por seus confinantes, Hong Kong, Japão, Taiwan e Coreia do Sul. Os países asiáticos estrategicamente obtiveram excelentes resultados, dando enfoque para a educação nos mais diversos níveis, utilizando o ensino médio técnico e com disciplina e planejamento bem estruturados, bem como, o afincamento no direcionamento das políticas educacionais (JARDIM, 2018).

2.2.1 Desempenho do Brasil

No Brasil, as últimas edições do exame internacional, têm mostrado muita dificuldade nas áreas avaliadas, ciências, leitura e matemática. No ano de 2015, na área de leitura, o Brasil ficou na 59ª posição em um montante de 70 países participantes da **OCDE**, havendo uma retração na colocação deste ranking que em 2012 era na 55ª colocação.

Em 2018 houve uma leve melhoria na colocação brasileira que subiu para a 58ª colocação no ranking. Em matemática, nos mesmos anos, a colocação brasileira não fugiu do cenário antes descrito na matéria de leitura. Apesar de uma leve redução da pontuação de matemática, o Brasil permanece na faixa de colocação que fica entre o 69 e 72. Para a aplicação deste exame no Brasil, o órgão responsável por ele é o **INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que faz parte do **MEC** - Ministério da Educação, somente no ano de 2018 utilizou 597 instituições de ensino, sendo privadas e públicas, que



totalizaram mais de 2 milhões de alunos e apenas uma amostra de 10.961 participaram, representando uma fatia de 0,54% (BRASIL, 2019).

No sistema de educação brasileiro, o método utilizado para a avaliação do desempenho do ensino básico disponibilizados pelo INEP é o **SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica**, que tem como propósito de existência avaliar e entender o nível de aprendizagem dos alunos nas séries iniciais e fundamentais da educação no Brasil. Ele é formulado para avaliar o contexto ao qual esse aluno está inserido, como aspectos socioeconômicas, estrutura da escola, a execução da forma de ensinar e até mesmo a gestão da escola. Com a obtenção desses resultados é criado um banco de dados que servirá como informação para que o **IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica** possa mensurar através dos índices desenvolvidos a partir do banco de dados a que nível está a educação básica e assim possa desenvolver através de planejamento, práticas para evoluir o processo de pedagógico. O IDEB é uma importantíssima ferramenta de utilização ilimitada relacionada ao direcionamento de investimentos nas áreas mais necessitadas de atenção por partes de governantes e, não só isso, podem monitorar o desempenho de escolas na evolução da passagem dos alunos de uma série para outra (FREITAS, 2020).

O governo brasileiro através do PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação estipulou como meta para o próximo exame que será aplicado no ano de 2022 a meta de 6.0 (FREITAS, 2020).

2.2.2 Desempenho do Rio Grande do Norte

Na última década, o sistema de ensino brasileiro vem sofrendo com as constantes mudanças, também devido ao acelerado processo de globalização que tem sido voraz, principalmente com os menos favorecidos. Fatores têm contribuído muito para essa adaptação do ensino nacional e no nosso estado. O mau uso dos recursos públicos e o desnível na qualidade do ensino nas escolas são fatores determinantes na depreciação da formação do ensino (ALVES, 2008).

Garcia (2014) reconhece que a aparelhagem, os equipamentos e a devida manutenção desses, tal como o auxílio na aprendizagem dos alunos são fatores que compõem a infraestrutura



escolar, alertando a inúmeros autores no cenário brasileiro. Com as elevadas discrepâncias relacionadas à igualdade nas diversas redes de ensino, têm sido mostrados em diversos estudos que analisam o quadro educacional regional (LACRUZI *et al.*, 2019).

Sátyro e Soares (2007), aferindo informações disponibilizadas pelos Censos Escolares entre os anos de 1997 e 2005, chegou à conclusão que, a infraestrutura escolar não incidiu nos números relacionados à reprovação e aprendizado dos alunos. Já no Relatório, Coleman sugere que a participação da escola no aprendizado do aluno é limitada e com a utilização de variáveis que fazem menções à infraestrutura e aos equipamentos escolares são formadores de bons resultados (COLEMAN *et al.*, 1966).

Embasando a teoria de que o espaço físico e até mesmo os espaços vazios no local de ensino, ou seja, na escola ou até mesmo em casa, composto por paredes e até a sala na qual o aluno está inserido tem relevante importância para o processo de aprendizado e ainda completa que a edificação e o espaço podem ser usados de forma proposital a enquadrar certos tipos de conteúdo que podem variar de acordo com a época (BARGUIL, 2006).

Nesse contexto foi criado um Indicador de Infraestrutura Escolar - **IIE**, que capta e avalia as condições estruturais das escolas públicas de ensino fundamental. Esse indicador é dividido em 3 subindicadores: a) Indicador infraestrutura escolar; b) Indicador desempenho educacional; c) Indicador investimentos públicos em Educação. Acerca da infraestrutura escolar foram elencados alguns parâmetros para compor a pontuação do índice. O **Quadro 02** os descreve como:

Quadro 02 - Indicadores componentes por dimensão do Índice de Infraestrutura Escolar
– 2007 e 2017

Dimensão	Indicador
----------	-----------





Infraestrutura de serviços básicos (ib)	de	1- Local de funcionamento do prédio escolar 2- Existência de água filtrada 3- Existência de água rede pública 4- Existência de energia rede pública 5- Existência de esgoto rede pública 6- Existência de alimentação 7- Existência de lixo coleta periódica 8- Acesso à internet
Infraestrutura física (if)		1- Existência de sala de professor 2- Existência de laboratório de informática 3- Existência de laboratório de ciências 4- Existência de quadra de esportes 5- Existência de cozinha 6- Existência de biblioteca 7- Existência de parque infantil 8- Existência de banheiro
Disponibilidade de Equipamentos (de)	de	1- Existência de equipamento de TV 2- Existência de equipamento de copiadora 3- Existência de equipamento de impressora 4- Existência de computador
Capacitação Discentes (cd)	de	1- Existência de EJA- escolas com Educação de Jovens e Adultos 2- Existência de escolas com Educação Profissional

Fonte: Adaptado INEP - Censos Escolares (2007 e 2017).

Foi usada a forma binária para calcular o índice, sendo dado o número um para a constatação do item avaliado e 0 para a inexistência deste item. Posteriormente, foi desenvolvida uma fórmula para que esses índices pudessem formular um valor específico, atribuindo uma nota de IIE com a utilização de subitens inclusos dentro da equação. O cálculo é dado da seguinte forma:

$$SIIE_{jp} = \frac{\sum_{i=1}^n E_{pij}}{\sum_{i=1}^n E_{mazi j}}$$





SIIEjp = Subíndice de Infraestrutura Escolar referente à j-ésima dimensão e p-ésima escola

E_{pij} = escore obtido pela p-ésima escola no i-ésima dimensão (0 ou 1)

E_{maxij} = escore máximo do i-ésima indicador da j-ésima dimensão

j = 1, ... m, número de dimensões

p = 1, ..., k, número de escolas

i = 1, ..., n, número de indicadores da j-ésima dimensão

Com uma variância de resultados que podem ir de 0 (ausência de todos os indicadores) a 1 (constatação da existência de todos os indicadores), no cálculo aritmético dará o resultado de subíndices.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa tem como finalidade a construção de um pensamento teórico baseado em levantamentos conceituais e sistematizados, caracterizando-se como básica. Uma pesquisa básica ou teórica, busca a melhoria de um pensamento já existente, contribuindo, compreendendo e até esclarecendo fenômenos (Trujillo Ferrari, 1982).

Triviños (1987, p. 100) explica que uma pesquisa descritiva tenta entender o que está sendo estudado conhecendo seus problemas e suas características, descrevendo com exatidão dos fatos e fenômenos da existência. Esse instrumento caracteriza-se como descritivo por tentar compreender a implementação de políticas públicas na pasta de educação básica, no município de Mossoró-RN.

Quadro 03 – Fontes de pesquisa

Fontes	Assunto pesquisado
Google acadêmico, Sielo e BDTD	Política pública
	Política
	Educação básica
	Implementação de políticas públicas
	Leis orçamentárias





Sites oficiais do governo

Leis orçamentarias

Dados INEP

Fonte: autor, 2021.

Esse instrumento classifica-se como qualitativo usando métodos estatísticos teórico-empíricos.

Quanto ao procedimento metodológico adotado nesta pesquisa, foi escolhido o bibliográfico/documental, que utiliza fontes como o <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>, e <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>. Esse tipo de pesquisa tem um diferencial vantajoso que permite ao cientista uma amplitude de informações em relação a outros processos, coletando banco de dados secundários e, assim, caracterizando, também, como documental, a fim de averiguar possíveis incongruências ou divergências (ZANELLA, 2013).

Este trabalho tem por objetivo entender a implementação de uma política pública relacionada à pasta da educação básica, no município de Mossoró-RN. Foram utilizados relatório emitidos por organizações governamentais, como secretarias de finanças e portal da transparência.

A análise de conteúdo de banco de dados, coletada através de material documental, disponibilizado no portal da transparência do governo federal, por meio do link <http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2019>, no formato HTML e convertido para o formato.XML, utilizado pelo Microsoft Excel e em conteúdos disponibilizados nos portais de informações internacionais com o poder 360 por meio do link <https://www.poder360.com.br/economia/pib-da-china-avanca-61-em-2019-menor-crescimento-em-29-anos>.

Os relatórios dos desempenhos dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, podem ser gerados de qualquer localidade, baseados tanto nas instituições de ensino municipais quanto nas estaduais e federais são disponibilizados no site <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Após a identificação dos meios de coleta dos dados iremos para a análise destes.

4 RESULTADOS



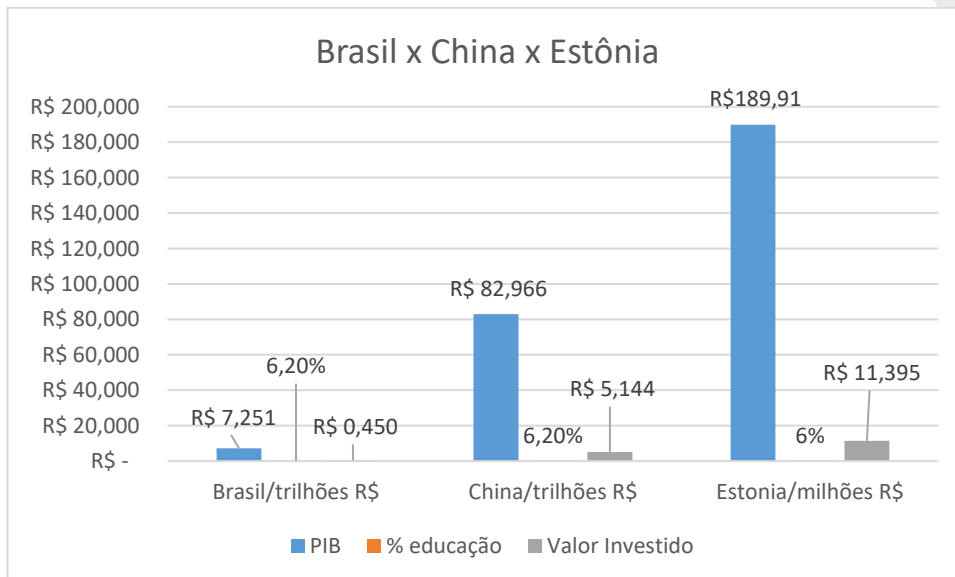
Os dados foram coletados principalmente em sites governamentais, como o portal da transparência e outros criados por especialistas na área de finanças públicas internacionais.

4.1 COMPARANDO OS INVESTIMENTOS A NÍVEL MUNDIAL

Em 2019, o PIB - Produto Interno Bruto brasileiro fechou com aumento de 1,1% em relação ao ano de 2018. O Brasil fecha 2019 com o valor de R\$ 7.251.238.000.000,00 trilhões de reais investindo, assim, 6,2% desse valor na pasta da educação. O investimento em educação é baseado e comparado utilizando percentuais do PIB.

Rodrigues *et al.* (2020) apresenta a China com um PIB US\$ 14.400.000.000.000,00 trilhões de dólares, que convertidos para a moeda corrente no Brasil (câmbio atual) representam R\$ 82.966.564.800.000 trilhões de reais.

Gráfico 01 – comparativo Brasil x China x Estônia



Fonte: autor, 2021.

Utilizando esses dados para a realização de uma simplista comparação entre ambos, se pegarmos os mesmos 6,2% que o Brasil investe em educação como ponto de referência, o valor

do investimento giraria em torno de R\$ 5.143.927.017.600,00 trilhões de reais, valor que quase se equipara ao PIB total brasileiro.

A Estônia, país com menos de 1% da população brasileira, 1.323.824 milhão de habitantes, teve um investimento no ano de 2019 em educação equivalente a 6% do PIB que foi de € 28.037.000,00 milhões de euros, totalizando R\$ 189.910.805,94 milhões de reais. Nóbrega (2020), utilizando da lista dos países que compõem a **OCDE** - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, faz uma relativização entre Investimento e Resultado e aponta a média em %/PIB desses países é de 5%, ficando apenas próximo ao Reino Unido que utilizou 6,2 % do valor do PIB em investimento na educação.

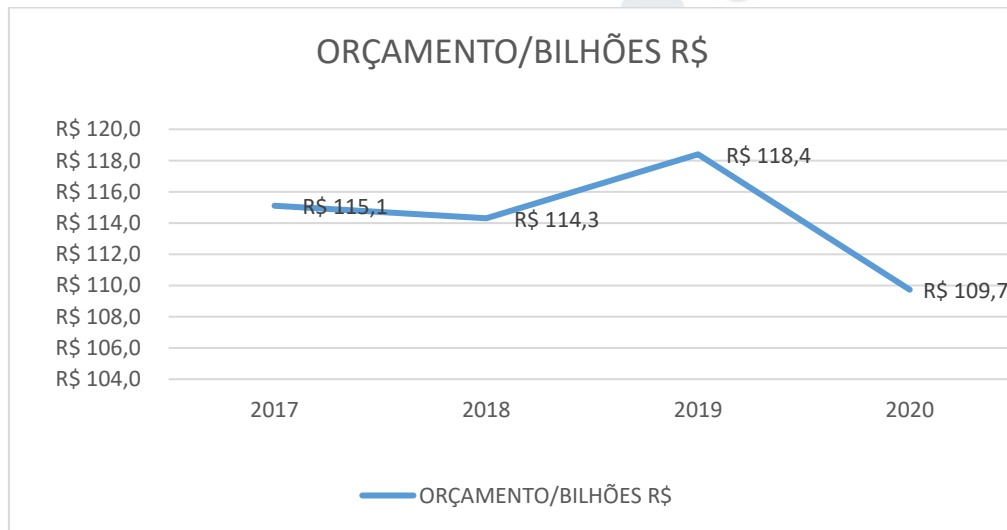
4.2 INVESTIMENTOS A NÍVEL FEDERAL

No ano de 2020 o orçamento disposto para a educação sofreu um reajuste para menos em relação ao ano de 2019 que, no ano atual é de R\$ 109,73 bilhões e no ano anterior foi de R\$118,40 bilhões de reais (GOVERNO FEDERAL, 2020).

Esses valores têm alternado entre aumentos e reduções nos últimos anos que comparativamente no ano de 2018 R\$ 114,31 bilhões de reais em relação a 2017 que teve um orçamento que ficou em R\$ 115,11 bilhões, sofrendo uma redução de R\$ 800 milhões. Para o ensino básico, apenas no ano de 2019, foram destinados 3,41% que em miúdos equivale a R\$ 4.034.773.769,44 de reais, já no ano de 2018 esse valor foi um pouco maior com uma diferença R\$ 506.646.576,18 milhões, totalizando R\$ 4.541.420.345,62 bilhões, que em números percentuais, indicam ter havido uma redução no investimento em educação básica de 11,16% (GOVERNO FEDERAL, 2020).

Gráfico 02 – gráfico em linha dos anos de 2017 a 2020 do orçamento da educação





Fonte: autor, 2021.

Esses valores são definidos em plenário pelo poder legislativo através das leis que querem o erário público em relação aos gastos federais, estaduais e municipais.

4.2.2 Investimentos a nível estadual

A Constituição Federal prevê que os Estados tenham um investimento em educação equivalente a 25% do valor ordinário. No ano de 2019 foi aprovado um percentual de 25,85% na LOA. Até o mês de outubro de 2020 foi orçado o valor de R\$ 4.464.236.339,54 bilhões de reais e, retratado em números percentuais equivale a 4% do total orçado para a pasta da educação no Brasil.

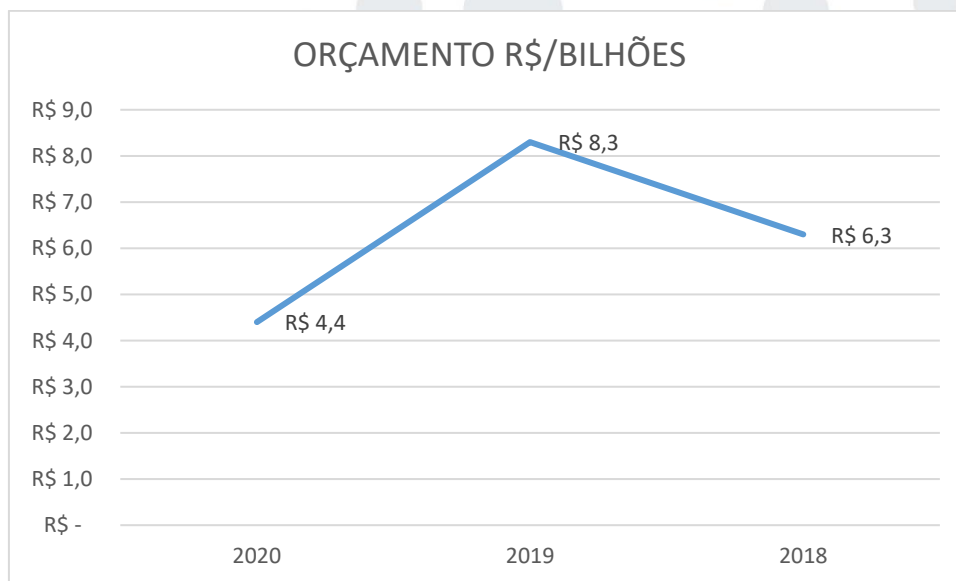
No ano de 2019, o Estado do Rio Grande do Norte registra um orçamento de R\$ 8.348.609.340,06 bilhões, tendo uma diferença R\$ 3.884.373.000,52 bilhões, que pode ter sido motivado pelo período pandêmico (pandemia do SARS-Covid19) vivido no Brasil (e no mundo). De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o período pandêmico afetou cerca de 90% dos estudantes pelo mundo nos níveis básico, médio e superior.





Na mudança dos anos de 2018 para 2019 houve um aumento desse orçamento no valor R\$ 1.985.393.761,81 bilhão, que em pontos percentuais equivalem a 31% em relação ao ano de 2018 (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2020).

Gráfico 03 – gráfico em linha dos anos de 2018 a 2020 do orçamento da educação



Fonte: autor, 2021.

No ano de 2017 esse orçamento já foi um pouco melhor em relação a 2018 que sofreu uma redução R\$ 839.175.919,49 milhões, 11 (onze) pontos percentuais relacionados ao valor orçado em 2017 (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2020).

4.2.3 Investimentos a nível municipal, caso Mossoró

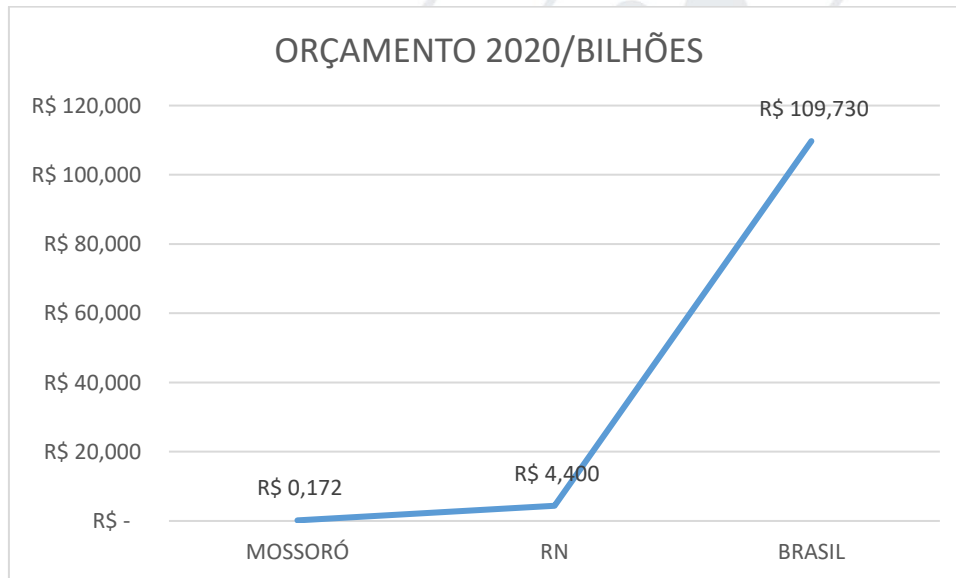
Em Mossoró-RN desde o ano de 2014 a cidade tem aumentado o seu investimento em educação, especialmente na área da educação básica com construções de unidades de educação infantil e manutenção de outras. Na gestão que governou a cidade entre os anos de 2016 e 2020, começa com um investimento orçado na **PPA** equivalente a R\$ 130.489.949,00 milhões e pula para R\$ 137.014.452,00 milhões no ano seguinte e aumentos de 1,14% e 1,05% para o ano de





2019. No ano de 2020 um recorde no investimento em educação que ficou na casa dos R\$ 172.586.100,00 milhões (MOSSORÓ, 2020).

Gráfico 04 – gráfico em linha dos anos de 2018 a 2020 do orçamento da educação



Fonte: autor, 2021.

O gráfico mostra que o RN utiliza 4% do orçamento nacional para o ano de 2020, enquanto o orçamento de Mossoró-RN fica com apenas 0,15% do cenário nacional. No cenário estadual, o orçamento municipal fica com 3,9% em relação ao estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise bibliográfica/documental sobre a implementação de políticas públicas que podem variar regionalmente, pode vir a levantar questões que podem agregar ao debate e ao conhecimento da sociedade para um desenvolvimento positivo da educação.

Entender como é o processo de criação de uma política pública pode fazer total diferença no desenvolvimento da sociedade de modo geral. Compreender que os atores têm total relevância do início (observação da existência do problema) até a formulação de um plano



de ação para a solução deste. Facilitando a compreensão de que a política pública tem um começo, um meio e um fim com sua extinção.

No município de Mossoró, parte importante é ver a destinação dos recursos empregados na pasta da educação e como está o desempenho escolar principalmente das instituições de ensino básico.

A falta de conhecimento da população dos assuntos administrativos do poder público e dos passos que a gerência executiva pública toma pode ser de total relevância para a sociedade. Contudo, questões como o acesso a essas informações, principalmente com leis orçamentárias que necessitam de uma interpretação melhor, haja vista, alguns termos adotados não são facilmente entendidos por leitores com mais dificuldades de interpretação.

A busca por informações bibliográficas e/ documentais acarretaram algumas dúvidas quanto a termos utilizados, principalmente na prestação de contas do município e do estado, no investimento da pasta de educação básica. Outro ponto chave que dificultou a coleta dos dados foi de artigos relacionados à especificidade que este instrumento possui. Nas leis orçamentárias do município de Mossoró, não vêm especificados os valores que a pasta utilizou, apenas conta com a porcentagem que ficou estabelecida no plenário, restando, assim, ao pesquisador, buscar em outras fontes o valor total do orçamento e calcular.

Por outro lado, o recolhimento de dados por parte do portal de educação, como notas do IDEB é fácil e transparente, com filtros muito fáceis de serem usados para a pesquisa se forem necessários. O acesso facilitado a assessores e a vereadores fez total diferença na coleta dos dados por parte do município.

Para a prosperidade, fica a oportunidade de buscas mais específicas para o município de Mossoró-RN, como pesquisas relacionadas às políticas públicas educacionais e o combate à desigualdade de recursos nas instituições menos favorecidas e sobre os critérios adotados para essa distribuição. Diferenciação sobre custo-benefício de investimentos em multimídias em tempos pandêmicos ou não.

REFERÊNCIAS



ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 4, n. 7, p. 49-81, jan./jun. 2016. <https://doi.org/10.20336/rbs.150>.

ANDERSON, C. W. The place of principles in policy analysis. *American Political Science Review*, v. 73, n. 3, p.771-723, set. 1979.

Bardach, Eugen (1976). Policy Termination as a Political Process, *Policy Sciences*, 7(2), 123-131.

BARGUIL, P. M. O homem e a conquista dos espaços. Fortaleza: LCR, 2006.

BOBBIO, L. Decisione. In: CAPANO, G.; GIULIANI, M. *Dizionario di Politiche Pubbliche*. Roma: Carocci, 2005.

BRAGA, Ascensão. A gestão da informação. Millenium, 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em leitura, matemática e ciências no Brasil. 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil/21206. Acesso em: 18 nov. 2020.

CAMPOS, Yuri et al. A importância da Gestão pública em sua vida. 2012. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-da-gestao-publica-em-sua-vida>. Acesso em: 19 out. 2020.

COCHRANE, Teresinha Maria Cavalcanti; MOREIRA, Stenio da Silva; PINHO, Ruth Carvalho de Santana. A importância do controle interno na administração pública brasileira e a contribuição da Contabilidade como principal instrumento de controle na busca da eficiência da Gestão Pública. *CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL*, v. 9, 2003.

COLEMAN, J. S. et al. Equality of educational opportunity. Washington, DC: U.S. Department of Health, Education and Welfare, 1966.

FONSECA, F. Dimensões críticas das políticas públicas. *Cad. EBAPE. BR*, v. 11, n. 3, p. 402-418, set./nov. 2013.

FREITAS, Evelyn Damasceno Silva de. Práticas de gestão do conhecimento como variáveis intervenientes nos resultados do IDEB. 2020.

GALLIANO, Guilherme. O método científico: teoria e prática. São Paulo: Mosaico, 1979.





- GARCIA, P. S. Um estudo de caso analisando a infraestrutura das escolas de ensino fundamental. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, Curitiba, v. 9, n. 23, p. 137-159, set./dez. 2014.
- HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. *Política Pública: seus ciclos e subsistemas – uma análise de políticas públicas a partir das relações Estado e Sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- JARDIM, C. O modelo 'linha dura' de educação que pôs um pequeno país asiático no topo de ranking mundial. In: *BBC News Brasil*. Rio de Janeiro, 26 set. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45581412>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- LACRUZI, A. J.; AMÉRICOII, B. L.; CARNIELIII, F. Indicadores de qualidade na Educação: análise discriminante dos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 24, e240002, mar. 2019. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782019240002>.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LENZI, Tié et al. SAIBA O QUE É PPA, LDO E LOA. 2018. Disponível em: <https://www.todapolitica.com/ppa-ldo-loa/>. Acesso em: 27 out. 2020.
- LINDBLOIVI, C. E. The science of "muddling through". *Public Administration Review* v. XIX, n.2, p.79-88, 1959.
- MARQUES, Antônio Luiz. Gerentes em organizações públicas: características do trabalho e contexto profissional. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.* [online]. 2011, vol.4, n.1, pp. 93-103. ISSN 1983-8220.
- MOREIRA, Bernardo et al. *Conhecimento, poder e a organização*. 2014. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/conhecimento-poder-e-a-organizacao>. Acesso em: 20 out. 2020.
- MORENO, Ana Carolina. Brasil cai em ranking mundial de educação em ciências, leitura e matemática. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-cai-em-ranking-mundial-de-educacao-em-ciencias-leitura-e-matematica.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- MOSSORÓ. PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. PPA, LDO E LOA. 2020. Disponível em: <http://168.232.152.232:8282/transparencia/orcamento.aspx>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- MULLER Pierre. *Les Politiques publiques*, Paris: PUF, [1990] 2003 (6em ed).



NÓBREGA, Maílson da et al. EDUCAÇÃO: DEVEMOS GASTAR MAIS? Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/mailson-da-nobrega/educacao-devemos-gastar-mais/#:~:text=Segundo%20a%20Secretaria%20do%20Tesouro,at%20a%20Glance%2C%20de%202019>. Acesso em: 29 out. 2020.

O'TOOLE JR., L. J. Interorganizational relations in implementation. In: PETERS, B. G.; PEIRRE, J. (Orgs) Handbook of public administration. Londres/Califórnia: Thousand Oaks/Sage Publications, 2003.

ORICCHIO, A. 18ª viagem educacional do SIEEESP: conhece sistemas de ensino da Cingapura e Coreia do Sul. Escola Particular: publicação mensal do Sindicato dos estabelecimentos de ensino do Estado de São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 208, p. 4 - 17, jul. 2015. Disponível em: www.sieesp.org.br/uploads/sieesp/imagens/revista/revista_208.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

OZGA, J. Assessing PISA. European Educational Research Journal, vol. 11, n. 2, jan./jun. 2012, p. 166 - 171. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.2304/eeerj.2012.11.2.166>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PAL Leslie. A. Public Policy Analysis: An Introduction (2nd edition). Toronto: Nelson, 1992. POLANYI Karl, ARENSBERG Conrad (dir.) Trade and Market in the Early empires. Economics in History and Theory, New York: The Free Press. 1957.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil); CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU. Portal da Transparência do Governo Federal, Convênios por Estado/Município: banco de dados. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2020>. 26 de out. de 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil); CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU. Portal da Transparência do Governo Federal, Convênios por Estado/Município: banco de dados. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/localidades/RN-rio-grande-do-norte>. 26 de out. de 2020.

RODRIGUES, Douglas et al. PIB da China avança 6,1% em 2019, menor crescimento em 29 anos. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/pib-da-china-avanca-61-em-2019-menor-crescimento-em-29-anos/>. Acesso em: 29 out. 2020.

SABATIER, P. A. Top-down and bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis. Journal of Public Policy, v. 6 n. 1, p. 21-48, 1986.

SÁTYRO, N.; SOARES, S. A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005. Brasília, DF: Ipea, 2007. (Textos para discussão, Vol. 1267).



SCHATTSCHNEIDER, tr. E. The semisouerezgn peop'e'. a tealist's view of democracy in Amenca. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

SECCHI, Leonardo. Ciclo de políticas públicas. In: SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Cap. 3. p. 33-54.t

SILVA, Monikely de Oliveira. PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO À LEITURA – PROLER: avaliação da implementação pelo comitê potiguar. 2014. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração, CCSA/PPGA, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19419>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SUBIRATS, J. Análisis de políticas públicas y eficacia de la adminstración. Madri: Inap, 1989.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TRUJILLO FERRARI, Alonso. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

UNESCO. A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19. Paris: Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das> Acesso em: 4 jun. 2020.

VASCONCELOS, Joyciane Coelho et al. Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, n. AHEAD, 2020.

ZANELLA, Profa. Liane Carly Hermes (ed.). Metodologia de Pesquisa. 2. ed. Santa Catarina: Departamento de Ciências da Administração/Ufsc, 2013.



**ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA NA ABERTURA DE
UMA EMPRESA NO PERÍODO DA PANDEMIA: estudo aplicado em uma empresa do
ramo alimentício em um shopping center na cidade de Mossoró/RN**

Marina Linhares Almeida¹

Jane Elly Nunes da Costa Lima²

Ítalo Carlos Soares do Nascimento³

Iriane Teresa de Araújo⁴

Natália Queiroz da Silva Oliveira⁵

RESUMO

Devido às incertezas das organizações quanto ao rumo do negócio, tendo em vista ao cenário de pandemia, os indicadores econômico financeiros se tornam cada vez mais importantes para analisar a situação econômica e financeira e por permitir uma tomada de decisão mais consciente. Desse modo, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a viabilidade econômico-financeira da empresa com a operação no shopping center. Quanto seus aspectos metodológicos, é uma pesquisa descritiva quanto aos seus objetivos, com conotação quanti-qualitativa. Trata-se de estudo de caso aplicado em uma empresa do setor de serviços alimentícios, atua no ramo de delivery na cidade de Mossoró/RN. Os resultados mostram uma TIR de 27,15% assim como um *Payback* de 2 anos e 6 meses no cenário esperado dessa forma apontam, o investimento como atrativo economicamente em todos os cenários estudados.

¹ Graduanda. Discente do Curso de Administração da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN. E-mail: marina.almeida@aluno.catolicadorn.com.br

² Mestre. Docente do Curso de Administração da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN. E-mail: jane_elly@hotmail.com

³ Mestre. Docente do Curso de Contábeis da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN. E-mail: italocarlos25@gmail.com

⁴ Doutora. Docente do Curso de Administração da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN. E-mail: irianearaujo82@gmail.com

⁵ Docente do Curso de Administração da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: natyqs.queiroz@gmail.com



Palavras-Chave: Planejamento, Finanças, Expansão.

ABSTRACT

The current world of business imposes a fierce competitiveness between organizations. In this context, economic and financial indicators are becoming increasingly important for analyzing the economic and financial situation and for allowing more conscious decision-making. Thus, this research aims to analyze the company's viability with the operation in the shopping center and the investment's viability. Regarding its methodological aspects, it is a descriptive research as to its objectives, with a quantitative and qualitative connotation. This is a case study applied to a company in the food service sector, it operates in the delivery business in the city of Mossoro / RN. The results show an IRR of 27.15% as well as a Payback of 2 years and 6 months in the expected scenario. Thus, investment is seen as economically attractive in all scenarios studied.

KeyWords: Planning, Finance, Expansion.

1 INTRODUÇÃO

Os indicadores econômico financeiros se tornam cada vez mais importantes para analisar a situação econômica e financeira e por permitir uma tomada de decisão mais consciente. Assim, a estratégia competitiva das organizações nesse contexto, trata da sobrevivência e maximização de seus resultados por parte das organizações, onde a informação se torna a variável mais importante (GITMAN, 2010).

Desse modo, estamos falando de uma decisão mais assertiva possível, que requer uma análise, um planejamento, porque se tratam de riscos de perdas ou ganhos para as organizações (AMARAL; GUERREIRO, 2018). Para Diniz (2015) um estudo do desempenho econômico/financeiro de uma determinada empresa em um dado período de tempo, tem a finalidade de diagnosticar e prever comportamentos futuros. Desse modo, auxiliam no objetivo principal das empresas que é a maximização do lucro.



Desta forma, a análise de viabilidade econômica financeira é de extrema importância para a tomada de decisão da empresa a respeito de determinado objetivo. De acordo com Ross (2013), as organizações têm enfrentado com frequência, questões mais amplas, como a de lançar ou não um produto, ou entrar ou não em um novo mercado. Decisões como essas determinarão a natureza das operações de uma empresa e dos produtos nos próximos anos (ROSS, 2013). Assim, temos a problemática de estudo: o investimento das operações da empresa no shopping center em cenário de pandemia é viável?

Com base no problema de pesquisa acima, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a viabilidade econômico financeira das operações de uma empresa no shopping center em um cenário de pandemia. Para tanto, realizou-se projeções do negócio, o prazo de retorno do investimento, utilizando indicadores e cálculo real dos custos atuais do produto. Devido à grande alta nos preços dos insumos, assim como nos custos fixos para manter a operação no shopping, é de extrema importância calcular os novos valores de custos dos produtos, para realizar a análise de viabilidade da operação.

A estrutura desse estudo foi dividida em cinco partes, onde a introdução é a primeira parte, na segunda parte é apresentado o referencial teórico onde são explanados e demonstrados conceitos e os indicadores utilizados para calcular a viabilidade econômico-financeira. Em sua terceira parte explica-se a metodologia utilizada sendo ela uma pesquisa descritiva com conotação quanti-qualitativa, já na quarta parte foi demonstrado os resultados da pesquisa e os dados do projeto, assim como o desenvolvimento da metodologia, finalmente a quinta parte são concretizados as conclusões e considerações finais, procurando atender os objetivos e responder as questões levantadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA

Costa et al. (2011) ressalta que o momento em que é analisada uma empresa nos atributos econômicos e financeiros, é verificado, por meio de índices, o seu comportamento quanto a competitividade da indústria e quanto a capacidade de pagar suas obrigações. O autor



ainda explica que a análise de viabilidade econômico-financeira tem o objetivo de retirar informações das demonstrações financeiras e dos relatórios das organizações, com interesse em interpretar, em termos quantitativos, o efeito das decisões tomadas pela empresa.

De acordo com o SEBRAE (2019) a viabilidade financeira é calculada em cima de lucros e despesas. A partir do momento em que o gestor pensa em fazer um investimento ele tem que se preocupar com a viabilidade do mesmo, e se ele vai trazer o retorno desejado. Essa análise é de extrema importância em diversos casos como: a abertura de uma nova empresa, expansão de negócios, surgimento de novas sedes, investimento em equipamentos, novas estratégias, ações e outros. Essa ferramenta é utilizada principalmente para a diminuição de riscos e na hora da tomada de decisão. Pode ser manuseada também na comparação de projetos onde o projeto mais viável financeiramente é escolhido para ser executado.

Na visão de Limeira et al. (2011) quando uma empresa é analisada nos tributos econômicos e financeiros, está sendo verificado a sua performance quanto à competitividade na indústria e quanto a capacidade de pagar suas obrigações. Ao analisar uma companhia, são comparados dados com o intuito de poder tirar conclusões a respeito da situação econômica e financeira da empresa. Ainda de acordo com os autores uma empresa nunca deve ser analisada olhando para um único índice, já que algumas vezes um único índice isolado pode levar a uma conclusão oposta à real situação dela.

2.1.1 Fluxo de caixa

Na execução das atividades diárias a empresa precisa ter uma organização financeira, uma ferramenta utilizada para esse controle é o fluxo de caixa que, de acordo com Luiz Arnaldo (2012), a ferramenta adequada para controle financeiro de curto prazo denomina-se fluxo de caixa, ou seja, um acompanhamento das entradas e saídas de recursos financeiros no caixa da empresa. Em outras palavras, o fluxo de caixa soma todas as entradas e dessa soma é subtraído todas as saídas, restando apenas o saldo do caixa.

Para Hirschfeld (2014), o fluxo de caixa indicativo a algum empreendimento precisa compor-se de ajudas que refletem com grande probabilidade de acerto, as entradas e as saídas de dinheiro que realmente vão operar ao longo do prazo analisado.



Já Antônio Stark (2005), fala que o fluxo de caixa aponta comprovar o acréscimo financeiro da empresa em determinado período, o saldo considera todos os valores que se executarão em um curto prazo e que pode ser apurado de forma direta ou indireta. No método de processo direto, as variações são apuradas nos saldos de contas patrimoniais que simbolizam entrada ou saída do caixa. Já pelo método de processo indireto, conforme o autor é o mais usado, será o lucro líquido do período, combinando-se ao mesmo os valores econômicos, assim como as variações nas contas patrimoniais modificativas de caixa.

Ainda segundo o autor existem 3 atividades no fluxo de caixa, as operacionais, as de investimentos e de financiamento. As atividades operacionais são relacionadas às operações do empreendimento, com por exemplo os valores dados no resultado líquido, já nos investimentos, são encontrados os dividendos recebidos ou pagos, valores capitalizados em companhias investidas, dentre outros. E finalmente as atividades de financiamento são mostradas os valores recebidos pela empresa que são visados para a aplicação do negócio, como empréstimos concedidos e captados.

Para complementar a ideia, o autor Hong (2003) pondera que o fluxo de caixa enfoca os resultados econômicos das atividades operacionais durante um tempo, atribuindo receitas, despesas e o lucro, explicando assim o porquê de o caixa da empresa mudar durante o período contábil.

Na visão de José Carlos et al. (2018) a expressão “fluxo de caixa” é usada para indicar as entradas e saídas de recursos financeiros de um projeto de investimento. Esse termo é originário da expressão da língua inglesa *cash flow*, em tradução literal, fluxo de dinheiro.

Segundo Kato (2012) o fluxo de caixa de um projeto de investimento é uma ferramenta financeira utilizada para auxiliar a correta tomada de decisão acerca de contribuições de capitais, que abrangem os gastos a serem realizados em ativos permanentes, como obras civis, máquinas, equipamentos, terrenos, sistemas eletromecânicos, *softwares*, *hardwares*, entre outros.

2.1.2 Investimento inicial

Todo novo projeto seja de expansão ou de abertura é necessário um investimento inicial para aquisição de maquinário, insumos, materiais e softwares. O cálculo do investimento inicial ajuda também a mensurar em quanto tempo a empresa consegue recuperar esse investimento. Para definir o investimento inicial de um projeto de abertura ou expansão de um negócio é preciso fazer alguns levantamentos de custos. Um detalhamento de todas as despesas para ter informações completas a respeito do capital necessário. (RICARDO ZAVADIL, 2013)

Refere-se ao valor que a companhia precisa para iniciar suas atividades, adicionando o valor do capital de giro indispensável para os primeiros meses de funcionamento, até que as receitas pagas pelos clientes, referentes às vendas, comecem a entrar em caixa (LUIZ ARNALDO, 2012).

2.1.3 Capital de giro

Segundo Zavadil (2013) o principal objetivo do capital de giro é cobrir os custos do negócio caso não seja possível faturar o necessário nos primeiros meses. Se faz necessário ter recursos suficientes para amortecer os custos da operação até que ela se torne rentável.

Assim como o autor Nascimento (2014) fala que o capital de giro são todos os recursos que uma empresa precisa para funcionar, realizando as suas obrigações com fornecedores, funcionários e físico. O autor também afirma que é necessário ter uma boa administração desse recurso, essa análise mostrará se todas as obrigações vão conseguir ser pagas em dias.

A necessidade do capital de giro (NCG) se dá pela diferença entre o ativo circulante operacional e o passivo circulante operacional, essa necessidade é determinada pelos níveis operacionais da organização e pelos prazos de estocagem, recebimentos de duplicatas, de pagamento aos fornecedores e os demais passivos operacionais. (ELEUTERIO, 2014)

De acordo com o SEBRAE (2021) para calcular o capital de giro será preciso manter o fluxo de caixa detalhado, saber os lucros da empresa e definir o tempo de duração desse recurso para a sua reposição. Esse recurso pode ser utilizado também para dar suporte a vendas a prazo, pagamento de honorários de contador, gastos com o imóvel como aluguel, água, luz, telefone.

2.1.4 Valor presente líquido



Nas palavras de Zavadil (2013) o valor presente líquido (VPL) representa o retorno monetário do investimento acarretado do valor presente, dessa forma, quando o cálculo está sendo realizado. É um valor descontado, a uma taxa de atratividade, de um fluxo de caixa de um investimento.

A base do cálculo é quanto os futuros pagamentos estariam valendo atualmente, somado ao custo inicial, assim serve para analisar se um investimento deve ser feito ou não. (CASTANHEIRA, 2016). Ainda segundo o autor o VPL pode ser maior do que zero, ou seja, o investimento será positivo e poderá ser feito. Igual a zero mostra que o investimento terá exatamente a Taxa mínima de atratividade (TMA) e por fim menor do que zero o que representa que o investimento não deve ser feito.

De acordo com Samanez (2007) o VPL é um método com o objetivo de calcular os fluxos de caixa causado por um projeto ao longo de um período. Para ele maximizar o valor da empresa não existe a restrição de capital. O VPL é definido pela Equação 1 a seguir:

Equação 1 – Expressão do VPL

$$VPL = -1 + \sum_{j=1}^n \frac{FC_j}{(1+i)^j}$$

A equação o I representa o investimento inicial, F_j o fluxo de caixa no t-ésimo período, i é o custo do capital e o somatório indica a soma de todos os períodos até o período n dos fluxos de caixa. Baseado nisso verificamos se o VPL é maior do que zero para ser viável.

2.1.5 Taxa interna de retorno

Na visão de Zavadil (2013) a taxa interna de retorno (TIR) determina o percentual de retorno do investimento, em um período, e este resultado pode ser comparado com outras taxas que existem no mercado.





Quando aplicada a um fluxo de caixa a taxa interna de retorno gera valores iguais aos do retorno dos investimentos com os valores das despesas. (CASTANHEIRA, 2016) A TRI pode ser:

- Maior do que a Taxa Mínima de Atratividade (TMA) assim o investimento é economicamente atrativo.
- Igual a Taxa Mínima de Atratividade mostra que a situação ainda é economicamente atrativa, porem encontra-se numa situação de indiferença.
- Menor do que a Taxa Mínima de Atratividade indica que o investimento não é economicamente atrativo.

Taxa interna de retorno é utilizada para considerar a viabilidade do projeto, tendo o propósito de encontrar uma taxa característica de rendimento (SAMANEZ, 2007). Na opinião de Giltman (2010) que a TIR é uma taxa de desconto quando igualamos a expressão do VPL a zero, de maneira que o valor presente das entradas de caixa iguala-se ao investimento inicial, como podemos ver abaixo:

Equação 2 – Expressão do VPL para cálculo da TIR

$$VPL = -1 + \sum_{j=1}^n \frac{FC_j}{(1+i)^j}$$

$$0 = -1 + \sum_{j=1}^n \frac{FC_j}{(1+i)^j}$$

- O VP é sempre igual a zero (afinal a TIR calcula a taxa de desconto que deve ter um fluxo de caixa para que seu VPL seja igual a zero).
- O capital equivale ao valor do investimento inicial e deve ser sempre negativo.
- O N é a quantidade de períodos a serem analisadas, por exemplo, 6 meses, 1 ano, etc.
- O Ft é o valor da entrada de dinheiro no período t.



2.1.6 Prazo de retorno de investimento

O investimento de um bem ou uma aplicação financeira quase sempre é feito na esperança de que esse investimento nos recompense financeiramente com uma taxa atrativa de retorno. (HIRSHFELD, 2014). De acordo com Zavadil (2013) o prazo de retorno do investimento (PRI) mais conhecido como *payback* diz respeito ao tempo que o investimento retornará para os investidores. O prazo pode ser comparado com outros prazos investimentos existentes no mercado.

Segundo o SEBRAE (2018) Prazo de Retorno do Investimento (PRI) é um indicador de atratividade de um negócio. Ele mostra o tempo necessário para que o empreendedor recupere tudo o que investiu. O PRI é obtido sob a forma de unidade de tempo e consiste, basicamente, numa modalidade de cálculo inversa à da rentabilidade. Para o cálculo desse prazo em uma empresa nova é preciso utilizar o valor do capital aplicado já quando se trata de uma empresa em atividade utilizamos o valor do patrimônio total da empresa conforme a fórmula abaixo:

Equação 3 – Prazo de retorno do investimento (PRI)

$$\text{PRI} = \text{Investimento total} / \text{Lucro líquido}$$

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa abordar como eixo central a viabilidade econômico financeira das empresas. Possui como objetivo analisar a viabilidade econômico financeira das operações de uma empresa no shopping center em um cenário de pandemia. Dessa maneira, caracteriza-se quanto aos objetivos como descritiva, pois é nesse tipo de pesquisa que podemos fazer análises, estudos e interpretações de fatos sem interferência no conteúdo, buscando identificação, registro e análises das características relacionadas ao processo (BARROS; RICHARSON, 2017), possui conotação quanti-qualitativa que segundo Creswell e Clark (2007) também pode ser chamada de métodos mistos, apresentam uma abordagem voltada as ciências sociais.



Trata-se de um estudo de caso, onde após o processo de coleta de dados, é possível analisar as relações entre as variáveis, e posterior apontar os efeitos resultantes dessa análise, quer seja em uma empresa, num sistema de produção ou em um produto (PEROVANO, 2016). Segundo Gil (2008), o estudo de caso consiste em um estudo aprofundado e exaustivo de um ou alguns objetos, permitindo o seu amplo e detalhado conhecimento. Já para Yin (2005) o estudo de caso tem o intuito de esclarecer uma decisão ou várias decisões, assim como as razões pelas quais tomadas, implantadas e quais foram os resultados obtidos de acordo com a situação.

As variáveis analisadas foram: Salários, encargos, equipamentos e insumos produtivos. A análise temporal utilizada nessa pesquisa foi de 6 meses, período esse iniciado em setembro de 2020 a fevereiro de 2021. A escolha do período se justifica, tendo em vista o grande impacto que a inflação causou no valor dos insumos, devido a pandemia do Corona vírus ter provocado escassez de produtos. Os dados foram coletados do software de gestão da empresa. As ferramentas utilizadas para a análise econômica foram: Valor Presente Líquido (VPL), Taxa Interna de Retorno (TIR) e *Payback*.

O universo pesquisado foi uma empresa do setor de serviços alimentícios, atua no ramo de delivery na cidade de Mossoró/RN. O gestor da empresa, possui como meta expandir seu negócio. Recentemente a empresa resolveu migrar toda a sua operação para o shopping da cidade. A empresa já tem o processo produtivo todo alinhado e suas operações rodam com eficiência.

4 RESULTADOS

4.1 ANALISE DE VIABILIDADE ECONÔMICO FINANCEIRA

4.1.1 Moveis e Instalações

Visando um melhor aproveitamento dos espaços, assim como a adequação da linha de produção no novo espaço, foi feito um projeto arquitetônico para redução o máximo de custos desnecessários e imprevisíveis. A baixo a lista de itens necessários:



Tabela 1: Móveis/Instalações

Estrutural	Qtd	Valor
Bancadas em Inox	3	R\$ 4.500,00
Materiais construção	1	R\$ 6.000,00
Empresa de construção	1	R\$ 5.400,00
Armário em Aço	1	R\$ 891,00
Projeto	1	R\$ 2.500,00
Total	7	R\$ 19.291,00

Fonte: Elaborado (a) pelo Autor (2021)

4.2 EQUIPAMENTOS

Visando sempre a agilidade nos processos, foi investido em equipamentos e máquinas de última tecnologia, assim é esperado que a demanda seja atendida sem sobrecargas, e os produtos sejam entregues no delivery e na praça de alimentação no menor tempo possível. Na tabela abaixo estão listados todos os equipamentos necessários:

Tabela 2: Equipamentos

Equipamento	Qtd	Valor
Forno Esteira TP 40/80	2	R\$ 20.989,00
Masseira G Paniz 15 kg	1	R\$ 3.500,00
Computador completo	2	R\$ 7.500,00
Geladeira	5	R\$ 5.300,00
Bandejas para esfihas	12	R\$ 670,80
Comandeira	6	R\$ 200,00
Panos de limpeza	20	R\$ 40,00
Faca	3	R\$ 150,00
Pincel pra cozinha	1	R\$ 15,00





Vasilhas de apoio	1	R\$ 25,00
Pincel pra cozinha	1	R\$ 10,00
Vasilhas de apoio P	10	R\$ 120,00
Vasilhas de apoio M	4	R\$ 64,00
Vasilhas de apoio G	5	R\$ 120,00
Bisnagas Inox M	5	R\$ 1.500,00
Bisnagas Inox G	2	R\$ 840,00
Bisnagas Plástico	1	R\$ 20,00
Televisões	4	R\$ 4.812,48
Boleadora	1	R\$ 12.000,00
Total	73	R\$ 57.876,28

Fonte: Elaborado (a) pelo Autor (2021)

Com o somatório de todos os equipamentos utilizados e comprados tem-se a um total de R\$ 57.876,28 apenas para a parte de equipamentos, esse valor totalmente investido em itens que irão agregar no processo do produto, e também irá ocasionar na diminuição da mão de obra que a empresa irá precisar.

4.3 ESTOQUE INICIAL

Baseado nos estoques dos últimos 6 meses e nas vendas dos últimos 6 meses foi montado um estoque inicial, com o intuito de não faltar nenhum produto no início da operação. A baixo a lista de insumos que são utilizados:

Tabela 3: Estoque inicial

Insumo	Quantidade	Total
Queijo	30 kg	R\$ 809,70
Frango	20 kg	R\$ 218,00
Carne	20 kg	R\$ 619,80
Bacon	12 kg	R\$ 372,00
Calabresa	12 kg	R\$ 275,88





Catupiry bisnaga 1,5 kg	12	R\$ 528,48
Cheddar bisnaga 1,5 kg	3	R\$ 91,53
Lombinho	2 kg	R\$ 57,98
Pepperoni	1 kg	R\$ 69,99
Camarão	3 kg	R\$ 132,00
Provolone	1 kg	R\$ 43,68
Gorgonzola	0.5 kg	R\$ 20,40
Presunto	3.5 kg	R\$ 64,72
Milho 170 g	3	R\$ 7,65
Palmito 300g	3	R\$ 32,97
Molho de Tomate 2 kg	4	R\$ 31,56
Parmesão	200 g	R\$ 16,79
Cebola Roxa	1,5 kg	R\$ 7,49
Tomate	1,5 Kg	R\$ 4,04
Manjeriçao	1	R\$ 1,59
Cebolinha	1	R\$ 1,29
Chocolate	8	R\$ 188,48
Nutella 3 kg	1	R\$ 142,00
Ninho	2,5 kg	R\$ 67,50
Brownie	0.5 kg	R\$ 11,50
Beijinho 365g	6	R\$ 41,34
Granulado	1	R\$ 10,00
M&M's	0.5 kg	R\$ 21,63
Coco Ralado	100 g	R\$ 2,59
Creme de Leite	1 l	R\$ 8,70
Oreo 270g	1	R\$ 7,79
Creme ovomaltine	5	R\$ 132,50
Ovomaltine	250 g	R\$ 4,01
Farinha (kg)	100	R\$ 399,00
Óleo (und)	26	R\$ 199,68
Sal (kg)	1	R\$ 0,49
Açúcar (kg)	4	R\$ 11,56
Fermento (g)	0.5 kg	R\$ 5,50





Manteiga (kg)	5 kg	R\$ 134,55
Fubá (kg)	5 kg	R\$ 35,80
Cenoura	8 kg	R\$ 20,72
Cebola	4 kg	R\$ 18,36
Maggi (24*19g)	Tablete 24	R\$ 12,48
Orégano	0,5	R\$ 23,49
Ovos	60	R\$ 30,60
Coca Cola Lata	96	R\$ 258,24
Coca Zero Lata	24	R\$ 62,16
Fanta Uva Lata	36	R\$ 81,00
Fanta Laranja Lata	1	R\$ 27,00
Guaraná Lata	36	R\$ 81,00
Água Mineral	96	R\$ 216,00
Total		R\$ 5.663,19

Fonte: Elaborado (a) pelo Autor (2021)

Para o cálculo do estoque inicial foi levado em consideração a quantidade de insumos utilizadas no período de sete dias, com isso, tem-se que o valor gasto por mês com a matéria prima será em média R\$ 22.652,76.

4.4 INVESTIMENTO INICIAL

Para o início da operação no shopping o gestor aproveitou a maior parte dos equipamentos da antiga operação da sua empresa, assim foram levantados em consideração os custos do maquinário antigo em conjunto com os novos, além do estoque inicial, aluguel, moveis, instalações e capital de giro. Somando os totais de todas as tabelas acima com o valor do capital de giro e do aluguel tem-se o valor do investimento inicial:

Tabela 4: Investimento Inicial

Investimento Inicial





Móveis/Instalações	R\$ 19.291,00
Equipamentos	R\$ 57.876,28
Estoque Inicial	R\$ 5.663,19
Capital de Giro	R\$ 15.000,00
Aluguel	R\$ 12.000,00
Total	R\$ 109.830,47

Fonte: Elaborado (a) pelo Autor (2021)

Para o valor do capital de giro foi reservado em torno de 15% do investimento inicial total. Com esse investimento é esperado que a empresa não tenha problemas na sua operação, em relação a demanda e a qualidade do serviço prestado.

4.5 CUSTOS FIXOS ESTIMADOS

Para analisar os custos da empresa, foi separado os custos fixos indispensáveis para que a operação aconteça, todos esses custos não dependem diretamente da produção. Os valores foram uma média do que já acontece na empresa. Pode-se ver abaixo:

Tabela 5: Custos fixos estimados

Custos Fixos					
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Salários	R\$ 111.464,40	R\$ 111.464,40	R\$ 111.464,40	R\$ 111.464,40	R\$ 111.464,40
Encargos	R\$ 17.834,28	R\$ 17.834,28	R\$ 17.834,28	R\$ 17.834,28	R\$ 17.834,28
Aluguel	R\$ 138.000,00	R\$ 140.760,00	R\$ 143.575,20	R\$ 146.446,70	R\$ 149.375,64
Internet	R\$ 1.308,00	R\$ 1.308,00	R\$ 1.308,00	R\$ 1.308,00	R\$ 1.308,00
Material de limpeza	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Energia	R\$ 39.600,00	R\$ 39.600,00	R\$ 39.600,00	R\$ 39.600,00	R\$ 39.600,00
Água Mineral	R\$ 2.880,00	R\$ 2.880,00	R\$ 2.880,00	R\$ 2.880,00	R\$ 2.880,00
Softwares	R\$ 4.896,00	R\$ 4.896,00	R\$ 4.896,00	R\$ 4.896,00	R\$ 4.896,00
Marketing	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00





Empréstimo	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
Total	R\$ 380.182,68	R\$ 382.942,68	R\$ 385.757,88	R\$ 388.629,38	R\$ 391.558,32

Fonte: Elaborado (a) pelo Autor (2021)

Nos custos fixos o aluguel vem sofrendo um aumento de 2% ao ano. Os salários e encargos foram calculados com os valores do salário mínimo vigente do ano de 2021. Os outros itens da lista foram calculados com base uma média dos dados que já eram utilizados.

4.6 PROJEÇÃO DE CENÁRIOS

Para a realização do estudo dos cenários foi utilizado um período de 5 anos, e dessa forma será possível ver o resultado das atividades da empresa e avaliar se a mesma terá sucesso ou não. Com isso serão criados e analisados três cenários, o esperado com os valores reais, um pessimista e um otimista.

Os valores apresentados na tabela foram construídos com base um média do valor que já acontece normalmente na empresa. De acordo com os dados fornecidos pela empresa tem-se que são vendidas em média cinco mil oitocentas e trinta esfihas por mês, sendo assim um faturamento médio de R\$ 60.000,00 reais por mês, assim como um custo fixo mensal de R\$ 31.681,88 e um custo variável de em média R\$ 24.763,42, após a dedução de todas as despesas tem-se um valor de R\$ 3.554,70 receita mensal e R\$ 42.656,28 de receita anual.

O cálculo do custo de oportunidade ao ano é feito com uma aproximação da taxa SELIC de 2021 (3,5%) mais um valor de crescimento que é esperado pelo empresário de (6,5%), dessa forma temos 10% de TMA. No cálculo otimista será acrescido 10% nas receitas e no cenário pessimista será retirado 10% nas receitas.

Tabela 6: Receitas e despesas anuais

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Quantidade de	70000	70000	70000	70000	70000
Esfihas	unidades	unidades	unidades	unidades	unidades
Faturamento Mensal	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00





Faturamento anual	R\$ 720.000,00	R\$ 720.000,00	R\$ 720.000,00	R\$ 720.000,00	R\$ 720.000,00
Custo Fixo Mensal	R\$ 31.681,88	R\$ 31.681,88	R\$ 31.681,88	R\$ 31.681,88	R\$ 31.681,88
Custo Fixo Anual	R\$ 380.182,68	R\$ 380.182,68	R\$ 380.182,68	R\$ 380.182,68	R\$ 380.182,68
Custos Variável	R\$ 24.763,42	R\$ 24.763,42	R\$ 24.763,42	R\$ 24.763,42	R\$ 24.763,42
Custos Variável Anual	R\$ 297.161,04	R\$ 297.161,04	R\$ 297.161,04	R\$ 297.161,04	R\$ 297.161,04
Receita mensal	R\$ 3.554,70	R\$ 3.554,70	R\$ 3.554,70	R\$ 3.554,70	R\$ 3.554,70
Receita total anual	R\$ 42.656,28	R\$ 42.656,28	R\$ 42.656,28	R\$ 42.656,28	R\$ 42.656,28

Fonte: Elaborado (a) pelo Autor (2021)

4.7 FLUXO DE CAIXA

De acordo com as projeções do fluxo de caixa tem-se o cálculo dos indicadores de viabilidade. Na Tabela 7 é apresentado o fluxo de caixa projetado a partir do valor do investimento inicial para os próximos 5 anos.

Tabela 7: Fluxo de caixa

Período (anos)	Fluxo de Caixa	Acumulado
0	-R\$ 109.830,47	-R\$ 109.830,47
1	R\$ 42.656,28	-R\$ 67.174,19
2	R\$ 42.656,28	-R\$ 24.517,91
3	R\$ 42.656,28	R\$ 18.138,37
4	R\$ 42.656,28	R\$ 60.794,65
5	R\$ 42.656,28	-R\$ 122.589,56
Total	R\$ 103.450,93	

Fonte: Elaborado (a) pelo Autor (2021)

Como os dados são reais da própria empresa em operação, pode-se começar a ter uma noção da viabilidade do negócio, visto que de acordo com os dados a empresa encontrou sem ponto de equilíbrio no terceiro ano de funcionamento.



4.8 VALOR PRESENTE LÍQUIDO (VPL), TIR (TAXA INTERNA DE RETORNO) E PAYBACK

Com todos os dados em mãos foi possível calcular os indicadores que vão mostrar a viabilidade do funcionamento da operação. O Valor Presente Líquido (VPL) mostra valores mais reais do fluxo de caixa da empresa de hoje até cinco anos para frente, as receitas dos anos seguintes foram calculadas de acordo com as entradas que a empresa já possui nos dias de hoje. A Taxa interna de retorno é calculada quando o VPL é maior ou igual a zero, dessa forma se é feita a análise dos cenários ditos anteriormente, a seguir o cenário esperado:

Tabela 8: Cenário esperado

Ano	Cálculo	VPL	Acumulado
0	$-109830,47/1,10^0$	-R\$ 109.830,47	-R\$ 109.830,47
1	$-42.656,28/1,10^1$	R\$ 38.778,44	-R\$ 71.052,04
2	$-42.656,28/1,10^2$	R\$ 35.253,12	-R\$ 35.798,91
3	$-42.656,28/1,10^3$	R\$ 32.048,29	-R\$ 3.750,62
4	$-42.656,28/1,10^4$	R\$ 29.134,81	R\$ 25.384,20
5	$-42.656,28/1,10^5$	R\$ 26.486,19	R\$ 51.870,39
Σ VPL		R\$ 51.870,39	-R\$ 143.177,45
TIR		27,15%	
Payback		2 anos e 6 meses	

Fonte: Elaborado (a) pelo Autor (2021)

No cenário esperado percebe-se que o Valor Presente Líquido (VPL) é positivo no valor de R\$ 51.870,39, dessa forma esse montante representa o valor do fluxo de caixa líquido ao final de 5 anos, atualizado ao valor presente.

A Taxa Interna de Retorno é de 27,15%, dessa forma a operação é viável, tendo em vista que a operação apresenta uma remuneração sobre o capital investido de mais de 27% ao ano em relação a TMA de 10% a.a.





O *Payback* encontrado foi de 2,57 isso equivale a aproximadamente 2 anos e 6 meses, com isso o projeto tem um retorno rápido, com isso, é esperado que logo nos primeiros dois anos de funcionamento a operação já tenha dado o retorno do capital investido.

4.8.1 Cenário otimista

Para projeção do cenário otimista foi acrescentado 10% no valor da receita, como mostrado no fluxo de caixa a seguir:

Tabela 9: Fluxo de Caixa Otimista

Período (anos)	Fluxo de Caixa	Acumulado
0	-R\$ 109.830,47	-R\$ 109.830,47
1	R\$ 46.921,90	-R\$ 62.908,57
2	R\$ 46.921,90	-R\$ 15.986,67
3	R\$ 46.921,90	R\$ 30.935,23
4	R\$ 46.921,90	R\$ 77.857,13
5	R\$ 46.921,90	R\$ 124.779,03
Total	R\$ 124.779,03	

Fonte: Elaborado (a) pelo Autor (2021)

Com o aumento de 10% nas receitas tem-se um valor de R\$ 46.921,90 anual, a partir dele foram calculados o VPL, TIR e o *Payback* no cenário otimista:

Tabela 10: Cenário otimista

Ano	Cálculo	VPL	Acumulado
0	$-109830,47/1,10^0$	-R\$ 109.830,47	-R\$ 109.830,47
1	$-46921,90/1,10^1$	R\$ 42.656,27	-R\$ 67.174,20
2	$-46921,90/1,10^2$	R\$ 38.778,43	-R\$ 28.395,77
3	$-46921,90/1,10^3$	R\$ 35.253,12	R\$ 6.857,35





4	$-46921,90/1,10^4$	R\$ 32.048,29	R\$ 38.905,64
5	$-46921,90/1,10^5$	R\$ 29.134,81	R\$ 68.040,45
Σ VPL		R\$ 68.040,45	-R\$ 91.597,01
TIR		32,10%	
Payback		2 anos e 4 meses	

Fonte: Elaborado (a) pelo Autor (2021)

Com o cenário esperado já satisfatório, tem-se no cenário otimista uma projeção ainda mais viável, com um VPL de R\$ 68.040,45, a TIR de 32,10% e o *Payback* de aproximadamente 2 anos e 4 meses.

4.8.2 Cenário Pessimista

Para a projeção do cenário pessimista foi diminuído 10% do valor da receita anual como mostrado no fluxo de caixa a baixo:

Tabela 11: Fluxo de caixa pessimista

Período (anos)	Fluxo de Caixa	Acumulado
0	-R\$ 109.830,47	-R\$ 109.830,47
1	R\$ 38.390,65	-R\$ 71.439,82
2	R\$ 38.390,65	-R\$ 33.049,17
3	R\$ 38.390,65	R\$ 5.341,48
4	R\$ 38.390,65	R\$ 43.732,13
5	R\$ 38.390,65	R\$ 82.122,78
Total	R\$ 82.122,78	

Fonte: Elaborado (a) pelo Autor (2021)

Para o cálculo do VPL, TIR e do *Payback* no cenário pessimista foi utilizado o valor para receitas anuais de R\$ 38.390,65:

Tabela 12: Cenário pessimista





Ano	Cálculo	VPL	Acumulado
0	$-109830,47/1,10^0$	-R\$ 109.830,47	-R\$ 109.830,47
1	$-38390,65/1,10^1$	R\$ 34.900,59	-R\$ 74.929,88
2	$-38390,65/1,10^2$	R\$ 31.727,81	-R\$ 43.202,07
3	$-38390,65/1,10^3$	R\$ 28.843,46	-R\$ 14.358,61
4	$-38390,65/1,10^4$	R\$ 26.221,33	R\$ 11.862,72
5	$-38390,65/1,10^5$	R\$ 23.837,57	R\$ 35.700,30
Σ VPL		R\$ 35.700,30	-R\$ 194.758,01
TIR		22,05%	
Payback		2 anos e 9 meses	

Fonte: Elaborado (a) pelo Autor (2021)

Mesmo com a redução no valor das receitas anuais, ainda se tem um cenário atrativo para o funcionamento da empresa, com o VPL de R\$ 35.700,30, a TIR sendo 22,05% e o *Payback* de aproximadamente 2 anos e 9 meses.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo e qualquer investimento, seja ele inicial ou de expansão de um negócio deve ser estudado, pensado e analisado de diversas óticas para que não se invista errado. Com a Pandemia do Corona Vírus, vários pequenos negócios não sobrevieram a crise econômica que abrange todo o nosso país. Tendo em vista esses fatores a análise de viabilidade do funcionamento da empresa estudada foi feita de forma concreta e assertiva no presente trabalho. Com os dados que foram colhidos nesse estudo é possível confirmar a viabilidade econômico-financeira do funcionamento da operação da empresa no shopping center no cenário atual de pandemia.

Apesar de os indicadores apresentarem resultados positivos, percebe-se que a empresa tem um faturamento muito alto, porém sua receita líquida é um tanto baixa, isso ocorre em decorrência ao alto valor de despesas fixas da empresa, como o valor de empréstimos e aluguel. Em uma futura continuação do trabalho deve-se estudar maneiras de reduzir os custos fixos a



fim de aumentar o valor das receitas líquidas da empresa, tendo em vista que todo capital utilizado desde a abertura da empresa foi de terceiros.

Cabe ressaltar que no presente estudo foram encontradas algumas limitações em decorrência de que o primeiro mês de funcionamento da empresa no shopping não foi considerado, tendo em vista que foi um mês atípico, por ser um período de grande movimento no shopping center da cidade, além de que alguns valores do investimento inicial não foram inseridos, pelo fato de o gestor não ter os dados concretos sobre alguns reparos e manutenções feitas no local de última hora.

Ainda assim a empresa ainda é extremamente rentável, mesmo no cenário pessimista, que não acontece desde a abertura no shopping center. Os resultados atendem as expectativas do investidor e mostram que a operação é viável. Os indicadores calculados mostram que a operação apresenta um Valor Presente Líquido de R\$ 51.870,39, taxa interna de retorno de 27,15% e um Payback de 2,57 anos.

Conclui-se que, a análise de viabilidade econômica é de extrema importância para ter uma visão mais clara e real do que está acontecendo, e do que pode acontecer na sua empresa ou com seu investimento.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. V.; GUERREIRO, R. **Pequenas e grandes empresas: semelhanças e diferenças no estabelecimento dos preços**. In: XXV Congresso Brasileiro de Custos – Vitória, ES, Brasil, 12 a 14 de novembro de 2018. **Anais[...]** Vitória, 2018.

ANTÔNIO STARK FERREIRA, José. **Finanças Corporativas: Conceitos e Aplicações**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

ARNALDO BLAGIO, Luiz; BATOCCHIO, Antonio. **Plano de Negócios: Estratégia para Micro e Pequenas Empresas**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. SP: Pearson, 2007.

CAVUSGIL, S. T.; CALANTONE, R. J.; ZHAO, Y. Tacit knowledge transfer and firm innovation capability. **Journal of business & industrial marketing**, v. 18, n. 1, p. 6-21, 2003.



COSTA, Luiz G.; LIMEIRA, Andreia F.; GONÇALVES, Hiriam; CARVALHO, Ueliton. **Análise econômico-financeira de empresas**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2007.

DINIZ, Natália. **Análise das demonstrações financeiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Seses, 2015.
ELEUTERIO DA LUZ, Érico. **Análise e Demonstração financeira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira** / Lawrence J. Gitman; tradução Allan Vidigal Hastings; revisão técnica Jean Jacques Salim. – 12. Ed. – São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.

GOMES, J. S. **Método de estudo de caso aplicado à gestão de negócios**. São Paulo: Atlas, 2006.

HIRSCHFELD, Henrique. **Engenharia Econômica**. 7. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014.

NASCIMENTO, André. **Gestão do Capital de Giro**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

PATRICIO SAMANEZ, Carlos. **Matemática Financeira: Aplicações à Análises de Investimentos**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

PEREIRA CASTANHEIRA, Nelson. **Cálculo Aplicado à Gestão e aos Negócios**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

RICARDO ZAVADIL, Paulo. **Plano de Negócios: Uma Ferramenta de Gestão**. Intersaberes, 2013.

SEBRAE. **Capital de giro: aprenda a o que é e como funciona o da sua empresa**. Brasília, 2021. Disponível em:<

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosFinancas/o-que-e-e-como-funciona-o-capital-de-giro,a4c8e8da69133410VgnVCM1000003b74010aRCRD>

SEBRAE. **Prazo de retorno do investimento**. Brasília, 2018. Disponível em:
<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/prazo-de-retorno-do-investimento-pri,90da5415e6433410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 09/03/2021

SEBRAE. **Viabilidade financeira**. Brasília, 2019. Disponível em:
<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pr/artigos/viabilidade->





financeira,4e8ccd18a819d610VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=O%20que%20%C3%
%A9%20viabilidade%20financeira,%C3%A9%20vi%C3%A1vel%20para%20seus%20invest
idores.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.; COOK, S. **Métodos de pesquisa nas relações sociais: delineamentos de pesquisa.** São Paulo: E.P.U., 1987.

SILVA, A. A. Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis. **3. ed. SP: Atlas, 2012.**

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YUH CHING, Hong. **Contabilidade para Não Especialistas.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.



**OS IMPACTOS CAUSADOS PELO ENSINO A DISTÂNCIA E O *HOME OFFICE* NO
PROCESSO DE ADOECIMENTO LABORAL EM DOCENTES DE UMA
FACULDADE PRIVADA DE MOSSORÓ**

Laura Karine França do Amaral¹

Monikely de Oliveira Silva Paiva²

Amanda Carolina Claudino Pereira³

Natália Queiroz da Silva Oliveira⁴

RESUMO

O artigo tem por objetivo descrever e analisar a forma como o ensino a distância e o trabalho em *home office* impactou nos processos de adoecimento e qualidade de vida no trabalho para o corpo docente de uma instituição de ensino superior privado do interior do estado do Rio Grande do Norte. O instrumento de coleta de dados foi um questionário disponibilizado em uma plataforma do Google com 55 (cinquenta e cinco) perguntas divididas em três partes onde foi retratado o perfil dos entrevistados, o trabalho a distância e por último, os possíveis sintomas sentidos ou não pelos 34 docentes entrevistados, onde a coleta de dados deu por início no dia 05 de abril de 2021 e finalizou em 19 de abril de 2021. A pesquisa se justifica em função de um aumento nas doenças laborais em todos os nichos, principalmente em situações adversas como em crise, a exemplo da pandemia do novo coronavírus que forçou grande parte da população a isolar-se em suas casas, apresentando as principais características do adoecimento laboral, e analisar como esse processo pode influenciar no trabalho dos docentes. A pesquisa apontou para a existência de sintomas físicos e mentais contundentes com o processo de adoecimento laboral em todos os docentes participantes, os quais estavam até o momento da pesquisa em

¹ Discente do Curso de Administração da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN. E-mail: laurakarine218@gmail.com

² Docente do Curso de Administração da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN. E-mail: monielysilvap@gmail.com

³ Mestre em Psicologia Cognitiva e docente da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte, e-mail: amanda.pereira@professor.catolicadorn.com.br

⁴ Mestra em Administração pela UECE.. E-mail: natalia.oliveira@professor.catolicadorn.com.br.



home office.

Palavras-Chave: Home office. Adoecimento laboral. Coronavírus. Docentes. Trabalho.

ABSTRACT

The article aims to describe and analyze how distance learning and home office work impacted the processes of illness and quality of life at work for the faculty of a private higher education institution in the interior of Rio Grande do Norte. The data collection instrument was a questionnaire made available on a Google platform with 55 (fifty-five) questions divided into three parts, where the profile of the interviewees was portrayed, the distance work and finally, the possible symptoms felt or not by the interviewed. The research is justified due to an increase in the prevalence of occupational diseases in all niches, especially in adverse situations such as crisis, such as the pandemic of the new coronavirus that forced a large part of the population to isolate themselves in their homes, presenting the main characteristics of illness at work and analyze how this process can influence the work of teachers. The research pointed to the existence of striking physical and mental symptoms with the process of occupational illness in all participating teachers, who were at the time of the research in the home office.

Keywords: Home office. Illness at work. Coronavirus. Teachers. Work.

1 INTRODUÇÃO

A exaustão psicológica e física, bem como o excesso de trabalho entre os docentes universitários, vem se mostrando uma situação adversa a ser enfrentada. Hoje, o mundo vive um momento completamente diferente do normal, a pandemia do novo coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) trouxe, além de incertezas no campo da saúde, da educação e da economia, agravamento de problemas de saúde do trabalho em função de longas cargas horárias, devido à grande demanda atribuída ao *home office*, podendo vir a causar até mesmo conflitos entre a vida profissional e pessoal.

Lacerda (2016) retrata que há diversas situações do nosso dia-a-dia, as quais são possíveis de causar situações de estresse que levam a uma produção excessiva de hormônios,



exemplo da adrenalina e do cortisol. Esses hormônios são liberados em ocasiões em que se encontra uma ameaça, porém, quando há uma grande frequência a esse tipo de exposição, o indivíduo em questão encontra-se sem saber como lidar com o acontecimento e passa a vivenciar processos que levam a transtornos psicossomáticos.

A Saúde do Trabalhador constitui uma área da Saúde Pública que tem como objeto de estudo e intervenção as relações entre o trabalho e a saúde. Tem como objetivos a promoção e a proteção da saúde do trabalhador, por meio do desenvolvimento de ações de vigilância dos riscos presentes nos ambientes e condições de trabalho, dos agravos à saúde do trabalhador e a organização e prestação da assistência aos trabalhadores, compreendendo procedimentos de diagnóstico, tratamento e reabilitação de forma integrada, no SUS (BRASIL, 2001, p.17)

Conforme a regulamentação da nova reforma trabalhista, a Lei nº 13.467/17 inclui o teletrabalho ou *home office*, conhecido também como trabalho a distância, como uma forma de trabalho remoto. Apesar de ser executado em casa, o trabalho deve ter a carga horária de trabalho como uma jornada de trabalho ao qual o colaborador frequenta a empresa.

Segundo Mendes (2019), o teletrabalho proporciona uma qualidade de vida melhor ao colaborador, de maneira que aumenta também a sua produtividade. Segundo o autor, um estudo feito com o docente do curso de economia da Universidade de Stanford Nicholas Bloom afirma que trabalhar em casa pode gerar ótimos resultados, foi realizada uma pesquisa juntamente com um teste em uma empresa chinesa, diante da qual foram apurados os resultados e entre eles mostrava que os colaboradores que trabalhavam em *home office* reduziram os riscos de adoecimento e melhoraram 13% a sua produtividade.

Sendo assim, surge o problema de pesquisa: De que forma o ensino a distância e o trabalho em *home office* impactou nos processos de adoecimento e qualidade de vida no trabalho para o corpo docente de uma instituição de ensino superior privado de Mossoró no Rio Grande do Norte?

A pesquisa, portanto, objetiva determinar a forma como o ensino a distância e o trabalho em *home office* impactou nos processos de adoecimento e qualidade de vida no trabalho para o corpo docente de uma instituição de ensino superior privado do interior do Rio Grande do Norte.



A pesquisa se justifica em função de um aumento na incidência de doenças laborais em todos os nichos, principalmente em situações adversas como em crise, a exemplo da pandemia do novo coronavírus que forçou grande parte da população a isolar-se em suas casas. Quando há exposição a um ambiente de trabalho não muito propício, os indivíduos podem estar sujeitos a diversos tipos de doenças, sejam físicas, como Lesão por Esforço Repetitivo – LER, Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho - DORTs, como também sofrimentos psíquicos, tais como ansiedade, crises de pânico, estresse e depressão. Todos esses sintomas podendo acarretar em Síndrome de Burnout, que poderá reduzir o nível de produtividade do colaborador e o levará ao afastamento de suas operações para o possível tratamento da causa, as chamadas doenças ocupacionais.

Segundo Gasparini, Barreto e Assunção (2006), os docentes correm grande risco em relação ao esgotamento físico e mental devido à realização de suas atividades e com o excesso de burocracias.

Estudos realizados em todo o mundo evidenciam que os educadores correm o risco de sofrer esgotamento físico ou mental, em face das dificuldades materiais e psicológicas associadas ao exercício da atividade docente (GASPARINI *et al.*, 2006, p. 2960)

Por vezes, por não saber como reagir diante situações estressantes é possível que os colaboradores venham a desenvolver transtornos de ordem psicológica. O estresse laboral ou ocupacional está relacionado a ocupação de um indivíduo, o trabalho. Afetando não só a saúde mental, mas também a física, de maneira que, os aspectos da saúde física e psicológica se influenciam de modo que algumas doenças como ansiedade e depressão são exemplos dessa influência mútua.

Esta pesquisa segue a estrutura tradicional dos textos acadêmicos que, na sequência da introdução, apresenta revisão da literatura, os procedimentos metodológicos utilizados, seguidos das análises e discussão dos resultados, terminando com a apresentação das considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA



Esta seção apresenta uma breve revisão da literatura acerca da temática deste artigo. Propõe-se aqui a discussão sobre o adoecimento laboral, suas causas, principais doenças ocupacionais e também sobre a perspectiva do trabalho a distância e a sua influência sobre o adoecimento laboral.

2.1 ADOECIMENTO NO TRABALHO

As pessoas passam a maior parte do seu dia-a-dia exercendo suas funções em seus trabalhos, segundo Caldas (2017) o máximo de horas trabalhadas por colaboradores de uma empresa deve ser apenas de oito horas, permitindo por dia realizar apenas duas horas extras, tendo a liberação de carga horária avaliada em quarenta e quatro horas por semana e mensais, duzentos e vinte horas ao colaborador.

Apenas em 1943 a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT sofreu um reajuste na jornada de trabalho dos colaboradores, que foi capaz de limitar o tempo que o trabalhador exercia por no máximo duas horas extras por dia, criando as férias e o descanso semanal remunerados para os colaboradores (CREADO; NASCIMENTO, 2020)

Segundo Gympass (2017) ⁴, as doenças ocupacionais são geradas através da sua ocupação em uma determinada empresa, que podem ser desenvolvidas por conta da relação e de suas condições no trabalho, podendo também ser denominadas de doenças profissionais ou doenças de trabalho. Enquanto a doença do trabalho não surge devido a uma determinada função exercida no local de trabalho, a doença profissional está ligada a uma determinada função exercida pelo profissional. Como mostra a Lei 8.213/91, Art. 1º, a Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Doença profissional é aquela produzida ou desencadeada em razão da realização de trabalho específico a uma determinada atividade, e que conste na lista elaborada pelo Ministério da Previdência Social. Já a doença do trabalho não é específica de



uma determinada função ou profissão, mas tem origem (ainda que não exclusivamente) nas atividades desenvolvidas pelo sujeito, relacionando-se diretamente com as suas funções e originando-se em razão de condições peculiares em que o trabalho é desenvolvido (GYMPASS, 2017)

Para Gasparini *et al.* (2006) estima-se que por volta de 30 a 40% dos profissionais que exercem suas funções no trabalho tem ou tendem a ter transtornos mentais devido as funções de seus trabalhos. Segundo uma pesquisa realizada e com a coleta de dados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS no ano de 2001, no Brasil, “[...] os distúrbios psíquicos ocupam o terceiro lugar entre as causas de concessão de benefício previdenciário, com afastamento do trabalho em tempo superior a 15 dias e de auxílio doença por invalidez”. (GASPARINI *et al.*, 2006, p.1)

As autoras (GASPARINI *et al.*, 2006) afirmam ainda que, de acordo com pesquisas realizadas ao redor do mundo, há uma ligação entre o crescimento dos índices que levam ao colaborador de uma empresa a ter uma sobrecarga estressante e que ela é a causa da fadiga e de problemas de ordem mental, como alteração do sono, sendo associados ao uso de medicamentos.

Para alguns, um agente estressor pode ser extremamente forte, enquanto para outros pode não representar perigo ou ameaça alguma. Cada indivíduo tem uma maneira de perceber o mundo e interpretá-lo em função de sua história de vida e suas experiências e isso tem uma ⁵relação direta com a forma com que ele reagirá a uma determinada situação. O fato de uma situação geradora de tensão provocar ou não reação de ansiedade depende da forma pela qual a pessoa interpreta essa situação e das habilidades de enfrentamento do indivíduo (SPIELBERGER, 1981).

Silva (2017) aponta que de forma mais ampla, a literatura diz que no organismo o estado de estresse produz reações denominadas como alostáticas (relativo a psicossomático), visando à manutenção da homeostasia (equilíbrio). Frente à situação de estresse, o organismo

⁵ ⁴Disponível em <https://blog.gympass.com/principais-doencas-ocupacionais/> Acesso em 19 de jun. de 2021.

⁵ Alostase é o processo de alcançar a estabilidade, ou homeostase, através de mudanças fisiológicas ou de comportamento (COPSTEAD, BANASIK, 2013). Portanto, a sobrecarga alostática se refere ao momento em que o corpo gasta mais energia do que deveria para reverter o estímulo que rompeu seu equilíbrio, o que aumenta o risco de adoecimento.



é levada a sofrer alterações físicas como por exemplo, na frequência cardíaca, na respiração, nas taxas glicêmicas, etc. O organismo em curto período procura se proteger ao preparar o indivíduo para o enfrentamento ou fuga de situações ameaçadoras. Segundo Goulart Júnior *et al.* (2014), o real problema se encontra quando o desgaste provocado pelo estresse se perpetua, causando, portanto, uma “sobrecarga alostática”.⁵

Para Martins *et al.* (2000), o estresse organizacional é o resultado de um conjunto de várias situações ou condições, que são potencialmente desestabilizadoras em razão de incongruências ou falta de adaptação entre pessoas e ambiente. Quando a sobrecarga alostática não é contornada, por exemplo, existe no organismo uma ativação constante do sistema simpático (responsável pelas alterações no organismo em situações de estresse ou emergência), o que pode gerar uma desregulação causada pela carga cumulativa de desafios do ambiente ou devido às repetitivas situações crônicas (GOULART JÚNIOR *et al.*, 2014).

Ao abordar o ambiente de trabalho e o estresse, os autores enfatizam que o estresse organizacional é resultado de várias situações em que o indivíduo associa o ambiente laboral como ameaçador às suas necessidades de realização pessoal e profissional, gerando inevitavelmente comprometimentos funcionais.

O resultado desses fatores contribui para o desenvolvimento de uma variedade de patologias (Cf. Quadro 01 e Quadro 02), como a hipertensão, a aterosclerose, a síndrome de resistência à insulina, dislipidemia, bem como certas desordens da função imunológica (VANITALLIE, 2002).

Quadro 01 - Doenças Físicas acarretadas por falta de qualidade de vida no trabalho

DOENÇAS	SINTOMAS
Dermatose ocupacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Feridas. 2. Queimaduras. 3. Bolhas ou úlceras na pele. 4. Falta de ar.
Anticardiose Pulmonar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tosse seca e persistente. 2. Dificuldades para respirar.
LER (Lesão por Esforço Repetitivo).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fraqueza muscular. 2. Rigidez das articulações. 3. Formigamento. 4. Dor nos membros afetados.





DORTS (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao trabalho).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diminuição da força. 2. Sensação de peso 3. Cansaço nos membros 4. Inchaço 5. Dificuldade de movimentação 6. Desconforto
---	--

Fonte: *Elaboração própria* (2021).

Quadro 02 - Doenças Mentais acarretadas por falta de qualidade de vida no trabalho

DOENÇA	SINTOMAS
Ansiedade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tremores. 2. Cansaço. 3. Falta de ar ou asfixia. 4. Coração acelerado.
Estresse	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dores (dores de cabeça etc.) 2. Diarreia ou constipação. 3. Baixa imunidade. 4. Náuseas.
Depressão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tristeza. 2. Humor deprimido. 3. Impotência. 4. Mudança de apetite.
Crises de Pânico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dor ou desconforto no tórax. 2. Uma sensação de engasgo. 3. Vertigens, instabilidade postural ou desmaios. 4. Medo de morrer.
Síndrome de Burnout	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falhas de memória. 2. Dificuldade de concentração. 3. Agressividade. 4. Dores musculares e de cabeça.

Fonte: *Elaboração própria* (2021).

2.2 SÍNDROME DE BURNOUT E O TRABALHO DOCENTE

A Síndrome de Burnout ou a síndrome do esgotamento, segundo Agostini (2018), se dá pela falta de motivação do colaborador em seu local de trabalho, levando-o a sensação de esgotamento físico e mental, com indícios de irritação, falta de concentração, dores de cabeça ou no corpo, fraquezas, mudanças de humor e, até mesmo, a perda de memória, resultando também em perda de rendimento de suas atividades.

Segundo Mota (2019) as profissões que mais são diagnosticadas com a síndrome e





que estão sujeitas a desenvolver o Burnout são professores, advogados, jornalistas, bombeiros, policiais, advogados, agentes penitenciários e bancários. Em geral, os sintomas da doença envolvem dores físicas, problemas emocionais ou psicológicos. Abaixo (Cf. Quadro 03), verificamos os sinais e sintomas da Síndrome de Burnout:

Quadro 03 – Sintomas da Síndrome de Burnout

Cansaço excessivo, físico e mental	Sentimentos de fracasso e insegurança
Cefaleias (dores de cabeça)	Negatividade
Alterações no apetite	Sentimentos de derrota e desesperança
Distúrbios no sono	Sentimentos de incompetência
Dificuldades de concentração	Isolamento
Fadiga	Dores musculares
Pressão alta	Problemas gastrointestinais
Alterações respiratórias	Taquicardias e arritmias

Fonte: Adaptado de Copstead e Banasik (2013).

Segundo Madureira e Santos (2020) é muito difícil para os docentes terem que se adaptarem ao novo normal, que é o isolamento social devido à pandemia do COVID-19, a qual vem alarmando o país e mundo. Com isso, os professores, tanto em escolas quanto em universidades, tiveram que se reinventar em suas formas de ensinar, incluindo o modo como precisaram usar a internet como meio de comunicação entre professor e aluno, de maneira que fosse analisado se todos os alunos e professores tinham acesso à internet em suas casas, já que todo o processo de ensino e aprendizagem seria via *home office*, buscando prezar a qualidade de vida, respeito e integridade do colaborador.

Segundo Souza (2018), estudos realizados apontam que ser professor é uma profissão sujeita a grande probabilidade de um possível adoecimento devido ao excesso de trabalho mental e físico exigido ao docente, assim como outros fatores que levam os professores ao adoecimento. Ademais, é evidente a existência de uma pressão por parte das tecnologias sobre os docentes, o que exige deles constantes atualizações e adaptações, que por vezes



podem vir acontecer sem a devida infraestrutura necessária pela instituição onde trabalham. Madureira e Santos dizem que o melhor a se fazer nessas situações é dividir as tarefas de casa e do trabalho enquanto se está em *home office* “[...] manter uma organização dá sensação de segurança e controle, mas ter em mente o que é mais urgente colabora para evitar a frustração por não ter dado conta de tudo” (MADUREIRA; SANTOS, 2020, p.02).

Segundo Souza (2018), realizou-se uma pesquisa ao qual os possíveis sintomas tornavam a profissão de docente como a mais perigosa e principalmente como uma atividade de risco para a saúde.

Outros estudos têm revelado a presença de vários sintomas físicos e mentais nessa categoria, por exemplo: tensão muscular, dores de cabeça, dores nas costas, perda de voz, taquicardia, aumento de sudorese, tontura, fadiga, problemas de memória, irritabilidade excessiva, ansiedade, nervosismo, angústia, depressão (SOUZA, 2018, p.1)

Madureira e Santos (2020, p.05) sugerem que o docente crie e busque momentos de prazer e felicidade para que os dias de trabalho se tornem mais leves, de maneira que o colaborador se permita a novas experiências. Sugerem também a prática de esportes ou exercícios físicos para o melhor funcionamento do corpo e também da mente, podendo ajudar a melhorar a qualidade de vida e prevenir a depressão e a ansiedade, de maneira que as atividades a serem feitas encaixe no dia-a-dia.

2.3 O CONTEXTO ATUAL DE PANDEMIA E SEU IMPACTO SOBRE O ADOECIMENTO LABORAL

Segundo Lizote *et al.* (2020), com o surgimento da pandemia do novo Covid-19 (coronavírus), o mundo sofreu diversos impactos, como na economia, educação e na política, de forma que as pessoas tiveram que se readaptar ao novo cenário que se encontravam, de maneira que preservasse a própria saúde e a do próximo, abrindo espaço para o teletrabalho.

A pandemia da corona vírus (Covid-19) tem alterado o cenário social, econômico e político nos últimos meses, causando impactos de várias ordens à vida das pessoas. Com o crescente número de casos confirmados, a recomendação para



evitar aglomerações e diminuir as chances de contágio levou muitas empresas a liberar seus funcionários para fazer home office (LIZOTE et al. 2020, p1).

A partir do contexto da crise mundial desencadeada pelo rápido avanço do vírus Sars-Cov-2, popularmente alcunhado ‘Covid-19’, compreende-se que o mundo, atualmente, está próximo a um colapso sanitário com o crescimento e propagação de contágio do vírus e com falta de recursos como vacinas, remédios e leitos hospitalares para o combate à doença, a qual deixou muitos da população infectados, cabendo à Organização Mundial da Saúde - OMS a tomar estratégias de segurança.

Com o aumento dos casos de Covid-19 pelo mundo, a OMS aconselhou que houvesse segurança epidemiológica, diante da qual as pessoas teriam por que evitar aglomerações e frequentar locais públicos sem o uso de máscaras e luvas como forma de prevenção contra o vírus, permitindo a circulação de pessoas em casos de extrema necessidade.

A despeito de várias medidas tomadas, a de maior destaque e endossada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é a decretação de quarentena, ato que institui a proibição do deslocamento e aglomeração de pessoas através do isolamento social compulsório, que seja, determinar que os cidadãos em geral permaneçam em suas casas e só saiam em situações extremamente necessárias, ainda assim observados critérios de distanciamento e aparato de segurança como máscaras ou luvas (NASCIMENTO; CREADO, 2020, p. 02)

Segundo Aquino *et al.* (2020, p. 03) “o distanciamento social envolve medidas que têm como objetivo reduzir as interações em uma comunidade, que pode incluir pessoas infectadas, ainda não identificadas e, portanto, não isoladas”. Com o distanciamento social, as pessoas ficaram em suas casas devido à pandemia, tiveram que deixar os seus trabalhos, permaneceram apenas os exercícios que eram de extrema necessidade.

Tal recomendação de paralisar as cadeias produtivas e manter apenas as atividades consideradas essenciais à manutenção social foi amplamente adotada por diversos países como forma de estabilizar a propagação da doença. Para Souza (2020), com a disseminação do COVID-19, muitos dos trabalhadores foram afastados de suas funções devido ao fechamento de algumas empresas, causando maior número de desemprego no país.



[...] O desemprego, que já era um expressivo problema, sobretudo em sociedades dependentes, a exemplo do Brasil, é retroalimentado por uma dinâmica de crise sanitária-social, ainda que disfarçado na forma de ocupações sem proteção social (SOUZA, 2020, p.04)

De acordo com Nascimento e Creado (2020) a OMS sugere que a circulação desnecessária das pessoas durante a pandemia alguns dos trabalhadores que não podiam se deslocar para os seus locais de trabalho tiveram que optar por novos meios de trabalho, como o teletrabalho (*home office*) de forma virtual, porém cumprindo o horário e serviços do trabalho.

O home office (feito) de forma exagerada, pode levar ao colaborador a possíveis danos mentais ou físicos, é através disso que alguns empregados acabam não percebendo a hora de dar uma pausa nas suas atividades e acabam unindo horário de trabalho com o horário de descanso. (NASCIMENTO; CREADO, 2020, p.04)

Segundo Codo e Vasques-Menezes (1999), o papel do professor está presente desde muito cedo na vida e na formação do ser humano, buscando a educação e a realização profissional do estudante, porém, é através dessa luta que o docente vive para educar os seus alunos que, por ventura, o professor passa a se tornar um profissional que está sempre cansado, estressado e até mesmo sem vontade de ensinar, surgindo até mesmo doenças mentais devido à qualidade de vida no trabalho.

Para Jowsey *et al.* (2020) foi através das normas exigidas pelo MEC (Ministério da Educação) que os professores e diretores de instituições de ensino tiveram que se reinventar para dar continuidade ao ano letivo para seus alunos, de forma que as aulas fossem aplicadas de formas on-line, para diminuir o contato dos alunos e dos demais professores.

O cenário provocado pela pandemia fez com que os gestores das faculdades e universidades tivessem que colocar em prática as normativas preconizadas pela Portaria nº 345/2020 do Ministério da Educação, que autoriza, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, de modo a dar continuidade ao semestre, conseqüentemente, ao ano letivo.” (JOWSEY *et al.*, 2020 *apud* SILVA *et al.*, 2020, p.02)

Madureira e Santos (2020) corroboram quando afirmam, que com a situação em que

o mundo se encontra na atualidade, e o isolamento social que gerou uma demanda de teletrabalho ou *Home office*, a cobrança por parte dos alunos e professores tem aumentado.

O uso excessivo dos aparelhos digitais e da internet pode prejudicar a saúde mental e física dos indivíduos, além de atrapalhar no rendimento e na qualidade das atividades, desregular o sono e causar uma possível ansiedade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo tem por objetivo analisar se o ensino a distância e o trabalho em *home office* impactou nos processos de adoecimento e qualidade de vida no trabalho para o corpo docente de uma instituição de ensino superior privado do interior do estado do Rio Grande do Norte, de forma que, para alcançá-lo, é preciso determinar alguns aspectos metodológicos acerca do mesmo. Para isso, classificou-se essa pesquisa como sendo de natureza quali-quantitativa.

Para Proetti (2004), a pesquisa qualitativa visa analisar a forma como o entrevistado se comporta em relação à pesquisa entre outros fatos que são apresentados, o resultado da pesquisa se dá pela observação dos dados apurados. Normalmente, é utilizada para uma maior compreensão do assunto ou problema.

A pesquisa qualitativa não visa à quantificação, mas sim ao direcionamento para o desenvolvimento de estudos que buscam respostas que possibilitam entender, descrever e interpretar fatos. Ela permite ao pesquisador manter contato direto e interativo com o objeto de estudo. (PROETTI, 2004, p.2)

De acordo com Phillips e Burbules (2000) *apud* Creswell (2007), o método da pesquisa quantitativa se inicia pela aplicação de um teste ou prova relacionada a um determinado assunto sobre o qual o pesquisador deseja coletar informações, buscando compreender as possíveis variáveis que são apresentadas. Dessa forma, os dados são analisados ao fim do processo de coleta e é esperado que ela apresente a menor margem de

erro possível.

O estudo é caracterizado, ainda, como sendo descritivo. Vieira (2002) aponta que a pesquisa descritiva se classifica como a descrição das características de uma população a partir de um acontecimento, um fenômeno ou um fato acontecido que embasa o estudo e permita a descoberta de um fenômeno comum ao público estudado.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO E SUJEITOS DA PESQUISA

Em virtude da facilidade e acesso aos respondentes, a pesquisa escolhe uma Instituição de Ensino Superior Privada da cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte. O corpo docente dessa IES foi escolhido como objeto para estudo e conta com cerca de 70 (setenta) profissionais, entre especialistas, mestres e doutores. Em função da pandemia e do trabalho em *home office* (tratativa deste estudo), optou-se por uma amostra não probabilística por conveniência, que é aquela em que a seleção dos elementos da população mais acessíveis para compor a amostra dependendo ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo (MATTAR, 1996).

3.3 INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS

O instrumento para a coleta dos dados e informações necessários ao estudo tratou de um questionário estruturado dividido em três partes, contendo 55 (cinquenta e cinco) assertivas a serem julgadas. A primeira parte faz jus a construção de um perfil do respondente, contendo 10 questões. A segunda faz referência ao trabalho a distância, constando de 16 (dezesesseis) afirmativas julgadas em escala de Likert, contemplando da Total Concordância até a Total Discordância. A última sessão apresentou um julgamento binário (Tive ou Não tive) para alguns sintomas (físicos e emocionais) característicos de adoecimento laboral.

O instrumento foi disponibilizado na Plataforma Google Forms⁶ e distribuído em grupo oficial de comunicação do corpo docente da IES pelo aplicativo de rede social *Whatsapp*.



3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

No tangente ao tratamento dos dados, a técnica utilizada foi a análise estatística já fornecida pela Plataforma Google. Enquanto que para a análise qualitativa, primeiramente, existiu uma análise bibliográfica, de modo a permitir a fundamentação teórica e, após a tratativas das informações, a técnica da Análise do Conteúdo deu suporte a interpretação e discussão das informações coletadas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 PERFIL DOS RESPONSÁVEIS

A pesquisa teve por amostra a somatória de 34 (trinta e quatro) docentes de uma IES Privada de Mossoró no Rio Grande do Norte. Distinguiu-se na análise duas personas, sendo possível identificá-las como do sexo masculino e feminino, nas quais a média de idade dos entrevistados é de 37 anos, casados, sua maioria não possuindo filhos, morando com 3 pessoas, trabalhando na docência há mais de 5 anos, dedicando mais de 8 horas diárias ao trabalho, em que sua maioria se sentia realizada com a profissão.

Os gráficos (Cf. Figura 01) mostram que o público masculino predomina com a maior porcentagem da pesquisa em relação a pergunta sobre o gênero sexual, sendo assim, 19 respondentes do sexo masculino, ocupando 55,9% no gráfico e 14 respondentes do sexo feminino, ocupando 44,1%.⁶

Observou-se os docentes dos seguintes cursos: Administração, com 5 docentes do sexo feminino e 1 do sexo masculino, totalizando 17,6%; Ciências Contábeis, com 1 docente respondente, 2,9%; Direito, com 8 representantes, sendo desses 3 mulheres e 5 homens, representados por 23,5%; Fisioterapia, com 2 representações, sendo 1 mulher e 1 homem, mostrado com 5,9%; Gastronomia, retratada no gráfico, mostra apenas 1 representante com

⁶ Disponível em

https://docs.google.com/forms/d/1UZy0Zze54WTznF9anae2IEn9cYb7yGH_tIYfawymz4k/edit?ts=60675536&gxids=7628



2,9%; Nutrição não teve nenhum resultado, sendo assim, mostra invalidez; Psicologia pode ser caracterizado com 9 respostas, sendo elas 5 docentes mulheres e 4 docentes homens, equivalente a 26,5%; Por último, temos o curso de Teologia, com a margem de 20,6% com a representação de 7 professores do sexo masculino.

Figura 01 – Perfil dos respondentes



Fonte: *Elaboração Própria* (2021).

4.2 O TRABALHO EM *HOMME OFFICE*

Quando questionados sobre a familiarização com a forma de ensino por *home office*, os docentes discordavam completamente, entrando em conflito com a afirmação de Mendes

(2019) que alega que o trabalho por meio do *home office* aumentaria o desempenho, a produtividade e a qualidade de vida dos colaboradores. Compreende-se, a partir das respostas obtidas, que a discussão sobre satisfação com o teletrabalho não se aplica a essa categoria profissional, visto que, mesmo em contexto presencial, existem outras variáveis que apontam para um maior risco de insatisfação profissional do que, necessariamente, o método de ensino utilizado.

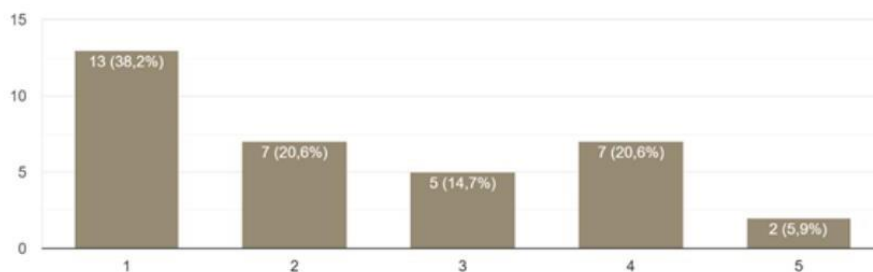
Sobre o sentimento de ansiedade, por sua maioria, os docentes concordaram completamente, marcando 5 na escala, ao qual mais uma vez podemos discordar do autor acima, pois o mesmo afirma que o *home office* traria uma melhora na qualidade de vida do colaborador, entretanto, podemos discordar, pois vemos que isso não se aplica aos docentes.

Grande parte dos docentes afirmou não serem as únicas pessoas em *home office* em sua residência e a maioria afirmou também que o ensino tele presencial é imparcial em relação a dificuldade de aprendizado, no qual, por sua parte, os docentes têm trabalhado mais em casado que quando estavam trabalhando na instituição de ensino, dificultando também em seus momentos de descanso nos fins de semana.

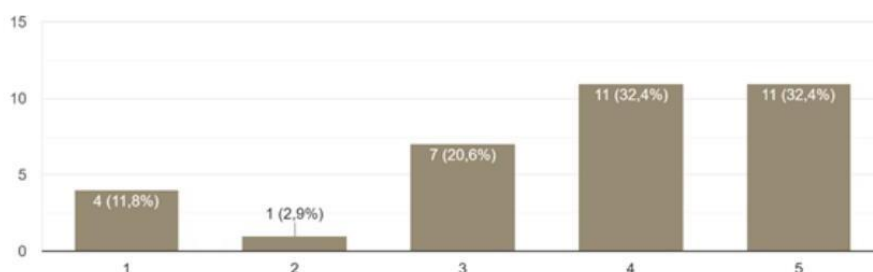


Figura 02 – Percepções do trabalho em home office, parte 01.

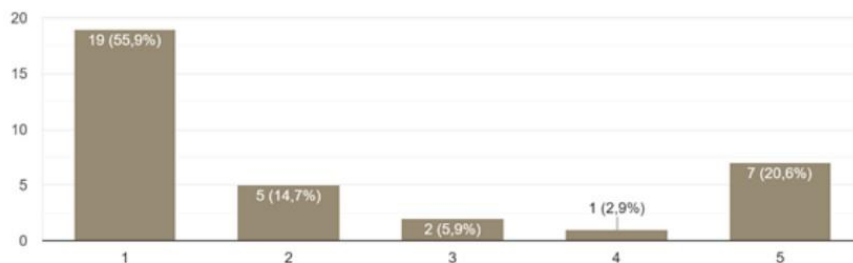
Antes do isolamento social devido a pandemia do novo Covid-19, as instituições de ensino tiveram que se readaptar em suas formas de ensino. Confo...etodologia de aulas tele presencial/home Office
34 respostas



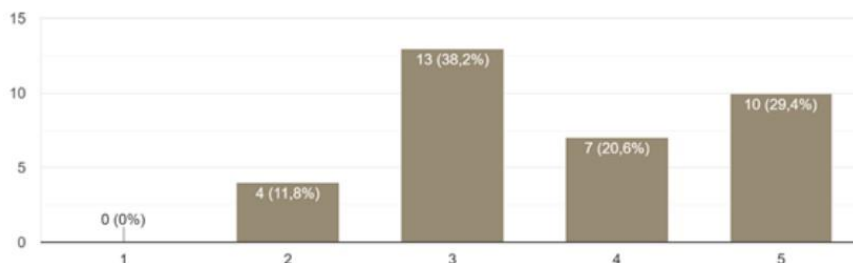
Tenho me sentido ansioso (a) ultimamente
34 respostas



Sou a única pessoa em casa que está em home office
34 respostas



Acredito que a forma de ensinar por meio do home Office tenha dificultado mais o aprendizado
34 respostas



Fonte: *Elaboração Própria* (2021).



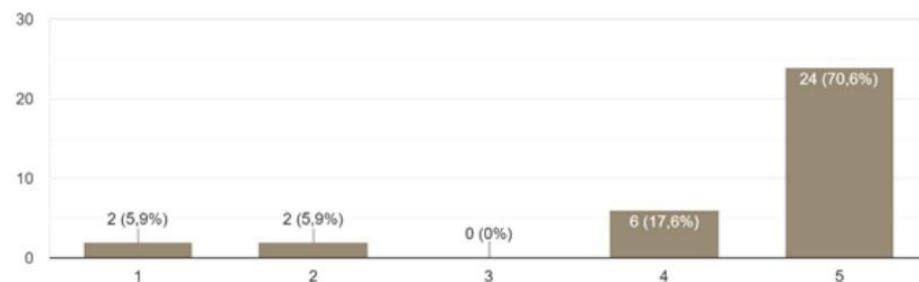


Foi possível observar que mais de 50% dos professores se sentiram mais cansados durante o *home office* e que a maioria também afirmava que se sentiam estressados horas antes de darem suas aulas aos discentes, relatando que até nos momentos de lazer se viam pensando no trabalho. Os docentes afirmaram também que não tinham suporte ou acompanhamento psicológico durante o período em que ensinavam no *home office* da instituição de ensino. Grande parte concorda que precisou exercer sua função como professor, até mesmo, quando não estava em seu horário de trabalho normal, ajudando aos alunos nos finais de semana ou fora do horário da aula, porém a maioria afirmou que nunca precisou se ausentar de suas aulas por falta de condições psicológicas.

Figura 03 – Percepções do trabalho em home office, parte 02.

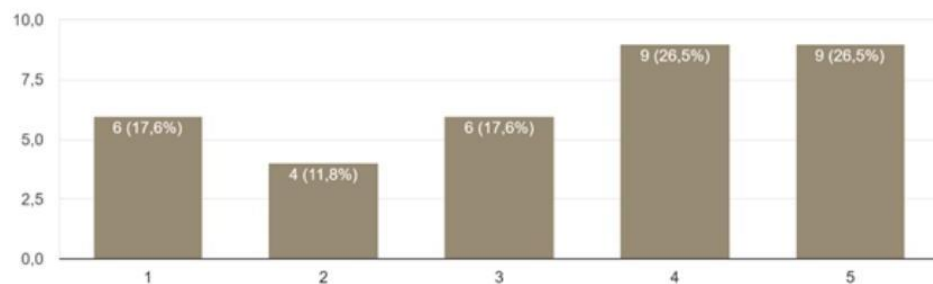
Percebi que estou mais cansado que o normal

34 respostas



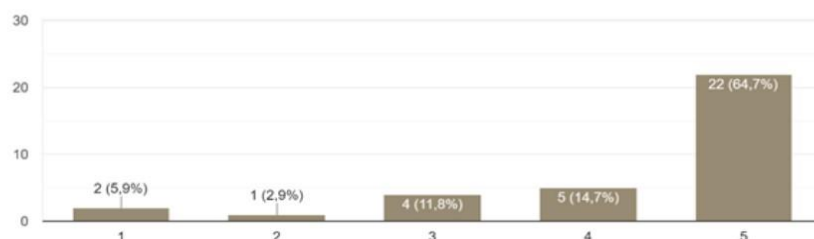
Me sinto estressado quando está próximo da hora das aulas começarem

34 respostas



Penso no trabalho até mesmo nos horários livres e de lazer

34 respostas



Acredito que a instituição forneceu suporte psicológico aos docentes

34 respostas



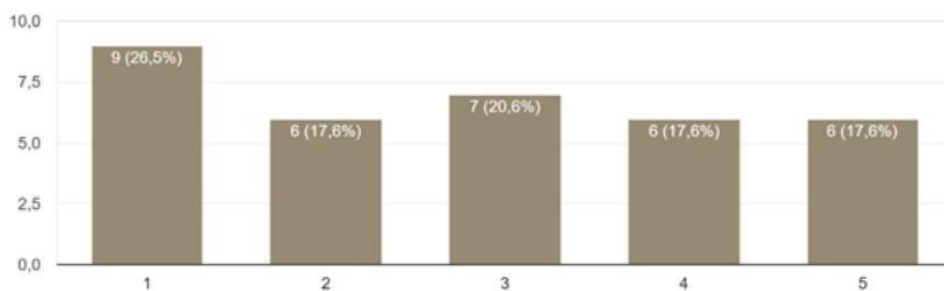


Fonte: *Elaboração Própria* (2021).

Figura 04 – Percepções do trabalho em home office, parte 03.

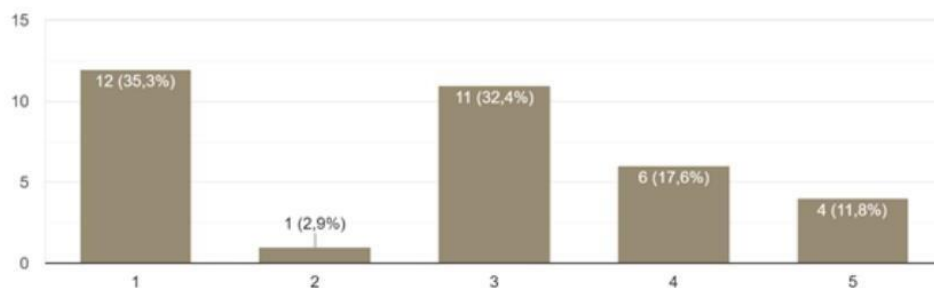
Me sinto prejudicado(a) pela nova forma de ensino online/telepresencial que vem sendo adotada pelas instituições de ensino para a realização do homeoffice.

34 respostas



Me identifiquei com o método de ensino via Home Office

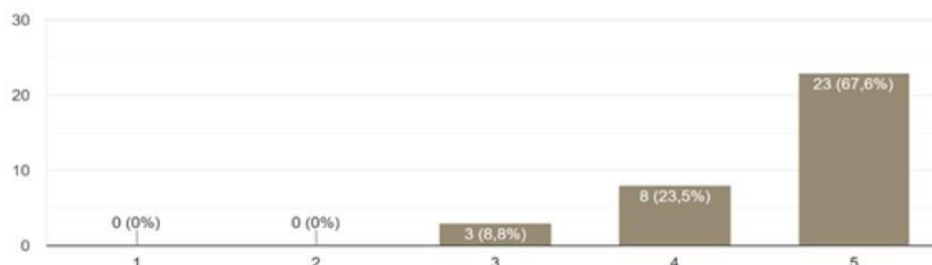
34 respostas





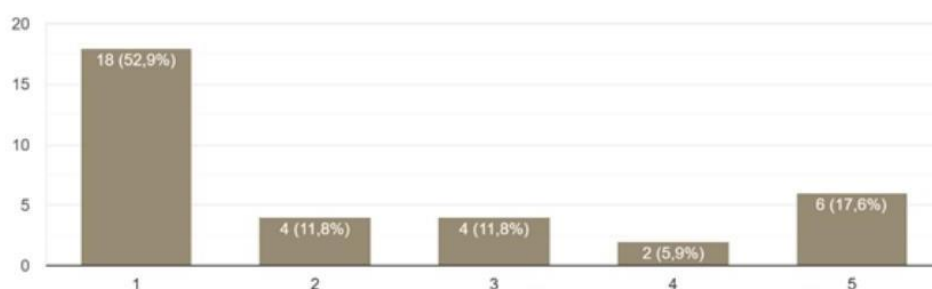
Precisei exercer o papel de docente mesmo não estando no seu horário de trabalho tirando dúvida dos alunos ou algo do gênero

34 respostas



Eu já precisei me ausentar do trabalho para não dar aula, pois não tive condições psicológicas.

34 respostas



Fonte: *Elaboração Própria* (2021).

Confirmando o que Nascimento e Creado (2020) tinham citado anteriormente sobre os trabalhadores terem que se adaptar ao teletrabalho, os docentes afirmaram que não se sentiam prejudicados com o *home office* adotado pela instituição onde trabalhavam, porém, não tinham se identificado com a nova metodologia de ensino.

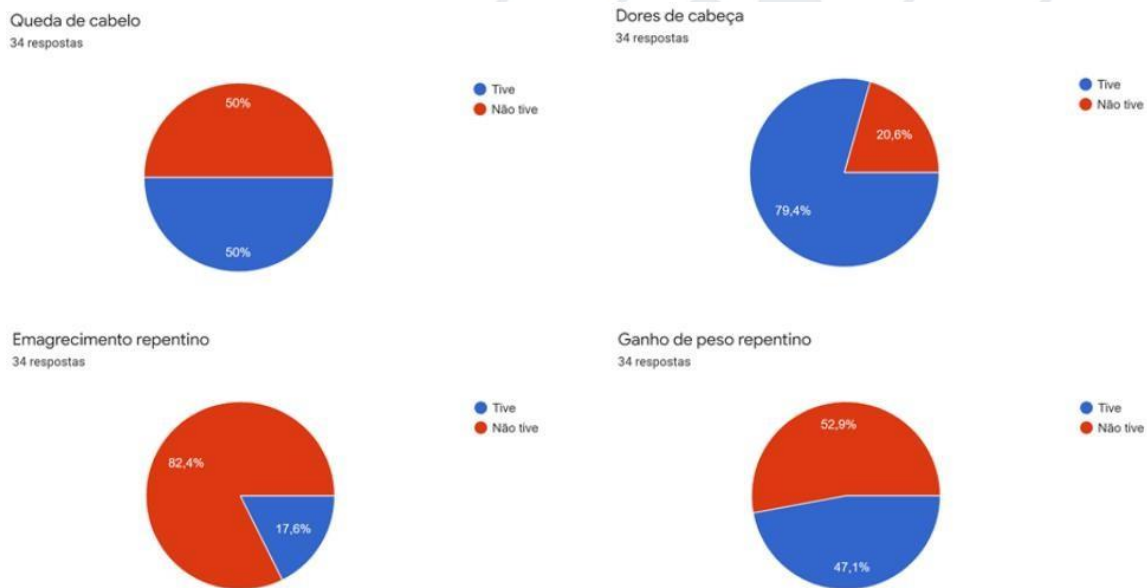
4.3 SOBRE O PROCESSO DE ADOECIMENTO LABORAL

Ao analisar alguns sintomas que os docentes sentiram, pode-se ver, quanto aos sintomas físicos, que referente à queda de cabelo, 50% afirmou que tiveram e os outros 50% que não tiveram o sintoma. A maioria dos docentes afirmou sentir dores de cabeça, sendo essa mais da metade dos respondentes, os quais também não perceberam nenhum emagrecimento repentino ou ganho de peso; porém, os docentes se sentiam sobrecarregados



com as preocupações, apesar desse sentimento, que poderia desencadear neles uma mudança significativa no processo digestório, verificou-se esse sintoma foi um dos que menos afetou aos respondentes.

Figura 05 – Sintomas físicos e mentais do adoecimento laboral, parte 01.

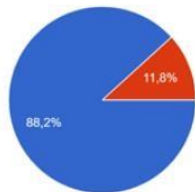


Fonte: *Elaboração Própria* (2021).

Figura 06 – Sintomas físicos e mentais do adoecimento laboral, parte 02.

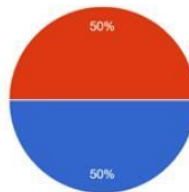


Preocupações em excesso
34 respostas

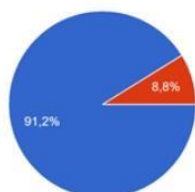


Mudanças no processo digestório
34 respostas

● Tive
● Não tive

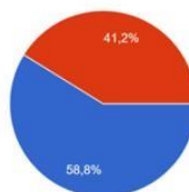


Cansaço excessivo
34 respostas



Aborrecimento com os alunos
34 respostas

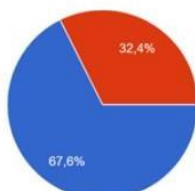
● Tive
● Não tive



Fonte: *Elaboração Própria* (2021).

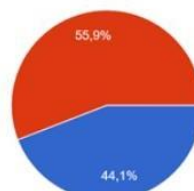
Figura 07 – Sintomas físicos e mentais do adoecimento laboral, parte 03.

Tristeza repentina
34 respostas

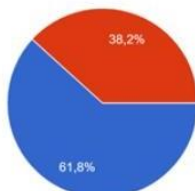


Dificuldade em ficar calmo
34 respostas

● Tive
● Não tive

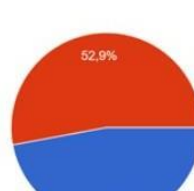


Insônia
34 respostas



Fome excessiva
34 respostas

● Tive
● Não Tive

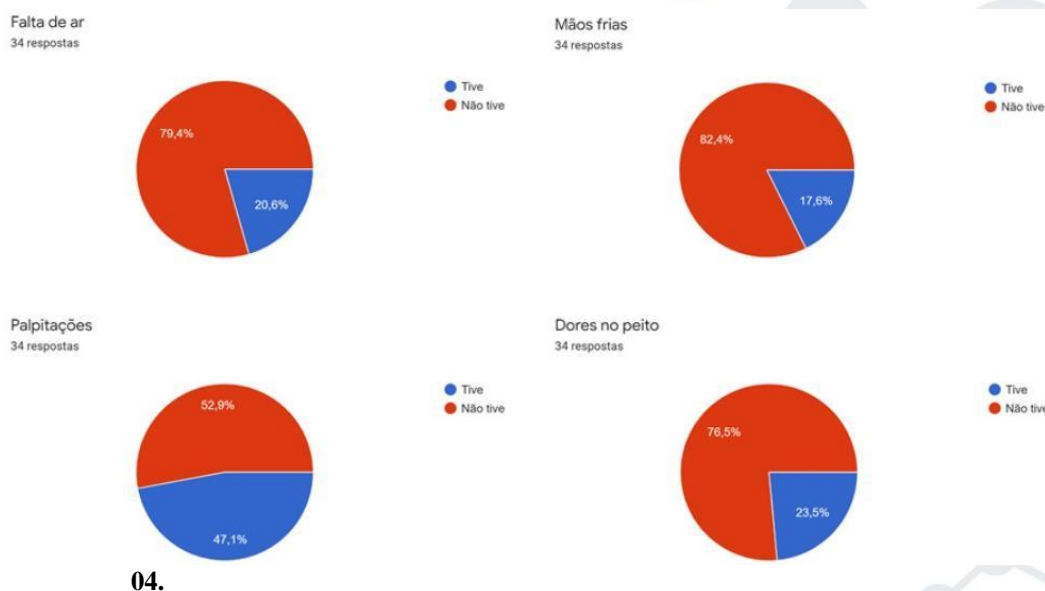


Fonte: *Elaboração Própria* (2021).



A maioria dos docentes se sente bastante cansada, chegando a margem de 90%, os levando a passarem por algum aborrecimento com os alunos; os docentes com o maior número sentem tristes em algum momento, entretanto, não sentem dificuldades em ficar calmos quando se veem em alguma situação estressante; eles, em sua maioria, possuem insônia, que os leva a não terem noites bem dormidas, possivelmente ocasionadas pela grande demanda de trabalho; por outro lado, relataram não sentir fome excessiva quando questionados.

Figura 08 – Sintomas físicos e mentais do adoecimento laboral, parte



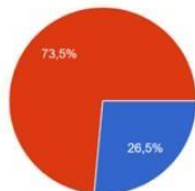
Fonte: *Elaboração Própria* (2021).

Quando questionados sobre alguns sintomas de ansiedade como sentir falta de ar, sua grande maioria afirmou que não sentia o sintoma, assim como também não sentiram suas mãos ficarem frias, algum sintoma de palpitações ou dores no peito e sem decorrência de náuseas; porém, quando questionados sobre sentirem medo, sua maioria respondeu que sentia esse sentimento.



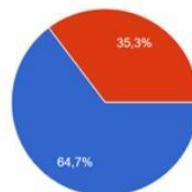
Figura 09 – Sintomas físicos e mentais do adoecimento laboral, parte 05.

Náuseas
34 respostas



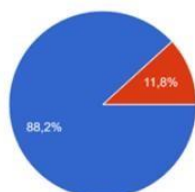
Medo
34 respostas

● Tive
● Não tive



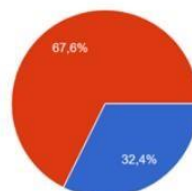
● Tive
● Não tive

Tensão muscular
34 respostas



Ruídos na cabeça e ouvidos
34 respostas

● Tive
● Não tive



● Tive
● Não tive

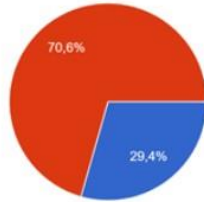
Fonte: *Elaboração Própria* (2021).

Figura 10 – Sintomas físicos e mentais do adoecimento laboral, parte 06.



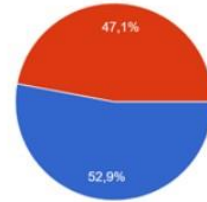


Boca seca
34 respostas



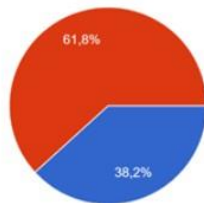
Sensibilidade a luz
34 respostas

● Tive
● Não tive



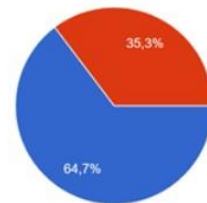
● Tive
● Não tive

Sensibilidade a lugares cheios de pessoas
34 respostas



● Tive
● Não tive

Vontade de chorar
34 respostas



● Tive
● Não tive

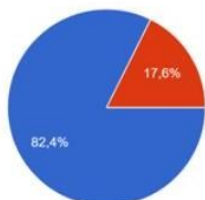
Fonte: *Elaboração Própria* (2021).

Os docentes, por sua maioria, se sentiam com tensões musculares, com a probabilidade de ser ocasionadas tanto por conta dos estresses causados pela demanda de trabalho, como também pela postura ao qual os docentes se veem dando suas aulas; não sentiam ruídos na cabeça ou ouvidos como também não possuíam boca seca. Parte deles responderam que sentiram sensibilidade à luz, ocasionadas por várias horas de frente a aparelhos eletrônicos, quando se sentiam oprimidos quanto a lugares com muitas pessoas e que sentiam vontade de chorarem algum momento durante as suas atividades no *home office*. Podemos afirmar que Gymppas(2017) estava correto quanto às doenças ocupacionais que podem surgir devido a determinada função exercida por cada colaborador em sua empresa, sendo essas doenças físicas ou mentais.

Figura 11 – Sintomas físicos e mentais do adoecimento laboral, parte 07.

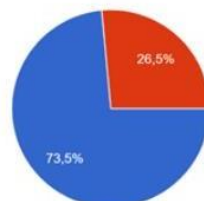


Angústia
34 respostas

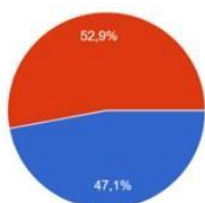


Inquietação
34 respostas

● Tive
● Não tive

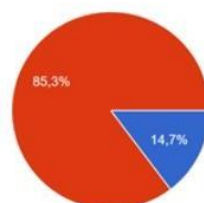


Falta de libido
34 respostas



Paranoia
34 respostas

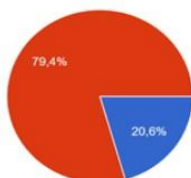
● Tive
● Não tive



Fonte: *Elaboração Própria* (2021).

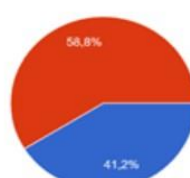
Figura 12 – Sintomas físicos e mentais do adoecimento laboral, parte 08.

Perda de controle
34 respostas



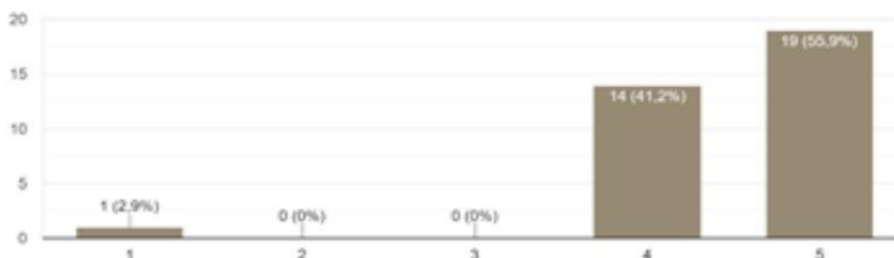
Quanto tempo de docência
34 respostas

● Tive
● Não tive



● Menos de 5 anos
● Mais de 5 anos

Me sinto realizado com a minha profissão
34 respostas



Fonte: *Elaboração Própria* (2021).



Os professores, em sua maior parte, afirmaram se sentir bastante angustiados durante *home office*, sendo esses mais de 80% dos respondentes, sentiam-se com o sentimento de inquietação, porém não se sentiam com perda de libido ou tesão sexual, paranoia ou perda de controle.

A partir dos resultados da pesquisa, é possível perceber que os docentes dessa instituição têm se sentido “inquietos” e “não satisfeitos” com a nova metodologia do *home office*, tornando o trabalho como docente desgastante, concordando com a fala de Gasparini *et al.* (2006), as quais tratam sobre os riscos que os professores eram expostos quando estavam em uma situação em que se submetessem a total desgaste físico e mental em suas demandas de trabalho, podendo acarretar em danos futuros, sendo doenças psíquicas ou físicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa é a justificativa em função de um aumento na incidência de doenças laborais em todos os nichos, principalmente em situações adversas, como em crise, a exemplo da pandemia do novo coronavírus, que forçou grande parte da população a isolar-se em suas casas, apresentando informações sobre o processo de adoecimento laboral em docentes devido ao *home office* e apresentar as principais características do adoecimento laboral, analisando como esse processo pode influenciar no trabalho dos docentes.

Foi através dessa pesquisa, junto com a coleta de dados aos docentes, apresentando diversas variáveis, que percebemos quanto os professores aqui representados se sentiram prejudicados com a nova metodologia de ensino exigida pela OMS, diante da qual os docentes tiveram que se adaptar às formas de ensino remotas, sendo instruídos a trabalhar em *home office*.

Quando os docentes se encontravam em uma situação onde havia uma demanda excessiva de trabalho, afirmaram que se viam em uma situação de adoecimento ou um futuro caso de adoecimento laboral, seja físico ou mental; em sua maioria havia uma presença de adoecimento laboral, em função de suas atividades.

Nesse estudo realizado, por sua parte, Mendes (2019) afirmava a eficácia do trabalho



por *home office* levando em consideração o aumento de sua produtividade e também na qualidade de vida dos colaboradores, diante dos quais podemos discordar com base na pesquisa apresentada através dos questionários direcionados aos docentes, em que os professores se viamem um cenário no *home office* ao qual se sentiam extremamente cansados, tristes, com medo e cheios de angústia.

A principal dificuldade que a pesquisa se deparou foi a disponibilidade dos docentes para respondê-la, pois por estarem trabalhando em *home office* e a demanda de trabalho ser ainda maior, eles se encontravam com o tempo bastante escasso, já que os docentes também tinham que conciliar as suas vidas pessoais com o teletrabalho.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Estela M. L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2423-2446, jun. 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702423&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 nov. 2020. Epub 05-Jun-2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm#:~:text=Altera%20a%20Consolida%C3%A7%C3%A3o%20das%20Leis,%20novas%20rela%C3%A7%C3%B5es%20de%20trabalho.. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

BRASIL. **LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991 - Publicação Original:** título i da finalidade e dos princípios básicos da previdência social. TÍTULO I Da Finalidade e dos Princípios Básicos da Previdência Social. 1991. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8213-24-julho-1991-363650-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

CALDAS, Edson. **Reforma trabalhista: o que muda na carga horária:** jornada poderá chegar a 12 horas diárias; conheça as novas regras. Jornada poderá chegar a 12 horas diárias; conheça as novas regras. 2017. Disponível em: [https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2017/07/reforma-trabalhista-o-que-muda-na-carga-horaria.html#:~:text=Hoje%20a%20CLT%20\(Consolida%C3%A7%C3%A3o%20das,fi%20limitada%20a%2022%20horas..](https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2017/07/reforma-trabalhista-o-que-muda-na-carga-horaria.html#:~:text=Hoje%20a%20CLT%20(Consolida%C3%A7%C3%A3o%20das,fi%20limitada%20a%2022%20horas..) Acesso em: 19 de jun. de 2021.



COPSTEAD, Lee-Ellen; Banasik, Jacquelyn. **Pathophysiology**. 5º ed. St Louis, Missouri: Elsevier Saunders, 2013.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa-: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Penso Editora, 2021. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4573912/mod_resource/content/1/Creswell.pdf

CODO, W.; VASQUES-MENEZES, I. (1999). O que é burnout? Em W. Codo (Org.), **Educação: Carinho e trabalho** (pp. 237-255). Rio de Janeiro: Vozes. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/jornaldoprofessor/midias/arq/Burnout.pdf>. Acesso: 20 out. 2020.

COMISSÃO DE REUMATOLOGIA OCUPACIONAL (São Paulo). **As Dez Perguntas Essenciais Sobre Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER / DORT)**. 2011. Disponível em: <https://www.reumatologia.org.br/orientacoes-ao-paciente/as-dez-perguntas-essenciais-sobre-disturbios-osteomusculares-relacionados-ao-trabalho-ler-dort/#:~:text=Sintomas%20como%20dor%2C%20dorm%C3%A2ncia%2C%20formigament%20o,sobrecargas%20biomec%C3%A2nicas%20no%20ambiente%20de>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

D'AGOSTINI, Ana Carolina C. **Burnout: a síndrome do esgotamento físico e mental: entenda o que é, quais são as causas e confira 14 dicas para prevenir a síndrome**. Entenda o que é, quais são as causas e confira 14 dicas para prevenir a síndrome. 2018. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/14433/burnout-a-sindrome-do-esgotamento-fisico-e-mental?utm_source=lp&utm_medium=cardmaterial&utm_campaign=saudeemocional#. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

GASPARINI *et al.* **Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil**. 2006. 12 f. Tese (Doutorado) - Curso de Medicina, Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil e Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v22n12/16.pdf>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

GOULART JUNIOR, E. *et al.* Trabalho e estresse: identificação do estresse e dos estressores ocupacionais em trabalhadores de uma unidade administrativa de uma Instituição Pública de Ensino Superior (IES). **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v.7, n.1, p. 01-17, mar. 2014.

GYMPASS. **Conheça as principais doenças ocupacionais e suas causas**. 2017. Disponível em: <https://blog.gympass.com/principaisdoencasocupacionais/#:~:text=Diferen%C3%A7a%20entre%20doen%C3%A7a%20profissional%20e,pelo%20Minist%C3%A9rio%20da%20Previd%C3%A2ncia%20Social..> Acesso em: 19 de jun. de 2021.



KESTENBERG, Katia Vega. **Síndrome de Burnout: o que é, os sintomas e o tratamento:** aprenda como recuperar o equilíbrio emocional e se sentir bem com você mesmo novamente. 2018. Disponível em: <https://blog.psicologioviva.com.br/sindrome-de-burnout/>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

LACERDA, Felipe. **Estresse laboral: descubra se sua equipe sofre desse mal.** 2016. Disponível em: <https://beecorp.com.br/blog/estresse-laboral-descubra-sobre-esse-mal/>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

MADUREIRA, Daniele; SANTOS, Daniel. Fundação Lemann (ed.). **Guia de saúde mental para os educadores.** Rio de Janeiro: Nova Escola, 2020. 13 p. Apoio Fundação Tide Setubal. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/x5RSppkXqYb9MddSQNYCEgnQmayjA7X6H8x4v9XNEvuKZq6eHxUwu7NV7Uxa/ebook-guia-de-saude-mental-educacao-infantil1.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

MARTINS, L. M. M. et al. Agentes estressores no trabalho e sugestões para amenizá-los: opiniões de enfermeiros de pós-graduação. **Rev. Esc. Enf. USP**, v. 34, n. 1, p. 52-8, mar. Ano 2000.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing.** Ed. Atlas. 1996.

MENDES, Tatyane. **Todo mundo deveria trabalhar em casa, defende estudo de Stanford:** professor de economia da universidade de Stanford, Nicholas Bloom defende que trabalhar em casa deveria ser o modelo padrão e o argumento é científico. 2019. Disponível em: <https://exame.com/carreira/todo-mundo-deveria-trabalhar-em-casa-defende-estudo-de-stanford/>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

MOTA, Rebeca. **Síndrome de Burnout: oito profissões estão no grupo de risco:** Burnout, geralmente, ocorre em profissionais que lidam com pressão emocional constante no dia a dia. veja se a sua profissão está no grupo de risco. 2019. Disponível em: <https://d.emtempo.com.br/saude/140927/sindrome-de-burnout-oito-profissoes-estao-no-grupo-de-risco>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira; CREADO, Raíssa Stegemann Rocha. O DIREITO À DESCONEXÃO NO PERÍODO DE HOME OFFICE: ANÁLISE DOS IMPACTOS DA QUARENTENA PELO COVID-19 NA SAÚDE DO TRABALHADOR.

Revista Direito UFMS, Campo Grande, Ms, v. 6, n. 1, p. 131-149, set. 2020. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/10040>. Acesso em: 20 out. 2020.

SILVA, ANDREY FERREIRA DA *et al.* Saúde mental de docentes universitários em tempos de pandemia. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e300216, 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-



73312020000200315&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Nov. 2020. Epub July 24, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312020300216>.

SILVA, Monikely de Oliveira. **O Estresse e a Sua Relação com a Carreira Docente**: o caso dos docentes do centro de ciências sociais aplicadas e humanas de uma instituição de ensino superior. 2017. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Curso de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Serviços, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2017.

SOUZA, Diego de Oliveira. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, e00311143, Jan. 2021. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462021000100501&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Nov. 2020. Epub Oct 19, 2020. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00311>.

SPIELBERGER, C. D. **Tensão e ansiedade**. Trad. Jamir Martins. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen-ISSN: 2447-8717**, v. 2, n. 4, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/60>. Acesso em: 05 maio. 2021.

UNIMED FORTALEZA. **5 doenças relacionadas ao trabalho e como evitá-las na sua empresa**: com o intuito de que você conheça quais são as doenças relacionadas ao trabalho mais comuns e o que fazer para evitá-las na sua empresa preparamos este artigo. 2018. Disponível em: <https://www.unimedfortaleza.com.br/blog/para-sua-empresa/doencas-relacionadas-ao-trabalho-como-evitar-na-empresa>. Acesso em: 26 abr. 2018.

VANITALLIE, T.B. Stress: a risk factor for serious illness. **Metabolism**, v.51, n.6 (Sup.1), p.40-5. Ano 2002.

VIEIRA, Valter Afonso. As tipologias, variações e características da pesquisa demarketing. **Revista da FAE**, v. 5, n. 1, 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/449>. Acesso em: 05 maio. 2021.

YIN, Robert K. How to do better case studies. **The SAGE handbook of applied social research methods**, v. 2, p. 254-282, 2009. Disponível em: encurtador.com.br/nqCJO. Acesso em: 05 maio. 2021.





OS IMPACTOS DA TAXA CAMBIAL NA IMPORTAÇÃO DE INSUMOS TECNOLÓGICOS E NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DO BRASIL

Jonathan Lopes Cavalcante¹

Iriane Teresa de Araújo²

RESUMO

A relação entre a taxa de câmbio e o crescimento econômico tem sido tema constante em pesquisas científicas. Desse modo, a presente pesquisa tem como objetivo verificar a existência de correlação linear entre a taxa de câmbio e a importação de insumos tecnológicos e posterior com o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Neste sentido, torna-se importante demonstrar as possíveis consequências aos setores dependentes de tecnologia internacional e como as políticas monetárias nacionais podem influenciar as relações comerciais com o exterior e o Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Para tanto, é necessário analisar a variação da taxa de câmbio, do real para o dólar, as importações no Brasil, as despesas no setor externo em serviços de telecomunicação, computação e informações e o PIB Real. Trata-se, então, de uma pesquisa descritiva e quantitativa, na qual a coleta de dados correu de natureza secundária, com análise temporal entre 2009 e 2019, coletados a partir dos portais eletrônicos oficiais do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), onde foram feitas análises de correlação linear entre as variáveis estudadas. Apresentam-se como considerações finais a existência de correlação linear entre a variação da taxa de câmbio e as importações, que reduziram enquanto a taxa cambial crescia e a relevância da taxa cambial sobre o Produto Interno do Bruto (PIB), que em diversos períodos analisados essa taxa impactou no PIB, positivamente e negativamente.

Palavras-Chave: importação; taxa de câmbio; produto interno bruto;

¹ Discente do Curso de Administração da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN E-mail Jonathan.lopes013@gmail.com

² Docente do Curso de Administração da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN E-mail Irianearaujo@hotmail.com



ABSTRACT

Nowadays, we observe how relevant the relationship between the exchange rate and the economic growth of countries is in scientific researches. So, within such perspective, this paper aims to verify the possible linear correlation between the exchange rate and Brazil's import of technological inputs, and Gross Domestic Product (GDP). It is crucial to demonstrate how it might affect stakeholders, such as dependent sectors on international technology, and how national monetary policies can influence foreign trade relations and Gross Domestic Product (GDP). Therefore, it is necessary to analyze how exchange rate varies, specifically from "real" to "dólar", and its consequences through Brazil's import expenditures, specially over sectors that imports telecommunications, computing and information services, relating to GDP. The method of this research is descriptive and quantitative, data was obtained from secondary sources, such as temporal analysis from database, between 2009 and 2019, collected from the official electronic portals of Banco Central (BACEN) and the Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), where linear correlation analyzes were performed between the studied variables. Final considerations include the existence of a linear correlation between the exchange rate variation and import of technological inputs, which decreased, while the exchange rate grew, and the relevance of the exchange rate on Gross Domestic Product (GDP), which in the analyzed period has been affected in both ways: positively and negatively.

Keywords: import; exchange rate; Gross domestic product;

1. INTRODUÇÃO

O mercado financeiro nacional surgiu com o objetivo de tornar viável e facilitar as relações financeiras (ESTRELA, 2010). Dentro do mercado financeiro nacional há outros mercados, o monetário, de crédito, de capitais e o cambial (CAVALCANTE; MISUMI; RUDGE, 2009). O mercado responsável por intermediar as relações financeiras entre a moeda nacional e a moeda estrangeira, é o mercado cambial. Esse mercado influencia a importação e



exportação de produtos, investimentos na bolsa de valores de empresas do exterior, pagamentos e amortização de empréstimos fora do Brasil (ESTRELA, 2010).

Ao analisar a situação nacional na área de importação e exportação de insumos, o setor farmacêutico é um setor que depende tecnologicamente das grandes companhias multinacionais (TORRES, 1983). Já o setor agropecuário, mesmo o Brasil sendo um grande produtor, ainda depende de importações de insumos relacionados a esse setor, entre os anos de 1995 a 2009. (MORTARI; OLIVEIRA, 2016). A dependência econômica é visível no Brasil, a importação tecnológica ao mesmo que moderniza uma nação, a torna dependente tecnologicamente. (CHIARINI; SILVA, 2016). A relação entre a taxa de câmbio e o crescimento econômico dos países tem sido tema constante em pesquisas científicas.

Sabemos que o câmbio real é frequentemente apontado como um dos principais determinantes dos fluxos agregados de exportação e importação, e conseqüentemente do desempenho comercial de um país” (CARNEIRO, 2014, p.7). Mas como a variação da taxa cambial pode impactar nas importações de insumos tecnológicos e no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil?

A analogia da volatilidade da taxa de câmbio e o crescimento econômico é uma temática a qual economistas teóricos têm dado mais atenção, no começo da década de 90 (CURADO; ROCHA; DAMIANI, 2008). Neste artigo, tem-se como objetivo verificar se existe correlação linear entre a taxa de câmbio e a importação de insumos tecnológicos e posterior com o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

Essa temática tem sido alvo de estudos por pesquisadores como o artigo científico “Comércio exterior brasileiro de acordo com a intensidade tecnológica dos setores industriais: notas sobre as décadas de 1990 e 2000” (CHIARINI; SILVA, 2016, p.1). E no livro “A influência da taxa de câmbio sobre os fluxos de comércio exterior” (CARNEIRO, 2014, p.1).

A compreensão sobre essa temática auxilia gestores de organizações públicas ou privadas que importam produtos ou serviços dos mercados estrangeiros, demonstrando as possíveis conseqüências aos setores dependentes de tecnologia internacional e como as políticas monetárias nacionais podem influenciar as relações comerciais com o exterior e o Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Por meio da análise dos dados estatísticos apresentados neste estudo, pretende-se auxiliar os gestores na elaboração de um planejamento estratégico para as



possíveis problemáticas presentes no cenário nacional. A capacidade de prever as consequências em meio a uma mudança de cenário possibilita uma melhor tomada de decisão do gestor, conseqüentemente melhor preparo e resiliência para as organizações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MERCADO FINANCEIRO NACIONAL

O mercado financeiro foi criado por instituições que aproximam os indivíduos ou organizações que buscam dinheiro em um determinado momento e as organizações ou indivíduos que ofertam dinheiro. Aqueles que precisam do dinheiro e estão dispostos a pagar juros são os tomadores e aqueles que abrem mão dos recursos temporariamente para multiplicar seu capital são denominados de investidores ou doadores. O mercado financeiro nacional é dividido em outros mercados, o de capitais, monetário, de crédito e o cambial (CAVALCANTE; MISUMI; RUDGE, 2009).

O mercado financeiro é composto por normas, instituições, práticas e surgiu com o objetivo de viabilizar e facilitar as relações financeiras entre credores e devedores. O sistema financeiro de um país pode ser definido como um conjunto de unidades operacionais integradas e responsáveis pelo fluxo monetário presente nesse mercado e por políticas monetária, fiscal, de crédito e cambial (ESTRELA, 2010). Para haver um equilíbrio e evitar a instabilidade do mercado financeiro nacional existe o Banco Central do Brasil (BACEN), que é uma autarquia federal, responsável por assegurar o equilíbrio monetário, e pela fiscalização e execução das normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (PINHEIRO, 2019).

Os autores citados concordam e há uma complementação desses autores sobre a temática mercado financeiro. Os autores citados afirmam que esse mercado surgiu com o objetivo de facilitar as relações financeiras entre credores e devedores e para manter o equilíbrio do fluxo monetário é fiscalizado por instituições como o BACEN.

2.1.1 Mercado de Capitais



O mercado de capitais é um ambiente no qual os poupadores transferem recursos para os empreendedores por meio do mercado da bolsa ou mercado de balcão, em forma de títulos e valores mobiliários emitidos pelas empresas, sem a intermediação do sistema bancário. Os valores mobiliários são divididos em ações e debêntures, as ações da bolsa de valores, ou mercado da bolsa, é disponibilizada uma parcela dessas ações pelas empresas por um determinado valor e, dessa forma, os acionistas têm participação nos lucros daquela empresa e obtêm juros sobre o capital investido em uma determinada ação. A emissão de debêntures, nada mais é que a emissão de títulos de dívidas, na qual a empresa determina ao investidor os juros que irá pagar por aquele título e quando irá pagar no momento da compra, independentemente do lucro ou prejuízo de suas operações (ESTRELA, 2010).

O mercado de capitais surgiu no momento em que o mercado de crédito não fornecia condições adequadas de prazos, custos e exigências que dificultavam a realização de atividades produtivas empresariais. O mercado de capitais pode ser definido como um aglomerado de instituições unidas a instrumentos que possibilitam a negociação de títulos e valores mobiliários, com o objetivo de canalizar e tornar viável a transferência de recursos dos agentes compradores para os agentes vendedores (PINHEIRO, 2019).

Os autores citados concordam em suas definições sobre mercado de capitais, nesta conformidade as afirmações de Estrela especificam como ocorre as negociações nesse tipo mercado enquanto Pinheiro identifica com qual intuito e como surgiu o mercado de capitais.

2.1.2 Mercado Monetário

O mercado monetário analisa a oferta e a demanda da moeda e assim define a taxa de juros para os tomadores finais de recursos. É no mercado monetário que se define a taxa Selic, a taxa básica de juros. Um exemplo de operação do mercado monetário é o mercado interbancário, no qual bancos que têm reservas bancárias no Banco Central cedem recursos para outros bancos que necessitam desses recursos, existindo uma relação de demanda e oferta de recursos entre instituições financeiras, esse tipo de operação é de curto prazo. O Banco Central pode comprar e vender títulos de instituições financeiras e é dessa forma que influencia a quantidade de reservas do sistema bancário, controla a oferta da moeda no mercado e a taxa



Selic, para que sejam compatíveis com as metas fixadas nas políticas monetárias (ESTRELA, 2010).

O mercado monetário supre algumas das necessidades governamentais, um exemplo disso é a emissão de títulos públicos, uma forma de arrecadação monetária para as dívidas governamentais. Devido ao governo ser responsável por implantar políticas econômicas e supervisionar sua aplicação, nesse segmento as operações realizadas são de curto prazo e o governo realiza políticas monetárias que são fiscalizadas por autoridades monetárias, Banco Central e Tesouro Nacional (PINHEIRO, 2019).

2.1.3 Mercado de Crédito

O mercado de Crédito funciona por meio de normas contratuais, no qual há o tomador final do crédito, o doador final e a instituição financeira responsável por intermediar a relação financeira entre os membros envolvidos (CAVALCANTE; MISUMI; RUDGE, 2009). As operações de empréstimo no mercado de crédito ocorrem por meio de contratos específicos entre devedor e credor, nessa relação, imóveis, máquinas, carros, mercadorias, entre outros, são adicionados no contrato como garantias, caso o devedor não cumpra com suas obrigações, no empréstimo (ESTRELA, 2010). Segundo Pinheiro e Cabral (1998) para um indivíduo ou empresa terem acessos a esse mercado há uma verificação em um banco de dados, para identificar se existe a possibilidade de inadimplência, os bancos de dados mais comuns são:

- O Cadastro de Cheque sem Fundos, é um banco de dados público gerenciado pelo Banco Central, o qual é responsável por listar as pessoas que emitiram cheques sem ter recurso monetário para pagar, conseqüentemente os cheques serão devolvidos por insuficiência de dinheiro na conta identificada no cheque. Quando um cheque é devolvido os bancos devem informar ao Banco Central, e dessa forma o Bacen tem essa informação e pode incluir nomes em seu banco de dados. Após o cadastrado do nome, o indivíduo ficará impossibilitado de abrir contas bancárias e seu nome permanecerá por 5 anos no Cadastro de Cheque sem Fundos (PINHEIRO; CABRAL, 1998).



- Serviços de Proteção ao Crédito (SPC), uma instituição sem fins lucrativos, o seu banco de dados recolhe informações por meio de bancos, empresas financeiras, varejos, administradoras de cartões de créditos, entre outros. No SPC são listados os nomes de inadimplentes, aqueles que não cumprem com suas obrigações, caso o nome do indivíduo seja listado no SPC, ele possivelmente terá dificuldade em obter créditos em diferentes organizações. Caso a dívida seja paga é possível retirar o nome em um prazo de cinco dias (PINHEIRO; CABRAL, 1998).
- O Serasa é um dos principais bancos de dados privados nacionais, com atuação em todo Brasil, que vende informações sobre os tomadores de créditos para as empresas que fornecem créditos. O Serasa coleta informações de outros bancos de dados, como o Cadastro de Cheque sem Fundos, o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e diretamente com os bancos. Após ter o nome inserido a lista do Serasa, o indivíduo pode sofrer restrições de acesso ao mercado de Crédito, mas é possível removê-lo pagando ao credor e informando ao cartório público, caso ocorra algum problema na remoção do nome da lista, é possível ir diretamente à agência do Serasa em cada estado, para solucionar o problema (PINHEIRO; CABRAL, 1998).

Caso o indivíduo ou organização tenha cadastro em algum desses bancos de dados, terá dificuldade em ter acesso ao crédito e possivelmente serão excluídos pelas agências de crédito brasileiras. Os autores concordam em suas afirmações e há uma complementação do segundo autor sobre os as garantias envolvidas nesse tipo de relações financeiras.

2.1.4 Mercado do Cambial

O mercado cambial é o mercado que intermedia as relações financeiras entre a moeda nacional e a moeda estrangeira, um exemplo da área de atuação desse mercado são as importações e exportações de produtos, pagamentos ou amortizações de empréstimos externos e investimentos na bolsa de valores de empresas do exterior. A partir da oferta e demanda do



dólar e de outras moedas estrangeiras é determinada a taxa de câmbio, a oferta e demanda são mensuradas ao analisar as relações comerciais e financeiras existentes entre diferentes países e suas respectivas moedas. Nesse mercado pode ocorrer a intervenção do Banco Central com o objetivo de estabilizar a variação do preço da moeda, ou seja, evitar uma subvalorização ou supervalorização de preço do real em comparação com as moedas estrangeiras (ESTRELA, 2010).

Um elemento presente no mercado cambial é a taxa cambial que é uma taxa que compara o valor de uma moeda nacional com a moeda de outros países, em 2006 a taxa cambial do real em comparação com o dólar era de 2,30 e comparando a moeda alemã com a moeda nacional, a taxa cambial no mesmo período era de 0,7. Dessa forma, as relações comerciais entre diferentes países são possíveis (OLIVEIRA; SILVA; MANOLESCU, 2006). Com isso, podemos concluir que 1 dólar era equivalente a 2,30 reais, em 2006, e que a taxa cambial afetava as relações econômicas, a taxa cambial serve de base para todas as relações comerciais entre diferentes países e possibilita importação e exportação de produtos estrangeiros.

No mercado cambial existe a taxa de câmbio nominal e real, que são definidas por Toneto Junior et. al. (2013, p.3):

A taxa de câmbio nominal corresponde à relação de troca entre duas moedas, no caso brasileiro em geral é definida como a quantidade de R\$ necessária para adquirir um dólar. A taxa de câmbio real refere-se ao preço relativo entre o produto estrangeiro e o produto nacional; assim, quando diz-se que a taxa real de câmbio está valorizada isto quer dizer que o produto nacional está relativamente mais caro em relação ao produto estrangeiro e o inverso quando diz-se que a taxa de câmbio real está desvalorizada. Percebe-se que a taxa de câmbio real reflete a competitividade da economia, um país é relativamente barato quando esta é desvalorizada, ou seja, seu produto é mais competitivo, e o inverso, o país é relativamente caro quando sua taxa real de câmbio está valorizada.

“O câmbio real é frequentemente apontado como um dos principais determinantes dos fluxos agregados de exportação e importação, e conseqüentemente do desempenho comercial de um país” (CARNEIRO, 2014, p.7). “A administração da política cambial é uma das atividades fundamentais dos governos de países bem-sucedidos” (CAVALCANTE; MISUMI; RUDGE, 2009, p. 30). Os autores citados concordam que a taxa cambial reflete diretamente nas importações e exportações de um país e influência no mercado internacional de bens ou



serviços tanto na oferta quanto na demanda, compreendendo essa informação, as políticas cambiais são de grande relevância para favorecer as relações econômicas entre países no mercado internacional.

Segundo Oliveira, Silva e Manolescu (2006), há um equilíbrio no mercado cambial, entre a oferta e a demanda para que as taxas cambiais possam ser definidas, isso quer dizer que as oscilações na demanda e oferta de uma determinada moeda, poderá designar como será a modificação desse equilíbrio.

Um exemplo que possibilita a visualização dessa modificação do equilíbrio é quando há um aumento nos investimentos no Brasil por parte dos EUA (Estados Unidos da América), com isso há um aumento na oferta do dólar e por meio do aumento na demanda do real, conseqüentemente, em meio a esse cenário há uma modificação na taxa de câmbio, proporcionando uma valorização do real e desvalorização do dólar. Ou seja, a modificação no equilíbrio favoreceu o real e houve uma redução da taxa de câmbio entre o real e o dólar, e agora a quantidade de reais necessários para comprar 1 dólar deve ser menor (OLIVEIRA; SILVA; MANOLESCU, 2006).

2.2 DEPENDÊNCIA DE INSUMOS DA ECONOMIA BRASILEIRA

O Brasil, em seu momento histórico de industrialização, foi caracterizado por dependência de importações ou financiamentos de países estrangeiros. As decisões das indústrias de priorizarem os setores de bens de consumo duráveis agravou essa dependência, já que esse setor apresenta elevada demanda de importações e um setor que não exportava seus produtos (MATTEI; DOS SANTOS JÚNIOR, 2009).

Ao analisar o setor agropecuário brasileiro, mesmo sendo o setor de destaque nacional, pela quantidade e conteúdo produzido, e que não depende de interferência externa para a realização de suas atividades, mas não é o suficiente para suprir a demanda interna e com isso existindo uma dependência na importação de insumos relacionados a este setor, no período analisado, de 1995 a 2009 (MORTARI; OLIVEIRA, 2016).

O Brasil é o principal mercado da América Latina no setor farmacêutico, mas são produzidos apenas 2% do insumo básico, enquanto 98% dos insumos são importados de



diferentes países como China, Índia, Itália, entre outros (DIAS et al., 2016). O setor farmacêutico brasileiro é caracterizado por apresentar total dependência tecnológica de multinacionais, as grandes empresas do exterior que atuam em diversos países, e nesse setor as pesquisas científicas básicas são inexistentes. A dependência tecnológica na produção de insumos básicos é preocupante por gerar dependência econômica e em pesquisas científicas. (TORRES, 1983).

Se as matérias primas produzidas nacionalmente fossem destinadas aos laboratórios brasileiros para a realização de pesquisas científicas, o setor farmacêutico poderia ter maior desenvolvimento e um gasto menor. Mas o capital nacional privado não é o suficiente para promover programas de desenvolvimento de pesquisa básica, a remuneração adequada para esse investimento é inviável para as empresas nacionais e, por isso, existe uma dependência tecnológica dos insumos básicos do setor farmacêutico. As consequências dessa relação econômica de dependência é o custo final elevado dos insumos e pagamento elevado de tecnologia para o exterior (TORRES, 1983). No processo de produção brasileiro da Nevirapina, os insumos básicos importados representam 70% do valor final do produto (DIAS et al., 2016). As afirmações de Torres (1983), são reforçadas e exemplificadas por Dias (2016), que utiliza de dados estatísticos para quantificar e comprovar suas afirmações.

2.3 TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA

Ao analisar historicamente, Ásia foi se especializando em produtos manufaturados ao longo dos anos e apresentou interesse em realizar parcerias com o Brasil, visando produtos como as matérias-primas e produtos alimentícios que são exportados pelo comércio brasileiro, em contrapartida os países asiáticos exportavam produtos manufaturados para o Brasil (OLIVEIRA; MASIERO, 2005).

A importação tecnológica auxilia a modernização de uma nação, mas por outro lado indica uma dependência tecnológica. No Brasil é visível essa dependência econômica na qual os produtos exportados são em sua maioria produtos com baixo conteúdo tecnológico, como por exemplo, alimentos processados, minérios (CHIARINI; SILVA, 2016).



No Brasil houve uma introdução interna de tecnologias modernas, mas não foi capaz de agregar a tecnologia aos produtos produzidos e assim agregar valor dos seus produtos no mercado internacional. Por isso o Brasil não tem uma boa atuação na área de exportação tecnológica industrial, já que seus produtos não são de alto conteúdo tecnológico, a grande maioria são de produtos com baixo valor agregado, consequentemente o padrão de produção brasileiro é relativamente obsoleto e com produtos de alto conteúdo tecnológico relativamente escassos (CHIARINI; SILVA, 2016).

Oliveira e Masiero (2005), apontam o surgimento de uma relação comercial do ponto de vista histórico, na qual há a importação de manufatura para o Brasil, enquanto que Chiarini e Silva (2016), analisam as possíveis consequências da importação de tecnologia para o Brasil, dessa forma um autor complementa a fala do outro sobre uma mesma temática.

2.4 IMPACTOS DAS TAXAS CAMBIAIS NO BRASIL

As indústrias estrangeiras têm vantagens competitivas em relação à maioria das indústrias brasileiras, ou seja, as indústrias estrangeiras que são concorrentes diretas de indústria nacionais se sobressaem no mercado, pôr as indústrias nacionais terem maiores custos de produção e por influência da taxa de câmbio que agrava essa disparidade competitiva. Assim, a taxa cambial afeta as organizações e indústrias nacionais que dependem de importação e exportação de produtos ou serviços em diferentes setores de atuação (HERSEN; HOEFLICH; LIMA, 2019).

“A relação entre a volatilidade da taxa de câmbio e o crescimento econômico tem tomado mais atenção dos economistas teóricos desde o começo da década de 90” (CURADO; ROCHA; DAMIANI, 2008, p. 6). O papel da política econômica particularmente na variação da taxa de câmbio é um elemento importante para o crescimento econômico em países emergentes (CURADO; ROCHA; DAMIANI, 2008). Os autores concordam que há uma ligação direta entre a taxa de câmbio e as relações econômicas que afetam as organizações e os países.

2.5 POLÍTICAS MONETÁRIAS NO BRASIL



As políticas monetárias têm um papel significativo para o desenvolvimento das atividades econômicas de uma nação, buscando maximizar o potencial de desenvolvimento econômico, garantindo moedas necessárias para que as transações econômicas sejam possíveis, administrar a liquidez da economia do país e manter o poder de compra da moeda. A atuação da autoridade monetária está presente em todos os segmentos em que a moeda está presente, seja ela, no mercado monetário, de crédito, de câmbio e de capitais (CAVALCANTE; MISUMI; RUDGE, 2009).

É no mercado monetário que as políticas governamentais atuam por meio de intervenções do Banco Central controlando a liquidez da economia. Para atingir a liquidez desejada pelo governo, o Banco Central injeta ou retira moeda do mercado, controlando o volume do dinheiro e a quantidade de recursos disponíveis (PESENTE, 2019).

As políticas monetárias são responsáveis pelo controle do dinheiro que circula na economia, influenciando as taxas de juros. Quando o Banco Central compra títulos públicos está injetando dinheiro na economia, conseqüentemente as taxas de juros caem, enquanto que se o BACEN vende títulos públicos diminui a quantidade de dinheiro circulando na economia e as taxas de juros sobem (PESENTE, 2019).

Para a administração das políticas visando a área econômica e financeira, o governo brasileiro adotou procedimentos para a efetiva concentração da autoridade monetária no Banco Central, com grande poder conferido ao Ministério da Fazenda, especialmente às suas Secretarias do Tesouro Nacional e da Receita federal esta última responsável pelo aperfeiçoamento da máquina de arrecadação de tributos que foi fator decisivo para o crescimento da carga tributária no país (CAVALCANTE; MISUMI; RUDGE, 2009, p. 14).

A política monetária de um país consiste em exercer ações sobre os meios de pagamentos, taxas de juros, títulos públicos, garantir o poder de compra da moeda e controlar a liquidez da economia, ou seja, a quantidade de moeda em circulação na economia. Uma boa administração das políticas monetárias proporciona controle da inflação, equilíbrio no balanço de pagamentos e expansão econômica e busca do pleno emprego. Ao executar políticas monetária é possível, para o Estado, manter uma economia crescente, controlando a emissão de



moeda e analisar o valor da moeda nacional em comparação às moedas estrangeiras, como ferramenta de política de comércio exterior (CAVALCANTE; MISUMI; RUDGE, 2009).

3 METODOLOGIA

O estudo aqui proposto possui um caráter descritivo e quantitativo. Para Andrade (2008), o modelo de pesquisa descritiva procura analisar, observar, interpretar fatos, nos quais as informações não são manipuladas ou afetadas pelo pesquisador e, dessa forma, as informações podem ser estudadas. Já Triviños (1987) enfatiza que o pesquisador precisa ter conhecimentos técnicos, teóricos e metodológicos para realizar a delimitação de população e amostra, definir objetivos, variáveis correlacionadas, hipóteses e questionários, esse conjunto de ferramentas são utilizadas para validação científica da pesquisa. Esse tipo de pesquisa quantitativa possibilita a coleta e a análise de dados, sobre a temática selecionada, como por exemplo, em uma pesquisa jurisprudencial, a pesquisa quantitativa possibilita a descrição quantitativa da opinião de uma população (GABARDO; MORETTINI, 2013).

Foi realizada uma investigação empírica, tendo como objetivo verificar se existe correlação linear entre a taxa de câmbio e a importação de insumos tecnológicos e posterior com o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

3.1 FONTE, TRATAMENTO DOS DADOS

A fonte e a coleta de dados são de natureza secundária, coletadas a partir dos portais eletrônicos oficiais do Banco Central do Brasil (BACEN) e (IPEA), acessados no mês de abril de 2021. A análise temporal foi mensal, no período de 2009 a 2020. As variáveis foram a taxa de câmbio, de real para dólar, o Produto Interno Bruto (PIB), importações no Brasil e despesas no setor externo em serviços de telecomunicação, computação e informações, por meio dessas variáveis é possível estimar a importação de insumos tecnológicos e alcançar o objetivo do presente trabalho.

Foi utilizada a correlação de Pearson, com o intuito de efetuar correlações lineares simples entre as variáveis analisadas na pesquisa, por meio de planilhas de cálculos no Excel,



em 2021. A correlação linear identifica quando uma variável depende de forma linear da outra, dessa forma, caso os valores analisados apresentem correlação linear positiva, se uma variável apresentar crescimento, a outra variável irá apresentar crescimento proporcional (VIEIRA; WAINER, 2013). O coeficiente de correlação de Pearson oscila entre -1 e 1, por meio dele é possível identificar a existência ou ausência de correlação, quando o coeficiente é igual a 1, significa que as variáveis apresentam correlação linear positiva, enquanto que se o coeficiente for igual a -1, significa que as variáveis apresentam correlação linear negativa, mas se o coeficiente for igual a 0, as variáveis apresentam ausência de correlação (CARGNELUTTI FILHO et al., 2010).

Os dados foram observados, por meio de análise estatística de correlação linear, séries temporais analisadas apresentaram correlação em alguns segmentos. Ao observar cautelosamente o conjunto de séries temporais é possível extrair o máximo de informações possíveis e assim estabelecer associações diretamente ou inversamente proporcionais, ao estabelecer associações entre diferentes séries temporais é possível estipular um padrão de eventos, reduzindo incertezas futuras.

4 RESULTADOS

Neste tópico discutimos as informações estatísticas a partir da base nos bancos de dados do Banco Central do Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Inicialmente apresentamos o comportamento da série temporal no período de 2009 a 2020 das seguintes variáveis, da taxa cambial, as importações, as despesas no setor de telecomunicação, computação e informações, o PIB real nacional e variação do PIB real, após a apresentação foram analisadas as informações, identificando se há a presença de correlação entre as temáticas citadas, e quais os impactos da variação da taxa cambial sobre as demais temáticas.

O Gráfico 1, abaixo, identifica a variação da taxa de câmbio, do real para o dólar, com início em janeiro de 2009 e finalizando em dezembro de 2020, destacando as variações semestrais em cada ano, com um total de doze anos de dados contabilizados por meio do portal eletrônico do Banco Central do Brasil (BACEN, 2021).





Gráfico 1 – Variação da taxa cambial no período de 2009 a 2020



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Ao observar o Gráfico , é possível identificar que houve um crescimento da taxa cambial e que os maiores crescimentos foram nos anos de 2015 e 2020, momentos de grande abalo para a economia nacional. Em 2015 houve uma crise econômica brasileira uma das principais causas dessa crise foram implementações de políticas monetárias errôneas que aceleraram o crescimento da inflação, afetaram o crescimento econômico nacional, geraram custos fiscais elevados e ocasionaram a perda de credibilidade do Banco Central (BARBOSA FILHO, 2017). E, em 2020, o início de uma pandemia mundial, a epidemia da COVID-19 afetou diretamente toda a sociedade brasileira, que está sujeita a esse vírus, em meio a esse cenário a taxa de desemprego aumentou e houve cortes nos gastos públicos em políticas sociais (WERNECK; CARVALHO, 2020).

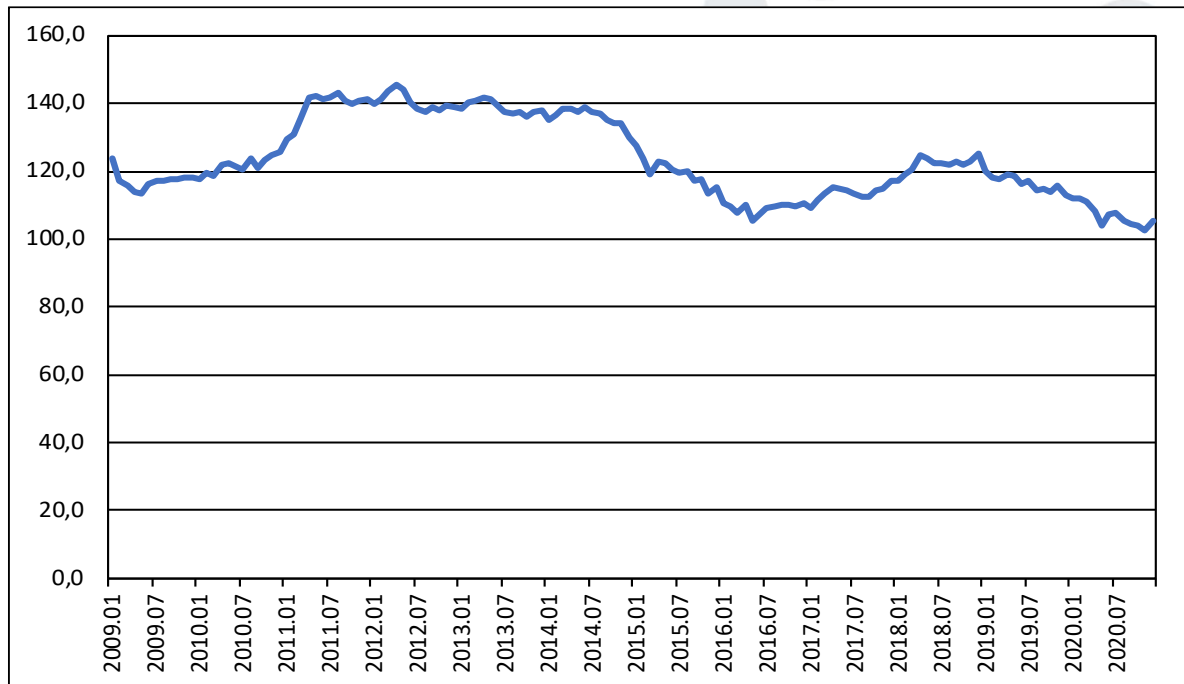


Na crise de 2015, as soluções para esse cenário foram limitar os gastos públicos, reformando a previdência e implantando políticas monetárias flexíveis que possibilitam um melhor controle da inflação (BARBOSA FILHO, 2017). Já em 2020, as políticas econômicas do atual governo e a limitação dos gastos públicos restringem os investimentos na saúde e pesquisa no Brasil, em meio a uma crise sanitária, na qual a ciência, a tecnologia e o sistema de saúde público são elementos fundamentais para garantir a saúde da sociedade (WERNECK; CARVALHO, 2020).

Por meio das afirmações dos autores apresentadas anteriormente, é possível compreender como as políticas monetárias podem afetar uma nação, tanto no âmbito econômico quanto no âmbito social. Para o Estado, a execução de políticas monetárias adequadas possibilita maximizar o desenvolvimento econômico, controlar a liquidez da economia, ou seja, a quantidade de moeda em circulação na economia e identificar momentos de valorização e desvalorização do real, em comparação às moedas estrangeiras (CAVALCANTE; MISUMI; RUDGE, 2009). A situação econômica de um país reflete diretamente nas relações comerciais com o exterior, por isso em momentos de crise nacional a taxa cambial cresceu, provocada pela desvalorização do real em comparação com o dólar. Assim, no Gráfico 1 houve esse crescimento brusco da taxa cambial, no período citado. Já o Gráfico 2 constata as importações do Brasil, em bilhões de reais, do ano de 2009 até 2020. Os dados foram fornecidos por meio do portal eletrônico do Banco Central do Brasil (BACEN, 2021).

Gráfico 2 – Importação em bilhões de reais.





Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

O Gráfico acima apresentou as maiores quedas entre os anos de 2014 e 2015, e entre os anos de 2019 e 2020, assim como a taxa cambial. Carneiro (2014) afirma que o câmbio real é considerado com bastante frequência um fator determinante nos setores de importações e exportações de um país, afetando o desempenho das relações comerciais entre as nações. A variação da taxa cambial favorece ou prejudica as relações comerciais com o exterior, ao analisar as importações do Brasil no período demonstrado no Gráfico 2, com o aumento da taxa de câmbio a quantidade de importações diminuiu, já que os produtos ou serviços fornecidos por países estrangeiros tornaram-se mais caros, e menos acessíveis ao consumidor nacional.

Tabela 1 – Correlação entre a Taxa de Câmbio e as Importações do Brasil.

ANO	Correlação
2013	-0,802915059
2014	-0,840108636





2015	-0,877000007
2019	-0,703252896
2020	-0,831761395

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

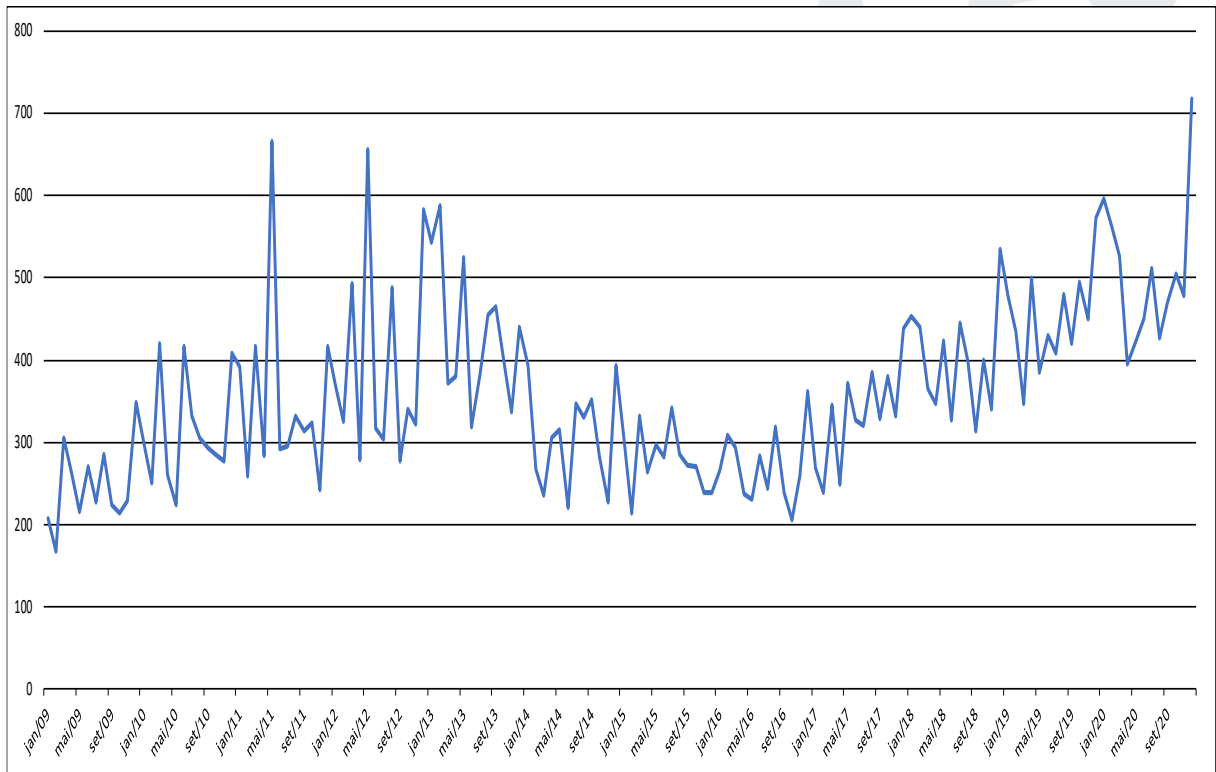
Na Tabela 1, por meio da análise estatística de correlação, foi possível constatar a existência de uma correlação linear negativa entre a taxa de câmbio e as importações nos períodos de crise econômica, comprovado por meio de cálculos estatísticos. A partir desses dados é possível concluir que com o crescimento da taxa cambial é proporcional a queda no setor de importações no Brasil, conseqüentemente há uma dependência entre as variáveis analisadas.

O Gráfico 3 demonstra as despesas nacionais em serviços de telecomunicação, computação e informações, importados do setor externo, em milhões de dólares. Os dados foram fornecidos por meio do portal eletrônico do Banco Central do Brasil (BACEN, 2021).





Gráfico 3 – Despesas em Telecomunicação, computação e informações.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

No Gráfico 3, o período com maior quantidade de importações no setor de telecomunicação, computação e informações foi em dezembro de 2020, superior a 700 milhões de dólares, diferentemente das importações brasileiras que foram decrescentes no ano de 2020, conforme apresentado no Gráfico 2. Mesmo com o aumento na taxa cambial esse setor apresentou um aumento no ano de 2020, o que indica uma dependência de serviços na área de telecomunicação, computação e informações. A importação tecnológica auxilia a modernização de uma nação, mas por outro lado indica uma dependência tecnológica (CHIARINI; SILVA, 2016).

A dependência por insumos tecnológicos nesse setor é visível quando comparada com o Gráfico 2, que apresenta as importações no Brasil, as quais sofreram influência direta da variação da taxa de câmbio, enquanto que no Gráfico 3, mesmo com a desvalorização do real

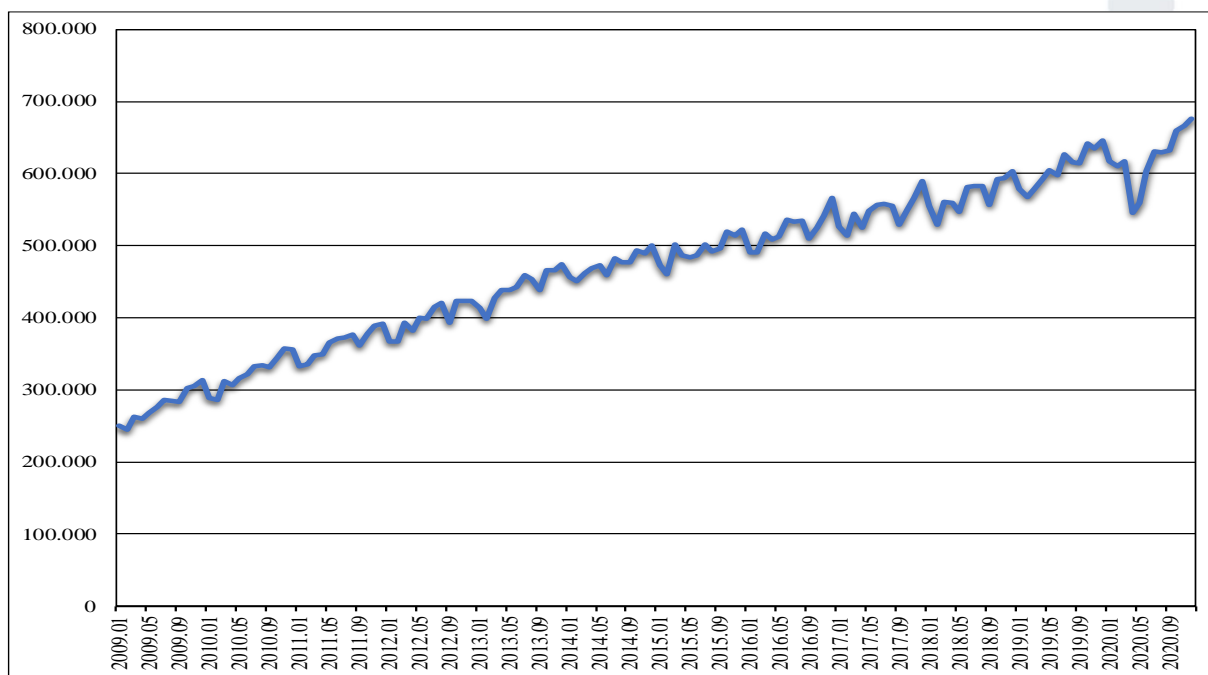


em comparação com o dólar, havendo uma redução do poder de compra do consumidor nacional em bens e serviços no mercado exterior, o setor em destaque apresentou aumento das despesas em um cenário desfavorável.

Um fator relevante para o crescimento da importação de informações foi o desenvolvimento de vacinas contra o COVID-19, a produção dessas vacinas é uma prioridade para muitos países. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) autorizou o estudo de quatro vacinas para o COVID-19 no Brasil, nos meses de junho e julho de 2020, vacinas desenvolvidas no Reino Unido, China, Alemanha e Estados Unidos (MENDONÇA et al., 2020). Ao analisar os fatos apresentados, é possível concluir que os insumos tecnológicos no setor de telecomunicação, computação e informações são essenciais para a produção de vacinas contra COVID-19 e para o mercado brasileiro.

Porém, o Gráfico 4 apresenta o valor do Produto Interno Bruto (PIB) Real do Brasil, mensal e em milhões de reais, do período de janeiro de 2009 até dezembro de 2020. Os dados foram contabilizados por meio do portal eletrônico do Banco Central do Brasil (BACEN, 2021).

Gráfico 4 – Produto Interno Bruto (PIB) Real em milhões.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).



O PIB Real nacional apresentou uma tendência de crescimento do ano de 2009 até 2020, como é possível observar (ver Gráfico 4). Contudo, de janeiro até maio de 2020 houve uma queda brusca do Produto Interno Bruto brasileiro quebrando essa tendência de crescimento observado ao longo da série temporal analisada. Porém, a partir de maio é observada uma retomada ao patamar anterior e, com isso, o país voltou a apresentar uma tendência de crescimento linear do PIB Real, apresentada nos anos anteriores.

A queda do PIB Real no Brasil em 2020 pode ser justificada pelo início da pandemia mundial que afetou toda uma economia nacional. A crise sanitária da Covid-19 causou forte impacto na economia brasileira, provocando queda no PIB, a intensidade desse impacto depende da forma que o isolamento social é realizado no país, se o isolamento é realizado de forma eficaz ou ineficiente, assim como depende de como é realizado o retorno das atividades econômicas, após os picos de contaminação do vírus (DWECK et al., 2020). A economia pode ser retomada adaptando os procedimentos realizados nas organizações para o cenário atual ou continuar realizando processos obsoletos desconsiderando o cenário atual do Brasil e agravando a contaminação do vírus.

Tabela 2 – Correlação entre a Taxa de Câmbio e o PIB.

ANO	Correlação
2009	-0,945308453
2010	-0,885080219
2011	0,305493083
2012	0,820601234
2013	0,736309068
2014	0,365926748
2015	0,809470309
2016	-0,72632388
2017	0,771025018
2018	0,564402581
2019	0,740259112
2020	-0,049454745

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

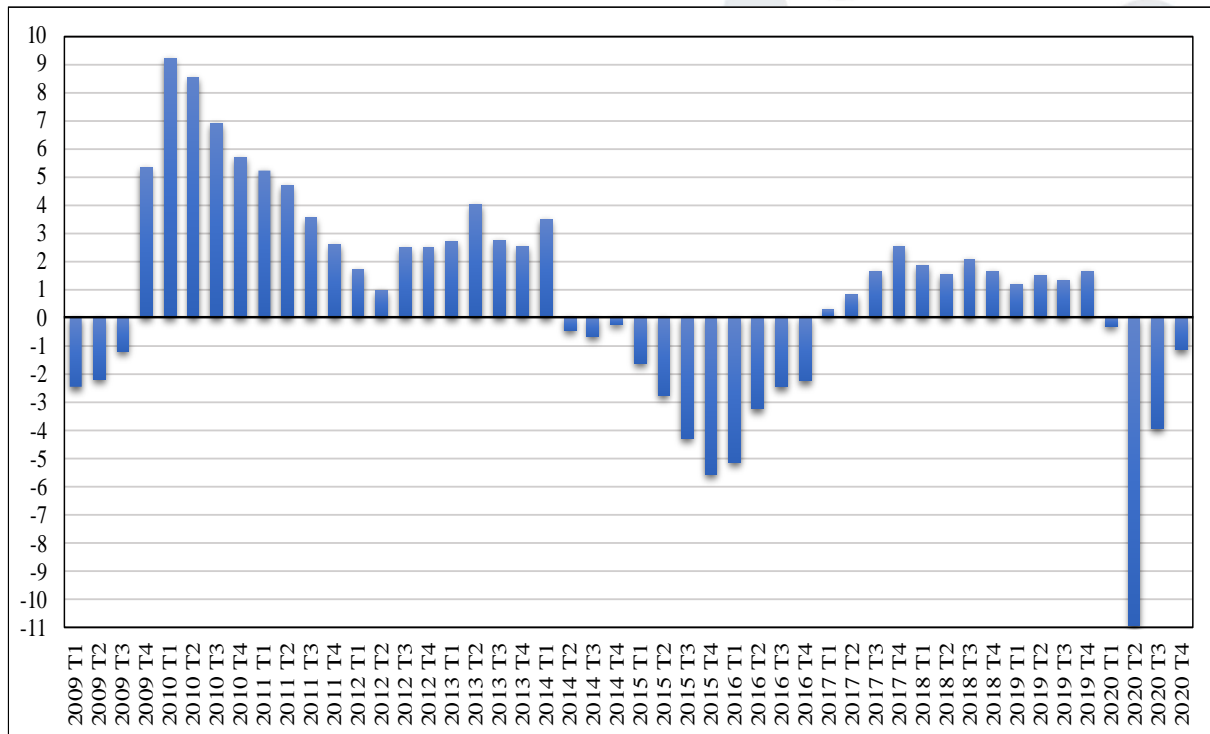


Na Tabela 2 há uma comparação da taxa cambial com o PIB brasileiro realizada por meio de correlação linear. Como podemos observar, nos anos de 2009, 2010 e 2016 houve uma correlação linear negativa, ou seja, nesse período houve uma queda da taxa cambial enquanto que o PIB nacional cresceu. Nos anos de 2011, 2014 e 2020 não houve correlação, as variáveis não estavam relacionadas nesse período. Já em 2012, 2013, 2015, 2017, 2018, 2019 as variáveis apresentaram correlação diretamente proporcional, ou seja, as variações na taxa de câmbio foram espelhadas no PIB nacional, em momentos de crescimento na taxa houve um crescimento no PIB, assim como em momentos de queda na taxa, o PIB também apresentou queda.

Por meio da Tabela 2 é possível inferir que na maioria dos anos analisados as variáveis, taxa cambial e PIB Real, apresentaram correlação linear, seja ela positiva ou negativa. Dessa forma, é possível demonstrar que existe uma relação entre as variáveis apresentadas no período de 2009 a 2020.

Ao analisar o Gráfico 5, que apresenta a variação trimestral do PIB Real a preços de mercado em porcentagem, calculando o percentual de variação referente a um mesmo período do ano anterior, nos anos de 2009 a 2020. De modo que o primeiro trimestre do ano de 2010 terá seu percentual de variação calculado sobre o primeiro semestre de 2009. Os dados foram recolhidos por meio do portal eletrônico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021).

Gráfico 5 – Variação do PIB Real a preços de mercado.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

No Gráfico acima é possível observar que as maiores variações negativas ocorreram nos anos de 2015 e 2020, mas o período de maior queda registrado foi no segundo trimestre do ano de 2020, com queda de 11% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Os anos de 2015 e 2020 foram períodos de crise econômica nacional nos quais houve a redução das importações e o crescimento da taxa cambial, do real para o dólar, no mesmo período, demonstrado nos Gráficos 1 e 2. Diferentes vertentes foram analisadas em meio a um cenário de fragilidade econômica que gerou impactos em diversas variáveis como o Produto Interno Bruto, taxa de câmbio de real para dólar, importações, e despesas com telecomunicação, computação e informações, que apresentaram variações após mudanças no cenário econômico brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



O objetivo do presente trabalho é verificar a existência de correlação linear entre a taxa de câmbio e a importação de insumos tecnológicos e posterior com o Produto Interno Bruto (PIB). Por meio desse estudo é possível analisar o comportamento do PIB e das importações de insumos tecnológicos, em meio a uma variação de taxa cambial, em diferentes cenários econômicos vivenciados no Brasil.

Foi verificada a existência de correlação entre algumas das variáveis envolvidas nessa temática, nos anos de 2009 a 2020, por meio de cálculos estatísticos e, dessa forma, compreender os possíveis impactos da variação da taxa cambial, do real para o dólar, sobre as importações tecnológicas e o PIB. As variáveis analisadas foram a taxa de câmbio, de real para dólar, o Produto Interno Bruto (PIB), importações no Brasil e despesas no setor externo em serviços de telecomunicação, computação e informações.

Desse modo, foi possível constatar que a taxa cambial sofreu influência das políticas monetárias e da situação econômica do país, e impactou diretamente nas relações comerciais com o exterior, como foi notado nas importações do Brasil. A correlação linear entre as variáveis reforçou essa relação.

Também identificamos que as despesas no setor externo em serviços de telecomunicação, computação e informações divergem no comportamento das importações nacionais, que apresentaram crescimento em 2020, período de queda nas importações do Brasil. Por meio dessa análise, é possível identificar uma dependência na importação de insumos tecnológicos, já que as despesas nessa área foram crescentes em um cenário econômico desfavorável, no qual o poder de compra nacional de bens e serviços foi reduzido.

O Produto Interno Bruto (PIB) no período analisado apresentou crescimento, quando comparado à taxa cambial, utilizando a fórmula de correlação, apresentou correlação na maioria dos anos estudados, alguns anos a correlação linear foi positiva, enquanto em outros foi negativa à taxa de câmbio. Comprovando que há um impacto no PIB influenciado pela taxa cambial, entre o real e o dólar.

É importante ressaltar que as variáveis analisadas não são as únicas relevantes para definir o comportamento das relações comerciais do Brasil com o mercado exterior. No BACEN e IPEA é possível obter outras variáveis, em outros períodos de tempo, que englobam a mesma temática e possam complementar os dados analisados no artigo científico.



Dessa forma, pode-se considerar que os resultados do artigo atingiram o objetivo proposto, no entanto, esta investigação apresenta algumas limitações já que as despesas em Telecomunicação, computação e informações não são capazes de mensurar todas as importações de insumos tecnológicos no Brasil, então há uma limitação da amostra em comparação à população analisada. Com base nos resultados obtidos na pesquisa, recomenda-se como pesquisa futura uma análise no setor de exportações nacionais, verificando correlação, utilizando a mesma base de cálculo matemático, entre as exportações e o Produto Interno Bruto Real. Após a análise de correlação, comparar os dados obtidos com os dados apresentados neste artigo sobre as importações no Brasil e o comportamento do PIB em meio a esse cenário.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**. 7 edição. São Paulo: Atlas Editora, 2008.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142017000100051&script=sci_arttext. Acesso em: 9 mai. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. (org.). **Importação mensal**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. (org.). **PIB mensal - Valores correntes (R\$ milhões)**: pib real. PIB real. 2021. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>. Acesso em: 09 mai. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. (org.). **Telecomunicação, computação e informações - mensal - despesa**: insumos tecnológicos. Insumos tecnológicos. 2021. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/telaCvsSelecionarSeries.paint>. Acesso em: 09 mai. 2021.

CARGNELUTTI FILHO, Alberto et al. Tamanho de amostra para estimação do coeficiente de correlação linear de Pearson entre caracteres de milho. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 45, n. 12, p. 1363-1371, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-204X2010001200005&script=sci_arttext. Acesso em: 10 maio 2021.



CARNEIRO, Flavio Lyrio. **A influência da taxa de câmbio sobre os fluxos de comércio exterior**. Brasília: Ipea, 2014.

CAVALCANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio; RUDGE, Luiz Fernando. **Mercado de Capitais: O que é, como funciona**. 7 ed.. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHIARINI, Tulio; SILVA, Ana Lucia Gonçalves da. Comércio exterior brasileiro de acordo com a intensidade tecnológica dos setores industriais: notas sobre as décadas de 1990 e 2000. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1007-1051, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512016000301007&lang=pt. Acesso em: 9 mai. 2021.

CURADO, Marcelo; DAMIANI, Daniel; ROCHA, marcos. Taxa de câmbio real e crescimento econômico: uma comparação entre economias emergentes e desenvolvidas. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 528-550, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000400002. Acesso em: 9 mai. 2021.

DIAS, Elaine Cristina Ferreira et al. A Dependência de Insumos Farmacêuticos Importados no Brasil: Um Estudo de Caso do Medicamento Antirretroviral Nevirapina no Laboratório Farmacêutico Oficial Farmanguinhos. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 125-133, 2016. Disponível em: <http://www.revistargss.org.br/ojs/index.php/rgss/article/viewFile/194/191>. Acesso em: 9 mai. 2021.

DWECK, Esther et al. **Impactos macroeconômicos e setoriais da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.

ESTRELA, Márcio Antônio et al. **Moeda, Sistema Financeiro e Banco Central - Uma Abordagem Prática e Teórica sobre o Funcionamento de uma Autoridade Monetária no Mundo e no Brasil**. Brasília, 2010.

GABARDO, Emerson; MORETTINI, Felipe Tadeu Ribeiro. Institucionalismo e pesquisa quantitativa como metodologia de análise de decisões judiciais. **REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG**, Belo Horizonte, n. 63, p. 151-180, 2013. Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/P.0304-2340.2013v63p151>. Acesso em: 9 mai. 2021.

HERSEN, Amarildo; HOEFLICH, Vitor Afonso; LIMA, Jandir Ferrera de. A desvalorização cambial e a exportação de produtos florestais madeireiros. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 57, n. 3, p. 368-378, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032019000300368&script=sci_arttext. Acesso em: 9 mai. 2021.



INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Produto interno bruto (PIB) real:** produto interno bruto (pib) real a preços de mercado. Produto Interno Bruto (PIB) real a preços de mercado. 2021. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38414>. Acesso em: 09 mai. 2021.

MATTEI, Lauro; DOS SANTOS JÚNIOR, José Aldoril. Industrialização e substituição de importações no Brasil e na Argentina: uma análise histórica comparada. **Revista de Economia**, v. 35, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/17054/11249>. Acesso em: 9 mai. 2021.

MENDONÇA, Sandro Bichara et al. TECNOLOGIAS GLOBAIS NA PRODUÇÃO DE VACINAS CONTRA O COVID-19. **Revista Científica da Faculdade de Medicina de Campos**, v. 15, n. 2, p. 100-109, 2020. Disponível em: <http://www.fmc.br/ojs/index.php/RCFMC/article/view/373>. Acesso em: 10 mai. 2021.

MORTARI, Valéria Silva; OLIVEIRA, Maria Aparecida Silva. Dependência setorial de insumos importados do setor agropecuário e da indústria intensiva em recursos naturais: uma análise do período de 1995 a 2009. **Economia e Desenvolvimento**, v. 28, n. 1, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231146598.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2021.

OLIVEIRA, Andréia Aparecida dos Santos; SILVA, Regina Célia Fernando da; MANOLESCU, Friedhilde M. K. A importância da taxa de câmbio na economia. **Revista Univap**, São José dos Campos, v. 13, n. 24, p.1136-1139, 2006. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/inic/inic/06/INIC000006.ok.pdf. Acesso em: 9 mai. 2021.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; MASIERO, Gilmar. Estudos Asiáticos no Brasil: contexto e desafios. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 5-28, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292005000200001&script=sci_arttext. Acesso em: 9 mai. 2021.

PESENTE, Ronaldo. Mercados financeiro. Salvador: Ufba/Sead/Uab, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/30851/1/eBook%20Mercados%20Financeiros%20UFBA.pdf>. Acesso em: 9 maio 2021.

PINHEIRO, Armando Castelar; CABRAL, Célia Costa. Mercado de crédito no Brasil: o papel do judiciário e de outras instituições. 1998. Ensaio BNDES, n. 9. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11925/1/Mercado%20de%20Cr%C3%A9dito%20no%20Brasil_o%20Papel%20do%20Judici%C3%A1rio_P_BD.pdf. Acesso em: 9 mai. 2021.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.



TONETO JUNIOR, Rudinei et al. Estudos sobre a Taxa de Câmbio no Brasil. **Ribeirão Preto: DEPECON-FIESP**, 2013. Disponível em: www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=139236. Acesso em: 9 mai. 2021.

TORRES, Norberto Antônio. Patentes como instrumento de aumento da dependência tecnológica e econômica: estudo da indústria farmacêutica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 41-56, 1983. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901983000300005&script=sci_arttext. Acesso em: 9 mai. 2021.

TRIVISIOS, Augusto NS. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas S.A., 1987.

VIEIRA, Paula Vanessa Medeiros; WAINER, Jacques. Correlações entre a contagem de citações de pesquisadores brasileiros, usando o Web of Science, Scopus e Scholar. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 3, p. 45-60, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362013000300004&script=sci_arttext. Acesso em: 10 mai. 2021.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 5, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n5/e00068820/pt/>. Acesso em: 9 mai. 2021.



PROCESSOS LICITATORIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: O PREGÃO ELETRÔNICO COMO FERRAMENTA DE CONTRATAÇÃO

Eronildes Zacarias da Costa Filho¹

Leônidas Lamartine Fernandes de Oliveira²

Raniela Ricarte Freitas Sampaio³

RESUMO

O pregão eletrônico ganha destaque dentre as modalidades de licitações existentes devido a sua praticidade, eficiência, celeridade, economicidade e transparência. Não há um valor limite para licitação por pregão eletrônico, tornando-se assim amplamente utilizado, sendo este obrigatório para aquisições que são utilizados recursos federais. O problema do estudo é quais as características do pregão eletrônico como ferramenta de contratação em seu aspecto legal e econômico, tendo como objetivo analisar a contratação pública por meio do pregão eletrônico, seu aspecto legal e economicidade gerada pelo mesmo. A pesquisa se caracterizou nas formas exploratória e descritiva, com as técnicas de pesquisas utilizadas foram a bibliográfica, documental e de campo. Nos resultados é possível observar a praticidade, vantagens e economicidade com o uso do pregão em sua forma eletrônica.

Palavras-chaves: Licitação, Economicidade, Pregão eletrônico.

ABSTRACT

The trading floor electronic win Spotlight among the modalities of bids existing due the its practicality, efficiency, speed, economy and transparency. There is not a limit value for bidding by trading floor electronic, becoming thus widely used, being this mandatory for acquisitions

¹ Graduado em Administração, pela Universidade do Estado do Rio Grande do norte - Uern. E-mail: eronildes-filho@hotmail.com

² Graduado em Ciências contábeis, pela Universidade do Estado do Rio Grande do norte - Uern. E-mail: leonidas_lamartine@hotmail.com

³ Mestra em Administração pela Universidade Potiguar – UNP. E-mail: Raniela.ricarte@gmail.com



that are used federal resources. The problem of the study is which the characteristics of trading floor electronic as tool of hiring in your aspect cool and economic, having as objective analyze the public hiring through of trading floor electronic, your aspect cool and economy generated by same. The research characterized itself in the forms exploratory and descriptive, with at techniques of research used were the bibliographic, documentary and in field. In the results is possible observe the practicality, advantages and economy with the use of trading floor in your electronic form.

Keywords: Bidding, Economy, Trading floor electronic.

1 INTRODUÇÃO

Para uma boa gestão e funcionamento público se faz necessário a aquisição de bens e serviços, as quais são adquiridos por meio de processos licitatórios e contratos administrativos. Estando essa norma posta na constituição federal, em seu artigo 37, XII, que “ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública”. Após a constituição foram criadas importantes leis que discorrem sobre licitações e contratos, a primeira delas foi a lei 8.663 de 21 de junho de 1993, que em sua ementa normatiza “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.

Com o tempo foi observado a necessidade da criação de uma nova modalidade que contemplasse a aquisição de bens e serviços comuns e que deixasse o processo licitatório mais rápido, sendo criada a partir disto a lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que cria a modalidade de licitação pregão. O pregão em seguida de acordo com Santos (2012, p. 16) “foi regulamentado em sua forma eletrônica, através do Decreto nº 5.450 de 31.05.2005, que em seu artigo 4º, coloca a obrigatoriedade do pregão nas licitações para aquisições de bens e serviços comuns, sendo preferencial o uso do pregão eletrônico”.

A lei de licitações e contratos e a lei do pregão foram recentemente atualizada, se tornando uma só lei, a de número 14.133 de 01 de abril de 2021 a nova lei de licitação e contratos administrativos. Sendo o pregão eletrônico é normatizado pelo decreto nº 10.024, de



20 de setembro de 2019. O pregão na forma eletrônica se torna obrigatório de acordo com o Artigo 1º, § 3º, “Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias”.

O pregão eletrônico devido sua praticidade e legalidade vem constantemente se tornando bastante utilizado, atendendo as normas da administração pública, que geralmente costumam passar por constantes alterações na legislação e fiscalizações para que seus atos e tomada de decisões sejam cada vez mais transparentes, eficientes e eficazes para a devida prestação de seus serviços à população e órgãos de controle, a exemplo dos tribunais de contas.

O pregão eletrônico é realizado por disputa de forma eletrônica onde os licitantes ofertam seus lances por meio de sistemas online que fazem a escolha da melhor proposta ofertada. A partir disto o estudo tem como problema de pesquisa: quais as características do pregão eletrônico como ferramenta de contratação em seu aspecto legal e econômico?

Diante disto, o estudo tem como objetivo analisar a contratação pública por meio do pregão eletrônico, seu aspecto legal e economicidade gerada pelo mesmo.

O estudo justifica-se pela necessidade de estudos relevantes para área pública, principalmente no tocante ao processo de contratação e suas atualizações as quais a gestão pública vem passando de forma constante. Os tempos atuais requerem o uso de tecnologias nos diversos setores do mercado, incluindo o setor público, que dentre suas formas de contratação se destaca o pregão eletrônico, seja por sua transparência, pois por ser realizado de forma eletrônica e online o torna acessível a fornecedores, população e órgão de controle. Ou pela praticidade que os meios eletrônicos disponibilizam com seu uso.

A pesquisa utilizou as formas de pesquisa exploratória e descritiva, com a utilização das técnicas de pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Foi utilizada a abordagem qualitativa, com a população e amostra sendo os meios eletrônicos (pesquisas na internet) e uma entrevista realizada com o pregoeiro do município de Serra do Mel/RN.

O estudo está estruturado em 5 seções, a primeira se trata da introdução, a segunda do referencial teórico, a terceira abrange a metodologia da pesquisa, a quarta traz a análise e discursão dos resultados e a quinta são as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO



2.1 CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

As contratações públicas são realizadas por meio de licitações, salvos os casos especificados em lei, onde os entes públicos como União, estados, municípios e autarquias realizam as compras e contratações de produtos e serviços essenciais para a gestão, ente e população. Sobre isso, o art. (artigo) 37 da Constituição Federal de 1988 (CF. 1988) inciso XXI, determina:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Os contratos administrativos públicos até pouco tempo eram regidos pela lei 8.666 de 21 de junho de 1993, que em sua ementa normatiza “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”. Mas no dia 01 de abril de 2021 entrou em vigor a nova lei de licitações e contratos administrativos, a lei 14.133/21.

De acordo com Gandolfi (2021) a lei 8666/93 e a lei do pregão de número 10.520/02 que também é utilizada para contratações públicas, ainda podem ser utilizadas por um período de até 2 anos a contar da data de publicação da lei 14.133/21, sendo este chamado de período de transição e estando previsto na nova lei de licitações e contratos administrativos em seu art, 193, com o seguinte texto:

“Art. 193. Revogam-se:

I - Os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei;



II - A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei.”

Sobre a formalização dos contratos a lei 14.133/21, em seu art. 89 normatizando que “Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado” os parágrafos 1º e 2º determina do citado artigo continua com alguns importantes pontos. Antes da formalização dos contratos ocorre a fase de licitação, salvo os casos de contratações diretas que são a dispensa de licitação e a inexigibilidade de licitação que estão determinadas na lei 14.133/21 no capítulo VIII do art. 72 ao art.75.

2.2 LICITAÇÕES

É sabido que a gestão pública precisa de efetuar aquisições e contratações de produtos, bens e serviços para o seu bom e regular andamento. A partir disso surge a licitação como forma de contratação pública, um procedimento administrativo que visa garantir igualdade entre as pessoas e empresas que desejam realizar negócios com a administração pública (SILVA NETO; MOREIRA, 2021). A licitação é definida por Hely Lopes Meirelles (2011, p. 272) Apud Silva Neto e Moreira (2021, p. 463), como “o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse”

Antes de discorrer sobre as modalidades de licitação, cabe frisar que as mesmas seguem alguns princípios que norteiam as contratações públicas, estando esses dispostos no texto do art. 5º da lei 14.133/21, que determina:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”



Sobre os princípios, de acordo com Rêgo (2021, p. 21) “tem início com a reprodução, em ordem fidedigna, dos princípios constitucionais previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. Além destes, os demais vistos no art. 5º da lei 14.133/21 foram adicionados pela referida lei.

2.2.1 Critérios de Julgamento

O critério de julgamento era denominado por tipo de licitação na lei 8.666/93, mas de acordo com Medeiros (2021, p. 136) "Registra-se que a expressão “tipo” foi abandonada pela Lei n. 14.133/21, então aqui será usado o nome tecnicamente correto: critérios de julgamento". O critério de julgamento se trata da denominação que a legislação conferiu ao critério que a Administração deve adotar para julgar e definir qual proposta melhor satisfaz o interesse público. O mesmo é utilizado pela administração para a proposta mais vantajosa, ou seja, foca em propostas mais coerentes, vantajosas e que obedecem às normas do edital. Com duas características e exigências distintas, os tipos de licitação variam de acordo com seus prazos e ritos.

Os critérios de julgamento estão postos no art. 33 da lei 14.133/21, que diz o seguinte:

“Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:
I - menor preço;
II - maior desconto;
III - melhor técnica ou conteúdo artístico;
IV - técnica e preço;
V - maior lance, no caso de leilão;
VI - maior retorno econômico.”

O critério de menor preço, o mais utilizado nas licitações em especial no pregão, teve uma adição, O menor preço não poderá ser considerado critério absoluto, devendo ser equacionado com parâmetros objetivos de menor dispêndio (MEDEIROS, 2021). O termo menor dispêndio entra na lei para evitar que a gestão pública receba produtos com qualidade baixa, de modo que isso acabava gerando custos adicionais e problemas de planejamento, para



que assim haja uma relação satisfatória entre custo e benefício para o ente público. O critério está previsto na lei 14.133/21, juntamente com o de maior desconto, em seu art. 34. § 1º e § 2º.

Já o de maior retorno econômico é uma novidade na nova lei de licitações e contratos e “trata-se de critério para celebração de contrato de eficiência, onde o contratado se compromete a gerar alguma sorte de economia de despesa à Administração Pública, condicionando a sua remuneração ao desempenho eficiente dessa atividade” (MEDEIROS, 2021, p. 142). Esse critério foi instituído inicialmente na lei 12.462/2011, lei que instituiu o regime diferenciado de contratações públicas.

2.2.2 Modalidades de Licitações

A nova lei de licitações impôs mudanças significativas no tocante as modalidades de licitação, a maior delas foi a retirada da modalidade tomada de preços e carta convite, adicionou uma nova modalidade denominada de diálogo competitivo e trouxe para si o pregão, que antes era regulamentado por uma lei específica, a lei 10.520/02. De acordo com Gandolfi (2021) com a nova lei as modalidades de licitação não são mais definidas em razão do valor do objeto, como ocorria com a lei 8.666/93.

O critério de escolha da modalidade passa a ser a complexidade da licitação ou a natureza do objeto. O detalhamento contido na lei 14.133/21, especifica condições para que o certame licitatório que virá a ocorrer dependendo de sua complexidade e objeto se encaixe na modalidade que melhor se adequa. As modalidades estão no art. 28 da lei 14.33/2021, que são:

“Art. 28. São modalidades de licitação:

- I - Pregão;
- II - Concorrência;
- III - Concurso;
- IV - Leilão;
- V - Diálogo competitivo.”

Segundo dados do ministério da economia de acordo com Lôbo (2020, p. 5)

“Em 2018, o valor total das compras realizadas independente da modalidade licitatória foi de R\$ 47,7 bilhões. Enquanto as aquisições realizadas via pregão (presencial e eletrônico) corresponderam a R\$ 19,1 bilhões, o que representa 40,16% das aquisições



realizadas em 2018. Destaca-se que, do total de licitações realização por pregão, 99,71% foram executadas na sua forma eletrônica, enquanto 0,29% foram presenciais. O pregão é um procedimento adotado para realizar compras públicas nas esferas federais, estaduais e municipais.”

O pregão “Passa a ser expressamente obrigatório para a contratação de todo de qualquer bem e serviço comum” (LAHOZ, 2021, p. 124). De acordo com o art. 6º XLI, da lei 14.133/21, o pregão é a “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”. O art. 6º XII, Define “bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;”. A nova lei de licitação em seu art. 29, determina:

“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.”

A citada alínea se refere a serviços de engenharia que a lei passou a considerar comum que são de acordo com a mesma “todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;”.

Nesse caso a concorrência apresenta uma novidade que se trata de acordo com Lahoz (2021, p. 126) “da inversão de fases para a concorrência. Se pela Lei n. 8.666/1993 a fase habilitação antecede à fase de julgamento das propostas, agora poderá ser feito primeiro o julgamento das propostas e depois a análise de documentação do licitante vencedor”. Aderindo assim a um dos objetivos iniciais do pregão, o da rapidez e praticidade no certame licitatório, difere do pregão por ser de acordo com o 6º XXXVIII “modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia”, e também difere no critérios de julgamento, onde a concorrência poderá ser com o art. citado anteriormente "a) menor preço; b) melhor técnica ou conteúdo artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto;”.



Se destaca no pregão o seu uso na forma eletrônica, que se trata do pregão realizado de forma virtual onde os licitantes dão suas propostas por meio de um certame online. A de licitação de forma eletrônica ganha destaque no art. 17, § 2º que determina “As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo”.

2.3 PREGÃO ELETRÔNICO

É atualmente regulamentado pelo decreto nº 10.024/19, que em seu art. 1º salienta “Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal”. Mas essa modalidade já vem sendo usado desde a lei 10.520/02.

De acordo com Silva Neto e Moreira (2021, p. 10) “A adoção do pregão eletrônico se tornou obrigatória aos Municípios, quando da utilização de verbas federais por meio de transferências voluntárias, convênios e contratos de repasse”. De acordo com Domakoski *et al* (2012, p. 158):

“Com o uso do pregão eletrônico para as aquisições de bens e serviços comuns nas organizações públicas, evidencia-se a modernização dos procedimentos de compras, contribuindo para a qualificação das atividades dos atores públicos municipais envolvidos e as ações dos gestores públicos municipais. Inclusive, fazendo valer princípios que norteiam as compras municipais, como por exemplo, a competitividade, a transparência e a igualdade de tratamento entre outros.”

De acordo com Lôbo (2021, p. 5) “Além dos ganhos de eficiência relacionados à economia de tempo, o volume de recursos financeiros que são empregados na aquisição de bens e contratação de serviços por meio do pregão mostra a relevância do estado desta modalidade licitatória”. O pregão eletrônico anda junto com a tecnologia da informação para ser um diferencial para a administração pública em suas aquisições de bens e serviços considerados comuns, proporcionando transparência nas compras e contratações públicas. É uma modalidade



que surgiu para deixar mais fácil e moderna a rotina do gestor público, veio também para ocupar uma brecha deixada por outros tipos de modalidades existentes (DOMAKOSKI *et al*, 2012)

2.3.1 A Eficiência e a Economicidade do Pregão Eletrônico

A economicidade na nova lei de licitações de trata de um de seus princípios, mas nos princípios que regem a administração pública, a mesma está dentro do princípio da eficiência se tratando de um fator importante. De acordo com Cordeiro, Leal Junior, e Scotta (2019) a eficiência é agir com qualidade e não apenas de forma rápida quando se trata da administração pública, havendo a utilização dos recursos adequados e de forma adequada, com a priorização da economia do dinheiro público, devendo os recursos serem administrados de forma responsável. No pregão eletrônico a economicidade é seguido em decorrência da redução dos gastos nas contratações, com o resultados sendo alcançados de forma rápido e com preços vantajosos para a gestão pública.

O pregão eletrônico também traz uma vantagem competitiva ao ente público que atende ao princípio da economicidade, entre outros, uma vez que abrange o certame licitatório para uma quantidade maior de participantes, ampliando a competição e por consequência baixando os custos de contratação. A escolha da proposta mais vantajosa será feita observados os aspectos qualitativos e da onerosidade.

De acordo com Lima (2008) Apud Ferreira, Medina e Reis (2014, p. 3):

“o pregão pode ser considerado a modalidade incentivadora da economicidade, pois a Administração consegue obter redução de preços através de lances e negociações, assim como reduz “o custo de participação dos fornecedores, os quais podem competir à distância, viabilizando a participação de” Micro e Pequenas Empresas (MPE).”

Observa-se que a Administração Pública sempre que for realizar uma contratação faz uso de algumas das modalidades de licitação, que se adapte ao objeto pretendido, para que o gasto do dinheiro público seja realizado de modo responsável, eficiente e econômico, para evitar desperdícios e fazer com que o interesse coletivo seja alcançado (CORDEIRO, LEAL JUNIOR, E SCOTTA, 2019). Se destacando a partir de tais indagações o pregão eletrônico, que

em termo de economia se destaca perante aos demais, principalmente por uma maior abrangência e estímulo a competição, fazendo assim que os preços das aquisições diminuam.

O pregão eletrônico reflete o princípio constitucional da eficiência e o da economicidade na licitação. O primeiro se caracteriza por tornar ágil e simplificado o procedimento licitatório, através da inversão de fases deixando mais efetiva a funcionalidade do mesmo, facultando aos participantes do certame licitatório a oportunidade de ver sua proposta ser examinada e discutida sem barreiras e atrasos da análise de habilitação. Já o da economicidade é caracterizado pela viabilização de resultados vantajosos a administração através da redução dos valores ofertados, agilidade na contratação e a celeridade do processo (MELO; MARTINS; BULAWSKI, 2020).

2.3.2 Vantagens do Pregão Eletrônico

“O pregão eletrônico permite a administração ser eficiente na aplicação dos recursos e admite que falhas formais sejam sanadas em benefício da melhor contratação” (FERREIRA, MEDINA e REIS, 2014, p. 76). De acordo com Justen Filho (2013, p. 20) Apud Silva Neto e Moreira (2021, p. 468):

“O pregão apresenta três vantagens marcantes em relação às modalidades tradicionais de licitação previstas na Lei nº 8666. Em termos essenciais, as vantagens são (a) o potencial incremento das vantagens econômicas em favor da Administração, (b) a ampliação do universo de licitantes e (c) a simplificação do procedimento licitatório. Outras vantagens poderiam ser apontadas, tal como a redução de custos no pregão eletrônico (que dispensa a presença física e outras despesas) e a maior rapidez na conclusão do certame”

Uma grande vantagem é que durante o certame não é possível saber quem são os “participantes, até que se tenha o registro do encerramento da disputa, tendo apenas acesso às mudanças de preço disponíveis, onde o sistema chama fornecedor 01, 02, 03, etc. fazendo valer o princípio da impessoalidade e da igualdade de tratamento aos licitantes participantes”. (DOMAKOSKI *et al*, 2012, p. 157). De acordo com Santos (2012, p. 17):

“Outra grande vantagem do pregão eletrônico é a transparência, já que sua execução é realizada através da internet, podendo ser acompanhado por qualquer interessado,



facilitando, assim o controle social. Dessa forma, o pregão eletrônico tem a capacidade de tornar mais transparente as licitações, podendo dificultar os atos de corrupção”

De modo resumido Feitoza ([201-], p. 17-18) enumera que:

“à transparência na gestão dos gastos públicos, a impessoalidade nas contratações e agilidade nos procedimentos e economia nas contratações, são as principais e importantes vantagens da modalidade pregão eletrônico com a ênfase de ser realmente uma grande ferramenta na gestão de compra, tornando-se um meio seguro e eficiente, uma vez que, combate de forma direta quaisquer atos de corrupção e discricionariedade pelo gestor público.”

No pregão eletrônico não há um valor limite para licitação. O mesmo também pode ocorrer através de registro de preços, não onerando assim saldo orçamentário, pois o registro de preços não gera a obrigatoriedade da aquisição do total estimado no certame licitatório (FERREIRA, MEDINA e REIS, 2014). O registro de preços de acordo com a nova lei de licitações no Art. 6º XLV, se trata de um “conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;”

2.3.2 Desvantagens do Pregão Eletrônico

São poucos os apontamentos literários sobre as desvantagens do uso do pregão eletrônico, as falhas que podem ser destacadas são de falhas na montagem do certame e da execução do serviço. As mais comuns são falha na conectividade, como a queda na conexão com a internet, problemas logísticos, pois empresas de todo o país pode concorrer ao certame licitatório e devido a distância da empresa vencedora com o contratante pode gerar atrasos na entrega dos produtos e/ou serviços contratados (SILVA NETO; MOREIRA, 2021). De acordo com Silva Neto e Moreira (2021, p. 471):

“Cita-se ainda a impessoalidade utilizada, vez que comunicação adotada no pregão eletrônico trata-se apenas por meio eletrônico, sendo assim, não analisa-se com a devida atenção o edital, gerando transtornos a administração pública promotora da licitação.



Neste sentido as desvantagens do Pregão Eletrônico são: muitas vezes não há entrega dos produtos no prazo estabelecido no edital, em razão da distância entre as empresas, todo processo necessita de internet de ótima qualidade, alguns municípios possuem internet lenta e instável, licitações desertas ou fracassadas com problemas no abastecimento das instituições licitantes.

Em suma, com a obrigatoriedade os municípios pequenos se veem prejudicados uma vez que não possuem a condição de realizar o pregão eletrônico, muitas das vezes ocasionado pela falta de infraestrutura local.”

Na vivencia pratica do pregão eletrônico Fortunato et al. (2010, p. 13), cita as seguintes desvantagens:

- “● O surgimento de empresas “especializadas” em participar de pregão eletrônico, qualquer que seja o objeto;
- Sub-contratação de empresas, gerando problemas na execução do contrato;
- O fato de a licitação ser virtual encoraja os licitantes a fornecerem objetos que não atendem as especificações do edital;”

Os licitantes no pregão eletrônico tendem a baixar muito o valor do preço do produto ou serviço em disputa, para isso existem duas explicações que são consideradas desvantagens do pregão eletrônico. A primeira é que o objeto com o decorrer do tempo do contrato pode ter ajuste do valor, mas para isso precisa esse item estar explicitado no edital do certame, como discorre a lei 14.133/21 em seu art. 25 § 7º e § 8º, que em seus textos normatizam:

“§ 7º Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 8º Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano”

Por vezes esse item não é observado pelos licitantes, que após a proposta ofertada acabam desistindo do certame. A segunda se trata de uma combinação entre licitantes para o favorecimento de alguns, como explica Santos (2012, p. 63), que os licitantes:

“desistem do processo após ter dado o melhor lance, isso pode vir a caracterizar combinação entre os licitantes, acordando entre eles, que um dará lance bem abaixo do valor de mercado, inibindo a fase de lances para os outros licitantes. Quando chamados a enviar a proposta adequada ao lance dado, simplesmente não o fazem,

deixando para o segundo colocado, que, na realidade, poderia ter melhorado o seu preço, se não houvesse ocorrido tal combinação, o que acaba prejudicando a licitação”

Também ocorre desvantagens operacionais como na criação do termo de referência da licitação, pois, por vezes o termo acaba deixando brechas para fornecedores não entregarem o produto com a qualidade desejada por ser um certame de forma eletrônica, o termo de referência deve ser elaborado com qualidade de modo que deixe o objeto bem definido e explicado, pois ele é quem vai ditar o objeto a ser adquirido. De acordo com Santos (2012, p. 72) é “o Termo de Referência essencial para a realização da contratação, pois é a partir dele que será elaborado o edital, sendo ele responsável, também, em apresentar à Administração os componentes necessários para uma boa licitação”.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se caracterizou nas formas exploratória e descritiva. Exploratória pois a pesquisa se formulou a nova lei de licitações e contratos administrativos, a lei 14.133 de 1º de abril de 2021, visto que os estudos científicos sobre a mesma ainda são mínimos. O referido tipo de pesquisa de acordo com Kauark, Manhães e Medeiros (2010) objetiva uma maior relação com o problema, esclarecendo-o ou realizando um levantamento de hipóteses. Abrange o levantamento de dados bibliográfico, entrevistas com pessoas que tem experiências práticas com o problema da pesquisa e análise de exemplos que agucem o entendimento sobre o problema. Assume na maior parte dos casos as pesquisas de forma bibliográfica e estudo de caso.

A descritiva se caracteriza devido ao pregão eletrônico se tratar de um fato amplamente estudado, e quando junto com a exploratória de acordo com Lakatos e Marconi (2003) os estudos exploratórios e descritivos combinados se tratam de estudos exploratórios que se objetiva em descrever no todo um determinado fenômeno, a exemplo de um estudo de caso ao qual se realiza análises empíricas e teóricas. Podem ser vistas tanto descrições quantitativas como qualitativas e um acúmulo de informações detalhadas, a exemplo de observações.

As técnicas de pesquisas utilizadas foram a bibliográfica, documental e de campo. Em relação a bibliográfica, que se tratou da técnica de pesquisa principal do artigo, foi utilizado

pesquisa na internet a pesquisa que serviram de embasamento para o desdobramento do assunto pesquisado, exemplificando assim tema do estudo por meio de pesquisas já existentes, com informações buscadas em livros, artigos, textos e demais estudos de cunho científico. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 183) esse tipo de pesquisa engloba a bibliografia existente a respeito do tema do estudo.

A pesquisa documental buscou-se na prefeitura municipal de Serra do Mel/RN, ver licitações do tipo pregão, com mesmo objeto que em anos anteriores a 2021 ocorreram de modo presencial e no ano de 2021 ocorreu de modo eletrônico, para observar a economia gerada com a utilização do pregão eletrônico frente ao presencial. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 174) “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

Na pesquisa de campo, foi-se até a prefeitura municipal de Serra do Mel/RN, para a realização de perguntas ao pregoeiro do município o srº Paulo Henrique Cirino, acerca do pregão eletrônico. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 186) o objetivo da pesquisa de campo é de “conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

A abordagem utilizada foi a qualitativa, com a realização de análises discursivas dentro da pesquisa utilizada. Esse tipo de pesquisa pode ser definido de acordo com Zanella (2013, p. 35) “Esse tipo de análise tem por base conhecimentos teórico-empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade”.

A população e amostra da pesquisa foram os meios eletrônicos, como pesquisa na internet, com a utilização de uma amostragem intencional ao ser feita pesquisa com o pregoeiro da prefeitura municipal de Serra do Mel/RN, se utilizando de entrevista.

4 ANALISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS



Neste tópico será analisada a entrevista realizada com o pregoeiro da prefeitura municipal de Serra do Mel/RN, onde foram realizadas as seguintes 7 questões, estando abaixo discriminadas com suas devidas análises:

Na 1ª quando perguntado sobre: quando se fala em licitações, a administração pública, deve adotar medidas para julgar e definir qual proposta melhor satisfaz o interesse público. Quais benefícios trazem esse questionamento à população? O entrevistado discorreu que as medidas são tomadas a partir de um estudo técnico preliminar e uma análise de risco bem elaborada e definida, para que a aquisição seja de acordo com o objeto desejado.

O pregoeiro discorreu ainda que a 2ª questão (que indagou: O critério do "menor preço" que analisa a compatibilidade da oferta com as especificações contidas no edital. Tendo em vista que preza pelo baixo custo, quais as garantias para que essa contratação obtenha sucesso?) vai na mesma ótica da primeira, pois o critério de menor preço é uma das formas de julgamento de uma licitação.

Complementou ainda frisando que após o estudo e análise de risco acerca do objeto será feito o termo de referência que deve ser elaborado de modo eficiente, com uma descrição precisa e detalhada do objeto e da licitação, e após o certame ser realizada uma fiscalização eficiente do contrato para o objeto adquirido ser o mesmo licitado. Juntando esses aspectos o pregoeiro disse ser o ponto eficaz para uma boa execução do contrato ou aquisição licitado(a), atendendo assim o interesse público. De acordo com Medeiros (2021, p. 138):

“Em linhas gerais, a Administração Pública deve estar atenta a outras características da proposta que possam configurar materialmente um melhor preço de contratação. Isso para evitar a adjudicação de ofertas de qualidade ruim, que necessitem de constante manutenção ou que estejam na contramão de medidas que garantam sustentabilidade ambiental, todas circunstâncias que eventualmente acarretarão mais custos aos cofres públicos.”

Para a realização de uma boa contratação é essencial uma boa elaboração e definição do termo de referência e seu objeto ou serviço desejado, pois é a partir disto que é elaborado o edital e os componentes essenciais para uma boa licitação (SANTOS, 2012). Após a criação do termo de referência sobre o detalhamento do objeto a ser licitado é definido o critério de



juízo, que se trata de uma definição que a lei de licitação e contratos impõe para a definição da proposta que melhor satisfaz o interesse da administração pública e da população.

Sobre o critério de menor preço, de acordo com Medeiros (2021) com a lei 14.133/21, a norma a ser analisada não é mais somente o menor preço, mas também o menor dispêndio, devendo também ser observados padrões mínimos de qualidade que serão fixados no edital da licitação. Para assim ser evitado que a gestão pública adquira produtos ou serviços de baixa qualidade que gerem prejuízos e/ou custos futuros.

Na questão de número 3, quando perguntado “Na sua opinião a nova lei de licitações impôs mudanças significativas no tocante as modalidades de licitação? Se sim, qual o destaque e sua opinião sobre essa mudança?”, o pregoeiro Paulo Henrique respondeu que sim, que houveram mudanças significativas em relação a lei anterior, a 8.666/93. O mesmo salientou que a nova lei 14.133/21 trouxe mais governança em comparação a anterior e frisou também sobre nova modalidade criada, a dialogo competitivo e a extinção da tomada de preços e convite.

A lei 8.66/93 em seu art. 22 definia as seguintes modalidades de licitação “I - concorrência; II - tomada de preços; III - convite; IV - concurso; V – leilão”. A referida lei em no critério de escolha de suas modalidades tinha a definição principalmente no preço, com alguns dispositivos complementares. Sobre isso, na lei 14.133/21 Gandolfi (2021) comenta que com a mesma a escolha de qual modalidade ser utilizada no certame licitatório não é mais o valor do objeto, passando a ser a sua complexidade ou natureza. As novas modalidades são vista no art. 28 da nova lei, sendo elas “I - pregão; II - concorrência; III - concurso; IV - leilão; V - diálogo competitivo”.

Sobre o destaque, o entrevistado comentou sobre o fato de a concorrência na nova lei, adotar o procedimento utilizado no pregão, onde no certame licitatório primeiro se analisa o preço e depois a habilitação, que na visão do mesmo gera mais praticidade e celeridade na licitação. A afirmativa é confirmada por Lahoz (2021) que salienta que se trata de uma grande novidade posta na concorrência, a inversão de fases, onde ocorre primeiro o julgamento das propostas e depois a análise da documentação do licitante declarado vencedor, tornando assim o certame mais célere e prático, como ocorre no pregão. O art. 29 da lei 14.133/21 normatiza que a concorrência e o pregão seguem o mesmo rito procedimental.



Na 4ª questão, que foi perguntado ‘quais as vantagens do uso do pregão eletrônico?’, foram enumeradas a maior concorrência, isonomia (o igual tratamento para todos os participantes) e a economicidade. A maior concorrência se caracteriza por essa modalidade de licitação ser realizada de forma online, onde mais pessoas tem acesso a mesma. De acordo com Domakoski *et al* (2012) o pregão eletrônico faz jus aos princípios que conduzem as compras públicas dos municípios, a citar-se o da competitividade, transparência e a igualdade de tratamento entre os participantes.

A agilidade na contratação, o processo ocorrendo de forma célere e a redução nos preços da contratação devido a uma maior concorrência, fazem o pregão eletrônico atenderem o princípio da economicidade na licitação (MELO; MARTINS; BULAWSKI, 2020). De acordo com Feitoza ([201-]) a impessoalidade, agilidade e economia na contratação são importantes vantagens e tornam o pregão eletrônico uma grande ferramenta para a gestão de compras.

Na questão seguinte, a de número 5, foi indagado sobre quais as desvantagens do uso do pregão eletrônico, o pregoeiro do município de Serra do Mel/RN frisou que a comunicação entre ele e os licitantes se torna mais difícil devido a todo procedimento ser realizado de forma eletrônica, gerando uma demora na conclusão final do certame, no rito que ocorre após a finalização dos lances. De acordo com Silva Neto e Moreira (2021) isso se explica pela impessoalidade que possui o certame em sua forma eletrônica, visto que a comunicação usada no pregão eletrônico ocorre somente por meio eletrônico, por vezes não sendo analisado devidamente o edital, o que gera transtornos ao ente público que realizou a licitação.

Outra desvantagem citada foi que as empresas em muitos casos não realizam um prévio planejamento dos custos dos produtos e do valor mínimo que pode vender seus produtos ou serviços, ofertando assim lances muito baixos, fazendo assim com que haja desistência do certame, pois as mesmas não mantem o lance ofertado e por vezes também ocorre à não execução satisfatória do contrato, gerando prejuízos a administração. De acordo com Fortunato *et al.* (2010) no pregão eletrônico aparecem empresas que são especializadas em participar deste tipo de licitação, seja qual for o objeto, e também por ocorrer de forma online estimula aos licitantes fornecerem produtos que não atendam ao que está especificado no edital.

A desistência do licitante vencedor do certame após o mesmo ter oferecido um preço muito baixo também pode se caracterizar como combinação entre os licitantes, onde um oferece

um valor muito abaixo do mercado, fazendo com que outros não tenham condições de ofertar uma melhor proposta. Quando o mesmo é declarado vencedor acaba não enviando posteriormente a proposta final com o valor do lance ofertado, desistindo assim do certame, tornando o segundo colocado (que ofertou valor dentro do mercado) o vencedor, sendo que este poderia ter melhorado sua proposta se não fosse a combinação ou poderia ter outro participante sido o vencedor, prejudicando assim a licitação (SANTOS, 2012).

No penúltimo questionamento, o de número 6, foi perguntado sobre qual a praticidade vista no uso do pregão eletrônico, foram obtidas algumas respostas, a iniciar por uma praticidade que a licitação do tipo pregão possui tanto em sua forma presencial como eletrônica, a possibilidade de utilização de dois tipos de critérios de julgamento, o de menor preço e de menor desconto. O art. 6º XLI, da lei 14.133/21, que o critério de julgamento do pregão poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

Outra praticidade citada foi a possibilidade de o licitante ter 8 dias uteis para a apresentação da proposta e documentos de habilitação. Sobre isto a lei 14.133/21 em seu art. 55. I, normatiza que Art. “Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de: I - para aquisição de bens: a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto;”.

O pregoeiro também citou como praticidade a forma geral que ocorre o pregão eletrônico, por ser de forma online todos os documentos de habilitação e propostas são anexados diretamente na plataforma que realiza a licitação antes da fase de lances, não havendo assim a presença de participantes no local, o que na visão do pregoeiro enfatiza o princípio da competitividade. O srº Paulo Henrique frisa que os concorrentes somente serão identificados após a fase de lances o que contribui para uma maior concorrência, economia e vantagens para o órgão provedor do certame. A interposição de recursos também ocorre de forma online pela plataforma que realiza o pregão.

Com tais praticidades é observado que o pregão eletrônico vai de encontro ao que afirma Domakoski *et al* (2012) que se trata de uma modalidade de licitação que surgiu para facilitar e modernizar a rotina da gestão pública em suas contratações, e também para preencher uma lacuna existente que foi deixada por outras modalidades de licitação.



Na 7ª e última questão, foi perguntado sobre qual a economicidade observada no pregão eletrônico em relação ao pregão presencial. Para complemento desta, foram pegos dois pregões eletrônicos do ano de 2021, onde a contratação do mesmo objeto no ano anterior tenha sido por pregão presencial, para análise dos mesmos sobre o valor orçado inicialmente e o valor final de aquisição em cada certame, para assim ser observado se há economicidade no pregão eletrônico frente ao presencial. E havendo, ver a economia gerada.

O primeiro objeto a ser analisado foi o de contratação de gêneros alimentícios para suprir as demandas das secretarias municipais, que em 2021 foi realizado de forma eletrônica sob o certame número 03/2021 e em 2020 foi realizado de modo presencial com o certame de número 03/2021. Com os dados obtidos com o pregoeiro, no pregão realizado de forma presencial em seu início do processo após previa pesquisa de mercado foi orçado um valor médio de 1.598.118,14, com esse valor após a licitação e lances dos licitantes baixando para 1.370.102,00. Havendo assim uma diferença entre o valor orçado inicialmente e o valor final de contratação de 228.016,14, o que representa uma economia de 14,27%.

Já no pregão eletrônico ocorrido em 2021 o valor inicial orçado do objeto foi de 2.464.111,40 e após a licitação com a etapa de lances o valor final ficou 1.578.143,49. O que gera uma diferença entre o valor inicial orçado e o valor final adjudicado de 885.967,91, o que representa uma economia de 35,95%. Com isso é observado que o pregão eletrônico gerou uma economia maior neste objeto, mais que o dobro em relação ao presencial, apresentando o eletrônico uma economia maior em 21,68% de diferença.

O segundo objeto a observado foi o de aquisição de material médico hospitalar, que no ano de 2021 ocorreu de forma eletrônica com o certame de número 02/2021, e o anterior foi realizado de forma presencial no ano de 2019 com o certame número 17/2019 (não foi realizada licitação para esse objeto no ano de 2020, pois a de 2019 ocorreu no segundo semestre do ano, servindo assim também para o ano de 2020). O pregão presencial ocorrido em 2019 teve o seu valor inicial orçado em 2.814.180,10, que após a licitação terminou em 2.048.900,00. Uma diferença de 765.280,10 entre o valor inicial e o ofertado pelos licitantes, representando assim uma economia de 27,19%.

Na aquisição de material hospitalar ocorrida em 2021 com o pregão de forma eletrônica o valor inicial orçado do objeto foi de 4.506.225,04, o que após a etapa de lances foi adjudicado



o valor de 2.982.296,40, uma diferença de 1.523.928,64 entre o valor orçado e o adjudicado. O que dá uma economia de 33,82%. Assim como no primeiro objeto analisado, o segundo também mostra uma economia maior quando a licitação é realizada por pregão eletrônico, com este apresentando 6,63% a mais de economia em relação ao presencial.

Os números analisados sobre o pregão, especialmente em sua forma eletrônica vão de encontro ao que discorre Lima (2008) Apud Ferreira, Medina e Reis (2014) que pode ser apontado como a modalidade de licitação que promove a economicidade na administração pública, pois a mesma consegue alcançar uma redução dos preços dos objetos por meios de lances e negociações e reduz o custo de participação dos licitantes, que competem a distância, viabilizando assim uma maior participação de fornecedores e empresas MPE (Micro e pequenas empresas). De acordo com Melo, Martins e Bulawski (2020) e Feitoza ([201-]) a economia se trata de umas das principais vantagens do pregão eletrônico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modalidade de pregão eletrônico se torna a cada vez mais uma ferramenta de bastante relevância no cenário brasileiro, pois vem passando por melhorias tornando-se, em suma, abrangente, ágil, eficiente, econômica, segura e otimizadora, simplificando o processos que ajudam no planejamento da gestão públicas tomadas de decisões, gerando tomadas de decisões eficazes. Com isso o referente trabalho buscou evidenciar aspectos, vantagens e desvantagens do pregão eletrônico com foco em processos licitatórios e contratos administrativos. Tendo como objetivo analisar a contratação pública por meio do pregão eletrônico, seu aspecto legal e economicidade gerada pelo mesmo.

A proposta inicial do estudo foi alcançada em seus resultados por meio de uma vasta pesquisa do referencial teórico também foi elaborado um questionário onde foi aplicado ao pregoeiro Paulo Henrique da Prefeitura Municipal de Serra do Mel/RN. Nos resultados da pesquisa conclui-se que a iniciar pela economicidade, que o pregão eletrônico chega a gerar uma economicidade duas vezes maior que o pregão de forma presencial para a gestão pública.

Acerca das vantagens do uso do pregão eletrônico de, foi obtido o resultado que as mesmas se sobressaem as desvantagens, as vantagens são a praticidade de seu uso, maior

transparência, maior concorrência, melhor atendimentos dos princípios das licitações e da administração pública e a maior economia gerada em comparação com outros tipos de licitação.

Enquanto as desvantagens são comunicação entre o órgão e os licitantes devido ao procedimento ser realizado de forma eletrônica, falta de planejamento prévio por parte do licitante a respeito dos valores de venda de seus produtos e a tentativa de combinação entre os licitantes para favorecimento entre eles. Apesar deste último, as vantagens ultrapassam as desvantagens, pois com a abertura maior de concorrência e a transparência no pregão eletrônico, a fiscalização e a maior quantidade de participantes, diminui as possibilidades de fraude na licitação.

Diante dos resultados das análises realizadas, pôde-se verificar que o pregão eletrônico percorre grande parte do seu caminho em busca de agilidade, transparência, redução do tempo dos certames e também extinguir qualquer tipo de fraudes que possam vir a acontecer. As informações adquiridas indicam que o governo e as administrações públicas ao instituir o pregão eletrônico está realmente na direção correta, porém há a necessidade de se realizar novas pesquisas entre os órgãos da administração direta e indireta, setores onde os processos de licitação são confeccionados, para pensar-se num meio de garantir que os orçamentos utilizados na elaboração dos termos de Referência espelhem realmente os menores preços praticados pelo mercado, além de se criar entraves à realização de adesões a pregões já existentes.

A estudo não teve grandes limitações, as limitações que surgiram foram o pouco tempo disponível dos pesquisadores juntamente com um dia disponível para a entrevista com o Srº Paulo Henrique Cirino, pregoeiro do município de Serra do Mel/RN, pois pelo cargo que ocupa o mesmo é muito ocupado com os suas tarefas diárias na prefeitura. Para pesquisas futuras sugere-se um maior aprofundamento sobre o pregão eletrônico, também sugere-se pesquisas sobre as outras modalidades de licitações da lei 14.133/21. Ademais, se faz necessárias pesquisas e aprofundamentos maiores sobre a lei 14.133/21 por se trata de uma lei nova promulgada em 01 de abril de 2021 e existirem poucas pesquisas ou estudos sobre a mesma.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. Decreto nº 10024, de 20 de setembro de 2019. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dis. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm. Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 14133, de 01 de abril de 2021. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm. Acesso em: 15 maio 2021.

CORDEIRO, Suzane Aparecida; LEAL JUNIOR, Wilmar Borges; SCOTTA, Karita Carneiro Pereira. **Pregão eletrônico e a observância aos princípios da economicidade e eficiência**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 30, nº 1607. 2019. Disponível em <https://www.boletimjuridico.com.br/artigos/direito-administrativo/4347/pregao-eletronico-observancia-aos-principios-economicidade-eficiencia>. Acesso em 28 mai. 2021.

DOMAKOSKI, Amauri *et al.* A UTILIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO COMO MECANISMO DE COMPRA EM ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR. **Gestão Pública: Práticas e desafios**, Recife, v. 3, n. 2, p. 156-172, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaopublica/article/view/1132>. Acesso em: 20 maio 2021.

FEITOZA, Glocaff Veras. **PREGÃO ELETRÔNICO COMO FERRAMENTA DE COMPRA EFICIENTE E SEGURO**. [201-]. Disponível em: https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/1442/1/Artigo_GLOCAFF%20VERAS%20FEITOZA.pdf. Acesso em: 20 maio 2021.

FERREIRA, Marco Aurélio Marques; MEDINA, Silvana Aparecida; & REIS, Anderson de Oliveira (2014). **Pregão Eletrônico e Eficiência nos Gastos Públicos Municipais**. *Administração Pública E Gestão Social*, 6(2), 74-81. Disponível em <<https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4599>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

FORTUNATO, Sabrina Martins *et al.* **O PREGÃO ELETRÔNICO COMO FERRAMENTA ECONÔMICA E DE ACCOUNTABILITY: UMA ANÁLISE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA D**. 2010. XIII SemeAd: seminários em administração. ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO GERAL. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/13semead/resultado/trabalhosPDF/78.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.



GANDOLFI, Paula. **Publicada a Nova Lei de Licitações – Lei 14.133/21**. 2021. Disponível em: <https://www.rcc.com.br/blog/publicada-a-nova-lei-de-licitacoes-lei-14-133-21/>. Acesso em: 15 maio 2021.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **METODOLOGIA DA PESQUISA: UM GUIA PRÁTICO**. Itabuna: Via Litterarum, 2010. 88 p. Disponível em: http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/livrodemetodologiadapesquisa2010_011120181549.pdf. Acesso em: 22 maio 2021.

LAHOZ, Rodrigo Augusto Lazzari. Modalidades de Licitação e Procedimentos Auxiliares. In: NIEBUHR, Joel de Menezes. **Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 2. ed. Curitiba: Zenite, 2021. Cap. 7. p. 123-135. Disponível em: https://www.zenite.com.br/books/nova-lei-de-licitacoes/nova_lei_de_licitacoes_e_contratos_administrativos.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

LÔBO, Letícia Santos. Et al. **As inovações do Pregão Eletrônico com o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 12, Vol. 15, pp. 05-30. Dezembro de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/pregao-eletronico>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india. Acesso em: 15 maio 2021.

MEDEIROS, Isaac Kofi. Critérios de Julgamento das Propostas. In: NIEBUHR, Joel de Menezes. **Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 2. ed. Curitiba: Zenite, 2021. Cap. 8. p. 136-147. Disponível em: https://www.zenite.com.br/books/nova-lei-de-licitacoes/nova_lei_de_licitacoes_e_contratos_administra. Acesso em: 15 maio 2021.

MELO, Juliana Melissa Lucas Vilela e; MARTINS, Adriana Martinelli; BULAWSKI, Cláudio Maldaner. **As Vantagens e Desvantagens do Pregão Eletrônico na Administração Pública**. 2020. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/as-vantagens-e-desvantagens-do-pregao-eletronico-na-administracao-publica/>. Acesso em: 30 maio 2021.

RÊGO, Eduardo de Carvalho. Princípios Jurídicos Previstos na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. In: NIEBUHR, Joel de Menezes. **Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 2. ed. Curitiba: Zenite, 2021. Cap. 2. p. 19-32. Disponível em: https://www.zenite.com.br/books/nova-lei-de-licitacoes/nova_lei_de_licitacoes_e_contratos_administra. Acesso em: 15 maio 2021.





SANTOS, Francineide Josina dos. **PREGÃO ELETRÔNICO COMO FERRAMENTA DE EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE**. 2012. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública Para O Desenvolvimento do Nordeste, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10497>. Acesso em: 20 maio 2021.

SILVA NETO, Selmo Ribeiro da; MOREIRA, Larissa Gonçalves Fratari. As desvantagens do pregão eletrônico. **Recifaqui**, Quirinópolis, v. 11, n. 1, p. 461-472, 22 abr. 2021. Disponível em: <http://recifaqui.faqui.edu.br/index.php/recifaqui/article/view/78>. Acesso em: 15 maio 2021.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. 134 p. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf. Acesso em: 16 maio 2021.



PROTAGONISMO JOVEM E AS HABILIDADES DO FUTURO DO TRABALHO PARA O PROFISSIONAL DE ADMINISTRAÇÃO

Glauco Vinicius Oliveira Dantas¹

Washington Sales do Monte²

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar o discurso do protagonismo juvenil que define o jovem como ator principal do seu futuro. Além disso, busca estabelecer a conexão entre as características dos profissionais de Administração com perfil protagonista e as habilidades do futuro. Ciente das modificações da sociedade e constantes avanços tecnológicos, os profissionais necessitam atualizar suas habilidades e aprenderem novas competências para acompanhar o progresso da sociedade e as exigências do futuro do mercado de trabalho. Foi utilizado como base para pesquisa de campo - aplicado com estudantes e profissionais de administração de Mossoró/RN - e análise dos resultados, as top 10 habilidades até 2025 apresentadas pelo Fórum Econômico Mundial. As análises dos resultados foram inseridas em um modelo adaptado da Matriz Slack de Importância e Desempenho para medir o nível de protagonismo dos respondentes do questionário. Permitiu-se inferir por meio dos resultados da pesquisa e análise da matriz de Importância e Desempenho que os estudantes e profissionais de administração da cidade de Mossoró, público-alvo da pesquisa, apresentam uma boa percepção de importância das habilidades exigidas para o mercado de trabalho, bem como seu nível de desempenho em cada competência avaliada, configurando-os como protagonistas e preparados para o futuro do trabalho.

Palavras-chave: Habilidades do futuro. Protagonista. Profissional de Administração. Mercado de trabalho.

¹ Discente do Curso de Administração da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN. E-mail: glauco.dantas@aluno.catolicadorn.com.br

² Professor da Graduação, Doutor em Ciência da Propriedade Intelectual, professor orientador. E-mail: washington.monte@professor.catolicadorn.com.br



ABSTRACT

The objective of this work is to present the discourse of youth protagonism that defines the young person as the main actor of his future. In addition, it seeks to establish the connection between the characteristics of administration professionals with a protagonist profile and the skills of the future. Aware of changes in society and constant technological advances, professionals need to update their skills and learn new skills to keep up with society's progress and the demands of the future of the labor market. It was used as a basis for field research - applied to students and administration professionals from Mossoró / RN - and to analyze the results, the top 10 skills until 2025 presented by the World Economic Forum. The analysis of the results were inserted in a model adapted from the Slack Matrix of Importance and Performance, to measure the level of protagonism of the respondents of the questionnaire. It was possible to infer through the results of the research and analysis of the Importance and Performance matrix that students and administration professionals in the city of Mossoró, the target audience of the research, have a good perception of the importance of the skills required for the job market, as well as their level of performance in each assessed competence, configuring them as protagonists and prepared for the future of work.

Keywords: Skills of the future. Protagonist. Administration Professional. Labor market.

1 INTRODUÇÃO

O profissional de administração necessita desenvolver suas habilidades, tanto técnicas quanto humanas para conseguir acompanhar as competências que o mercado exige em paralelo com suas estratégias da administração tradicional. Tendo em vista que o progresso tecnológico tem impactado cada vez maior nas rotinas administrativas, tornando-se assim, protagonista de sua formação e carreira profissional (DE CARVALHO et. al., 2020; COSTA, 2000).

Este trabalho busca estabelecer a conexão entre as características dos profissionais de Administração com perfil protagonista e as habilidades do futuro. Futuro esse que já se apresenta na atualidade como um dos principais desafios para a população. Dessa forma existe uma necessidade de reconhecer as principais habilidades para um profissional de Administração



que se encaixe em um perfil de protagonista para o mercado de trabalho. Um dos marcos utilizado como base, são as top 10 habilidades para 2025 apresentadas no relatório *Future of Jobs 2020* do Fórum Econômico Mundial.

Esse estudo vem sendo utilizado em pesquisas para identificar o alinhamento do profissional de Administração com as habilidades exigidas em um cenário de competitividade, com grande exigência de metas e competências, além de ressaltar a importância dessas características para o alcance de futuros resultados e consequentemente, a formação de mais jovens preparados para os novos desafios do mercado de trabalho. As habilidades apresentadas são diferenciais para qualquer profissional que deseja ser protagonista em um futuro próximo com mais oportunidades na carreira e desenvolvimento pessoal.

Essa pesquisa apresenta como proposta centrar o conceito da juventude, mercado de trabalho no Brasil, bem como, a definição de protagonismo juvenil, compreendido como um sujeito capaz de ir em busca do seu desenvolvimento pessoal e profissional de forma plena e diferenciada no mercado de trabalho (COSTA, 2000; SILVA, 2009). Diante desses conceitos o presente artigo pretende analisar a percepção dos jovens graduandos em Administração e Administradores em relação à importância e desempenho no que se refere às habilidades do futuro, utilizando a Matriz Importância-Desempenho de Slack (1999).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL

O desenvolvimento de políticas públicas para a juventude geralmente traz atrelado a concepção de protagonismo e participação do sujeito no âmbito educacional, político e social. (SILVA; XIMENES, 2019). Frente a essa situação, permeia o questionamento acerca das políticas públicas como meio de incentivar o protagonismo na vida dos jovens mais vulneráveis e o discurso do ambiente escolar como aliada na promoção da mudança da vida dos jovens.

Esse discurso foi eixo fundamental para as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio – DCNEM, formalizadas por meio da Resolução n.3 de 1998 pelo Conselho Nacional de Educação. Além disso, vários órgãos estaduais enfatizam a abertura da gestão escolar para



metodologias que promovam a participação dos alunos no centro do processo de aprendizado e ensino, onde anteriormente situavam-se somente professores e administradores (ZIBAS *et. al*, 2006).

Conforme Zibas, Ferretti e Tartuce (2006), a inserção da fala do protagonismo juvenil nas bibliografias escolares corrobora para a participação dos jovens de forma sem caráter político e na construção de ativismo social conformista, por outro lado, o mesmo discurso indica possibilidades de uma construção na autonomia dos jovens e participação deles no desenvolvimento de atividades orientadas à criação de razão e valores.

O jovem como cidadão precisa conhecer os elementos que construam sua formação como sua história, geografia do local, cultura, regra entre outros fatores para garantir sua participação na comunidade. (BACICH; RABIN, 2018). Para Stamato (2010) a concepção de sujeito sócio-histórico-cultural do processo de aprendizagem é construída por determinações políticas, sociais e culturais da sociedade onde o indivíduo reside.

A sociedade tem se transformado e passado por modificações em seus paradigmas sociais já estabelecidos, essa mudança causa uma hesitação diante dos cidadãos responsáveis por estabelecer e contribuir com uma melhor qualidade de vida. Ainda que exista um sistema político democrático na teoria, com ideais de promoção de igualdade e equidade conforme a legislação vigente, a prática é bem diferente, havendo uma ausência de políticas públicas que possam assistir às necessidades da população e conflitos sociais (STAMATO, 2008).

Conforme Stamato (2008) a ausência de políticas assistenciais para uma parcela vulnerável da sociedade corrobora com diversos cenários negativos para com essa população, como má distribuição de renda, difícil acesso à saúde, educação, segurança, trabalho entre outras falhas. Tendo em vista esse contexto, a autora declara que o investimento na juventude é fundamental para o desenvolvimento político e social do país. A implantação de políticas alinhadas com a concepção de sujeito de direitos atrelado a sua realidade, opiniões e necessidades; tornando o jovem como protagonista dos rumos de sua vida e da coletividade e contribuindo com seu papel na participação de uma juventude ativa.

2.2 PROTAGONISMO JUVENIL: BREVE CONCEITUAÇÃO



Segundo Costa (2000), o protagonismo juvenil pode ser percebido como uma forma de atuação a partir da realidade sentida e percebida pelos jovens. O objetivo é que os jovens construam sua autonomia por meio das situações práticas da sua realidade, pela participação ativa, crítica e democrática do que acontece em seu entorno social. De maneira etimológica, a palavra protagonismo se refere ao termo grego *protagonistés* que significa ator principal de uma peça dramática, aquele que desempenha o lugar principal em um acontecimento. (FERRETI ET AL, 2004).

Para Rabello (2004), a importância de protagonizar se deve ao fato, dos jovens possuírem muitos desejos, questões, sonhos e buscarem respostas para seus anseios. Como também, mudanças típicas da fase da adolescência, questionamentos acerca de relações afetivas, novas experiências e desafios sobre a sua vida que muitas vezes os jovens não obtêm respostas na escola, ambiente familiar e sociedade. Outro ponto, que a autora cita sobre o protagonismo se deve por questões impostas pela desigualdade e exclusão social com esta parcela da população vulnerável, faltando na sua rotina, educação de qualidade, atendimento à saúde, direitos educação e lazer.

Ferretti et Al. (2004), destacam que as circunstâncias de uma sociedade se transformam constantemente, logo se faz necessário promover de modo sistemático a formação e valores para que a juventude possa atuar de maneira cidadã e acompanhar o mundo contemporâneo. Os autores também reconhecem que o protagonismo se configura como uma via promissora para conter uma urgência social e as angústias pessoais dos jovens.

Os jovens como protagonistas, conforme Silva (2009), utilizam-se de uma relação dinâmica para a formação de conhecimento, criatividade e responsabilização para atuarem e participarem na construção de educação para a cidadania, além de lembrarem sua condição de sujeito e sua realidade em busca de autonomia e participação ativa na sociedade. O Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990) assegura no Art. 15º. “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”. (BRASIL, 1990).

Contribuindo com esse fato de identificar o jovem como sujeito de direitos, o autor Costa (2000) enfatiza o discurso de ver o jovem não como uma ameaça à autoridade dos adultos



ou do professor, e sim enxergá-lo com parte real da solução dos problemas da população, bem como ter o compromisso ético de permitir por meio do protagonismo juvenil, a oportunidade de trabalhar na construção de uma sociedade que respeite os direitos do cidadão e eleve a participação dos jovens na democracia.

2.3 TIPOS DE PROTAGONISMO

Atrelado à configuração do jovem como um sujeito de direitos, e sua participação ativa na construção da sociedade um termo vem sendo utilizado para designar as causas dos jovens no enfrentamento de situações no ambiente escolar, na sua vida social e na comunidade. Quando falamos em protagonismo juvenil estamos nos referindo particularmente ao protagonismo desenvolvido pelos jovens. (COSTA, 2000). Segundo Ribas Jr (2004, p. 03), “o protagonismo é a participação consciente dos adolescentes em atividades ou projetos de caráter público que podem ocorrer no espaço escolar ou comunidade: campanhas, movimentos, trabalho ou outras formas de mobilização”.

O conceito de protagonismo juvenil entende o jovem como o agente principal da ação, podendo ser um jovem, adulto, grupo, uma instituição de caráter público, ou social. Nessa perspectiva o jovem é visto como um sujeito que busca e propõe soluções para seu dia a dia. O protagonismo juvenil consiste na participação do jovem de maneira ativa e construtiva em diferentes espaços (escolar, comunidade e sociedade). (COSTA, 2000).

O discurso do protagonismo juvenil promove nos jovens a motivação necessária para sua integração e participação como *ator social* e o desejo de sentir-se útil perante a sociedade. Fomentar o protagonismo juvenil integra o jovem como agente da mudança. Para Souza (2009), esses tipos de atores são compreendidos por buscarem seus direitos e acessos a serviços como educação, saúde e segurança. A autora afirma que o indivíduo é responsável pela sua inserção no mercado de trabalho e inclusão na sociedade. Para Stamato (2008), o conceito de protagonismo juvenil remete ao fortalecimento do poder jovem para se ter uma participação ativa na sociedade. O jovem se torna não somente um ator social, mas um lutador capaz de questionar e intervir na sua vida e na sociedade capaz de ser um agente de transformação política e social.



O protagonismo juvenil é utilizado para designar a participação dos jovens na superação de suas adversidades. O termo também pode se referir à participação dos jovens pobres e suas famílias frente aos desafios diários, e uma forma onde os jovens com classe social mais favorável possam ajudar os jovens em situação de vulnerabilidade junto ao enfrentamento de suas dificuldades. (FERRETI ET AL, 2004).

Ferreti et al (2004) também acrescentam que a frequente relação entre protagonismo e resiliência se deve ao fato onde os jovens de classe média, a partir de vivência e integração dos conceitos do protagonismo juvenil e o aprendizado no seu dia a dia e rotina escolar possam por meio de ações de voluntariado, ajudarem os jovens de setores mais pobres da sociedade, oferecendo-lhes oportunidades e os incentivando a serem protagonistas, com essa mudança de cenário e acesso a oportunidades dos jovens mais pobres, estes sejam capazes de desenvolverem ações de protagonismo na perspectiva de resiliência e superação das adversidades. Em ambos os lados, as ações de voluntariado dos jovens têm como seus objetivos: evitar um cenário pior de vulnerabilidade social como também proporcionar uma formação cidadã mais digna para os jovens.

2.4 JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO

O Cenário globalizado atual vem definindo um enorme processo de competição e redefinição das habilidades necessárias para o mercado de trabalho. Tal desenvolvimento tem causado para uma parcela da população o desemprego, principalmente entre os mais jovens, e escassez de mão de obra que correspondem às novas demandas do mercado. Essa situação não atinge somente o Brasil, outros países subdesenvolvidos e até mesmo alguns países da União Europeia enfrentam esse problema. Para a autora, as dificuldades dos jovens se inserirem no mercado de trabalho se deve ao fato de suas características intrínsecas, a falta de experiência em uma jornada profissional, baixa escolaridade entre outros fatores, torna uma desvantagem para o jovem no mercado de trabalho. A falta de qualificação profissional dos jovens reflete diretamente na sua busca por emprego. (ROCHA, 2008)

Um mercado de trabalho cada vez mais restritivo e requerendo muito mais que somente programas de qualificação profissional, fez surgir com base numa supervalorização da



juventude os princípios do protagonismo juvenil. O jovem protagonista participa como uma solução dos problemas que os aflige como as condutas disruptivas e uma juventude vulnerável afetada pelas políticas excludentes (SOUZA, 2009).

A juventude enfrenta grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho e constantemente se encontra em situações precárias e agravadas em diversos países, decorrentes da baixa escolaridade e frágil formação educacional de uma grande porcentagem da população. Em consequência disso, formam um público mais propenso a situações de desempregados a longo prazo (GUIMARÃES E ALMEIDA, 2013).

Conforme Guimarães e Almeida (2013), as chances de conseguir emprego é maior de acordo com o tempo de permanência no mercado de trabalho. No entanto é importante salientar que o excesso de regulamentação afeta de forma negativa o emprego entre os jovens, além disso, os jovens sofrem mais crises econômicas e outras dificuldades devido a maior competição de indivíduos com mais experiência no mercado de trabalho.

De acordo com Costa (2000), o protagonismo juvenil refere-se à preparação do jovem para a cidadania, no entanto sua participação pode ser mais ampla, a aplicação do protagonismo juvenil como estratégia para o desenvolvimento pessoal dos jovens tem mostrado bons resultados, além do desenvolvimento de habilidades para sua inserção, permanência e ascensão no mercado de trabalho.

2.5 HABILIDADES PROFISSIONAIS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Segundo Deluiz (2001), as competências relativas às novas práticas de trabalho e gestão do padrão capitalista de acumulação e consumo, são exigidas constantemente novas habilidades dos profissionais e desempenhos mais satisfatórios para as empresas, nesse mesmo cenário, cresce a valorização do profissional que oferece não somente o conhecimento adquirido pelas disciplinas escolares ou aprendizado técnico-profissional, mas também a habilidade de resolver problemas, a produtividade e flexibilidade para enfrentar as situações imprevistas no trabalho.

As competências ou habilidades profissionais podem ser definidas como a capacidade de aplicar os conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas na formação e pelas experiências profissionais para a realização de um trabalho ou ocupação. As habilidades profissionais podem



ser divididas em básicas, técnico-profissionais e metodológicas. As mais importantes, no entanto, podem-se destacar as habilidades metodológicas, como reação às dificuldades, encontrar soluções, resolver problemas, transferir experiências para a equipe. (SERON, 1999).

(DE CARVALHO, et. al., 2020), afirma que uma nova realidade está surgindo rapidamente. Técnicas, habilidades e teorias de gestão que não se atualizam com as mudanças de cenário tornam-se ultrapassadas em um ambiente volátil, incerto, complexo e ambíguo.

O Administrador necessita ser um profissional multidisciplinar capaz de enfrentar as transformações no ambiente organizacional. Os líderes das organizações requerem agilidade para se adaptar e antecipar com estratégias assertivas no enfrentamento dos desafios do mercado de trabalho.

Corroborando com essa perspectiva Frausches (2019), afirma que as novas exigências do mercado, buscam dos profissionais, independente da sua formação de base, que tenham características como liderança de equipe, sejam inovadores, proativos, flexíveis e que sejam capazes de se adaptarem prontamente aos diferentes contextos e situações que lhes são inseridas. O autor enfatiza que os profissionais devem estar atentos às mudanças na sociedade, às informações e conhecimentos exigidos para sua carreira, porque, da mesma forma que podem aproveitar as transformações para se tornarem indisponíveis e valiosos, estes também podem ser vítimas da transformação e se tornarem profissionais ultrapassados e insignificantes.

Colaborando com essas ideias, faz-se necessário olhar com uma visão mais crítica para O Fórum Econômico Mundial (2020), que vem apresentando ao longo dos anos uma lista das habilidades a serem desenvolvidas pelos profissionais do futuro. Dentro dessas habilidades destacamos: Pensamento Analítico e Inovação; Aprendizagem ativa e estratégias de aprendizado; Resolução de problemas complexos; Pensamento crítico e análise; Criatividade, originalidade e iniciativa; Liderança e influência social; Uso de tecnologia, monitoramento e controle; Design de tecnologia e programação; Resiliência, tolerância ao estresse e flexibilidade; Raciocínio, resolução de problemas e ideação. O desenvolvimento dessas habilidades é necessário pelo fato de estarem ligadas às profissões do futuro.

3 METODOLOGIA



A abordagem utilizada para a realização desse trabalho está sendo baseada na pesquisa quantitativa, que tem por finalidade análise e coleta de dados numéricos e mensurar de forma objetiva os resultados obtidos. Nas pesquisas objetivas e analíticas que buscam a resolução de dados, pesquisas em amostras e coleta de dados é utilizado o método quantitativo (GIL, 2002).

A natureza desse trabalho consiste em uma pesquisa descritiva, visando descrever os estudos sobre o protagonismo juvenil, termo originado com os trabalhos de Costa (2000) aplicados na educação, como também quais são as habilidades necessárias que os jovens como protagonistas precisam adquirir para obterem êxito no mercado de trabalho.

O tipo de pesquisa empregada no trabalho é caracterizado como pesquisa de campo. A amostra foi definida como não probabilística por conveniência, visto que, o questionário foi aplicado com jovens estudantes graduandos em Administração e Administradores da cidade de Mossoró.

Para a realização da pesquisa será utilizado um questionário construído através de ferramentas da internet como o *Google Forms* para coleta de dados a fim de reconhecer o perfil dos novos profissionais, se há conhecimento das novas habilidades exigidas para o mercado de trabalho e o desenvolvimento das habilidades para a construção do profissional adaptado ao mercado de trabalho.

A análise dos dados recolhidos a partir das respostas dos universitários graduandos e graduados no curso de Administração de Mossoró acerca do protagonismo jovem e as novas habilidades para o mercado de trabalho está sendo por meio da ferramenta *Excel*, transformando os dados obtidos nas amostras, e fazendo um levantamento dos resultados sobre os perfis dos jovens, e conhecimento dos mesmos sobre as habilidades desejáveis na construção do perfil dos profissionais do futuro.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 O JOVEM PROTAGONISTA E A NECESSIDADE DE OLHAR PARA O FUTURO

É de conhecimento geral que o mundo está evoluindo em um ritmo acelerado, mudanças tecnológicas e culturais que vêm transformando a sociedade em que vivemos. Diante desse



cenário de evolução ressalta-se a importância dos novos profissionais se atualizarem no que se refere às mudanças do mundo moderno. De modo essencial, os jovens da nova geração que estão se inserindo no mercado de trabalho precisam acompanhar as tendências do futuro do trabalho para que possam se tornar profissionais protagonistas.

Com base nessa perspectiva, será alinhado para a construção da análise de resultados em cima das habilidades do futuro até 2025, apresentadas pelo relatório *Future of Jobs 2020* do Fórum Econômico Mundial para mensurar a percepção dos profissionais de Administração.

O Fórum Econômico Mundial (*World Economic Forum*) é uma organização Internacional para Cooperação Público-Privada. É composto por vários líderes políticos, empresariais, culturais e outras personalidades importantes para discutir as agendas globais, regionais e industriais. O objetivo do Fórum é demonstrar o empreendedorismo no interesse público global, defender a integridade moral e intelectual como centro de suas atividades e acreditar que o progresso acontece por meio da reunião de pessoas com capacidade de influenciar de maneira positiva na construção de uma sociedade melhor para todos. (WEF, 2020).

Bienalmente, o *World Economic Forum* apresenta o relatório *Future of Jobs* que permite mapear os empregos e as habilidades que serão mais exigidas no futuro para acompanhar o ritmo das mudanças. Na edição do *Future of Jobs* (2020), o relatório apresenta perspectivas esperadas para adoção de novos empregos, novas tecnologias e habilidades nos próximos cinco anos. Fornecendo informações essenciais que servirão como orientação para os trabalhadores e o mercado de trabalho para se adaptarem ao futuro.

50% de todos os empregados precisarão de requalificação de suas habilidades até 2025. Metade de nós irá precisar de novas habilidades nos próximos cinco anos. Pensamento crítico e resolução de problemas estão entre as principais habilidades dos empregadores que irão crescer nesse período (WEF, 2020).

Com base em pesquisas referentes ao futuro do trabalho, o WEF estima que até 2025, haverá uma grande substituição do trabalho humano pelas máquinas. Por outro lado, com o avanço tecnológico, haverá o surgimento de novos empregos adaptados na divisão de trabalho entre humanos, máquinas e algoritmos.



De acordo com o Relatório do Futuro do Trabalho 2020 promovido pelo Fórum Econômico Mundial. Foi publicado o top 10 das novas habilidades de 2025.

Quadro 1 - Top 10 habilidades para 2025

Top 10 habilidades para 2025
Pensamento Analítico e Inovação
Aprendizagem ativa e estratégias de aprendizado
Resolução de problemas complexos
Pensamento crítico e análise
Criatividade, originalidade e iniciativa
Liderança e influência social
Uso de tecnologia, monitoramento e controle
Design de tecnologia e programação
Resiliência, Tolerância ao estresse e flexibilidade
Raciocínio, resolução de problemas e ideação

Fonte: Future of Jobs Survey 2020, World Economic Forum.

Para o WEF (2020), baseados no resultado dos respondentes do *Future of Jobs Report* (2020), acredita-se que 40% dos trabalhadores serão requisitados por novas habilidades e qualificações nos próximos meses. Os serviços de saúde, indústria do consumo e a indústria de assistência médica serão áreas que exigirão requalificação de habilidade da maioria dos seus profissionais.

4.2 MATRIZ SLACK DE IMPORTÂNCIA E DESEMPENHO

As informações utilizadas para a análise deste trabalho consistem nas habilidades do futuro apresentadas pelo Fórum Econômico Mundial 2020, sendo base para a elaboração do questionário para a obtenção dos dados do público-alvo, isto é, estudantes de administração e administradores.



Como critério de avaliação, adotou-se um modelo adaptado da Matriz Importância-Desempenho de Slack (1999), para a implantação e sistematização das respostas do questionário. As habilidades descritas no quadro 1 foram categorizadas com dois fatores (Importância e Desempenho) e avaliadas em uma escala de 1 a 9. Como critério de classificação dos resultados levantados pelo questionário por meio do método estatístico de média ponderada, foram divididos em três grupos de definições: **protagonistas** que correspondem a uma pontuação média entre 7, 8 e 9; os classificados como **coadjuvantes** aqueles que pontuaram uma média entre 4, 5 e 6; e **figurantes** aqueles com pontuação média entre 1, 2 e 3.

A classificação em grupos pretende observar o perfil dos profissionais de Administração que responderam ao questionário e se os mesmos estão preparados para o mercado de trabalho do futuro, essa classificação pode ser visualizada de acordo com a Quadro 1.

Quadro 1 – Níveis de classificação com base Matriz Slack de importância e desempenho.

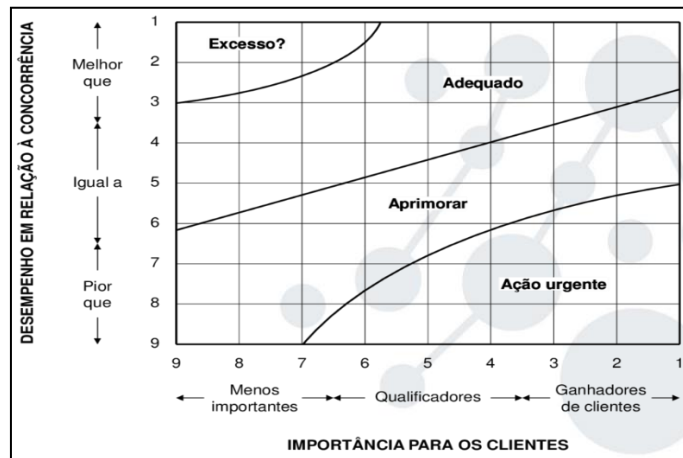
Nível de Classificação	Score	Classificação
Protagonista	7, 8 e 9	Alta empregabilidade e desenvolvimento pessoal.
Coadjuvante	4, 5 e 6	Necessário atualização/requalificação profissional.
Figurante	1, 2 e 3	Alto risco de substituição de função e desemprego.

Fonte: elaboração do autor (2021).

Segundo Slack (1999) a prioridade de melhoria que deve ser dada a cada fator competitivo pode ser julgada por sua importância e desempenho. Essa situação pode ser observada na matriz que como o próprio nome sugere, posiciona os fatores competitivos e os classifica de acordo com critérios. A matriz de Slack é dividida em quatro zonas de prioridade de melhoramento



Ilustração 1 - Matriz Slack de importância e desempenho.



Fonte: Slack (1999).

- Na **zona adequada**, (acima da fronteira inferior de aceitabilidade – linha diagonal entre zona adequada e zona de aprimoramento) Slack afirma que os fatores situados nessa área são considerados satisfatórios.
- Na **zona de aprimoramento**, os fatores situados nessa área, abaixo da fronteira inferior, são candidatos a melhoramento.
- Na **zona de ação urgente** serão os fatores importantes para os clientes, porém apresentam desempenho baixo, sendo necessário de imediato seu aprimoramento.
- Na **zona de excesso**, os fatores situados nessa área apresentam um desempenho mais alto que o necessário, nessa zona é importante identificar se os recursos estão sendo realocados mais que o suficiente para determinada área na contramão de uma área mais importante.

Com a aplicação do questionário foram obtidas 55 respostas. O resultado foi calculado por meio de média ponderada, multiplicando os valores da quantidade de respostas pelo seu peso e dividindo-os pela soma dos pesos. A partir do cálculo da média ponderada permitiu-se



inferir e classificar os respondentes nos três grupos (protagonista, coadjuvante e figurante). Posteriormente, os resultados da média ponderada de cada habilidade conforme tabela abaixo, foram inseridos na Matriz Importância-Desempenho.

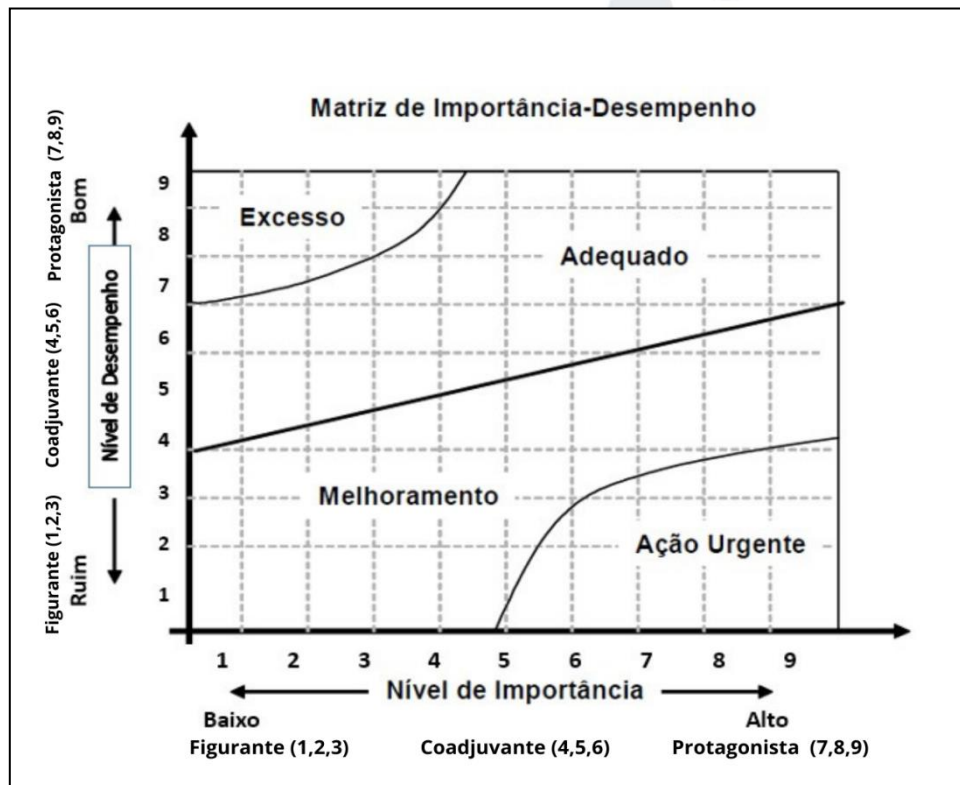
Tabela 1 – Média da percepção das habilidades de Importância e Desempenho dos respondentes

Habilidade	Importância	Desempenho
Pensamento Analítico e Inovação	8,5	7,2
Aprendizado ativo e estratégias de aprendizado	8,5	7,6
Resolução de problemas complexos	8,6	7,4
Pensamento crítico e análise	8,5	7,5
Criatividade, originalidade e iniciativa	8,5	7,6
Liderança e influência social	8,5	7,5
Uso de tecnologia, monitoramento e controle	8,6	7,4
Uso de design de tecnologia e programação	7,9	6,5
Resiliência, tolerância ao estresse e flexibilidade	8,5	7,7
Raciocínio, resolução de problemas e ideação	8,6	7,5

Fonte: elaboração do autor (2021).

Para construção dos resultados, a matriz importância e desempenho foi adaptada de modo que fosse possível inserir os resultados da pesquisa, identificar o perfil do profissional de administração nas variáveis de importância e desempenho no que se refere às habilidades do futuro, conforme é apresentado na Ilustração 2.

Ilustração 2 – Modelo da Matriz Importância-Desempenho com base na Matriz Slack

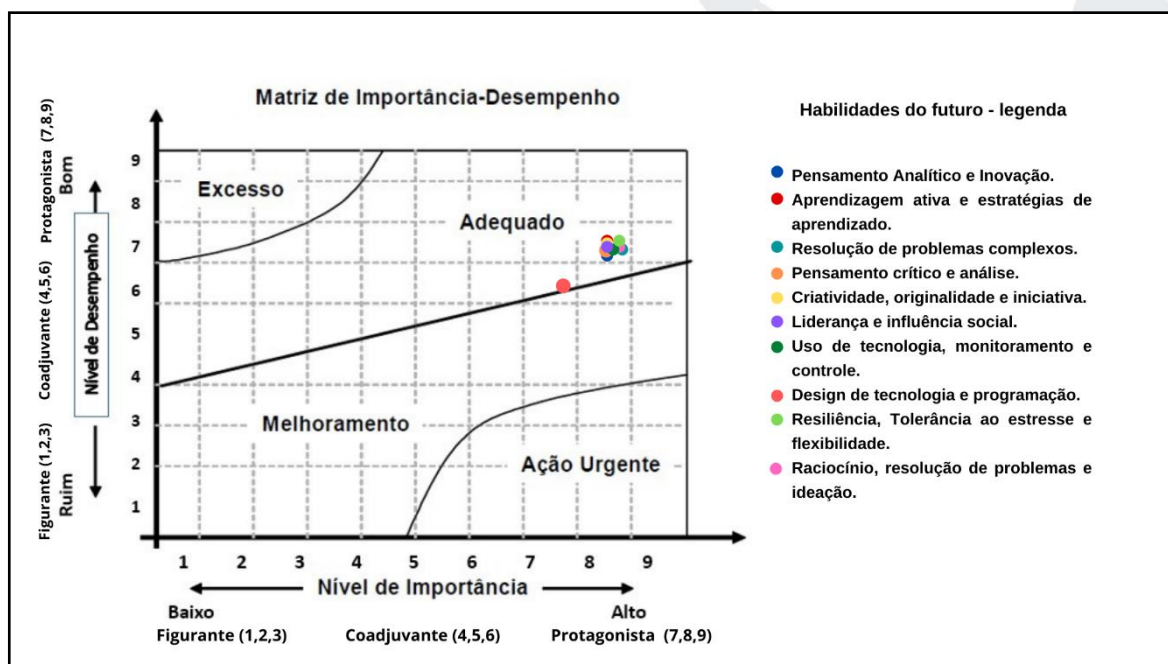


Fonte: Modelo adaptado elaborado pelo autor (2021).

O modelo proposto para análise dos dados acompanha as mesmas dimensões da Matriz de Slack (1999) excesso, adequado, melhoramento e ação urgente, porém o que diferencia são nos níveis de percepção, no eixo de Importância é considerado a divisão apresentado no Quadro 1, **protagonistas** (7, 8 e 9), **coadjuvantes** (4, 5 e 6) e **figurantes** (1, 2 e 3). Já para o eixo de Desempenho é apresentado a divisão anterior de protagonistas (7, 8 e 9), **coadjuvantes** (4, 5 e 6) e **figurantes** (1, 2 e 3), como também a relação nível de desempenho que vai de ruim até bom (1-9).

Ilustração 3 – Resultados do modelo da Matriz Importância-Desempenho com base na Matriz Slack (1999).





Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Ao se analisar a matriz Importância-Desempenho foi possível identificar o perfil dos profissionais de administração como protagonistas. A aplicação dos resultados na matriz, conforme Ilustração 3, constata que grande parte dos profissionais estão em um nível adequado tanto em grau de importância quanto desempenho, inserindo praticamente todas as habilidades da zona de adequado. Pode ser considerado com essa informação que existe uma visão dos alunos de administração quanto a formação e o desenvolvimento de suas habilidades para o mercado de trabalho.

As informações quanto ao desenvolvimento das habilidades do profissional de administração colaboram com estudos já realizados, onde apresenta que a formação do administrador, encontra-se em constante evolução por ser uma profissão chave dentro das organizações principalmente pela introdução das inovações tecnológicas ao longo dos anos. (DE CARVALHO, et. al., 2020).

Diante da situação apresentada pelo Fórum Econômico Mundial, na qual uma grande parte dos profissionais necessitarão de qualificação profissional para continuar atuante no



mercado, as habilidades fornecidas pelo relatório *Future of Jobs* servem como base de orientação e qualificação para os profissionais do futuro.

Uma das principais habilidades apresentadas no relatório são pensamento analítico e inovação. Para Saes (2020), o pensamento analítico pode ser descrito como a capacidade de analisar um contexto ou situação. Profissionais com essa habilidade podem tomar decisões com base na interpretação dos dados. Em um ambiente de negócios, a análise de informações pode levar a um desempenho mais estratégico, pois as decisões são tomadas com base em informações relevantes.

Uma ferramenta que consegue unir as *skills* de pensamento analítico e inovação, bem como criatividade, originalidade e iniciativa, além de ter grande utilização no ambiente empresarial para resolução de problemas é o *Design Thinking*. Segundo Carvalho (2021), O *Design Thinking* é uma metodologia que utiliza ferramentas do design para resolução de problemas complexos a partir de raciocínio por associação e pensamento crítico, as pessoas e suas necessidades são o centro da construção dos processos de *design thinking*.

A inovação é fundamental para que empresas e profissionais se mantenham competitivas no mercado, diante da concorrência e a evolução dos clientes, seja desenvolvendo produtos, novas formas de comercialização, inovando no modelo de negócio ou projetos. A inovação é resultado da criatividade, que por sua vez, é contrária aos processos e regras. Diante disso, é importante que as empresas adotem a cultura da inovação e apliquem nos seus processos e metodologias para aumentar a competitividade e inovar no mercado (VIEIRA, 2017).

Identifica-se na matriz de importância e desempenho que a habilidade de pensamento crítico e inovação está inserida na zona adequada. Com média de importância avaliada em 8,5; e média de desempenho em 7,2 pontos. Percebe-se que os estudantes e profissionais de Administração reconhecem a importância do pensamento analítico e inovação para sua carreira, tendo em vista que para o profissional de negócios em geral é exigido a capacidade de tomar decisões estratégicas por meio da análise dos dados, bem como utilizar da inovação tanto para a criação de novos projetos e soluções para o mercado, quanto para se atualizar frente às modificações no ambiente corporativo.

O profissional do futuro necessita estar em constante aprendizado diante das mudanças na sociedade caso queira se manter competitivo, no entanto, o processo de aprendizado na



atualidade requer do profissional protagonista a autonomia de aprender de sua própria maneira, e ser responsável pelo seu conhecimento. Utilizando de estratégias de aprendizagem e metodologias ativas como métodos de potencializar seu aprendizado. De acordo com Barbosa e Moura (2013), a aprendizagem ativa ocorre quando o aluno participa de maneira construtiva no seu conhecimento, interagindo com o assunto trabalhado ao invés de somente recebê-lo de forma passiva do professor. Nesse processo o aluno se torna o centro do processo de aprendizagem, enquanto o professor se torna o facilitador e não apenas como detentor do conhecimento.

Observa-se que a capacidade de aprender por diferentes meios e utilizar metodologias ativas para construção do conhecimento, principalmente em um cenário pós-pandemia em que todo processo de ensino foi alterado atingiu um bom resultado. Tal habilidade é avaliada como bastante importante para os respondentes com notas 8,5 pontos no fator de importância.

Assim como o pensamento analítico será exigido como habilidade indispensável para o futuro do mercado de trabalho, a capacidade de resolver problemas complexos caminha na mesma direção. Para Braun (2020), resolver problemas de alto nível de complexidade significa analisar os problemas de forma clara e objetiva, transformando o impasse em uma solução. O profissional com tal habilidade é bastante valorizado, tendo em vista que consegue unir criatividade, pensamento estratégico e segurança na sua tomada de decisão.

Paralelamente, a habilidade de pensamento crítico está fortemente relacionada com as habilidades anteriores. A capacidade de pensamento analítico junto com a capacidade de resolução de problemas contribui para a formação do pensamento crítico. Segundo a Fundação Instituto de Administração - FIA (2020), o pensamento crítico é uma habilidade imprescindível na formação de cidadãos mais conscientes e capazes de tomar decisões mais equilibradas e assertivas. Os profissionais com tal habilidade tornam-se mais inteligentes, ganham autonomia, conseguem agregar benefícios nas suas atividades e contribuem para o desenvolvimento da equipe e empresa.

As habilidades de resolução de problemas complexos e pensamento crítico e análise foram avaliadas pelos estudantes e profissionais de Administração de maneira bastante positiva. Com médias avaliadas no fator de Importância (8,6) e (8,5), respectivamente para cada habilidade. Referentes ao fator de grau de desempenho para essas competências, a habilidade



de resolução de problemas obteve uma média de 7,4 pontos; enquanto pensamento crítico e análise alcançou a média de 7,5 pontos. Já a habilidade de Raciocínio, resolução de problemas e ideação totalizou-se uma média alta de 8,6 pontos no que se refere à importância e média de 7,5 pontos em relação ao grau de desempenho. Pode-se perceber que o público avaliado admite a relevância de tais características para sua profissão, principalmente na contribuição para tomada de decisão diante dos desafios inerentes ao mercado e a aptidão de resolver problemas de maneira assertiva com foco na solução. Considerada uma das habilidades imprescindíveis para o bom profissional de administração.

Com base no quadro de médias e avaliação da matriz, mostrou uma pontuação de 8,5 pontos para importância e 7,5 pontos para desempenho. Nota-se que os estudantes de administração e administradores concordam com a afirmativa de que a liderança é de grande importância para o Administrador.

A liderança se configura como fator fundamental para o sucesso de uma organização. Um bom líder se destaca entre outros profissionais, reconhece talentos e promove o desenvolvimento de sua equipe, orientando-a para o resultado e foco em solução.

De acordo com Martins (2014), as organizações vivem em um ambiente competitivo e complexo, diante desse fato, as empresas necessitam de um profissional que possua um perfil de liderança, capaz de reconhecer tanto o ambiente interno e externo da organização, quanto os aspectos estratégicos, humanos, sociais, culturais, dentre outros. O autor enfatiza que o profissional precisa ser multidisciplinar, necessitando o reconhecimento da organização, de suas tarefas, bem como a capacidade de influenciar e desenvolver pessoas, além de ter uma visão estratégica, empreendedora, inovadora e integradora.

Baseado nas informações apresentadas no relatório *Future of Jobs* (2020), as habilidades com foco em tecnologia e monitoramento serão as mais demandadas futuramente, tendo em vista o surgimento da relação homem e máquina no mercado de trabalho. A exigência dos novos profissionais em utilizar a tecnologia da melhor maneira, permitindo por meio da análise, armazenamento e monitoramento de dados, oferecer indicadores para tomada de decisão.

Diante desse cenário de transformação tecnológica, foi destacada a importância do uso de importância da tecnologia, com ênfase na análise e monitoramento de dados auxiliando na



tomada de decisão, no que diz respeito ao desempenho, a média da pontuação foi igual a 7,4 pontos.

O relatório *Future of Jobs* (2020) evidencia que a relação de trabalho entre humanos e tecnologia se mostra uma constante comum, à medida que a sociedade avança. Inteligência Artificial está encontrando espaço entre informações digitais e comunicações, serviços financeiros, na área da saúde e na indústria de transporte. À medida que novas tecnologias e habilidades são criadas e exigidas para o mercado de trabalho e sociedade, outras tecnologias e habilidades ficaram obsoletas e sem utilidade para a constante mudança no mundo. A integração de novas tecnologias servirá para impulsionar o crescimento, transformar a cadeia de valor, automatizar operações, e aumentar a força de trabalho e a eficiência em diversos setores, com isso novas funções de trabalho serão exigidas e devem ser adotadas até 2025 para acompanhar o futuro.

Os autores, Cardoso e De David (2016) salientam que o mercado de tecnologia de informação apresenta grande crescimento no Brasil e no mundo. Conforme as tecnologias mudam, as necessidades dos negócios também apresentam mudanças, todavia, a busca por profissionais de tecnologia qualificados é difícil. Essa preocupação pela busca de profissionais capacitados não é tão recente. Com base no Segundo relatório da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASCOM), em 2020 há um déficit de 24mil profissionais de TI no Brasil, gerando uma escassez de profissionais, mesmo com inúmeras vagas abertas nas corporações.

Condizente com essa afirmativa, e em relação a análise dos resultados da Ilustração 3, apenas a habilidade de Design de Tecnologia e Programação encontra-se na fronteira inferior de aceitabilidade, sendo necessário o aprimoramento dessa habilidade, além de que, observado na matriz da Ilustração 3, o público apresentou um baixo nível de desempenho referente à habilidade de Design de Tecnologia e Programação, e ficando no grupo de coadjuvantes decorrente da pontuação de 6,5 pontos. Percebe-se um contraste nessa competência, por mais que o público tenha avaliado com a média de 7,9 e classificando a importância no grupo de protagonistas, o desempenho fica abaixo da pontuação média comparado com as outras habilidades estudadas.



A fim de aproveitar as oportunidades que o setor de tecnologia promove e sua constante evolução tecnológica na sociedade. O mercado exige dos profissionais de tecnologia, a capacidade de utilizar novas metodologias e ferramentas de trabalho para projetos e desenvolvimento de produtos e serviços que agreguem valor na sociedade.

Cardoso e De David (2016) confirmam a necessidade de qualificação e treinamento dos profissionais de tecnologia para atender as demandas do mercado e enfatizam a função do administrador no gerenciamento e treinamento dos funcionários, com o intuito de manter os profissionais qualificados na organização e evitar a evasão desses talentos.

Diante de momentos de adversidade, as habilidades de resiliência, tolerância ao estresse e flexibilidade são essenciais para contornar tais situações. Brasil et al. (2013). Destacam que o profissional que carrega consigo características de resiliência, tolerância ao estresse mesmo em um ambiente altamente competitivo e alta demanda de resultados, torna-se um diferencial no mercado de trabalho. Este colaborador necessita de várias características tanto pessoais quanto profissionais para que não fique estagnado em meio às mudanças, consiga manter o controle emocional em situações de estresse e obtenha êxito no acompanhamento das tecnologias e alterações no mercado de trabalho. O profissional com o perfil resiliente, tolerante ao estresse e flexível pode impulsionar o desempenho da empresa em meio a um mercado de constantes transformações.

Por meio da avaliação dos resultados dos questionários e aplicação na matriz de Slack, a habilidade de resiliência, tolerância ao estresse e flexibilidade obteve uma das pontuações mais altas no que tange a importância (8,6) e desempenho (7,7). É possível afirmar que os respondentes consideram de grande pertinência ter um perfil resiliente, tolerante ao estresse e flexível diante das adversidades.

Logo, evidencia que o público da pesquisa se configura como jovens protagonistas, por meio da análise da pontuação média ponderada de cada habilidade e a classificação destas inseridas na matriz de Importância e Desempenho, verifica-se que os estudantes e profissionais de Administração, o público alvo dessa pesquisa, reconhecem a importância de cada uma das habilidades apresentadas pelas 10 habilidades do futuro apontadas pelo Fórum Econômico Mundial e consideram relevantes para sua carreira, ou aspecto pessoal.

Além disso, o grau de desempenho dos respondentes no que se refere a fator de grau de desempenho em cada habilidade mostrou um ótimo resultado, com médias acima de 7,0 pontos, o suficiente para se enquadrarem no grupo de protagonistas, ademais, destaca-se com esses resultados, que os profissionais da pesquisa não demonstram falta de conhecimento e falta prática no seu cotidiano em relação às competências apresentadas.

Todos apresentaram resultados satisfatórios e positivos quanto à importância e desempenho das habilidades para o profissional de administração, e por meio da avaliação, foi possível concluir que pertencem ao grupo de profissionais **protagonistas**, isto é, alcançam uma alta empregabilidade e desenvolvimento profissional no futuro do mercado de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa consistiu em interpretar e avaliar os resultados obtidos por meio de questionário aplicado com graduandos e graduados em administração da cidade de Mossoró acerca das habilidades do futuro do trabalho de acordo com o relatório “*Future of Jobs 2020*” apresentado pelo Fórum Econômico Mundial. A relação das novas habilidades do futuro que mais serão exigidas pelo mercado de trabalho até 2025 ajuda a traçar um direcionamento das exigências de habilidades que o profissional de Administração precisa para se atualizar e se tornar um profissional protagonista e manter-se competitivo no mercado.

Os parâmetros utilizados para classificação das habilidades descritas pelo relatório foram por meio de uma adaptação das variáveis da Matriz Slack (1999), também conhecida por matriz Importância - Desempenho.

Cada habilidade relatada foi avaliada de duas maneiras conforme as variáveis da Matriz Importância - Desempenho, de modo que os resultados da avaliação das habilidades obtidas pela percepção dos estudantes graduandos e graduados em Administração de Mossoró consideravam por meio de análise pessoal.

O questionário buscou identificar informações demográficas sobre os respondentes para observação do perfil dos estudantes e administradores. Foi solicitado dados como idade, instituição que estuda/ou em Mossoró, período da graduação em que se encontra ou se já é

formado, se já participou ou não de projetos de extensão (movimento empresa júnior, iniciação científica, práticas artísticas, voluntariado) na instituição de ensino superior que estuda.

A partir dos dados dos respondentes foi possível avaliar que os estudantes e administradores das habilidades do futuro do mercado de trabalho para o profissional de Administração apresentava uma seção para a avaliação da Importância de cada habilidade, utilizando uma escala de 1 a 9, considerando o valor 1 para pouquíssimo importante e o valor 9 na escala para bastante importante. Em outra seção consiste na avaliação do grau de desempenho dos respondentes do questionário em relação às habilidades descritas, considerando o valor 1 para baixíssimo desempenho e o valor 9 para altíssimo desempenho.

Com base nos resultados obtidos, a avaliação na escala de cada habilidade é calculada utilizando o método estatístico de média ponderada. A média calculada então é aplicada na matriz de Slack (1999), Importância - Desempenho, produzindo o resultado comparativo entre a percepção dos estudantes e graduados em administração com a devida importância e o grau de desempenho das habilidades descritas para o futuro profissional de Administração.

Espera-se que este estudo possa contribuir para a reflexão sobre a formação do administrador, bem como, sua percepção quanto seu desenvolvimento e protagonismo diante das exigências para os profissionais do futuro. A pesquisa não se esgota nesse estudo, diante das limitações enfrentadas no processo de coleta de dados, se fazem necessários estudos futuros para ampliar o universo da amostra.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Eduardo Fernandes; DE MOURA, Dácio Guimarães. **Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica**. Boletim Técnico do Senac, v. 39, n. 2, p. 48-67, 2013.

BRASCOM. **Relatório Setorial 2020 Macrossetor de TIC - Brasscom**. Disponível em: <<https://brasscom.org.br/relatorio-setorial-2020-macrossetor-de-tic/>>. Acesso em: 3 maio. 2021.

BRASIL, Ângela de Souza; CAMARGO, Renata Fernandes; RAFACHINHO, Ewerton Mendes. **RESILIÊNCIA COM FOCO NO AMBIENTE DE TRABALHO**. Revista Conexão, 2013.



BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 3 mai. 2021.

BRAUN. Karin Resolução de Problemas Complexos: Qual a importância dessa habilidade? | Blog Slash Education, PUCPR. Disponível em: <encurtador.com.br/dgxJ2>. Acesso em: 3 maio. 2021.

CARDOSO, Érico Edú Corrêa; DE DAVID, Tobias. **A falta de profissionais de tecnologia de informação no mercado de trabalho.** Anais II Cong. Int. Uma Nova Pedagogia para a Sociedade Futura, p. 697-700, 2016.

CARVALHO, Natali Silva. **O conhecimento do modelo de design *thinking* como indutor na inovação na sala de aula: um estudo com o corpo docente do curso de Ciências Contábeis do UNIFACIG.** Orientador: Oscar Lopes da Silva. Curso de Ciências Contábeis, Centro Universitário UNIFACIG. 2020. Disponível em: <<http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/repositoriottcc/article/view/2523/1764>>. Acesso em: 3 mai. 2021.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática.** Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.
DELUIZ, Neise. **O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo.** Boletim técnico do Senac, v. 27, n. 3, p. 13-25, 2001.

DE CARVALHO, Francicleide Santos; DA SILVA SORCI, Paula Augusta Bezerra; DE SOUZA FIGUEIREDO, Giane Lourdes Alves. **OS DESAFIOS DO ADMINISTRADOR FRENTE ÀS NOVAS TENDÊNCIAS.** Facit Business and Technology Journal, v. 1, n. 21, 2020.

FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar ML; TARTUCE, Gisela Lobo BP. **Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio.** Cadernos de pesquisa, v. 34, n. 122, p. 411-423, 2004.

FIA. **Pensamento Crítico: o que é, para que serve e como desenvolver.** Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/pensamento-critico/>>. Acesso em: 3 maio. 2021.

FRAUCHES, Vinicius de Souza. **A Importância das soft skills no processo de transição dos recém-diplomados para o mundo do trabalho atual: um estudo quantitativo no Estado do Espírito Santo - Brasil.** Tese de Mestrado. Orientadora: Maria Alexandra Pacheco Ribeiro da Costa. Instituto Politécnico do Porto – ISCAP, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.22/16044>>. Acesso em: 3 mai. 2021.

GIL, Antonio Carlos; **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, p. 1-176, 2002.



GUIMARÃES, Alexandre Queiroz; ALMEIDA, Mariana Eugenio. **Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil**. Temas de administração pública, v. 8, n. 2, 2013.7.

IBGE. **Mossoró**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/mossoro.html>>. Acesso em: 8 mar. 2021.

PROFESSOR MARTINS. **A liderança na vida do administrador**. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/a-lideranca-na-vida-do-administrador>>. Acesso em: 3 maio. 2021.

SAES, Bruno Silva. **Perfil analítico: por que desenvolver um perfil orientado a dados?** Disponível em: <<https://www.impacta.com.br/blog/perfil-analitico-por-que-desenvolver-um-perfil-orientado-a-dados/>>. Acesso em: 2 maio. 2021.

SERÓN, Antonio Guerrero. **El enfoque de las competencias profesionales: una solución conflictiva a la relación entre formación y empleo**. Revista complutense de educación, v. 10, n. 1, p. 335-360, 1999.

SILVA, Thais Gama da. **Protagonismo na adolescência: a escola como espaço e lugar de desenvolvimento humano**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/teses/M09_gamasilva.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2021.

SLACK, Nigel. *et al.* **Administração da produção: Edição Compacta**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, p. 1-528, 1999

SOUSA, Silva Alexandra Maria; XIMENES, Veronica Morais. **Políticas públicas e juventude: análises sobre o protagonismo juvenil na perspectiva dos jovens pobres**. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 14, n. 1, p. 1-15, 2019.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil**. Tese de Doutorado. Orientadora: Irene de Arruda Ribeiro Cardoso. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25042007-115242/pt-br.php>>. Acesso em: 3 mai. 2021.

STAMATO, Maria Izabel Calil. **Extensão Comunitária: O protagonismo do estudante universitário na formação interdisciplinar**. PBL 2010 Congresso Internacional. São Paulo, Brasil, 2010. Disponível em: <<http://each.uspnet.usp.br/pbl2010/trabs/trabalhos/TC0514-1.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.



RABÊLLO, Maria Eleonora D. Lemos. O que é protagonismo juvenil? 2004. Disponível em: encurtador.com.br/uF348. Acesso em: 09 maio 2021.

RIBAS JR, Fábio Barbosa. **Educação e protagonismo juvenil**. Prattein, 2004. Disponível em: https://www.prattein.com.br/home/images/stories/230813/Juventude/Educao_Protagonismo.rtf.pdf. Acesso em: 3 mai. 2021.

ROCHA, Sonia. **A inserção dos jovens no mercado de trabalho**. Caderno CRH, v. 21, n. 54, p. 533-550, 2008.

VIEIRA, Ana Luiza Cardoso. **Revisão bibliográfica de metodologias de inovação em produtos: NUGIN, Startup Enxuta e Design Thinking**. Engenharia de Produção-Pedra Branca, 2017.

WORLD ECONOMIC FORUM. Disponível em: <https://www.weforum.org/>. Acesso em: 17 abr. 2021.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Future of Jobs**. Disponível em http://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_2020.pdf. Acesso em: 17 abr. 2021

ZIBAS, Dagmar ML; FERRETTI, J.; TARTUCE, Gisela Lobo BP. **Micropolítica escolar e estratégias para o desenvolvimento do protagonismo juvenil**. Cadernos de pesquisa, v. 36, n. 127, p. 51-85, 2006.



A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE HOTELARIA HOSPITALAR NO CURSO DE HOTELARIA DO IFCE CAMPUS FORTALEZA

Alana Maria C. de Alcântara Souza¹

Antônio Roberto Ferreira Aragão²

RESUMO

Este estudo defende a proposta de inserção da disciplina de hotelaria hospitalar no curso de hotelaria do IFCE, considerando-se que área está inserida no projeto pedagógico do referido curso. A hotelaria hospitalar está cada vez mais presente, principalmente, nos hospitais privados da cidade de Fortaleza, dessa forma, este estudo objetivou apresentar uma proposta para a inserção da disciplina de hotelaria hospitalar como componente curricular obrigatório no curso de hotelaria do IFCE campus Fortaleza. O trabalho questiona de que forma sua inserção, como componente curricular obrigatório, poderá favorecer a formação dos alunos. Para a realização do trabalho realizou-se inicialmente, um levantamento de dados bibliográficos sobre hotelaria hospitalar. Na etapa documental, foram consultados sites sobre o tema abordado. Por fim, realizou-se uma pesquisa de campo, onde foram utilizados questionários *online* com os membros do núcleo docente estruturante (NDE) e do colegiado do curso de hotelaria do IFCE e com alunos a partir do terceiro semestre, com o propósito de verificar o interesse deles pela disciplina de hotelaria hospitalar. O resultado da pesquisa mostrou que há interesse pela disciplina de hotelaria hospitalar por parte dos alunos e professores. Conclui-se que a disciplina será bem aceita caso seja implantada.

Palavras-chaves: Disciplina. Inserção. Hotelaria hospitalar

¹ Graduada em Gestão Hospitalar pela FAMETRO; Graduada em Hotelaria pelo IFCE e pós graduada em Gestão de Pessoas pela UNIFAMETRO. E-mail: a_llana_souza@hotmail.com

² Professor Doutor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará/IFCE, Av. 13 de Maio, 2081 – Benfica – Fortaleza / CE – CEP: 60040-531, robertofaragao@gmail.com



ABSTRACT

This study supports the proposal of insertion of the Hospital Hotel Service discipline in the hotel course of the IFCE, considering which area is inserted in the pedagogical project of said course. The Hospital Hotel Service is increasingly present, especially in the private hospitals of the city of Fortaleza, so this study aimed to present a proposal for the inclusion of Hospital Hotel Service as a compulsory curricular component in the Hospitality Course of IFCE Campus Fortaleza. The paper questions how its insertion, as a compulsory curricular component, can favor the formation of the students. For the accomplishment of the work, a survey of bibliographic data on Hospital Hotel Service was initially carried out. At the documentary stage, websites were consulted on the topic addressed. Finally, a field survey was carried out, where online questionnaires were used with the members of the structuring teaching nucleus (NDE) and the collegiate of the hotel course of the IFCE and with students from the third semester, with the purpose of verifying their interest in Hospital Hotel Service. The result of the research showed that there is interest in the discipline of Hospital Hotel Service by students and teachers. It is concluded that the discipline will be well accepted if implemented.

Keywords: Discipline. Insertion. Hospital Hotel Service.

1 INTRODUÇÃO

A hotelaria hospitalar compreende um conjunto de procedimentos similares aos da hotelaria convencional e que tem como objetivo humanizar o ambiente hospitalar e torná-lo mais acolhedor. Para tanto, é necessário profissionais capacitados para exercer essa atividade e essa qualificação pode ser adquirida no curso de hotelaria através da disciplina de hotelaria hospitalar.

De forma geral, a hotelaria hospitalar é um diferencial no setor da saúde, pois está continuamente em busca de qualidade nos serviços prestados. Com isso, aumentam as possibilidades das instituições de saúde corresponderem às expectativas e necessidades dos seus clientes e, conseqüentemente, uma maior fidelização por parte deles.

O curso de hotelaria do IFCE campus Fortaleza, no seu plano pedagógico, cita a



hotelaria hospitalar como uma das áreas de atuação do profissional da hotelaria. No entanto, no momento, observa-se a inexistência desta disciplina na matriz curricular vigente. Nesse contexto, a hotelaria hospitalar já é uma realidade no mercado brasileiro de saúde. De que forma a presença dessa disciplina como componente curricular obrigatório poderá favorecer na formação dos alunos?

A relevância para a elaboração desta pesquisa caracteriza-se pelo fato do serviço de hotelaria hospitalar está cada vez mais presente, principalmente, nos hospitais privados da cidade de Fortaleza. Esse segmento visa conforto, bem-estar, segurança para seus clientes. Nesse cenário, as instituições de saúde necessitam de profissionais mais bem preparados para atuarem nesse ramo, e o IFCE campus Fortaleza poderia suprir essa demanda, pois é uma referência no curso de hotelaria.

Assim, este estudo buscou como objetivo geral apresentar uma proposta para a inserção da disciplina de hotelaria hospitalar como componente curricular obrigatório para o curso de hotelaria do IFCE campus Fortaleza, e como específicos, descrever a importância da inserção da disciplina de hotelaria hospitalar como componente curricular obrigatório e enumerar cursos superiores de hotelaria que possuem em sua matriz curricular a disciplina de hotelaria hospitalar.

Para o desenvolvimento do presente trabalho realizou-se inicialmente, um levantamento de dados bibliográficos através de livros e publicações científicas sobre hotelaria hospitalar. Foi efetuado também, uma pesquisa documental por meio de sites sobre o tema abordado. Em suma, realizou-se uma pesquisa de campo, onde foram utilizados questionários virtuais com os membros do núcleo docente estruturante (NDE) e do colegiado do curso de hotelaria do IFCE, como também, com alunos a partir do terceiro semestre, como propósito de verificar o interesse deles pela disciplina de hotelaria hospitalar e de conferir a necessidade da implantação desta disciplina no referido curso.

2 RELAÇÃO ENTRE HOTELARIA E HOSPITAL

A conexão entre hotelaria e hospital é antiga. Estes estabelecimentos surgiram a partir de albergues, onde pessoas vindas de outros lugares e por motivações diferentes, se acomodavam.



(MAGALHÃES, 2011 *apud* BOEGER, 2017, p. 25). É interessante, aliás, ressaltar que esses estabelecimentos com o passar dos anos foram melhorando suas estruturas e serviços para atender as necessidades e exigências de seus clientes. Faz-se útil levar em consideração também que hotéis e hospitais apresentam características semelhantes nos serviços prestados. Sendo assim, “serviços de higiene, lavanderia, manutenção, recepção e cozinha entre outros, são genericamente parecidos, emboratecnicamente distintos.” (BOEGER, 2012, p. 15). No que diz respeito a distinção, os serviços tem que ser adaptados de acordo com o público-alvo de cada instituição. Pois, pessoas que procuram hotéis, frequentemente, são para diversão, congressos, reuniões ou negócios. Já as pessoas que procuram os hospitais, estão em busca da cura de alguma enfermidade, ou seja, estão indo por necessidade.

Após todo o exposto, faz-se relevante explicar que, “a hotelaria é a arte de receber e de acolher, porque implica hospitalidade.” (TARABOUSI, 2009, p. 156). Outro ponto que merece destaque no que foi relatado diz que, “é imprescindível entender que a hotelaria não é sinônimo de luxo, mas de conforto e qualidade, acima de tudo.” (BOEGER, 2008, p. 55).

Trazer a realidade do hotel convencional para a realidade de um hospital requer alguns cuidados, a esse respeito, é preciso considerar que:

Dentro de um hospital, a gestão hoteleira deve respeitar as regras e funções hospitalares, adaptando-se a elas. Em contrapartida, as funções hoteleiras devem ser vistas como a tradução da qualidade pela prestação de serviços de atendimento e acolhimento, com base em princípios operacionais e de gestão que devem ser aceitos, entendidos, absorvidos e efetivamente exercidos por todo o corpo hospitalar. (BOEGER, 2008, p. 55)

O autor deixa claro na citação acima que a implantação da hotelaria dentro do ambiente hospitalar, considerando as peculiaridades de uma instituição de saúde, traz muitas vantagens, principalmente, na melhoria do atendimento.

Outro aspecto levantado por Boeger (2012, p. 19) é que, “a hotelaria de um hospital não apenas tem a capacidade de melhorar o atendimento ao cliente, mas principalmente, estrategicamente, de lhe comunicar de forma efetiva qual o padrão de serviços que pretende oferecer.” Portanto, Hotelaria hospitalar é uma tendência que veio para livrar os hospitais da “cara de hospital” e que traz em sua essência uma proposta de adaptação à nova realidade do

mercado, modificando e introduzindo novos processos, serviços e condutas. (TARABOUSHI, 2009, p. 02).

2.1 PROFISSIONAIS DE HOTELARIA HOSPITALAR E MERCADO DE TRABALHO

A hotelaria hospitalar é importante e necessária nas instituições hospitalares porque ameniza, principalmente, o trabalho dos enfermeiros, fazendo com que eles se concentrem no reestabelecimento da saúde dos pacientes, diante disso é importante ressaltar que:

A falta de administração competente em hotelaria hospitalar e de profissionais nesses serviços sobrecarrega enfermeiros. Além de mais tempo em contato com os pacientes para tratar de sua saúde, eles se envolvem com detalhes de acomodação, trocas de enxoval, horários e cardápios das refeições e cuidados também com os acompanhantes e parentes, entre outros serviços. (TOMAZZONI, 2014, p. 110).

Conforme citado acima o acúmulo de tarefas pela equipe de enfermagem pode comprometer além do acolhimento, os cuidados assistenciais ao paciente. Por essa razão, se faz necessário deixar na responsabilidade da hotelaria hospitalar os serviços de apoio do hospital.

É importante ressaltar que existem poucos profissionais capacitados para atuar na hotelaria hospitalar e um dos motivos é que muitos profissionais de hotelaria desconhecem essa área como opção de atuação. “Existem vários cursos de hotelaria no Brasil, porém, são poucos os que preparam o profissional para atuar em ambiente diferenciado como é o hospital” (TOMAZZONI 2014, p. 110). Ainda é importante considerar que:

A hotelaria hospitalar é uma proposta que busca um novo perfil do profissional de saúde. Portanto, não há mão – de – obra especializada para atuar nos serviços de hotelaria a serem introduzidos no ambiente hospitalar. É mister o investimento em treinamento para adequada adaptação à atividade hospitalar quando da contratação de profissionais de hotelaria. (TARABOUSHI, 2009, p. 36).

Para resolver esse problema de escassez de profissionais de hotelaria hospitalar é necessário que as instituições de ensino superior do ramo do turismo, hotelaria e gestão hospitalar tomem algumas providências como a criação de curso técnico de hotelaria hospitalar, curso de graduação da administração de hotelaria hospitalar, introdução da disciplina de



hotelaria hospitalar, como também, estímulo a estágios concomitantes em hotéis hospitalares. (TARABOUSI 2009, p. 36). Nesse sentido é interessante perceber que essas iniciativas contribuirão para formar profissionais mais capacitados para atuar em um ambiente tão complexo como é o hospitalar.

2.2 HOTELARIA HOSPITALAR EM FORTALEZA

Podemos encontrar o serviço de hotelaria hospitalar em instituições de saúde do setor privado da cidade de Fortaleza, que em comum, buscam oferecer aos seus pacientes, excelência no atendimento. Entre eles destacam-se: Hospital Antônio Prudente, Hospital Regional Unimed, Hospital São Carlos, Hospital Monte Klinikum e Hospital São Camilo. Na busca para tornar o ambiente mais confortável e agradável, o setor de hotelaria de algumas dessas instituições oferecem serviços como indicação de locação de automóveis, restaurante 24h, lanchonete, acesso gratuito à internet, apartamentos com banheiro frigobar, ar condicionado e televisão. Pode-se constatar a importância da hotelaria hospitalar ao verificar a pesquisa Datafolha Top of Mind categoria hospital, onde o líder desta pesquisa há anos já privilegia essa área. (ANUÁRIO DO CEARÁ 2016-2017, 2000, p. 620).

Conforme citado acima, a área de hotelaria hospitalar é um diferencial no setor da saúde porque melhora os serviços prestados nos hospitais. O profissional desta área cuida de todos os detalhes referente a limpeza, manutenção, rouparia, lavanderia, gerenciamento de resíduos sólidos, entre outras atividades, o que traz mais conforto e segurança para seus pacientes. Uma das consequências desse conjunto de esforços e dedicação em prol do bem estar desse paciente é a sua fidelização. “A reputação da marca da instituição é construída sobretudo, pela opinião do paciente com relação à ela. Com a hotelaria hospitalar, o paciente provavelmente se lembrará de forma positiva dos cuidados específicos dirigidos a ele”. (CMTECNOLOGIA, 2018).

3 A DISCIPLINA DE HOTELARIA HOSPITALAR ENTRE AS MELHORES FACULDADES DE HOTELARIA DO BRASIL



Os melhores cursos superiores de hotelaria do Brasil podem ser encontrados no site ou nas publicações impressas do Guia do Estudante Profissões da editora Abril. Nela, são relatadas mais de 260 profissões com detalhes do mercado de trabalho e possíveis áreas de atuação. Esta publicação também, mede a qualidade destes cursos superiores através de uma avaliação que é uma pesquisa de opinião realizada entre professores e coordenadores de curso. Eles emitem conceitos que permitem classificar o curso como bom, representado por 03 estrelas, muito bom representado por 04 estrelas e excelente representado por 05 estrelas. Vale ressaltar que, somente os cursos de bacharelados e as licenciaturas recebem esta avaliação. Os cursos tecnológicos são mencionados na pesquisa como cursos relacionados aos cursos de bacharelados por serem graduações que compartilham do mesmo mercado de trabalho e áreas de atuação, porém muitas vezes têm funções diferentes. Nesta pesquisa o curso de hotelaria teve mais de 30 cursos superiores avaliados. (GUIA DO ESTUDANTE PROFISSÕES 2018, 1983).

Vejamos, a seguir, a tabela com a relação dos melhores cursos superiores (bacharelados) de hotelaria do Brasil avaliados pelo Guia do Estudante Profissões 2018 e quais os cursos que tem em sua matriz curricular a disciplina de hotelaria hospitalar como componente obrigatório. Para dar maior credibilidade à pesquisa foi utilizado o conceito institucional do MEC (numa escala que vai de 0 a 5) com o ano da apreciação de cada estabelecimento.

Tabela-1: Melhores cursos superiores de hotelaria

INSTITUIÇÃO	LOCALIDADE	AVALIAÇÃO GUIA DO ESTUDANTE	CONCEITO INSTITUCIO NAL DO MEC	DISCIPLINA DE HOTELARIA HOSPITALAR (OBRIGATÓRIO)
Centro Universitário Senac	SP	*****	5 (2015)	Não
Universidade Federal de Pernambuco	PE	****	4 (2009)	Não

Castelli Escola Superior de Hotelaria	RS	****	4 (2015)	Não
Universidade Anhembi Morumbi	SP	****	3 (2016)	Não
Faculdade DeVry Boa Viagem	PE	****	5 (2017)	Sim
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	RJ	***	4 (2009)	Sim
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	PR	***	4(2013) - EaD	Sim

Fonte: Dados da Pesquisa 2018.

Com isso, nota-se que a disciplina de hotelaria hospitalar está presente em três das sete melhores faculdades pesquisadas e com conceito institucional do MEC elevado. No que diz respeito aos cursos tecnológicos, o IFCE é citado na pesquisa com os campus Aracati, Baturité e Fortaleza. (GUIA DO ESTUDANTE PROFISSÕES 2018, p. 83). É interessante ressaltar que atualmente, o curso de hotelaria do IFCE tem conceito 5 do MEC. Importa dizer que o campus Aracati possui em sua matriz curricular a disciplina de hotelaria hospitalar como componente obrigatório e o campus Baturité tem a disciplina na matriz curricular mas é optativa. Nessa linha de raciocínio, percebe-se que o IFCE campus Fortaleza deixa em desvantagem os alunos que pretendem investir em uma nova carreira.

3.1 IFCE CAMPUS FORTALEZA

3.1.1 Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria do IFCE Campus Fortaleza

O curso superior de tecnologia de hotelaria do IFCE campus Fortaleza passou por muitas modificações desde sua criação. A primeira vez que foi ofertado foi em 2003.2 com a



nomenclatura de Tecnologia em Hospedagem, substituindo o antigo curso de Técnico em Hotelaria que tinha um alto índice de evasão, pois os alunos tinham como objetivo um diploma de graduação. Desta feita, entendeu-se que no momento em questão, a oferta de um curso de graduação em hotelaria seria mais viável para a comunidade. (...) O curso teve seu reconhecimento em novembro de 2006 com o conceito 3, numa escala de 0 a 5 e foi recomendado que a nomenclatura se adequasse ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e que fosse criado o colegiado do curso. No segundo semestre de 2010, conforme a Resolução nº. 01 de 17 de junho de 2010 foi implantado o NDE, dividindo as funções que antes cabiam somente ao colegiado e à coordenação do curso. (Neto et al., 2018, p. 10).

O curso de hotelaria do IFCE campus Fortaleza através da portaria nº 337, de 27 de abril de 2007, foi reconhecido nos termos do artigo 10, § 3º através do decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006 com a designação de Curso Superior de Tecnologia em Hospedagem, com 25 vagas totais anuais, no turno da noite. Em 14 de agosto do referido ano, foi autorizada a alteração da denominação para Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria. (BRASIL, 2007).

O estudante de hotelaria do IFCE campus Fortaleza ao concluir o curso terá a capacidade de atuar em todos os tipos de meios de hospedagem, clubes, hotelaria hospitalar comércio turístico, instituições de qualificação, professor em cursos técnicos regulares, superiores e profissionalizantes da área / ensino, pesquisador na área. (NETO et al. 2018, p.13). Importa aqui destacar que a hotelaria hospitalar faz parte do Projeto Pedagógico do curso, porém não é contemplada na matriz curricular.

3.1.2 A Importância da Inserção da Disciplina de Hotelaria Hospitalar

A hotelaria hospitalar já é uma realidade no mercado de saúde do Brasil e está em crescimento, portanto, tem grandes oportunidades de trabalho nessa área, a esse respeito, é preciso considerar que:

Outro nicho em crescimento é o de hotelaria hospitalar. “O bacharel é contratado para cuidar do conforto do paciente e de seu acompanhante durante a internação, cuidando da qualidade dos alimentos e da acomodação e prestando serviço de concierge”, diz Luanda Fratchesca Gomes, coordenadora dos cursos de Hotelaria e Hotelaria

Hospitalar do Grupo Educacional Hotec (SP). (GUIA DO ESTUDANTE PROFISSÕES 2018, 1983, p. 83).

Vale lembrar que o tecnólogo em hotelaria pode ser contratado também para atuar na hotelaria de um hospital, o problema é que não se pode deixar de evidenciar que tanto o tecnólogo como o bacharel terão dificuldades de adaptação por se tratar de um ambiente muito peculiar. Por outro lado se o curso possuir a disciplina de hotelaria hospitalar o profissional terá condições de compreender essa área tão complexa e, assim, ter tranquilidade para exercer as funções inerentes à hotelaria da instituição de saúde. O IFCE campus Fortaleza de posse dessas informações tem uma ocasião favorável para inserir a disciplina de hotelaria hospitalar na matriz curricular do curso de hotelaria, além de se tratar de um mercado em expansão e, portanto, precisa acompanhá-lo. Outro motivo para inserção da disciplina é cumprir o que diz o Plano Pedagógico do Curso quando aborda a hotelaria hospitalar como uma área de atuação do profissional da hotelaria.

4 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada através de um questionário virtual elaborado a partir do Google forms, um aplicativo do Google drive que permite coletar e organizar informações em pequena ou grande quantidade gratuitamente. (GOOGLE, 2018). Esse questionário foi encaminhado aos professores membros do colegiado do curso de tecnologia em hotelaria e do núcleo docente estruturante (NDE) do IFCE campus Fortaleza, como também, aos alunos matriculados a partir do terceiro semestre e respondido durante os meses de abril e maio do corrente ano. Do total de 11 professores, apenas 01 não respondeu o questionário. Em relação aos alunos, 48 responderam ao questionário do total de 81.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação às perguntas associadas à hotelaria hospitalar seguem as respostas abaixo:



Gráfico 1: informações sobre área de hotelaria hospitalar

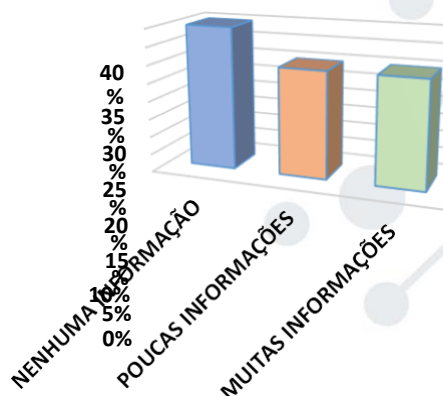
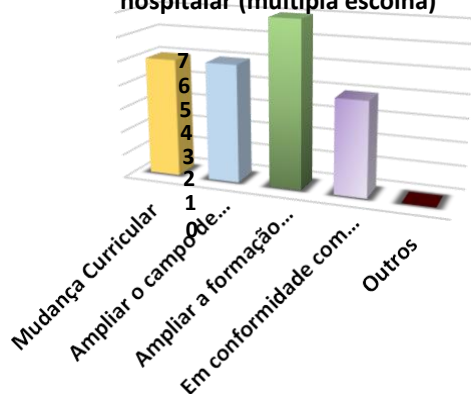


Gráfico 2: Motivos para inserção da disciplina de hotelaria hospitalar (múltipla escolha)



Fonte: Dados da pesquisa 2018

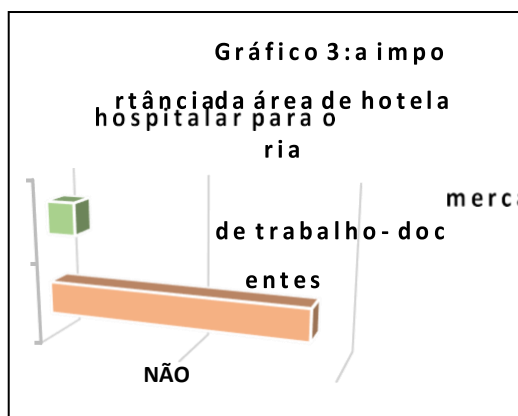
Fonte: Dados da pesquisa 2018

O gráfico 1 mostra o resultado da pesquisa feita aos professores sobre as informações que eles tinham sobre a área de hotelaria hospitalar. De acordo com esse gráfico, 40% dos entrevistados responderam que não tem nenhuma informação sobre essa área, 30% responderam que tem poucas informações e os 30% restantes responderam que tem muitas informações. Pode-se dizer que a maioria dos docentes, ou seja, 60% tem algum conhecimento sobre a área de hotelaria hospitalar.





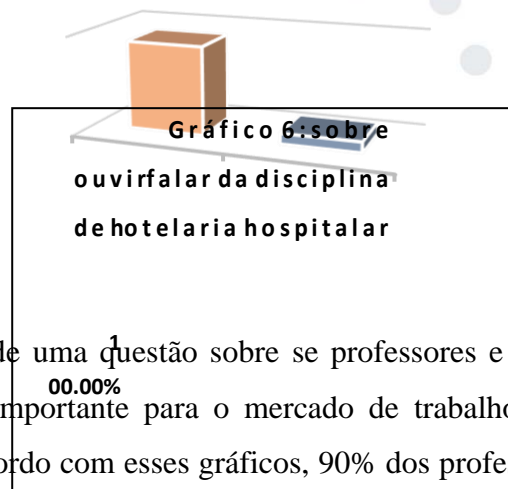
O gráfico 2 aponta as respostas de uma questão de múltipla escolha (permite a pessoa responder uma ou mais opções) aplicada aos docentes sobre quais motivos poderiam ser considerados para a inclusão da disciplina de hotelaria hospitalar como componente curricular obrigatório do curso de hotelaria. De acordo com esse gráfico, 05 professores responderam que um dos motivos seria a mudança curricular, 05 professores responderam que seria ampliar o campo de conhecimento do aluno, 07 professores responderam que seria ampliar a formação profissional do aluno e 04 professores responderam que seria está em conformidade com o plano pedagógico do curso. Portanto, a pesquisa revelou que todos os motivos são plausíveis a serem considerados para inclusão da disciplina de hotelaria hospitalar.



Fonte: Dados da pesquisa 2018



Fonte: Dados da pesquisa 2018



Os gráficos 3 e 4 mostra o resultado de uma questão sobre se professores e alunos consideravam a área de hotelaria hospitalar importante para o mercado de trabalho. Essa pergunta feita para docentes e discentes. De acordo com esses gráficos, 90% dos professores e



97,9% dos alunos confirmam a importância da área de hotelaria hospitalar para o mercado de trabalho. Das justificativas apresentadas pelos docentes diz que, a hotelaria hospitalar é uma área relativamente nova e que por isso tem potencial para crescer. Das justificativas apresentadas pelos discentes relata que, a hotelaria é um mercado em expansão e merece ter bons profissionais.

O gráfico 5 aponta o resultado da questão feita aos professores sobre se eles achavam importante a inclusão da disciplina de hotelaria hospitalar como componente curricular obrigatório para a formação do profissional de hotelaria. De acordo com esse gráfico, 90% dos professores confirmam essa indagação. Uma das justificativas dadas pelos professores diz que, sua inserção como componente curricular obrigatório corrobora com o que está estabelecido no Plano Pedagógico do curso de hotelaria.

O gráfico 6 mostra as respostas de uma indagação sobre se os alunos já tinham ouvido falar sobre a disciplina de hotelaria hospitalar. Esse gráfico revela que 89,6% dos alunos já tinham ouvido falar dessa disciplina. Portanto, o IFCE campus Fortaleza pode aumentar o conhecimento dos alunos incluindo essa disciplina na matriz curricular do curso de hotelaria.



Fonte: Dados da pesquisa 2018



Fonte: Dados da pesquisa 2018

O gráfico 7 aponta o resultado da questão feita aos alunos sobre se eles gostariam de estudar hotelaria hospitalar como componente curricular obrigatório. De

acordo com esse gráfico, a maioria dos discentes, ou seja, 10,4%, teriam interesse por essa disciplina. Em virtude do que foi mencionado, a inclusão dessa disciplina como componente curricular obrigatório enriqueceria ainda mais o currículo dos estudantes.

O gráfico 8 mostra o resultado de uma indagação sobre se os alunos teriam interesse em atuar na área de hotelaria hospitalar. Esse gráfico revela que 58,3% dos alunos tem interesse em trabalhar na área de hotelaria hospitalar. Faz-se oportuno, portanto, dizer que a área de hotelaria hospitalar está em expansão e precisa de profissionais qualificados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção do presente artigo, buscamos compreender a percepção de alguns autores sobre hotelaria hospitalar. Conclui-se que a proposta para a inserção da disciplina de hotelaria hospitalar como componente curricular obrigatório na matriz curricular do curso de hotelaria do IFCE - campus Fortaleza, mostrou-se relevante e imprescindível para a formação dos alunos. Sua inserção corrobora com o que está estabelecido no Plano Pedagógico do Curso, representa uma nova área de mercado, aumenta a possibilidade de atuação do discente e deixa o currículo mais atrativo para futuros empregadores.

Verificou-se que a disciplina de hotelaria hospitalar está na matriz curricular das melhores faculdades do Brasil. E, entre os melhores cursos tecnológicos de hotelaria do país está o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará campus Aracati, Baturité Fortaleza. Entre eles, o IFCE campus Aracati disponibiliza aos alunos a disciplina de hotelaria hospitalar como componente curricular obrigatório. Vale ressaltar que o IFCE campus Baturité possui a disciplina, mas é optativa.

Como contribuição para o curso de hotelaria do IFCE campus Fortaleza, essa pesquisa abre caminho para temas próximos, como também, colabora para a formação do profissional da hotelaria.

Como colaboração para a academia, verificou-se que não foram encontrados trabalhos que abordam a inserção da disciplina de hotelaria hospitalar, como também poucos trabalhos sobre hotelaria hospitalar. Nesse contexto a pesquisa está auxiliando na



aquisição demais conhecimento sobre o assunto.

No que diz respeito às pesquisas futuras, este estudo poderá ser desenvolvido em outros lugares para observar se existem diferenças nos resultados.

Em suma, espera-se com essa pesquisa, que a proposta de inserção seja devidamente efetivada e, assim, corresponder às propostas de atuação do egresso contidas no Plano Pedagógico do Curso (PPC).

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO DO CEARÁ 2016-2017. Fortaleza: Grupo de Comunicação O POVO, 2000. 680p.

BOEGER, Marcelo Assad. **Hotelaria hospitalar: implantação e gestão** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2017.

_____. Marcelo Assad. **Hotelaria hospitalar: gestão em hospitalidade e humanização**. 2.ed.São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

_____. Marcelo Assad. **Gestão em hotelaria hospitalar**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema e- MEC**. 2018. Disponível em:< <http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 337, de 27 de abril de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 abr. 2007. Seção 1, p.

263. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/fortaleza/cursos/superiore/tecnologicos/hotelaria/pdf/portaria-de-reconhecimento-tecnologia-em-hotelaria.pdf/view>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Histórico**. Disponível em:< <https://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/Institucional/historico>>. Acesso em: 04. Set. 2018.

GOOGLE. **Google forms**. Disponível em:< <https://www.google.com/forms/about/>>. Acesso em: 05 set. 2018.

GUIA DO ESTUDANTE PROFISSÕES 2018. São Paulo: Abril, 1983. 330 p;



NETO, Amaury Gurgel et al. **Plano Pedagógico de Curso(PPC):** Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria. Fortaleza, CE, 2018. 141 p.

TARABOUSI, Fadi Antoine. **Administração hospitalar:** serviços aos clientes, humanização do atendimento, departamentalização, gerenciamento, saúde e turismo, hospitalidade, tecnologia de informação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CMTECNOLOGIA. **Hotelaria hospitalar: tudo que você precisa saber.** Disponível em: <<https://www.cmtecnologia.com.br/hotelaria-hospitalar/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

TOMAZZONI, Edegar Luis; SANTOS, Ayumi Fernandes dos. Formação e atuação profissional em hotelaria hospitalar na cidade de São Paulo. **Revista Hospitalidade.** São Paulo, v. XI, n. 1, p. 107 - 130, jun. 2014. Disponível em: <<https://www.revhosp.org/hospitalidade/article/viewFile/540/564>>. Acesso em: 16 de abr. 2018.





A IMPORTÂNCIA DO “FEEDBACK” NA FORMAÇÃO EM SAÚDE: FERRAMENTAS, POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES.

Andressa Paiva Porto¹

Ana Carolina Nunes Nóbrega Diniz²

Gabriel Victor Teodoro de Medeiros Marcos³

Lisandra Alves da Silva⁴

Maria Jussara Medeiros Nunes⁵

RESUMO

Dentro do processo de avaliação formativa é possível encontrar ferramentas como *feedback* formativo, esse pode ser utilizado por discentes e docentes possibilitando a reflexão a respeito de como as práticas de ensino-aprendizagem estão sendo efetivas no contexto educacional permitindo que as metodologias utilizadas sejam ajustadas à realidade e às necessidades dos estudantes. Este estudo teve por objetivo investigar por meio da literatura já publicada, quais os formatos e meios utilizados para a realização do *feedback* formativo, suas potencialidades e limitações no contexto da formação de profissionais da área da saúde. Trata-se de um trabalho de revisão integrativa com busca sistemática de alta sensibilidade. Foram incluídos artigos que estavam disponíveis na íntegra, em português ou língua estrangeira. Foram excluídos os trabalhos do tipo resumos, carta ao editor, revisão de literatura e os artigos que encontravam-se duplicados ou não atendiam aos objetivos do presente artigo. Após análise dos estudos identificou-se que o modelo de *feedback* em grupo segue como o mais utilizado, sendo o percurso presencial o preferido no lugar da modalidade remota. Isso deve-se ao fato dos alunos terem maior facilidade de expressar as suas opiniões assim como compreenderem o conteúdo

¹ Psicóloga; Esp. em Terapia Cognitivo Comportamental; Mestranda do Programa de Pós Graduação em Saúde e Sociedade pela UERN

² Enfermeira; Mestranda do Programa de Pós Graduação em Saúde e Sociedade pela UERN

³ Enfermeiro; Mestrando do Programa de Pós Graduação em Saúde e Sociedade pela UERN

⁴ Enfermeira; Mestranda do Programa de Pós Graduação em Saúde e Sociedade pela UERN

⁵ Enfermeira; Mestranda do Programa de Pós Graduação em Saúde e Sociedade pela UERN



abordado estando frente a frente com o docente. A obtenção dos *feedbacks* por parte dos alunos é possível de diversas maneiras, devido às várias ferramentas que permitem com que essa etapa do processo de ensino aconteça de maneira prática e objetiva. Isso possibilita que discente e docente tenham acesso aos resultados desses *feedbacks* para utilizá-los como parâmetros no processo educacional.

Palavras-chave: Educação à distância, *feedback* formativo, estudantes da saúde

ABSTRACT

Within the formative assessment process it is possible to find tools such as formative feedback, which can be used by students and teachers, enabling reflection on how teaching-learning practices are being effective in the educational context, allowing the methodologies used to be adjusted to reality and the needs of students. This study aimed to investigate, through the literature already published, which formats and means used to carry out formative feedback, its potential and limitations in the context of training health professionals. This is an integrative review work with systematic search of high sensitivity. Articles that were available in full, in Portuguese or a foreign language, were included. Abstracts, letters to the editor, literature review and articles that were duplicated or did not meet the objectives of this article were excluded. After analyzing the studies, it was identified that the group feedback model is still the most used, with the face-to-face route being preferred over the remote mode. This is due to the fact that students find it easier to express their opinions as well as understand the content discussed face to face with the teacher. Obtaining feedback from students is possible in several ways, due to the various tools that allow this stage of the teaching process to take place in a practical and objective way. This makes it possible for students and teachers to have access to the results of these *feedbacks* to use them as parameters in the educational process.

Keywords: Distance education, formative feedback, health students.

1 INTRODUÇÃO



O processo formativo em saúde é permeado por inúmeros desafios, há de se considerar que este é um processo mútuo, o ensino aprendizagem requer atualização contínua, boas práticas pedagógicas alinhadas com a teoria, ensino prático e um processo contínuo de reflexão acerca do fazer profissional e formas de avaliações que se proponham a ir além da quantificação do desempenho. Desta forma tem-se a avaliação formativa, muito utilizada na área da saúde, que foca no processo de formação de forma a favorecer o ensino-aprendizagem (ZIMMERMANN; SILVEIRA; GOMES, 2016; SANTOS; KROEFF, 2018).

Esta tem como objetivo orientar os discentes, identificando suas dificuldades para ajudá-los a obter progresso nesse processo. Dentro da avaliação formativa tem-se a ferramenta do feedback formativo, que é uma forma de discentes e docentes irem avaliando o processo de ensino-aprendizagem (SANTOS; KROEFF, 2018; PEIXOTO *et al.*, 2019).

O feedback formativo promove reflexões sobre a prática de ensino-aprendizagem, através dele é possível atentar para as dificuldades e potencialidades das metodologias utilizadas e assim ir ajustando esse novo formato de ensino às necessidades dos estudantes (SANTOS JUNIOR; MONTEIRO, 2020). Configura-se como uma prática de suma importância no contexto acadêmico, já utilizada antes do ensino remoto, pois impulsiona o processo de aprendizagem ao gerar uma maior consciência acerca do que foi aprendido. Dessa forma incentiva e estimula a mudança quando necessária, assim como reforça positivamente os acertos e pontos fortes (PEIXOTO *et al.*, 2019).

No âmbito da formação em saúde o feedback formativo adquire uma importância ainda maior, uma vez que os cursos nesta área tem um grande foco no treinamento clínico, utilizando mais de metodologias ativas, a fim de preparar os futuros profissionais para lidar com seus futuros pacientes, dessa forma além de ser uma forma de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, é também um meio que possibilita troca entre docentes e discentes e promove motivação durante este processo (HUNUKUMBURE; SMITH, 2017; PEIXOTO, *et al.*, 2019).

O *feedback* formativo permite a reavaliação das práticas e a adoção de condutas mais favoráveis ao ensino-aprendizagem. Para ser eficaz é necessário que ele seja realizado de forma respeitosa, assertiva, isento de julgamentos. Existem diferentes métodos de se obter e fornecer *feedback*, que vão desde o *feedback* face a face, até métodos de *feedback* automáticos (MENDES; VIVEIROS, 2018).



Diante do exposto o presente estudo intencionou investigar, por meio da literatura já publicada, como vem se dando o processo de *feedback* através dos cursos de graduação de pós-graduação, como forma de otimizar cada vez mais a formação e aperfeiçoamento dos profissionais da área da saúde.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa configura-se como uma revisão integrativa da literatura com busca sistemática de alta sensibilidade, a estratégia de Busca de Alta Sensibilidade ocorreu no dia 09 de junho de 2021. Dessa forma foi feita consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DECS) para definir os termos de busca adequados para a finalidade dessa pesquisa, foram eles: Education, Distance + Formative Feedback + Students, Health Occupations (Educação à distância + Feedback formativo + Estudantes da saúde). Os descritores utilizados foram estabelecidos segundo estreita relação com a temática pesquisada. Foi utilizado o operador booleano AND com os descritores.

Foram realizadas buscas e extraídos todos os resultados encontrados nas principais bases de dados, sendo elas: PubMed, Cochrane Wiley, Embase e BVS; totalizando 97 artigos encontrados entre os anos de 2008 e 2021. Foi considerado como critério de elegibilidade estudos que envolvessem em seu escopo a utilização de feedback como processo avaliativos em cursos da área de saúde.

Quadro 1. Quantidade de artigos selecionados em cada base de dados

Bases de dados	Quantidade de artigos
Pubmed	66
Cochrane Wiley	4
Embase	21
BVS	6
Total	97



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

O processo de seleção foi realizado por meio da plataforma Rayyan (<https://rayyan.qcri.org>). Os trabalhos foram lidos e analisados segundo critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos. Foram excluídas pesquisas na modalidade pôster ou resumo em evento científico, artigos não disponibilizados na íntegra, revisões da literatura e artigos duplicados. Para a inclusão foram aceitos artigos que: i) possuísem todo o texto para análise (em português ou língua estrangeira) e ii) demonstrassem os resultados em concordância com as formas e meios de gerar *feedback* em atividades educativas no ensino da saúde em graduações e pós-graduações.

Os autores participaram de um sorteio simples para definir os dois avaliadores, que separadamente e sem contato entre eles, selecionaram os artigos a serem incluídos e excluídos. Foi realizada posteriormente uma reunião para resolver as discordâncias entre os autores envolvidos na leitura, definindo dessa forma, 13 artigos incluídos para leitura na íntegra e realização de análise detalhada, extraindo assim os resultados e abrindo espaço para a discussão.

Quadro 2. Categorias e subcategorias de seleção para análise

Categorias de seleção	Subcategorias de análise
Verificar os tipos de <i>feedback</i> existentes e mais utilizados	Especificar quais metodologias utilizadas Metodologias mais frequentes
Constatar quais limitações e potencialidades foram encontradas na obtenção do <i>feedback</i>	Elencar as limitações e potencialidades Objetivos educacionais alcançados

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

3 RESULTADOS

Após a busca de alta sensibilidade, 13 trabalhos foram selecionados e destacados na tabela 01. É importante salientar que os estudos não avaliaram os mecanismos para adquirir o *feedback*, mas fizeram uso de ferramentas para a obtenção desse retorno dos alunos.



Quadro 3. Descrição dos estudos em ordem cronológica.

Autor	Ano	População	Resultados
Velan et al.	2008	Alunos matriculados na Fase 1 (Anos 1 e 2) de um curso de graduação em Medicina.	O <i>feedback</i> ocorreu por meio de um questionário online.
Smith et al.	2013	Discentes de um programa de Mestrado em Ciências Cirúrgicas.	O <i>feedback</i> anônimo dos alunos de 2008 a 2012 foi examinado por meio de um questionário online.
Holdsworth, Skinner, Delany.	2016	Uma amostra feita por conveniência de alunos (n=18) e 20 educadores.	Os participantes deram seu <i>feedback</i> por meio de um questionário após os workshops.
Liu et al.	2016	Os participantes eram estudantes de medicina do segundo ano matriculados em um curso de habilidades de comunicação clínica em uma universidade australiana.	O <i>feedback</i> dos alunos se deu por meio de questionários antes, durante e depois das práticas desenvolvidas.
Biyan et al.	2017	Participaram do estudo 13 residentes de urologia recém-nomeados e outros 03 estagiários.	O <i>feedback</i> dos discentes foi coletado por questionários relacionados à autoconfiança e questões subjetivas relacionadas à metodologia aplicada.
Sefan et al.	2018	Participaram da pesquisa uma coorte inteira de estudantes de medicina do segundo ano (N = 232).	Diversos questionários foram aplicados antes, durante e depois para avaliação do conhecimento prévio dos discentes bem como sua avaliação para a metodologia aplicada.





Shofler, Bosnia, Harkless.	2018	O número total de respostas a perguntas individuais variou entre 89 e 106.	O estudo busca observar as perspectivas dos estudantes de medicina pediátrica do quarto ano a respeito dos estágios clínicos e a seleção de residência. Para isso, uma pesquisa online foi desenvolvida e distribuída.
Sox et al.	2018	787 participantes discentes do curso de medicina e estavam se revezando em estágios pediátricos em sete escolas de medicina dos EUA.	A percepção dos alunos sobre suas apresentações de caso foi avaliada por meio de uma pesquisa confidencial com questões baseadas na escala de Likert.
Claramita et al.	2019	Um estudo piloto com um desenho pré-pós-teste foi conduzido com 53 alunos do primeiro e 107 do quarto ano de graduação em medicina, enfermagem e saúde estudantes de nutrição.	Um instrumento foi utilizado para a análise das percepções dos estudantes sobre o guia que foi desenvolvido para o treinamento destes.
Cowart & Updike.	2020	Participaram da pesquisa estudantes matriculados em curso de habilidades farmacêuticas que estavam no primeiro ano de vigência do curso.	O <i>feedback</i> foi obtido por meio de um instrumento munido de perguntas objetivas e respostas já elaboradas (discordo fortemente, discordo, concordo e concordo fortemente).
Winkel et al.	2020	Um total de 126 participantes (estudantes de medicina, residentes de radiologia do primeiro ano e técnicos de radiologia) foram convidados a participar via e-mail e foram solicitados a preencher uma	Um questionário online foi elaborado para captar o <i>feedback</i> dos participantes quanto ao uso do jogo para fins de aprendizagem/diversão.





		pesquisa antes e depois de jogar o jogo.	
Rehmani & Syead	2020	O estudo foi conduzido com alunos do segundo ano do módulo de reprodução endócrina na universidade Aga Khan.	O <i>feedback</i> dos discentes foi captado por meio de questionários onde os alunos relataram suas percepções acerca da eficácia do método de aprendizagem.
Singht et al.	2020	Participaram do estudo 60 alunos matriculados no Bloco 1 para uma experiência prática avançada em farmácia.	No final do rodízio de práticas, os estudantes responderam um questionário online onde eram avaliadas as competências adquiridas relacionadas às atividades desenvolvidas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

4 DISCUSSÃO

Diante dos estudos avaliados na íntegra, foi possível observar as variadas formas que se pode analisar o percurso formativo ou atividades pontuais. É através do “*feedback*” dos discentes participantes que alguns parâmetros podem ser melhorados em momentos subsequentes pelos docentes. Ao obter essa devolutiva das práticas executadas, como a metodologia adotada para aulas, avaliações e atividades, o docente pode otimizar o aprendizado dos alunos e garantir um melhor aproveitamento do conteúdo oferecido (SILVA *et al.*, 2017).

Cada curso/aula tem sua forma de avaliar o percurso metodológico e o processo de aprendizagem dos envolvidos. Os módulos de ensino online, por exemplo, muitas vezes possuem alunos em cidades ou estados diferentes, um grande número de alunos participantes. Formatos como esse possuem um *feedback* geralmente em formato de questionário individual,



que pode ser respondido online e apreciado dentro de parâmetros pré-estabelecidos pelo avaliador. Essa configuração torna a avaliação mais impessoal, levando o discente a responder questões fechadas e objetivas, abrindo espaço apenas para uma opinião curta (PASSOS, 2020).

Diferentemente de modelos online ou EaD, nas atividades realizadas presencialmente outras possibilidades são oferecidas, como a discussão em formato de respostas elaboradas verbalmente para avaliar as metodologias utilizadas. Nesse modelo, pode-se desenvolver as atividades em grupo ou de forma individual, ficando a critério do avaliador a melhor maneira de se obter essa opinião devolutiva (MOREIRA; HENRIQUES; BARROS, 2020). No entanto, nos estudos analisados percebeu-se que, apesar de favorecer essa metodologia, o encontro presencial ainda foi preferido majoritariamente ao modelo questionário.

Nesse ínterim, é relevante analisar como o *feedback* auxilia o docente a perceber o nível de alcance dos objetivos propostos na aplicação da metodologia, pois ao possuir esse retorno o avaliador possui percepção do conhecimento abarcado. Além disso, avaliar quais os modelos mais utilizados a fim de que experiências exitosas sejam compartilhadas e perpetuadas em outros momentos educacionais torna-se essencial. Para demonstrar adequadamente como *feedback* se apresenta de acordo com os estudos analisados e explicar quais limitações e potencialidades são encontradas para a sua realização, dividimos a sessão em três tópicos.

4.1 CATEGORIAS DE *FEEDBACK* E FERRAMENTAS UTILIZADAS

Após a análise dos estudos foi possível elencar os tipos de *feedback* mais utilizados, são eles: o instantâneo que de acordo com Singh *et al.* (2020) este é um dos mais consideráveis na Educação a Distância (EaD). Nele é necessário que o professor seja capaz, durante a aula, de fazer intervenções significativas e em tempo real. Esse tipo de *feedback* baseia-se no dinamismo e na autonomia (HOLDSWORTH, SKINNER, DELANY, 2016).

Outra classificação é o *feedback* individual que se trata de um momento capaz de estabelecer diálogo entre professores e discentes. Este tipo tem por objetivo suprimir uma certa ideia de “hierarquia” e promover uma relação com viés horizontal entre os envolvidos (SOX *et al.*, 2018; SEFAN *et al.*, 2018).

Por fim, temos o *feedback* em grupo. Nesse modelo o objetivo é realizar uma análise da turma ou do educador, verificando o que precisa ser modificado para o entendimento e aprendizado dos alunos. Segundo Biyan *et al.* (2017) esse tipo de prática deve ser a menos utilizada na forma remota. O *feedback* contínuo frequentemente relacionado ao *feedback* instantâneo, deve ser utilizado de forma convicta e objetiva, e pode ser aliado durante todo o percurso educacional. Biyan et al, (2017) e Sefan et al.(2018), citam como um importante aliado na EAD.

A luz dos estudos analisados, no quadro abaixo conseguimos visualizar os tipos de *feedback* predominantes a partir da quantidade de pesquisas em cada categoria.

Quadro 4. Categorias de *feedback* utilizados

Categorias	Autores	Quantitativo da categoria
Individual	Smith et al., (2013) Sefan et al., (2018)	02 estudos
Grupo	Velan, et al. (2008) Holdsworth, Skinner, Delany, (2016) Liu et al. (2016) Shofler, Bosnia, Harkless, (2018) Sox et al., (2018) Claramita et al. (2009) Cowart, Updike, (2020) Winkel et al., (2020) Rehmani, Syead (2020) Singht et al. (2020)	10 estudos
Contínuo	Liu et al., (2016)	01 estudo

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

O tipo de ferramenta utilizada também influi na obtenção do *feedback*, pois cada uma é adaptada para adquirir os resultados de uma forma específica. Como exemplo disso temos as ferramentas para questionários como o Google Forms, que obtém respostas claras e fechadas (como por exemplo: sim ou não, múltipla escolha ou respostas curtas). Contrário às

apresentadas anteriormente, existem também as que suportam respostas abertas e comentadas verbalmente, como o Google Meet (SCHIMIGUEL.; FERNANDES; OKANO, 2020).

Quanto às ferramentas utilizadas nos estudos avaliados utilizaram-se apenas as que proporcionam respostas online, foram elas:

Quadro 5. Ferramentas de *feedback* online.

Ferramenta	Descrição
Plataforma Moodle (Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA)	Plataforma de aprendizagem a distância baseada em software livre.
Google Meet	Plataforma de comunicação, desenvolvida pela empresa Google para realização de reuniões de vídeo com até 250 pessoas, conforme a licença adotada.
Google Forms	Aplicativo de gerenciamento de pesquisas e coleta de informações onde podem ser utilizados questionários e formulários para o registro dessas informações.
Google Classroom	Serviço gratuito desenvolvido especialmente para professores e alunos, permitindo um armazenamento em nuvem Google Drive, a fim de facilitar a relação entre os estudantes, professores e possibilitar a execução dos deveres de casa.

Kahoot	Plataforma de aprendizado, que permite a criação de atividades educativas e gamificadas para a dinamização de exercícios de múltipla escolha, que pode ser acessado por meio de um navegador de internet ou por aplicativo de celular.
EQClinic	Plataforma de e-learning que permite estudantes de medicina terem teleconsultas gravadas

Fonte: Adaptado de Spalding *et al.*, (2020).

4.2 IMPORTÂNCIA DO *FEEDBACK* PARA ALCANÇAR OS OBJETIVOS EDUCACIONAIS

Possuir consciência do aprendizado ou não é primordial no processo de aprendizagem, tendo em vista que poderemos reconhecer e potencializar práticas que facilitem o desempenho bem como identificar fragilidades que estejam prejudicando o ensino (SEFAN *et al.*, 2018). Grande parte dos estudos analisados apresentaram como ferramenta para o *feedback* apenas a expressão "avaliação on-line", o que representa uma limitação quanto à descrição de quais critérios foram adotados para o processo de avaliação da aprendizagem.

Em acordo com o apresentado por Liu *et al.* (2016), que realizaram testes pré e pós intervenção, foi possível obter uma avaliação positiva quanto ao aprendizado durante a aula ou módulo. Os autores ressaltaram a importância desse tipo de avaliação pois já traçam, mesmo que de forma subjetiva, o delineamento do assunto que será abordado.

A partir do momento que recebemos o *feedback* e sabemos como utilizá-lo eficientemente, podemos contribuir para o desenvolvimento pessoal do aluno, assim como também para o desenvolvimento de um plano educacional que esteja direcionado para as necessidades e singularidades de cada indivíduo, se configurando em um instrumento de extrema relevância (REHMANL; SYEDA, 2020).



4.3 LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES PARA REALIZAÇÃO DO *FEEDBACK*

O *feedback* na educação a distância é essencial, todavia existem limitações que por diversas vezes culminam na gestão equivocada do instrumento. Cowart; Updike (2020) e Smith et al.(2013) suscitam a dificuldade do discente de que ele próprio saiba se está seguindo no caminho correto do raciocínio, e no caso dos docentes, se a mensagem transmitida está sendo entendida. Junto a esse ponto, acrescenta-se a insegurança que o discente pode sentir em explanar mesmo que de forma online as suas dificuldades em determinado assunto, enviando um *feedback* não fidedigno.

O estudo de Winkel et al. (2020) demonstra a inquietação pelo que Beurlen, Coelho, Kenski (2006) denominam de *feedback* desmotivacional, e que o mesmo deve ser evitado. E ainda, Rehmanl e Syeda (2020) pontuam como um fator importante o excesso de direcionamento, pois ao mostrar todas as respostas a determinado questionamento, acaba-se, na verdade, tirando o interesse do aluno pelo conteúdo. Entretanto, é unânime entre os autores o resultado positivo da avaliação formativa, com o objetivo de acompanhar o aluno no desenvolvimento da aprendizagem quando o *feedback* é desenvolvido adequadamente.

É importante ressaltar que o ensino remoto causado pelo contexto de pandemia vivenciado em 2020, favoreceu a inserção de novas metodologias de ensino e uso de novos recursos e estratégias didáticas. O *feedback* é uma dessas ferramentas e, mesmo com a dificuldade de aprender a utilizá-lo na prática de forma correta para trazer resultados positivos, têm sido uma das melhores maneiras para tornar o aprendizado efetivo mesmo a distância (WINKEL et al, 2020).

5 CONCLUSÃO

O presente estudo observou que o processo de obtenção dos *feedbacks* por parte dos alunos é possível de diversas maneiras, esse fato se deve às várias ferramentas que permitem com que essa etapa do processo de ensino aconteça de maneira prática e objetiva. Salienta-se que esses instrumentos possuem um extremo significado por possibilitar que o discente e o



docente tenham acesso aos resultados desses feedbacks para utilizá-los como parâmetros para o processo educacional e que com isso seja possível mensurar o nível de aprendizado.

REFERÊNCIAS

CLARKE Jillian .L., BOUD David. Refocusing portfolio assessment: Curating for feedback and portrayal. *Innovations in Education and Teaching International*, [s.l.], 2016; 55 (4): 479-486

HUNUKUMBURE, A. D.; DAS, S.; SMITH, S. F. Holistic feedback approach with video and peer discussion under teacher supervision. *BMC medical education*, v. 17, n. 1, pp. 179- 184, 2017.

MENDES, Artur Oliveira; VIVEIROS, Luara Brandão. O uso do Miniex como ferramenta de feedback continuado para residente de medicina de família e comunidade em estágio na atenção primária à saúde. *Revista Brasileira De Medicina De Família E Comunidade*, v. 13, n. 40, p. 1-9, 2018.

MOREIRA, José António Marques; HENRIQUES, Susana; BARROS, Daniela. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. *Dialogia*, São Paulo, n. 34, p. 351-364, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/Dialogia.N34.17123>.

REHMAN, Rehana, SYEDA S. Fatima. An innovation in Flipped Class Room: A teaching model to facilitate synchronous and asynchronous learning during a pandemic. *Paquistão Journal of Medical Sciences* , 37 (1). <https://doi.org/10.12669/pjms.37.1.3096>

PASSOS, M. L. S. Feedback como Parte Integrante da Avaliação Formativa em um Curso de Pós-graduação a Distância: Concepções da Equipe Multidisciplinar. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, V19 ,n.1.2020. doi:<http://dx.doi.org/10.17143/rbaad.v19i1.351>

PEIXOTO, Marisa Costa et al. Avaliação do feedback como ferramenta de ensino e aprendizagem em um curso de Medicina. 2019.

SANTOS, Cremilde Mendes; KROEFF, Renata Fischer da Silveira. A contribuição do feedback no processo de avaliação formativa. 2018.

SANTOS JUNIOR, Verissimo Barros dos ; MONTEIRO, Jean Carlos da Silva. Educação e covid-19: as tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia. *Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade*, v. 2, p. 01-15, 2020.



SMITH, Paula JW et al . O ensino à distância melhora o desempenho do profissional Marcos nos primeiros anos do treinamento cirúrgico. *Anais de Cirurgia*, V. 258, n 5, 2013.

SCHIMIGUEL, J.; ELOY FERNANDES, M.; TSUGUIO OKANO, M. Investigating Remote and Live Lessons through Collaborative Tools during Covid-19 Quarantine: Experience Report. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 9, p. e654997387, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.7387. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7387>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SILVA, J. B. *et al.* Tecnologias digitais e metodologias ativas na escola: o contributo do Kahoot para gamificar a sala de aula. *Revista Thema*, 2018, Volume 15, Nº2. DOI: <http://dx.doi.org/10.15536/thema.15.2018.780-791.838>

ZIMMERMANN, Marlene Harger; SILVEIRA, Rosemari Foggiatto Monteiro; GOMES, Ricardo Zanetti. Formação continuada no ensino de ciência da saúde: avaliação de habilidades e feedback efetivo. **Ensino & Pesquisa**, v. 14, n. 02, 2016.

WINKEL, J. David, BRANTNER, Philipp, LUTZ, Jonas, KORKUT, Safak, LINXEN, Sebastian, HEYE, Tobias J. Gamification of Electronic Learning in Radiology Education to Improve Diagnostic Confidence and Reduce Error Rates. *Medical Physics and Informatics*, v. 214, March 2020 doi.org/10.2214/AJR.19.22087

SEFAN P. Minder, Weibel David, WISSMATH Bartholomäus, SCHMITZ , M. Felix. Do students achieve the desired learning goals using open-book formative assessments? *International Journal of Medical Education*. 2018;9: 293-301 DOI: 10.5116/ijme.5bc6.fead

HOLDSWORTH B. Clare, SKINNER H. Elizabeth H, DELANY M. Clare. Using simulation pedagogy to teach clinical education skills: A randomized trial. *Physiotherapy Theory and Practice*, 2016 32:4, 284-295. DOI: 10.3109/09593985.2016.1139645

COWART, Kevin, UPDIKE H. Wendy. Pharmacy student perception of a remote hypertension and drug information simulation-based learning experience in response to the SARS-CoV-2 pandemic. *J. Am Coll Clin Pharm*. 2021;4:53–59. DOI: 10.1002/jac5.1348

SOX, M. Colin, TENNEY-SOEIRO, Rebeca, LEWIN, O. Linda et al. Efficacy of a web-based oral case presentation instruction module: a multi-center randomized controlled trial. *Academic Pediatrics* V. 59(18) DOI: <https://doi.org/10.1016/j.acap.2017.12.010>

SMITH, J. W. Paula J. W., WIGMORE, J. Stephen, PAISLEY, Anna, et al. Distance learning improves attainment of professional milestones in the early years of surgical training. *Ann Surg* 2013;258:838–843. DOI: 10.1097/SLA.0000000000000211





FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

BIYANI, S. Carl, HANCHANAL victoria, RAJPA Samantha, et al. First urology simulation boot camp in the United Kingdom. African Journal of Urology. V. 23, p. 258-267 <https://doi.org/10.1016/j.afju.2017.03.002>

LIU, Chunfeng, LIM L. Renee, McCABE L. Kathryn et al. A web-based telehealth training platform incorporating automated nonverbal behavior feedback for teaching communication skills to medical students: a randomized crossover study. (J Med Internet Res 2016;18(9):e246) doi: 10.2196/jmir.6299



A INTERDISCIPLINARIDADE E SUA IMPORTÂNCIA NO EFETIVO EXERCÍCIO DA AÇÃO PEDAGÓGICA ESCOLAR

Jéfesson Medeiros de Melo¹

Ailton Siqueira de Sousa Fonseca²

RESUMO

Este artigo traça uma reflexão abordando a interdisciplinaridade no contexto educacional, tendo como objetivo discorrer sobre a importância da interdisciplinaridade no efetivo exercício da prática pedagógica na escola. Esse estudo foi realizado por meio de estudos bibliográficos de autores que versam acerca da interdisciplinaridade e da sua importância no contexto educacional, a exemplo de Edgar Morin (2000, 2005, 2006, 2011), Hilton Japiassú (1976, 1992), Ivani Fazenda (1991; 1995; 2006), Jayme Paviani (2008), Moacir Gadotti (2006), além de documentos oficiais que regem a legislação educacional escolar em nosso país. Ao final, é possível compreender a relevância do trabalho interdisciplinar no contexto da escola, buscando romper com o pensamento e as atitudes fragmentadas e melhor articular a prática do ensinar e do aprender. Além disso, essa concepção teórica auxilia fortemente os educadores e as escolas na necessidade de assumir uma nova postura no trabalho educacional, promovendo uma ressignificação em todos os aspectos que permeiam o ambiente de ensino-aprendizagem, sejam eles quanto aos currículos, às metodologias de ensino, aos conteúdos, às avaliações e à formação humana em geral.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade, complexidade, escola, educação.

ABSTRACT

¹ Mestre em Ciências Sociais e Humanas pelo PPGCISH/UERN. E-mail: jefessonmedeirosdemelo@hotmail.com

² Orientador. Professor Dr. do DCSP da UERN. E-mail: ailtonssfonseca@gmail.com



This article outlines a reflection addressing interdisciplinarity in the context of school education, aiming to discuss the importance of interdisciplinarity in the effective exercise of pedagogical practice at school. This study was carried out through bibliographic studies by authors who deal with interdisciplinarity and its importance in the educational context, such as Edgar Morin (2000, 2005, 2006, 2011), Hilton Japiassú (1976, 1992), Ivani Fazenda (1991; 1995; 2006), Jayme Paviani (2008), Moacir Gadotti (2006), as well as official documents governing school education legislation in our country. In the end, it is possible to understand the relevance of interdisciplinary work in the school context, seeking to break away from fragmented thinking and attitudes and better articulate the practice of teaching and learning. In addition, this theoretical conception strongly assists educators and schools in the need to assume a new posture in educational work, promoting a re-signification in all aspects that permeate the teaching-learning environment, whether in terms of curricula, teaching methodologies, contents, evaluations and human formation in general.

Keywords: Interdisciplinarity, complexity, school, education.

1 INTRODUÇÃO

No contexto da sociedade atual tem sido cada vez mais notório o quanto as mudanças e transformações oriundas dos avanços da ciência tem influenciado na vida dos indivíduos e na sociedade em geral. Dito isto, é importante salientar que a educação não está alheia a essas transformações. Ao contrário, isso exige maior atenção e esforços coletivos para que todos os agentes do campo educacional busquem cada vez mais conhecimento para atuar no contexto escolar com o intuito de melhor atender as demandas da escola do século XXI.

Neste sentido, não cabe mais na escola contemporânea uma prática de ensino pautada na simples reprodução do saber, cujos conteúdos, vistos apenas sob a ótica disciplinar, não possibilitam diálogos e interligações com as diversas outras áreas do conhecimento. E, como proposta de mudança nesse contexto, visando promover uma reintegração dos saberes separados por essa atitude disciplinar, surge a interdisciplinaridade, cujo objetivo é interligar, realinhar os conhecimentos. No âmbito da educação a interdisciplinaridade se desenvolve como



uma ideia que dá fundamento, que respeita as particularidades, muito embora esteja visando sua integração.

Isso aponta para a real importância e necessidade da interdisciplinaridade na produção e transmissão do conhecimento, o que vem sendo, ao longo dos anos, objeto de discussão por diversos autores que se detêm a estudar as teorias e perspectivas curriculares e pedagógicas em geral. O que se tem percebido nos escritos que abordam a temática da interdisciplinaridade é a existência de um consenso quanto à sua finalidade, que é a busca pela superação da ideia de fragmentação na produção e transmissão do conhecimento. Isso permite o surgimento de novas possibilidades que visam um processo de ensino-aprendizagem pautado na religação e na troca dialógica entre os campos do saber.

O autor Hilton Japiassú (1992), ao defender a interdisciplinaridade no processo educacional, aborda sobre os desafios e dificuldades existentes para sua organização e implantação, o que resulta, segundo o autor, como consequência de ignorâncias recíprocas entre os especialistas e por estes não compreenderem a real importância da prática interdisciplinar, extremamente necessária para a produção de novos conhecimentos. Para o autor, “ensinar-se um saber em processo de cancerização galopante [...], um saber especializado que, uma vez cortado das condições sócio-históricas de sua produção, constitui um fator de cegueira intelectual” (JAPIASSÚ, 1992, p.84).

Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é refletir sobre a real importância da interdisciplinaridade no efetivo exercício da prática pedagógica escolar. A abordagem se mostra necessária principalmente diante dos desafios educacionais impostos pelo contexto da sociedade atual, o que nos permite apontar o papel relevante da interdisciplinaridade como modelo para superar diversas necessidades emergentes atualmente no âmbito escolar.

A metodologia utilizada para esta escrita foi pautada em estudos bibliográficos de autores que se detêm a dialogar acerca da interdisciplinaridade e da sua importância no contexto educacional, a exemplo de Edgar Morin (2000, 2005, 2006, 20211), Hilton Japiassú (1976, 1992), Ivani Fazenda (1991; 1995; 2006), Jayme Paviani (2008), Moacir Gadotti (2006), além de documentos oficiais, a exemplo da legislação, que regem a educação escolar no Brasil.

A escrita está dividida em quatro seções, além desta introdução, que contextualizam inicialmente acerca da interdisciplinaridade e sua compreensão, posteriormente reflete sobre a



importância da prática interdisciplinar na escola, seguindo de um debate sobre os desafios e possibilidades de práticas interdisciplinares no contexto educacional e, por fim, apresentamos algumas considerações finais.

2 INTERDISCIPLINARIDADE: O QUE É?

Vivemos em um mundo marcado pelas divisões, as quais, historicamente, têm levado os indivíduos a refletir, pensar e agir na perspectiva de uma lógica disciplinar. Esta conduta se mostra como consequência da simplificação do entendimento humano, isto é, fragmentar, isolar e desconectar, principalmente no que se refere ao saber, vindo a influenciar também na organização e conduta das nossas atuações profissionais.

De acordo com Edgar Morin (2011), esse rompimento no elo entre os saberes ocasionou a fragmentação do conhecimento, separando a ciência da filosofia e possibilitando a criação de múltiplas repartições do saber. Essa “bifurcação do pensamento cognitivo” vem ocorrendo ao longo dos tempos no interior da nossa própria cultura. A compreensão deste fenômeno, no entanto, é o principal desafio inerente à complexidade, abordada amplamente pelo autor.

Em seu livro “A Religação dos Saberes”, Morin revela que a ideia de complexidade vem do termo “complexus”, significando tudo o que está “ligado e tecido junto”. A complexidade é movida por interações e retroações negativas ou positivas, como as interações entre as células de nosso corpo, interações essas que podem levar às desordens e fazer a complexidade reconhecer a parcela de incerteza no conhecimento (MORIN, 2000).

Para Morin:

... a complexidade é um tecido (complexus: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico (MORIN, 2011, p.13).

Sendo assim, o principal desafio do pensamento complexo abordado por Edgar Morin diz respeito ao processo de religação dos saberes e também das incertezas. Faz-se necessário, então, reunir o que está separado, compreender os problemas planetários como



multidimensionais e reformar o pensamento, concebendo a relação entre o todo e a parte (MORIN, 2005).

Nesse contexto de diálogo e religação de ideias, pensamentos e ações, damos ênfase à interdisciplinaridade. Esta surge no sentido de possibilitar a integração e o diálogo entre os diversos campos do conhecimento, buscando romper com a ideia de hiperespecialização e com a fragmentação dos saberes. Assim sendo, entendemos que somente a partir de um olhar interdisciplinar é que podemos compreender não apenas a totalidade das coisas, mas sim todas as partes formadoras. Ou seja, a interdisciplinaridade é o elo que permite a compreensão da relação entre o todo e suas partes.

Segundo Moacir Gadotti (2006) a interdisciplinaridade numa perspectiva teórico-metodológica surge na segunda metade do século XX a partir da necessidade de superar a fragmentação e a especialização do conhecimento observadas principalmente no contexto das ciências humanas e da educação. Essa fragmentação até então dominante, de acordo com o autor, era oriunda das tendências positivistas arraigadas no naturalismo, no empirismo e no mecanicismo científico do início da modernidade.

Para o sociólogo e filósofo Lucien Goldman (1979, p.03), “apenas o modo dialético de pensar, fundado na historicidade, poderia favorecer maior integração entre as ciências”. Sendo assim, a problemática da fragmentação do conhecimento foi resolvida em partes pelo materialismo histórico e dialético quando colocou a historicidade e as leis do movimento dialético da realidade como fundamentos para todas as ciências. A partir de então, a concepção de interdisciplinaridade vem sendo debatida em diversos contextos científicos e educacionais, promovendo assim um avanço cada vez mais forte que muito tem corroborado para seu desenvolvimento e efetivação.

De acordo com Jayme Paviani (2008) a interdisciplinaridade surge ainda a partir das transformações nas formas de produzir o conhecimento científico e na maneira de perceber a realidade. De igual modo, no âmbito educacional, sua origem está presente no desenvolvimento dos diversos aspectos político-administrativos do ensino, da pesquisa e nas diversas instituições de produção científica. No entanto, para o autor, entre os motivos principais estão a artificialidade, a rigidez e a falta de autonomia das disciplinas isoladas. Isto é o que tem



impossibilitado as mesmas de acompanharem as mudanças nos diversos processos pedagógicos nos últimos tempos bem como a produção de novos saberes educacionais.

Quanto à existência de uma definição conceitual específica para a interdisciplinaridade, é pertinente dizer que tudo se mostra estar ainda em processo de construção. O autor Héctor Leis (2005), ao discorrer sobre o conceito de interdisciplinaridade, afirma que “a tarefa de procurar definições finais para a interdisciplinaridade não seria algo propriamente interdisciplinar, senão disciplinar” (LEIS, 2005, p. 7). Desse modo, pode-se compreender que qualquer busca por uma definição conceitual deve ser rejeitada a priori, tendo em vista se tratar de uma proposta que gradativamente está sendo constituída e, ao formular previamente um conceito delimitado, estaremos limitando sua abrangência conceitual, o que significa incluí-la numa perspectiva disciplinar.

Para Hilton Japiassu (1976), a característica principal da interdisciplinaridade está em possibilitar trocas entre os especialistas e real integração entre as disciplinas que compõem um mesmo projeto, seja ele educacional, científico, metodológico, etc. A interdisciplinaridade visa então a recuperação da unidade humana pela passagem de uma subjetividade para uma intersubjetividade, o que permite a recuperação da ideia primeira de cultura, que é a formação do homem total, do papel da escola enquanto formadora do homem para atuar na sua realidade social e do papel do homem como agente capaz de transformar o mundo. Sendo assim, mais do que pontuar um conceito específico para a interdisciplinaridade, o que os autores buscam é encontrar seu sentido epistemológico e suas implicações sobre o processo do conhecimento.

Para que de fato ocorra a interdisciplinaridade não se trata de isolar as disciplinas, mas sim de torná-las comunicativas, dialógicas entre si, o que não significa dizer que suas individualidades também não sejam mantidas. De acordo com Ivani Fazenda (2006), o pensar interdisciplinar parte da premissa de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma racional. Tenta, pois, dialogar com outras formas de conhecimento, deixando-se interpenetrar por elas. Deste modo, por exemplo, aceita o conhecimento do senso comum como válido, permitindo compreender que é através do cotidiano que damos sentido a nossas vidas.

Partindo desse pressuposto, as reflexões teóricas até aqui apresentadas pelos vários autores vão evidenciando que a lógica e as práticas interdisciplinares não comprometem as especificidades disciplinares do conhecimento, sejam elas no contexto da educação ou



científico em geral. O que se propõe é uma revisão de pensamento que deve direcionar no sentido da promoção do diálogo, da troca e da integração entre os conceitos, as metodologias e as diversas áreas do saber.

2.1 A INTERDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

No âmbito educacional a interdisciplinaridade se mostra como uma alternativa de trabalho em sala de aula, no qual se propõe um tema específico, possibilitando abordagens em diferentes disciplinas. Isso permite entender as partes de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento se unindo a fim de transpor algo inovador, bem como resgatar possibilidades múltiplas e ultrapassar o pensar fragmentado. O intuito principal é a busca constante de investigação, na tentativa de superar e aperfeiçoar o saber.

Cada disciplina é formada por uma base epistemológica que lhe dá a devida importância no contexto da educação escolar. É possível compreender que a gama de competências disciplinares se ampliaram e se desenvolveram bastante ao longo dos últimos tempos. No entanto, isso tem relevado o quanto cada disciplina, isoladamente, se mostra ineficiente e insuficiente para explicar a complexidade da diversidade dos fenômenos da sociedade atual.

A interdisciplinaridade acontece de maneira natural se houver sensibilidade para o contexto. Entretanto, sua articulação e prática necessitam do trabalho didático de um ou mais professores, fato que, na maioria das vezes, se mostra como uma das principais resistências no exercício docente profissional. Em diversos casos, isto ocorre por falta de tempo, preparo ou até mesmo interesse por parte dos professores, vindo a ignorar a intervenção de outras disciplinas na realidade ou conteúdo que está trabalhando com os alunos.

A atitude interdisciplinar que possibilita o docente abordar os diversos temas pode ser uma indicação educativa do bom caminho de compreensão da realidade sem perder o necessário enfoque específico de sua disciplina. Como bem assinala Paulo Freire (1975, p.34) “a percepção parcializada da realidade rouba ao homem a possibilidade de uma ação autêntica sobre ela”. De igual modo, Morin afirma que:



[...] a hiperespecialização contribui fortemente para a perda da visão ou concepção de conjunto, pois os espíritos fechados em suas disciplinas não podem captar os vínculos de solidariedade que unem os conhecimentos. Um pensamento cego ao global não pode captar aquilo que une elementos separados. O fechamento disciplinar, associado à inserção da pesquisa científica nos limites tecnoburocráticos da sociedade, produz a irresponsabilidade em relação a tudo o que é exterior ao domínio especializado (MORIN, 2005, p.72-73).

Para Edgar Morin (2000), as disciplinas, como estão estruturadas, impedem a compreensão da complexidade da totalidade. Essa inadequação de como as disciplinas são trabalhadas, de saberes divididos e compartimentados, não está de acordo com a realidade que é global, pois as relações entre o todo e as partes impedem a contextualização dos saberes, que deveriam propiciar essencialmente o resgate da unidade complexa da natureza humana. Deste modo, a educação deve romper também com essas fragmentações para mostrar as correlações entre os saberes, a complexidade da vida e os problemas que hoje existem. Caso contrário, será sempre ineficiente e insuficiente para os cidadãos do futuro.

Os sistemas de ensino têm cada vez mais dividido e fragmentado os conhecimentos que precisam ser religados. Isso diz respeito tanto aos conhecimentos científicos como os mitológicos, artísticos, culturais, religiosos, éticos, etc. Nossa formação escolar, universitária e profissional transforma a todos em cegos políticos, assim como nos impede de assumir nossa necessária condição de cidadãos da Terra.

Para a educação do futuro, é necessário promover grande rememoração dos conhecimentos oriundos das ciências naturais, a fim de situar a condição humana no mundo, dos conhecimentos derivados das ciências humanas para colocar em evidência a multidimensionalidade e a complexidade humanas, bem como integrar (na educação do futuro) a contribuição inestimável das humanidades, não somente a filosofia e a história, mas também a literatura, a poesia, as artes (MORIN, 2006, p.48).

A interdisciplinaridade entre as disciplinas mostra que áreas divergentes na realidade se completam. Na prática, é a oportunidade de realizar um trabalho integrador, partindo de um contexto de pesquisa baseado em reflexões e discussões visando aproximar uma temática ou uma problemática específica ao contexto geral dos indivíduos, corroborando assim na ampliação da aprendizagem e conseqüente postura crítica face aos diversos campos do saber.

Se faz salutar afirmar que no âmbito da educação como um todo a interdisciplinaridade é de grande valia, pois revela ao educando a importância da ação conjunta entre as disciplinas



e a forma que elas visam estabelecer e proporcionar a aprendizagem sem que haja a fragmentação dos conhecimentos que cada uma possui. Ao contrário, ressalta a importância das diversas formas de aprendizagem e valorização de outros saberes para a construção do conhecimento, permitindo assim uma gama de resultados significativos para sua ampla formação educacional.

No que tange às bases teóricas da educação, temos nos Parâmetros Curriculares Nacionais posição também favorável à interdisciplinaridade, atribuindo a ela importância singular, inclusive embasadas por concepções defendidas por Jean Piaget:

Essa integração entre as disciplinas para buscar compreender, prever e transformar a realidade aproxima-se daquilo que Piaget chama de estruturas subjacentes. O autor destaca um aspecto importante nesse caso: a compreensão dessas estruturas subjacentes não dispensa o conhecimento especializado, ao contrário. Somente o domínio de uma dada área permite superar o conhecimento meramente descritivo para captar suas conexões com outras áreas do saber na busca de explicações (BRASIL, 2000, p.76).

O educador Paulo Freire (1996) também possui grande destaque ao buscar dar ênfase à importância do trabalho escolar numa perspectiva interdisciplinar. Para ele, é evidente a importância da interdisciplinaridade na produção do novo, no alargamento de horizontes visíveis na ótica de apenas uma disciplina. Aprendemos com ele que esta inovação ocorre quando, abertos à produção de novos conhecimentos ainda não existentes, efetiva-se diálogos que revelam novos indicadores, novas experiências vividas no cotidiano da sala de aula, novos aspectos retidos na memória, entre outras perspectivas. Paulo Freire ainda nos ensina que, “ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se dispõe a ser ultrapassado por outro amanhã” (FREIRE, 1996, p. 31).

Tendo por base essa noção, fica ainda mais evidente a forte relevância da prática interdisciplinar na produção de novos conhecimentos, práticas e habilidades. Para que o novo ocorra se faz necessário, portanto, a produção de conhecimentos ainda não existentes, de vivências também inovadoras em sala de aula, assim como se faz imprescindível uma abertura a diálogos efetivos. Como bem afirma Paulo Freire:

Viver a abertura respeitosa aos outros e, de quando em vez, de acordo com o momento, tomar a própria prática de abertura ao outro como objeto de reflexão



crítica deveria fazer parte da aventura docente. A razão ética da abertura, seu fundamento político, sua referência pedagógica; a boniteza que há nela como viabilidade ao diálogo (FREIRE, 1996, p.153).

Neste mesmo sentido, temos também em Jayme Paviani (2008) um pensamento voltado à relevância da prática interdisciplinar. Para o autor, que é também professor e pesquisador da temática, ao assumir uma postura interdisciplinar o educador se coloca realmente em busca do “novo”. Ao contrário disso, a interdisciplinaridade não passa de mais um mero arranjo didático, ou tendência da moda. Segundo o autor, especialmente nos dias atuais, a interdisciplinaridade se mostra condição básica essencial para uma formação mais adequada e, conseqüentemente, para o bom exercício de novas profissões. Portanto, a interdisciplinaridade é uma estratégia, um meio na mediação entre a unidade e multiplicidade para a produção do novo (PAVIANI, 2008).

Ainda segundo Paviani (2008), a interdisciplinaridade surge com o intuito de articular teoria e prática, o que contribui para superar a distância existente entre um conhecimento e outro e desses com a realidade. O autor reforça a necessidade de se buscar superar a fragmentação entre os conteúdos, rompendo assim, também, o modelo tecnicista e cartesiano ainda tão presente nos projetos pedagógicos escolares.

Para Ivani Fazenda, escritora e renomada estudiosa do tema, a interdisciplinaridade se constitui em um contínuo e interminável processo de elaboração do conhecimento, orientada por uma atitude crítica e aberta à realidade, com o objetivo de apreendê-la, visando muito menos a possibilidade de descrevê-la e muito mais à necessidade de vivê-la plenamente (FAZENDA, 1995). Isso justifica, também, a importância da adoção da prática interdisciplinar como algo positivo tanto para a escola, enquanto instituição formadora, quanto ao aluno e os demais sujeitos envolvidos no processo cotidiano da realidade escolar.

De igual modo, Boaventura de Sousa Santos (2004) chama a atenção para a necessidade de se compreender o cotidiano escolar como um espaço social, suscitando, dentre outros aspectos, a necessidade de um esforço de identificar as ausências, potencializar as emergências e promover o diálogo recíproco entre os saberes. Ou seja, reforça a importância dos professores dominarem esses saberes ditos emergentes. Dessa forma, se faz possível um fazer pedagógico reconhecendo o senso comum e o conhecimento científico como saberes e fazeres legítimos e



credíveis, buscando igualar e democratizar as relações de poder que se fazem presentes no cotidiano escolar.

Nesse sentido, Morin (2006) explica que a sala de aula necessita vislumbrar-se como um local em que a aprendizagem venha a ocorrer por meio da argumentação, da compreensão do pensamento um do outro, visando a um aprendizado democrático. Com base nessas afirmações, o autor menciona que: “[...] a educação do futuro deverá ensinar a ética da compreensão planetária [...] assumimos nosso papel de educadores, que vai muito além do desenvolvimento do nosso conteúdo, fragmentado e na maioria das vezes, desconectado da realidade.” (MORIN, 2011, p. 193), por isso a necessidade de um trabalho centrado nas práticas coletivas, em detrimento das individuais.

A aposta em atividades interdisciplinares vem cada vez mais adquirindo importância no contexto escolar, particularmente quando se trata de iniciativas que possibilitam a abordagem integrada das diferentes áreas do conhecimento. Neste sentido, é essencial proporcionar a integração dos conhecimentos e competências dos educadores e educandos, principalmente no que diz respeito a temáticas e conteúdos que muitas vezes passam despercebidas no âmbito dos currículos educacionais.

2.2 DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR

O processo de ensino-aprendizagem é desafiador. Ao refletirmos sobre ele, nos deparamos com diversos fatores que dizem respeito às dificuldades, limitações e superações que perpassam o processo de formação humana. As instituições escolares, por sua vez, são percebidas como locais onde se faz possível, aos professores e aos alunos, pensar, participar, se envolver, aprender e mediar novos conhecimentos através deste processo. Deste modo, a escola pode ser compreendida como um espaço importante e propício à mediação e transição na vida dos indivíduos, entre as diversas maneiras dos seres humanos se relacionarem com o mundo, seja ele individual, seja coletivo, entre o velho e o novo, entre o passado e o presente.

Um dos principais desafios para a efetiva implantação da interdisciplinaridade na escola é a instauração do diálogo, principalmente entre os agentes educacionais. Portanto, é essencial reafirmar a importância do diálogo, sendo este a condição única possível de eliminar as



barreiras existentes entre as disciplinas, que só dialogam quando as pessoas se dispõem também a isto. Com o intuito que a interdisciplinaridade devidamente aconteça na escola é imprescindível a superação de obstáculos que perneiam os aspectos epistemológicos, metodológicos, quanto à formação e, necessariamente, à abertura de interação com o outro.

Se faz pertinente refletir essas relações estabelecidas entre os indivíduos, no qual Bauman e May (2010) colaboram apontando as condições em que os indivíduos se tornam sujeitos de estudo numa perspectiva sociológica. Para esses autores os “atores individuais tornam-se objeto das observações de estudos sociológicos à medida que são considerados participantes de uma rede de interdependência” (BAUMAN; MAY, 2010, p. 17).

Sendo assim, no contexto das inter-relações entre os indivíduos, os autores apontam para a necessidade de olhar para o fenômeno em estudo com desfamiliaridade, quando for familiar e com alteridade quando estranho ao pesquisador. Deve-se atentar também para o contexto da realidade social a qual estão inseridos, buscando compreender os fenômenos como interligados em uma rede de interdependência, o que se faz necessário um realinhamento nas formas de pensar, analisar e interpretar as relações estudadas. Portanto:

Pensar sociologicamente pode nos tornar mais sensíveis e tolerantes em relação à diversidade, daí decorrendo sentidos afiados e olhos abertos para novos horizontes além das experiências imediatas, a fim de que possamos explorar condições humanas até então relativamente invisíveis (BAUMAN; MAY, 2010, p.22-23).

Os projetos interdisciplinares se fazem cada vez mais importantes no contexto escolar, principalmente pela capacidade de propor uma interação dinâmica entre alunos e professores e uma relação mais ampla entre conteúdos e práticas educativas. Deste modo, trata-se de uma nova cultura do aprendizado, que deve tornar as instituições de ensino capazes e mais flexíveis em atender às diversas demandas da sociedade. Igualmente, permitem criar espaços para que professores e alunos tenham autonomia para desenvolver o processo de aprendizagem de forma cooperativa, aperfeiçoando a capacidade do trabalho em equipe e a habilidade de aprender a aprender.

Embora essas ações interdisciplinares não sejam recentes, sua efetiva realização exige cada vez mais dos professores um trabalho coletivo em que haja cooperação, desprendimento

de posições individualistas e respeito às capacidades individuais em contribuir com o trabalho coletivo.

É possível compreender que o exercício do pensar, propor e desenvolver trabalhos interdisciplinares não depende apenas da atitude do professor, mas pode e deve ser abordada também e principalmente partindo da coordenação pedagógica escolar. Esta ocupa papel decisivo não apenas nas questões burocráticas, mas também no planejamento das ações pedagógicas, compreendendo proposições, planejamento, formações, sistematização e apoio a qualquer trabalho e projeto escolar.

Pensando assim, as ideias de Paviani (2008) se tornam aqui evidentes ao reforçar a importância do papel da equipe diretiva da escola no intuito de incentivar o trabalho interdisciplinar entre o grupo de professores de sua instituição, proporcionando reuniões pedagógicas que visem à inserção de práticas inovadoras, adotando como ideal um ensino baseado na construção do conhecimento e assumindo a pesquisa como a base do ensino e da aprendizagem escolar.

Igualmente, Ivani Fazenda (1991), afirma que o projeto interdisciplinar surge, às vezes, de uma pessoa que já tem como ideal a interdisciplinaridade e, com isso, acaba por disseminar às outras do seu grupo. A interdisciplinaridade, então, tem como característica a ousadia, a pesquisa, o pensar, o propor e o construir. Segundo a autora, “[...] a solidão dessa insegurança individual que vinca o pensar interdisciplinar pode transmutar-se na troca, no diálogo, no aceitar o pensamento do outro” (FAZENDA, 1991, p. 18).

Apesar de desafiador, o trabalho numa perspectiva interdisciplinar e transversal para o diálogo entre práticas e saberes tem proporcionado aos professores outros aprendizados, novas descobertas e superações constantes, afetando numa melhor visão estratégica para planejamento, para o desenvolvimento de ações, pesquisas e outros projetos, assim como no despertar para outras formações.

Isso chama atenção para a necessidade do professor estar aberto às constantes mudanças educacionais e à superação de paradigmas existentes em sua prática docente com vistas ao melhor desenvolvimento não apenas seu, mas também do aluno e à construção do saber científico e educacional em geral.



O que se espera do trabalho interdisciplinar não é que um professor tenha conhecimento de conteúdos específicos, mas que realize um trabalho de integração entre as diversas áreas, pois a interdisciplinaridade pode ser entendida como uma “[...] abordagem teórico-metodológica com ênfase no trabalho de integração das diferentes áreas do conhecimento” (BRASIL, 2013, p. 184).

Dentre outras possíveis ações para um melhor cumprimento e efetivação interdisciplinaridade, é importante destacar a necessidade de qualificação e capacitação para os educadores. Isso vem de encontro ao que afirma Morin (2017): “É preciso educar os educadores”. Os professores precisam sair de suas disciplinas para dialogar com outros campos de conhecimento para que então se faça possível uma postura para a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013, p. 29): “a prática interdisciplinar é, portanto, uma abordagem que facilita o exercício da transversalidade, constituindo-se em caminhos facilitadores da integração do processo formativo dos estudantes [...]”. Nesse sentido, a interdisciplinaridade favorece o entendimento de situações complexas presentes na interface das disciplinas na medida em que possibilita compreender a abrangência de temas e recursos, permitindo assim o diálogo necessário para que os diversos conteúdos não sejam tratados de modo fragmentado.

A interdisciplinaridade necessita então ser cada vez mais exercida para ser interiorizada, sendo que parte desse processo irá residir na busca, no diálogo constante, na investigação da própria interdisciplinaridade do sujeito docente, de um modo também interdisciplinar. Afinal, como bem enfatiza Paulo Freire (1996, p. 25), “ensinar requer a disposição para o diálogo”. Além disso, propõe que a educação seja pautada também no respeito, na ética, na alegria, na esperança, na compreensão (FREIRE, 1996). Todos esses meios facilitam e possibilitam melhores relações no contexto da prática escolar, enquanto dimensão social da (e para) a formação humana.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS



As reflexões aqui traçadas possibilitam afirmar que a interdisciplinaridade se sustenta, tanto do ponto de vista epistemológico como pedagógico, por um conjunto de ideias formuladas e defendidas por diversos autores que, sobretudo, se dedicaram e se dedicam a analisar de forma crítica o modelo positivista das ciências e que, ao longo dos tempos, vem buscando promover uma concepção de totalidade e de relação dialógica entre os campos do saber.

Enquanto fenômeno gnosiológico e metodológico, a interdisciplinaridade tem contribuído para importantes transformações humanas, sejam elas nos modos de pensar, de agir, de sentir e de se relacionar. Gradativamente, tem possibilitado um resgate da realidade global, caracterizada pela interdependência e pela interatividade entre contextos e ideias. Essa postura assumida pelo pensamento interdisciplinar evidencia ainda mais a caracterização de nosso ciclo de existência, marcado por uma teia complexa na qual nós, os indivíduos, não existimos e nos relacionamos apenas por meio da razão, mas também por meio da intuição, das emoções dos sentimentos e dos desejos, o que deve ser reconhecido e evidenciado.

É por meio da interdisciplinaridade que se faz possível romper com o pensamento fragmentado, disciplinar, dicotomizado, hierárquico e cartesiano que por muito tempo marcou o mundo. Isso é o que permite a existência da inteireza e da complementariedade nas relações, nos diálogos, nas reflexões e, sobretudo, se fazendo importante também na articulação entre a prática aprender e do ensinar. Neste sentido, a atitude interdisciplinar se mostra como uma concepção teórica que fortemente auxilia os educadores e as escolas na necessidade de assumir uma nova postura no trabalho educacional, visando promover uma ressignificação em todos os aspectos que permeiam o ambiente de ensino-aprendizagem, sejam eles quanto aos currículos, às metodologias de ensino, aos conteúdos, às avaliações, dentre outros.

O trabalho numa perspectiva interdisciplinar é de fato complexo e desafiador. No entanto, se faz necessário que os educadores assumam uma postura de mudança de concepções, de pensamentos e de atitudes com o intuito de se abrirem para o diálogo a fim de conhecer e se articular, na prática, junto a outras áreas do saber escolar. Isso permite inúmeras reflexões, sobretudo sobre o importante papel do professor e sobre sua maneira de ensinar e o que ensinar, o que requer maior atenção e busca por uma contínua formação que atenda às necessidades do homem em complexidade total.



Muito embora considerada difícil para alguns, a interdisciplinaridade não é uma prática impossível de ser desenvolvida na educação. Deve-se ter em vista, além da busca pela recuperação da totalidade e da complexidade, os inúmeros benefícios que esta propiciará. Ou seja, ao ser praticada, a interdisciplinaridade permite com que os professores aprendam e ensinem de maneira interativa entre conteúdos, entre os colegas profissionais, os alunos, suas famílias e a comunidade escolar em geral.

Todos ganham com a interdisciplinaridade: o conhecimento, por se tornar viável a recuperação de sua totalidade; os professores por atentarem para a urgente necessidade de reavaliarem sua prática e sua interação com os demais agentes educacionais; os alunos por terem acesso a uma formação mais ampla que lhes possibilite uma compreensão alargada de vida e de mundo; e a escola com a oportunidade contínua de refletir e repensar sua proposta pedagógica enquanto instituição transformadora do ser humano e da realidade social.

Deste modo, a educação escolar estará se voltando para a construção de um conhecimento pertinente, que segundo Morin (2006) diz respeito à necessidade de relações, ligações e religações às suas partes e àquilo que envolve e entrecruza a informação. Não havendo um relacionamento entre saberes, o conhecimento não ganha um sentido existencial, perdendo o rumo e se neutralizando. Essa discussão possibilita então compreender a necessidade de uma formação ampla, complexa, para a condição humana. E, ao educar para a condição humana, estaremos educando também para o respeito, para a quebra de preconceitos, para o enfrentamento às incertezas, em favor do homem em sua essência de ser.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a Sociologia**. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio: bases legais**. Brasília: MEC, 2000.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículo e Educação Integral. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.





- FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: história e pesquisa**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.
- _____. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?**. São Paulo: Paulus, 2006.
- _____. (Org). **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. **Interdisciplinaridade: atitude e método**. São Paulo: Instituto Paulo Freire. Disponível em: www.paulofreire.org. Acesso em: 26 de janeiro de 2020.
- GOLDMAN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JAPIASSÚ, Hilton. **A atitude interdisciplinar no sistema de ensino**. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro: nº 108, p. 83-94, jan-mar. 1992.
- _____. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- LEIS, Héctor Ricardo. **Sobre o conceito de interdisciplinaridade**. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, n. 73, ago. 2005. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~disch/TextoCadernno73.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.
- MORIN, Edgar. **A religião dos saberes**. O desafio do século XXI, SP. Bertrand Brasil, 2000.
- _____. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- _____. **O Método 6: Ética**. Trad. Juremir M. da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- _____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 11. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2006.
- _____. **Edgar Morin: é preciso educar os educadores**. Entrevista concedida ao Portal Fronteiras do Pensamento, publicada em 02 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/entrevistas/entrevista-edgar-morin-e-preciso-educar-os-educadores>. Acesso em 05 de abril de 2020.
- PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade: conceitos e distinções**. 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2008.





SANTOS, B. de S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.



A LITERATURA CONTRA A HOMOGENEIZAÇÃO IDENTITÁRIA: uma análise sobre a invenção do nordestino

Fernanda Barboza de Carvalho Nery¹

RESUMO

Este artigo expõe uma reflexão acerca do processo de homogeneização identitária, frequentemente, imposto por grupos hegemônicos, em uma tentativa de promover a subalternização dos que lhes são diferentes. Nesse sentido, utilizam-se conceitos referentes à noção de alteridade e sua transposição na elaboração da ideia do que é ser nordestino no cerne da produção artística e midiática brasileira. Parte-se do pressuposto de que a literatura é um elemento essencial à elaboração identitária de um povo. Dito isso, propõe-se uma análise estruturada na letra de música *Conheço o meu lugar*, do compositor Belchior (1979) e, também, na publicação da capa, da Revista *Veja* (2021), intitulada *A Capital do Nordeste*, para que seja possível postular como as questões de representação podem auxiliar na compreensão da experiência vivida.

Palavras-chave: alteridade, nordeste, crítica literária.

ABSTRACT

This article presents a reflection on the process of identity homogenization, often imposed by hegemonic groups, in an attempt to promote the subordination of those who are different from them. In this sense, we use concepts related to the notion of alterity and its transposition in the elaboration of the meaning of being Northeastern in Brazilian artistic and media production. We assume that literature is an essential element in the elaboration of a people's identity. Thus, a structured reflection is proposed on the lyrics of the song *Conheço o meu lugar*, by the composer Belchior (1979). And also on the cover of *Veja Magazine* (2021), entitled *A Capital*

¹Doutoranda em Estudos Literários (UFMG). E-mail: fernandabcnery@gmail.com.



do Nordeste. On this line it will be possible to postulate how the representation issues can help in the understanding of the lived experience.

Keywords: alterity, northeast, literary criticism.

*Era inconcebível aos Tupis a arrogância dos povos eleitos,
e a compulsão de reduzir o outro à própria imagem*
Viveiros de Castro

1 INTRODUÇÃO

A epígrafe que dá início a esse texto trata de uma reflexão proposta por Viveiros de Castro (1992, p. 32), ao longo de *O mármore a murta*, sobre a rejeição dos Tupis ao pensamento autoritário imposto pelos europeus.

Para os primeiros [os indígenas], não se tratava de impor maniacamente sua identidade sobre o outro, ou recusá-lo em nome da própria excelência étnica; mas sim de, estabelecendo uma relação com ele, transformar a própria identidade: a inconstância da alma selvagem, em seu momento de abertura, é a expressão de um modo de ser [...]. (VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p. 32).

Na construção de Viveiros de Castro (1992), os indígenas antagonizavam, em termos ideológicos, os europeus, por promoverem a recusa de uma hierarquização identitária, que esmaga a diversidade da existência. Através dessa atitude, encorpada, também, na tolerância, os indígenas elaboravam princípios primordiais para a construção de uma sociedade democrática, demonstrados no reconhecimento de que a constituição da diferença rege, imperativamente, a humanidade.

Em contrapartida, ao observar o mundo apenas através de espelhos, os europeus reivindicavam-se enquanto norma vigente, na relação apresentada, e exigiam uma espécie de replicação permanente da própria identidade que, no delírio de sua superioridade, configurariam o modo, por excelência, de habitar o mundo.

Inspirado *na compulsão de reduzir o outro à própria imagem*, comum aos grupos hegemônicos, e nas suas proposições de subalternização do que lhes são diferentes, este artigo apresenta uma reflexão acerca da elaboração do conceito sobre o povo nordestino, e de sua realização midiática e artística. Parte-se do entendimento que essa proposição é uma chave para



compreender os mecanismos da redução identitária, persistentes em nosso tempo, por restringir toda uma população a características que proporcionam a sua homogeneização.

A partir da inexecutabilidade da literatura escapar ao contexto histórico, por sua particularidade de absorver a realidade e, ao mesmo tempo, a ela reagir, propõe-se uma análise estruturada na letra de música *Conheço o meu lugar*, do compositor Belchior (1979) e na publicação da capa, da Revista Veja, intitulada *A Capital do Nordeste*. Para que seja possível a construção de pensamentos que ensejem uma conceituação artística democrática, e priorizem, nesse sentido, a diversidade humana.

2 DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

2.1 INFINDÁVEIS FORMAS DE HABITAR O MUNDO

O princípio de compreensão da condição humana perpassa, inevitavelmente, pelo reconhecimento de nossas diferenças. Esse reconhecimento apresenta-se, entretanto, muitas vezes, como uma espécie de ameaça à individualidade. Dito isso, haveria alguma possibilidade de imaginar o mundo sem o preceito de alteridade?

Ao pensar em um mundo composto sem o Outro, Gilles Deleuze (1985) circunscreve o inevitável vazio dessa existência imaginada. As possibilidades de vida sonhada, de mundos melhores, ou piores, da diversidade imaginativa, intelectual, social, extinguem-se.

O Outro compõe a nossa capacidade de vislumbrar mundos que não apreendemos, que desconhecemos e que, talvez, nunca chegaremos a conhecer. A sua extinção implica, impreterivelmente, a morte do sonho, da imaginação. O mundo, desse modo, torna-se esvaziado e putrefato.

O que ocorre quando falta outrem na estrutura do mundo? Só reina a brutal oposição do sol e da terra, de uma luz insustentável e de um abismo obscuro: “a lei sumária de tudo ou nada”. [...] Mundo cru e negro, sem potencialidades nem virtualidades: é a categoria do possível que se desmoronou. [...] Não há mais transições; acabou-se a doçura das contiguidades e das semelhanças que nos permitiam habitar o mundo. Mais nada subsiste além das profundidades infranqueáveis, das distâncias e das diferenças absolutas ou então, ao contrário, de insuportáveis repetições, assim como extensões exatamente superpostas. [...] Quando apreendo, por minha vez e por conta própria, a



realidade do que outrem exprimia, não faço nada mais do que explicar outrem, desenvolver e realizar o mundo possível correspondente. [...] Outrem é a existência do possível envolvido. A linguagem é a realidade do possível enquanto tal. (DELEUZE, 1985, p. 231-232).

A linguagem estabelece-se, segundo Deleuze (1985), de forma imperiosa, na relação da construção do mundo humano, por permitir que a concepção do Outro seja elaborada. O extermínio do Outro promove o fim das diferenças absolutas, mas também, o fim das insuportáveis repetições.

Demonstra-se, por conseguinte, a impossibilidade de concepção do mundo concernente ao delírio autoritário, transposto através dos insuportáveis espelhos identitários, fabricados para promover a conformidade visual e, por consequência, estática e uniforme de nossa existência.

Toni Morrison, em 1993, ao conquistar o Prêmio Nobel de Literatura², classificou a linguagem, durante o seu discurso, como modo, por excelência, de produção da significação de nossa existência: “Nós morremos. Esse talvez seja o sentido da vida. Mas nós fazemos linguagem. Essa talvez seja a medida de nossas vidas” (MORRISON, 1993, p. 1).

A medida, da qual Morrison (1993) falava está inscrita na força opressora e libertadora da linguagem através da representação: “a linguagem opressiva faz mais do que representar violência; é violência; faz mais do que representar os limites do conhecimento; limita o conhecimento” (MORRISON, 1993, p. 1).

Para pensar, então, as infindáveis formas de habitar o mundo, é imprescindível entender que elas se compõem, primeiramente, a partir da linguagem, que, por vezes, pode significar a marginalização da diferença, concernente, também, as suas limitações representativas.

Como um antídoto ao pensamento que cerceia a diferença, a crítica literária deve perseguir a possibilidade de polifonia, no mundo artístico, a fim de traduzir a riqueza da pluralidade identitária do mundo.

Mas, quem reivindica a heterogeneidade identitária? Quem se estabelece no lado oposto da hegemonia? Quem habita esse local de *diferença*? Quem recusa as *insuportáveis repetições* em termos identitários?

²A relevância do discurso de Toni Morrison concerne, também, ao símbolo do Prêmio Nobel de Literatura do ano de 1993, visto que a escritora americana se tornou a primeira mulher negra a receber tal honraria.



2.2 ENFIM, O OUTRO

Muitas vezes a elaboração literária beneficia a manutenção do *status quo* da sociedade através do espelhamento de mecanismos de exclusão, provenientes de uma estrutura hierárquica que circunda a nossa experiência. Isso acontece porque a literatura, enquanto uma linguagem cultural, está vinculada a valores hegemônicos, erigidos por grupos que projetam, fora da literatura, uma dominação social.

Em *Humanismo e Crítica Democrática*, Edward Said (2007) afirma que a representação pode auxiliar na recuperação e na contestação da soberania intelectual e social. A crítica literária, desse modo, através dos questionamentos sobre a continuidade da hegemonia de poucos grupos, também, no âmbito literário, pode contribuir para a construção de uma liberdade democrática, concernente à audição da heterogeneidade das vozes que não transitam no centro.

Nesse sentido, o ato literário pode proporcionar, também, o questionamento acerca dos preceitos representativos, vinculados a imagens restritivas, que circundam tais grupos, a fim de promover a revisitação de leituras críticas que indiquem a inviolabilidade dos povos que, progressivamente, foram posicionados à margem, seja no âmbito literário, seja no âmbito social.

Ao submergir nas características políticas e conjecturar sobre a marginalidade de algumas identidades, no ato literário, faz-se necessário pensar sobre a construção do imaginário desse Outro, que interpela a sociedade, ao demonstrar a sua diferença e, ao mesmo tempo, a compõe.

Como antagonista à hegemonia, o Outro se constitui em uma condição essencial de perturbação da ordem normativa ao subverter os pressupostos do que é o comum. E provoca o sentimento de pavor, devido à mudança que, sorrateiramente, ele propõe. O que provoca a urgência da imposição da negação do seu acesso ao centro discursivo-social para que a sua *ameaça* seja, enfim, estabilizada.

Mas, além do pavor, há outra forma de repressão do Outro. Em *A origem dos outros*, Toni Morrison (2019) tece uma sensível reflexão acerca da imagem que, frequentemente, construímos sobre o Outro. Em uma fabricação de vias paradoxais, o Outro é construído pelo



nosso imaginário sob a égide da repulsão, que provoca um pavor em excesso sobre o desconhecido.

Em contrapartida, através de certa romantização, que não se estabelece por uma forma negativa, como o pavor, mas a partir de uma construção idealizada do Outro, para que, desse modo, seja possível à ordem vigente, através de um processo de homogeneização e, por conseguinte, redução identitária, governá-los.

Tais construções míticas relacionadas a acepções negativas ou, enganosamente positivas, circundam o nosso imaginário e projetam a negação da individualidade de cada vivência.

Existem apenas versões de nós mesmos; muitas delas nós não abraçamos, e da maioria desejamos nos proteger. Pois o estrangeiro não é o desconhecido, e sim aleatório; Não é alienígena, e sim lembrado; E é o caráter aleatório do encontro com nossos eus já conhecidos, ainda que não admitidos, que causa um sinal de alarme. Que nos faz rejeitar a figura e a emoção que ela provoca, principalmente quando essas emoções são profundas. É também o que nos faz querer possuir, governar e administrar o Outro. Romantizá-los, se pudermos, e assim trazê-lo de volta para dentro de nossos próprios espelhos. Em qualquer dos casos (seja no alarme, seja na falsa reverência), nós lhe negamos a realidade como pessoa, a individualidade específica que insistimos manter para nós mesmos. Em qualquer dos casos (seja no alarme, seja na falsa reverência), nós lhe negamos a realidade como pessoa, a individualidade específica que insistimos manter para nós mesmos. (MORRISON, 2019, p. 64-65).

Em muitos sentidos, a representação, inscrita na literatura, funciona, como um espelho de todas essas características, através de sua força opressora, e, também, libertadora no que tange à manutenção, construção e destruição de identidades e memórias.

O pavor e a falsa exaltação transmutam-se em mecanismos de redução identitária, sufocando, assim, a elaboração de identidades, a construção de suas diferenças, e, acima de tudo, a afirmação de suas próprias existências.

Dito isso, ao conceber que a elaboração do Outro é imposta através de características normativas, que regem a sociedade, importa, em termos exemplificativos, perceber as suas manifestações na contemporaneidade brasileira. Isso é necessário para que seja possível construir um pensamento que indique fendas que promovam uma reação diante da clausura existente na produção subjetiva dos povos oprimidos.

2.3 A INVENÇÃO DO NORDESTE



Um forte exemplo da imposição da clausura subjetiva ao Outro diz respeito à construção da imagem nordestina. As intervenções midiáticas estabelecem que o povo dessa região se constitui uma espécie de estrangeiro, atípico, indesejável, promovendo o distanciamento da *singularidade* brasileira e postulando uma afronta a imagem de unidade do país.

Ao longo do artigo *Nordeste: imagem real ou fabricada?* Flávio José Rocha da Silva (2018) constrói um argumento sobre a elaboração imaginária do povo nordestino como forma de justificar preconceitos e, acima de tudo, perpetuar a desigualdade econômica desta região.

Segundo o autor, a invenção do Nordeste enquanto região que, permanentemente, necessita de intervenção estatal, contribui para o enriquecimento da elite local, em detrimento ao sufocamento econômico dos menos favorecidos.

Ademais, a imagem de subalternização serve para a transformação dessa região em uma espécie de “canteiro de obras” nacional, cujo jogo político e econômico, enseja o “desenvolvimento”, que, na verdade, pretende sustentar a manutenção da exploração da região.

Como lidar com a imagem de uma região quando ela se torna estática para o resto do país e pode colocar os seus habitantes em desvantagens com relação aos demais das outras regiões? E se esta imagem é utilizada para justificar não somente preconceitos, mas também para proporcionar a perpetuação da desigualdade socioeconômica do seu povo? [...] É com base nesta imagem, que até parece imutável desde o início do século passado, que o NE continua sendo campo fértil para a implantação de projetos que resultarão sempre no aproveitamento político e econômico de um pequeno grupo em nome da “salvação” de seus habitantes. (SILVA, 2018, p. 575-595).

A ideia do nordestino pobre, enfraquecido, esmagado pela seca e místico, estabelece-se, sobretudo, no século XX. A literatura colaborou para a construção da referida imagem, sendo possível elencar inúmeros exemplos literários nesse contexto, como a conhecida Geração de 30.

A dimensão da política da literatura não permite ignorar que a unidade representativa sobre o que é ser nordestino servia, nessa época, (e ainda serve) para a manutenção, mesmo que subjetiva, de um *status* flagelado da região. Nesse sentido, em *O fim do Nordeste e outros mitos*, Michel Zaidan Filho (2001) argumenta: “A criação literária nordestina de 1930, sobretudo o romance, só se elucida em termos histórico-políticos se for analisada à luz do projeto ideológico



que lhe é subjacente: o de criar e difundir o conceito de uma região – o Nordeste” (ZAIDAN FILHO, 2001, p. 17)³.

A elaboração do conceito sobre o Nordeste advém da homogeneização de sua identidade, estabelecida na redução de toda a vivência de um povo a características essencialmente negativas.

Como lembra Toni Morrison (2019), essa redução não pressupõe, exclusivamente, características negativas e pode, também, ser realizada, por outra via, através de características de romantização.

2.4 SÃO PAULO, A CAPITAL DO NORDESTE

O século XXI trouxe uma nova concepção no que tange ao conceito do que é o Nordeste, contrariando, superficialmente, os valores hegemônicos conhecidos sobre essa região brasileira.

A imagem de atraso e de subalternidade do povo nordestino, frequentemente estampadas nos jornais, e, igualmente, na literatura, passa a ser substituída por sua idealização.

A Revista *Veja* publicou, em janeiro de 2021, uma capa intitulada *A nova capital do Nordeste*, referindo-se, infelizmente, de forma natural, à cidade de São Paulo, e dando um forte exemplo da romantização do Outro.

A romantização do Outro, exposta nesse exemplo, diz respeito à falsa reverência que intenciona, a partir de mecanismos subjetivos, à negação da realidade do diferente, nesse caso, do nordestino, que além de generalizado (afinal, Nordeste é uma região, não um estado),

³ Outro exemplo da construção da imagem nordestina, perpassando, agora, sob a ótica sudestina, diz respeito ao teatro de Augusto Boal: “Alguns artistas do Sudeste também reforçaram uma imagem sobre o NE e os nordestinos. No campo do teatro político, a peça *Arena conta Zumbi*, dirigida por Augusto Boal, em 1965, e considerada um divisor de águas no teatro brasileiro, trouxe a temática da resistência à escravidão por parte de alguns afrodescendentes escravizados na então Capitania de Pernambuco com a criação do Quilombo dos Palmares. Boal (2000) contou em sua autobiografia que depois de uma viagem pelo interior do NE, com um grupo de teatro, retornou para São Paulo convencido de que havia finalmente encontrado o ‘povo brasileiro’ para servir de inspiração para encenar as suas peças com mensagens político-revolucionárias. O teatro engajado do Sudeste que denunciava o latifúndio monocultor nordestino como causador de todas as mazelas sociais do país não enxergava este mesmo processo no interior de São Paulo, com os campos de plantação do café, embora tivessem a mesma gênese” (SILVA, 2018, p. 587-588).



também passa a ter a sua identidade esterilizada a partir da absorção da capital de maior poder econômico, do Brasil, transmutando-se, nessa lógica, em uma espécie de apêndice sudestino.

Ao refletir sobre a força das imagens representacionais, Toni Morrison (2019) apresenta que as influências midiáticas, na construção do sentido humano, também, perpassam pela concepção de que somos *todos iguais*. Essa concepção que parece carregar o princípio de igualdade, no seu âmago, na verdade, pressupõe a perseguição da diferença através da restrição da diversidade que nos compõe.

[...] o poder das imagens arraigadas e da linguagem estilosa para seduzir, revelar, controlar [...] sua capacidade de nos ajudar a dar continuidade ao projeto humano, que é permanecer humano e impedir a desumanização de outros. Porém, algo de imprevisto adentrou esse cardápio reconhecidamente simplista de nossos recursos. Longe de nossas expectativas iniciais de uma maior intimidade e um conhecimento mais amplo, as representações corriqueiras da mídia utilizam imagens e linguagens que restringem nossa visão de como os humanos são (ou deveriam ser) e de que na verdade somos todos iguais. Sucumbir às perversões da mídia pode embaçar a visão. (MORRISON, 2019, p. 62-63).

A capa da Revista Veja tende a ceifar a identidade nordestina, ao estabelecer a negação à sua individualidade, e sufoca, assim, os aspectos culturais, inevitavelmente, diferentes de cada região. Isso acontece devido à indicação de que o Nordeste possui como capital, ou seja, a cidade mais importante de uma região, uma cidade sudestina. Instaura-se, assim, o processo de romantização que descaracteriza e repele a realidade nordestina.

Por possuir um efeito muito similar ao processo de temor do subalterno, que confere a homogeneização identitária, a romantização proporciona a diminuição, em termos representacionais, desse povo.

Nesse sentido, seria possível vislumbrar uma reatividade, no cerne da literatura, para a construção de uma afirmação da vida a partir dos critérios, soberanos, de suas diferenças? Como a literatura, nesse contexto, poderia servir enquanto sustentáculo para a compreensão dessa multiplicidade tão cara à humanidade?

2.5 A NEGAÇÃO À HOMOGENEIZAÇÃO IDENTITÁRIA



Em 1979, ao lançar o álbum *Era uma vez o homem e o seu tempo*, Belchior (1979) apresentava, através da música *Conheço o meu lugar*, uma reflexão sobre a naturalização midiática acerca do atraso econômico e cultural do Nordeste, e de sua homogeneização identitária.

Marcado, essencialmente, por imagens relacionadas à pobreza, à fome, ao cangaço, à violência, ao subdesenvolvimento e, enfim, à seca, o território nordestino transformou-se, sobretudo, pelo descaso governamental do século XX, em uma metáfora para uma espécie de decadência humanitária brasileira.

Ao contrapor a ideia generalizada sobre a referida região, Belchior (1979) expõe a impossibilidade de reduzi-la a estereótipos que propõem, a partir de uma unificação identitária, estabelecer uma marginalização das pessoas inseridas nesse contexto.

Nordeste é uma ficção.
Nordeste nunca houve.
Não eu sou não do lugar dos esquecidos.
Não sou da nação dos condenados.
Não sou do sertão dos ofendidos.
Você sabe bem, conheço o meu lugar.
(BELCHIOR, 1979)

O compositor cearense apresenta, a partir da referida canção, a ficcionalidade nordestina, concernente à subalternização, que limita a um só ângulo a representação de seu povo, e apaga a infinitude de realidades ímpares e, por consequência, indissociáveis da condição humana.

Ao afirmar que o *Nordeste é uma ficção*, Belchior (1979) prontamente argumenta sobre a impossibilidade da existência desse lugar, erigido através de valores de opressão que estigmatizam a população.

A inexistência do Nordeste concerne ao fato de que a ideia de homogeneização identitária baseada, principalmente, em premissas negativas, só existe a partir de uma ficcionalização, de uma idealização, pois a complexidade de um povo escapa a qualquer definição superficial.



A fim de contrapor a elaboração que reduz a identidade nordestina, Belchior (1979) afirma: *Não sou do sertão dos ofendidos*. Costura, desse modo, um pensamento que tem como premissa a inconformidade com os padrões estabelecidos.

Ao conhecer o próprio lugar, o compositor contrapõe a imagem de miserabilidade, permanente, do Nordeste. A recusa a esse lugar impõe-se, também, como uma reação discursiva mediada pela obra de arte.

Nesse sentido, a compreensão do mundo, através da elaboração artística, perpassa pela concepção heterogênea dos indivíduos, de suas regiões e das particularidades próprias de cada existência humana. Ao conservar a noção de diferença, como característica que nos compõe, de modo inevitável, a literatura permite que o Outro passe a ser dotado de humanidade e, enfim, promove a rejeição à homogeneização identitária.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao recusar o afogamento no espelho das águas reluzentes do pensamento hegemônico, que inundam a sociedade, a literatura promove o questionamento de valores que ensejam comportamentos anti-humanos, concebidos pelo ódio ao diferente. Isso acontece devido a característica que lhe constitui por excelência: a representação dos povos que estão à margem da sociedade.

Por conceber a identidade nordestina, enquanto produto cultural subalternizado, e confrontar, a partir de estudos críticos, a respectiva noção junto às obras que elaboram a imagem do nordestino, a crítica literária produz, também, uma resistência à normatividade que esmaga e asfixia as subjetividades dos subalternos.

Através da identificação das questões políticas vinculadas à obra de arte, estabelece-se a sua primazia para a compreensão dos novos tempos concernentes também à constituição da humanidade.

Nesse sentido, ao partir do pressuposto que a obra de arte, por sua dimensão política, é capaz de fabricar espaços de enfrentamento que promovam o combate da homogeneização identitária, faz-se necessário recorrer a Gilles Deleuze (1999) que, em *O Ato de criação*, elenca



a obra de arte como a forma, primordial, de produzir uma resistência diante de situações de injustiça.

O que resiste à morte? Basta contemplar uma estatueta de 3.000 anos antes de Cristo [...] Poderíamos dizer então, de forma mais tosca, do ponto de vista que nos interessa, que a arte é aquilo que resiste, mesmo que não seja a única coisa que resiste. Daí a relação tão estreita entre o ato de resistência e a obra de arte. (DELEUZE, 1999, p. 13).

Ao questionar situações de opressão e valores que intencionam a subjugação dos seres humanos, a literatura contribui para a compreensão da condição humana. O desenvolvimento desse pensamento só pode ser elaborado, verdadeiramente, a partir do questionamento⁴, permanente, sobre as representações hegemônicas, assim como suas implicações no âmbito social, para que se projete, enfim, a recusa a enxergar o mundo através de espelhos que promovem *a compulsão de reduzir o outro à própria imagem*,

Nesse sentido, nasce a valorização pela diferença, não como forma de hierarquizar os grupos sociais, mas como a capacidade de perceber a persistência da beleza na diversidade, através de princípios baseados na alteridade.

O respeito à individualidade, proposto no ato literário, confere ao mundo um sentido humano, por enfatizar a importância do que foge à norma vigente, ou seja, das pessoas que compõem a diferença.

Dito isso, ao contrapor as interpretações enviesadas dos grupos hegemônicos, concernentes, neste artigo, à imagem do nordestino, enseja-se através da valorização da heterogeneidade brasileira, e de sua possibilidade de transposição na literatura, o repúdio à redução dos povos a uma unicidade. Sendo possível, desse modo, enxergar o que tais povos exalam: a sobrevivência cultural ao longo dos séculos

Afinal, frente à magnitude das luzes hegemônicas, que esfolam o nosso olhar com imagens construídas sob a égide de opressão, é necessário vislumbrar as faíscas reativas que afirmam a vida ao promoverem a recusa à homogeneização identitária. Para que, então, seja

⁴No ensaio *O que é contemporâneo?* Agamben (2013) define que a construção de indivíduos contemporâneos ao próprio tempo só seria possível a partir de uma premissa ancorada na coragem de questionar. Pois, como consequência da inquietação proveniente de uma mente que se recusa a concordar com tudo o que está estabelecido em seu tempo, emerge o senso crítico de cada indivíduo.



possível “dizer sim na noite atravessada de lampejos e não se contentar em descrever o não da luz que nos ofusca” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 155).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2013.

BELCHIOR. Conheço o meu lugar. In: BELCHIOR. *Era uma vez o homem e o seu tempo*. São Paulo: WEA, 1979.

DELEUZE, Gilles. Michel Tournier e o Mundo sem Outrem. In: TOURNIER, Michel. *Sexta-feira ou os limbos do pacífico*. Trad. Fernanda Botelho. São Paulo: DIFEL, 1985.

DELEUZE, Gilles. *O ato de criação*. Palestra proferida em Paris em 1987, Edição brasileira: Folha de São Paulo, 27 jun. 1999. Disponível em: https://lapea.furg.br/images/stories/Oficina_de_video/o%20ato%20de%20criao%20-%20gilles%20deleuze.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MORRISON, Toni. *A origem dos outros: Seis ensaios sobre racismo e literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAID, Edward. As novas bases do estudo e das práticas humanistas. In: SAID, Edward. *Humanismo e crítica democrática*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Flávio José Rocha da. Nordeste: imagem real ou fabricada? *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, 2018, p. 575-600. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/36613/1/2018_art_fjrsilva.pdf. Acesso: 18 jun. 2021.

TONI MORRISON – Nobel Lecture. *The Nobel Prize*, Estocolmo, 1993. Disponível em: www.nobelprize.org/prizes/literature/1993/morrison/lecture. Acesso em: 10 jun. 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *Revista de Antropologia*, v. 35, São Paulo, USP, 1992, p. 21-74. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111318>. Acesso em: 12 jun. 2021.

Z Aidan Filho, Michel. *O fim do Nordeste e outros mitos*. São Paulo: Cortez, 2001.





FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



A REPRESENTAÇÃO DO CORPO NO CONTO “ISALTINA CAMPO BELO” DA CONCEIÇÃO EVARISTO

Wilma Mesquita de Almeida (UERN)¹

Aline Lima de Moura (UERN)²

RESUMO

Este trabalho propõe discorrer sobre a representação do corpo na literatura a partir de reflexões das obras como Sociologia do Corpo do autor David Le Breton e do conto Isaltina Campo Belo da autora Conceição Evaristo, bem como do uso das bases teóricas de outros pesquisadores como Fanon (2008), Louro (1997) e Davis (2016). A corporeidade humana está sendo mais evidenciada e colocada em foco em virtude de diferentes fenômenos culturais e sociais que tem posto o corpo em condição de destaque, desde os padrões comportamentais até as influências midiáticas e da moda. Desta forma, a corpo está submetido a condição de aprovação ou reprovação pelo outro, daqueles que não estão diretamente envolvidos nos padrões sociais. Portanto, foi possível verificar nas duas literaturas pesquisadas como o corpo é símbolo e espelho refletor de normas e padrões culturais e sociais em constante processo de mudança para melhor atender a culturalmente a natureza individual e social.

Palavras-Chave: sociologia do corpo, corporeidade, sexualidade.

ABSTRACT

This work proposes to discuss the representation of the body in literature based on reflections on works such as Sociology of the Body by author David Le Breton and the short story Isaltina Campo Belo by author Conceição Evaristo, as well as the use of theoretical bases by other

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: wilma.mesquita@hotmail.com.

² Graduanda do curso de licenciatura em pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: alinelimaa@ymail.com.



researchers such as Fanon (2008), Louro (1997) and Davis (2016). Human corporeality is being more evident and placed in focus due to different cultural and social phenomena that have placed the body in a prominent condition, from behavioral patterns to media and fashion influences. In this way, the body is subject to a condition of approval or disapproval by the other, from those who are not directly involved in social standards. Therefore, it was possible to verify in the two literatures researched how the body is a symbol and a reflecting mirror of cultural and social norms and standards in a constant process of change to better meet the individual and social nature culturally.

Keywords: sociology of the body, corporeality, sexuality.

1 INTRODUÇÃO

A análise deste artigo é baseada no Livro *Sociologia do Corpo* do autor David Le Breton publicado pela editora Vozes no ano de 2007, segunda edição e no conto “Isaltina Campo Belo” da escritora brasileira Conceição Evaristo. Para entendermos melhor as obras se fazem necessário conhecer o escritor e a escritora e suas principais motivações para discorrer sobre a temática. Portanto, o francês David Lê Breton é professor de Sociologia e Antropologia da Universidade de Estrasburgo na França e pesquisador do corpo no laboratório de cultura e sociedades da Europa. Ao longo dos anos, ele vem consolidando suas pesquisas voltadas para os conhecimentos do corpo e suas principais implicações sociais e seus estudos tem produzido efeitos positivos sobre os aspectos da corporeidade.

Desde que publicou o livro *Sociologia do Corpo* no ano de 1992, suas pesquisas ganharam os campos da sociologia e com maior ênfase nos estudos sobre a compreensão do corpo humano e as influências que este corpo sofre socialmente. Em suas investigações, ele vem consolidando o pensamento de que tudo no mundo passa pelo corpo, ou seja, o corpo é o resultado de uma construção cultural e constantemente sofre as implicações com o objetivo de moldar os comportamentos e padrões estéticos para atender as diversas demandas.

Já a escritora brasileira Maria da Conceição Evaristo de Brito, conhecida como Conceição Evaristo. Ela nasceu Belo Horizonte, mais precisamente na zona sul e no alto da favela, localizada na avenida Afonso Pena. Seu contexto social de pobreza em uma família de



nove irmãos e sua mãe foi marcado por uma trajetória de lutas, tanto na vida laboral como nos estudos e alcançou sucesso por causa do esforço e perseverança para alcançar seus objetivos.

Por meio dos seus escritos publicados primeiramente nos *Cadernos Negros*, na década de 90, e de sua participação no grupo Quilombhoje, que sua trajetória como escritora ganhou o universo literário nacional. Com muita resistência e dedicação aos estudos, chegou ao doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense, sendo nos dias atuais uma escritora negra respeitada pela coerência de suas produções e vencedora de vários prêmios literários, como o Prêmio Jabuti, por exemplo, no ano de 2015 com o livro *Olhos D'Água* (2014). Em 2018, chegou a ser candidata à Academia Brasileira de Letras (ABL), concorrendo à cadeira de número 7 da instituição.

Na trajetória de vida da Conceição Evaristo, algo muito importante é que ela nunca negou suas origens e identidade. Como militante da causa negra, ganhou o reconhecimento por meio dos seus textos, abordando temáticas pertinentes para o dia-a-dia como gênero, sexualidade, discriminação racial e de classe. Ela tornou-se a “novidade” e ao mesmo tempo uma porta-voz nas discussões e produções literárias, sendo protagonista dos novos conhecimentos, retratando a própria realidade, já que até então as produções não estavam diretamente ligadas aos problemas das afrodescendentes brasileiras.

Dessa forma, a representação do corpo nas duas literaturas se faz presente em muitos escritos. Em alguns casos de forma excludente tanto na literatura infantojuvenil como em outras produções como veremos no conto “Isaltina Campo Belo” da Conceição Evaristo. Assim sendo, usaremos como base teórica outros pesquisadores como Fanon (2008), Louro (1997), e Davis (2016) com suas contribuições voltadas para a temática abordada.

2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CORPO

O corpo é socialmente aquele que mais está vulnerável e passível de crítica ou ao mesmo tempo objeto de desejo. Desde que nascemos o corpo é a principal porta de entrada para o processo de mudança e de diferentes formas esse corpo vai sendo construído e reconstruído de acordo com os costumes culturais e sociais de cada época. Em cada grupo social os costumes e



regras corporais buscam atender a determinados padrões coletivos ou individuais de acordo com a importância que a sociedade emprega ao corpo.

E esse processo envolve as relações sociais e midiáticas, bem como os estereótipos e padrões estéticos que vão surgindo a cada dia. Segundo Fanon (2008, p. 56), “E avançamos num corpo a corpo com a própria negrura ou com a própria brancura, em pleno drama narcisista, cada um enclausurado na sua particularidade, embora, de tempos em tempos, com alguns vislumbres, ameaçados, contudo, pelas origens”. Desta maneira, as relações simbólicas em torno do corpo apresentam variações de costumes e práticas e essas são repassadas internamente mesmo que o indivíduo mude de local. Isso acontece em todo o processo de crescimento do indivíduo desde o nascimento até a fase adulta, já que o corpo é envolvido em muitos símbolos, construções e procedimento de ensino-aprendizagem de acordo com cada cultura.

Nas últimas décadas a corporeidade humana está sendo mais evidenciada e colocada em foco em virtude de diferentes fenômenos culturais e sociais que tem posto o corpo em condição de destaque. Isso tem acontecido desde os padrões comportamentais até as influências midiáticas e da moda. Desta forma, a corpo “ganhou” uma condição de aprovação/reprovação daqueles que não estão diretamente envolvidos nos padrões sociais.

Outro aspecto que merece destaque sobre o corpo são as diferentes apropriação ou perspectivas que o ser humano desenvolve através do corpo, desde costumes, modas, exercícios e outros atributos como culto ao corpo apropriando-se de sua própria existência e de outros corpos. Assim, o corpo passa a ter um sentido/significado de acordo com o valor que lhe é atribuído. Nesse processo, acontece as diversas experiências corporais seja na socialização pessoal ou por meio das redes sociais e nos meios educacionais como espaço de interação e socialização.

De tal modo, o corpo humano é visto de vários ângulos e pontos de vistas e isso faz com que tenha diferentes interpretações. Ele é parte de um estudo sociológico que completa a condição humana com todos os seus componentes sem deixar esquecer ou negligenciar a vida como algo essencial. Outro ponto a ser aprofundado são as condições sociais atribuídas a este corpo e dependendo das mesmas em que ele está inserido é inevitável a miséria social e vulnerabilidade entre outras mazelas que afetam diretamente a condição humana como as



doenças, prostituição, uso álcool e demais drogas, exploração sexual e trabalho infantil além da mão de obra escrava com as condições de trabalho insalubres.

Logo, o corpo é o cartão postal do ser humano, seja ele masculino ou feminino e nesta qualidade de produto/cartão as condições biológicas estão diretamente ligadas as condições sociais como direitos trabalhistas, saúde lazer, educação dentre outros serviços essenciais. Claro que ainda existem outros fatores como a discriminação e o preconceito racial para com as populações colonizadas e inferiorizadas pela cor e *status* sociais. Socialmente esses corpos são tratados como meros produtos de exploração por aqueles que detém um poder aquisitivo maior, transformando-os em corpos vulneráveis.

Alguns padrões e comportamentos embora de necessidades naturais do corpo não são aceitáveis nas civilizações antigas e atuais como a questões dos escarros, flatulências, satisfações íntimas e de cunho sexual, além de algumas condições físicas como o corpo destro ou canhoto. Esses comportamentos estão ligados as necessidades expressivas do corpo e como tal não podem ser reprimidos ou ignorados embora culturalmente a sociedade sempre elaborou normas e padrões de comportamentos para atender as etiquetas sociais. Desta maneira, as questões fisiológicas passaram a ser controladas como certas e erradas desde os séculos passados até a atualidade.

Os conhecimentos da sociologia sempre deram importantes contribuições sobre o corpo com o objetivo de melhorar a coletividade sobretudo as questões relacionadas a própria existência. Assuntos como a fisionomia e aspectos fisiológicos e sensoriais estão em discussões e são elementos que influenciam o controle corporal para bem atender as normas sociais.

3 A REPRESENTAÇÃO DO CORPO NO CONTO “ISALTINA CAMPO BELO”

Desde os séculos passados o corpo sempre foi motivo de preocupação e ao mesmo tempo um “tabu” sobre o seu desenvolvimento/comportamento. Muitas regras foram criadas no sentido de “domesticar” para atender as normas comportamentais que a sociedade de cada época desejava. Assim, o corpo feminino sempre foi o mais vulnerável com inúmeras regras a serem exercidas, desde as roupas e outros atributos para sempre questionados, ou ignorados em como o ser feminino deve se comportar para atender a sociedade.



Com o surgimento do Movimento Feministas, as mulheres passaram a ter suas lutas legitimadas como uma verdadeira revolução sexual. Assim, elas foram construtoras de um novo imaginário do corpo e mais do que isso, foram capazes de superar o estigma de corpos frágeis, buscando na sociedade seu espaço frente a uma sociedade dominada pelo patriarcado com inúmeros preconceitos. Segundo Hall (2003 p. 338), “Isso vale não somente para a raça, mas também para outras etnicidades marginalizadas, assim como o feminismo e as políticas sexuais no movimento de gays e lésbicas, como resultado de um novo tipo de política cultural”. Para isso, as mulheres com determinação e ousadia criaram discursos e práticas com o objetivo de mostrar suas lutas e estabelecer seu lugar social frente aos antigos discursos machistas.

Deste modo, para o surgimento do feminismo no século passado como “revolução sexual,” inúmeros obstáculos/conflitos foram vivenciados e conseqüentemente superados como o direito de se expressar e lutar pela autonomia social/laboral/cultural entre outros direitos e liberdades de escolher e decidir sobre o seu corpo mesmo sendo mais vulnerável as normas sociais repressivas e por isso um símbolo de batalha e resistência de muitas décadas até o presente momento. Segundo Davis (2016, p. 209), “Embora as mulheres provavelmente sempre tenham sonhado com métodos infalíveis de contracepção, os direitos reprodutivos só puderam emergir como reivindicação legítima depois que os direitos das mulheres, em sua totalidade, tornaram-se o foco de um movimento organizado”. Assim sendo, as lutas feministas não são e nunca serão ultrapassadas frente as grandes transformações e representações sociais que tentam abafa esses corpos com padrões e estereótipos.

Portanto, o corpo mesmo com todos os limites e separações ainda é um lugar privilegiado de contato, encontro, pertença e algumas vezes de inclusão e exclusão, ou seja, um lugar de conhecimento individual e social. Assim aconteceu com a Isaltina Campo Belo que descobriu em seu corpo desde a sua infância um outro ser como ela descreve abaixo.

Tive uma infância feliz, só uma dúvida me perseguia. Eu me sentia menino e me angustiava com o fato de ninguém perceber. Tinham me dado o nome errado, me tratavam de modo errado, me vestiam de maneira errada... Estavam enganados. Eu era menino. O que mais me intrigava era o fato de minha mãe ser enfermeira e nunca ter percebido o engano que todos cometiam (EVARISTO, 2016, p. 51).



Dessa forma, para a Isaltina as representações sociais em torno do seu corpo não estavam de acordo com a sua representação e por isso o desejo de ser aceita como ela de fato se percebia. De acordo com Achille Mberbe (2014, p.178), “Paralelamente, as formas de sexualidade anteriormente reprimidas emergem gradualmente no domínio público, o repertório das fruições sexuais alargou-se consideravelmente e as práticas de felação proliferam, enriquecendo assim largamente a linguagem da sexualidade”. Assim, os conhecimentos sociológicos atribuídos ao seu corpo e seu envolvimento na vida cotidiana com suas implicações desde o nascimento, juventude e fase adulta são envolvidos pelas emoções, prazeres e sentimentos não correspondiam as constituições históricas.

Portanto, outra questão é como esse corpo atende as demandas sociais e os padrões de moda e estéticas, além de outras influências que perpassam todas as camadas sociais. Esse corpo é moldado em meios as exclusões e desigualdades sociais, ou seja, ele é um espelho que reflete as tendências impostas e respingam em todas as classes sociais. É importante estudar o corpo atualmente por que vivemos em uma sociedade com uma diversidade enorme de indivíduos e o principal meio de mostrar o nosso sentido/significado é pelo corpo.

Ele é a principal matéria prima para o desenvolvimento da identidade e pertença a um lugar social, também um dos principais meios de consumo, ou seja, as necessidades vitais e outros aspectos corporais que vão surgindo para apresentar esse corpo que necessita se expressar como é apresentado no conto.

Eu via o meu corpo menina e, muitas vezes, gostava de me contemplar. O que me confundia era o caminho diferente que os meus desejos de beijos e afagos tendiam. E, por isso, acabei de crescer, contida. Amarrava os meus desejos por outras meninas e fugia dos meninos. Em toda a minha adolescência, vivi um processo de fuga. Recuava namorados, inventava explicações sobre o meu desinteresse sobre os meninos e imaginava doces meninas sempre ao meu lado (EVARISTO, 2016, p. 55).

O corpo foi modificado constantemente por fatores culturais e sociais e se tornou não apenas algo pronto, mais em constante processo de construção de acordo com os fatores e condições de vida da personagem. Deste modo, as diferentes representações que são atribuídas em torno o corpo são muitas das vezes armadilhas antagônicas tentando separar o sujeito da carne, ou seja, direcionar tudo para o aspecto físico esquecendo o resto do ser humano. Isso muda também de acordo com a visão de quem está analisando, já que o corpo é parte de uma



construção social e coletiva, além de ações individuais carregadas de diferentes conceitos e padrões.

Ao estudarmos o corpo com todas as suas particularidades devemos levar em consideração as questões e dúvidas sobre qual ponto de vista está sendo analisado este corpo. Para a personagem do conto segundo nos descreve Evaristo (2016, p. 56) “E as justificativas sobre essa descrença eram sempre as mesmas. Como uma jovem tão inteligente, tão bonita, tão educada, tão e tão como eu, podia estar sozinha... Inexplicável”. Assim, as justificativas sociais em torno de um determinado comportamento social sempre vão aparecer. Em outras palavras, existe uma subjetividade além do corpo físico que é a pessoa humana envolvida de sentimentos, desejos e necessidades dentro de uma sociedade com padrões culturais que vão além da natureza corporal.

Portanto, não podemos pensar o corpo como algo separado ou isolado, mas sempre levar em consideração todos os fatores e condições em que os sujeitos estão imersos e considerar a complexidade da condição humana. Algumas sociedades com seus costumes e tradições não desconsideram essa subjetividade e dão uma maior importância a tudo o que envolve e movimenta as pessoas, não isolando a condição humana da natureza, mais aceitando como parte do cosmo. Na visão ocidental essa concepção de estudo ainda é fragmentada e individual e ainda carece de estudos.

Essas diferenças de culturas e tradições sempre estiveram presentes como elementos históricos principalmente sobre as representações do corpo da mulher e suas necessidades fisiológicas.

Se eu ficasse com ele, qualquer dúvida que eu pudesse ter sobre sexo entre um homem e uma mulher acabaria. Ele iria me ensinar, me despertar, me fazer mulher. E afirmava com veemência, que tinha certeza do meu fogo, pois afinal, eu era uma mulher negra, uma mulher negra... Eu não sabia o que responder para ele. Em mim, eu achava a resposta, mas só para mim. Eu sabia, desde a infância, do menino que existia em mim. E esse menino crescera comigo, assim como crescera os meus seios...” (EVARISTO, 2016, p. 57).

Assim, em nome de uma cultura de erotização do ser feminino que socialmente as mulheres negras são mais dadas ao prazer, a personagem do conto foi absorvida por tais influências das “técnicas corporais” masculinas, sendo eliminada as suas expressões de



sentimentos/desejos que são essenciais para a vivência de cada pessoa. Culturalmente sempre foi atribuído ao sujeito homem, a imagem masculina de força e coragem para não demonstrar os sentimentos como o medo, a dor e jamais o choro. Para o ser feminino essas são percepções sensoriais admissíveis de demonstrar, já que socialmente esse ser é considerado frágil e melancólica.

De acordo com Davis (2016, p. 201), “O fato de que as mulheres da classe trabalhadora são mais intensamente exploradas do que os homens contribuem para sua vulnerabilidade ao abuso sexual, enquanto a coerção sexual reforça, ao mesmo tempo, sua vulnerabilidade à exploração econômica”. Assim, mesmo com todos os cuidados que são construídos em torno destas técnicas de comportamentos, os sentimentos sempre escapam do controle de muitos, já que não podemos dominar completamente. Outro aspecto de domínio são as normas sobre a higienização e cuidados do corpo como necessidade vital para a existência humana e aceitação social. Além das necessidades básicas o ser humano criou outras marcas e inscrições corporais como forma de pertença e aceitação social como é o caso das tatuagens e piercing.

Por muitos anos esses registros corporais foram considerados algo muito mais voltado ao masculino como virilidade e resistência as dores. Atualmente é considerada como uma imersão cultural não apenas mais ao universo masculino e sim de todos os gêneros. É algo mais voltado ao fator social e não apenas uma questão de rebeldia ou meios para expressar suas revoltas. Para várias sociedades essas marcações corporais tem um sentido mais que estético como é a prática de deformação e remoção de partes do corpo como sinais de pertença cultural e social, além de rituais de apresentação coletiva.

Pesquisas mostram que desde o século 19 os estudos sociológicos estão voltados para o corpo e com maior aprofundamento sobre o ponto de vista biológico, buscando entender como esse indivíduo é pensado e quais as implicações sociais e culturais que são acarretadas nas diversas forma de interação com o próprio corpo como descreve Davis abaixo.

Uma vez que o direito ao controle da natalidade é obviamente uma vantagem para as mulheres de todas as classes e raças, seria de se esperar que mesmo os grupos mais diversos de mulheres tentassem se unir em torno da questão. Na realidade, entretanto, o movimento pelo controle de natalidade raramente foi bem-sucedido em reunir mulheres de diferentes origens sociais, e as líderes do movimento quase nunca divulgaram amplamente as verdadeiras preocupações das mulheres de classe trabalhadora (DAVIS, 2016, p. 205).



Já para as sociedades ditas tradicionais o tratamento que o corpo recebe é diferenciado, ele é parte deste indivíduo e como tal está interligado como elemento indispensável fazendo a ligação entre os outros e o individual. Ele é pensado não apenas como um instrumento simbólico, mais como algo vital e de suma importância para a realização pessoal e social. Assim, percebemos as diferenças e tradições das sociedades e como o corpo se torna um elemento imaginário que atende as definições e normas de cada coletividade com inúmeros ritos, símbolos, costumes sociais, culturais e está envolvido em constante processo de mudanças.

De acordo com ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparados ao epítome branco da humanidade. Mas, se fossem realmente inferiores em termos biológicos, as pessoas negras nunca teriam manifestado desejo nem capacidade de adquirir conhecimento. Portanto, não teria sido necessário proibi-las de aprender. Na realidade, é claro, a população negra sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere à aquisição de educação (DAVIS, 2016, p. 109).

Na visão das sociedades ocidentais com suas modernidades, os corpos tem traços que evidenciam falsas sensibilidades principalmente o ser feminino com características e funcionamento diferenciados e vários elementos sociais imaginários. Dessa maneira, a sociedade sempre buscou definir esse corpo para atender aos interesses sociais e comerciais como mera mercadoria, esquecendo de todas as ambiguidades simbólicas com todas as influencias históricas, além das características de cada indivíduo.

Ao longo dos séculos, o corpo sempre foi vítima de várias marcações e técnicas que envolvem os gestos e comportamentos desde o uso da língua como expressão da fala até o próprio corpo com a comunicação não verbal. Daí surgiram as chamadas etiquetas corporais com o objetivo de modelar e controlar as demonstrações de medo, nervosismo e outras formas de expressão consideradas improprias como a gagueira e o esquecimento. O corpo sempre foi e será a maior expressão da comunicação com todos os rituais socialmente construídos para serem aceitos ou excluídos do contexto social.

Para aqueles que não seguem as normas comportamentais, esse corpo se torna um incômodo, ou seja, é excluído ou apagado socialmente por não atender os rituais e movimentos



exigidos. As marcações e técnicas corporais são estilos, pertença sociais e culturais a determinados grupos, diferentes idades e classes. Conforme Davis (2016, p. 210), “Não foi coincidência o fato de que a consciência das mulheres sobre seus direitos reprodutivos tenha nascido no interior do movimento organizado em defesa da igualdade política das mulheres”. Desse modo, para os corpos que não aceitavam as condições imposta pelos costumes sociais e apresentavam comportamentos diferentes como lapsos de loucuras e doenças, essas pessoas passavam a serem excluídas do convívio familiar e social. Essas características eram mais atribuídas as mulheres com as histerias e outras características diferenciadas dos homens.

Portanto, as diferenças entre os sexos sempre estiveram presentes teoricamente na elaboração dos estigmas para estabelecer as condições entre homens e mulheres. É como se a representação do corpo estivesse na condição do gênero e não sua individualidade e potencialidade. Estudos sociológicos apontam que essas fragmentações e divisão de potencialidade dos sexos não são de fatos verdadeiras, já que as condições biológicas são construídas socialmente com as mesmas capacidades.

Muitas interpretações erradas acerca das condições de inferioridades entre homens e mulheres foram criadas e por isso as mulheres negras ainda hoje se encontram como subalternas perante a uma sociedade patriarcal. Segundo Fanon, (2008, p. 66) “A preta se sente inferior, por isso aspira a ser admitida no mundo branco. Nessa tentativa ela será auxiliada por um fenômeno que denominaremos *eretismo afetivo*”. Por isso os corpos femininos negros foram e são estabelecidos comportamentos e regras como a educação e criação das crianças, além de outros papéis sociais, tornando a mulher em condições de desigualdades sociais perante o homem. Além das atribuições sociais, o ser feminino traz outras marcações como o modo de se vestir, comportar, sentar e outras atitudes e discursos de submissão.

De tal modo, as percepções sensoriais fazem parte do imaginário do corpo com toda a complexidade de gestos e movimentos e são complementados pelos estudos e pesquisas sociológicas desenvolvidas para a corporeidade e seu funcionamento. Assim, o corpo é um suporte de valores, ou seja, ele é a representação biológica para atender as questões existenciais. Uma parte do corpo que é valorizado como identidade e sentimentos é o rosto. É nesse órgão que as representações sociais tem uma maior carga e é considerado o cartão de visitas de todo



ser humano, sendo mais perceptível a qualquer marca de expressão ou outro fator que venha afetar esse órgão.

Outro aspecto de suma importância são as pessoas com deficiência e como a sociedade reage de forma excludente com esses sujeitos. O corpo deficiente precisa ser levado em consideração com toda sua complexidade e mais que isso, de uma forma geral a sociedade precisa respeitar e acolher. Socialmente, inúmeras barreiras precisam ser superadas desde a locomoção, socialização, mercado de trabalho e a acessibilidade de maneira geral. Embora existam leis que garantem todos esses direitos, na prática ainda não temos a devida efetivação das políticas de inclusão e principalmente o respeito e a dignidade destes sujeitos.

Na linha de exclusão social está o racismo que faz inúmeras vítimas como forma de classificar e separar os corpos. Assim sendo, o racismo é mais que uma definição da raça e sim uma forma de exclusão social demarcando a existência humana em virtude de sua cor. Essa segregação vem acompanhada de estigmas de inferioridades, frustrações e a própria exclusão já que as relações sociais e afetivas são afetadas em função do olhar de julgamento dos outros. Fanon apresenta uma preocupação com relação a superação destes estigmas sociais.

O problema é saber se é possível ao negro superar seu sentimento de inferioridade, expulsar de sua vida o caráter compulsivo, tão semelhante ao comportamento fóbico. No negro existe uma exacerbação afetiva, uma raiva em se sentir pequeno, uma incapacidade de qualquer comunhão que o confina em um isolamento intolerável (FANON, 2008, p. 59).

Deste modo, a natureza humana está diretamente ligada ao corpo com todo o seu funcionamento biológico e dessa forma o nosso corpo é uma constante interpretação das realidades sociais, além das influências midiáticas que favorecem a exclusão e os preconceitos com relação as pessoas com deficiência e pessoas negras.

O corpo é constantemente apresentado como um espelho social que reflete a aparência física como a maneira de se vestir, pentear e o próprio comportamento, além dos cuidados diários para manter uma aparência saudável e aceitável. Esse espelho é objeto e suporte para controlar as ações sociais e sobretudo o aspecto cotidiano em forma de ações políticas e modalidade simbólicas que buscam atender a sociedade em forma de disciplina. Dessa maneira,



investimentos e práticas como cirurgias estéticas, academias, cosméticos e roupas buscam garantir o diferencial dos demais corpos que não dispõem dos mesmos padrões financeiros.

Assim, o corpo é uma imensa construção social e cultural, e constantemente é modificado de acordo com os valores que surgindo com o avanço das ciências e entre elas, destacamos a medicina que tem garantido meios de prevenir deste as doenças até a liberdade dos métodos contraceptivos como política de controle do corpo. Esse corpo ganhou liberdade, principalmente o feminino de uma forma diferenciada com o consumo de novos produtos e padrões estéticos voltados para o sensual principalmente nos meios publicitários. Para o corpo masculino além das virilidades e dominação atualmente existe um mercado de publicidade voltado para a beleza e o culto ao corpo.

Esse corpo entendido como *status* social e lugar privilegiado de críticas é também um instrumento de mudanças profundas em relação as normas e imposições e de acordo com a modernidade ele vai ganhando um novo sentido com a valorização do sempre belo, ou seja, um narcisismo e busca pela eterna juventude. O corpo é atualmente algo de valor incalculável e por isso a sociedade dispõe cada vez mais de meios para manter fisicamente forte e saudável. Muitos enfrentam perigos como cirurgias e outros procedimentos que colocam em risco a própria vida em nome da beleza e a busca de se reconhecer nos padrões estabelecidos socialmente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O escritor David Le Breton usou seus conhecimentos sociológicos para apresentar toda a problemática social que envolve o corpo e todas as influências que a sociedade atribui ao mesmo. Ele apresentou pontos de reflexão sobre os cuidados que precisamos ter e como devemos tratar esse corpo, enfatizando o próprio funcionamento biológicos desde o nascimento até a fase do envelhecimento, destacando as importantes relações sociais que perpassam esse universo cultural e social. Já a escritora Conceição Evaristo costuma relatar em seus contos a realidade que é constantemente marcada pelo preconceito advindo de uma sociedade com atitudes machistas diariamente.



De acordo com Louro (1997, p. 45), “Ainda que a expressão “diferença” possa – como de resto qualquer outra – adquirir diferentes significados em diferentes contextos sociais, políticos ou culturais, é para a sua importância no campo do feminismo que vamos nos voltar aqui”. Logo, a literatura feminina negra assumiu um papel importante e ao mesmo tempo uma postura de crítica e denúncia do contexto social em que culturalmente durante anos adotou hábitos excludentes e racistas com as mulheres escritoras.

Logo, os conhecimentos literários dispostos nas duas obras foram de fundamental importância para fomentar o pensamento sociológico como um campo de possibilidades e desconstruções de estigmas, preconceitos já estabelecidos em torno dos nossos corpos. Desse modo, percebemos que corpo é um canteiro de obra e por isso exige tratamento especial de cuidado individual e social com objetivos que buscam atender as demandas biológicas e fisiológicas com todas as suas complexidades, sendo dada atenção especial as áreas de conhecimentos que são aplicadas como a sociologia, história, psicologia, psicanálise, biologia e medicina. De acordo com Fanon, (2008, p. 57) “Embranquecer a raça, salvar a raça, mas não no sentido que poderíamos supor: não para preservar “a originalidade da porção do mundo onde elas cresceram”, mas para assegurar sua brancura”. Assim, compreendemos nas duas literaturas pesquisadas como o corpo é símbolo e espelho refletor de normas e padrões culturais e sociais em constante processo de mudança para melhor atender a culturalmente a natureza individual e social.

REFERÊNCIAS

- ACHILLE, Mbembe. **Sair da Grande Noite**. Ensaio sobre a África descolonizada. Coleção: Reler África. Tradução: Narrativa Traçada, abril de 2014.
- DAVIS, Angela, 1944 – **Mulheres, raça e classe**/ Angela Davis: tradução Heci Regina Candiani. – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.
- EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**/ Conceição Evaristo. – Rio de Janeiro: Malê, 2016.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008.





FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

HALL, Stuart. **Da diáspora:** Identidades e mediações culturais / Stuart Hall; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende ... et al. - Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.



LICENÇA, VOU ENTRAR EM SUA CASA: uma reflexão poética e pedagógica sobre o ensino e a aprendizagem em um período de pandemia

Francisco Aluziê Barbosa das Chagas¹

Glória Cristiana de Oliveira Moraes²

Maria do Socorro Oliveira³

RESUMO

Este estudo parte de reflexões construídas por professores sobre o ensino e a aprendizagem em um período de pandemia. Enquanto docentes tornou-se comum chegar cedo à instituição de ensino. Ver o movimento dos corredores. Entrar na sala. Preparar o espaço. Receber os discentes. Cinco eventos tão simples e corriqueiros. Ações do dia a dia de qualquer professor. Mas, no momento, não existe uma sala de aula concreta. É virtual. E não fomos preparados para aula síncrona, via internet. A sala de aula não é um prédio com paredes de tijolos e vigas projetadas por um arquiteto, erguida com base na engenharia. Diante do exposto, o principal objetivo deste estudo é refletir sobre as mudanças na forma de ensino no contexto atual, pois a partir do surgimento de uma doença respiratória atribuída a um novo coronavírus, COVID-19, caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia, o mundo imediatamente se transformou e provocou um grande impacto no contexto educacional. Quanto à metodologia trata-se de reflexões com base na experiência de três professores em um período

¹ Professor da rede estadual de ensino pela Secretaria de Educação e da Cultura do Estado do Rio Grande do Norte e da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte, graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras/PB. Mestre em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte/MG. E-mail: aluzie@gmail.com

² Professora da rede estadual de ensino pela Secretaria de Educação e da Cultura do Estado do Rio Grande do Norte e da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Ciências Sociais pela Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: gloriacomorais@gmail.com

³ Professora da rede estadual de ensino pela Secretaria de Educação e da Cultura do Estado do Rio Grande do Norte e da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte, graduada em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Especialização em Linguística Aplicada pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestre e doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: msocorrooliveira67@gmail.com



de pandemia. Em pleno século XXI, diante de uma pandemia, professores e alunos encontram-se trabalhando em suas casas. Virtualmente, podemos conhecer a casa dos nossos alunos e eles a nossa. Por isso, esse tempo de pandemia proporciona tantas reflexões. Pensamos a partir de nós porque nossas aulas partem de nossas casas.

Palavras-chave: Ensino, pandemia, perspectiva interdisciplinar.

ABSTRACT

This study is based on reflections built by teachers about teaching and learning in a period of pandemic. As teachers, it became common to arrive early at the educational institution. See the movement of the runners. Enter the room. Prepare the space. Receive students. Five events so simple and commonplace. Everyday actions of any teacher. But at the moment, there is no real classroom. It's virtual. And we weren't prepared for synchronous classes via the internet. The classroom is not a building with brick walls and beams designed by an architect, built on the basis of engineering. The classroom is now coded for letters and numbers. A computer technician designed it. Given the above, the main objective of this communication is to reflect on the changes in the way of teaching in the current context, as from the emergence of a respiratory disease attributed to a new coronavirus, COVID-19, characterized by the World Health Organization (WHO) like a pandemic, the world immediately changed and had a great impact on the educational context. As for the methodology, these are reflections based on the experience of three teachers in a period of pandemic. In the 21st century, facing a pandemic, teachers and students find themselves working from their homes. Virtually, we can get to know our students' homes and they can visit ours. Therefore, this time of pandemic provides so many reflections. We think from us because our classes start from our homes.

Keywords: Teaching, pandemic, interdisciplinary perspective.

1 INTRODUÇÃO



Este estudo apresenta reflexões de três professores sobre o ensino e a aprendizagem em um período de pandemia que teve início em março de 2020, o principal objetivo é refletir sobre as mudanças na forma de ensino nesse contexto.

Com o surgimento da pandemia, mesmo tendo todo o apoio da instituição de ensino, nos deparamos com uma situação para a qual não nos sentíamos preparados, aliás nunca tínhamos, se quer, imaginado.

Quanto à estrutura composicional o trabalho apresenta, além do título, resumo e abstract, são apresentadas algumas reflexões sobre o ensino e a aprendizagem em um período de pandemia, na sequência são apresentadas outras reflexões, nesse mesmo contexto, com base na teoria de Jean-Jacques Rousseau, seguida da metodologia. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas.

1.1 REFLEXÕES SOBRE O ENSINO E A APRENDIZAGEM EM UM PERÍODO DE PANDEMIA

No século passado cursamos o ensino fundamental. Ao ouvir a sirene da escola todos os alunos deveriam entrar na sala de aula. Em certas ocasiões, os alunos recebiam o professor de pé. Livro didático não existia. O professor copiava o conteúdo no quadro. Ao final, a explicação. Todos ouviam atentos. O professor era a figura central. Sua fala era determinante. Vencemos barreiras. Passamos do Fundamental para o Ensino Médio e chegamos aos cursos de Licenciatura. Após longa caminhada, nos tornamos docentes.

A sala de aula agora é código de letras e números. Um técnico em informática a projetou. Estamos na sala de nossas casas, no quarto, na cozinha ou onde a internet funcionar melhor. Sem pedir licença, nem tocar a campainha ou falar qualquer coisa já invadimos as casas uns dos outros. Nossa câmara e microfone ligados permitem que todos entrem em nossa casa. Isso nos aproxima. Mostra um pouco da nossa mobília, livros ou quadros. Qualquer coisa que nos identifique. Qualquer objeto que apresente um pouco dos nossos gostos e hábitos.

O barulho dos nossos familiares, por mais que tenhamos cuidado, invade a aula. Outras vezes, o animal de estimação (cachorro, gato, pássaro) aparece. Ou o som corriqueiro da rua,



como o carro de lixo, anúncio publicitário ou outra sirene (que não é o toque da escola) trazem novos sons à aula.

Estudamos que na ciência a neutralidade não é absoluta. Mas aprendemos que enquanto professores devemos separar nossas emoções pessoais da vivência em sala de aula. Aí vem uma pandemia. O ensino torna-se remoto. Aulas síncronas. Salas virtuais.

Não nos tocamos. Não olhamos olho no olho. Às vezes, nem vemos nossos alunos. As câmeras, em sua maioria, ficam desligadas. Isso nos distancia fisicamente. O contrário também pode acontecer. A sala virtual nos aproxima porque cada um está no espaço privado da sua casa.

Desse modo, o público e o privado trabalhado pelo antropólogo Roberto DaMatta confundem-se. A casa e a rua se misturam porque estamos em rede. Essa rede pode nos embalar no mesmo ritmo. Assim, se estamos sensíveis não conseguimos nos neutralizar porque estamos na nossa casa. E nossa casa é refúgio.

Da mesma forma, muitas vezes, nossos alunos não conseguem viver a plenitude da academia porque o ambiente físico onde estão vendo a aula não permite essa viagem. Ou a teoria que apresentamos está muito distante da realidade por eles vivida no momento exato da nossa fala.

Nessa sala virtual, apesar de estarmos em espaços físicos distintos nos conectamos muitas vezes por sentimentos e não pelo conhecimento científico...

1 Quando um aluno manda um aviso no chat dizendo que vai levar alguém da família para o hospital que está com a respiração ofegante...

2 Quando um aluno liga o microfone e diz que tem que sair da sala porque um parente acabou de falecer...

3 Quando um aluno liga a câmera, seus olhos vermelhos, passam tanta dor, a voz trêmula diz que não está bem. E pede licença para se ausentar...

4 Quando um aluno diz que não vai ser possível participar da aula porque perdeu um ente querido, um colega de trabalho, um amigo, nos últimos dias....

5 Quando um aluno não pode ligar a câmera porque está em quarentena em um mesmo quarto com uma pessoa da família que também foi infectada pelo vírus...

Nesses momentos, fazemos, dentre outras, as seguintes reflexões: onde fica a teoria em tais circunstâncias? Como falar de conceitos científicos diante de tanta fragilidade, incerteza,



medo, angústia? O que ainda é possível fazer nessa aula diante de tanto sofrimento apresentado pelos alunos em relação a tantas perdas de familiares e amigos? Pois nesses, e em muitos outros momentos, foi possível compartilhar as dores, as incertezas, os medos e as angústias dos alunos com os nossos também.

2 OUTRAS REFLEXÕES COM BASE NA TEORIA DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU

No prefácio do livro, “Emílio, ou Da Educação”, Jean-Jacques Rousseau nos alerta, lá no século XVIII que a utilidade da educação é a “arte de formar homens”. Para isso, nós, professores devemos conhecer nossos alunos. Em pleno século XXI, diante de uma pandemia, professores e alunos encontram-se em suas casas. Virtualmente, podemos conhecer a casa dos nossos alunos e eles a nossa. Em muitos momentos é possível compartilhar as suas dores e eles a nossa. A questão é se estamos preparados para isso. Estamos preparados para a real resposta da pergunta: como você está? Porque entramos na aula virtual e perguntamos: como vai a turma? Podemos mesmo ouvir e falar a respeito de como estamos? É possível abrir o livro das nossas vidas e ler a respeito de nós?

A ideia de Rousseau é que a educação forme pessoas que saibam viver a vida humanamente. Um advogado não é só um conhecedor da Lei. Porque a lei não existe por si só. É preciso os indivíduos. Um contador não lida apenas com números. Por trás, ao lado e à frente de cada número tem pessoas, com sonhos, ideias e tantas maneiras de agir. Um psicólogo para cuidar do outro precisa saber de si e estar bem na caminhada. Só conseguirá ouvir o outro se antes ouvir a si mesmo. E nós, professores, só podemos conhecer nossos alunos se já nos conhecermos, também.

3 MÉTODO

Esta pesquisa partiu de reflexões a respeito do ensino no período de pandemia, a partir de março de 2020, por três professores de uma instituição superior de ensino. Estes lecionam as disciplinas filosofia, sociologia, leitura e produção textual. As mensagens são de alunos dos cursos de Direito, Psicologia e Fisioterapia.



Por se tratar de uma pesquisa interdisciplinar, são levadas em consideração as reflexões dos professores que envolvem as três disciplinas e também o ponto de vista dos alunos a partir das mensagens analisadas.

Trata-se também de uma pesquisa descritiva com uma abordagem qualitativa. Quanto à pesquisa descritiva, Charoux (2004, p. 39), afirma que “A pesquisa descritiva busca descrever/narrar/classificar características de uma situação e estabelece conexões entre a base teórico-conceitual existente ou de outros trabalhos já realizados sobre o assunto e os fatos coletados [...]”. Na abordagem qualitativa, segundo Silva e Menezes, 2005, p. 20,

[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20).

Ainda conforme a autora, a abordagem qualitativa implica em um processo de reflexão e análise da realidade por meio da utilização de métodos e técnicas para compreensão do objeto de estudo em seu contexto histórico, conforme a sua estruturação.

A nossa pesquisa caracteriza-se, também, como documental. Esse tipo de pesquisa é caracterizado por Oliveira (2005, p. 76)

[...] pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação [...]. (OLIVEIRA, 2005, p. 76).

Nesse tipo de pesquisa, a autora chama a atenção do leitor(a) para o fato de que o trabalho do pesquisador(a) requer uma análise mais cuidadosa, haja vista os documentos não terem passado, ainda, por nenhum tratamento científico.

O *corpus* da nossa pesquisa é constituído por mensagens enviadas por alunos no decorrer de aulas online via Google meet, especificamente, no Classroom, Google Sala de Aula, no espaço de comunicação “chat”. As mensagens foram compartilhadas entre alunos e o professor que ministrou a aula. Para isso, uma das professoras no decorrer das aulas pediu



permissão aos alunos para salvar mensagens compartilhadas em algumas aulas no decorrer dos semestres 2020.1 e 2021.1. As mensagens selecionadas para este estudo foram organizadas em cinco blocos com base nos seguintes temas:

- 1 Mensagens relacionadas às aulas online.
- 2 Mensagens relacionadas ao envolvimento de pessoas da família de alunos nas aulas online e alunos realizando outras atividades enquanto assistiam aula.
- 3 Mensagens relacionadas à falta de equipamentos por parte dos alunos e instabilidade na conexão (internet), interferências.
- 4 Mensagens relacionadas à Covid-19 ou ao contexto da pandemia.
- 5 Mensagens relacionadas aos comandos, orientações.

A análise foi feita ao final da apresentação de cada de mensagens, conforme apresentado no item a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentamos nesta seção mensagens de alunos enviadas aos professores e aos demais alunos presentes no decorrer das aulas dos semestres 2020.1, 2021.1.

4.1 Mensagens relacionadas às aulas online

Boa tarde professora, fiquei muito triste em saber que não será mais nossa professora nos próximos períodos, estou perdendo uma das melhores professora que já tive em toda minha trajetória acadêmica, me ensinou a enfrentar meus medos, deu o seu melhor nas aulas, procurou as melhores alternativas para deixar a aula on-line mais dinâmica, você é o exemplo de profissional que quero levar pra vida, um profissional humanizado, apesar das dificuldades enfrentadas sempre busca ver o lado bom, nos motiva a melhorar. Estou perdendo uma grande professora, mas estou dando o privilégio para outros alunos que irão entrar, obrigada por tudo que nos ensinou 😊❤️. Gratidão.

Aula muito produtiva, prof. Obrigada.

A aula foi muito agradável! Tchau professora. Bom dia!

Obrigada por todos os ensinamentos ❤️😊👁️





A aula foi maravilhosa professora 🙌🙌🙌 a senhora faz com que as suas aulas se tornam algo natural.
Interessante!
Emocionante 😊 essa aula está cheia de emoções...
Obg pela aula prof, foi incrível
A aula foi perfeita!!
A aulaa foi muito boaaaa.
Aula muito boa professora! Obrigada ❤️
A aula foi show mesmo!
Top viu a aula!
Aula top dms acrescentou positivamente em meio a situações que vemos no nosso dia -a-dia.
Obg professora pela aula! Amei🙌🙌🙌 contribuiu de forma extremamente positiva em meio ao nosso cotidiano para cada vez mais buscarmos melhoras.
Pena que por enquanto a aula é só virtual, né professora?
Aula boa, todo mundo ficou concentrado, todo mundo prestando atenção.
🙌🙌🙌🙌 Boa noite, professora!! Aula show como sempre.

Com base as mensagens apresentadas, no bloco 1, mensagens relacionadas às aulas online, percebemos que mesmo diante dos obstáculos que enfrentamos em virtude do surgimento da pandemia, foi possível ministrar as aulas online e interagir com os alunos, buscando abordar os conteúdos previstos nos planos de ensino e aprendizagem, além de dar e receber o afeto e a compreensão necessários ao que nos impôs um contexto de pandemia.

É quando no final da aula presencial, um aluno chega até a mesa e baixinho fala conosco. No virtual, são as mensagens digitadas no chat ou enviadas por algum aplicativo. É o momento onde, sem saber, o aluno recarrega nossas energias.

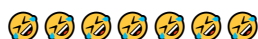
4.2 Mensagens relacionadas ao envolvimento de pessoas da família de alunos nas aulas online e alunos realizando outras atividades enquanto assistem aula

Boa noite, professora
Com minha nota está tudo certo, só venho para agradecer a maravilhosa professora que é a senhora. Sua gentileza e paciência se vê de longe. Até minha mãe gosta da senhora mesmo ouvindo suas aulas só por alto em momentos pontuais. Ela diz "é legal ter professora assim, né?", "cadê aquela



professora legal sua?", "hoje tem aula daquela professora?". Acredito que ela seria tão feliz em ser sua aluna como eu fui. A senhora tem uma paciência de Jó e foi gentil em todas as horas que esteve conosco[...]

Kkkkk na hora que tô lavando a louça KKKKKKKK fiquei desesperado



Professora, tava com um probleminha aqui com meu cachorro, por isso não respondi quando a senhora me chamou.

No bloco 2, mensagens relacionadas ao envolvimento de pessoas da família de alunos nas aulas online e alunos realizando outras atividades enquanto assistiam aula, constatamos que conseguimos entrar nas casas dos nossos alunos e, também, de alguma forma, fazer parte da vida de alguns de seus familiares. Assim, estabelecemos laços de respeito e afeto. Além disso, foi possível observar que alguns alunos enquanto assistiam aula conseguiam, ainda, realizarem algumas atividades domésticas e, até mesmo, cuidarem dos seus animais de estimação.

Nas aulas virtuais não conseguimos a exclusividade da atenção dos alunos. E nem eles a nossa. Como já falado, o público e o privado se misturam. Na aula presencial, entre quatro paredes, supostamente é o professor e os seus alunos. Na aula virtual, os vários papéis que assumimos em nossas vidas se entrelaçam. É o computador, o celular, a máquina de lavar, o fogão e a pia. É o filho mais novo que assisti a aula da mãe. É a mãe que acha o assunto interessante visto na graduação da filha.

4.3 Mensagens relacionadas à falta de equipamentos por parte dos alunos e instabilidade na conexão (internet), interferências

Professora, tem algumas atividades que não estão ao meu alcance de fazer, pois não tenho nenhum notebook para fazer os trabalhos. Mas eu tento pelo celular, tem algumas que não dão certo, mas essa vou fazer. A data de entrega é quando? E desculpa às vezes não estar na sua aula, pois minha internet é muito ruim, e as vezes nem entra na aula, e as vezes passo 3 dias sem internet, aliás a internet é do vizinho então acho que a senhora entenderá. Contudo, a aula da senhora é muito maravilhosa.

Talvez o meu texto tenha ido bagunçado porque eu estou fazendo por celular, não estou com notebook ou computador disponível e nem sei mexer muito bem.



Internet caiu 🧑🏫🔌
Estou sem fone prof.
Eu tbm.
Eu tbm, professora.
Também, professora. Hoje tô pelo computador e o microfone tá quebrado Kkkkkkkkkkk
Professora, eu não tenho microfone.
Travou aqui...
Professora se eu sair foi por causa da minha internet. Tá caindo direto.
Internet caindo, mas estou aqui, professora.
BOA NOITE, ESTOU COM PROBLEMAS NA REDE, NÃO TOU OUVINDO A PROFESSORA.
Professora está fazendo eco o seu áudio.
Professora, eu não pude falar na minha vez porque estava muito barulho aqui em casa. Se quiser posso falar agora.
Professora, tá muito barulho aqui, por isso não falei.
Professora, minha internet está muito ruim e só desconectando, não consigo ouvir ou responder.
Tô com problema na internet.
Também estou com a internet ruim.
Tô com problemas também.
Gente, desculpa! Meu notebook travou, mandou umas mensagens erradas.
Professora, aqui tá travando muito tem hr que tá caindo Tá travando muito, net caindo.
Meu microfone tá desligado.

No bloco 3, mensagens relacionadas à falta de equipamentos por parte dos alunos e instabilidade na conexão (internet), interferências, vimos que os obstáculos foram inúmeros por parte de alguns alunos, desde a falta de equipamentos, a exemplo do computador e do notebook até o sinal de internet fraco ou mesmo inexistente, pois alguns alunos usavam o sinal de internet do vizinho. Foi constatado, ainda, falta de alguns acessórios, fone de ouvido, microfone e até mesmo de um ambiente adequado para estudo.

O mundo sagrado da sala de aula foi entregue às variações da internet. A instabilidade na rede wifi gerou problemas na conexão com nossos alunos. O áudio era cortado. O arquivo



não abria. Assim, a mensagem não chegava. A angústia da distância. A impossibilidade de outro meio para nos ligar aos nossos alunos.

4.4 Mensagens relacionadas à Covid-19 ou ao contexto da pandemia

Professora, eu vou ter que sair porque não tô me sentindo muito bem. Me desculpa por não poder continuar na aula.
O pior de tudo é que isso acontece com tanta frequência e mesmo assim parece que não mudanças, não há um progresso. os casos só aumentam.
Bom dia professora, não posso ligar o microfone porque estou na clínica pra fazer o teste do covid... Apagamos as coisas ruins com um gesto "fofo".
A senhora está gripada?
Professora, está doente? Ou chorando?
Estou suspeitando q a senhora está com covid e não quer ir à UPA Kkkkkkkkkkk 🤔🤔🤔
São braz kkkkk. Chega me assustei aqui.
Misericórdia! Kkkk.
Quando tudo "passar" estarei estudando dia de sábado na biblioteca. Vamos nos fortalecer 🐾
Professora tenho um carinho enorme pela senhora. Quando passar esse COVID vamos comer um bolo com café na sua casa.

No bloco 4, mensagens relacionadas à Covid-19 ou ao contexto da pandemia, observamos que alguns alunos se sentiram mal no decorrer das aulas em virtude da perda de familiares, amigos e também do medo, da angústia que envolveram o contexto pandêmico, além das preocupações com os novos casos que iam surgindo diariamente.

Teve casos de alunos que precisaram se ausentar da aula para realizarem o teste do Covid ou acompanharem parentes para realizarem esse teste. Diante do contexto apresentado, alguns alunos ainda se preocuparam com o estado de saúde da professora, chegaram até a sugerir que ela procurasse uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Mesmo assim, outros alunos mantiveram a fé, a esperança de voltarem a estudar em uma biblioteca, mesmo só aos sábados e até mesmo tomarem um café na casa da professora.

Somos humanos. Cansamos. Adoecemos. Mas a pandemia nos impediu do cuidado através de um contato físico. Fomos privados do toque na pele. O cuidar também se tornou



remoto. Descobrimos que somos mensagem que reanimam. Passamos a nos abraçar e nos acolher através de textos digitados. E, sim, eles cuidam, confortam e trazem alento.

4.5 Mensagens relacionadas aos comandos, orientações

Coloque um fone de ouvido.
Talvez você tenha desabilitado seu áudio.
Olhe se sua aba no Meet está com o som desativado.
Tente usar os fones. Podem te ajudar.
No meet tem um fonezinho aí você clica e ver qual a opção tá selecionada Talvez possa estar lá como desativado.
Ou em modo fone de ouvido, aí como você não tá de fone não escuta. Tem que deixar em auto falante!!!
Tente reiniciar o computador.
"Nunca vi ninguém dizer que se arrependeu de ESTUDAR". Desliga o microfone quando for escutar música. Obrigado!
Compartilhe a sua tela professora p gente visualizar tbm e te ajudar.

No bloco 5, mensagens relacionadas aos comandos, orientações, nesse bloco foi gratificante ver o esforço dos alunos para que a aula fluísse bem, em um ambiente de harmonia e tranquilidade. Ao sugerirem, apresentarem sugestões tanto para os colegas quanto para a professora. Assim, conseguimos, juntos, fazermos essa travessia e chegarmos ao nosso principal objetivo de compartilhar, repensar e construir novos conhecimentos.

Ser professor já envolve assumir várias funções em uma sala de aula. No processo de aula remota passamos a orientar ainda mais questões de motivação e também de informática. Outras vezes passamos a ser alunos dos nossos alunos nos comandos virtuais. A mudança de papéis nos aproximou como nunca. A paciência foi elevada ao mais alto grau. As brechas e os imprevistos fizeram da palavra empatia algo necessário para vida docente e discente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Diante do exposto, podemos afirmar que esse tempo de pandemia é um tempo de tanta reflexão. Pensamos a partir de nós porque nossas aulas partiram de nossas casas. Não estamos em um ambiente neutro e totalmente acadêmico. Estamos em nosso lar. Ao lado dos nossos livros tem brinquedos dos nossos filhos, álcool gel, uma garrafa com água. Ao lado das anotações dos diários de classe tem a receita do remédio de nossas mães. Entre uma pauta e outra de reuniões, tem a lista do supermercado e/ou da farmácia, a lista das atividades domésticas. Nossas mesas mostram o nosso universo. E isso não nos faz um professor menor. Isso nos aproxima dos alunos. Talvez seja essa uma perspectiva válida de análise: diante de tantos papéis em nossas mesas nos questionamos a respeito da real necessidade de nossas disciplinas.

Não estamos no pedestal de professor separado do universo. Estamos no mesmo mundo que nossos alunos. Nossa internet falha. Nosso corpo cansa. Diante de tantos acontecimentos, nos questionamos de como nossas aulas poderão ser melhor aproveitadas por nossos alunos.

A dificuldade de ouvir os relatos pessoais de nossos alunos é porque também queremos falar. Rousseau estava certo. Precisamos conhecer melhor nossos alunos para melhor auxiliá-los. O que ele não deixou evidente, e isso é imensamente importante, é a necessidade de nós, os professores, também nos conhecermos.

Então, licença querido aluno, não tem toque, não precisa ficar de pé. Nós professores, vamos entrar em sua casa. E seja bem-vindo, pode entrar em nosso lar. Não temos, necessariamente um livro físico. Mas não vamos escrever no quadro. Tem outros recursos. Vamos conversar a respeito de teorias, conceitos e falar da vida. Vida essa que está sendo retirada de milhões de brasileiros. Vamos fazer valer a pena estar aqui. Vamos fazer por merecer. Que esse encontro seja um momento bom. Saiba, que seu mundo também é meu mundo. Estamos tão próximos.

Às vezes, o aluno assiste à aula em casa deitado em sua cama. Veja que intimidade. Vez ou outra colocamos nossos alunos para dormir. Ou, às vezes, eles nos acordam com uma mensagem de madrugada. Desse modo, pedindo ou não licença entramos na vida um do outro.

REFERÊNCIAS





CHAROUX, Ofélia Maria Guazzelli. **Metodologia**: processos de produção, registro e relato do conhecimento. São Paulo: DVS Editora, 2004.

DAMATTA, Roberto. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.

OLIVEIRA, Maria Marly. Como fazer pesquisa qualitativa. Recife: Bagaço, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio, ou, Da educação. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2014. (Livro I).

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 4. ed. rev. atual., 2005.



POESIA E FORMAÇÃO HUMANA: contribuições da poesia de Antônio Francisco

José Alberto da Silva¹

Débora Ariane Siqueira Nunes²

Ailton Siqueira de Sousa Fonseca³

RESUMO

O presente trabalho é parte das reflexões construídas por meio do projeto de pesquisa *Narrativas do presente: cotidiano e canto poético de Antônio Francisco* (PIBIC/CNPq/UERN 2020/21). Aqui, nosso objetivo é fazer uma reflexão sobre a contribuição da poesia desse poeta mossoroense, para a formação humana. Esse poeta é, simultaneamente, popular e erudito, escreve como quem planta uma semente para o futuro. Faz de suas palavras as fazedoras do amanhã. Sua escrita é uma meditação, um grito de liberdade, um sonho a ser sonhado por quem a ler. Para Bachelard, o poeta começa e termina fazendo uma soma da meditação e da expressão, do pensamento e do sonho, um retorno tardio à infância (2009). Inscritas na memória e escritas nos cordéis deste poeta, a sua infância dialoga com a de todos nós, nos ensina a olhar para as coisas e a vida com um olhar de descoberta infantil. Assim, a poesia de Antônio Francisco permite resgatar o velo de ouro, criança potencial que nos habita. Decerto, para o processo de formação humana demanda a construção de novos imaginários, esquemas valorativos e estilos de pensamento. Como expõe Morin, a complexidade da realidade nos exige superar o paradigma da disjunção, redução e unidimensionalização, na busca de um saber complexo, que nos permita distinguir sem desarticular, associar sem identificar ou reduzir (1998). Nesta direção, os anseios da humanidade vinculados às exigências do mundo hodierno e o meio que

¹ Bolsista PIBIC/CNPq dessa pesquisa, discente do curso de Ciências Sociais da UERN, membro do Grupo de Pesquisa do Pensamento Complexo (GECOM/UERN). E-mail: josebetojs@gmail.com

² Bolsista voluntária dessa pesquisa PIBIC, discente do curso de História da UERN e membro do Grupo de Pesquisa do Pensamento Complexo (GECOM/UERN). E-mail: debyariane310@gmail.com

³ Orientador dessa pesquisa, professor/doutor do Departamento de Ciências Sociais e Políticas da UERN, coordenador do Grupo de Estudos do Pensamento Complexo (GECOM/UERN). E-mail: ailtonssfonseca@gmail.com



os circundam, os aproxima, em grande medida, de uma relação pertinente entre poesia e formação humana, pois como nos diz Morin, a literatura é mais do que literatura: é uma escola de línguas, de descoberta de si, da condição e da compreensão humanas (2000). Marcada pela força das palavras e por temas como fome, amor, natureza, valores humanos e sua vida cotidiana, os cordéis de Antônio Francisco estão sendo movidos pela utopia realista e pertinente de ver nascer aquilo que Morin chama de poesia, algo que faz parte da literatura e, ao mesmo tempo, é mais que a literatura, pois leva-nos à dimensão poética da existência humana (2003). As poesias e narrativas de Antônio Francisco demonstram “que o ser mais insignificante tem várias vidas, desempenha diversos papéis, vive uma existência em parte de fantasias, em parte de ações” (Morin, 2000, p.44) A metodologia é de natureza qualitativa. Além de empregarmos *entrevistas abertas*, também recorreremos a *história de vida* e a *escuta sensível*, como métodos relevantes para alcançarmos nossos objetivos (Barbier, 1998). Por fim, percebemos que a poesia desse poeta mossoroense pode contribuir para um mundo mais poético e humanizado - por trazer em suas palavras temas necessários à formação humana.

Palavras-Chave: Antônio Francisco, Formação humana, Poesia.

ABSTRACT

This work is part of the reflections built through the research project Narratives of the present: everyday life and poetic song by Antônio Francisco (PIBIC / CNPq / UERN 2020/21). Here, our goal is to reflect on the contribution of this poet's poetry to human development. This poet is, simultaneously, popular and erudite, acquired as one who plants a seed for the future. Make your words as doers of tomorrow. His writing is a meditation, a cry for freedom, a dream to be dreamed of by anyone who reads it. For Bachelard, the poet begins and ends by adding up meditation and expression, thought and dreaming, a late return to childhood (2009). Inscribed in this poet's memory and written on the strings of this poet, his childhood dialogues with that of all of us, teaches us to look at things and life with a gaze of childlike discovery. Thus, Antônio Francisco's poetry allows us to rescue the golden fleece, the potential child that inhabits us. Certainly, for the process of human formation it demands the construction of new imaginaries, valuation schemes and thought styles. As Morin explains, the complexity of reality requires us



to overcome the paradigm of disjunction, reduction and unidimensionalization, in the search for a complex saber that allows us to distinguish without disjointing, associating without identifying or reducing (1998). In this direction, the longings of humanity linked to the demands of today's world and the environment that surrounds them, bring them, to a great extent, to a pertinent relationship between poetry and human formation, because as Morin tells us, literature is more than literature: it is a school of languages, of self-discovery, of the human condition and understanding (2000). Marked by the power of words and themes such as hunger, love, nature, human values and daily life, Antônio Francisco's cordéis are being moved by the realistic and pertinent utopia of seeing what Morin calls poetry, something that is part of the literature and, at the same time, it is more than literature, as it takes us to the poetic dimension of human existence (2003). Antônio Francisco's poems and narratives demonstrate “that the most insignificant being has several lives, plays different roles, lives an existence partly in fantasies, partly in actions” (Morin, 2000, p.44) The methodology is qualitative in nature. In addition to using open interviews, we also use life history and sensitive listening as relevant methods to reach our goals (Barbier, 1998). Finally, we realize that the poetry of this poet from Mossoró can contribute to a more poetic and humanized world - by bringing in his words themes necessary for human formation.

Keywords: Antônio Francisco, Human Formation, Poetry.

1 INTRODUÇÃO

Das “Estórias de Trancoso” aos repentos improvisados em versos, a poesia popular marca a história desse país tão diverso, marcando e constituindo a identidade do povo, negando as camadas, e indo do popular ao erudito para um fazer humano (HAURÉLIO, 2018). Essa é a literatura popular, entendo esta como Antonio Candido entendia. Ou seja: todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações (CANDIDO, 1988, p.176)

Este estudo foca na literatura popular, especialmente, na poesia e cordel de Antônio Francisco. Nosso objetivo é apontar algumas reflexões sobre a formação humana e a poesia



construídas a partir dos dados colhidos e conhecimentos tecidos pelo projeto de pesquisa *Narrativas do presente: cotidiano e canto poético de Antônio Francisco* (PIBIC/CNPq/UERN 2020/21). Como é sabido, a poesia desse mossoroense tem abrangência e reconhecimento local, estadual e nacional. Por meio de suas obras e narrativas orais, ele vem influenciando gerações, estimulando a imaginação poética da população e, sobretudo, de educadores, bem como tem se tornado uma rica e complexa fonte de reflexões sobre os valores humanos, a importância da natureza, o respeito às diferenças, a construção da cidadania e de relações mais harmônicas entre natureza e cultura, cidade e campo, ciência e poesia, as artes do fazer poético e o fazer das artes do viver cotidiano.

A vida e obra de Antônio Francisco é um convite passional e poético para repensarmos a formação humana para além das competências técnicas, racionais e profissionais e sim numa formação humana fundada em valores humanescos, ecológicos, éticos, solidários, integrativos e sensíveis. Assim poderemos construir um conhecimento mais pertinente, mais amplo e complexo, sobre a condição humana, como pensa Morin (2003).

É sabido que as coisas se deixam abordar tanto pela aridez dos conceitos como pela suavidade do pensamento. Isso é uma forma de dizer que, na ciência, o conceito precisa ser suavizado para que seja esclarecido; outra maneira de insinuar que nem sempre conhecemos as coisas pelo rigor da razão ou da cientificidade. O pensamento analítico, ou o “pensamento domesticado”, também tem necessidade de suavidade, leveza; necessita, portanto, do “pensamento sensível” (Lévi-Strauss), ou poético, para poder se aproximar ainda mais do estado de ser das coisas. O pensamento analítico/científico precisa ser humanizado por meio de um pensamento sensível/poético e, assim, ajudar o ser humano a dar sentido à sua vida e motivar as suas ações.

Percebemos, ao longo da pesquisa, que a poesia e os repentes de Antônio Francisco possuem a suavidade do pensamento que sabe ser rigoroso sem ser grosseiro, ser profundo sem perder a leveza, ser único e, ao mesmo tempo, plural; pensamento que sabe pensar em sentir e sentir em pensar, como dizia Fernando Pessoa. As poesias desse poeta trazem um manancial de significados e imagens implicadas que são extremamente importantes para a ampliação do conhecimento explicativo da ciência e inspiradoras de práticas inerentes à formação humana. É



esse manancial que nos faz tomar consciência de nossa frágil condição humana nesse planeta tão instável.

Se a poesia tem esse poder, talvez isso se deva à constatação de que ela é intrínseca aos fazeres humanos e ao se fazer humano. Foi isso que levou Freud (2015, p. 148) a dizer: “o último poeta desaparecerá com o último homem”. Assim, não podemos dissociar o sujeito de sua essência, o que corrobora com a noção de Freire (2001) sobre a educação emancipadora. Para este, educar é um processo realizado não para o mercado, mas para a vida. Para cumprir essa dimensão, a poesia é fundamental.

Neste horizonte, a primeira parte deste trabalho, intitulada: “Poeta e Cordelista Antônio Francisco, apresentamos brevemente a trajetória de vida do poeta e alguns aspectos estruturais de suas obras. Na segunda parte, “Poesia e condição humana”, destacamos a relação entre poesia e sua importância para a formação humana. E, por fim, apresentaremos nossos resultados e conclusões, bem como nossos referenciais bibliográficos.

1.1 POETA E CORDELISTA ANTONIO FRANCISCO

Nascido em 21 de outubro de 1949, num bairro chamado Lagoa do Mato, cidade de Mossoró-RN, Antônio Francisco é poeta popular, xilógrafo, compositor e até hoje ainda trabalha confeccionando placas. Além disso, tornou-se um grande esportista. Dedicou bastante tempo ao ciclismo, fazendo passeios de *bike* por toda região Nordeste. Daí, talvez, a razão de sua estreia tardia nas letras. Suas escrituras estão marcadas por suas experiências de vida. “Meu Sonho”, seu primeiro poema, traz versos impressionistas e surrealistas, onde o autor recorre à fantasia para demonstrar a sua inquietação com a interação/desintegração entre o homem e o meio ambiente. Filho de Francisco Petronilo de Melo - um ex-jogador de futebol entre as décadas de 1940 e 50 - e de Pêdra Teixeira de Melo, Antônio Francisco não nasceu poeta. Quando a poesia soprou em seu coração, fez-se verbo em sua boca e se tornou escrita em seus cordéis, ele já tinha mais de 40 anos de idade. A poesia o fez um poeta que escreve com toda aquela força e vida que tem a palavra quando quer nascer.

Relembrando suas trajetórias, ele diz:



Já fui soldador, soldado, plaqueiro
Pintor de parede, de letra e servente
Garçom, cobrador, vigia, gerente
Marchante de bode, sapateiro e armeiro.
Vendi cajarana, cajá e limão
Limpei de enxada, apanhei algodão,
Vendi tapioca, jornal e revista.
Já fui jogador de bola e ciclista
Fiz bomba caseira e soltei foguetão (Francisco, 2009, p.8).

Antônio Francisco é reconhecido como um grande narrador da vida cotidiana. Talvez tenha sido essa condição de gostar de ouvir e construir narrativas que o levou a cursar História na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Apesar de afirmar que esse curso não o ajudou muito na sua produção poética, tendo em vista já produzir poesia antes de cursar, ele confessa sua paixão pela história do Brasil, de Mossoró e pela história geral. Cada poesia e cordel por ele escrito ou declamado, conta uma história. Parece que o poeta se faz e se refaz na sua poesia, contar história é se contar, narrar-se, dar a si o que lhes falta: uma história que diga quem ele é, onde está, o que faz, sente, e quem nós somos.

Hoje, as escolas, as festas populares, os eventos políticos e culturais ou, em uma palavra, o Rio Grande do Norte, conta a história desse poeta e canta a sua poesia por meio de seus poemas.

Antônio Francisco é reconhecido pela narratividade e pela musicalidade de seus poemas. Como ele mesmo nos disse: “A poesia tem uma melodia, tem música”. A percepção dessa singularidade nas suas poesias, levou o músico e cantor pernambucano, Kleber Araújo, a gravar um CD intitulado “Cantigas do poeta”, com dez faixas inéditas de poemas musicados de Antônio Francisco⁴. São aspectos como esses presentes em suas produções que chamaram a atenção de críticos literários e artistas nacionais. O reconhecimento da qualidade da sua produção levou-o a ser eleito para a Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLC) em 15 de maio de 2006, onde ocupa a cadeira de número 15, cujo patrono é o poeta cearense Antônio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré.

⁴ Fonte: <https://papocultura.com.br/antonio-francisco-o-rei-do-cordel-no-brasil/>. Acesso em, 15 de julho de 2021.





Casado com sua grande companheira e amor, Nira, e prestes a completar seus 72 anos de vida, sempre requisitado e homenageado, Antônio Francisco continua produzindo belas poesias e recitando suas criações em eventos e escolas do município e do estado. Sua produção é bastante extensa e já registra mais de 35 obras publicadas e outras ainda no prelo. Dentre elas, destacamos: “Dez cordéis num cordel só”, “Por motivos de versos” e “Veredas de sombras”. Destacam-se ainda aqueles que se tornaram clássicos da literatura do cordel, como: “A casa que a fome mora” e “Os animais tem razão”, “Meu sonho”, “O guarda-chuva de prata”, “Os sete constituintes” ou “Os animais têm razão”, “Aquela dose de amor”, “A oitava maravilha” ou a “Lenda de Cafuné”, “A cidade dos cegos” ou “História de pescador”, “As seis moedas de ouro”, “A arca de Noé”, “Do outro lado do véu”, “Confusão no cemitério”, “O ataque de Mossoró ao bando de Lampião”, “A lenda da Ilha Amarela”, “Um conto bem contado”, “A casa que a fome mora”, “Um bairro chamado Lagoa do Mato”, “O duelo de Bangala”, “O feiticeiro do sal”, “Uma carrada de gente”, “No topo da vaidade”, “Uma carta para a alma de Pero Vaz de Caminha”, “Uma esmola de sombra”, “O Rio de Mossoró e as lágrimas que eu derramei”, “O lado bom da preguiça”, “A resposta” e “De calça curta e chinela”, editadas em folhetos ou em seus livros, como, por exemplo, seu mais recente livro: “Quatro léguas e meia de cordel”.

Esse poeta é, simultaneamente, popular e erudito, escreve como quem planta uma semente para o futuro. Faz de suas palavras as fazedoras do amanhã. Sua escrita é uma meditação, um grito de liberdade, um sonho a ser sonhado por quem a lê. Como ele mesmo disse:

Escrever é meditar
 Todo dia, o dia inteiro,
 Fazer do vento uma escada,
 Do luar um candeeiro,
 Pra ver o rosto de Deus
 Por detrás do nevoeiro.
 É viajar dia e noite
 No barco da Liberdade,
 Num rio feito de versos
 Pela criatividade,
 Olhando pela janela
 Dos olhos da humanidade.
 É viver plantando sonhos
 Onde mais ninguém plantou,





Sonhar colhendo a semente
Do sonho que ele sonhou,
E sugar o mel das pétalas
Da roseira que murchou. (Francisco, 2009b, p. 13).

Ao contrário do poeta Manoel de Barros (2002) que constrói palavras novas escovadas de pedras antigas, este poeta não inventa novas palavras, porque as velhas e usuais palavras, quando arrumadas de novas maneiras, dizem aquilo que nenhum neologismo ou — “ideoleto”⁵ pode expressar. Isto tem aproximado a poesia de Antônio Francisco da vida vivida no cotidiano e pode se tornar um recurso para a formação humana.

1.2 POESIA E CONDIÇÃO HUMANA

As poesias ou cordéis de Antônio Francisco encantam, despertam a curiosidade, a atenção e interesse por temas como: ecologia, direitos humanos, fome, vida urbana, natureza, animalidade, valores humanos, respeito, solidariedade, compaixão e sobre a importância de ler, escrever e expressar as nossas emoções. Uma formação humana encontra na poesia um de seus aspectos mais importantes, capaz de despertar no ser humano a imaginação e os ideais de uma humanidade que só é possível por meio da humildade.

Dos recitais poéticos à formação humana, quando Antônio Francisco recita seus próprios cordéis, vêm mostrando que a poesia abre caminhos, ajuda-nos a caminhar e a desejar “um mundo melhor, livre da utopia do melhor dos mundos” (Morin, 2013). É na literatura que encontramos compreensões e respostas que a ciência não consegue elaborar.

Nesse mundo, marcado pelo desaparecimento de todos os referenciais, pela dificuldade de nos orientarmos no pensamento, é necessário voltarmos às artes, que não pretendem explicar o mundo por meio de conceitos e sim falar de experiências do mundo (Novaes, 2005, p.7-8). São os poetas que levam o homem a repensar seu pensamento, a rever suas visões, a interrogar suas certezas, a visitar seus próprios sentimentos. Foram os poetas que, antes da ciência, nos ajudaram a pensar o mundo e sobre nós próprios (Novaes, 2005). Como pensava o poeta Paul

⁵ Expressão usada pelo poeta brasileiro Manoel de Barros ao longo de sua extensa obra de poesia.



Valéry, “poesia é pensamento abstrato” (*apud* Novaes, 2005, p.9) que nos ajuda a sentir concretamente o mundo e a nós mesmos.

Pensamos, como Morin, que a literatura e a poesia são escolas de vida e de compreensão humanas: escolas de língua, escolas de descobertas de si, escolhas da complexidade humana, escolas de compreensão humana. É por meio da

literatura que o ensino sobre a condição humana pode adquirir forma vívida e ativa, para esclarecer cada um sobre sua própria vida”, pois viver exige, de cada um, lucidez e compreensão ao mesmo tempo, e, mais amplamente, a mobilidade de todas as aptidões humanas (Morin, 2000, p.48-54).

Percebemos, assim, a necessidade de dedicarmos atenção dada a poesia para a formação humana, sobretudo, da poesia de Antônio Francisco. Com isto, um dos aspectos mais importantes na obra desse poeta é mostrar a relação entre vida e ideias, experiência de vida e escrita poética, transformar a prosa da vida cotidiana em poética da existência.

Quando vai a público, por exemplo, ele não recita somente um cordel, mas conta sua história de vida, transforma sua vida em cordel, em poesia. E diz, mesmo sem dizer, que qualquer um de nós tem muito o que falar, que podemos ser narradores de nossa própria vida, sermos heróis de si mesmos: nos salvamos dos abismos existenciais e subjetivos que nos devoram por dentro.

Em todas as apresentações que este carismático poeta realiza pelo Brasil, ele faz questão de enfatizar que é mossoroense. “Criado solto nas ruas da cidade de Mossoró”, “solto no mundo”, como costuma dizer, ele assume: “sempre fui um menino atrás de fazer as coisas”. Quando não estava “fazendo molecagem”, Antônio Francisco “estava em casa descobrindo o mundo mágico da literatura de cordel”, lendo ou ouvindo, sob à luz da lamparina, a sua tia recitar cordéis. As suas memórias de infância se tornaram a matéria prima de sua imaginação poética de adulto. “Passei a infância jogando bola, pião, tomando banho de rio, pescando traíra⁶, caçando rolinha, fazendo armadilha para pegar preá... Tudo que eu fiz na minha vida eu gostei de fazer. Gosto da Lagoa do Mato mais que qualquer outro lugar do mundo”, nos disse ele em entrevista.

⁶ Nome de um peixe muito conhecido por quem pesca nos rios de águas doces do Nordeste.



Nasci numa casa de frente pra linha de trem, num bairro chamado Lagoa do Mato. Cresci vendo a garça, a marreca e o pato brincando por trás de nossa cozinha. A tarde chamava o vento que vinha das bandas da praia pra nos abanar. Titia gritava: está pronto o jantar! O sol se deitava, a lua saía, o trem apitava, a máquina gemia soltando fásca de fogo no ar.

E acrescenta: “Aquilo era o mundo encantado! Aprendi a ler na minha luta diária”. “O milagre era diário. Onde faltava dinheiro, sobrava felicidade”⁷.

Assim, narrada, essa história do poeta se torna a sua própria poesia. Poesia feita da mesma matéria da vida diária: com sol e suor, com calor e amor, com luta e labuta, com dificuldade e felicidade. Sua vida é poesia, sua poesia é viva. Assim, ele “nos ajuda a aprender a viver”, como diz Morin. “Aprende-se a viver por meio das próprias experiências, primeiro com a ajuda dos pais, depois dos educadores, mas também por meio dos livros, da poesia, dos encontros” (Morin, 2015, p.15). Como um recurso inestimável, a literatura desenvolve, simultaneamente, nos humanos, a razão e a sensibilidade, desperta para perceber o lado sensível da concretude do mundo.

A condição do poeta não depende necessariamente de uma situação real de prazer, mas de um devaneio que abra espaço à experimentação árdua dos sentimentos, até dos mais circunstanciados e/ou de situações adversas do cotidiano, que requerem certa presença de espírito para deles extrair sua positividade.

É na novidade trazida pelo instante que a imagem poética constitui seu próprio ser. O espaço e o tempo se conformam à realidade do poeta, importando apenas o instante poético. Há horas na vida de um poeta em que o devaneio assimila o próprio real. O que ele percebe é então assimilado. O mundo real é absorvido pelo mundo imaginário (porque a vida também é para ser lida), como diria Guimarães Rosa (1985).

As poesias e narrativas de Antônio Francisco demonstram “que o ser mais insignificante tem várias vidas, desempenha diversos papéis, vive uma existência em parte de fantasias, em parte de ações” (MORIN, 2000, p.44). Com isto, a literatura nos ensina a aprender e a ensinar mais sobre a condição humana, sobre quem nós somos, o que nos tornamos, o que podemos

⁷ As citações das falas de Antônio Francisco foram retiradas de entrevista realizada no dia 19 de dezembro de 2019, momentos antes de começar a pandemia.



fazer, como poderemos viver melhor com-os-outros. Ao aceitar a complexidade do instante poético, no qual o poeta se permite e nos permite enxergar além dos olhos, a pensar além da razão, estaremos próximos “ao pensamento explicitado, aos amores vividos, à vida social, à vida comum, à vida escorregadia, contínua”. (BACHELARD, 2010, p. 94).

Michel de Certeau (1994, p. 142) disse que “não basta ser autor das práticas sociais, é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza”. O mesmo serve para se referir a Antônio Francisco, poeta que sabe reconhecer e captar a dimensão poética do mundo, a perceber que “o aprendizado lá fora é muito grande”. Mesmo que educar signifique fazer brotar, emergir, desenvolver competências subjetivas internas, o poeta nos chama a atenção para o processo de formação humana que só é possível por meio da dialogia fora-dentro, interior-exterior.

A literatura ou, de forma específica, a poesia de Antônio Francisco se mostra como uma nova linguagem capaz de empregar novas formas de apreensão e expressão, ampliando, com isso, a capacidade reflexiva.

A poesia, que faz parte da literatura e, ao mesmo tempo, é mais que a literatura, levamos à dimensão poética da existência humana. Revela que habitamos a Terra, não só prosaicamente – sujeitos à utilidade e à funcionalidade –, mas também poeticamente, destinados ao deslumbramento, ao amor, ao êxtase. Pelo poder da linguagem, a poesia nos põe em comunicação com o mistério, que está além do dizível (MORIN, 2003, p. 45).

Esse elo entre poesia e formação humana passa pela subjetividade, construindo uma experiência onde os humanos podem encontrar respostas para as suas inquietações, seus interesses e suas expectativas. A ampliação dessa experiência, no âmbito do sujeito, resulta na organização de um mundo interior e subjetivo mais rico, complexo e aberto às possibilidades interpretativas e valorativas. Como expõe Morin, “Trata-se, enfim, de demonstrar que, em toda grande obra, de literatura, de cinema, de poesia, de música, de pintura, de escultura, há um pensamento profundo sobre a condição humana” (2003, p. 45).

Explorar esse diálogo entre a poesia e formação humana é dar margem à liberdade para que cada sujeito se posicione, desde que seu princípio norteador seja a emancipação. Educar é educar-se na prática da liberdade (FREIRE, 1992). Aqui, para além da mera replicação, este



mesmo educar aparece, também, como sinônimo de recriar e refazer, um movimento que pode deflagrar, no aprendiz, uma inventividade crescente de liberdade e desenvolver um pensamento que sabe se repensar. Assim, a poesia nos diz que é preciso adequar o nosso conhecimento àquilo que o poema nos apresenta. Somente assim é possível um conhecimento mais complexo sobre o humano.

3 MÉTODO

Esta pesquisa não partiu de uma metodologia fixa. Antes, partiu de um método. Como compreende Edgar Morin, há uma diferença entre metodologia e método de pesquisa. A metodologia é um roteiro previamente traçado pelo pesquisador para tentar, diante do seu objeto, apreender as dimensões que atendem aos seus interesses. Em síntese: a metodologia é um programa, um roteiro predeterminado. Assim, Morin defende a noção de método enquanto estratégia (2015). Este, por sua vez, diz respeito a um conjunto de estratégias que o pesquisador elabora para se aproximar e apreender a natureza de seu objeto de estudo. É o objeto que, de certa forma, mostra a melhor maneira de apreendê-lo. Sobretudo, quando esse objeto é um sujeito falante e desejante. Nesse sentido, essa pesquisa investiu esforços práticos e cognitivos nessa concepção de método enquanto estratégia de pesquisa e conhecimento. De acordo com o conhecimento obtido sobre o objeto/sujeito desta investigação, é possível apontar algumas estratégias que empregamos para realizar esta pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa sobre o itinerário, a vida e a obra de um dos grandes poetas populares de Mossoró, foi necessário, por parte dos pesquisadores, exercitar o método da *escuta sensível* no sentido de René Barbier. Essa escuta inscreve-se numa constelação de três outras escutas: a científica (rigor e fundamentação metodológica/teórica), a poética (leva em conta as dimensões subjetivas, imagísticas e criacionais), a filosófica (considera os valores presentes nas coisas e que atuam sobre o sujeito). Ela funciona como estratégia de percepção e compreensão que requer um trabalho do sujeito sobre si mesmo e em sua relação com o outro. Nas palavras de Barbier, a escuta sensível começa por não interpretar, por suspender qualquer juízo. Ela procura compreender por ‘empatia’, o excedente de sentido que existe na prática ou na situação de pesquisa. Ela aceita deixar-se surpreender pelo desconhecido que sem cessar anima a vida.



A escuta sensível contribui para que o sujeito se livre de seus entulhos interiores para entender os objetos, os outros. Ela exige uma abertura dos pesquisadores diante de seu objeto (1998, p. 168-199). Além desses métodos, sentimos necessidade de fazermos *leituras e fichamentos dos novos cordéis, a constituição de um arquivo sobre as composições musicais* de Antônio Francisco e a sistematização dos mesmos por meio de temáticas transversais abordadas por ele em suas produções.

Além dessas estratégias, usamos também outros procedimentos complementares como, por exemplo, a *observação direta* da vida cotidiana do poeta para captar e registrar suas memórias e histórias de vida. Acompanhamos alguns eventos nos quais o poeta se apresentava recitando seus cordéis e poesias, sobretudo, as apresentações do poeta em sala de aulas de algumas escolas no município. Esse trabalho de observação possibilitou, em primeiro lugar, aos pesquisadores, o contato direto com as memórias de trajetórias do poeta e, em segundo lugar, o registro sonoro, visual e audiovisual das suas narrativas de vida. E mais: como estratégias empregamos ainda a *história oral* que nos ajudou, como disse Paul Zumthor, a captar as experiências de vida e o “dinamismo concreto da voz” (2010) e a *história de vida* que nos permitiu, nos dizeres de Marie-Christine Josso, a apreensão de uma aprendizagem experiencial implicada diretamente no envolvimento do sujeito em suas três dimensões: sua prática cotidiana, sua consciência sobre sua prática e sua consciência reflexiva/poética/criacional (2010). Ao todo, foram mais de oito horas de histórias gravadas com o poeta. Isto possibilitou a construção de uma representação do universo pessoal, criacional do poeta Antônio Francisco. Além disso, aplicamos *questionários, entrevistas, filmagens e fotografias* para registro e realimentação do banco de dados sobre esse poeta. Impossibilitados de voltarmos ao campo de pesquisa e construirmos outros momentos de vivências, experiências compartilhadas e observações participantes, recorreremos, ainda, ao acervo *online* sobre o poeta e sua relação com público, bem como a pesquisas realizadas via plataformas Google Scholar e SciELO.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

A obra de Antônio Francisco chama atenção para valores intrinsecamente ligados à humanização do próprio homem e a naturalização do mundo. Somente a realidade permite a



construção de algo tão fantástico, irreal e verdadeiro como demonstra a sua vida/obra. A realidade permite ao poeta construir suas verdades inventadas, as únicas possíveis na vida, aquelas que são suficientes para viver e encarar os desafios da vida cotidiana. Aquilo que aparece como nauseante ou protestante, aos seus olhos, é matéria prima para a sua mente operar a sua mão escritora. Assim ele vive, e como leitores, pesquisadores ou educadores, ele nos ajuda a viver melhor, a estarmos com os sentidos abertos ao mundo, com a mente criativa e as mãos obreiras hábeis para inventar uma palavra poética que nos faça sonhar com o dia de amanhã. Assim como Antônio Francisco está por inteiro em tudo que faz, assim como ele se encontra dentro de cada palavra que fala e escreve, a poesia deve estar presente em toda a vida, em todas as práticas formativas do ser humano. Pois, se faz humano por meio do viver poético.

Ao escrever cordéis e poesias que falam de sua vida e do seu mundo circundante, esse poeta toca em nossas vidas, em quem nós somos e na realidade do mundo na qual todos nós vivemos. Essa é uma das marcas de sua poesia: ao falar de si, de um eu que se comunica com o outro, ela faz esse outro se identificar com ele mesmo e com os outros. Se é pertinente dizer que “o que se diz de si mesmo é sempre poesia” (Renan *apud* Bachelard, 2007, p. 13), não é exagero afirmar que falando de si mesmos, da sua vida, seus costumes, suas cosmovisões ou se expressando por meio dos cordéis, esse poeta contribui para construir uma grande e complexa imagem de ser-no-mundo e de nosso tempo. Contribui, de forma poética e pertinente, para repensarmos nossa realidade, nossos métodos de abordagens da realidade e aqueles voltados para a construção de novos saberes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com suas palavras vivas e pulsantes, tecidas no calor do instante-já, Antônio Francisco reconstrói imageticamente a realidade, sua história, sua cultura e, com isso, acrescenta à prosa do mundo a sua poesia de estar-vivo, sentindo e intuindo a realidade circundante. Ele nos ajuda a construir um mundo voltado para a humanização do homem, pois investe criativa e profundamente na importância dos valores, da ética, das sensibilidades humanas para enfrentarmos a crueldade do mundo. Do fazer da poesia do poeta cordelista Antônio Francisco uma nova possibilidade de encantamento e vivência, um deleite nesse tão vasto e surpreendente



universo da poesia. A poesia pode ser mais do que poesia: pode ser um meio do homem se reeducar e se reconstruir humanamente.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A intuição do instante**. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Verus Editora, 2007.

_____. **A poética do devaneio**. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BARROS, Manoel de. **Retrato do artista quando coisa**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (Org.). **Multireferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCar, 1998, p. 168-199.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 1988.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 1995.

_____. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FRANCISCO, Antônio. **Os animais têm razão**. Brasília: Conhecimento Editora, 2009.

_____, **Sete contos de Maria**. Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, 2009b.

_____. **Biografia**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREUD, Sigmund. **O delírio e os sonhos na Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909)**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HAURÉLIO, Marco. **Breve história da literatura de cordel**. Claridade, 2018.



JOSSO, Marie-Christine. Segunda parte – As histórias de vida como metodologia de pesquisa-formação. In: **Experiências de vida e formação**. Tradução: José Cláudio e Júlia Ferreira. São Paulo/Natal: EDUFRN/PAULUS, 2010, p.139-174.

MORIN, Edgar. **Amor, poesia, sabedoria**. Tradução: Edgar de Assis Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. - 8ª ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1998.

_____. **A via**: para o futuro da humanidade. Tradução: Edgard de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. **Ensinar a viver**: manifesto para mudar a educação. Tradução: Edgard de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2015.

NOVAES, Adauto (Org.). **Poetas que pensaram o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROSA, João Guimarães. **Tutameia** (terceiras estórias). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

JOSSO, Marie-Christine. Segunda parte – As histórias de vida como metodologia de pesquisa-formação. In: **Experiências de vida e formação**. Tradução: José Cláudio e Júlia Ferreira. São Paulo/Natal: EDUFRN/PAULUS, 2010, p.139-174.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Tradução: Tânia Pellegrini. São Paulo: Papyrus, 1989.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



POLEGARES FALANTES: o lugar das narrativas no mundo contemporâneo

Gabriel Liberato¹

Ailton Siqueira de Sousa Fonseca²

RESUMO

Ainda é possível falar em narrador e em narrativa no século XXI? A partir constatação benjaminiana do desaparecimento do narrador, investigaremos se de fato o narrador desapareceu, e com eles as narrativas. A falência da experiência autêntica é sentida como incapacidade de construir narrativas capazes de representar ou situar os sujeitos em suas histórias individuais e coletivas. Nosso esforço se dirige para entender se as “virtualidades” da atualidade não vêm a travestir e sequenciar o que um dia foram as narrativas greco-mitológicas, religiosa-cristã e da era romântica-vitoriana. Ou seja, pensar se os dispositivos tecnológicos surgem como artifício narrativo para o sujeito contemporâneo tecer as histórias de vida, seja contando ou escutando. Este trabalho é animado pelo desejo de compreender qual o lugar da narrativa na sociedade contemporânea. Será realizada uma revisão da literatura integrativa, sendo uma das formas de iniciar um estudo, buscando aproximações entre artigos levantados nos documentos de referência. Pensemos à contemporaneidade como tempos de polegares falantes. Através dos dedos, protegido pelo véu das telas, pagamos um preço: sacrificamos a palavra falada e a oralidade. A linguagem continua operando, mas por outra via: como narrativas no campo virtual. As narrativas acompanham as transformações culturais, ou seja, se surgem outros dispositivos que estruturam o laço social, novas gramáticas narrativas são evidenciadas.

Palavras-chave: Narrativa; Contemporaneidade; Cultura; Experiência.

¹Psicólogo. Psicanalista. Docente na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. Mestrando em Ciências Sociais e Humanas (UERN). Email: gabrielliberatodr@hotmail.com

²Doutor em Ciências Sociais, docente do Departamento de Ciências Sociais e Políticas da UERN e do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais (UERN), coordenador do Grupo de Pesquisa do Pensamento Complexo (GECOM/UERN). E-mail: ailtonssfonseca@gmail.com



ABSTRACT

Is it still possible to speak of narrator and narrative in the 21st century? Based on Benjamin's observation of the narrator's disappearance, we will investigate whether in fact the narrator disappeared, and with them the narratives. The failure of authentic experience is felt as an inability to build narratives capable of representing or situating subjects in their individual and collective histories. Our effort is aimed at understanding whether the “virtualities” of today do not come to transvestite and sequence what once were the Greek-mythological, religious-Christian and romantic-Victorian narratives. In other words, think about whether technological devices emerge as a narrative device for the contemporary subject to weave life stories, whether telling or listening. This work is animated by the desire to understand the place of narrative in contemporary society. An integrative literature review will be carried out, being one of the ways to start a study, seeking approximations between articles raised in the reference documents. Let's think of contemporaneity as times of talking thumbs. Through the fingers, protected by the veil of the screens, we pay a price: we sacrifice the spoken word and orality. Language continues to operate, but in another way: as narratives in the virtual field. Narratives accompany cultural transformations, that is, if other devices that structure the social bond emerge, new narrative grammars are highlighted.

Keywords: Narrative; Contemporaneity; Culture; Experience.

1 INTRODUÇÃO

“O que aconteceria se eu cessasse de contar minha vida, se eu parasse de gritá-la, de chorá-la, de deplorá-la, de cantá-la de representá-la, de dizê-la?”

(ZygmuntBauman)

Duas situações observadas implicaram esse trabalho. A primeira ocorreu durante o aniversário de um menino de cinco anos. A família se reúne para almoçar e celebrar a natalidade da criança. Tios e tias, avós e avôs, todos reunidos em ato de comunhão comemorando aquela



data. Tudo aparentemente normal para uma ceia de aniversário. Mas algo estranho acontecia. A criança que deveria se contagiar pela presença de todos, se divertindo, talvez se envergonhando. Mas ela não estava. Ela estava em outra cena. Estava com a cabeça “dentro de um celular”, assistindo um desenho no YouTube. Parecia ignorar completamente seu aniversário, a presença dos avós ou qualquer outra coisa que não fosse o celular, estava conectada em outro realidade.

A segunda se passa numa rua onde todos os dias, nos finais de tarde, os vizinhos se encontravam nas calçadas para conversar – fofocar – sobre os mais diversos assuntos do cotidiano. Jovens, adultos e idosos, a tradição da “paradinha/passadinha” na calçada antes de entrar era sagrada. Nessa passadinha os mais novos escutavam os mais velhos e o espírito comunal acontecia por meio da transmissão de experiências. Mas, entre os anos de 2010 e 2020 essas calçadas foram ficando vazias. As cadeiras estavam empoeiradas e o silêncio prevalecia; o golpe não foi à chegada das televisões como nas décadas de 60 e 70, mas de outra tela: o celular. Na zona rural, o mesmo paradigma parece se repetir. Sítios, fazendas e lugarejos, onde as noites eram repletas de histórias e causos, parecem atravessar o mesmo empobrecimento da voz e da palavra falada. O compasso do tempo que era determinado pela natureza parece perder espaço para as telas virtuais, ou seja, o jornal nacional avisa à hora de dormir.

As situações se aproximam quando observamos que os espaços coletivos que produziam o compartilhamento das experiências da vida estão se perdendo em meio aos emudecimentos da palavra falada. O verbo não se fazia voz. A voz não se fazia narrativas. O narrador está em silêncio. O artifício da linguagem prevalece, mas parece operar por outros dispositivos. A partir desses casos iniciais e da constatação benjaminiana do desaparecimento do narrador, investigaremos se, de fato o narrador desapareceu, e com ele as narrativas. Somos levados e movidos pelo seguinte questionamento: é possível falarmos ainda em narrador e em narrativa no século XXI?

Antes de seguir, é importante destacar que essas reflexões caminham em consonância com as observações feitas pelos mesmos autores num outro estudo, denominado *Prêt-à-Porter: uma estética da vida contemporânea* (2020). Nesse trabalho, foi analisada a interlocução entre a crise – o mal estar – do sujeito na contemporaneidade e as possíveis saídas apresentadas por uma cultura neoliberal, representada pelo modo “*Prêt-à-porter*” de existir. Essa cultura



configura a gramática dos modos de vida da atualidade, determinam nosso ir e vir, como devemos nos comportar, o que devemos falar, onde devemos ir, nossos desejos e necessidades. Pensar as narrativas no século XXI é uma forma de avançar na compreensão desse sujeito contemporâneo. Esse que parece ser cada vez mais destituído de seus atributos singulares, da sua capacidade de escolha ao desaparecimento de sua voz na interação com o outro nas relações interpessoais.

Como já foi dito, este trabalho é animado pelo desejo de compreender qual o lugar da narrativa na sociedade contemporânea. Pensamos inicialmente nos dispositivos tecnológicos como um artifício narrativo para o sujeito contemporâneo tecer as histórias de vida, seja contando ou escutando, assim, problematizaremos como “virtualidades” possibilitam formas de significar a existência. Para esse estudo, serão levados em consideração alguns casos cotidianos, e utilizada à revisão da literatura integrativa, pois é uma das formas de realizar um estudo bibliográfico, buscando aprofundamentos nos documentos de referência. Esse método de pesquisa constitui uma ferramenta importante, pois possibilita a análise da literatura de forma ampla e sistemática, além de compartilhar dados científicos produzidos por outros autores. O propósito geral de uma revisão de literatura é reunir conhecimentos sobre um tópico, ajudando nas fundamentações de um estudo (SOUZA, SILVA E CARVALHO, 2010).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em seu texto “O narrador”, Benjamin (1994) percebe que a arte de narrar histórias está em extinção e, conseqüentemente, o narrador está desaparecendo: “São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente (BENJAMIN, 1994, p. 197)”. Para Benjamin, há dois tipos clássicos de narradores: o camponês (narrador que sempre viveu em seu país) e o marinheiro, comerciante (narrador que vem de longe). Para ele, o primeiro golpe para a morte da narrativa é o surgimento do romance como gênero literário, assim, o romance está ligado ao livro que não remete à oralidade. Outro aspecto que corrobora para o desaparecimento do narrador é a informação, pois ela é mais ameaçadora e provoca uma crise no próprio romance. Segundo ele, na narrativa, o saber deve vir de longe, diferentemente da informação que pode ser instantânea e imediata. Para Benjamin, o narrador não é o escritor. É o homem da oralidade



que está cada vez mais desaparecendo frente a um mundo cada vez mais escrito, com pouca memória e muitas informações que não chegam a se tornar conhecimentos, tendo em vista que são somente fragmentos de mensagens, descontextualizadas e rapidamente substituíveis.

O marinheiro viajante – que traz na memória as marcas de lugares distantes, e o camponês, - “preso” a terra, senhor da técnica orgânica de manejo da subsistência e detentor da tradição, são sujeitos que transfiguraram a experiência em narrativas cujo compartilhamento precipita efeitos significantes nas vidas dos ouvintes. Como Benjamin (1994), pensamos a narrativa como uma espécie de reconstrução artesanal da experiência existencial, seja de um lugar, de fragmentos de tradição, de afetos, ou seja, é um artefato linguístico que podem ser compartilhados e assimilados pelos ouvintes, possibilitando a construção de sentidos para uma experiência.

Em um ensaio de 1933, intitulado *Experiência e pobreza*, Benjamin (1994) aponta para o declínio da experiência coletiva na modernidade. Esse declínio consiste na incapacidade do sujeito estabelecer a *Erfahrung*, a experiência autêntica. Esta experiência remete ao lugar da tradição em sua função de transmissão de formas de vivência e de maneiras de apreender o mundo coletivamente. Ou seja, da capacidade da vivência se transformar numa experiência. A falência da experiência autêntica é sentida como incapacidade de construir narrativas capazes de representar ou situar os sujeitos em suas histórias individuais e coletivas. Em contraponto, caracteriza a experiência moderna como *Erlebnis* (vivência), marca da experiência desenraizada e estritamente individual, caracteristicamente evidenciada na vida urbana contemporânea. A experiência, portanto, remete a coletividade, aquilo que se torna um legado. A vivência, por sua vez, remete ao individual.

Essa falência da experiência na modernidade é questionada por Benjamin:

Qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? A horrível misórdia de estilos e concepções do mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie (BENJAMIN, 1994, p. 115).



Orientadas pela produção em massa e pela técnica que atuam em nome do progresso, as transformações desencadeadas pela intensificação do capitalismo na vida cotidiana, fazem-se, ao mesmo tempo, causa e efeito das dinâmicas das vidas urbanas. O ritmo fabril, fragmentado e veloz, inaugura outra relação com o tempo. Os espaços (assim como nossos corpos) passam a ser organizados de maneira racionalizada para permitir um ritmo de circulação de pessoas e mercadorias nunca antes experimentadas. Corpos individuais transitam pela cidade cada vez mais desligados dos lugares em que se movimentam e das pessoas com quem dividem os espaços. Esse novo panorama existencial atravessa fortemente a produção das subjetividades.

A formação da subjetividade contemporânea está associada à emergência de um modo de vida peculiar e historicamente localizada, caracterizada pela contextualização cidadina, marcada pelas ambivalências e excessos de estímulos, e interpelações ideológicas, de consumo e de poderosos gestores da vida. As cidades ao redor de todo o mundo agregam formas de subjetivação semelhantes, forjadas pelo bombardeio de imagens e propagandas, pela presença de dispositivos e formas de sociabilidade virtuais, veiculadas em gadgets³ e pela circulação da vida em torno do consumo, combinando velocidade e esvaziamento da narração e do sentido histórico de nossa época. Podemos apontar para as formas concretas que tem se tornado marcas corriqueiras de nossas cidades, invólucros desses modos de subjetivação: condomínios e *shopping centers*, dotados de arquiteturas uniformes, lugares de consumo de mercadorias e estilos de vida, de marcas desprovidas de história e desligados das tradições e valores representantes das culturas dos povos, favorecendo a vivência de um tempo-espaço sem qualidades, esvaziado.

Para Benjamin, a condição de narrador está próxima daquela do homem artesão: assim como o artesão tece suas peças, o narrador tece suas narrativas, ambos os sujeitos daquilo que fazem. Com isso, eles também se refazem. Mas para Benjamin, o homem está perdendo o gosto

³“*Gadget* (em inglês: geringonça, dispositivo), é um equipamento que tem um propósito e uma função específica, prática e útil no cotidiano. São comumente chamados de *gadgets* dispositivos eletrônicos portáteis como PDAs, celulares, *smartphones*, leitores de mp3 (...) no campo da Psicanálise quando, na segunda metade do século XX, o psicanalista francês Jacques Lacan passa a dele fazer uso para referir-se aos objetos de consumo produzidos e ofertados como se fossem "desejos" pela lógica capitalista (...) Entre esses gadgets, diz Lacan, encontram-se os "sujeitos-mercadorias", aqueles que incorporam de forma um tanto psicótica uma atitude de objetos de consumo breve e que, por isso, investem suas energias em provar-se "consumíveis" ou "desejáveis" aos olhos de eventuais parceiros ou do mercado, o grande senhor contemporâneo”. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Gadget>. Acesso: Julho 2019).



de contar histórias, não existe mais diálogo, perdendo a capacidade de enraizar-se e conhecer seu povo. Está perdendo a capacidade de transformar em narrativa sua vida cotidiana. Não usa mais a palavra para compor sua vida, para engendrar sua trajetória, criar realidades possíveis, utopias realizáveis. Essa falta de comunicabilidade ocorre, dentre outras coisas, pelo perca de qualidade na relação do sujeito com a experiência autêntica, assim como, retroativamente, essa perca acontece por motivos da falta de comunicabilidade. Esse ciclo se realimenta infundavelmente. Sem essa percepção, o sujeito contemporâneo busca saberes prontos, definitivos, reveladores. Em muitos casos, resta a ele somente consumir discursos elaborados ou, em outras palavras, apenas a escolha da reprodução desses saberes, retomando a lógica Pret-à-Porter de ser.

O verdadeiro modelo do mundo é a sociedade, não a natureza. Todos os seus motivos fundamentais são projeções da vida social do homem. Através dessas projeção a natureza torna-se imagem do mundo social; reflete todos os seus aspectos fundamentais, sua organização e sua estrutura, suas divisões e subdivisões (CASSIER, 1994, p. 133).

Tudo se passa como se o século XXI parece não requisitar ou necessitar de narrativas no sentido clássico, pensemos que o narrador e as narrativas modulam sua gramática de acordo com os instrumentos de transmissão, como verificamos na era mitológica e a partir da invenção dos romances. Isso abre caminho para pensar que o narrador e as narrativas, acompanham as alterações culturais. Conforme aponta Rago (2013, p. 49): “Entendendo a transformação social não só como um projeto político, mas como um estilo de vida, uma "estética da existência" criada na experiência individual e social (...)”.

Ao final dessa primeira parte, reteremos três aspectos para problematizarmos o lugar das narrativas no presente século: as transformações culturais, a invenção dos *smartphonese* e a noção benjaminiana de experiência autêntica. Ora, não seria justamente o atravessamento das telas produzido pelas relações virtuais que distanciariam o sujeito da experiência autêntica? Na sucessão ontológica, não estamos nos comunicando com os dedos através dos nossos “avatares” virtuais? Em outras palavras, as narrativas não se dirigiram para outra dimensão simbólica, isto é, a rede virtual?



2.1 A NARRATIVA COMO TRANSMISSÃO DA EXPERIÊNCIA

A narrativa seria um modo de expressão da linguagem, estando associada ao funcionamento da memória e da imaginação. Uma narrativa nunca é somente memória. A memória vem em forma de ficção tendo profunda relação com os processos de significação, a experiência narrativa, portanto, é uma forma de expressão do sujeito habitado pela linguagem. Concordamos em pensar a narrativa como modo de expressão subjetiva.

Ainda que tudo possa ser narrado, a narrativa, como modalidade da linguagem, não é uma habilidade inata ao ser humano. Nas sociedades primitivas, os indivíduos se apropriavam dessa prática como um saber histórico transmitido por meio da oralidade, sendo a memória humana sua única fonte de armazenamento. Com o advento da escrita, o acesso à herança cultural se faz perante grandes obras escritas, fornecendo condições para que novas práticas de comunicação. Como já mencionamos, o romance é um exemplo da tradução das narrativas orais para a escrita. Segundo Rago (2013, p.10): “(...) a linguagem e o discurso são instrumentos fundamentais por meio dos quais as representações sociais são formuladas, veiculadas, assimiladas, e de que o real-social é construído discursivamente”. Anterior às tecnologias atuais e invenção do romance, os mitos são talvez o que melhor represente como as narrativas se estruturam. Voltemos rapidamente à Grécia antiga para resgatarmos a importância simbólica do mito, e, principalmente, dos seus efeitos como dispositivo narrativo.

Os gregos falavam em duas palavras para a vida, *Zoe* e *Bios*, para eles, são essas as duas dimensões do homem. *Zoe* é a vida animal, a vida ligada à reprodução, o aspecto próprio da animalidade, inerente a todo ser vivo. Já o *Bios* é a vida que tem *Logos* (palavra falada), que tem sentido, o sentido da fala. O *Logos* não é a capacidade de comunicar-se, porque a comunicação os animais tem. Para Aristóteles a especificidade do *Logos* impõe uma fala que constrói um corpo político, que produz sentido, portanto, é a vida no interior do corpo político. Podemos pensar na especificidade do *Logos* pelo atravessamento da linguagem. Por isso, não é possível existir *Logos* animal, o *Logos* depende da extração de sentido da fala. O ser humano não pode voltar à vida nua da *Zoe*, pois prescinde da linguagem. A linguagem é o que separa o ser humano dos animais não humanos. Os animais não partilham da dimensão política. Por isso insiste Lacan que o inconsciente é a política: “Eu não digo que a política é o Inconsciente, mas,



apenas, que o Inconsciente é a política (Lacan, 1967, p. 4)”. Inconsciente e política são indissociáveis, uma vez que são efeitos da linguagem. Os animais não se determinam pelo inconsciente, mas pelo instinto, o inconsciente serve apenas ao registro humano.

Marcado pela falta, o homem é um ser que necessita do outro e busca a comunidade para alcançar a completude. Esse homem se constitui enquanto sujeito a partir do sentido compartilhado, da incidência da linguagem no corpo. A narrativa surge como possibilidade de fazer o laço social existir para além do encontro dos corpos. Ora, não seria justamente essa capacidade de criar uma história para a vida, de narra-se, que o ser humano passa a existir? Para Aristóteles, o ser humano é um animal político – *zoonpolitikon*. O termo “política” deriva da *polis* grega e se refere à capacidade de organização coletiva em torno da comunidade, de algo em comum. Podemos pensar que na Grécia antiga o mito surge como o dispositivo narrativo que permite dirimir as diferenças e sustentar o laço social. Assim, parece impossível se constituir como sujeito, vivente na *pólis* e se tornar um animal político, sem a capacidade de narrar e se narrar. Para Campbell (2008, p.17):

“... vim a compreender que aquilo que os seres humanos têm em comum se revela nos mitos. Mitos são histórias de nossa busca da verdade, de sentido, de significação, através dos tempos. Todos nós precisamos contar nossa história, compreender nossa história. Todos nós precisamos compreender a morte e enfrentar a morte, e todos nós precisamos de ajuda em nossa passagem do nascimento à vida e depois à morte. Precisamos que a vida tenha significação, precisamos tocar o eterno, compreender o misterioso, descobrir o que somos”.

Conforme aponta Balandier (1999), apesar da pretensa ambição da ciência moderna de superar formas mágicas e míticas de compreensão do mundo, a contemporaneidade não deixou de constituir os seus mitos, novos mitos. Sejam formas de crenças inconfessáveis, seja na eficiência ilimitada nos progressos da razão instrumental, o mito aparece como dispositivo necessário para organização da vida coletiva. Nas palavras de Campbell (1990, p.17):

O mito o ajuda a sua mente em contato com essa experiência de estar vivo. Ele lhe diz o que a experiência é. Casamento, por exemplo. O que é o casamento? O mito lhe dirá o que é o casamento. E a reunião da díade separada. Originariamente, vocês eram um. Vocês agora são dois, no mundo, mas o casamento não é senão o reconhecimento da identidade espiritual. É diferente de um caso de amor, não tem nada a ver com isso. É outro plano mitológico de experiência.



Tomemos como exemplo o sofrimento. A forma como reconhecemos os modos de sofrer se dá na relação do sujeito com a cultura. O cristão por meio do cristianismo aceita o sofrimento como propósito de Deus, como resignação voluntária. A religião diz como sofrer, “Deus te põe à prova”. A partir do mito, temos uma forma para o sujeito narrar seu sofrimento e criar uma história para uma experiência. Temos outro exemplo na corrente do romantismo da segunda metade do século 18. Esse movimento exaltava o sofrimento como fonte de inspiração poética, elevando traços como a sensibilidade e a romantização do sofrer. No início do século XX, na sociedade de produção tivemos a romantização do sacrifício, ou seja, a produtividade como um projeto de vida onde deveríamos abrir mão dos prazeres em nome do dever e da recompensa futura, de adiar o gozo para receber a promessa da boa vida na velhice. Em nosso tempo contemporâneo, no neoliberalismo, o imperativo é do consumismo. Cada um tem direito ao prazer, ao gozo, mas, o único problema, é que não é acessível a todos.

“(...) a mitologia não precisa fazer sentido, não precisa ser racional, não precisa ser verdadeira; precisa ser confortável, como a bolsa marsupial. Suas emoções crescem lá dentro até você se sentir seguro para sair. E, quando essa bolsa se desfaz, o que é comum acontecer no nosso mundo, não temos um segundo útero (Campbell, 2008, p.46)”.

Observamos, de forma geral, que a narrativa tem sua matriz gestacionada na cultura, a última que determina o valor e significado da experiência. A experiência mitológica é, portanto, o resultado de nossa relação com o outro e com tudo que está a nossa volta, sendo a forma como respondemos ao estar inserido num mundo recheado de signo e significados. Crer ou não crer em Buda, ou no Deus católico, ou em Odin, ou Exu, ou uma Vaca, ou mesmo a chuva, o que quer que seja; não é diferente de crer na felicidade. Enfim, o que parece estar em jogo é justamente o mito que criamos para nós mesmo e que determina nosso estar no mundo.

“... os mitos da sociedade constituem modelos para essa sociedade em determinada época. A imagem mítica mostra a forma pela qual a energia cósmica se manifesta no tempo, a medida que mudam os tempos, mudam os modos de manifestação (Campbell, 2008, p. 17)”.



Na modernidade, parece que o mito não desaparece, mas seu estatuto se transforma de uma tradição coletiva para um “tesouro individual”. Para Lévi-Strauss (1973), o inconsciente seria formado a partir do conjunto das estruturas míticas, que deixaram de ser transmitidas pelos antigos xamãs para se incorporarem a um acervo psíquico aparentemente individual. Segundo Cassier (1994, p.124): “Embora o mito seja fictício, trata-se de uma ficção inconsciente, e não consciente.”.

2.2 A NARRATIVA NA CONTEMPORANEIDADE

Para entender a interlocução cultural com as narrativas, tentaremos introduzir o narrador e a narrativa para além dos dois tipos apontados por Benjamin (marinheiro x camponês). Partimos do entendimento que a narrativa é um ato, ato que demarca a alteridade do sujeito em relação ao outro e que cria uma identidade, portanto, uma ação que nos separa e distingue como seres humanos. A narrativa se constrói. Para Benjamin (1994, p.205): “ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele”.

Corroborando com esse pensamento, Bauman (2009) afirma que "a vida é uma obra de arte", que precisamos ser artistas da nossa própria história. Assim, o produto do artista, a obra de arte, nunca é da ordem da réplica e da replicação. Nunca será e poderá ser uma cópia, mas é algo único. É o inverso do que vemos na cultura *Prêt-à-porter*. Isso quer dizer, em larga medida, que não existimos *a priori*, não estamos numa linha do tempo ontológica que já estar dada e construída. A existência começa na medida em que nos inserimos na história compartilhada através da “auto-narratividade”, conforme Serres (2015, p. 33): "... só existe o que é dito. Nem você, nem eu, nem ninguém existe sem a narrativa de nossa existência, mesmo no cotidiano; é necessário contar-se para nascer; mesmo uma coisa, é preciso narrá-la para que ela ocorra". A partir dos autores, é possível perceber a importância da narrativa com arte de tecer sua própria vida, de escrever sua história.

Como insinua Claude Dubar, "a identidade nada mais é que o resultado - simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo,



biográfico e estruturado - de diversos processos de socialização que ao mesmo tempo constroem os indivíduos e definem as instituições" (BAUMAN, 2009, p. 140).

Como foi dito, somos seres que nos distinguimos dos outros animais na natureza exatamente pela capacidade da fala. A palavra é nossa casa, ela determina nosso ser, nosso corpo e o modo como vivemos. Mas a palavra por si só não tem efeito nenhum. Ela exige interpretação, exige falar e escutar, é um movimento dialético. Para tal, temos a linguagem como matéria prima da narrativa. Melhor dizendo, a linguagem contém as insígnias que possibilita a fabricação do homem.

Serres, em seu texto *Narrativas do Humanismo* (2015, p.73), afirma: “Todos precisamos de uma narrativa para existir.”. Essa passagem talvez melhor represente a real dimensão da experiência narrativa para o sujeito, ou seja, um ato de inserção no laço social e de posicionando diante do o outro. Assim, no ato de narrar não é só um veículo de comunicação, mas temos uma modalidade da linguagem que articula discurso e história, criando uma estrutura que possibilita a existência do sujeito. É um ato que demarca a singularidade do ser.

Nesse sentido, não há respostas universais e prontas para a questão “quem sou eu?”. Cada um de nós constrói sua singularidade, nesse processo interminável de tentar elaborar uma resposta para si mesmo. O sujeito se faz constantemente. Em outras palavras, as possíveis respostas para a pergunta "Quem sou eu?", "Qual é meu lugar no mundo?", "Por que estou aqui?", precisam ser criadas, tal como são criadas as obras de arte (Bauman, 2009). É justamente nesse campo da invenção e da criação que o sujeito, a partir da narrativa, constrói uma história para sua vida. Nesse movimento que nossas identidades são formadas e que um eu é constituído.

Nosso esforço se dirige para questionar se as “virtualidades” da atualidade não vêm a travestir e sequenciar o que um dia foram as narrativas greco-mitológicas, religiosa-cristã e da era romântica-vitoriana. A linguagem e o sentido continuam operando, mas por outra via: como narrativas no campo virtual. Insistimos na assertiva em que as narrativas dependem e acompanham as transformações culturais, ou seja, a cultura determina o modo como narramos, assim, se surgem outros dispositivos que estruturam o laço social, outros modelos narrativos são evidenciados.

O sociólogo Christopher Lasch (1983) pensa a contemporaneidade a partir do conceito da “Cultura do Narcisismo”. O termo diz respeito ao modo como a partir da década de 1970 as sociedades capitalistas se organizam, materialmente e simbolicamente. Nesse tipo de sociedade têm na base alguns axiomas, dentre eles: a preocupação intensa com a realização individual (sucesso pessoal) principalmente associada ao universo do consumo em detrimento aos ideais coletivos. Lasch pensa o termo narcisista a partir do personagem da mitologia grega Narciso, que foi incapaz de amar outras pessoas e morreu por se apaixonar pela própria imagem. Esse mesmo termo foi reinterpretado por Freud, o primeiro que descreveu o “narcisismo” como uma patologia ou uma forma de sofrimento psíquico. Quatro décadas depois percebemos o empuxo para a sociedade se tornar ainda mais narcísica. Segundo Bauman (2009, p.131):

Em nossa sociedade de consumidores, o impulso de replicar o estilo de vida atualmente recomendado pelas últimas ofertas do mercado e louvado por seus porta-vozes, pagos ou voluntários - e também, por consequência, a compulsão de revisar perpetuamente a identidade e a persona pública -, deixou de ser associado à *coerção* (uma coerção *externa*, e por isso particularmente ofensiva e irritante). Tende a ser percebido, ao contrário, como manifestações da *liberdade pessoal* (lisonjeira e gratificante).

A hiperconexão e hiperexposição nas redes (sociais) distancia o sujeito de sua própria realidade: por trás das telas mostramos apenas o melhor de nós mesmos, na verdade o que pensamos ser o melhor de nos, em um imperativo de felicidade permanente que deixa pouco espaço para o sofrimento e outros tipos de experiências. No século XXI, estamos permanentemente sob os olhares de câmeras que implodiram o conceito de intimidade, isso gera uma sociedade mais insegura subjetivamente, que também sofre com a falsa ilusão de que o olhar do outro é necessário para garantir a existência. Temos nessa esteira a disseminação de coachings, programas de lifestyle, estética, ou seja, fiadores do nosso desejo.

“Para apresentar em público um novo eu e admirá-lo no espelho e nos olhos dos outros, é preciso tirar o velho eu das vistas, nossas e de outras pessoas, e possivelmente também da memória, nossa e delas. Ocupados com a “autodefinição” e a “autoafirmação”, nós praticamos a destruição criativa diariamente (Bauman, 2009, p. 125-126)”.



As pessoas começam a se relacionar pelos aplicativos, começam a se entregar afetivamente e sexualmente, já que muitas vezes o sexo inicia com nudes, podendo, sem delongas, um dos dois desaparecer da rede, deixando o outro no vácuo. Não há término, desculpa ou qualquer intermédio simbólico. Um dos dois “aperta” o “delete” e o outro simplesmente desaparece. Predominantemente, em mídias como Instagram e Facebook, nos tornamos reféns de “likes” de pessoas que nos são totalmente desconhecidas. Temos que gravar os momentos de lazer e mostrar que estamos fazendo, senão, não acreditamos que estamos vivendo. Nesse contexto, por maior que pareça ser o esforço para constituir uma narrativa pelas vias virtuais, um resto não simbolizado fica a deriva. Algo escapa ao sentido e surge como resto para o sujeito prestar conta. Não seria esse resto o que furta ao sujeito a experiência autêntica apontada por Benjamin?

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensemos a contemporaneidade como tempos de polegares falantes. Estamos literalmente nos comunicando pelas nossas mãos, através dos dedos e protegido pelo véu da tela. Não sem um preço, estamos sacrificando a palavra falada. Observamos que para o sujeito contemporâneo, uma experiência (autêntica) de vida passa a ser reconhecida pelos entrecruzamentos dialógicos possibilitados pela grande rede virtual, onde se supõe que todos estão conectados. Assim, a obra de arte da nossa vida no século XXI poderia ser caricaturada como um perfil de um aplicativo, onde nele tentamos imprimir uma imagem ideal, configurando uma forma de se inserir socialmente no laço social. O mundo virtual parece ser o campo onde ocorre a distinção do outro, portanto, a plataforma simbólica para o sujeito narra-se e inventar uma história para si.

O sujeito não mais encontra sua representação nos grandes discursos, como o mítico, religioso ou científico, por exemplo. A queda das grandes narrativas por um lado, abriu espaços para infinitas possibilidades de se representar na sociedade, a discussão sobre os gêneros é um exemplo; mas por outro, muitos não mais encontram representação de si em um mundo possível. Para esses, sua história fica à deriva, sem modelos, sem guias, perdidos e capturados



apenas pelos instrumentos que o transformam as virtualidades em uma grande ferramenta de prazer.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Nós, os artistas da vida. In: A Arte da Vida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BALANDIER, Georges. **O dédalo: para finalizar o século XX.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, p.115. Coleção Obras escolhidas, v. 1. 1994.

_____. Walter. O narrador. In: **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política.** Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, vol.1, 1994.

CAMPBELL, Joseph. Mito e transformação. Tradução: Frederico N. Ramos. São Paulo: Editora Ágora, 2008.

_____. **O poder do mito: com Bill Moyers. Tradução: Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athenas, 1990.**

CASSIRER, Ernest. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana.** Tradução: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 14: a lógica do fantasma (1966-1967).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

LASCH, C. **A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em Declínio.** Tradução por Emani Pavaneli. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A eficácia simbólica.** In C. Lévi-Strauss, Antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se. Feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade.** Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

SERRES, Michel. **Narrativas do humanismo.** Bertrand Brasil, 2015.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michele Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer.** Einstein. São Paulo, v. 8, n. 1, 2010. Acesso em: 06 de





FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

setembro 2019. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>>



VINICIUS DE MORAES: Um caminho para o Bem-Viver

Francisco Jadson Campos de Paiva¹

Ailton Siqueira Fonseca de Souza²

RESUMO

O estudo é fruto de leituras e reflexões realizadas por intermédio do projeto de mestrado no programa pós-graduação em ciências sociais e humanas – PPGCISH/UERN, intitulado: Vinicius de Moraes: Um caminho para o bem viver. Objetiva perceber na prosa e poesia de Vinicius de Moraes a noção de bem-viver e como ela poderá nos ajudar a refletir sobre o contexto de múltiplas crises no qual vivemos. É um estudo bibliográfico na obra, poesia completa e prosa, de Vinicius de Moraes, buscando apreender e aprender com ela a noção de bem-viver. Para ele o viver é mais importante do que a felicidade (MORAES, 1998, p. 687) representando assim a leveza e despreocupação com que o autor encarava a vida, já que ser feliz denota sempre um esforço contínuo e desenfreado de busca e de superação das conquistas enquanto viver se limita a ser o que si é aceitando as contradições e ambivalências da vida mesmo que tenhamos que pagar o preço altíssimo do viver. Essa arte de viver ou bem viver é a ideia motriz encarnada simbioticamente por Vinicius de Moraes na sua vida e obra. Como procedimento metodológico priorizou-se a utilização do método como estratégia metodológica. Um guia das atividades e qualidades do sujeito pensante e as escutas sensíveis à maneira de Edgar Morin, Dany Al-Behy Kanaan e René Barbier conjuntamente. Nesta busca podemos vislumbrar na prosa e poesia Moraseana contribuições que nos ajudem a entender as crises contemporâneas do sujeito, da educação e de percepção.

Palavras-Chave: Vinicius de Moraes, Bem viver, poesia, escuta sensível.

ABSTRACT

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH/UERN, E-mail: jadsonpro@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH/UERN, E-mail: ailtonsiqueira@uern.br



The study is the result of readings and reflections carried out through the master's project in the graduate program in social and human sciences - PPGCISH, entitled: Vinicius de Moraes: A path to the well to live. It aims to perceive in the prose and poetry of Vinicius de Moraes the notion of well-being and how it can help us reflect on the context of multiple crises in which we live. It is a bibliographic study in the work, complete poetry and prose, by Vinicius de Moraes, seeking to apprehend and learn from it the notion of well-being. For him, living is more important than happiness (MORAES, 1998, p. 687) thus representing the lightness and lack of concern with which the author faced life, since being happy always denotes a continuous and unbridled effort to search and overcome achievements while living is limited to being what one is accepting the contradictions and ambivalences of life even if we have to pay the very high price of living. This art of living or living is the driving idea symbiotised by Vinicius de Moraes in his life and work. The methodological procedure prioritized the use of the method as a methodological strategy. A guide to the activities and qualities of the thinking subject and the listening to the way of Edgar Morin, Dany Al-Behy Kanaan and René Barbier together. In this search we can glimpse in the prose and poetry Moraseana contributions that help us understand the contemporary crises of the subject, education and perception.

Keywords: Vinicius de Moraes, Well live, poetry, sensitive listening.

1 INTRODUÇÃO

Como cidadãos de nosso país somos preparados através do sistema educacional e da nossas famílias para vivermos em sociedade. Desde cedo aprendemos a ler, escrever, a medir objetos e a perceber as coisas observadas, aprendemos uma cultura e as capacidades técnicas para exercer uma profissão, mas, ficamos a deriva quando nos deparamos diante da necessidade de promover um bem viver, que não se traduz em um mero sobreviver, apenas. O bem-viver parece exigir a integração do lado prosaico e poético da vida, constituído de labor e sapiência (sapiens), mas também, de sonhos e demência (demens), como nos diz Edgar Morin (2011).

Os motivos que me faz empreender esse estudo estão intimamente atrelados a minha paixão pelo desbravamento da condição humana, algo intensificado, marcadamente, na época



em que eu cursava Ciências Sociais, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

Com o passar do tempo fui percebendo que as ciências ditas sociais, como a sociologia, a antropologia e a política, em destaque, acabavam por estudar o homem de forma parcelada e fragmentada em seus objetos únicos e que desembocava, assim, em uma compreensão restrita e míope de humanidade.

Vislumbrava desde então a fatídica necessidade de ampliar minhas buscas intelectuais e científicas na tentativa de compreender transdisciplinarmente o homem na vida cotidiana, em sua complexa alternância de sobrevivência e de bem-viver.

Considerando, então, esses entrelaçamentos, questiono: como a poesia e a prosa de Vinícius de Moraes pode nos conduzir para construção de um bem-viver em tempos de crises e incertezas existenciais, econômicas e, principalmente, de pensamento?

Nesse sentido, pretendo trazer uma proposta de discussão e elucidação do bem-viver para compreensão do homem em seu todo, vivendo inteiramente de corpo, alma e espírito inspirando-se nas produções do poeta Vinicius de Moraes numa perspectiva transdisciplinar, ou seja, que ultrapasse a mera visão disciplinar e fechada e que faça os saberes se comunicarem entre si.

Ultrapassando nesse empenho com as especializações e fragmentações do ensino e se aproximando daquela clássica indagação do poeta Vinicius de Moraes relativa ao viver intensamente: “Você que sabe demais, mas que não sabe viver, responda se for capaz: da vida, quem sabe lá? da morte, quem quer saber?” (MORAES, 1998, p. 528), essas são perguntas sem respostas ou que a ciência insiste em silenciar, quando se trata do homem, da vida, do planeta e do cosmos, confinada que está em produzir conhecimento especializado e voltado para geração de riquezas, que me move nesse estudo.

Assim, unir as necessidades cotidianas de sobrevivências - como trabalhar - e cumprir obrigações sem esquecer das nossas subjetividades e emoções, - igualmente vitais e presentes em todo ser humano - como amar, ter amigos, gozar a vida, não se preocupando exclusivamente em acumular bens materiais, que promovem em certos momentos bem-estar, mas nenhum ou pouquíssimo bem-viver.



Nesse sentido é pertinente resgatar alguns ensinamentos apontados por Rousseau (1995) a esse respeito, no seu *Emilio*, ao dizer que “viver era o ofício que eu queria ensinar”. Com isso, ele enfatiza piamente que:

Saindo das minhas mãos, ele não será - concordo- nem magistrado, nem soldado, nem padre; será, acima de tudo, homem: tudo o que um homem deve ser, ele saberá sê-lo, se necessário, tão bem como qualquer outro; e, mesmo que a fortuna o faça mudar de lugar, sentir-se-á sempre no seu (ROUSSEAU, 1995, p. 15).

Era o ensino da condição humana que contava e, na ordem natural, todos os homens são iguais, devendo assim se relacionar bem com os seus semelhantes em qualquer tempo e lugar.

Nessa pesquisa partirei de diálogos, leituras e escutas sensíveis estabelecidas com a obra do poeta, dramaturgo, cantor e criador da *Bossa Nova* e também diplomata de carreira, Vinícius de Moraes.

Pensar a ideia de bem-viver parece-nos desnecessária quando enxergamos a vida somente pelas lentes da razão pura, redutora e unilateral, que separa o objeto do conhecimento do seu contexto, bem como o próprio sujeito cognoscente do objeto cognoscível. Na perspectiva aqui adotada, complexa e transdisciplinarmente, é essencialmente viável e vital quando situarmos a vida em um contexto pertinente que não exclui as coisas e os seres do seu meio circundante, mas engloba-os em suas ambiguidades e ambivalências, considerando os erros e as ilusões de toda produção do conhecimento e não somente as certezas e as verdades dele inerentes e desconsiderando todo o resto.

Analisando a obra *Poesia completa e prosa* (1998) de Vinícius de Moraes, encontramos um ser ‘modelo’ para pensarmos e buscarmos compreender o que seria, para ele, o bem-viver.

No conjunto da sua obra vislumbramos uma produção gigantesca marcada pela criação racional e imaginação poética como sonetos, peças teatrais, críticas de cinemas e canções que refletem a personalidade ímpar de um homem que viveu a prosa dos afazeres políticos, sociais e profissionais e a poesia dos seus amores, - como os nove casamentos. Um homem que cultivava o carisma pelos seus amigos, apreciava um bom whisky, chegou a sofismar: “o whisky é o melhor amigo do homem, é o cachorro engarrafado”, o que demonstra que ele não abriu



mão de viver plenamente todos os detalhes que a vida permite. Talvez tenha sido por isso que foi tão criativo e inventivo.

Partindo-se dessa percepção nada convencional e de uma pesquisa qualitativa, mas já há tempos cultivada por poetas e amantes da vida como Vinicius de Moraes, Por exemplo, e que a conhecem através das escutas sensitivas e atentas e da aceitação e da imersão no processo vivencial é que pretendo montar um guia metodológico para construir os sentidos desse bem viver situados nos textos do autor.

Digo construir por que o sentido nunca está pronto e jamais será definitivo como bem concebeu Dany al-behy Kannah (2002).

Não se trata mais de simplesmente ler um texto e tirar dele um sentido esperado, uma conclusão determinada, a resposta a uma questão. Este texto, ou esta leitura, não encerra mais uma verdade, não dita um modelo de conduta. O que não impede, contudo, que o sujeito possa dele extrair certos referenciais para sua vida. O texto, desse modelo, assume um caráter de interlocutor dos diferentes sujeitos que com ele dialogam, construindo um sentido possível, e não definitivo, com base na singularidade que cada encontro propicia (KANNAM, 2002, p. 142).

A escuta sensível e imaginativa se torna uma experiência de empatia e de reconhecimento nas nossas vivências diárias e intelectuais, caso contrário perderemos todo o traquejo e o interesse pela poesia, pela literatura, pela musica e pelo cinema de ‘qualidade’.

Nas metodologias de ensino tradicionais, decoramos formulas, equações e até a tabuada, teoria dos conjuntos numéricos, equações no ensino da matemática. Em português nos é ensinado uma lista significativa de verbos (regulares, irregulares, defectivos, adjuvantes), aprendermos a gramática da língua e desaprendemos a gramática da linguagem e convivência. Em geografia, memorizamos estados e localizamos nos mapas suas capitais, mas, somos privados do sonho de visita-los, às vezes nunca saímos de nossa cidade, que por vezes desconhecemos sua geografia e história; e assim segue um modo de ensinar e de aprender apartado dos conhecimentos e sem um conhecimento do conhecimento como fala Morin (1999) e sem sentido porque não diz respeito à realidade escolar e ordinária dos seres.

Morim fala ainda da diferença entre metodologias e método, tão ferrenhamente cultuados pela ciência até hoje:



As metodologias são guias a priori que programam as pesquisas, enquanto que o método derivado do nosso percurso será uma ajuda à estratégia (a qual compreenderá ultimamente, é certo, segmentos programados, isto é, metodologias, mas comportará necessariamente descoberta e inovação). O objetivo do método é ajudar a pensar por si mesmo para responder ao desafio da complexidade dos problemas. (MORIN, 1999, p.38).

No afã de romper com a lógica tradicional e construir um conhecimento pertinente para comunidade academia em geral, gostaria de discutir a possibilidade de inserção de elementos para promoção de um bem-viver ambientado na coletânea *Poesia e prosa completa* do poeta Vinicius de Moraes, algo que seria conduzindo por meio de uma escuta sensível e atenta desses escritos.

Sendo assim, como imaginar essa postura frente à realidade textual, poética e musical, pode-se dialogar com um texto escrito? O texto tem uma fala, em caso positivo, podemos escutá-los? Dany Al-Behy Kannah (2002) fala de uma escuta próxima à terapêutica (comunicação dos “inconscientes”), que capta nas entrelinhas dos discursos escritos os desejos do autor. Esses “desejos” não seguem um padrão intencional procurando um leitor ideal como destinatário direto. Vendo assim, não enxergo em Vinicius de Moraes tal intento, talvez ele aja, e, com isso, toque na condição comum e inevitável para onde todos nós seguimos: a condição humana de errâncias e perdições no caminhar.

Nessa mesma perspectiva, Renè Barbier fala que “a escuta sensível se apoia na empatia. O pesquisador deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para poder compreender de dentro suas atitudes, comportamentos e sistema de ideias, de valores de símbolos e de mito”. (BARBIER, 2002, p. 01).

Em pesquisa realizada por Barbier sobre profissionais de saúde ele ressalta a importância de se considerar a reivindicação ativa dos doentes que se tornam “sujeitos que reivindicam seu direito à palavra ativa e que exige um retorno pragmático e concreto dos resultados da pesquisa” (BARBIER, 2002, p. 15). Importante considerar ainda um ponto sutil levantado pelo autor ao falar da ‘dialética negativa’, ou seja, o que a escuta não é, para apresentar, o que “ela poderia tornar-se mesmo no ato do viver” (BARBIER, 2004, p. 45). Assim sendo, é pertinente adotar uma postura de construir sentidos, incluindo os pacientes, e não impor nada.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para alcançar meus objetivos e compreender a noção de bem-viver na obra de Vinicius de Moraes, irei dialogar com outras obras e escritores da literatura e da ciência. Dentre eles destaco, inicial e provisoriamente, Edgar Morin, Clarice Lispector, Zigmunt Bauman, Jean-Jacques Rousseau e Sigmund Freud.

Esta pesquisa parte – como dito anteriormente - de um estudo bibliográfico na obra *Poesia completa e prosa* de Vinícius de Moraes, buscando apreender e aprender com ela a noção de bem-viver. Essa obra está próxima da obra *Ensinar a viver: um manifesto para mudar a educação* (2011), de autoria de Edgar Morin, publicada recentemente. Morin propõe um manifesto à educação tendo por base um saber da vida, um bem-viver para um bem-aprender e a ser com-os-outros, enfrentando os erros e as ilusões do conhecimento e da vida, algo indissociável da existência humana.

Para Morin (2011), o bem-viver está pautado no desenvolvimento de nossas qualidades e aptidões, que deveria ser a finalidade da reforma da educação, para “desenvolver-se na plenitude, na comunhão, no amor, na brincadeira... em que nosso sentimento é o de estar-bem (MORIN, 2011, p. 29).

Discutirei ainda um conto da escritora brasileira Clarice Lispector, o *Ato gratuito*, que traz a ideia de uma liberdade e de uma gratuidade do viver, que não necessita pagar o alto preço que custa viver, um ato que é por si só e que manifesta externamente o que somos interiormente (LISPECTOR, 2013, p.30), esse ato não fica na dependência de se agarrar detidamente as preocupações materiais e existenciais produzidas e perpetuadas por esse mundo capitalista, monetarizado e cronometrado que aboliu o sujeito vivo e em seu lugar colocou um autômato, reproduzidor de tarefas, um homúnculo, produto da máquina tecnocrática e sem vida, que pode está vivo biologicamente, mas espiritual e mentalmente está necrosado.

Para Vinicius de Moraes o viver é mais importante do que a felicidade (MORAES, 1998, p. 687) representando assim a leveza e despreocupação com que o autor encarava a vida, já que ser feliz denota sempre um esforço contínuo e desenfreado de busca e de superação das conquistas enquanto viver se limita a ser o que si é aceitando as contradições mesmo que tenha



que pagar o preço altíssimo do viver. Mas que se torna tolerável quando visto como condição intrínseca do viver e do existir e, por isso, se torna um bem-viver, já que não há fugas ou atalhos em buscas desenfreadas de felicidades e bem-estar, mas abertura para o mundo inteiro da vida.

Nesse sentido, citando o sociólogo polonês, Zigmunt Bauman, que certa vez afirmou: “sendo humanos, não podemos realizar a felicidade e a esperança, nem deixar de tê-la” (BAUMAN, 2003, p. 11) é um buscar que não visa à realização final, mas, a almeja como possibilidade ou em estado de inocência, única razão que nos move, já que no viver, tudo é incerto e ambivalente.

Segundo Morin (2015) “não é a felicidade que devemos buscar”. Pois “quanto mais a procuramos, mais ela foge de nós”. “É preciso buscar a arte de viver, cuja recompensa é as grandes e as pequenas felicidades” (MORIN, 2015, p. 38).

Essa arte de viver ou bem-viver é ideia motriz encarnada simbioticamente por Vinicius de Moraes na sua vida e obra como expressado nas canções gestadas na parceria com Edu Lobo: o que é que tem sentido nesta vida e *Samblues* do dinheiro, que nos questiona o sentido da existência:

O que é que tem sentido nesta vida
Não vai ser casa e comida
Cama fofa, cobertor,
Não vai ser ficar mirando os astros
Ou então andar de rastros
Pelas sendas do senhor
Para muitos é o dinheiro
Ir de janeiro a janeiro
De pé no acelerador
Eu sinceramente, preferia,
Uma vida de poesia
Na vigília de um amor (MORAES & LOBO, 1976).

Essa vida de poesia, pode ser entendida com a mesma conotação, a parte poética da vida, empregada por Morin (2011), já mencionada.

Outro excerto musical extraído da canção *Samblues* do dinheiro corrobora no mesmo sentido para o entendimento viver bem:

Nunca vi muito dinheiro
Trazer felicidade pra ninguém



Dinheiro vai!
Dinheiro vai!
Dinheiro pela frente
Dinheiro por de trás
Me diga qual o bem que isto faz
Dinheiro pelo sim
Dinheiro pelo não
No fim são sete palmos de chão (MORAES & LOBO, 1976).

Gostaria ainda de apresentar algumas contribuições trazidas por Sigmund Freud em *O mal-estar na civilização* que corroboram para esta pesquisa. Para ele, muita das misérias pelas quais passamos atualmente advém, contraditoriamente, da civilização, isso porque mesmo com todos os avanços técnico-científicos que melhoraram ou melhoram a qualidade de vida das pessoas, termo muito usado hoje, não resulta necessariamente em mais felicidade para os indivíduos. Freud (1930) chega a questionar o sentido desses benefícios se não estamos mais felizes: “de que nos vale uma vida mais longa, se ela for penosa, pobre em alegrias e tão plena de dores que só poderemos saudar a morte como uma redenção?” (FREUD, 2011, p. 27). O próprio Vinicius já cantara esse paradoxo na música *A felicidade*, ao entoar que:

Tristeza não tem fim
Felicidade sim
A felicidade é como a gota
De orvalho numa pétala de flor
Brilha tranquila
Depois de leve oscila
E cai como uma lágrima de amor (MORAES, 1998, p. 475).

Veja que diante de tamanha fragilidade, ou mesmo insignificância, temos que continuar sonhando, buscando e desejando essa coisa fugaz e efêmera, mas que sem essa esperança a vida se tornaria insustentável e insuportável. Diz mais o poeta:

A minha felicidade está sonhando
Nos olhos da minha namorada
É como esta noite, passando, passando
Em busca da madrugada
Falem baixo, por favor,
Pra que ela acorde alegre com o dia
Oferecendo beijos de amor (MORAES, 1988, p. 475).



Se a vida é a incerteza que em nós faz morada, como dizia Vinicius (1988), parece-nos que não há outra possibilidade senão encarar esse dilema existencial e viver essa ilusão necessária, como a felicidade do pobre que trabalha o ano todo para viver um único momento de sonho, vendo tudo dar cabo na quarta-feira.

O sociólogo polonês, Zigmunt Bauman, no livro *A arte da vida*, afirma enfaticamente, que “em sociedades como a nossa, movidas por milhões de homens e mulheres em busca da felicidade, estão se tornando mais ricas, mas não está claro se estão se tornando mais felizes” (BAUMAN, 2009, p. 5) numa clara contradição à estratégia almejada de tornar as pessoas mais ricas para torná-las mais felizes. Na verdade Bauman afirma que “alegar que o volume e a profundidade da felicidade humana podem ser cuidados e adequadamente servidos fixando-se as atenções num único índice - o PNB - é deveras enganoso” (BAUMAN, 2009, p. 17). Como já havíamos conjecturando, Bauman ratifica mais uma vez “Na pista que leva à felicidade, não existe linha de chegada. Os pretensos meios se transformam em fins: o único consolo disponível em relação ao caráter esquivo do sonhado e ambicionado ‘estado de felicidade’ é permanecer no curso”. (BAUMAN, 2009, p. 19). Não podemos jamais sair dos trilhos e deixar de perseguir o alvo único, consolo e motivação nessa caminhada. O poeta aceitou verdadeiramente essa condição, cantando, sofrendo, esquecendo até de como era chorar, mas sempre com coragem:

Vivi te buscando
Vivi te encontrando
Vivi te perdendo
Ah, coração, infeliz até quando?
Para ser feliz
Tu vais morrer de dor (MORAES, 1998, p. 490).

Na verdade, temos que estarmos prontos até para a situação da felicidade alcançada, meta de milhões de pessoas ávidas por bem-estar, nos dizeres de Bauman (2009),

Se a busca alcançar seu propósito declarado, os alvos perseguidos têm que cair em desuso rapidamente, perder o brilho, a atração e o poder de sedução, ser abandonados e substituídos (muitas vezes seguidas) por outros alvos, ‘novos e aperfeiçoados’, destinados a sofrer destino semelhante. (BAUMAN, 2009, p 19).

O economista, político e escritor Equatoriano Humberto Acosta importante defender dos direitos da natureza e não somente dos direitos humanos, já que o homem também é



natureza, fala que “o centro das atenções não deve ser apenas o ser humano, mas o ser humano vivendo em comunidade e em harmonia com a Natureza” (ACOSTA, 2016, p. 27) distanciando assim da visão de bem-estar europeia. Para ele o “Bem Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza [...] e trata-se de bem conviver em comunidade e na Natureza” (ACOSTA, 2016, p. 24-25) situação incompatível como o modelo de acumulação capital que prioriza unicamente o indivíduo em suas relações comerciais e destrói tudo o mais em volta.

Nessa perspectiva o escritor indígena e bastante atuante nas causas do seu povo, Ailton Krenak, recentemente na sua obra denominada: caminhos para a cultura do Bem viver (2020) nos dizem que

“Bem Viver não é definitivamente ter uma vida folgada. O Bem Viver pode ser a difícil experiência de manter um equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver. É um equilíbrio, um balanço muito sensível e não é alguma coisa que a gente acessa por uma decisão pessoal”. (KRENAK, 2020, p. 08).

Novamente o entrave causado pelo espectro do desenvolvimento com suas pretensões extrativistas que extraem as riquezas da natureza sem se preocupar em cuidar, ou tirar somente o necessário para a sobrevivência comum.

Essas visões são contrárias e parece não haver nenhuma possibilidade de complementariedade, precisa-se reformular completamente essa lógica binária do desenvolver-se sempre e melhor, na busca de bem-estar, como frisa Krenak “O bem-estar está apoiado em uma ideia de que a natureza está aqui para nós a consumirmos”, para tirarmos pedaços, de maneira exaustiva e predatória.

A maneira como os povos tradicionais se relacionam com a natureza leva em voga que ela é um organismo e uma entidade viva e ainda que nós somos parte dela e não seu senhor ou um ser a parte dotado de privilégios e a terra matéria inerte pronta para ser explorada e dominada. É com essa consciência que esses povos enxergam o Bem Viver em oposição ao bem-estar capitalista e ocidental ou como fala Krenak (2020) a esse respeito:

O Bem Viver não é distribuição de riqueza. Bem Viver é abundância que a Terra proporciona como expressão mesmo da vida. A gente não precisa ficar buscando uma vantagem em relação a nada, porque a vida é tão próspera que



é suficiente para nós todos (KRENAK, 2020, p. 17).

Essa lógica esconde muitas armadilhas perversas como o discurso de distribuição de riquezas, já que a tônica do capital é a concentração de renda nas mãos de poucos e ainda a promoção de bem-estar que considera exclusivamente a melhoria material e nega o mal-estar psíquico gerado pelo desenvolver-se material descomunal. Morin (2003) aborda essa questão dupla, mas invisível, para desenvolvimentistas no que diz respeito ao desenvolvimento tecnocômico por um lado e o subdesenvolvimento psíquico por outro. Para ele

Há uma miséria que não diminui com o decréscimo da miséria fisiológica e material, mas que aumenta com a abundância e o lazer. Há um desenvolvimento específico do subdesenvolvimento mental sob o primado da racionalização, da especialização, da quantificação, da abstração, da irresponsabilização, e tudo isso suscita o desenvolvimento do subdesenvolvimento ético. (MORIN, 2003, p. 104).

Essa é uma questão-chave que deveria ser enfrentada quando formos pensar a implementação do Bem Viver para não cairmos nos estratagemas do bem-estar e produzirmos mais mal-estar psíquico, mental, moral e humano. Acosta afirma que

A questão continua sendo política. Não podemos esperar uma solução “técnica”. Nosso mundo tem de ser recriado a partir do âmbito comunitário. Como consequência, temos de impulsionar um processo de transições movido por novas utopias. Outro mundo será possível se for pensado e organizado comunitariamente a partir dos Direitos Humanos – políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos, das famílias e dos povos – e dos Direitos da Natureza. (ACOSTA, 2016, p. 26)

É com esse entendimento doloroso, mas necessário, de busca no oceano de impossibilidades e depois em uma ilha de possíveis encontros, estamos em disposição de abandonar tudo para refazermos na tentativa de novos devires.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a necessidade e a possibilidade de incluirmos o Bem Viver na nossa maneira de lidar e enxergar a natureza, os seres e as coisas, diferenciando assim do modo capitalista, desenvolvimentista, fechado em si mesmo, de encarar a vida, vislumbramos



mudanças de mentalidades e de práticas educativas e vivenciais para inserção do Bem Viver, esperando não o tornar mero discurso vazio e sem repercussão na vivência em comunidade e existencialmente. Não é fazer as coisas de maneira melhorada esperando algo melhor.

O imperativo deverá impulsionar uma vida equilibrada entre as incertezas e as impossibilidades do viver atrelado a uma estrela guia de buscas e coragem para mudar, caso encontre algo e re-significar os momentos assim como fez Vinicius de Moraes na sua vida e expressou magicamente em sua vasta obra.

Emprego o método como guia metodológico, nesse processo de fazer-se na caminhada, enquanto leu e reflito sobre o melhor viver em Vinicius de Moraes e redijo esse texto chegando até aqui e encontrando assim uma nova significação no modo de fazer ciência e de lidar com o conhecimento produzido dentro e fora dos laboratórios das universidades e esperando nos recomeços possíveis.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver : uma oportunidade para imaginar outros mundos** / Alberto Acosta ; tradução de Tadeu Breda.– São Paulo : Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

BARBIER, René. **A pesquisa ação**. Tradução de Licie Didio. Brasília: Liber livro editora, 2004.

_____. **Escuta sensível na formação de profissionais de saúde**. Conferência dada a escola superior de ciências da saúde. Julho de 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **A arte da vida** / Zygmunt Bauman; tradução, Carlos Alberto Medeiros. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**; tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Tradução de Paulo César de Souza. Penguin & companhia das letras. 2011.

LISPECTOR, Clarice. O ato gratuito IN: **Aprendendo a viver** [recurso eletrônico] / Clarice Lispector. - 1.ed. - Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2013. Recurso digital.



KANAAN, Dany Al-Behy. **Escuta e subjetivação:** a escritura de pertencimento de Clarice Lispector. São Paulo, Casa do Psicólogo-Educ, 2002.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do bem viver.** 2020. Disponível em Microsoft Word - Caminhos. docx (culturadobemviver.org) . Acesso em 02/08/2021.

MORAES, Vinicius de. **Poesia completa e prosa** (org. Alexei Bueno) Rio de Janeiro. Nova Aguilar. 1998

MORIN, Edgar. **Ensinar a viver:** manifesto para mudar a educação. Porto Alegre: Sulina. 2015. 83 p.

MORIN, Edgar. **O método 3:** o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.
ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emilio ou da educação.** Tradução de Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, 592p.



A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO EMPRESARIAL FRENTE AO CENÁRIO DA ATUAL CRISE ECONÔMICA

Andrey Carlos Vieira Santos¹

Utemberg Moisés de Moraes Galdino²

Ítalo Carlos Soares do Nascimento³

Adriana Martins de Oliveira⁴

Jane Elly Nunes da Costa Lima⁵

RESUMO

O estudo sobre a economia brasileira é importante e necessário ao contador, tendo em vista que para sua atuação promissora, depende do seu entendimento sobre a realidade onde irá atuar, especialmente, no que se refere a realidade das empresas que atuam no cenário nacional. Assim, em um cenário de crise econômica, vivenciada no Brasil nos últimos anos e, que tem se acentuado no contexto atual da pandemia causada pela Covid-19, esta pesquisa tem como objetivo analisar a percepção dos discentes, docentes e profissionais de contabilidade acerca da utilização dos recursos contábeis frente à crise econômica. Para tanto, foi desenvolvido um estudo descritivo, de natureza quantitativa e cujo procedimento foi o *survey*, tendo como coleta de dados um questionário aplicado aos discentes, docentes e profissionais de contabilidade do município de Mossoró-RN. Os resultados demonstram, em linhas gerais, que os discentes e docentes do curso de ciências contábeis e profissionais de contabilidade de Mossoró consideram que os recursos contábeis podem ser utilizados como ferramentas úteis frente à crise econômica brasileira.

Palavras-chave: Contabilidade, Crise Econômica, Contador, Empresa.

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela FCRN. E-mail: andreymoss_carlos22@hotmail.com

² Graduando em Ciências Contábeis pela FCRN. E-mail: utembergsh@gmail.com

³ Mestre em Administração e Controladoria pela UFC. E-mail: italocarlos25@gmail.com.

⁴ Doutora em Administração pela PUC/PR. E-mail: adrimartinso@gmail.com

⁵ Mestre em Administração e Controladoria pela UFC. E-mail: jane_elly@hotmail.com



ABSTRACT

The study of the Brazilian economy is important and necessary for the accountant, considering that for its promising performance, it depends on his understanding of the reality where he will act, especially with regard to the reality of the companies that operate in the national scenario. Thus, in a scenario of economic crisis, experienced in Brazil in recent years and, which has been accentuated in the current context of the pandemic caused by Covid-19, this research aims to analyze the perception of students, teachers and accounting professionals about the use of accounting resources in the face of the economic crisis. For this purpose, a descriptive study, of a quantitative nature, was developed, whose procedure was the survey, having as data collection a questionnaire applied to students, teachers and accounting professionals in the municipality of Mossoró-RN. The results demonstrate, in general terms, that the students and professors of the course of accounting sciences and accounting professionals in Mossoró consider that accounting resources can be used as useful tools in the face of the Brazilian economic crisis.

Keywords: Accounting, Economic crisis, Counter, Company.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem passado por constantes transformações no seu cenário econômico, fazendo com que as empresas busquem meios para adaptar-se aos cenários originados (MENEZES, 2020). Diante deste quadro, a contabilidade surge como um mecanismo de organização e controle das atividades das empresas, pois é necessário haver a regulação das receitas e despesas, de modo que estas tenham um bom desempenho funcional, inclusive, no enfrentamento à crise econômica.

Não é possível pensar, nem mesmo proceder com a tomada de decisão sem levar em conta os dados de e informações gerados pela contabilidade. Todas as empresas devem dispor de um sistema contábil. A contabilidade está relacionada diretamente com a evolução da humanidade e a necessidade do homem conhecer a extensão do seu patrimônio, bem como protegê-lo (SANTOS, 2016).



Cabe ressaltar que, nos dias atuais, a tecnologia impacta diretamente o trabalho do profissional contábil. Diversas declarações devem ser entregues eletronicamente, uma vez que existe a necessidade de entregar informações corretas e de forma rápida aos empresários. Além disso, um grande desafio dos últimos anos é o de aliar a contabilidade com a administração. Afinal, o contador atual é visto como um parceiro da empresa, não apenas como profissional que entrega as obrigações acessórias (REDATOR, 2017).

Além disso, a contabilidade por se tratar de uma ciência social aplicada, acompanha as mudanças ocorridas na sociedade, sofrendo influência direta de tais mudanças sociais, políticas e culturais. Diante da crise econômica vivenciada no Brasil, especialmente nos últimos anos e que tem se acentuado no contexto da pandemia causada pela crise da Covid-19, observa-se que os profissionais contábeis tiveram um aumento relevante do volume de serviço em suas organizações, tendo em vista as alterações na legislação que envolvem a relação empresa-empregado e aspectos tributários (ALVARENGA *et al.*, 2020).

Diante disso, emerge a seguinte questão de pesquisa: qual a percepção dos discentes, docentes e profissionais de contabilidade acerca da utilização dos recursos contábeis frente à crise econômica brasileira? Portanto, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a percepção dos discentes, docentes e profissionais de contabilidade acerca da utilização dos recursos contábeis frente à crise econômica brasileira.

A justificativa para o desenvolvimento deste estudo deve-se ao fato de que a contabilidade é cada vez mais necessária para a organização estrutural e funcional das empresas, pois a dinâmica do sistema financeiro do país é bastante complexa, tendo em vista as diferentes situações que podem surgir, como é o caso das crises econômicas, concorrência, dentre outros. Desta forma, a pesquisa justifica-se por apresentar uma temática atual e relevante, contribuindo para o avanço e discussão do tema no ambiente acadêmico e profissional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor compreender a importância da contabilidade para as empresas na atual crise econômica brasileira, se faz uma abordagem da importância da contabilidade para as empresas



através da linha do tempo, para que assim, se possa identificar atual relevância da contabilidade para as empresas no atual cenário de crise.

2.1 ATUAL CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA

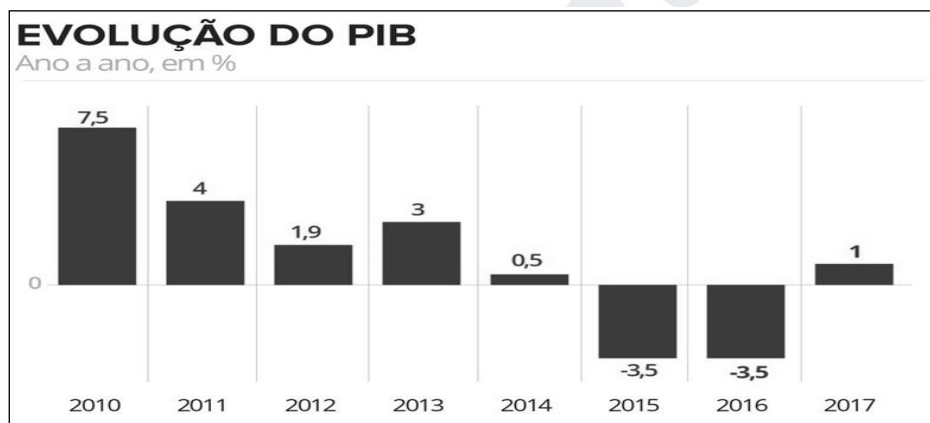
De acordo com Ferreira (2015), o Brasil passa por uma crise econômica onde se nota a estagnação econômica do país, gerando assim uma preocupação a toda parcela da população, que depende do trabalho para garantir o seu sustento, gerando um momento de insegurança e preocupação quanto ao rumo que a economia vem tomando, onde o governo intervém de maneira pouco efetiva, não cumprindo suas metas.

Segundo Cury e Silveira (2017), a atual crise econômica no Brasil teve início em meado de 2014 uma das suas consequências foi a forte recessão econômica, contraiu-se levando a um recuo no Produto Interno Bruto (PIB) por dois anos consecutivos. A economia contraiu-se cerca de 3,8% em 2015 e 3,6% em 2016. A crise também gerou desemprego, que atingiu seu auge em março de 2017 com uma taxa de 13,7% o que representava 14,2 milhões de Brasileiros desempregados. Em 2016 os efeitos da crise econômica foram amplamente sentidos pela população, que precisou adaptar as contas para a realidade financeira.

No primeiro trimestre de 2017, o PIB subiu 1% sendo o primeiro aumento após oito quedas trimestrais consecutivas. Segundo Cury e Silveira (2017), a economia brasileira voltou a crescer após dois anos seguidos de queda. Nos três primeiros meses de 2017, o produto interno bruto (PIB) avançou 1% em relação ao quarto trimestre do ano 2016. O Gráfico 1 ilustra o gráfico com a evolução do PIB do ano de 2010 ao ano de 2017.

Gráfico 1 - Evolução do PIB referente aos anos de 2010 a 2017





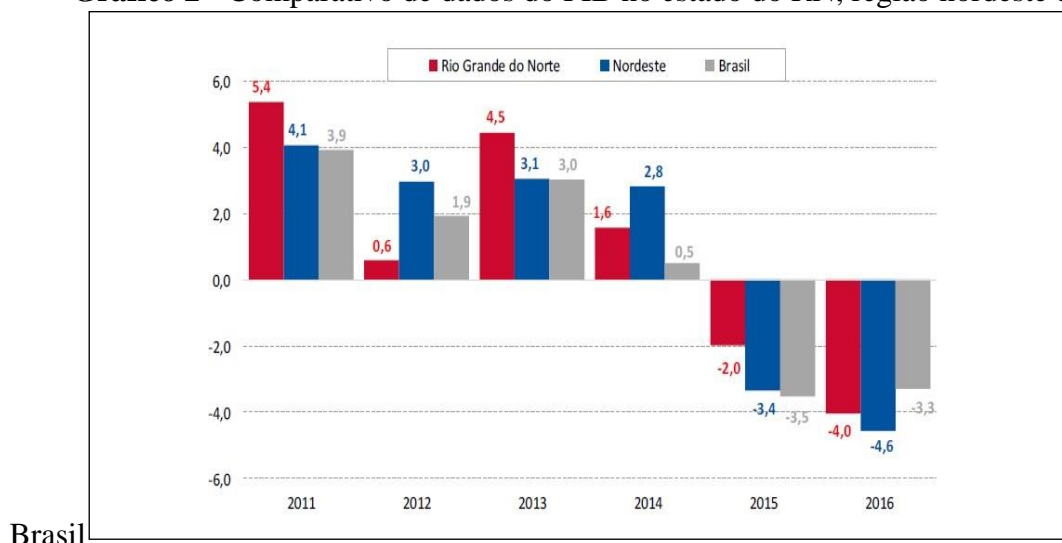
Fonte: Silveira e Gazzoni (2018).

Verifica-se que a redução nos valores do PIB, entre os anos de 2014 a 2016 foi negativo, o que impacta, diretamente, no desempenho das empresas brasileiras, gerando desequilíbrio contábil. Em relação ao PIB do estado do rio Grande do Norte, que engloba o cenário das empresas situadas na cidade de Mossoró-RN, verifica-se que houve um decréscimo mais acentuado que os números da região nordeste e do Brasil, como um todo (Gráfico 2).

Observa-se que a média de decréscimo do PIB, entre os anos de 2015 e 2016 foi mais acentuado no estado do Rio Grande do Norte, o que correspondeu a -3,4% (este sendo menor, somente do que o percentual da região nordeste) e -4,6%, respectivamente, enquanto que a média nacional foi de -2,0% e -4,0%.



Gráfico 2 - Comparativo de dados do PIB no estado do RN, região nordeste e no



Fonte: DEPEC (2019).

Segundo Alegretti (2019), a economia brasileira sofreu implantações negativas, devido a esta queda no PIB, conforme consta na Figura 1, o que causou instabilidade contábil das empresas do país. A situação no Brasil após os anos de declínio no PIB entre 2011 a 2016 provocou grandes mudanças no mercado econômico. Sua queda, no período chegou a -3,5% em 2015/2016 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (FENACON), publicou que 1,8 milhões de empresas cessaram suas atividades nesse período (BUSTO *et al.*, 2020).

É interessante considerar que a contabilidade influencia, diretamente, na retomada do crescimento das empresas, inclusive, tendo em vista o atual cenário de crise econômica Brasileira (AMARAL, 2019).

2.2 CONTABILIDADE ATUAL

É necessário entender o significado do termo contabilidade, para que seja possível estabelecer uma relação com o cenário econômico atual, face as complexidades que envolve o mercado financeiro, como é o caso das crises que vem acontecendo. A palavra Contabilidade

(latim=*computare*) significa contar, computar, calcular. Por essa razão, sempre expressou a ideia de contagem numérica (NASCIMENTO *et al.*, 2019)

Diversos autores, dentre os quais citam-se Amaral (2019) e Barroso (2018), definem a contabilidade como uma ciência que tem obrigação de controlar a evolução do patrimônio da empresa, através dela e possível calcular e registrar todas as operações comerciais e financeiras realizadas em certo período, produzindo relatórios para fornecer aos seus usuários (interno e externos).

Segundo Barroso (2018), a contabilidade vem passando por inúmeras mudanças e evoluções e conseqüentes alterações em suas metodologias e conceitos. Isso para melhorar e se adequar às necessidades das sociedades de cada época. Com os avanços técnico-científicos, houve modernização e padronização dos sistemas contábeis e as exigências quanto aos registros também aumentaram consideravelmente.

A contabilidade é uma ciência que tem função reguladora e de controle a evolução do patrimônio da empresa, através dela e possível calcular e registrar todas as operações comerciais e financeiras realizadas em certo período, produzindo relatórios para fornecer aos seus usuários (interno e externos) (BUSTO *et al.*, 2020).

Para Stavis e Veiga (2004), a contabilidade atual está em processo de transformação e adequação as novas exigências da sociedade, atualizando-se nas mudanças exigidas pela globalização de mercado e da nova tecnologia. Certamente uns dos assuntos mais atuais são o conhecimento contábil, a situação das empresas e sua contabilidade e a tributação e sua burocracia em nosso país.

A visão do contador, que hoje está em processo de mudança, por muito tempo foi a do profissional que faz apenas a escrituração contábil e finalidades fiscais, e não como aliado que traz consigo importantes informações, um dos fatores é alta carga tributária que chega 1/3 do PIB nacional, com isso muitos profissionais contábeis acabam por apenas cumprirem com as suas obrigações fiscais e tributárias de seu cliente, não se preocupando em muitos casos com o mercado ao redor do cliente, seu desenvolvimento e a situação atual o mercado competitivo. Portanto, necessita-se que o profissional estude constantemente as mudanças para se manter dinâmico eficaz (STAVIS; VEIGA, 2004).

De acordo com Medeiros (2011), a contabilidade é um mecanismo indispensável para a organização das empresas, pois, a dinâmica financeira é complexa e apresenta diferentes cenários que se processam, de acordo com a realidade econômica do mercado ao qual faz parte. O desempenho destas atividades são essenciais para o equilíbrio da estrutura patrimonial e financeira da empresa, como também, é importante para o desempenho evolutivo da entidade.

Em um cenário de crise econômica, estes elementos devem ser observados, (re) planejados e avaliados, quando necessário, para que possa atender as necessidades e interesses da empresa. Segundo Silva *et al.* (2019), a contabilidade é uma das áreas que se encontra em constantes mudanças, motivada pelo crescimento econômico e global, verificadas as suas vantagens, frente a crise econômica que se observa no Brasil, por exemplo.

2.3 CONTABILIDADE E A CRISE ECONÔMICA ATUAL

Segundo Roveda (2018), quanto mais organizadas e preparadas as empresas estiverem menos conturbadas será a passagem pela crise, principalmente as Micros Pequenas Empresas que registram altas taxas de mortalidade; quase 50% fecham em menos de três anos. O contador pode oferecer uma gama de serviços que geram informações valiosas para o desenho da estratégia empresarial aumentando as chances de sucesso dos negócios o contador é o cara ajuda as empresas a atravessarem a crise.

Segundo Santos (2016), diante de um cenário ainda instável no país, uma demanda que cresceu e vem crescendo ainda mais e, foi a procura por acessória de serviços contábil. A maioria dos empresários procura ter uma visão positiva da crise, buscando sempre oportunidades e alternativa para se beneficiar da situação.

Com isso, o contador vem sendo um grande aliado dos empreendedores, pois deixou apenas de ser um prestador de serviços e assumiu um papel de consultor nos negócios, alinhado a experiência do mercado ao conhecimento tributário, o que lhe dá condições de colaborar ainda mais com a melhora das finanças da empresa. Acessória contábil pode ajudar a empresa a melhorar o desempenho do negócio, orientado o empresário por meio dos dados corporativos a tomar de decisões acertadas para o crescimento.



No contexto da atual crise financeira que gerou uma recessão econômica, as empresas devem prestar mais atenção às informações contábeis e explorar todas as possibilidades para garantir sua sobrevivência e estabilidade econômica. O papel dos contadores não é apenas sobre o registro e sistematização dos dados, mas também de assessoria e consultoria na interpretação dessas informações, fornecendo soluções práticas para reduzir custos e otimizar as atividades comerciais (MENDES, 2020).

A contabilidade cada vez mais se mostra relevante nos ambientes de negócios ao proporcionar aos usuários e interessados as demonstrações contábeis que revelam conhecimento sobre a situação econômica e financeira das empresas para tomada de decisões de investimento ou financiamento (SILVA *et al.*, 2019).

A exposição de Mendes (2020) e Silva *et al.* (2019) tem em comum o fato de que ambos entendem que a contabilidade faz com que a tomada de decisão seja mais precisa. Além disso, quando o cenário é de instabilidade econômica, ações como investimentos e/ou financiamentos devem ser executados com o máximo de segurança possível, pois, isto evita que as empresas venham a ter prejuízos, por conta de erros de interpretação contábil, por exemplo.

No ato de uma crise, as empresas começam a observar a diminuição das suas vendas e, conseqüentemente, dos seus lucros. Por conta dessa queda no faturamento, as empresas são obrigadas a cortarem custos e começam a demitir os seus funcionários (FERREIRA *et al.*, 2019). O corte de custos, bem como a demissão de funcionários é feita, através de demonstrativos contábeis que, deve ser precisos e estarem de acordo com a realidade da empresa.

A instabilidade econômica faz tornar necessário um controle mais rígido sobre todas as operações, uma gestão responsável de todos os recursos, para filtrar e reduzir ao máximo os gastos e adaptar as estratégias existentes às novas condições de mercado. As contas refletem os efeitos das decisões e práticas adotadas e implementadas em qualquer nível dentro da empresa e, portanto, mais atenção deve ser dada à informação contábil (MENDES, 2020).

Independentemente do local onde a empresa está inserida, quando se trata de instabilidade econômica, tem-se um cenário comum – por exemplo, no que se refere ao campo econômico do Brasil, que envolve as suas diferentes regiões geoeconômicas – onde os reflexos da crise se processam por igual.

A contabilidade gerencial torna-se uma parte dinâmica da contabilidade, que está sempre em busca de soluções para reduzir custos e melhorar o gerenciamento de recursos que cada empresa possui, visando melhorar os resultados de sua atividade, registrar números não é a parte mais importante, mais vale avalia-los (MENDES, 2020).

O gerenciamento das ações da empresa, especialmente, no que se refere a contabilidade é o processo mais adequado para que a tomada de decisão seja mais acertada, ou seja, antes do empresário e/ou gestor proceder com a execução de dadas ações, deve verificar os balanços financeiros, pois, estes mostram qual é a realidade da empresa. Ferreira *et al.* (2019) afirmam que preciso entender que as crises econômicas ocorrem por conta da existência dos chamados ciclos econômicos, ou seja, as economias apresentam alguns momentos de ascensão e outros de queda.

Silva *et al.* (2019) citam quatro elementos contábeis que tem características de melhorias para o desempenho das empresas no enfrentamento à crise econômica: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade. As características de cada um estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Elementos para promoção do controle contábil nas empresas

Elemento	Descrição
Comparabilidade	É a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item.
Verificabilidade	Consiste em apurar as informações de forma fidedigna para assegurar que os usuários obtenham informações com maior veracidade, garantindo a qualidade da informação.
Tempestividade	Está relacionado em representar uma informação contábil no momento que ela seja importante para a tomada de decisão.
Compreensibilidade	Consiste em apresentar a informação com clareza e coesão, com isso a exclusão de informações consideradas complexas faz com que os relatórios fiquem distorcidos e incompletos.

Fonte: Silva *et al.* (2019).

Tais elementos, descritos no Quadro 1, são meios de organização e sequenciamento do trabalho contábil nas empresas. Envolvem as características e situações que devem ser observadas, inclusive, frente à crise econômica.

3 METODOLOGIA

Ao analisar a percepção dos discentes, docentes e profissionais de contabilidade acerca da utilização dos recursos contábeis frente à crise econômica, esta pesquisa classifica-se como descritiva quanto aos seus objetivos, quantitativa quanto à sua natureza e de campo (*survey*) quanto aos seus procedimentos.

O universo da pesquisa compreende discentes, docentes e profissionais de contabilidade do município de Mossoró-RN, tendo como amostra final 67 respondentes, os quais se disponibilizaram a participar da pesquisa, através do instrumento de coleta de dados (questionário). A distribuição destes deu-se a partir da espontaneidade dos participantes em responder ao instrumento de coleta de dados, sendo este o quantitativo final de respostas obtidas, sendo 30 discentes, 12 docentes e 25 profissionais.

A coleta de dados se deu através de um questionário com questões fechadas, de múltipla escolha e com escala *likert* de cinco pontos em casos de afirmação positiva. O questionário foi adaptado das pesquisas de Alvarenga *et al.* (2020) e de Santos (2016). O instrumento de coleta foi aplicado de forma eletrônica, através da ferramenta do *google forms*, sendo aplicados no mês de março de 2021. A escolha dos respondentes se deu de acordo com a conveniência e facilidade do pesquisador.

Os dados foram tratados com o auxílio do *Microsoft Office* (Excel), permitindo assim a sua apresentação através de tabelas. Além disso, foi realizada uma interpretação das respostas dos questionários, bem como um confronto com os achados anteriores, permitindo-se inferir com conclusões voltadas à satisfação do objetivo proposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção exhibe os achados da pesquisa. Para melhor visualização, foram divididos em dois subtópicos. O primeiro apresenta a caracterização da amostra, com informações sobre o perfil dos respondentes; e o segundo apresenta a percepção dos discentes, docentes e profissionais de contabilidade acerca da utilização dos recursos contábeis em tempos de crise econômica.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Inicialmente, com o objetivo de caracterizar o perfil da amostra, na Tabela 1 são apresentadas informações sobre o gênero, formação, perfil e área de atuação profissional.

Tabela 1 – Caracterização da amostra

Caracterização da amostra		Frequência	Porcentagem (%)
Gênero	Masculino	29	43,3
	Feminino	38	56,7
Área de atuação	Estágio	2	3,0
	Não trabalha	13	19,4
	Escritório	5	7,5
	Empresa privada	31	46,3
	Setor público	5	7,5
	Docência	10	14,9
	Outro	1	1,5
	Perfil profissional	Discente	30
	Docente	12	17,9
	Profissional	25	37,3

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme Tabela 1, há uma pequena predominância do gênero feminino, representando um percentual de 56,7% da amostra, contra 43,3% do gênero masculino. A Tabela 1 evidencia também o perfil do participante, dos quais 44,8% são discentes do curso de ciências contábeis, 37,3% são profissionais da área e 17,9% são docentes do curso de ciências contábeis. Ressalte-se que a maioria dos respondentes da amostra desenvolvem atividades profissionais, seja em escritórios de contabilidade (7,5%), empresas privadas (46,3), setor público (7,5%) e docência (14,9). Apenas 13 respondentes (19,4%) não trabalham no momento, provavelmente por se dedicarem apenas ao curso (discentes).

4.2 PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES SOBRE A CONTABILIDADE EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICA



Esta subseção foi delineada a partir do objetivo geral do estudo de analisar a percepção dos discentes, docentes e profissionais de contabilidade acerca da utilização dos recursos contábeis frente à crise econômica brasileira. Para tanto, foram dispostas 10 assertivas/variáveis aos respondentes (discentes, docentes e profissionais), obtendo-se as respostas por meio de uma escala *likert* de cinco pontos, de discordo totalmente (1) a concordo totalmente (5). As variáveis estão elencadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Variáveis/assertivas presentes no instrumento de coleta (questionário)

V	Item
1	O profissional contábil foi afetado pela crise econômica brasileira.
2	As empresas têm utilizado os recursos ofertados pela contabilidade em tempos de crise econômica.
3	Os gestores têm requerido dos profissionais contábeis relatórios diversos para os auxiliarem no processo de tomada de decisão.
4	A contabilidade é uma ferramenta predominante na manutenção e preservação das empresas em tempos de crise.
5	É possível realizar novos investimentos em meio à crise econômico-financeira.
6	Em tempos de crise, há uma maior procura pelos serviços de assessoria contábil.
7	Há uma maior utilização de indicadores financeiros e econômicos diante da crise.
8	As informações proporcionadas pela contabilidade são suficientes para garantir a continuidade operacional em tempos de crise.
9	A crise econômica contribuiu para a valorização do profissional contábil
10	Durante a crise o profissional contábil precisa se atualizar constantemente para atender os novos desafios.

Fonte: Adaptado de Souza (2016) e Alvarenga *et al.* (2020).

Inicialmente, apresentam-se as percepções dos respondentes (discentes, docentes e profissionais de contabilidade) acerca da utilização dos recursos contábeis frente à crise econômica de forma conjunta, através da indicação de frequências sobre o conjunto de assertivas/variáveis propostas no instrumento de coleta (Tabela 2).

Tabela 2 – Percepção dos respondentes acerca da utilização dos recursos contábeis frente à crise

Assertivas/variáveis	DT		DP			NC ND		CP		CT	
	N	%	n	%		n	%	n	%	N	%
1. Profissional contábil afetado	4	6,0	4	6,0		12	17,9	23	34,3	24	35,8
2. Empresas utilizam recursos	3	4,5	4	6,0		18	26,9	22	32,8	20	29,9
3. Utilização de relatórios	5	7,5	8	11,9		17	25,4	19	28,4	18	26,9
4. Ferramenta predominante	1	1,5	0	0,0		5	7,5	12	17,9	49	73,1



5. Novos investimentos realizados	0	0,0	2	4,0		12	17,9	15	22,4	36	53,7
6. Procura por assessoria	1	1,5	5	7,5		17	25,4	20	29,9	24	35,8
7. Utilização de indicadores	2	3,0	3	4,5		15	22,4	28	41,8	19	28,4
8. Informações suficientes	7	10,4	1	1,5		13	19,4	25	37,3	21	31,3
9. Valorização profissional	7	10,4	4	6,0		20	29,9	18	26,9	18	26,9
10. Atualização constante	0	0,0	0	0,0		4	6,0	7	10,4	56	83,6

Nota: *n* – número de respondentes; DT – Discordo totalmente; D – Discordo parcialmente; NC ND – Nem concordo nem discordo; C – Concordo parcialmente; CT – Concordo totalmente.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os resultados evidenciados na Tabela 2, demonstram, em linhas gerais, que os discentes e docentes do curso de ciências contábeis e profissionais de contabilidade de Mossoró consideram que os recursos contábeis podem ser utilizados como ferramentas úteis frente à crise econômica brasileira. Merecem destaque as seguintes assertivas/variáveis: V4 - A contabilidade é uma ferramenta predominante na manutenção e preservação das empresas em tempos de crise; e V10 - Durante a crise o profissional contábil precisa se atualizar constantemente para atender os novos desafios, as quais receberam 73,1% e 83,6% de concordância total, respectivamente.

Na primeira assertiva (V1), verifica-se que, sob a ótica dos respondentes, o profissional contábil foi afetado pela crise econômica brasileira, demonstrado pela concordância parcial (34,3%) e total (35,8%). Na segunda assertiva (V2), observa-se que as empresas têm utilizado os recursos ofertados pela contabilidade em tempos de crise econômica, com 62,7% de concordância (somando os respondentes que concordam parcial e totalmente).

Também foi percebido, através da V3, que os gestores têm requerido dos profissionais contábeis relatórios diversos para os auxiliarem no processo de tomada de decisão, com 28,4% de concordância parcial e 26,9% de concordância total. Entretanto, destaca-se aqueles que não concordaram nem discordaram, com 25,4%. A assertiva V5, por sua vez, demonstra com alto nível de concordância total (53,7%), que os discentes, docentes e profissionais de contabilidade consideram que é possível realizar novos investimentos em meio à crise econômico-financeira.

Por meio da variável V6, nota-se que em tempos de crise, há uma maior procura pelos serviços de assessoria contábil e, por conseguinte, uma maior utilização de indicadores econômico-financeiros, observada na V7, permitindo-se concluir que as informações



proporcionadas pela contabilidade são suficientes para garantir a continuidade operacional em tempos de crise (V8).

Entretanto, quando questionados se a crise econômica contribuiu para a valorização do profissional contábil, o maior percentual foi daqueles que não concordam nem discordam (29,9%), demonstrando assim que, no geral, os discentes, docentes e profissionais contábeis de Mossoró não conseguem visualizar uma valorização em sua profissão.

Conforme citam Ferreira *et al.* (2019) e Mendes (2020) a crise economia faz com que o indivíduo repense seu planejamento financeiro, no que se refere a estabilidade profissional em contabilidade, pois, para que o contador tenha um desempenho funcional satisfatório, é necessário ter uma visão definida sobre os procedimentos que deve tomar para se estabilizar no mercado de trabalho.

Buscando-se comparar a percepção dos discentes, docentes e profissionais de contabilidade acerca da utilização dos recursos contábeis em tempos de crise, na Tabela 3 apresentam-se as médias e desvios-padrão para cada uma das assertivas/variáveis, sob a percepção de cada um dos respondentes, de acordo com o perfil profissional.

Tabela 3 – Percepção sobre a contabilidade em tempos de crise de acordo com o perfil profissional

Variável		Média	Desvio-padrão
1. Profissional contábil afetado	Discentes	4,067	0,944
	Profissionais	3,640	1,439
	Docentes	3,917	0,900
2. Empresas utilizam recursos	Discentes	3,733	1,048
	Profissionais	3,960	1,171
	Docentes	3,500	1,000
3. Utilização de relatórios	Discentes	3,600	1,101
	Profissionais	3,480	1,475
	Docentes	3,583	0,996
4. Ferramenta predominante	Discentes	4,600	0,932
	Profissionais	4,720	0,541
	Docentes	4,417	0,668
5. Novos investimentos realizados	Discentes	4,233	0,935
	Profissionais	4,240	1,052
	Docentes	4,250	0,866
6. Procura por assessoria	Discentes	4,000	0,982
	Profissionais	3,920	1,077
	Docentes	3,667	1,073
7. Utilização de indicadores	Discentes	3,800	1,030
	Profissionais	4,000	1,000



	Docentes	3,833	0,834
8. Informações suficientes	Discentes	3,933	1,014
	Profissionais	3,640	1,350
	Docentes	3,667	1,435
9. Valorização profissional	Discentes	3,400	1,248
	Profissionais	3,760	1,200
	Docentes	3,417	1,379
10. Atualização constante	Discentes	4,800	0,550
	Profissionais	4,720	0,613
	Docentes	4,833	0,389

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os resultados da Tabela 3 demonstram que, no geral, as maiores médias para as assertivas foram dos discentes e profissionais de contabilidade, tendo por conseguinte, como menores médias para o conjunto de assertivas, os docentes. Além disso, observa-se que, no geral, as médias apresentadas pelos três grupos foram semelhantes, não apresentando maiores divergências sobre suas percepções. Merecem destaque as variáveis V4 (a contabilidade é ferramenta predominante em tempos de crise); V5 (novos investimentos podem ser realizados em tempos de crise) e V10 (o profissional contábil precisa se atualizar constantemente), as quais apresentaram médias semelhantes nos três grupos pesquisados.

Os profissionais contábeis que atuam diretamente no mercado, percebem como mais relevantes as seguintes variáveis, observado através das maiores médias e menores desvios-padrão, demonstrando baixa variabilidade entre suas percepções: V2 - que trata sobre a utilização de recursos em tempos de crise; V4 - que demonstra a contabilidade como ferramenta predominante para a continuidade operacional das organizações em tempos de crise; V7 - que sinaliza sobre uma maior utilização de indicadores econômico-financeiros; e V8 - que trata sobre a valorização da profissão.

As variáveis mais relevantes sob a ótica dos discentes, por sua vez, foram as seguintes: V1 - o profissional contábil foi afetado pela crise econômica; V3 - que aborda sobre a utilização de relatórios diversos pelas companhias; V6 - aumento da procura por assessoria contábil; V8 - as informações contábeis são suficientes; e V10 - a profissão contábil requer constante atualização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao concluir esta pesquisa foi possível construir uma análise sobre a percepção dos discentes, docentes e profissionais de contabilidade no que se refere a utilização dos recursos contábeis frente à crise econômica brasileira. As contribuições dos autores referenciados revelaram que o cenário econômico brasileiro vem passando, nos últimos anos, por transformações que interferem diretamente no modo de vida das pessoas e que requer o desenvolvimento de ações de controle financeiro.

Outro dado importante que foi observado é que os estudantes acadêmicos, professores, além dos profissionais de contabilidade devem estudar, mais profundamente, sobre esta situação, de modo a entender como tal dinâmica se processa e como pode usar os conhecimentos adquiridos, na sua formação/qualificação, para promover e concretizar a sua estabilidade financeira, garantindo uma maior regularidade profissional.

Em relação a relevância para o universo acadêmico, a pesquisa serviu para atualizar dados sobre a realidade do cenário econômico brasileiro, sob o ponto de vista dos sujeitos que fazem parte do ambiente acadêmico (discentes), uma vez que é necessário haver este estudo, pois, a sua formação constitui-se da exploração do espaço onde estão inseridos, com um posicionamento independente acerca dos fatos ocorridos. Além do mais, este tipo de estudo motiva o desenvolvimento de outras investigações, com o aprofundamento do desvencilhamentos dos elementos abordados, concretizando-se, assim, a expansão da pesquisa científica.

No que se refere as limitações da pesquisa, cita-se a questão do isolamento social, devido a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), fator este que impediu a aplicação do instrumento de pesquisa de forma presencial, que permitiria o alcance de um maior número de respondentes.

Recomenda-se que mais estudos sejam feitos sobre esta abordagem, de modo que se tenha uma leitura sempre atualizada sobre o desempenho das empresas nacionais, no cenário econômico brasileiro, que sejam feitos, também, mais estudos sobre os reflexos da crise econômica na gestão empresarial.

REFERÊNCIAS



ALEGRETTI. **BBC News Brasil em Londres Aflição com futuro e o mundo mais confuso:** o desempenho da economia no atual governo brasileiro. (2019). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil/49500272>. Acesso em: 16 jun. 2019.

ALVARENGA, F. O.; MARTINS, P. L.; FERREIRA, H. L.; ALVARENGA, F. O. Profissionais contábeis e a crise econômica instaurada pela pandemia do Covid-19: um estudo na cidade de São João Del-Rei – MG. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 17, 2020. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2020.

AMARAL, L. B. **Conteúdos do Ensino em Contabilidade Forense:** Percepção de Especialistas em Fraudes. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

BARROSO, D. V. **Teoria da Contabilidade** / Deivson Vinicius Barroso. - Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

BUSTO, J. M. *et al.* A Influência da Crise Econômica Brasileira em Empresas do Segmento de Incorporações: Uma Análise dos Demonstrativo Financeiros das Empresas Listadas na B3 no Período de 2012 a 2019. **X Congresso UFSC de Controladoria e Finanças**, Florianópolis: UFSC, realizado de 7 a 9 de setembro de 2020.

CURY, A.; SILVEIRA, D. **PIB recua 3,6% em 2016, e Brasil tem pior recessão da história.** Publicado em 7 de março de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/pib-brasileiro-recua-36-em-2016-e-tem-pior-recessao-da-historia.ghtml>. Acesso em: 28. set. 2020.

DEPEC – Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos. **Perfil Econômico – Rio Grande do Norte: PIB 2019.** Brasília: DEPEC, 2019.

FERREIRA, G. L. A. **As Reais Causas da Crise Econômica no Brasil:** Crise econômica brasileira. (2016). Disponível em: <https://gabluucas89.jusbrasil.com.br/artigos/335836327/as-reais-causas-da-crise-economica-no-brasil>. Acesso em: 04. out. 2020.

FERREIRA, G. A. *et al.* Crise Econômica: a influência na contabilidade. **Diálogos em Contabilidade:** teoria e prática (Online), v. 7, n. 1, edição 1, jan./dez. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAPORTA, S. **PIB do Brasil cresce 1% no trimestre de 2017, após oito quedas seguidas.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticias/pib-do-brasil-cresce-10-no-1-trimestre-de-2017.ghtml>. Acesso em: 23 jul. 2019.





MENDES, S. D. **A Importância da Contabilidade Como Instrumento de Gestão nas Empresas:** uma análise dos impactos do coronavírus nas micro e pequenas empresas da cidade de João Pessoa: UFPB, 2020. (Dissertação de Bacharelado em Ciências Contábeis).

MENEZES, P. P. C. **Análise dos componentes da crise econômica brasileira de 2014 a 2018 através de vetores autoregressivos.** Uberlândia: UGB, 2020. (Dissertação de Bacharelado em Ciências Econômicas).

NASCIMENTO, E. K. *et al.* **O Início da Contabilidade.** Londrina: INESUL, 2019. (Dissertação de Bacharelado em Ciências Contábeis).

NUSDEO, F. **Introdução ao Direito Econômica.** 3. ed. São Paulo, 2001.

MEDEIROS. E. C. **A Contabilidade Atual.** Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-contabilidade-atual/61343>. Acesso em: 15 jun. 2019.

REDATOR. **Profissão Contador:** os desafios para 2018 e além, publicado em 28 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/profissao-contador-os-desafios-para-2018-e-alem/>. Acesso em: 04.Out.2020.

REVISTA EXAME. **Alertando sobre a Crise.** Disponível: <https://exame.abril.com.br/noticias-sobre/crise/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

ROVEDA, V. **A Crise e o Escritório de Contabilidade uma grande oportunidade.** (2018). Disponível em: <https://contadores.contaazul.com/blog/a-crise-e-o-escritorio-de-contabilidade-uma-grande-oportunidade>. Acesso em: 16 jun. 2019.

SANTOS, M. dos. **Até onde vai a responsabilidade do contador (e onde começa a sua).** (2016). Disponível em: <https://blog.contaazul.com/responsabilidade-do-contador-empresa>. Acesso em: 04. out. 2020.

SANTOS, P. M. S. **Um estudo sobre a percepção dos profissionais contábeis de Campina Grande - PB, em relação à utilização dos recursos da contabilidade financeira, frente à crise econômica do Brasil em 2016.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, 2016.

SILVA, A. M. M. M. da *et al.* **Contabilidade Criativa: os limites éticos e técnicos violados. Diálogos em Contabilidade: teoria e prática (Online)**, v. 7, n. 1, edição 1, jan./dez. 2019.

SILVEIRA, D.; GAZZONI, M. **PIB brasileiro cresce 1,0% em 2017, após 2 anos de retração.** Publicado em março de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/pib-brasileiro-cresce-10-em-2017-apos-2-anos-de-retracao.ghtml>. Acesso em: 22/10/2020.





STAVIS, A. A.; VEIGA, W. da C. **A Contabilidade na Atualidade e Possíveis Tendências para o Futuro.** (2004). Disponível em: <https://classecontabil.com.br/a-contabilidade-na-atualidade-e-possiveis-tendencias-para-o-futuro/>. Acesso em: 04. out. 2020.



A PERCEPÇÃO DOS CONSULTORES E EMPREENDEDORES DA CIDADE DE ASSÚ/RN EM RELAÇÃO À CONSULTORIA EMPRESARIAL NAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS (MPE)

Vanessa Silva do Nascimento¹

Joaquim de Siqueira Furtado Neto²

Antônio Gustavo Nicácio³

Danilo Felipe Teixeira Da Silva⁴

Kallianna Karina Medeiros de Azevedo⁵

RESUMO

Diante do atual cenário econômico brasileiro, as empresas buscam cada vez mais alternativas que viabilizem uma melhora na qualidade de seus serviços, como também um aumento gradativo em suas receitas, necessitando assim, de serviços voltados a consultoria empresarial e contábil com o objetivo de alcançar suas metas. Sendo assim, a pesquisa tem por objetivo principal conhecer a percepção dos consultores e empreendedores da cidade de Açu – RN em relação aos serviços de consultoria prestados nas Micro e Pequenas Empresas – MPEs. Em relação aos aspectos metodológicos é classificada como descritiva perante os objetivos, sendo realizada basicamente através de um estudo de caso além de possuir uma abordagem do problema de forma qualitativa, possuindo como instrumento de coleta de dados a utilização de questionário com perguntas fechadas aplicada às variáveis. Através disso, foi visto que diante da perspectiva dos empreendedores, a qualidade dos serviços prestados foi ótima e satisfatória, como também, na perspectiva dos consultores, um dos principais motivadores da contratação dos serviços se deu através da busca contínua por melhorias nos serviços prestados como

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela FACESA. Email: vanessa.vsn@hotmail.com.

² Graduado em Ciências Contábeis pela UERN. Mestre em Administração pela UNP. E-mail: joaquimdesiqueira@hotmail.com.

³ Graduado em Ciências Contábeis pela UERN. Mestre em Educação pela UERN. E-mail: antonio.gustavoali@gmail.com.

⁴ Graduado em Ciências Contábeis pela Mater Christi. E-mail: danilofelype@hotmail.com.

⁵ Graduada em Ciências Contábeis pela UERN. E-mail: kallianna.azevedo@hotmail.com.



também no alcance de melhores receitas para os negócios. Portanto, a hipótese proposta pelo estudo foi aceita ao verificar a aplicação de um questionário de modo a obter as principais percepções tanto de consultores quanto de empresários acerca da prestação dos serviços de consultoria.

Palavras-chave: Consultores, Empresários, Micro e Pequenas Empresas.

ABSTRACT

Given the current Brazilian economic scenario, companies are increasingly looking for alternatives that enable an improvement in the quality of their services, as well as a gradual increase in their revenues, thus requiring services aimed at business and accounting consulting in order to achieve their goals. Therefore, the main objective of the research is to understand the perception of consultants and entrepreneurs in the city of Açu – RN in relation to the consulting services provided in Micro and Small Businesses – MPEs. Regarding the methodological aspects, it is classified as descriptive towards the objectives, being carried out basically through a case study in addition to having a qualitative approach to the problem, having as a data collection instrument the use of a questionnaire with closed questions applied to the variables. Through this, it was seen that, from the perspective of the entrepreneurs, the quality of the services provided was excellent and satisfactory, as well as, from the perspective of the consultants, one of the main motivators for hiring the services was through the continuous search for improvements in the services provided as also in achieving better revenue for the business. Therefore, the hypothesis proposed by the study was accepted when verifying the application of a questionnaire in order to obtain the main perceptions of both consultants and entrepreneurs about the provision of consulting services.

Keywords: Consultants, Entrepreneurs, Micro and Small Businesses.

1 INTRODUÇÃO

Estudos relacionados às Micros e Pequenas Empresas (MPE) tem se intensificado cada vez mais nos últimos tempos no Brasil. Houve um aumento significativo desses

estabelecimentos devido ao forte incentivo que o governo tem lhes proporcionado oferecendo benefícios que os estimulam abrir o seu próprio negócio, sendo essas as principais geradoras de emprego e renda no país, tendo grande participação no crescimento econômico. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE 2019) às MPE's em 2019 gerou 731 mil empregos, e esse resultado só cresce com passar dos anos.

Embora seja importante para economia e de crescimento relevante, existe também um alto índice de baixa dessas empresas nos primeiros anos de sua existência os motivos relacionados são diversos, porém, o mais comum é a falta de planejamento e o despreparo por parte dos gestores, que inicialmente concentra todas as funções para si, exercendo o papel gerencial e de controlador financeiro, não percebendo as mudanças que ocorre no mercado.

Essas mudanças são necessárias principalmente para o mercado que está a cada dia mais competitivo exigindo dos gestores decisões mais assertivas, decisões essas que dependem intrinsecamente daqueles que estão à frente do negócio e de sua capacidade de gerir.

E nessas condições de mudanças imediata é indispensável os serviços de consultoria empresarial, pois, estes possuem ferramentas essenciais para o cuidado do patrimônio da empresa e continuidade dos negócios, bem como informações precisas que contribui para tomada de decisão.

Desta forma, ainda que indispensável para melhoria e conservação dos negócios, o fator regional muitas vezes prejudica o trato entre empreendedores e consultores, por terem realidades e habilidades distintas de enfrentar as dificuldades adversas na administração dos negócios, sendo assim as medidas à serem adotadas precisarão também ser diferentes.

Assim, partindo deste cenário em torno da consultoria empresarial nas MPE's o presente estudo tem como problema: qual a importância da consultoria empresarial dentro das Micros e Pequenas Empresas (MPE)?

Deste modo no que se refere ao aprimoramento dos negócios, e convencido das mudanças impostas as empresas pelo mercado a qual está inserido, pressupõe que, os gestores da cidade de Assú-RN, na busca de bons resultados que beneficie a lucratividade da empresa, utiliza-se dos serviços de consultoria empresarial visando melhorias dentro da organização, vistos que estes profissionais possuem recursos que auxiliarão nas tomadas de decisões.

O estudo tem como objetivo geral evidenciar a percepção dos consultores e empreendedores da cidade Assú/RN em relação à consultoria empresarial nas Micro e Pequenas Empresas (MPE).

E como objetivo específico demonstrar os motivos da contratação da consultoria empresarial, mostrar os procedimentos adotados pelos consultores e identificar as principais dificuldades encontradas pelos consultores no desenvolvimento dos seus serviços.

Diante da importância das Micro e Pequenas Empresas (MPE) para a economia do país, a consultoria empresarial é o método essencial utilizado por gestores para detectar possíveis problemas que possam futuramente prejudicar o desenvolvimento da empresa. Assim o presente estudo reforça a relevância da consultoria empresarial nos pequenos negócios, e sua contribuição para elaboração de outros trabalhos acadêmicos com tema relacionado.

Em relação aos aspectos metodológicos é classificada como descritiva perante os objetivos, sendo realizada basicamente através de um estudo de caso além de possuir uma abordagem do problema de forma qualitativa, possuindo como instrumento de coleta de dados a utilização de questionário com perguntas fechadas aplicada às variáveis.

Portanto, esta pesquisa está organizada nas seguintes seções, nas quais são: introdução, referencial teórico, metodologia, análise dos resultados, considerações finais e referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir será apresentada um breve discursão acerca do tema, tratando de conceitos e referências sobre: Micro e Pequenas Empresas e Consultoria Empresarial.

2.1. MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Dentro do contexto empreendedor, há várias maneiras de se iniciar uma atividade empresarial. A esse respeito tem-se a ideia de Microempresa, que é definida pelos

[...] efeitos da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte consideram-se tais a sociedade empresária, as sociedades simples e o empresário, que se refere o

artigo 966 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados nos Registro de Empresas Mercantis ou do registro Civil de Pessoas Jurídicas. (SANTOS; SIQUEIRA, 2011, apud SILVA, 2008, p. 13).

Não obstante a definição das Microempresas, o responsável por ela, isto é, o Microempresário é aquele que conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, é aquele que:

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

A respeito das definições de microempresário, é válido ressaltar que não existe somente uma, mas várias, de acordo com a atividade e finalidade da microempresa, sobretudo a sua estrutura e organização, partindo de seu idealizador. Os microempresários enquanto individuais, conforme Ferreira e Caminhoto (2013):

[...] sempre serão empresários individuais, quanto à atividade e forma de seu exercício, enquanto que, os microempresários poderão ser empresários individuais, sociedades simples ou sociedades empresárias não constituídas sob a forma institucional, em outras palavras, a estes não se atribui o direito de serem sociedades por ações ou cooperativas, sendo que no caso destas se excetua as cooperativas de consumo.

Uma vez definidos o conceito de Micro e Pequena Empresa, além dos diversos tipos de microempresários, é correto afirmar que há uma realidade promissora e partindo dela, as micro e pequenas empresas com o auxílio regulamentado e assegurado pela lei, garante um tratamento inovador e diferenciado, que assegura ainda outras instâncias. Este tratamento diferenciado irá proporcionar:

1) à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias; 2) ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias; 3) ao acesso a crédito e ao mercado,

inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão; 4) ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in fine, da Constituição Federal. (AGUIAR, 2018)

Não obstante a isso, há outras garantias, aos quais pode-se exemplificar e reunir em termo amplo: desburocratização. De fato, o oposto, isto é, a burocracia. A esse respeito, a Constituição Federal de 1988, no art. 179 esclarece que essa facilidade é garantida com:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. (BRASIL, 2020).

Deste modo, a valorização para a livre iniciativa de cada pessoa, não aparece como um item novo e inédito, mas como uma garantia assegurada não somente nas leis complementares expostas anteriormente, mas registrado na Carta Magna de 1988, do Capítulo I do Título VII que corresponde a ordem econômica e financeira garante: “livre concorrência; busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.” (Idem).

Além deste tratamento contido respectivamente nos princípios IV, VIII e IX, o parágrafo único nesta mesma parte do documento garante “[...] a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. (Ibidem).

Diante desses expostos, é correto afirmar que embora no início não tenha se dada a correta atenção e pleno cumprimento do que está resguardado na lei maior do Brasil, é direito de todo cidadão, uma vez manifestando o interesse e respeitadas as regras contidas, o processo de abertura das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no território brasileiro.

Estas iniciativas partem tanto da esfera pública quanto privada, como é o caso do Sebrae, Emprega Brasil e REDESIM que atendem a nível nacional as demandas de diversas iniciativas empreendedoras que depois darão surgimento a tantas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Esta última, por sua vez, é definida como aquela que possui os:

Negócios com limite de faturamento anual de R\$ 4,8 milhões podem ser enquadrados como EPP. Da mesma forma que a ME, o titular de uma Empresa de Pequeno Porte deve formalizar o negócio em uma Junta Comercial, optando por um dos regimes tributários (Simples Nacional, Lucro Real ou Lucro Presumido). (PEREIRA, 2019)

Estes processos uma vez criados e seguidos, culminarão na criação da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, facilitando não somente a própria criação destes organismos, mas também favorecendo um aquecimento econômico, geração de emprego e renda, bem como a possibilidade de crescimento organizacional e territorial destas empresas menores.

2.2. CONSULTORIA EMPRESARIAL

O serviço de consultoria empresarial nasceu em consequência dos primeiros cursos de Administração de Empresas e que segundo Guimarães (2018), teve surgimento nos Estados Unidos da América, nos ambientes acadêmicos e científicos das universidades americanas no final do século XIX e que ficaria sem notoriedade até a década de 1930 do século seguinte, quando começaram os efeitos causados pela grande crise econômica internacional do ano anterior.

A partir daí, o ramo de consultoria empresarial teria um grande avanço, sobretudo no que diz respeito a precaução diante de possíveis futuras crises. É importante destacar que essa consultoria foi iniciada em grandes empresas, pois foram estas que tiveram grandes perdas durante o período da conhecida crise de 1929.

Com o passar dos anos o segmento foi se consolidando e garantindo espaço no mercado e a partir do fim da década de 90 e início dos anos 2000, esse segmento voltou-se, sobretudo, às pequenas e promissoras iniciativas empreendedoras. E devido isso, foi consolidada uma relação sólida da consultoria empresarial com as pequenas empresas, alicerçada em três pontos fundamentais, que segundo Guimarães (2018), são: 1) plano de negócios; 2) plano estratégico; 3) avaliação da empresa. Estes pontos e mais alguns qualificam esta relação na realidade americana. No entanto, estes três pontos são também a causa frequente de problemas na realidade brasileira, justamente pela ausência de consultoria empresarial em muitas empresas.

Embora com o relato acima, seja possível conhecer historicamente a criação e atuação da consultoria empresarial, exige conhecer sua definição. Para isso, serão apresentadas duas definições pertinentes. A primeira define consultoria como:

[...] o ato de um cliente fornecer, dar e solicitar, pedir pareceres, opiniões, estudos, a um especialista contratado para que este auxílio apoie, oriente o trabalho administrativo, pode-se dizer que a consultoria é uma troca onde o cliente fornece informações da empresa e cabe ao consultor diagnosticar o problema e orientar da melhor forma possível. (ALVES et al, p. 02, *apud*, PARREIRA, 1997, p. 12)

A segunda ideia sobre a consultoria empresarial, é aquela que pode ser definida como “[...] um processo interativo, executado por uma ou mais pessoas, independentes e externas ao problema em análise, com o objetivo de fornecer aos executivos da empresa-cliente um ou mais conjuntos de opções de mudanças que proporcionem a tomada de decisão mais adequada ao atendimento das necessidades da organização.” (ALCÂNTARA, PEREIRA 2017, *apud* CROCCO e GUTTMANN, 2010, p. 8).

Além disso, é claro que uma vez tendo sua definição realizada, a consultoria empresarial deve sim se adequar a realidade e o contexto das empresas que solicitam esse importante serviço. De acordo com o Intelliplan (2020), há quatro aspectos necessários a se elencar no que se refere a realidade da consultoria empresarial, que são: 1) a consultoria não é um luxo de poucas empresas; 2) os consultores não tomarão o poder da empresa. Isso é direito e dever do gestor/presidente da empresa; 3) a consultoria pode ser contratada por empresas de todos os portes; 4) há uma diversidade de perfis e maneiras para executar a consultoria. Não é um modelo engessado ou inflexível.

A consultoria enfim, revela que é uma opção acertada que todo responsável por empresas deve buscar trilhar no que se refere ao caminho feito por seu empreendimento. É válido lembrar a imensa quantidade de empresas e negócios que diminuíram ou que chegaram até mesmo a falir, fechar e encerrar suas atividades devido não ter investido em consultoria empresarial.

3 METODOLOGIA

Por meio de pesquisas o presente estudo, propõe analisar os resultados encontrados através de técnicas e procedimentos apropriados cumprindo assim as expectativas do objeto estudado, e dessa forma atingir resultados e a realização do estudo.

Logo, o trabalho tem como finalidade analisar a percepção dos consultores e empreendedores em relação à consultoria empresarial nas Micros e Pequenas Empresas (MPE).

De acordo com Lakatos e Marconi (2003) método é um conjunto de práticas lógica, prudente que possibilita concretização de objetivos traçados detectando possíveis erros e auxiliando nas decisões. Todavia, Gil (2008) caracteriza como um meio usado para chegar determinado fim, sendo o método científico um conjunto de ferramentas técnicas e intelectuais aplicadas para adquirir conhecimento.

Assim, os métodos a serem aplicados no presente trabalho para o desenvolvimento do problema apresentado, se deu por meio do conhecimento dos objetivos da classificação da pesquisa, apresentando a forma da coleta de dados, retirando do universo a amostra, indicando os meios usados no procedimento dos dados e no exame das informações colhidas.

Para um melhor entendimento a presente pesquisa pode ser definida como descritiva, com procedimentos através de pesquisa de campo, tendo uma abordagem do problema de forma qualitativa.

A pesquisa é definida como descritiva, visto que o observador relata somente os fatos observados sem interferências, dessa forma observa, analisa, registra, alinha os dados sem alterar, sendo usado para coleta dos dados com métodos específicos como, observação, entrevista, questionário e etc. (PRODANOV E FREITAS, 2013).

Para Lakatos e Marcone (2003) a pesquisa de campo é aquela utilizada com propósito de obter informações e conhecimento a respeito de um problema, para o qual se busca uma solução, utilizando-se de métodos de coleta de dados de modo a provar uma teoria ou até mesmo acontecimentos e a relação entre eles através de uma busca detalhada no universo da amostra.

Segundo Prodanov e Freitas (2013) esta pesquisa é considerada qualitativa, pois a mesma tem o ambiente como origem para coleta dos dados, e o pesquisador tem contato direto com o objeto de pesquisa, não existindo a necessidade de métodos estatísticos.

Lakatos e Marcone (2003) no que se refere à coleta de dados, afirmam que é nesta fase que se utiliza os procedimentos e técnicas escolhidas para a coleta das informações.

Desta maneira, os procedimentos usados para coleta dos dados dando início a pesquisa ocorreram entre o início do mês de outubro até o fim de novembro, de modo que se deu através da aplicação de um questionário realizando uma entrevista estruturada contendo 10 questões fechadas para cada uma das variáveis com a finalidade de recolher as devidas informações, comprovando assim, a hipótese.

No que diz respeito ao universo da pesquisa, o mesmo foi composto por todos os consultores empresariais e empreendedores da cidade de Assú/RN, retirando-se como amostra 10 de cada um deles, além de 10 empreendedores também da referida cidade.

As informações coletadas foram examinadas descritivamente. Como explica Reis e Reis (2002, p. 5), a coleta de dados descritiva ocorre no início da pesquisa, sendo caracterizada pela sua metodologia estatística de apresentação de dados de modo a utilizar gráficos, tabelas e quadros para sua exibição. Sendo assim, mediante dados fornecidos pelos consultores e empreendedores, utilizando os questionários como base para o estudo, os resultados foram analisados através de gráficos comentados de forma a facilitar a compreensão do leitor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção será apresentada análise dos resultados obtidas por meio de aplicação de questionários as Micro e Pequenas Empresas e aos Consultores, na aplicação as MPE's está dividido em duas partes: na primeira apresentada os dados das empresas, e na segunda evidencia a consultoria na empresa.

Na aplicação aos consultores está dividida em três partes, a primeira aponta o perfil dos consultores, na segunda demonstra os procedimentos adotados pelos consultores nas MPE's e terceira evidencia as principais dificuldades encontradas pelos consultores.

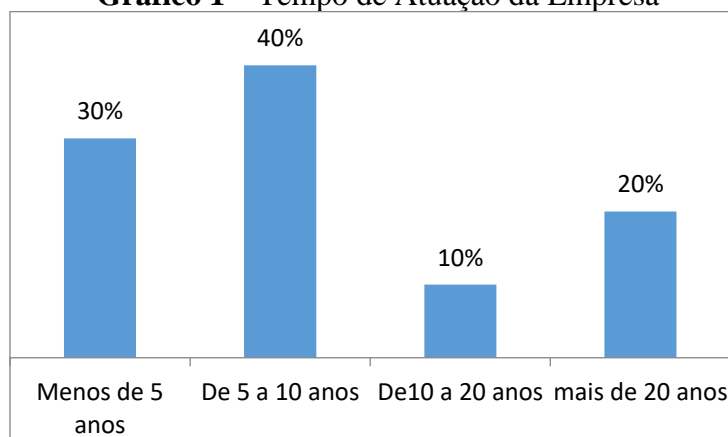
4.1. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

No presente sub tópico serão abordados os principais aspectos relacionados às características das empresas entrevistadas, mostrando informações como idade, gênero e demais informações empresariais.

De acordo com o levantamento realizado através da pesquisa de campo, foi visto que dentre os entrevistados 50% fazem parte do gênero feminino, enquanto os outros 50% fazem parte do masculino. Dentre os entrevistados, foi possível também o conhecimento da sua formação acadêmica, sendo explícito que em sua grande maioria possui o Ensino Superior Completo (70% dos entrevistados) enquanto os demais possuíam em média o Ensino Técnico (30% dos entrevistados) como também uma Pós-Graduação (10% dos entrevistados), de forma que nenhum possua Mestrado ou Doutorado.

Através dos dados obtidos acerca da caracterização das variáveis, foi visto que, em sua maioria, os mesmos possuem idades entre 29 a 39 anos de idade (40% dos entrevistados), enquanto o grupo mais jovem, possuindo entre 18 a 28 anos teve uma participação média de 30% do total dos entrevistados. Enquanto isso, o grupo de pessoas com idade um pouco mais elevada representou cerca de 10% do total de entrevistados entre pessoas com idades entre 40 e 50 anos, como também, o grupo de pessoas de 51 a 61 anos representaram 30% do total, de modo que não houve entrevistados acima de 61 anos de idade.

Gráfico 1 – Tempo de Atuação da Empresa



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

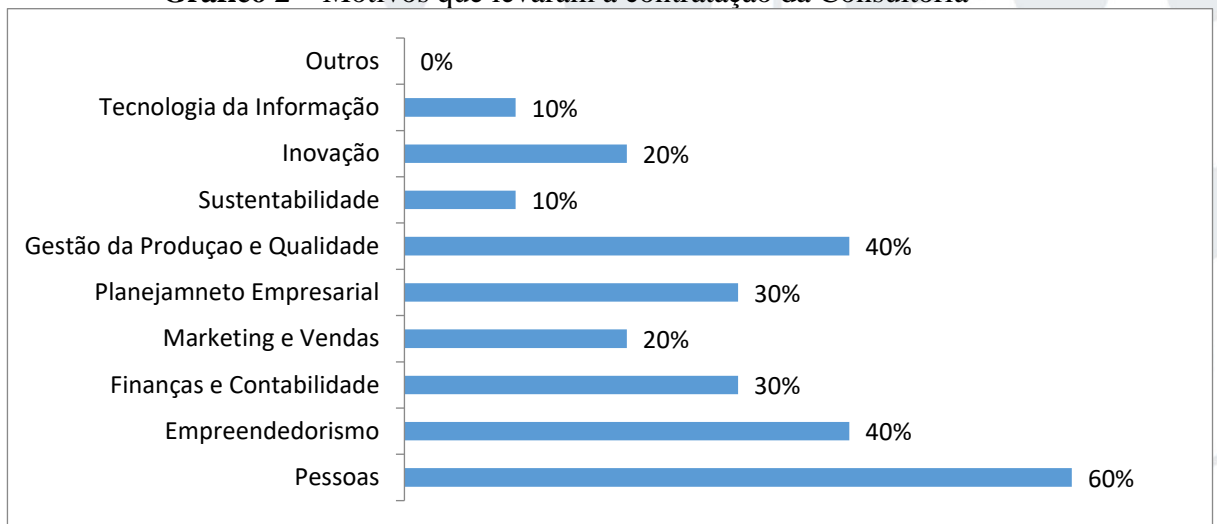
Dentre as variáveis entrevistadas foi visto que em sua maioria os empresários e gestores possuíam mais de 5 a 10 anos no cargo da empresa, representando assim, 40% do total. Como também, 30% dos entrevistados responderam que possuem menos de 5 anos no cargo enquanto

10% relataram estar entre 10 a 20 anos no lugar, onde apenas 20% do total responderam que estão a mais de 20 anos no cargo.

4.1.1. Consultoria empresarial

Os gráficos de 2 a 6 demonstram atuação dos Consultores nas empresas pesquisadas e as principais perspectivas dos empresários acerca dos serviços prestados.

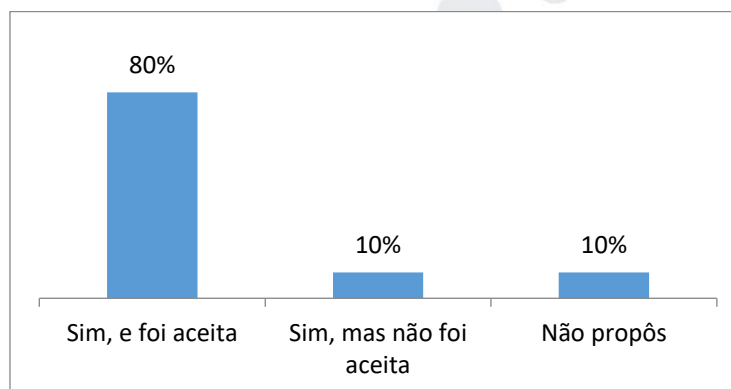
Gráfico 2 – Motivos que levaram a contratação da Consultoria



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

O gráfico 2 ressalta os principais motivos que levaram a empresa a demandar um serviço de consultoria. Dito isto, foi visto que a gestão de pessoas, o empreendedorismo e gestão da produção e qualidade foram os motivos mais levaram empresários a passarem conjunturas de modo a necessitar da devida orientação.

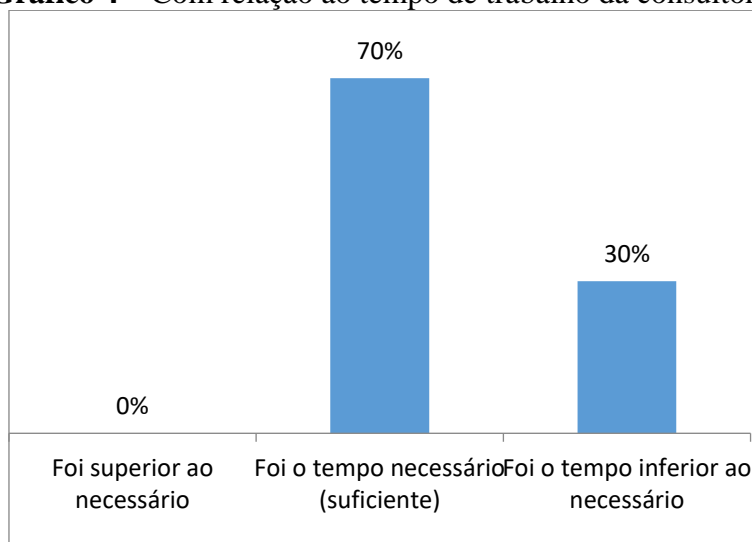
Gráfico 3 – O consultor propôs soluções em outras áreas da empresa além dos motivos iniciais que levaram contratação?



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

No gráfico 3 apresentado mostra que para 80% das empresas, o consultor propôs outras soluções que foram aceitas, e para resultado esperado o gestor junto com funcionários devem colaborar colocando em prática as soluções indicadas, e para os 10% que não aceitaram indica falta de compromisso, e os outros 10% verifica-se que alguns dos consultores evita tratar de questões que não foram combinadas no contrato.

Gráfico 4 – Com relação ao tempo de trabalho da consultoria:

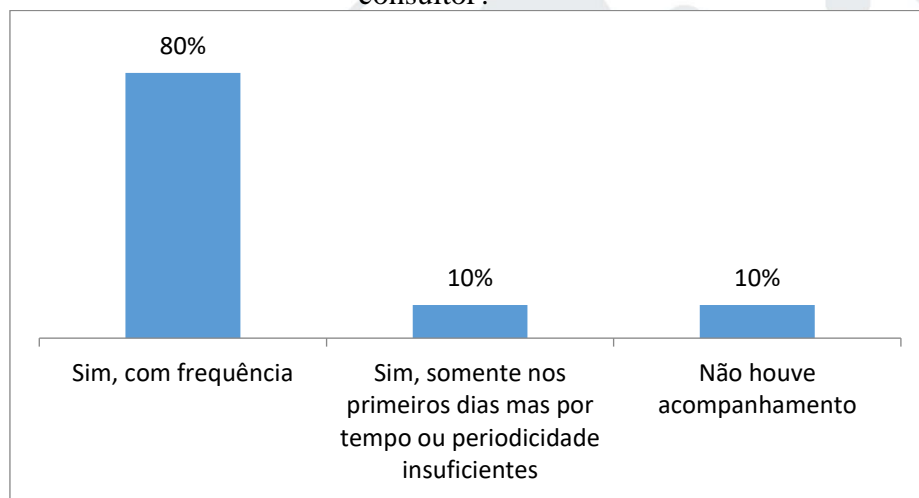


Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

O gráfico demonstra se as horas eram suficientes para o trabalho da consultoria na empresa, no qual 70% responderam que era suficiente e 30% que o tempo foi inferior ao

necessário, apesar de maioria dizer que foi suficiente para a execução dos serviços de consultoria, também apresenta que a minoria que respondeu que o tempo foi inferior e isso deve ser levando em consideração já que o tempo sendo inferior para execução da consultoria terá que ser feito uma complementação para que o serviço possa ser realizado ou isso gerará um desagrado por parte do cliente.

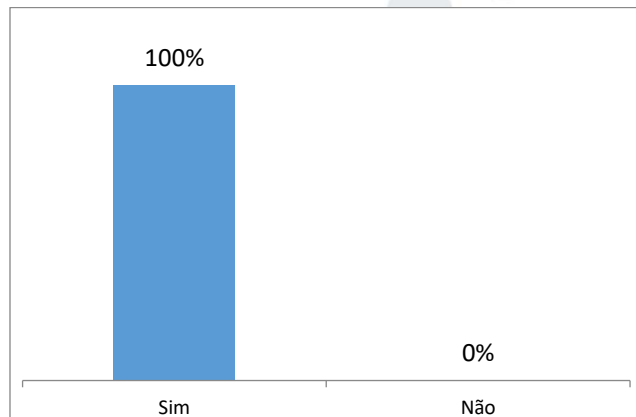
Gráfico 5 – Após a consultoria, houve acompanhamento do trabalho realizado pelo consultor?



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

A pesquisa mostra que houve acompanhamento depois da consultoria, para 80% sim, demonstrando interesse por parte dos gestores em continuar aplicando as orientações dada pelo consultor mantendo o contato com profissional, apenas 10% disseram que só nos primeiros dias após a consultoria, e os outros 10% restante revelou que não houve acompanhamento.

Gráfico 6 - Você acredita que o seu consultor contribuiu na orientação para as tomadas de decisões?



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Por unanimidade os gestores afirmam que os consultores contribuem na orientação para as tomadas decisões, mesmo muitas vezes os gestores não colocando em prática tudo que é indicado pelo consultor.

4.2. PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELOS CONSULTORES

Os gráficos a seguir demonstrarão os resultados da coleta de informações por parte dos consultores, analisando sua forma de atuação e demais relações com as empresas.

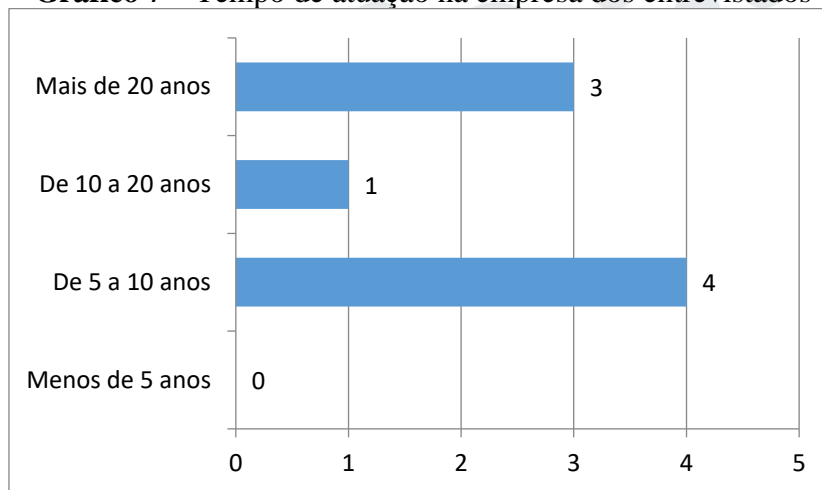
4.2.1. Características dos consultores

Nesta etapa serão abordados os principais perfis dos consultores que foram entrevistados com o objetivo de levantar informações acerca do que enuncia a pesquisa, de acordo com os gráficos abaixo se pode conhecer melhor as características desses profissionais.

Através da realização da pesquisa entre os consultores visando conhecer suas perspectivas acerca dos serviços prestados, foi visto que 6 entrevistados são do sexo feminino e 3 são do sexo masculino, uma vez que 8 deles possuem Pós-Graduação como grau de formação enquanto os demais possuem Mestrado.

Além disso, em relação a idade dos participantes, 5 entrevistados relataram ter idades entre 40 a 50 anos, onde 3 pessoas possuem entre de 29 a 39 anos e uma pessoa possuindo entre 51 a 61 anos. Nenhum dos participantes relatou ter acima de 61 anos ou entre 18 a 28 anos.

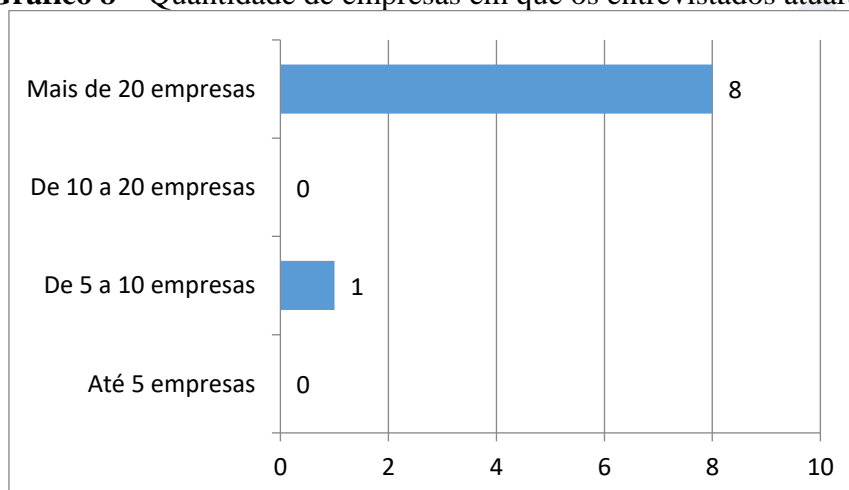
Gráfico 7 – Tempo de atuação na empresa dos entrevistados



Fonte: Dados coletados, 2020.

De acordo com o gráfico 7, relacionado ao tempo de atuação das empresas, 4 participantes mostraram que atuam no cargo dentro de um período entre 5 a 10 anos, enquanto 3 entrevistados relataram que atuam na empresa a mais de 20 anos e possuindo apenas 1 participante possuindo entre 10 a 20 anos. Não houveram participantes que atuaram a menos de 5 anos, relatando assim, que a maioria dos entrevistados possuem certa experiência no ramo de consultoria.

Gráfico 8 – Quantidade de empresas em que os entrevistados atuaram



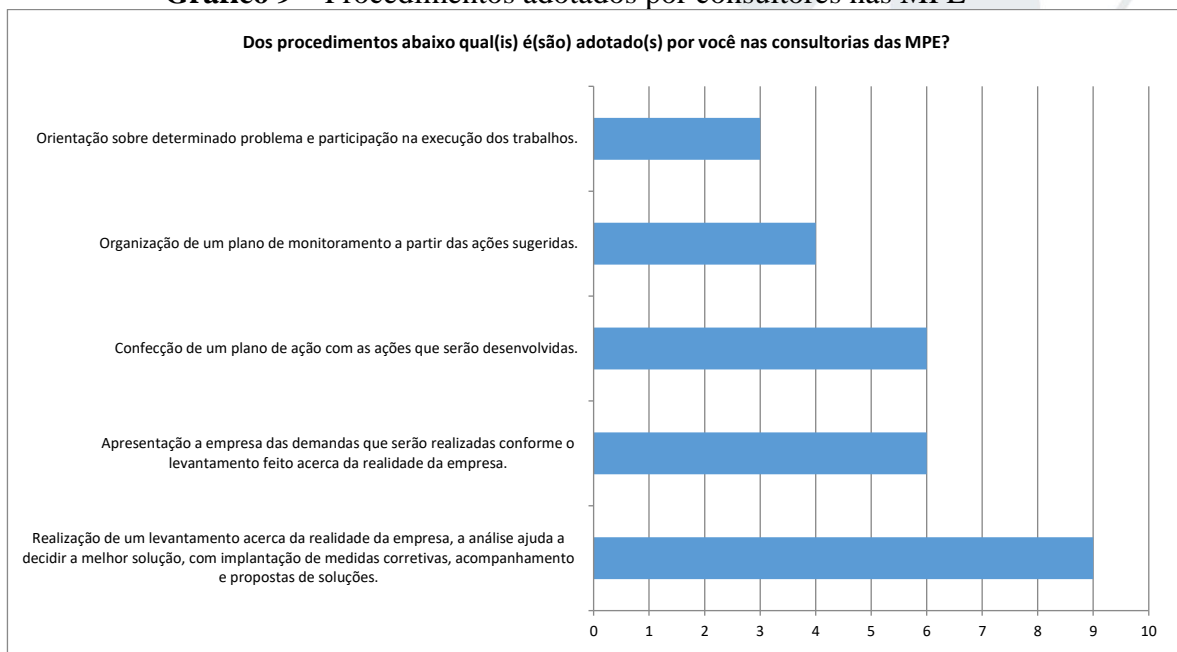
Fonte: Dados coletados, 2020.

Em acréscimo a isso, de acordo com o gráfico 8, os profissionais, em sua grande maioria, atuaram em mais de 20 empresas e possuem experiência demasiada acerca das práticas empresariais, sendo de extrema importância o conhecimento de suas habilidades e opiniões.

4.2.2. Procedimentos adotados pelos consultores

Os gráficos a seguir mostrarão os procedimentos adotados pelos consultores de forma padronizada na realização dos serviços e as suas opiniões acerca do funcionamento nas empresas através da consultoria prestada.

Gráfico 9 – Procedimentos adotados por consultores nas MPE

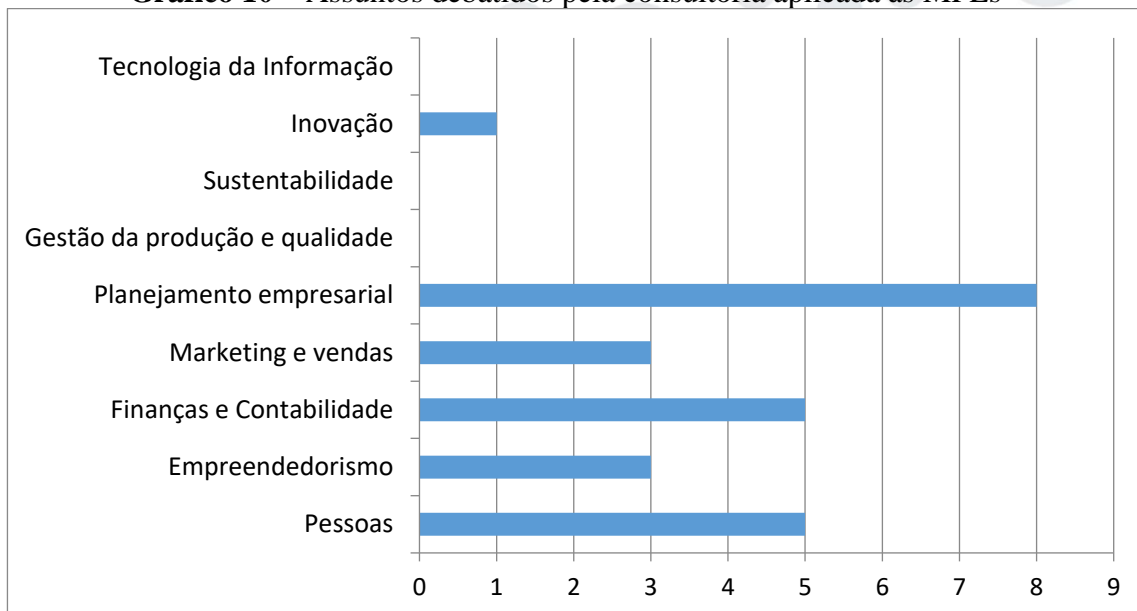


Fonte: Dados coletados, 2020.

Dentre os principais procedimentos realizados pelos consultores, destaca-se a realização de uma “anamnese empresarial”, ou seja, uma coleta de dados inicial antes do processo de consultoria, a fim de descobrir quais as principais falhas apontadas pelo empresário como também verificar possíveis falhas que fujam aos olhos do mesmo, elaborando um plano completo de soluções para o problema verificado.



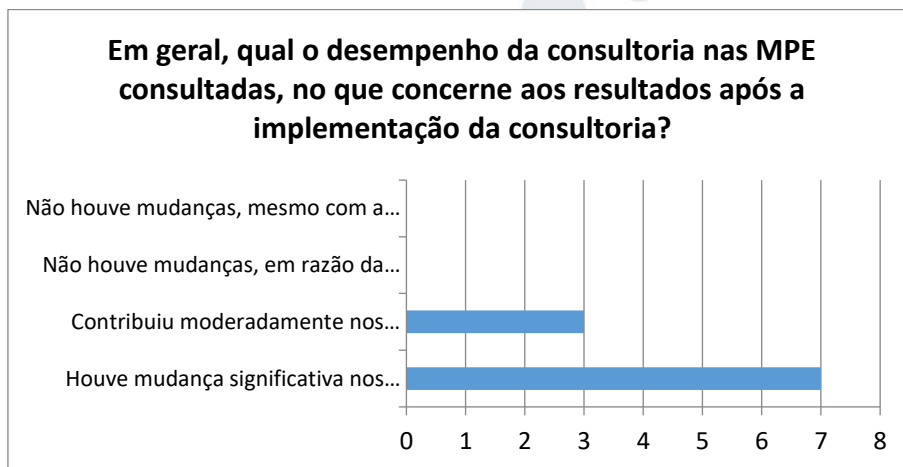
Gráfico 10 – Assuntos debatidos pela consultoria aplicada às MPEs



Fonte: Dados coletados, 2020.

Através da análise do gráfico, é possível a visualização da grande dificuldade no quesito de planejamento empresarial por parte dos empresários gestores de MPEs, ocasionando na necessidade da contratação de um serviço de consultoria para analisar os principais pontos referentes as dificuldades encontradas na empresa, como também destaca-se a gestão de pessoas, vendas e marketing e finanças.

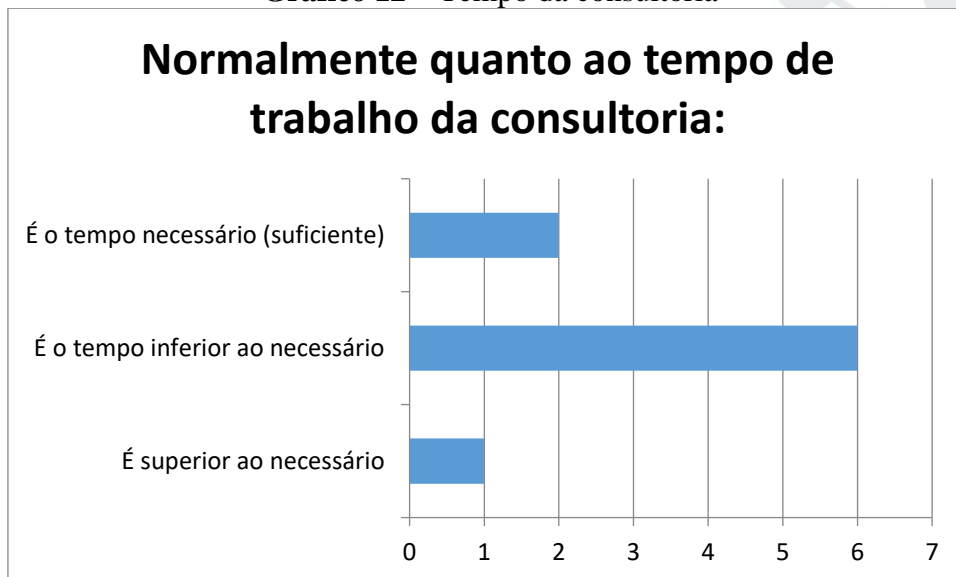
Gráfico 11 – Desempenho da consultoria



Fonte: Dados coletados, 2020.

Em relação à contribuição deixada através do serviço prestado pelos consultores, os mesmos relataram que através da aplicação da metodologia proposta houve grandes contribuições e mudanças significativas nos resultados de forma ampla.

Gráfico 12 – Tempo da consultoria

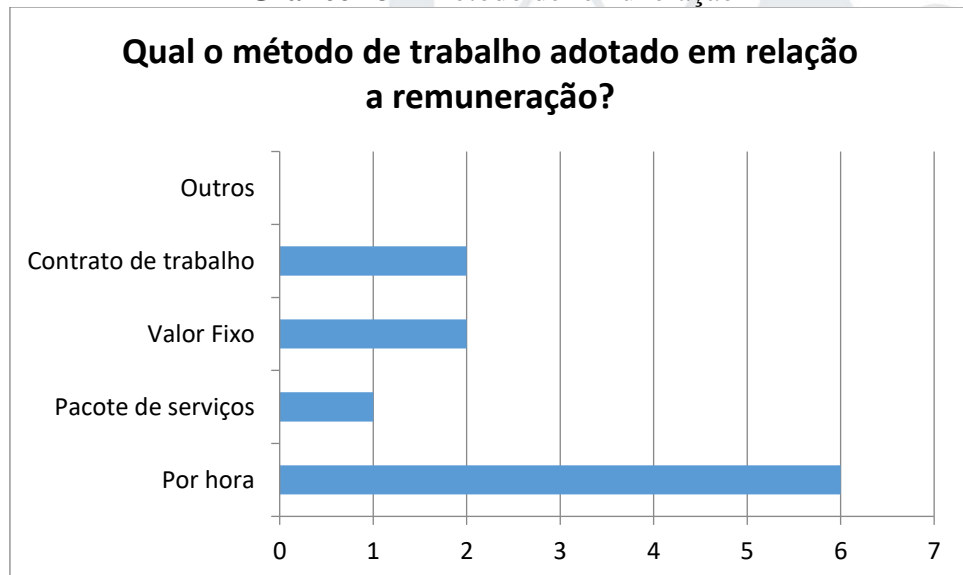


Fonte: Dados coletados, 2020.

Em relação ao tempo da consultoria prestada, os consultores relataram que o tempo foi em sua grande maioria inferior ao necessário, entrando levemente em consenso com os

empresários, o qual 70% dos mesmos relataram que o tempo de serviço prestado pelo consultor era suficiente e 30% relataram que o tempo foi inferior ao necessário.

Gráfico 13 – Método de remuneração



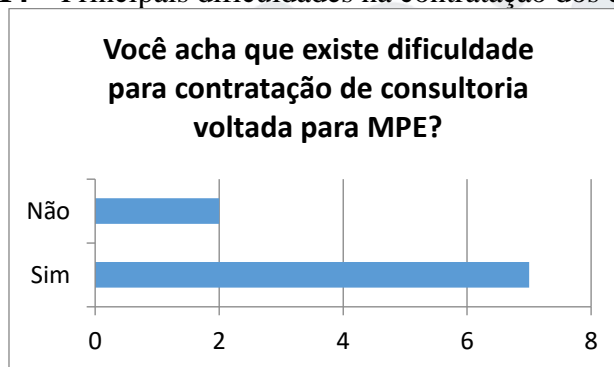
Fonte: Dados coletados, 2020.

De modo geral, é possível analisar nos demais gráficos que o tempo necessário para a realização das consultorias, em suma, estabelece um limite de tempo de forma necessária para a sua realização, como também os consultores relataram que na maioria das empresas em que atuaram foram observados bons resultados através da contratação do serviço de consultoria, sendo este essencial para empresários que estão iniciando no ramo dos negócios e que ainda não possuem experiência suficiente em gestão e contabilidade.

4.2.3. Principais dificuldades encontradas pelos consultores no desenvolvimento dos seus serviços.

Nesta etapa da pesquisa serão analisados os principais problemas e dificuldades quanto à realização dos serviços de consultorias prestados pelos consultores. Dentre eles, podem se destacar os principais problemas na hora da contratação do serviço como também a implantação dos serviços por parte dos empresários.

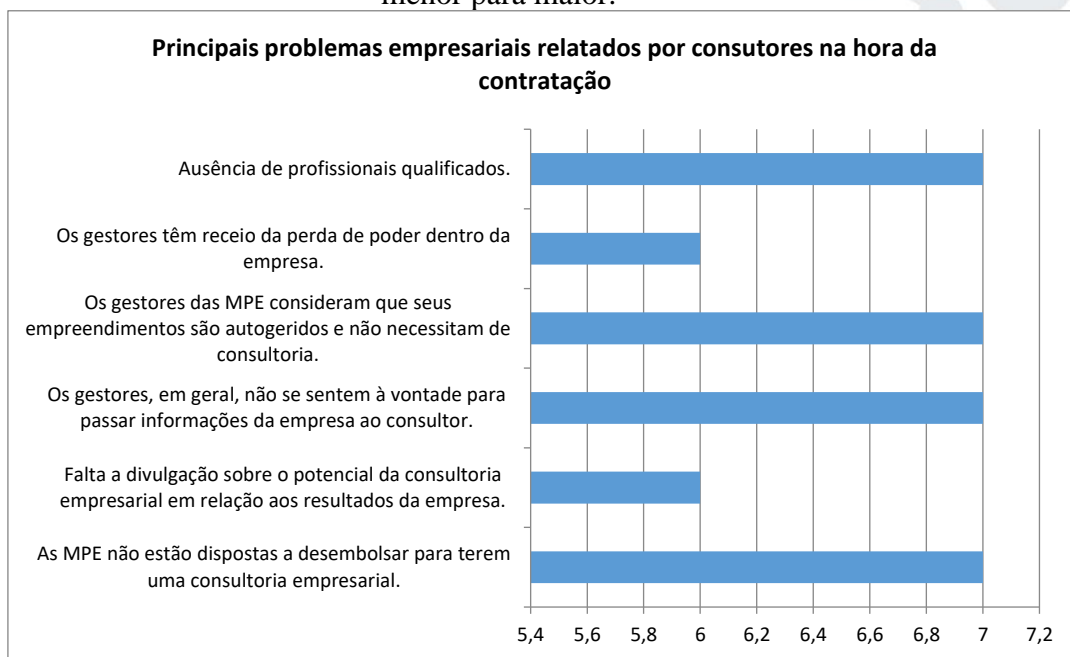
Gráfico 14 – Principais dificuldades na contratação dos consultores



Fonte: Dados coletados, 2020.

Através da visualização do gráfico 14, foi visto que os consultores relataram que existem algumas limitações na hora da contratação do serviço de consultoria por parte dos empresários, onde o gráfico 15 será responsável por exibir tais conjunturas de modo simplificado.

Gráfico 15 – Principais dificuldades relatadas pelos consultores em ordem de escala menor para maior.

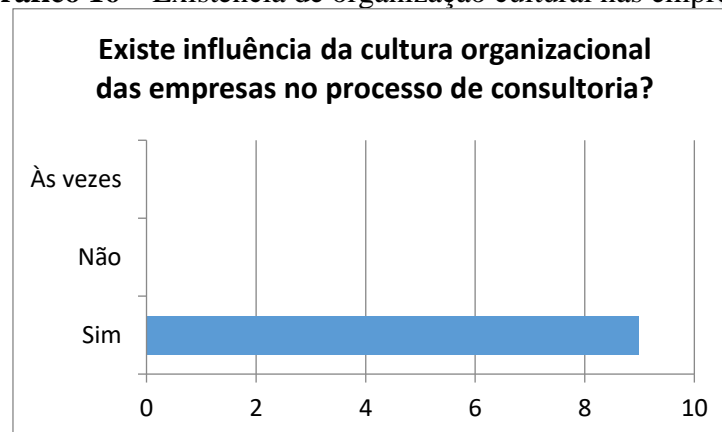


Fonte: Dados coletados, 2020.

Diante da necessidade do conhecimento das principais causas da evasão empresarial quanto a serviços de consultoria, pode-se verificar através do gráfico 15 que as principais razões para os empresários não contratarem o serviço são a mentalidade negacionista da não contratação devido a fatores financeiros, considerando que a contratação da consultoria resultaria na falta de recursos para investimento no próprio negócio.

Além disso, a ausência de profissionais capacitados para prestar a consultoria ganha destaque também, uma vez que profissionais sem o devido conhecimento e experiência pode gerar danos na hora da aplicação de uma metodologia empresarial em um determinado empreendimento, como também manchar a imagem da profissão perante o mercado, ocasionando na não contratação por parte dos empresários.

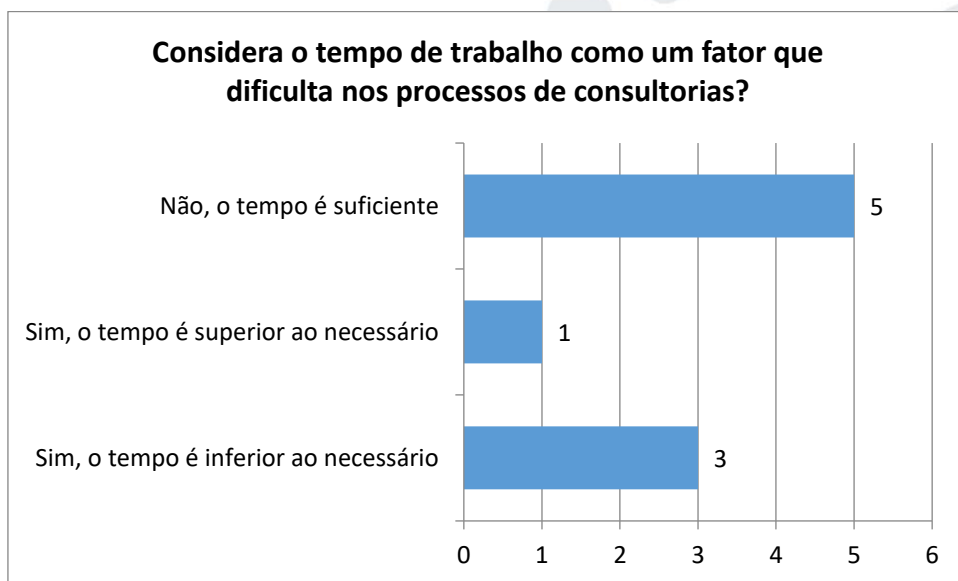
Gráfico 16 – Existência de organização cultural nas empresas.



Fonte: Dados coletados, 2020.

O gráfico 16 deixa explícita a grande existência de culturas organizacionais dentro das empresas, sendo as mesmas, grandes influenciadoras na hora da tomada de decisão por parte do gestor, de modo a exercer certa influência na consultoria.

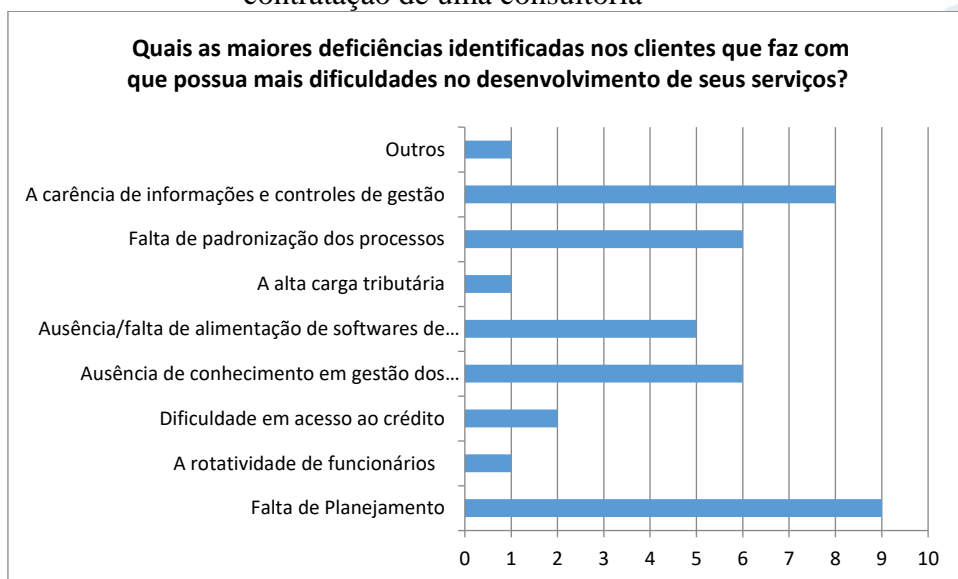
Gráfico 17 – Tempo de trabalho como fator da realização da consultoria



Fonte: Dados coletados, 2020.

Em relação ao tempo da consultoria prestada, o gráfico 17 mostra que a partir da concepção dos consultores, os mesmos identificaram que na maioria das vezes o tempo da consultoria não é suficiente na hora da execução do serviço, enquanto a minoria considera que o tempo é inferior ao necessário ou está no tempo necessário para a realização.

Gráfico 18 – Maiores dificuldades dos clientes que geram a necessidade da contratação de uma consultoria



Fonte: Dados coletados, 2020.

Diante disso, um dos principais fatores identificados também nos clientes que contrataram o serviço por parte dos consultores se deu através, principalmente, por falta de planejamento no próprio negócio, gerando a demanda pelo serviço, como também a carência de informações precisas de controle e gestão por parte de empresários recém-chegados ao mercado. Além disso, a falta de padronização do modelo de produção e prestação de serviço tem sido apontado como uma grande deficiência nas MPEs, ocasionada, na maioria das vezes, pelo pouco tempo de mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das atuais conjunturas enfrentadas pelos mercados, sejam elas do setor primário, secundário ou terciário, tem-se cada vez mais discutido a busca por melhores metodologias de governabilidade dentro das empresas, de modo a orientar o empresário iniciante a buscar o melhor caminho quanto a tomada de decisão no empreendimento.

Através do atual cenário brasileiro do mercado empresarial e da contabilidade, a presente pesquisa possui por objetivo analisar a percepção de empreendedores acerca das práticas e serviços oferecidos por consultores de modo a verificar quais as expectativas e resultados esperados por esses profissionais, tendo como base para o estudo, a cidade de Assú/RN. Dessa forma, o presente objetivo foi alcançado tendo como embasamento metodológico a aplicação de um questionário aos gestores e consultores, de modo a comprovar a hipótese proposta.

Através da aplicação da entrevista, foi visto que no parecer dos empresários acerca das metodologias de consultorias aplicadas pelos consultores como também seus resultados obtidos foram motivadores, tendo como base os bons resultados relatados pelos empreendedores como também a atuação do profissional na referida empresa. Concomitante a isso, na análise realizada aos consultores foi possível visualizar quais os principais motivos que levaram aos empreendedores da cidade de Assú/RN a aderirem ao serviço como também foi constatado que um dos principais motivos para a sua contratação se deu através da busca por melhores resultados

nas mais diversas áreas da empresa como também devido à grande dificuldade no gerenciamento de pessoas dentro da organização.

Conclui-se, portanto, que através da aplicação dos questionários informações valiosas acerca da contratação desse tipo de serviço foi levantada de forma precisa de acordo com a opinião de consultores experientes no mercado, dentre esses, na maioria, possuindo mais de 20 anos de mercado, como também pessoas capacitadas dentro das próprias empresas. Com isso, foi possível verificar os principais problemas acerca da contratação diante dos dois pontos de vista como também conhecer se os resultados gerados foram satisfatórios.

No que tange a hipótese da pesquisa, foi visto que a mesma foi aceita em relação à problemática proposta ao demonstrar que os empresários da cidade de Assú/RN consomem o serviço de consultoria com o objetivo de obter melhores resultados dentro da empresa.

Com isso, a pesquisa teve por principal objeção quanto a sua realização a dificuldade de abordagem do conteúdo quanto a sua população e amostra, sendo as variáveis entrevistadas, na maioria das vezes, sem obtenção tempo para realização da mesma, além da grande generalização dos dados obtidos, reduzindo a construção do conhecimento necessário para a conclusão do estudo. Concomitante a isso, a presente limitação servirá como base para a realização de pesquisas futuras na área de modo a romper as lacunas deixadas pelo presente estudo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Andrei. **O estatuto da microempresa e empresa de pequeno porte nas licitações do Sistema S**. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/278059/o-estatuto-da-microempresa-e-empresa-de-pequeno-porte-nas-licitacoes-do-sistema-s>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

ALVES, J. C., DIAS, N. T., & MONSORES, G. L. **Consultoria Empresarial como Ferramenta Estratégica de Desenvolvimento em Pequenas Empresas**. XII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/32022351.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

ALCÂNTARA, Sonia R. A. S. de. PEREIRA, Washington C. R. **Consultoria empresarial: uma opção de carreira para o secretário executivo?**. Revista de Gestão e Secretariado.

Disponível em: <<https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/635/pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

FERREIRA, Jussara. CAMINHOTO, Rita D. *Et al.* **Microempresa: ordem econômica, função social e sustentabilidade.. Livro do grupo de trabalho direito empresarial.** Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8b1ecf6d8049bb06>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Flávio B. **Consultoria Empresarial: Pequeno Histórico.** Disponível em: <<https://www.prolucroconsultoria.com.br/blog/historia-da-consultoria-empresarial/>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

INTELLIPLAN. **Como funciona uma consultoria empresarial.** 2020. Disponível em: <<https://www.intelliplan.com.br/como-funciona-uma-consultoria-empresarial>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

PEREIRA, Paulo Teixeira do Valle. **Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual: diferenças e características.** 2019. Disponível em: <<https://blog.sebrae-sc.com.br/epp-microempresa-mei/>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, Edna A. REIS, Ilka A. **Análise Descritiva de dados.** Síntese numérica Estatística. 2002.

SANTOS, Lucas H. dos; SIQUEIRA, Júlio C. **Importância da contabilidade para as microempresas.** Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXI, Nº. 000005, 10/07/2013. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/importancia-da-contabilidade-para-microempresas-0>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS COM PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ-RN

Antonio Alisson Teixeira de Sousa¹

Antonio Gustavo Nicácio²

Joaquim de Siqueira Furtado Neto³

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi verificar se o poder executivo do município de Mossoró-RN, por meio da evolução e comportamento das despesas com pessoal em relação a receita corrente líquida, obedeceu aos limites de gastos com pessoal impostas pela LRF entre os anos de 2016 a 2018. A metodologia adotada foi de natureza descritiva e documental, com abordagem qualitativa, em que foram analisados os Relatórios de Gestão Fiscal publicados quadrimestralmente no portal da transparência do município de Mossoró nos anos de 2016 a 2018. Observou-se que o comportamento da despesa com pessoal no período analisado cresceu 1,27% e a receita corrente líquida cresceu 18,23%, mesmo assim os limites da LRF ainda continuaram sendo descumpridos, pois um percentual de 60,37% da receita corrente líquida era gasto com pessoal no primeiro ano (2016) da análise. Quanto aos limites previstos na LRF, o limite máximo (54%) foi descumprido no ano de 2016, e no primeiro e terceiro quadrimestre do ano de 2017, já o limite prudencial (51,30%) foi descumprido no segundo quadrimestre de 2017 e em todo ano de 2018, sendo assim, o ente é passível a sanções e proibições que constam na LRF.

Palavras-Chave: Lei de Responsabilidade Fiscal. Despesas com pessoal. Receita Corrente Líquida.

¹ Graduado em Ciências Contábeis UERN. E-mail: alissonsousa225@gmail.com

² Mestre em educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: antonio.gustavoali@gmail.com

³ Mestre em Administração pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail:joaquimdesiqueira@hotmail.com

ABSTRACT

The objective of this research was to verify if the executive power of the municipality of Mossoró-RN, through the evolution and behavior of the personnel expenses in relation to the current net revenue, obeyed the limits of personnel expenses imposed by the LRF between the years 2016 to 2018. The methodology adopted was of a descriptive and documentary nature, with a qualitative approach, from which the Fiscal Management Reports published every four months on the transparency portal of the municipality of Mossoró in the years 2016 to 2018 were analyzed. It was observed that the behavior of personnel expenses in the period analyzed increased by 1.27% and net current revenue grew by 18.23%, even so the LRF limits still remained unfulfilled, as a percentage of 60.37% of revenue net current was spent on personnel in the first year (2016) of the analysis. As for the limits provided for in the LRF, the maximum limit (54%) was breached in 2016, and in the first and third quarters of 2017, the prudential limit (51.30%) was breached in the second quarter of 2017 and in every year of 2018, thus, the entity liable to sanctions and prohibitions that appear in the LRF.

Keywords: Fiscal Responsibility Law. Personnel expenses. Current Net Revenue

1 INTRODUÇÃO

A lei complementar nº101/2000, conhecida popularmente como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), foi o principal marco para uma melhor organização dos entes federativos devido ao grande descontrole, instabilidade econômica e oscilações inflacionárias das taxas de juros. O processo de organização das contas públicas foi intenso - iniciado no Governo Sarney no início dos anos 90 – com a intenção de controlar a alta inflação, amenizar a crise política e instaurar as novas práticas de controle dos gastos públicos (VIEIRA, 2018).

Esse regulamento teve como principal objetivo impedir que as entidades governamentais gastassem mais do que o arrecadado em determinado período. Entre esses descontroles, os gastos com pessoal eram os principais dispêndios que afetavam esses custos. É relevante ressaltar que, conforme dispõe o art. 19 da LRF, as despesas com pessoal de cada

ente da federação não devem ultrapassar os percentuais de 50% para União e 60% para Estados e Municípios das suas respectivas receitas correntes líquidas (BRASIL, 2000).

Numa análise efetuada nos demonstrativos das despesas com pessoal na Prefeitura Municipal de Angicos-RN, por exemplo, notou-se que foi descumprido o limite máximo estabelecido pela LRF nos exercícios de 2014 a 2016 (SILVA, 2017). Tratando-se da despesa com pessoal do Estado do Rio Grande de Norte, foi constatado nos quatro anos analisados, de 2014 a 2017, que este teve seu limite excedido mesmo com a receita corrente líquida crescendo nesse mesmo período, ficando o responsável pela gestão submetido as penas de cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII) e reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º) (VIEIRA, 2018).

Dadas às considerações anteriores sentiu-se a necessidade de desenvolver este estudo a nível local, tendo o seguinte questionamento a ser atendido: a Prefeitura Municipal de Mossoró/RN atendeu às limitações com gastos de pessoal previstos na LRF, nos exercícios de 2016 a 2018? Desta forma, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal em relação às despesas com pessoal da Prefeitura Municipal de Mossoró-RN. Enquanto aos objetivos específicos, colocam-se: I) Analisar os relatórios disponibilizados no portal da transparência do ente municipal referentes aos três últimos anos de exercício (2016, 2017 e 2018); II) Verificar a Lei de Responsabilidade Fiscal, referindo-se aos limites nela estabelecidos no que concerne às despesas com pessoal; III) Apresentar quais medidas devem ser tomadas pelo gestor caso os limites estabelecidos na LRF sejam descumpridos.

A sociedade, como fiscal da gestão pública, tem como principal ferramenta o direito líquido e certo de ficar informada sobre todos os direcionamentos dos gastos públicos, exercendo assim a institucionalização do controle social (SOUZA, 2018). Essa pesquisa justifica-se, portanto, por sua potencialidade em evidenciar para população o real direcionamento dos recursos públicos, de forma clara e acessível.

Salienta-se que é através do controle dos gastos públicos, este devendo ser efetuado pelos cidadãos, que a sociedade pode exigir da gestão governamental melhorias nos serviços públicos de saúde, educação, transporte, saneamento, entre outros. Isto posto, se faz necessário tomar conhecimento sobre as atitudes da gestão pública municipal no que se refere ao

atendimento dessas demandas, de forma equilibrada e legal, tendo como horizonte a distribuição ideal desses desembolsos (SOUZA, 2018).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Essa norma tornou-se o marco referência na divisão entre as gestões desorganizadas e descontroladas com os gastos públicos e as gestões equilibradas e coerentes com a legislação fiscal. Com a intenção principal de reduzir as despesas públicas, em 04 de maio de 2000 foi editada a Lei Complementar nº. 101, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual tem como presunção a ação planejada e transparente das contas públicas, por meio do estabelecimento de normas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal dos recursos públicos (BERLT; BENDER FILHO; TRISTÃO, 2017).

O surgimento dessa Lei teve a finalidade de mudar a maneira de administrar os dispêndios públicos, antes caracterizada como totalmente burocrática, para um serviço mais efetivo com os recursos disponíveis. Além disso, a referida legislação teve ainda a intensão de melhorar o desenvolvimento e a expansão econômica do Brasil. Junto ao estabelecimento dessa nova forma de organização, impondo uma série de limitações, a LRF apresenta alguns pontos que aproximaram o cidadão da gestão governamental, essencialmente em relação à transparência da gestão fiscal. Ademais, a restrição dos gastos é um dos temas fundamentais da LRF, alterando as metodologias aplicadas e os percentuais previstos na legislação anterior (RABELO; RODRIGUES JÚNIOR, 2018).

Em detalhes, os gastos com pessoal, que é entendido como somatório das despesas com ativos, inativos e pensionistas relativos aos mandatos, cargos empregos e funções do pessoal civil, militar e quaisquer outras espécies remuneratórias, devem se enquadrar dentro dos percentuais estabelecidos no seu texto, entre os quais são baseados na receita corrente líquida, considerada o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, nos percentuais

de 50% para União, 60% para Estados e Municípios, incluindo também a participação em percentuais para cada poder.

No que se refere especificamente aos Municípios, o poder executivo não poderá ultrapassar 54% e o poder legislativo ficará limitado a 6% do total estabelecido na LRF (BERLT; BENDER FILHO; TRISTÃO, 2017). Na apuração desses gastos não serão computadas despesas com indenização por motivos de demissão, desembolsos para incentivo a demissão e dispêndios com inativos custeados com recursos próprios.

A LRF também estabeleceu três limites que não deverão ser descumpridos pelos entes, que são os limites de alerta, prudencial e ultrapassado. O primeiro define que os percentuais estabelecidos para cada Poder não podem chegar a 90% desses totais sendo apenas alertado pelo Tribunal de Contas. Compete aos Tribunais de Contas verificarem os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão e alertá-los quando constatarem que o montante da despesa total com pessoal ultrapasse 90% do limite (limite de alerta) (BRASIL, 2000).

No segundo, o limite prudencial, a despesa total com pessoas não pode ultrapassar 95% do limite estabelecido. Toda vez que as despesas com pessoal ultrapassarem esse percentual, a LRF imporá uma série de restrições, como providências, para diminuir ainda mais esses gastos, dentre elas pode-se mencionar o impedimento para concessão de aumentos, reajustes ou adequações salariais, para criar novos cargos, empregos ou funções, alterar estrutura de carreira, horas extras, bem como impedir a contratação de novos funcionários, podendo ainda o Município ficar impossibilitado de receber transferências voluntárias, e proibidos de contratar operações de créditos (ZOLIN *et al.*, 2014).

Caso esses limites sejam desrespeitados pelos gestores, chegando a passar dos 100% dos percentuais estabelecidos para cada Poder será descumprido o limite ultrapassado, em que deverá ser eliminado o percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes, devendo pelo menos um terço deste ser reduzido no primeiro quadrimestre. Este limite também estabelece algumas providências a serem tomadas, se necessário, na seguinte ordem: redução de 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, exoneração dos servidores não estáveis e por último a exoneração de servidores estáveis devidamente motivados por cada um dos poderes (BRASIL, 1988).

2.2 DESPESA PÚBLICA COM PESSOAL

Entre os pontos mais importantes abordados na LRF, os gastos com pessoal ativo e inativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios vieram para cumprir uma determinação já prevista na Constituição Federal de 1988, cujo artigo 169 -prevê que uma lei complementar deveria dispor sobre os limites com pessoal (RABELO; RODRIGUES JÚNIOR, 2018).

O artigo 18 da LRF veio pra fazer cumprir essa determinação constitucional, estabelecendo como despesa com pessoal o somatório dos gastos dos entes da federação com ativos, inativos e pensionistas, relativos aos mandatos eletivos, cargos efetivos, funções e empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência (BRASIL, 2000).

Considerando a relevância da despesa com pessoal e o contexto no qual ela está prevista, nota-se que esse dispêndio é o principal destinatário dos recursos arrecadados pelos entes federativos. Por esses motivos, os artigos 19 e 20 da LRF fixam os percentuais para cada ente federativo e seus respectivos Poderes com base na Receita Corrente Líquida, conforme consta na Tabela 1:

Tabela 1 – Limites das despesas com pessoal com referência na Receita Corrente Líquida na União, Estados e Municípios.

União		Estados		Municípios	
Poder/Órgão	%	Poder/Órgão	%	Poder/Órgão	%
Poder Executivo	40,9%	Poder Executivo	49%	Poder Executivo	54%
Poder Judiciário	6%	Poder Judiciário	6%		
Poder Legislativo	2,5%	Poder Legislativo	3%	Poder Legislativo	6%
Ministério Público	0,6%	Ministério Público	2%		

Total	50%	Total	60%	Total	60%
--------------	------------	--------------	------------	--------------	------------

Fonte: BRASIL (2000).

Na constituição da Receita Corrente Líquida estão incluídas as receitas patrimoniais, originárias dos bens que pertencem ao Estado; as receitas tributárias resultantes do poder de tributar dos entes federativos – como os impostos, taxas e contribuições de melhoria –; as receitas de contribuições sociais: previdência social, saúde e assistência social; as receitas de intervenção no domínio econômico; as receitas industriais oriundas da participação do governo na indústria, comércio e agropecuária, e aquelas que são resultantes da prestação de serviços de saúde, transporte, comunicação e armazenagem e ainda receitas correntes decorrentes de multas, cobranças na dívida ativa, restituições e indenizações. As transferências correntes recebidas dos outros entes da federação também entram no cômputo da Receita Corrente Líquida (SILVA, 2017).

Essa receita, base para os percentuais mostrados na Tabela 1, é calculada somando-se todos os rendimentos arrecadas no mês em referência e os onze meses anteriores. Seu valor calculado é publicado no Relatório de Gestão Fiscal, que serve como meio de auxílio na transparência da gestão governamental e no monitoramento desses limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Não só as despesas com pessoal, como também a dívida consolidada líquida, concessão de garantias e contratação de operação de crédito são influenciados pela Receita Corrente Líquida (VIEIRA, 2018).

Caso esses limites para gastos com pessoal sejam descumpridos, a LRF e outras normais acessórias estabelecem uma série de sanções e penalidades para o gestor responsável, como no Decreto-Lei n.º 201, de 17 de fevereiro de 1967 e a Lei n.º 10.028/2000 de 19 de outubro de 2000, conforme mostra a quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Infrações a Lei de Responsabilidade Fiscal e suas Penalidades.

Infrações	Sanções/Penalidades
Ultrapassar o limite de Despesa Total com Pessoal em cada período de apuração (LRF, art. 19 e 20).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).



Expedir ato que provoque aumento da Despesa com Pessoal em desacordo com a lei (LRF, art. 21).	Nulidade do ato (LRF, art. 21); Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º)
Expedir ato que provoque aumento da Despesa com Pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão (LRF, art. 21).	Nulidade do ato (LRF, art. 21, § único); Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º)
Deixar de adotar as medidas previstas na LRF, quando a Despesa Total com Pessoal do respectivo Poder ou órgão exceder a 95% do limite (LRF, art. 22).	Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º). Proibições previstas em lei (LRF, art. 22, § único).
Deixar de adotar as medidas previstas na lei, quando a Despesa Total com Pessoal ultrapassar o limite máximo do respectivo Poder ou órgão (LRF, art. 23).	Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º).
Manter gastos com inativos e pensionistas acima do limite definido em lei (LRF, artigos 18 a 20; art. 24, § 2º; art. 59, § 1º, inciso IV).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).
Não cumprir limite de Despesa Total com Pessoal em até dois anos, caso o Poder ou órgão tenha estado acima desse limite em 1999 (LRF, art. 70).	Proibição de receber transferências voluntárias, contratar operações de crédito e de obter garantias (LRF, art. 23, § 3º). Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).

Fonte: Adaptado do quadro Infrações da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas penalidades da STN (BRASIL, 2019).

O acompanhamento dessas despesas, usando a LRF como parâmetro para esse controle, deve ser crucial para uma melhor distribuição dos recursos arrecadados, isto porque as despesas com pessoal não representam a atividade-fim dos entes públicos, sendo apenas um meio para cumprir seus objetivos, cuja principal finalidade deve ser uma melhor distribuição das receitas arrecadadas para suprir as necessidades como saúde, educação, saneamento básico, entre outros. Portanto, esses dispêndios devem ser analisados com a melhor atenção possível de forma a não comprometer o orçamento e não disponibilizar a execução de outras despesas correntes tão importantes para o desenvolvimento da sociedade. (AZEVEDO, 2019).

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

São inúmeros os estudos sobre análises de despesas públicas com pessoal correlacionando com as normas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal nos entes Municipais, Estaduais e na União.

Souza, Câmara e Silva (2018) em estudo realizado sobre as despesas com pessoal das capitais brasileiras constataram que os Municípios de Natal (2012), São Luís (2012 e 2015) e Aracajú (2006) não cumpriram o limite máximo de 54% para os gastos com pessoal na comparação despesa total com pessoal e receita corrente líquida. Já os Municípios de Aracaju (2014), João Pessoa (2013 e 2015), Natal (2009, 2010, 2011, 2015 e 2016) e São Luís (2013, 2014 e 2016) descumpriram o limite prudencial, chegando a desembolsarem mais de 51,30% das suas respectivas Receitas Correntes Líquidas.

Azevedo (2019) analisou as despesas com pessoal dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte nos anos de 2015 a 2017 e chegou as seguintes conclusões: Os municípios de Acari, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Equador, Jaçanã, Jardim do Seridó, Jucurutu, Jundiá, Lajes Pintadas, Lucrécia, Macaíba, Maxaranguape, Montanhas, Mossoró, Natal, Paraú, Parelhas, Patu, Pedra Petra, Pendências, Porto do Mangue, Rodolfo Fernandes, Ruy Barbosa, São Fernando, São José do Mipibú, São José do Seridó, São Paulo do Potengi, Serra do Mel, Timbauba dos Batistas, Velha-Ver e Vila Flor descumpriram ao menos o limite prudencial da Receita Corrente Líquida e na maioria dos casos chegando a ultrapassar o limite máximo estipulado na LRF.

Vieira (2018), averiguando as despesas com pessoal do Estado do Rio Grande do Norte de 2014 a 2017, concluiu que no primeiro ano citado o Estado ultrapassou o limite máximo das despesas com pessoal em 2,09%. Em 2015 ocorreu uma pequena redução, mas ainda excedeu o limite máximo em 0,52%, e nos anos de 2016 e 2017 voltou a evoluir e descumprir a legislação chegando, respectivamente, aos percentuais de 62,68% e 71,60%, destacando-se o último ano que extrapolou em 11,60% o limite máximo estabelecido pela norma.

Por fim, Silva (2017) analisando as despesas com pessoal do Município de Angicos-RN de 2014 a 2016, constatou que o gestor público descumpriu o limite de alerta, prudencial e o máximo em todos os exercícios analisados, chegando a 55,74% em 2014, 64,77% em 2015 e 60,33% em 2016.

3 METODOLOGIA

O presente estudo tem como objetivo analisar as contas públicas da Prefeitura Municipal de Mossoró, mais especificamente as despesas com pessoal, verificar a adequação com os limites definidos na Lei de responsabilidade Fiscal e, caso esse limite contrarie a legislação, apresentar as devidas medidas que devem ser tomadas para regulação de tal situação.

A pesquisa é caracterizada como descritiva, pois busca observar as despesas com pessoal durante os anos de 2016 a 2018 e comparar esses dispêndios com o que estabelece a legislação (LRF). De acordo com Gil (2008) esse tipo de pesquisa tem como principal objetivo analisar e descrever características de uma determinada vertente ou evento, ou comparar variáveis com a utilização de técnicas uniformizadas para coletar dados.

Dentre os meios utilizados para o alcance dos objetivos, foi utilizada uma análise documental através da consulta e coleta de dados presentes nos relatórios contábeis de propósitos gerais, como o Relatório de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), disponíveis no portal da transparência da Prefeitura Municipal de Mossoró, em que apresentam as despesas com pessoal e a receita corrente líquida. Reforça-se que, para tanto, foi feito um recorte de informações em que foram analisadas aquelas referentes ao período temporal entre o ano de 2016 a 2018. Complementarmente foi aplicado um questionário com o então secretário de planejamento da prefeitura municipal de Mossoró. No questionário constavam cinco perguntas abertas sobre os gastos com pessoal e os limites da LRF.

Em relação aos procedimentos utilizados, o presente estudo terá como caminho metodológico além da análise documental, a pesquisa bibliográfica, conceituada por Gil (2008) enquanto um estudo realizado através de um material já constituído, como livros, artigos científicos, resenhas, relatórios informativos e publicações periódicas.

Em relação à classificação quanto ao tempo em que o estudo será realizado, esta pesquisa enquadra-se em um estudo longitudinal, pois analisa um determinado período temporal (2016 a 2018). Quanto a natureza, a abordagem do problema configura-se como pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (1994), este tipo de pesquisa responde a questões muito específicas e na realidade das ciências sociais atenta-se para um universo não

quantificando. Aplicando este conceito ao nosso estudo, buscamos analisar as informações para além do universo dos números, apresentando e interpretando os dados fornecidos pelos relatórios contábeis a luz do que dispõe a legislação específica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados fornecidos pelo portal da transparência da Prefeitura Municipal de Mossoró, mais precisamente os Relatórios de gestão fiscal (RGF), emitidos quadrimestralmente com referência aos anos de 2016 a 2018. Este documento é essencial para transparência de contas dos entes públicos, como prever o art. 48 da LRF, estabelecendo-o como um instrumento de suma importância para clareza da gestão fiscal, inclusive para prestação de contas por meios eletrônicos de acesso ao público. (BRASIL, 2000).

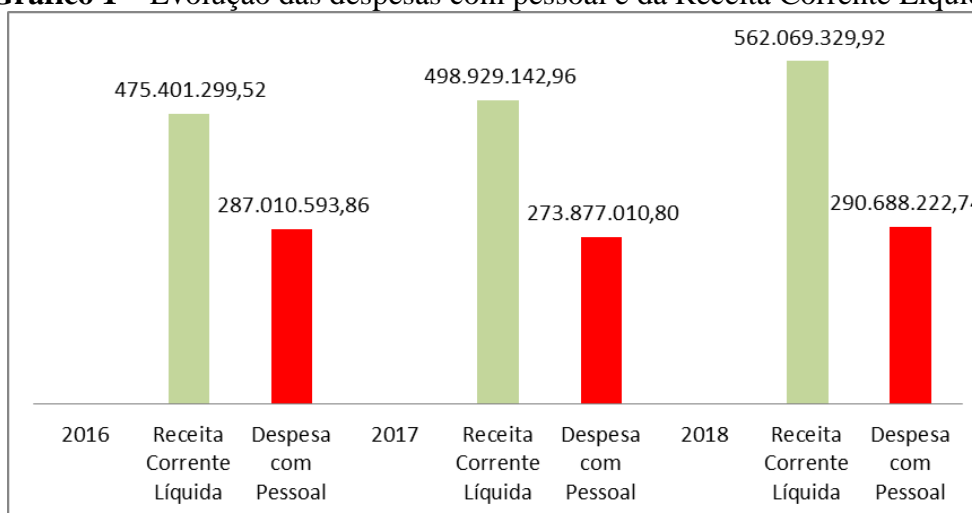
Esse instrumento de transparência da gestão fiscal tem o objetivo de controlar, monitorar e tornar público o cumprimento dos entes federativos em relação limites estabelecidos na LRF, principalmente em relação as despesas com pessoal, a dívida consolidada, a concessão de garantias e a contratação de operações de crédito. A base para averiguar o cumprimento desses limites é a receita corrente líquida (RCL), em que percentuais são determinados como parâmetros de controle desses gastos, sendo estes apurados e registrados em demonstrativos próprios criados e publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). E por fim, a LRF, ainda exige dos entes federativos a publicação de demonstrativos que comprovem as disponibilidades de caixa e a inscrição de restos a pagar, que são despesas que foram empenhas no exercício corrente, mas só serão pagas no exercício seguinte. (TESOURO NACIONAL, 2018).

4.1 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL E DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Analisando a evolução das despesas com pessoal no período estabelecido (2016 a 2018), no ano de 2017 estas reduziram em relação ao ano de 2016, com um decréscimo de 4,58%, mas no ano de 2018 voltou a crescer 6,14% em relação a 2017 e 1,27% em relação a

2016. Por outro lado, a receita corrente líquida cresceu 4,95% em 2017, com relação ao ano de 2016, e no ano de 2018 voltou a crescer novamente em 12,66% em relação a 2017 e 18,23% em relação a 2016.

Gráfico 1 – Evolução das despesas com pessoal e da Receita Corrente Líquida.



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Diante dessas informações, constatou-se que a despesa com pessoal teve um leve crescimento no período de 2016 a 2018 de 1,27%, e a receita corrente líquida teve um crescimento mais significativo no mesmo período de 18,23%. Ainda assim, esse pequeno aumento da despesa com pessoal pode ser motivado pelo fato de que essas despesas já estavam descumprindo os limites previstos na LRF e um eventual crescimento, de forma proporcional as receitas correntes líquidas poderiam acarretar sanções mais severas para o gestor municipal.

Conforme o verificado, o secretário de planejamento do ente municipal relatou a situação que se encontrou quando o mesmo assumiu o planejamento do município. Segundo o administrador, no ano de 2017, os limites tutelados giravam em torno de 60% da receita corrente líquida, então foi necessário realizar diversos trabalhos para a readequação das despesas com pessoal aos limites permitidos. Para o secretário, esses dispêndios extrapolados têm como origem o não planejamento no momento de contratar mão de obra, em que se deveria fazer uma análise do permitido pela legislação e o dos recursos disponíveis para se concretizar essas admissões.

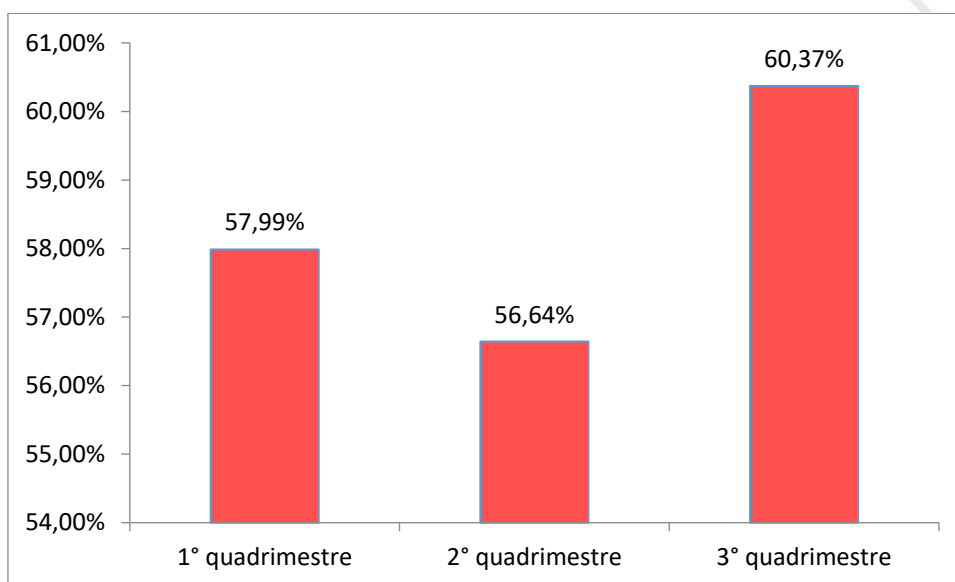
Portanto, esses relatos confirmam o que Aguiar (2017) descreve, que os gastos com pessoal representam uma parcela principal das despesas correntes do setor público e que limitar essas despesas é um meio necessário para dar continuidade ao serviço público, visto que sobrarão mais recursos para áreas que a sociedade necessita mais investimento.

4.2 CUMPRIMENTO DOS LIMITES ESTABELECIDOS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Com os percentuais de evolução das RCL e das despesas com pessoal, chegou-se as informações quanto aos limites a serem cumpridos pela gestão municipal conforme estabelecido na própria LRF. Os gráficos a seguir evidenciam os percentuais a serem cumpridos e os percentuais atingidos pelo ente municipal nos 3 quadrimestres dos anos de 2016 a 2018 através da relação entre a RCL e os gastos com pessoal.

O Gráfico 2 apresenta as despesas com pessoal nos 3 quadrimestres do ano de 2016.

Gráfico 2 – Limites percentuais do ano 2016

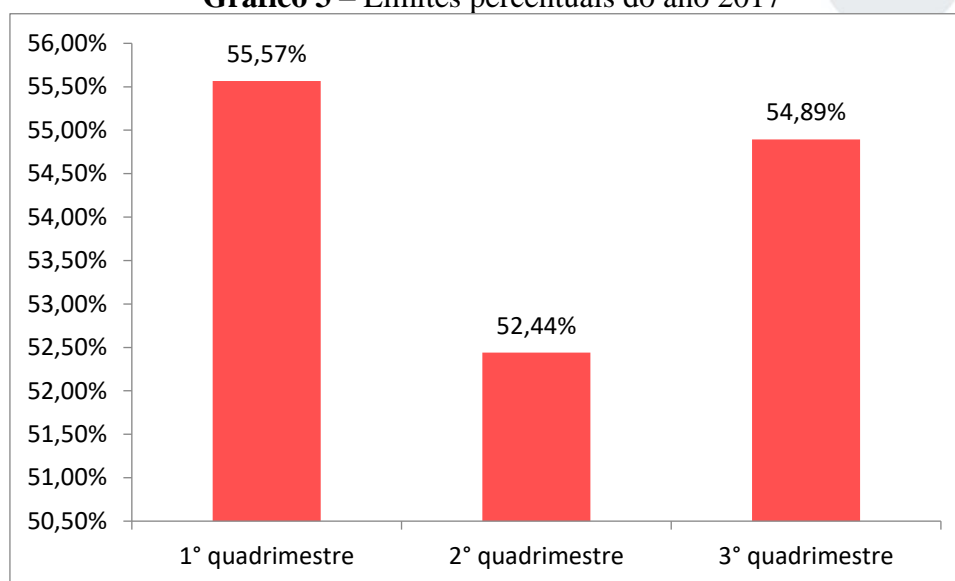


Fonte: Dados da pesquisa (2020)

De acordo com o evidenciado no Gráfico 2, constatou-se que ente público municipal descumpriu o limite ultrapassado durante todos os três quadrimestres. No primeiro quadrimestre chegou a ultrapassar o limite máximo de 54% em 3,99% (18.528.648,70), no segundo quadrimestre esse percentual diminuiu um pouco para 2,64% (12.183.141,91) e no terceiro quadrimestre apresentou um aumento significativo, chegando ultrapassar o limite máximo em 6,34% (30.293.892,12). Esse problema de descumprimento não é característico apenas no município de Mossoró, pois Vieira (2018) analisando as despesas com pessoal do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 2014 a 2017, concluiu que o estado também descumpriu o limite máximo no intervalo de tempo analisado.

O Gráfico 3 evidencia os gastos com pessoal nos 3 quadrimestres do ano de 2017.

Gráfico 3 – Limites percentuais do ano 2017



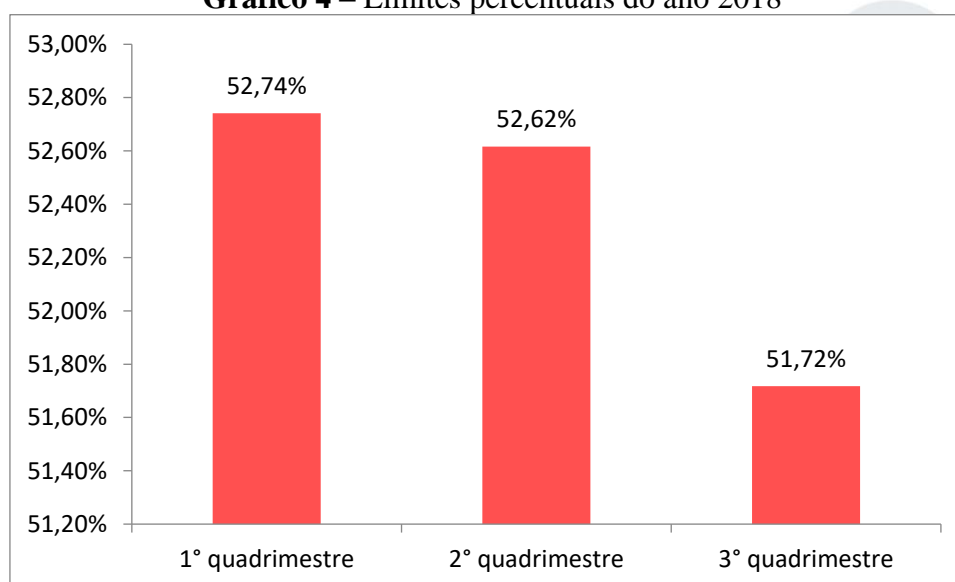
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

O Gráfico 3 mostra que houve uma redução das despesas com pessoal em relação ao ano de 2016, que encerrou o terceiro quadrimestre com o maior percentual do período analisado (60,37%). O primeiro trimestre de 2017 continuou descumprindo o limite máximo em 1,57% (7.689.405,22), o segundo trimestre deixou de infringir o limite máximo e passou para o limite prudencial, 51% da receita corrente líquida, em 1,44% (5.682.827,01), e o último trimestre voltou ao desobedecer o limite máximo (54%) em 0,89% (4.455.273,60).

De acordo com Zolin *et al.* (2014), as despesas com pessoal não podem ultrapassar 95% limite prudencial, caso isso venha acontecer, a LRF impõe algumas proibições, como ações para diminuir esses gastos, incluindo o impedimento para concessão de aumentos, reajustes e adequações salariais, não aceitação para criar novos cargos, empregos e funções, impedir a contratação de novos funcionários e podendo ficar o ente impossibilitado de receber transferência voluntárias e contratar operações de crédito.

O Gráfico 4 aponta os dados relatados sobre as despesas com pessoal nos 3 quadrimestre de 2018.

Gráfico 4 – Limites percentuais do ano 2018



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Por fim, no ano de 2018, último ano da análise, os percentuais decresceram de forma significativa, mantendo uma média que descumpria apenas o limite prudencial e no decorrer do ano também e notório identificar que a cada quadrimestre a porcentagem sobre a RCL foi diminuindo até chegar ao menor percentual em um quadrimestre do período analisado. O primeiro quadrimestre deu início a fase em que os percentuais mostraram-se mais adequados levando em consideração todo o espaço de tempo analisado, apresentando-se fora do limite ultrapassado e descumprindo o limite prudencial em 1,74% (7.797.340,38), no segundo

quadrimestre, os percentuais ainda continuaram a desobedecer o limite de prudencial em 1,62% (7.146.535,13), mas com uma pequena queda em relação ao período anterior de 0,12%.

Finalizando a análise dos limites percentuais, constatou-se que o terceiro quadrimestre do ano chegou ao menor percentual registado no período de 2016 a 2018 (51,72%), passando do limite prudencial em 0,72% (2.346.656,49). E essa queda nas despesas no ano de 2018, segundo o secretário de planejamento, é uma consequência das prioridades do chefe do poder executivo na sua atual gestão, que quando assumiu o pleito, encontrava-se em total desrespeito a LRF.

4.3 SANÇÕES E PUNIÇÕES DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DOS LIMITES DE DESPESAS COM PESSOAL

De acordo com o relatado pelos dados analisados, verificou-se que o poder executivo descumpriu o limite máximo (54%) em todo o ano de 2016, e que segundo a legislação vigente, caso o limite máximo seja desobedecido o percentual excedente deve ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, e no mínimo, um terço já seja eliminado no próximo quadrimestre (BRASIL, 2000).

Assim, constatou-se que no final do ano de 2016 o ente municipal já deveria está dentro do percentual adequado de 54% da RCL, pois já tinha se passado dois quadrimestres do primeiro relato do descumprimento do limite máximo e mesmo assim o ente municipal continuou o infringindo. A secretaria do tesouro nacional informa que caso o limite da despesa com pessoal seja ultrapassado e não ocorra a readequação no prazo estabelecido o mandato do chefe do poder executivo pode ser cassado, conforme prever no decreto lei 201, art. 4º, inciso VII. (BRASIL, 2019).

No ano seguinte (2017) o limite máximo continuou sendo ultrapassado no primeiro e terceiro quadrimestre, e com uma pequena redução no segundo trimestre para o limite prudencial, sendo esse o limite também infringido no ano de 2018. E a legislação vigente, art. 22, parágrafo único, da LRF, estabelece algumas determinações a serem cumpridas quanto a esse limite (51%) quando o mesmo for ultrapassado, como a não concessão de vantagem, aumento, reajuste e adequação de remuneração de qualquer título, salvo por determinação

judicial, proibição de criação de cargos, empregos ou funções, não modificação em planos de carreiras que aumente a despesa com pessoal e impedimento prover cargos público ou contratação de pessoal, ressalvada na possibilidade de repor servidores aposentados ou falecidos nas áreas de educação, saúde e segurança. (BRASIL, 2000).

Souza (2018) destaca que através do acompanhamento dos gastos públicos, por meio do povo, a sociedade pode tomar conhecimento dos direcionamentos dos recursos públicos para as suas principais necessidades, como saúde, educação, transporte e segurança. E saber que o gestor tem como objetivo essa principal adequação, mostra o seu comprometido com o fornecimento ideal de serviços para o município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, o objetivo geral do trabalho, foi analisar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal em relação às despesas com pessoal da Prefeitura Municipal de Mossoró-RN. Este objetivo foi atingido, visto que, após minuciosa análise, detectou-se o gasto excedente, ultrapassando os limites impostos pela LRF em todo o período analisado. No que se refere aos objetivos específicos, analisar os relatórios disponibilizados no portal da transparência do ente municipal referentes aos três últimos anos de exercício (2016, 2017 e 2018), verificar a Lei de Responsabilidade Fiscal, referindo-se aos limites nela estabelecidos no que concerne às despesas com pessoal e apresentar quais medidas deveriam ser tomadas pelo gestor caso os limites estabelecidos na LRF sejam descumpridos, todos foram elucidados, para tanto foram examinados todos os RGF dos quadrimestres do período em que a pesquisa se debruçou.

A pesquisa mostrou que o município de Mossoró, no primeiro ano de análise (2016) apresentava um percentual de 60,37% das despesas com pessoal sobre a receita corrente líquida, acarretando assim o descumprimento do limite máximo. Nos anos seguintes (2017 e 2018), esse percentual apresentou um decréscimo significativo, passando a representar 54,89% e 51,72% respectivamente. Com isso, no último ano de análise, o limite que passou a ser descumprido foi o limite prudencial. Neste caso, concluiu-se que a LRF, no seu sentido estrito de auxiliar a gestão pública, não foi usada como parâmetro essencial para administrar os recursos públicos.



Portanto, apresentando esses dados, a pesquisa contribuiu enquanto canal de transparência, possibilitando a comunidade em geral apropriar-se de informações que, se utilizadas de forma coerente, podem ser revertidas em controle social e melhoria de serviços essenciais no Município de Mossoró. Além disso, o estudo mostra-se promissor como mecanismo de ativação, no qual sugere-se que, em oportunidade posteriores, outras investigações possam ser realizadas com a finalidade de constatar quais as tendências predominantes no que se refere aos gastos públicos com pessoal do referido município.

O estudo mostrou-se relevante por analisar o comportamento do ente municipal, e averiguou os limites legais expostos na LRF confrontando-os com os dados encontrados durante o levantamento de informações.

Para tanto, conclui-se que a pesquisa efetuada compõe-se de apenas um período curto de análise e que as informações obtidas não puderam constatar se há continuidade nos anos seguintes em reduzir essas despesas com pessoal e se foram tratadas como objetivo para a gestão nos anos posteriores. Também não foi analisado as questões além dos relatórios de gestão fiscal, como, por exemplo, cumprimentos de sentenças judiciais, aumento automáticos de salários dos servidores.

Em consequência dessa temática, recomenda-se que futuros estudos sobre esse tema debruce-se sobre as dificuldades dos gestores em cumprir os limites e que entrevistas com esses responsáveis possam ser realizadas. Sugere-se também que sejam feitos outros estudos sobre as cidades do oeste potiguar com o propósito de examinar a adequação de seus gastos com pessoal e se as eventuais penalidades, quando cabíveis pela lei, estão sendo aplicadas de forma eficaz.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. H. N. **Análise do Comportamento da Despesa com Pessoal na Prefeitura Municipal de Natal e Associação com Indicador de Gastos com Pessoal do Índice Firjan de Gestão Fiscal entre os anos de 2012 e 2016.** 2017. 47 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.



AZEVEDO, M. C. **Análise das despesas com pessoal nos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 2015 a 2017.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BERLT, Cristiano; BENDER FILHO, Reisoli; TRISTÃO, Pâmela Amado. Gastos públicos: análise da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição Federal no COREDE Alto Jacuí. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 10, n. 1, p. 85-100, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 Set. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº101 de 04 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 25 Ago. 2019.

DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa social: teoria, método é criatividade/ Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). - Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 02 Mar. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

RABELO, Natanael Carvalho; RODRIGUES JÚNIOR, Manuel Salgueiro. Análise das despesas com pessoal dos Poderes Executivos dos estados do Nordeste quanto aos limites estabelecidos na lei de responsabilidade fiscal. **Revista Controle: Doutrinas e artigos**, v. 16, n. 1, p. 243, 2018.

SILVA, Sinaria Rodrigues. **Limites de gastos com pessoal: o cumprimento da LRF na Prefeitura de Angicos/RN.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis). Faculdade Católica Nossa Senhora das Vitórias.

SOUZA, Fábila Jaiany Viana; DA SILVA, Maurício Corrêa; DE BARROS CÂMARA, Renata Paes. Análises das Despesas com Pessoal das Capitais Brasileiras Nordestinas. **Revista Gestão Organizacional**, v. 11, n. 1, 2018.

TESOURO NACIONAL. Relatório de Gestão Fiscal. Tesouro Nacional, 2018. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/relatorio-de-gestao-fiscal>. Acesso em: 20 Setembro 2018.

VIEIRA, Felipe Vale de Figueiredo. **Adequação do estado do Rio Grande do Norte aos limites da despesa com pessoal à luz da lei de responsabilidade fiscal no período de 2014 a 2017.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ZOLIN, C. F. et al. Gastos com pessoal na gestão pública municipal: um estudo aplicado ao estado do Paraná. **Trabalho apresentado no IX Encontro de Produção Científica e Tecnológica (EPCT), Campo Mourão, 2014.**



**ANÁLISE SOBRE O CRITÉRIO ESPACIAL DE INCIDÊNCIA DO ISSQN A LUZ
DO PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE: Um Estudo no Município de Serra do
Mel/RN**

Maria Joseilda Emídio Vitória¹

Mariana da Rocha Filgueira²

Raniela Ricarte Freitas Sampaio³

Antônio Marcos Soares

Brasil⁴

RESUMO

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN tributo de competência Municipal e do Distrito Federal desde sua criação até os dias atuais passou por diversas alterações em sua estrutura normativa e no âmbito legislativo. O fato gerador do referido tributo é a prestação de serviços que encontram-se em listagem anexa à Lei Complementar 116/03. No entanto, a grande discursão que permeia o imposto diz respeito ao local competente para o seu recolhimento. Perante o panorama apresentado, o presente artigo tem como objetivo geral mensurar o impacto nas finanças do Município de Serra do Mel/RN no período de 2019 e 2020 na arrecadação do ISS considerando o respeito ao Princípio da Territorialidade Tributária, aliado ao aspecto espacial de incidência. A investigação possui natureza qualitativa e descritiva, aplicando como método de pesquisa o estudo de caso. O resultado da pesquisa indica que não houve impacto na arrecadação do ISS para o Município nos anos analisados em virtude da natureza dos serviços prestados estarem inseridos nas exceções em que o imposto é devido no local da prestação do serviço.

Palavras-Chave: ISSQN. Aspecto Espacial. Princípio da Territorialidade. Local da prestação.

ABSTRACT

The Tax on Services of Any Kind - ISSQN, a tax of Municipal and Federal District competence, has undergone several changes in its regulatory structure and legislative scope since its creation until today. The taxable event of this tax is the provision of services that are listed in an annex to Complementary Law 116/03. However, the great discussion that permeates the tax concerns the competent place for its collection. Given the panorama presented, this article has as its general objective to measure the impact on the finances of the Municipality of Serra do Mel/RN in the period 2019 and 2020 in the collection of ISS considering the respect for the Principle of Territoriality Tax, coupled with the spatial aspect of incidence. The research has a qualitative and descriptive nature, applying as research method the case study. The result of the research indicates that there was no impact on the collection of ISS for the Municipality in the years analyzed due to the nature of the services rendered being included in the exceptions in which the tax is due at the place of service provision.

Key-words: ISSQN. Spatial Aspect. Territoriality Principle. Place of provision.

1 INTRODUÇÃO

No atual contexto de elevado crescimento das despesas nas administrações públicas, o enfoque na arrecadação tributária tem se tornado imprescindível para atender suas demandas, equilibrar as contas e manter a máquina funcionando. Por disporem de Legislação Tributária própria, Estados e Municípios devem buscar um maior esforço fiscal no seu potencial de acréscimo arrecadatório, como forma de reduzir a dependência de repasses Federais (MORAIS; SAMPAIO, 2017).

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN ou ISS) de competência dos Municípios e do Distrito Federal, mostra-se como uma importante fonte de receita tributária própria, capaz de gerar grande potencial de crescimento econômico para os pequenos e médios Municípios. Em meio ao surgimento de outros segmentos para prestação de serviços, o rápido crescimento econômico, aliado a uma maior alavancagem na arrecadação para o orçamento fiscal dos Municípios e, sobretudo ao surgimento de muitos processos no poder Judiciário, foi instituída a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, na qual consta as normas gerais de tributação do ISS (BANFI, 2012)

Na prática existem divergências entre as municipalidades que buscam o recolhimento do imposto com amparo no Princípio Constitucional da Territorialidade e os que possuem estabelecimentos em um Município, prestam serviços em outro e respeitam a literalidade da Lei 116/2003. Diante do contexto apresentado, surge o questionamento norteador da pesquisa: Qual o impacto financeiro para o Município de Serra do Mel/RN no recolhimento do ISSQN sob a influência do Princípio Constitucional da Territorialidade?

O objetivo central do presente artigo é mensurar o impacto nas finanças do Município de Serra do Mel/RN no período de 2019 e 2020 na arrecadação do ISS considerando o respeito ao Princípio da Territorialidade tributária. Para tanto buscou-se de modo mais específico verificar o total dos serviços que foram prestados para o Município de Serra do Mel, o levantamento da receita proveniente do ISS auferida no período, o montante do tributo que deixou de ser arrecadado para o Município, além de estimar o impacto positivo e negativo gerado no recolhimento do imposto.

A relevância do estudo é justificada por se tratar de um assunto que vem passando por recentes e constantes alterações na legislação merecendo clareza, uniformidade e segurança jurídica tanto para o fisco municipal que terão sua estrutura tributária transformada, como também para os contribuintes. Além disso, a pesquisa poderá servir como fonte de consulta, instigando a ampliação e o aprofundamento por meio de novos estudos sobre o assunto.

Metodologicamente, a pesquisa encontra-se classificada quanto aos objetivos e métodos utilizados em descritiva e qualitativa respectivamente, já em relação aos procedimentos técnicos adotados estão o documental e bibliográfico, acompanhado de estudo de caso; por ser uma categoria de investigação bastante utilizada nas ciências sociais, que compreende o aprofundamento exaustivo do estudo de um ou poucos casos, para possibilitar o conhecimento de forma ampla e aprofundada (GIL, 2017).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LEGISLAÇÃO DO ISSQN NO BRASIL E SUAS ALTERAÇÕES

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza compreende um tributo cuja competência para instituí-lo, a exceção do Distrito Federal, pertence aos Municípios, conforme prevê o Art. 156, inciso III da Constituição Federal, não incluídos os serviços listados em seu inciso II do Art. 155 por encontrarem-se dispostos em Lei Complementar.

A Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, instituiu o ISSQN, que posteriormente foi regulamentado pelo Código Tributário Nacional, vindo mais tarde a sofrer alteração pela Constituição Federal de 1967. A partir daí muitas foram as alterações pelas quais o tributo passou ao longo dos anos, até que por meio da Constituição Federal de 1988 e a Lei Complementar 116/2003 chegou-se aos padrões hoje conhecidos (LEOPOLD, et. al, 2017).

O Código Tributário Nacional ou Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, possibilitou aos entes municipais a implantação do ISS, não permitida anteriormente pela EC nº 18/65 por depender da criação de Lei complementar para estabelecer critérios de diferenciação as atividades nas quais incidiria o ICMS e o ISS. Já a Constituição de 1967 reforçou o que foi preconizado pela EC nº 18/65 elencando como exigência que a hipótese de incidência do ISSQN deveria constar em Lei Complementar.

Vale mencionar no ano seguinte, a edição do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968 deliberando sobre Regras Gerais de direito Financeiro aplicáveis aos Impostos Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias – ICMS e para o ISS contendo a revogação de forma expressa, de todos os dispositivos que constavam no Código Tributário Nacional sobre os referidos impostos (BANFI, 2012).

Em substituição ao Decreto-Lei nº 406/65 surgiu a Lei Complementar nº 116/03 em vigência, que passou a Nacionalmente disciplinar o ISS, revogando alguns dispositivos do decreto, estabelecendo base de cálculo, fato gerador, alíquotas máximas a serem aplicadas e os contribuintes do imposto, além de dispor também sobre os serviços nos quais por meio de Leis Ordinárias caberia a cobrança do tributo pelos Municípios.

A Lei Complementar 116/03 traz em seu art. 3º como regra geral que o serviço é considerado prestado e o imposto devido ao Município onde estiver sediado a empresa prestadora, ou em caso de ausência do estabelecimento será considerado o local do domicílio do prestador. Dispõe ainda, em listagem anexa a Lei o rol de serviços inseridos na regra supracitada, além das exceções elencadas nos incisos I a XXII do mesmo artigo, cujo critério

espacial de incidência tributária passa a ser o local onde o serviço foi prestado ou ainda onde estiver localizado o domicílio do tomador.

Como bem elucida Lima (2019), encontra-se de forma clara o disposto nos incisos do art. 3º da LC 116/03 quanto as exceções, visto que os serviços lá listados só podem ser prestados *in loco*, sendo naturalmente devido ao Município onde realmente o serviço foi prestado. Como exemplo, a autora evidencia o serviço de limpeza pública (inciso IV), que só pode ser prestado na rua ou logradouro público onde é feita a limpeza. Adicionalmente a autora menciona os serviços de advocacia e contabilidade como exemplo que não constam relacionados nos incisos do referido artigo e que podem ser desenvolvidas no estabelecimento do contribuinte.

Seguindo a tendência de alterações nas regras sobre o recolhimento do ISS, foi editada a Lei Complementar nº 157, de 29 de dezembro de 2016, reforçando o percentual de 2% como alíquota mínima para a cobrança do tributo, que havia sido anteriormente estabelecida pela Emenda Constitucional nº 37/02. Ademais, novos serviços foram introduzidos pelo legislador na lista anexa à Lei complementar 116/03, alterou também a redação de outros já existentes e, principalmente, buscou implementar uma nova dinâmica em relação ao aspecto espacial do ISS, passando a privilegiar, em relação a determinadas atividades, o Município onde estivesse situado o domicílio do tomador do serviço (TAVARES,2019).

Por meio das alterações promovidas pela Lei Complementar 157/16 foi deslocado o critério espacial do serviço de arrendamento mercantil, administração de fundos, de administração de cartão de crédito ou débito, do serviço de plano de saúde em geral e do serviço de agenciamento de contrato de arrendamento mercantil, franquia e factoring, transferindo a competência tributária para o local do domicílio do tomador, anteriormente pertencente a municipalidade onde se localizava o estabelecimento prestador (FILHO, 2019).

De acordo com Saraiva (2018) contrariando as novas ressalvas trazidas pela LC nº 157/2016, entidades como a Confederação Nacional do Sistema Financeiro – **CONSIF** **juntamente com** a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização – **CNSeg**, moveram em 2017 **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5.835)** perante o Supremo Tribunal Federal (STF), para suspender Dispositivos da supracitada Lei Complementar que tratam da alteração do local da incidência do ISSQN.

Ainda nessa seara, foi sancionada em 23 de setembro de 2020 a Lei Complementar nº 175 inserindo novos normativos para o recolhimento do ISS direcionando a cobrança do imposto de forma progressiva e definitiva para o ente municipal onde as atividades forem prestadas, alterando desse modo, as regras para alguns segmentos que constam nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 10.04, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar 116/03, retirando a competência do Município onde está localizado o estabelecimento do prestador.

Como forma de permitir que todas as informações de prestação de serviços sejam apresentadas com formato unificado e centralizado, a [LC 175/20](#) de modo inovador inseriu uma proposta para a criação de uma obrigação acessória padronizada para a escrituração e apuração do ISS para todos os municípios. O projeto ainda será elaborado pelo Grupo Técnico do Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISSQN estabelecido pela Lei, mas já é um bom sinal (RIBEIRO, 2020).

Segundo a Confederação Nacional de Municípios – CNM (2020), a redistribuição do ISSQN vem sendo buscada há alguns anos pelos entes Municipais no sentido de remeter o imposto para o local de ocorrência do fato gerador, ou seja, onde está o correntista, o cliente e o consumidor e não para onde está a sede da empresa ou do banco, pois apenas uma reduzida parcela dos Municípios possuem competência para cobrar o imposto, onde foram instaladas as principais sedes bancárias do país, gerando como consequência arrecadação concentrada nessas localidades.

2.2 ELEMENTOS ESSENCIAIS DE INCIDÊNCIA DO ISSQN

Conforme Gomes (2010, p.14), os elementos fundamentais do ISS encontram-se pacificados perante os doutrinadores do tributo, são eles: fato gerador (elemento material), Contribuinte (elemento pessoal) e base de cálculo (elemento quantitativo), acrescentando ainda a alíquota por entendê-la como parte do elemento quantitativo.

A Lei Complementar nº 116/2003 trata do fato gerador em seu art. 1º determinando que o ISSQN terá como critério material a prestação de serviços em lista anexa, embora estas não acompanham como principais atividades do prestador. A ocorrência do fato gerador está condicionada a efetiva prestação do serviço para um terceiro (tomador). Dessa forma, apenas a

constituição de uma empresa ou o profissional possuir inscrição cadastral, torna-se insuficiente para dar origem ao fato gerador do tributo (GOMES, 2010).

O art. 5º a LC nº 116/2003 versa sobre o contribuinte do ISS como sendo o prestador do serviço. Para Banfi, 2012 contribuinte é o sujeito passivo direto que tem vantagem econômica direta na situação que constitui o fato gerador da obrigação tributária, respondendo por um débito tributário que lhe pertence, por uma obrigação tributária que lhe é própria.

De acordo com (BANFI, 2012) sob o aspecto pessoal são identificados os sujeitos da relação Jurídico-Tributária, que são o sujeito ativo detentor constitucional da atribuição para instituir o tributo, possuidor da titularidade do crédito tributário, além do direito subjetivo de arrecadar e recolher o imposto; e o sujeito passivo que compreende a pessoa física ou jurídica, privada ou pública estando diretamente ligada ao aspecto material da hipótese legal de incidência tributária.

Em seu art. 121 o Código Tributário Nacional, estabelece o sujeito passivo da obrigação principal como a pessoa obrigada ao pagamento do tributo ou penalidade pecuniária. Ademais, em parágrafo único do mesmo artigo, o CTN divide o sujeito passivo em dois: aquele que pratica o fato gerador, possuindo relação pessoal e direta, com a situação, sendo chamado de contribuinte; e o que legalmente poderá atribuir a uma terceira pessoa, desde que possua ligação com o fato gerador, o cumprimento da obrigação tributária, não revestido da condição de contribuinte.

Conforme Neto (2019) o art. 7º da LC nº 116/03 define a base de cálculo do ISS como sendo o preço do serviço que foi prestado, compreendido como o valor total não incidindo qualquer dedução nem mesmo do valor do próprio imposto, recaindo assim, o ISS sobre a receita bruta. Contudo, o autor enumera os subitens 7.02 e 7.05 (atividades de construção civil) nos quais serão excluídos da base de cálculo do tributo, as parcelas equivalentes ao preço dos materiais fornecidos pelo prestador do serviço e incorporado a obra e o valor das subempreitadas já tributadas pelo ISS.

Santos et al. (2016) prescreve alíquota como o percentual aplicado sobre a base de cálculo sendo estabelecida por lei, para determinar o montante a pagar do tributo. Aos Municípios é permitido estabelecer as alíquotas do ISS de acordo com o serviço que foi

prestado, no entanto, conforme a Emenda Constitucional nº 37/02 o percentual a ser aplicado não poderá ser menor que 2%, nem ultrapassar os 5% como previsto no art. 8º- A da LC 116/03.

2.3 LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL

A competência conferida a União, Estados, Distrito Federal e aos Municípios para legislar sobre a criação de impostos e matéria tributária encontra-se expressa de forma detalhada na Constituição Federal de 1988 (LIMA, 2019), dispondo em seu artigo 156, III sobre a autoridade dos Municípios em estabelecer o ISSQN.

Com o advento destas normas, cada ente municipal, deverá editar leis ordinárias para a efetiva instituição do ISS em seus territórios, esse entendimento é compartilhado por (LONGEN, 2009), ao considerar que “compete aos municípios instituir e arrecadar, dentre outros tributos, o ISSQN. O exercício da competência tributária, porém, pressupõe obediência às limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados, nas Leis Orgânicas e não menos importante se mostra a observação das normas gerais de direito tributário”.

O Município de Serra do Mel é regido sobre os dispositivos da Constituição Federal e outras leis majoritárias, além da Lei 537, de 22 de dezembro de 2014 de âmbito Municipal, na qual dispõe sobre o Código Tributário Municipal de Serra do Mel e dá outras providências. O Imposto Sobre Serviços é tratado no Capítulo III, da referida lei.

Como afirma Moreira 2018, com a chegada da LC 116/03 os entes municipais brasileiros foram obrigados a ajustar suas legislações estabelecendo de forma precisa o fato gerador, base de cálculo, alíquota, sujeito passivo, e local de incidência do tributo fixando seus elementos essenciais de ocorrência.

Para melhor compreender o ISSQN é interessante observar o aspecto relativo ao fato gerador, que é visto na Lei Municipal nº 537/2014 e que basicamente possui o mesmo texto da Lei Complementar nº 116/2003, conforme é estabelecido no art. 90 do Código Tributário Municipal, *in verbis*:

“O imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) tem como fato gerador a prestação, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, dos

serviços constantes da lista seguinte ou outros posteriormente regulamentados, ainda que não se constituam como atividade preponderante do prestador (...).”

Como outro aspecto relevante a ser tratado, tem-se a alíquota aplicada em cada Município. De acordo com o Código Tributário de Serra do Mel suas alíquotas foram definidas da seguinte maneira:

- Art. 108 - O imposto é calculado à alíquota de:
- I- 5% (cinco por cento) na base de cálculo para os demais serviços.
 - § 1º - Quando se tratar de prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado a razão:
 - I- De R\$100,00(cem reais) por trimestre, quando se tratar de profissionais liberais de nível superior;
 - II- De R\$ 50,00 (cinquenta reais) por trimestre, quando se tratar de profissionais liberais de nível médio;
 - III- De R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por trimestre, quando se tratar dos demais profissionais liberais.
 - § 2º- Para efeitos deste artigo, considera-se serviço prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o simples fornecimento de trabalho relativo às atividades compreendidas nos itens 4.01, 4.04, 4.05 a 4.16, 5.01, 6.01, 7.01, 7.03, 7.11, 14.09, 17.13, 17.18, 25.01, 29.01, 30.01, 31.01, do art. 60, por profissional autônomo, que não tenha a seu serviço, empregado da mesma qualificação profissional.
 - § 3º- Não se considera serviço pessoal do próprio contribuinte o serviço prestado por firmas individuais, nem o que for prestado em caráter permanente, sujeitos a norma do tomador.
 - § 4º - Quando não atendidas as condições fixadas no parágrafo 1º desde artigo, o imposto é calculado com base no preço do serviço mediante a aplicação da alíquota cabível.

Outro ponto importante mencionar, diz respeito ao local da prestação do serviço, que segundo o Código Tributário do Município de Serra do Mel, art. 91, “o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento do prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XVIII.

2.3 O ASPECTO ESPACIAL DO ISS E O PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE

2.4

O aspecto espacial do fato gerador assume uma importância singular à medida que estabelece o Município competente para tributar o serviço por meio do ISS em meio a realidade Brasileira, onde coabitam mais de 5.550 Municípios, (HARADA, 2018).

Russo e Vaz (2011) asseveram que o aspecto espacial estabelece o território onde ocorrerá o fato gerador do imposto, gerando as áreas onde ocorrerá o vínculo obrigacional da tributação. Já nas explicações de Freitas (2012), o aspecto espacial está integralmente vinculado ao local onde o fato deve ocorrer, ou seja, reúne as indicações do antecedente que define a localidade em que deverá ocorrer o fato jurídico tributário, para diferenciar a incidência e a subsunção.

De acordo com Pedra e Britto (2021) o critério espacial do ISS possui o papel de determinar o local da ocorrência do fato jurídico tributário (local da prestação do serviço), enquanto a territorialidade delimita o plano geográfico de incidência da lei municipal, não se confundindo um com o outro, sem prejuízo para os casos que venham a coincidir. Os autores complementam a questão afirmando que os entes municipais não podem determinar o ISS sobre fatos ocorridos fora de seu território, embora isso, o legislador complementar enfraqueceu essa regra, estabelecendo vários fatores delimitantes sob os critérios espaciais para a incidência do tributo, vindo, inclusive, a permitir que o local da prestação do serviço não seja o mesmo da incidência em determinados casos.

Não há o que se questionar o que preceitua o art. 156, III da Constituição Federal, sobre a competência dos Municípios para instituir e cobrar o ISS, porém o que tem gerado divergências nas interpretações e tem sido alvo de disputas é a legitimidade na hora de cobrar o imposto. Ou seja, ao arrecadar o imposto deve-se considerar se o tributo será para o Município em que o serviço foi prestado ou o local onde se estabelece o prestador do serviço.

Segundo Lisboa (2016), a Legislação tributária regulatória do ISS estabelece como regra geral a competência para a arrecadação do imposto ao Município onde está a sede da empresa prestadora do serviço. De modo contrário, tanto a doutrina, quanto o poder judiciário vem tratando o tema de modo diferente ao acolher o Município onde de fato o serviço foi prestado, como norma geral. Ainda segundo a autora, a LC 116/03 adotou o mesmo critério do DL 406/68, não observando o princípio constitucional da territorialidade, garantindo aos entes da Federação, autonomia para recolherem aos seus cofres, impostos sobre fatos geradores que ocorreram em seu território.

Para Pinheiro (2015), a origem nas controvérsias encontra-se no polo ativo da relação tributária, ou seja, os Municípios que desejam recolher o imposto, ignorando o disposto na Lei

Complementar 116/2003 e passam a estabelecer o recolhimento do tributo no local da efetiva prestação do serviço com respaldo na tese asseverada pelo princípio da territorialidade tributária bem como a ocorrência do fato gerador que vincula a incidência do tributo ao fato que lhe dá origem.

Conforme as explicações de Silva (2010), o surgimento da Lei Complementar nº 116/03, teve a pretensão de melhor detalhar o local da prestação dos serviços, para o fim de incidência do ISS. Nesse ponto, o referido autor considera que o legislador objetivando estabelecer a tributação, no âmbito do Município onde ocorreu o fato gerador, ou seja, o local onde foi de fato o serviço prestado, pretendeu privilegiar o princípio da territorialidade do ISS.

Ainda de acordo com Silva, muitos foram os Municípios Brasileiros que promulgaram as suas leis determinando que o ISS fosse retido para si, em caso de prestação de serviços em seus territórios, inclusive mesmo quando os prestadores estiverem localizados fora deles. Para o autor, é uma tentativa de evitar a evasão fiscal e preservar os interesses em âmbito municipal.

Para Lisboa (2016) a solução para os conflitos entre os Municípios estaria em seguir de forma explícita por meio da LC 116/2003 o princípio constitucional da territorialidade, definindo o Município onde o fato gerador da obrigação ocorreu, como competente. Em linha similar Kossar e Somma (2008 apud ANDRADE, HELUY, 2020) consideram que os conflitos existentes acerca da delimitação do critério espacial do ISS deve estar orientado pelo princípio constitucional da territorialidade, no sentido de que prevaleça o local onde o serviço foi efetivamente executado, e não o domicílio do prestador como determina a Lei Complementar 116/03.

O Princípio da Territorialidade delimita a área geográfica de validade e aplicação das normas e leis instituídas pelo Município, Ou seja, os efeitos dessas normas e leis são válidas apenas nos limites territoriais do Município no qual exerce a sua soberania. Nesse aspecto, Graça 2017, argumenta que esse princípio ao impedir sua aplicação fora dos limites geográficos do município, tem como objetivo criar a figura da substituição tributária ou a responsabilidade pela retenção do imposto, já que há tomadores cuja sede ou estabelecimento está fora desses limites.

3 METODOLOGIA

O enquadramento metodológico da pesquisa quanto aos objetivos é de uma investigação descritiva, por buscar um maior aprofundamento sobre o assunto estudado. Quanto a análise dos dados e abordagem da problemática é tipificada como sendo qualitativa por não utilizar-se de nenhum método estatístico como base de análise. Para Beuren (2013), a investigação qualitativa proporciona um maior aprofundamento sobre o objeto a ser analisado, tendo em vista revelar particularidades não evidenciadas mediante um estudo quantitativo, por este tratar a problemática de forma mais superficial.

Objetivando melhor fundamentar o estudo, buscou-se desenvolver o referencial teórico utilizando os procedimentos técnicos disponibilizados pela pesquisa documental e bibliográfica que abrange a argumentação publicada por diversos autores sobre o tema; acompanhado do estudo de caso, que conforme Marconi e Lakatos (2017) embora o estudo de caso verse sobre uma investigação mais aprofundada sob os múltiplos aspectos de determinado evento ou grupo humano, apresenta limitações por encontrar-se restrito ao caso em estudo, não possibilitando ampliá-lo aos demais.

O objeto de estudo são os relatórios de recolhimento do ISSQN elaborados e fornecidos pela Prefeitura Municipal de Serra do Mel/RN referente aos exercícios de 2019 a 2020. Optou-se pelo Município de Serra do Mel/RN em função da maior facilidade no acesso aos dados necessários a realização da pesquisa. Além disso, tendo em vista a cidade ser de pequeno porte possibilitaria um resultado mais fiel a realidade quanto ao imposto analisado. A escolha dos períodos para exame deu-se por tratar-se dos mais recentemente disponibilizados pelo ente municipal, como também em virtude de mudanças realizada no sistema gerador das informações, inviabilizando a utilização de períodos anteriores.

Para a análise e interpretação dos dados foi utilizado o método de análise documental que para Richardson (2009, p. 140), este método “consiste em uma série de operações que visam estudar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados”.

O estudo buscou levantar informações das empresas que prestaram serviços ao Município de Serra do Mel/RN nos anos referenciados, como também os relatórios das que recolheram o ISS para o Município, além daquelas que apuraram o imposto para a cidade onde

encontra-se localizado o estabelecimento prestador, com a finalidade de estimar o quantitativo que deixou de ser arrecadado para o ente municipal alvo da pesquisa.

A pesquisa limitou-se a analisar o impacto financeiro gerado na arrecadação do ISS considerando a aplicação das alíquotas mínima de 2% e da máxima de 5% sobre os valores que foram recolhidos para o Município no período, confrontando com o montante que não foi destinado ao ente municipal em estudo, independentemente do regime tributário adotado pelas prestadoras de serviços. No tratamento dos dados desconsiderou-se as situações de isenções e imunidades, por estas se mostrarem irrelevantes para o objetivo a que se propõe a pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico são abordados os principais achados obtidos ao final da pesquisa, objetivando uma avaliação sobre o impacto no ISS caso o recolhimento dos seus valores estejam sendo arrecadados para o município onde ocorreu a prestação do serviço. A fim de chegar-se a um resultado satisfatório e atender os objetivos propostos na pesquisa, os dados foram coletados *in loco* e os relatórios disponibilizados pelo setor de tributação e contabilidade da Prefeitura, dirimindo dúvidas perante o Contador da instituição.

4.1 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DO ISS NO ANO 2019

Examinando os relatórios referente aos períodos, realizou-se a soma de todos os valores encontrados confrontando-se com o valor da receita tributária realmente arrecadada, chegando-se ao resultado.

Para análise da arrecadação no período de 2019 na Prefeitura Municipal de Serra do Mel, foram considerados os relatórios relativos ao ISS Retido na Fonte, o ISS arrecadado pelos contribuintes do Simples Nacional e o ISS recolhido diretamente pelos contribuintes através da rede bancária autorizada.

Em se tratando das empresas prestadoras de serviços sobre o regime de apuração do Simples Nacional é relevante destacar que os dados obtidos oscilam na pesquisa em termos de alíquotas nos percentuais entre 2% e 5%, a depender da apuração de cada empresa.

Tabela 1- Informações relativas a ISS referente ao ano de 2019.

2019	
RECEITA TOTAL ARRECADADA DE ISS	R\$ 5.589.328,50
ISS Retido na Fonte	
Tributos	R\$ 2.662.798,34
ISS Arrecadado Simples Nacional	
JAN/FEV	R\$ 11.191,00
MAR/ABR	R\$ 10.651,94
MAI/JUN	R\$ 12.229,65
JUL/AGO	R\$ 11.069,02
SET/OUT	R\$ 10.588,50
NOV/DEZ	R\$ 9.466,26
Total	R\$ 65.196,37
ISS Recolhido Diretamente pelos contribuintes através da rede bancária autorizada	R\$ 2.861.333,79

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Diante dos dados extraídos dos relatórios fornecidos pela Prefeitura de Serra do Mel, podemos destacar que no ano de 2019 não houve impacto na arrecadação do Imposto sobre Serviço, visto que todos os serviços que foram prestados ao ente municipal, tiveram os valores de ISS recolhidos para o próprio município estudado. Sendo assim, o Município de Serra do Mel/RN na prática utilizou como critério para tributar os serviços os locais indicados nas regras de exceção, em decorrência da natureza das atividades dos serviços que foram prestados ao ente municipal, encontrarem-se inseridos nas hipóteses previstas na LC 116/2003 em seu art. 3º incisos I ao XXII.

4.1 ANÁLISE DE RELATÓRIOS DO ISS NO ANO 2020.

Para análise da arrecadação no período de 2020 na Prefeitura Municipal de Serra do Mel, também foram considerados os relatórios relativos ao ISS Retido na Fonte, o ISS

arrecadado pelos contribuintes do Simples Nacional e o ISS recolhido diretamente pelos contribuintes através da rede bancária autorizada.

Tabela 2 - Informações relativas a ISS referente ao ano de 2020.

2020	
RECEITA TOTAL ARRECADADA DE ISS	R\$ 11.912.744,85
ISS Retido na Fonte	
Tributos	R\$ 8.696.433,45
ISS Arrecadado Simples Nacional	
JAN/FEV	R\$ 18.048,93
MAR/ABR	R\$ 16.998,09
MAI/JUN	R\$ 15.101,57
JUL/AGO	R\$ 31.308,52
SET/OUT	R\$ 25.025,67
NOV/DEZ	R\$ 18.886,74
Total	R\$ 125.369,52
ISS Recolhido Diretamente pelos contribuintes através da rede bancária autorizada	R\$ 3.090.941,88

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

A análise realizada nos relatórios da Prefeitura de Serra do Mel relativos ao ano de 2020, também indicou que o Imposto sobre Serviço não sofreu impacto do ponto de vista de arrecadação para o ente municipal em detrimento para outros municípios, visto que todos os serviços que foram prestados no período estão elencados nas hipóteses que são exceções à regra geral quanto ao recolhimento do tributo no local da efetiva prestação dos serviços.

Apesar do resultado ter evidenciado a inexistência de impacto financeiro para o Município nos dois anos analisados em virtude da natureza das atividades de serviços, não é possível afirmar que o ente municipal leva em consideração o critério espacial de incidência tributária, aliado ao Princípio Constitucional da Territorialidade como critério normativo para estabelecer o local para onde o ISS deverá ser recolhido.

O que foi possível observar é que a Lei 537/14 do Município em estudo, adota as mesmas orientações da LC 116/03, inclusive na definição do local da incidência tributária, repetindo quase que a literalidade do texto, o que para Graça (2017) caso o município leve em

consideração apenas a interpretação exata da lei e passe a considerar o instituto da extraterritorialidade, gerará sérios riscos à arrecadação municipal do ISS, no qual a evasão de receita seria a maior consequência, além de estar em desacordo com o princípio da territorialidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou analisar o impacto financeiro na arrecadação do ISS para o Município de Serra do Mel nos anos de 2019 e 2020 quando avaliado sob o critério espacial de incidência tributária e o princípio da territorialidade. Diante dos achados e do problema formulado, a pesquisa foi capaz de responder às indagações e alcançar os objetivos traçados, mostrando, a partir da análise dos relatórios apresentados pelo Município, que não houve impacto na arrecadação do ISS nos períodos em estudo.

Como fator limitante ao estudo destaca-se a dificuldade em mensurar de forma aprofundada o impacto na arrecadação do ISS, visto que a Prefeitura Municipal de Serra do Mel não dispõe de um sistema que melhor detalhasse o imposto, necessitando dessa forma analisar os relatórios de forma individualizada para posteriormente fazer a soma dos valores arrecadados.

Acredita-se que a pesquisa pode contribuir no sentido de trazer maior clareza e melhor compreensão para os contribuintes frente as constantes alterações legislativas pelas quais o ISS continua passando, além de segurança jurídica no que diz respeito ao correto modo de quitar suas obrigações, como também poderá por meio de novos estudos aprofundar as discussões sobre a temática e instigar outros questionamentos que cercam esse complexo tributo.

Por fim, sugere-se as futuras pesquisas, analisar a arrecadação do ISS na mesma linha de investigação, em outras prefeituras municipais com uma diversidade maior de atividades de serviços, como forma de comparar os resultados e verificar qual critério normativo é adotado no recolhimento do tributo. Além disso, pode-se buscar outras formas de calcular esse impacto, permitindo que estes sejam apurados de forma mais detalhada.

REFERÊNCIAS



ANDRADE, Cynthia Esteves de; HELUY, Mariana Costa. **O Critério Espacial da Regra-Matriz do ISSQN: Uma Análise da Incidência Tributária à Luz da Doutrina do Construtivismo Lógico-semântico de Paulo de Barros Carvalho.** Disponível em: <https://ibdt.org.br/RDTA/o-criterio-espacial-da-regra-matriz-do-issqn-uma-analise-da-incidencia-tributaria-a-luz-da-doutrina-do-construtivismo-logico-semantico-de-paulo-de-barros-carvalho/>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

Anuário Multi Cidades – **Finanças dos Municípios do Brasil.** Vitória: Aequus Consultoria, 2021. Disponível em: <http://aequus.com.br/publicacoes/multi-cidades/>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

BANFI, Felice Benedito. **Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.** Um Estudo para Definir a Competência de Sua Instituição. 2012. Monografia (Especialização em Gestão Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/7092/1/PB_GP_III_2014_11.pdf. Acesso em: 07 de abril de 2021.

BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. – **Código Tributário Nacional. Lei nº 5.172.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui Normas Gerais de Direito Tributário Aplicáveis a União, Estados e Municípios. Brasília, DF: Senado, 1966.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. **Lei Complementar nº 116, de 31 de Julho de 2003.** Dispõe Sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de Competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp116.htm. Acesso em: 25 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei Complementar 157, de 29 de dezembro de 2016.** Altera a Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003 que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que “dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp157.htm. Acesso em: 25 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei Complementar 175, de 23 de setembro de 2020.** Dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN),

de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incidente sobre os serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003; altera dispositivos da referida Lei Complementar; prevê regra de transição para a partilha do produto da arrecadação do ISSQN entre o Município do local do estabelecimento prestador e o Município do domicílio do tomador relativamente aos serviços de que trata; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp175.htm. Acesso em: 26 de maio de 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968**. Estabelece Normas Gerais de direito Financeiro aplicáveis aos Impostos Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0406.htm. Acesso em: 28 de maio de 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 18 de 1965 - Reforma do Sistema Tributário**: promulgada em 1º de dezembro de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc18-65.htm. Acesso em: 30 de maio de 2021.

Confederação Nacional dos Municípios – CNM 2020. **Conquista Municipalista**: Lei que Redistribui Receitas do ISS é Sancionada Sem Vetos. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/conquista-municipalista-lei-que-redistribui-receitas-do-iss-e-sancionada-sem-vetos>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

FILHO, Francisco Sávio Fernandez Mileo. **A Lei Complementar 157/16 e o Deslocamento do Critério Espacial do Serviço de Arrendamento Mercantil à Luz da Constituição Federal e do Federalismo Fiscal Brasileiro**. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfptd/article/view/39096>. Acesso em: 13 de junho de 2021.

FREITAS, José Valter Gonçalves de. **Um estudo sobre a importância para os municípios brasileiros quanto a cobrança do ISSQN**. 2012. 59f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/13160>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>. Acesso em: 23 Abril de 2021.

GOMES, Francisco J. **Aspectos Teóricos e Práticos do ISS**. Disponível em: https://www.crc-ce.org.br/crcnovo/files/Aspectos_Teoricos_Praticos_do_ISSQN.pdf. Acesso em: 21 de maio de 2021.

GRAÇA, Waldir Alves da. **Princípio da Territorialidade** – Tomador não estabelecido no Município. Disponível em: <https://www.canaltributario.com.br/principio-da-territorialidade-tomador-nao-estabelecido-no-municipio>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

HARADA, Kiyoshi. **ISS. A Importância do Aspecto Espacial do Fato Gerador**. Disponível em: <https://genjuridico.jusbrasil.com.br/artigos/617245917/iss-a-importancia-do-aspecto-espacial-do-fato-gerador>. Acesso em: 27 de maio de 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**, 7ª Edição. Grupo GEN, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597011845>. Acesso em: 23 de abril de 2021.

LEOPOLD, Kevin de oliveira, et. al. **A Importância do Planejamento Tributário Para as Empresas a Partir do Estudo das Diferentes Formas de Tributação do ISS em Curitiba e Região Metropolitana**. Disponível em: <https://memorialtcccadernograduacao.fae.edu>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

LIMA, Júlia Silva. **ISS e o Conceito Constitucional de Serviço de Qualquer Natureza**. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22997>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

LISBOA, Manuela. **Competência Territorial para o Recolhimento do ISS**. Disponível em: <https://manuelalisboa.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 02 de junho de 2021.

LONGEN, Márcia Zilá. **O ISSQN e o conflito entre Municípios: Quem pode cobrar? A quem recolher?** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/13046/o-issqn-e-o-conflito-entre-municipios>. Acesso em: 29 de maio de 2021.

MORAIS, Jesimiel Souza; SAMPAIO, Francisco Jean Carlos de Souza. **Arrecadação Própria: Um Estudo na Secretaria de Tributação de Um Município Potiguar**. Disponível em: <http://www.simpcont.ppgc.ufrpe.br/sites/simpcont.ppgc.ufrpe.br/files/Artigo%20024%20I.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2021.

MOREIRA, Roberto Carlos. **Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS: a Responsabilidade da Fonte Pagadora e a Guerra Fiscal entre os Municípios**. Monografia (Pós-graduação Direito Tributário) Facul. Baiana de Direito. Disponível em: <http://portal.faculdadebaianadedireito.com.br/portal/monografias/Roberto%20Carlos%20Moreira.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2021.

NETO, João Vicente Costa. **Contabilidade Tributária I**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30806>. Acesso em: 08 de junho de 2021.

PEDRA, João Marcos de Carvalho; BRITTO, Fernando Carrusca Lima. **O Critério Espacial do ISS Sobre SaaS e a Concentração de Renda nas Capitais**. Revista Consultor Jurídico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-mai-14/pedra-britto-criterio-espacial-iss-saas> Acesso em: 15 de junho de 2021.

PINHEIRO, Anderson. **Conflitos Acerca do ISSQN**. Disponível em: <https://arpander.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 09 de junho de 2021.

RIBEIRO, Luís Tiago. **Local de cobrança do ISS – Alterações pela LC 175/2020**. Arquivêi/Blog. 21 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://arquivêi.com.br/blog/local-de-cobranca-do-iss-alteracoes-pela-lc-175-2020/> Acesso em: 10 de maio de 2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry (Org.). **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROCHA, João Gabriel Laprovitera. **O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e os Conflitos de Natureza Tributária**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12609>. Acesso em: 26 maio de 2021.

RUSSO, Vinícius Bellini; VAZ, Rogério Morina. **Alguns Aspectos Acerca do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza**. Disponível em: http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes/pdfs/vinicius_drt_20111.pdf. Acesso em: 05 de junho de 2021.

SANTOS, Henrique Coutinho Miranda. *Et al.* **Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS**. Disponível em: <https://coutinhocarlota.jusbrasil.com.br/artigos/250683584/impuesto-sobre-servicos-de-qualquer-natureza-iss>. Acesso em: 26 de Maio de 2021.

SARAIVA, Leonardo. Suspensão parcial da Lei Complementar nº 157/2016: Um equivocado juízo político econômico pelo STF. JUS, Teresina 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/65053/suspensao-parcial-da-lei-complementar-n-157-2016-um-equivocado-juizo-politico-economico-pelo-stf>. Acesso em: 14 de junho de 2021.

SERRA DO MEL/RN. **Lei Complementar nº 537, de 22 de Dezembro de 2014**. Dispõe Sobre o Código Tributário do Município de Serra do mel e dá outras Providências.

SILVA. Carlos Cesar Ribeiro da. **O Aspecto Territorial do ISS e sua aplicação prática**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/101484/o-aspecto-territorial-do-iss-e-sua-aplicacao-pratica>. Acesso em: 27 de maio de 2021.

TAVARES, Eduardo Sobral. **Considerações Sobre o Aspecto Espacial do ISS e Análise de Constitucionalidade da Lei Complementar nº 157/2016.** Disponível em: [XAVIER, Alferes Batista. **Identificação do Domicílio Tributário do ISSQN:** Estudo de Caso de Uma Empresa de Serviços Contábeis no Município de Assú/RN. Disponível em: <https://www.revistacientificabssp.com.br/article/604ba064a95395316c67bdf2>. Acesso em: 06 de junho de 2021.](https://ibdt.org.br/RDTA/consideracoes-sobre-o-aspecto-espacial-do-iss-e-analise-de-constitucionalidade-da-lei-complementar-n-157-2016/#:~:text=Refer%C3%A2ncias-,%20Considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20Aspecto%20Espacial%20do%20ISS%20e%20An%C3%A1lise%20de,157%2F2016&text=Resumo.&text=Assim%20restou%20esclarecido%20que%20a,quest%C3%A3o%20delegada%20ao%20legislador%20infraconstitucional. Acesso em: 26 de maio de 2021.</p></div><div data-bbox=)

AS FERRAMENTAS DA CONTROLADORIA NA GESTÃO EMPRESARIAL

Fernanda Medeiros de Souza¹

Joaquim de Siqueira Furtado Neto²

Antônio Gustavo Nicácio³

Danilo Felipe Teixeira Da Silva⁴

Kallianna Karina Medeiros de Azevedo⁵

RESUMO

Em busca do crescimento, as empresas nacionais enfrentam cada dia mais desafios, que acabam desencadeando uma forte influência da economia e nos cenários sociais, a competitividade e a exigência são adicionais a esses desafios. Para conseguir atender a esse padrão, as instituições estão utilizando a ferramenta administrativa, que é apresentada pela Controladoria, cuja sua tarefa tem por objetivo controlar o negócio, acrescentando valor à gerência. O estudo tem como objetivo geral analisar as ferramentas da Controladoria que uma empresa do ramo comercial situada no município de Assú/RN utiliza em seu processo de Gestão Empresarial. Por conseguinte, a ordenação a ser utilizada nessa pesquisa para originar o desenvolvimento do problema proposto foi baseada no entendimento dos objetivos da classificação da pesquisa, apresentando o modo da coleta dos dados, retirando do universo o subconjunto proposto e detalhando as técnicas usadas no tratamento dos dados e análise dos dados colhidos. À vista disso, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva relativamente aos objetivos, além de possuir sua abordagem de forma qualitativa mediante a um estudo de caso empresarial. De acordo com os resultados encontrados, mostra que a organização estudada utiliza as ferramentas como apoio para o controle interno da empresa. Deste modo para que a empresa consiga ter

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela FACESA. Email: fernandafms712@gmail.com.

² Graduado em Ciências Contábeis pela UERN. Mestre em Administração pela UNP. E-mail: joaquimdesiqueira@hotmail.com.

³ Graduado em Ciências Contábeis pela UERN. Mestre em Educação pela UERN. E-mail: antonio.gustavoali@gmail.com.

⁴ Graduado em Ciências Contábeis pela Mater Christi. E-mail: danilofelype@hotmail.com.

⁵ Graduada em Ciências Contábeis pela UERN. E-mail: kallianna.azevedo@hotmail.com.



uma gestão de qualidade, ela deve continuar se apropriando e utilizando-se dos recursos que as ferramentas da Controladoria oferecem para fins de melhoria empresarial.

Palavras-chave: Gestão Empresarial, Controladoria, Ferramentas da Controladoria.

ABSTRACT

In search of growth, national companies face more and more challenges every day, which end up triggering a strong influence on the economy and on social scenarios, competitiveness and demand are additional to these challenges. To be able to meet this standard, institutions are using the administrative tool, which is presented by the Comptroller, whose task is to control the business, adding value to management. The study has as general objective to analyze the Controllershship tools that a company in the commercial sector located in the city of Assú/RN uses in its Business Management process. Therefore, the ordering to be used in this course completion research to originate the development of the proposed problem was based on understanding the objectives of the research classification, presenting the method of data collection, removing the proposed subset from the universe and detailing the techniques used in the treatment of data and analysis of the data collected. In view of this, this research is characterized as descriptive in relation to the objectives, in addition to having its approach in a qualitative way through a business case study. According to the results found, it shows that the studied organization uses the tools as support for the company's internal control. Thus, for the company to be able to have quality management, it must continue to appropriate and use the resources that the Controllershship tools offer for business improvement purposes.

Keywords: Business Management, Controllershship, Controllershship Tools.

1 INTRODUÇÃO

Em busca do crescimento, as empresas nacionais enfrentam cada dia mais desafios, que acabam desencadeando uma forte influência da economia e nos cenários sociais, a competitividade e a exigência são adicionais a esses desafios. No entanto, é necessário que as

organizações não meçam esforços e sempre busquem pela modernização em sua Gestão Empresarial.

Ademais, na competitividade e busca pela qualidade, o mercado exige que as empresas estejam sempre com processos encaminhados, informações completas, dados consolidados, ou seja, com uma estrutura que esteja disposta a auxiliar a alta gerência na tomada de decisões.

O controle interno surge como ferramenta essencial no processo de gestão das empresas, pois é através dele que se verifica o andamento e o funcionamento dos setores, chegando assim a sua finalidade de auxílio nas tomadas de decisões, ajudando deste modo ao avanço, para que o empreendedor possa evoluir no mercado competitivo atual.

Para conseguir atender a esse padrão, as instituições estão utilizando a ferramenta administrativa, que é apresentada pela Controladoria, cuja sua tarefa tem por objetivo controlar o negócio, acrescentando valor à gerência. Acrescendo-se valor, automaticamente trará um complexo de benefícios e características de desempenho.

Os Sistemas de Informações são umas das ferramentas da Controladoria, tal mecanismo tem a função de juntar dados para que em conjunto possa gerar informações para relatórios. Sendo assim, esses relatórios têm a finalidade de fornecer informes precisos e pontuais, auxiliando no processo decisório, conforme objetivos e estratégias da organização.

Partindo dessa perspectiva, a pesquisa possui como problema a seguinte questão: quais as ferramentas da Controladoria que uma empresa do ramo comercial situada no município de Assú/RN utiliza em seu processo de Gestão Empresarial?

A prática do uso das ferramentas da Controladoria é primordial ao processo de gestão organizacional, é notório que geralmente muitas empresas acabam fechando justamente pela falta de controle interno. Na maioria das vezes, as gestões não seguem as ferramentas de modo integral, o que acaba dificultando os processos administrativos e financeiros da empresa. Assim, acredita-se que o empreendimento em estudo utiliza como ferramenta um sistema de informação apoiando-se para o controle dos custos, através de avaliações de estoques e medindo custos de bens vendidos, além de estimar as despesas operacionais, produtos e clientes, logo assim oferecendo *feedback* econômico sobre eficiência do processo a gerente e operador.

O estudo tem como objetivo geral analisar as ferramentas da Controladoria que uma empresa do ramo comercial situada no município de Assú/RN utiliza em seu processo de Gestão Empresarial.

Tal pesquisa possui ainda como objetivos específicos mostrar o processo de gestão adotado pela empresa, verificar os processos de controladoria e por último demonstrar as ferramentas da controladoria utilizadas.

Dentro do setor organizacional é imprescindível que não haja carência de controle, uma vez que tal medida fornece o alcance de resultados satisfatórios e benéficos. A controladoria atua no processo de gestão que proporciona aos gestores meios que os levem a atingir a eficácia organizacional, gerando assim os melhores resultados, com o mínimo de recursos possíveis, de acordo com a expectativa da alta administração da empresa. Além disso, na área acadêmica servirá como soma aos conhecimentos acerca da Controladoria de Negócios com a aplicação destes na prática de uma empresa, cuja atividade fim é controlar o negócio, acrescentando valor à gestão. Desse modo, o gestor da organização poderá usufruir dos resultados da pesquisa para analisar sobre como sua empresa está encaminhando-se e principalmente se está trilhando o caminho correto.

Este trabalho possui como aspectos metodológicos baseados no entendimento dos objetivos da classificação da pesquisa, apresentando o meio da coleta dos dados, retirando do universo a amostra proposta e detalhando as técnicas usadas no tratamento dos dados e análise dos dados colhidos. Com isso, o estudo caracteriza-se como descritiva quanto aos objetivos, com sua abordagem de forma qualitativa mediante a um estudo de caso.

Destarte, apresentam-se, nesse estudo, seis seções fragmentadas para uma melhor avaliação e entendimento das ideias descritas, as quais são: introdução, referencial teórico, metodologia, análise dos resultados, considerações finais e referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os tópicos a seguir serão abordados uma breve discursão teórica acerca do tema proposto, expondo os conceitos e referências sobre Gestão Empresarial, o papel da Controladoria no processo de gestão e principais ferramentas da Controladoria.

2.1 GESTÃO EMPRESARIAL

A gestão é definida como o meio de gerenciar, administrar, comandar, controlar e governar um conjunto de pessoas, organizações ou instituições cuja tenham um objetivo específico (ARENHART; SAMPAIO, 2020).

No que se refere à Gestão Empresarial, pode-se afirmar que é compreendida como o método de conduzir da melhor maneira uma instituição, tendo como objetivo organizar os processos, controlar as finanças e administrar tudo que for primordial para o desenvolvimento da organização (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO, 2018).

Segundo Arenhart e Sampaio (2020, p. 5), “na existência de uma instituição, empresa ou entidade social de pessoas, existe a necessidade de um gestor para liderar, unir pessoas e propósitos, organizar esforços, trazer direção ao grupo, em busca de crescimento e alcance de um determinado objetivo”.

Desse modo, consoante Cordeiro e Ribeiro (2002), no decorrer da década de 90, fenômenos econômicos e sociais aconteciam mundialmente, causando remodelamento no âmbito empresarial, conseqüentemente, a economia alavancada pela tecnologia da informação e da comunicação chamadas de novas tecnologias, colocam os métodos antigos em discussão.

Em suma ao que se podem analisar as empresas encontram-se, atualmente, em um ambiente dinâmico, competitivo e complexo. Do ponto de vista de Martinello (2011), a Gestão Empresarial, abrange muito mais do que a tomada de decisões, ou seja, esse processo norteado e ordenado permite com que seja definido o fluxo decisório em todo o âmbito empresarial. Diante dessa perspectiva, percebe-se que este termo é a ação que levará a empresa a atingir os seus objetivos.

Sabe-se ainda que o maior desafio para esta última década vem sendo a capacitação e a qualificação que as instituições enfrentam diariamente para que consigam se adaptarem, para que dessa forma conduzam os seus colaboradores e todo o corpo empresarial, a inclusão de novos padrões, técnicas, ferramentas e comportamentos essenciais para subsistir a competição no mercado (CORDEIRO; RIBEIRO, 2002).

Na visão de Almeida (2007), é essencial a capacidade de aprender e de aceitar as mudanças que são propostas, devido ao aumento de informações e da competitividade, faz com que as empresas reexaminem e passem a buscar novas estratégias para o seu desenvolvimento no mercado atuante.

Conforme a opinião de Brandão e Guimarães (2001), os impactos que a reformulação incorpora mediante a racionalização organizacional, integram ao ambiente empresarial, inovações tecnológicas e novos modelos de gerir, mostra-se ainda como um grande obstáculo para que as instituições busquem o desenvolvimento e utilizem de ferramentas que assegurem a competitividade no presente e futuro.

A fim de melhorar os resultados da empresa, existem alguns tipos de gestão que geram aumento na produtividade, analisam dados e controlam informações, são exemplos delas: a gestão de pessoas, presente nos recursos humanos da empresa; gestão de processos, que controlam e mapeiam processos entre departamentos; gestão de tempo, onde se controla o tempo e produtividade; gestão de projetos, desenvolvimento e controle de projetos; e gestão à vista, que visa divulgar informações claras a todos da organização (ARENHART; SAMPAIO, 2020).

Sabe-se que cada empresa tem a sua forma de gerir seus negócios, cada uma com suas preocupações e estratégias, existem fatores (crenças, valores e convicções dos empreendedores) que determinam o modelo de gestão de cada organização, no entanto, é através desses fatores que surgem os princípios básicos da gestão, são eles: os modelos de decisão, informação e mensuração (BRANDALISE, 2007).

Ao que se pode constar modelo de decisão é o primeiro que é escolhido, pois é a partir dele que a controladoria buscará informações que auxiliarão na tomada de decisão, por sua vez, o modelo de informações da mensuração é de responsabilidade da controladoria, e conta com dois modelos essenciais, sendo eles: mensuração de entrada, usados para relatórios contábeis e mensuração de saída, já o modelo de informação tem como sua principal ferramenta os sistemas de informações (MARTINS, 2014).

Ademais, o processo de gestão compreende-se como uma técnica, onde são realizadas condutas cuja tenham como objetivo resultados organizacionais específicos, dessa forma ambas devem estar sempre em concordância, precisando ser planejadas e controladas, vale salientar

ainda que o método utiliza das seguintes ferramentas: planejamento estratégico, planejamento operacional, programação, execução e controle (BRANDALISE, 2007).

Assim, Pereira (2001) caracteriza que o processo decisório é atribuído a diversas linhas da organização, porém vale salientar que é primordial garantir que as decisões tomadas cumpram com o que foi planejado e articulado, confirmando assim sua acomodação e estabilidade para a seu encadeamento.

2.2 O PAPEL DA CONTROLADORIA NO PROCESSO DE GESTÃO

De acordo com o pensamento de Silva (2016), os gestores cotidianamente precisam tomar decisões, para tanto, necessitam de dados que sirvam de apoio e argumentação para poder fundamentar aos sócios sobre a sua decisão, consoante a isso a controladoria surge para facilitar com as informações, colaborando na tomada decisão.

No que se refere as funções da controladoria é importante frisar o estímulo a efetividade no processo decisório, como também acompanhar o andamento dos objetivos, corrigindo erros de resultados, além de procurar suporte em informações para as futuras decisões (NASCIMENTO; REGINATO, 2010).

Na opinião de Santos (2019), a controlaria exerce o papel de idealizar e criar estratégias que possam controlar e analisar as atividades, sendo assim produzidas informações necessárias para o processo decisório das organizações.

Para que a sua instituição cresça e opte pela escolha certa, é preciso que as informações sejam monitoradas e analisadas com total clareza, garantindo que a gestão tenha todo o suporte e apoio no controle gerencial, acompanhamento aos índices estratégicos e a efetividade do seu negócio, bem como contar com a controladoria como instrumento apropriado usado, garantindo produtividade na gestão (HARF, 2020).

Silva e Gouveia (2020) utilizam-se da argumentação na qual o fornecimento de informações está agregado ao vasto trabalho, ganhando suporte de diversos ramos do conhecimento, como: contabilidade (custos, finança e economia); sistemas de informações (Sigs); meio ambiente; entre outras, sendo tais informes de total qualidade.



Atualmente as organizações encontram-se em um ambiente em constantes competições, para isso é interessante que a gestão em exercício seja bem estruturada e organizada, sempre buscando planejar, executar e controlar, de acordo com o que foi objetivado pela empresa (missão e visão), buscando orientação em ferramentas da controladoria e de todos os ramos de conhecimento (HARF, 2020).

Como caracterizam Tavares et al. (2013), pode-se analisar que a controladoria tem o objetivo de prestar apoio junto às tomadas de decisões no âmbito empresarial, usando informações das demonstrações contábeis, analisando os dados do orçamento e do planejamento, logo assim, expondo o parecer, além disso, a mesma conta com o suporte de outras ferramentas de informação, criadas pelo setor de produção e financeiro, e da estrutura organizacional.

Os benefícios apresentados pela controladoria, faz com que a mesma se torne peça de apoio da gestão, contribuindo com as decisões, focando no desenvolvimento da organização, dessa forma, é necessário que se apresente o profissional da controladoria: o *controller* (MARTINELLO, 2011).

Conhecido como *controller*, o profissional da controladoria é peça essencial nas gestões empresarias, a ele cabe à tarefa de firmar e conseguir dados, além de planejar e analisar as variações econômicas do mercado, contando ainda com a elaboração de relatórios que visem analisar a desenvoltura de cada departamento, identificando e reconhecendo possíveis melhorias, bem como organizar as técnicas administrativas e patrimoniais, assimilando o ambiente interno e externo em conformidade com o desenvolvimento da organização (CARMO et al., 2019).

À vista disso constata-se que o *controller* é um profissional que dispõe de muita capacidade, na qual serve de base para a gestão, atendendo as solicitações de controle internas e externas, ademais, é necessário que o profissional da controladoria conheça toda a estrutura corporativa da empresa de atuação, para que assim possa oferecer informes correlacionados às necessidades do gestor (AMORIM; SILVA, 2019).

Oliveira (2006) afirma que, o profissional da controladoria deve dispor de capacidade para uso de recursos da informática na execução dos procedimentos organizacionais, tendo em vista a busca pelo novo, tanto no âmbito profissional quanto no organizacional, no entanto, para

prestar apoio à tecnologia da informação, o competente precisa ter as seguintes características: criativo, crítico e introspectivo, agregando valores as suas respectivas atribuições.

O *controller* é um profissional completo, com capacidade de planejar, executar, controlar e elaborar um sistema de informações que atenda às necessidades dos gestores, além disso, é um integrante tático e responsável, devido a isso aumenta a necessidade de que tenha qualificações e conhecimentos em informática, tendo de ser comunicativo, apresentar características de líder, saber trabalhar em grupo, além de possuir conhecimentos na área de contabilidade e finanças (MARTINELLO, 2011).

Para Wiedemann (2017), o profissional da controladoria deve responder ao comando da gestão, passando informações da situação atual da organização, orientando qual direção seguir, para isso, é essencial ter habilidade e capacidade de conduzir as pessoas, fomentando-as a alcançar o objetivo geral da organização, vale ainda salientar a importância que o diferencial desse profissional é não se acomodar nas circunstâncias atual.

2.3 PRINCIPAIS FERRAMENTAS DA CONTROLADORIA

Nas circunstâncias atuais, na qual o cenário competitivo é bastante agressivo, o uso de decisões estratégicas pensando em situações favoráveis ou contrárias mostra uma nova realidade para as organizações, interferindo diretamente na sua permanência no mercado, é nesse contexto que surge Controladoria Empresarial, com o objetivo de melhorar o desempenho das organizações, a partir das suas ferramentas de gestão (MONTEIRO, 2011).

Barreto et al. (2016) alega que as ferramentas de controladoria sugerem modelos estratégicos que permitem mudanças essenciais junto a reformulação organizacional, com isso alcançando a qualidade no atendimento e nos serviços prestados, além disso, obtém uma diferença em relação à competitividade na área de prestação de serviços.

Do ponto de vista de Monteiro (2011), as ferramentas de controle necessitam que apliquem princípios éticos, na qual envolvem as atividades empresariais, a começar do planejamento até o resultado final, sempre alertando de não descuidar do conhecimento organizacional proposto pela instituição.

As ferramentas de controladoria sugerem modelos estratégicos, esses que auxiliam os processos administrativos das organizações, dessas ferramentas ganha-se destaque as seguintes: Planejamento Estratégico, Planejamento Orçamentário, Sistemas de Informações e *Balanced Scorecard*. “Elas ajudam os executivos a alavancar as receitas, melhorar a qualidade dos produtos, a implantar inovação dentro das organizações, e até mesmo auxilia no estabelecimento de metas a serem alcançadas” (BARRETO et al., 2016, p. 11).

Como descrito por Monteiro (2011, p. 9), “conceitualmente, planejamento trata da capacidade de organizar e prever as consequências de uma série de ocorrências, atuando preventivamente aos possíveis efeitos indesejáveis resultante dos eventos”.

Caracterizado como uma ferramenta da controladoria, o planejamento estratégico tem o objetivo garantir que a missão e a continuidade da empresa sejam cumpridas, impedindo as ameaças, dispondo dos seus pontos fortes, superando os pontos fracos (MARTINS, 2014).

Para ser eficiente, eficaz e ter efetividade, o planejamento estratégico deve molda-se em informações coerentes, que justifiquem a mudança em decisões e traduzam os resultados objetivados em um projeto contendo as decisões e as ações a serem realizadas (MONTEIRO, 2011).

O planejamento estratégico forma estratégias que contam com informações qualitativas, tendo em vista o objetivo pretendido em longo prazo, é através dele que se decide até onde a instituição irá chegar, avaliando o ambiente inserido, para que o planejamento estratégico seja elaborado é necessário definir a estratégia e determinar os objetivos que terão como metas (MARTINS, 2014).

De acordo com Wiedemann (2017), o orçamento serve de apoio aos gestores, o orçamento tem como funções o controle e o planejamento, além disso, oferece informes que ajudam a projetar o futuro, servindo como base de avaliação para o que ocorreu, no entanto, serve como referência.

O orçamento é realizado no curto prazo, e direciona-se aos gestores para tomadas de decisões, para que no período corrente alcance os objetivos e metas, vale salientar que o mesmo seja flexível, para que se necessário, ocorram mudanças, os orçamentos são solicitados a cada setor, dessa forma os pressupostos orçamentários baseiam-se em informes de toda a estrutura organizacional (BRANDALISE, 2007).



O sistema de informação é aquele que coleta de dados, armazena e distribui informações, atendendo dessa forma, as necessidades da gestão, essa ferramenta é considerada como um controle sobre os processos empresariais, além de auxiliar nas estratégias usadas com os concorrentes (SANTOS, 2019).

De acordo com Martins (2014), os sistemas de informações precisam ser bem desenvolvidos, contando com a colaboração e o amoldamento de cada instituição, vale salientar que o seu objetivo é gerar informações para o alcance das metas estabelecidas, as informações geradas tem proporcionado grandes benefícios para as empresas, como: redução de custos operacionais, emissão de relatórios rápidos, aumento na produtividade, melhoria na estrutura organizacional, além do aumento no fluxo de informações.

Desenvolvido na década de 90, pelos professores Robert S. Kaplan e David P. Norton, da Harvard Business School (EUA), o Balanced Scorecard define-se como uma técnica de gestão estratégica, pela qual permite que a empresa crie indicadores de desempenho, distribuída em quatro perspectivas: aprendizado e crescimento, processos, clientes e resultados (VALVERDE, 2016).

O Balanced Scorecard (BSC) é um modelo de gestão capaz de demonstrar as fases de execução e, assim, monitora-las, tornando um modelo de gestão ideal para atividade de qualquer, essa ferramenta mensura e avalia o desenho de cada setor da organização, além de impulsiona-lo, por conseguinte, após a avaliação do desempenho e a verificação posta evidenciar que não está como esperado, a controladoria entra para melhorar a desenvoltura da atividade, enfatizando os objetivos firmados pela organização (SILVA, 2016).

3 METODOLOGIA

O estudo é apresentado por meio de pesquisa, na qual o objetivo é a busca por soluções através de diretivas, ferramentas e métodos para traçar um caminho prático para a realização do mesmo. Sob esse prisma, tal pesquisa tem por finalidade analisar as ferramentas da Controladoria que uma em empresa do ramo comercial situada no município de Assú/RN utiliza em seu processo de Gestão Empresarial.

Nesse sentido, “na elaboração de um estudo científico, faz-se necessário abordar os procedimentos metodológicos que delimitarão as técnicas utilizadas no decorrer deste trabalho quanto à consecução dos objetivos, procedimentos e abordagem do problema” (MARTINELLO, 2011, p. 16).

De acordo com a opinião de Furlanetti e Nogueira (2013), a metodologia é o encandeamento dos processos necessários pela qual retratam a forma de como será realizada a pesquisa, ou seja, a mesma é responsável por responder como é possível atingir os objetivos estabelecidos, além disso, apresenta-se o universo em que a pesquisa é realizada, o tipo da pesquisa, as técnicas de análise da pesquisa e o instrumento utilizado para a coleta de dados.

Por conseguinte, a ordenação a ser utilizada nessa pesquisa para originar o desenvolvimento do problema proposto foi baseada no entendimento dos objetivos da classificação da pesquisa, apresentando o modo da coleta dos dados, retirando do universo o subconjunto proposto e detalhando as técnicas usadas no tratamento dos dados e análise dos dados colhidos.

À vista disso, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva relativamente aos objetivos, além de possuir sua abordagem de forma qualitativa mediante a um estudo de caso empresarial.

A pesquisa é considerada descritiva, pois possui como objetivo principal a definição das características de uma população estabelecida, acarretando junto a ela os fenômenos ocorridos (GIL, 2008).

De acordo com o pensamento de Prodanov e Freitas (2013), o estudo de caso é embasado em coleta e análise de informações a respeito de um determinado indivíduo, um grupo ou até mesmo uma comunidade, com o objetivo de estudar pontos de vistas variados de sua vida, conforme o assunto da pesquisa.

Como caracterizam Pereira et al. (2018), no que se refere à catalogação da pesquisa, apresenta-se como qualitativa, ou seja, são aquelas cuja interpretação por parte do pesquisador é essencial, atribuindo suas opiniões sobre o fenômeno em estudo.

Para que uma pesquisa seja realizada e obtenha clareza é necessário contar com o auxílio de procedimentos que preparem os dados colhidos. Tal pesquisa conta com o método de coleta de dados como instrumento de análise, como descrito por Pereira et al. (2018), a coleta de dados

compreende toda a população determinada a ser pesquisada, além de elaborar os instrumentos de coleta e o planejamento da coleta.

Para este fim, a pesquisa realizada contou com a aplicação de um questionário, realizado no mês de setembro de 2020, e enviado a gestora da empresa localizada na cidade de Assú/RN, por meio de endereço eletrônico conforme a preferência da mesma, tal questionário compõe-se com nove perguntas fechadas e uma aberta, baseado no estudo de Nascimento et al. (2018), tais perguntas tratam de analisar as informações para relacioná-las com os objetivos propostos.

O universo constituiu-se em todas as empresas do ramo comercial situada no município de Assú/RN, tendo como amostra, não probabilista e por acesso dos dados, apenas uma organização comercial varejista.

As informações foram analisadas descritivamente por meio de um questionário enviado a empresa, a partir deste foi feita a análise do conteúdo. De acordo com a opinião de Mozzato e Grzybovski (2011), a análise de conteúdo é um agrupamento de métodos de análise de comunicações, que possui como objetivo transcender as imprecisões e engrandecer a leitura dos dados coletados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo da pesquisa será abordada toda uma argumentação em relação aos resultados colhidos, onde primeiramente será tratada a caracterização da empresa, em seguida serão explorados os processos de gestão e controladoria e por fim será abordado sobre a utilização das ferramentas de controladoria.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A temática estudada nesta pesquisa busca analisar as ferramentas da Controladoria que uma empresa do ramo comercial situada no município de Assú/RN utiliza em seu processo de Gestão Empresarial, para isso, foi realizada uma entrevista com o gestor, onde o intuito do questionário foi colher dados que ajudasse a fazer uma análise nas ferramentas utilizadas pela gestão, junto a como era realizado o emprego dessas ferramentas.

Inicialmente foram realizadas perguntas sobre sexo, idade, grau de formação, quantidade de funcionários na empresa, tempo de atuação no mercado, porte empresarial e regime de tributação.

A entrevistada é do sexo feminino e tem entre 40 a 50 anos de idade, é sócia e possui o ensino superior completo. A gestora informou que a empresa tem mais de 10 anos de atuação no mercado, tal fator mostra que a empresa tem certa preparação e conseqüentemente uma boa gestão, visto que se não fosse bem gerida não estaria a tantos anos no mercado, está enquadrada como uma empresa de médio porte, possuindo um faturamento de R\$ 4,8 milhões até R\$ 300 milhões e se detém ao regime de tributação do Lucro Real.

De acordo com o pensamento de Metz (2010), a presença da mulher no mercado de trabalho está de verdade consolidada, embora que ainda enfrente um percentual de dificuldades em relação à igualdade dos direitos, desta forma, as mulheres por sua vez, mostram-se cada dia mais interessadas em assumir certas responsabilidades, ainda que sinta receio devido antigamente só os homens pudessem ocupar certos cargos.

4.2 PROCESSO DE GESTÃO

Neste tópico será abordada a funcionalidade do processo de gestão da determinada organização, além de mostrar como a empresa trata a operacionalização dos seus processos de gestão.

De início foi questionado para a gestora quais são os departamentos existentes na organização, sendo dadas opções para que ela marcasse suas alternativas. Obteve-se como resposta os seguintes departamentos: administrativo, recursos humanos, compras, vendas, financeiro e o de estoque.

Em concordância com o pensamento de Arenhart e Sampaio (2020), o processo de gestão utiliza estratégias e ações aplicadas a um determinado negócio, com intuito de oferecer crescimento à organização, com isso, melhora de desempenho e alcance de resultados, utilizando os recursos disponíveis, bem como financeiros, estruturais e humanos.

Em seguida, com base na questão anterior, foi questionado se na opinião da mesma a separação da empresa em departamentos ajudaria no processo de gestão, obtivendo como resposta que sim, que com essa separação facilitaria a administração das equipes.

Quando perguntado como funcionava o processo de gestão na organização, a gestora informou que era feito uma filtragem, onde era buscado separar as pessoas conforme sua capacidade para cada setor, ou seja, confirmando dessa forma com a resposta da pergunta posterior que a empresa possui uma estrutura hierárquica, onde são definidas as responsabilidades de cada funcionário.

Um dos principais pontos da estrutura organizacional é juntamente identificar as tarefas necessárias, organizando cada função, além de determinar responsabilidades, logo assim, garantido para a empresa eficiência, por contar com pessoas que sabem do seu papel dentro da organização (ARO CONTABILIDADE, 2018).

4.3 PROCESSO DE CONTROLADORIA

O presente tópico abordará sobre o processo de controladoria existente na empresa, além de mostrar como a empresa opera tais procedimentos. A princípio foi indagado sobre o que a gestora entendia por Controladoria, por sua vez a mesma informou que o processo de controladoria tem a função de controlar as áreas da empresa, seja ela administrativa, financeira, gestão de risco, etc.

Segundo o estudo de Santos (2019), a controlaria em meio ao processo de gestão encarrega-se de planejar e pautar estratégias de controle que possa analisar as atividades organizacionais, gerando informações essenciais para a tomada de decisão da empresa em tempo hábil.

Além disso, questionou-se também se a organização possui um setor de Controladoria ou a adota, caso possua ou adota explicasse como funciona, a gestora informou que a empresa adotava o processo de controladoria e que utilizavam de planilhas que auxiliavam no controle de todas as áreas da empresa, citou como exemplo as planilhas de vendas, financeiras, entre outras.

Segundo o estudo do pesquisador Martins (2014), o processo de controle interno de uma gestão se dá pela emissão de relatórios, comparação de dados, avaliação dos resultados, análise de custos, entre outros. Dessa forma, podemos perceber que se trata de um processo custoso, porém acarreta resultados imediatos, onde são apontados erros e acertos de uma determinada tomada de decisão e o sentido do negócio.

Logo após foi questionada se o processo de controladoria poderia gerar lucro para empresa, a resposta foi que com certeza traria lucro para empresa, pois tudo que era feito com controle e organização facilitava no processo administrativo, e conseqüentemente refletiria o lucro como resultado.

De acordo com Scalon (2012), uma empresa só podem possuir as margens de lucro consideráveis através de um controle sobre o processo administrativo e produtivo, visto que os custos e despesas precisam ser controlados de forma coerente e inteligente, para que assim tenha mais precisão na tomada de decisões.

Por último foi indagada de que forma a controladoria participa no processo decisório da empresa, a gestora informou que o processo de controladoria fornecia informações, definia e formulava estratégias.

4.4 UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DA CONTROLADORIA

O tópico presente abordará a temática: ferramentas da controladoria, de tal forma que mostrará o nível de conhecimento da gestora e sobre o uso das mesmas. Quando indagada se conhecia as ferramentas da controladoria, a mesma responde que sim, logo em seguida foi perguntada se é utilizada na empresa, ela informou que utilizava de todas as ferramentas e que era essencial para que uma empresa obtivesse sucesso na gestão.

Com base no estudo de Barreto et al. (2016), as ferramentas de controle sugerem modelos estratégicos que buscam contribuir com as mudanças na reformulação organizacional e funcional, para que dessa forma, seja alcançado uma melhoria no atendimento e nos serviços prestados.

Quanto ao uso das ferramentas informadas a empresa fazia uso, a mesma informou que utiliza o *balanced scorecard*, planejamento estratégico e orçamentário e o sistema de informações.

No tocante ao conhecimento da gestora em relação às ferramentas de controladoria, quando questionada se a mesma tinha conhecimento sobre o *balanced scorecard*, foi respondido com um sim, em seguida explicou que a empresa possuía um sistema em que anexava informações, além de citar o uso de relatórios que contém informações da empresa.

Conforme o estudo de Silva (2016), o *Balanced Scorecard* se caracteriza por auxiliar na tomada de decisão, a mesma é responsável por acompanhar os objetivos e o seu desempenho.

Em seguida, a gestora além de dizer que acredita que o planejamento estratégico ajuda organizar e a definir a prioridade das oportunidades, além de alocar os recursos da organização para que se alcance o perfil estratégico futuro, informou ainda que com o planejamento e informações corretas à organização pode trabalhar com tranquilidade e responsabilidade.

Para Martins (2014), o planejamento estratégico tem o objetivo de garantir a execução da missão e da continuidade da empresa, dessa forma, evitando as ameaças, desfrutando das oportunidades, utilizando seus pontos fortes, para então solucionar os déficits dos pontos fracos.

Quando indagada se só a ferramenta de planejamento orçamentário seria o suficiente para a tomada de decisão, a mesma respondeu que não, pois todas as ferramentas têm a sua importância.

Adiante foi questionado se realizando um bom planejamento orçamentário dentro da instituição, é possível alcançar vantagens competitivas e conseguir sobreviver às forças do mercado, para essa pergunta a resposta foi positiva, além de justificar que o planejamento orçamentário é um grande aliado, com ele pode-se tomar decisões com precisão.

De acordo com a opinião de Wiedemann (2017), servindo de apoio para os gestores, o planejamento orçamentário tem como principais funções o controle e o planejamento, através dessas funções que serão fornecidas informações para auxiliar no futuro da organização.

Posteriormente foi questionado se a instituição possui um sistema de informação capaz de coletar dados suficientes para uma tomada de decisão ágil e eficaz, a gestora por sua vez informou que não, que só o sistema de informação não era suficiente para isso, mas que é necessário utilizar outras ferramentas.

Por fim, a gestora foi questionada se considerando as ferramentas citadas no decorrer da entrevista e sendo utilizadas corretamente, tal prática influenciaria positivamente no resultado institucional, financeiro e econômico da organização, para a questão a resposta foi que influenciaria positivamente, justificando ainda que a utilização de todas as ferramentas agregaria valor para o bom funcionamento da empresa, ou seja, que para empresa obtenha bons resultados é essencial o uso em conjunto das ferramentas da controladoria.

Conforme o pesquisador Santos (2019), o sistema de informação é caracterizado pela coleta de dados, o armazenamento, e o repasse de informações, desta forma gerando informações que auxiliem em tarefas, como: relatórios gerenciais, contábeis e financeiros, contribuindo para o processo decisório.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ferramentas da Controladoria na Gestão Empresarial tem o objetivo de auxiliar o gestor proporcionando meios que os levem a atingir a eficácia organizacional, com isso passa a gerar melhores resultados, levando em consideração o mínimo de recursos possíveis, de acordo com a expectativa da alta administração da empresa.

O objetivo geral da pesquisa que buscou analisar as ferramentas da Controladoria que uma empresa do ramo comercial situada no município de Assú/RN utiliza em seu processo de Gestão Empresarial, foi alcançado.

Visando o questionário aplicado na determinada organização do ramo comercial, pode-se perceber que a utilização das ferramentas da Controladoria é de total eficácia para Gestão Empresarial, uma vez que tal medida fornece o alcance de resultados satisfatórios e benéficos. Deste modo para que a empresa consiga ter uma gestão de qualidade, ela deve continuar se apropriando e utilizando-se dos recursos que as ferramentas da Controladoria oferecem para fins de melhoria empresarial.

Em relação à hipótese projetada para a pesquisa, pode-se afirmar que a mesma atendeu a sua finalidade, mostrando que a organização estudada utiliza as ferramentas como apoio para o controle interno da empresa, garantindo ao gestor da organização analisar sobre como sua

empresa está encaminhando-se e principalmente se está trilhando o caminho correto. Desta forma, verifica-se que a hipótese da pesquisa foi atendida.

É importante ressaltar as limitações para este estudo, visto que foi feita uma análise apenas em uma empresa, deste modo, os resultados não devem ser considerados e generalizados para toda e qualquer empresa, levando em consideração que foi desenvolvido um estudo de caso para a determinada empresa estudada. Tal pesquisa é considerada sugestiva, uma vez que sua aplicação atinja um maior número de pesquisados, agregando mais resultado para a pesquisa, podendo assim generalizar os achados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. C. **Políticas de recursos humanos da empresa perdigão agroindustrial s/a na visão dos funcionários da unidade de Rio Verde**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí - Univali, 2007. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Pollyana%20Cunha%20de%20Almeida.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2020.

AMORIM, T. N. G. F.; SILVA, L. B. Profissionais da controladoria: competências e demandas organizacionais. Natal: **Revista Ambiente Contábil**, v. 11, n. 1, p. 220-236, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/14337/10858>>. Acesso em: 24 maio 2020.

ARENHART, A. A.; SAMPAIO, V. S. **Consultoria empresarial para microempresas**. Curitiba: Universidade Positivo de Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/oe1/2020/03/consultoria-empresarial-microempresas.html>>. Acesso em: 20 maio 2020.

ARO CONTABILIDADE. **Estrutura Organizacional. Entenda a importância para empresa**. 2020. Disponível em: <<https://arocontabilidade.com.br/estrutura-organizacional-entenda-importancia-para-empresa/>>. Acesso em: 25 nov 2020.

BARRETO, L. K.S. et al. Ferramentas estratégicas de controladoria: estudo de caso múltiplo em cinco escritórios contábeis na cidade de Natal-RN. Natal: **Revista de Informação Contábil**, v. 9, n. 2, p. 77-94, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/13357/16058>>. Acesso em: 24 maio 2020.

BRANDALISE, L. A. **Controladoria e gestão: a controladoria como instrumento de apoio para a tomada de decisões da gestão empresarial**. Monografia (Especialização). Curitiba:

Universidade Federal do Paraná - UFP, 2007. Disponível em:
<<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/61948>>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRANDÃO, H. P.; GUIMARÃES, T. A. Gestão de competências e gestão de desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo construto? São Paulo: **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 1, p. 8-15, 2001. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/pdf/rae/v41n1/v41n1a02.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2020.

CARMO, A. et al. **Perfil do profissional da controladoria.** Congresso nacional de pesquisa multidisciplinar. Pesquisa Unifimes, p. 1-2, 2019. Disponível em:
<<http://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/article/view/697>>. Acesso em: 23 maio 2020.

CORDEIRO, J. V. B. M.; RIBEIRO, R. V. **Gestão da Empresarial.** 2. ed. Curitiba: Gazeta do Povo, 2002. Disponível em: <https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Administracao/1-Gestao_Empresarial-FAE.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO. **Gestão Empresarial: o que é, como funciona e como aplicar.** 2018. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/gestao-empresarial/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

HARFF, C. S. **A controladoria como ferramenta de gestão às empresas franqueadoras do setor calçadista situadas no vale do Paranhana/RS.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Taquara: Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT, 2020. Disponível em:
<<http://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/1597/1048>>. Acesso em: 20 maio 2020.

MARTINELLO, D. **Gestão empresarial: a importância da controladoria no processo decisório em uma empresa do ramo de confecções.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 2011. Disponível em:
<<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/477/1/Daniela%20Martinello%20.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2020.

MARTINS, A. L. C. **A importância da controladoria na gestão de negócio.** Monografia (Especialização). Curitiba: Universidade Federal do Paraná – UFP, 2014. Disponível em:
<<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40720/R%20-%20E%20-%20ANDRE%20LUIS%20COELHO%20MARTINS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 maio 2020.

METZ, E. S. Gestão feminina: a presença das mulheres na liderança de empresas. **Ágora - R. Divulg. Cient.**, v. 19, n. 2, p. 169-178, 2014. Disponível em:

<<https://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/download/667/532>>. Acesso em: 25 nov 2020.

MONTEIRO, J. M. Controladoria empresarial: gestão econômica para as micro e pequenas empresas. São Paulo: **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 5, n. 2, p. 38-59, 2011. Disponível em: <<http://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/194/157>>. Acesso em: 24 maio 2020.

NASCIMENTO, A. G.; TOZZO, B. C. L.; MOREIRA, J. A. L.; LIMA, K. M.; THOMPSON, G. **Identificar as ferramentas da controladoria para as tomadas de decisões nas instituições de ensino superior. Faculdade Capixaba da Serra, 2018.**

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. **Controladoria: Instrumento de apoio ao processo decisório.** São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, J. D. **A contribuição das novas técnicas de informação gerencial no exercício da função de controller.** Monografia (Especialização). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006. Disponível em: <<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61288/JOANA%20D%27ARC%20DE%20OLIVEIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 maio 2020.

PEREIRA, C. A. Ambiente, empresa, gestão e eficácia. In: CATELLI, A. (Org.). **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON.** São Paulo: Atlas, 2001.

SCALON, Tatiana (ed.). A importância da controladoria na redução de custos de uma empresa. 2012. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-da-controladoria-na-reducao-de-custos-de-uma-empresa>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SANTOS, J. A Controladoria como Ferramenta de Gestão para Pequenas e Médias Empresas. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 13, n. 43, p. 212-225, 2019. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1494/2258>>. Acesso em: 22 maio 2020.

SILVA, C. R. M.; GOUVEIA, L. B. O papel das controladorias na transparência das informações: seu contexto e atuação dentro do poder público. Fortaleza: **Revista Controle**, v. 18, n. 1, p. 170-195, 2020. Disponível em: <<https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/561>>. Acesso em: 22 maio 2020.

SILVA, J. L. Ferramentas de controladoria para organizações. Fortaleza: **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 1, p. 1-10, 2016. Disponível em:

<https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/ferramentas_de_controladoria_para_org_anizacoes.pdf>. Acesso em: 22 maio 2020.

TAVARES, M. G. et al. **A importância da controladoria no processo de tomada de decisões**: estudo de caso na companhia de água e esgoto do Ceará (CAGECE). Simpósio de excelência em gestão e tecnologia: **Gestão e Tecnologia para a Competitividade**. p. 1-16, 2013. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/45818674.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2020.

VALVERDE, K. F. S. et al. **Ferramentas da controladoria aplicadas na gestão e tomada de decisão em uma empresa distribuidora de energia elétrica**. Vitória: XXVI congresso brasileiro de custos, p. 1-16, 2018. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4534/4535>>. Acesso em: 24 maio 2020.

WIEDEMANN, D. H. Controladoria estratégica na construção civil: estudo de caso. Taquara: **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, v. 6, n. 1, p. 87-114, 2017. Disponível em: <<http://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/533/426>>. Acesso em: 24 maio 2020.

CORRUPÇÃO NO BRASIL: AS CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE FORENSE ENQUANTO INSTRUMENTO AUXILIAR NAS PRÁTICAS INVESTIGATIVAS

Ana Rachel Saraiva Lopes¹

Marília Vieira Xavier de Oliveira²

Antônio Gustavo Nicácio³

RESUMO

A Contabilidade Forense presente em casos acometidos de fraudes busca trazer à vista atos ilícitos. De forma generalizada, pretende-se apresentar a análise de como a Contabilidade Forense é um instrumento que pode auxiliar nas práticas investigativas no tocante ao combate à corrupção no Brasil. Em sua estrutura metodológica, o presente trabalho teve em sua classificação a pesquisa descritiva. Quanto aos procedimentos, foi realizado um estudo bibliométrico do tipo documental, obtendo análises através de documentos, relatórios e publicações de *sites* informativos, sendo demonstradas evidências de casos de corrupção no Brasil através de gráficos e quadros tanto adquiridos de terceiros quanto de autoria própria. Em seus resultados, chegou-se à conclusão de que a Contabilidade Forense, se comparada a outras áreas atuantes em detecção de erros ou fraudes, é a mais complexa e a que possui maior preponderância quando atuante frente aos casos de corrupção ao ponto de combatê-los. Por fim, a importância da contabilidade diante dos atos corruptos é primordial, provando sua essencialidade desde as funcionalidades tradicionais até as práticas investigativas de maior porte por meio da Contabilidade Forense.

Palavras-chave: Contabilidade Forense. Combate à corrupção. Brasil.

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade do Complexo Educacional Santo André (FACESA). E-mail: ana_rachel2009@hotmail.com.

² Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Especialista em Ensino de Sociologia pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: marilia.vxo@gmail.com.

³ Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: antonio.gustavoali@gmail.com.



ABSTRACT

Forensic Accounting present in fraud-stricken cases seeks to bring to light illegal acts. In a general way, we intend to present the analysis of how Forensic Accounting is an instrument that can help investigative practices in the fight against corruption in Brazil. In its methodological structure, the present work had in its classification the descriptive research. As for the procedures, a documentary bibliometric study was carried out, obtaining analyzes through documents, reports and publications of informative websites, showing evidence of corruption cases in Brazil through graphs and charts acquired from third parties as well as their own. In its results, it was concluded that Forensic Accounting, when compared to other areas involved in error or fraud detection, is the most complex and has the greatest preponderance when dealing with corruption to the point of combat. them. Finally, the importance of accounting for corrupt acts is paramount, proving its essentiality from traditional functionalities to larger investigative practices through Forensic Accounting.

Keywords: Forensic Accounting. Fight against corruption. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Progredir significa avançar, prosseguir. Palavra ideal para entender a existência da contabilidade forense como ramificação da contabilidade tradicional. Para investigar o que outrora foi verificado ou aprovado por meio de um profissional atuante em uma entidade, a devida especialização busca demonstrar a realidade que não foi exposta. Tal necessidade existe em decorrência de atos fraudulentos estarem presentes com habitualidade nas organizações.

Em seu conceito, a Contabilidade Forense é uma área designada pela Contabilidade tradicional para atuar com as práticas investigativas, com um papel de maior preponderância, comparada as outras atuações existentes, frente as corrupções que assolam o mundo. Apesar de haver poucos estudos nessa área, ela se mostra soberana influenciadora no assunto tratado.

Diante da realidade de práticas investigativas mais rigorosas e soberanas, as organizações ainda encontram brechas para agirem de má fé, para se auto beneficiar. Assim, a



corrupção toma vez no meio social. A contabilidade forense, por si, ainda encontra dificuldade em se estabelecer como ferramenta primordial no combate aos atos ilícitos. A ausência de uma legislação direcionada e o conhecimento sobre tal, a torna impotente diante de tais atos.

Assim, o ato de adotar tal prática e suas ferramentas faz jus a evolução para melhoria nos atos inconvenientes. Pressupõe-se que, a partir de adoções mais efetivas baseadas em legislações vigentes, é um passo dado ao combate aos ilícitos dentro das entidades. A devida adoção deve existir a ponto de torna-se um hábito no meio aplicado.

Pela complexidade da Contabilidade Forense através de suas ferramentas utilizadas em sua execução, foi proposto analisar como a Contabilidade Forense se comporta enquanto um instrumento auxiliar nas práticas investigativas no tocante ao combate a corrupção no Brasil.

Detalhadamente, propõe-se apresentar panorama da corrupção no Brasil, evidenciar práticas de corrupção e demonstrar como a Contabilidade Forense auxilia nas investigações no combate à corrupção no Brasil são objetivos específicos tratados no decorrer deste artigo.

É imprescindível a evolução de estudos que contribuem para a inexistência de operações fraudulentas. Os atos ilícitos afetam vários âmbitos sociais, e o peso maior deles acontece nos meios que possuem privilégios. Assim, a aplicação de tal área para diminuir esses acontecimentos deve estar diante desses grandes responsáveis, as grandes empresas. Portanto, reeducar e melhorar tal âmbito através da utilização da área forense é ferramenta essencial.

Este artigo divide-se em seis tópicos, com subdivisões atreladas aos tópicos principais. Dessa forma, as temáticas centrais são representadas pelas seções: Introdução, Referencial teórico, Metodologia, Análises sistemáticas e Conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CORRUPÇÃO NO BRASIL: SETOR PÚBLICO, PRIVADO E SOCIEDADE CIVIL

Tratando-se de corrupção, muitas são as discussões acerca do tema em pauta, pontos de vistas diversificados são direcionados ao assunto, resultando na causa da proposição em questão. O grande problema é que a corrupção sempre foi presente no mundo, além do mais, não são somente grandes atos de escândalos de corrupções que são considerados como forma

de corrupção, mas também aquele pequeno ato, como o de usar carteirinha de estudante falsa, aceitar troco errado, tentar corromper o guarda de trânsito etc.

Nas administrações públicas, a corrupção é realizada por quem conduz os negócios, empreendimentos que frutificam os lucros e benefícios próprios, fazendo com que a democracia e as leis sejam descumpridas. A corrupção passiva é exemplo disso, de acordo com o artigo 317 do Decreto Lei n.º 2.848 de 7 de Dezembro de 1940, é considerada desde a solicitação ou recebimento de vantagem indevida de forma direta ou indireta até a promessa de tal vantagem.

As grandes empresas privadas são responsáveis pela maioria dos casos de corrupção no Brasil. Desde o simples pagamento de subornos a funcionários públicos para garantir benefícios indevidos até as práticas mais avançadas de atos ilícitos. A corrupção gera uma série de problemas em cadeia que afeta toda a rede de serviços públicos inclusive a sociedade civil.

No Brasil, os atos de corrupção em empresas privadas não são considerados crime. Talvez por isso o setor empresarial seja o maior responsável pela corrupção neste país. Analisa-se se no Brasil o crime de suborno considera a relação setor empresarial versus funcionário público, o ato de corrupção privada excepcionalmente torna-se brecha para ilicitude.

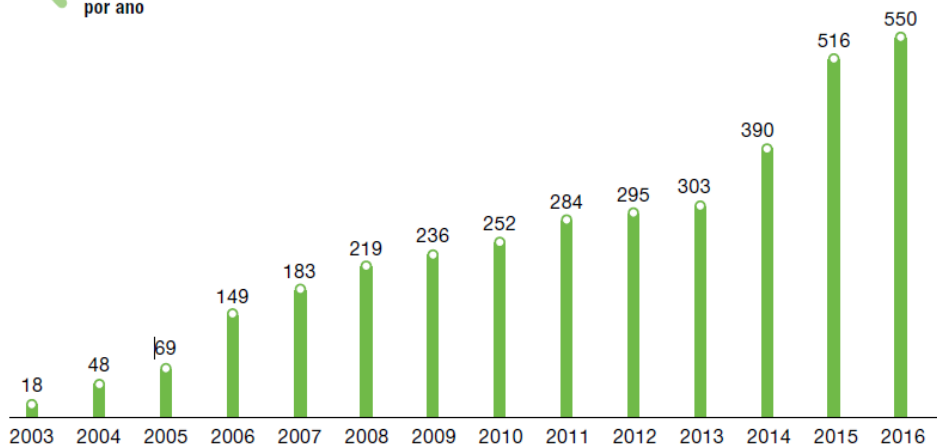
Apesar de estar longe do ideal, o poder público vem melhorando seu papel diante da corrupção, de modo que desde a Lei Anticorrupção (2013) instituída para responsabilizar de forma administrativa e civil pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências e o acontecimento da Lava Jato, foram instituídos órgãos de transparência, para fiscalização sobre os atos ilícitos ocorridos nos últimos anos, até a efetivação de práticas dessas fiscalizações, vem desestimulando o ato ilícito. Desde o ano de 2003, o número de operações realizadas pela Polícia Federal vem crescendo.

Gráfico 1: Operações realizadas pela Polícia Federal



Número de operações da Polícia Federal

por ano



Fonte: Polícia Federal (2019).

Segundo publicação da IOB, 8 de outubro de 2019, a prorrogação da Medida Provisória n.º 893/2019 transferiu responsabilidade da competência sobre transações financeiras, anteriormente atribuída ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), para a Unidade de Inteligência Financeira, estando essa vinculada ao Banco Central.

A Unidade de Inteligência Financeira será responsável por produzir e gerir informações de inteligência financeira para a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa e promover a interlocução institucional com órgãos e entidades nacionais, estrangeiros e internacionais que tenham conexão com a matéria (IOB, 2019, p. 1).

É notório que a lavagem de dinheiro está presente na maioria dos atos corruptos, independentemente de ser a corrupção inicial, final ou intermediária, esse crime sempre se torna o centro das atenções ou pode-se dizer o mais desastroso em alguns casos. A transgressão ocorre no envolvimento de empresas e até mesmo em instituições do terceiro setor, se não em massa.

O COAF não se denomina órgão investigador, mas controlador, com a finalidade de executar inteligências financeiras e proteger os setores econômicos contra as atuações das lavagens de dinheiro, em conjunto com as organizações financeiras, Polícia Federal e Ministério Público (G1, 2019). Vale salientar que o profissional contador possui a responsabilidade não obrigatória de enviar anualmente uma declaração sobre transações suspeitas de seus clientes.



A importância do órgão se mostra ao reconhecer três anos antes de declarado o escândalo da Lava Jato e suas transações corruptas. Segundo publicação do G1 (2019), a primeira atuação do COAF na Lava Jato se deu em 2011 ao reconhecer esquemas corruptos da empresa petroleira. Sob competência do COAF está o reconhecimento de transações suspeitas e repasse de tais suspeições aos órgãos de responsabilidade investigativa. Diante disso, prova-se a excelência de tal órgão em atuação no país. Sobre o ano de 2011 aos dias atuais:

Quadro 1: Atuações do COAF

Ano	Atuações
2011	Início das investigações, três anos antes do início da Lava Jato com monitoramentos suspeitos.
2014	O órgão percebeu movimentações anormais de 23,7 bilhões entre 2011 e 2014.
2015	Ligações entre o ex-presidente Lula e Odebrechet. Em julho do mesmo ano a COAF constatou transações da Lava Jato de mais de R\$ 51 bilhões.
2017	Movimentação na empresa J&F de quase R\$ 250 bilhões.
2018	Produziu em média 400 relatórios relacionados à operação Lava Jato e a outras operações da Polícia Federal.

Fonte: A partir do G1 (2019).

Presume-se que a transferência desses órgãos surgiu para melhorar a qualificação atuante nos casos previstos de lavagem de dinheiro. Assim, mesmo o COAF bastando de um órgão primordial no controle, as suspeições de lavagem de dinheiro, não possui papel qualificado para essa atuação, comparado a Unidade de Inteligência Financeira (UIF).

Segundo o que estava escrito em carta ao Presidente da República, são vários os fatores que atribuem maior qualificação à Unidade de Inteligência, tornando-o mais eficiente nos casos transcorridos, sendo a principal diretiva, o fato de que a unidade em atuação é do tipo padrão em diversos países. Sendo assim, possui maior acesso e facilidade com relações exteriores a respeito do assunto, possuindo papel mais prepotente diante do crime tratado.

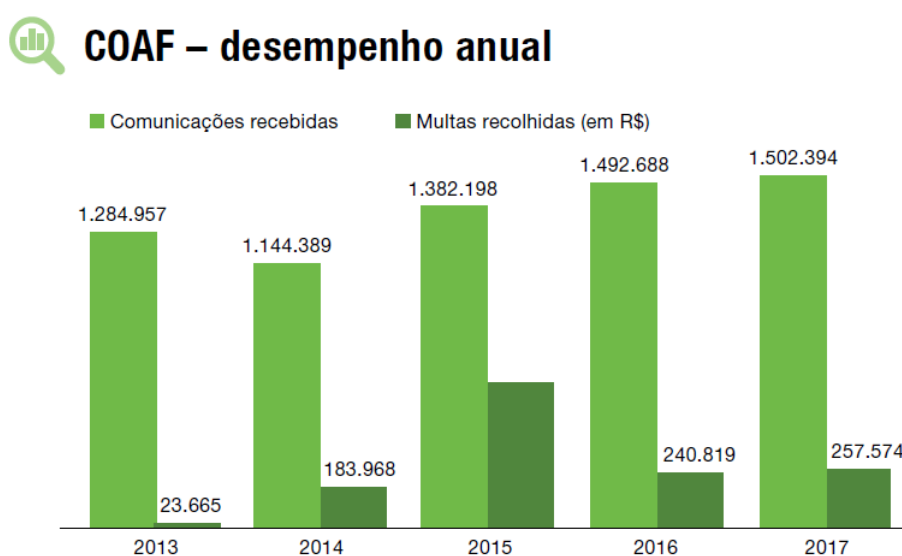
Vale ressaltar que há opiniões controversas de que a atuação da UIF seria mais flexível aos interesses políticos através de operadores dentro do órgão a favor do governo, afim de

maquiar informações sobre transações financeiras. Segundo UOL, em 20 de novembro de 2019, sobre reportagem do Coaf com o caso de Flávio Bolsonaro, Rocha diz ficar preocupado de que o trabalho possa comprometer quando haja influência política ao invés de quadro técnico.

O Brasil possui uma legislação consideravelmente adequada para obter resultados positivos no combate à corrupção, porém a aplicação das leis ainda é falha diante do que se precisa de fato que aconteça para diminuir os casos de corrupção no Brasil.

A falha na sistematização das investigações ainda é presente diante da realidade imposta pelos crimes de corrupção. No Fórum Econômico Mundial da América Latina, o Ministro da Justiça do governo, Torquato Jardim, cita sobre os dois terços dos municípios auditados pelo Ministério da Transparência, onde dissiparam merendas escolares, material escolar e de saúde, e diz que a Lava Jato é apenas a ponta do *iceberg*. A falha nas ações por parte da justiça, é causada pela lentidão nos processos, acarretando muitas vezes em falta de punição.

Gráfico 2: Desempenho anual do COAF



Fonte: Coaf (2019).

Cabe ressaltar que existem lacunas nas leis e falta de conhecimento por parte dos órgãos fiscalizadores, como também dos conhecedores das informações das próprias empresas (Profissionais Contadores) sobre um conhecimento aprofundado da organização em questão,

que dão espaço para as empresas utilizarem de meios corruptos para superfaturarem seus lucros entre outros benefícios relevantes, causando impactos financeiros e sociais.

As leis são expostas, e as devidas investigações não acontecem. O problema na maioria dos casos de corrupção é que acontece primeiro o “desastre” e depois entram em cena as investigações, após grandes desvios de dinheiro, isenção de tributos indevidos e outros métodos de utilização inapropriada de bens. As grandes empresas envolvidas nos escândalos são as que retraem benefícios sociais para si, ao invés de serem compartilhados com a sociedade civil.

Conhecer uma entidade não se trata somente de ter conhecimento de informações patrimoniais e financeiras sobre tal, está além dessas informações, conhecimentos desde a sua constituição até o seu desenvolvimento e acompanhamento. Um grande problema após os escândalos da operação Lava Jato foi a descoberta da existência de movimentação em outros países através de subsidiárias, dentre outros métodos de transações que desobedecem às legislações em vigor e causam efeitos benéficos às organizações por meio de processos ilícitos.

A relação de informações de empresas nacionais com envolvimento em transações de subsidiárias estrangeiras, comprovam a existência de empresas que utilizam outros países para movimentação dos seus bens e beneficiam-se através de paraísos fiscais, afim de isentar o pagamento dos devidos tributos, por exemplo. Para contextualizar a corrupção em escala mundial, o infográfico a seguir descreve o nível de corrupção em empresas no setor público.

Infográfico 1: Descrição do nível de corrupção no setor público

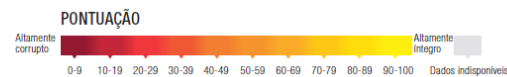




180 PAÍSES. 180 PONTUAÇÕES.

QUAL É A AVALIAÇÃO DO SEU PAÍS?

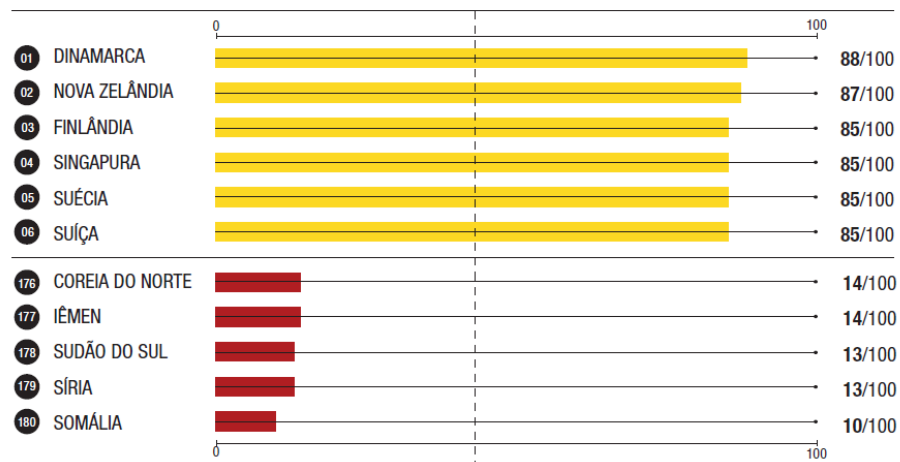
Confira a percepção de corrupção no setor público em 180 países / territórios em todo o mundo.



Fonte: Moreira (2018).

Infográfico 2: Classificação dos países quanto ao nível de corrupção ÍNDICE DE PERCEÇÃO DA CORRUPÇÃO 2018

▲ PRIMEIROS COLOCADOS



▼ ÚLTIMOS COLOCADOS

Fonte: Moreira (2018).

Baseado nesses dados e no que já foi falado, são vários os fatores que determinam o grau de corrupção de um país. A princípio e de forma generalizada, uma grande causa para tal circunstância, seria os modelos dos sistemas contábeis que cada país adota, conhecidos como Europeu Continental e Anglo-Saxônico. Estes modelos, determinam a forma e quem conduz a



riqueza de um país, a quem está direcionada tal competência, a centralização ou descentralização dos benefícios da fortuna.

Acontece que, nos modelos Europeu Continental, possui maior intervenção do governo, sendo eles quem estabelece leis e normas e menos predominância da profissão contábil. Já no molde Anglo-Saxônico, situação invertida, causando menos influência do governo, e mais flexibilidade na elaboração dos relatórios financeiros por parte dos profissionais.

Segundo Delia Ferreira Rubio, Presidente global da transparência internacional 2018, cita que é mais provável que a corrupção exista em países que suas bases democráticas são frágeis, sendo os políticos e populistas os que utilizam dos benefícios das organizações democráticas, aproveitando dos seus posicionamentos diante das instituições.

A relação da causa citada com a integridade de alguns países e a ausência de integridade em outros, mostra que para a origem da corrupção, tais causas a princípio são fortes influenciadores na existência dos atos corruptos. Em países que a adoção do modelo Europeu Continental é atuante, os governantes são os grandes empresários, assim criam as Leis e normas de forma que lhes beneficiem.

2.2 CONTABILIDADE FORENSE E SUAS ORIGENS

A Contabilidade tradicional objetiva orientar, controlar e registrar atos e fatos da administração econômica. Para compor a estrutura dos registros, a contabilidade possui quatro técnicas, conforme NBC TG 00 – Escrituração, Elaboração das demonstrações Contábeis, Auditoria e análise das demonstrações. Com isso, sua finalidade é fornecer informações úteis e fidedignas aos usuários através da elaboração e publicação dessas demonstrações.

Por sua vez, os usuários precisavam da garantia de que as informações repassadas, eram informações fidedignas a ponto de não comprometer as suas tomadas de decisões. Surge então a Auditoria Independente, responsável por elaborar relatório com o parecer sobre as demonstrações das entidades auditadas. Ao ponto que o capitalismo se tornou uma realidade presente no mundo, as grandes empresas tomaram seus espaços, e as corrupções também foram reconhecidas, então comprovou-se a importância da Auditoria Independente. Conforme (COELHO):

O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável (COELHO, 2016, p. 2-5).

Acontece que os crimes de corrupções tomaram grandes proporções no mercado de capitais e não bastou só a Auditoria como ramificação da contabilidade em seu papel de análises das demonstrações para conformidade com as normas. Após vários escândalos causados por grandes organizações como Eron, WorldCom, Xerox e entre outras, houve-se a ideia de aprimorar o regulamento as grandes empresas, a ponto de assegurar a confiança aos investidores.

Nesse sentido, foi criada em 30 de julho de 2002 nos Estados Unidos, a Lei Sarbanes-Oxley com a finalidade de prevenir o distanciamento dos investidores ocorrido pelos grandes escândalos, assim como recuperar a confiança na elaboração dos relatórios financeiros emitidos pelas companhias de capital aberto.

Verifica-se que, a Auditoria com o passar do tempo, possuiu papel limitado diante dos atos de corrupções, a ponto de haver a necessidade de evolução na Contabilidade quando atuante nos casos dos escândalos ocorridos. Conforme (COELHO, 2016), NBC TA 200 (R1), item A 54:

Em decorrência das limitações inerentes de uma auditoria, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis não sejam detectadas, embora a auditoria seja adequadamente planejada e executada em conformidade com as normas de auditoria (COELHOS, 2016, p. 20).

Sendo assim, surge a Contabilidade Forense como evolução da Contabilidade na atuação dos casos de fraudes nas organizações, onde por sua vez mantem um papel mais aprofundado e atuante nos casos de corrupção em entidades públicas e privadas.

2.2.1 Definição

A Contabilidade Forense por ser uma área pouco atuante tanto em território Nacional quanto Internacional, por estar em fase construtiva, não detém de procedimentos concretos sobre sua atuação, não querendo dizer com estas afirmações que ela não tem a sua devida importância, pelo contrário, é uma ferramenta de grande essencialidade para combate a corrupção.

Por sua vez, a contabilidade forense considera-se uma ramificação ou área de atuação existente na contabilidade, onde sua subsistência se deu pela necessidade de uma especialização específica sobre as práticas investigativas no combate a corrupção nas grandes organizações que esteve em alta principalmente em meados dos anos de 2002 e 2003 com os casos da XEROX e Parmalat, nos Estados Unidos da América (EUA) e Itália, respectivamente.

Foi através dos grandes escândalos ocorridos através de irregularidades nas informações financeiras, onde percebeu-se a necessidade de evoluir uma área efetiva na detecção de erros e fraudes. Segundo Ramaswamy (2007, p. 33) apud Nadone (2017, p. 24), a principal finalidade da contabilidade forense em sua definição é analisar fatos contábeis (fatos, relatórios financeiros) através de transparecem fraudes diante de um tribunal.

Através de definições como estas, pode observar-se a potência da atuação da Contabilidade Forense nos casos de corrupção através do seu poder de atuação em ir além de opiniões sobre relatórios financeiros. Ainda segundo Singleton et. al. (2006, p. 43) apud Nadone (2017, p. 24) é um olhar abrangente relacionado à investigação de fraudes, incluindo as tarefas de auditoria das informações financeiras da contabilidade, sob responsabilidade de deturpar as fraudes.

A Contabilidade Forense, além da sua devida importância, impacta a profissão contábil de forma a valorizá-la, mostrando a necessidade de um profissional atuante nas entidades de forma a utilizar das ferramentas necessárias tanto em atos de prevenção quanto na efetivação de práticas investigativas.

Em termos jurídicos e conforme o Dicionário Online Português, a palavra Forense quer dizer, que se usa no foro ou os tribunais. Hopwood, Leiner e Young (2007, p. 3) apud Nadone (2017, p. 24) relata que em sua aplicação, as habilidades investigativas e extensivas a ponto de solucionar problemas financeiros querendo atingir aos padrões judiciais, a Contabilidade

Forense em sua atividade, não se atem em resultados judiciais, busca o que há além destes resultados.

2.2.2 Ferramentas

A contabilidade tradicional em sua atuação, possui de diversas subdivisões atuantes para cada cenário preciso no meio social. Porém, o setor empresarial e público, são os que mais utilizam da informação contábil como forma de fazer jus ao que está prescrito na NBC TG 00 através de sua finalidade – repassar informações úteis aos usuários, através da situação econômico-financeira e patrimonial da entidade.

É notório a prática ilícita por partes das empresas utilizando das informações contábeis para obterem benefícios indevidos. Principalmente os escândalos ocorridos pelas empresas de grande porte e que necessitam mais que tudo que as informações repassadas sejam reais, pelo simples fato de partículas da organização está sob mãos de pessoas físicas ou jurídicas que fazem parte do quadro acionista da entidade, através da credibilidade e da informação vista nos relatórios financeiros. Casos como estes, demonstra o quadro abaixo:

Quadro 2: Relatórios financeiros

Empresa	Prática contábil ilícita
Adelphia	Dilatação de despesas de capital e ocultação de passivos.
AIG	Ocultação de passivos em empresas estrangeiras.
Bristol-Myers Squibb	Superavaliação das receitas.
Delphi Corporation	Dilatação do lucro líquido do exercício.
Doral Financial Corp.	Dilatação do resultado antes dos impostos.
Enron	Superavaliação dos lucros e desvio de dívidas.
Global Crossing	Dilatação de receitas e alteração de documentos.
Parmalat	Evidenciação de ativos inexistentes.
WorldCom	Registro de despesas como Investimentos.
Xerox	Lançamentos indevidos, inflacionando os lucros.
Panamericano	Registro duplicado de cartas de créditos, dilatando os lucros.
Banco Banestado	Lavagem de dinheiro.
Sudam e Sudene	Aprovação de projetos inexistentes e superfaturamento.
Merck	Manipulação de receitas e custos contábeis.
Royal Ahold	Inflação de rendimentos.

Fonte: Galiotto (2016).



O quadro 2 mostra as empresas que utilizaram das informações contábeis de forma fraudulenta para publicar informações nos relatórios financeiros de forma que lhes beneficiassem. Foram estes os fatores, que impulsionou a existência de áreas de detecção de erros/fraudes nas empresas, a ponto de impulsionar o combate aos atos corruptos.

Na maioria destes casos, a Auditoria esteve presente corroborando com tais atos. Segundo publicação da revista Extra em 4 de março de 2015, a empresa Eron no ano de 2001, causou falência na empresa de Auditoria Arthur Andersen, bem como a quebra do Banco Brasileiro BVA em 2014, incriminando a Klynveld Peat Main Goerdeler (KPMG). Acontecimentos como estes, enfraquecem a visibilidade dos usuários sobre a força de atuação da Auditoria.

Acontece que a corrupção é exatamente isto, tornar ilícito atos que devem estar em conformidade. Com isto, a Auditoria não deve ser utilizada como ferramenta para cometer atos ilícitos, pelo contrário, é conceder aprovação ou contraposição por meio de pareceres pela situação das demonstrações contábeis após verificações estabelecidas pelas normas.

Contando com isso, considera-se Auditoria, assim como outros assuntos a serem abordados, ferramentas a serem utilizadas no âmbito da corrupção. Sabe-se que o assunto é difícil de ser tratado, principalmente pela inexistência não existir. Porém, as ferramentas devem ser utilizadas para conscientizar, prevenir e combater. Sabe-se que enquanto o país adotar o modelo de sistema contábil Europeu-Continental, o governo terá a maior predominância, porém, a luta ao combate não pode deixar de existir.

2.2.2.1 Compliance

Após a designação da Lei Anticorrupção em 2013, promulgada para melhores práticas empresariais diante de atos ilícitos, as normatizações buscam estruturar-se como forma de melhorar a cultura das empresas perante suas atuações. As medidas de combate a corrupção tem sido ferramenta excepcional à frente dos crimes ocorridos nas grandes empresas, mesmo sua aplicação ocorrendo após as organizações cometerem atos corruptos, é primordial a existência de tal mecanismo.

A Lei anticorrupção regulamentada pelo decreto n.º 8.420/15, foi o ponto de partida para medidas de combate a corrupção. Segundo diretor da área de serviços forense da Klynveld Peat Main Goerdeler (KPMG) no Brasil, Cláudio Peixoto na revista Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) 2015, as empresas precisam adotar normas mais efetivas dentro das organizações que vá além da Lei Anticorrupção, afim de responsabilizarem as empresas e não deixarem imunes de responderem por seus atos como pessoas jurídicas. É assim que as grandes empresas, principalmente no EUA vem combatendo a corrupção.

Nos Estados Unidos, a medida adotada ao combate a corrupção é dominada FCPA (Foreing Corrupt Practies Act) de 1977. A Islândia também já é um país que adota responsabilidades diretamente a Pessoa Jurídica, possuindo um dos menores índices de corrupção nas organizações. No Brasil, a prática como forma de controle interno criada para combater a corrupção é intitulada como *Compliance*.

Segundo Revista IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação) 2015, Compliance é:

Conjunto de disciplinas para fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas para o negócio e para as atividades da instituição ou empresa, bem como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade – para tornar o combate a corrupção mais efetivo (AMARAL; AMARAL; YAZBEC; DELGADO, 2015, p. 25).

A Compliance tomou força no Brasil após a Lei Anticorrupção 2013, é uma medida adotada pelas empresas para combater atos ilícitos desde a parte interna da organização até a reflexão do seu público externo. As empresas que adotam tal medida, possuem vantagens diante das demais entidades por garantir confiabilidade aos usuários das informações da organização.

Segundo revista da Transparência Internacional 2018, há um incentivo externo como de clientes, por exemplo, para que as empresas publiquem seus esforços em conformidade com as leis e regulamentos, mesmo estes não sendo obrigatórios. Assim, esses incentivos não vêm para a área de finanças (demonstrações contábeis e relação com investidores).

Para que haja um incentivo direcionado a conformidade da elaboração das demonstrações financeiras, é preciso que haja um posicionamento por parte dos profissionais contadores, de modo que a elaboração das demonstrações esteja em comprazimento com os

padrões contábeis. Dessa forma, a atuação do Auditor Interno e Externo, possui preponderância no que diz respeito ao assentimento da publicação dos relatórios econômicos financeiros.

O Decreto n.º 8.420 de 18 de março de 2015, direciona como deve acontecer o programa de integridade dentro da organização. De acordo com o Art. 41 do mesmo decreto, o programa de integridade consiste em adotar mecanismos e processos internos tanto contábeis como outros procedimentos criados de forma que seja efetivado e cumprido o código de ética e conduta estabelecido, afim de prevenir, detectar e sanar fraudes e demais desvios ilícitos.

Nesse decreto está prescrito a utilização das demonstrações contábeis no programa de integridade. Os incisos VI e VII preveem a importância da representatividade do profissional contador na elaboração dos relatórios econômicos financeiros: “VI - registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica; VII - controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiros da pessoa jurídica”, conforme Decreto n.º 8.420, 18 de março de 2015.

Fazendo jus ao incentivo dos profissionais atuantes, para transparecer informações fidedignas, em conformidade com os padrões contábeis, esses incisos enfatizam a necessidade de atuação da Auditoria interna e externa para confiabilidade das informações publicadas.

2.2.2.2 Força em investigação o CADE, Polícia Federal e Ministério Público

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) tem poder de determinação soberano a ponto de que, na maioria dos casos de investigações realizados pelo órgão levados aos juízes, eles mantêm a determinação do órgão. Assim, a formação de investigação CADE, Contabilidade Forense, Polícia Federal e Ministério Público, seria o esquadrão para prevenção e aplicação de multas já realizada na formação de cartéis. Mas por que na formação de cartéis?

A formação de cartéis é a junção de duas ou mais empresas de um determinado ramo, que visando o aumento de lucro, constituem esta formação para obterem benefícios indevidos. As empresas não respondem a processos criminais por atos corruptos realizados por elas. Com isto, as mesmas utilizam como forma de brecha para atuarem em conjunto.

O cartel ocorre devido oferta e procura, os produtores em conluio realizam fornecimento reduzido ao que o mercado necessitaria a menores custos. Assim, diante do escândalo da Lava

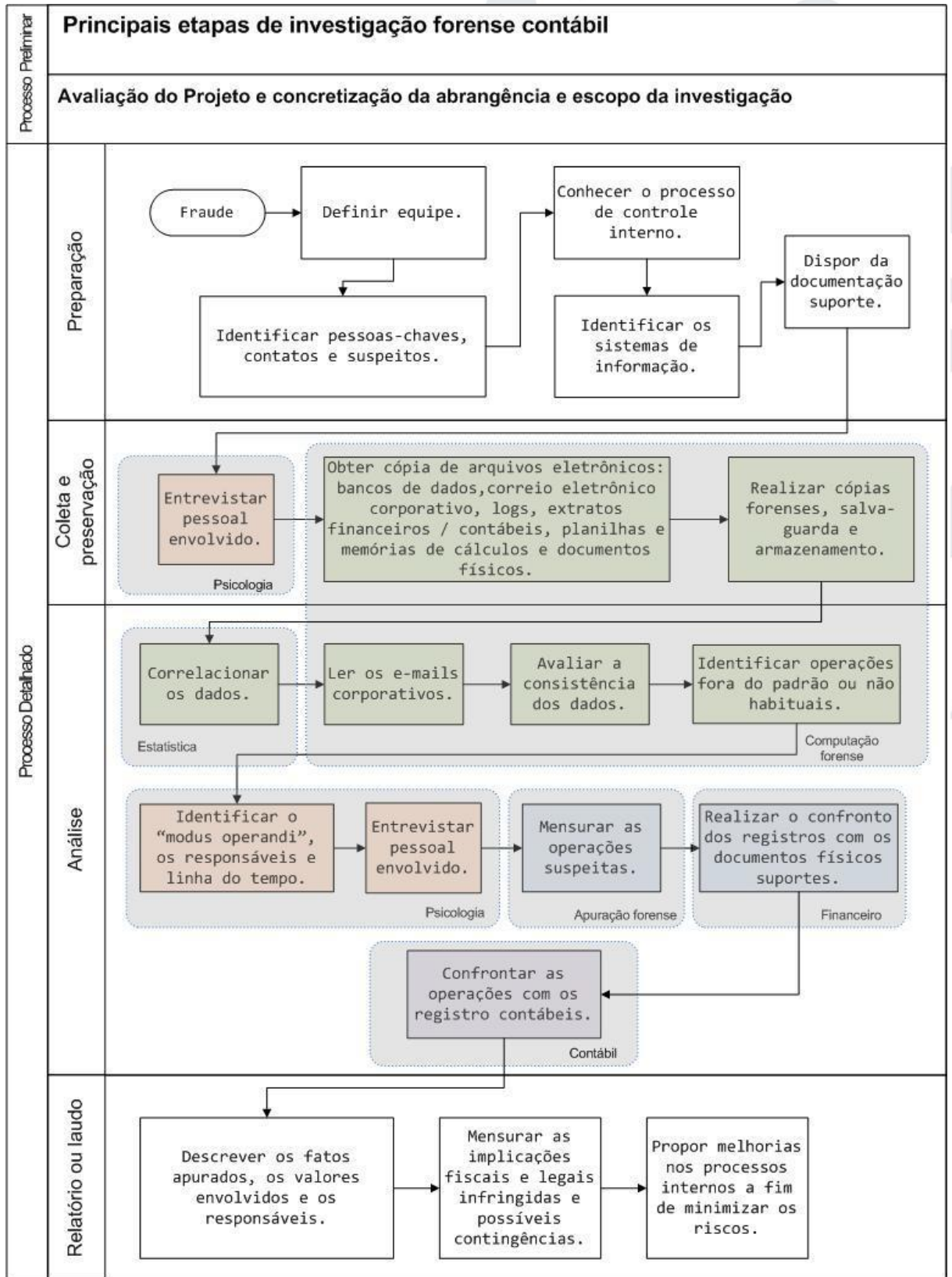
Jato, o Cartel é “crime menor”, segundo Vladimir Netto, em *Lava Jato*. Em papéis recolhidos na residência de Ricardo Pessoa, foram encontradas anotações, nelas havia informação: “Vai sair o acordão”, direcionado a uma seta a assumir crime menor (cartel) sublinhado.

Acontece que no Direito Penal, há a existência de um princípio, denominado princípio da Absorção ou Consunção. Tal princípio refere-se à existência de um crime que perante a lei considera-se crime menor, não bastando, dá consequência para a ocorrência de um outro crime que absorve o crime menor tornado crime de grande porte. Sendo assim, o crime a ser respondido perante a justiça não será a causa de ambos, apenas o maior perante a lei.

Com isso, a causa do crime de cartel de fato considera-se crime menor, porém, diante de violações sucessoras que foram comprovadas e ainda estão sob investigação na Lava Jato, por exemplo, são considerados delitos de portes maiores e são causadores de grandes impactos em vários âmbitos dentro da sociedade civil. A Contabilidade Forense em atuação careceria obter conhecimento das demonstrações financeiras para análises das devidas informações.

A Contabilidade Forense se apresenta exatamente no ponto em que se trata das informações inseridas nos relatórios econômicos financeiros das empresas com formação de cartel, considerando que mesmo sendo um crime de menor porte, pode ser utilizado como brecha para transgressões em alto relevo. Os resultados, Receitas, Despesas, transações financeiras, encobrimento de passivos, lançamentos indevidos que causam resultados positivos afim de beneficiar-se sem a devida realidade. A atuação da área investigativa da contabilidade, se dá de forma completa para apresentar em Tribunal de Justiça os atos ilícitos outrora oculto.

Organograma 3: Etapas de investigação conforme a Contabilidade Forense



Fonte: Silva (2011, p. 72).

O infográfico mostra a atuação da Contabilidade Forense diante de um ato em objeto. Observa-se a abrangência de tal atuação, a começar das fases que compõem tal desempenho, precaução, coleta e preservação, análises e relatório ou laudo. O composto procedimento, condiz a complexidade dita durante o trabalho desenvolvido, que comparando-se com outras especialidades que serão tratadas no próximo tópico.

Nota-se que em sua atuação, a Contabilidade Forense possui papel mais aprofundado do que utilizar procedimentos específicos para transparecer o oculto (Perícia) ou até mesmo apresentar relatório de parecer sobre análises de demonstrações financeiras através de amostras e testes (Auditoria) e limitar-se apenas a uma dessas atividades. É o envolvimento dessas extensões somado a atuações e resultados que irão além de práticas limitadas.

2.2.3 Relação com auditoria e perícia

Há estudos que apontam, ou até mesmo confundem a atuação da Contabilidade Forense com Auditoria e Perícia. A princípio, a Contabilidade Forense, possui uma vasta complexidade em termos de conhecimentos para configurar-se como tal.

A Contabilidade Forense ainda não se aplica de forma fixa e independente das demais atuações relacionadas a fraude como Perícia e Auditoria. O estudo anda em passos lentos nos termos de conhecimento, e, por isso, considera-se um estudo de caráter exploratório, principalmente no Brasil. Sua influência caracteriza uma definição de forma mais clara e distinta das demais.

Com isso, buscou-se a definições que esclarecesse a diferença e até mesmo a relação que a Contabilidade Forense tem com a Perícia e Auditoria. Constatou-se que, as três áreas não são apenas parecidas no campo da atuação, como também a relação das mesmas são essências para combate a um assunto que vem tomando espaço na sociedade e que requer métodos de prevenção mais efetivos para efeito de diminuição.

De forma objetiva, o Perito com seu papel principal, deverá juntamente com o juiz e seus procedimentos transparecer o que está oculto e responder os quesitos estabelecidos pelas

partes. Segundo Alberto, Valder Luiz Palombo, 2007: “Perícia é um instrumento especial de constatação, prova ou demonstração, científica ou técnica, da veracidade de situações, coisas ou fatos”, conforme Alberto, Valder Luiz Palombo, (p. 3, 2007).

Assim, após manifestar o que outrora estava mascarado, o perito não possui papel preponderante diante dos atos corruptos, afim de ser essencial ao combate, por exemplo. É fundamental expressar tal limitação, afim de demonstrar que o caráter de tal atuação é peça influente, porém, não dominante ou principal frente as práticas ilícitas.

O Auditor por sua vez, planeja, separa papeis de trabalho, visualiza o grau de deficiência do controle interno da entidade para as possíveis aplicações de testes, analisa os seus demonstrativos e dá o parecer com base no que foi detectado. Segundo Castro, Domingos Poubel (2008), em sua bibliografia, conceitua Auditoria segundo Aurélio Buarque de Holanda como análise aprofundado atrelado a execuções contábeis através de normas desde a constituição da entidade até o Balanço Patrimonial.

Com isto, justifica-se a limitação da atuação da auditoria ao relatório de parecer desenvolvido pelo auditor referente aos demonstrativos contábeis, após isto a área não se predomina a fim de elevar seu desempenho a fundo a ponto de ser preeminente frente as ações ilícitas desenvolvidas pelas organizações.

A Contabilidade Forense possui uma função de conhecimento mais amplo, tratando-se de sua aplicação. A nomenclatura diz respeito à utilização de todas as áreas que envolvem detecção de fraude e até mesmo a utilização da própria Contabilidade Tradicional, para que na sua atuação, os conhecimentos sejam agregados ao objeto investigado.

O ponto chave que a torna distinta da Auditoria e Perícia, é a complexidade de conhecimentos para a sua aplicação, a necessidade de se ater de ambas as atuações para a mesma existir, além do mais a ausência de uma legislação direcionada.

Quadro 3: Auditoria e Perícia na Contabilidade Forense

	Auditoria	Perícia	Contabilidade Forense
Legalização	Normas de Auditoria	Normas de Perícia	Não há legislações vigentes
Atuação	Demonstrações Financeiras	Procedimentos de Perícia	Preparação, Coleta e preservação e análise

Ferramentas	Normas de Auditoria	Procedimentos próprios	Compliance, Formação CADE, Polícia Federal, Ministério Público
Limitação	Relatório com parecer	Decisão do objeto julgado	Atuação e evidenciação do objeto investigado

Fonte: Próprio autor (2019).

O tabu de que há conflito de informações que confundem a atuação de cada uma das áreas mencionadas, deve ser quebrado, de modo que é evidente a distinção do direcionamento, sendo em suas essências, partes de um quebra cabeça para a composição de uma atuação mais completa, a Contabilidade Forense. Sendo ambos as atuações, ferramentas para continuidade em um processo investigativo.

Grippio e Ibex (2003, p. 4) apud Nadone (2017, p. 24) afirma que a Contabilidade Forense é uma ciência que trata com fatos contábeis através de métodos específicos somado a procedimentos de auditoria voltados a problemas de ordem legal. Sendo assim, utilizar-se tanto da função Pericial quanto Auditoria resulta em âmbitos contábeis úteis ao processo de atuação investigativa para combate à corrupção.

3 METODOLOGIA

Segundo Cleber Cristiano em sua 2ª edição de Metodologia do trabalho científico (2013), Attingir o conhecimento científico de forma que as evidencias sejam amostradas, requer fundamentações, embasamentos teóricos comprobatórios, afim de convencer o leitor do estudo em objeto. Breve definição, diferencia-se do conhecimento popular, aquele que se torna um conhecimento sem rigorosidade e garantia de verdade. Segundo citação no livro “Metodologia do Trabalho Científico” (PRODANOV; FREITAS, 2013), conhecimento popular é:

O conhecimento popular é dado pela familiaridade que temos com alguma coisa, sendo resultado de experiências pessoais ou suposições, ou seja, é uma informação íntima que não foi suficientemente refletida para ser reduzida a um modelo ou uma fórmula geral, dificultando, assim, sua transmissão de uma pessoa a outra, de forma fácil e compreensível (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 21).



Sendo assim, evidenciar fatos requer responsabilidade e conhecimentos abrangentes, a ponto de que o método que levará ao resultado de uma determinada pesquisa, seja alcançado. São vários os métodos existentes para adoção e composição de uma determinada pesquisa.

Esta pesquisa possui caráter bibliométrico e propõe-se a fazer uma análise sistemática de teses e dissertações que figuram no banco de teses e dissertações da capes. Afim de desenvolver um trabalho empírico, buscou-se primeiramente expandir o conhecimento nas áreas tratadas e trazer conceitos sobre as mesmas e expandir os conhecimentos.

Sendo assim, através do interesse de evidenciar fatos e definições, o devido trabalho buscou procedimentos bibliográficos com abordagem do tipo qualitativa. Com isto, a busca pelas informações contidas na presente pesquisa ocorreu através de artigos publicados, revistas, livros e publicações de jornais informativos estando as referências tratadas no devido anexo.

Os dados absorvidos em suas composições foram organizados conforme a coerência obtida no decorrer da formação do texto, relacionando parágrafos anteriores e posteriores, formalizando um contexto de melhor entendimento. Sendo assim, isso foi realizado através de análises de conteúdo e estatística.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O assunto em pauta é pouco tratado, desde as publicações em trabalhos voltados ao tema até a atuação em si. Isso prova a essência do desempenho em campo da Contabilidade Forense no combate à corrupção. Com base nas informações exibidas no decorrer deste artigo, como também em outras publicados, comprova-se a complexidade e preparação por parte da área para atuar frente aos atos ilícitos. A seguir, elencam-se as pesquisas direcionadas à contabilidade Forense, no banco de teses e dissertações da capes utilizado como fonte para esta pesquisa.

TEMA	AUTOR	ANO	PALAVRA-CHAVE	UNIVERSIDADE	TIPO
Contabilidade Forense no Brasil:	CARDOSO	2008	Contabilidade Forense.	UNB, UFPB, UFPE E UFRN	Dissertação



Incipiência ou Insipiência?			Profissionais de Controle		
Contabilidade Forense no Brasil: Uma proposição de Metodologia.	SILVA	2011	Fraude, Contabilidade Forense, Investigação.	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Dissertação
Contabilidade Forense: A aplicação da atividade contábil investigativa e sua perspectiva futura no Brasil	CARREIRO SIQUEIRA SZUSTER	2016	Fraude, Ferramenta investigativa, Contabilidade forense.		Dissertação
Contabilidade Forense e lavagem de capitais: Um estudo da percepção da Contabilidade forense nas investigações de organizações criminosas.	RIBEIRO	2009	Contabilidade Forense, Lavagem de capitais, Organizações criminosas, Direito penal, Sociedade do risco.	Universidade Federal de Pernambuco	Dissertação

Quadro 4: Informações dos textos que serviram como base de referência para a pesquisa

Fonte: Próprio autor (2019).

Na apresentação do artigo Contabilidade Forense no Brasil: Incipiência ou Insipiência?, através de um questionário realizados por profissionais de áreas sociais, saúde, exatas e biológicas aplicou-se perguntas voltada ao conhecimento da Contabilidade Forense e até mesmo a aplicação da área como disciplina nas instituições de ensino, é verificável a existência de pouco conhecimento sobre a atuação da área, onde 71,0% dos respondentes não possuem conhecimento sobre tal.

Mesmo assim, o conhecimento da área não existindo de fato e não sendo reconhecida com detalhe, as práticas e ferramentas da Contabilidade Forense são utilizadas pelos profissionais contidos na pesquisa, cita (CARDOSO, 2008) em seus resultados. É como que se existisse uma semente de combate plantada, e o que se precisa de fato é fazer com que tal prática se torne habitual e necessária.



Na pesquisa elaborada por (SILVA, 2011), percebe-se mais uma vez a amostra da ausência da formação da área e o quanto a mesma ainda não se estabilizou por ainda não ter ensinamentos especializados voltados a atuação. A prova foi o resultado de 87% dos entrevistados responderem que suas carreiras na investigação de fraudes, ocorreram por oportunidades que foram aproveitadas, mas sem uma especialização devida. Tal ação, comprova a ausência da efetiva e necessária formação.

No tópico do presente trabalho, foi tratado da relação da Auditoria e Perícia com a Contabilidade Forense, foi mostrado que ambas não se confundem, cada uma com suas peculiaridades possuem suas contribuições frente aos atos corruptos. Porém, a Contabilidade Forense se torna mais complexa a ponto de utilizar das duas atuações para combater tais práticas. Silva (2011) enfatiza esta realidade, ressaltando a limitação do Auditor sobre as demonstrações financeiras.

A amostragem e a materialidade como pontos observados na atuação do Auditor, tanto limitam sua atuação, como dão espaços para a ocorrência de fraudes, afirma (SILVA, 2011). Pontos como a limitação e até mesmo fatos históricos, diferencia tais ramos, sendo a Auditoria voltada mais para análises de conformidades com padrões contábeis, e a Contabilidade Forense detectiva e preventiva de atos futuros.

Além da ausência de especialização da área como fator preponderante a instabilidade da especialização Forense no Brasil, alguns outros fatores foram enfatizados por (SILVA, 2011) no qual também foi tratado no presente artigo. A ausência de cultura, burocracia e lentidão nos sistemas dos processos judiciais e ausência de legislação específica.

No trabalho que retrata a Contabilidade Forense como atividade contábil investigativa e sua perspectiva futura no Brasil, o autor em seus resultados através de questionários realizado com profissionais em áreas jurídicas e sociais, demonstra que dos 351 entrevistado, 300 afirma ter conhecimento da Contabilidade Forense, porém, 91 desses 300 confunde tal especialidade com a Perícia e Auditoria, o que torna um pouco contraditório.

Com tudo, para os entrevistados, afirmou-se haver conhecimento que há a distinção da Contabilidade Forense sobre a Perícia e Auditoria, frisando a complexidade e característica mais completas diante destas duas especialidades. Assim, a responsabilidade que se sobressai

sobre um profissional Forense, possui um retorno sobre resultados mais eficaz. Por ser mais completa, tal área se posicionou capaz tanto na prevenção quanto na detecção.

Assim, (RIBEIRO, 2009), em sua pesquisa aplicou questionários que possuíam 5 (cinco) grupos sobre caracterização da amostra. No segundo grupo, denominado “Contabilidade Forense”, foi perguntado se havia conhecimento prévio do que é Contabilidade Forense, do total de 84 questionário, 18 responderam que sim, 63 não e 3 não responderam.

Verifica-se que, do montante entrevistado, uma pequena parte obtém conhecimento sobre a área investigativa, o que diverge de resultados apresentados anteriormente.

Como balanço geral, notou-se a multiplicidade dos resultados apresentados referente ao conhecimento dos profissionais sobre a Contabilidade Forense enquanto área atuante, alguns obtiveram resultados maior para sim outros maiores para não. Mesmo assim, sua essência foi comprovada e até mesmo utilizada apesar de baixos conhecimentos em alguns casos. Além do mais, demonstrou a necessidade de implementação de ensino voltado para a área, como também a indigência em uma legislação específica. Assuntos estes tratados no presente trabalho.

Por fim, contabilidade forense responsabilidade para combate à corrupção diante das áreas em detecção e evidenciação de erros ou fraudes, o trabalho de tal não limita-se a pequenos papeis, a atuação de tal área, enfrenta a corrupção a ponto de combatê-la, mesmo sua existência ainda acontecendo, isto a torna mais abrangente e dissemelhante das demais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que as ferramentas impostas nas Leis, normas e entre outros meios regulamentadores existentes no país, elevam o atributo no combate à corrupção através de seus mecanismos. A Contabilidade Forense pode representar uma forma de regressão aos atos ilícitos, porém a existência de outras áreas atuantes em processos criminais pode atuar junto, figurando uma batalha frente as indecências contra os atos corruptos.

Através de alcançar a amostra da Contabilidade Forense como forte candidata cara a existência dos escândalos nas entidades, foi proposto provar a importância de tal estudo nos meios investigativos com a finalidade de transparecer e diminuir as diligências que afetam a economia de um país, colocando-o em decadência.

Dentro das delimitações definidas nos objetivos específicos do presente trabalho, através de Apresentar um panorama estatístico da corrupção no Brasil, Evidenciar as práticas de corrupção e Demonstrar como a Contabilidade Forense enquanto um instrumento auxiliar nas práticas investigativas no tocante ao combate à corrupção no Brasil, evidenciou-se tal essência do papel da contabilidade forense através dos dados apresentados.

Em exposição de gráficos e citações, comprovou-se a existência de corrupção no Brasil evidenciado através da revista transparência internacional não estando dentro dos países mais íntegros. Além do mais, mostrou-se as práticas de corrupção por meio dos grandes escândalos, como a Lava Jato e outros casos de corrupção ocorridos não só no país, mas também no exterior. Estando em massa direcionados a crimes de lavagem de dinheiro, formação de cartéis, dando consequência a alterações indevidas nos relatórios econômicos financeiros.

Assim, por intermédio das ferramentas apresentadas, que a Contabilidade utiliza para confrontar a corrupção, provou-se que isso é algo necessários para obter o resultado principal, transparecer ao tribunal o que está oculto, sendo este o objetivo final da contabilidade forense.

Acoplado ao que foi proposto, manifestar informações que auxiliam com as práticas demonstradas somam a um resultado sensato. Implementação as medidas anticorrupção, envolver o quadro de colaboradores nos programas anticorrupção, medir, monitorar, revisar os programas anticorrupção e ir além da legislação, são características que devem ser utilizados na atuação do profissional diante da fraude em objeto.

Baseado no estudo apresentado, a única limitação existente foi a ausência da Legislação específica que regulamente a atuação do Contador Forense. Com tudo, a importância da devida atuação é primordial ao assunto em pauta, sua complexidade desde a denominação da área usada até ao que lhe compete, garante a essência e representatividade a favor dos benefícios sociais. Por fim, a busca da instabilidade normatizadora de tal profissão deve ser continuada, através de comprovações verídicas em casos reais.

Sugere-se para continuidade de um aperfeiçoamento do estudo, pesquisar trabalhos que mostrem uma atuação em prática da contabilidade forense frente a casos de fraude, afim de provar a veracidade das informações estabelecidas em teoria.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia Contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

AMARAL; Gilberto Luiz do; AMARAL, Letícia Mary Fernandes do; YAZBEC, Cristiano Lisboa; DELGADO, Tailane Moreno. Os fatores atuais da competitividade: tributação, tecnologia e transparência. *REVISTA GOVERNANÇA TRIBUTÁRIA*. Out. 2015. Disponível em: <www.ibpt.org.br>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BARBOSA, Suzana. **Bitstream**. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/6604/1/DM_SusanaBarbosa_2015.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. **Conselho de atividades financeiras**. Disponível em: <<http://bit.ly/Coaf-Estat-Supervisao>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 8.420, de 18 de março de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8420.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. **Medida Provisória n.º 893, de 19 de agosto de 2019**. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7992902&ts=1572994536412&disposition=inline>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CARDOSO, Fernando Nazareth. **Contabilidade Forense no Brasil: incipiência ou insipiência?** 2008. 67 f. Dissertação (Programa Mult institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis) Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasília/DF, 2008.

CARNEIRO, Ygor Firmo Fontenelle; SZUSTER, Natan; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; FONSECA, Ana Carolina Pimentel Duarte da. Contabilidade Forense: a aplicação da atividade contábil investigativa e sua perspectiva futura no Brasil. 2016. **Revista de contabilidade do mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p.57-73., set/dez., 2016.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria e controle interno na administração pública, evolução do controle interno no Brasil: do Código de Contabilidade de 1922 até a criação da CGU, guia para atuação das auditorias e organização dos controles internos nos Estados, municípios e ONGs**. São Paulo: Atlas, 2008.

COELHO, José Martonio Alves. **NBC TA 200 (R1) – Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria**.

Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200(R1).pdf)>. 2016.
Acesso em: 21 jan. 2019.

DONEGÁ, Guilherme; SANEN, Claudia. **Integridade e empresas no Brasil**. 2018.
Disponível em: <www.transparenciainternacional.org.br>. Acesso em: 21 jan. 2019.

ENCCLA. **O que é whistleblower?** Disponível em: <<http://enccla.camara.leg.br/noticias/o-que-e-o-whistleblower>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

EXAME. Escândalo da Petrobras põe os auditores na berlinda. **REVISTA...** Disponível em:
<<https://exame.abril.com.br/revista-exame/dava-para-pegar/>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

G1. **Coaf**: saiba o que é e como funciona o Conselho de Controle de Atividades Financeiras.
Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/21/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-coaf.ghtml>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

G1. **Para virar a página, empresas da Lava Jato investem em planos anticorrupção**.
Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/para-virar-a-pagina-empresas-da-lava-jato-investem-em-planos-anticorruptao.ghtml>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

G1. **Petrobras contrata auditoria da KPMG para substituir PWC**. Disponível em:
<<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/petrobras-contrata-auditoria-da-kpmg-para-substituir-pwc.ghtml>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

GALIOTTO, Adriana Panizzon. **Análise da produção científica sobre fraude contábil no banco de teses e dissertações**. 2016. 84 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) Centro de Ciências Sociais, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul/RS, 2016.

IOB. Coaf: Prorrogada a vigência da Medida provisória que transforma e transfere competências do Coaf para a Unidade de Inteligência Financeira. **REVISTA IOB**. Ago. 2019.

MDD. **O que é Contabilidade Forense?** Disponível em: <<https://mdd.com/pt/o-que-e-contabilidade-forense/>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

MOREIRA, Andreza. **Índice de percepção da corrupção 2018**. (Tradução de Quote Translation). Disponível em: <<https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/tibr-downloads/CPI-2018.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

NADONE, Caio Lucas. **Competências necessárias para o contador forense no Brasil: percepção de especialistas e fraudes**. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2017.

NETTO, Vladimir. **Lava Jato**: o juiz Sérgio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

NEXO. **Por que as auditorias dificilmente detectam corrupção em uma empresa**.

Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/07/27/Por-que-as-auditorias-dificilmente-detectam-corrupção-em-uma-empresa>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

POLÍCIA FEDERAL. **Operações**. Disponível em: <<http://bit.ly/PF-operacoes>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Universidade FEEVALE. Novo Hamburgo-RS, 2013.

RIBEIRO, Arnaldo Antonio Duarte. **Contabilidade Forense e Lavagem de Capitais**: um estudo da percepção da relevância da Contabilidade Forense nas investigações de organizações criminosas. 2009. 248 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciências Contábeis) Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pernambuco, Recife/PE, 2009.

SILVA, Robson Maciel da. **Contabilidade Forense no Brasil**: uma proposição de metodologia. 2011. 106 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis) Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, SP, 2011.

UOL. **Coaf**: o que é e o que tem a ver com Flávio Bolsonaro e Queiroz. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/11/20/coaf-uif-o-que-sao-as-siglas-envolvidas-no-caso-flavio-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2019.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: análise comparativa da distribuição da riqueza gerada nos segmentos da B3

Ana Raquel Rocha Nascimento¹

Cássio Rodrigo da Costa Almeida²

Adriana Martins de Oliveira³

Rosângela Queiroz Souza Valdevino⁴

Pedro Balduino de Sousa Neto⁵

RESUMO

Com a finalidade de suprir a necessidade informacional dos usuários da contabilidade acerca dos aspectos sociais de uma entidade, a Lei nº 11.638/07 tornou obrigatória às companhias abertas a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem por função demonstrar como foi gerada e distribuída a riqueza de uma entidade entre os elementos que se esforçaram para gerá-la (pessoal, governo, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprio) ou seja, de que forma uma companhia insere capital na sociedade. À vista disso, o objetivo desta pesquisa é analisar qual dos elementos que geram riqueza recebe maior parcela do valor adicionado comparando três segmentos do mercado de capitais brasileiro (Seguradoras, Bancos e Energia Elétrica) listados na B3, Brasil, Bolsa, Balcão, no período de 2017 a 2019. Foram analisadas as DVAs de 40 empresas, por meio da aplicação das análises vertical e horizontal. Os resultados obtidos demonstraram que o valor adicionado na maior parte das empresas cresceu, principalmente entre os anos de 2018 e 2019 e que os três segmentos

¹Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: anaraquelnas3@gmail.com.

²Mestrando em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: cassiorodrigocontabilidade@hotmail.com.

³Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: adrimartinso@gmail.com.

⁴Doutoranda em Administração pela Faculdade de Fortaleza. Docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: rosangelaqueiroz84@yahoo.com.br.

⁵Mestrando em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: pedro_balduino@hotmail.com.



distribuem a maior parcela do valor adicionado a elementos distintos, concluindo que no período analisado a maior parcela das Seguradoras foi para remuneração do capital próprio, com uma média de 66,67%, dos Bancos para pessoal com uma média de 69,05% e Energia Elétrica para o governo com uma média de 57,90%. Este estudo contribui para a ampliação dos conhecimentos acerca da DVA e para entender a participação de cada segmento na sociedade.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado, riqueza, distribuição.

ABSTRACT

In order to meet the information needs of accounting users about the social aspects of an entity, Law No. 11,638 / 07 made it mandatory for public companies to disclose the Added Value Statement (VAS), which has the function of demonstrating how the wealth of an entity was generated and distributed among the elements that endeavored to generate it (personnel, government, remuneration of capital from third parties and remuneration of equity), that is, how a company injects capital in society. In view of this, the objective of this research is to analyze which of the elements that generate wealth receives the greatest share of added value by comparing three segments of the Brazilian capital market (Insurance, Banks and Electricity) listed in B3, Brazil, Bolsa, Balcão, in the period from 2017 to 2019. The VAS's of 40 companies were analyzed, through the application of vertical and horizontal analysis. The results obtained showed that the added value in most companies grew, mainly between the years 2018 and 2019 and that the three segments distribute the largest portion of the added value to different elements, concluding that in the analyzed period the largest part of the Insurance Companies was for remuneration of the own capital, with an average of 66.67%, of the Banks for personnel with an average of 69.05% and Electricity for the government with an average of 57, 90%. This study contributes to the expansion of knowledge about VAS and to understand the participation of each segment in society.

Keywords: Added Value Statement, wealth, distribution.

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais a preocupação com os aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável tem estado em evidência tanto nas empresas, nas suas condutas e valores, como na percepção dos consumidores e dos investidores que por vezes estão optando por investir em empresas que além de proporcionar retornos financeiros também tenham a preocupação com as questões sociais e que de fato tragam algum benefício a sociedade (TERRES *et al.*, 2017).

Com isso, é imprescindível que as empresas sejam transparentes na informação das suas atividades, visto que seus usuários têm interesse em informações íntegras e objetivas (GRECCO *et al.*, 2010) e que sirvam como suporte para a tomada de decisão. Nesse contexto, a contabilidade torna-se uma ferramenta essencial e indispensável dentro de uma organização, pois conforme Melo *et al.* (2017) ela tem o papel fundamental de produzir informações de cunho econômico, social e financeiro das entidades, de modo a atender os usuários internos e externos.

Para tal fim, a Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 tornou obrigatória para as empresas de capital aberto a elaboração e divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), uma das ferramentas do Balanço Social, cuja finalidade é demonstrar o quanto de riqueza foi gerado pela companhia e a distribuição dessa riqueza entre as partes que se esforçaram para gerá-la: funcionários, governo, terceiros e acionistas (MACHADO; MACEDO; MACHADO, 2015).

Silva *et al.* (2020) complementam ao falar que a DVA procura demonstrar o quanto uma empresa contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Portanto, essa ferramenta é de suma importância, uma vez que apresenta o desempenho econômico e social de uma empresa e a riqueza que ela gera para a sociedade a qual faz parte.

À vista disso, há alguns estudos que buscaram analisar a distribuição da riqueza gerada, como é o caso do estudo de Braga, P. (2008) que analisou empresas estatais e privadas do Brasil; Guessier, Fedrigo e Einsweiller (2018) que apresentaram a evolução e a distribuição de riqueza das empresas catarinenses listadas na BM&FBovespa e Aleixo e Santos (2019) cujo objeto foi empresas listadas no novo mercado e no mercado tradicional da BM&FBovespa.

Diante do exposto, esta pesquisa buscou responder a seguinte indagação: qual dos elementos que geram riqueza recebe maior parcela do valor adicionado a distribuir? A fim de responder este questionamento, o objetivo geral deste estudo é analisar qual dos elementos que

geram riqueza recebe maior parcela do valor adicionado comparando três segmentos do mercado de capitais brasileiro (Seguradoras, Bancos e Energia Elétrica) listados na B3, Brasil, Bolsa, Balcão, compreendendo os anos de 2017, 2018 e 2019. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: Identificar os modelos de DVA apresentados no CPC - 09; caracterizar os elementos geradores de riqueza e analisar a distribuição do valor adicionado nestes segmentos.

Com isso o presente artigo contribuirá para ampliar os conhecimentos sobre a DVA, e de que forma se dá a geração e distribuição de riqueza de uma entidade, como também servir de informação para os usuários da contabilidade, avaliando de qual maneira cada segmento estudado contribui para a sociedade.

Além da introdução, esse trabalho conta ainda com um referencial teórico, que busca esclarecer os conceitos acerca do tema abordado, metodologia, discussão dos resultados e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social é uma ferramenta de evidenciação de informações relacionadas aos aspectos sociais e econômicos de uma empresa. Através dele as empresas podem apresentar quantitativamente suas atividades sociais, contribuições e benefícios trazidos a sociedade (TERRES *et al.*, 2017).

Essa ferramenta da contabilidade teve as suas primeiras manifestações na Europa, quando as empresas passaram a sentir necessidade de prestar informações de cunho social (sua relação com os colaboradores e com o meio ambiente) aos seus funcionários e a sociedade (FOLLMANN; PAIVA; SOARES, 2011). Com isso, verificou-se que a principal motivação para o surgimento do Balanço Social foi de mostrar o impacto social de uma companhia e sua contribuição para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da sociedade a qual faz parte.

Diferentemente das outras demonstrações que visam apenas demonstrar dados de natureza financeira, patrimonial e de resultado, o Balanço Social proporcionou um maior bem-

estar entre empresa e sociedade uma vez que tornou essa relação mais próxima (ALEIXO; SANTOS, 2019).

Ainda de acordo com Aleixo e Santos (2019), ele possui quatro componentes: o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, a Demonstração dos Valor Adicionado e o Relatório de Benefícios e Contribuições à Sociedade em Geral. Destaca-se aqui a Demonstração do Valor Adicionado, ferramenta de fundamental importância para a entidade e aqueles que de certa forma sofrem sua influência.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Apesar da existência de outras demonstrações contábeis, ainda assim havia a necessidade de uma ferramenta que pudesse dar suporte à tomada de decisão com informações referentes a capacidade que uma organização tem de gerar riqueza e de que forma essa riqueza é distribuída entre aqueles que se esforçaram para gerá-la. Diante disso surgiu a DVA, que segundo Aleixo e Santos (2019) foi criada para suprir uma necessidade informacional acerca da aplicação da riqueza produzida por uma organização.

Portanto, sua função é informar de que forma foi gerada a riqueza de uma entidade e como essa riqueza foi distribuída (SANTOS; BONOTTO, 2014). Para Machado, Macedo e Machado (2015) a DVA é um demonstrativo que apresenta o valor adicionado pela corporação e a distribuição desse valor entre os elementos que se esforçaram para gerá-lo, como a sociedade, funcionários, financiadores e o governo, ou seja, mostra a parcela que cada um desses elementos recebe do valor adicionado.

Na visão de Fregonesi e Santos (2014) a DVA é uma demonstração que apresenta informações antes não divulgadas, como o valor gasto com empregados e os tributos sofridos, que tem como objetivo evidenciar o quanto de riqueza a empresa adicionou à economia do país que faz parte e como a empresa remunera seus fatores de produção. Boscov e Bispo (2010) ainda complementam ao falar que a DVA sozinha apresenta informações muito úteis e seus indicadores são excelentes para a avaliação da distribuição de riqueza.

No Brasil, não havia obrigatoriedade da elaboração e divulgação da DVA, até o momento da criação da Lei nº 11.638/07, que alterou algumas disposições da Lei 6.404/76 (Lei

das Sociedades Anônimas) tornando a elaboração e divulgação de tal demonstração obrigatória para as companhias de capital aberto, no final do exercício. A estrutura dessa demonstração é disciplinada pelo Conselho Federal de Contabilidade, através do CPC 09.

2.2.1 Estrutura da Demonstração do Valor adicionado

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 09 apresenta três modelos de DVA, sendo o Modelo I indicado para as empresas em modo geral, o Modelo II para as Instituições financeiras e o Modelo III para as Seguradoras.

A diferença entre os modelos se dá apenas pelo tipo de atividade desenvolvida por cada um desses segmentos que influencia na forma como sua riqueza é gerada, não havendo, portanto, nenhuma disparidade entre os elementos que recebem a riqueza.

De acordo com Follmann, Paiva e Soares (2011), a DVA é composta por duas partes: a primeira parte mostra a riqueza gerada e a segunda para onde e de que forma essa riqueza foi distribuída, como pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 01 – Modelo I – Demonstração do Valor Adicionado – EMPRESAS EM GERAL

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) outras (especificar)		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) outras		



7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 – Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (2020).

2.2.2 Geração de riqueza

O processo de agregação de valor, ou geração de riqueza do Modelo I, descrito pelo CPC 09 é composto pelas receitas; que compreende toda venda de mercadoria, produtos, serviços, além de outros tipos de receitas; insumos adquiridos de terceiros, que engloba os custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos e as perdas ou recuperações de valores ativos; valores de depreciação, amortização e exaustão e o valor adicionado recebido em transferência, que abrange o resultado de equivalência patrimonial, as receitas financeiras e outros tipos de receitas como aluguéis e direitos de franquia (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 09, 2008).

Já no Modelo II, para as atividades de intermediação financeira, a distinção entre o Modelo I está nas receitas, que de acordo com o CPC 09 (2008) abarca os valores de intermediação financeira, prestação de serviços e provisão para créditos de liquidação duvidosa e no valor adicionado recebido em transferência que não engloba as receitas financeiras.

E, no tocante as seguradoras, representadas no Modelo III, se diferencia do Modelo I na composição das receitas, formada pelos itens: receitas com operações de seguro; rendas com taxas de gestão e outros tipos de taxas; receitas com operações de previdência complementar e

provisão para créditos de liquidação duvidosa. Ainda se inclui na primeira parte um item com as variações das provisões técnicas, referentes a operações de seguro e de previdência, também um item para benefícios e sinistros com as quantias relacionadas a sinistros, variação da provisão de sinistro/eventos ocorridos, mas não avisado e despesas com benefícios e resgates. E, no item valor adicionado recebido/cedido em transferência há a inclusão do resultado com operações de resseguros ou cosseguros cedidos (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 09, 2008).

2.2.3 Distribuição da riqueza

Além de apresentar como uma riqueza foi gerada, a estrutura da DVA apresenta também a distribuição detalhada dessa riqueza, entre os seguintes itens conceituados por Guessers, Fedrigo e Einsweiller (2018):

- a) Pessoal – Referente à remuneração direta dos trabalhadores (salários, 13º, honorários, férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc.); aos benefícios (planos de saúde e aposentadoria, cesta básica, transporte, etc.); e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- b) Impostos, taxas e contribuições – De âmbito Federal, Estadual e Municipal como: Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e entre outros.
- c) Remuneração de capitais de terceiros – Valores referentes a remuneração à terceiros pelo capital que foi investido na entidade, através de empréstimos e financiamentos.
- d) Remuneração de capitais próprios – Remuneração paga aos sócios e acionistas através de: Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e dividendos; Lucros retidos e prejuízos do exercício e também a participação de acionistas não-controladores.

Portanto, os destinatários da partilha são, em geral, os empregados, o governo, os credores financeiros, proprietários e acionistas, ficando a parcela não distribuída e a depreciação, destinadas ao autofinanciamento da atividade econômica da empresa (BOSCOV;

BISPO, 2010). Para analisar essa distribuição faz-se uso de técnicas de análise das demonstrações contábeis, em destaque a análise vertical e horizontal.

2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis desempenham um papel de fundamental importância dentro de uma empresa, uma vez que são fonte de informação no qual é evidenciado dados relativos a entidade, demonstrando seu desempenho em determinado período. Dessa forma, Matarazzo (2010) afirma que as demonstrações financeiras proporcionam dados para a empresa conforme as regras contábeis e é a análise de balanço que transformará esses dados em informações. De acordo com Padoveze e Benedicto (2011) essa análise é distribuída em quatro subgrupos. Dentre eles estão a análise vertical e análise horizontal.

2.3.1 Análise vertical

Segundo Padoveze e Benedicto (2011) a análise vertical é a verificação percentual da participação ou de estrutura dos elementos que compõem as demonstrações contábeis. Portanto, faz-se uma relação percentual de todos os elementos sobre um outro, sendo esse o mais importante, assumido como 100%, por exemplo, no Balanço Patrimonial adota-se 100% para os totais de ativo e passivo.

Cassol (2014) corrobora com Padoveze e Benedicto (2011) ao falar que a análise vertical de Balanços é obtida mediante percentuais onde se verifica a participação das contas em relação ao total de referência, possibilitando a comparação dessa participação nos anos em estudo.

2.3.2 Análise horizontal

Conforme Padoveze e Benedicto (2011) a análise horizontal é uma avaliação de crescimento, onde é fixado 100% para todas as contas de um certo período, fazendo-se uma relação percentual em cima dos dados apresentados. Portanto, Braga, H. (2012) afirma que é necessário fixar uma demonstração que seja base para as comparações, e nela será atribuído 100% a cada grupo e conta de sua composição. A análise horizontal é realizada através de

números índices enquanto a análise vertical compara cada conta com o todo, ou seja, com o valor total, a análise horizontal faz a comparação de cada item da demonstração entre si mesmo em diferentes períodos (RIBEIRO, 2014).

A finalidade da análise horizontal é definida como sendo a de denotar a variação dos itens que compõem as demonstrações contábeis através de períodos, tratando de compreender o ritmo de crescimento desses itens (OLIVEIRA *et al.*, 2010). Ou seja, através dessa análise é possível entender a evolução da entidade, comparando as contas que compõe a demonstração, entre si (MATARAZZO, 2010). Essa ferramenta associada a análise vertical possibilita o estudo das demonstrações contábeis das entidades de cada segmento ao longo do tempo, sendo aplicadas nessa pesquisa aos segmentos: Energia Elétrica, Bancos e Seguradoras.

2.4 SEGMENTOS DA B3

O segmento Seguradoras é onde estão as empresas que atuam no mercado de seguros brasileiro, desempenhando um papel importante ao promover uma garantia de segurança aos seus assegurados em diversos aspectos. No Brasil, o órgão responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros é a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), uma autarquia ligada diretamente ao Ministério da Economia, que dentre suas atribuições estão: a fiscalização do funcionamento das sociedades seguradoras; a defesa dos interesses dos consumidores e a promoção da estabilidade dos mercados sob sua jurisdição (SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, 2020).

A presente pesquisa estuda também o segmento de Bancos, que são instituições financeiras que fornecem serviços fundamentais a sociedade. Sua principal finalidade é o de intermediar as trocas financeiras entre os agentes superavitários e deficitários de uma economia. No Brasil, o setor bancário é representado pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), uma associação sem fins lucrativos, cujo compromisso está em fortalecer o sistema financeiro brasileiro e suas relações com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e sustentável do país (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS, 2020).

Por fim, temos o segmento de Energia Elétrica, que é de suma importância para o desenvolvimento da sociedade pois fornece a eletricidade usada para as atividades essenciais

do cotidiano. O órgão regulador do setor elétrico no país é a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), uma autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), cuja missão é propiciar condições favoráveis para que haja um desenvolvimento equilibrado do mercado de energia elétrica entre os agentes e para benefício da sociedade (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2020).

3 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo geral da presente pesquisa, fez-se uso da pesquisa descritiva, analisando a distribuição do valor adicionado entre três segmentos do mercado de capitais brasileiro. Conforme Gil (2017) essa pesquisa tem por finalidade descrever as características de uma determinada população, fenômeno ou ainda estabelecer relações entre as variáveis e uma de suas características mais relevantes é a aplicação de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Quanto a abordagem para o proceder das análises pode ser considerada qualitativa, Alyrio (2009) define o método qualitativo como sendo um método que busca interpretar e estudar o significado de um determinado objeto, levando mais em consideração a subjetividade do pesquisador. Gil (2017) complementa ao comparar a análise quantitativa com a qualitativa, onde percebe-se que na primeira os resultados são expostos em termos numéricos, enquanto na qualitativa são expostos mediante descrição verbal.

Em relação aos procedimentos adotados, a pesquisa se classifica como bibliográfica, por fazer uso de livros, websites e artigos e documental, por consultar as DVAs divulgadas no site da B3. Para Gil (2017) a pesquisa bibliográfica é baseada em material já elaborado, composto principalmente por livros e artigos científicos sendo a documental semelhante a essa, diferenciando-se apenas pela natureza das fontes, enquanto a bibliográfica vem de autores, a documental é o estudo de dados que ainda não receberam um tratamento analítico.

Para o estudo havia um total de 102 empresas listadas, porém apenas 40 delas estavam aptas para a análise, principalmente pelo fato de não haver dados para todos os anos do período estudado (2017 a 2019). Abaixo, o Quadro 02 apresenta a quantidade de empresas listadas e analisadas por segmento.

Quadro 02 – Empresas por segmento

Segmento	Quantidade de empresas listadas	Quantidade de empresas analisadas
Seguradoras	6	6
Bancos	26	14
Energia Elétrica	70	20
Total	102	40

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Os resultados visam identificar qual elemento recebe a maior fração do valor adicionado nos setores citados acima e se eles são distintos entre si, através da aplicação da análise vertical e horizontal. Registra-se a exclusão do item outros, por ter baixa representatividade e por apenas constar valores em poucas empresas.

Esta pesquisa foi realizada em 3 etapas. A primeira, onde estudou-se os conceitos acerca do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado, a segunda, caracterizada pela coleta das demonstrações das empresas que compõe os segmentos Energia Elétrica, Bancos e Seguradoras no sítio eletrônico da Brasil, Bolsa, Balcão e a terceira que se deu após a coleta, no tratamento dos dados em tabelas no *Microsoft Excel*, onde foram organizados e aplicadas as análises vertical e horizontal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção do artigo, será apresentado os resultados encontrados através da tabulação dos dados e da aplicação das análises vertical e horizontal. Primeiramente, tem-se as tabelas com o valor adicionado total a distribuir por cada empresa de cada segmento. A análise vertical comparou esta conta com a receita ano a ano, demonstrando a participação desse valor dentro das receitas enquanto a análise horizontal comparou os totais dos anos de 2018 e 2019 a 2017, o aumento ou decréscimo do mesmo. E, logo em seguida, gráficos com a distribuição do valor adicionado entre os elementos, calculados através da análise vertical.

4.1 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO VALOR ADICIONADO

A análise vertical é de suma importância, pois conforme Cassol (2014) por meio dela pode-se verificar a participação de uma conta em relação a uma outra tomada como referência, possibilitando a comparação entre elas. Já a análise horizontal é relevante pois de acordo com Matarazzo (2010) através dela pode-se entender o progresso de uma entidade, comparando as contas que compõe a demonstração. A Tabela 01 apresenta os resultados das análises verticais no período de 2017 a 2019 para o segmento Seguradoras.

Tabela 01 – Valor Adicionado total a distribuir segmento Seguradoras (em Reais Mil)

Empresa	31/12/2017	AV%	31/12/2018	AV%	31/12/2019	AV %
Consórcio Alfa de Administração S.A.	200.207	35,80	214.096	45,83	191.028	53,61
IRB-Brasil Resseguros S.A.	1.493.638	30,15	1.723.527	28,90	2.150.169	30,27
Porto Seguro S.A.	4.069.695	49,62	4.677.227	49,74	4.535.151	45,74
Sul América S.A.	2.816.377	15,17	2.986.709	14,47	3.275.363	14,50
BB Seguridades Participações S.A.	5.437.728	180,09	5.099.763	162,62	9.436.276	134,51
CIA Seguros Aliança da Bahia	58.699	170,31	52.094	166,24	51.841	387,19

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Pode-se observar que as empresas BB Seguridades e CIA Seguros apresentaram nos três anos uma participação do valor adicionado acima de 100% nas receitas, ou seja, o Valor Adicionado a distribuir nestes anos foi maior que a receita gerada pela empresa. Destaque também para a Consórcio Alfa, que obteve uma participação acima de 50%, porém apenas no ano de 2019. As demais empresas obtiveram uma baixa representatividade de 2017 a 2019.

A Tabela 02 apresenta os resultados das análises horizontais no período de 2017 a 2019 para o segmento Seguradoras.

Tabela 02 – Valor Adicionado total a distribuir segmento Seguradoras (em Reais Mil)



Empresa	31/12/2017	AH %	31/12/2018	AH %	31/12/2019	AH %
Consórcio Alfa de Administração S.A.	200.207	100	214.096	106,94	191.028	95,42
IRB-Brasil Resseguros S.A.	1.493.638	100	1.723.527	115,39	2.150.169	143,96
Porto Seguro S.A.	4.069.695	100	4.677.227	114,93	4.535.151	111,44
Sul América S.A.	2.816.377	100	2.986.709	106,05	3.275.363	116,30
BB Seguridades Participações S.A.	5.437.728	100	5.099.763	93,78	9.436.276	173,53
CIA Seguros Aliança da Bahia	58.699	100	52.094	88,75	51.841	88,32

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Através da análise horizontal observou-se que a BB Seguridades e a CIA Seguros diminuíram seu Valor Adicionado em 2018 e a Consórcio Alfa e CIA Seguros em 2019 em relação a 2017. As demais empresas em 2018 e 2019 apresentaram um aumento em relação a 2017.

A seguir, a Tabela 03 apresenta os resultados das análises verticais de 2017 a 2019 para o segmento Bancos.

Tabela 03 – Valor Adicionado a distribuir segmento Bancos (em Reais Mil)

Empresas	31/12/2017	AV %	31/12/2018	AV %	31/12/2019	AV %
Banco Inter S.A.	148.662	28,72	234.829	36,71	282.154	34,34
Banestes S.A.	767.180	25,20	743.288	29,32	753.606	29,90
BCO ABC Brasil S.A.	840.879	31,45	746.049	21,34	945.893	32,20
BCO Alfa de Investimentos S.A.	136.850	10,99	172.745	17,23	207.274	39,07
BCO Bradesco S.A.	51.569.608	35,38	45.552.784	38,07	44.946.275	36,09
BCO Estado de Sergipe S.A.	366.964	44,70	342.385	45,70	340.082	43,45
BCO Estado do Pará S.A.	820.819	47,29	1.076.562	58,66	1.115.398	61,78
BCO Estado do Rio Grande do Sul S.A.	4.093.276	37,24	4.432.242	41,67	4.171.826	38,93
BCO Mercantil do Brasil S.A.	582.107	32,73	627.972	39,49	653.355	40,82
BCO Nordeste do Brasil S.A.	3.403.591	43,43	3.615.562	45,70	4.801.552	55,61
BCO Santander (Brasil) S.A.	23.966.915	34,86	27.585.507	42,42	32.851.906	46,17
BRB BCO de Brasília S.A.	1.240.230	55,73	1.293.585	62,08	1.514.770	67,13
Itaú Unibanco Holding S.A.	62.357.000	36,66	63.639.000	38,37	67.519.000	38,41
ITAUSA S.A.	10.543.000	165,61	11.993.000	163,70	12.828.000	194,42

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Observa-se que em 2017 o BRB Bco. de Brasília apresentou acima de 50% de representatividade do valor adicionado a distribuir na receita e o Itaú Unibanco acima de 100%. Em 2018, além da BRB o Bco. Estado do Pará também obteve acima de 50% e o Itaú Unibanco



manteve sua participação acima de 100%. Quanto a 2019 além do BRB e do Bco. Estado Pará também o Bco. do Nordeste Brasil obteve 50% de representatividade do valor adicionado a distribuir nas receitas, e em destaque novamente o Itaú Unibanco acima de 100%.

A Tabela 04 apresenta os resultados das análises horizontais no período de 2017 a 2019 para o segmento Bancos.

Tabela 04 – Valor Adicionado a distribuir segmento Bancos (em Reais Mil)

Empresas	31/12/2017	AH %	31/12/2018	AH %	31/12/2019	AH %
Banco Inter S.A.	148.662	100	234.829	157,96	282.154	189,80
Banestes S.A.	767.180	100	743.288	96,89	753.606	98,23
BCO ABC Brasil S.A.	840.879	100	746.049	88,72	945.893	112,49
BCO Alfa de Investimentos S.A.	136.850	100	172.745	126,23	207.274	151,46
BCO Bradesco S.A.	51.569.608	100	45.552.784	88,33	44.946.275	87,16
BCO Estado de Sergipe S.A.	366.964	100	342.385	93,30	340.082	92,67
BCO Estado do Para S.A.	820.819	100	1.076.562	131,16	1.115.398	135,89
BCO Estado do Rio Grande do Sul S.A.	4.093.276	100	4.432.242	108,28	4.171.826	101,92
BCO Mercantil do Brasil S.A.	582.107	100	627.972	107,88	653.355	112,24
BCO Nordeste do Brasil S.A.	3.403.591	100	3.615.562	106,23	4.801.552	141,07
BCO Santander (Brasil) S.A.	23.966.915	100	27.585.507	115,10	32.851.906	137,07
BRB BCO de Brasília S.A.	1.240.230	100	1.293.585	104,30	1.514.770	122,14
Itaú Unibanco Holding S.A.	62.357.000	100	63.639.000	102,06	67.519.000	108,28
ITAUSA S.A.	10.543.000	100	11.993.000	113,75	12.828.000	121,67

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Com a análise horizontal, as empresas Banestes, Bco. Bradesco e Bco. Estado de Sergipe apresentaram uma queda no Valor Adicionado a distribuir em 2018 e 2019 em relação a 2017 e a empresa Bco. ABC apenas em 2018 em relação a 2017. As demais empresas seguiram aumentando nos anos de 2018 e 2019.

Abaixo a Tabela 05 ilustra os resultados das análises verticais de 2017 a 2019 para o segmento Energia Elétrica.

Tabela 05 – Valor Adicionado a distribuir segmento Energia Elétrica (em Reais Mil)



Empresas	31/12/2017	AV %	31/12/2018	AV %	31/12/2019	AV %
AES Tiete Energia SA	1.026.352	52,84	1.152.115	53,68	1.149.982	50,53
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S/A	18.426	69,80	27.641	75,71	30.858	73,87
Cachoeira Paulista Transmissora Energia S.A.	47.761	91,13	33.181	68,73	39.515	97,71
CEMIG Distribuição S.A.	10.197.772	47,93	12.173.977	51,22	13.777.057	53,38
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	3.516.250	37,61	4.187.792	49,08	4.094.490	44,85
Centrais Elet de Santa Catarina S.A.	5.779.523	50,29	6.189.384	49,17	6.404.512	49,35
Cia Celg de Participações-CELGP	252.313	92,10	179.455	74,57	215.480	78,91
Cia Energética de Brasília	1.947.076	46,60	1.863.446	45,97	2.071.063	48,26
Cia Energética de Minas Gerais- CEMIG	15.049.884	46,07	17.342.952	50,40	19.394.352	51,60
Cia Estadual Ger.Trans.Energ.Elet-CEEE-GT	991.020	66,08	1.041.665	83,72	1.195.628	87,99
CPFL Energias Renováveis S.A.	1.032.587	36,98	942.699	41,17	978.451	42,74
CPFL Geração de Energia S.A.	2.327.660	57,44	2.274.873	64,78	2.320.329	64,53
EMAE-Empresa Metrop.Aguas Energia S.A.	336.026	90,07	265.413	77,34	327.412	64,08
Energisa Mato Grosso do Sul - Dist de Energ. S.A.	1.571.762	47,65	1.688.577	45,12	2.041.879	49,07
Energisa S.A.	9.290.675	45,72	11.572.710	46,82	13.199.052	45,11
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	2.229.639	49,08	2.675.027	52,12	2.613.753	51,06
Equatorial Para Distribuidora de Energia S.	3.168.295	44,99	3.596.183	47,73	3.838.010	49,33
Ômega Geração S.A.	300.467	50,60	374.210	46,07	472.874	43,42
Rede Energia Participações S.A.	6.058.665	44,89	6.771.746	44,54	7.896.757	46,93
Rio Paranapanema Energia S.A.	839.014	49,08	860.512	57,12	831.132	51,70

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na Tabela 05 do Segmento Energia Elétrica, as companhias AES Tiete, Afluente, Cachoeira Paulista, Cia Celg de participações, Cia Estadual de Ger. Trans. Ene. Elet, CPFL Geração de energia e a EMAE, apresentaram através da análise vertical uma representatividade



acima de 50% do Valor Adicionado a distribuir diante das receitas nos anos de 2017, 2018 e 2019. Já as empresas CEMIG distribuição, Cia Energética de Minas Gerais, Equatorial Maranhão e a Rio Paranapanema somente nos anos 2018 e 2019. A empresa Centrais elétrica de Santa Catarina e a Ômega geração apresentou essa representatividade acima de 50% apenas no ano de 2017.

A Tabela 06 apresenta os resultados das análises horizontais no período de 2017 a 2019 para o segmento Bancos.

Tabela 06 – Valor adicionado a distribuir segmento Energia Elétrica (em Reais Mil)

Empresas	31/12/2017	AH %	31/12/2018	AH %	31/12/2019	AH %
AES Tiete Energia SA	1.026.352	100	1.152.115	112,25%	1.149.982	112,05
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S/A Cachoeira Paulista	18.426	100	27.641	150,01%	30.858	167,47
Transmissora Energia S.A. CEMIG Distribuição S.A.	47.761	100	33.181	69,47%	39.515	82,73
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	10.197.772	100	12.173.977	119,38	13.777.057	135,10
Centrais Elet de Santa Catarina S.A.	3.516.250	100	4.187.792	119,10	4.094.490	116,44
Cia Celg de Participações-CELGP	5.779.523	100	6.189.384	107,09	6.404.512	110,81
CELGP	252.313	100	179.455	71,12	215.480	85,40
Cia Energética de Brasília	1.947.076	100	1.863.446	95,70	2.071.063	106,37
Cia Energética de Minas Gerais- CEMIG	15.049.884	100	17.342.952	115,24	19.394.352	128,87
Cia Estadual Ger.Trans.Energ.Elet-CEEE-GT	991.020	100	1.041.665	105,11	1.195.628	120,65
CPFL Energias Renováveis S.A.	1.032.587	100	942.699	91,29	978.451	94,76
CPFL Geração de Energia S.A.	2.327.660	100	2.274.873	97,73	2.320.329	99,69
EMAE-Empresa Metrop.Aguas Energia S.A.	336.026	100	265.413	78,99	327.412	97,44
Energisa Mato Grosso do Sul - Dist de Energ S.A.	1.571.762	100	1.688.577	107,43	2.041.879	129,91
Energisa S.A.	9.290.675	100	11.572.710	124,56	13.199.052	142,07
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	2.229.639	100	2.675.027	119,98	2.613.753	117,23
Equatorial Para Distribuidora de Energia S.	3.168.295	100	3.596.183	113,51	3.838.010	121,14
Ômega Geração S.A.	300.467	100	374.210	124,54	472.874	157,38
Rede Energia Participações S.A.	6.058.665	100	6.771.746	111,77	7.896.757	130,34
Rio Paranapanema Energia S.A.	839.014	100	860.512	102,56	831.132	99,06

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Com a análise horizontal demonstra-se que as empresas Cachoeira Paulista, Cia Celg de participações, CPFL Energias renováveis, CPFL Geração de energia e a EMAE apresentaram uma queda no Valor Adicionado líquido de 2018 e 2019 em relação a 2017. Enquanto a empresa Cia Energética de Brasília apenas em 2018 e a Rio Paranapanema em 2019.

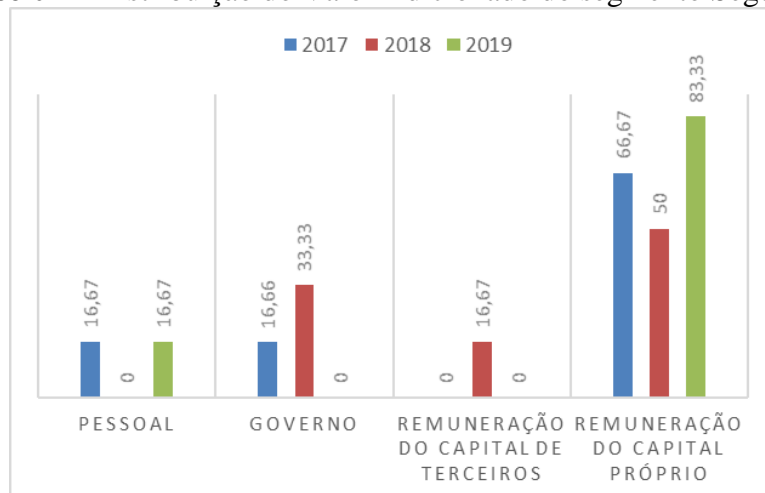
Portanto, com as análises realizadas acima, observa-se que o segmento Seguradoras tem uma boa representatividade do Valor Adicionado a distribuir em relação as receitas, com uma

média de 89,69% para o período estudado. Também se percebe uma tendência no aumento do valor adicionado nos anos 2018 e 2019. Quanto ao segmento Bancos apresentou uma representatividade do Valor Adicionado a distribuir, em relação as receitas, menor que as seguradoras com média de 49,26% nos anos estudados. Com a análise horizontal é perceptível que houve pouca queda do Valor Adicionado nesse segmento nos anos de 2018 e 2019. E o segmento de Energia Elétrica, apresentou uma boa representatividade do Valor Adicionado em relação a receita com 56,44%, sendo maior que Bancos. Por meio da análise horizontal, observa-se que a maioria das empresas do segmento aumentaram o seu Valor Adicionado nos anos de 2018 e 2019.

4.2 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO POR SEGMENTO

Por meio da análise vertical, encontrou-se as porcentagens referentes a distribuição do Valor Adicionado entre os elementos que se esforçaram para gerá-lo. Abaixo o Gráfico 01 apresenta em porcentagem a quantidade de empresas que distribuíram a maior parcela do Valor Adicionado para cada um dos itens, no segmento Seguradoras.

Gráfico 01 – Distribuição do Valor Adicionado do segmento Seguradoras



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

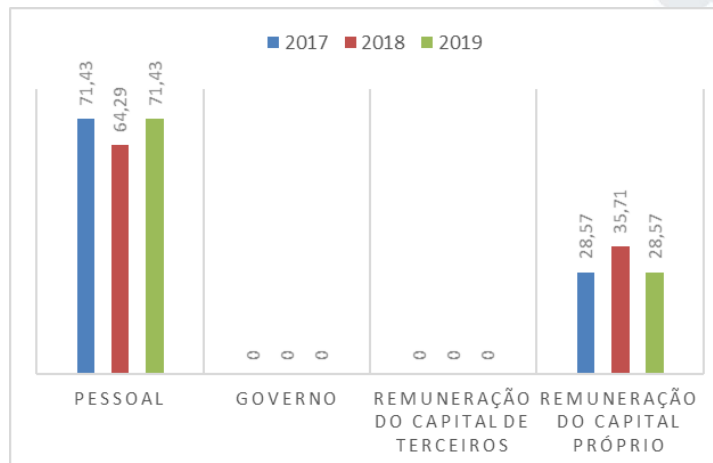
Em 2017 esse segmento teve uma maior distribuição do seu Valor Adicionado a remuneração de capital próprio com 66,67% das empresas, em 2018 também para a

remuneração de capital próprio, porém com 50% do valor total de empresas e logo em seguida, com uma porcentagem considerável, o governo com 33%. Quanto a 2019 a remuneração de capital próprio também recebeu a maior parcela em 83,33% das empresas e as demais, que corresponde a 16,67% para o pessoal.

Este resultado corrobora em parte com o resultado encontrado na pesquisa de Santos e Bonotto (2014), sobre a distribuição do valor adicionado do setor financeiro da B3, onde incluíse as seguradoras, nos anos de 2011, 2012 e 2013. Através da análise da DVA os autores constataram que os itens com maior participação foram: pessoal, impostos, taxas e contribuições (Governo) e remuneração de capital próprio. Sendo que o item pessoal esteve à frente em 2011 e 2012, apresentando um crescimento lento no período, enquanto a remuneração de capital próprio obteve um grande aumento de 2012 a 2013, ficando à frente do pessoal no último ano. Já impostos, taxas e contribuições diminuíram de 2012 a 2013.

A seguir, o Gráfico 02 apresenta em porcentagem a quantidade de empresas que distribuíram a maior parcela do Valor Adicionado para cada um dos itens, no segmento Bancos.

Gráfico 02 – Distribuição do Valor Adicionado do segmento Bancos



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em 2017, no segmento Bancos, o elemento que gera riqueza que recebeu a maior parcela do Valor Adicionado, foi pessoal, com uma porcentagem de 71,43% das empresas e logo em seguida a também quem recebeu foi a remuneração do capital próprio com 28,57%, nenhuma das 14 empresas distribuiu a maior parcela para governo e remuneração do capital de terceiros.

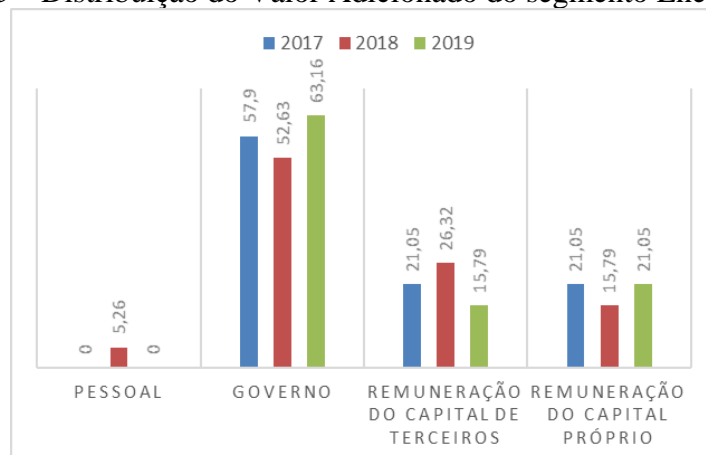
Em 2018, de semelhante forma, pessoal recebeu a maior parte em 64,29% das empresas e também a remuneração de capital próprio em 35,71% delas. Quanto a 2019 seguiu-se com as mesmas porcentagens de 2017, pessoal com a maior parte da distribuição em 71,43% das empresas.

Estes resultados se diferenciam dos encontrados no estudo de Grecco *et al.* (2016), sobre o setor que mais contribui para a distribuição da riqueza, onde foram analisadas 37 empresas de diversos setores, selecionadas com base no valor do capital social (as maiores), entre elas empresas do segmento Bancos, listadas no site da B3 em 2010 em que os resultados sugeriram que o elemento que recebe maior parcela do Valor Adicionado neste segmento é a remuneração do capital próprio (descrita no texto como acionistas), com uma porcentagem de 50%.

Os Bancos e Seguradoras de acordo com o site da B3 fazem parte do setor de atuação financeiro e analisando este setor em 2008 e 2009, Follmann, Paiva e Soares (2011) encontraram resultados que sugerem que o setor distribui maior parcela para a remuneração de capitais próprios, corroborando com os resultados da análise do segmento Seguradoras e se diferenciando do encontrado no segmento Bancos.

A seguir, o Gráfico 03 apresenta em porcentagem a quantidade de empresas que distribuíram a maior parcela do Valor Adicionado para cada um dos itens, no segmento Energia Elétrica.

Gráfico 03 – Distribuição do Valor Adicionado do segmento Energia Elétrica



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Através da análise vertical foi constatado que nesse segmento em 2017 a maior parte das empresas distribuíram um maior Valor Adicionado para o governo, totalizando 57,90% delas, também para remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprio, ambos com 21,05%. Em 2018 o governo ainda se manteve com a maior parcela, com 52,63%, a remuneração de capital de terceiros com 26,32%, a remuneração de capital próprio com 15,79% e apenas uma empresa distribuiu maior parcela para pessoal, equivalente a 5,26% do total de empresas. Quanto a 2019 o governo continuou com a maior parcela, só que acima dos anos anteriores, com 63,16% do total de empresas, enquanto a remuneração de capital de terceiros e remuneração do capital próprio com 15,79% e 21,05%, respectivamente.

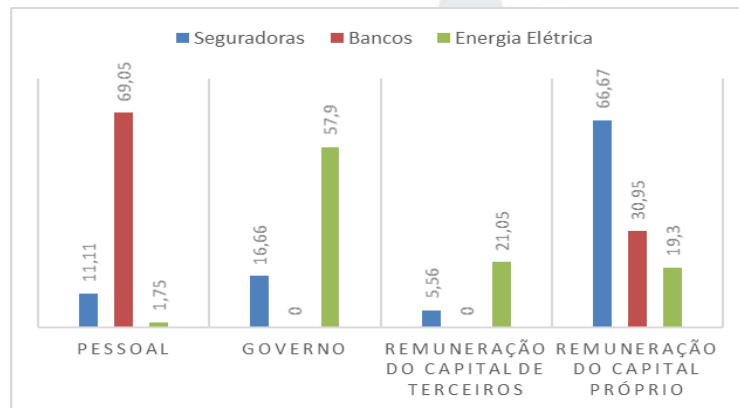
A pesquisa de Follmann, Paiva e Soares (2011), obteve o mesmo resultado ao analisar o setor utilidade pública como um todo, englobando os diversos segmentos, dentre eles Energia Elétrica, nos anos de 2008 e 2009. Os resultados sugeriram que a destinação do valor adicionado a distribuir foi predominante para o item Impostos, taxas e contribuições, ou seja, Governo.

Os resultados encontrados também corroboram com o estudo de Grecco *et al.* (2016) que analisaram em sua pesquisa o segmento de Energia Elétrica, onde as análises sugeriram que a maior parcela do Valor Adicionado a distribuir é distribuída para o governo, sob forma de impostas, taxas e contribuições, a pesquisa chegou a uma porcentagem de contribuição de 40%.

Ainda, os resultados obtidos, vão ao encontro dos mesmos achados na pesquisa de Aleixo e Santos (2019) que analisaram 23 empresas do setor Utilidade Pública, no qual está inserido o segmento de Energia Elétrica, nos anos de 2013, 2014 e 2015. Essas entidades são integrantes do top 50 maiores empresas considerando o valor do capital social. E foram divididas em empresas do Novo mercado e do mercado tradicional. Suas análises demonstraram que em ambos o governo é o elemento que recebe maior parte do Valor Adicionado a distribuir.

Através dos Gráficos 01, 02 e 03, foi exposto o percentual de empresas de cada segmento que distribuiu a maior fatia do valor adicionado para um dos elementos geradores de riqueza. O Gráfico 04, apresenta uma média dos três anos estudados, por segmento para cada elemento.

Gráfico 04 – Distribuição média – Seguradoras, Bancos e Energia Elétrica



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Como pode ser visto no Gráfico 04, os resultados sugerem que cada segmento distribui a maior parcela do Valor Adicionado a um elemento diferente, sendo a remuneração do capital próprio a receber maior fatia nas Seguradoras, com uma média entre os três anos, 2017, 2018 e 2019 de 66,67%, ou seja, neste segmento a maioria das empresas distribuem a maior parcela do Valor Adicionado entre juros de capital próprio, dividendos e lucros retidos/ prejuízo do exercício. No segmento Bancos, o item pessoal obteve uma média maior de 69,05%, isso significa que o segmento distribui a maior fatia do Valor Adicionado entre remuneração direta, benefícios e FGTS. E, no segmento Energia Elétrica o Governo recebe a maior parcela com uma média de 57,90%, distribuindo o seu valor adicionado para impostos, taxas e contribuições de âmbitos federais, estaduais e municipais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Demonstração do Valor Adicionado se mostra relevante pelo fato de apresentar o processo de geração de riqueza de uma empresa e como se deu a distribuição dessa riqueza, demonstrando dessa forma como a entidade inseriu capital na sociedade. A presente pesquisa investiga qual dos elementos que geram riqueza recebe maior parcela do Valor Adicionado comparando três segmentos do mercado de capitais brasileiro (Seguradoras, Bancos e Energia Elétrica) listados na B3, Brasil, Bolsa, Balcão, compreendendo os anos de 2017, 2018 e 2019.

Por meio da análise vertical dos dados verificou-se que os três segmentos estudados apresentaram comportamentos distintos em relação a participação do valor adicionado a



distribuir nas receitas, onde as Seguradoras obtiveram uma média no período estudado de 89,69%, os Bancos uma média de 49,26% e o segmento Energia Elétrica uma média de 56,44%. Já através da análise horizontal observou-se que a maioria das empresas de cada segmento aumentaram seu Valor Adicionado de um ano em relação ao ano anterior.

Com a análise gráfica percebeu-se que os segmentos apresentam maior parcela do Valor Adicionado a distribuir a elementos distintos. No segmento Seguradoras o item remuneração do capital próprio foi o item a qual a maior parte das empresas distribuíram a maior parcela, com uma média de 66,67%. No segmento Bancos a maior parcela esteve alocada ao elemento pessoal, com uma média de 69,05% e no segmento Energia Elétrica o governo foi quem obteve a maior fatia do Valor Adicionado com uma média de 57,90% dos três anos estudados.

O presente estudo contribui para ampliar os conhecimentos acerca da DVA, seu conceito, objetivo, estrutura, diferença entre os três modelos existentes e sua importância para a sociedade. Também contribui para um maior entendimento acerca dos segmentos estudados, como se comportaram neste período e qual sua contribuição para a sociedade a qual ele pertence.

Como limitação tem-se o fato de que houve empresas que apresentaram o Valor Adicionado negativo, logo, foram excluídas da amostra e outras, principalmente no setor de Energia Elétrica, que não apresentaram valores para o ano de 2017, não sendo, portanto, passíveis de comparação. Estes critérios foram responsáveis por um número menor de empresas analisadas.

Por fim, sugere-se que em pesquisas futuras sejam feitas análises em períodos maiores, como também em segmentos diferentes, cruzando e comparando dados de segmentos que pertencem a um mesmo setor.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. A ANEEL. [199-]. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/a-aneel>. Acesso em: 02 fev. 2020.

ALEIXO, W. M.; SANTOS, C. K. S. Distribuição do valor adicionado: comparação entre as empresas listadas no novo mercado e no mercado tradicional da BM&FBOVESPA. *Contabilometria*, Monte Carmelo, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em:

<https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/contabilometria/article/view/1297>. Acesso em: 03 fev. 2020.

ALYRIO, D. R. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

BOSCOV, C.; BISPO, J. D. S. A comparação da distribuição de riqueza gerada entre os setores de serviço, comércio e indústria. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 10, n. 17, p. 59-70, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/14743>. Acesso em: 19 fev. 2020.

BRAGA, H. R. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRAGA, P. T. S. **Demonstração do valor adicionado (DVA): um estudo comparativo do perfil de distribuição de riqueza pelas empresas estatais e privadas do Brasil**. 2008. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, UnB/UFPB/UFRN, Natal, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6704?mode=full>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO. Empresas listadas. **Setor de atuação**. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em: 29 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm. Acesso em: 2 dez. 2019.

CASSOL, J. D. R. **Análise das demonstrações contábeis de uma microempresa do comércio varejista**. 2014. 128f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2013. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/2085>. Acesso em: 28 mar. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**. [200-]. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf. Acesso em: 04 abr. 2020.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. Febran News. **A FEBRABAN**. [201-]. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3031/9/pt-br/institucional>. Acesso em: 16 fev. 2020.

FOLLMANN, D. A.; PAIVA, K. S. E.; SOARES, S. V. Distribuição do valor adicionado nas empresas do Novo Mercado: análise setorial da destinação da riqueza em 2008 e 2009.

Reunir, Campina Grande, v. 1, n. 2, p. 101-117, 2011. Disponível em:

<https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/33>. Acesso em: 14 fev. 2020.

FREGONESI, M. S. F. A.; SANTOS, A. Investimentos socioambientais na DVA. **AnpCont**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRECCO, M. C. P. *et al.* DVA: Demonstração do valor adicionado: uma análise do setor que mais contribui para a distribuição de riqueza. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16, 2010, Belo Horizonte/MG. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2010. p. 1-16. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/634/634>. Acesso em: 01 mar. 2020.

GUESSER, A. P. G.; FEDRIGO, J.; EINSWEILLER, A. C. Demonstração do Valor Adicionado: a evolução e a distribuição da riqueza das empresas catarinenses listadas na BM&Fbovespa. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 10, n. 1, p. 200-222, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/11276>. Acesso em: 25 jan. 2020.

MACHADO, M. A. V.; MACEDO, M. A. S.; MACHADO, M. R. Análise da Relevância do Conteúdo Informacional da DVA no Mercado Brasileiro de Capitais. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 26, n. 67, p. 57-69, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/98098>. Acesso em: 24 fev. 2020.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, F. L. D. *et al.* Demonstração do valor adicionado (DVA): um estudo sobre a destinação da riqueza nas regiões brasileiras. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 68-96, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/1235>. Acesso em: 28 fev. 2020.

OLIVEIRA, A. A. D. *et al.* A Análise das Demonstrações Contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2010. Disponível em: http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes/pdfs/ricardo_alessandro.pdf. Acesso em: 28 fev. 2020.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. **Análise das demonstrações financeiras**. 3. ed. Rio Grande do Sul: Cengage Learning, 2011. p. 1-312.

RIBEIRO, O. M. **Estrutura e Análise de Balanços**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, R. P; BONOTTO, M. M. S. **Análise das distribuições do valor adicionado das empresas integrantes do setor financeiro e afins da BM&Fbovespa**. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140706/000968516.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 jan. 2020.

SILVA, B. I. *et al.* Nível de conhecimento dos discentes de Ciências Contábeis acerca da elaboração e utilização da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, Monte Carmelo, v. 8, n. 33, p. 48-63, 2020. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/2018>. Acesso em: 06 jun. 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS. **A SUSEP**. [201?]. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/apresentacao>. Acesso em: 5 fev. 2020.

TERRES, J. C. *et al.* Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Análise Comparativa da Distribuição da Riqueza Gerada por uma Instituição de Ensino Superior. **Caderno Científico Ceciesa - Gestão**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 119-133, 2017. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/cccg/article/view/11576>. Acesso em: 27 mar. 2020.



EFICIÊNCIA BANCÁRIA RELACIONADA AO PORTE DE AGÊNCIAS: análise comparativa em um banco público

Iggor Roberto Narcizo¹

Cássio Rodrigo da Costa Almeida²

Adriana Martins de Oliveira³

Rosângela Queiroz Souza Valdevino⁴

Tennessee Andrade Nunes⁵

RESUMO

As grandes instituições financeiras têm aumentado suas receitas através de tarifas sobre serviços de intermediação financeira e diminuído seus custos reduzindo sua estrutura física e de recursos humanos, tornando-se assim um dos setores que mais elimina postos de trabalho no Brasil. As agências bancárias têm diminuído de tamanho, algumas não contam mais com guichês de caixas e tem atendimento direto ao público, por funcionários, bastante reduzido. Diante de tal cenário, a ideia dessa pesquisa foi realizar uma análise comparativa inferencial entre duas agências bancárias de porte distintos, situadas na mesma cidade. Utilizamos a contabilidade bancária, de custos e a análise das demonstrações contábeis para conhecer o resultado operacional de duas agências de um banco público na cidade de Mossoró/RN. Neste trabalho, houve a preocupação em analisar agências de um mesmo banco, pois tem um nicho de mercado específico se comparado com outros tipos de instituições financeiras, como as instituições privadas, por exemplo, e até mesmo em relação a outras instituições públicas. As duas agências analisadas têm portes distintos para efeito de comparação e relação entre estrutura física, gastos com

¹Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: iggor.narcizo@gmail.com.

²Mestrando em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: cassiorodrigocontabilidade@hotmail.com.

³Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: adrimartinso@gmail.com.

⁴Doutoranda em Administração pela Faculdade de Fortaleza. Docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: rosangelaqueiroz84@yahoo.com.br.

⁵Doutora em Fitotecnia pela Universidade do Ceará. E-mail: tenesseenunes@gmail.com.



peçoal e lucratividade. Para a realização do trabalho foram coletados dados referentes ao resultado operacional das agências a partir do próprio sistema corporativo da instituição financeira pública estudada, e então, foram comparados os índices de lucratividade relacionando-os com o porte das agências analisadas.

Palavras-chave: Instituições financeiras, porte de agências, análise comparativa, lucratividade, eficiência.

ABSTRACT

Large financial institutions have increased their revenues through fees on financial intermediation services and reduced their costs by reducing their physical and human resources structure, thus becoming one of the sectors that most eliminates jobs in Brazil. Bank agencies have been decreasing in size, and some no longer even have cashier counters and there is very little direct service to the public by employees. In view of this scenario, the idea of this research was to carry out an inferential comparative analysis between two bank branches of different sizes, located in the same city. We used bank, cost accounting and analysis of the financial statements to know the operating results of the two agencies of a public bank in the city of Mossoró/RN. In this work, there was a concern to analyze agencies of the same bank, as it has a specific market niche compared to other types of financial institutions, such as private institutions, for example, and even in relation to other public institutions. The two agencies analyzed have different sizes for the purpose of comparison and the relationship between physical structure, personnel expenses and profitability. In order to carry out the work, data related to the operational results of the agencies were collected from the corporate system of the studied public financial institution, and then, the profitability indexes were compared, relating them to the size of the analyzed agencies.

Keywords: Financial institution, agency size, comparative analysis, profitability, efficiency.

1 INTRODUÇÃO

A forma considerada ideal pela direção dos bancos para avaliar o desempenho de suas agências tem sido, durante as últimas décadas, atingir metas relacionadas à venda de produtos e serviços bancários, ou seja, ampliar o número de clientes qualificados como rentáveis, conforme análise de Monteiro (2006). Nesse contexto, Oliveira (2008) diz que as notícias acerca dos lucros recordes das instituições financeiras são frequentes e tem-se a percepção de que a rentabilidade obtida pelos bancos é elevada. No Brasil, conforme Lima (2019), os bancos lucram muito, não importa o momento econômico vivido pelo país. As instituições financeiras estão entre as que mais visam reduzir custos e aumentar receitas. Grande percentual desse lucro é gerado diretamente nas agências bancárias. A estrutura física e operacional das agências bancárias vem sofrendo alterações ao longo das décadas. Atualmente ocorre a diminuição da estrutura física e da quantidade de funcionários, aumento das metas de vendas de produtos bancários, além do contínuo encaminhamento dos clientes para os canais eletrônicos de autoatendimento.

Ceretta e Niederauer (2001) investigaram o desempenho integrado de 144 conglomerados financeiros do setor bancário brasileiro, durante o segundo semestre de 1999, segundo o modelo de eficiência operacional e o modelo de rentabilidade aceitável para o setor. Foram utilizados dados sobre o montante de capital próprio, capital de terceiros, receita total e resultado do semestre. A análise integrada feita pelos autores, dos indicadores de eficiência permite concluir que os conglomerados de grande porte são os de melhor desempenho, com a maioria de seus representantes operando com um desempenho aceitável. Por outro lado, a categoria de pequeno porte apresentou a maioria de seus conglomerados operando com uma indesejável baixa rentabilidade e baixa eficiência operacional. Essas conclusões embasadas na pesquisa parecem realmente refletir o que vem tornando-se uma tendência da indústria bancária, com a falência de pequenas e médias instituições bancárias e mesmo a compra ou fusão entre bancos nacionais e estrangeiros. Como já ocorreu em outros setores, o estudo mostrou que o mercado caminha para um número menor de instituições bancárias, mas de grande porte. Deve-se, portanto, analisar se essa constatação aplica-se a nível institucional, entre unidades da mesma empresa, e não apenas a conglomerados.

Nesta linha de pesquisa, Périco, Rebelatto e Santana (2008) constataram que o maior banco pode de fato ser o mais eficiente, desde que utilize os seus recursos de maneira a aumentar

e consolidar os resultados financeiros ampliando sempre a sua base de clientes e diferenciando-se em relação à concorrência, ou seja, aloque seus recursos de forma mais eficiente. A eficiência de uma unidade produtiva, seja de bens ou serviços, é determinada intimamente pela relação inversamente proporcional entre os resultados obtidos e os recursos utilizados para produzi-los, e não com a riqueza patrimonial da mesma.

Tendo em vista as exigências atuais do mercado, qual seria a configuração mais eficiente das agências de um banco público para atingir um melhor desempenho operacional?

Nesse contexto, esta pesquisa tem por objetivo estudar o caso de uma instituição financeira pública, que possui agências de varejo de diferentes portes no centro do mesmo município. Esse trabalho visa comparar e analisar o resultado operacional e a estrutura de duas agências bancárias de portes distintos, da mesma instituição pública, a Caixa Econômica Federal, na cidade de Mossoró/RN.

O presente trabalho espera contribuir com os administradores e gestores na tomada de decisão de manter a estrutura física das agências com grande ou pequeno porte de acordo com as peculiaridades do banco público federal. De fato, essa análise é voltada para o público interno da instituição bancária e de outras instituições (diretores, administradores e gestores), não se trata, portanto, de uma pesquisa voltada para usuários externos como os investidores e acionistas. Tal análise não tem a pretensão de apurar relatórios contábeis complexos voltados para usuários externos. Já existem vários trabalhos nessa linha de pesquisa, por isso pretendeu-se concentrar o trabalho mais na área gerencial e de custos e não na contabilidade bancária propriamente dita, embora ela também sirva de base para tal linha de pesquisa.

O trabalho está organizado em cinco seções, sendo esta primeira que corresponde à introdução, a segunda contempla a revisão de literatura, a terceira seção aborda a metodologia e as duas últimas a análise e discussão dos resultados e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SETOR BANCÁRIO

Conforme explicado por Bezerra e Bizarria (2013), nas duas últimas décadas do século XX, o Brasil passou por uma grande reestruturação em relação à produtividade no sistema financeiro. Houve um amplo ajuste na estrutura devido à globalização do sistema financeiro internacional e as mudanças nas instituições. Novas rotinas de trabalho foram estabelecidas e observou-se o investimento maciço nas áreas ligadas a tecnologia da informação.

Pela análise de Swiech (2009), a partir da década de 90, avanços tecnológicos e a globalização trouxeram rapidamente uma mudança significativa no mercado bancário brasileiro. Com respeito à automação bancária, Merlo e Barbarini (2002) explicaram que houve um forte investimento na migração do maior número possível de transações bancárias para o ambiente informatizado, que permitem conexões eletrônicas diretas dos clientes com o banco (*internet banking*), ou em salas de autoatendimento, estrategicamente localizadas fora da agência, o que contribuiu para que as agências diminuíssem de tamanho e se tornassem pontos de venda ou negócio com atividades altamente especializadas.

Na opinião de Machado e Amorim (2012), a transformação ocorrida no setor bancário foi caracterizada por vários elementos, dentre eles: a automação, a concentração, o novo modelo de gestão, a privatização e a terceirização. Tudo isso gira em torno exclusivamente da acumulação de capital da indústria financeira, que continua destacando-se como o setor mais lucrativo se comparado proporcionalmente a outros setores produtivos nas mais diversas áreas como: comércio, indústria, serviços, desenvolvimento e inovação. O capital multiplica-se mais rapidamente onde já existe muito capital. As atividades de âmbito social, principalmente relacionadas aos bancos públicos, passaram a ser vistas como de menos importância e até mesmo como empecilho para o atingimento das metas desejadas. O discurso social da inclusão bancária, ou seja, possibilitar o acesso dos mais pobres ao sistema bancário mostrou seu real objetivo: expansão barata dos serviços bancários e a segmentação dos clientes; separando a multidão que em proporção dá muito mais trabalho e menos lucro da minoria mais rentável que gera mais negócios em menos tempo.

Merlo e Barbarini (2002) alegam que a estrutura operacional e de gestão bancária também se modificou bruscamente nessa fase da automação. Houve uma maior ênfase no trabalho em equipe, com um relativo poder decisório para os empregados e também para a qualidade do atendimento. Ocorreu uma tendência à diminuição dos níveis hierárquicos para

dois níveis. Esse nivelamento mantém as funções de gerentes e atendentes, sendo que as funções de atendentes deverão ser eliminadas no futuro e todos deverão desempenhar a função de gerente, constituindo equipes de vendas e negócios, de forma que o cliente possa realizar todas as operações com o mesmo funcionário. Isso, na prática, veio a aumentar o grau de responsabilidade dos funcionários de qualquer nível e, proporcionalmente, as metas, cobranças sistemáticas e ameaças pela não efetivação dos resultados esperados.

Houve um aumento na qualificação do profissional bancário, porém ocorreu consideravelmente um aumento na pressão por resultados cada vez mais expressivos. Sempre é esperada a excelência no atendimento e nas vendas de produtos e serviços bancários, sendo que isso modifica regularmente a estrutura de agências, postos de atendimentos e demais canais e gera incertezas para os profissionais da área financeira. As dificuldades nas relações interpessoais em meio ao ambiente altamente competitivo tornam o trabalho do bancário desafiador. Os lucros exorbitantes caminham nesse contexto ao lado da ilimitada cobrança de produtividade dos trabalhadores do sistema bancário.

Swiech (2009) acrescenta que o acirramento da concorrência fez com que os dirigentes do sistema bancário buscassem meios de gerenciamento que os diferenciem dos concorrentes, permitindo sua permanência no mercado e aumentando a cada semestre sua margem de lucro. Esse gerenciamento ostensivo leva constantemente ao aprimoramento do desempenho na busca pela maior eficiência e, conseqüentemente, a atender as exigências capitalistas para obtenção de mais lucro em menos tempo.

A adaptabilidade das instituições bancárias frente aos diferentes padrões de mercado em que se inserem, além das mudanças nos parâmetros econômicos, políticas governamentais e características dos usuários do sistema bancário leva a uma breve análise da Teoria das Contingências, objeto de estudo da Controladoria aplicada à administração do sistema financeiro.

2.2 TEORIA DAS CONTINGÊNCIAS

Para Guerra (2007), a partir do fim da década de 1950, a abordagem dos sistemas internos e externos das organizações exerceu a influência inicial para o surgimento da Teoria

das Contingências. Algumas pesquisas clássicas relacionadas foram de Burns e Stalker (1961), Chandler (1962) e Woodward (1965). Estes estudos são reconhecidos e considerados como precursores da Teoria da Contingência.

Segundo Donaldson (1999), discorrendo sobre a Teoria das Contingências, é necessário atentar para a ausência de um único padrão estrutural e organizacional absolutamente efetivo para todas as organizações. A existência de fatores contingenciais, tais como estratégia e tamanho da organização, além da incerteza com relação às tarefas e tecnologias, implicará variação da estrutura da empresa como um todo.

Chiavenato (2000) define a Teoria das Contingências em sua relação com a Teoria Geral da Administração. Não existe uma única estrutura organizacional com aplicação generalizada, pois os fatores contingenciais, as empresas, os ambientes, são diferentes. Fachini, Bezerra e Silva (2010) conceituam que o ambiente influencia na estrutura das organizações. Segundo as práticas de controladoria, as empresas devem estar atentas às influências ambientais e as necessidades de informações decorrentes das contingências, ou seja, os fatores que podem impactar nas suas atividades.

Para Bueren e Fiorentin (2014), as empresas precisam utilizar a Teoria Contingencial como auxílio nas decisões e estratégias da organização. Guerra (2007) afirma que fatores contingenciais refletem a influência do ambiente em que a organização mostra-se inserida. Se qualquer ambiente conhecido é permanentemente mutável, as organizações devem acompanhar tais mudanças. As organizações buscam adaptação ou adequação a seu ambiente. Os fatores encontrados no ambiente interno e externo das empresas devem ser prontamente considerados. Entende-se por fatores externos as variáveis independentes como a tecnologia e a competitividade de mercado; já os fatores internos representam variáveis dependentes como a estratégia, estrutura, tamanho, cultura, ou seja, fatores controláveis.

Covaleski, Dirsmith e Samuel (1996) explicam que a Teoria das Contingências é a base teórica do comportamento organizacional que relata a maneira que as contingências, como a tecnologia e pressões ambientais, influenciam a formação e o desenvolvimento das organizações dinâmicas e modernas.

Frezatti *et al.* (2009) defendem que não existem soluções únicas para a resolução de problemas organizacionais ou não existe uma estrutura organizacional única que seja efetiva

para todas as organizações. Ao adotar uma estratégia padrão e imutável em todas as suas unidades, a empresa corre o risco de desatualização, de não agradar seus fornecedores e clientes e ser rapidamente ultrapassada pela concorrência.

Do ponto de vista de Junqueira (2010), entre as principais variáveis contingenciais investigadas destacam-se: o ambiente, a estratégia, o porte, a tecnologia, a estrutura e os estágios do ciclo de vida da empresa. As pesquisas na área de contabilidade gerencial que utilizam a Teoria da Contingência analisam uma ampla gama de artefatos do sistema de controle de gestão relacionados à área de Controladoria, como: o orçamento, a confiança nas medidas contábeis de desempenho, as dimensões da informação e o controle estratégico interativo e diagnóstico.

A relevância de realizar uma análise comparativa de desempenho de agências bancárias sob o prisma da Teoria das Contingências dá-se pelo fato da relação existente entre o gerenciamento dos resultados operacionais obtidos, a estrutura escolhida para as unidades do banco e a competitividade de mercado, que são fatores consideráveis.

2.3 MEDIÇÃO DE DESEMPENHO

Goulart (2007) diz que uma das bases de um sistema financeiro sólido, e realmente eficiente, consiste na credibilidade e transparência dos intermediários financeiros perante o mercado de capitais, reforçando a confiabilidade dos bancos pela sociedade. Nesse sentido, órgãos internacionais e bancos centrais atualmente defendem a divulgação, por parte dos bancos, de informações que evidenciem de forma clara e honesta a situação das instituições com respeito a vários parâmetros relevantes como: situação patrimonial e financeira, resultados obtidos, administração organizacional e controles internos. Segundo a abordagem de Tyrka (2012), o resultado operacional de uma instituição financeira pode sofrer influências tanto de fatores internos como externos a organização. O mercado financeiro está fazendo com que o desempenho operacional destas entidades transmita informações cada vez mais confiáveis sobre o equilíbrio financeiro das mesmas, para que os próprios gestores e até mesmo os investidores tenham resultados mais efetivos sobre a empresa.

Conforme definem Almeida *et al.* (2004), os métodos utilizados para avaliar o desempenho das instituições e pessoas que as formam adaptam-se a finalidade e aos objetivos dos avaliadores, sendo que tal metodologia sempre esteve presente no processo evolutivo da humanidade. Nesse contexto, Esposto *et al.* (2002) apontam que um sistema de medição de desempenho é um conjunto de processos e ferramentas para se coletar e analisar dados com o objetivo principal de apresentar informações sobre a *performance* de uma unidade organizacional de interesse.

Para Matias (2009), a análise da rentabilidade se ocupa em medir sistematicamente a capacidade da empresa em gerir suas atividades e tomar suas decisões financeiras relativamente à parcela de recursos da receita que não é comprometida por custos e despesas, neste sentido a rentabilidade pode ser entendida como o lucro resultante da receita depois de subtraídos custos e despesas do período.

Como caracterizam Périco, Rebelatto e Santana (2008), o nível de eficiência de qualquer organização pode ser percebido pelo modo como seus recursos são utilizados para gerar resultados econômicos positivos. O estudo sobre a eficiência de qualquer organização passa necessariamente pelo conceito chamado de fronteira da eficiência. Tal conceito parte da premissa de que essa fronteira representa um máximo de produtividade para uma determinada quantia de recursos estabelecida, significando que, deve-se buscar realizar mais com menos recursos. Duas unidades produtivas podem ser classificadas como eficientes, no entanto, estarão mais próximas da fronteira de eficiência aquelas que alcançarem maior produtividade, consumindo menos recursos.

Tyrka (2012) explica que a administração bancária tem se defrontado com uma complexidade crescente no processo de tomada de decisões, levando algumas instituições financeiras a grandes preocupações, enquanto outras almejam um futuro com ganhos significativos, mas com altos riscos. Nesse respeito, o bom planejamento e gerenciamento pode ser o diferencial. Os serviços financeiros oferecidos pelos bancos são gerenciados de maneira a minimizar seus custos e expandir o volume de suas aplicações e, conseqüentemente, de suas receitas. Dessa forma os bancos controlam seus custos administrativos e de captação de forma a serem capazes de oferecer dinheiro a seus clientes, tendo como diferencial: taxas e condições de pagamento mais atraentes. Suas aplicações, por outro lado, são efetuadas visando apurar o

mais alto retorno possível da intermediação financeira. A análise do comportamento operacional de uma empresa resulta em conhecimentos que ajudam os gestores na melhoria do resultado, verificando os pontos fortes e fracos dos resultados econômicos, o custo-benefício de qualquer operação.

D'Oliveira (2014) fez um exame acerca de quais variáveis determinaram a lucratividade no setor bancário brasileiro entre os anos de 1995 a 2013, estudando 201 instituições. O estudo também demonstrou que a eficiência foi uma determinante da lucratividade das instituições financeiras bancárias, em que as instituições que apresentaram maior lucratividade foram aquelas que apresentaram maior eficiência em diminuir os custos. Dessa forma, temos indícios de que a eficiência pode ser considerada como um fator que está associado à lucratividade no setor bancário.

Os bancos brasileiros estão, conforme análise de Li (2013), entre os que mais lucram no mundo. Ao analisar as características do sistema bancário brasileiro, compreende-se que um estudo empírico sobre a lucratividade dos bancos é, de fato, relevante. Um indicador para a solidez do sistema financeiro é a lucratividade das suas instituições bancárias. Aumentar esse indicador é o principal objetivo dos bancos como empresas econômicas, sendo que a importância deste como variável relaciona-se com sua função de alicerçar as estratégias adotadas pelos gestores dos bancos. Uma dessas estratégias chama-se *capital buffer* ou colchões de capital, que consiste em reservar mais capital, acima da exigência mínima de capital imposta pela autoridade monetária, ou seja, são os excessos de capital colocados numa reserva pelos bancos. Tal estratégia indica estabilidade atraindo depositantes e reduzindo custos de captação.

Conforme Mendonça et al. (2017), o desempenho de um setor pode ser influenciado pela estrutura de mercado (concentração) e a conduta das empresas (eficiência). A eficiência das instituições financeiras no Brasil é o que mais afeta a lucratividade, devido o nível de concentração de mercado ser baixo, ou seja, não há dominância de mercado por duas ou três instituições apenas e existem muitas opções de produtos e serviços para a escolha dos clientes em várias faixas de valores, taxas e prazos.

Contrariamente, para Luft e Zilli (2013), o grau de concentração na oferta de crédito para o setor bancário aumentou desde 1995 até 2011, mesmo registrando-se períodos de queda nessa concentração. Até o fim do século XX, verificou-se um aumento significativo na

concentração, observando-se uma queda subsequente. A partir do início do século XXI, o grau de concentração voltou a crescer e permaneceu em um nível mais elevado até 2011, ainda que este nível não se considere prejudicial ao setor. Esse aumento talvez possa ser explicado principalmente devido o grande número de fusões e aquisições ocorridas no setor. Tregenna (2009) garante que a concentração traz impactos positivos à rentabilidade do setor como um todo; grandes e pequenos se beneficiam. Ela afirma que apesar de aumentar consideravelmente os lucros das instituições a concentração pode reduzir a oferta de crédito no mercado servindo como um canal de escoamento da economia.

Conforme Kassai (2002), o desempenho é medido, normalmente através de notas, percentuais, quocientes, montantes, dentre outros. Deve o analista sempre observar que os indicadores precisam ter as seguintes características: Objetividade (Indicadores subjetivos dificultam a mensuração. Por isso a preferência por dados quantitativos); Mensurabilidade (Deve ser possível sua quantificação em alguma escala de valores); Compreensibilidade (Devem ter significado para os gestores); Comparabilidade (Indicadores devem ser comparáveis entre o mesmo período para a mesma entidade) e Custo (Sua avaliação deve sempre considerar uma análise custo/benefício. A informação deve, portanto, ter a utilidade comparada ao custo de obtê-la).

Borges (2015) fala sobre a medição da eficiência, onde a eficiência econômico-financeira procura quantificá-la utilizando os indicadores calculados a partir das demonstrações contábeis. Obtêm-se os indicadores econômico-financeiros do balanço patrimonial e da demonstração de resultado. Lucratividade é um dos índices de rentabilidade usados pelas instituições para verificar seu desempenho e projetar metas.

Como explica Tyrka (2012), o índice de lucratividade representa quanto lucro para a empresa foi gerado pelas receitas obtidas no período. A fórmula utilizada para o cálculo do Índice de Lucratividade é:

$$\left(\frac{\text{Resultado da Unidade}}{\text{Receita Total}} \right) \times 100$$

2.4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise vertical indica a representatividade das contas numa dada demonstração. Conforme explicado por Padoveze (2013), essa análise permite verificar a participação de cada conta do balanço e da demonstração de resultado, em termos percentuais, em relação ao valor total do respectivo grupo contábil que cada uma pertence. Silva (2014) demonstra que o cálculo da análise vertical é feito dividindo o valor de cada conta da demonstração pelo valor da receita operacional (líquida ou bruta) e multiplicando por 100, assim obtemos a participação da conta analisada na formação do resultado geral.

Já a análise horizontal indica a variação ocorrida nas contas num dado período, geralmente de um ano para o outro, segundo explicação de Lins (2012), possibilitando assim a análise da eficácia estratégica da empresa no determinado período. Conforme Silva (2013), a análise horizontal possibilita o acompanhamento do desempenho de todas as contas revelando tendências individuais na construção dos resultados, sendo que a maior finalidade de tal análise é permitir o exame da evolução histórica de cada uma das contas que formam o resultado da empresa. Ele orienta em relação ao cálculo para a análise horizontal, onde dividimos o valor da conta analisada do período mais recente pelo valor da conta do período mais antigo, diminuimos 1 do resultado e multiplicamos por 100, para encontrarmos o percentual de variação do período estudado.

3 METODOLOGIA

Com base nos objetivos estabelecidos, esta pesquisa é descritiva. Segundo Gil (2004), pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno; também visa o estabelecimento de relações entre variáveis. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva à medida que é feita a coleta de dados e, posteriormente, expostas às características da análise do resultado operacional da instituição financeira, sem o compromisso de explicar o que está sendo estudado, mas apenas de descrever e interpretar os resultados obtidos.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a referida pesquisa é, essencialmente, documental. Este tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta,

buscando extrair dela algum sentido e introduzir lhe algum valor. Pode-se dizer também que a pesquisa é um estudo de caso, o qual consiste num estudo de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

A instituição bancária estudada, Caixa Econômica Federal, conta com duas agências situadas no centro da cidade de Mossoró/RN. As agências analisadas são aqui denominadas de agência porte 1 ou de grande porte (AGP) e agência porte 2 ou de médio porte (AMP). Toda a estrutura de pessoal, número de funcionários, quantidade de prestadores de serviço, custos e despesas, resultado operacional e índice de lucratividade obtidos no ano de 2019, foram considerados nesta pesquisa. Logo, quanto à relação com o tempo, deduz-se que a pesquisa é transversal, tendo período de estudo definido.

Na abordagem do problema, o estudo caracteriza-se como quantitativo. Pesquisa quantitativa, justificando-se pela realização de um estudo de caso, no qual são coletados dados da demonstração do resultado do exercício (DRE) das unidades, representativos de índices de rentabilidade bancária apresentados pela instituição. Com base nesses dados, são calculados e comparados os índices de lucratividade e a progressão dos mesmos. A abordagem quantitativa, conforme caracterizada por Hair Jr. *et al.* (2005), trata de mensurações em que valores numéricos são utilizados diretamente para representar as propriedades de algo. Os dados representados de forma direta por números servem de base para a análise estatística.

Faz-se no presente estudo uma análise comparativa inferencial sugerindo um modelo de configuração de agência para a instituição. No entanto conforme apontado por Medri (2011), a estatística inferencial dedutiva engloba um conjunto de técnicas que permitem utilizar dados oriundos de uma amostra para generalizações sobre a população. Na pesquisa inferencial aplicada à gestão e controladoria, faz-se necessário analisar a eficiência de unidades situadas num mesmo contexto de mercado para reduzir as variáveis que poderiam afetá-la, como: município ou região mais próspero, capacidade aquisitiva e nível educacional dos clientes, bem como seu grau de adesão a inovações tecnológicas.

Para o desenvolvimento do trabalho, inicialmente, são coletados os componentes das demonstrações contábeis, publicadas pela instituição financeira analisada, referente ao primeiro e segundo semestres de 2019. A coleta de dados foi realizada em outubro de 2020. Após a coleta dos dados, procede-se uma organização dos mesmos em tabelas e gráficos para facilitar a

análise comparativa. Então, calculamos a lucratividade das unidades no período escolhido e dispomos em uma tabela de lucratividade, a fim de verificar e comparar a estrutura e o índice de lucratividade das duas agências estudadas. Em seguida, aplicamos as técnicas de análise vertical e horizontal no período analisado. Todos os dados que embasam esse trabalho são coletados nas páginas do Sistema Eletrônico de Custos, Receitas e Resultados da instituição bancária pública, Caixa Econômica Federal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

1) Cálculo da lucratividade das agências.

A fórmula utilizada para o cálculo do Índice de Lucratividade é:

$$\left(\frac{\text{Resultado da Unidade}}{\text{Receita Total}} \right) \times 100$$

- Agência de Grande Porte (AGP):

$$\frac{36.183.585,87}{144.256.869,71} \times 100,00 = 25,08\%$$

O Resultado apresentado pela agência de grande porte em 2019 importou no valor de R\$ 36.183.585,87. A Receita Total desta agência no ano de 2019 foi no montante de R\$ 144.256.869,71. Quando aplicamos a fórmula da lucratividade, chegamos ao entendimento de que essa agência obteve uma lucratividade de 25,08% no exercício de 2019.

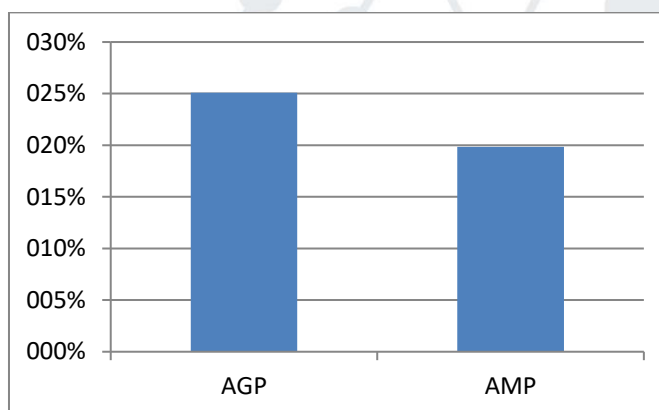
- Agência de Médio Porte (AMP):

$$\frac{12.203.080,16}{61.514.946,63} \times 100,00 = 19,84\%$$

O Resultado apresentado pela agência de médio porte em 2019 importou no valor de R\$ 12.203.080,16. A Receita Total desta agência no ano de 2019 foi no montante de R\$

61.514.946,63. Quando aplicamos a fórmula da lucratividade, chegamos ao entendimento de que essa agência obteve uma lucratividade de 19,84% no exercício de 2019.

Gráfico 1 – Lucratividade das agências em 2019



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A agência de grande porte atingiu índice de lucratividade 5,24% maior em relação à agência de médio porte.

2) Análises Vertical e Horizontal da Margem Financeira Bruta, dos Custos Administrativos e do Resultado da Unidade.

Tabela 1 – Resultados da agência porte 1

Agência Porte 1	1º SEMESTRE 2019			2º SEMESTRE 2019		
	VALOR (R\$)	AV %	AH %	VALOR (R\$)	AV %	AH %
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	23.107.646,40	100,00	100,00	22.024.821,78	100,00	95,31
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	22.644.196,69	97,99	100,00	21.016.769,89	95,42	92,81
MARGEM OPERACIONAL	5.740.064,62	24,84	100,00	5.891.624,76	26,75	102,64
MARGEM CONTRIBUIÇÃO DESEMPENHO	28.406.681,23	122,93	100,00	26.972.584,64	122,46	94,95
MARGEM CONTRIBUIÇÃO	28.384.261,31	122,83	100,00	26.908.394,65	122,17	94,80
CUSTOS ADMINISTRATIVOS	9.608.417,32	41,58	100,00	9.500.652,77	43,14	98,88
RESULTADO DA UNIDADE DESEMPENHO	19.455.925,18	84,20	100,00	17.813.561,35	80,88	91,56
RESULTADO DA UNIDADE	18.775.843,99	81,25	100,00	17.407.741,88	79,04	92,71

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).



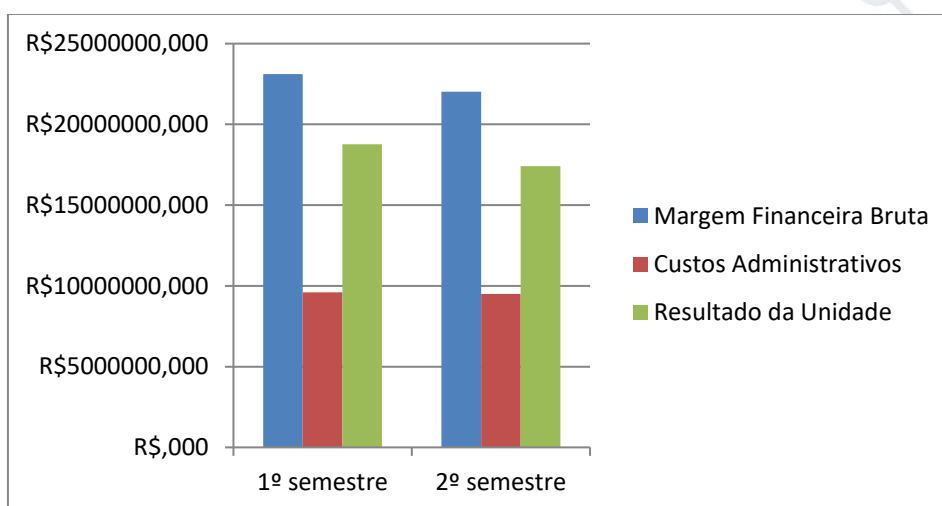
A Margem Financeira Bruta é um indicador que mostra o percentual de lucratividade de uma empresa, após pagar todos os custos dos serviços, produtos ou mercadorias. Ela permite comparar empresas ou unidades da mesma companhia para descobrir quais são as mais lucrativas e com alta margem nas vendas.

A Margem Financeira Bruta da agência 0560 diminuiu 4,69% no segundo semestre de 2019, em relação ao primeiro semestre de 2019.

Já os Custos Administrativos, reduziram 1,12% no mesmo período. No primeiro semestre de 2019 eles representaram 33,85% da Margem Financeira Bruta, enquanto no segundo semestre de 2019 eles representaram 35,31%.

Com isso, o Resultado da Unidade teve uma redução de 7,29% no segundo semestre de 2019, em relação ao primeiro semestre de 2019. O Resultado da Unidade representou 96,50% da Margem Financeira Bruta no primeiro semestre de 2019, enquanto no segundo semestre de 2019 ele representou 97,72%.

Gráfico 2 - Margem financeira bruta, custos administrativos e resultado da agência porte 1



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Tabela 2 – Resultados da agência porte 2



Agência Porte 2	1º SEMESTRE 2019			2º SEMESTRE 2019		
	VALOR (R\$)	AV %	AH %	VALOR (R\$)	AV %	AH %
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	7.632.972,67	100,00	100,00	8.214.613,75	100,00	107,62
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	6.378.605,01	83,57	100,00	7.129.346,77	86,79	111,77
MARGEM OPERACIONAL	2.870.938,87	37,61	100,00	2.468.075,72	30,04	85,97
MARGEM CONTRIBUIÇÃO DESEMPENHO	9.278.280,79	121,56	100,00	9.609.492,75	116,98	103,57
MARGEM CONTRIBUIÇÃO	9.249.543,88	121,18	100,00	9.597.422,49	116,83	103,76
CUSTOS ADMINISTRATIVOS	3.489.461,84	45,72	100,00	3.154.424,37	38,40	90,40
RESULTADO DA UNIDADE DESEMPENHO	5.870.080,19	76,90	100,00	6.504.358,10	79,18	110,81
RESULTADO DA UNIDADE	5.760.082,04	75,46	100,00	6.442.998,12	78,43	111,86

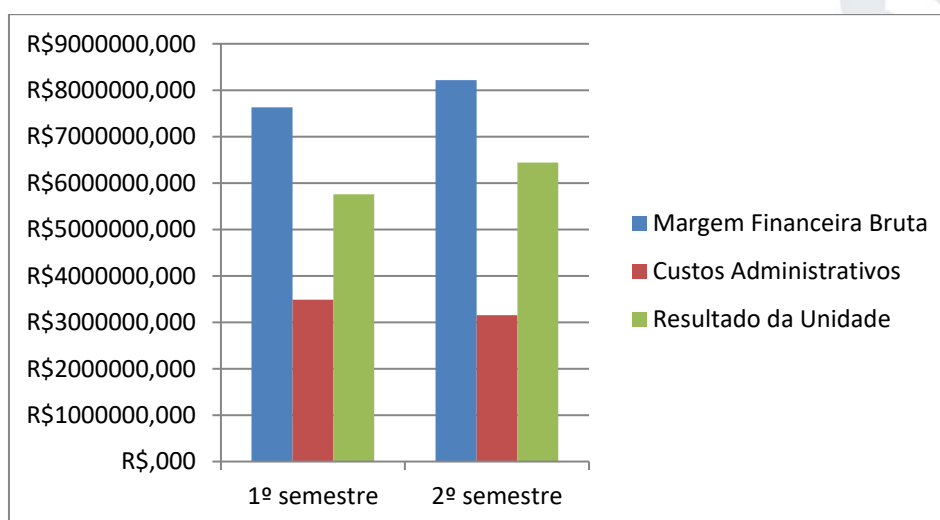
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A Margem Financeira Bruta da unidade aumentou 7,62% no segundo semestre de 2019, em relação ao primeiro semestre de 2019.

Já os Custos Administrativos, reduziram 9,60% no mesmo período. No primeiro semestre de 2019 eles representaram 37,73% da Margem Financeira Bruta, enquanto no segundo semestre de 2019 eles representaram 32,87%.

Com isso, o Resultado da Unidade teve um aumento de 11,86% no segundo semestre de 2019, em relação ao primeiro semestre de 2019. O Resultado da Unidade representou 98,13% da Margem Financeira Bruta no primeiro semestre de 2019, enquanto no segundo semestre de 2019 ele representou 99,06%.

Gráfico 3 - Margem financeira bruta, custos administrativos e resultado da agência porte 2





Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Tabela 3 – Lotação da agência porte 1

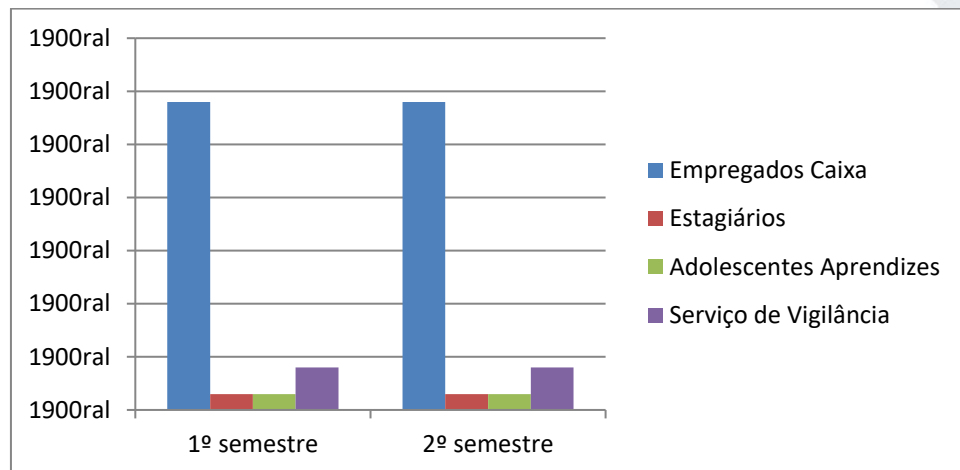
Agência Porte 1	1º SEMESTRE 2019			2º SEMESTRE 2019		
	QUANTIDADE	AV %	AH %	QUANTIDADE	AV %	AH %
EMPREGADOS CAIXA	58	80,56	100,00	58	80,56	100,00
ESTAGIARIOS	3	4,17	100,00	3	4,17	100,00
ADOLESCENTE APRENDIZ	3	4,17	100,00	3	4,17	100,00
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA	8	11,11	100,00	8	11,11	100,00
TOTAL	72	100,00	100,00	72	100,00	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A Tabela 3 acima mostra o quadro de funcionários da agência de grande porte no primeiro e segundo semestres de 2019. Como podemos observar, em ambos os semestres foram mantidas as mesmas quantidades de funcionários em suas respectivas categorias.

Em ambos os semestres de 2019, os empregados da Caixa representaram 80,56% do quadro de funcionários, os estagiários 4,17%, os adolescentes aprendizes 4,17% e o serviço de vigilância 11,11%.

Gráfico 4 - Lotação da agência porte 1



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Tabela 4 – Lotação da agência porte 2



Agência Porte 2	1º SEMESTRE 2019			2º SEMESTRE 2019		
	QUANTIDADE	AV %	AH %	QUANTIDADE	AV %	AH %
EMPREGADOS CAIXA	24	75,00	100,00	24	77,42	100,00
ESTAGIARIOS	2	6,25	100,00	2	6,45	100,00
ADOLESCENTE APRENDIZ	2	6,25	100,00	1	3,23	50,00
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA	4	12,50	100,00	4	12,90	100,00
TOTAL	32	100,00	100,00	31	100,00	96,88

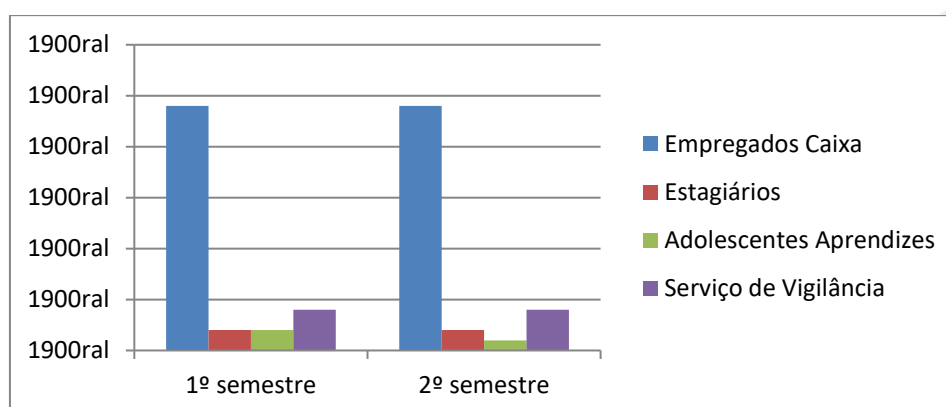
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A Tabela 4 acima mostra o quadro de funcionários da agência de médio porte no primeiro e segundo semestres de 2019. Como podemos observar, houve variação somente na quantidade de adolescente aprendiz de um semestre para o outro. Já nas demais categorias foram mantidas as mesmas quantidades de funcionários em ambos os semestres.

No primeiro semestre de 2019, os empregados da Caixa representaram 75,00% do quadro de funcionários, os estagiários 6,25%, os adolescentes aprendizes 6,25% e o serviço de vigilância 12,50%.

No segundo semestre de 2019, os empregados da Caixa representaram 77,42% do quadro de funcionários, os estagiários 6,45%, os adolescentes aprendizes 3,32% e o serviço de vigilância 12,90%.

Gráfico 5 - Lotação da agência porte 2



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Analisando a agência de grande porte, obteve-se durante o ano de 2019 um Resultado de R\$36.183.585,87; tendo um quadro funcional de 72 colaboradores. Enquanto isso, a agência



de médio porte obteve no mesmo período um Resultado de R\$12.203.080,16; contando com um quadro funcional de 31 colaboradores. Possuir um quadro de funcionários 56,94% menor significou um Resultado de 66,27% menor se comparado ao da agência com maior número de funcionários e maior estrutura física.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo analisar comparativamente duas agências de um banco público de portes diferentes quanto ao índice de lucratividade e realizar uma análise das demonstrações contábeis apresentadas no ano de 2019. A pesquisa, ao que parece, comprovou o que estudos anteriores apontaram em relação à comparação entre o índice de lucratividade de grupos ou empresas de portes distintos. Possivelmente, a empresa que aloca melhor seus recursos, mesmo que gerem mais custos, pode obter um melhor resultado.

A aplicação da pesquisa voltada para agências de um banco público cumpriu o objetivo proposto, ou seja, verificar se a redução do tamanho das unidades de atendimento é relevante na obtenção de lucros maiores e redução de custos administrativos. Observamos que nem sempre reduzir custos e ter uma estrutura física mais enxuta resulta em maior lucratividade. Nesse ponto, salienta-se que segundo a Teoria das Contingências não existem soluções únicas para a resolução de problemas organizacionais, ou não existe uma estrutura organizacional única que seja efetiva para todas as organizações. Ao adotar uma estratégia padrão e imutável em todas as suas unidades, a empresa corre o risco de desatualização, de não agradar seus fornecedores e clientes e ser rapidamente ultrapassada pela concorrência.

Proporcionalmente pode-se perceber que a maior agência do banco público analisado obteve um maior índice de lucratividade (25,08%) em relação à agência de médio porte (19,84%). O aumento de lucros e a redução dos postos de trabalho é um paradigma que pode ser vencido se aplicarmos essa pesquisa a outras instituições e ramos de negócios. A empresa deve possuir o tamanho que precisar ter para atender bem seus clientes e obter retorno dos negócios resultantes dessa relação. Em determinados setores, pode-se preservar empregos e mesmo assim obter lucratividade superior a empresas que adotam outros modelos de gestão.

De fato, esse trabalho contribuiu para o setor bancário brasileiro de maneira geral, mas principalmente para os gestores e administradores do ramo financeiro e seus empregados.

A pesquisa obteve dados extraídos do Sistema de Custos, Receitas e Resultados da Caixa Econômica Federal, em outubro/2020. Tendo se limitado ao período de um ano e analisado apenas duas agências do banco público, recomenda-se que futuras pesquisas nessa temática possam comparar agências situadas em municípios diferentes, mas com o mesmo perfil econômico, para perceber se os fatos encontrados se concretizam em outras realidades. Podem ser analisadas numa mesma pesquisa várias agências de portes distintos, aumentando assim a amostra e a confiabilidade do estudo. Também pode ser analisada uma agência de banco público e compará-la a uma agência de igual porte de um banco privado, comparando a lucratividade em relação aos serviços prestados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. de; MARÇAL, R. F. M.; KOVALESKI, J. L. Metodologias para Avaliação de Desempenho Organizacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 24, 2004, Florianópolis. **Anais do XXIV ENEGEP**. Florianópolis: ABEPRO, 2004. 1 CD.

BEZERRA, A. B.; BIZARRIA, F. P. de A.; TASSIGNY, M. M. Comprometimento organizacional de funcionários de uma agência bancária. **Revista do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar**. Natal/RN. Vol. 6 n. 1 (2013). RAUnP – ISSN 1984-4204. DOI: <https://doi.org/10.21714/raunp.v6i1.496> Disponível em: <https://repositorio.unp.br/index.php/raunp/article/view/496>. Acesso em: 03 jan. 2020.

BORGES, R. C. **Dependência espacial da eficiência econômico-financeira**: um estudo em cooperativas de crédito de livre admissão. Lavras: UFLA, 2015. 192 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.

BUEREN, I. M.; FIORENTIN, M. Influência de Fatores Contingenciais nos Atributos do Sistema de Contabilidade Gerencial: um estudo em empresas têxteis do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, Santa Catarina, v. 16, n. 38, p. 195-212, abr. 2014. ISSN: 1516-3865. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273530344014>.

BURNS, T.; STALKER, G. M. **The management of innovation**. London: Tavistock, 1961.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Demonstrações financeiras**. Intranet Caixa - Sistema de Custos, Receitas e Resultados. Acesso em: 30 jan. 2020.

CERETTA, P. S.; NIEDERAUER, C. A. P. Rentabilidade e eficiência no setor bancário brasileiro. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5, n. 3, p. 7-26, 2001.

CHANDLER, A. D. **Strategy and Structure**: chapter in the history of the industrial enterprise. Massachusetts: The M.I.T. Press, 1962.

CHIAVENATO, I. **Introdução a Teoria Geral da administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COVALESKI, M. A. DIRSMITH, M. W.; SAMUEL, S. Managerial accounting research: the contributions of organizational and sociological theories. **Journal of Management Accounting Research**, 1996.

D'OLIVEIRA, E. H. **Determinantes da lucratividade bancária no Brasil**. Brasília: UnB. 2014. 51 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

DONALDSON, L. Teoria da contingência estrutural. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R.

Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais.

São Paulo: Editora Atlas, 1999.

ESPOSTO; K. F.; GEROLAMO, M. C.; RENTES, A. F. Sistema de Medição de Desempenho - Uma Proposta Conceitual. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 22, 2002, Curitiba. **Anais do XXII ENEGEP**. Curitiba: ABEPRO, 2002. 1 CD.

FACHINI, G. J.; BEZERRA, F. A.; DA SILVA, J. O. Aprimoramento da utilização da contabilidade gerencial à luz da teoria da contingência: um estudo de caso. Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP, 30, 2010, São Carlos. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia de Produção – ABEPRO, 2010. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2010_tn_sto_130_833_15508.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

FREZATTI, F.; ROCHA, W.; NASCIMENTO, A. R.; JUNQUEIRA, E. R. **Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico**. São Paulo: Atlas, 2009.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- GOULART, A. M. C. **Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil**. São Paulo, 2007. 219 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- GUERRA, A. R. **Arranjos entre fatores situacionais e sistema de contabilidade gerencial sob a ótica da teoria da contingência**. 135 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. : Atlas, 1999.
- HAIR, JR.; ANDERSON, R.E; TATHAM, R.L; BLACK, W.C. **Análise multivariada de dados**. 5 ed. Porto Alegre: Boockman, 2005.
- JUNQUEIRA, E. R. **Perfil do sistema de controle gerencial sob a perspectiva da teoria da contingência**. 147 f. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- KASSAI, S. **Utilização da análise por envoltória de dados (DEA) na análise de demonstrações contábeis**. 2002. 318f. Tese (Doutorado em controladoria e contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- LI, D. L. **Os determinantes da lucratividade dos bancos**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia da Universidade de Brasília - UNB. Brasília, 2013.
- LIMA, M. S. No Brasil, bancos lucram (e muito) não importa o estado da economia. **Revista Exame**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/no-brasil-bancos-lucram-e-muito-nao-importa-o-estado-da-economia/>. Acesso em: 07 mar. 2020.
- LUFT, A.; ZILLI, J. Concentração de mercado: uma análise para a oferta de crédito pelo setor bancário brasileiro. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 19, n. 41, 19 dez. 2013.
- MACHADO, A. C. B.; AMORIM, M. L. Transformações nas relações de trabalho nos bancos: uma trajetória de precarização (1980-2010). **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 34, n. 2, p. 179-191, 13 dez. 2012. DOI: 10.4025/actascihumansoc.v34i2.18437.
- MATIAS, A. B. **Análise financeira fundamentalista de empresas**, Editora Atlas, São Paulo, 2009.
- MEDRI, W. **Análise exploratória de dados**. Curso de Especialização em “Latu Sensu” em Estatística – Centro de Ciências Exatas – CCE. Departamento de Estatística da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Londrina, 2011. Disponível em:



http://www.uel.br/pos/estatisticaquantitativa/textos_didaticos/especializacao_estatistica.pdf.
Acesso em: 08 abr. 2020.

MENDONÇA, *et al.* Relação entre eficiência econômico-financeira e lucratividade em instituições bancárias brasileiras. **Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep**, v. 4, n. 1, jan/jun. 2017.

MERLO, A.L.C.; BARBARINI, N. Reestruturação produtiva no setor bancário brasileiro e sofrimento dos caixas executivos: um estudo de caso, **Revista Psicologia & Sociedade**; Rio Grande do Sul, v. 14, n. 1, p. 103-122; jan./jun. 2002.

MONTEIRO, A. R. **Maneiras de aumentar a rentabilidade de uma agência bancária através da redução de custos**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Administração. Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA, D. D. **A homogeneidade da rentabilidade bancária em relação a tamanho, origem de capital, e operação de crédito**. 58 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PÉRICO, A. E.; REBELATTO, D. A. do N.; SANTANA, N. B. Eficiência bancária: Os maiores bancos são os mais eficientes? Uma análise por envoltória de dados. **Revista Gestão & Produção**. São Carlos, v. 15, n. 2, mai/ago. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-530X208000200016>. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104530X2008000200016&script=sci_arttext.
Acessado: 05 mar. 2020.

SILVA, Alexandre A. da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SWIECH, E. **O planejamento no nível de agência bancária como diferencial para o resultado econômico**. Dissertação (Especialização em Negócios Financeiros) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

TREGENNA, F. The Fat Years: The Structure And Profitability Of The US Banking Sector In The Pre-Crisis Period, **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, n. 4, p. 609–632, 2009. DOI:10.1093/cje/bep025.



TYRKA, P. **Análise inferencial do resultado operacional em instituição financeira pública**. 47 f. 2012. Dissertação (Especialização). Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Contabilidade, UFPR, Curitiba, 2012.

WOODWARD, J. **Industrial Organization: Theory and practice**. Londres. Oxford University Press, 1965.



**ESTRUTURA DE CAPITAL, INDICADORES FINANCEIROS E DE
RENTABILIDADE: UMA ANÁLISE NO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS E
BIOCOMBUSTÍVEIS DA B3 – BRASIL, BOLSA, BALCÃO**

Luís Alex de Lucena do Carmo¹

Cássio Rodrigo da Costa Almeida²

Adriana Martins de Oliveira³

Rosângela Queiroz Souza Valdevino⁴

Levi Cunha Braga⁵

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo evidenciar o desempenho dos indicadores econômico-financeiros de liquidez, endividamento e rentabilidade das companhias de capital aberto do setor petrolífero listadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, no período de 2017 a 2019, com intuito de apresentar o comportamento, evoluções e tendências da estrutura patrimonial e de resultados. Quanto a metodologia, trata-se de uma pesquisa descritiva e abordagem quantitativa com estudo multicaso, uma vez que, realiza a análise de cinco companhias petrolíferas de capital aberto. A coleta de dados foi realizada por meio do site da B3 que inclui o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício. Os resultados indicam que a análise dos índices econômico-financeiros, assim como, a técnica da análise vertical e horizontal, que as empresas DOMMO ENERGIA S.A. e MANGUINHOS S.A. apresentaram os piores índices em relação a composição patrimonial e as características de estrutura de capital e rentabilidade, por outro lado, destacam-se as companhias PETROBRAS S.A., COSAN S.A e PETRO RIO S.A. com os

¹Pós-Graduando em Auditoria e Controladoria pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante. E-mail: luisalex_lucena@hotmail.com.

²Mestrando em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: cassiorodrigocontabilidade@hotmail.com.

³Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: adrimartinso@gmail.com.

⁴Doutoranda em Administração pela Faculdade de Fortaleza. Docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: rosangelaqueiroz84@yahoo.com.br.

⁵Mestrando em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido. E-mail: levicunhaadm@gmail.com



indicadores mais favoráveis, com fatores comuns em alguns casos. Conclui-se que a PETRO RIO S.A. foi a companhia com os resultados mais significativos em todos os aspectos relacionados a estrutura patrimonial, indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade. Por fim, para futuras pesquisas sugere-se a utilização de outros indicadores que contemple as atividades e os ciclos operacionais, econômico, financeiro e grau de alavancagem.

Palavras-chaves: Indicadores econômico-financeiros. Demonstrações contábeis. Resultados. Petrolíferas.

ABSTRACT

The present study aims to show the performance of the economic-financial indicators of liquidity, indebtedness and profitability of the publicly traded companies in the oil sector listed in B3 - Brazil, Bolsa, Balcão, in the period from 2017 to 2019, in order to present the behavior, evolutions and trends of the equity structure and results. As for the methodology, it is a descriptive research and quantitative approach with a multi-case study, since it performs the analysis of five publicly traded oil companies. Data collection was carried out through the B3 website, which includes the Balance Sheet and Income Statement for the Year. The results indicate that the analysis of the economic-financial indexes, as well as the technique of vertical and horizontal analysis, that DOMMO ENERGIA SA and MANGUINHOS SA presented the worst indexes in relation to the equity composition and the characteristics of capital structure and profitability on the other hand, PETROBRAS SA, COSAN SA and PETRO RIO SA stand out with the most favorable indicators, with common factors in some cases. It is concluded that PETRO RIO S.A. was the company with the most significant results in all aspects related to equity structure, liquidity indicators, indebtedness and profitability. Finally, for future research it is suggested to use other indicators that contemplate the activities and the operational, economic, financial and leverage levels.

Keywords: Economic-financial indicators. Accounting statements. Results. Oil companies.

1 INTRODUÇÃO

O ritmo intenso das transformações na economia mundial tem trazido consequências inevitáveis para qualquer tipo de organização, principalmente devido as crises econômicas e as crescentes flutuações nos mercados com o aumento das incertezas e riscos que envolvem o processo decisório. Neste contexto, pela globalização intensa as companhias estão sujeitas a

realizarem suas atividades em um mercado fortemente competitivo, em que as informações se tornaram as variáveis mais importantes para a tomada de decisões.

Em consonância com desenvolvimento econômico global e o crescimento das organizações, a contabilidade precisou aprimorar o acompanhamento e mensuração do patrimônio das empresas, deixando de ser uma simples ferramenta de registro de atos e fatos contábeis para um instrumento gerencial que possibilite uma visão ampla da situação econômico-financeira. Martins *et al.* (2014) descrevem de forma bem prática que a contabilidade pode ser vista como um modelo e como tal representa simplificada a realidade econômica e financeira das entidades. Dessa forma, deve possibilitar aos seus usuários as ferramentas apropriadas para uma boa gestão financeira, que possa, independentemente do seu posicionamento no mercado e do segmento, gerir com eficiência os negócios em termos de lucratividade, liquidez adequada, equilíbrio financeiro e investimentos favoráveis.

Para Berk e Marzo (2009) toda organização necessita medir de alguma forma seu desempenho, para tanto, as organizações têm investido nos processos internos visando a utilização de indicadores de análise de desempenho econômico e financeiro. Neste contexto, de acordo com Assaf Neto (2015) a análise das demonstrações contábeis, conhecida também como análise financeira, objetiva exprimir a partir das informações contábeis disponibilizadas pelas companhias, a condição atual da empresa, o que promoveram suas evoluções e as possíveis tendências futuras da empresa.

Assim, o processo de análise envolve sistematicamente a transformação dos dados contábeis em informações importantes para a gestão financeira. A comparação dos índices obtidos a partir de determinados métodos comparativos é o meio para demonstrar a evolução e desempenho econômico e financeiro da empresa. Esse desempenho pode se referir a lucratividade e rentabilidade, como também a liquidez e o endividamento. Dessa forma, a análise financeira é importante ferramenta de gestão, proporcionando visão ampla e segura dos negócios, sobretudo, quando utilizada como parâmetro comparativo com outras organizações, afim de fomentar as tomadas de decisões no sentido de projetar o crescimento da empresa no mercado.

Silva (2018) desenvolveu pesquisa em que evidenciou a importância da análise das demonstrações contábeis como técnica utilizada pelos usuários para a informação, comparação

e interpretação dos demonstrativos financeiros. Já Martins e Hirassaka (2018) abordaram através de artigo a relevância da análise das demonstrações financeiras como instrumento de avaliação do desempenho da gestão financeira.

Considerando que as decisões sejam baseadas em informações fidedignas e de forma mais adequada possível, é imprescindível a utilização de recursos que proporcionem uma visão ampla da estrutura econômica e financeira da empresa. Destarte, à luz do exposto fez surgir a seguinte questão investigativa: Dentre as empresas que atuam no setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, qual apresenta a melhor situação econômica e financeira para se investir?

Neste contexto, o objetivo geral do estudo é analisar o desempenho dos indicadores econômicos e financeiros das empresas COSAN S.A., DOMMO ENERGIA S.A., PETROBRAS S.A., MANGUINHOS S.A. e PETRO RIO S.A., no período de 2017, 2018 e 2019. Para tal, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: i) coletar os dados das demonstrações contábeis de 2017, 2018 e 2019; ii) definir os indicadores a serem aplicados; e iii) aplicar estudo multicaso comparativo com as empresas selecionadas.

Logo, esse estudo ressalta a importância de se aplicar as análises das demonstrações contábeis como instrumento de gestão. Os resultados desta pesquisa podem contribuir para que os gestores compreendam que apenas gerar as informações contábeis não é suficiente para que os negócios evoluam e se tornem sustentáveis, é necessário que se tenha os mecanismos avaliativos para conhecer melhor a situação financeira atual e futura da empresa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta uma revisão da literatura quanto aos principais conceitos que envolvem a análise das demonstrações contábeis.

2.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O ponto inicial para que se conheça a empresa na qual se pretende investir ou manter negócio é através da análise das informações contábeis que se permite elaborar diagnóstico

evolutivo patrimonial e financeiro. Para Assaf Neto e Lima (2017) abordam que a análise das demonstrações objetiva estudar o desempenho de uma empresa em um certo tempo passado, assim detectar a sua situação atual e planejar resultados futuros.

Com base em Battistella (2014) e Stanescos (2015) as análises das demonstrações contábeis são divididas em duas classes. Segundo os autores a primeira classe consiste na análise financeira, que permite conhecer o estado financeiro e sua situação de liquidez; a segunda classe compreende a análise econômica, que propicia a ilustração das modificações do patrimônio e da sua riqueza produzida.

No contexto analítico das demonstrações contábeis, destaca-se a comparação temporal e setorial. Segundo Assaf Neto (2017) a comparação temporal consiste no desenvolvimento dos indicadores nos últimos três ou cinco anos, analisando se o comportamento da empresa foi ou não de acordo com as expectativas e assim, servem como base para projeção. A comparação setorial envolve a confrontação do resultado da empresa em relação aos seus principais concorrentes, bem como as médias do mercado e de seu segmento de atividade.

As técnicas das Análises Vertical e Horizontal a seguir são eficazes no que diz respeito à relevância das informações geradas para avaliação do desempenho da estrutura patrimonial.

2.1.1 Análise Vertical e Horizontal

A análise vertical também conhecida de análise de coeficientes, visa relacionar os valores de uma ou mais contas dentro de um mesmo grupo, avaliando a estrutura de composição de determinada demonstração contábil. Ribeiro (2013) discorre que a análise corresponde a um exame minucioso, envolvendo cada uma das contas que compõem a demonstração contábil objeto da análise. Seu objetivo é estabelecer a importância dos elementos que fazem parte das demonstrações em relação ao valor total do grupo.

A análise horizontal objetiva evidenciar se houve evolução ou involução numa série histórica de um período em relação ao outro, ou seja, revela-se como a relação existente entre um valor de determinada conta contábil no exercício que pretende comparar com o valor desta mesma conta em um exercício em que se efetua a comparação. Calculados esses números-índices é possível perceber se a situação financeira está melhorando ou piorando ao longo do

tempo. Segundo Bruni (2014) a análise horizontal estuda a evolução das contas patrimoniais, de modo que o ano inicial assume a base igual a 100% e os valores dos demais anos são comparados em relação ao valor do ano-base.

2.1.2 Indicadores Financeiros

O objetivo dos indicadores financeiros é demonstrar a situação financeira e econômica da entidade, sendo considerado como um dos métodos mais utilizados na interpretação das demonstrações contábeis. Neste mesmo pensamento, Iudícibus *et al.* (2017) citam que a técnica de análise financeira por índices é uma ferramenta das mais importantes da contabilidade, permitindo ao analista extrair informações que apontem tendências e compare quocientes com padrões estabelecidos.

2.1.2.1 Índices de Liquidez

Os índices de liquidez demonstram a capacidade que empresa tem de honrar seus compromissos, evidenciando a situação financeira no curto, médio e longo prazo. Segundo Martins *et al.* (2014) os índices de liquidez servem para avaliar a situação financeira e representam a posição financeira com a capacidade de cumprir suas obrigações.

Silva e Loebel (2016) revelam que os indicadores de liquidez medem a solidez da base financeira da companhia, indicando sua capacidade de pagamento a terceiros.

O Quadro 1 apresenta os indicadores que estão subdivididos em liquidez geral, seca, corrente e imediata.

Quadro 1 - Índices de Liquidez

ÍNDICES	FÓRMULA	INTERPRETAÇÃO
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	Indicador da capacidade de pagamento de todo o passivo exigível, através de recursos do ativo circulante e realizável a longo prazo.
Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto tem de Ativo Circulante Líquido para cada R\$ 1 de obrigação do Passivo Circulante.
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto maior o índice, maior a disponibilidade para pagamento no curto prazo.
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto dispõe de recursos financeiros imediato para pagamento das obrigações no curto prazo.

Fonte: Elaborado pelos autores, usando como referência Viceconti *et al.* (2013).

O coeficiente de liquidez geral aponta a propensão que a empresa tem de honrar seus compromissos no curto e longo prazo. Martins, Miranda e Diniz (2014) demonstram que esse índice permite avaliar o quanto a empresa dispõe de recursos de curto e longo prazo para arcar com suas dívidas de mesmo período.

Com relação ao índice de liquidez seca, Iudícibus (2017) salienta que é uma variante bastante adequada para avaliar de forma conservadora a situação de liquidez, uma vez que, eliminam-se a conta estoques pois, é uma fonte de incerteza. Por outro lado, o índice de liquidez corrente permite verificar quanto a empresa dispõe de recursos a curto prazo para saldar suas dívidas também no curto prazo. Fanti *et al.* (2016) citam que o índice liquidez imediata representa o quanto a empresa dispõe de forma imediata para cumprir suas dívidas de curto prazo, utilizando-se somente do comparativo das disponibilidades com o total do passivo circulante.

2.1.3 Indicadores de Estrutura de Capital

Os indicadores de endividamento demonstram o posicionamento da companhia no tocante as fontes passivas de recursos, identificando o nível de comprometimento do capital da empresa, assim como, a maneira pela qual os recursos de terceiros são utilizados e sua

participação em relação ao capital próprio. Esses indicadores possuem como visão geral que quanto maior o resultado pior é a situação de endividamento, pois, significa que é maior a participação de capital de terceiros.

Os indicadores que nortearão esse estudo estão descritos no Quadro 2, conforme a seguir:

Quadro 2 - Índices de Estrutura de Capital

ÍNDICES	FÓRMULA	INTERPRETAÇÃO
Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	Quanto menor esse índice, significa que maiores são os prazos de pagamentos existentes.
Endividamento Geral	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$	Retrata qual a porcentagem do ativo total é financiada com recursos de terceiros.
Participação do Capital de Terceiros	$\frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Aponta quanto captou de terceiros em relação ao capital investido no patrimônio líquido.
Participação do Capital de Terceiros sobre recursos totais	$\frac{\text{Exigível Total}}{\text{Exigível Total} + \text{Patrimônio Líquido}}$	Revela a porcentagem dos recursos totais financiada por capital de terceiros.

Fonte: Elaborado pelos autores, usando como referência Iudicibus (2017).

2.1.3.1 Grau de Endividamento

A respeito da composição do endividamento, Alberton (2013) diz que esse índice indica qual a proporção entre as obrigações de curto prazo representadas no passivo circulante em relação as obrigações totais, isto é, quanto a empresa terá que pagar a curto prazo para cada R\$ 1 do exigível total.

2.1.3.2 Participação de Capital de Terceiros

Segundo Bruni (2014) o índice da participação de capital de terceiros sobre capital próprio, expressa a relação entre os recursos alocados por terceiros e investimentos realizados

pelos sócios. Acresce ainda que, o índice indica quanto a empresa captou de terceiros para cada um real investido pelos sócios.

O coeficiente de capital de terceiros sobre recursos totais, relaciona a posição relativa ao capital próprio com relação ao capital de terceiros disponível. É considerado um índice muito relevante, pois indica a dependência que a empresa apresenta com relação ao capital de terceiros. Basso *et al.* (2015) definem que esse índice não pode ultrapassar 1, que significa que as dívidas totais não podem ultrapassar o valor do patrimônio líquido mais o exigível total.

2.1.4 Indicadores de Rentabilidade

Em relação aos índices de rentabilidade, Bruni (2014) ensina que os procedimentos principais são o retorno operacional dos ativos (ROA), retorno sobre o investimento (ROI) e o retorno sobre o patrimônio (ROE).

O Quadro 3 demonstra a composição individual de cada índice de rentabilidade, a saber:

Quadro 3 - Índices de Estrutura de Capital

ÍNDICES	FÓRMULA	INTERPRETAÇÃO
Retorno sobre Ativo (ROA)	$\frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Ativo Total}}$	Quanto obteve de lucro operacional em relação ao ativo total.
Retorno sobre Investimento (ROI)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	Indica o retorno do lucro líquido em relação ao ativo total.
Retorno sobre Patrimônio (ROE)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Mede o quanto de lucro líquido foi gerado pelo capital próprio.

Fonte: Elaborado pelos autores, usando como referência Prates (2017).

Segundo Prates (2017) o ROA consiste no retorno dos ativos. Tal índice mede a capacidade da empresa de gerar retorno com sua atividade fim, pois, a relação é estritamente entre o lucro operacional e o ativo total. Nesse entendimento, o lucro operacional pode ser entendido como o lucro gerado pelos ativos e não da forma pela qual a empresa é financiada.

O autor Carvalho (2013) diz que o ROI é um índice que revela a variação de quanto a empresa obteve de lucro líquido equiparado ao total do ativo. O resultado desse índice indica o lucro líquido para cada um real de investimento total.

Já o índice de retorno sobre o patrimônio (ROE) retrata se há retorno sobre o capital investido. É um índice que está diretamente relacionado aos interesses dos acionistas da companhia. Assaf Neto (2012) colabora dizendo que o ROE mensura o retorno dos recursos aplicados na empresa pelos investidores. Significa que para unidade monetária de capital próprio investida mede-se quanto é auferido de lucro.

3 METODOLOGIA

Com intuito de alcançar o objetivo principal deste estudo, a pesquisa classifica-se quantos aos objetivos como descritiva, pois, ela tem o propósito de evidenciar as análises das demonstrações contábeis em um determinado período pela empresa e descrever os resultados obtidos. Acevedo e Nohara (2013) citam que a pesquisa descritiva é utilizada para retratar as características de um grupo, compreender as relações entre os envolvidos no fenômeno, bem como, estabelecer o percentual dos elementos que são objetos do pesquisador. A finalidade da pesquisa descritiva é tão somente descrever e não explicar o que está em evidência.

Em relação aos procedimentos técnicos, serão adotados a pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e multicaso.

A respeito da pesquisa bibliográfica, Zamberlan *et al.* (2014) afirmam que ela abrange todo o referencial teórico que já teve publicação pública. A pesquisa bibliográfica é uma etapa de pesquisa na qual o autor Michel (2015) diz que é uma forma de pesquisa caracterizada em obter uma resposta por meio de referências teóricas publicadas em documentos.

Quanto a pesquisa documental, Marconi e Lakatos (2017) ensinam que a fonte da coleta de dados da pesquisa está limitada a documentos escritos ou não, o que constituem como fontes primárias, podendo ser recolhidas no momento em que o fenômeno ocorreu ou após. Matias-Pereira (2016) contribuem acerca da pesquisa documental, dizendo que ela tem como objetivo reunir, classificar e distribuir os documentos de todos os gêneros, é composta de documentos que não utilizaram documentos analíticos.

O procedimento do tipo multicaso é adequado, pois, segundo Yin (2015) é conveniente na identificação de três fatores: fatores comuns a todos os casos no grupo escolhido; fatores não comuns a todos; mas apenas a alguns subgrupos; fatores únicos em caso específico. De acordo

com o referido autor, esse método de pesquisa visa contribuir com conhecimentos individuais, grupais, organizacionais, permitindo que pesquisadores foquem em um determinado caso.

A pesquisa delimita-se ao estudo das empresas do segmento petrolífero listada na B3, com recorte nos períodos de 2017 a 2019. Sendo assim, a pesquisa classifica-se com relação ao tempo como sendo do tipo longitudinal.

O problema da pesquisa será tratado de forma qualitativa. De acordo com Lakatos e Marconi (2017) a pesquisa será qualitativa se a finalidade consistir em classificar um conjunto de observações. O objetivo da pesquisa é conseguir uma compreensão do objeto que é estudado. Visando produzir conhecimento, a pesquisa utiliza de processos rigorosos e metódicos.

A coleta de dados será realizada por meio do site da B3 de forma direta, acessando as demonstrações contábeis balanço patrimonial e DRE dos exercícios 2017, 2018 e 2019 com intuito de obter as informações necessárias para a execução do estudo. Os dados serão transcritos, sistematizados e tratados de forma comparativa por meio do software Microsoft Excel.

Em relação a análise de dados, os autores Beuren *et al.* (2014) dizem que a análise de dados está presente em diversas etapas da pesquisa científica, tornando-se formal no encerramento da coleta de dados, os procedimentos analíticos seguem em todo o decorrer do estudo desde o instante em que se verifica a importância das questões selecionadas até as considerações finais.

A fase seguinte a coleta de dados é a realização dos cálculos de análise e interpretação dos dados, nesse caso, com base na literatura acerca da temática, foram selecionadas as técnicas de análises horizontal e vertical, apuração dos indicadores de liquidez, estrutura de capital e rentabilidade, bem como, da adoção de técnicas estatísticas, que por sua vez, é uma ferramenta que dar ordem, estrutura e significado aos dados, apontando tendências, diferenças e variações. O processo de análise obedecerá ao referencial teórico como fonte para verificação e conclusão dos dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, serão expostos os resultados relacionados aos indicadores de liquidez, endividamento, rentabilidade e análise vertical e horizontal das demonstrações contábeis das empresas listadas na B3, sendo elas: COSAN S.A., DOMMO ENERGIA S.A., PETROBRAS S.A., MANGUINHOS S.A. e PETRO RIO S.A., assim como, as respectivas análises comparativas entre os exercícios 2017 a 2019.

4.1 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL

A técnica da análise vertical e horizontal permite fazer um comparativo da variação e representatividade das contas ou grupos de contas que compõem o Balanço Patrimonial e a Demonstração Resultado do Exercício objeto deste estudo.

4.1.1 Variação do Ativo e Passivo

As Tabelas de 1 a 6 sintetizam os componentes do Ativo e do Passivo considerando o conjunto das empresas estudadas e os respectivos exercícios, expressando as variações nos grupos de contas.

Tabela 1: Balanço Patrimonial - Variação do Ativo

GRUPO	COSAN S.A.	DOMMO ENERGIA S.A.	PETROBRAS S.A.	MANGUINHOS S.A.	PETRO RIO S.A.
	2017 - 2019 (%)	2017 - 2019 (%)	2017 - 2019 (%)	2017 - 2019 (%)	2017 - 2019 (%)
Ativo Total	15,16	-0,52	11,36	111,64	338,56
Ativo Circulante	45,71	-49,74	-28,10	130,63	78,08
Ativo Não Circulante	3,71	23,30	20,47	10,95	888,95
Investimentos	-9,56	-97,82	76,57	0,00	0,00
Imobilizado	150,28	459,97	9,86	24,89	2364,77
Intangível	1,23	-99,99	914,07	0,00	248,42

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Analisando a Tabela 1, em relação ao Ativo Total, constata-se que as companhias apresentaram crescimento no ano de 2019 em relação a 2017, com exceção apenas para a DOMMO ENERGIA S.A. que apresenta os piores índices no Ativo Total (AT) com redução em 2019 de -0,52%, sendo o AC com maior representatividade de -49,74%, por outro lado, a PETRO RIO S.A. apresenta a maior evolução do AT que equivale a 338,56%. Iudícibus (2017)

complementa dizendo que a análise horizontal evidencia a evolução ou regresso das contas das demonstrações contábeis, com intuito de caracterizar tendências.

A empresa COSAN S.A. apresenta substancial evolução no Ativo Circulante (AC) em 45,71%, sendo as Disponibilidades a principal representatividade. Já a PETROBRÁS S.A. considerada a gigante do setor, mesmo com crescimento também no AT em 11,36%, verifica-se redução do AC mais precisamente na diminuição das Disponibilidades o que certamente terá reflexos diretos em sua liquidez. De igual modo a MANGUINHOS S.A. também apresenta variação positiva no AC de 130,63%, influenciado principalmente pelos componentes Clientes a Receber e Outros Ativos Circulantes. Já evidenciado com a maior evolução em seu Ativo Total (AT), a PETRO RIO S.A. apresenta crescimento no AC de 78,08%, representado notadamente pelas contas de Disponibilidades, Contas a Receber e Outros Ativos Circulantes.

Em relação ao Ativo Não Circulante, sem exceção, todas as companhias apresentaram evolução, evidenciado nos componentes de imobilizado e intangível o que caracteriza que as empresas realizaram investimentos em concessões, arrendamento etc. como parte de suas operações de exploração de petróleo, sendo a PETRO RIO S.A. a que obteve acentuado crescimento em relação as demais.

Os resultados apresentados não podem ser considerados isoladamente, sendo necessário correlacioná-los no intuito de verificar como está sendo financiado pelo Passivo.

A análise atribuída para o conjunto de informações do Passivo de todas as companhias é do tipo vertical, o que segundo Padoveze e Benedicto (2014) a análise vertical é denominada de análise da participação percentual, na qual determinado elemento ou classe contábil assume 100% e faz-se a relação percentual de todos os demais elementos sobre ele. A Tabela 2 retrata a variação do Passivo da Companhia COSAN S.A.

Tabela 2: Balanço Patrimonial COSAN S.A. - Variação do Passivo (Reais Mil)

GRUPO	2017 - R\$	VARIAÇÃO(%)	2019 - R\$	VARIAÇÃO(%)
Passivo Total	28.539.273	100,00	32.865.140	100,00
Passivo Circulante	4.991.391	17,49	6.166.076	18,76
Passivo Não Circulante	13.250.617	46,43	15.637.848	47,58
Patrimônio Líquido	10.297.265	36,08	11.061.216	33,66

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com a Tabela 2 a companhia COSAN S.A. apresenta maior concentração de suas obrigações no Passivo Não Circulante (PNC) representando 47,58% do Passivo Total (PT), ou seja, os prazos de suas dívidas estão no longo prazo, composto principalmente por Empréstimos e Financiamentos e em Outras Obrigações.

Foi observado que não houve modificações significativas na estrutura do Passivo em relação a representatividade dos grupos de contas, contudo, o Patrimônio Líquido (PL) em 2019 representa 33,66% e chama a atenção sua redução de 2,42% em relação ao ano 2017, motivado essencialmente pelo fato da variação do PL ter sido proporcionalmente muito inferior aos demais grupo do Passivo, assim como, observa-se em sua composição a conta Reservas de Capital que diferente de 2017 passou a ter saldo negativo em 2019.

A demonstração da variação patrimonial do Passivo da empresa DEMMO ENERGIA S.A. é evidenciada na Tabela 3.

Tabela 3: Balanço Patrimonial DOMMO ENERGIA S.A. - Variação do Passivo (Reais Mil)

GRUPO	2017 - R\$	VARIAÇÃO(%)	2019 - R\$	VARIAÇÃO(%)
Passivo Total	1.346.784	100,00	1.339.736	100,00
Passivo Circulante	263.129	19,54	461.579	34,45
Passivo Não Circulante	691.243	51,33	1.360.635	101,56
Patrimônio Líquido	392.412	29,14	-482.478	-36,01

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Destaca-se entre as informações da empresa DOMMO ENERGIA S.A. constante na Tabela 3 o desequilíbrio da equação patrimonial no ano de 2019, demonstrada pelo Patrimônio Líquido negativo em -36,01%, denominado de Passivo a Descoberto. Embora tenha ocorrido diminuição da conta Prejuízos acumulados em 2019, porém, por outro lado, sofreu forte influência em decorrência da acentuada redução da conta Capital Social Realizado e da conta Reservas de Capital que passou a ser negativa em 2019.

A Tabela 3 também evidencia grande aumento de suas dívidas no longo prazo, mais precisamente no PNC que representa 101,56% do Passivo Total, com destaque para a conta de Empréstimos e Financiamentos.

A Tabela 4 adiante revela a composição do Passivo da empresa PETROBRÁS S.A. e as respectivas variações das participações dos grupos de contas.

Tabela 4: Balanço Patrimonial PETROBRÁS S.A. - Variação do Passivo (Reais Mil)

GRUPO	2017 - R\$	VARIAÇÃO(%)	2019 - R\$	VARIAÇÃO(%)
Passivo Total	831.515.000	100,00	926.011.000	100,00
Passivo Circulante	82.535.000	9,93	116.147.000	12,54
Passivo Não Circulante	479.371.000	57,65	510.727.000	55,15
Patrimônio Líquido	269.609.000	32,42	299.137.000	32,30

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Nota-se que a estrutura do Passivo Total da PETROBRÁS S.A. não foi modificada. A Tabela 4 demonstra ainda que ocorreu um aumento do Passivo, no que em termos de representatividade as dívidas se concentraram mais no PC equivalente a 12,54%, com alterações significativas nas contas Empréstimos e Financiamentos e Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda de Descontinuados.

Através da Tabela 5 o estudo revela a situação do Passivo Total da companhia MANGUINHOS S.A.

Tabela 5: Balanço Patrimonial MANGUINHOS S.A. - Variação do Passivo (Reais Mil)

GRUPO	2017 - R\$	VARIAÇÃO(%)	2019 - R\$	VARIAÇÃO(%)
Passivo Total	1.176.464	100,00	2.489.899	100,00
Passivo Circulante	2.940.867	249,98	4.655.585	186,98
Passivo Não Circulante	610.939	51,93	615.200	24,71
Patrimônio Líquido	-2.375.342	-201,91	-2.780.886	-111,69

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Considerando a Tabela 5, observa-se anomalia na estrutura patrimonial da companhia MANGUINHOS S.A. com Passivo a Descoberto, por apresentar de forma contínua o PL negativo em 2017 em -201,91% e em 2019 representando -111,69%, motivado pelo acúmulo de prejuízos.

A empresa também aumentou suas obrigações no curto prazo com maior acúmulo em 2019 no PC representando 186,98% em decorrência principalmente pela evolução da conta Obrigações Fiscais o que revela que a companhia enfrenta problemas de ordem tributária.

A Tabela 6 referentes a análise do Passivo da empresa PETRO RIO S.A. revela as variações dos grupos de contas e suas representatividades.

Tabela 6: Balanço Patrimonial PETRO RIO S.A. - Variação do Passivo (Reais Mil)

GRUPO	2017 - R\$	VARIAÇÃO(%)	2019 - R\$	VARIAÇÃO(%)
Passivo Total	1.251.764	100,00	5.489.751	100,00
Passivo Circulante	216.851	17,32	1.669.783	30,42
Passivo Não Circulante	174.430	13,93	1.654.867	30,14
Patrimônio Líquido	860.483	68,74	2.165.101	39,44

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A PETRO RIO S.A apresentou uma evolução no seu Passivo Total entre 2017 e 2019 como mostra a Tabela 6. Na estrutura do Passivo Total em 2019 demonstra que houve uma distribuição das obrigações de forma equilibrada no PC representando 30,42% e de 30,14% no Passivo Não Circulante, resultante do crescimento da contratação de Empréstimos e Financiamentos, sobretudo, no PNC em particular dos valores em Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação.

O Patrimônio Líquido com 39,44% continuou em 2019 tendo a maior representação sobre o Passivo Total, influenciado pelo aumento das Reservas de Capital, assim como, pelo expressivo crescimento nos lucros contínuos do período 2017 a 2019, além disso, é a única companhia que o PL tem proporcionalmente a maior representatividade em relação ao Passivo Total.

No tópico seguinte ilustrado na Tabela 7, aponta de forma consolidada a variação e participação dos lucros e prejuízos perante a receita líquida.

4.1.2 Receita Líquida



Tabela 7: Receita Líquida - Variação do Superávit/Déficit

(Reais Mil)

GRUPO	2017			2019		
	Valor - R\$	AV(%)	AH(%)	Valor - R\$	AV(%)	AH(%)
COSAN S.A.						
Receita Líquida	7.670.777	100,00	100,00	13.560.445	100,00	76,78
Lucro/Prejuízo do Exercício	1.510.530	19,69	100,00	2.483.275	18,31	64,40
DOMMO ENERGIA S.A.						
Receita Líquida	426.481	100,00	100,00	438.118	100,00	2,73
Lucro/Prejuízo do Exercício	- 1.976.019	-463,33	100,00 -	126.516	-28,88	-93,60
PETROBRAS S.A.						
Receita Líquida	283.695.000	100,00	100,00	302.245.000	100,00	6,54
Lucro/Prejuízo do Exercício	377.000	0,13	100,00	40.970.000	13,56	10767,37
MANGUINHOS S.A.						
Receita Líquida	694.505	100,00	100,00	1.185.113	100,00	70,64
Lucro/Prejuízo do Exercício	- 236.025	-33,98	100,00 -	228.360	-19,27	-3,25
PETRO RIO S.A.						
Receita Líquida	533.922	100,00	100,00	1.644.346	100,00	207,97
Lucro/Prejuízo do Exercício	30.627	5,74	100,00	842.346	51,23	2650,34

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Analisando de modo sintético os resultados na Tabela 7, percebe-se que as empresas COSAN S.A., PETROBRÁS S.A. e PETRO RIO S.A. apresentaram os melhores resultados da relação entre as Receitas Líquidas e os Lucros dos Exercícios. As demais empresas apresentaram resultados deficitários, porém, considerando o histórico, percebe-se que mesmo com resultados negativos, estão demonstrando recuperação em seus resultados, como é o caso da DOMMO ENERGIA S.A. que teve o Prejuízo do Exercício em 2019 recuado -93,60%, de igual modo, a MANGUINHOS S.A. reduziu seu prejuízo em -3,25%.

As Receitas Líquidas (RL) da COSAN S.A. cresceram 76,78% em 2019, nota-se também, por meio da análise vertical que o Lucro do Exercício perdeu participação em 2019, alcançando 18,31% da RL, influenciado pelo aumento dos Custos dos Bens/ou Serviços Vendidos já que na estrutura foi a conta que mais cresceu proporcionalmente.

A PETROBRÁS S.A. mesmo tendo um crescimento inferior as demais na RL em 2019 de 6,54%, por outro lado, foi a que mais maximizou seu Lucro do Exercício em 2019, em razão da significativa redução de Custos dos Bens/ou Serviços Vendidos, Despesas Operacionais, assim como, ganhos com Operações Descontinuadas.

Já a empresa PETRO RIO S.A. apresenta a melhor situação superavitária, pela análise horizontal aponta crescimento de 207,97% na Receita Líquida em 2019, grande variação também no Lucro do Exercício (LE), atribuído principalmente pelo resultado em Receitas



Operacionais. Pela análise vertical pode-se perceber que a representação do LE em relação as Receitas Líquidas também aumentaram significativamente, o que demonstra que a companhia apresenta uma estrutura de gastos em níveis reduzidos e de forma enxuta, já que essa representação alcança 51,23%.

As análises vertical e horizontal consolidam os resultados apurados, condizente com o que Mototo (2018) afirma, que as análises verticais e horizontais são aplicadas no balanço patrimonial e na demonstração de resultado do exercício e devem ser analisadas conjuntamente.

4.2 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Neste tópico, serão apresentados os resultados relacionados aos indicadores de liquidez, endividamento, participação capital de terceiros e rentabilidade, assim como suas respectivas análises comparativas compreendendo os exercícios de 2017 e 2019.

4.2.1 Indicadores de Liquidez

Na Tabela 8, serão apresentados os resultados consolidados de liquidez de longo prazo e de curto prazo através dos índices de Liquidez Geral, Imediata, Corrente e Seca.

Tabela 8: Índices de Liquidez

GRUPO	LIQUIDEZ GERAL			LIQUIDEZ IMEDIATA			LIQUIDEZ CORRENTE			LIQUIDEZ SECA		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
COSAN S.A.	0,55	0,57	0,66	0,63	0,68	0,99	1,56	1,90	1,84	1,48	1,79	1,75
DOMMO ENERGIA S.A.	0,88	0,39	0,18	0,16	0,56	0,27	1,67	1,01	0,48	1,61	0,91	0,30
PETROBRAS S.A.	0,40	0,40	0,29	0,98	0,60	0,29	1,89	1,48	0,97	1,55	1,12	0,68
MANGUINHOS S.A.	0,29	0,37	0,43	0,00	0,00	0,00	0,34	0,43	0,49	0,29	0,40	0,45
PETRO RIO S.A.	2,38	2,07	0,53	2,79	2,14	0,41	3,92	2,79	0,91	3,73	2,63	0,83

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Nota-se que a PETRO RIO S.A. foi a única companhia que apresentou índices de Liquidez Geral e Imediata favoráveis nos anos de 2017 e 2018 acima do indicador desejável de 1,0, porém, o ano de 2019 os indicadores declinaram e ficaram muito abaixo, evidenciando que

em 2019 a companhia não apresentou liquidez para garantir as obrigações, já que de acordo com o indicador de Liquidez Geral havia apenas R\$ 0,53 de recursos no curto e longo prazo para cada R\$ 1,00 em dívida, enquanto que o indicador Liquidez Imediata apresentava R\$ 0,41 para cada R\$ 1,00 em dívida, o que demonstra insuficiência de disponibilidades para cumprimento de obrigações no curto prazo. Martins, Miranda e Diniz (2014) complementam a interpretação dos índices analisados, ao demonstrar que eles permitem avaliar o quanto a empresa dispõe de recursos de curto e longo prazo para arcar com suas obrigações de mesmo período.

Analisando a Tabela 8, as demais companhias não apresentaram índices favoráveis de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Imediata (LI), demonstrando incapacidade financeira para saldar suas obrigações de curto e longo prazo, além disso, observa-se ainda, nos anos 2017, 2018 e 2019 uma tendência de declínio nesses indicadores de liquidez, exemplificando, nota-se a PETROBRÁS S.A. com maior impacto no índice Liquidez Imediata, equivalentes a 0,98, 0,60 e 0,29 respectivamente.

A COSAN S.A. mesmo apresentando índices insatisfatórios de liquidez, abaixo de 1,0, pelo menos, em cada ano, aponta para uma tendência de crescimento dos indicadores de liquidez, sobretudo, no ano de 2019 que apresentou o melhor indicador em relação as outras empresas.

Com intuito de demonstrar a influência dos estoques, já que a única diferença entre a equação da Liquidez Corrente e Seca é o estoque, a Tabela 8 ilustra também o quanto as empresas dispõem de recursos circulantes para fazer frente as obrigações de curto prazo.

A empresa COSAN S.A. foi a única que manteve os índices de liquidez satisfatórios no período, demonstrando não haver concentrações de estoques, já que não houve grandes modificações nos índices de Liquidez Corrente e Seca, sendo assim, os resultados dos índices de Liquidez Seca estão em conformidade com o autor Iudícibus (2017) que considera uma variante adequada para avaliar de forma conservadora a liquidez, pois, eliminam-se os estoques por ser uma fonte de incerteza.

As companhias PETROBRÁS S.A. e PETRO RIO S.A. observa-se que ambas vinham apresentando coeficientes acima do desejado, porém, em 2019 oscilou para baixo o coeficiente, mesmo assim, os indicadores da PETRO RIO S.A. ainda ficaram acima da PETROBRÁS.

Considerando a Tabela 8, é importante destacar que praticamente não há modificações na estrutura dos Índices de Liquidez Corrente e Seca, exceto uma discreta alteração na empresa PETROBRÁS, o que de modo geral, interpreta-se que não há demonstração que as empresas mantêm concentração de estoques.

O próximo conjunto de indicadores analisados consiste nos coeficientes de Estrutura de Capital.

4.2.2 Indicadores Estrutura de Capital

A Tabela 9 consiste no conjunto de indicadores do endividamento que evidencia a qualidade e quantidade do capital de terceiros.

Tabela 9: Índices de Estrutura de Capital

GRUPO	COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO			ENDIVIDAMENTO GERAL		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019
COSAN S.A.	27%	22%	28%	64%	62%	66%
DOMMO ENERGIA S.A.	28%	28%	25%	71%	159%	136%
PETROBRAS S.A.	15%	17%	19%	68%	67%	68%
MANGUINHOS S.A.	83%	87%	88%	302%	242%	212%
PETRO RIO S.A.	55%	69%	50%	31%	35%	61%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A Tabela 9 revela a Composição do Endividamento de forma percentual quanto a entidade tem de dívidas exigível no curto prazo. Observa-se que todas as empresas estão em condições favoráveis no período, uma vez que, os indicadores apontam que as dívidas de curto prazo representam menos de 100% das dívidas totais, o que segundo Ribeiro (2013) quanto menor esse quociente, maiores os prazos de pagamentos negociados.

Neste sentido, nota-se que a PETROBRÁS S.A. obteve o melhor resultado, com a menor concentração de suas dívidas no curto prazo, pois, ainda que pudesse ser identificada uma pequena variação em sua composição entre 2017 a 2019 em 15% e 19%, a empresa possui predominantemente suas dívidas a longo prazo, por outro lado, a empresa MANGUINHOS S.A. apresenta a pior situação, uma vez que, suas obrigações a curto prazo concentram-se entre

83% a 88% em 2017 e 2019 respectivamente, o que exige menos tempo para gerir recursos para quitá-las, transformando-se num maior risco financeiro.

A PETRO RIO S.A. apresenta a maior margem decrescente do exigível a curto prazo, apontando para uma tendência de equilíbrio de suas obrigações no curto e longo prazo, já os índices nos anos de 2017, 2018 e 2019 correspondem a 55%, 69% e 50% respectivamente.

No que se refere ao Endividamento Geral, a Tabela 9 identifica que proporção do ativo são financiados por recursos de terceiros, tendo a empresa MANGUINHOS S.A. apresentado a pior composição, seguida da DOMMO ENERGIA S.A. em que ambas se mantêm acima de 100%, significando total dependência de capital de terceiros para financiar seus ativos, totalmente condizente com os ensinamentos de Assaf Neto (2015) ao afirmar que um resultado superior a 100% denota maior grau de dependência financeira dos recursos de terceiros.

As companhias PETROBRAS S.A. e COSAN S.A. apresentam números estáveis abaixo de 100% em situação favorável, enquanto que a PETRO RIO S.A. apresentou os melhores resultados, sendo 31% em 2017 e 35% em 2018, já em 2019, motivado pelo aumento das contratações Empréstimos e Financiamentos seu passivo aumentou e esse índice variou para 61%, mesmo assim, para esse ano apresentou o melhor resultado em relação as demais empresas.

Adiante será apresentado através da Tabela 10 a composição da Participação do Capital de Terceiros.

Tabela 10: Índices de Estrutura de Capital

GRUPO	CAPITAL TERCEIROS S/CAPITAL PROPRIO			CAPITAL TERCEIROS S/RECURSOS TOTAIS		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019
COSAN S.A.	1,77	1,64	1,97	0,64	0,62	0,66
DOMMO ENERGIA S.A.	2,43	-2,70	-3,78	0,71	1,59	1,36
PETROBRAS S.A.	2,08	2,03	2,10	0,68	0,67	0,68
MANGUINHOS S.A.	-1,50	-1,70	-1,90	3,02	2,42	2,12
PETRO RIO S.A.	0,45	0,54	1,54	0,31	0,35	0,61

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Através da Tabela 10 é possível observar a relação do Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio, mostrando a dependência ou não da empresa em relação aos recursos externos. A referida Tabela simplesmente corrobora o que outras análises já mostraram, como a anomalia

na equação patrimonial da DOMMO ENERGIA S.A. e MANGUINHOS S.A. sendo perceptível que não possuem garantia de capital próprio, devido ao seu Patrimônio Líquido negativo.

As outras empresas apresentaram índices acima de 1, o que sugere alta dependência de recursos externos, já que na visão de Bruni (2014) o quociente obtido indica quanto de terceiros a empresa captou para cada R\$ 1 pelos sócios. Diante disso, é importante destacar a companhia PETRO RIO S.A. que até 2018 vinha apresentando os melhores índices, já em 2019 variou para 1,54, de todo modo, não sendo o resultado mais favorável, mas, pelo menos a companhia tem o melhor coeficiente em relação as demais.

No tocante a Participação do Capital de Terceiros sobre Recursos Total, as companhias DOMMO ENERGIA S.A. e MANGUINHOS continuam apresentando coeficientes desfavoráveis o que não é considerado bom para as empresas, como revela a Tabela 9, o ideal é que os coeficientes sejam inferiores a 1, ultrapassando esse indicador significa que a utilização de Capital de Terceiros é superior ao Capital Total, assim, além da dependência sugere risco financeiro. Em relação a PETROBRÁS S.A., COSAN S.A. e PETRO RIO S.A. todas apresentam indicadores favoráveis abaixo de 1, contudo, a PETRO RIO S.A., mesmo apresentando uma evolução em 2019, é a que obteve o melhor resultado nos últimos 3 anos, 0,31, 0,35 e 0,61 consecutivos.

4.2.3 Indicadores de Rentabilidade e Lucratividade

A Tabela 11 representa uma análise conjunta dos índices de rentabilidade do ativo, em relação ao Lucro Operacional, denominado como ROA, em relação ao Lucro Líquido identificado como ROI, assim como, o ROE que demonstra a rentabilidade do Patrimônio Líquido também em relação ao Lucro Líquido.

Tabela 11: Índices de Rentabilidade e Lucratividade

GRUPO	ROA			ROI			ROE		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
COSAN S.A.	10%	10%	11%	5%	7%	8%	15%	17%	22%
DOMMO ENERGIA S.A.	-60%	-79%	-6%	-147%	-105%	-9%	-504%	178%	26%
PETROBRAS S.A.	5%	7%	9%	0%	3%	4%	0%	9%	14%
MANGUINHOS S.A.	-25%	-11%	-8%	-20%	-10%	-9%	10%	7%	8%
PETRO RIO S.A.	3%	12%	16%	2%	14%	15%	4%	21%	39%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Especificamente em relação ao ROA e ROI, nota-se que os resultados de ambos os índices seguem a mesma tendência. Dessa forma, devido aos resultados com prejuízos acumulados no período, as companhias DOMMO ENERGIA S.A. e MANGUINHOS S.A. não apresentam rentabilidade, porém, ressalta-se que entre 2017 e 2019 evidencia-se uma crescente recuperação nos referidos índices. A companhia que apresenta o melhor índice de retorno sobre os ativos é a PETRO RIO S.A. com resultados crescentes, alcançando em 2019 no ROA 16%, o que segundo Prates (2017) tal índice mede o retorno sobre os ativos estritamente pela relação entre o lucro operacional e o ativo total, neste sentido, em 2019 tendo alcançado no ROI 15%, sendo compreendido por Carvalho (2013) como a variação de quanto obteve de lucro líquido equiparado ao total do ativo.

Representado na Tabela 11, indicador ROE busca medir o poder de ganho sobre o Patrimônio Líquido, revelando o retorno obtido pelos investidores e capacidade que a empresa tem de remunerar o capital que foi investido.

Chama a atenção os indicadores da DOMMO ENERGIA S.A., apresentando um resultado positivo no ano de 2018 de retorno de 178%, de igual modo, a MANGUINHOS S.A. também apresenta rentabilidade em todo o período. Para ambas companhias, devem-se observar que esses resultados são um falso positivo, pois, tanto o seu Patrimônio Líquido quanto seu lucro/prejuízo acumulado do período são negativos. Isso acontece quando o patrimônio líquido inicial é negativo e ainda menor que o prejuízo líquido do período, que foi exatamente o que ocorreu com essas empresas.

Neste sentido, identifica-se que as empresas COSAN S.A., PETROBRAS S.A. e PETRO RIO S.A. possuem atratividade quando analisados os indicadores, mas, a empresa PETRO RIO S.A. nos anos 2018 e 2019, é a que apresenta de forma crescente a maior margem



de rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido, alcançando 21% e 39% respectivamente, sendo tal resultado condizente com o que Prates (2017) cita, que este índice aufero o poder de ganho dos proprietários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo avaliar os indicadores econômicos e financeiros das companhias de capital aberto que atuam no segmento petrolífero, com a finalidade de evidenciar o desempenho nos períodos de 2017 a 2019. Para alcançar esse resultado, foram analisados os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado do exercício das petrolíferas COSAN S.A., DOMMO ENERGIA S.A., PETROBRAS S.A., MANGUINHOS S.A. e PETRO RIO S.A.

Através dos resultados deste estudo foi possível constatar a situação econômica e financeira de maneira individual e detalhadas das companhias, assim como, compará-las entre si no sentido ampliar a capacidade analítica dos resultados.

De forma geral, retratou-se pela análise vertical e horizontal a situação patrimonial e de resultados, com muitas variações na estrutura patrimonial das empresas COSAN, DOMMO ENERGIA, PETROBRAS e MANGUINHOS. De maior relevância o estudo aponta significativa concentração no imobilizado, retração acentuada em suas disponibilidades, por outro lado, alto crescimento de suas obrigações, especialmente a longo prazo, resultando em grande participação de capitais de terceiros, sobretudo, anomalia na estrutura patrimonial com o patrimônio líquido negativo. Dentre as companhias, a DOMMO ENERGIA tem como principal fator para os resultados o processo de recuperação judicial iniciado em 2013 e concluído em 2017, por outro lado, a MANGUINHOS encontram-se em recuperação judicial em curso, então, de modo geral os indicadores dessas companhias são mais desfavoráveis em virtude desses fatores. Nesse aspecto patrimonial e de resultados a PETRO RIO é a que apresenta os melhores índices, com crescimento do ativo total em especial o circulante, no passivo apresenta equilíbrio nas obrigações a curto e longo prazo, sobretudo, é a que apresenta proporcionalmente a melhor participação do patrimônio líquido, do ponto de vista, da análise

dos resultados, apresentou o melhor índice de evolução das receitas líquidas, assim como, obteve a melhor participação do lucro líquido em relação as receitas líquidas.

Em relação aos indicadores de liquidez, a situação financeira é desfavorável para as empresas, pois, não apresentaram índices contínuos de liquidez, exceto a COSAN que pontualmente apresentou índices satisfatórios de liquidez corrente e seca.

Na sequência, os resultados comparativos dos indicadores de estrutura de capital e de rentabilidade e lucratividade apontam que a PETRO RIO é a companhia que apresenta os índices mais significativos.

Dessa forma, considerando os resultados consolidados dos indicadores mencionados, o objetivo da pesquisa foi alcançado, uma vez que, constatou-se que a PETRO RIO foi a empresa que apresentou a situação financeira e econômica mais favorável.

O estudo contém algumas limitações impostas no delineamento do estudo, pois, se restringiu a análise especificamente no balanço patrimonial e na demonstração de resultado de exercício. Com isso, sugere-se para futuras pesquisas que utilizem outros indicadores de atividades, ciclos operacionais, econômico e financeiro e grau de alavancagem financeira, como forma de aprofundar as análises nas empresas desse mesmo segmento, a fim de identificar estilos gerenciais e estratégicos que possibilitem agregar maior valor aos resultados.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Como fazer monografias: TCC, dissertações e teses**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ALBERTON, Luiz. **Análise de Demonstrações Contábeis**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências Contábeis/UFSC, 2013.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSAF NETO, A. **Valuation: Métricas de valor & avaliação de empresas**. 2. ed. São Paulo: Atlas 2017.

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Fundamentos de Administração Financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017

BASSO, Irani Paulo. FILIPIN, Roselaine. ENDELI, Stela Maris. **Estrutura, Análise e Interpretação de Demonstrações Contábeis**. Ijuí: Editora Unijuí, 2015.

BATTISTELLA, D.C. **Análise financeira em empresas do mesmo ramo: a utilização de índices padrões estatísticos**. 2014. Disponível em: <http://repositorio.upf.br/handle/riupf/432?locale=en>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BERK, J.; DE MARZO, P. **Finanças empresariais**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática / Ilse Maria Beuren organizadora e colaboradora; colaboradores André Andrade Longaray, Fabiano Maury Raupp, Marco Aurélio Batista de Sousa, Romualdo Douglas Colauto, Rosimere Alves de Bona Porton**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BRUNI, A. L. **A análise contábil e financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CARVALHO, E. S. **Um estudo comparativo entre indicadores econômico-financeiros, baseados na contabilidade regulatória e nas normas contábeis internacionais das empresas de distribuição de energia do setor elétrico brasileiro**. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado) UFPE, Centro de Ciências Contábeis Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Recife, 2013.

FANTI, L. D.; HRENECHEN, J. E.; MIRANDA, J. M.; SILVA, R. N.; REIS, R. A. **Análise dos principais indicadores contábeis e financeiros: um estudo de caso sobre a Vale S/A nos anos de 2011 e 2012**. Desafio Online, v. 4, n. 1, p. 100-116, 2016.

IUDÍCIBUS, S. de; USP, Equipe de Professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IUDÍCIBUS. S. de. **Análise de Balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, M. L. M.; HIRASSAKA, S. A.: **Análise das demonstrações financeiras: estudo de caso da Kroton educacional s/a do período de 2015 a 2017**. Revista Observatório de la Economía Latino americana, 2018.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C.. **Análise das demonstrações financeiras**. 3. ed. São Paulo. Cengage Learning, 2014.

PRATES, W. R. **O que são índices de rentabilidade e lucratividade**. Disponível em: em <http://www.wrprates.com/o-que-sao-indices-de-rentabilidade-e-lucratividade> Acesso em 23/09/2019

RIBEIRO, O. M. **Estrutura e Análise de Balanços**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Saraiva, 2013.

SILVA, P. E. N. T. B. da. **Relação dos indicadores de desempenho e de estrutura de capital com o valor de mercado**: uma análise nas empresas listadas na B3 no período de 2010 a 2016. 37f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis)- Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SILVA, V. V.; LOEBEL, E. Desempenho econômico-financeiro de operadoras de planos de saúde suplementar. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v. 5, n. 2, p. 57- 70, 2016.

STANESCOS, Danielle Menezes. **Uma análise longitudinal de índices financeiros**: estudo de caso na construção civil. Rio de Janeiro: UFRJ/ Escola Politécnica, 2015.

VICECONTI, P. E. V.; NEVES, S.; **Contabilidade básica**. 16. ed. São Paulo, 2013.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZAMBERLAN, L. *et al.* **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2014.

ESTUDO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS CANDIDATOS A PREFEITO NA CIDADE DE BARAÚNA NO ANO DE 2016

Rayssa Vanessa de Oliveira Alves Rodrigues¹

Cássio Rodrigo da Costa

Almeida²

Adriana Martins de Oliveira³

Rosângela Queiroz Souza Valdevino⁴

Rosilania Silva de Queiroz⁵

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar de que forma os recursos arrecadados foram aplicados durante as eleições no ano de 2016 e se estão em conformidade com a legislação vigente. Para que tal estudo fosse realizado, foi utilizada uma metodologia classificada como descritiva e documental, com abordagem qualitativa, onde foram observadas as prestações de contas dos candidatos a prefeito da cidade de Baraúnas, que foram encontradas a partir de relatórios divulgados no site Divulgacand-TSE. Esses relatórios continham informações acerca das candidaturas e contas eleitorais, possibilitando o entendimento de forma detalhada da destinação de cada receita e despesa obtida. Contudo, conforme os dados, foi visto que as contas dos candidatos se encontram em total conformidade com a resolução nº 23.463 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos, haja visto os candidatos tiveram maior preocupação em seguir as normas e

¹Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: rayssavanessa12345@hotmail.com

²Mestrando em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: cassiorodrigocontabilidade@hotmail.com

³Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: adrimartinso@gmail.com

⁴Doutoranda em Administração pela Faculdade de Fortaleza. Docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: rosangelaqueiroz84@yahoo.com.br

⁵Mestranda em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido. E-mail: rosilania.queiroz@outlook.com



respeitar os limites estabelecidos, utilizando a contabilidade eleitoral como grande aliada na tomada de decisões. No que se refere a contribuição desse estudo, ele teve grande relevância pois mostrou a importância da contabilidade eleitoral e da transparência das informações transmitidas, já que as prestações fazem parte das obrigações de cada candidato, e a pesquisa também mostra a necessidade da verificação dos limites estabelecidos em lei para se ter controle da corrupção.

Palavras-chave: Contabilidade eleitoral, prestação de contas, gastos eleitorais.

ABSTRACT

This research aimed how the funds raised were applied during the elections in 2016, and whether they are in compliance with current legislation. For such study to be carried out, a methodology classified as descriptive and documentary, with a qualitative approach, was used, in which the accountability of the candidates for mayor of the city of Baraúnas was observed, which were found from reports published on the website DivulgaCand-TSE. These reports contained information about the candidacies and electoral accounts, enabling a detailed understanding of the destination of each income and expense obtained. However, according to the data, it was seen that the candidates' accounts are in full compliance with resolution n° 23.463 of December 2015, which provides for the collection and expenditure of resources made by the parties, having seen the candidates had greater concern in following the rules and respect established limits, using electoral accounting as a great ally in decision-making. With regard to the contribution of this study, it was of great relevance because it showed the importance of electoral accounting and the transparency of the obligations of each candidate, and research shows the need to verify the limits established in law to have control over corruption.

Keywords: Electoral accounting, accountability, electoral expenses.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade eleitoral é tida por muitos profissionais da contabilidade como sendo um ramo da ciência contábil que auxilia no processo de prestação de contas eleitorais, com a

ajuda de profissionais qualificados, proporcionando o suporte necessário para a tomada de decisões. Alguns partidos políticos desvalorizam sua utilização, deixando de usufruir de seus benefícios que são essenciais para obtenção do controle e transparência durante o processo eleitoral, em conformidade as normas e legislação vigente.

Dessa forma, é de suma importância para que haja uma disputa mais igualitária e que as normas sejam respeitadas, fazendo com que exista um limite na utilização dos recursos, lisura e transparência nos gastos realizados pelos candidatos durante o período eleitoral.

Pesquisas mostram que alguns autores estimulados pela relevância do assunto, desenvolveram estudos com intenção de compreender como se dava o processo de prestação de contas em certos municípios. O estudo feito por Brito e Dantas (2016) foi visto que alguns partidos tiveram muitas contas omissas, não tendo a preocupação em obedecer às normas.

Silva, Almeida e Oliveira (2018) em contribuição a esse estudo analisaram e concluíram que as prestações de contas dos partidos não estavam conforme a legislação, devido a quantidade de contas irregulares que foram encontradas. Deste modo, esta pesquisa pretende resolver a seguinte problemática: como foi feita a distribuição dos recursos arrecadados pelos candidatos a prefeito durante as eleições?

Portanto, o objetivo geral do trabalho foi analisar de que forma os recursos arrecadados foram aplicados durante as eleições e se estão conforme a legislação, e os objetivos específicos consistem em: analisar as prestações de contas dos candidatos a prefeito de Baraúnas; verificar a origem dos recursos arrecadados e identificar os principais gastos eleitorais dos candidatos.

Destarte, a pesquisa visa contribuir de forma positiva para uma análise prática e teórica sobre o instituto da contabilidade eleitoral, vindo a estimular o desenvolvimento de estudos nessa área, produzindo conhecimentos científicos através dos resultados obtidos, demonstrando a real situação de como se comportam os candidatos durante o período eleitoral.

Dessa forma, o trabalho foi dividido em cinco seções, sendo a primeira marcada por uma breve introdução. Na segunda é abordado o referencial teórico composto pelos principais autores que fundamentam a pesquisa. A terceira descreve a metodologia utilizada e a coleta de dados. Na quarta, a análise desses dados e os resultados encontrados; e por fim, as considerações finais.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE ELEITORAL

A contabilidade eleitoral é um ramo da Ciência Contábil que visa à transparência no processo eleitoral no que tange o recolhimento de recursos para campanha, informações sobre as origens das finanças, gastos eleitorais e prestação de contas.

Com intuito de transpor equidade entre os candidatos em observância as normas pertinentes a esse instituto.

A contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas na tomada de decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utiliza-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas. (MARION, 2009, p.28)

Conforme Santos (2018) sua finalidade é assegurar que haja transparência entre os candidatos, através de informações fidedignas, de forma a evitar uma competição desleal que venha a favorecer aqueles candidatos que possuem maiores recursos financeiros frente aos demais que se mantêm em desvantagem pelo mesmo motivo.

Diniz Filho e Sousa (2018) reforçam que a contabilidade eleitoral tem sido fundamental no processo de prestação de contas, pois auxilia no planejamento e escolha dos candidatos para o partido político além de limitar o uso de recursos que são arrecadados, tornando-se grande ferramenta de transparência para gestores e partidos políticos.

O protagonismo da Contabilidade nas prestações de contas eleitorais permeia o ano de 1997 com o advento da Lei Federal n.º 9.504, conhecida como “Lei das Eleições”. Destarte, com o avanço no período eleitoral houve a necessidade de minirreformas com mais regras e exigências com objetivo de transpor mais transparência as contas dos partidos políticos.

Para Breda (2018), a contabilidade eleitoral tem evoluído na companhia do Conselho Federal de Contabilidade e do Tribunal Superior Eleitoral, que juntos contribuem para que haja mais transparência entre as contas prestadas através da separação entre Recursos Partidários, Fundo para Financiamento, Doações e Outros Recursos.

A Lei nº 9.504 de setembro de 1997, instituiu os procedimentos legais para as eleições de forma definitiva não havendo mais a necessidade de edição de uma lei para cada pleito específico, contudo, não impediu que a mesma sofresse alterações como as referentes à compra de voto (combate a fraude da corrupção eleitoral), financiamento das campanhas (através do repasse partidário ou fundo partidário), prestação de contas (valorização da transparência) entre outras. (TRE-SP, 2017).

A regulamentação e estruturação das finanças, da contabilidade e patrimônio dos partidos políticos ficam a cargo das Leis 9.504/97 e da Lei 9.096 de setembro de 1995, todavia, existem lacunas quanto a questões específicas que o Conselho Federal de Contabilidade atuando junto a Justiça Eleitoral analisa para que sejam elaboradas normas que efetivem as situações contábeis não abarcadas por esses dispositivos legais.

Diante disso, as parcerias entre o CFC e a Justiça Eleitoral viabilizaram a possibilidade de cruzamento de informações, seja de ordem patrimonial ou financeira dos candidatos e partidos políticos, tais como: Declaração Imposto de Renda (IR), Sistema Empresa de Recolhimento ao FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e outros que auxiliam na identificação de possíveis fraudes financeiras.

Em suma, a Contabilidade Eleitoral através das normas inseridas no sistema jurídico brasileiro passou por avanços consideráveis, inclusive o protagonismo do profissional de contabilidade indispensável na feitura das prestações de contas. Mister é, observar que o novo panorama eleitoral (regulamentação) que visa o combate a corrupção e o abuso de poder econômico nas campanhas, promovendo transparência nesse processo.

2.2 RESOLUÇÃO TSE - ARRECADAÇÃO E GASTOS DOS RECURSOS PARTIDÁRIOS

A resolução nº 23.463 de 15 de dezembro de 2015, dispõe sobre a arrecadação e os gastos tidos com recursos pelos partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições de 2016 e ainda o SPCE. Tratando-se de instrumentos jurídicos e operacionais ensejando um preparo dos profissionais envolvidos na adequação as instruções ora estabelecidas. Tem sido fundamental a utilização da resolução nos dias de hoje, devido a

necessidade de sua prática para obtenção de êxito nas eleições, já que a principal finalidade dela está em disciplinar assuntos de competência eleitoral.

Desta forma, fez-se necessário a observância dos partidos políticos à origem dos recursos, ao registro dos custos eleitorais, auxiliando a Justiça Eleitoral, no combate a fraudes e corrupção, de forma a analisar e julgar as prestações de contas partidárias e eleitorais de maneira mais eficiente. Kinzo (2004, p.24) ressalta que partidos políticos “são agentes do processo representativo democrático, respaldado pela soberania e o voto popular, são canal de expressão de interesses entre a sociedade e o estado”. Devido eles serem referência para a população, é essencial estarem de acordo com a resolução a fim de evitar situações de engano durante o processo.

Contudo, o dever de prestar contas à Justiça Eleitoral é do candidato e órgãos partidários (nacionais, estaduais, distritais e municipais), ainda que constituídos de forma provisória. (BRASIL, 2015). Em virtude disso, se torna necessário a presença de um contador para auxiliar nesse processo de forma a assumir por qualquer imprevisto que possa trazer prejuízo ao candidato, já que Sousa (2014, p.41) diz que “pode-se afirmar que o profissional contábil já está habituado com o cumprimento de prazos, protocolos, além de possuir uma gama de conhecimentos, por formação ou experiência”, e por isso ele desempenha um papel tão importante no mundo dos negócios.

2.2.1 Origem dos Recursos

Os recursos são todos os bens, valores e serviços aplicados durante as campanhas por partidos políticos e candidatos, sendo os recursos financeiros as arrecadações em dinheiro, cheques, transferências eletrônicas, boleto de cobrança, cartões de débito e crédito, que servem para efetivar os gastos de campanha (BRASIL, 2016).

No que se refere à legislação, o art. 14 da resolução TSE nº 23.463/15 prevê a origem dos recursos destinados às campanhas:

- Recursos próprios dos candidatos;
- Doações financeiras ou estimáveis em dinheiro;

- Doações de outros partidos políticos e de outros candidatos;
- Comercialização de bens e/ou serviços, ou promoção de eventos de arrecadação realizados diretamente pelo candidato ou pelo partido político;
- Recursos próprios de partidos políticos, desde que identificados de onde vieram e que sejam resultantes: de Fundo Partidário, de que trata o art. 38 da Lei nº 9.096/1995; de doações de pessoas físicas efetuadas aos partidos políticos; de contribuição dos seus filiados; da comercialização de bens, serviços ou promoção de eventos de arrecadação;
- Receitas decorrentes da aplicação financeira dos recursos de campanha.⁶

Vale ressaltar que os recursos financeiros utilizados devem obrigatoriamente que transitar pela conta bancária de campanha sob pena de desaprovação das contas.

O Superior Tribunal Eleitoral com o intuito de facilitar o entendimento do processo de prestação de contas das eleições de 2016, elaborou um Manual e uma Cartilha das Eleições de 2016 trazendo conceitos e detalhando de forma objetiva a legislação a ser seguida nos tramites do pleito eleitoral.

2.2.2 Gastos Eleitorais

Santos *et al.* (2018, p.34) conceituam que gastos eleitorais “são as despesas realizadas por candidato e partido na campanha eleitoral, com o objetivo de conseguir voto. Estão sujeitos a registros e tem limites fixados”.

Esse limite visa proporcionar a paridade nas disputas eleitorais. Os gastos podem ser financeiros e não financeiros: os financeiros são os bens e serviços que são adquiridos através de pagamento, e os não financeiros são os obtidos através de doações (SANTOS *et al.* 2018).

A legislação define quais são os gastos eleitorais no art. 26 da Lei n.º 9.504/1997, contudo, a Resolução do TSE nº 23.463/15 define:

- Confecção de material impresso de qualquer natureza, observado o tamanho fixado no § 2º do art. 37 e nos §§ 3º e 4º do art. 38 da Lei nº 9.504/1997;
- Propaganda e publicidade direta ou indireta, por qualquer meio de divulgação;

⁶ (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.463/2015)

- Aluguel de locais para a promoção de atos de campanha eleitoral;
- Despesas com transporte ou deslocamento de candidato e de pessoal a serviço das candidaturas;
- Correspondências e despesas postais;
- Despesas de instalação, organização e funcionamento de comitês de campanha e serviços necessários às eleições;
- Remuneração ou gratificação de qualquer espécie paga a quem preste serviço a candidatos e a partidos políticos;
- Montagem e operação de carros de som, de propaganda e de assemelhados;
- Realização de comícios ou eventos destinados a promoção de candidatura;
- Produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, inclusive os destinados a propaganda gratuita;
- Realização de pesquisas ou testes pré-eleitorais;
- Custos com a criação e inclusão de páginas na Internet;
- Multas aplicadas, até as eleições, aos candidatos e partidos políticos por infração do disposto na legislação eleitoral;
- Doações para outros partidos políticos ou outros candidatos;
- Produção de jingles, vinhetas e slogans para propaganda eleitoral.

Para Porto (2017) a minirreforma oferecida pela Lei 13.165/2015, representou um marco quanto à fixação de limites (teto) para os gastos eleitorais, visto que, deixou de ser deliberado entre os partidos políticos sendo instituído por lei. Nisso, o estabelecimento do limite total do gasto eleitoral impõe aos gestores de campanha a necessidade de um cuidadoso acompanhamento dos gastos. (SANTOS, 2018 apud DI PIETRA, 2016).

Dessa forma, para prefeito, no 1º turno, o máximo que se poderá gastar é até 70% do maior gasto declarado no município na campanha para prefeito em 2012, caso tenha havido apenas um turno. Caso tenham ocorrido dois turnos, até 50% do valor total gasto. Para vereador, o teto é até 70% do maior gasto declarado no pleito em 2012. Nos municípios de até 10 mil eleitores, o limite de gastos será de R\$ 100 mil para prefeito e de R\$ 10 mil para vereador.

Além disso, o período desse trabalho eleitoral foi reduzido de 90 para 45 dias, com intuito de minimizar ainda mais os gastos durante a campanha, tornando-a menos onerosa e mais igualitária a disputa. Cabendo ainda ao Tribunal Superior Eleitoral, em cada eleição, estabelecer limites dos gastos.

Entretanto, de acordo com Gomes (2017) a prestação de contas é de suma importância tanto para correção dos gastos quanto na arrecadação, já que com sua ausência não seria possível ter exatidão dos fatos no período eleitoral.

2.3 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAL DE 2016

Borges (2016) conceitua o processo de prestar contas como o ato que visa diminuir a corrupção trazendo grande credibilidade para as entidades, a partir de seus bons resultados após os julgamentos das contas, sendo, portanto, uma forma de equilíbrio no âmbito eleitoral.

Segundo Gomes (2017) o ato de prestação permite uma melhor fiscalização no controle dos gastos durante os trabalhos eleitorais. Sendo o procedimento efetuado pelo Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE).

Essa prestação nas eleições foi instituída pela Lei nº 9.504/1997 que se refere aos procedimentos legais a serem observados, mas a obrigatoriedade até 2002 remetiam apenas aos partidos políticos. Foi somente a partir da edição da Resolução nº 20.987/2002 do TSE que houve extensão aos candidatos e aos comitês de campanha. (PORTO, 2017).

Do referido ano em diante inovações importantes foram surgindo, no pleito de 2004 em âmbito municipal, foi publicada a Resolução nº 21.609/2004, que trouxe a exigência do registro dos candidatos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), assim após o deferimento do cadastro tinha-se o início da prestação de contas realizadas pelos próprios candidatos.

Foi na eleição de 2006 que ocorreu esse processo de forma parcial, onde o TSE por meio de Resolução trouxe mais rigidez ao apurar as contas, através da especificação do método e da diligência utilizados nos registros dos atos e fatos que acompanharam a campanha eleitoral (BREDA, 2018).

Em 2010, diante da conjuntura vivenciada no Brasil foi promulgada a Lei Complementar nº 135, conhecida como “Lei da Ficha Limpa” que trouxe critérios de

inelegibilidade para aqueles que tivessem suas contas desaprovadas em caráter definitivo pelo Tribunal de Contas de qualquer ente federado, destacando-se ainda a atuação dos profissionais contábeis ajudando nesse procedimento de prestação no referido ano.

A partir de 2012, a relação entre os dispositivos legais e as técnicas de contabilidade tornou-se mais estreita, posteriormente surgindo a Resolução nº 23.406/2014 do TSE que adotou a obrigatoriedade do profissional de contabilidade na elaboração das prestações de conta. Sendo que nas eleições de 2016, com o advento da Resolução 23.463/2015 do TSE além deste profissional foi determinada a necessidade também do advogado conferindo mais segurança jurídica a partir da atuação dos mesmos em busca da equidade e da justiça eleitoral.

Segundo Porto (2017, p.10) “É importante ressaltar que o profissional de contabilidade não pode ser responsabilizado por eventuais erros dos administradores na campanha, desde que o registro contábil das operações tenha sido feito corretamente.” Desta forma, evidencia-se que a lisura do procedimento depende da veracidade dos documentos apresentados.

Para tanto, diante desses processos o profissional contábil como figura que se tornou indispensável na execução de prestação de contas eleitorais, evidencia-se o seu desempenho em prol da sociedade fiscalizando e acompanhando as contas dos candidatos e partidos políticos.

Outra importante minirreforma no campo da política foi realizada pela Lei 13.165 de 29 de 2015, com o aperfeiçoamento dos mecanismos de arrecadação já utilizados além de modificações que trouxeram mais transparência e equidade a disputa.

Os reflexos de tais mudanças entraram em vigor já na campanha de 2016 como, por exemplo, a proibição do financiamento ao pleito eleitoral realizado por pessoas jurídicas, compelindo somente às pessoas físicas a faculdade de doação tendo ainda o Fundo Partidário como fonte de recurso a ser utilizado, desde que esteja devidamente registrado quanto à origem e aplicação do montante de forma específica.

As legislações aplicáveis nas eleições de 2016 foram a Lei nº 9.504/1997, Res.-TSE nº 23.463/2015, Instrução Normativa Conjunta-RFB/TSE nº 1.019/2010 (Dispõe sobre atos, perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), dos comitês financeiros de partidos políticos e de candidatos a cargos eletivos, inclusive vices e suplentes.), Instrução Normativa-RFB nº 1.634, de 9 de maio de 2016 (Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ). e o Comunicado-Bacen nº 29.108/2016 (Divulga orientações sobre a abertura, a

movimentação e o encerramento de contas de depósitos à vista de partidos políticos e de candidatos, bem como sobre os extratos eletrônicos dessas contas).

Todavia, entre as novas exigências aos partidos políticos estão a obrigatoriedade da Escrituração Contábil Digital – ECD e o encaminhamento da contabilidade pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, informatizando os procedimentos contábeis, facilitando o cruzamento de dados com a Receita Federal, promovendo celeridade aos procedimentos de auditoria e fiscalização das contas e as operações mais transparentes. (BREDA, 2018).

A Justiça Eleitoral em seu sítio eletrônico disponibilizará as informações e os relatórios transmitidos pelo Sistema de Prestação de Contas Eleitorais – SPCE para o acompanhamento do eleitorado sobre os gastos dos candidatos e partidos políticos durante a campanha. (PORTO, 2017).

O SPCE tem como objetivo principal fornecer a Justiça Eleitoral o suporte necessário na tomada de decisão ou julgamento, através de dados e informações que evidenciam as demonstrações contábeis colhidas pelo instrumento durante a elaboração da prestação de contas de candidatos e partidos políticos nas eleições ordinárias (gerais ou municipais) e também nas suplementares. Pautados na lisura do procedimento realizado sob a égide do profissional de contabilidade.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa buscou verificar de que forma os recursos arrecadados foram aplicados durante o período das eleições e se estão conforme com a legislação vigente. Para isso, foram observadas as prestações de contas dos candidatos a prefeito da cidade de Baraúnas, que foram encontradas através de relatórios no site da Divulgaand-TSE, e continha todos os dados necessários para a realização do trabalho. Após a coleta de informações foi feita uma análise vertical com as contas prestadas, tanto despesas como receitas, com o intuito de verificar a porcentagem que foi utilizada por cada candidato para efeito de sua candidatura.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, por apresentar de forma sucinta a análise dos fatos registrados, onde Silva (2008) fala que o objetivo principal desse

tipo de pesquisa está em definir as características de dada população, deixando prevalecer a relação estabelecida entre as variáveis.

Com relação aos procedimentos foi visto que se trata de uma pesquisa documental, já que se trata da utilização de documentos, que são as prestações de contas dos candidatos exigidas conforme a legislação, e Silva (2008) afirma que tal procedimento é importante por utilizar material que ainda não foi analisado de forma detalhada, e que ainda pode ser revisado.

Em relação ao tempo, a pesquisa é considerada transversal, pois conforme afirma Fontelles (2009) ela se caracteriza por ser realizada em dado momento no tempo, ou seja, em um período definido, contudo, o propósito da pesquisa será analisar as contas prestadas pelos candidatos durante o período das eleições do ano de 2016.

Por último, quanto à natureza, trata-se de um trabalho qualitativo por analisar as contas prestadas de um exercício social, no caso do ano de 2016, e Freitas e Prodanov (2013, p.70) retrata que nesse tipo de procedimento “o pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo”, e a pesquisa, no entanto trará o resultado do comportamento dessa prestação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção será feita uma análise vertical das contas que foram prestadas pelos candidatos a prefeito da cidade de Baraúnas, durante o período de eleições do ano de 2016, para destacar o comportamento da arrecadação e dos gastos dos candidatos. No estudo serão destacadas as cinco principais contas de receitas e despesas, assim como as sobras das campanhas que foram analisadas de forma individual e colhidas diretamente no site do Divulgacand-TSE, para que se possa ter uma noção específica da situação das contas prestadas por cada político.

Tabela 1 - Receitas e despesas da candidata à prefeita Divanize

RECEITA	SALDO R\$	AV %	DESPESA	SALDO R\$	AV %
		100,00			100,00
Receitas financeiras	164.620,00	91,96	Serviços prestados por terceiros	22.780,00	13,85



Doação de pessoas físicas	49.620,00	27,72	Publicidade por materiais impressos	22.660,00	13,78
Doação pela internet	0,00		Comício	20.000,00	12,16
Doação de candidatos	0,00		Publicidade por adesivos	19.700,00	11,98
Doação de partidos	25.000,00	13,96	Cessão ou locação de veículos	19.100,00	11,62
Doação de ronís	0,00		Serviços próprios prestados por terceiros	17.000,00	10,34
Recursos próprios	90.000,00	50,27	Baixa de estimáveis-despesa com pessoal	14.400,00	8,76
Receitas estimáveis	14.400,00	8,04	Publicidade por carros de som	13.100,00	7,97
Serviços jurídicos	14.400,00	8,04	Combustível e lubrificantes	7.724,63	4,7
			Despesa com pessoal	6.980,00	4,24
			Produção de jingles, vinhetas, slogans	6.000,00	3,65
			Diversas a especificar	5.499,80	3,34
			Locação/cessão de bens imóveis	3.700,00	2,25
			Encargos financeiros	186,60	0,11
Total das receitas	179.020,00	100,00	Total das despesas	164.431,03	100,00
Sobras de campanha	14.588,97	8,15			

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na primeira análise foi verificada a situação das contas prestadas pela candidata a prefeita Divanise que foram divulgadas no site da Divulgacand-TSE divididas em receitas, despesas e sobras de campanha. As receitas, no entanto, foi todo o dinheiro que a candidata conseguiu arrecadar para custear sua candidatura no período eleitoral, num total de R\$179.020,00. Conforme mostra a Tabela 1, as que tiveram maior representatividade foram: doações de pessoas físicas R\$49.620,00 e esse valor representou 27,72% dos recursos arrecadados; doações de partidos R\$25.000,00 que representou 13,96% dos recursos arrecadados; recursos próprios R\$90.000,00 que representou 50,27% dos recursos arrecadados, sendo, portanto, a de maior destaque; e serviços jurídicos R\$14.400,00 que representou 8,04% dos recursos arrecadados.

Merece destacar que a receita com recursos próprios, foi a que gerou metade dos recursos arrecadados e conforme Santos (2018) esses recursos precisam estar dentro dos limites

definidos pela legislação, podendo o candidato optar também por empréstimos advindos de instituições financeiras ou de outras instituições semelhantes ao Banco Central.

Dentre as despesas que foram geradas durante esse período, totalizaram em R\$164.431,03, entre elas a de serviços prestados por terceiros R\$22.780,00 foi a que teve maior destaque, representando com 13,95% das despesas totais, abaixo de despesas com publicidade por materiais impressos **R\$22.660,00** que representou 13,78%, assim como outras despesas que também foram relevantes, como: despesa com comício R\$20.000,00 representando 12,16%, publicidade por adesivos R\$19.700,00 representando 11,98% das despesas totais e cessão ou locação de veículos R\$19.100,00 com uma representatividade de 11,62%.

Vale ressaltar, que conforme foi visto, no site do DivulgaCand-TSE, a despesa de serviços prestados por terceiros, foi a que representou a maior parte das despesas declaradas, e elas estavam relacionadas com a contratação de pessoas que trabalharam nos eventos como: asg, colaboradores, motoristas, fiscais e locutores, sendo, portanto, a despesa de maior destaque.

Ainda conforme os resultados vistos na Tabela 1, tiveram as sobras de campanha, que foi o excedente após as eleições, num montante de R\$14.588,97, representando, portanto, 8,15% da receita total. E conforme o art. 46 da lei 23.463/15 esse resultado positivo entre os recursos arrecadados e os gastos realizados devem ser transferidos à órgãos partidários conforme a origem de cada recurso.

Tabela 2 - Receitas e despesas da candidata à prefeita Lúcia

RECEITA	SALDO R\$	AV%	DESPESA	SALDO R\$	AV%
		100,00			100,00
Receitas financeiras	178.700,00	93,63	Serviços prestados por terceiros	30.570,00	17,11
Doação de pessoas físicas	133.700,00	70,04	Publicidade por materiais impressos	35.146,57	19,67
Doação pela internet	0,00		Comício	7.420,00	4,15
Doação de candidatos	0,00		Publicidade por adesivos	15.466,00	8,66
Doação de partidos	40.000,00	20,95	Baixa de estimáveis-Cessão ou locação de veículos	9.200,00	5,15
Doação de ronis	0,00		Despesa com transporte ou deslocamento	1.000,00	0,66
Recursos próprios	5.000,00	2,62	Baixa de estimáveis-despesa com pessoal	3.000,00	1,68



Recursos estimáveis	12.200,00	6,39	Publicidade por carros de som	16.420,00	9,19
Serviços jurídicos	12.200,00	6,39	Combustível e lubrificantes	10.473,62	5,86
			Despesa com pessoal	11.820,00	6,62
			Produção de jingles, vinhetas, slogans	1.200,00	0,67
			Diversas a especificar	874,40	0,49
			Locação/cessão de bens imóveis	1.500,00	0,84
			Encargos financeiros	734,65	0,41
			Eventos de promoção de candidatura	40.100,00	22,45
			Cessão ou locação de veículos	5930,00	3,32
Total das receitas	190.900,00	100,00	Total das despesas	178.655,24	100,00
Sobras de campanha	12.244,76	6,41			

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Logo depois, na Tabela 2, foi mostrada a prestação de contas da candidata e atual prefeita Lúcia, que como se pode observar, as receitas totalizaram R\$190.900,00. Ganharam destaque as doações de pessoas físicas, no valor R\$133.700,00 representando 70,04% da receita total, doações de partidos no valor de R\$40.000,00 que representou 20,95% dos recursos arrecadados; recursos próprios no valor de R\$ 5.000,00 com representatividade de 2,62% e serviços jurídicos no valor de R\$12.200,00 com representatividade de 6,39%. As demais, como: doações pela internet, doações de candidatos e doação de ronis se mantiveram zeradas.

Percebe-se (na Tabela 2) que as doações de pessoas físicas possuem grande destaque, devido a quantidade de doadores na campanha no período de eleições, e essas doações podem ser em forma de serviço próprio ou de bens, não podendo advir de pessoa jurídica, conforme alega Santos (2018). Com isso, o artigo 21 da resolução TSE 23.463/15 afirma que esse tipo de doação tem um limite fixado, não podendo ultrapassar dez por cento dos rendimentos brutos recebidos pelo doador no ano anterior ao ano de eleições.

Com relação às despesas, a candidata contratou um total de R\$178.655,24, no entanto observou-se que houve um gasto muito grande com eventos de promoção de candidatura no valor de R\$40.100,00 representando, portanto, 22,45% da despesa total, e de acordo com o que foi visto no site Divulgacand-TSE esse tipo de despesa referia-se aos gastos com os serviços prestados na iluminação de palco e locação de som. Logo abaixo teve a despesa de publicidade

por materiais impressos no valor de R\$35.146,57 com representatividade de 19,67%. Outras despesas como serviços prestados por terceiros no valor de R\$30.570,00 também tiveram uma boa representatividade com 17,11%; publicidade por adesivos no valor de R\$15.466,00 com representatividade de 8,66% e despesas com publicidade por carros de som no valor de R\$16.420,00 representando 9,19% dos gastos totais.

Ainda conforme os dados, as sobras de campanha (receita-despesa) totalizaram em R\$12.244,76, representando, portanto, 6,41% da receita total.

Tabela 3 - Receitas e despesas do candidato à prefeito Saldanha

RECEITA	SALDO R\$	AV%	DESPESA	SALDO R\$	AV%
		100			100
Receitas financeiras	70.807,13	86,55	Serviços prestados por terceiros	6.800,00	9,65
Doação de pessoas físicas	33.300,00	40,71	Publicidade por materiais impressos	8.467,50	12,01
Doação pela internet	0,00		Produção de programas de rádio, televisão ou vídeo	2.500,00	3,55
Doação de candidatos	0,00		Baixa de estimáveis-diversas a especificar	400,00	0,57
Doação de partidos	40.000,00	48,9	Cessão ou locação de veículos	13.900,00	19,72
Doação de ronis	0,00		Baixa de estimáveis-Serviços prestados por terceiros	4.000,00	5,67
Recursos próprios	8.507,13	10,4	Baixa de estimáveis-despesa com pessoal	6.600,00	9,36
Recursos estimáveis	11.000,00	13,45	Locação/cessão de bens imóveis	2.000,00	2,84
Serviços jurídicos	11.000,00	13,45	Combustível e lubrificantes	7.733,04	10,97
			Diversas a especificar	29.100,00	41,28
Total das receitas	81.807,13	100,00	Total das despesas	70.500,74	100,00
Sobras de campanha	11.306,39	13,82			

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Por último, na Tabela 3, foi evidenciada a prestação de contas do candidato a prefeito Saldanha, onde foi observado que houve um total de receita no valor de R\$81.807,13, e segundo a análise, as doações de partidos R\$40.000,00 foi a de maior destaque representando 48,9% da receita total, e conforme visto no art.19 da resolução 23.463/15 essa receita pode ser realizada através da troca de doações entre partidos ou de serviços estimáveis, desde que

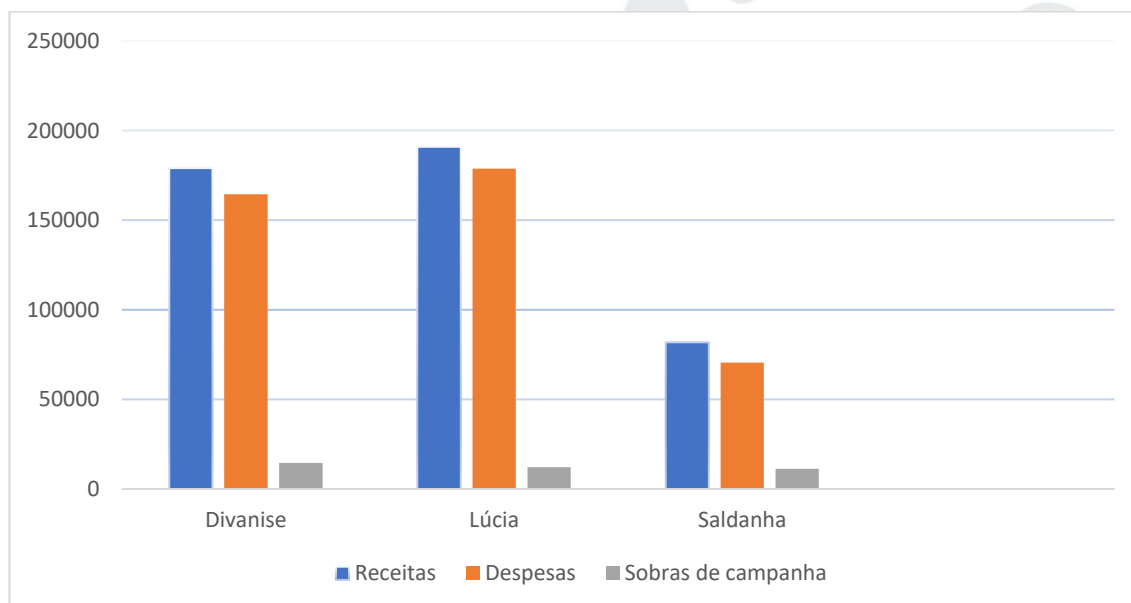
emitam recibo eleitoral, sendo considerado, portanto, o concorrente que mais recebeu doação partidária. Outra receita que recebeu destaque também foi doação de pessoas físicas R\$33.300,00 representando 40,71% da receita. Em seguida, tivemos receita com serviços jurídicos no valor de R\$11.000,00 com 13,25% e recursos próprios R\$8.507,13 representando 10,4%.

Das despesas contraídas neste período foram num montante de R\$70.500,74 destacando-se: diversas a especificar R\$29.100 que representou 41,28% das despesas totais, e conforme foi visto no site da DivulgaCand-TSE, essa despesa incluiu os gastos com rádio, contrato de gerador, drive, super tweter, alto falante, sendo, portanto, de um modo geral as despesas relacionadas com a parte musical dos comícios. Outras despesas como as de cessão ou locação de veículos R\$13.900 também receberam destaque com representatividade de 19,72%, publicidade por materiais impressos R\$8.467,50 com representatividade de 12,01%, combustível e lubrificantes R\$7.733,04 com representatividade de 10,97% e serviços prestados por terceiros R\$6.800 com representatividade de 9,65%; as demais despesas não tiveram destaque por se tratar de despesas menores, que tinham menos influência.

Conforme os dados apresentados na Tabela 3 e a análise feita, as sobras de campanha deste candidato foi a menor, quando comparado aos demais R\$11.306,39, representando, portanto, 13,82% da receita total.

Analisando de forma geral, foi construído um gráfico que mostra o quanto foi arrecadado durante o período eleitoral por cada candidato, assim como as despesas e sobras de campanha.

Gráfico 1 - Resumo das receitas e despesas dos candidatos



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com o Gráfico 1, nota-se que dentre os concorrentes que obteve maior receita, ganhou destaque a atual prefeita Lúcia Nascimento com um total de R\$ 190.900,00, tendo portanto quase atingido o limite legal estabelecido, que era num montante de R\$190.908,05 e sendo também a candidata que obteve maior despesa:R\$178.655,24. Logo abaixo, ficou a candidata Divanise, que também foi destaque por suas arrecadações e despesas, assim como suas sobras de campanha que também foi a maior, com um total de R\$14.588,97. No entanto, o candidato que não teve destaque foi Saldanha, já que foi o único que apurou pouca receita, e entretanto suas despesas e sobras de campanha também foram menores quando comparado aos demais.

Foi verificado também que houve uma relação entre resultado da campanha e a quantidade de receita arrecadada por cada candidato, já que Lúcia ganhou em primeiro lugar com 6.403 votos (sendo também a que mais arrecadou), Divanise ficou em segundo com 6.123 votos, e Saldanha em terceiro com 3.350 votos. Existe, portanto uma compatibilidade dos votos recebidos pelos candidatos, com o resultado que foi mostrado no Gráfico 1, indicando que possivelmente a quantidade arrecadada no período de eleições pode influenciar o resultado final.

Como pode-se perceber, a origem dos recursos utilizados pelos candidatos nesta pesquisa são conforme o que prevê o artigo 14 da resolução TSE nº23.463/15, dos quais os quatro mais utilizados foram: doações de pessoas físicas, doações de partidos, recursos próprios e serviços jurídicos. As demais receitas se mantiveram zeradas, como no caso das doações feitas pela internet, doações de candidatos e doação de ronis.

Com relação às despesas contraídas nesse período, percebeu-se que elas estavam também conforme a resolução TSE nº 23.463/15, sendo que algumas mudavam apenas sua nomenclatura, mas no entanto tinham mesmo significado que as despesas encontradas na lei, e portanto foram consideradas uma só. Ainda foi possível notar que houve uma predominância de duas despesas que os candidatos possuíam em comum, foram elas: a de serviços prestados por terceiros, e segundo e foi visto detalhadamente no site Divulgacand-TSE, envolve contratação de pessoas nos eventos em gerais de eleições, como: ass, colaboradores, locutores, motoristas e fiscais; e as despesas de publicidade por materiais impressos, que envolve todos os tipos de impressão que de certa forma ajudaram na divulgação da campanha. As demais também tiveram destaque, mas na forma individual de cada candidato.

Com base na pesquisa, chegou-se na ideia que os devidos candidatos souberam prestar suas contas conforme o exigido em lei (respeitando o total de recursos arrecadados, assim como os gastos obtidos) através da ajuda dos serviços contábeis que foram essenciais e trouxeram maior transparência nas informações. Isso reforça o que foi dito por Marion (2009) que afirma ser a contabilidade a ferramenta que fornece informações valiosas no processo de tomada de decisões, pois além de auxiliar, ela também direciona as pessoas a fazerem escolhas certas.

O estudo difere do resultado que foi encontrado na pesquisa de Silva, Almeida e Oliveira (2018), na qual analisaram as prestações de contas dos partidos políticos da cidade de Mossoró/RN (através de informações encontradas no diário oficial da justiça eleitoral) e perceberam que haviam muitas contas omissas e irregulares, não estando portanto em conformidade com a legislação vigente.

Outros trabalhos como o Brito e Dantas (2016) onde foi feito o julgamento da prestação das contas anuais dos partidos políticos atuantes no estado do Rio Grande do Norte, foi visto que os partidos se preocupavam em prestar suas contas de forma correta à Justiça Eleitoral, mas

ainda assim havia partidos com muitas contas omissas, não tendo, portanto, o cuidado em obedecer as normas e leis.

Com base no exposto e através dos dados coletados nesta pesquisa percebeu-se que os candidatos da cidade de Baraúnas/RN tiveram uma preocupação maior em seguir as normas e se mantiveram atentos para evitar situações de fraudes dentre os partidos eleitos, que podiam por sua vez terem suas contas negadas por falta de evidências ou qualidade nas informações prestadas. Isso corrobora com o que foi dito por Borges (2016) onde ele afirmou ser esse processo a melhor forma de diminuir a corrupção, oferecendo um equilíbrio necessário para atrair bons resultados entre os candidatos. Através disso percebe-se a importância de se prestar contas de forma minuciosa, por ser a maneira mais eficaz de se garantir uma política descente entre partidos. Gomes (2017) ressalta que o ato de prestar contas permite uma melhor fiscalização no controle dos gastos durante as jornadas eleitorais, sendo, no entanto, a melhor maneira de se obter êxito durante esse período, colhendo bons resultados através de uma disputa sensata e igualitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar de que forma os recursos arrecadados foram aplicados durante o período de eleições e se estão em conformidade com a legislação. Para isso, foram extraídos dados, referentes as prestações de contas encontradas no site Divulgacand-TSE, onde foram analisadas as contas de cada candidato em sua forma individual, fazendo comparativo com a legislação, assim como com trabalhos anteriores referentes à pesquisa. Portanto, a partir da coleta e análise dos resultados, chegou-se à conclusão de que esses objetivos foram atingidos de maneira clara.

Dentre os principais achados deste estudo, destaca-se que as principais fontes de recursos arrecadados foram de: recursos próprios, doações de pessoas físicas, doações de partidos e serviços jurídicos. Com relação aos gastos, houve maior predominância de duas despesas que foram encontradas em comum entre eles, foram elas as de: serviços prestados por terceiros e publicidade por materiais impressos. Evidenciou-se também que a candidata que mais se destacou por arrecadação e por quantidades de votos recebidos foi Lúcia Nascimento

(atual prefeita) chegando, portanto, a conclusão que todos esses candidatos tiveram grande preocupação em obedecer às normas, trazendo transparência e confiabilidade nas informações prestadas.

A presente pesquisa se justifica pela relevância do tema abordado, pois além de enriquecer os conhecimentos acerca da importância da contabilidade eleitoral, que é uma área já bastante explorada atualmente, expõe a seriedade da utilização dessas informações, já que as prestações fazem parte das obrigações de cada candidato, e é de suma necessidade a verificação dos limites estabelecidos em para se ter controle da corrupção.

No que se refere as limitações da pesquisa, existiu uma certa dificuldade em encontrar trabalhos na área de contabilidade eleitoral e prestação de contas, tornando difícil a comparação com outros resultados. Por fim, como recomendações à futuras pesquisas, sugere-se que seja realizado estudos em outras cidades com o intuito de verificar se a quantidade de receita arrecadada influencia a proporção dos votos recebidos pelos candidatos, dando a eles maior vantagem para se ganhar as eleições.

REFERÊNCIAS

BORGES, J. L.S. Avaliação dos parâmetros de elaboração da prestação de contas eleitoral e a capacitação para julgamento pelos técnicos da justiça eleitoral: Estudo no cartório eleitoral de Feira de Santana-BA. 2016. 66 f. (Graduação em Contabilidade) – Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira, 2016. Disponível em: <http://131.0.244.66:8082/jspui/handle/123456789/298>. Acesso: 18 dez. 2019.

BRASIL. LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 set. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19096.htm. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 - Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 set. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 18 dez. 2019.

BRASIL. Resolução nº 23.546, de 18 de dezembro de 2017. Regulamenta o disposto no Título III - Das Finanças e Contabilidade dos Partidos - da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de

1995. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 dez. 2017.

Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2017/RES235462017.html>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BREDA, Z. I. **O caminho da transparência das Contas Partidárias e das Campanhas Eleitorais**. 2018. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/o-caminho-da-transparencia-das-contas-partidarias-e-das-campanhas-eleitorais/>. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRITO, S. M. F.; DANTAS, M. G. S. Julgamento da prestação de contas dos partidos políticos do estado do rio grande do norte: quais aspectos se relacionam com sua aprovação e desaprovação? **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 6, n. 1, p. 188-208, 2016.

DINIZ FILHO, J. W. F.; SOUSA, C. E.B. Contabilidade e prestação de contas eleitoral: Um estudo da prestação de contas eleitorais do município de São Luís do Maranhão. **RAGC**, v. 6, n. 23, 2018.

FONTELLES, M. J. *et al.* Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

GOMES, J. J. **Direito eleitoral**. 13. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

KINZO, M. D. G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Brasília/DF, v. 19, n. 54, p. 23-40, fev. 2004

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas 2009.

PORTO, A. R. O papel do profissional de contabilidade nas prestações contas eleitorais 2016. *Semana Acadêmica*. **Revista Científica**, Fortaleza, v. 1, n. 102, p. 1-15, 2017.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** 2. ed. Editora Feevale, 2013.

SANTOS, J. A. C. (coord.) - **Contabilidade eleitoral: da teoria à prática**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2018. 94 p.

SILVA, A. C. R. D. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudo, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, F. J. L.; ALMEIDA, C. R. C.; OLIVEIRA, A. M. ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS PARTIDÁRIAS NO TRIBUNAL ELEITORAL DE MOSSORÓ/RN DE 2014 A 2018. *In: Congresso Nacional de Ciência e Educação - Educação e Humanização: Poética da Condição Humana*, 1, 2019, Mossoró/RN. **Anais[...]**. Mossoró: 2019, p. 147-167.

SOUZA, K. F. de *et al.* **Contabilidade eleitoral: uma visão do profissional contábil.** 64 f. Monografia, Universidade Federal Fluminense, 2014.

TRE-SP. **Lei das Eleições completa 20 anos.** 2017. Disponível em: <http://www.tre-sp.jus.br/imprensa/noticias-tre-sp/2017/Outubro/lei-das-eleicoes-completa-20-anos>. Acesso em: 18 dez. 2019. Acesso em: 15 dez. 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Cartilha sobre a prestação de contas das Eleições 2016.** – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Manual de prestação de contas das eleições 2016.** – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2016.



IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS SPED NO PROFISSIONAL CONTABILISTA

Jobson Eduardo Lucas¹

Lucas Felipe Santos de Aquino²

Ítalo Carlos Soares do Nascimento³

Geison Calyo Varela de Melo⁴

Caritsa Scartaty Moreira⁵

RESUMO

Em busca da padronização dos processos que facilitem a troca de informações entre fisco e contribuinte, a unificação de livros contábeis e documentos utilizados para a escrituração contábil e fiscal, o Governo Federal desenvolveu e implantou o Sistema Público de Escrituração Contábil (SPED). Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar os principais impactos da implantação dos sistemas SPED sob a percepção de profissionais contábeis de Mossoró/RN. Para tanto, foi realizado através de pesquisa descritiva e de natureza qualitativa, mediante aplicação de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a 5 contadores de Mossoró-RN, contendo três perguntas fechadas e sete questões abertas. Os resultados demonstram que a implantação do SPED fiscal é positiva, trazendo mais agilidade no envio, análise das informações, melhoria na qualidade da informação, autenticação e arquivamento, contudo, o profissional contábil passou a ser analista de informação, valorizando a profissão, e ganhado espaço nas empresas.

Palavras-chave: SPED, informações, mudanças, profissão contábil.

ABSTRACT

¹ Graduado em Ciências Contábeis pela UFERSA. E-mail: jobsoneduardo@hotmail.com

² Graduado em Ciências Contábeis pela UERN. E-mail: lucas.raerica@gmail.com

³ Mestre em Administração e Controladoria pela UFC. E-mail: italocarlos25@gmail.com

⁴ Mestre em Administração e Controladoria pela UFC. E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

⁵ Mestra em Ciências Contábeis pela UFRN. E-mail: caristascarlaty@gmail.com



Seeking to standardize processes that facilitate the exchange of information between the tax authorities and taxpayers, the unification of accounting books and documents used for accounting and tax bookkeeping, the Federal Government developed and implemented the Public Accounting Bookkeeping System (SPED). Therefore, this study aims to analyze the main impacts of the implementation of SPED systems under the perception of accounting professionals from Mossoró/RN. Therefore, it was carried out through descriptive and qualitative research, through the application of semi-structured interviews, applied to 5 accountants in Mossoró-RN, containing three closed questions and seven open questions. The results show that the implementation of the fiscal SPED is positive, bringing more agility in sending, analyzing information, improving the quality of information, authentication and filing, however, the accounting professional became an information analyst, valuing the profession, and gained space in companies.

Keywords: SPED, information, changes, accounting profession.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a contabilidade evoluiu de procedimentos manuais para a chamada padronização das informações, que se deve ao avanço tecnológico, principalmente de tecnologia da informação (TI), possibilitando a integração das informações das entidades e permitindo que contadores e empresários mantenham softwares adequados, capazes de atender às exigências do fisco e de gerar informações úteis para a tomada de decisão (RUSCHEL; FREZZA; UTZIG, 2011).

Com esses avanços tecnológicos e a necessidade da contabilidade em acompanhar essa evolução, através do Decreto nº 6.022, de janeiro de 2007, foi instituído de maneira definitiva o Sistema Público de Escrituração Contábil (SPED) (FORMIGONI et al., 2018), onde se estabeleceu a relação entre fisco e contribuinte, obrigando as empresas a seguirem e se adaptarem às novas normas de fiscalização (ORIGUELA, 2017).

Origuela (2017) apontou que houve grandes dificuldades para o profissional contábil com a implantação do SPED em 2008 (primeiro ano de implementação), e isso obrigou os

profissionais buscarem se adaptar à nova realidade e procurar treinamentos específicos. Diante disso, torna-se relevante verificar como está a dinâmica dos profissionais e empresas de contabilidade que foram e estão sendo afetados pela implantação do projeto SPED após mais de 10 anos do seu início, dado que estas mudanças exigiu uma evolução tecnológica e informacional.

O estudo de Cordeiro e Klann (2014) constatou como rotina que mais sofreu alteração pelas empresas a partir da implantação do SPED, o aumento na participação regular dos contadores em cursos, atualizações, capacitações, treinamentos, dentre outros, corroborando com o período anterior à implantação do SPED.

Diante do exposto, o presente trabalho visa responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais os principais impactos da implantação dos sistemas SPED sob a percepção de profissionais contábeis de Mossoró/RN? Desta forma, o objetivo do estudo consiste em analisar os principais impactos da implantação dos sistemas SPED sob a percepção de profissionais contábeis de Mossoró/RN.

Do ponto de vista prático, este trabalho se justifica por fornecer informações sobre o impacto do sistema SPED para os profissionais contábeis e empresários contábeis que atuam na cidade de Mossoró e estas informações podem ser utilizadas para definição de estratégias de capacitação pela universidade para minimizar os problemas enfrentados pela classe, bem como incluir fatores que resolvam isso para os profissionais em formação.

A contribuição teórica visa ampliar o estudo aplicado por Origuela (2017), onde foi abordado, de forma geral, a relação da implantação do SPED no profissional contábil, contudo o trabalho enfatizará detalhadamente alguns dos impactos causados com a implantação do SPED, quais são efetivamente as dificuldades desses profissionais e quais das obrigações impostas trouxeram mais benefícios no cotidiano do profissional contábil, sendo este o diferencial do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL E A ERA DIGITAL

Diante da evolução da tecnologia da informação, foi essencial a mudança no processo de administração da empresa, atualização e capacitação do profissional contábil para fornecer informações e serviços úteis em tempo hábil para seus usuários. Dessa forma, devido ao elevado volume e a complexidade das operações, a contabilidade passou a utilizar *softwares* e automação para suprir tarefas que antes eram manuais (FORMIGONI *et al.*, 2018).

Nesse contexto, Padovezze (2000) destaca que é perceptível o desenvolvimento da contabilidade, quando há a diminuição da utilização de papéis e o aumento do grau de automação para a escrituração de livros fiscais e digitais, que de acordo com Duarte (2011) o certificado digital foi a ferramenta tecnológica para suprir a identificação virtual de validade legal como a assinatura de documentos eletrônicos em qualquer formato. Dessa forma, Monteiro e Cavalcante (2008), enfatizam a importância órgãos tributários nacionais, que dispõem de uma tecnologia bastante avançada em que permite a facilidade da troca de informações entre os contribuintes e o governo.

Crepaldi (2003) relata que o ato de escriturar é uma técnica contábil onde será registrado os fatos administrativos e operações exercidas na entidade em determinado período. Para Souza (2007) a escrituração contábil é toda a movimentação contábil da empresa, escriturados em livros contábeis como o Diário e Razão.

De acordo com Ferrari (2013), a escrituração era feita de forma manual e mecanizado, e para a inserção do SPED teve que informatizar as operações aumentando na qualidade e na produtividade dos serviços. Dessa forma, o mundo contábil foi reformulado digitalmente com o intuito de ser mais preciso em seus dados, rápido nas suas operações e fornecer uma maior acessibilidade a informação, contribuindo para a compreensão de seus usuários.

Foi estabelecidos parâmetros a serem adotados pelas entidades através da formalização da escrituração contábil pela Resolução CFC nº 1.330/11 da ITG 2000, considerando as normas e a legislação, bem como a guarda e manutenção dos arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional contábil, alterando a forma de escrituração contábil em ordem cronológica, data de registro contábil, conta devedora e credora, histórico, valor e lançamento.

Segundo Manthay (2007), o detalhamento da escrituração contábil deve atender a complexidade das operações e ser útil para os usuários, padronizando em ordem cronológica, a

data contábil do registro, histórico, conta credora e devedora e o valor das variações patrimoniais nos principais livros contábeis em sua forma digital acrescenta que para a escrituração ser eficiente os métodos e instrumentos adequados são essenciais.

2.2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (SPED)

Em busca da padronização dos processos que facilitem a troca de informações entre fisco e contribuinte, a unificação de livros contábeis e documentos utilizados para a escrituração contábil e fiscal, o Governo Federal desenvolveu e implantou o Sistema Público de Escrituração Contábil – SPED (MILHOMEM *et al.*, 2016).

Buscando ainda combater a sonegação fiscal em um país onde há uma alta tributação e diversas obrigações acessórias, através do Programa de Aceleração e Crescimento do Governo Federal – PAC (2007 – 2010) por meio do Decreto nº 6.022 de Janeiro de 2007 foi instituída de maneira definitiva o SPED (FORMIGONI *et al.*, 2018). Para Origuela (2017) o SPED é um instrumento que unifica, valida e armazena dados e documentos fiscais através de um único fluxo de informações.

Dessa forma, para Ilarino e Souza (2010) o SPED prevê e obtém informações de forma online, controlando e fortalecendo a arrecadação e dispondo de uma base confiável para uso lícito pelo governo, propondo facilitar o compartilhamento de informações entre fisco e contribuinte, de forma segura e em um ambiente propício para negócios. Craveiro (2010) destaca que é uma das maiores transformações do sistema tributário brasileiro, pois a segurança e autenticidade dos arquivos digitais, fiscais e contábeis dispõem de uma validade jurídica eficaz e padronizada.

Nesse contexto, Sasso, Rosa e Barbosa (2011) enfatizam a divisão inicial desse em três projetos: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Escrituração Contábil Digital (ECD), oficializando e trazendo um padrão para os arquivos digitais gerados pelas escriturações fiscais e contábeis. Para Koettker (2011), a NF-e institui um novo modelo digital de documento fiscal, emitido antes da ocorrência do fato gerador, oficializando as operações de vendas e prestações de serviços entre as partes, substituindo o papel válido para todo território nacional.

Em relação ao EFD, Koettker afirma que esse substitui os registros de entrada e saída, inventário e apuração de ICMS e IPI, sendo obrigados esses, aos seus contribuintes. Já o ECD, Costa (2009) informa que esse substitui os livros de escrituração mercantil pelos digitais. Nesse caso, Sasso, Rosa e Barbosa (2011) destacam que os livros contábeis, diário e razão ocorrem através do sistema utilizando pela empresa em que é gerado um arquivo em formato específico que será submetido ao Programa Validador e assinado (PVA).

Sendo assim, Araujo (2017) destaca que essa auditoria eletrônica vem sendo fundamental na assessoria do profissional contábil, fiscal e TI, melhorando o processo de transmissão de informações, planejamento e praticidade no diagnóstico de problemas ocorridos por meio do cruzamento de informações praticado pela Receita. Young (2009) enfatiza a importância em que os usuários têm na compreensão de que o SPED não é restrito a área fiscal e de TI das empresas, mas sim um projeto que beneficia todo um sistema de negócios.

O projeto SPED 12 é composto por módulos (sendo 5 documentos fiscais e 7 escriturações) concentrados nas áreas de tributos estaduais e federais, obrigações sociais e contábeis, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Módulos do SPED

Modelos	Descrição
Escrituração Contábil Digital (ECD)	Foi instituída para fins fiscais e previdenciários que correspondem aos livros diários, razão e balancetes diários.
Escrituração Contábil Fiscal (ECF)	Informa todas as operações que influenciem a composição da base de cálculo e o valor devido do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).
Escrituração Fiscal Digital das Contribuições (EFD Contribuições)	São as apurações de Contribuição para o PIS/Pasep, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social COFINS e Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita.
Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI (EFD ICMS IPI)	A escrituração prevista na forma deste convênio substitui a escrituração e impressão dos seguintes livros de registro de entradas, registro de saídas, registro de inventário, registro de apuração do IPI, registro de apuração do ICMS, documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente – CIAP e registro de controle da produção e do estoque.

Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída (EFD Reinf)	O objetivo da EFD-Reinf é substituir todas as obrigações impostas ao contribuinte e ao empregador em relação a trabalho. Como por exemplo, DIRF,GFIP, PIS, Cofins, IR, CSLL e INSS.
e-Financeira	Contem informações sobre operações financeiras de interesse da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).
e-Social	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, é um sistema onde os empregadores passarão a comunicar ao governo, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS.
Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e)	A finalidade do MDF-e é agilizar o registro em lote de documentos fiscais em trânsito e identificar a unidade de carga utilizada e demais características do transporte.
Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e)	Tem intuito de documentar, para fins fiscais, uma prestação de serviço de transporte de cargas realizada por qualquer modal (Rodoviário, Aéreo, Ferroviário, Aquaviário e Dutoviário).
Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e)	É o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador. NFC-e substitui à nota fiscal de venda a Consumidor, modelo 2 e o cupom fiscal emitido por equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF).
Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)	A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser utilizada apenas em substituição a Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, pelos contribuintes do IPI e/ou ICMS. Não se destina a substituir os outros modelos de documentos fiscais existentes na legislação como, por exemplo, a nota fiscal a consumidor (modelo 2) ou o cupom fiscal.
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)	A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e é o documento fiscal de existência apenas digital que substituirá as tradicionais notas fiscais de serviços impressas om o objetivo de materializar os fatos geradores do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Fonte: Elaborados pelos autores.

Conforme pode ser observado no Quadro 1, atualmente o SPED é composto por módulos, sendo especificados em cada um sua natureza e finalidade, facilitando desta forma o processo.

1.3 ESTUDOS ANTERIORES

Diante do exposto no tópico anterior, a seguir será apontado como o tema foi abordado em pesquisas anteriores, apresentando achados de estudos empíricos relacionados à temática. Souza e Ilarino (2010) analisaram o processo de implantação do SPED dentro da empresa do século XX, e destacaram quais as principais mudanças e seus impactos, e a importância e o papel do profissional contábil diante das mudanças tecnológicas. De natureza qualitativa, descritiva e exploratória, realizaram um estudo de caso e concluiu-se que o SPED gera impactos não só na contabilidade como nas mais diversas áreas, com mudanças de processos e revisão das principais atividades desenvolvidas, destacando-se a importância do profissional contábil como peça chave em todo o processo de implantação.

Geron *et al.* (2011) tiveram como objetivo verificar se houve nas empresas melhorias operacionais quando da adoção do SPED. Os resultados obtidos foram comparados com pesquisa semelhante realizada no Chile e observou-se que os contribuintes brasileiros têm perspectivas diferentes dos chilenos. Os respondentes não relataram resultados satisfatórios com relação à redução no tempo de emissão de nota fiscal, agilidade e produtividade no recebimento de mercadorias ou redução na aquisição de papel. Muitos esperam ter benefícios no futuro, principalmente em relação à diminuição dos riscos de fraudes e dos custos operacionais.

Silva Filho *et al.* (2013) tiveram como objetivo verificar o impacto nos custos decorrente da adoção ao SPED nas empresas do município de João Pessoa-PB, a partir de um questionário com 56 respostas. Por meio da análise descritiva foi possível concluir que houve aumento na quantidade de recursos aplicados (horas de trabalho, sistemas, serviços contábeis) pelas empresas, e que 75% dos respondentes confirmam a existência de aumento do número de pessoas responsáveis pelo cumprimento das obrigações acessórias. Com relação aos custos



administrativos, 62,5% das empresas afirmaram que não perceberam redução de tais custos após SPED. No entanto, com relação aos gastos com mão-de-obra e custos operacionais decorrentes do SPED, constatou-se que 78,6% das empresas afirmam que houve redução nos custos com emissão e armazenamento de documentos em papel. Também foram percebidos benefícios como melhorias gerenciais, maior controle interno, redução de custos e redução no tempo de escrituração.

Silva Filho e Silva Filho (2016) tiveram como objetivo medir o conhecimento dos profissionais de contabilidade do município de João Pessoa-PB a respeito do SPED. A amostra foi formada por 209 profissionais de contabilidade que responderam a um questionário com 13 questões de múltipla escolha, validado por especialistas. Os resultados mostram que os itens mais difíceis foram: orientações observadas na elaboração da Escrituração Contábil Digital (ECD), Plano de Contas Referencial e Processo de arquivamento da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), que demandavam maior conhecimento dos participantes. No entanto, os itens: empresas obrigadas à Escrituração Fiscal Digital (EFD) na Paraíba e documentos escriturados na EFD apresentaram menor dificuldade. Em relação ao conhecimento, mais de 50% dos respondentes apresentaram escore de conhecimento inferior a - 8,26 e 75% dos participantes obtiveram escore menor que 68,05, em uma escala que vai de - 300 a +300.

Oliveira e Ávila (2016) tiveram como objetivo analisar o nível de qualificação dos profissionais de contabilidade em uma cidade do estado de Minas Gerais com relação ao SPED. A pesquisa descritiva e quantitativa, por meio de um questionário aplicado a 61 profissionais aleatórios da cidade, demonstrou que os profissionais entrevistados tiveram contato com os subprojetos do SPED, mas buscaram baixo volume de qualificação acerca do sistema, além de não investirem em treinamentos sobre a ferramenta. Observou-se, também que mesmo os respondentes não tendo a profissionalização necessária para garantir o cumprimento da obrigação estudada, eles estão satisfeitos com os benefícios do referido sistema.

Origuela (2017) objetivou identificar os impactos no exercício da profissão contábil com a criação do SPED. O estudo descritivo e de abordagem qualitativa e quantitativa, por meio de um questionário aplicado aos profissionais contábeis, identificou que com os resultados obtidos foi possível identificar as dificuldades dos profissionais com a implantação do SPED, buscando

treinamento par se aperfeiçoar, e também foram identificadas mudanças, mostrando mais fidedignidade nas apresentações do resultado.

Formigoni *et al.* (2018) objetivaram analisar os efeitos da implantação do SPED nos recursos organizacionais das empresas, de acordo com a percepção dos seus gestores. A pesquisa é descritiva, exploratória e qualitativa, com amostra final de 13 empresas. Por meio de entrevistas e análise de conteúdo, chegaram-se aos principais resultados: mudanças ocorridas nas rotinas dos profissionais; aumento das despesas administrativas, financeiras e operacionais; e a complexidade na interpretação e aplicação correta da legislação. Para os gestores, o SPED contribuiu para: racionalizar e unificar as obrigações acessórias; melhoria da qualidade, detalhamento e rapidez na geração de informações fiscais; e aperfeiçoar o combate à sonegação. Concluindo assim que o SPED modificou o posicionamento dos gestores em relação à gestão da informação.

Ataides, Costa e Nagib (2019) objetivaram investigar o conhecimento e preparo dos profissionais contábeis de uma cidade mineira acerca do e-Social quanto aos desafios de sua implantação. De abordagem quantitativa e descritiva, realizou-se a aplicação de um instrumento estruturado, cuja amostra foi totalizada em 40 respostas de profissionais contábeis. Concluíram que os profissionais não estão capacitados e nem preparados para a implantação do novo SPED. Para os respondentes, dentre as dificuldades apontadas estão a compreensão da importância do e-Social por parte dos empresários e gestores, a mudança de cultura para uma boa comunicação entre setores envolvidos e no entendimento e aplicação da legislação e layouts do e-Social.

3 METODOLOGIA

A pesquisa consiste em um estudo descritivo e de natureza qualitativa, com o intuito de analisar os principais impactos da implantação dos sistemas SPED sob a percepção de profissionais contábeis de Mossoró/RN. Geron *et al.* (2011) sugerem que esse método é suficientemente sensível para captar as especificidades inerentes à percepção dos efeitos causados pelo SPED nos profissionais contábeis.

A pesquisa descritiva, segundo Ferreira *et al.* (2011) é uma das classificações da pesquisa científica, na qual seu objetivo é descrever as características de uma população, um fenômeno ou experiência para o estudo realizado, e pesquisa qualitativa é um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais.

O universo de pesquisa selecionada se constituiu de contadores que atuam no município de Mossoró-RN. Os entrevistados foram contatados no período de setembro e outubro de 2019, por e-mail e telefone, selecionados a partir da acessibilidade e conveniência do pesquisador.

Os contadores pesquisados ocupam cargos em empresas privadas e são proprietários de escritórios de contabilidade que possuem experiência com o SPED em suas atividades profissionais realizadas em seu cotidiano atuam na região de Mossoró-RN, devido a maior facilidade de coleta de dados para fundamentar o objetivo da pesquisa.

Os dados foram coletados através de uma entrevista semiestruturada, com base em um roteiro previamente estabelecido, tomando como base o estudo de Aires (2019). Seguindo esse roteiro, em um primeiro momento, foram abordadas questões que buscaram investigar o perfil pessoal dos entrevistados. O segundo momento da entrevista buscou entender a percepção dos mesmos acerca dos impactos do SPED.

Os relatos das entrevistas foram analisados através da técnica análise de conteúdo, que consiste em um conjunto de técnicas de análises das comunicações, onde o investigador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos das mensagens (BARDIN, 2011), com o auxílio do *software* ATLAS ti, uma ferramenta para análise de dados qualitativos, assim facilitando o seu gerenciamento e interpretação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de analisar os principais impactos da implantação dos sistemas SPED, foram realizadas entrevistas com cinco profissionais contábeis de Mossoró/RN. O perfil dos entrevistados está descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização da amostra do estudo

Caracterização da amostra		Frequência	(%)
Gênero	Masculino	1	20,0
	Feminino	4	80,0
Faixa etária	18 a 25 anos	-	-
	25 a 30 anos	-	-
	30 a 35 anos	2	40,0
	35 a 40 anos	3	60,0
	Acima de 40 anos	-	-
Tempo de atuação	1 a 5 anos	1	20,0
	5 a 10 anos	1	20,0
	10 a 20 anos	3	60,0
	20 a 25 anos	-	-
	25 a 30 anos	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados analisados conforme a Tabela 1 demonstram que 80% dos entrevistados são do gênero feminino (4), e 20% do gênero masculino (1), a faixa etária de idade dos entrevistados ficaram em 40% entre 30 e 35 anos (2), e 60% entre 35 e 40 anos (3). Já o tempo de atuação dos entrevistados ficou entre 20% de 1 a 5 anos (1), 20% de 5 a 10 anos (1) e os 60% de 10 a 20 anos (3).

Para atender ao objetivo do estudo, inicialmente, buscou-se perceber se os entrevistados consideram o SPED como um ponto positivo ou negativo na rotina do profissional contábil. De forma geral, os discursos dos entrevistados apontam que o SPED trouxe benefícios, tendo em vista que proporciona maior segurança nas informações. Os discursos a seguir revelam esse pensamento:

Positivo. O fato de ser digital já é algo positivo, uma vez que desburocratiza a elaboração dos livros fiscais, padroniza as informações, há a segurança dos dados e rapidez nas informações (Entrevistado 3).

O SPED Fiscal é um ponto positivo, pois trouxe mais agilidade para o processo de envio mensal das informações relacionadas a apuração do ICMS e IPI das empresas e instituições (Entrevistado 4).



Os mesmos resultados foram obtidos por Aires (2019), onde constatou que os profissionais contábeis concordaram que vários fatores foram simplificados com a adoção do SPED.

Logo em seguida, questionou-se sobre o que muda com relação ao relacionamento com o cliente. Dois entrevistados apontaram para algumas mudanças, tais como as responsabilidades do cliente e o *feedback* existente entre profissional e cliente; enquanto três deles afirmaram não haver mudanças. Para melhor visualização, o discurso do Entrevistado 1 demonstra para uma visão positiva, de que há mudanças; ao passo que a fala do Entrevistado 3 demonstra outra perspectiva.

O cliente tem que ficar ciente que com o advento do Sped grande parte das informações fiscal, contábil e agora referente ao RH devido o “Sped da Folha”, é de responsabilidade dele. Ele quem tem que um sistema gerencial que controle suas atividades assim como tem que ter pessoas especializadas na empresa para que gere as informações corretas. (Entrevistado 1).

De maneira geral, praticamente não existe mudança de relacionamento com o cliente apenas pelo uso do SPED, porém deve haver um trabalho de conscientização da importância das informações e melhoria na operação do cliente para adequação as exigências do SPED (Entrevistado 3).

No estudo de Silva Filho *et al.* (2013) constatou-se que dentre os benefícios decorrentes da utilização SPED, o que apresentou menor percepção na prática, na visão os contribuintes, foi à melhoria no relacionamento com clientes e fornecedores, corroborando os achados deste estudo.

Dando prosseguimento, foi questionado se houve valorização com relação nas atividades do contador com a implantação do SPED. Assim como no quesito anterior, neste ponto a opinião também foi dividida. De um lado existem aqueles que consideram que existe uma valorização (três entrevistados), ao passo que dois deles demonstraram não haver valorização.

Na implantação houve valorização, pois os profissionais de contabilidade tiveram que se capacitar, através do estudo da legislação específica através de curso de capacitação (Entrevistado 4).

Eu não diria valorização. Quando se fala em valorização remete-se a retorno financeiro e importância da categoria principalmente por parte dos empresários. Eu diria que o papel do contador mudou e que as responsabilidades aumentaram (Entrevistado 1).

Dos entrevistados que afirmaram haver valorização do profissional, os entrevistados 2 e 4 levaram em consideração a capacitação necessária na adoção do SPED, e o entrevistado 5 enfatizou que como mais segura é gerada a informação, maior a valorização na atividade. O entrevistado 1 fez referência à mudança de responsabilidades, mas sem aumento na valorização; já o entrevistado 3 alegou que os serviços são básicos independente da forma com é feita, se manual ou digital, e isso não traz valorização à atividade.

Nesta perspectiva, Souza e Cajaíba (2018) demonstram em sua pesquisa que os profissionais contábeis qualificados a lidar com o SPED perceberam uma valorização por escassez de mão de obra capacitada disponível e as organizações contábeis se viram obrigadas a investir em tecnologia, treinamentos e contratações, encarecendo os seus serviços, indo de encontro aos achados da presente pesquisa.

A questão seguinte tratou de indagar se na opinião dos entrevistados, com a implantação desses sistemas o profissional contábil ganhou um novo perfil passando a ter mais espaço para desempenhar suas funções dentro das empresas. Quatro entrevistados demonstraram que o profissional contábil tem passado por mudanças em sua postura, se adequando aos avanços da sociedade, mantendo-se atualizado com a tecnologia e cada vez mais voltado para a figura de consultor empresarial. O discurso a seguir demonstra essa visão:

O perfil do profissional contábil vem passando por um processo de mudança com o crescimento da tecnologia e o SPED faz parte desse mundo digital, muitas ferramentas e a velocidade das informações obrigam o contador a manter-se atualizado e buscar seu espaço nas organizações, não apenas com obrigações fiscais, mas como consultor das organizações (Entrevistado 3).

Entretanto, um dos entrevistados (Entrevistado 5), não concorda e apontou o seguinte: “Não vejo assim, mas vejo mais tranquilidade para executar as tarefas da área”.

Na sua maioria, os entrevistados levaram em consideração que o profissional deixou de ser apenas um digitador e passou a analisar informações, ganhando assim mais espaço nas

empresas. Apenas o entrevistado 5 não foi de encontro desse pensamento e jogou ter uma maior tranquilidade para exercer a atividade.

No estudo de Ataides, Costa e Nagib (2019) os resultados mostraram que os profissionais não estão capacitados e nem preparados para a implantação do novo SPED. No entanto, há predominância na opinião dos profissionais de que a sua implantação fortalecerá o controle e a fiscalização na prestação de informações, aperfeiçoando o combate às práticas fraudulentas.

Na próxima questão foi questionado se com a utilização do SPED, os órgãos fiscalizadores ficaram mais eficientes para identificar e combater fraudes tributárias. Nessa questão, os 5 entrevistados concordaram que com a implantação do SPED houve agilidade no processo de análise de dados, contribuindo assim no combate a fraudes, com possibilidade de encontrar divergências ou irregularidades de forma mais rápida. Como demonstra no discurso: “Com certeza a implantação do SPED Fiscal trouxe mais agilidade para os órgãos fiscalizadores, pois as informações chegam mais rapidamente e o cruzamento de dados entre os órgãos ajuda a diminuir as fraudes fiscais “(Entrevistado 4).

Dando prosseguimento, o próximo item tratou de investigar se as empresas encontram-se preparadas para o SPED. Para esta questão, optou-se por expor a percepção de todos os entrevistados, apresentando-se os discursos na íntegra:

Muitas ainda não. Para se preparar para o sped tem um custo como mão de obra especializada e sistema de gestão (compras, vendas, estoque e outros) que as empresas muitas vezes não podem ou não estão dispostas a ter (Entrevistado 1).

As empresas de médio e grande porte sim, as pequenas necessitam de um Escritório de contabilidade que possa ajudar na geração e envio das informações (Entrevistado 2).

Nem todas, as empresas de médio e grande porte estão preparadas e investem nisso, mas as pequenas empresas ainda possuem grandes dificuldades e só cumprem os requisitos básicos, tanto em tecnologia quanto de pessoas (Entrevistado 3).

Com a implantação em meados de 2010, houve muitos problemas, mas atualmente a grande maioria das empresas já está adequada as novas tecnologias (Entrevistado 4).

No início tivemos um pouco de dificuldade, mas já hoje estamos mais tranquilos em relação a isso (Entrevistado 5).

Conforme pode-se perceber, os entrevistados 1, 2 e 3 argumentam que há uma falta de preparo por parte das empresas, os quais apontam também que apenas as de médio e grande porte estão preparadas. Já os entrevistados 4 e 5 argumentam que as dificuldades se deram no início e que hoje já conseguem acompanhar as mudanças, indo de encontro aos achados de Aires (2019).

Na última questão, questionou-se se houve redução de custos operacionais na entidade, em função da adoção do SPED. Para este quesito as respostas foram quase unânimes, em que 4 entrevistados concordaram que houve redução de custos, enquanto que um deles, o entrevistado 3, informou que os custos mantem-se inalterados. Merecem destaque as seguintes falas: “Houve redução de tempo no processamento de dados. Digitação de informações” (Entrevistado 1); “Acredito ter havido redução, pois com o advento da Nota Fiscal eletrônica juntamente com o SPED, diminui despesas com pessoal (horas extras), material de expediente, etc.” (Entrevistado 4).

Na pesquisa de Silva Filho et al. (2013), resalte-se que com relação aos reflexos nos gastos com mão-de-obra e custos operacionais decorrentes do SPED, constatou-se que 78,6% das empresas reconheceram que houve redução nos custos com emissão e armazenamento de documentos em papel, corroborando os achados da presente pesquisa.

De forma complementar, utilizou-se o *software* Atlas ti para visualizar as palavras-chave mais citadas durante os discursos dos entrevistados. Para tanto, as palavras-chave foram codificadas isoladamente (uma a uma) e a escolha se deu pelas palavras que representavam uma síntese das principais ideias das falas dos entrevistados. Assim, gerou-se a nuvem de palavras, composta pelas principais palavras-chave dos relatos (Figura 1).

Utilizando-se a ferramenta que possibilita visualizar quantas vezes cada palavra foi utilizada como palavra-chave, bem como observando-se a Figura 1, verificou-se que as palavras que mais se destacam nos discursos do entrevistado são: SPED (28), informações (16), mudanças (8), positivo (7) e cliente (6). Cabe ressaltar que as palavras obrigatoriedade, fiscalização, valorização, qualificação e responsabilidades também tiveram destaque nos discursos dos entrevistados.

Figura 1 – Nuvem de palavras da entrevista

para realizar essas tarefas, e as autenticações acompanharam a tecnologia e passaram a ser digitais, contribuindo também com o ganho de tempo do profissional.

Com a adoção do sistema SPED, as informações passaram a ser de forma eletrônica, fazendo com que os profissionais contábeis buscassem se capacitar para atender as novas exigências do mercado, gerando assim, de acordo com os entrevistados, a valorização do profissional.

O que também veio a valorizar o contador foi a mudança do perfil da profissão, onde o mesmo deixou de ser um burocrata e passou a ser um analista de dados e informações, ajudando assim nas tomadas de decisão das empresas, fazendo com que os profissionais contábeis ganhassem mais espaço dentro das empresas.

A contribuição desse trabalho consiste em despertar nos futuros e atuais profissionais contábeis o senso crítico diante do avanço da tecnologia, a busca por atualização e capacitação para atender as novas exigências do mercado, e assim agregar valor a profissão do contador.

A limitação foi a abordagem apenas em extensão local, e o universo da pesquisa, com apenas cinco sujeitos entrevistados. Por este motivo, sugere-se para futuros estudos, a ampliação do número de sujeitos, com a possibilidade também de aplicação de questionários para a realização de pesquisa com abordagem quantitativa, no mesmo contexto local ou em outras realidades, afim de serem obtidas comparações.

REFERÊNCIAS

AIRES, Ana Paula de Brito. **Os reflexos na rotina do profissional contábil em meio a era da contabilidade digital: um estudo acerca da implantação do eSocial e SPED Fiscal.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2019.

ATAIDES, Camila Moraes; COSTA, Laura Brandão; NAGIB, Leonardo de Rezende Costa. O Nível de Conhecimento e Preparo ao eSocial dos Profissionais Contábeis de Um Município Mineiro. **RAGC**, v. 7, n. 28, p. 133-148, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Edições 70. Lisboa. Portugal, 2011.

CRAVEIRO, Paula. **SPED conexão com novos tempos.** IBEFNEWS. Instituto brasileiro de Executivos e Finanças, jul. 2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade**: resumo da teoria entendendo as novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas. 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.330, de 22 de março de 2011**. ITG 2000 - Escrituração Contábil.

CORDEIRO, A.; KLANN, R. C. Institucionalização de hábitos e rotinas com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): um estudo em organizações de serviços contábeis. **Revista Gestão Organizacional**, v. 7, n. 1, p. 80-93, 2014.

SOUZA, M. A.; ILARINO, S. SPED (Sistema Público de Escrituração Digital): impactos da sua implantação na empresa XX. **E-Civitas**, v. 3, n. 2, p. 01-25, 2010.

DUARTE, R. D. **Big Brother Fiscal – IV**: Manual de sobrevivência do empreendedor no mundo pós-SPED. Belo Horizonte, 2011.

FERRARI, E.L **Contabilidade Geral**. 13ª ed. Impetus, 2013

FORMIGONI, H.; SEGURA, L. C.; COELHO, L. S.; OLIVEIRA, L. L.; MORAES, V. C. Os impactos da implantação do SPED nos recursos organizacionais das empresas. **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)**, v. 5, n. 1, p. 143-160, 2018.

GERON, C. M. S.; FINATELLI, J. R.; FARIA, A. C.; ROMEIRO, M. C. SPED–Sistema Público de Escrituração Digital: percepção dos contribuintes em relação os impactos de sua adoção. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 5, n. 2, p. 44-67, mai./ago. 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIZOTE, S. A.; MARIOT, D. M. A estrutura do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): um estudo das novas obrigações. **Navus - Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 2, n. 2, p. 17 - 25, jul./dez. 2012.

PETRI, S. M.; KOETTKER, B. H. S.; MARQUES, T. O.; PETRI, L. R. F.; CASAGRANDE, M. D. H. Escrituração Fiscal Digital (EFD): Vantagens e Desvantagens a partir da Literatura Seleccionada. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 12, n. 36, p. 53-69, ago./nov. 2013.

MANTHAY, D. **A importância da escrituração contábil e escrituração fiscal**. 2007. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2007.

MILHOMEM, B. Q.; VIEIRA, M. T.; BOGONI, N. M.; LUZ, R. M. Impactos da implantação do SPED fiscal nas empresas do município de Palmas/TO. In: Encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas, 9, 2016, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: EGEPE, 2016.

MONTEIRO, R. L.; CAVALCANTE, D. L. Governo Eletrônico e as novas perspectivas da administração fazendária. In: Congresso Nacional do CONPEDI, 17, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: CONPEDI, 2008.

OLIVEIRA, D. R.; ÁVILA, L. A. C. SPED - Sistema Público De Escrituração Digital: um estudo do nível de qualificação dos profissionais contábeis em uma cidade do estado de Minas Gerais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 21, n.1, p. 57-69, jan/abr., 2016.

ORIGUELA, L. A. Os Principais Impactos do SPED na Profissão Contábil: Uma Análise da Percepção dos Profissionais de Contabilidade. **Caderno Profissional de Administração da UNIMEP**, v. 7, n. 1, p. 45-62, 2017.

PASSOS, G. R. P. SPED – **Sistema Público de Escrituração Digital: um novo paradigma em termos de conformidade tributária**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2010.

PADOVEZE, C. L. **Sistemas de informações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

RUSCHEL, M. E.; FREZZA, R.; UTZIG, M. J. S. O impacto do sped na Contabilidade desafios e perspectivas do profissional contábil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 10, n. 29, p. 9-26, abr./jul. 2011.

SASSO, A.; ROSA, I. C.; BARBOSA, A. O SPED e seus Reflexos na Profissão Contábil. In: Encontro de Produção Científica e Tecnológica, 6, 2011, Paraná. **Anais...** Paraná: EPCT, 2011.

SILVA FILHO, G. M.; RUFINO, M. A.; GIRÃO, L. F. A. P.; SILVA, G. H. C. Impacto nos custos decorrente da adoção do SPED: uma análise da percepção dos empresários no município de João Pessoa. In: Congresso Brasileiro de Custos, 20, 2013, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: CBC, 2013.

SILVA FILHO, G. M.; SILVA FILHO, P. A. M. Nível de conhecimento dos contadores em relação ao sped: um estudo exploratório por meio da teoria de resposta ao item. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 65, p. 28- 39, jan./abr. 2016.

SOUZA, D. **A importância da utilização da escrituração contábil como ferramenta para a tomada de decisão em micro-empresas de Florianópolis.** 2007. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SOUSA, L. A.; CAJAIBA, K. S. sistema público de escrituração digital – sped: abordagens da produção científica nacional, publicada entre os anos 2011 e 2016. **Revista Integrart**, v. 3, n. 1, p. 60-78, 2018.

YOUNG, L. H. B. **SPED:** sistema público de escrituração digital. São Paulo: Juruá, 2009.

IMPACTOS SOBRE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DURANTE A PANDEMIA: um estudo de caso em um escritório de contabilidade

Mírian Cristiane Pereira de Melo¹

Iriane Teresa de Araújo²

RESUMO

As pequenas e médias Empresas são de grande importância no cenário econômico mundial, pois surgem nas economias industrializadas e nos países que estão em desenvolvimento. São responsáveis pelo crescimento dos empregos devido terem a maior flexibilidade de atuação e à menor necessidade de investimento de capital, gerando assim novas contratações e consequentemente aumentando a economia. No entanto, os impactos causados pelo COVID-19 aumentam ainda mais nesse conceito, exigindo assim uma nova forma de adaptação em todas as áreas, sejam eles nos negócios, pesquisas e educação ou no modo de agir dos consumidores, forçando-os a se adaptarem ao novo cenário econômico. Nesse sentido, essa pesquisa tem como objetivo analisar os impactos da pandemia do COVID-19 sobre as pequenas e médias empresas na cidade em relação a economia no município. Trata-se metodologicamente de um estudo de caso de caráter descritivo e natureza qualitativa, desenvolvido a partir de uma entrevista realizada em um escritório de contabilidade da cidade Mossoró, entrevista essa que foi aplicada de forma direta e objetiva, e utilizada para análise dos impactos causados pelo COVID-19. Apresenta como principais resultados que evidenciam que o papel do contador é essencial para a saúde e sobrevivência das empresas e que os profissionais devem sempre buscar conhecimento para que assim auxiliem as empresas da melhor forma, evitando assim que elas abram falência.

¹Graduando em Ciências Contábeis, pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: mirian.cmeelo@gmail.com

²Doutora em Administração. Mestre em Ambiente Tecnologia e Sociedade. Especialista em Contabilidade Gerencial. Graduada em Economia. Docente da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: iriane.araujo@professor.catolicadorn.com.br

Palavras-Chave: Pequenas e Médias Empresas. COVID-19. Impactos. Empregos. Contabilidade.

ABSTRACT

Small and medium-sized companies are of great importance in the world economic scenario, as they emerge in industrialized economies and in developing countries. They are responsible for the growth of jobs due to their greater flexibility of action and the lower need for capital investment, thus generating new hires and consequently increasing the economy. However, the impacts caused by COVID-19 increase even more in this concept, thus requiring a new way of adaptation in all areas, whether in business, research, and education, or in the way consumers act, forcing them to adapt to the new economic scenario. In this sense, this research aims to analyze the impacts of the COVID-19 pandemic on small and medium-sized businesses in the city in relation to the economy in the municipality. This is methodologically a case study of descriptive nature and qualitative, developed from an interview conducted in an accounting office in the city of Mossoró, this interview was applied directly and objectively, and used for analysis of the impacts caused by COVID-19. The main results show that the role of the accountant is essential for the health and survival of companies and that professionals should always seek knowledge to help companies in the best way, thus preventing them from going bankrupt.

Keywords: Small and Medium Businesses. COVID-19. Impacts. Jobs. Accounting.

1 INTRODUÇÃO

As Pequenas e Médias Empresas (PMEs) são de grande importância no cenário econômico mundial, pois surgem nas economias industrializadas e nos países que estão em desenvolvimento são responsáveis pelo crescimento dos empregos devido terem a maior flexibilidade de atuação e à menor necessidade de investimento de capital, gerando assim novas contratações e consequentemente aumentando a economia (RORATTO; DIAS; ALVES, 2017).

O cenário econômico mundial vem sendo marcado pelo crescimento dos jovens empreendedores através de seus empreendimentos inovadores. Por volta dos anos 90, a exploração dos novos empreendedores destinou-se ao padrão do ritmo de internacionalização de novos empreendimentos (ZAHRA; GEORGE, 2010; JONES; COVIELLO; TANG, 2011).

As PMEs são de grande importância no cenário econômico mundial pois são responsáveis por proporcionarem a geração de novos empregos e transformar as políticas de inovação em mecanismos de impulso à concorrência (NETO; LEURENÇÃO; OLIVEIRA, 2006). Com tudo, são evidentes os altos índices de mortalidade precoce das PMEs causados por diversos fatores (NASCIMENTO *et al.*, 2013).

A pandemia do COVID-19 vem estremecendo diferentes contextos mundiais. Parte dos impactos causados pela pandemia ainda não podem ser estimados, porém seu impacto tem um peso significativo na economia, na saúde, no comércio e serviços, em toda sociedade, e como não seria diferente, pesam também sobre os empreendedores e nos seus respectivos empreendimentos (NASSIF; CORRÊA; ROSSETTO, 2020).

A busca por meios diferentes de inovação é crucial e necessária para adequação nesse novo cenário. No entanto, os impactos causados pelo COVID-19 aumentam ainda mais nesse conceito exigindo assim uma nova forma de adaptação em todas as áreas, sejam eles nos negócios, pesquisas e educação ou no modo de agir dos consumidores, forçando-os a se adaptarem ao novo cenário econômico. A necessidade de se moldar ao cenário atual vem revelando argumentos que tornam notórios os dilemas que se sustentam em duas principais vias: o crescimento da estagnação global ou achatamento da curva da doença (CONTRACTOR, 2020).

Ao acompanhar as manifestações dos diversos setores das empresas de serviços, indústria e comércio, cada uma com suas particularidades, é necessário que seja evidenciado a importância de considerar os impactos do COVID-19, e todo seu crescimento nos empreendimentos e principalmente nas PMEs (NASSIF; ARMANDO; LA FALCE, 2020).

De fato, 98,5% dos aproximadamente cinco milhões de estabelecimentos no Brasil são compostos por micro e pequenas empresas, mais suscetíveis às oscilações do mercado e à conjuntura econômica fragilizada, expondo-as a situações de risco. Atualmente, essas empresas

respondem por, aproximadamente 54% dos empregos formais gerados e por 27% de todo PIB nacional (SEBRAE, 2018).

Desta forma, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: qual foi o impacto da pandemia sobre as empresas de pequeno e médio porte e qual a importância da contabilidade para impedir a mortalidade das empresas? Neste sentido, o estudo objetiva analisar os impactos da pandemia do COVID-19 sobre as pequenas e médias empresas na cidade em relação a economia no município.

Assim, a contribuição da pesquisa a ser realizada com um escritório X de contabilidade tem como intenção oferecer informações para campos de pesquisa sobre o impacto do COVID-19 nas PMEs e estudar como podem ser minimizados os impactos sobre as tais. Desta forma esse trabalho está restrito apenas a alguns estudos que podem dificultar a obtenção de êxito por parte das PMEs.

Ademais, o presente trabalho apresenta-se estruturado da seguinte forma: iniciando-se por esta Introdução, seguido pelo Referencial Teórico, Metodologia, Apresentação e Discussão dos Resultados Obtidos, Considerações Finais e Referências Bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico aqui exposto caracteriza as PMEs e apresenta estudos que apontam os possíveis fatores de sucesso/fracasso, sob os impactos causados pela pandemia do COVID-19 e os aspectos que fundamentam esses estudos.

2.1 CONHECENDO AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

As PMEs são organizações que se diferenciam das demais empresas por terem características específicas.

Segundo o Sebrae o porte de uma empresa é definido de acordo com o conceito de pessoas ocupadas:

Quadro 1 – Porte empresarial por pessoas ocupadas

Microempresa	I) indústria e construção: até 19 pessoas ocupadas;
	II) comércio e serviços: até 9 pessoas ocupadas;
Pequena Empresa	I) indústria e construção: de 20 a 99 pessoas ocupadas;
	II) comércio e serviços: de 10 a 49 pessoas ocupadas;
Média Empresa	I) indústria e construção: de 100 a 499 pessoas ocupadas;
	II) comércio e serviços: de 50 a 99 pessoas ocupadas.
Microempresa	I) indústria e construção: até 19 pessoas ocupadas;

Fonte: Sebrae (2008).

De acordo com a Lei Complementar nº 123/06, as PMEs podem ser classificadas de acordo com a sua receita bruta anual:

Microempresa (ME): receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

Empresa de Pequeno Porte (EPP): receita bruta anual superior a R\$ 240, 000.00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais);

Porém, consta-se que para cada estado brasileiro existem vários tipos diferentes de conceitos a fim de classificar as PMEs, de acordo com a sua situação econômica e fiscal própria.

As PMEs têm grande importância para o desenvolvimento da economia mundial. No Brasil, especialmente por serem responsáveis por empregar um número considerável de trabalhadores formais, evidenciando assim sua participação na economia brasileira. Elas são responsáveis por contribuírem com a evolução da economia, fornecendo os empregos necessários e dessa forma seu crescimento. As empresas podem produzir serviços com mais eficiência em determinadas áreas, atuando na concorrência de grandes empresas para a realização de alguns serviços. Vale ressaltar ainda que a Constituição Federal adota conceitos de Micro e Pequenas Empresas baseados no volume de sua receita bruta que também acaba as favorecendo.

É perceptível que a partir dos dados que foram apresentados acima que a classificação das PMEs se diferencia quanto ao número de pessoas ocupadas (SEBRAE, 2008) e o tipo jurídico e o faturamento anual (Lei Complementar nº 123/06). Tais diferenças podem ser associadas as finalidades com que essas instituições pretendem agir com as empresas. Pode-se

observar que o Sebrae é uma instituição que dá assistência e estimula as micro e pequenas empresas e auxilia os gestores e empreendedores estendendo apoio e capacitação desde a abertura, legalização e no funcionamento dessas empresas.

O Simples Nacional e a Lei Complementar nº 123/03 dão assistência as PMEs a respeito da sua legalização e tributação, classificando assim as PMEs de acordo com seu faturamento e tipo jurídico.

As empresas, independente do seu porte precisam apresentar suas informações contábeis para análise a apuração dos resultados. A contabilidade é responsável por coletar números e apresentar relatórios as informações de forma organizada para os seus empresários, e usuários auxiliando assim nas tomadas de decisões (ANDRADE; BRITO, 2020).

2.2 MORTALIDADE DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Entre os meses julho e agosto de 2016, o Sebrae realizou um estudo feito por telefone com cerca de 2.000 empresas com seus anos de abertura entre 2011 e 2012. Tal estudo tinha a intenção de identificar os fatores determinantes na sobrevivência e mortalidade das empresas.

O estudo classificou as empresas como ativas e inativas de acordo com os registros disponíveis na Secretaria da Receita Federal - SRF. No momento das entrevistas, foi questionado aos donos das empresas ativas se suas respectivas empresas continuavam com suas atividades ativas. Caso confirmassem que não estavam mais em atividades, as mesmas foram classificadas como inativas. No resultado final da pesquisa ficou constatado que a sobrevivência ou a mortalidade de uma empresa não resulta apenas de um único fator isolado, mas sim da combinação de um conjunto de fatores distintos, denominados “fatores contribuintes”. Tais fatores são agrupados em pelo menos quatro grandes conjuntos, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Fatores contribuintes para a sobrevivência / mortalidade de PMEs

• Situação antes da abertura
○ Tipo de ocupação do Empresário
○ Experiência no Ramo
○ Motivação para abrir o Negócio
• Planejamento do Negócio

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Gestão do Negócio • Capacitação dos donos em Gestão Empresarial |
|--|

Fonte: Adaptado de Sebrae (2008).

A análise da sobrevivência e/ou mortalidade das empresas foi comparada à análise dos acidentes aéreos. Nessa área também não é possível afirmar que apenas um fator é responsável pela causa dos acidentes, mas sim uma combinação entre vários fatores.

No quadro 2 é apresentado de forma mais detalhada alguns dos principais fatores que contribuem para a sobrevivência e/ou mortalidade das empresas. Através da tabela é possível verificar que entre as empresas inativas há maior proporção de empresários que tinham pouca experiência no ramo e que abriram seu negócio por necessidade e/ou exigência de clientes e/ou fornecedores e que tiveram menos tempo para poder fazer o planejamento do negócio e que por conseguinte não conseguiram boas negociações com os fornecedores, nem conseguiram empréstimos em bancos, que não aprimoraram seus produtos/serviços, que não fizeram investimentos na capacitação dos seus colaboradores ou na sua própria capacitação em gestão empresarial, não inovaram e não chegaram a fazer um acompanhamento rigoroso das suas receitas e despesas.

Como apontado por inúmeras pesquisas, apesar do índice de mortalidade das PMEs estar diminuindo com o decorrer do tempo, no Brasil esse número ainda é bem expressivo, principalmente quando a empresa está em seu estágio inicial (nos dois primeiros anos de existência), devendo o empreendedor atentar para os principais fatores que levam a empresa a mortalidade.

Conforme Chiavenato (2008, p.15) “Nos novos negócios a mortalidade prematura é exorbitante, pois os riscos são grandes e os contratemplos não faltam”. Diante disso ele indica algumas das causas responsáveis pela mortalidade das empresas, que são apresentadas na Tabela 1:

Tabela 1 - As causas mais comuns de falhas no negócio

--



Inexperiência- 72 %	Incompetência do empreendedor Falta de Experiência de campo Falta de experiência profissional Experiência desequilibrada
Fatores econômicos - 20 %	Lucros insuficientes Juros elevados Perda de mercado Mercado consumidor restrito Nenhuma viabilidade futura
Vendas Insuficientes - 11 %	Fraca competitividade Recessão econômica Vendas Insuficientes Dificuldade de estoques
Despesas excessivas - 8 %	Dividas e cargas demasiadas Despesas operacionais
Outras causas - 3 %	Negligencia Capital insuficiente Clientes insatisfeitos Fraudes Ativos insuficientes

Fonte: Adaptado de Chiavenato (2008).

A associação da mortalidade das PMEs ao perfil do empreendedor mostra-se como uma rica fonte de dados e informações decisivas sobre as causas da não-sobrevivência, que assim podem beneficiar as políticas e/ou os programas de promoção das atividades dos empreendimentos, diminuindo a execução de projetos inconsistentes e dessa forma podendo evitar o desperdício ou desgaste dos recursos sociais e econômicos.

De acordo com o SEBRAE (2011), as PMEs são responsáveis por cerca de 52% dos postos de trabalho do setor privado. A mesma pesquisa demonstra que considerando 6,1 milhões de PMEs, a região Sudeste apresenta 50,8% das empresas do país, a região Sul representa 23,3%, o Nordeste possui 15,0%, o Centro-Oeste 7,4% e o Norte com 3,5%. Além

disso, o Estado de São Paulo possui liderança sendo responsável por cerca de 29,6% dos empregos nas PMEs, quase o mesmo número de empregos da região Nordeste com 18,4% e o Sul com 17,0%.

A Contabilidade é composta por 06 (seis) princípios contábeis, que simbolizam as doutrinas desta Ciência Social Aplicada, e são aplicados diretamente no Patrimônio, que é o objeto da contabilidade. Dentre os princípios contábeis estão: o princípio da Entidade, da Continuidade, da Oportunidade, do Registro Pelo Valor Original, da Competência e o da Prudência. De acordo com Pereira e Juarez (2017), o princípio da entidade não tem uma estrutura conceitual básica, mas traz a menção sobre o relatório contábil-financeiro que tem como propósito fornecer as informações de acordo com o princípio que reporta as informações.

A Resolução CFC 1.282/10, em seu Art 4º, dizia:

Art. 4. O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Contudo, existe um fato que compromete que os empreendimentos tenham um maior número de crescimento, e conseqüentemente, da economia, que são os altos índices de mortalidade precoce de PMEs, gerados pelos diferentes elementos e condições citados anteriormente.

2.3 FATORES DE SUCESSO PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Com o decorrer dos anos algumas mudanças ocorreram e para melhor em relação à sobrevivência das PMEs. Algumas adaptações às rápidas mudanças do mercado foram fundamentais e alguns ocasionaram que as organizações se destacassem e continuassem a atuar no mercado.

De acordo com Resnik (1990, p. 5-6), existem dez requisitos decisivos para o sucesso e a sobrevivência das PMEs que estão relacionados diretamente ao gestor dessas empresas, são elas:

1 – Ser objetivo: honestidade e imparcialidade ao definir os pontos fortes e fracos da empresa; 2 – Ser simples é o bastante: manter tudo sempre focalizado e simples; 3 – Disponibilizar bens e serviços excepcionais e essenciais que satisfaçam as necessidades dos clientes; 4 – Determinar metas e como atingir e vender para os clientes; 5 – Formar, administrar e impulsionar uma equipe de campeões que façam tudo o que não se pode fazer sozinho; 6 – Ter um acompanhamento rigoroso das suas receitas e despesas para poder compreender e administrar a empresa; 7 – Jamais ficar sem disponibilidade de caixa; 8 – Evitar as armadilhas do rápido crescimento; 9 – Conhecer a empresa de forma geral; 10 – Planejamento do futuro (RESNIK, 1990, p.5-6).

Além dessas características importantes para a administração das PMEs, foram levantados alguns outros fatores na pesquisa de “10 Anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas” feita pelo Sebrae em 2008, como: Fatores condicionantes para o sucesso empresarial de acordo com as habilidades gerenciais onde é possível destacar o bom conhecimento do mercado de atuação e uma boa estratégia de vendas.

Ainda constata os fatores condicionantes para o sucesso empresarial segundo a habilidade empreendedora como: criatividade do empreendedor; empreendedor com obstinação e firmeza; aproveitamento de oportunidades do empreendimento; capacidade de liderança do empreendedor e sua capacidade e assumir riscos.

Alguns outros dados importantes são os fatores de sucessos das PMEs ativas, sendo elas: logística operacional; a escolha de um bom gestor; uso adequado de capital próprio; reinvestimento dos lucros; implantação de novas tecnologias; habilidades gerenciais; conhecimento do mercado de atuação; e uma estratégia de vendas diferenciada.

As PMEs podem também ter conhecimento das vantagens que possuem, objetivando assim não caírem nos dados estatísticos da mortalidade prematura.

Tais vantagens estão na própria legislação brasileira, onde atualmente com as mudanças que vem ocorrendo observa-se um maior empenho das autoridades e do governo a fim de

diminuir as dificuldades dos pequenos empreendedores, que assim acabam percebendo a importância das PMEs para o desenvolvimento econômico do país.

Com a criação do Simples Nacional (em vigor desde 1997), onde a empresa consegue facilitar sua gestão, foi permitido que os impostos como IRPJ, PIS, COFINS, CSLL, INSS Patronal e IPI, caso seja contribuinte, fossem unificados, e ainda possibilita vantagens para as PMEs em relação aos encargos trabalhistas e previdenciários.

Um estudo do Sebrae (2011), aponta que no Brasil são criados atualmente 1.200.000 novos empreendimentos e que as PMEs representam 99,12% do total das empresas existentes no país, o que aponta sua importância para o crescimento e desenvolvimento da economia do país, principalmente na geração de empregos.

Um dos estudos promovidos pela *Global Entrepreneurship Monitor* – GEM (2013), mostra que o Brasil está entre os 17 países membros do G20 que participaram da pesquisa, possuindo o maior número de novos negócios e empreendedores.

A mesma pesquisa da GEM revelou também que entre os cinco países do grupo dos BRICS (agrupamento formado por cinco grandes países emergentes – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – juntos, representam cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial), o Brasil tem a população com mais empreendedores, com cerca de 71% em estágio inicial por oportunidade, seguido pela África do Sul com 70%, China e Rússia com 66% e Índia com 61% (GEM, 2013).

Sendo assim, os fatores demonstrados acima sugerem que as PMEs podem sim ter sucesso e manter-se atuantes no mercado, mesmo diante das dificuldades.

As pesquisas sobre a utilização das práticas gerenciais são realizadas periodicamente, onde são envolvidos objetos de estudos específicos e diferentes amostras. Santos, Dorow e Beuren (2016), afirmam que os empresários das PMEs deixam para a contabilidade a responsabilidade das burocracias e as arrecadações dos impostos e tributos.

2.4 A IMPORTÂNCIA DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

No Brasil o interesse tem sido cada vez maior em estudar e incentivar as PMEs. De acordo com Josefino (2020) as pequenas e médias empresas são um dos principais pilares de

sustentação para a economia do Brasil, pois tanto geram um grande número de empregos, quanto pela grande quantidade de empresas existentes no país.

O instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA) afirma que as PMEs são responsáveis por grande parte dos empregos e trabalhos da economia brasileira. As PMEs abrigam a maior parte dos postos de trabalho, tanto nos setores tradicionais como nos tecnológicos.

2.5 REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Gomes (2020) fala que em 2019 a Reforma Tributária no Brasil foi um tema bastante abordado das formas mais diferentes possíveis, no entanto uma análise realizada pela Consultoria da Câmara dos Deputados com comparou todas as propostas apresentadas pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados (PEC 110/2019 e PEC 45/2019) a partir de tal análise foi possível perceber que o processo de consolidação das bases tributáveis ocorre em dois momentos distintos, a PEC 110/2019 vem excluindo 09 tributos (ICMS, ISS, IOF, PIS, COFINS, PASEP, CSLL, CIDE – combustíveis e Salário Educação) e a PEC 45/2019 exclui 05 tributos (IPI, ICMS, ISS, PIS e COFINS).

2.5.1 Simples Nacional

Com intuito de cumprir o Art. 179 da Constituição Federal, que informa que os entes federados deverão dispensar tratamento jurídico diferenciado a fim de incentivar a simplificação de suas obrigações administrativas, previdenciárias e tributárias, foi criando um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos.

Em 14 de dezembro de 2006 foi criada a Lei Complementar nº 123, a esse novo regime de tributação foi dado o nome de “Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte”, o Simples Nacional e é aplicável às Microempresas – ME e as Empresas de Pequeno Porte – EPP em todo território nacional. Esse regime de tributação implica o recolhimento mensal de oito tributos através de um único documento de arrecadação.

2.5.2 Lucro Real

O Lucro Real pode ser definido como resultado, seja ele lucro ou prejuízo, de acordo com o período de apuração ajustado por adições, compensações e exclusões determinadas pelo Decreto n° 9.580 de 22 de novembro de 2018. Valente (2019), afirma que para a apuração do resultado deve ser elaborado o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) para que seja possível encontrar o resultado, seja lucro ou prejuízo.

2.5.3 Lucro Presumido

Nesse regime tributário, são usadas somente as receitas para apuração do resultado tributável do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Também são utilizados percentuais preestabelecidos pelo Fisco sobre as receitas da empresa.

Valente (2019) afirma que o Lucro Presumido é um regime de tributação para apuração do lucro e, assim, o Imposto de Renda das pessoas jurídicas e a Contribuição Social sobre o Lucro das empresas que não são obrigadas a optar pelo Lucro Real.

2.5.4 Lucro Arbitrado

É um modo de apuração da base de cálculo do Imposto de Renda quando se reconhece a receita bruta. Conhecido como uma forma de penalidade, pois é aplicado em situações em que a empresa não cumpre as obrigações acessórias, ou opta por uma forma de tributação em que não poderia se encaixar legalmente (VALENTE, 2019).

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa tem caráter descritivo, pois segundo Marchini *et al.* (2018, p. 5): “análise do objeto a ser estudado, impacta na definição de quais dimensões desse objeto serão atingida”.

De acordo com abordagem do problema é caracterizada como natureza qualitativa, tendo como procedimento técnico a pesquisa de campo do tipo *altissimam conloquium*.

Tratando-se de um estudo de caso, pois a análise é referente a determinada realidade limitada a um determinado espaço e é baseada em dados empíricos por meio de entrevista em determinado escritório contábil da cidade de Mossoró – RN.

3.2 COLETA DE DADOS

Para delimitar o objetivo geral desta pesquisa buscou verificar os principais fatores da pandemia que impactaram na mortalidade das PMEs, com base em estudos de artigos, teses de diferentes autores, que foram encontrados no Google Acadêmico, visando a interpretação para a abordagem do problema.

O estudo de caso foi desenvolvido a partir de uma entrevista realizada em um escritório de contabilidade da cidade Mossoró, entrevista essa que foi aplicada de forma direta e objetiva, e utilizada para análise dos impactos causados pelo COVID-19.

Com relação ao procedimento bibliográfico, foram selecionados artigos e demais assuntos referentes a metodologia estudada para se ter um embasamento melhor do estudo.

3.3 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo da pesquisa é sobre as PMEs que sofreram impactos causados pela pandemia do COVID-19. Em relação ao tempo a pesquisa é considerada transversal, por ser definida em um período.

De acordo com o Sebrae (2020), em um total de 17,2 bilhões de empresas existentes, cerca de 5,3 bilhões tiveram que mudar seu funcionamento, trabalhando apenas com delivery e/ou vendas online. 10,1 milhões de empresas pararam de funcionar temporariamente, 2,1 milhões por decisão própria e o restante por decisão do governo. Cerca de 600 mil empresas no Brasil fecharam suas portas devido aos impactos causados pela pandemia do COVID-19.

Diante disso, para definição da amostra foi realizada uma pesquisa para identificar as empresas que encerraram suas atividades e decretaram falência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta sessão serão apresentados, analisados e discutidos os dados obtidos da pesquisa com base no referencial teórico pertinente. As informações foram obtidas por meio de pesquisa em um escritório X de contabilidade na cidade de Mossoró – RN. Para auxiliar na análise e apresentação dos dados, os resultados foram distribuídos com auxílio de figuras e com embasamento no referencial teórico pertinente.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

De acordo com o IBGE (2018), as primeiras descobertas na cidade de Mossoró foram por volta do século XVI. Documentos e cartas da época falam sobre o encontro de salinas, que foram exploradas pelos holandeses Gedeon Morris de Jonge e Elbert Smiente até meados de 1644.

As principais atividades econômicas do município são baseadas na indústria e comércio. Ainda de acordo com o IBGE (2018) o Produto Interno Bruto do município de Mossoró no ano de 2018 foi de 6,5 Milhões. Conforme site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mossoró tem uma população estimada de 259.815 mil habitantes no ano de 2010. No ano de 2018 o salário médio mensal era cerca de 2,4 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação a população era cerca de 22,3%.

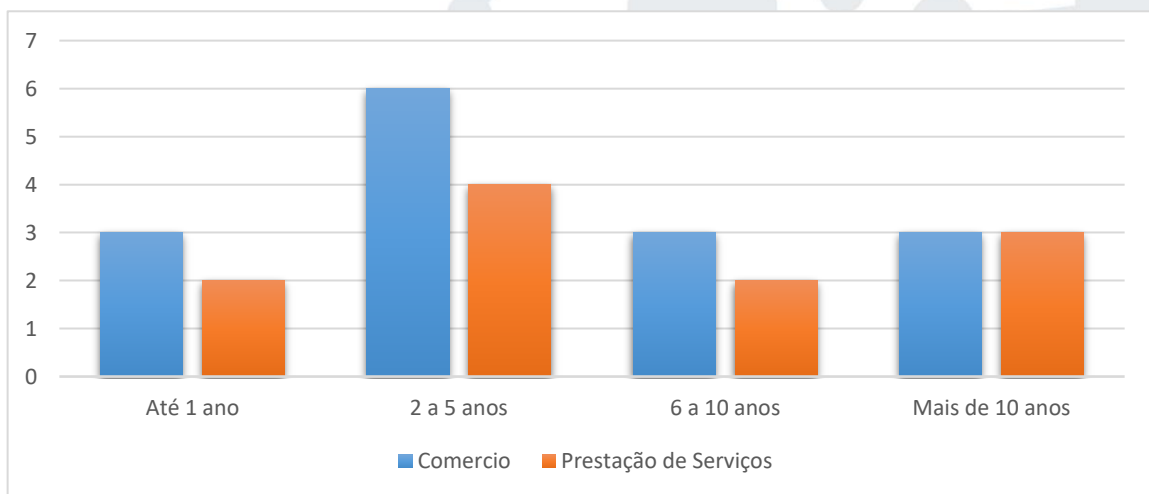
4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Neste tópico serão apresentadas as informações obtidas por meio da aplicação de uma entrevista em um escritório X de contabilidade localizado no município de Mossoró. Sendo assim dividido em 2 partes, onde foram enquadradas o perfil dos empresários, a gestão empresarial e os serviços contábeis.

Foi feita uma entrevista semiestruturada com 15 questões abertas e fechadas no dia 10/05/2021 em um escritório de contabilidade para obtenção de números e análise. Com as informações obtidas na entrevista realizou-se o levantamento, estudo e a análise dos resultados.

Inicialmente buscou-se analisar o perfil empresarial das pequenas e médias empresas, como evidenciado no Gráfico 1, o ramo de atividade e o tempo que as empresas se encontram atuantes no mercado.

Gráfico 1 – Ramo de atividade e tempo de mercado



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

De acordo com os dados, a maior parte das empresas são comércios, correspondentes a 57,69% e serviços correspondentes a 42,31%. Dentre o total de empresas 19,23% tem apenas 1 ano de atuação no mercado, 38,46% tem de 2 a 5 anos de atuação no mercado, 19,23% tem entre 6 e 10 anos de atuação no mercado e 23,08% tem mais de 10 anos de atuação no mercado.

Sebrae (2016), afirma que o fator condicionante para o sucesso empresarial é avaliado de acordo com as habilidades gerenciais, onde é possível destacar o bom conhecimento do mercado junto de uma boa estratégia de vendas. Assim algumas empresas conseguem chegar a mais de 10 anos de atuação no mercado.

A pesquisa buscou identificar o porte empresarial e o regime tributário das empresas nas quais o escritório presta serviços, para que seja possível identificar a faixa de faturamento (ver Gráfico 2).

Foi verificado que 53,85% das empresas tomadoras dos serviços do escritório são caracterizadas como microempresas, 38,46% como pequenas empresas e 7,69% como empresas de médio porte. Em relação ao regime tributário do total de empresas 76,92% é optante do Simples Nacional, 19,23% é optante pelo Lucro Real e 3,85% é optante pelo Lucro Presumido.

Gráfico 2 – Porte empresarial e regime tributação



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

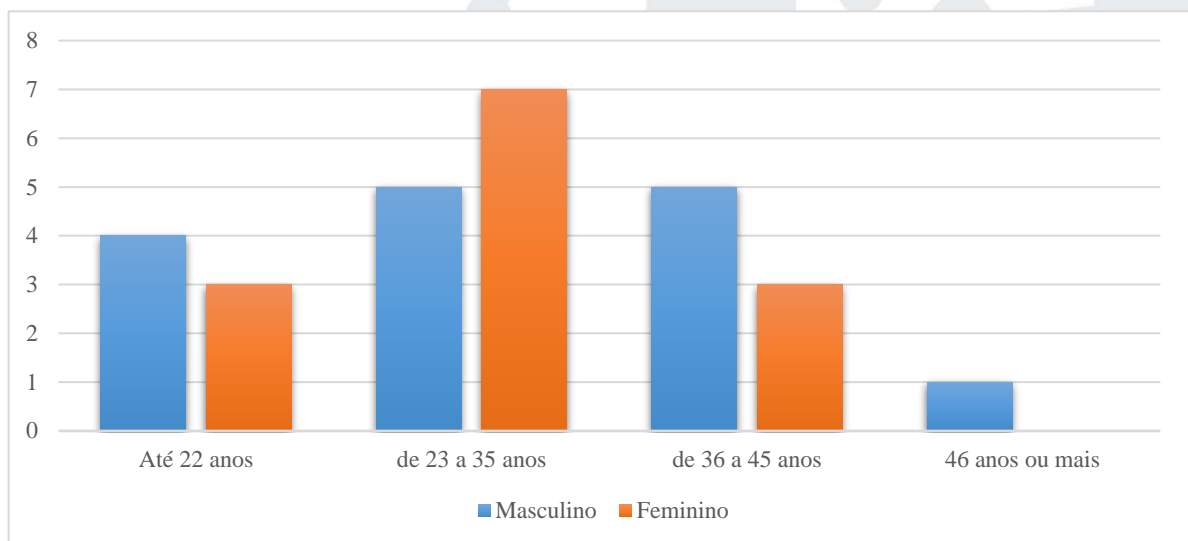
A Lei Complementar nº 123/06 além de instituir o regime de tributação Simples Nacional, também instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, tendo como objetivo a criação de novos empregos, distribuição de renda, inclusão social, diminuição da informalidade de pequenos empresários e a consolidação da economia (SEBRAE, 2018).

Segundo Sebrae (2016), o porte de uma empresa é definido de acordo com o conceito de pessoas ocupadas, já a Lei Complementar 123/06 classifica o porte das empresas em Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) de acordo com o seu faturamento

anual.

Já o Gráfico 3 apresentar a relação de gênero e faixa etária predominante dos empresários. Com base nos resultados analisados, foi constatado que a maior parte dos empresários são pessoas jovens e adultas, com idade entre 22 a 45 anos. Com relação ao gênero, a maioria dos empresários são do sexo masculino composta por 15 empresários e do sexo feminino composta por 13 empresárias.

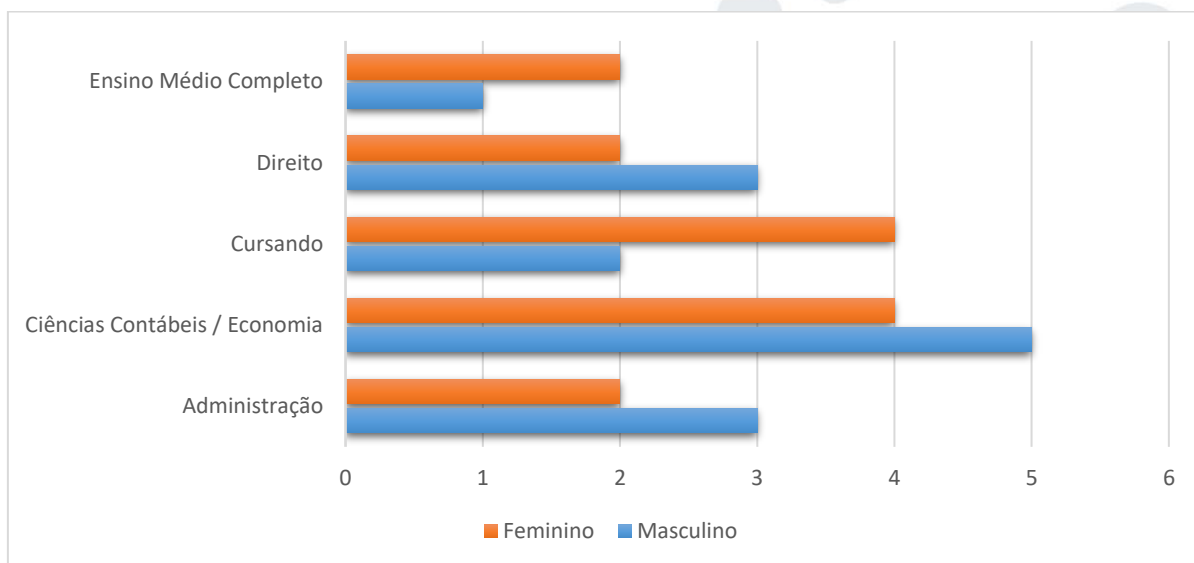
Gráfico 3 – Faixa etária e gênero



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com o objetivo de avaliar o grau de conhecimento técnico, a pesquisa buscou evidenciar a formação acadêmica dos empresários (ver Gráfico 4). De acordo com as informações coletadas, os empresários são de diferentes áreas do conhecimento, a grande maioria são formados em Ciências Contábeis. No entanto 10,71% não possuem formação acadêmica.

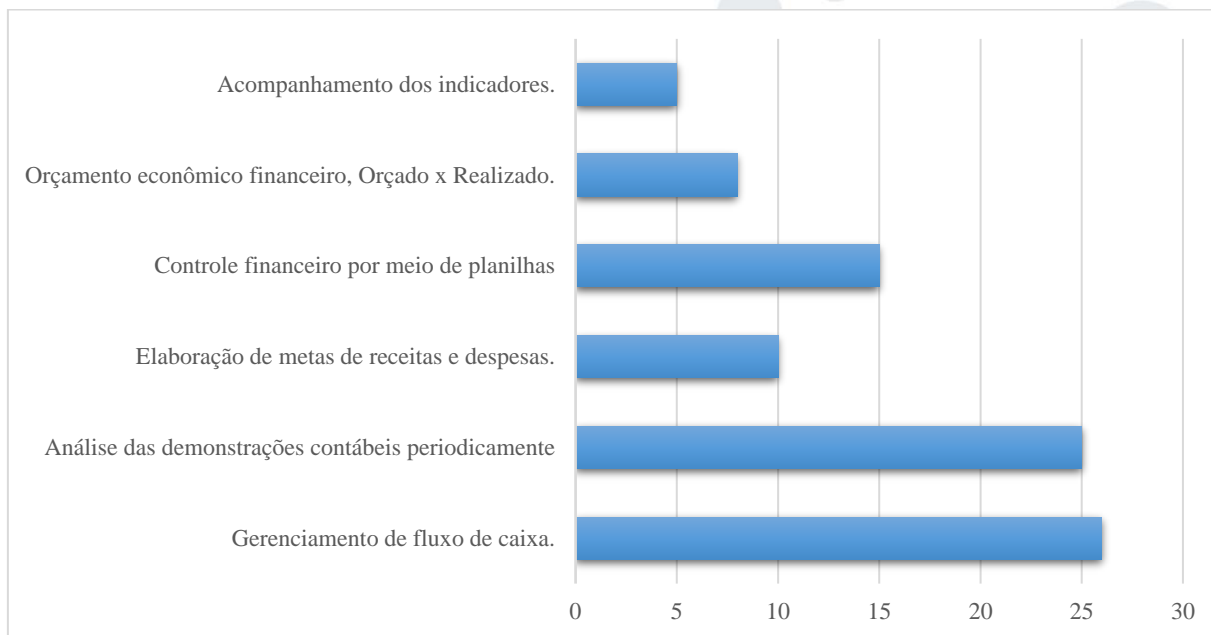
Gráfico 4 – Formação acadêmica e gênero



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Buscou-se identificar as práticas gerenciais que o escritório de contabilidade costuma utilizar com os empresários no dia a dia para fazer o controle e o acompanhamento financeiro e econômico dos empreendimentos. O Gráfico 5 aponta quais as práticas gerenciais mais utilizadas pelo escritório de contabilidade com os seus clientes no dia a dia são o gerenciamento de fluxo de caixa, seguido da análise das demonstrações contábeis feitas periodicamente e o controle financeiro por meio de planilhas. Contudo, algumas práticas gerenciais podem uma melhor visão do cenário econômico de cada empresa.

Gráfico 5 – Práticas gerenciais



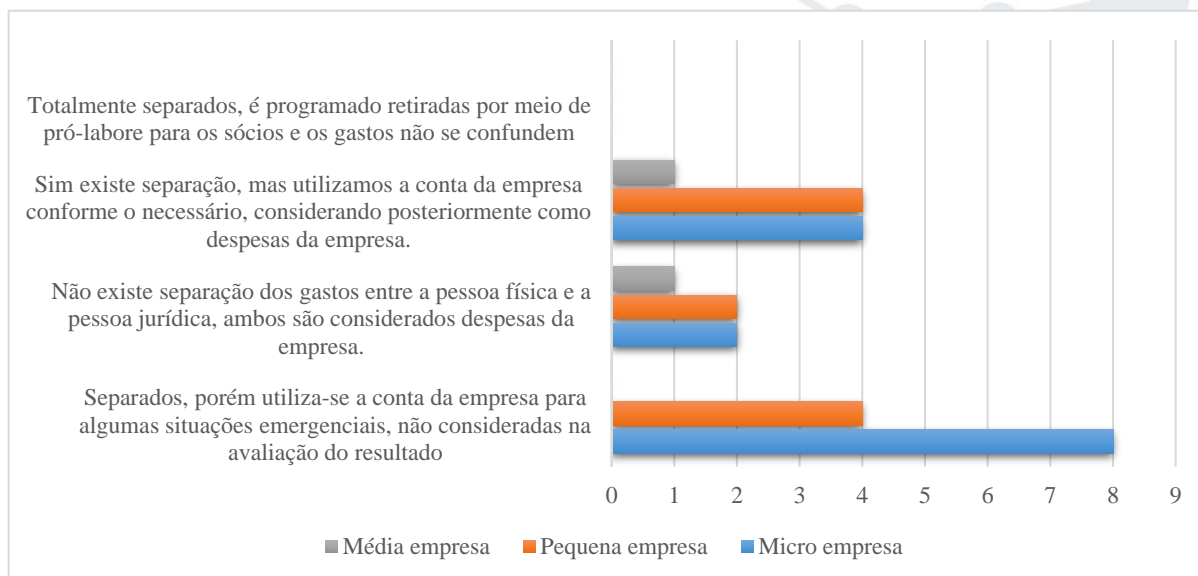
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

De acordo com o escritório onde foi aplicada a entrevista, a intervenção do contador de forma gerencial se mostra cada vez mais necessária, pois há necessidade de sempre saber mais a fundo as informações para uma melhor gestão e para acompanhar a fundo as normativas que o governo impõe.

A contabilidade gerencial é de extrema importância na tomada de decisões das PMEs, pois assim as informações passadas pela contabilidade auxiliam na tomada de decisões (SANTOS; DOROU; BEUREN, 2016).

O Gráfico 6 mostra que, cerca de 46,15% das empresas tem seus gastos separados, mas utilizam da conta da empresa para algumas situações emergenciais, 19,23% não fazem separação dos gastos entre pessoa física e pessoa jurídica, ambos os gastos são considerados da empresa. 34,62% fazem a separação, mas utilizam a conta da empresa caso seja necessário, considerano posteriorente como despesas da empresa, e nenhum dos empresários fazem a separação dos gastos e suas retiradas por meio de pró-labore.

Gráfico 6 – Separação dos gastos entre pessoa física pessoa jurídica



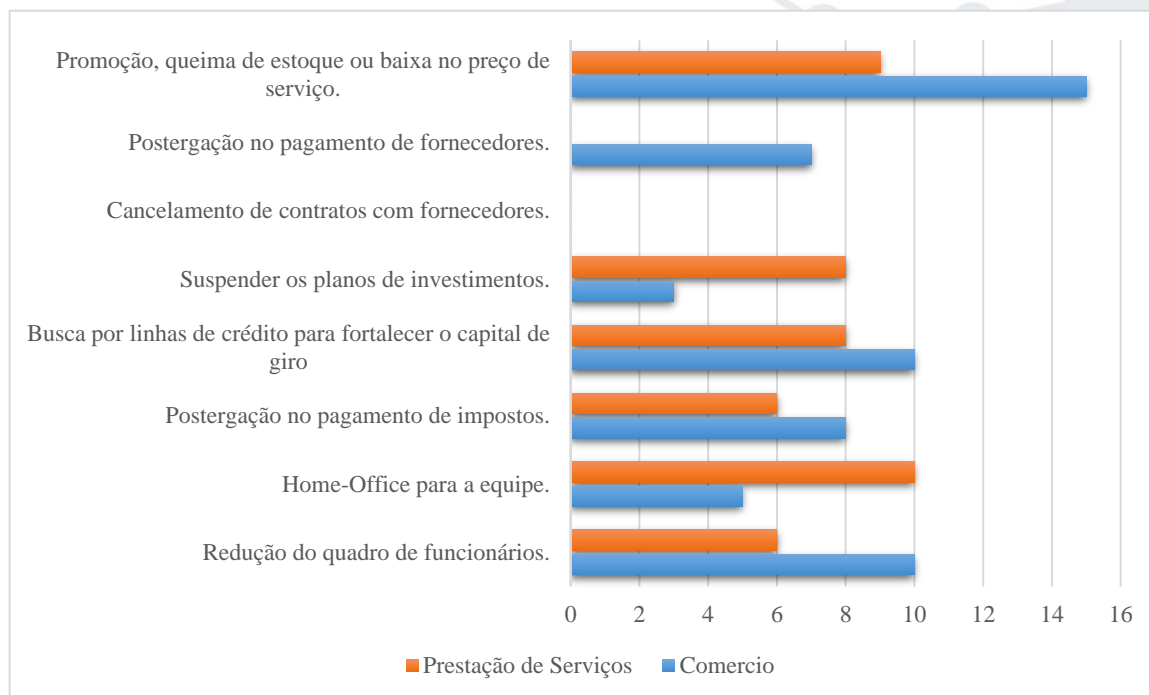
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O princípio da Entidade é obrigatório no exercício da profissão e é constituído pela condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade. Tal principio é fundamental na contabilidade de uma empresa, independente do seu porte e regime de tributação (PEREIRA; JUAREZ, 2016).

Com relação ao COVID-19 buscou verificar quais foram as ações que o escritório de contabilidade e o empresário foram obrigados a tomar para manter a “saúde” das empresas mediante a crise, e o quanto isso afetou tais empresas. De acordo com o Gráfico 7, e notável que as principais ações tomadas pelo escritório de contabilidade junto com a empresa foi a opção de implementar ofertas, queima de estoque ou baixa nos preços dos produtos e serviços prestados, seguido pela opção de colocar a equipe em *home office* e algumas com redução do quadro de funcionários.

Com a rigidez dos decretos, a falta de clientes tanto no setor de comercio como no de prestação de serviços aumentou, causando assim um impacto negativo sobre o faturamento das empresas.

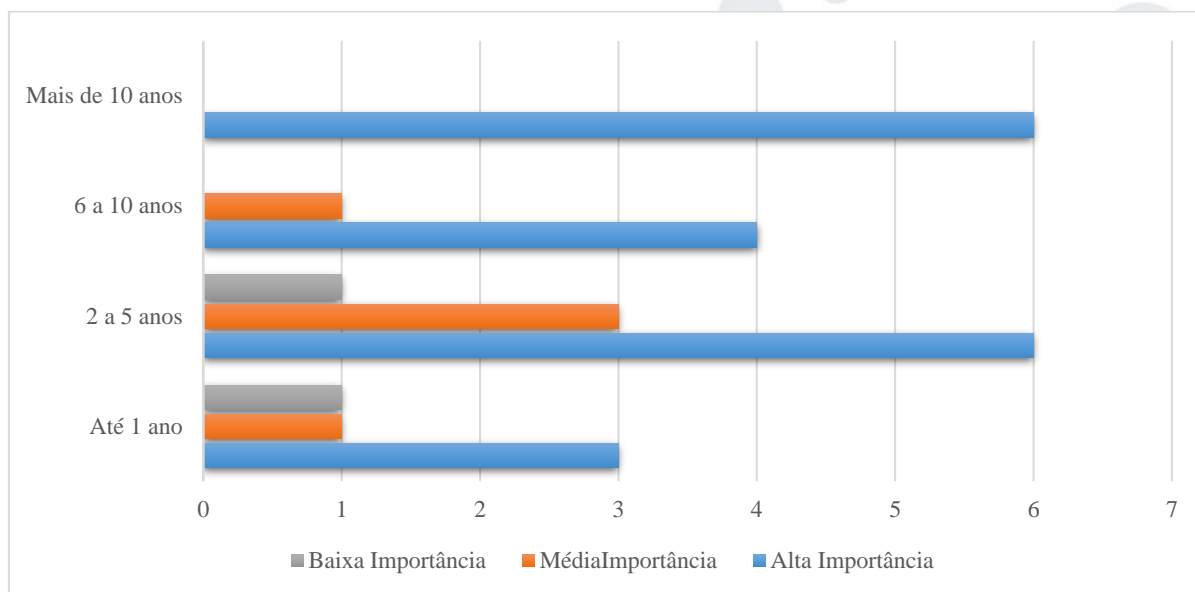
Gráfico 7 – Ações tomadas durante a pandemia do COVID-19



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Segundo Nassif, Armando e La Falce (2020) o Brasil já vivenciou outras crises, nos anos de 2008 e 2009, tais crises trouxeram aprendizados, novos caminhos e a visão de um futuro melhor. O enfrentamento da pandemia do COVID-19, trouxe diversas pesquisas que foram feitas em países desenvolvidos ressaltou que mesmo que o empreendedor consiga desenvolver a economia local, sozinho é impossível de solucionar os problemas de uma mesma localidade.

Gráfico 8 – Importância das informações contábeis



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

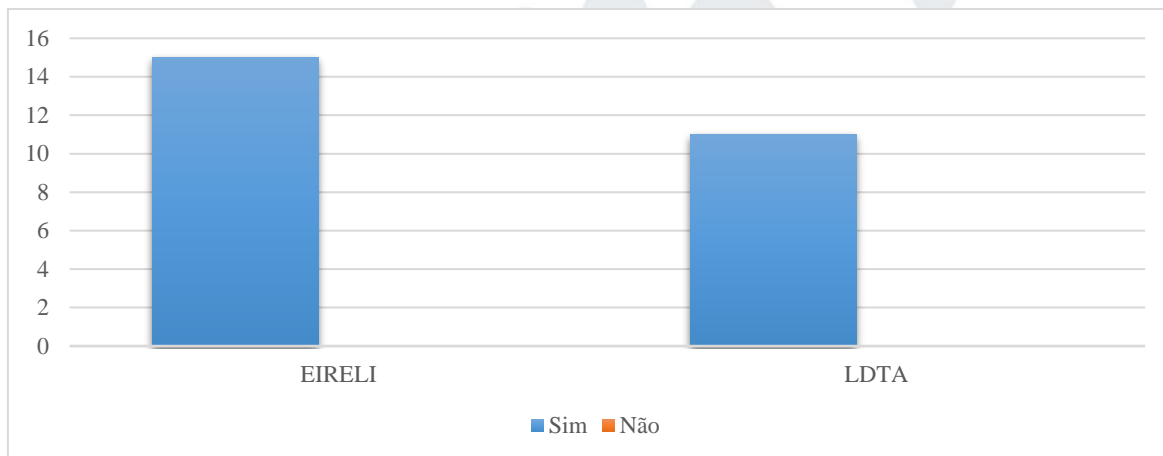
Com relação a Importância das informações contábeis, de acordo com o escritório de contabilidade, o empresário sempre busca saber sobre as informações contábeis para auxiliar nas tomadas de decisões da sua empresa (ver Gráfico 8).

O resultado da pesquisa apontou que 73,08% das dos empresários consideram de alta importância as informações fornecidas pelo escritório de contabilidade, 19,23% considera de média importância as informações e 7,69% consideram de baixa importância as informações contábeis. O escritório de contabilidade informou que a maioria dos sócios solicitam simulações de parcelamentos para poder analisar a situação financeira de suas empresas e assim que cientes dos débitos que possuem.

Andrade e Brito (2020), informam que a contabilidade e as informações contábeis são ferramentas de grande importancia para fins fiscais e necessárias para momentos decisórios. As informações contábeis são a chave essencial para as empresas, desde que sejam utilizadas de forma mais proveitosa possível.

Porém, quando analisado o papel do contador, o escritório informou que esteve junto das empresas ao longo da pandemia do COVID-19, deixando os sócios e administradores cientes de todos os processos referentes à decretos e normativas que beneficiariam e/ou ajudariam a empresa de acordo com o seu enquadramento (ver Gráfico 9).

Gráfico 9 – Papel do contador comparando ao formato jurídico

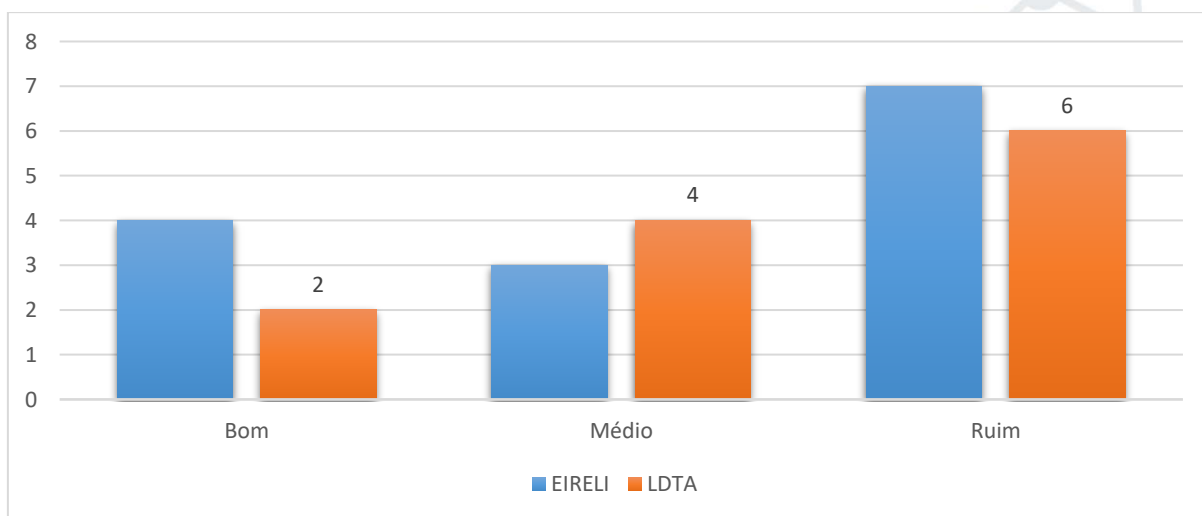


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O escritório de contabilidade também atuou junto as empresas, mantendo os sócios informados sobre a situação atual de cada uma, sendo elas quais fossem.

No que se refere a mudanças de legislação, o escritório de contabilidade informou que as prorrogações dos impostos e os acordos do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda – BEM, a redução e suspensão da jornada de trabalho interferiram nas tomadas de decisões dos sócios.

Gráfico 10 – Mudanças na legislação



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O Gráfico 10 apresenta os impactos causados pelas mudanças na legislação. Sendo 23,08% das empresas afetadas de forma boa, 26,92% de forma razoável e 50% sendo impactadas de forma ruim.

Segundo o escritório de contabilidade, por mais que os tributos federais, estaduais e municipais tenham sido prorrogados no mês que tais impostos iriam vencer, acabou somando com os impostos do mês corrente, gerando débitos em excesso em apenas um mês, resultando assim em parcelamentos que não eram esperados.

Gomes (2020), entende que a reestruturação da arrecadação de impostos mais adequada é a da base dos tributos incidentes sobre o consumo através das alterações infraconstitucionais, porém respeitando os princípios constitucionais, financeiros e tributários, do sistema tributário brasileiro.

Por último foi questionado sobre o financeiro das empresas. Onde as empresas seguiam a risca com os pagamentos dos seus débitos, pois sempre buscavam melhorar sua “saúde” financeira em face aos órgãos públicos e aos créditos em bancos. Mesmo diante de tantas dificuldades financeiras, com o auxílio do escritório de contabilidade as empresas conseguiram se manter firmes e não houve necessidade de decretar falência.

Definir o equilíbrio orçamentário diante da pandemia do COVID-19 é uma dos maiores desafios em termos de direito financeiro e que não trata-se somente de receitas e despesas de um exercício fiscal, mas também é necessária uma análise da questão sob o aspecto da sustentabilidade financeira a medio e longo prazo (GOMES, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a relevância econômica e social das Pequenas e Médias Empresas (PMEs), a elaboração deste trabalho visou identificar e analisar os impactos sofridos pelas PMEs durante a pandemia do COVID-19 na cidade de Mossoró-RN.

No estudo foi observado que o escritório de contabilidade prestou serviços e auxiliou aos empresários fornecendo as informações contábeis necessárias e fazendo uso das práticas

gerenciais. A importância das informações contábeis foi essencial na tomada de decisões dos empresários, onde segundo o escritório onde foi aplicada a entrevista, a maioria dos empresários considerou que tais informações foram de alta importância para prosseguir com sua empresa sem mais prejuízos e sem necessidade de decretar falência.

Com o país passando por uma crise, tanto na economia quanto na saúde, era quase impossível a inexistência de problemas financeiros em empresas de pequeno e médio porte, mas devido a todo amparo do escritório de contabilidade e estudando sempre as melhores decisões, foi possível a sobrevivência das empresas no decorrer do período da pandemia do COVID-19.

Algumas observações importantes foram possíveis observar, a primeira diz respeito a existência de vários fatores que impactaram as empresas durante a pandemia do COVID-19, tanto mudanças na legislação quanto ao fato dos empresários utilizarem do caixa da empresa para pagar despesas pessoais, reduzindo assim os valores que poderiam ser utilizados para pagamentos de fornecedores, folha de salários, impostos, dentre outros. Já a segunda se refere ao papel do contador, da contabilidade, das práticas gerenciais e das informações contábeis são de grande importância para a tomada de decisões no dia a dia e principalmente em tempos de crise econômica nacional.

Porém, as limitações dessa pesquisa são reconhecidas e destacadas, apesar dos esforços para tentar diminuir, tais limitações ainda persistiram, as quais exigem cautela nas interpretações. A primeira diz respeito à amostra apoiada nos dados de um único escritório de contabilidade. A segunda se refere ao período de análise relativamente curto, se fazendo necessário sua extensão para maior e melhor estudo e conhecimento, de forma que seja possível adquirir mais informações e dados sobre mais empresas em outros escritórios de contabilidade na cidade.

Por fim, vale ressaltar que o papel do contador e da contabilidade é essencial para a saúde e sobrevivência das empresas, e que os profissionais devem sempre buscar conhecimentos para que assim se mantenham atualizados e possam auxiliar as empresas de forma correta e ágil afim de evitar que tais empresas abram falência e assim possam ajudar a diminuir a mortalidade precoce das PMEs. Orienta-se como pesquisas futuras fazer uma análise

comparativa com outro escritório de contabilidade da cidade a fim de buscar mais conhecimento e maiores informações sobre os impactos causados pela pandemia do COVID-19.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V.; BRITO, D. A importância das Informações Contábeis Voltadas para as Microempresas. **Revista De Estudos Interdisciplinares Do Vale Do Araguaia - REIVA**, v. 1, n. 4, p. 15, jan. 2021.

BOHN, A. C.; GAMBIRAGE, C.; SILVA, J. C.; HEIN, N.; IARGAS, A. M. Fatores que impactam no encerramento prematuro de empresas de pequeno porte: estudo no litoral de Santa Catarina. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 43-56, abr./ jun. 2018.

BRASIL, CFC. Resolução nº 750 de 29 de dezembro de 1993. **Conselho Federal de Contabilidade**. 1993. Disponível em: http://www.oas.org/juridico/portuguese/res_750.pdf. Acesso em: 10 mai. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 06 dez. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 06 dez. 2020.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FELDMANN, P. A pequena empresa como fonte de desenvolvimento. **SEBRAE/SC**. Artigos para MPE's. 2011. Disponível em: www.sebrae-sc.com.br/newart/default.asp?materia=19791. Acesso em: 5 mai. 2021.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba, 2013. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM_2013_Pesquisa_Completa.pdf. Acesso em: 06 nov. 2020.

GOMES, R. R. **A (IN) viabilidade da Reforma Tributária Diante da Pandemia do COVID-19**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/panorama>. Acesso em 01 mai. 2021.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Micro e Pequenas Empresas – Mercado de Trabalho e Implicação para o Desenvolvimento**. 2012.

Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16690.

Acesso em 15 abr. 2021.

JOSEFINO, H. R. **Os Fatores determinantes da descontinuidade operacional das micro e pequenas empresas da região de Criciúma na visão do empreendedor**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NASSIF, V. M. J.; ARMANDO, E.; LA FALCE, J. L. O empreendedorismo e a pequena empresa no contexto do pós COVID-109: Há luz no fim do túnel? **Revista de Empreendedorismo e de Gestão de Pequenas Empresas - REGEPE**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 1-7, maio/ago. 2020.

NASSIF, V. M. J.; CORRÊA, V. S.; ROSSETO, D. E. Estão os Empreendedores e as Pequenas Empresas Preparadas Para as Adversidades Contextuais? Uma Reflexão à Luz da Pandemia do COVID-19. **Revista de Empreendedorismo e de Gestão de Pequenas Empresas – REGEPE**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 1-12, 2020.

OLIVEIRA, W. L.; COSTA, A. C.; ROMÃO, L. M.; OLIVEIRA, H. C. Mortalidade De Micro E Pequenas Empresas: o que fazer pela sustentabilidade do empreendimento? **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 1, n. 3, p. 129-150, set./out. 2016.

PEREIRA, C. C.; JUAREZ, E. J. A importância do Legado do Princípio da Entidade nas Micro e Pequenas Empresas. **Encontro de Iniciação Científica - ETIC**, Presidente Prudente, v. 13, n. 13, 2017.

RESNICK, P. **A bíblia da pequena empresa: como iniciar com segurança sua pequena empresa e ser muito bem sucedido**. São Paulo, McGraw-Hill, Makron Books, 1990.

RORATTO, R.; DIAS, E. D.; ALVES, E. B. Mortalidade em micro e pequenas empresas: Um estudo de caso na Região Central do Rio Grande do Sul. **Revista Espacios**, Rio Grande do Sul, v. 38, n. 28, p. 27, fev. 2017.

SANTOS, V.; DOROW, D. R.; BEUREN, I. M. Práticas Gerenciais de Micro e Pequenas Empresas. **Revista Ambiente Contábil**, Rio Grande do Norte, v. 8, n. 1, jun. 2016.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. **O impacto da pandemia de corona vírus nos Pequenos Negócios**. Brasília, 2020.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. **Panorama dos pequenos negócios**. São Paulo, 2018.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. **Série Ambiente dos Pequenos Negócios**. Brasília, 2011.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. **Sobrevivência das Empresas no Brasil**. Brasília, 2016.

VALENTE, A. **Contabilidade Tributária**. Conselho Federal de Contabilidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, mar. 2019. Disponível em:
<http://webserver.crcrj.org.br/APOSTILAS/A0088P0203.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2020.

MÉTODO DE CUSTEIO ABC: Um estudo de caso em uma academia de ginástica.

Ivan Pablo de Souza¹

Danilo Felipe Teixeira da Silva²

Antonio Gustavo Nicácio³

Joaquim de Siqueira Furtado Neto⁴

Ana Raquel Saraiva Lopes⁵

RESUMO

No contexto atual, muitas entidades possuem dificuldade em mensurar e analisar seus custos, devido a falta de métodos e ferramentas eficazes que propiciem tal feito. Nesse intuito esta pesquisa tem como objeto de estudo o método de custeio ABC. O objetivo geral de pesquisa foi analisar o método de custeio por ABC e sua aplicabilidade no auxílio a tomada de decisão por parte da gestão de uma empresa de academia de ginástica na cidade de Assú-RN. A hipótese da pesquisa era de que a aplicação do método de custeio por ABC poderia dar melhores subsídios para a tomada de decisão do gestor da empresa. Para fortalecer os achados empíricos, foi desenvolvida uma revisão de literatura sobre a temática em questão, e autores como Lorentz (2015); Martins (2010); Crepaldi (2004), colaboraram para dar robustez ao estudo. Os procedimentos metodológicos desenvolvidos foram de uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo, e para se chegar a análise dos dados foi realizado um estudo de campo para ser coletado e posteriormente feita uma análise documental, de relatórios financeiros e de gestão da empresa investigada. Em posse dos dados, foram aplicados sobre o método de custeio ABC.

¹ Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade do Complexo Educacional Santo André - FACESA. E-mail: ivan.souza@mc.com.br.

² Professor Especialista em Ciências Contábeis pela Faculdade Mater Christi. E-mail: danilo@faculdadecesa.edu.br.

³ Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. Email: antonio.gustavoali@gmail.com.

⁴ Mestre em Administração pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Email:joaquimdesiqueira@hotmail.com.

⁵ Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade do Complexo Educacional Santo André – FACESA. Email: ana_raquel2009@hotmail.com.

Esta pesquisa teve também como característica a pesquisa ação onde segundo Tripp (2005) é necessário fazer uma reflexão sobre o tratamento dos dados coletados. Os resultados encontrados foram que a empresa possuía dados que não eram tratados em sua essência, esses dados foram aplicados ao método de custeio ABC, evidenciando resultados como o custo de cada atividade desenvolvida na academia consequentemente o resultado geral e individual de cada atividade estipulada, nesse sentido permitindo ao gestor ter uma noção exata de seus custos pontuais e melhorar seu poder de decisão.

Palavras-chave: Custeio ABC, Tomada de Decisão, Custos.

ABSTRACT

In the current context, many entities have difficulty in measuring and analyzing their costs, due to the lack of effective methods and tools that provide such a feat. For this purpose, this research has as its object of study the ABC costing method. The general objective of the research was to analyze the ABC costing method and its applicability in aiding decision making by the management of a gym company in the city of Assú-RN. The research hypothesis was that the application of the ABC costing method could provide better support for decision making by the company manager. To strengthen the empirical findings, a literature review on the subject in question was developed, and authors such as Lorentz (2015); Martins (2010); Crepaldi (2004), collaborated to give strength to the study. The methodological procedures developed were a qualitative, descriptive research, and to arrive at the data analysis, a field study was carried out to be collected and later made a documental, financial and management reports analysis of the investigated company. In possession of the data, they were applied on the ABC costing method. This research was also characterized by action research where, according to Tripp (2005), it is necessary to reflect on the treatment of collected data. The results found were that the company had data that were not treated in essence, these data were applied to the ABC costing method, showing results such as the cost of each activity developed in the gym, consequently the general and individual result of each stipulated activity, in this meaning allowing the manager to have an exact idea of their punctual costs and improve their decision-making power.

Keywords: ABC Costing, Decision Making, Costs.

1 INTRODUÇÃO

Com o decorrer do tempo e seguindo um ritmo de mudanças e atualizações, a humanidade passou por diversas transformações, desde os seus relacionamentos pessoais até os relacionamentos empresariais. A contabilidade de custos surgiu pela necessidade de avaliar estoques nas indústrias, quando iniciou a Revolução Industrial, na Inglaterra, século XVIII. Surgiu assim, uma nova fase para a Contabilidade de Custos, tomando por base as já existentes: a contabilidade geral e a financeira, que se estendem até os dias atuais.

Não obstante, a Contabilidade de Custos deve perseguir um contínuo desenvolvimento de técnicas e procedimentos que atendam às necessidades de seus usuários, no sentido de fornecer informações úteis acerca do comportamento dos custos de uma entidade.

A utilização efetiva de um sistema de custeio não se limita apenas à sua importância na avaliação de estoque, pois, também é um instrumento de suporte voltado ao fornecimento de subsídios importantes à avaliação de desempenho dos gestores, taxa de retorno nas decisões de investimentos, formação de preço de venda.

Nesse contexto, o gerenciamento de negócios assume um papel relevante e tem como uma das suas principais ferramentas de gestão o planejamento comercial ou de prestação de serviços. Sendo assim, a contabilidade de custos tem por seu verdadeiro objetivo a ênfase no processo de controle de mensuração dos custos.

As empresas que geram as informações de custos e atuam em setores como o de serviços, em sua maioria, fazem uso do método *Activity Based Costing* ou Custeio Baseado em Atividades (ABC), metodologia de gestão financeira de empresas que se propõe a otimizar dados relativos a custos de serviços. Ele consiste em observar separadamente as várias atividades de uma empresa, para identificar individualmente os custos envolvidos em cada processo. Nesse sentido, tem-se como pergunta de partida: De que forma a aplicação do método ABC melhora o resultado de uma academia de ginástica?

O objeto de estudo foi a contabilidade de custos e o método de custeio por ABC. O objetivo geral de pesquisa foi analisar o método de custeio por ABC e sua aplicabilidade no auxílio a tomada de decisão por parte da gestão de uma empresa de academia de ginástica na

cidade de Assú-RN. E como objetivos específicos: apresentar os métodos de custeio desenvolvidos pela contabilidade de custos; evidenciar as características do método de custeio por ABC e verificar as vantagens da aplicação do método de custeio por ABC em uma empresa do ramo de musculação. A hipótese da pesquisa era de que a aplicação do método de custeio por ABC poderia dar melhores subsídios para a tomada de decisão do gestor da empresa.

Mediante a necessidade de se trabalhar cada vez mais com uma perspectiva de maior lucro e menor custo, além da necessidade de reduzir desperdícios, o custeio por ABC pode se tornar uma possibilidade vantajosa para organizações empresariais, porém, diante dos fatos tem que se conhecer primeiramente o custo total dos serviços, das mercadorias ou da produção. Assim, compreender e conhecer todo o sistema de produção da empresa se torna um fator determinante.

Para uma melhor organização das ideias, o artigo está dividido em seis seções, as quais são: introdução, referencial teórico, metodologia, análise dos resultados, considerações finais e referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Será abordada neste referencial teórico a categoria contabilidade de custo, apresentando explicações sobre: método de custeio, custeio ABC, vantagens e desvantagens, contabilidade de custos em serviços e aplicação em serviços de academia.

2.1 CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade de custos é uma área que, nos últimos tempos, vem atraindo, além dos próprios contadores, pessoas de diversos segmentos, como: administradores, economistas, engenheiros, profissionais da área da saúde e da gestão pública, entre outros, em função do alto grau de imposições que a competitividade de uma economia globalizada requer. Nessa economia, há a noção de um conhecimento mais alindado sobre controle e cálculo de custos de produção, haja vista a grande concorrência, tanto do mercado interno, quanto do mercado

externo (produtos asiáticos, Mercosul etc.), que invadem os países de forma física e, cada vez mais, de forma virtual. (LORENTZ, 2015).

Quando nos reportamos ao aspecto histórico, podemos perceber que o mercado passou por transformações que foram demandas pela sua própria forma de organização. Por exemplo, podemos citar dois momentos relativamente recentes na história da humanidade e emblemáticos pela forma como aconteceram. Primeiramente, a transição do feudalismo (em que a economia era agrária, com produção manual, voltada para o consumo imediato), para o advento do capitalismo, despontado na Revolução Industrial no século XVIII (onde teve início a produção em massa, voltada para o acúmulo de capital). Como também, o momento histórico chamado de revolução tecno-científica, a partir da segunda metade do XX, em que houve uma intensificação da globalização por meio da expansão das tecnologias de comunicação, infraestrutura de transportes e automação das indústrias.

Nessa direção, a apuração de custos surgiu em atendimento às necessidades da gestão nas organizações e, desde então, vem sendo aperfeiçoada como parte do sistema de conhecimento gerencial das empresas, como o desenvolvimento do sistema de custeio ABC, apontado como um dos excelentes sistemas de identificação de custos e de tomada de decisão.

A colocação de um sistema de custos tem como objetivos a avaliação dos estoques, a alocação dos custos de produção e apuração individual dos custos dos produtos, a apuração dos custos dos produtos vendidos e o controle operacional dos recursos consumidos durante a época. Portanto, é a parte da ciência contábil aplicada na atividade de acompanhamento, classificação, apropriação, análise e registro contábil de todos os gastos consumidos, direta ou indiretamente, no processo produtivo da empresa. (LORENTZ, 2015).

Os custos fazem parte dos processos úteis, ou seja, se não houver um custo não existe o produto ou serviço. Consistem na base dos gastos da empresa e o estudo deles permite que uma análise de cenário de forma absolutista determine se, realmente, as atividades propostas estão sendo interessantes, comprovando onde está funcionando melhor e onde deve aperfeiçoar para continuar somando o lucro. Os estudos dos custos possibilitam ao tomador de decisão reconhecer com precisão o seu cenário e a verdadeira realidade de sua empresa, incentivando a classificação e o controle dos custos, a formação do preço de venda e a verificação de quanto cada um dos produtos contribui para o ganho da empresa.

Santos (2005), leciona que em negócios empresariais a apuração, o controle e análise dos custos são necessários justamente para poder formar um preço de venda competitivo. A arte consiste em conhecer os custos marginais de cada produto ou serviço, de certa forma, identificável com cada repartição vendida e saber o custo para manter a empresa em atividade. Toda empresa, seja industrial, comercial ou de serviços, precisa determinar, com precisão, seus preços de venda, sob pena de perder mercado, por praticar preços acima da concorrência, ou sofrer perdas pela venda de seus produtos, mercadorias e serviços abaixo do custo.

A fixação correta dos preços é um fator de suma importância, qualquer que seja o porte da empresa, visto que a decisão da formação dos preços é da administração e é fator fundamental para sua sobrevivência, lucratividade e posição no mercado. Para que isto ocorra, é necessário que o empresário ou administrador tenha pleno entendimento de seus custos e despesas operacionais, além de saber controlá-los, averiguando sua estabilização e transformação.

A principal característica do setor de serviços para Vanderbeck e Nagy (2001), está em ser, fundamentalmente, um benefício intangível consumido no momento em que é suprido, além de não possuir propriedades físicas. Assim, torna-se ainda mais interessante detectar de forma correta os custos, querendo oferecer ao mercado produtos e/ou serviços com preços adequados que satisfaçam o cliente, mas também, a ordenação e seus *stakeholders*.

Para que não restem dúvidas conceituais, utilizamos o conceito de Maher (2001), que explica que a contabilidade de custos tem três papéis fundamentais, apresentar, registrar e relatar informações sobre os custos. Como também, o de Crepaldi (2004, p. 13), que afirma que a contabilidade de custos “[...] tem a função de gerar informações precisas e rápidas para administração, para tomada de decisões. É voltada para a análise de gastos da entidade no decorrer de suas execuções”.

Nota-se que um dos fatores pertinentes para que uma organização seja administrada de forma a gerar lucros e manter-se atuante no mercado, é ter controle de seus gastos e ter preço de venda competitivo e rentável. Estes fatores são possíveis por meio da contabilidade de custos, pois tem como função auxiliar a tomada de decisão.

(LEONE, 2000, p. 40). determina três objetivos gerenciais da contabilidade de custos, que são:

- a) determinar a rentabilidade, ou seja, leva em consideração o desempenho da empresa;
- b) controlar os custos das atividades, por meio de medidas corretivas a fim de reparar disfunções operacionais e com isso diminuir os custos de produção e/ou serviços; e
- c) fornecer informações para que as soluções sejam tomadas conforme o mercado em que a organização está introduzida, bem como relacionadas aos aspectos internos, a fim de atender as funções de planejamento.

Observa-se que é de extrema importância a utilização das informações disponibilizadas pela contabilidade de custos nas organizações que desejam manter-se competitivas no mercado ao qual estão introduzidas, pois dispõe de técnicas cruciais para o controle e para tomada de decisão, pontos pertinentes para o gerenciamento empresarial.

Vamos falar um pouco sobre os métodos mais utilizados na contabilidade e suas características, que são variáveis, absorção e o método ABC.

2.1.1 Método de custeio por absorção

O custeio por absorção é um método bastante utilizado entre as empresas. Nele, os produtos “absorvem” todos os custos incorridos pela fabricação, tanto diretos ou indiretos, quanto fixos ou variáveis.

Este sistema foi avançado para o controle da produção, pressupondo que os produtos e seu correspondente volume de produção causam custos. Desta forma, fizeram dos produtos individualmente o centro do sistema de custos, sendo os custos classificados em diretos ou indiretos, fixos ou variáveis, em relação aos produtos e alocados a estes com rateios baseados em volume. (MARTINS, 2010).

Naquela época, a mão-de-obra direta e os materiais eram os fatores de produção predominantes, a tecnologia era estável, as despesas indiretas apoiavam o processo produtivo e existia um número limitado de produtos. As finalidades deste método eram a avaliação de estoques e a entrega de informações para fins de legislação, não se importando com informações relevantes para a vantagem competitiva. (GONÇALVES; PROCÓPIO; COCENZA, 1997).

Com as modificações tecnológicas ocorridas na última metade do século XX, as exigências informacionais das empresas mudaram, e os métodos de custeio avançado no início

do século se apresentavam obsoletos para a nova realidade. Segundo Nakagawa (1993), estes métodos não estão oportunizando aos gerentes que buscam competência e êxito das operações as informações precisas e oportunas que eles necessitam para a gestão e estimação de custos e de desempenhos de atividades de novo ambiente de tecnologia.

2.1.2 Método de Custeio Direto ou Variável

Método de custeio variável, neste método o conceito de custos do produto é precisamente expresso, sendo que os demais custos, que não são características do produto, ou específicos e contínuo para a unidade produzida e vendida, são tratados, coerentemente, como custos gerais do conjunto das atividades da empresa, portanto, não atribuídos às unidades produzidas ou vendidas. (GONÇALVES; PROCÓPIO, COCENZA, 1997).

Este método toma como pressuposto que os custos indiretos gerados pelo processo de fabricação não são de responsabilidade dos produtos e, portanto, estes não absorvem, estes custos são considerados do período e vão diretamente ao demonstrativo de resultado.

O mecanismo deste método oferece a medida de margem de contribuição ao tomador de decisões. Esta capacidade fornece dados importantes para análises administrativas como mostrar para as finalidades de planejamento as mudanças nos lucros causadas pelas mudanças de vendas dos produtos, e ainda é útil na escolha de comprar, fabricar e adquirir instrumentos (LEONE, 1991). Outra ferramenta importante que muitas vezes é utilizado pelas empresas que adotam este método de custeio é a análise do ponto de equilíbrio. Os dados alcançados com estas análises podem ajudar em processos de tomada de decisões, especialmente por representarem valor quantitativos e palpáveis e, portanto, serem de extrema relevância principalmente quando se necessita de negociações com a alta administração. Essas informações podem também ser utilizados para avaliar novas estratégias da empresa.

O Método de custeio direto ou variável é um método voltado para a criação de informações de custos gerenciais, que tem suas principais ideologias traçadas por Clark (*apud* JOHNSON; KAPLAN, 1993) na primeira metade deste século, e até hoje é um método muito utilizado.

2.1.3 Método de Custeio ABC

O enorme diferencial do método ABC, em relação aos demais, está no aspecto de como alocar os custos indiretos aos produtos. Esta forma consiste em uma técnica diferenciada para se calcular os custos de determinado objeto, que pode ser: produtos, linhas de produtos, serviços, clientes, segmentos de clientes, canais de distribuição ou qualquer outro objeto de utilidade da gerência.

No ABC, os custos indiretos, no ABC são calculados de forma que fiquem atribuídos a um objeto tenha sido realmente consumido, pelo meio da análise de uma relação de causa e efeito e do rastreamento das causas que deram início àqueles custos.

Nakagawa (1994), aponta o direcionador de custo como uma transação que determina a quantidade de trabalho executada em uma certa atividade e, através dela, o custo de uma atividade, logo, também pode ser conhecido como um evento ou fator causal que influencia o nível e o desempenho das atividades e o consumo decorrente de recursos e é classificado em direcionador de custos de recursos e em direcionador de custos de atividades.

O Custeio Baseado em Atividades (ABC), segundo Scramim e Batalha (1997), surge devido à transformação na composição dos custos totais. A produção industrial passou por grande modificação nas últimas décadas implicando em um aumento considerável dos custos indiretos em relação aos custos diretos. Assim, tornou-se importante realizar uma análise mais profunda das causas dos custos indiretos.

Miller e Vollmann (1985), chegaram a um considerável entendimento das causas destes custos. Para eles, as unidades de produtos determinam a mão-de-obra direta e os insumos de materiais no chão da fábrica. Mas, o que foi chamado de “fábrica oculta” é que retrata a verdadeira força motriz da ampliação dos custos indiretos de fabricação, gerado por transações, e não pelos produtos físicos. Assim, este sistema visa contabilizar as atividades, e depois, estes custos são repassados para os produtos através de um rateio mais racional.

O método ABC auxilia e direciona a empresa na elaboração de planos estratégicos e nas decisões operacionais, identificando chances de melhoria para o negócio. Tem como objetivo também, definir o custo por produto ou processo da empresa. (BRIMSON, 1991).

Esta abordagem rejeita a noção de alocação arbitrária dos custos indiretos fazendo uma significativa alocação destes. Enquanto os métodos tradicionais de contabilidade de custos visam à acumulação de custos, adotando-se uma perspectiva histórica, a base conceitual do custeio baseado em atividades muda esse enfoque para a gestão de custos, voltando-se para a sua administração e redução. (SANTOS, 1998). O grande objetivo deste sistema de custeio, segundo Nakagawa (1993), é a coleta de informações sobre o desempenho operacional e financeiro das atividades significativas da empresa.

Recapitulando, as principais características deste sistema de custeamento são:

Orientado para o processo; as atividades consomem recursos e os produtos consomem atividades; identifica as atividades que agregam valor aos produtos; rateia os custos indiretos com critérios multidimensionais; identifica responsabilidade pelas atividades que mais consomem recursos. (SOUZA; CLEMENTE, 1998, p. 29).

O método ABC além de ser uma ferramenta de apuração de custos, é uma excelente técnica de análise de valor dos processos, o chamado *Activity-Based Management* (ABM), que tem como objetivos do ABM: o primeiro, é melhorar o valor recebido dos clientes pelo produto e/ou serviço objeto da transação, e o segundo, é potencializar o lucro proveniente dessa transação. Esses objetivos só são alcançados com uma maior atenção na administração das atividades. (TURNERY, 1992). Dessa maneira, a identificação correta das atividades e uma adequada administração traz vários benefícios para a empresa.

O reconhecimento das atividades deve partir de uma avaliação que considere o consumidor, pois é sempre nele que acaba a cadeia produtiva. Para Nakagawa (1993), a chave para a execução com sucesso do ABM é melhor o que importa para o consumidor, já que o que interessa para o cliente é o que diferencia um determinado tipo de negócio de outros.

2.1.4 Vantagens

Símon (1997, p. 21) aponta duas vantagens básicas para o sistema de custeio ABC: “Determinação mais precisa dos custos através do cálculo de cada atividade produtiva; e

minimização dos custos, eliminando atividades que não agregam valor nem ao produto e nem aos clientes”.

A principal conveniência deste sistema está na melhor e mais pensante alocação dos custos indiretos, reconhecendo as relações causais dos direcionadores de custos e das atividades consumidas pelos produtos. Segundo Corastan (1998, p. 46), este sistema apresenta aos administradores informações relevantes em relação: “À redução de custos de atividades; à eliminação de atividades que não agregam valor ao produto; ao conhecimento dos custos de atividades e funções; às análises de causa e efeitos de atividades e funções; às análises de causa e efeitos de custos”.

Além da melhor alocação dos custos indiretos, Koliver (1994), destaca que o ABC é um método de análise de custos e que a grande serventia está na maneira como a administração utiliza as informações que foram geradas. Por conseguinte, este sistema tem por objetivo ajudar para a gestão do método de mudanças necessárias para a empresa se tornar competitiva globalmente.

Um dado significativo que deve ser visto é o estudo realizado por Horngren (1994), nos Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, que notou um interesse gradativo por parte dos gerentes pelo custeio baseado em atividades. Portanto, este sistema que é relativamente recente, e que traz vantagens principalmente devido à maior integração da contabilidade com práticas administrativas, está se consolidando através do crescente interesse das empresas em utilizá-lo.

2.1.5 Desvantagens

Um dos pontos fracos ressaltados por muitos autores em relação ao ABC é a complexidade do sistema, que implica em um dispêndio de tempo e de processos que dificultam a aproximação de suas reais vantagens em termos de custo-benefício. (IOB, 1998^a).

Outra desvantagem está no fato de agregar custos fixos e variáveis. Para alguns autores, a separação é vital na tomada de decisão, pois os custos importantes são os variáveis, já que se diferenciam com a decisão específica.

Contudo, segundo Rocha (1994), se partir do princípio que diferentes decisões requerem diferentes noções de custos, pode acontecer dos custos que são fixos para um tipo de resolução

não o sejam para outros. Deste modo, os gestores poderão tomar melhores decisões se ambos os custos, fixos e variáveis, forem relatados pelo sistema de custos e os gestores puderem ter a independência de selecionar escolhas para os projetos de processo, controle, planejamento e outras funções que precisam destes dados para o processo de tomada de decisão.

2.1.6 Recomendações para aplicação

Em princípio, o sistema de custeio com base em atividades é aplicável a qualquer empresa, independentemente do porte ou da natureza. Contudo, considerando as vantagens e desvantagens apontadas, este sistema pode não ser adequado a todas as empresas, sendo sua aplicação particularmente aconselhável as empresas:

Cujos custos indiretos representam parcela significativa dos seus custos industriais totais;
 Que produzem, em um mesmo estabelecimento, produtos e/ou serviços muito diversos no que se refere aos volumes de produção ou ao processo produtivo;
 Que trabalham com clientela diversificada em termos de volume de encomendas, de especificações especiais, de serviços adicionais. IOB (1998b),

Nesse sentido percebe-se pela discussão dos autores citados ao longo do texto, que os métodos de custeios apesar das particularidades de cada um, tem sua relevância e devem ser postos em prática.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa e de caráter descritivo, por tratar-se de um estudo evidentemente definido quanto ao campo e a dimensão a ser trabalhada. A característica da pesquisa de campo se dá por existir um ambiente certo para a busca das informações, sendo as academias de ginástica.

Seu foco está no caráter subjetivo do objeto analisado. A finalidade da pesquisa descritiva é analisar os dados coletados, sem que haja a interferência do pesquisador. Costuma

fazer uso de levantamentos para coleta de dados e descreve, minuciosamente, experiências, processos, situações e fenômenos.

A pesquisa foi, a princípio, realizada através de livros, dissertações, publicações periódicas, artigos publicados sobre o assunto. Foi realizado um estudo de caso junto a uma academia de ginástica sediada na cidade de Assú-RN. O estudo teve como método de pesquisa ampla sobre um assunto específico, permitindo aprofundar o conhecimento sobre ele e, assim, oferecer subsídios para novas investigações sobre a mesma temática. A referida academia foi selecionada por ser uma empresa constituída há mais de nove anos e encontrar-se em plena atividade, no bairro Vertentes.

O trabalho contribui com a pesquisa social e aborda temas como a definição e a delimitação da pesquisa qualitativa, assim como, inúmeras questões epistemológicas, teóricas e éticas, relativas ao método qualitativo, à formulação de um projeto de pesquisa, à amostragem, às técnicas de coleta e de análise dos dados e, ainda, aos critérios de validade e confiabilidade, que são questões fundamentais a serem investigadas, visando possibilitar uma avaliação científica da pesquisa qualitativa.

Os textos constituem o resultado de um longo processo de encontros e discussões no intuito de compartilhar reflexões voltadas não somente a ilustrar e aprofundar os enfoques teóricos e práticos da pesquisa qualitativa, como também, apresentar ou estabelecer um determinado número de abordagens, técnicas de coleta de dados ou quadros de análise, que estão associados.

A análise documental constitui uma técnica relevante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. Às vezes, são os documentos as únicas fontes que registram princípios, objetivos e metas de um objeto em análise. Certamente, os documentos revelam concepções explícitas e subjacentes de determinados objetos de pesquisa.

O trabalho de análise já se inicia com a coleta dos materiais, não é acumulação cega e mecânica. À proporção que colhe as informações, o pesquisador elabora a percepção do fenômeno e se deixa guiar pelas especificidades do material selecionado. Uma característica do estudo é que foi aplicada uma pesquisa ação onde segundo Tripp (2005) é necessário fazer uma reflexão sobre o tratamento dos dados coletados

Sobre a delimitação da pesquisa, para Oliveira (1997, p. 11), explica que “[...] um mesmo problema pode ter problemática diferentes, e torna muitas vezes necessário ao pesquisador delimitar a sua abrangência para que a pesquisa se centralize num ponto e se aprofunde nele”. Nesse sentido o estudo realizado foi em apenas uma academia de ginástica, selecionada pelas suas características: serviços oferecidos, tempo de atuação no mercado o que há diferença das demais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A receita, em seu conceito amplo, é todo recurso proveniente da venda de mercadorias ou prestação de serviços. A receita da academia no ano de 2020 está demonstrada na Tabela 1. Com esses dados, o próximo passo foi gerar informações quanto à alocação direta dos gastos, que envolve salário/hora, encargos e benefícios trabalhistas, resultando no valor do custo hora por serviço, neste caso, a mão de obra da proprietária, que também atua como professora de musculação. Após averiguar o livro caixa, identificamos que o faturamento no ano de 2020 foi de 51.860,00, e o gasto com salários totalizou 16.182,00, sendo o gasto mensal de 1.348,05.

Segundo a CLT, entende-se que a folha de pagamentos apresenta encargos com valores de taxa de INSS, FGTS e outros. No entanto, a amostra coletada não condiz com as normas ditas pela CLT, uma vez que, o salário do proprietário é dedução desses valores.

Tabela 1 – Custo salário/aula. Custo Salário/Hora. Musculação

Mês	Sócia		
	Horas	Salários + Enc	Custo Salário/hora
jan/20	288	1.348,05	4,68
fev/20	288	1.348,05	4,68
mar/20	288	1.348,05	4,68
abr/20	288	1.348,05	4,68
mai/20	288	1.348,05	4,68
jun/20	288	1.348,05	4,68
jul/20	288	1.348,05	4,68
ago/20	288	1.348,05	4,68



set/20	288	1.348,05	4,68
out/20	288	1.348,05	4,68
nov/20	288	1.348,05	4,68
dez/20	288	1.348,05	4,68

Total	3.456	16.176,60	56,16
--------------	--------------	------------------	--------------

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Como já mostrado, a proprietária além de atuar como professora de musculação na academia, também a administra, dessa forma ela recebe um *pró-labore*, que significa pelo trabalho, é a forma de se remunerar pelas atividades administrativas executadas. No método ABC, o *pró-labore* está incluso no *overhead*, pois apresenta os gastos relativos às atividades administrativas em geral. No ano de 2020, foram registradas de retiradas de *pró-labore* o total de 5.704,60.

O próximo passo foi identificar a atividade exercida por ela na academia, alocar o tempo à atividade e, por meio do modelo ABC, fazer a locação dos custos ao produto ou outro objeto de custeio. A atividade descreve a maneira como uma empresa ou prestadores de serviços, que é o nosso caso, utiliza seu tempo e recursos para cumprir sua missão, objetivos e metas.

Tabela 2 – Descrição das atividades referente à Musculação

ATIVIDADE	TAREFA
Atender ao público	Informação por telefone e Whatsapp sobre a modalidade de Musculação.
Atender primeira visita	Apresentação dos equipamentos e espaço da academia. Informação dos preços.
Atender aula grátis	Agendamento de aula grátis.
Avaliar o novo aluno	Avaliar condicionamento físico do novo aluno, peso e massa magra. Definir as cargas nos equipamentos de Musculação.
Atender ao aluno	Renovação de planos, dúvidas quanto ao plano, quanto a atividade praticada e relatos de dores pós treino.
Montar treino individual do Aluno	De acordo com a capacidade, e respeitando os limites individuais de cada aluno, os treinos são montados como treino A e B para haver uma rotatividade dos exercícios



Ministrar aulas de Musculação	Ela segue a ficha de treino do aluno e monta a série de Musculação e determina carga dos pesos nos aparelhos marcados na ficha de treino; faz a demonstração daquele exercício para o aluno ver como se faz, e durante a aula corrige conforme necessidade do aluno.
Executar manutenção dos equipamentos de musculação	Fazer manutenção preventiva das máquinas para evitar falhas de funcionamento.
Uso das instalações	Controlar as condições do ambiente, realizar benfeitorias prediais, limpeza, manutenção de equipamentos e materiais para uso do aluno.
Desempenhar gestão administrativas	Tarefa de administração geral, compras, atualização dos cadastros dos alunos. Divulgação da academia nas Redes Sociais.
Desempenhar gestão financeira	Controle das contas a pagar e pagas, controle de pagamentos de mensalidades, fluxo de caixa, organizar documentos contábeis e financeiros. Idas ao Banco.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Tabela 3 – Alocação do tempo – Sócia Total

Atividades em Horas/ano	MUSCULAÇÃO			
	MIN/DIA	MIN/MÊS	MIN/ANO	HORAS/ANO
Atendimento ao público	40	800	9600	160
Atender primeira visita	20	400	4800	80
Atender aula grátis	120	2400	28800	480
Avaliar o novo aluno	40	800	9600	160
Atender ao aluno	20	400	4800	80
Montar treino individual aluno	30	600	7200	120
Ministrar aulas de Musculação	320	6400	76800	1280
Manutenção dos equipamentos	30	600	7200	120
Uso das instalações	30	600	7200	120
Gestão administrativa	35	700	8400	140
Gestão financeira	35	700	8400	140
TOTAL	720	14.400	172.800	2.880
Média hora mês	60	1.200	14.400	240

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Tabela 4 – Alocação dos gastos as atividades

MUSCULAÇÃO





Valores em R\$/Horas	Dia	Mês	Ano
Atendimento ao público	3,08	73,92	887,04
Atender primeira visita	1,54	10,80	129,60
Atender aula grátis	9,36	224,64	2695,68
Avaliar o novo aluno	3,08	73,92	887,04
Atender ao aluno	1,54	10,80	129,60
Montar treino individual aluno	2,34	56,16	673,92
Ministrar aulas de Musculação	24,96	599,04	7188,48
Manutenção dos equipamentos	2,34	56,16	673,92
Uso das instalações	2,34	56,16	673,92
Gestão administrativas	2,73	65,52	786,24
Gestão financeira	2,73	65,52	786,24
TOTAL	56,04	1.344,96	16.139,04

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Nas Tabelas 5 e 6 estão os demonstrativos dos direcionadores que são diretamente ligados aos gastos.

Tabela 5 – Direcionadores dos gastos (Valores em R\$)

Custos	Mês	Ano
Energia elétrica	157,08	1.885,00
Serviços e material de Limpeza	181,08	2.173,00
Água mineral	120,00	1.440,00
Livraria	30,75	369,00
Seguro da academia	120,00	120,00
Manutenção equipamentos	160,00	1.920,00
Moto táxi	120,00	1.440,00
Total	1.216,16	9.347,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Tabela 6 – Despesas operacionais. Alocação das despesas operacionais. Ano: 2021.
(Valores em R\$)

Despesas	Mês	Ano
Telefone	39,99	479,88
Contador	160,00	1.920,00





Mat. Escritório/Adm	46,08	553,00
Internet	75,00	900,00
Financeiras	56,25	675,00
Publicidade	50,00	600,00
Geral	90,00	1.080,00
Total	517,32	6.207,88

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Na tabela 7, percebe-se que por meio dos direcionamentos de recursos e das alocações diretamente identificáveis, é possível transpor os custos verificados pela atividade desempenhada. Através desses dados, apura-se o Demonstrativo de Resultados (DRE) pela atividade, musculação.

Tabela 7 – Demonstrativos de resultados (DRE) – 2021
Demonstrativos de Resultados por Atividade – 2021

	MUSCULAÇÃO
Receita de venda bruta	51.860,00
Impostos Simples	3.111,60
Receita Líquida	48.748,40
Atendimento ao público	887,04
Atender primeira visita	129,60
Atender aula grátis	2695,68
Avaliar o novo aluno	887,04
Atender Aluno	129,60
Montar treino individual aluno	673,92
Ministrar aulas de Musculação	7188,48
Manutenção dos Equipamentos	673,92
Uso das instalações	673,92
Gestão administrativas	786,24
Gestão financeira	786,24
Custo por atividade	16.139,04
Lucro Bruto	32.609,36
Margem Bruta %	62,87
Despesas Administrativas	20.584,48
Despesas Financeiras	675,00
Lucro Operacional	11.349,88
Margem Operacional %	21,88

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.



O DRE possibilita uma análise da lucratividade, e ações e decisões que podem ser adotadas pela sócia com a intenção de aumentar a lucratividade, reduzir custos e despesas, planejar provisões para períodos sazonais, entre outras. Essa análise e aprendizados teóricos permitiram novas percepções e conclusões para a sócia da empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral analisar o método do custeio por ABC e sua aplicabilidade no auxílio a tomada de decisão por parte da gestão de uma empresa de Academia de Ginástica na cidade de Assú/RN. No objeto de estudo aqui desenvolvido, é possível observar, por exemplo, a crescente expansão do segmento de academias de ginástica no Brasil. Com os achados e a implementação da pesquisa, percebeu-se que na medida que os dados são colocados dentro do método de custeio ABC, as informações geradas são capazes de subsidiar uma melhor tomada de decisão, na medida que todas as atividades são mensuradas, é possível encontrar gargalos que a empresa possa ter.

Uma limitação encontrada durante a pesquisa, foi o tratamento dos dados pelo sujeito, onde eram registrados em cadernos, muitas vezes registrados de forma aleatória.

Quanto aos demais atributos, precisam de estudos mais aprofundados para que se chegue a uma conclusão mais satisfatória, tornando-se, assim, uma outra limitação pra esta pesquisa. Dessa forma, futuras pesquisas podem ser desenvolvidas para esse segmento de academias de pequeno porte, também denominadas academias de bairro, com a finalidade de apurar e entender a causa da não utilização de uma gestão de custos por parte desses microempresários, se hoje o mercado oferta tantos métodos para a captação desse conhecimento.

REFERÊNCIAS

AFTHINOS, Y. THEODORAKIS, N. NASSIS, P. **Customer's expectations of service in Greek fitness centers: gender, age, type for sport center, and motivation differences.** 2005. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/311049998_Customers'_expectations_of_service_in

Greek_fitness_centers_Gender_age_type_of_sport_center_and_motivation_differences
Acesso em: 13 mar. 2021.

BOTELHO, D. **Estimação Conjunta das Elasticidades**. Preço da Escolha da Marca e da Quantidade Comprado com Dados Escaneados. Tese (Doutorado em Administração de Empresas). São Paulo: FGV, 2003.

BRIMSON, J. A. **Activity accounting: an activity-based costing approach**. New York, John Wiley e Sons Inc, 1991.

CARASTAN, J. T. Integração do método ABC à técnica BPA. In: **Revista de Contabilidade de Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo**. V. 2, N. 4, São Paulo, 1998, p. 24-33.

CREPALDI, S. Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FITZSIMMONS, J. A. FITZSIMMONS, M. J. **Administração de serviços**. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

GARVIN, David A. **Competing on the Eight Dimensions of Quality**. 1987. Disponível em: <https://hbr.org/1987/11/competing-on-the-eight-dimensions-of-quality> Acesso em: 13 mar. 2021.

GONÇALVES, R. C. M. G. PROCÓPIO, A. M. CONCENZA, V. A. **Diferentes métodos de custeio e a utilidade, confiabilidade e valor de feedback da informação de custo**. 1997. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/3344/3344> Acesso em: 29 mar. 2021.

HOFFMAN, K. D.. BATESON, J. E. G. **Princípios de marketing de serviços**. Conceitos, estratégias e casos. 2. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HORNGREN, C. T. **Contabilidade de custos: um enfoque administrativo**. São Paulo, Atlas, 1978.

IOB – INFORMACOES OBJETIVAS. Temática Contábil e Balanços.

JOHNSON, H. T. KAPLAN, R. S. **Contabilidade Gerencial: a restauração da relevância da contabilidade nas empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

KAKAGAWA, M. **Gestão estratégica de custos: conceitos, sistemas e implementação**. São Paulo, Atlas, 1993.

KOLIVER, O. Nada novo sob o sol. **Revista Brasileira de Contabilidade ano XXIII**.

LEONE, G. S. G. **Custos: um enfoque administrativo**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

LEONE, G. S. G. **Custos: planejamento, implantação e controle**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LORENTZ, F. **Contabilidade e análise de custos: uma abordagem prática e objetiva**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2015.

LOVELOCKE, C. WRIGHT, L. **Serviços, marketing, gestão**. São Paulo: Saraiva, 2006.

MAHER, M. **Contabilidade de custos: criando valor para a administração**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAUAD, L. G. A. PAMPLONA, E. O. **ABC/ABM e BSC: Como essas ferramentas podem se tornar poderosas aliadas dos tomadores de decisão das empresas**. 2003. Disponível em: <https://xdocs.com.br/doc/abc-abm-e-bsc-ferramentas-de-decisao-das-empresas-jn67kpymlpor> Acesso em: 13 abr. 2021.

MILLER, J. G. VOLLMAN, T. E. **The hidden factory**. 1985. Disponível em: <https://hbr.org/1985/09/the-hidden-factory> Acesso em: 13 abr. 2021.

NAKAGAWA, M. **Gestão estratégica de custos**. Conceitos, sistemas e implementação. São Paulo, Atlas, 1993.

NAKAGAWA, M. **Custeio Baseado em Atividades**. São Paulo: Atlas, 1994.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1997.

RICCIO, E. L. ROBLES JUNIOR, A. GOUVEIA, J. F. A. O Sistema de Custos Baseados em Atividades nas Empresas de Serviços. In: **Congresso Internacional de Custos**. México: IMCP/INAM/IMC, 1997.

SANTOS, J. J. **Contabilidade e Análise de Custos: Modelo Contábil, Critérios de Depreciação, ABC: Custeio Baseado em Atividades, Análise Atualizada de Encargos Sociais Sobre Salários**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, J. J. **Fundamentos de Custos para formação do preço e do lucro**. São Paulo: Atlas, 2005.

SCRAMIM, F. C. L. BATALHA, M. O. Método de Custeio por Atividade ou ABC. In: **Gestão Agroindustrial**. São Paulo, Atlas, 1997, p. 479- 483.

SOUZA, A. CLEMENTE, A. Contextos, paradigmas e sistemas de custeio. In: **Congresso Brasileiro de Gestão Estratégica de Custos**. Fortaleza: SEBRAE/CE, 1998.

TURNEY, P. B. B. **Common cents**: the ABC performance breakthrough. Hillsboro: Cost Technology, 1992.

URDAN, F. T. URDAN, A. T. **Gestão do composto de marketing**. São Paulo: Atlas, 2006.

VANDERBECK, E. J. NAGY, C. F. **Contabilidade de Custos**. 11. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.



O CÓDIGO DE ÉTICA DO CONTADOR INSERIDO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Maria Madalena da Silveira¹

Liandra Chirley Medeiros da Silva²

Ítalo Carlos Soares do Nascimento³

Geison Calyo Varela de Melo⁴

Caritsa Scartaty Moreira⁵

RESUMO

O objetivo deste trabalho reside em analisar a percepção dos discentes de ciências contábeis da UFERSA sobre os aspectos éticos que estão conceituados no Código de Ética do Profissional de Contabilidade. Para tanto, procedeu-se com uma pesquisa de caráter descrito, natureza quantitativa, tendo como procedimento técnico o levantamento do tipo *survey*. Os resultados revelam uma preocupação, tendo em vista que 70 discentes, que representam 59,3% da amostra, afirmaram que não conhecem as mudanças ocorridas no Código de Ética. Concluiu-se também que há diferenças estatisticamente significantes entre a percepção dos discentes do gênero masculino e feminino, demonstrando, portanto, que as mulheres são as que mais consideram a importância de um profissional conceituado agir com ética. Ressalte-se ainda que os resultados reforçam a necessidade do elo entre a prática contábil e a ética em virtude do reflexo potencial que o trabalho deste profissional causa na sociedade e na sua imagem frente ao mercado.

Palavras-chave: Ética, Código de Ética, Profissional Contábil.

ABSTRACT

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela UFERSA. E-mail: m.madalenasilveira@hotmail.com.

² Graduada em Ciências Contábeis pela FCRN. E-mail: chirleyliandra@gmail.com.

³ Mestre em Administração e Controladoria pela UFC. E-mail: italocarlos25@gmail.com.

⁴ Mestre em Administração e Controladoria pela UFC. E-mail: geisoncalyo@hotmail.com.

⁵ Mestra em Ciências Contábeis pela UFRN. E-mail: caritsascarlaty@gmail.com.

The objective of this work is to analyze the perception of accounting science students at UFERSA about the ethical aspects that are conceptualized in the Code of Ethics for Accounting Professionals. For that, we proceeded with a research of described character, quantitative nature, having as a technical procedure the survey type survey. The results reveal a concern, considering that 70 students, representing 59.3% of the sample, stated that they are not aware of the changes that have occurred in the Code of Ethics. It was also concluded that there are statistically significant differences between the perception of male and female students, demonstrating, therefore, that women are the ones who most consider the importance of a reputable professional to act ethically. It is also noteworthy that the results reinforce the need for a link between accounting practice and ethics due to the potential impact that the work of these professionals causes in society and in their image in the market.

Keywords: Ethics, Code of ethics, Accounting Professional.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade tem como objetivo gerar informações relevantes e fidedignas sobre as entidades, conforme o CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Por isso, é importante que o profissional contábil em sua formação e na atuação de sua profissão preze pela ética e tenha uma postura profissional condizente com as suas responsabilidades.

Estudos comprovam que, devido ao aumento de comportamentos antiéticos em ambiente profissional, gerados muitas vezes por uma economia capitalista, a sociedade tem se preocupado em conhecer as causas que isso proporciona como competições entre países, empresas e profissionais (CORRÊA; FERREIRA; SHINZAKI, 2005).

A atividade contábil exige, além do domínio técnico e habilidades profissionais, uma formação didática e ética, pois a execução dos serviços por meio de atitudes éticas é essencial para obter confiança, credibilidade e reconhecimento profissional (ROSA; FEIL, 2017). Para tanto, tal atuação deve estar pautada no Código de Ética Profissional Contábil (CEPC), que em

conjunto com os códigos de ética empresarial, objetivam tornar o trabalho dos profissionais e das instituições mais éticos e corretos (NASCIMENTO *et al.*, 2010).

Nesse cenário, os estudos sobre ética e contabilidade tem se pautado em um aumento considerável de debates envolvendo o tema “ética” despertando, assim, interesses tanto no âmbito profissional como pessoal, gerando transformações na sociedade e exigindo que os profissionais sejam eticamente comprometidos (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2014). Uma justificativa para tais discussões com futuros profissionais da contabilidade são os constantes escândalos envolvendo a ética profissional contábil (LOPES *et al.*, 2006; MORAES; SILVA; CARVALHO, 2010).

Alinhando-nos às abordagens de Nascimento *et al.* (2011), que buscaram analisar o tema “ética” na percepção dos alunos de graduação de ciências contábeis em universidades da região sul do Brasil, bem como de Dal Magro, Silva e Zonatto (2018), que buscaram identificar como discentes de Ciências Contábeis reagem a dilemas éticos da profissão, a proposta deste estudo situa-se em torno da percepção de discentes sobre o código de ética, emergindo a seguinte questão de pesquisa: Qual a percepção dos discentes de Ciências contábeis da UFERSA sobre os aspectos éticos que estão conceituados no Código de Ética do Profissional de Contabilidade?

Desta forma, o objetivo geral reside em analisar a percepção dos discentes de ciências contábeis da UFERSA sobre os aspectos éticos que estão conceituados no Código de Ética do Profissional de Contabilidade. Adicionalmente, verifica-se a percepção dos discentes sobre a ética em função do gênero.

É imprescindível que a formação do contador seja fundamentada em preceitos éticos rígido, que lhes confirmem diretrizes de atuação formais, como as oferecidas pelo Código de Ética do Profissional Contábil (NASCIMENTO *et al.*, 2011). Nesse sentido, a formação técnica não se mostra eficaz para subsidiar a ética do contador frente aos dilemas empresariais. Necessitando que o profissional identifique uma finalidade social superior nos serviços prestados, defenda os princípios e valores éticos da contabilidade, que levem a não alienação em atos ilícitos (LISBOA *et al.*, 1997; BORGES; MEDEIROS, 2007).

O presente estudo é relevante por identificar a percepção dos alunos da graduação dos cursos de Ciências Contábeis, contribuindo com a reflexão sobre a abordagem do tema ética

em sala de aula e seus reflexos futuros no mercado, destacando a importância do ensino sobre esse tema nos cursos de graduação da área.

A baixa incidência dos estudos com foco na ética em contabilidade nos cursos de graduação instiga o desenvolvimento desse trabalho. Ressalte-se a relevância do profissional contador, do qual, desde sua formação acadêmica, espera-se que compreenda o papel da ética para desempenhar sua profissão. Neste sentido, destaca-se a importância da abordagem ao tema ética ao longo da formação dos estudantes, os quais ingressarão no mercado de trabalho e certamente tenderão a agir em conformidade com o aprendizado adquirido na academia.

Em virtude da pesquisa sobre a temática estar envolvida intrinsecamente com o processo de tomada de decisão e o possível comportamento do profissional em contabilidade, o presente estudo pode contribuir com a sociedade por este estar intimamente relacionado à resolução de conflitos entre partes com interesses distintos, fomentando um comportamento ético do profissional de contabilidade.

Para a classe contabilista, os resultados obtidos com a presente pesquisa reforçam a necessidade do elo entre a prática contábil e a ética em virtude do reflexo potencial que o trabalho deste profissional causa na sociedade e na sua imagem. Para a academia esta pesquisa tem sua importância ao trazer resultados empíricos que podem ser discutidos conjuntamente com os já encontrados, ampliando a abrangência da literatura e podendo trazer resultados divergentes dos já encontrados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ÉTICA NA SOCIEDADE E NO AMBIENTE CORPORATIVO

A ética é vinculada à união da sociedade, em que se busca equilibrar o convívio coletivo dos indivíduos, para que as ações estejam em acordo com os princípios de uso comum. Para tanto, refere-se aos costumes e comportamentos sociais habituais, manifestando-se por meio de princípios e obrigações que norteiam o comportamento dos indivíduos em sociedade (MAGRO; SILVA; ZONATTO, 2018).

A conduta ética propõe ajudar as pessoas a transpor seus interesses pessoais para colaborar com a aceitação dos interesses alheios (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2014). A ética pode ser utilizada como uma ciência que estuda o comportamento moral dos homens em sociedade, demonstrando que as pessoas, valores e princípios devem conduzir sua existência (VASQUEZ, 2007). Constantemente, a ética absorve novos valores, como resultado de novas situações no campo da ciência e da tecnologia, o que é ratificado pelos estudos sociais e filosóficos que afirmam que os indivíduos mudam todos os dias (CORRÊA; FERREIRA; SHINZAKI, 2005).

Sem a observância da ética, as pessoas podem adotar comportamentos baseados em seus próprios interesses, emoções e valores individuais. Como valor subjetivo da ação humana, a ética permeia infinitas decisões pessoais e organizacionais (WASIELESKI; WEBER, 2001), e está intrinsecamente ligada à percepção de gravidade derivada da decisão tomada (JONES, 1991). Portanto, em âmbito corporativo, a ética pode ser entendida como subordinação à lei, já que a legislação representa os anseios da sociedade (ANHER, 2009) e orienta o comportamento no mundo dos negócios (FERREL; GRESHAM; FRAEDRICH, 1989; ALMEIDA, 2007).

No âmbito geral, não há sociedade que avance com firmeza, que se mantenha politicamente consistente, que proporcione bem-estar social, nem profissão que se imponha pelo produto de seu trabalho, que consiga o respeito a todos, que se faça reconhecer pelos seus próprios méritos, sem que haja o alicerce da Ética, afirma Fipecafi (2007).

No ambiente empresarial a conduta ética também se torna relevante, sendo que os profissionais não podem, em nenhum momento, deixar de lado o seu valor ético, visto que a imagem de qualidade nos serviços está associada aos comportamentos que não se desvirtuam da sociedade. Para tanto, a ética está vinculada a todas as ações em sociedade, estando também associada as decisões corporativas e atitudes profissionais, tornando-se relevante absorver conhecimentos sobre o comportamento ético dos indivíduos na atuação profissional corporativa (MAGRO; SILVA; ZONATTO, 2018).

2.2 ÉTICA NA PROFISSÃO CONTÁBIL E O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR

As organizações e os profissionais são conduzidos pelos princípios éticos a agirem de maneira correta perante a sociedade (BERLATTO *et al.*, 2015). Para isso, os profissionais devem seguir uma determinação que permita a evolução harmônica do trabalho em geral, ou seja, a ética parte do individual para regular a conduta coletiva (CAMARGO, 2009).

Nesse cenário, os estudos sobre ética e contabilidade tem se pautado em um aumento considerável de debates envolvendo o tema “ética” despertando, assim, interesses tanto no âmbito profissional como pessoal, gerando transformações na sociedade e exigindo que os profissionais sejam eticamente comprometidos (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2014). Uma justificativa para tais discussões com futuros profissionais da contabilidade são os constantes escândalos envolvendo a ética profissional contábil (LOPES *et al.*, 2006; MORAES; SILVA; CARVALHO, 2010).

O Código de Ética Profissional do Contabilista – CEPC, foi aprovado em 1970, através da resolução CFC nº 290/70, e na época, representou um grande avanço para a classe profissional. Em 1996, o CFC aprovou o novo CEPC através da resolução nº 803/96. Com isto, foi possível atualizar conceitos e aprimorar os princípios constantes do CEPC (Resolução CFC 803/96, caput). Desde então, alterações a este decreto foram introduzidas, através das Resoluções 819/97, 942/02, 950/02, 972/03, 987/03 e 1.307/10.

No dia 1º de junho de 2019, entra em vigor a atualização do Código de Ética Profissional do Contador. O conjunto de normas, que faz parte da Norma Brasileira de Contabilidade Profissional Geral (NBC PG) 01, foi aprovado pelo Plenário do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no dia 7 de fevereiro de 2019. Houve profunda atualização do Código para adequá-lo à realidade recente da profissão, que tem passado por período de intensa evolução em decorrência das inovações tecnológicas”.

As principais mudanças serão apresentados no Quadro 1, dentre os quais destacam-se os deveres do contador; valor e publicidade dos serviços profissionais; penalidades e disposições gerais.

Quadro 1 – Mudanças recentes no Código de Ética Profissional do Contador em 2019

Seção	Principal mudança
	A obrigatoriedade em informar, a quem de direito, fatos que conheça e considere em condições de exercer efeito sobre o objeto do trabalho; sempre



Deveres do contador	que identificar ou que seja alertado da existência de ameaças mencionadas nas normas de exercício da profissão contábil, deverão serem aplicadas salvaguardas previstas pela profissão, legislação, regulamento ou organização empregadora, observando o seguinte: tomar medidas razoáveis para evitar ou minimizar conflito de interesses e quando não puder eliminar ou minimizar a nível aceitável o conflito de interesses, adotar medidas de modo a não perder a independência profissional; informar o número de registro, o nome e a categoria profissional após a assinatura em trabalho de contabilidade, propostas comerciais, entre outras.
Valor e publicidade dos serviços profissionais	O profissional contábil ao apresentar uma proposta de prestação de serviço deverá constar, explicitamente, todos os serviços cobrados individualmente, o valor de cada serviço, a periodicidade e a forma de reajuste; ao ser aceita a proposta, deverá ser formalizado por escrito, contrato de prestação de serviços, respeitando o disposto em legislação específica do CFC; caso parte dos serviços tenha que ser executado pelo tomador dos serviços, isso deverá está explicitado na proposta e no contrato; será vedada a prática de mercantilização da publicidade, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, dos serviços contábeis, devendo primar pela sua natureza técnica e científica; nos serviços contábeis a publicidade deve ter caráter unicamente informativo, ser modesto e discreto, entre outros.
Penalidades	Na aplicação das sanções éticas, pode ser considerada como atenuantes a aplicação de salvaguardas; nas consideradas agravantes é a gravidade da infração
Disposições gerais	As demais normas profissionais completam essa Norma; na existência de conflito entre essa Norma e as demais normas profissionais, prevalecem as disposições dessa Norma.

Fonte: Adaptado de CFC (2019).

2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS ANTERIORES

Apesar de poucas pesquisas com foco no estudo da ética profissional contábil, foram encontrados alguns estudos empíricos, que na maioria, buscaram estudar a percepção de discentes sobre o Código de Ética Profissional Contábil, os quais serão apresentados a seguir.

Quadro 2 – Estudos empíricos anteriores

Autor/Ano	Objetivo	Resultados
Alves <i>et al.</i> (2007)	Investigar a influência do Código de Ética sobre o processo decisório ético do profissional de Contabilidade.	Seus resultados, obtidos por meio da regressão logística multivariada, sugerem, entre outros aspectos, a existência de uma contradição: a maioria dos profissionais considera o Código de Ética Profissional do Contabilista importante como guia de conduta, mas apenas uma minoria se predispõe a cumprir algumas ou todas as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.
	Evidenciar a percepção sobre o tema “ética” por alunos que estudam no	

Nascimento <i>et al.</i> (2010)	último ano de graduação de Ciências Contábeis em universidades da região sul do Brasil.	Dentre os respondentes do nível generalista em 55,56% afirmam não terem sequer lido o código anteriormente a esta investigação.
Dutra e Bittencourt Sallaberry (2012)	Identificar os aspectos da contabilidade voltados às ações de inclusão social, com foco na acessibilidade das pessoas com necessidade especial.	Apesar de não constar essa expressa obrigação aos profissionais contábeis de desenvolver políticas de inclusão social já se percebe na prática algumas ações afirmativas no âmbito do CFC e dos CRC inclusive com ações voltadas à acessibilidade das instalações e a contratação de pessoas deficientes.
Cunha e Botelho (2014)	Analisar como o código de ética do profissional contábil está inserido no curso de Ciências Contábeis do ISAB-Abaceté.	Concluiu-se que uma grande maioria desses alunos pesquisados ainda não teve contato com o Código de Ética Profissional do Contador, necessitando assim de melhorias no Instituto e possivelmente na grade curricular do curso de Ciências Contábeis.
Lima <i>et al.</i> (2014)	Analisar a percepção dos alunos do Curso de Ciências Contábeis no que diz respeito à aplicação de conceitos éticos na profissão contábil, e, ao processo de ensino da ética aplicada a Contabilidade.	Resultado é que a ética é considerada fator de grande importância no ambiente profissional, mas que é um procedimento de difícil aplicação. Já o processo de ensino é considerado pelos respondentes como um meio para o alcance de uma maior percepção crítica dos discentes.
Oliveira <i>et al.</i> (2015)	Evidenciar a percepção dos alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Veiga de Almeida, sobre a importância do tema ética em sala de aula.	O estudo revelou que a percepção, em termos percentuais, é compatível para a maioria das questões nas duas amostras analisadas. Mostrou, ainda, que a ética é de extrema importância para o profissional que atua na atividade de contabilidade.
Souza <i>et al.</i> (2017)	Analisar a importância do código de ética contábil na gestão de tomada de decisões	A contribuição da pesquisa é de identificar se o profissional contábil que atua nos escritórios de contabilidade possui um padrão ético na gestão de tomada de decisões que atenda a demanda de mercado e, a partir daí, estabelecer novas propostas de ações para que o profissional possa atender da melhor forma possível o interesse das organizações pautado no padrão ético.
Medeiros <i>et al.</i> (2018)	Analisar a percepção dos contadores de Mossoró a respeito do Código de Ética do Profissional Contábil no desenvolvimento de suas atividades.	Com os resultados, constatou-se que a maioria dos profissionais contábeis do município de Mossoró conhece e coloca em prática os regulamentos do Código de Ética Profissional Contábil no exercício de suas profissões.
Magro, Silva e Zonatto (2018)	Estudo analisa a visão de estudantes de ciências contábeis, de acordo com suas características individuais, profissionais e acadêmicas, diante de dilemas éticos da profissão.	Os resultados revelam que a formação em contabilidade do professor da disciplina de ética auxilia os alunos em compreender melhor quais são as atitudes antiéticas que ocorrem no decorrer da profissão e no mundo dos negócios, o que reforça a importância do ambiente educacional, da formação e atuação do docente, como elementos determinantes na promoção de reflexões a respeito de dilemas éticos da profissão contábil.
Castro <i>et al.</i> (2018)	Investigar o que pensam e conhecem os discentes do Curso de Administração da FACISABH sobre o Código de Ética Profissional de Administração (CEPA),	Os dados indicaram que os alunos sabem que o Administrador dispõe de um código de ética profissional, mas que o “grau de conhecimento” a respeito dele é relativamente baixo. Constatou-se também que por mais que os alunos não descreveram um direito, um dever e uma proibição contida no CEPA, eles



	e como eles acham que este poderá influenciar no exercício da profissão.	entendem que este é capaz de orientá-los em termos de conduta moral e comportamental, além, de auxiliar no dia-a-dia da profissão.
--	--	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nos estudos empíricos encontrados observa-se que a maioria dos profissionais contábeis considera o Código de Ética Profissional do Contabilista importante como guia de conduta, mas apenas uma minoria se predispõe a cumprir algumas ou todas as normas emanadas do CFC, outros afirmam não terem nem sequer lido o código de ética, já outros conhece e coloca em prática os regulamentos do código de ética no exercício de suas profissões.

Estes resultados reforçam a necessidade de se investigar tais relacionamentos sob uma perspectiva teórica mais ampla, de modo que se possa melhor compreender as relações existentes. Espera-se, ao final desta pesquisa, entender como uma amostra abrangente de alunos do curso de Ciências Contábeis reage à diferentes dilemas éticos da profissão, observando-se os efeitos de variáveis relacionadas a características individuais e situacionais.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa classifica-se, quanto aos seus objetivos, como descritiva, contribuindo para analisar a percepção dos discentes de Ciências Contábeis da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), sobre os aspectos éticos que estão conceituados no Código de Ética do Profissional de Contabilidade.

Com relação aos procedimentos, trata-se de um levantamento de dados do tipo *survey*, onde consiste em uma coleta de dados com os discentes de Ciências Contábeis da UFERSA. Quanto a abordagem do problema de pesquisa classifica-se como quantitativa, caracterizando-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados (HAIR et al., 2009).

A amostra é não probabilística e a população da pesquisa abrange os discentes a partir do 4º período com matrícula ativa no curso de Ciências Contábeis da UFERSA que estiveram presentes em sala de aula no momento da aplicação do instrumento de pesquisa, totalizando um

total de 118 participantes. O critério para seleção dos discentes a partir do 4º período se deu pelo fato de no curso da referida instituição, a disciplina de Ética ser ministrada no 3º período.

A coleta de dados se deu através aplicação de questionários em sala de aula. O questionário foi adaptado de Medeiros et al. (2018). Quanto ao tratamento dos dados coletados através do questionário, para sua análise foi utilizada a estatística descritiva, com indicação de frequências, médias, desvios-padrão, mínimos e máximos; e da estatística inferencial, com o uso de teste de médias. As análises foram processadas com o auxílio do *software* estatístico *Statistic Package for Social Sciencies (SPSS)* – versão 22.0.

Adicionalmente, para a questão aberta, utilizou-se como técnica de análise de dados, a análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2011), consiste em um método que pode ser utilizado para analisar cada expressão de indivíduo ou de um grupo. Para a realização deste procedimento, contou-se com a ferramenta do *software* ATLAS.ti®, buscando-se visualizar as palavras-chave mais citadas durante os discursos dos participantes, através da ferramenta “Nuvem de Palavras”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Para o alcance do objetivo do estudo, que consiste em analisar as perspectivas dos concluintes do curso de ciências contábeis em relação ao mercado de trabalho, inicialmente buscou-se caracterizar o perfil dos respondentes da pesquisa, sendo questionado no instrumento de pesquisa itens correspondentes ao gênero, à faixa etária, instituição de ensino superior. Inicialmente, na Tabela 1, apresentam-se informações quanto à faixa etária.

Tabela 1 – Faixa Etária dos respondentes da pesquisa

Faixa etária	Frequência Absoluta	(%)
Entre 20 a 30 anos	99	83,9
Entre 31 a 40 anos	16	13,6
Entre 40 a 50 anos	2	1,7
Acima de 50 anos	1	0,8



TOTAL	118	100
-------	-----	-----

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com relação à faixa etária, verifica-se que o público maior está concentrado na faixa de 20 a 30 anos, representando 83,9% dos discentes; verificando-se também que 13,6% estão entre 30 a 40 anos; e apenas 1,7% e 0,8% estão entre 40 a 50 anos e acima de 50 anos, respectivamente. Portanto, demonstra-se um público jovem, sinalizando que cada vez mais pessoas jovens estão buscando curso de nível superior devido ao mercado competitivo. Logo após, na Tabela 2, são apresentados os dados em relação ao gênero dos respondentes.

Tabela 2 – Gênero dos respondentes da pesquisa

Gênero	Frequência Absoluta	(%)
Masculino	60	50,8
Feminino	58	49,2
TOTAL	118	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os dados da pesquisa demonstram quanto ao gênero dos discentes (Tabela 2), uma pequena predominância do gênero masculino, tendo em vista que dos 118 participantes da pesquisa, 50,8% são do gênero masculino contra 49,2% do gênero feminino. Isso demonstra que há uma igualdade entre os gêneros no curso analisado, além de evidenciar que a mulher cada vez mais está ganhando o seu espaço no mercado. Na contabilidade, segundo o CFC (2018) são mais de 224 mil profissionais mulheres do total de 524,5 mil, representando quase 43% da classe em plena atividade, corroborando aos achados do estudo. Em seguida, na Tabela 3, apresenta-se a distribuição dos discentes por período/semestre cursado.

Tabela 3 – Faixa Etária dos respondentes da pesquisa

Faixa etária	Frequência Absoluta	(%)
4º período	30	25,4
5º período	18	15,3
6º período	15	12,7
7º período	19	16,1
8º período	20	16,9
9º período	16	13,6
TOTAL	118	100

Fonte: Dados da Pesquisa.



Os dados da Tabela 3 evidenciam que a amostra foi bem dividida entre os participantes da pesquisa, em que se percebe a participação efetiva de discentes de todas as turmas. Por último, neste primeiro momento de caracterização da amostra, indagou-se se os discentes possuem conhecimentos acerca das mudanças no código de ética (Tabela 4).

Tabela 4 – Conhecimento dos discentes sobre as mudanças no Código de Ética

Conhecem as mudanças	Frequência Absoluta	(%)
Sim	48	40,7
Não	70	59,3
TOTAL	118	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os dados obtidos na Tabela 4 revelam uma preocupação, tendo em vista que 70 discentes, que representam 59,3% da amostra, afirmaram que não conhecem as mudanças ocorridas no Código de Ética no ano de 2019.

4.2 PERCEPÇÃO DOS DISCENTES SOBRE A ÉTICA

Para o alcance do objetivo adicional, nesta subseção busca-se verificar se existem diferenças estatisticamente significantes, no tocante a percepção dos discentes sobre a ética, em função do gênero. Assim, inicialmente, foram levantados alguns questionamentos acerca da ética no exercício da profissão contábil (Tabela 5). Cabe ressaltar que os questionamentos levantados aos discentes foram feitos mediante uma escala *Likert* de cinco pontos em caso de afirmação positiva, sendo 1 para discordo totalmente e 5 para concordo totalmente.

Tabela 5 – Teste de diferenças entre médias T de *Student*

Variável	Gênero	Média	T	Sig.
V1. Um profissional conceituado deve agir com ética.	M	4,83	5,268	0,024*
	F	4,93		
V2. É importante considerar aspectos de responsabilidade social na tomada de decisão.	M	4,52	11,354	0,001*
	F	4,78		

V3. A abordagem da ética na formação do contador é necessidade indiscutível.	M	4,53	7,563	0,007*
	F	4,74		
V4. Considera-se apto a levar em conta os valores éticos no exercício da profissão.	M	4,48	5,846	0,017*
	F	4,64		

(*) Significante a 1%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 5, nas quatro variáveis analisadas (V1, V2, V3 e V4) os dados demonstram através do Teste T, que há diferenças estatisticamente significantes entre a percepção dos discentes do gênero masculino e feminino.

Para a variável 1 (V1), a média das discentes do gênero feminino foi de 4,93 contra 4,83 dos discentes do gênero masculino, demonstrando, portanto, que as mulheres são as que mais consideram a importância de um profissional conceituado agir com ética. Para a variável 2 (V2), a média do gênero feminino também foi superior (4,78) se compara à do masculino (4,52), acerca de serem considerados aspectos de responsabilidade social no processo de tomada de decisão.

Na variável 3 (V3), acerca da abordagem ética ser necessidade indiscutível na formação do contador, as discentes também demonstraram maior importância, com média de 4,74, enquanto os discentes apresentaram média inferior (4,53). Já a última variável (V4), buscou identificar se os discentes consideram-se aptos a levar em conta os valores éticos no exercício da profissão e verificou-se que a média feminina também foi superior (4,64) contra 4,48 da média masculina.

Este resultado alinha-se aos achados de Antonovz *et al.* (2010) que ao analisar as atitudes éticas dos contadores sob a perspectiva de gênero, inferiram que as mulheres mostraram uma menor aceitabilidade para certos comportamentos do que os homens, em que foram encontradas diferenças estatisticamente significantes em 9 (nove) das 25 (vinte e cinco) questões apresentadas. Já no estudo de Lucena *et al.* (2015) não foi encontrada relação positiva entre a ética e o gênero, ou seja, outras variáveis devem ser analisadas e dependendo do contexto os resultados podem ser distintos.



4.3 PERCEPÇÃO DOS DISCENTES SOBRE O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR

Nesta subseção, discute-se sobre a percepção dos discentes quanto ao Código de Ética Profissional do Contador (CEPC) em que foram propostas determinadas situações envolvendo a aplicação do CEPC, com o objetivo de verificar se os discentes estão cientes e aplicariam corretamente o Código no desenvolvimento de suas atividades.

Inicialmente levantou-se uma situação quanto ao exercício da profissão, disposta no art. 3º, inciso V do CEPC que dispõe que: “no desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade: V – exercer a profissão, quando impedido, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não habilitados ou impedidos” (Tabela 6).

Tabela 6 – Exercício da profissão

Opinião	Frequência Absoluta	(%)
Correto	110	93,2
Incorreto	8	6,8
TOTAL	118	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme demonstrado na Tabela 6, a maioria dos discentes (93,2%) afirmaram que esta situação é correta, contra apenas 6,8% que acreditam ser incorreta. Diante disso, verifica-se que a maioria dos respondentes compreendem esta vedação disposta no CEPC. Este resultado alinha-se aos achados de Medeiros et al. (2018).

O próximo questionamento tratou a respeito do dever do profissional na atuação como perito, assistente técnico, auditor ou árbitro, afirmando-se que é dever: “Assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem, alheios à sua orientação, supervisão e fiscalização”. Os resultados estão expostos na Tabela 7, que demonstram que 107 discentes, que representam 90,7% da amostra consideram esta afirmativa como incorreta. Apenas 9,3% afirmaram estar correta tal atitude. De acordo com o art. 3º, inciso IV do CEPC é vedado ao profissional: “assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem, alheio à sua orientação, supervisão e fiscalização”.



Tabela 7 – Deveres do profissional na atuação como perito, assist. técnico, auditor ou árbitro

Opinião	Frequência Absoluta	(%)
Correto	11	9,3
Incorreto	107	90,7
TOTAL	118	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Desta forma, no geral, os discentes também estão conscientes acerca de não assinar documentos alheios. Ressalte-se que o percentual encontrado no presente estudo foi superior ao estudo base de Medeiros *et al.* (2018), que foi de 73,1%, o que demonstra um avanço.

A terceira questão tratou de uma disposição disposta no art. 3º, inciso VI do CEPC: “No desempenho de suas funções, é vedado ao profissional da contabilidade manter organização contábil sob forma não autorizada pela legislação” (Tabela 8).

Tabela 8 – Vedado manter organização contábil sob forma não autorizada pela legislação

Opinião	Frequência Absoluta	(%)
Correto	91	77,1
Incorreto	27	22,9
TOTAL	118	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os resultados apontam que 77,1% dos respondentes afirmaram como incorreto e 22,9% como incorreto. Resultado semelhante aos achados de Medeiros *et al.* (2018), que apresentaram percentuais de 69,2% e 30,8%, para correto e incorreto, respectivamente.

Na quarta questão, levantou-se uma situação: “Um cliente A é encaminhado para a contabilidade de B, alegando que fez uma pesquisa de mercado em alguns escritórios contábeis da sua cidade, onde o mesmo constatou que os valores cobrados pelos profissionais da área não cabiam no orçamento de sua empresa. Diante da situação o contador B por ser um profissional mais experiente e identificando a situação financeira do cliente, ofereceu-lhe um desconto de 40% dos valores cobrados pelos outros profissionais de sua cidade”. Com isso, indagou-se aos discentes se estes julgam a atitude como correta ou incorreta (Tabela 9).

Tabela 9 – Valores dos serviços





Opinião	Frequência Absoluta	(%)
Correta	14	11,9
Incorreta	104	88,1
TOTAL	118	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme observado na Tabela 9, a maioria dos discentes (88,1%) julgaram a atitude como incorreta. Estes achados estão alinhados aos de Medeiros *et al.* (2018) e de Souza (2016). Além disso, cabe ressaltar que de acordo com o art. 8º do CEPC: “É vedado ao Profissional da Contabilidade oferecer ou disputar serviços profissionais mediante aviltamento de honorários ou em concorrência desleal. Na situação exposta nota-se que o profissional contábil não tem um motivo relevante para diminuir o valor dos serviços prestados, apenas diminuiu para conquistar o cliente, sendo assim considerada como uma concorrência desleal. Desta forma, os discentes, no geral, estão conscientes acerca desta questão.

E por fim, a última questão fechada levantou-se a seguinte situação: “Um profissional de contabilidade foi contratado para dar parecer sobre o procedimento contábil a ser adotado no reconhecimento de um determinado ativo. Reconhecendo que o parecer poderia ser útil para outros profissionais, o Contador resolveu publicá-lo em revista técnica, em seu nome, omitindo no relatório qualquer dado que remetesse à consultante”. Questionou-se aos discentes, se de acordo com o Código de Ética Profissional do Contador, a atitude do Profissional foi correta ou incorreta (Tabela 10).

Tabela 10 – Publicação de trabalho com omissão de dados que remetesse a consultante

Opinião	Frequência Absoluta	(%)
Correta	56	47,5
Incorreta	62	52,5
TOTAL	118	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Diferentemente das questões anteriores, neste quesito a diferença da percepção dos que consideram a situação como correta ou incorreta foi pequena, sendo que 52,5% julgam como incorreta e 47,5% como correta. O art. 4º do CEPC estabelece que: “O Profissional da Contabilidade poderá publicar relatório, parecer ou trabalho técnico-profissional, assinado e sob sua responsabilidade. Desta forma, revela-se um número preocupante de discentes que



afirmam estar correta tal situação. Tal resultado está alinhado aos achados de Medeiros *et al.* (2018).

De forma complementar, levantou-se uma questão aberta acerca das alterações do novo código: Uma das bandeiras do Sistema CFC/CRCs é “atuar na proteção do interesse público”. Nesse sentido, em sua opinião de que forma o contador pode contribuir de acordo com o novo Código de Ética Profissional do Contador? 82 discentes deixaram seus argumentos; 8 discentes informaram que ainda não fizeram a leitura do novo código e 2 apontaram que não sabiam opinar. Os demais (26) deixaram esta questão em branco, uma vez que não era obrigatório respondê-la. No Quadro 3, apresentam-se 10 discursos dos participantes da pesquisa.

Quadro 1 – Mudanças no Código de Ética Profissional do Contador

Participante	Discurso
5	Sendo transparente e não tendencioso na elaboração de documentos contábeis.
8	O contador pode contribuir cuidando dos interesses públicos dentro de sua profissão, zelando pelo pagamento correto dos tributos e pelo bom andamento de sua classe.
11	Atuar de forma a inibir ou coibir atitudes antiéticas dos profissionais de contabilidade, além de aplicar sanções para os que descumprirem essas normas.
19	Contribuindo de forma profissional e atento a toda mudança que venha ocorrer, já que é de responsabilidade do contador passar informações confiáveis para tomada de decisões da empresa.
33	Agindo nos preceitos descritos no Código de Ética e orientando colegas que também o façam tornando assim as ações dos profissionais sejam cada vez mais transparentes.
50	Agindo de maneira mais coletiva, no sentido de passar aos colegas profissionais, tanto quanto a conduta, como na cobrança de honorários, dessa forma, a classe se une e fortalece dos profissionais contábeis
64	Respeitando o Código de Ética e incentivando os colegas de profissão a conhecerem e seguir as orientações para um exercer digno da profissão contábil, visando proteger a sociedade de ações antiéticas e valorizando a profissão ainda mais.
73	Agindo de forma correta para com os demais colegas de profissão, denunciando atitudes antiéticas e que desvalorizem a profissão para o órgão competente e cobrar deste para que seja mais ativo, e sempre fazer o máximo para valorizar a classe.
80	Seguindo o Código de Ética, o contador deve atuar de forma a contribuir além da melhoria e união da classe, um melhor suporte aos seus usuários, tornando-se expansível e orientando conforme necessário.
81	O contador pode contribuir agregando valor às normas e princípios pelos quais está inserido, bem como auxiliando outros profissionais e, na dúvida, buscando ajuda especializada.

Fonte: Dados da pesquisa.

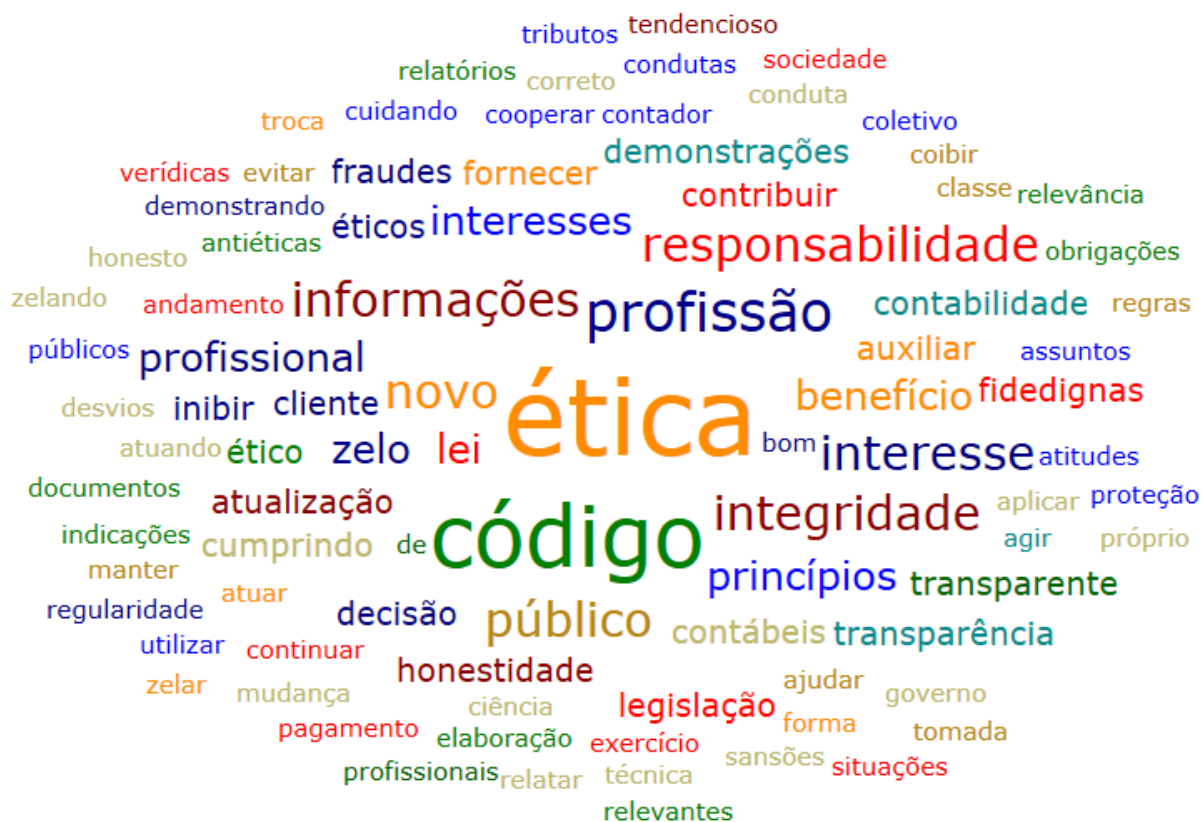
Em linhas gerais, as respostas dos participantes da pesquisa apontam que o contador deve contribuir de acordo com o novo Código de Ética Profissional do Contador, no sentido de atuar na proteção do interesse público e, para tanto, deve ser transparente e não tendencioso na

elaboração de documentos contábeis; além disso, deve cuidar dos interesses públicos dentro de sua profissão, zelando pelo pagamento correto dos tributos e pelo bom andamento de sua classe; deve atuar de forma a inibir ou coibir atitudes antiéticas dos profissionais de contabilidade, além de aplicar sanções para os que descumprirem essas normas.

Ressalta-se também que o contador deve estar atento a toda mudança que venha ocorrer, já que é de sua responsabilidade passar informações confiáveis para tomada de decisões da empresa; agindo nos preceitos descritos no Código de Ética e orientando colegas que também o façam, tornando assim as ações dos profissionais sejam cada vez mais transparentes, agindo coletivamente, no sentido de passar aos colegas profissionais, tanto quanto a conduta, como na cobrança de honorários. Dessa forma, a classe se une e fortalece a profissão.

Por fim, com o uso do *software* Atlas.ti®, procedeu-se com a ferramenta “nuvem de palavras” para visualizar as palavras-chave mais citadas pelos participantes. Para tanto, as palavras-chave foram codificadas isoladamente (uma a uma) e a escolha se deu pelas palavras que representavam uma síntese das principais ideias das respostas dos discentes. Assim, gerou-se a nuvem de palavras, composta pelas principais palavras-chave dos relatos das participantes da pesquisa, conforme observado na Figura 1.

Figura 1 – Nuvem de palavras



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme observado na Figura 1, verificou-se que as palavras que mais se destacam nos discursos das participantes são: ética (12), código (9), profissão (5), responsabilidade, integridade, interesse público, informações e princípios, ambos com 4 menções. Cabe ressaltar que as palavras transparência, honestidade e zelo também tiveram destaque. Pode-se assim observar que a maioria dos participantes tiveram uma sintonia em suas respostas.

Em linhas gerais, os resultados encontrados no presente estudo demonstram que os discentes possuem uma visão clara sobre a ética, bem como sobre a utilização do Código de Ética no exercício da profissão contábil. No campo profissional, seja qual for a área de atuação, faz-se cada vez mais necessário pessoas comprometidas com os valores éticos, posturas éticas que lhe garantam confiabilidade no trabalho a ser desempenhado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



O presente estudo teve como objetivo principal analisar a percepção dos discentes de ciências contábeis da UFRSA sobre os aspectos éticos que estão conceituados no Código de Ética do Profissional de Contabilidade.

Com os resultados, constatou-se que a maioria dos respondentes são jovens e na amostra há uma pequena predominância do gênero masculino. Os achados da pesquisa revelam uma preocupação, tendo em vista que 70 discentes, que representam 59,3% da amostra, afirmaram que não conhecem as mudanças ocorridas no Código de Ética. Concluiu-se também que há diferenças estatisticamente significantes entre a percepção dos discentes do gênero masculino e feminino, demonstrando, portanto, que as mulheres são as que mais consideram a importância de um profissional conceituado agir com ética.

Os resultados permitem concluir que os participantes da pesquisa consideram que o profissional contábil deve ser transparente e não tendencioso na elaboração de documentos contábeis e deve contribuir cuidando dos interesses públicos dentro de sua profissão, zelando pelo pagamento correto dos tributos e pelo bom andamento de sua classe, atuando de forma a inibir ou coibir atitudes antiéticas dos profissionais de contabilidade, além de aplicar sanções para os que descumprirem essas normas, contribuindo de forma profissional e atento a toda mudança que venha ocorrer, já que é de responsabilidade do contador passar informações confiáveis para tomada de decisões da empresa, agindo nos preceitos descritos no Código de Ética e orientando colegas que também o façam tornando assim as ações dos profissionais sejam cada vez mais transparentes

Esse estudo é importante por identificar a percepção dos alunos da graduação dos cursos de Ciências Contábeis, contribuindo com a análise sobre a abordagem do tema ética em sala de aula e seus reflexos futuros no mercado de trabalho, destacando a importância do ensino sobre esse tema nos cursos de graduação da área.

Para os contadores, os resultados obtidos com a presente pesquisa reforçam a necessidade do elo entre a prática contábil e a ética em virtude do reflexo potencial que o trabalho deste profissional causa na sociedade e na sua imagem. Para a academia esta pesquisa tem sua importância ao trazer resultados empíricos que podem ser discutidos conjuntamente

com os já encontrados, ampliando a abrangência da literatura e podendo trazer resultados divergentes dos já encontrados.

O estudo apresenta algumas limitações, razão pela qual sugere-se para futuras pesquisas a ampliação da amostra, permitindo-se comparar a percepção de discentes de instituições de ensino públicas e privadas, além da utilização de outras técnicas estatísticas.

REFERÊNCIAS

ANTONOVZ, Tatinae, et al. Atitudes éticas dos contadores: evidências recentes de uma pesquisa com alunos e profissionais contábeis sob a perspectiva de gênero. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 10, p. 86-105, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70. Lisboa. Portugal, 2011.

BORGES, Erivan; MEDEIROS, Carlos. **Comprometimento e ética profissional: um estudo de suas relações junto aos contabilistas**. 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Atualização do código de ética profissional do contador – CEPC**, conteúdo que substitui o código vigente, estabelecido por meio da Resolução n. 803/96.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **A representatividade feminina na contabilidade**. Disponível em: <<https://cfc.org.br/sem-categoria/a-representatividade-feminina-na-contabilidade/>>.

DAL MAGRO, Cristian Baú; DE JESUS SILVA, Thiago Bruno; DA SILVA ZONATTO, Vinicius Costa. COMO DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS REAGEM À DILEMAS ÉTICOS DA PROFISSÃO?. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 28, n. 3, p. 53-81, 2017.

DE CASTRO, Rafael Rodrigues et al. **O código de ética profissional sob a perspectiva dos alunos do curso de administração da Facisabh**. 2018.

DE SOUZA, Adriana Pantoja et al. O código de ética como instrumento para a tomada de decisão: um estudo sobre a percepção do contador acerca da ética profissional. **Revista de Administração e Contabilidade-RAC**, v. 4, n. 8, p. 28-52, 2017.

DO NASCIMENTO, Cristiano et al. O tema “ética” na percepção dos alunos de graduação de ciências contábeis em universidades da região sul do Brasil. **Revista contemporânea de contabilidade**, v. 7, n. 14, p. 75-96, 2010.



KEIKO, Shinzaki; CORRÊA, Denise Virgínia; FERREIRA, Clemilda Rodrigues. Uma breve reflexão sobre a importância da ética na profissão contábil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 2, n. 3, p. 57-72, 2005.

LIMA, Maria Eduarda Barbosa et al. Ética em contabilidade: um estudo sobre a percepção dos discentes acerca da ética profissional. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 1, n. 2, 2015.

OLIVEIRA, Robson Ramos et al. Percepção dos estudantes de ciências contábeis de uma instituição de Ensino Superior do Rio de Janeiro sobre a disciplina ética. **Simpósio de excelência em gestão e tecnologia**, v. 11, 2014.

MEDEIROS, Bárbara Daniele et al. PERCEPÇÃO DE CONTADORES SOBRE O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL CONTÁBIL. **RIC**, v. 12, n. 1, p. 1, 2018.

PEREIRA, João Paulo et al. O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR INSERIDO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO ISAB-ABAETÉ. **Ciências Gerenciais em Foco**, v. 5, n. 2, 2018.

ROSA, Franciele da S. Feil. Alexandre A. A percepção sobre ética dos estudantes em ciências contábeis. **Revista Científica On-line Tecnologia–Gestão–Humanismo**, v. 7, n. 2, p. 20-37, 2017.

SALLABERRY, Jonatas Dutra; SALLABERRY, Bárbara Rocha Bittencourt. A acessibilidade sob o enfoque ético na contabilidade. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, v. 4, n. 1, p. 89-105, 2012.

SANTOS, Luciana Matos dos; JESUS, Maria Lindinete de. A importância da ética na formação do profissional de contabilidade. **Pensar Contábil**, v. 4, n. 14, 2015.

SANTOS ALVES, Francisco José et al. Um estudo empírico sobre a importância do código de ética profissional para o contabilista. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, p. 58-68, 2007.

SOUZA, Breno Laércio dos Santos. **Ética profissional contábil**: um estudo sobre a aplicação dos regulamentos do código de ética nos escritórios de contabilidade de Cruz das Almas - BA. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis), Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira-Bahia, 2016.

VIEIRA, E. R. F. da C., et al. Ética: a tendência de os profissionais contábeis denunciarem atos questionáveis. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 9, n. 24, p. 3-17, 2015.

PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS MOSSOROENSES SOBRE A DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA

Erica Avelino de Lima¹

Vitória Giovana Mota Oliveira²

Ítalo Carlos Soares do Nascimento³

Natália Queiroz da Silva Oliveira⁴

Wendy Karla Medeiros de Souza Bezerra⁵

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é de analisar a percepção dos cidadãos de Mossoró sobre a declaração do imposto de renda pessoa física. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de caráter descritivo, de natureza quali-quantitativa e cujo procedimento é o levantamento do tipo *survey*, com aplicação de questionários. A amostra reúne 119 cidadãos de Mossoró-RN e os dados foram tratados através de técnicas da estatística descritiva e da análise de conteúdo. Os resultados do estudo demonstram, em linhas gerais, que os cidadãos de Mossoró consideram que há uma necessidade para mudanças na declaração de imposto de renda pessoa física, considerando-se a alta carga tributária brasileira e as deficiências por parte do Estado enquanto função distributiva de renda. Os resultados do estudo sugerem que é preciso melhor organização por parte do Governo, visando realizar uma arrecadação com mais coerência, cumprindo assim sua função distributiva e, refletindo, de fato, em benefícios para a população, especialmente os menos favorecidos.

Palavras-chave: Imposto de renda, DIRPF, Percepção.

ABSTRACT

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela FCRN. E-mail: ericalima.jg@gmail.com.

² Graduanda em Ciências Contábeis pela FCRN. E-mail: vitoria.oliveira@aluno.catolicadorn.com.br.

³ Mestre em Administração e Controladoria pela UFC. E-mail: italocarlos25@gmail.com.

⁴ Mestra em Administração pela UECE. E-mail: natalia.oliveira@professor.catolicadorn.com.br.

⁵ Mestra em Engenharia de Produção pela UFRN. E-mail: administracao@catolicadorn.com.br.



Thus, the objective of this research is to analyze the perception of citizens of Mossoró about the declaration of personal income tax. For that, a descriptive character research was developed, of a quali-quantitative nature and whose procedure is the survey type survey, with the application of questionnaires. The sample comprises 119 citizens of Mossoró-RN and the data were treated using descriptive statistics and content analysis techniques. The results of the study demonstrate, in general terms, that the citizens of Mossoró consider that there is a need for changes in the income tax return for individuals, considering the high Brazilian tax burden and the deficiencies on the part of the State as a distributive function of income. The results of the study suggest that there is a need for better organization by the Government, aiming to carry out a collection with more consistency, thus fulfilling its distributive function and, in fact, reflecting in benefits for the population, especially the less favored ones.

Keywords: Income tax. DIRPF Perception.

1 INTRODUÇÃO

Os valores pagos pela população, com relação ao imposto de renda, tem sido cada dia mais elevado, o que tem gerado descontentamento pela sociedade. Sabe-se que isso tem ocorrido porque as atualizações têm acontecido de forma desordenada, chegando, inclusive, a gerar 113,09% de defasagem, segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) (ALVARENGA, 2021).

É importante saber que esse pagamento considera o intermédio de várias políticas públicas como o estabelecimento do arcabouço legal do ambiente de negócios, regulando a concorrência econômica, provendo bens e serviços públicos, promovendo transferências monetárias às famílias de baixa renda e arrecadando os tributos necessários a seu financiamento (GUERRA *et al.*, 2016).

Para tanto, os governos contemporâneos têm retirado um terço à metade da renda nacional na forma de impostos, sendo que o conhecimento de quem suporta a carga tributária e a avaliação de seus impactos distributivos passa a ser vital para a formulação da política tributária. Cabe o entendimento de que para que o Estado realize suas tributações, determinados

princípios devem ser observados, estando entre eles a estrita legalidade dos atos, o não confisco, a capacidade contributiva, entre outros (MACIEL; OLIVEIRA, 2016).

Sendo assim, é possível entender que para que exista atualização no que tange a cobrança de impostos, é relevante que o Governo tenha precisão quanto a renda da população, visando o atendimento as suas instâncias, sem comprometer as necessidades de sua população (SILVA; CORREIA; CRUZ, 2019).

Também, cabe saber que as alíquotas, considerando-se qualquer que seja o indicador, são necessariamente, obrigadas de serem reajustadas, pelo jurídico brasileiro. Para tanto, são necessários a criação de leis e ajustes pontuais, sendo estas responsáveis por flexibilizações para alterações permanentes. O problema é que, a cada ano-calendário, os reajustes consideram inflações brasileiras (ALVARENGA, 2021).

Neste sentido, pesquisas foram realizadas no intuito de identificar o nível de entendimento da população acerca do imposto de renda, especificamente no tocante a declaração de imposto de renda pessoa física, tais como os de Guerra *et al.* (2016) e o de Silva, Correia e Cruz (2019). De forma geral, os resultados das pesquisas apontam que os cidadãos não possuem uma visão clara e carecem de mais informações, bem como visualizam que o Governo não tem cumprido sua função de forma eficiente, tendo em vista que não se percebe os benefícios oriundos da cobrança do referido tributo.

Diante disso, levanta-se a seguinte questão de pesquisa: qual a percepção dos cidadãos de Mossoró sobre a declaração do imposto de renda pessoa física? Portanto, o objetivo do trabalho é de analisar a percepção dos cidadãos de Mossoró sobre a declaração do imposto de renda pessoa física.

O estudo justifica-se pela necessidade de entender quais são as opiniões econômicas com relação a atualização da tabela do imposto de renda, considerando suas defasagens e sobre os impactos econômicos da defasagem na correção da alíquota do imposto. Para a academia, a pesquisa avança na discussão do tema, considerando-se que existem poucas pesquisas sobre a temática.

O trabalho encontra-se estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção aborda o referencial teórico, discutindo-se sobre a tributação no Brasil, dando ênfase no imposto de renda, objeto deste estudo. A terceira seção expõe o percurso

metodológico traçado para o alcance do objetivo. A quarta seção apresenta os resultados da pesquisa. Por fim, a quinta e última seção apresenta as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A HISTÓRICA DA INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE AS RENDAS

A tributação no Brasil nem sempre ocorreu, sendo considerada nova no ordenamento tributário brasileiro. A mesma surge apenas no ano de 1922, mais especificamente em 31 de dezembro, sendo ela instituída pela Lei nº 4.625, em seu art. 31. Vale ainda discorrer que a arrecadação de fato inicia apenas no ano de 1924, depois da sanção da Receita Geral da União, Lei nº 4.783/1923 (COELHO, 2017).

É importante saber que a incidência do imposto de renda ganhou previsão constitucional no ano 1934, e ganhou aperfeiçoamentos a sua cobrança na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A primeira tentativa no que tange a imposição de tributos aconteceu no ano de 1843, por meio de D. Pedro II. Depois, entre os anos de 1864-70 surge a incidência que buscava arrecadação para a da Guerra do Paraguai, realizada por Rui Barbosa, o então Ministro da Fazenda. Já no ano de 1922, por meio do art. 31 da Lei nº 4.625, de 31 de dezembro surge o imposto geral sobre a renda da sociedade, que por falta de sistema tributário para sua cobrança, só foi instituído depois da Lei nº 4.783/1923, ou seja, em 1924 (MATTOS; NASCIMENTO, 2019).

A partir no ano de 1934, através de previsão constitucional, o imposto de renda ganha aperfeiçoamentos, por meio da cobrança efetivada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. No início, as alíquotas eram consideradas baixas, segundo Borges (2020, p. 13) estavam entre 0,5% “até 8% sobre os rendimentos, mas ao final da década de 30 e início dos anos 40 ocorreram significativas elevações nas alíquotas, de modo que ao final da Segunda Guerra Mundial a alíquota máxima passou de 20% para 50%.

Porém, foi no ano de 1951, quando estava na presidência o então presidente Jânio Quadros, que os aumentos nos impostos aconteceram. Vale esclarecer que a alíquota chegou a 60% dos rendimentos, tendo subido para 65% logo no ano seguinte. Apenas com o posterior

governo militar que “ocorreu o processo inverso, tendo a alíquota máxima sido reduzida para 55% e posteriormente para 50% dos rendimentos (BORGES, 2020).

Vale frisar, que no ano de 1990, o país adotou medidas de outros países, pois estas não tributavam lucros e dividendos. Ficou-se esclarecido que esse cenário permitia que a atração a fluxos de capitais aumentariam, assim como os incentivos em investimentos. Já no ano de 1995, o “juros sobre capital próprio”, que é outra forma de reduzir o imposto pago pelos ganhos de capital (AVILA; CONCEIÇÃO, 2017).

Entendendo esse cenário, vale esclarecer que:

Por força do art. 10 da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficaram sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integraram a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, domiciliado no país ou no exterior (LEI 9.249, 1995, s/p).

Assim, fica esclarecido que, as empresas passam a ficar beneficiadas quando o assunto é tributação. Dessa maneira, é possível entender que as pessoas físicas passam a comprometer suas rendas porque ao invés do estado cobrar o devido as organizações, ele passa cobrar mais das pessoas físicas.

Sabe-se que esse tratou-se de um fator específico, não passando a ocorrer em outros cenários. “A partir da declaração do exercício de 1997, ano-calendário de 1996, a contribuição e doação não foi mais aceita como abatimento ou dedução” (BRASIL, 2014, p. 46).

2.2 IMPOSTO DE RENDA

Todos os anos, a sociedade brasileira tem como obrigação a prestação de contas com a Receita Federal, esse comprovante é realizado através da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física. Essa declaração é composta por diversas regras que direcionam todos os procedimentos acerca dessas comprovações (CASTRO; BUGARIN, 2017).

Apontam Santana, Cruz e Silva (2018) que o imposto de renda deve ser considerado um meio de garantir em atividade, programas que levem benefícios as pessoas mais carentes. De acordo com os autores está associado a uma melhor distribuição de recursos entre aqueles que

mais ganham e os que nada tem. Dessa forma, ressalta-se que os que menos ganham também são os que menos são taxados por esses impostos.

Os anos passam e cada vez mais as informações que tangem o Imposto de Renda são mais disseminadas, ou seja, mais pessoas ficam cientes do que precisam ou não fazer para conseguir declarar suas finanças. De acordo com Gutierrez (2014, p. 7) a “constituição estruturou o imposto de renda como imposto pessoal, geral, universal e progressivo, características que devem ser conjugadas com os demais princípios constitucionais”.

O imposto de renda é cobrado de pessoas físicas e jurídicas, eles realizam essa comprovação para que seja pago uma pequena porcentagem baseado na sua renda avaliada em um determinado período, essa porcentagem é feita de forma progressiva, ou seja, através de uma faixa de rendimento, sendo assim, quanto maior for esse rendimento, maior será o valor do pagamento.

Yamashita (2014, p. 105) diz que “o imposto de renda deve tributar todos os cidadãos (generalidade) e todo rendimento (universalidade), de acordo com sua renda global”. Ou seja, não deve haver nenhum tipo de privilégio, pois, é uma obrigação de todo cidadão brasileiro, desde que este esteja dentro das regras e obrigações exigidas.

O mérito do imposto de renda associa-se a empregabilidade do empregado, já que o mesmo é considerado uma medida estratégica, que visa a redistribuição de renda. Os autores ainda enfatizam que deve ser capaz de aferir a capacidade contributiva global do sujeito passivo da relação jurídico-tributária, expurgando determinados fatores que impeçam o enquadramento correto do cidadão na ordem fiscal (SANTANA; CRUZ; SILVA, 2018).

O imposto de renda e proventos de qualquer natureza tem sua previsão legal disciplinada nos artigos 153, III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CRFB/88 e art. 43, I, II, § 1º e § 2º, do Código Tributário Nacional – CTN. Algumas teorias procuram explicar o conceito de renda (GONÇALVES, 2009).

Essas teorias, em sua maioria, estão ligadas à Ciência Econômica e, por isso, o seu estudo é desnecessário para a comprovação ou refutação da hipótese deste trabalho. Além disso, Lemke (1998, pág. 29) diz que “são tantos e tão diversos os conceitos econômicos de renda que se tornaria muito difícil a escolha de um deles como base para a legislação fiscal”.

No entanto, da leitura do Código Tributário Nacional, pode-se inferir que o legislador

ordinário adotou a teoria da renda-acrécimo patrimonial.

A teoria da renda-acrécimo patrimonial vê a renda como todo ingresso, desde que passível de avaliação em moeda, independentemente de o ingresso ter sido consumido ou reinvestido, considerando na apuração da renda líquida a dedução dos gastos para a obtenção dos ingressos e para a manutenção da fonte (QUEIROZ, 1998, p. 69).

Sobre essa questão, pode-se entender que o CTN aborda sobre como ocorre o imposto, que apresenta-se para descontar qualquer renda, de natureza qualquer, e que tem como fato gerador, o capital alcançado com o trabalho ou de acréscimos patrimoniais.

Dessa forma, é possível entender que o CTN trata-se de uma tributação sobre a renda auferida, tanto em sentido estrito (que significa que mesmo que uma pessoa não esteja intimamente ligada ao cenário, fica subordinado a essa cobrança), quanto no que tange aos proventos de qualquer natureza.

2.3 A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE AS RENDAS NA VISÃO DA ECONOMIA

A incidência do imposto de renda acontece de maneira definitiva e exclusivamente na fonte, acontecendo no resgate ou no recebimento da renda. “Ela inicia com uma alíquota de 35%, reduzindo 5% a cada dois anos e chegando até 10% nos investimentos acima de 10 anos” (DUBARD, 202, *online*).

Conforme aponta Varian (2016), quanto mais se ganha, financeiramente falando, mais tributos em cima desse imposto ocorrem. O autor ainda discorre que esse cenário é considerado um desincentivo para o trabalhador que busca aumentar sua renda, pois essa mesma diminui consideravelmente, com a arrecadação de impostos.

Destarte, a imposição de um imposto sobre a renda tinha que acontecer de maneira que o governo conseguisse alcançar os valores que almeja, sem necessariamente afetar o incentivo no que tange ao aumento da renda de cada sujeito (VARIAN, 2016). Neste sentido, o Quadro 1 apresenta a atual tributação.

Quadro 1- Atual tributação

BASE DE CÁLCULO (R\$)	ALÍQUOTA (%)	PARCELA A DEDUZIR DO IRPF
--------------------------	-----------------	------------------------------

Até 1.903,98	Isento	Isento
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Fonte: Receita Federal (2021).

O objetivo primordial seria associar, de fato, a renda alcançada com o recebimento do imposto a minimização da pobreza da sociedade, através de seu devido direcionamento. Lamin (2017) enfatiza que o CTN não está intimamente associado aos rendimentos ou mesmo condição jurídica e ainda nacionalidade da fonte. Oliveira (2015) salienta também que, a lei é responsável por impor as condições de disponibilidade no que tange a incidência do imposto sobre a renda dos proventos. Ele ainda enfatiza que tanto a forma, quanto a percepção e a hipótese da receita ou de algum rendimento advindos do exterior estará nas situações de incidência.

Uma consequência imediata do acolhimento da teoria da renda-acréscimo patrimonial pelo Código Tributário Nacional, é que as indenizações poderão ser tributadas sempre que não recomporem o patrimônio anteriormente lesado, caracterizando-se como uma adição patrimonial.

Nesse sentido, ensina Marins (2000, p. 142) que:

Já no âmbito da lei complementar o CTN adotou expressamente o conceito de renda como acréscimo, o que permite a inserção das indenizações no âmbito material do imposto já que as indenizações não se amoldam ao conceito de renda em sentido estrito, por não serem produto de fonte explorada pelo titular, mas evento extraordinário.

Por fim, Lamin (2017) propõe que a tabela progressiva de arrecadação aconteça de acordo com os valores assentidos pelas famílias, direcionando melhor assertiva nos valores cobrados, pois da maneira que encontram-se no momento, diversas famílias passam a sentir dificuldades econômicas. Neste sentido, é possível entender que o Brasil compreende intensa desigualdade, por outras questões, mas, também por esta arrecadação.

Neste sentido, pesquisas foram realizadas no intuito de identificar o nível de entendimento da população acerca do imposto de renda, especificamente no tocante a

declaração de imposto de renda pessoa física. Guerra *et al.* (2016) identificaram o nível de informação sobre a declaração de imposto de renda da pessoa física dos empregados de uma unidade agroindustrial e como resultados evidenciam que os empregados carecem de conhecimentos sobre imposto de renda e que empresa pode contribuir, haja visto que a falta de informação dos empregados pode implicar em autuação desnecessárias para os mesmos.

De maneira semelhante, Silva, Correia e Cruz (2019), objetivaram, em sua pesquisa, identificar e perfilar os contribuintes e/ou usuários da DIRPF. Os resultados apontaram que, nem sempre os dados transmitidos para a Administração Pública estão em conformidade com as normas, isto é, se configuram como uma informação com qualidade comprometida. O estudo permite ainda concluir que os usuários da DIRPF nem sempre conhecem toda a legislação aplicável, e ainda, que a informação elaborada pelos usuários às vezes é incompleta, o que pode comprometer os processos internos.

3 METODOLOGIA

Ao analisar a percepção dos cidadãos de Mossoró sobre a declaração do imposto de renda pessoa física, esta pesquisa classifica-se como descritiva quanto aos seus objetivos, qualitativa e quantitativa quanto à sua natureza, e de campo (*survey*) quanto aos seus procedimentos.

O universo da pesquisa compreende cidadãos comuns do município de Mossoró-RN, tendo como amostra final 119 respondentes, de diferentes faixas etárias, escolaridade e atuação profissional, os quais se disponibilizaram a participar da pesquisa, através do instrumento de coleta de dados e foram escolhidos por acessibilidade e conveniência.

A coleta de dados se deu através de um questionário com 16 (dezesesseis) questões fechadas, de múltipla escolha e com escala *likert* de cinco pontos em casos de afirmação positiva e 1 (uma) questão aberta. O questionário foi adaptado das pesquisas de Guerra *et al.* (2016) e de Silva, Correia e Cruz (2019). O instrumento de coleta foi aplicado de forma eletrônica, através da ferramenta do *google forms*, sendo aplicados no mês de junho de 2021. A escolha dos respondentes se deu de acordo com a conveniência e facilidade dos pesquisadores.

Para as questões objetivas (quantitativa), a análise se deu através de técnicas da estatística descritiva, com indicação de frequências, médias e desvios-padrão; já para a questão aberta (qualitativa), a análise se deu por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo identificar as respostas abertas dos cidadãos participantes.

Os dados foram tratados com o auxílio do *Microsoft Office* (Excel), permitindo assim a sua apresentação através de tabelas. Além disso, foi realizada uma interpretação das respostas dos questionários, bem como um confronto com os achados anteriores, permitindo-se inferir com conclusões voltadas à satisfação do objetivo proposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Inicialmente, com o objetivo de caracterizar o perfil da amostra, na Tabela 1 são apresentadas informações sobre o gênero, faixa etária, escolaridade, área de formação, setor de atuação profissional, e ainda se estes declararam o imposto de renda e qual o profissional realizou a declaração.

Conforme Tabela 1, observa-se uma predominância de respondentes do gênero feminino (65,5%); verifica-se que a maioria da amostra é composta por pessoas de faixa etária entre 31 e 40 anos de idade. Quanto à escolaridade, observa-se que uma maior distribuição entre os que possuem ensino médio (39,5%), graduação (24,4%) e especialização (18,5%). Considerando-se que a maioria dos respondentes não possui formação de nível superior, os que possuem são, em sua maioria, das áreas de gestão (administração e ciências contábeis), os quais obtiveram maiores percentuais de participação. Quanto ao setor de atuação em que os cidadãos trabalham, verifica-se que a maioria desenvolve suas funções no setor privado (37,0%).

Por fim, indagou-se se os cidadãos declararam imposto de renda pessoa física no ano-calendário 2020, verificando-se que 41,2% realizaram a declaração. Destes, 18,5% informaram que a declaração foi realizada por si mesmos, provavelmente os 22 que possuem formação em Ciências Contábeis; e 21% dos cidadãos realizaram a declaração com um profissional contábil. Tais resultados corroboram os achados de Silva, Correia e Cruz (2019).

Tabela 1 – Caracterização da amostra

Caracterização da amostra		Frequência	%
Gênero	Masculino	41	34,5
	Feminino	78	65,5
Faixa Etária	18 a 25 anos	22	18,5
	26 a 30 anos	24	20,2
	31 a 40 anos	49	41,2
	41 a 50 anos	15	12,6
	Acima de 50 anos	9	7,6
Escolaridade	Ensino fundamental	9	7,6
	Ensino médio	47	39,5
	Graduação	29	24,4
	Especialização	22	18,5
	Mestrado	9	7,6
	Doutorado	3	2,5
Área de formação	Administração	19	16,0
	Ciências Contábeis	22	18,5
	Direito	7	5,9
	Educação	5	4,2
	Humanas	2	1,7
	Saúde	5	4,2
	Sociais Aplicadas	3	2,5
	Não possui	56	47,0
Setor de atuação em que trabalha	Público	35	29,4
	Privado	44	37,0
	Terceiro Setor	2	1,7
	Não trabalha	38	31,9
Declarou IRPF no ano-calendário 2020?	Sim	49	41,2
	Não	70	58,8
Quem realizou a declaração de IRPF?	Eu mesmo realizei	22	18,5
	Profissional contábil	25	21,0
	Profissional de outra área	2	1,7
	Não declarei	70	58,8

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Desta forma, feita a caracterização da amostra e identificando-se um público com diversidade de gênero, faixa etária, escolaridade, área de formação e setor de atuação empresarial, como também cidadãos que declaram e não declaram imposto de renda, a próxima subseção apresenta a percepção destes acerca da declaração de imposto de renda pessoa física.

4.2 PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS ACERCA DO IMPOSTO DE RENDA



Esta subseção foi delineada a partir do objetivo geral do estudo de analisar a percepção dos cidadãos de Mossoró sobre a declaração do imposto de renda pessoa física. Para tanto, foram dispostas 10 assertivas/variáveis aos respondentes, obtendo-se as respostas por meio de uma escala *likert* de cinco pontos, de discordo totalmente (1) a concordo totalmente (5). As variáveis estão elencadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Variáveis/assertivas presentes no instrumento de coleta (questionário)

V	Item
1	Sei que devo declarar todas as informações independentemente do modelo de declaração (completa ou simplificada).
2	Tenho domínio sobre as informações que devem ser declaradas.
3	Considero o profissional contábil importante na declaração de imposto de renda.
4	Considero que paguei mais imposto do que deveria.
5	Considero que existe uma defasagem na tabela do imposto de renda.
6	A carga tributária do Brasil é muito elevada.
7	O imposto de renda é uma fonte de obtenção de renda para o Estado manter as suas atividades.
8	O imposto de renda contribui na melhoria da distribuição de renda no Brasil.
9	Recebo informações e orientações na empresa em que trabalho sobre como declarar o IR.
10	Considero que há uma necessidade de mudanças na cobrança do imposto de renda.

Fonte: Adaptado de Guerra *et al.* (2016) e de Silva, Correia e Cruz (2019).

Inicialmente, apresentam-se as percepções dos cidadãos acerca da declaração do imposto de renda pessoa física de forma conjunta (sem segregar àqueles que declararam e os que não declararam), através da indicação de frequências sobre o conjunto de assertivas/variáveis propostas no instrumento de coleta (Tabela 2).

Tabela 2 – Percepção dos cidadãos de Mossoró sobre a declaração de imposto de renda pessoa física

Assertivas/variáveis	DT		DP		NC ND		CP		CT	
	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%
1. Devo declarar as informações	14	11,8	7	5,9	23	19,3	27	22,7	48	40,3
2. Tenho domínio	15	12,6	15	12,6	25	21,0	31	26,1	33	27,7
3. Profiss. contábil é importante	11	9,2	5	4,2	11	9,2	12	10,1	80	67,2
4. Paguei mais do que deveria	29	24,4	8	6,7	28	23,5	18	15,1	36	30,3
5. Defasagem na tabela	15	12,6	7	5,9	22	18,5	23	19,3	52	43,7
6. Carga tributária elevada	9	7,6	8	6,7	11	9,2	17	14,3	74	62,2
7. Fonte de obtenção de renda	14	11,8	6	5,0	31	26,1	31	26,1	37	31,1
8. Melhora a distribuição de renda	30	25,2	16	13,4	37	31,1	17	14,3	19	16,0
9. Recebo informações suficientes	52	43,7	13	10,9	26	21,8	11	9,2	17	14,3
10. Necessidade de mudanças	12	10,1	3	2,5	19	16,0	20	16,8	65	54,6



Nota: *n* – número de respondentes; DT – Discordo totalmente; D – Discordo parcialmente; NC ND – Nem concordo nem discordo; C – Concordo parcialmente; CT – Concordo totalmente.
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os resultados evidenciados na Tabela 2, demonstram, em linhas gerais, que os cidadãos de Mossoró consideram que há uma necessidade para mudanças na declaração de imposto de renda pessoa física, considerando-se a alta carga tributária brasileira e as deficiências por parte do Estado enquanto função distributiva de renda.

Na primeira assertiva (V1), verifica-se que a maioria dos cidadãos considera que devem declarar todas as informações independentemente do modelo de declaração (simplificada ou completa), demonstrado pela concordância parcial (22,7%) e total (40,3%). Tal resultado encontra-se alinhado aos achados de Silva, Correia e Cruz (2019).

Na segunda assertiva (V2 - Tenho domínio sobre as informações que devem ser declaradas), as respostas ficaram balanceadas, tendo em vista que uma parcela dos respondentes discorda totalmente (12,6%) e discorda parcialmente (12,6%), bem como não concorda nem discorda (21,0%), totalizando 46,2%. Já os que concordam parcialmente (26,1%) e concordam totalmente (27,7%), totalizam 53,8%. Na pesquisa realizada por Silva, Correia e Cruz (2019) os resultados demonstraram que os respondentes não possuem domínio sobre estas informações, corroborando os achados desta pesquisa.

Foi percebido, através da V3, que a maioria dos respondentes considera o profissional contábil importante na declaração de imposto de renda, com 67,2% de concordância total. A assertiva V4, por sua vez, revela que a maioria dos respondentes considera que pagou mais imposto do que deveria, sinalizado por 15,1% e 30,3% dos cidadãos que concordam parcialmente e totalmente com esta assertiva. Tais resultados estão alinhados aos achados de Silva, Correia e Cruz (2019).

Observou-se ainda, por meio da assertiva V5, que 43,7% dos cidadãos mossoroenses consideram que existe uma defasagem na tabela do imposto de renda. Este resultado encontra-se alinhado aos achados de Silva, Correia e Cruz (2019), que demonstraram em sua pesquisa que os respondentes consideram que há uma defasagem na tabela e que pagaram mais impostos do que deveriam.

Do mesmo modo, com alta representatividade, a assertiva V6 demonstra que 62,2% dos respondentes concordam que carga tributária do Brasil é muito elevada. Este resultado corrobora os achados de Guerra *et al.* (2016) que, em sua pesquisa, evidenciaram que os respondentes também consideram a carga tributária brasileira elevada.

Quando questionados se o imposto de renda é uma fonte de obtenção de renda para o Estado manter as suas atividades (V7), a maioria dos respondentes concordou com a afirmativa, tendo em vista que 26,1% assinalaram concordam parcialmente e 31,1% declararam que concordam totalmente. Entretanto, quando indagados se o imposto de renda contribui na melhoria da distribuição de renda no Brasil (V8), o maior percentual de respostas foi para a opção “não concorda nem discorda”, com 31,1% e, em seguida, a opção “discordo totalmente”, com 25,2%. Ou seja, no geral, sob a ótica dos cidadãos mossoroenses o imposto de renda não contribui na melhoria da distribuição de renda no Brasil e, por conseguinte, não cumpre sua função. Tais resultados estão alinhados a pesquisa de Guerra *et al.* (2016).

Os cidadãos foram ainda questionados se recebem informações e orientações na empresa em que trabalho sobre como declarar o imposto de renda (V9), observando-se que a maioria não recebe tais informações, tendo em vista que 43,7% discordam totalmente. Este resultado é justificado pelo fato de que aproximadamente metade da amostra do estudo não declarou imposto de renda e, por este motivo, não possuem acesso à tais informações. Ademais, na pesquisa realizada por Guerra *et al.* (2016) também evidencia-se essa ausência de orientações e de informações por parte do setor de recursos humanos, que não orienta seus colaboradores em como realizar a declaração do imposto de renda.

Por fim, quando questionados sobre a uma necessidade de mudanças na cobrança do imposto de renda, verifica-se que a maioria dos cidadãos mossoroenses concorda totalmente com esta assertiva, com 54,6%. Diante disso, adicionalmente, por meio de uma questão aberta, indagou-se aos respondentes sobre o que precisa melhorar na declaração de imposto de renda. Para fins didáticos, foram selecionados alguns discursos, os quais estão dispostos no Quadro 3.

Quadro 3 – Necessidades de melhorias na declaração do imposto de renda sob a ótica dos cidadãos

Participante	Discurso
Participante 1	Ser cobrado todo pela fonte pagadora.



Participante 2	O valor de restituição, pagamos uma alta taxa e temos um ressarcimento muito baixo.
Participante 3	Redução de valores cobrados.
Participante 4	Deveria haver uma atualização, aumentar o valor de proventos que passa a ser obrigatória a declaração e simplificar também.
Participante 5	A tabela é desfavorável ao cidadão.
Participante 6	Restringir o envio apenas através de um profissional contábil, para assim minimizar a probabilidade do contribuinte cair em malha fina.
Participante 7	Deveria ser ainda mais simplificada e ensinada sua aplicação à população.
Participante 8	A forma que é solicitado os dados, a maioria das informações são dados que a receita já tem acesso com a simples consulta no CPF. O detalhamento requer atenção para não errar.
Participante 9	Na minha opinião quem ganha até sete mil reais não precisaria declarar imposto de renda.
Participante 10	Mais acessibilidade de informação e mais clareza por parte da receita.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme o Quadro 3, verifica-se que, no geral, os cidadãos mossoroenses participantes da amostra deste estudo consideram a necessidade de uma atualização na tabela do imposto de renda, com a redução dos valores cobrados. Observa-se ainda que os participantes da pesquisa destacam a importância do envio da declaração de IR por apenas um profissional contábil, como também maior clareza nas informações por parte da Receita Federal.

Buscando-se comparar a percepção dos respondentes que declararam e dos não declararam imposto de renda referente ao ano-calendário 2020, na Tabela 3 apresentam-se as médias e desvios-padrão para cada uma das assertivas/variáveis, sob a percepção de cada um dos grupos pesquisados.

Os resultados da Tabela 3 demonstram que, no geral, as maiores médias para as assertivas foram dos cidadãos que declararam imposto de renda, sinalizando, portanto, que estes possuem maior clareza acerca do assunto. A indicação dos desvios-padrão demonstra baixa variabilidade e dispersão dos dados para todas as assertivas.

Tabela 3 – Comparativo entre os que declaram e não declaram IR

Variável		Média	Desvio-padrão
1. Devo declarar as informações	Declara	4,204	0,1700
	Não declara	3,414	0,1647
2. Tenho domínio s/ as informações	Declara	3,857	0,1675
	Não declara	3,143	0,1669
3. Profissional contábil é importante	Declara	4,816	0,0753
	Não declara	3,800	0,1827
4. Paguei mais imposto do que deveria	Declara	3,816	0,1971
	Não declara	2,771	0,1811
	Declara	4,367	0,1389



5. Defasagem na tabela do imposto	Não declara	3,329	0,1782
	Declara	4,796	0,1009
6. Carga tributária do país é elevada	Não declara	3,729	0,1689
	Declara	3,796	0,1797
7. Fonte de obtenção de renda	Não declara	3,457	0,1572
	Declara	2,653	0,2032
8. Melhora a distribuição de renda	Não declara	2,943	0,1614
	Declara	2,224	0,2148
9. Recebo informações suficientes	Não declara	2,514	0,1736
	Declara	4,367	0,1790
10. Necessidade de mudanças	Não declara	3,800	0,1571

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em linhas gerais, os resultados deste estudo permitem identificar a necessidade de melhor tributação, exigindo-se que o Governo continue a realizar as cobranças, porém de forma justa e adequada, não colocando em risco as necessidades da população. Ademais, evidenciou-se que a sociedade sente-se injustiçada em decorrência do imposto de renda ser cada vez mais elevado e não consegue enxergar a devida distribuição dos valores que são arrecadados pelo Governo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a percepção dos cidadãos de Mossoró sobre a declaração do imposto de renda pessoa física. Os resultados do estudo demonstram, em linhas gerais, que os cidadãos de Mossoró consideram que há uma necessidade para mudanças na declaração de imposto de renda pessoa física, considerando-se a alta carga tributária brasileira e as deficiências por parte do Estado enquanto função distributiva de renda.

Os resultados do estudo sugerem que é preciso melhor organização por parte do Governo, visando realizar uma arrecadação com mais coerência, cumprindo assim sua função distributiva e, refletindo, de fato, em benefícios para a população, especialmente os menos favorecidos.

A pesquisa contribui para o avanço e discussão da literatura sobre o tema, permitindo também levantar reflexões para os governantes refletirem acerca da tributação no Brasil, considerando-se a problemática da alta carga tributária nacional. Ademais, este tipo de estudo



motiva o desenvolvimento de outras investigações, permitindo assim a expansão da pesquisa científica.

No que se refere as limitações da pesquisa, cita-se a questão do isolamento social, devido a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), fator este que impediu a aplicação do instrumento de pesquisa de forma presencial, que permitiria o alcance de um maior número de respondentes.

Recomenda-se para futuras pesquisas, a ampliação do número da amostra, como também a realização de testes estatísticos, como o teste de médias e ANOVA, permitindo-se comparar o perfil sociodemográfico com o conjunto de assertivas propostas no instrumento de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, D. **Tabela do IR acumula defasagem de 113%; saiba quanto seria o imposto com correção.** G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/2021/noticia/2021/02/19/tabela-do-ir-acumula-defasagem-de-113percent-saiba-quanto-seria-o-imposto-com-correcao.ghhtml>. Acesso em 01 jun. 2021.

AVILA, R. I.; CONCEIÇÃO, J. B. S. A economia política da tributação no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 23, 2018. **Anais...** ENEP, São Paulo. Disponível em: <https://www.sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%203/34.pdf>. Acesso em 30 mai. 2021.

BRASIL. **1991 a 1996: Começa a Informatização no Preenchimento da Declaração.** Ministério da Economia, 2021. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/sobre/institucional/memoria/imposto-de-renda/historia/1991-a-1996-comeca-a-informatizacao-no-preenchimento-da-declaracao>. Aceso em 31 mai. 2021.

BRASIL. **História do imposto de renda no Brasil:** um enfoque da pessoa física (1922-2013). Receita Federal, 2014. Disponível em: <https://www.ibet.com.br/wp-content/uploads/2016/05/Imp.-Renda.pdf>. Acesso em 30 mai. 2021.

CASTRO, F. A.; BUGARIN, M. S. A progressividade do imposto de renda da pessoa física no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 259-293, 2017.

COELHO, A. L. Um histórico sobre a tributação no Brasil. **Revista da Receita Federal: estudos tributários e aduaneiros**, v. 3, n. 1-2, p. 29-49, 2017.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm. Acesso em 05 mai. 2021.

DUBARD, C. **Entenda como funciona o Imposto de Renda retido na fonte.** 2020. Disponível em: <https://blog.magnetis.com.br/imposto-de-renda-retido-na-fonte/>. Acesso em 15 jun. 2021.

GUERRA, E. B.; MANFROI, L.; PALMA, D. L.; ZENI, E. O nível de informação sobre a declaração de imposto de renda da pessoa física: um estudo com empregados de uma unidade agroindustrial. **Revista Científica Tecnológica Uceff**, v. 5, n. 2, p. 293-309, 2016.

LAMIN, M. *et al.* **Os efeitos da não atualização da tabela progressiva no bolso do contribuinte pessoa física.** 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/178625>. Acesso em 15 mai. 2021.

GUTIERREZ, M. D. **O imposto de renda e os princípios da generalidade, da universalidade e da progressividade.** 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MATTOS, F. A. M.; NASCIMENTO, N. Mercado de trabalho, salário mínimo e estrutura tributária: impactos sobre o perfil distributivo brasileiro em perspectiva histórica. **Revista Tempo e Argumento**, v. 11, n. 27, p. 429-474, 2019.

MACIEL, I. B. B. G; DE OLIVEIRA, B. B. A Defasagem na Tabela de Cálculo do Imposto sobre a Renda Pessoa Física: Uma Afronta às Limitações ao Poder de Tributar e ao Desenvolvimento Econômico e Social. **Revista de Direito Tributário e Financeiro**, v. 2, n. 2, p. 141-159, 2017.

OLIVEIRA, J. P. **Da admissibilidade de tributação decorrente de atos ilícitos sob a perspectiva do princípio pecúnia non olet no ordenamento jurídico brasileiro.** 2015. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/25821/1/2015_tcc_jpoliveira.pdf. Acesso em 10 mai. 2021.

SANTANA, A.; CRUZ, W. C.; SILVA, A. Imposto de renda pessoa física: conceito e princípios. **Revista Eletrônica Organizações e Sociedade**, v. 7, n. 8, p. 103-118, 2018.

SILVA, L. M.; CORREIA, J. J. A.; CRUZ, J. H. N. Perfil dos contribuintes e usuários do programa gerador da declaração do imposto de renda pessoa física (DIRPF): análise junto a pós-graduandos em gestão pública. **RAGC**, v. 7, n. 28, p. 64-78, 2019.

YAMASHITA, Douglas. **Direito Tributário: uma visão sistemática.** São Paulo: Atlas, 2014.

VARIAN, H. R. **Microeconomia: Uma abordagem moderna.** Tradução Regina Célia Simille de Macedo. – 9. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE A DISCIPLINA DE AUDITORIA CONTÁBIL

Jeane Karla Da Silva Constâncio¹

Ítalo Carlos Soares do Nascimento²

Natália Queiroz da Silva Oliveira³

Iriane Teresa de Araújo⁴

Jane Elly Nunes da Costa Lima⁵

RESUMO

A Ciência Contábil, como grande parte das ciências sociais aplicadas, dispõe para seus profissionais formados uma ampla gama de opções para a atuação profissional, dentre as quais destaca-se a auditoria contábil. Neste sentido, o objetivo deste trabalho reside em analisar a percepção dos discentes do curso de Ciências acerca da relevância da disciplina de Auditoria Contábil para a sua formação profissional. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, quali-quantitativa e de levantamento, através de aplicação de questionários aos discentes dos semestres finais do curso de Ciências Contábeis de duas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e uma IES privada, ambas do município de Mossoró-RN, reunindo uma amostra final de 38 respondentes. Os resultados encontrados indicam que os discentes consideram a disciplina de Auditoria Contábil relevante para a sua formação e atuação profissional, bem como percebem a necessidade de maior aprofundamento desta temática durante o curso, especialmente no tocante as normas brasileiras de contabilidade e o planejamento de auditoria, sendo estes os pontos que merecem uma abordagem mais aprofundada no ensino da auditoria, de acordo com a percepção dos discentes. Além disso, os discentes apontam que as práticas pedagógicas mais

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela FCRN. E-mail: jeanekarla07@outlook.com

² Mestre em Administração e controladoria pela UFC. E-mail: italocarlos25@gmail.com

³ Mestre em Administração pela UECE. E-mail: natyqs.queiroz@gmail.com.

⁴ Doutora em Administração pela UNP. E-mail: irianearaujo@hotmail.com.

⁵ Mestre em Administração e Controladoria pela UFC. E-mail: jane_elly@hotmail.com.



utilizadas pelos docentes na disciplina são aulas expositivas, resolução de exercícios e discussões. Por fim, verifica-se que os discentes encontram-se motivados para o estudo da auditoria, entretanto conhecem pouco da área.

Palavras-chave: Auditoria contábil, Percepção discente, Mercado de trabalho.

ABSTRACT

Accounting Science, like a large part of applied social sciences, offers its graduated professionals a wide range of options for professional performance, among which accounting auditing stands out. In this sense, the objective of this work is to analyze the perception of Science course students about the relevance of the Accounting Audit discipline for their professional training. For that, a descriptive, qualitative-quantitative and survey research was developed, through the application of questionnaires to the students of the final semesters of the Accounting Sciences course of two public Higher Education Institutions (HEIs) and a private HEI, both in the municipality. from Mossoró-RN, bringing together a final sample of 38 respondents. The results found indicate that students consider the discipline of Accounting Auditing relevant to their training and professional performance, as well as realizing the need for further deepening of this theme during the course, especially with regard to Brazilian accounting standards and audit planning, these are the points that deserve a deeper approach in the teaching of auditing, according to the students' perception. In addition, students point out that the pedagogical practices most used by teachers in the discipline are lectures, exercise resolution and discussions. Finally, it appears that students are motivated to study the audit, however they know little about the area.

Keywords: Accounting audit, Student perception, Labor market.

1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, o mercado de trabalho ficou cada vez mais competitivo. Nesse contexto, com a ampliação do número de Instituições de Ensino Superior (IES) e o aumento da oferta do curso de Ciências Contábeis, o mercado de trabalho passou a exigir mais dos



profissionais habilitados ao exercício da profissão contábil, para que estes, além de um conhecimento teórico e prático constituído a partir dos estudos da área, dispusessem de atitudes de responsabilidade e de competências para o gerenciamento de conflitos e tomadas de decisões (BIANCHI *et al.*, 2019).

A Ciência Contábil, como grande parte das ciências sociais aplicadas, dispõe para seus profissionais formados uma ampla gama de opções para a atuação profissional, dentre as quais destaca-se a auditoria contábil (HOFF; ALBERTON; CAMARGO, 2017). De acordo com o Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs (2007) a auditoria contábil objetiva verificar se os registros contábeis foram efetuados conforme os Princípios Fundamentais de Contabilidade e, além disso, visa a verificação dos registros contábeis e se estes correspondem à situação econômico-financeira do patrimônio analisado.

É fundamental para as organizações o trabalho de auditoria, pois ajudam na validação e credibilidade nas demonstrações contábeis para a tomada de decisões (MACHADO *et al.*, 2014). Com isso, verifica-se a necessidade de avaliar os cursos e verificar a relevância de suas disciplinas. É preciso preparar auditores qualificados para o mercado brasileiro; para isso é necessário que um profissional adquira conhecimento na escolha de determinada atividade (SILVA *et al.*, 2017).

Neste sentido, foram desenvolvidos estudos sobre o tema, tais como os de Silva *et al.* (2016), Hoff *et al.* (2017), Bianchi *et al.* (2019), os quais, em linhas gerais, buscaram analisar a percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis sobre a disciplina de Auditoria Contábil, destacando em suas pesquisas questões como as motivações acadêmicas para a área de auditoria, práticas pedagógicas adotadas pelos discentes no ensino da disciplina, interesse no mercado de trabalho, dentre outros aspectos, demonstrando assim a relevância deste debate.

Diante disso, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual a percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis acerca da relevância da disciplina de Auditoria Contábil para a sua formação profissional? Neste sentido, o estudo objetiva analisar a percepção dos discentes do curso de Ciências acerca da relevância da disciplina de Auditoria Contábil para a sua formação profissional.

Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, quantitativa e de levantamento, através de aplicação de questionários aos discentes dos semestres finais do curso de Ciências



Contábeis de duas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e uma IES privada, ambas do município de Mossoró-RN.

A relevância desta pesquisa se caracteriza por ser uma área que está em constante ampliação, devido ao grande número de empresas necessitando obter exames periódicos acerca de seu patrimônio, com isso, é preciso discutir sobre esta temática na academia, objetivando que os estudantes estejam cada vez mais preparados para atuarem na área da Auditoria Contábil. Além disso, um estudo sobre este tema pode levar os estudantes do curso de Ciências Contábeis a ampliarem seus horizontes acerca da área de Auditoria Contábil e influenciar estes na escolha desta área de atuação para desenvolver sua carreira.

O trabalho encontra-se estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na sequência, apresenta-se o referencial teórico, que serve de base para nortear o desenvolvimento do instrumento de coleta. A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos para o alcance do objetivo; a quarta seção expõe os achados da pesquisa e, por fim, a última seção apresenta as considerações finais, apontando as contribuições, implicações e limitações do estudo, bem como as sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A contabilidade está sempre em modificações e atualizações constantes, tendo em vista que acompanha os avanços tecnológicos e a economia globalizada e, com isso, surge a necessidade de o profissional se tornar cada vez mais versátil, buscando qualificação para atender as exigências do mercado de trabalho. Neste sentido, o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) é destacado em vista de formar profissionais competentes para os mais diversos campos dentro das Ciências Contábeis, dentre eles o da Auditoria Contábil (SILVA; MARTINS; ROCHA, 2017).

O estudo da Auditoria Contábil no Brasil teve início a partir do Decreto-Lei no 7.988, de 22 de setembro de 1945, que tratava acerca dos cursos de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais. E em seu artigo 3º apontava que o curso de Ciências Contábeis teria dentre suas disciplinas: “Revisão e Perícia Contábil”, que originalmente denominava a Auditoria Contábil (SILVA, 2008).



A perícia e a auditoria são dois campos específicos da Contabilidade que possuem algumas características semelhantes quanto às metodologias, entretanto se diferenciam quanto ao objetivo do trabalho. De acordo com Sá (2011, p.17), estes dois campos se diferem com relação à “natureza das causas e efeitos, de espaço e de tempo”. Ao passo que a perícia apresenta resultados positivos que se adequem a uma época ou a uma necessidade específicas, a auditoria é necessária constantemente, atingindo um maior número de interessados.

Por fim, a auditoria surge como um instrumento importante de gestão para as organizações, pois quando bem executada, permite detectar problemas e falhas na tomada de decisões. Tem como objetivo compreender um espaço mais amplo e ocorre constantemente, enquanto a perícia é mais específica e ocorre eventualmente, produzindo prova a partir da análise do espaço por inteiro (CARDOSO, 2017).

Atualmente, a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, traz um rol de elementos que o referido curso deve oferecer aos seus alunos para que estes sejam capacitados, dentre eles, que o profissional seja capaz de apresentar domínio “das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas” (BRASIL, 2004).

Além disso, o referido documento estabelece que o curso de bacharelado em Ciências Contábeis deverá contemplar, em seu projeto pedagógico e em sua organização curricular, conteúdos que despertem nos alunos o conhecimento do contexto atual econômico e financeiro, nacional e internacional, de modo que estes conhecimentos possam possibilitar um equilíbrio entre as normas e padrões internacionais de contabilidade. E neste sentido, postula que é necessário que haja conteúdos de formação profissional específicos que incluam as atividades atuariais de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, sejam aplicadas ao setor público ou privado (BRASIL, 2004).

O projeto pedagógico precisa ser sempre consultado e analisado pela comunidade acadêmica (discentes, docentes, técnicos administrativos), com o intuito de perceber novas possibilidades para o currículo do curso, já que as pesquisas na área de contabilidade são



recorrentes, e precisa ser crítico-reflexivo que acompanha as evoluções da área, para assim melhorar o processo de ensino-aprendizagem dos futuros profissionais de contabilidade (MACHADO; GUERRA; MACHADO, 2014).

Com relação ao ensino de Auditoria, Silva (2008) aponta que a universidade é uma instituição que visa a formação de futuros profissionais capacitados para o mercado de trabalho, e que esta não é uma função fácil, mas que é realidade, de acordo com as orientações técnicas e científicas que orientam o caminho da profissão. Assim, acompanhar as mudanças que ocorrem no contexto de atuação profissional, é indispensável durante a elaboração do currículo do curso, objetivando formar profissionais atualizados e preparados conforme as exigências do mercado e que estejam preparados para acompanhar qualquer mudança no cenário.

2.1 AUDITORIA CONTÁBIL: AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA INDEPENDENTE

A auditoria das Demonstrações Contábeis surgiu através da necessidade de se garantir a veracidade das informações resultantes dos registros contábeis. O estudo da origem e evolução da auditoria é poder estudar a evolução da própria contabilidade (RIBEIRO; COELHO, 2018).

Ao analisar o contexto evolutivo da auditoria, Barreto e Graeff (2012, p. 23), afirmam que “a auditoria das demonstrações contábeis, nasceu através da necessidade do capitalismo em ter informações de confiabilidade”. Algumas singularidades para o surgimento da auditoria são apresentadas no trabalho dos autores citados. Inicialmente, as organizações eram fundadas por familiares e fechadas a recursos de terceiros, e com o decorrer dos anos e com a demanda de capital crescente tais recursos passaram a ser captados de fontes externas, como bancos, credores e investidores.

A princípio, as organizações passaram a publicar suas Demonstrações Contábeis com intuito de fornecer as informações para os usuários da contabilidade sobre a sua real situação financeira e econômica. Destacando a magnitude que tais demonstrações e os profissionais da área passaram a ter diante dos investidores.

A necessidade dos investidores em ter confiabilidade nas Demonstrações Contábeis apresentadas pelos empresários, a auditoria assume um papel de grande importância com relação a fidedignidade entre as partes envolvidas, sendo assim um alvo de constante



transformação para que assim a informação para o usuário se mantenha íntegra e com qualidade (BARRETO; GRAEFF, 2012).

A auditoria interna em sua essência tende a avaliar e acompanhar os procedimentos internos adotados pelas organizações, tais procedimentos têm como intenção proteger o patrimônio da organização e assim promover a segurança das informações e tempestividade dos registros (CREPALDI, 2017).

A NBC TI 01 afirma que a essência da auditoria interna é avaliar os procedimentos da empresa e assegurar o seu patrimônio. O Conselho Federal de Contabilidade expõe também que a auditoria interna consiste em pontos de verificação dos processos. O trabalho de auditoria interna é de grande importância para os usuários da contabilidade, assim examinando melhor a importância do assunto, Barreto e Graeff (2013, p. 23), indica o objetivo da auditoria interna: “auxiliar a administração de suas funções e responsabilidade, fornecendo-lhes análises, avaliações, apreciações e recomendações”.

Tendo em vista os procedimentos internos das entidades, a auditoria interna consiste em assegurar que os processos internos de informação estão adequados às respectivas funções e riscos, além de salvaguardar todo o patrimônio da entidade.

Por sua vez, a auditoria externa tem como foco analisar as demonstrações contábeis de determinada entidade, e tem como principal diferença da auditoria interna a não subordinação ou não vínculo do auditor com a empresa auditada, com o objetivo em trazer uma opinião independente e que os trabalhos de auditoria externa são mais constantes e abrangem diferentes áreas relacionadas à contabilidade (BARRETO; GRAEFF, 2013).

Pode-se considerar que a auditoria independente é o usuário externo da informação contábil analisando sua integridade e confiabilidade, de uma forma como todo. O Conselho Federal de Contabilidade determina o objetivo da auditoria por meio da NBC TA 200 (R1). Ressaltando o trabalho da auditoria externa, Barreto e Graeff (2013), traem que o principal foco dos auditores independentes é usuário externo, como governo, acionista, bancos e investidores. Ao expor sua opinião sobre as demonstrações contábeis da entidade, o auditor aumenta o grau de confiança por parte dos usuários.

2.2 ENSINO DA AUDITORIA CONTÁBIL



Em virtude de escândalos corporativos ao longo dos anos na história da auditoria contábil ocorreram algumas modificações, assim surgiram novos padrões de contabilidade e auditoria e com isso a crescente exigência do mercado de trabalho, criando assim um desafio aos docentes e às instituições de ensino (IE) quanto ao desenvolvimento dos currículos que contribuíssem de alguma forma na construção intelectual dos discentes do curso de Ciências Contábeis, afim de que fossem preparados para serem profissionais de sucesso no ramo da auditoria (ARMITAGE; POYZER, 2010).

Madeira (2001) enfatiza que em diversos países existe um esforço crescente para a ampliação da relação entre o ensino e o mercado, de forma que se tenha maior integração entre pesquisa, extensão e ensino. E a necessidade de melhorias no processo de aprendizagem de auditoria no curso de Ciências Contábeis, uma vez que os discentes vêm se mostrando despreparados para atuar junto ao mercado de trabalho.

Tal suficiência, quando o discente se insere no mercado, reduziria o risco de inadequação de emissão de opinião relacionada as demonstrações contábeis examinada, bem como o entendimento das complexidades das relações com as organizações e a escolha e utilização das metodologias corretas na realização das suas atribuições (RICARDINHO, 2002).

O trabalho em conjunto, por parte dos pesquisadores e profissionais da auditoria mostra-se indispensável, de modo que sejam aliados o conhecimento relacionado a capacidade teórica junto da vivência a prática da profissão para os avanços no ensino da auditoria e o desenvolvimento do conhecimento na prática (HUMPHREY, 2008).

Hoff *et al.* (2017) afirmam que o procedimento considerado pelos auditores profissionais como o mais adequado para o ensino da área envolve aulas expositivas, estudos de caso, resolução de exercícios e seminários. Tal estudo também defende a união das metodologias citadas como abordagem adotada para desenvolvimento das aulas. Entretanto, os autores notaram que uma considerável parcela desses métodos faz tão somente o uso de aulas expositivas como abordagem para o processo do ensino da aprendizagem na auditoria.

A importância dos docentes no ensino dos futuros profissionais de auditoria deve fazer uma reflexão sobre o planejamento de suas aulas, para que assim tenham práticas pedagógicas ativas, tais como seminários, debates e questionamentos que envolvam seus alunos e não



transfiram apenas a responsabilidade apenas aos discentes de submeterem um determinado tema em sala de aula (SILVA; BRUNI, 2017).

As visões dos pesquisadores em compreender a prática da auditoria e a influência praticada pelos órgãos reguladores acabam se tornando mais proveitosas para os alunos, tendo em vista que a brecha que existe na metodologia de aprendizado seja exclusivamente na forma teórica. O fato de se existir um grande espaço entre a prática profissional de auditoria e a área científica faz com que seja plausível a falta de conhecimento na área, tornando-a assim pouco explorada (HUMPHREY, 2008).

A influência sobre currículos acadêmicos e conteúdos programáticos que são necessários para o mercado de trabalho se torna um grande desafio nos cursos de Ciências Contábeis (HOFF *et al.*, 2017). Madeira (2001) defende que as Instituições de Ensino (IE) devem preparar profissionais de contabilidade para que estejam prontos para se inserir no mercado de trabalho, oferecendo assim currículos que atendam às exigências do mercado e seu contexto atual. De acordo com Armitage e Poyzer (2010), a maior responsabilidade na atualização do currículo vem dos professores, pois devem estar atentas as mudanças que ocorrem na profissão e acrescentá-las nos conteúdos programados que vão ser ministrados em suas aulas.

3 METODOLOGIA

A pesquisa tem como objetivo analisar a percepção dos discentes do curso de Ciências acerca da relevância da disciplina de Auditoria Contábil para a sua formação profissional. Desta forma, quanto aos seus objetivos, classifica-se como descritiva. Quanto à natureza, trata-se do tipo quali-quantitativa. Quanto aos procedimentos, trata-se de um levantamento do tipo *survey*, através de aplicação de questionários.

O universo da pesquisa reúne os discentes dos semestres finais do curso de Ciências Contábeis de duas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e uma IES privada do município de Mossoró-RN, reunindo uma amostra final de 38 respondentes, que representa os discentes que se dispuseram a responder o instrumento de pesquisa (questionário). Foram



selecionados apenas os discentes dos semestres finais (sétimo, oitavo e nono semestres), pelo fato de os discentes já terem cursado ou estarem cursando a disciplina Auditoria Contábil.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário com questões fechadas e de múltipla escolha, tomando-se como base a pesquisa de Bianchi *et al.* (2019). A primeira parte do questionário apresenta questões sobre o perfil dos participantes; a segunda parte busca a percepção sobre o ensino da auditoria; e a terceira, discute acerca do ensino da auditoria e sua preparação para o mercado de trabalho. Adicionalmente, foi incluída uma questão aberta com o intuito de identificar, sob a ótica dos discentes, quais são as características necessárias para o auditor no contexto atual. O questionário foi aplicado de forma eletrônica, através da ferramenta *Google Forms* e a seleção da amostra se deu pela acessibilidade e conveniência dos pesquisadores. O questionário foi aplicado entre os meses de março e abril de 2021.

Para análise e tratamento dos dados, recorreu-se ao uso de técnicas da estatística descritiva, com indicação de frequências (percentagem), médias, desvios-padrão e variância. Utilizou-se a ferramenta do *Google Forms*, para auxílio na coleta dos dados, os quais são apresentados por meio de tabelas dos programas *Microsoft Word* e *Excel* (Versão *Windows* 2010), e foram analisados no programa *Statistical Package for the Social Sciences - SPSS®* - versão 22, permitindo assim realizar a tabulação e análise dos dados coletados através do instrumento de pesquisa.

Para a questão aberta, utilizou-se a análise de conteúdo, que consiste em um método utilizado para analisar cada expressão de indivíduo ou de um grupo (BARDIN, 2011). Para isto, contou-se com a ferramenta do software ATLAS.ti®, que possibilitou, por meio da ferramenta “Nuvem de palavras”, identificar as palavras-chave mais citadas durante os discursos dos participantes acerca da questão aberta (características necessárias para o auditor no contexto atual).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizada a aplicação do instrumento de pesquisa, foi efetuada análise da percepção dos discentes sobre o ensino de auditoria no curso de ciências contábeis. No primeiro tópico, apresenta-se o perfil dos respondentes; o segundo discute a percepção sobre o ensino da



auditoria; e o terceiro, expõe os achados acerca do ensino de auditoria e preparação para o mercado de trabalho.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Inicialmente, apresenta-se o perfil dos respondentes da pesquisa, indicando o gênero, a faixa etária, o semestre cursado, dentre outras, bem como as informações do curso e se exercem atividades profissionais. Assim, por meio da Tabela 1, pode-se traçar a caracterização da amostra do estudo, demonstrando o perfil dos respondentes, que é composto em sua maioria por discentes do gênero feminino (65,8%), com faixa etária jovem, tendo em vista que a maioria concentra-se entre 21 a 25 anos de idade (44,7%). Vale salientar que a maioria 52,6% dos respondentes (52,6%) está cursando o sétimo semestre do curso Ciências Contábeis nas IES de Mossoró-RN. Tais resultados estão alinhados ao estudo de Silva *et al.* (2016).

Ao serem questionados se estavam trabalhando no momento, verificou-se que 81,6% encontra-se em atividade no mercado de trabalho, entretanto apenas 10,5% destes exerceram ou exercem as atividades de auditoria, demonstrando assim que os discentes da graduação ainda possuem pouca vivência prática de auditoria, corroborando estudos anteriores, tais como os de Silva *et al.* (2016) e Bianchi *et al.* (2019).

Tabela 1 – Perfil dos respondentes

Categorias	Subcategorias	Frequência	(%)
Gênero	Masculino	13	34,2
	Feminino	25	65,8
Faixa Etária	18 a 20 anos	1	2,6
	21 a 25 anos	17	44,7
	26 a 30 anos	10	26,3
	31 a 35 anos	2	5,3
	36 a 40 anos	4	10,5
	41 a 50 anos	2	5,3
	Acima de 50 anos	2	5,3
	Semestre que efetivamente está no curso (maior número de disciplinas)	Sétimo semestre	20
Oitavo semestre		9	23,7
Nono semestre		9	23,7
	Sim	31	81,6



Trabalha atualmente?	Não	7	18,4
Exerce ou já exerceu atividade em auditoria?	Sim	4	10,5
	Não	34	89,5
Se SIM”, pretende continuar nas atividades de auditoria?	Sim	3	7,9
	Não	35	92,1

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ainda caracterizando-se o perfil dos respondentes, no que se referente ao mercado de trabalho e a atuação profissional, questionou-se sobre a principal pretensão de atuação profissional, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Pretensão de atuação profissional

Pretensão de atuação profissional	Frequência	(%)
Escritório de contabilidade	14	36,8
Área pública	11	28,9
Auditoria contábil	3	7,9
Perícia contábil	3	7,9
Docência	3	7,9
Outros	4	10,6

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme Tabela 2, verifica-se que a pretensão profissional mais escolhida pelos discentes é a opção “escritório de contabilidade” (36,8%), seguida da categoria “área pública” (28,9%) e da opção “outros” (10,6%), estando as opções “auditoria contábil, perícia contábil e docência” na quarta posição, ambos com 7,9%. Chama a atenção o desejo dos respondentes de atuarem em escritório de contabilidade, indo ao aposto dos resultados encontrados em Bianchi *et al.* (2019), em que os discentes, em sua maioria, pretendem atuar na área pública.

Por fim, concluindo-se a caracterização da amostra, questionou-se sobre o interesse em continuação dos estudos após a conclusão do curso de Ciências Contábeis. As respostas encontram-se evidenciadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Interesse em continuação dos estudos após a conclusão do curso

Opções de estudo	Frequência	(%)
Especialização	15	39,5
Mestrado	3	7,9
Especialização e Mestrado	8	21,1
Doutorado	3	7,9



Não tenho interesse	9	23,7
---------------------	---	------

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Como a Tabela 3, os discentes da amostra pretendem, em sua maioria, continuar os estudos através de um curso de especialização (39,5%). Outros, pretendem cursar especialização e também mestrado (21,1%). Esse resultado assemelha-se aos achados de Bianchi *et al.* (2019), que em sua pesquisa demonstrou que os discentes desejam cursar especialização após a conclusão do curso. Destaque-se ainda que 23,7% não possuem interesse em continuar os estudos, um número consideravelmente elevado, que demonstra a falta de interesse dos discentes na busca por atualização e aperfeiçoamento, tendo em vista que diante das demandas do mercado, hoje é imprescindível a realização de outras formações, além da graduação.

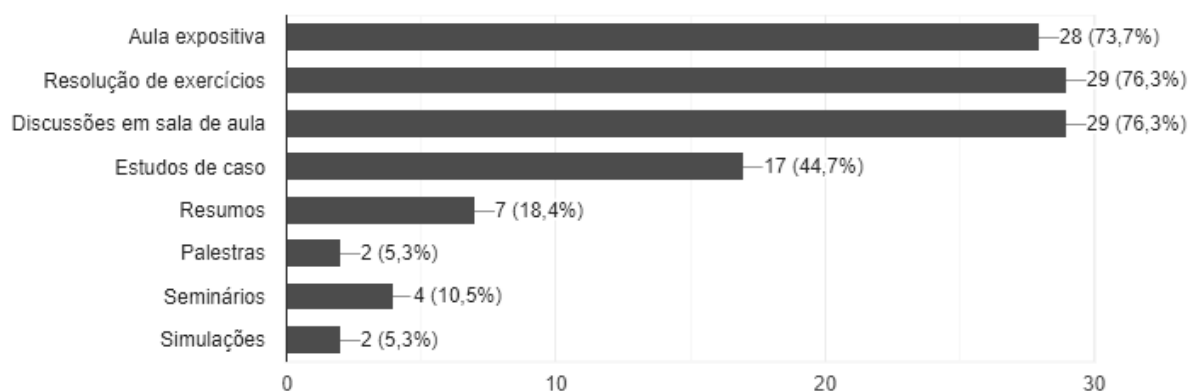
4.2 PERCEPÇÃO SOBRE O ENSINO DA AUDITORIA

Esta subseção foi delineada com o propósito de apresentar a percepção dos discentes sobre o ensino da auditoria, demonstrando a opinião destes quanto ao conteúdo abordado na disciplina, práticas pedagógicas adotadas pelos docentes e relevância da disciplina para sua formação profissional.

Inicialmente, na Figura 1 apresentam-se as práticas pedagógicas realizadas nas aulas de auditoria, sendo que, para esta questão, cada respondente poderia responder no mínimo 3 opções diferentes de práticas pedagógicas ministradas pelos professores na disciplina de auditoria, identificando-se que as práticas pedagógicas mais adotadas pelos professores foram a “resolução de exercícios”, as “discussões em sala de aula”, ambas com 76,3% e as “aulas expositivas” com 73,7%. Tais resultados estão alinhados aos achados de Bianchi *et al.* (2019) em que os discentes também assinalaram como práticas pedagógicas mais adotadas as aulas expositivas, a resolução de exercícios e as discussões em sala de aula.



Figura 1 – Práticas pedagógicas adotadas em auditoria



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Hoff *et al.* (2019) afirmam, em seu estudo, que o procedimento considerado pelos auditores profissionais como o mais adequado para o ensino da área envolve as aulas expositivas, a utilização de estudos de caso, a resolução de exercícios e também os seminários temáticos. Tal estudo sugere ainda a junção destas metodologias, proporcionando assim uma vivência mais ampla aos discentes.

Neste sentido, na Tabela 4, buscou-se identificar a percepção dos discentes quanto ao grau de importância em pontos que merecem uma abordagem mais aprofundada no ensino da auditoria. Para esta questão, os discentes responderam em uma escala *likert* de 5 pontos, sendo 1 para discordo totalmente e 5 para concordo totalmente.

Tabela 4 – Grau de importância em pontos para abordagem mais aprofundada no ensino da auditoria

Grau de importância	Média	Desvio-padrão	Variância
Normas Brasileiras de Contabilidade	4,57	0,72	0,52
Prática na detecção de fraudes	4,44	0,76	0,57
Planejamento de auditoria	4,52	0,72	0,52
Execução dos trabalhos de auditoria	4,42	0,75	0,57
Legislação aplicável à Auditoria Contábil	4,44	0,68	0,47
Código de Processo Civil	4,09	0,91	0,83
Aspectos históricos e conceituais	3,86	0,93	0,87

Fonte: Dados da pesquisa (2021).



Conforme Tabela 4, os pontos para abordagem mais aprofundada no ensino da auditoria, de acordo com as médias da percepção dos discentes são: Normas Brasileiras de Contabilidade (4,57); Planejamento de auditoria (4,52); e Prática na detecção de fraudes e Legislação aplicável à Auditoria Contábil, ambas com 4,44. Ressalte-se que a menor média foi para o item “Aspectos históricos e conceituais”, demonstrando que os discentes não possuem interesse neste conteúdo. A indicação do desvio-padrão e variância também sinalizam que estas variáveis foram as que apresentaram uma menor dispersão de dados. Tais resultados estão alinhados aos achados de Bianchi *et al.* (2019), que evidenciaram em sua pesquisa os mesmos pontos elucidados neste trabalho.

Diante disso, questionou-se ao discentes quanto à relevância da auditoria em formação acadêmica, indagando-se se a formação é muito relevante, pouco relevante ou não é relevante, conforme Tabela 5.

Tabela 5 – Relevância da auditoria na formação acadêmica dos discentes

Grau de relevância	Frequência	(%)
Muito relevante para qualificar-me como um profissional bem capacitado	22	57,9
Muito relevante, pois trabalho / pretendo trabalhar na área de auditoria	3	7,9
Pouco relevante, apenas para complementar conhecimento geral	12	31,6
Não é relevante, pois não atuarei na área de auditoria	1	2,6
Não é relevante, pois não atuarei na área contábil	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme a Tabela 5, 22 discentes, que representa 57,9% dos respondentes citaram “auditoria como muito relevante para qualificar me como um profissional bem capacitado”; destaca-se ainda a opção “pouco relevante, apenas para complementar conhecimento geral” (31,6%); e “não relevante, pois não atuarei na área contábil” foi a menos citada com (2,6%).

Na pesquisa de Bianchi *et al.* (2019), a maioria dos respondentes citaram a auditoria como “muito relevante para qualificar-me como um profissional capacitado” e a opção “não é relevante, pois não atuarei na área contábil” foi a menos citada, corroborando os achados desta pesquisa.



Neste sentido, dando-se continuidade, indagou-se quanto conteúdo da disciplina de auditoria como sendo suficiente para o entendimento da matéria. Os achados são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 – Conteúdo suficiente para o entendimento da disciplina auditoria

Suficiência do conteúdo para entendimento da disciplina	Frequência	(%)
Sim, considero o conteúdo do curso plenamente satisfatório	5	13,2
Sim, mas para um entendimento básico da matéria	22	57,9
Considero insuficiente e gostaria de ter mais conteúdo desta matéria	10	26,3
Considero insuficiente, mas não gostaria de ter mais conteúdo desta matéria	1	2,6

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme a Tabela 6, para 57,9% dos respondentes, o conteúdo adquirido na disciplina auditoria é suficiente apenas para o entendimento básico da matéria. Já 26,3% dos discentes entendem que o conteúdo é insuficiente e gostaria de ter mais assuntos de auditoria. No estudo de Bianchi *et al.* (2019) para a maioria dos respondentes o conteúdo adquirido na disciplina auditoria será suficiente apenas para um entendimento básico da matéria, corroborando os achados desta pesquisa.

Neste sentido, Machado, Guerra e Machado (2014) orientam que o projeto pedagógico precisa ser sempre consultado e analisado pela comunidade acadêmica, incluindo discentes, docentes e técnicos administrativos, com o intuito de perceber novas possibilidades para o currículo do curso, tendo em vista que as pesquisas na área de contabilidade precisam ser crítico-reflexivas.

4.3 ENSINO DA AUDITORIA E SUA PREPARAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO

Esta subseção foi delineada no intuito de identificar a percepção dos discentes acerca do ensino da auditoria e sua preparação para o mercado de trabalho. Inicialmente, na Tabela 7, apresenta-se a percepção dos discentes quanto ao conteúdo suficiente para desempenho da função no mercado de trabalho.

Tabela 7 – Conteúdo suficiente para desempenho da função no mercado de trabalho

	Frequência	(%)
Sim, acredito que seja mais do que suficiente para o mercado de trabalho	3	7,9
Sim, acredito que seja o esperado para o mercado de trabalho	10	26,3
Considero insuficiente e me preocupo com o mercado de trabalho	23	60,5
Considero insuficiente, mas não me preocupo com o mercado de trabalho	1	2,6
Não sei / prefiro não opinar	1	2,6

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme Tabela 7, os resultados apontam que 60,5% dos discentes concordam que o conteúdo da disciplina de auditoria é insuficiente para desempenhar a função e se preocupam com o mercado de trabalho. Outra parcela (26,3%), entende que seja o esperado para o mercado de trabalho, enquanto somente 7,9% aprova mais do que suficiente. Ambos com 2,6%, consideram insuficiente, mas não se preocupa com o mercado de trabalho, ou não sabe e nem prefere opinar. Na pesquisa de Bianchi *et al.* (2019) também demonstrou-se que a maioria dos discentes acreditam que o conteúdo de auditoria é insuficiente para desempenhar a função e se preocupam com o mercado de trabalho, corroborando os achados deste estudo.

Nesta expectativa, Silva e Bruni (2017) mencionam o papel dos professores no ensino dos futuros profissionais contábeis. Para esses autores, os docentes devem refletir, desde o planejamento de suas aulas, para que as práticas pedagógicas sejam ativas, com a utilização de metodologias como seminários, que envolvam os alunos com debates e questionamentos, e não apenas transfiram a responsabilidade aos discentes de explorem um determinado tema/assunto em aula.

Diante disso, buscou-se investigar sobre as motivações que levam os discentes a estudar a auditoria contábil. Os resultados encontram-se evidenciados na Tabela 8, verificando-se que as opções com maior indicação, ambas com 18,4%, demonstram que a motivação para estudar auditoria foi “saber o indispensável para o bom desempenho da profissão” e “relacionar teoria com a prática contábil, visando exigências de mercado”. Destaque-se ainda que 15,8% dos discentes desejam apenas ser aprovados na disciplina de auditoria e apenas 1% não tem qualquer motivação para estudar sobre auditoria.

Tabela 8 – Motivação para estudar sobre auditoria

O que te motiva/motivou a estudar sobre auditoria	Frequência	(%)
1 - Dominar o conteúdo sobre a prática contábil em relação à legislação e normas	4	10,5



2 - Saber o indispensável para o bom desempenho da profissão	7	18,4
3 - Relacionar teoria com a prática contábil, visando exigências de mercado	7	18,4
4 - Ser aprovado nas disciplinas	6	15,8
5 - Não tenho motivação para estudar sobre auditoria	1	2,6
Opções 2 e 3	5	13,2
Opções 3 e 4	3	7,9
Opções 1, 2 e 3	5	13,2

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No estudo de Bianchi *et al.* (2019) o fator mais apontado como de motivação para estudar auditoria, foi “saber o indispensável para o bom desempenho da profissão”, seguido de “relacionar teoria com a prática contábil, visando exigências de mercado”, corroborando os achados desta pesquisa.

Na sequência, buscou-se também identificar as desmotivações para estudar sobre a auditoria. Os resultados são expostos na Tabela 9, demonstrando que a maioria dos discentes (50%) não possui razões que desmotivem para estudar este assunto. Ademais, 21,1% dos discentes apontam que a complexidade da legislação e demais normas que os desmotivam, como também a existência de áreas mais rentáveis para investir tempo de estudo, com 15,8%.

Tabela 9 – Desmotivação para estudar sobre auditoria

O que te desmotiva/desmotivou a estudar sobre auditoria?	Frequência	(%)
Não tenho razões que me desmotivem a estudar este assunto	19	50,0
A complexidade da legislação e demais normas me desmotivam	8	21,1
Acredito que tenham áreas mais rentáveis para investir meu tempo de estudo	6	15,8
A falta de apoio do professor ou de um profissional com experiência na área	2	5,3
A forma como a auditoria é apresentada no curso me desmotiva	3	7,9

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Estes achados encontram-se alinhados a pesquisa de Bianchi *et al.* (2019), que em relação aos fatores que desmotivam o estudo da auditoria, os discentes, em sua maior parte, sinalizaram que não possuem razões para tal. Por fim, buscou-se obter a opinião sobre o mercado de trabalho em auditoria contábil, conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Opinião sobre o mercado de trabalho em auditoria contábil

Opinião sobre o mercado de trabalho em Auditoria Contábil	Frequência	(%)
Conheço a área de Auditoria e me sinto preparado para trabalhar como auditor	4	10,5
Julgo que seria interessante, mas conheço pouco da área	26	68,4



Não tenho interesse e conheço pouco da área	6	15,8
Não conheço a área	2	5,3

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme Tabela 10, identificou-se que 68,4% dos respondentes acreditam ser um mercado interessante, porém consideram que conhecem pouco da área. Com um resultado de 15,8%, os discentes consideraram que não têm interesse e conhecem pouco da área. Além disso, 10,5% sinalizam que conhecem a área de auditoria e sentem-se preparados para trabalhar como auditor e apenas 5,3% dos discentes afirmam não conhecer a área.

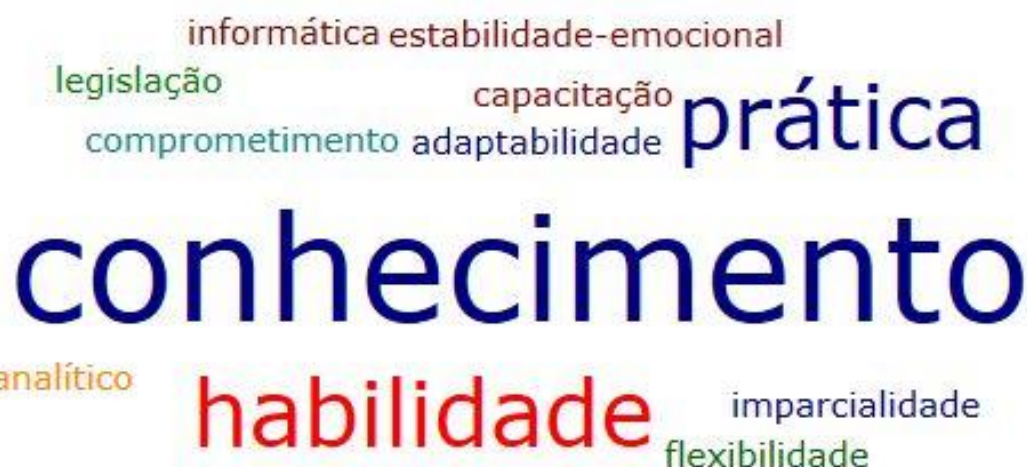
Semelhantemente, na pesquisa de Bianchi *et al.* (2019) constatou-se que a maioria dos respondentes julgaram ser um mercado interessante, porém consideram que conhecem pouco da área. Desta forma, em linhas gerais, verifica-se uma necessidade de maior aprofundamento do ensino de auditoria nos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

Adicionalmente, através de uma questão aberta proposta no questionário, indagou-se aos discentes sobre as características necessárias para o auditor no contexto atual. Para realizar esse processo, contou-se com a ferramenta do *software* Atlas.ti®, “nuvem de palavras”, para visualizar as palavras-chave mais citadas pelos discentes.

Para tanto, as palavras-chave foram codificadas isoladamente (uma a uma) e a escolha se deu pelas palavras que representavam uma síntese das principais ideias das respostas dos discentes. Assim, gerou-se a nuvem de palavras, composta pelas principais palavras-chave dos relatos dos participantes da pesquisa, conforme Figura 2, verificando-se que as palavras que mais se destacam são: conhecimento, habilidade e prática.

Cabe ressaltar que as palavras flexibilidade, comprometimento, estabilidade emocional e perfil analítico também tiveram destaque, demonstrando assim que, de acordo com a percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis, estas são as características mais requisitadas para o auditor no contexto atual.

Figura 2 – Nuvem de palavras acerca das características necessárias para o auditor no contexto atual



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em linhas gerais, os resultados encontrados nesta pesquisa indicam que os discentes consideram a disciplina de Auditoria Contábil relevante para a sua formação e atuação profissional, bem como percebem a necessidade de maior aprofundamento desta temática durante o curso, especialmente no tocante as normas brasileiras de contabilidade e o planejamento de auditoria, sendo estes os pontos que merecem uma abordagem mais aprofundada no ensino da auditoria. Além disso, os discentes apontam que as práticas pedagógicas mais utilizadas pelos docentes na disciplina são aulas expositivas, resolução de exercícios e discussões. Por fim, verifica-se que os discentes encontram-se motivados para o estudo da auditoria, entretanto conhecem pouco da área.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar a percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis acerca da relevância da disciplina de Auditoria Contábil para a sua formação profissional. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, quantitativa e de levantamento, através de aplicação de questionários aos discentes dos semestres finais do curso de Ciências Contábeis de duas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e uma IES privada, ambas do município de Mossoró-RN.



Quanto ao perfil dos respondentes, constatou-se que a maioria são do gênero feminino, em que maior parte é composta por jovens com idade entre 21 a 25. Verificou-se ainda que a maioria dos discentes no momento atuam no mercado de trabalho, porém só 10,5% exercem ou exerceram atividades de auditoria. Sobre a pretensão de atuação profissional, os discentes almejam atuar em escritório de contabilidade e na área pública. Além disso, ao serem questionados pelo interesse em continuação após conclusão do curso, 39,5% desejam cursar uma especialização e 23,7% não possui interesse em continuar os estudos.

Efetivamente as práticas pedagógicas mais adotadas pelos docentes foram a resolução de exercícios e discussões em sala de aula, ambas com 73,3%, e a sua percepção quanto a importância de um ponto para abordagem mais aprofundada no ensino de auditoria, destacam-se como mais importantes as Normas Brasileiras de contabilidade, planejamento de auditoria e prática na detecção de fraudes e legislação aplicável a auditoria contábil.

Os resultados encontrados indicam que os discentes consideram a disciplina de Auditoria Contábil relevante para a sua formação e atuação profissional, bem como percebem a necessidade de maior aprofundamento desta temática durante o curso. Por fim, verifica-se que os discentes encontram-se motivados para o estudo da auditoria, entretanto conhecem pouco da área.

Desta forma, essa pesquisa proporcionou a verificação da percepção dos alunos acerca da disciplina de Auditoria Contábil, identificando incompatibilidade do método de ensino administrado dentro da sala de aula, possibilitando alto conhecimento de alta avaliação adequadas para as melhorias dos demais discentes. O estudo identificou que os respondentes, consideram insuficiente e se preocupa com o mercado de trabalho e visam que esse mercado possa lhe oferecer mais oportunidade, para uma carreira de sucesso tanto na docência como mercado de trabalho.

Dente do cenário em que se vive (contexto pandêmico), a pesquisa não teve uma grande quantidade de respondentes, por ter sido *on-line*, impossibilitando um maior alcance de discentes. Desta forma, a pesquisa apresenta como limitação o tamanho reduzido de sua amostra e, como sugestões para futuras pesquisas, recomenda-se sua ampliação, permitindo-se realizar tratamento estatístico mais robusto.



REFERÊNCIAS

- ARMITAGE, J.; POYZER, J. K. Academics' and practitioners' views on the importance of the topical content in the first auditing course. **American Journal of Business Education**, v. 3, n. 1, 71-82, 2010.
- BARRETO, Davi; GRAEFF, Fernando. **Auditoria**. 3. ed. São Paulo: Método, 2013.
- BIANCHI, M. *et al.* Percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis e da Especialização em Perícia e Auditoria acerca do ensino e do mercado de trabalho em Auditoria. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 11, n. 2, p. 266-285, 2019.
- CARDOSO, A. B. S.. AUDITORIA CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PARA AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS. **Auditoria Contábil**, p. 1-15, 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **NBC TA 200**. 2016. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200(R1)). Acesso em: 30 nov. 2020
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **NBC TI 01**. 2013. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Auditoria_Interna.pdf/. Acesso em: 30 nov. 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES 10**, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf Acesso em: 14 out 2020
- HOFF, J.; ALBERTON, L.; CAMARGO, R. de C. C. P.. A Visão da Academia e do Mercado de Trabalho sobre o Ensino da Auditoria. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 11, n. 1, p. 52-68, 2017.
- HUMPHREY, C. Auditing research: a review across the disciplinary divide. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 21, n. 2, p. 170-203, 2008.
- MACHADO, L. de S. *et al.* FORMAÇÃO DO AUDITOR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NAS FIRMAS DE AUDITORIA. **AUDITOR**, [s. l.], p. 1-17, 2014.
- MADEIRA, C. A. **Avaliação do ensino de auditoria nos cursos de graduação em Ciências Contábeis: uma pesquisa exploratória**. Dissertação de Mestrado em Controladoria Contabilidade Estratégica, Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2001.



RIBEIRO, M. O. COELHO, Juliana Moura Ribeiro. **Auditoria**. 3a ed Saraiva. São Paulo. 2018.

RICARDINO, A. A. **Auditoria**: ensino acadêmico X treinamento profissional. Tese de Doutorado em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SÁ, A. L. de. **Perícia Contábil**. 10. ed. Editora Atlas, 2011.

SILVA, A. P. A. **Percepção dos profissionais de auditoria quanto ao ensino de auditoria contábil nos cursos de graduação em ciências contábeis do Brasil**. 102f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Universidade de Brasília/UFPB/UFPE/UFRN, Brasília, DF, Brasil, 2008.

SILVA, M. C.; MARTINS, V. F.; ROCHA, V. A. A profissão de Auditor: Como está a motivação dos discentes de ciências contábeis para seguir esta carreira? **RAGC**, v. 4, n. 17, p.154-174, 2017.





PERCEPÇÃO DOS DISCENTES SOBRE A CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS IES PÚBLICAS DE MOSSORÓ/RN

Renata Saldanha¹

Camilla Saionara Silva Santos²

Ítalo Carlos Soares do Nascimento³

Geison Calyo Varela de Melo⁴

Caritsa Scartaty Moreira⁵

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a percepção dos discentes sobre a Contabilidade do Terceiro Setor nos cursos de Ciências Contábeis das IES públicas de Mossoró/RN. A metodologia da presente pesquisa baseia-se numa pesquisa descritiva, exploratória e quantitativa, por meio de um questionário com perguntas fechadas e abertas aplicado a 298 discentes do curso de Ciências Contábeis das IES públicas de Mossoró/RN. Através da estatística descritiva, constatou-se que há percepções diferentes entre os discentes da UFERSA e da UERN quanto às seguintes questões: (i) normas brasileiras de contabilidade e (ii) código de processo civil, o que também foi ratificado através da aplicação do Teste de diferenças entre médias T de *Student*. Através da Análise de Correspondência Múltipla, constatou-se uma associação positiva entre o gênero, a universidade e a aptidão dos discentes no Terceiro Setor, demonstrando-se que os discentes da UFERSA, por terem a disciplina como obrigatória em sua grade curricular, sentem-se mais preparados, assim como discentes do gênero feminino também se sentem mais seguras no tocante ao Terceiro Setor. Com essa pesquisa, espera-se contribuir com a formação dos discentes, que trarão retornos para a sociedade e auxiliar no

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela UFERSA. E-mail: renattasaldanha@hotmail.com.

² Graduanda em Ciências Contábeis pela FCRN. E-mail: camillaSaionara@gmail.com.

³ Mestre em Administração e Controladoria pela UFC. E-mail: italocarlos25@gmail.com.

⁴ Mestre em Administração e Controladoria pela UFC. E-mail: geisoncalyo@hotmail.com.

⁵ Mestra em Ciências Contábeis pela UFRN. E-mail: caristascarlaty@gmail.com.



desenvolvimento destas entidades, além de incrementar-se aos estudos e discussões existentes na área, que ainda encontram-se escassos.

Palavras-chaves: Discentes, Terceiro Setor, Contabilidade.

ABSTRACT

This research aims to analyze the perception of students about Third Sector Accounting in Accounting courses at public HEIs in Mossoró/RN. The methodology of this research is based on a descriptive, exploratory and quantitative research, through a questionnaire with closed and open questions, applied to 298 students of the Accounting Sciences course at public HEIs in Mossoró/RN. Through descriptive statistics, it was found that there are different perceptions between UFERSA and UERN students regarding the following issues: (i) Brazilian accounting standards and (ii) civil procedure code, which was also ratified through the application of the Student's T test for differences between means. Through the Multiple Correspondence Analysis, a positive association was found between gender, university and the aptitude of students in the Third Sector, demonstrating that UFERSA students, because they have the subject as mandatory in their curriculum, feel if more prepared, as well as female students also feel more secure with regard to the Third Sector. With this research, it is expected to contribute to the formation of students, who will bring returns to society and assist in the development of these entities, in addition to increasing the studies and discussions in the area, which are still scarce.

Keywords: Students, Third sector, Accounting.

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista que o Terceiro Setor vem crescendo constantemente no Brasil, juntamente com o Primeiro Setor, representado pelo governo e o Segundo Setor, representado pelo mercado, o mesmo surgiu no Brasil através das organizações religiosas, criadas pelas entidades privadas, sem fins lucrativos, com o intuito de receber benefícios do poder público para realização de suas atividades em favor da comunidade (COELHO, 2000).



No Brasil, segundo Panceri (2001) somente no final da década de 80, após desmandos da ordem democrática e insuficiências em políticas econômicas e sociais, é que o governo começa a observar que as alterações na sociedade são ensejadas não através de situações assistencialistas ou por movimentos de revolução, mas mediante o desenvolvimento sustentável a partir da construção de soluções locais.

As organizações que estão classificadas como pertencentes ao Terceiro Setor podem ser caracterizadas como ONGs, cooperativas, associações, institutos e fundações e entidades assistenciais, com interesses e perspectivas de atividades que vão desde atuações sobre o meio ambiente, até cuidados com a criança, saúde, emprego, lazer, religião, direitos cívicos e todas as demais atividades de inclusão social (PANCERI, 2001).

A contabilidade, como sendo uma ciência social, apresenta relevância para o terceiro setor, pois, com o auxílio desta, é possível demonstrar para a sociedade o trabalho que realmente vem sendo desenvolvido por parte dessas instituições sem fins lucrativos. Um dos grandes problemas encontrados por elas é a falta de confiabilidade por parte da grande maioria da sociedade, devido ao envolvimento de algumas dessas instituições em escândalos fraudulentos (MARTINS et al., 2011).

Diante disso, tem-se a seguinte problemática: Qual a percepção dos discentes sobre a Contabilidade do Terceiro Setor nos cursos de Ciências Contábeis das IES públicas de Mossoró/RN? Sendo assim, o objetivo da pesquisa consiste em analisar a percepção dos discentes sobre a Contabilidade do Terceiro Setor nos cursos de Ciências Contábeis das IES públicas de Mossoró/RN. Adicionalmente, busca-se analisar a associação entre o gênero, a universidade e a aptidão dos discentes no Terceiro Setor.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de desenvolvimento de estudos na área, tendo em vista a escassez de estudos e discussão acerca do Terceiro Setor em relação aos demais setores e é notório como a relação entre a Contabilidade e o Terceiro Setor vem crescendo nos últimos anos, por isso, faz-se necessário verificar a percepção dos discentes dos cursos de Ciências Contábeis sobre a Contabilidade no Terceiro Setor, na busca por contribuir com a formação dos discentes, que trarão retornos para a sociedade e auxiliar no desenvolvimento destas entidades, além de incrementar-se aos estudos e discussões existentes na área, que ainda encontram-se escassos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TERCEIRO SETOR: EVOLUÇÃO E PRINCIPAIS DEFINIÇÕES

Atualmente, existem três maneiras e setores distintos de como as Pessoas Jurídicas podem atuar no desenvolvimento de atividades sociais e econômicas no Brasil, são eles: Setor Público, Setor Privado e Terceiro Setor. O Setor Público, ou o primeiro setor, é constituído pelas organizações que compõem o Governo, isto é, caracteriza-se por ser o próprio Estado, e objetiva administrar bens públicos para atender às necessidades da sociedade. O Setor Privado é composto pelas empresas privadas, que exercem atividade econômica, visando a lucratividade e interesses próprios. O Terceiro e último setor, é visto, no geral, por organizações que não visam o lucro e dedicam-se à obtenção de objetivos sociais (ARAÚJO, 2016).

É importante ressaltar que diferencia-se do segundo setor por não visar o lucro, no entanto, isto não implica dizer que essas organizações não o gerem. O lucro, ou superávit como é chamado nas organizações, não é distribuído entre seus dirigentes. Este é aplicado na própria organização, a fim de garantir a continuidade e o cumprimento de seus propósitos institucionais (OLAK; NASCIMENTO, 2010).

Dessa forma, o terceiro setor passou a existir quando o Estado não atendia todas as necessidades da população de modo satisfatório e, com isso, a própria sociedade passou a se organizar para suprir tais lacunas deixadas pelo setor público (ARAÚJO, 2016).

No Brasil, somente no final da década de 80, após desmandos da ordem democrática e insuficiências em políticas econômicas e sociais, é que o governo começa a observar que as alterações na sociedade são ensejadas não através de situações assistencialistas ou por movimentos de revolução, mas mediante o desenvolvimento sustentável a partir da construção de soluções locais (PANCERI, 2001).

É relevante dizer que o terceiro setor ainda não é alvo de discussões tanto quanto os demais setores, uma vez que este tema ainda é pouco abordado, especialmente por se tratar de um conceito relativamente novo no Brasil (ARAÚJO, 2016). No entanto, o crescimento desse setor vem de longa data, e as principais causas são a crise no setor público e consequente



redução dos recursos destinados às áreas sociais; o crescimento do trabalho voluntário, motivado por maior conscientização das pessoas, apoio da mídia e normatização desse serviço; crescimento da violência urbana e rural; maior envolvimento empresarial, que busca “cativar” os consumidores com a política da “cidadania empresarial (OLAK, 2010).

Apesar das dificuldades existentes por partes dos autores da área de elaborarem um conceito definitivo para o que seria o Terceiro Setor, grande parte defende a ideia de que este mescla um pouco dos dois outros setores, especialmente por usar de dinheiro privado para proporcionar o bem-estar da sociedade e de forma voluntária (ARAÚJO, 2016). Dessa forma, evidencia-se que o terceiro setor é visto como uma conjunção entre as finalidades do setor público e a natureza do setor privado, ou seja, é composto por organizações que visam à benefícios coletivos, porém de natureza privada. Além disso, ao obter resultado positivo, este é revertido para a própria organização, a fim de melhorar suas atividades direcionadas à sociedade (PELEGRIN, 2015).

É apropriado dizer que o Setor Público é responsável pelo atendimento às questões sociais. No entanto, o Estado passou a não conseguir atender à todas as necessidades e precisou de ajuda do setor privado. Por isso, entende-se que o Terceiro Setor são as organizações sem fins lucrativos, porém não governamentais, mas com o objetivo de gerar serviços de caráter público (ARAÚJO, 2016). O Terceiro Setor é visto como o conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento (PAES, 2003).

Segundo Coelho (2012), o Terceiro Setor é formado pelas entidades de natureza privada, que não almejam, além de seus objetivos sociais, o lucro e prestam serviço em áreas de interesse social e público. Além de ser formado por organizações não governamentais, ou seja, são as entidades que não derivam do poder público e não têm finalidade de lucro, congregando objetivos sociais, filantrópicos, culturais, recreativos, religiosos, ecológicos ou artístico (ZANLUCA, 2009).

Hoje, são várias as entidades que compõem o Terceiro Setor. No Quadro 1 a seguir estão dispostos os principais tipos dessas entidades no Brasil e suas características mais relevantes:

Quadro 1 - Entidades do Terceiro Setor e suas principais características

ENTIDADES	CARACTERIZAÇÃO
Associações	São pessoas jurídicas formadas pela união de pessoas com objetivo comum, sem finalidades lucrativas
Fundações	São entes jurídicos que têm por característica o patrimônio. Este ganha personalidade jurídica e deverá ser administrado de modo a atingir o cumprimento das finalidades estipuladas pelo seu instituidor. A partir da vigência do Código Civil de 2002, somente podem ser constituídas fundações para fins religiosos, morais, culturais, ou de assistência (parágrafo único do art. 62);
Cooperativas Sociais	São associações autônomas de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerida. Não são sociedades beneficentes, pois seus sócios buscam vantagem econômica para si, não possuem fins lucrativos pois não são criadas para acumular riquezas.
Organização Social (OS)	É uma qualificação outorgada pela administração pública a uma entidade sem fins lucrativos. É um modelo de organização pública não estatal que absorve atividades públicas (áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente e pesquisa científica) mediante qualificação específica.
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	São organizações do terceiro setor que, por intermédio da lei, relacionam-se com o Estado através de termo de parceria, desde que os seus objetivos sociais e as normas estatutárias atendam aos requisitos da lei. Pode-se dizer que as OSCIPs são o reconhecimento oficial e legal mais próximo do que se entende por ONG, especialmente porque são marcadas por uma extrema transparência administrativa.

Fonte: Adaptado de Zanluca (2009).

No Quadro 1, estão especificados os tipos de entidades do Terceiro Setor existentes no Brasil, além de demonstrar, de forma geral, suas principais características. Assim, pode-se analisar a variedade de entidades existentes e de acordo com suas características, infere-se a relevância das mesmas na busca pelo desenvolvimento social.

2.2 CONTABILIDADE APLICADA AO TERCEIRO SETOR

A Contabilidade é conceituada por Silva (2009) como uma ciência social que estuda o patrimônio de uma entidade e suas variações, e proporciona a geração de informações necessárias à tomada de decisões, tornando-se evidente sua importância na configuração de toda entidade, seja esta de fins lucrativos ou não, com isso, é indispensável que as entidades apresentem todas essas informações, de modo que estas sejam verídicas e seguras, a fim de que possam ser utilizadas na contabilidade e, por conseguinte, na tomada de decisões.



Dessa forma, a contabilidade não é relevante somente para empresas públicas e privadas, mas também tem sua relevância nas entidades do Terceiro Setor, assim como defendem Niyama e Silva (2008) ao afirmarem que a contabilidade deve mostrar preocupação com o trabalho social das entidades do terceiro setor, incluindo os atendimentos aos mais carentes e os benefícios à parcela menos favorecida, tornando-se um parâmetro para que o doador de recursos avalie o impacto social promovido pela organização. Além disso, essas entidades necessitam de Leis próprias para que possam se desenvolver de maneira mais sólida e organizada.

Uma das principais obrigações das entidades beneficentes, bem como evidencia o Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor, está associada à prestação de contas, isso porque os recursos obtidos por essas organizações advêm tanto do governo como de iniciativas privadas, e estes, por sua vez, podem desejar acompanhar a aplicação desses recursos (ARAÚJO, 2016).

O Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor (2015), define a Prestação de contas como o conjunto de documentos e informações disponibilizados pelos dirigentes das entidades aos órgãos interessados e autoridades, de forma a possibilitar a apreciação, conhecimento e julgamento das contas e da gestão dos administradores das entidades, segundo as competências de cada órgão e autoridade, na periodicidade estabelecida no estatuto social ou na lei.

Dessa maneira, a prestação de contas torna-se fundamental para que os doadores continuem a contribuir com essas organizações, uma vez que a partir dela pode-se verificar se os recursos estão sendo utilizados para seus devidos fins, tornando os doadores usuários das informações contábeis dessas instituições (ARAÚJO, 2016).

Observa-se que no Brasil, as organizações do Terceiro Setor vêm crescendo muito e algumas apresentam objetivos duvidosos ao praticarem abusos e fraudes, assim tornando-se difícil no processo de arrecadação de recursos (VILANOVA, 2004). De acordo com Campos (2003), o aumento do volume dos recursos arrecadados pelas entidades do terceiro setor sem fins lucrativos é acompanhado por uma maior necessidade de transparência quanto a sua aplicação.

Quanto mais clara for a mensuração de todo o processo operacional da entidade, mais positivamente esta será vista, e com isso, mais recursos poderão ser arrecadados, daí a

importância da transparência na contabilidade dessas entidades, não somente para demonstrar a origem dos recursos e a forma como eles foram aplicados, mas também para validar juridicamente os atos financeiros da Entidade (MARTINS et al., 2011).

Dessa forma, as organizações sem fins lucrativos, assim como as demais empresas, devem seguir as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação proposta, no entanto, como essas instituições possuem terminologias específicas e especificidades próprias, que fazem com que sejam criadas normas exclusivas para essas entidades (ARAÚJO, 2016). A seguir, no Quadro 2, estão dispostas as principais leis e resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que norteiam a relação do Terceiro Setor e a Contabilidade.

Quadro 2 - Legislação que regulamenta o Terceiro Setor

LEI	DISPOSIÇÕES
Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998	Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.
Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998	Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.
Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999	Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.
Resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012	Estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.
Lei nº 13.019, de 31 julho de 2014	Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento.

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Quadro 2, pode-se observar toda a legislação que trata das normas regulamentadoras do Terceiro Setor no Brasil, organizadas em ordem cronológica de publicação, mostrando a importância de cada norma, o que elas estabelecem e em como podem auxiliar o funcionamento das entidades de interesse social.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Após ser feito um levantamento bibliográfico a respeito da temática, alguns estudos foram destacados como sendo mais relacionados ao tema, como estão dispostos no Quadro 3, a seguir, apresentando a autoria e o ano, juntamente com o título, objetivo e seus respectivos resultados.

Quadro 3 - Estudos anteriores correlatos ao tema

AUTOR/ANO	TÍTULO	OBJETIVO	RESULTADOS
Ebsen e Laffin (2004)	Terceiro Setor e Contabilidade: compilações de uma pesquisa	Proporcionar maior familiaridade com o problema, tendo em vista torná-lo mais explícito	Concluiu-se, portanto, que há diferença se evidência pela forma como os eventos contábeis são administrados nestas entidades
Olak, Slomski e Alves (2008)	As publicações acadêmicas da pesquisa contábil no Brasil, no âmbito das organizações do terceiro setor	Analisar as origens, características e evolução da produção acadêmica contábil no âmbito do Terceiro Setor no Brasil	Ficou evidente, a partir da análise dos resultados, que a produção acadêmica tem origem, basicamente, em dois programas de mestrado, a disseminação é mais forte em congressos e é inexpressiva a publicação em revista
Coan e Megier (2010)	A Contabilidade no Terceiro Setor: instrumento de transparência social	Demonstrar como, nos anos de 2006 a 2008 a análise das demonstrações contábeis pôde ajudar no processo de transparência da Fundação de Saúde Comunitária de Sinop	Pode-se comprovar que as informações contidas nos relatórios contábeis trazem maior visibilidade, credibilidade e transparência as ações das entidades do Terceiro Setor
Martins et al (2011)	A Contabilidade do Terceiro Setor: o caso Anália Franco	Investigar o papel, forma e importância da contabilidade no Terceiro Setor	Esse estudo mostrou que como essas entidades não têm Capital próprio, seus patrimônios são constituídos e mantidos por meio de doações, contribuições e isenção de tributos, elas necessitam de ter suas atividades explícitas para captar recursos, e é nesse contexto que a contabilidade surge como ferramenta fundamental no desenvolvimento das entidades do Terceiro Setor, como fonte de visibilidade, transparência e credibilidade das mesmas.
Silva (2015)	Contabilidade no terceiro setor: uma	Analisar a percepção dos alunos concluintes	Constatou-se que os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis possuem um nível





	análise da percepção dos alunos de ciências contábeis do centro de ensino superior do Seridó-Ceres-Caicó/RN	do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) a respeito da contabilidade aplicada ao terceiro setor	de conhecimento baixo em relação à contabilidade do terceiro setor, apesar de quase todos os alunos julgarem ser importante o estudo do tema abordado nesse trabalho
Araújo (2016)	Contabilidade do terceiro setor no Brasil: análise bibliométrica de publicações acadêmicas entre os anos 2012 a 2015	Evidenciar a evolução nas pesquisas referentes à área, fazendo um estudo bibliométrico, a fim de contribuir para a disseminação da importância de estudos contábeis sobre terceiro setor	Constatou-se que em todos os anos citados houve publicações de dissertações sobre a área contábil do Terceiro Setor, no entanto, observou-se que a média anual caiu, sugerindo que o interesse pela área não vem evoluindo. Foi verificado a presença de 22 autores nos registros das produções dos referidos anos, onde somente 2 desses estiveram presentes em outros trabalhos com a mesma temática. A instituição com mais representatividade foi a FURB e observou-se que há uma predominância com estudos estatísticos ou empíricos e com abordagens positivas
Rufino (2016)	Investigação sobre a percepção do concluinte do curso de ciências contábeis da Ufpb, Unipê e Maurício de Nassau em relação ao conteúdo disciplinar voltado às organizações do terceiro setor	Visa descrever a percepção do futuro formando do curso de contabilidade referente ao estudo de disciplinas de contabilidade voltado às Organizações do Terceiro Setor	Constatou-se que nestas instituições de ensino, excluindo uma, a abordagem pertinente ao assunto revela-se bastante tímida. Procurou-se analisar a composição curricular e a articulação dessa com disciplinas voltadas ao terceiro setor. Identificado as percepções dos concluintes sobre a importância de se estudar disciplinas com enfoque estruturante revelou-se uma necessidade de que há o entendimento de pertinência de estudos e a construção de disciplinas voltadas a área de contabilidade direcionada às organizações do terceiro setor

Fonte: Elaborado pelos autores.

Feito o levantamento dos principais estudos correlatos a temática, é possível identificar uma evolução das pesquisas nos últimos anos por uma variedade de autores, que buscaram analisar a relação da Contabilidade com o Terceiro Setor e sua forma de atuação, porém, como já foi abordado, o Terceiro Setor vem apresentando crescimento na sociedade, os estudos realizados ainda se tornam escassos diante essa realidade.



3 METODOLOGIA

O objetivo da pesquisa consiste em analisar a percepção dos discentes sobre a Contabilidade do Terceiro Setor nos cursos de Ciências Contábeis das IES públicas de Mossoró/RN. Para tanto, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, pois segundo Coelho (2012) uma pesquisa descritiva apresenta fatos observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles. E a exploratória corresponde a investigações de pesquisa empírica, cujo objetivo é a formulação de questões com a finalidade de desenvolver hipóteses ou aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de pesquisas futuras mais precisas ou, ainda modificar e clarificar conceitos (MARCONI; LAKATOS, 2002).

Quanto à abordagem do problema de pesquisa, classifica-se como quantitativa, visto que se faz o levantamento de informações de todos os discentes matriculados nos cursos de Ciências Contábeis das IES públicas de Mossoró/RN quanto a sua percepção sobre a Contabilidade do Terceiro Setor. Este método possui como diferencial a intenção de garantir a precisão dos trabalhos realizados, conduzindo a um resultado com poucas chances de distorções (DALFOVO et al., 2008).

A população da pesquisa corresponde a todos os alunos matriculados nos cursos de Ciências Contábeis das IES públicas de Mossoró/RN e conforme a Tabela 1, a amostra final compreende àqueles que se disponibilizaram a responder o questionário.

Tabela 1 – Composição da amostra do estudo

Composição da amostra		Frequência	(%)
Instituição de Ensino	UERN	118	39,6
	UFERSA	180	60,4
	Total	298	100,0
Período/semestre cursado	1º período	22	7,4
	2º período	35	11,7
	3º período	29	9,7
	4º período	39	13,1
	5º período	38	12,8
	6º período	29	9,7
	7º período	19	6,4
	8º período	30	10,1





	9º período	37	12,4
	10º período	20	6,7
	Total	298	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

No total, foram questionados 298 discentes, em que 39,6% são alunos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e 60,4% são alunos da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), ambos cursando Ciências Contábeis.

Desta forma, a coleta de dados por intermédio da aplicação de um questionário aos discentes supracitados, dividido em três partes e adaptado, com a intenção de coletar dados na busca por contribuir com a formação dos discentes para a Contabilidade de Terceiro Setor. O questionário contém questões de múltipla escolha e de escala *likert* de cinco pontos em caso de afirmação positiva.

Quanto ao tratamento dos dados, recorreu-se à estatística descritiva, com a indicação de frequência, sendo aplicada para análise das questões que buscou averiguar a concordância dos participantes em cada um dos quesitos que foram apresentados (LIMA et al., 2014).

Utilizou-se também Teste t de *Student* para duas amostras independentes, que de acordo com Fávero e Belfiore (2017) é aplicado para comparar as médias de duas amostras aleatórias extraídas da mesma população, sendo utilizado no estudo para comparar a percepção dos discentes da UFERSA e da UERN sobre a relação entre a Contabilidade e o Terceiro Setor.

Procedeu-se também com a aplicação da Análise de Correspondência Múltipla (ACM), para o alcance do objetivo adicional de analisar a associação entre o gênero, a universidade e a aptidão dos discentes no Terceiro Setor. Segundo Infantosi, Costa e Dias (2014) esta última permite a visualização gráfica das categorias das variáveis em uma tabela de contingência e, assim, verificar o grau de interação entre as mesmas.

Destaca-se, ainda, que a aplicação dos testes estatísticos mencionados nesta seção foi realizada por meio da utilização do software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 22. E por fim, ressalte-se que para as questões semiabertas, procedeu-se com o uso do recurso “Nuvem de palavras” do *software* Atlas.ti® – versão 8, que auxiliou na análise dos dados.



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Para atender o objetivo geral do estudo – analisar a percepção dos discentes sobre a Contabilidade do Terceiro Setor nos cursos de Ciências Contábeis das IES públicas de Mossoró/RN –, inicialmente na Tabela 2 apresenta-se a caracterização da amostra com o intuito de identificar o perfil dos respondentes da pesquisa, questionado no instrumento de pesquisa itens correspondentes ao gênero, à faixa etária, o estado civil e à situação profissional.

Por meio da Tabela 2, constatou-se que 53,0% dos respondentes são do gênero feminino e 47,0% são do gênero masculino; com relação à faixa etária, pode-se verificar que o maior público está concentrado na faixa de 17 a 23 anos, representando 50,0% dos discentes e entre 24 a 30 anos representando 35,2%; 13,8% dos discentes estão na faixa etária de 31 a 40 anos e apenas 1,0% estão entre 41 a 50 anos de idade, sendo assim, pode-se perceber um público jovem.

De acordo com dados do Ministério da Educação [MEC] (2018), em 2017, as discentes nos cursos de Ciências Contábeis no país somavam 206.211 mil, enquanto os homens apenas 155.821 mil, corroborando os achados do estudo ao sinalizar uma maior presença feminina no referido curso.

Tabela 2 – Caracterização da amostra do estudo

Caracterização da amostra		Frequência	(%)
Gênero	Masculino	140	47,0
	Feminino	158	53,0
Faixa etária	Entre 17 e 23 anos	149	50,0
	Entre 24 e 30 anos	105	35,2
	Entre 31 e 40 anos	41	13,8
	Entre 41 e 50 anos	3	1,0
Estado civil	Solteiro(a)	234	78,5
	Casado(a)	43	14,4
	União estável	15	5,0
	Divorciado(a)	5	1,7
	Viúvo(a)	1	0,3
Situação profissional	Área privada	118	39,6
	Área pública	29	9,7
	Autônomo(a)	23	7,7





	Não trabalha	127	42,6
	Outra área	1	0,3

Fonte: Dados da pesquisa.

Semelhantemente, Silva (2015), em sua pesquisa, constatou que no curso de Ciências Contábeis em Caicó, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, também há uma predominância pelo gênero feminino; quanto à faixa etária, o público jovem; quanto ao estado civil, a maioria dos discentes encontram-se solteiros; e quanto à situação profissional, a maioria encontram-se desempregados, bem como atuam na área privada, corroborando os achados do presente estudo.

4.2 PERCEPÇÃO DOS DISCENTES SOBRE O TERCEIRO SETOR

Dando sequência, nesta seção buscou-se obter a percepção dos discentes sobre o Terceiro Setor. Primeiramente, quando questionados se possuem conhecimentos em relação ao Terceiro Setor, obteve-se o seguinte resultado (Tabela 3):

Tabela 3 – Conhecimentos sobre o Terceiro Setor

Possui conhecimento	UERN		UFERSA	
	Frequência	(%)	Frequência	(%)
Sim	90	76,3	136	75,6
Não	28	23,7	44	24,4
TOTAL	118	100	180	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Tabela 3, percebe-se que a grande maioria, tanto na UFERSA (76,3%) quanto na UERN (75,6%), tem conhecimento sobre o Terceiro Setor, apresentando uma diferença pouco expressiva. Na pesquisa de Rufino (2016), constatou-se que a grande maioria se considera com pouco domínio sobre o tema, contrariando os achados desta pesquisa. Já para Silva (2015), no que se refere à questão sobre o conhecimento que o respondente possui sobre a existência do Terceiro Setor, verifica-se que 97,5% já ouviu falar sobre o tema, o que é uma porcentagem alta tendo em vista que ainda há uma carência de pesquisas e literatura especializada nesta área, indo de encontro aos achados do presente estudo.





Em seguida, na Tabela 4, expõe-se os resultados quando questionados se possuem conhecimento sobre entidades sem fins lucrativos.

Tabela 4 – Conhecimentos sobre entidades sem fins lucrativos

Possui conhecimento	UERN		UFERSA	
	Frequência	(%)	Frequência	(%)
Sim	112	94,9	176	97,8
Não	6	5,1	4	2,2
TOTAL	118	100	180	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Percebe-se que tanto na UFERSA (97,8%), quanto na UERN (94,9%), os respondentes tem conhecimentos nas entidades sem fins lucrativos, apresentado uma pequena diferença, sem expressividade.

Para a próxima questão, procedeu-se com o uso do *software* Atlas.ti®, através da ferramenta “nuvem de palavras” para visualizar os itens mais assinalados pelos respondentes acerca do conhecimento de entidades do Terceiro Setor, conforme observado na Figura 1.

Figura 1 – Nuvem de palavras sobre o conhecimento de entidades do Terceiro Setor



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme Figura 1, verifica-se que os itens que mais se destacam são: Ongs (284), Igrejas (280), Sindicatos (274), Associações (254), Fundações (252), Partidos políticos (245) e Instituições filantrópicas (228). Dessa forma, com o resultado da Figura 1 pode-se observar que



hoje, são várias as entidades que compõem o Terceiro Setor e que os discentes conhecem as principais.

Para Rufino (2016), as entidades que compõem este segmento são caracterizadas por serem em sua forma jurídica entidades de direito privado, mas que perseguem propósitos de interesse público. São sem fins lucrativos, ou seja, seu excedente não é destinado à remuneração dos investidores, mas à sua própria manutenção e continuidade. Estas entidades buscam oferecer serviços que supram as carências da sociedade e tem como propósito ser um agente transformador do ser humano, sendo este seu produto final, o indivíduo beneficiado.

Logo em seguida, buscou-se obter a opinião dos discentes acerca do mercado de trabalho na área de Terceiro Setor, no qual é demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5 – Opinião sobre o mercado de trabalho

Opinião	UERN		UFERSA	
	Frequência	(%)	Frequência	(%)
1 - Conheço a área e me sinto preparado	9	7,7	19	10,6
2 - Seria interessante, mas conheço pouco	66	55,9	92	51,1
3 – Não tenho interesse e conheço pouco	20	16,9	40	22,2
4 – Não conheço a área	23	19,5	29	16,1
TOTAL	118	100	180	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na UERN apenas 7,7% dos alunos pesquisados conhecem a área e se sentem preparados para atuar, já na UFERSA 10,6%; enquanto 55,9% dos alunos da UERN afirmam que seria interessante, mas que conhece pouco a área e na UFERSA 51,1%. De forma geral, é possível afirmar que a maioria dos alunos pesquisados julga que seria interessante atuar na área de Terceiro Setor, mas que possui pouco conhecimento, situação que está relacionada com a área de interesse dos alunos.

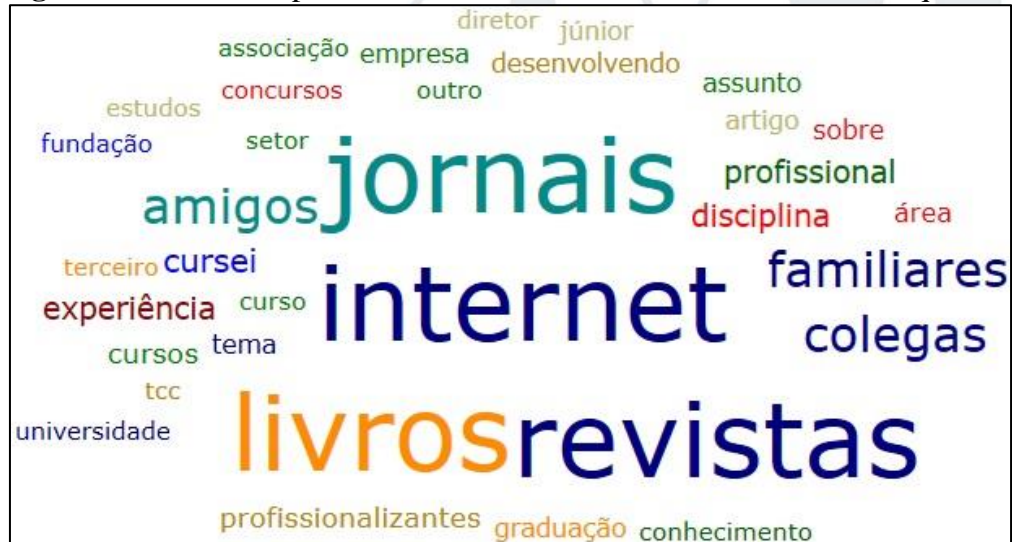
Diante disso, o último questionamento desta seção tratou de identificar como os discentes adquiririam os conhecimentos no Terceiro Setor. Desta forma, conforme mostrado na Figura 2 (Nuvem de palavras), pode-se visualizar as palavras-chave mais citadas pelas participantes, as quais representam uma síntese das principais ideias sobre como foram adquiridos os conhecimentos sobre o Terceiro Setor.

Conforme observado na Figura 2, verificou-se que as palavras que mais se destacam são Internet, Jornais, Livros e Revistas, ambas com 164 indicações. Cabe ressaltar que Familiares,



Colegas e Amigos (52 menções) também tiveram destaque. Assim, com relação aos meios pelos quais os discentes obtiveram esse conhecimento, constata-se que a maioria dos alunos alcançaram o conhecimento do terceiro setor em jornais, internet, livros e revistas.

Figura 2 – Nuvem de palavras sobre como os conhecimentos foram adquiridos



Fonte: Dados da pesquisa.

4.3 PERCEPÇÃO DOS DISCENTES SOBRE A CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR

Nesta seção busca-se obter a percepção dos respondentes sobre a Contabilidade do Terceiro Setor. Na Tabela 6, questionou-se sobre o percentual de discentes que cursaram disciplinas aplicada ao Terceiro Setor e que possuem conhecimento.

Tabela 6 – Cursou a disciplina

Possui conhecimento	UERN		UFERSA	
	Frequência	(%)	Frequência	(%)
Sim	13	11,0	46	25,6
Não	105	89,0	134	74,4
TOTAL	118	100	180	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Verificou-se que na UERN, 89% dos respondentes não cursaram a disciplina e não possui conhecimento sobre a matéria, e na UFERSA este percentual foi 74,4%. Apenas uma minoria respondem que já cursaram a disciplina e que possui conhecimento. Corroborando os



achado deste estudo, Silva (2015), em sua pesquisa, verificou que 50% dos respondentes não cursaram esse tipo de matéria de estudo durante o curso.

Na sequência, questionou-se aos discentes quanto à natureza da disciplina Contabilidade do Terceiro Setor (Tabela 7), observando-se que 62,8% dos respondentes da UFERSA responderam que a disciplina ministrada na instituição é obrigatória, e verificando-se dados do curso, de acordo com a grade curricular, é uma disciplina obrigatória do 7º período. Já 55,9% dos alunos de Ciências Contábeis da UERN, responderam ser optativa e que não possuem disciplinas obrigatórias relacionadas à contabilidade no Terceiro Setor. De acordo com a grade curricular do referido, a disciplina sobre Contabilidade do Terceiro Setor, com carga horária de 60 horas, é optativa e ofertada no 9º período do curso. Ressalte-se ainda que 35,6% (UFERSA) e 40,7% (UERN) dos discentes não souberam responder a natureza da disciplina.

Tabela 7 – Natureza da disciplina

Possui conhecimento	UERN		UFERSA	
	Frequência	(%)	Frequência	(%)
Obrigatória	4	3,4	113	62,8
Optativa	66	55,9	3	1,7
Não sei responder	48	40,7	64	35,6
TOTAL	118	100	180	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Corroborando, no estudo de Silva (2015), durante todo o curso, os alunos de Ciências Contábeis da UFRN Campus Caicó, não possuem disciplinas obrigatórias relacionadas à Contabilidade no Terceiro Setor. De acordo com a grade curricular do curso em questão, as disciplinas “Contabilidade Aplicada as Fundações e Associações” e “Contabilidade Aplicada as Cooperativas”, ambas com carga horária de 60 horas, são optativas e apenas a disciplina Contabilidade Aplicada as Cooperativas é ofertada durante o curso, em que apenas 30% dos respondentes afirmaram estar cursando no período da aplicação do questionário.

Conforme apresentado na Figura 3, outro fator importante para o aprendizado dos respondentes, são as práticas pedagógicas adotadas pelos professores da disciplina do Terceiro Setor. Assim, foi questionado aos alunos quais as práticas pedagógicas adotadas pelo professor da disciplina do Terceiro Setor.





Figura 3 – Nuvem de palavras sobre as práticas pedagógicas adotadas pelo professor na disciplina



Fonte: Dados da pesquisa.

Como apresentado na Figura 3, as palavras mais citadas dos respondentes foram: aula expositiva (150), seminários (70), discussões em classe (69) e resumos (58). Observa-se um maior índice da prática de aula expositiva (150). Desse modo, constata-se o uso de metodologias tradicionais de ensino, com pouco uso de metodologias alternativas e ativas.

Com o intuito de analisar se existem diferenças entre a percepção dos discentes da UFERSA e da UERN no tocante à alguns pontos que merecem uma abordagem mais aprofundada no Ensino da Contabilidade do Terceiro Setor, procedeu-se com o Teste de diferenças entre médias T de *Student* (Tabela 8).

Tabela 8 – Teste de diferenças entre médias T de *Student* (Universidade x Terceiro Setor)

Variável	IES	Média	T	Sig.
V1. Aspectos históricos e conceituais	UERN	3,26	-1,306	0,192
	UFERSA	3,44		
V2. Normas brasileiras de contabilidade	UERN	4,25	3,201	0,003*
	UFERSA	3,91		
V3. Código de processo civil	UERN	4,00	1,807	0,075*
	UFERSA	3,77		
V4. Legislação aplicável ao Terceiro Setor	UERN	4,18	0,671	0,503
	UFERSA	4,10		
V5. Aplicabilidade da Contabilidade no Terceiro Setor	UERN	4,38	0,243	0,808
	UFERSA	4,35		

(*) Significante a 1%.

Fonte: Dados da pesquisa.





Conforme a Tabela 8, das cinco variáveis analisadas (V1, V2, V3, V4 e V5) os dados demonstram através do Teste T de *Student*, que somente nas médias V2 e V3 há diferenças estatisticamente significantes entre a percepção dos discentes da UFERSA e da UERN, ao nível de 1%. Assim, percebe-se que no tocante às normas brasileiras de contabilidade e ao código de processo civil, os discentes da UERN consideram que há uma necessidade de abordagem mais aprofundada, uma vez que as médias foram superiores se comparadas às da UFERSA.

Na sequência, buscando-se atingir o objetivo adicional de analisar a associação entre o gênero, a universidade e a aptidão dos discentes no Terceiro Setor, foi realizado o Teste Qui-Quadrado, com o intuito de atestar a viabilidade da aplicação e execução da Análise de Correspondência Simples. A Tabela 9 apresenta os resultados do Teste Qui-quadrado realizado para a análise de correspondência.

Tabela 9 – Teste Qui-quadrado

Correspondência	Teste Qui-Quadrado	
	Estatística	Sig.
Gênero X Aptidão no Terceiro Setor	13,141	0,011*
Universidade X Aptidão no Terceiro Setor	9,517	0,042*

(*) Significante a 1%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se, a partir da Tabela 9, que os resultados indicam significância estatística a um nível inferior a 1%. Observada a significância dos resultados, analisa-se a associação entre o gênero, a universidade e a aptidão dos discentes no Terceiro Setor, por meio do mapa perceptual (Figura 1) que demonstra a associação entre o gênero, a universidade e a aptidão dos discentes no Terceiro Setor.

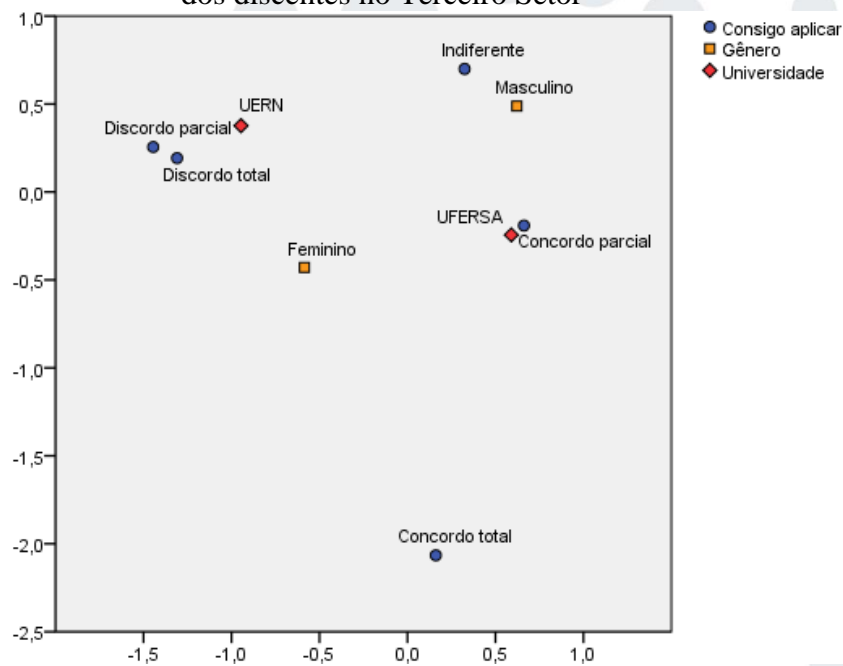
No mapa da Figura 1, verifica-se que há uma associação positiva entre UFERSA e “concordo parcialmente” e uma associação positiva entre UERN e “discordo parcialmente” / “discordo totalmente”. Quanto ao gênero, há uma associação positiva entre o gênero masculino e a alternativa “indiferente”, demonstrando que estes são indiferentes quanto se sentirem aptos com os conhecimentos adquiridos. O gênero feminino não associou-se a nenhum dos grupos, entretanto nota-se que está próximo de concordo parcialmente. O item concordo totalmente,





por sua vez, não esteve associado a nenhum grupo. Desta forma, em linhas gerais, os resultados demonstram que os discentes da UFRSA, por terem a disciplina como obrigatória em sua grade curricular, sentem-se mais preparados, assim como discentes do gênero feminino também se sentem mais seguras no tocante ao Terceiro Setor.

Figura 1 – Mapa perceptual da associação entre o gênero, a universidade e aptidão dos discentes no Terceiro Setor



Fonte: Dados da pesquisa.

Os estudos de Gassner (2010) corroboram com os achados, onde em sua pesquisa concluíram que a universidade é o meio pelo qual a maioria dos acadêmicos obteve conhecimento do Terceiro Setor. Sendo as Instituições de Ensino, os centros promotores do conhecimento, essas devem estar em sintonia com as modificações da sociedade. Tais mudanças, acabam por exigir que os alunos e futuros profissionais estejam melhor preparados, para que desenvolvam e aperfeiçoem certas habilidades e competências, que até então não lhes eram exigidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



A pesquisa teve por objetivo analisar a percepção dos discentes sobre a Contabilidade do Terceiro Setor nos cursos de Ciências Contábeis das IES públicas de Mossoró/RN. Neste sentido, considera-se que tal objetivo foi atingido, pois as respostas obtidas pelos respondentes através do questionário aplicado permitiram identificar e analisar a percepção dos discentes sobre a contabilidade do Terceiro Setor.

Em relação ao perfil dos respondentes, constatou-se uma pequena predominância do gênero feminino; com relação à faixa etária, verificou-se que o maior público está concentrado na faixa de 17 a 23 anos. E por fim, a representação dos discentes das IES públicas de Mossoró, onde 60,4% são alunos da UFERSA e 39,6% são discentes da UERN, alcançando assim o primeiro objetivo.

Dentre os resultados encontrados, buscou-se analisar se existem diferenças estatisticamente significantes, no tocante a Contabilidade do Terceiro Setor, em função das IES públicas de Mossoró. Verificou-se, através da estatística descritiva, que há percepções diferentes entre o público da UFERSA e da UERN quanto as seguintes questões: (i) normas brasileiras de contabilidade e (ii) código de processo civil, o que também foi ratificado através da aplicação do Teste de diferenças entre médias T de *Student*.

Através da Análise de Correspondência Múltipla, constatou-se uma associação positiva entre o gênero, a universidade e a aptidão dos discentes no Terceiro Setor, demonstrando-se que os discentes da UFERSA, por terem a disciplina como obrigatória em sua grade curricular, sentem-se mais preparados, assim como discentes do gênero feminino também se sentem mais seguros no tocante ao Terceiro Setor.

De forma geral, verifica-se que a pesquisa conseguiu informações relacionadas ao conhecimento dos respondentes sobre as entidades do Terceiro Setor, visto que mesmo ainda sendo um assunto escasso no Brasil, muitas pessoas sabem do que se trata. Constatou-se também que uma grande parte dos respondentes considera importante a relevância de disciplinas numa perspectiva voltada para o Terceiro Setor e se mostraram interessados em uma maior oferta deste conteúdo.

A intenção da pesquisa é contribuir com a formação dos discentes, que trarão retornos para a sociedade e auxiliar no desenvolvimento das entidades de Terceiro Setor, além de incrementar-se aos estudos e discussões existentes na área, que ainda encontram-se escassos,

por meio das informações contidas neste trabalho, desde o levantamento do questionário até os resultados apresentados para a relevância científica do tema e incentivar os discentes a se interessar mais pela área, que vem crescendo nos últimos anos.

Quanto as limitações, destaca-se que foram aplicados questionários apenas aos discentes dos cursos de Ciência Contábeis da IES públicas de Mossoró. Sendo assim, sugere-se que para as próximas pesquisas, que a amostra tenha um número maior de instituições, permitindo uma comparação entre os resultados obtidos em IES públicas e privadas. Outra opção seria analisar se essas perspectivas mudam, aplicando um questionário no início e na conclusão do curso.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, N. M. **Contabilidade do Terceiro Setor no Brasil: análise bibliométrica de publicações acadêmicas entre os anos 2012 a 2015.** Caicó. 2016.

CAMPOS, Gabriel Moreira. **A realidade contábil-gerencial de uma organização do terceiro setor: o caso da Fundação Otacílio Coser.** São Paulo, 2003. 162p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor: um estudo comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos.** São Paulo: SENAC, 2000.

COELHO, Izabel de Medeiros. **A utilização da informação contábil na gestão organizacional: um estudo nas fundações de apoio as instituições federais de ensino superior (IFES) e às demais instituições científicas e tecnológicas (ICTs).** 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-institucional e inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2012.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II .2008.

FÁVERO, L.P. BELFIORE P. **Manual de análise de dados.** 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

GASSNER, Flavia Pozzera. **Percepções e preferências dos estudantes de ciências contábeis das universidades federais do Sul do Brasil em relação ao ensino.** 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em





Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Curitiba. 2010. Acesso em 27 de novembro de 2019.

INFANTOSI, Antonio Fernando Catelli; COSTA, João Carlos da Gama Dias; ALMEIDA, Renan Moritz Varnier Rodrigues de. Análise de Correspondência: bases teóricas na interpretação de dados categóricos em Ciências da Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 3, mar. 2014.

LIMA, M. E. B.; PRAZERES, R. V.; ARAÚJO, J. G. N.; ARAÚJO, J. G. Ética em Contabilidade: um estudo sobre a percepção dos discentes acerca da ética profissional. GECONT. **Revista de gestão e contabilidade da UFPI**. Florianópolis/PI. 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 282 p.

MARTINS, P. L.; NERY, K. P.; BORGES, K.; SOUZA, M. E.; BORGES, R. O. **A Contabilidade do Terceiro Setor: o Caso Anália Franco**. VIII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da educação superior 2017**. INEP: Brasília-DF, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>> Acesso em: 08 nov. 2019.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e Entidades de Interesse Social – Aspectos Jurídicos, Administrativos, Contábeis e Tributários**. 4. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

PANCERI, Regina. **Terceiro setor: a identificação das competências essenciais dos gestores de uma organização sem fins lucrativos**. Florianópolis, 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

PELEGRIN, Juliana de. **Terceiro Setor: um mapeamento dos artigos publicados em periódicos brasileiros de contabilidade**. 2015. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

RUFINO, C.J.M. **Investigação sobre a percepção do concluinte do curso de Ciências Contábeis da UFPB, UNIPÊ e MAURÍCIO DE NASSAU em relação ao conteúdo disciplinar voltado às organizações do Terceiro Setor**. João Pessoa. 2016.





SILVA, Viviane da. **Demonstrações contábeis e obrigações tributárias em uma instituição do terceiro setor.** 2009. 79 fls. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, J. C. D. S. **Contabilidade no Terceiro Setor:** uma análise da percepção dos alunos de Ciências Contábeis do centro de ensino superior do Seridó-Ceres- Caicó/RN. Caicó. 2015.

VILANOVA, Regina Célia Nascimento. **Contribuição à elaboração de um modelo de apuração de resultado aplicado às organizações do terceiro setor:** uma abordagem da gestão econômica. São Paulo, 2004. 167p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

ZANLUCA, J. C. **Contabilidade do Terceiro Setor.** 2009. Distribuição: Potal Tributário Editora e Maph Editora.



PERÍCIA CONTÁBIL: percepção dos profissionais que atuam no Estado do Rio Grande do Norte

Manoela Enaile da Cunha de Azevedo¹
Joaquim de Siqueira Furtado Neto²
Antônio Gustavo Nicácio³
Danilo Felipe Teixeira Da Silva⁴
Kallianna Karina Medeiros de Azevedo⁵

RESUMO

A perícia contábil se embasa em evidenciar fatos relacionados ao fluxo de valores que provocam alterações patrimoniais nas entidades, sendo corporizada por meio de laudos técnicos elaborados por profissionais aptos com conhecimento técnico científico específico. Esta pesquisa possuiu como objetivo geral analisar a atuação do perito contábil na Comarca do Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte. Assim, a pesquisa é classificada como descritiva, do tipo pesquisa de campo com abordagem qualitativa, sendo o instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado com perguntas fechadas. Diante dos resultados examinados nas três subseções ao qual foi classificada, a primeira sendo perfil do perito contador do qual resulta em média 80% das áreas de atuação apropriada, a segunda expõem os procedimentos na prática do profissional em que todos se adaptam aos regulamentos dirigidos pela Comarca onde estão credenciados e, na terceira, sobre a percepção dos profissionais ao baixo número de registros na Comarca estudada resultando em média 80% relacionado às dificuldades ocasionadas pelos programas exigidos, apontando este como motivo de inserção destes profissionais no mercado. Nessa direção, conclui-se que o objetivo geral foi atendido,

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela FACESA. Email: manoelaenaile@yahoo.com.

² Graduado em Ciências Contábeis pela UERN. Mestre em Administração pela UNP. E-mail: joaquimdesiqueira@hotmail.com.

³ Graduado em Ciências Contábeis pela UERN. Mestre em Educação pela UERN. E-mail: antonio.gustavoali@gmail.com.

⁴ Graduado em Ciências Contábeis pela Mater Christi. E-mail: danilofelype@hotmail.com.

⁵ Graduada em Ciências Contábeis pela UERN. E-mail: kallianna.azevedo@hotmail.com.



frisando as limitações desse estudo que não tem a intenção de esgotar o tema e sim, incentivar pesquisas futuras, sugerindo conseguir um universo maior, com o mesmo seguimento, na perspectiva de estender os resultados alcançados.

Palavras-chave: Perícia Contábil. Perito-contador. Prática pericial.

ABSTRACT

The forensic accounting is based on evidencing facts related to the flow of values that cause asset changes in entities, being embodied through technical reports prepared by qualified professionals with specific scientific technical knowledge. This research had the general objective of analyzing the role of the accounting expert in the County of Mossoró, State of Rio Grande do Norte. Thus, the research is classified as descriptive, of the field research type with a qualitative approach, and the instrument for data collection is a semi-structured questionnaire with closed questions. In view of the results examined in the three subsections to which it was classified, the first being the profile of the expert accountant which results in an average of 80% of the areas of appropriate action, the second exposes the procedures in the practice of the professional in which all adapt to the regulations directed by the County where they are accredited and, in the third, about the perception of professionals to the low number of registrations in the County studied resulting in an average of 80% related to the difficulties caused by the required programs, pointing this as a reason for the insertion of these professionals in the market. In this sense, we conclude that the general objective was met, emphasizing the limitations of this study, which does not intend to exhaust the theme, but to encourage future research, suggesting to reach a larger universe, with the same follow-up, with the perspective of extending the results achieved.

Keywords: Forensic accounting. Expert accountant. Expert practice.

1 INTRODUÇÃO



A contabilidade, atualmente, tem sofrido transformações nos seus processos em virtude de uma nova era digital. Com isso, há uma grande facilidade de interferências com modificação dos dados, capaz de provocar uma série de informações as quais podem ser ou não fidedignas.

Logo, é fundamental que a contabilidade, em suas ações, busque atender o que é exigido legalmente, como também, ajustar-se aos princípios internacionais vigentes, uma vez que a globalização dos mercados permite cada vez mais o fácil acesso às informações.

O campo de atuação contábil é amplo, entretanto, há situações e impactos econômico, financeiro, suplementares, tributário e por demais, que tem provocado o aumento da procura pelo poder judiciário de diversas regiões. Com isso, a contabilidade pericial tem sido cada vez mais explorada, exigindo do profissional apto habilidades de conhecimento técnico científico para que então seja nomeado como perito-contador.

O perito-contador atuante deve possuir atributos específicos dados pelas Normas Brasileiras de Contabilidade do Profissional Perito (NBC PP 01) e assim, possa atuar nas linhas periciais existentes: judiciais, semijudiciais, extrajudiciais e arbitragem.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2021) o Estado do Rio Grande do Norte (RN) apresenta 6.418 contadores registrados. Dentre estes, apenas 9 estão credenciados na Comarca do Município de Mossoró/RN com qualificação técnica para perícia contábil. Por se tratar do segundo maior município do Estado e ser considerada a segunda capital do RN, o número de profissionais pode ser visto como baixo pela relevância que o município tem. Sendo este o cenário a ser explorado, a pesquisa busca responder à questão: como se dá a atuação do perito contábil na Comarca do Município de Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte?

A resposta a essa problemática parte da hipótese de que o perito contábil trabalha, especificamente, em questões técnicas e pontuais, bem como, atua sobre a demanda dos órgãos aos quais está credenciado.

Portanto, o objetivo geral da pesquisa baseia-se em analisar a atuação do perito contábil na Comarca do Município de Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte, a fim investigar o baixo número de registros desses profissionais no referido município, bem como, demonstrar o perfil do perito contábil e, averiguar as ferramentas, procedimentos e normas aplicados na prática deste profissional.

Para chegar aos objetivos foi realizada uma pesquisa descritiva, com procedimentos voltados a uma pesquisa de campo, através de uma abordagem de problema de maneira qualitativa.

Sendo assim, percebendo que há uma carência desses profissionais no objeto de estudo, é de suma importância investigar e diagnosticar a causa do problema para que seja provocado o interesse na procura pela área pericial, sendo então, uma solução para o aumento de mais profissionais registrados. E como consequência, estimular os profissionais de Ciências Contábeis a vivenciar o âmbito da perícia.

No entanto, a pesquisa está estruturada em cinco seções, acompanhada de algumas subdivisões relativas aos tópicos principais das quais são: introdução, referencial teórico, metodologia, análise dos resultados e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na presente seção será explanada uma breve discussão teórica acerca do tema em estudo, esclarecendo assim os conceitos e referências que embasam a Perícia Contábil, Tipos de Perícias e Normas e Procedimentos.

2.1 PERÍCIA CONTÁBIL

Desde o início dos tempos, quando o ser humano passou a habitar em sociedade, a transição de animalidade para racionalidade expôs ao homem habilidade em sua própria ótica o direito de julgar, comandar e orientar os povos, sendo então, o início de um processo civil. (ALBERTO, 2012).

Ainda de acordo com o mesmo autor, impérios e reinos foram constituídos e, conseqüentemente, destruídos, findados com a queda do império romano e segmentados por reinos bárbaros, o que levou a igreja e o Estado a colapso de autoridades, havendo a constituição de legislações civis, do direito e suas áreas, oriundos do Direito Canônico.

Proveniente deste contexto civil, ou seja, a luta por interesses, a perícia contábil surge como uma ferramenta de auxílio especializada com o objetivo adquirir prova ou opinião a serem



utilizadas para nortear o magistrado no julgamento de um caso, ou até mesmo, revogar divergências de cunho pessoal. (TAVEIRA, *Et al*, 2013).

Dessa forma, segundo Sá (2019), o termo perícia surgiu como uma ferramenta de investigação, de análise e certificação da veracidade de uma operação, ou seja, uma opinião sobre uma verificação feita, que para a contabilidade pericial a natureza principal se embasa na especialidade da matéria contábil, exigindo conhecimento científico e técnico de sua ocorrência.

Muller (2017), argumenta que a ciência contábil traz a ideia do conhecimento do fluxo de valores, que tende a atender o porquê das alterações patrimoniais, o que suscita a muitas entidades o declínio. Logo, essa atividade requer habilidade e conhecimento que cabe somente ao contador realizar, cujo os fatos estão ligados a lançamento contábeis, ou seja, informações a prestação de contas.

A perícia é a evidência, ou seja, um sistema de esclarecimento que informa a solução do conflito, elaborado por meio de laudos, conforme as normas jurídicas e profissionais, atendendo a legislação específica, com o propósito de convencer o juiz. (ALVES, *Et al*, 2017). Diante disto, pode-se observar que o campo de atuação pericial contábil é amplo, possibilita uma infinidade de funções, desde uma conferência de recursos, como também, quadro de procura e confisco. (AQUINO; IMONIANA, 2017).

Encadeando a contabilidade quanto à própria civilização, o avanço social acarretou eventos econômicos dados pelo progresso do comércio, das indústrias e transportes que, conseqüentemente, culminou no aumento do controle das operações e vistorias dos registros, que por meio das partidas dobradas deu origem a auditoria. (YOSHITAKE, 2009).

Vicente (2014) entende que a auditoria se trata da realização de um levantamento e avaliação sistemática de procedimentos, ligadas a um conjunto de normas, sejam internas ou externas, feito por um profissional especializado, a fim de assegurar o patrimônio da entidade. Sendo então, emitida uma concepção sobre a operação realizada, a fim deter eventos que possibilitem desvios, golpes e propina, um monitoramento feito com a finalidade de assegurar o patrimônio da organização auditada. (CREPALDI; CREPALDI, 2019).

Diante disso, a perícia contábil dispõe de mais uma especialidade de perquirição, trata-se da contabilidade forense que, para Sena (2020), usa diversos ramos do conhecimento no



confronto a corrupção e fraudes, através de recursos como: informática, psicologia, criminologia e investigação criminal, ou seja, expondo para a Corte um diagnóstico satisfatório na decisão de um litígio.

Essa área da contabilidade exhibe uma ascensão do controle patrimonial, com aspecto na busca, identificação e prevenção de dolo e delitos econômico-financeiros. Dessa maneira, o modo vai além da coleta de dados ou registros contábeis, porém, a realização é feita da apuração da fraude, idealizado pelo domínio do conhecimento, por investigações especiais e multidisciplinares. (CARDOSO, 2008).

Em virtude de um segmento entre a perícia e a auditoria as evidências coletadas por meio de procedimentos e métodos utilizados pelas mesmas, diferente do habitual, exigem competências similares, porém, que consistam na integração das habilidades contábeis. (SILVA, 2012).

2.2 TIPOS DE PERÍCIA

Entende-se que para atender melhor os justos termos, especificação e fixação de interesse, é recorrente confundir as espécies por sua manifestação concreta. Então, é dessa linha que se discernem por suas aplicações e as circunstâncias que a requer como mecanismo de orientação. (MAGALHÃES, 2017).

Há, no entanto, quatro espécies de perícia, a primeira delas é a judicial, que está sob a jurisdição da justiça, uma vez que é por meio da determinação, requerimento ou ainda a indispensabilidade de seus negociadores ativos, fazendo o uso das normas legais específicas, que é requerida pelo juiz de Direito. (ALBERTO, 2012).

O processo pelo qual a perícia judicial se encontra, é subdividido em duas categorias, com propósitos diferentes, ou seja, uma por via de provas e a outra por intermédio da arbitragem. (BLEIL; SANTIN, 2008). Ainda sobre a percepção dos mesmos, a perícia judicial é considerada como prova quando se busca a verdade real, ou seja, quando é feito o uso de artifícios científicos ou técnicos, que contribuem para a formação da opinião do juiz e é considerada arbitragem no momento em que há o acordo entre as partes, sem a necessidade de julgamento por parte do magistrado.



Ornelas (2011), diz que para que seja realizado esse tipo de processo pericial, é requerido do profissional habilidades e competências aptas para que então seja nomeado pelo juiz como perito e, dessa forma, o caso seja executado.

Na visão do mesmo autor, ainda sobre a Arbitragem, a segunda espécie de perícia, entende-se que seu desenvolvimento deve estar de acordo com a Lei da Arbitragem, uma maneira de solucionar conflitos sem precisar acionar o Poder Judiciário, pelo qual o interesse surge por parte do perito contábil nomeado, a fim de inserir nas negociações de processo arbitral soluções para as partes interessadas, desenvolvendo provas técnicas contábeis e, se for de modo privado, através da contratação do árbitro ou da solicitação do Tribunal Arbitral.

Dando sequência, a terceira espécie de perícia contábil é a Semijudicial. Andrade e Santos (2016) explicam que é realizada por meio do Poder Legislativo (os parlamentares), pelas autoridades policiais mediante inquéritos e por processos administrativos tributários que possuem poder jurisdicional, uma vez que estão restritos às regras legais e regimentais, com isso, exercida no âmbito estatal, com a intenção de averiguar os casos ilícitos praticados por servidores públicos.

Por fim, uma última espécie de perícia contábil é a extrajudicial a qual é realizada fora do parâmetro estadual e judiciário, ou seja, as partes interessadas, seja pessoa física ou jurídica, entram em um acordo, levando em consideração que nesta espécie é abordada a verdade sobre o fato, os justos termos de interesse de ambos e uma confirmação do objeto analisado. (ALBERTO, 2012; GUEDES, 2011).

2.3 NORMAS E PROCEDIMENTOS

A perícia contábil é composta por um conjunto de normas e procedimentos técnicos e científicos pronunciados pelo CFC e pelo Código de Processo Civil, que servem para embasar a construção do parecer pericial contábil e do laudo pericial contábil. Uma vez produzido pelos peritos contábeis sendo fiéis às NBC TP que trata das técnicas periciais, NBC PP 01 e 02, a primeira refere-se ao Perito Contábil e a segunda ao Exame de Qualificação Técnica para Perito Contábil. (SILVA; MACHADO, 2019).



A transgressão dessas normas fere a ética profissional, logo, o perito contábil na realização dos seus serviços deve honra-las e segui-las, o que evidencia sua índole e proporciona um resultado com maestria. (SILVEIRA, *Et al*, 2013).

Segundo a Resolução CFC nº 1.328/11, as NBC's alteradas pelo CFC devem estar ajustadas em sua estrutura aos padrões internacionais, sendo então aplicadas do mesmo modo as Interpretações Técnicas, os Comunicados Técnicos e o Código de Ética Profissional do Contabilista. Contudo, fica definida nas Resoluções do CFC até que sejam atualizadas novas normas em acordo com as condições previstas na Resolução.

Assim, conforme o CFC (2020), a NBC TP 01 estabelece instruções e regulamentos para a execução da ação pericial, expondo sua finalidade, conceito, planejamento, termos e atas na produção do laudo pericial contábil e parecer pericial contábil, estando de acordo com as diretrizes jurídicas, trabalhistas e as leis específicas no que for conveniente, além da situação regular do contador perante o CRC, sendo assim, estando apto para desenvolver suas atividades em meio a perícia contábil.

Dessa forma, ainda conforme o CFC, o perfil do perito contador profissional é regido pela NBC PP 01, que deverá ser possuinte de conhecimento técnico e científico, com registro regular no CRC e no Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis (CNPC), sujeito a impedimentos profissionais e legais e suspeição, e que possua responsabilidade e zelo profissional, uso de mão de obra especializada, programação de atividades e seus respectivos valores monetários, além de prestar esclarecimento e proteção em caso de vocábulos ofensivos.

No que se refere a obtenção da habilitação pericial, o CFC (2016) diz em sua NBC PP 02, que para obtê-la é necessário a realização de uma prova na tentativa de comprovar conhecimentos e habilidades profissionais mínimas necessárias para o desenvolvimento das atividades voltadas a perícia contábil, assegurando junto ao CFC e ao CNPC o seu registro, permitindo o perito atuar em tais situações.

3 METODOLOGIA



Na seção em tela, será apresentada a metodologia: a classificação da pesquisa quanto aos objetivos, procedimentos, abordagem do problema, instrumento de coleta de dados, universo e amostra e, por fim, o tratamento e análise dos dados.

Quanto ao objetivo, a presente pesquisa é classificada como a descritiva, pois segundo Gil (2010), esse tipo de estudo descreve as características de uma população ou fenômeno específico, ou até mesmo, a determinação da relação entre variáveis, tendo uma de suas características mais forte a padronização de coletas de dados, como é o caso de um questionário, sendo este o instrumento de coleta deste artigo, uma vez que se trata de um questionário semiestruturado com perguntas fechadas conforme o Apêndice.

Com isso, fazendo o uso dessas ferramentas as quais segundo Santos e Parra Filho (2011), possibilitam a realização da análise e o delineamento das conclusões conforme os objetivos anteriormente especificados, tomando como base a observação de como realmente os fatos ocorrem, caracterizando essas ações como pesquisa de campo no tocante ao procedimento técnico utilizado neste artigo.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é classificada como qualitativa, pois, os resultados são provenientes do questionário elaborado no *software Word*. Para Lakatos e Marconi (2017), esse método é composto por dois momentos: o primeiro trata-se da pesquisa ou coleta de dados, e o segundo da análise e interpretação dos mesmos, ou seja, relata o desenvolvimento interpretativo dos dados obtidos, a fim de desvendar o significado dos dados.

No que se refere ao universo e amostra, o primeiro trata-se dos peritos contadores registrados no sítio do CRC do RN, o segundo que é uma parte do universo, ou seja, a amostra, baseada nos peritos que fazem parte do grupo de pesquisa do RN que estão credenciados na Comarca do município de Mossoró, visto que, para Freud (2007), o universo se constitui em todas as observações possíveis de um determinado evento e a amostra é uma fração resultante do universo.

Inicialmente, a proposta era de aplicar o questionário com nove peritos. Porém, na execução da pesquisa pudemos contar com a colaboração apenas de cinco, pois os demais se esquivaram de responder. Apesar desse imprevisto (que é passível de acontecer em qualquer processo de pesquisa), os resultados não deixam de ser precisos, pois expressa a realidade de

uma amostragem, como também, consideramos que houve êxito, pois tivemos a participação de mais da metade do público alvo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seção a seguir pode ser considerada como o coração do artigo, pois aqui serão apresentados os dados auferidos com suas respectivas análises e interpretações. Cabe sublinhar que os dados são provenientes do questionário, cujo modelo foi adaptado de Cardoso (2018), destinado aos peritos contadores que atuam na Comarca do município de Mossoró/RN.

Por uma questão de melhor organização do artigo, os dados da amostra foram tratados, analisados e, posteriormente, separados em três subseções: o perfil do perito contador; na segunda, os procedimentos na prática do profissional e, por fim, o baixo número de registros na Comarca estudada.

4.1 PERFIL DO PERITO CONTADOR

Neste primeiro bloco do questionário, as perguntas foram voltadas ao perfil pessoal do profissional, levando em consideração as características que diferem cada um em um único espaço, ou seja, no âmbito pericial contábil.

Deve-se atentar que para ser perito contador o profissional contábil precisa possuir o registro no Conselho Regional Contabilidade (CRC). Dessa forma, segundo do CFC (2021), no RN há registrados 2.815 contadores do sexo masculino e 2.517 contadoras do sexo feminino.

Assim, a pesquisa trouxe como resultado um número maior de contadores do sexo masculino, o qual corresponde a 80% (4 peritos) do total de respondentes e 20% (1 perita) do sexo feminino, observando-se que há uma maior quantidade de peritos na Comarca de Mossoró/RN. Porém, a diferença é discrepante, de 60%, como demonstrado nos resultados, embora esperasse realmente que os peritos fossem superiores às peritas.

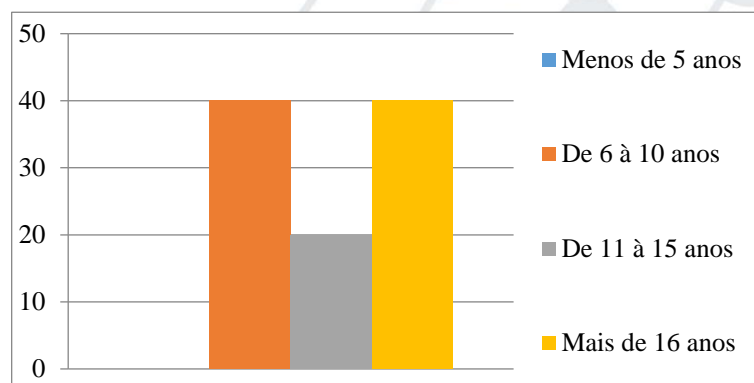
Se tratando da faixa etária dos respondentes, 60% (3 peritos) possuem idade entre 25 e 35 anos e, 40% (2 peritos) relata ter mais de 50 anos. Ao analisar a amostra coletada e quando comparada ao estudo de Silva e Matias (2011), realizada no Estado do Minas Gerais, percebe-



se uma comparação expressiva de idades, tendo em média 36 anos, do qual o mais novo tem 24 anos e o mais idoso 66 anos.

Na sequência, o Gráfico 1 exibe o tempo de conclusão de curso dos profissionais.

Gráfico 1 - Tempo de Conclusão do curso



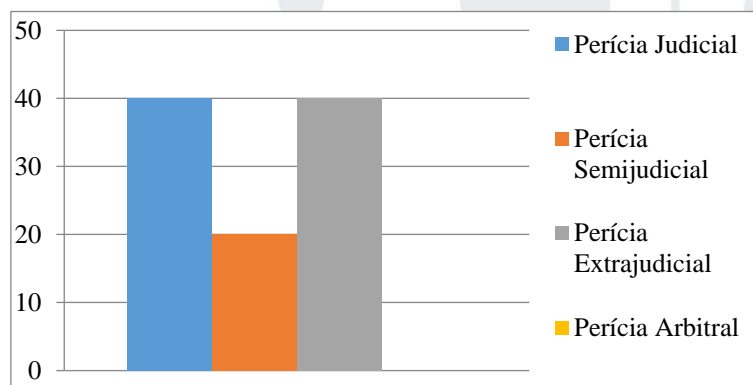
Fonte: Autoria própria (2021).

Ao investigar o tempo de conclusão do curso, nota-se uma diferença considerável no ano apontado pelos respondentes: 40% (2 peritos) relata ter concluído de 6 há 10 anos, os outros 40% (2 peritos) há mais de 16 anos e, apenas 20% (1 perito) concluiu entre 11 há 15 anos, sendo possível observar que nesta Comarca, o tempo de formação e experiência entre os peritos para prática é relativo.

Quanto ao tempo de atuação como contador, 60% (3 peritos) dos respondentes informaram atuar entre 5 há 15 anos e 40% (2 peritos) afirma atuar há mais de 15 anos. Logo, a análise desta amostra quando comparada ao tempo de atuação como perito, 60% (3 peritos) dos respondentes afirma atuar como perito entre 5 há 15 anos e, 40% (2 peritos) atua entre 1 a 5 anos. Observa-se um grau de amadurecimento e experiência, ou seja, tempo de graduação por reciclagem, pois, tratando-se da formação acadêmica do profissional, houve unanimidade nas respostas, quando perguntado se fizeram algum tipo de especialização, ou seja, 100% afirmaram que deram continuidade aos estudos após a graduação, por meio de curso de especialização.

Com isso, o Gráfico 2 apresenta os resultados quanto às suas áreas de atuação no mercado de trabalho. Destes, 40% (2 peritos) atuam na área de perícia judicial, enquanto que outros 40% (2 peritos) exercem suas funções na área de perícia extrajudicial e apenas 20% (1 perito) na área semijudicial, sendo que não se conseguiu resposta para a área arbitral. No entanto, esta pesquisa contempla apenas as três áreas existente judicial, semijudicial e extrajudicial.

Gráfico 2 - Área de Atuação



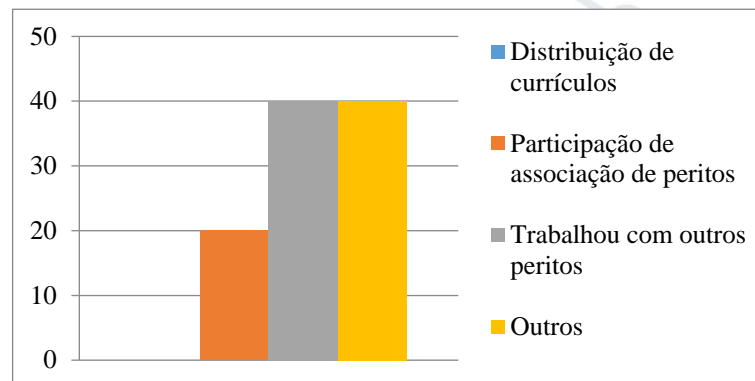
Fonte: Autoria própria (2021).

Nessa direção, pode-se perceber que a Comarca do Município de Mossoró/RN apresenta profissionais que atuam na maior parte das áreas existentes. Embora todos os respondentes possuam especialização, não quer dizer que esta seja necessária para que possam atuar nas áreas periciais, uma vez que, para tornar-se apto a este tipo de profissão necessita apenas possuir o registro no CRC, segundo a NBC TP 01.

Ainda sobre o mercado de trabalho, quando perguntados sobre as dificuldades encontradas ao se inserir, 80% (4 peritos) dos respondentes se depararam com dificuldades na inserção, ao passo que apenas 20% (1 perito) relatou que não houve dificuldades para se inserir.

Quanto ao meio de inserção no mercado, o Gráfico 3 evidencia pelos quais os peritos ingressaram neste âmbito de trabalho.

Gráfico 3: Meio de inserção no mercado



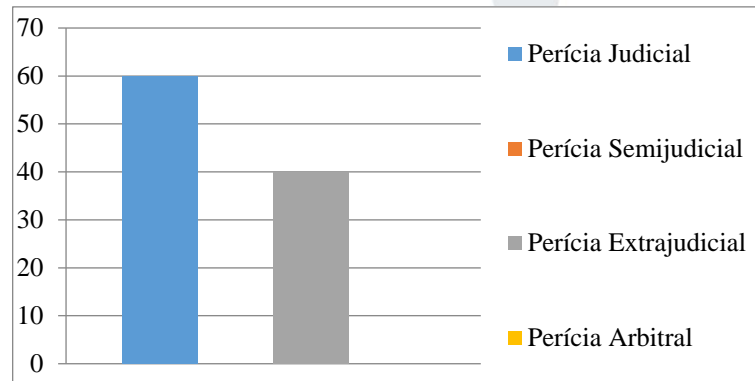
Fonte: Autoria própria (2021).

Apesar de a maioria dos respondentes terem encontrado dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, eles obtiveram êxito: 20% (1 perito) inseriu-se por intermédio da participação na associação de peritos, 40% (2 peritos) por terem trabalhado com outros peritos e os demais 40% (2 peritos) por outros meios.

4.2 PROCEDIMENTOS NA PRÁTICA DO PROFISSIONAL

Neste segundo bloco, foram tratados os questionamentos acerca das ferramentas, procedimentos e normas utilizados na prática do perito contábil. A começar com os tipos de perícias mais solicitadas que, com unanimidade, foram as fraudes em licitações públicas. E a aplicação específica pericial é mais solicitada, a ser observada no Gráfico 4, composto pela demanda dos autos.

Gráfico 4: Aplicação específica pericial



Fonte: Autoria própria (2021).

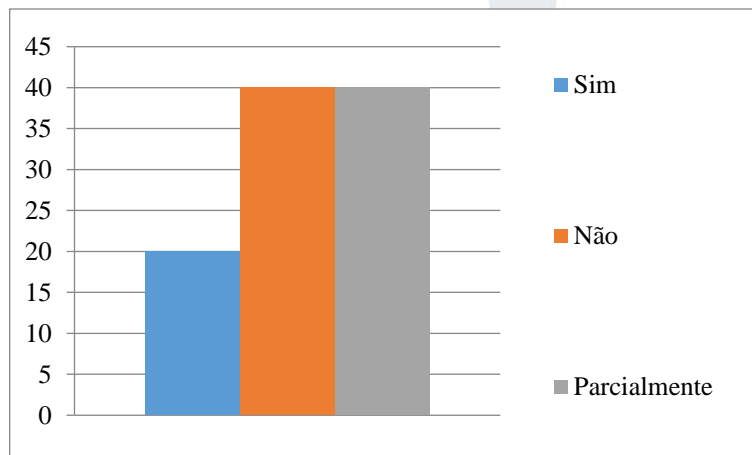
Quando perguntado quais os tipos de perícia são mais demandados e qual a área de atuação dos respondentes, pode-se constatar semelhança nas respostas, uma vez que, os que responderam pode ter entendido que sua área é a mais solicitada. Logo, 60% (3 peritos) relataram perícia judicial e os outros 40% (2 peritos) em perícia extrajudicial, o que equivale respectivamente a suas áreas específicas.

No que tange a execução dos autos na Comarca de Mossoró/RN, os peritos foram questionados sobre a quantidade de perícias realizadas por mês, o tempo em média de execução, se conta com uma equipe ou não, e se há dificuldades para a realização dos autos.

Houve unanimidade nas respostas no que se refere a quantidade de perícias mensais, ou seja, todos os peritos respondentes afirmaram realizar em média até duas perícias por mês. 80% (4 peritos) realizam a perícia em um período de, em média, de 1 a 3 meses, enquanto que apenas 20% (1 perito) executa em um período de 3 a 6 meses.

Isso pode se dar pelo motivo de que todos eles afirmaram que trabalham sozinhos. Mas esse motivo não alega que eles encontram dificuldades, pois, conforme o Gráfico 5, 40% (2 peritos) afirmaram não possuem dificuldades, 40% (2 peritos) consideram parcialmente, ou seja, pode ou não se deparar com obstáculos e, apenas 20% (1 perito) julga ter dificuldades. Com isso, nota-se a importância de um trabalho em equipe, tendo em vista que com um quadro maior de funcionários a oferta poderia suprir ou aproximar-se da demanda.

Gráfico 5: Dificuldades na realização dos autos



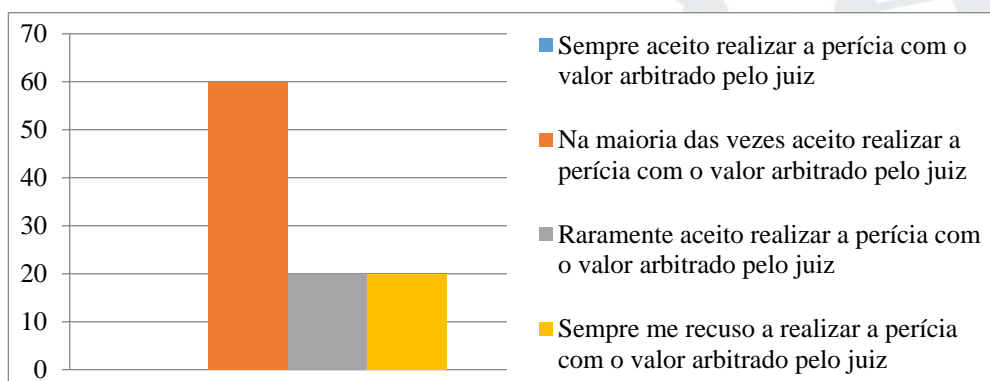
Fonte: Autoria própria (2021).

No tocante a monetização dos peritos, foram questionados quanto ao valor médio recebido pelos honorários. Todos afirmaram receber entre R\$1.000,00 a R\$5.000,00 por perícia, demonstrando a diferença da realidade encontrada no estudo de Bohrer (2014) desenvolvido em uma cidade do Rio Grande Sul, onde 25% da sua amostra recebe remunerações entre R\$1.000,00 a R\$3.000,00.

Entretanto, quando questionados se as partes contestam os valores dos honorários, 80% da amostra (4 peritos) afirmou que sim, enquanto que apenas 20% da amostra (1 perito) respondeu que não costuma ser questionado.

Dando segmento aos trabalhos dos peritos, quando questionados se houve situações em que o juiz arbitrou os valores dos honorários, todos foram unânimes em afirmar que sim, com isso, observa-se no Gráfico 6 as posições tomadas pelos peritos.

Gráfico 6: Posicionamento quanto a arbitragem dos honorários imposta pelo Juiz



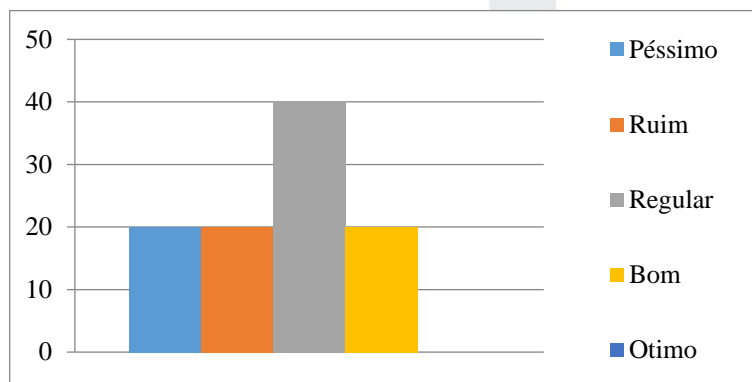
Fonte: Autoria própria (2021).

Nem sempre é o perito quem delega o valor que será pago, ele apenas apresenta o valor e o juiz é quem decide. A partir dessa informação, na aplicação do questionário, todos os respondentes declararam ter passado por esse tipo de situação: 60% (3 peritos) aceitou realizar a perícia com valor arbitrado pelo juiz, 20% (1 perito) alegou que raramente aceita realizar a perícia com o valor arbitrado pelo juiz e 20% (1 perito) se recusa a realizar a perícia com o valor arbitrado pelo juiz. Observando esse cenário, é cabível dizer que a decisão de realizar ou não a perícia está no perito, pois o mesmo já tem o conhecimento das possíveis formas de monetização.

4.3 BAIXO NÚMERO DE REGISTROS NO ESTADO

Neste terceiro e último bloco será demonstrada uma análise com base na percepção dos respondentes com relação à atuação dos peritos no mercado de trabalho no Estado do RN. A discussão dar-se-á de início pelo Gráfico 7, o qual refere-se a visão de mercado pericial.

Gráfico 7 - Mercado de perícia



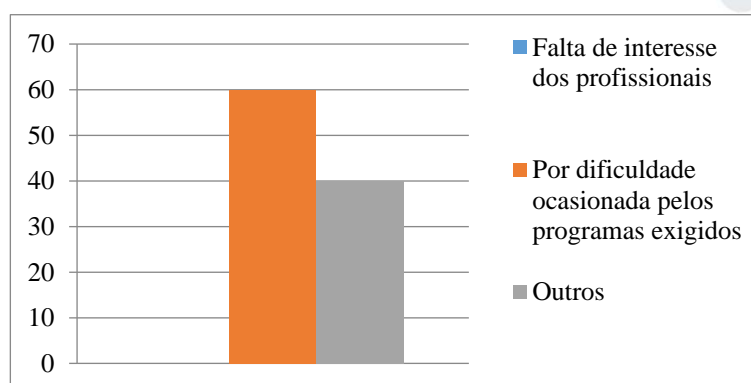
Fonte: Autoria própria (2021).

Nota-se que no questionamento ao qual se refere ao Gráfico 7, de como os respondentes consideram o mercado de perícia, 20% (1 perito) respondeu que o mercado é péssimo e 20% (1 perito) julga como sendo ruim, pelo motivo de não conseguirem acompanhar as exigências implementadas pelas novas regulamentações do CFC. 40% (2 peritos) respondeu que o mercado é considerado regular.

Apenas 20% (1 perito) apresentou uma resposta mais positiva, julga como sendo bom. Estes tornam-se mais susceptíveis a adaptar-se às atualizações trazidas pelo CFC, decorrentes das exigências provocadas pelo mercado de trabalho.

Concernente à percepção dos peritos sobre o baixo índice de profissionais no Estado do RN, esta pode ser vista no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Baixo índice de Profissionais



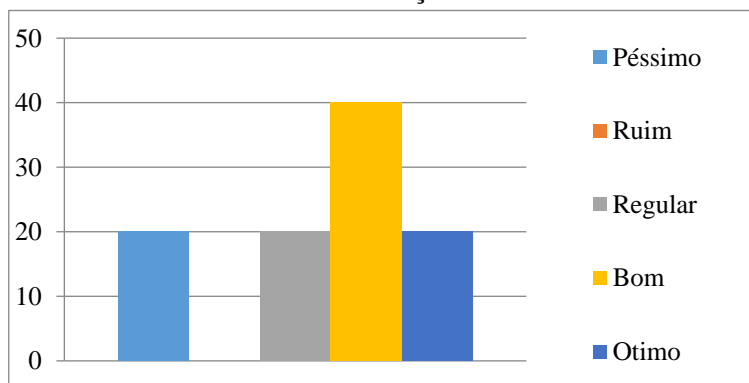
Fonte: Autoria própria (2021).

Quando comparado às respostas quanto a percepção do mercado de trabalho no RN (Gráfico 7) com as respostas referentes ao motivo do baixo índice de profissionais registrados no RN (Gráfico 8), nota-se que neste, 60% (3 peritos) respondeu ser por dificuldades ocasionadas pelos programas exigidos, assim como os que consideraram o mercado péssimo, ruim e 20% (1 perito) dos que consideraram como regular e, 40% (2 peritos) por outros motivos, semelhante com os respondentes que consideraram como bom e o outro que considerou como regular.

Sendo assim, um dos motivos que pode ser levado em consideração pela baixa inserção no mercado, é derivado das dificuldades para habilitar-se como perito em virtude das novas exigências, conforme prescrito na NBC TP 02, sendo uma delas a obrigatoriedade do Programa de Educação Profissional Continuada, do qual depende a permanência do profissional no cadastro do CNPC, conforme o artigo 3º da Resolução CFC nº 1.502/2016.

Na sequência, foi questionada a percepção dos respondentes acerca da criação do CNPC.

Gráfico 9 - Criação do CNPC



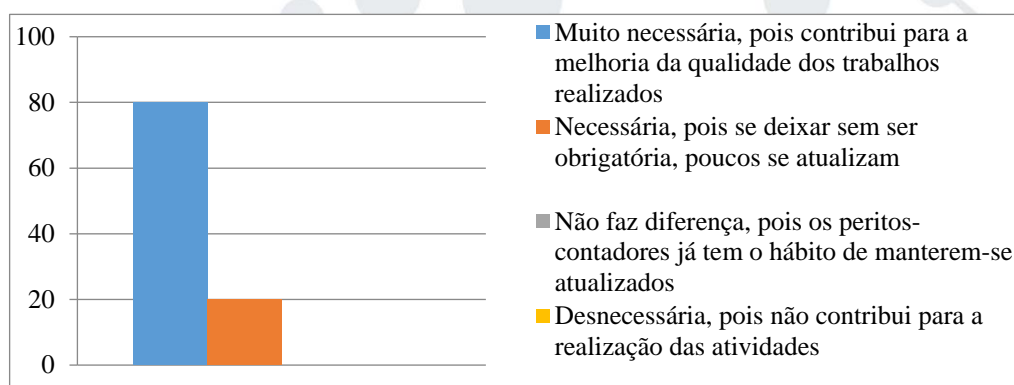
Fonte: Autoria própria (2021).

Observa-se uma variação nas respostas quanto à percepção da criação do CNPC. Enquanto 60% (3 peritos) responderam positivamente, uma parcela de 40% (2 peritos) julgou como bom e 20% (1 perito) como ótimo. Como percepção negativa, apenas 20% (1 perito) respondeu como sendo péssimo, e os outros 20% (1 perito) como regular. Mediante o exposto,

é possível notar o impacto que a criação do CNPC provocou na vida profissional dos peritos, tanto de forma positiva, como negativa.

Em consequência da criação do CNPC, o Gráfico 10 aponta a opinião dos peritos quanto à obrigatoriedade do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC).

Gráfico 10 - Obrigatoriedade do PEPC



Fonte: Autoria própria (2021).

Dentre os respondentes, 80% (4 peritos) avaliaram que a criação do PEPC é muito necessária, pois contribui para a melhoria da qualidade dos trabalhos realizados, enquanto que apenas 20% (1 perito) julgou como necessária, pois se deixar sem ser obrigatória, poucos vão procurar se manter atualizados. Sendo assim, é evidente a importância de o profissional sempre estar conectado às atualizações que estão em vigência quanto aos padrões internacionais.

Diante dos questionamentos anteriormente realizados, torna-se imprescindível avaliar a indicação da pericial contábil, área de suma importância na solução dos autos. Assim, os peritos foram unânimes em indicar aos formandos em Bacharel em Ciências Contábeis a tornar-se um perito contador, sendo evidenciando sua relevância no mercado de trabalho.

De maneira conclusiva, é cabível dizer que o mercado no Rio Grande do Norte conta com uma baixa oferta desses profissionais, o que denota de forma positiva um leque de oportunidade da atuação pericial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perícia contábil se materializa em laudos periciais, que são importantes ferramentas de inteligência na evidência e esclarecimento de soluções de litígio, elaborados por um perito contador possuidor de conhecimento técnico científico, atendendo as normas jurídicas e profissionais previstas pelo CFC. (ALVES, *Et al*, 2017; NEVES JUNIOR; MOREIRA, 2011).

O objetivo geral deste estudo consistiu em analisar a atuação do perito contábil no Estado do Rio Grande do Norte, sendo coletada e estudada a amostra do grupo de pesquisa credenciado na Comarca do município de Mossoró/RN. Mediante a execução da pesquisa e escrita do artigo, pode-se afirmar que o objetivo mencionado foi alcançado de forma exitosa.

Com base na análise dos resultados foi demonstrado o perfil dos peritos que se encontram distribuídos nas diferentes áreas de atuação, podendo observar na prática os procedimentos realizados por eles, que mistificam na adaptação dos métodos de funcionamento da Comarca onde estão credenciados, no entanto, nota-se que a maioria consegue realizar seus trabalhos e, conseqüentemente não tem problemas com honorários, mesmo tendo sido arbitrado pelo Juiz.

No entanto, as percepções dos peritos contadores em relação ao baixo número de registros desses profissionais, observa-se que as dificuldades ocasionadas pelos programas exigidos tem sido o motivo de inserção destes profissionais no mercado, porém, é compreendido e aceito por todos que os requisitos prescritos de qualificação são essenciais, pois traz melhoria de qualidade nos trabalhos realizados.

Em relação à hipótese referida a princípio de que o perito contábil trabalha especificamente em questões técnicas e pontuais, bem como, atua sobre a demanda dos órgãos aos quais está credenciado, atestou-se como válida.

É essencial frisar limitações do estudo em tela. Foi analisado apenas um Órgão Público específico: a Comarca do Município de Mossoró/RN, do qual os resultados obtidos não podem ser generalizados, uma vez que, o estudo foi feito apenas em uma dada localidade. Dessa forma, é uma temática que está aberta a sugestões para pesquisas futuras, em que se possa conseguir um universo maior, com o mesmo seguimento, podendo estender os resultados alcançados.

REFERÊNCIAS



ALBERTO, V. L. P. **Perícia Contábil**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALVES, A. *Et. al.* **Perícia contábil I**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

ANDRADE, D. M. SANTOS, R. B. dos. A relevância do laudo pericial contábil na perspectiva de magistrados. In: **Anais do Congresso UFPE de Ciências Contábeis**. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas> Acesso em: 01 nov. 2020.

BLEIL, C. SANTIN, L. A. B. A perícia contábil e sua importância sob o olhar dos magistrados. In: **Revista de administração e ciências contábeis do IDEAU**. V. 3, N. 7, 2008. Disponível em: <https://www.bage.ideau.com.br/> Acesso em: 04 jan. 2021.

BOHRER, J. E. A. G. **Perícia contábil**: percepção do perito-contador em relação ao mercado de trabalho. 2015. Disponível em: <https://www.gnuteca.univates.br/bdu/handle/10737/764> Acesso em: 10 fev. 2021.

CÂNDIDO, G. G. **Perícia contábil**: o perfil dos peritos contadores aptos a atuar na região de Criciúma e sua percepção sobre o mercado de trabalho. 2018. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/6190/1/Guilherme%20Gertrudes%20C%c3%a2ndido.pdf> Acesso em: 04 jan. 2021

CARDOSO, F. N. **Contabilidade forense no Brasil**: incipiência ou insipiência? Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1109/1/DISSERTACAO_2008_FernandoNCardoso.pdf Acesso em: 31 out. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.328/11**. CFC, 2011. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1328.pdf Acesso em: 01 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC PP 02**, de 21 de outubro de 2016. CFC, 2016. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPP02.pdf> Acesso em: 01 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TP 01 (R1)**, de 19 de março de 2020. CFC, 2020. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTP01\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTP01(R1).pdf). Acesso em: 31 out. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC PP 01 (R1)**, de 19 de março de 2020. CFC, 2020. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPP01\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPP01(R1).pdf) Acesso em: 01 nov. 2020.



- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Categoria 2020**. CFC, 2020. Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0> Acesso em: 05 abr. 2020.
- CREPALDI, S. A. CREPALDI, G. S. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- FREUND, J. E. **Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade**. 11. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUEDES, E. P. **Perícia Contábil Judicial: O papel do perito contábil nomeado**. 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/35576> Acesso em: 01 nov. 2020.
- IMONIANA, J. O. AQUINO, A. A. Contabilidade Forense e Perícia Contábil: um estudo fenomenográfico. In: **Revista Organizações em Contexto**. V. 13, N. 26, 2017. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/OC/article/view/7181/pdf> Acesso em: 31 out. 2020.
- LAKATOS, E. M. MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MAGALHÃES, A. de D. F. **Perícia contábil**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MÜLLER, A. N. TIMI, S. R. R. HEIMOSKI, V. T. M. **Perícia contábil**. São Paulo: Saraiva, 2017.
- ORNELAS, M. M. G. de. **Perícia contábil**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- SÁ, A. L de. **Perícia contábil**. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- SANTOS, J. A. dos. PARRA FILHO, D. **Metodologia científica**. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- SENA, J. D. de. *Et al.* **Contabilidade Forense: um estudo sobre a percepção de docentes e discentes em uma instituição de ensino superior de Brasília**. 2020. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/Anais2020/ArtigosDownload/2722.pdf> Acesso em: 01 nov. 2020.
- SILVA, A. F. Z. da. *Et al.* **Uma análise da importância do laudo pericial no processo decisório judicial**. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/semic/article/view/19781> Acesso em: 01 nov. 2020.



SILVA, G. C. MATIAS, M. A. Perícia Contábil: a visão dos contadores mineiros sobre os requisitos necessários, às atribuições e o campo de atuação da área. In: **Revista Mineira de Contabilidade**. V. 2, N. 42, 2011. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/319/140> Acesso em: 12 abr. 2021.

SILVA, L. M. da. **Contabilidade Forense: Princípios e Fundamentos**. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVEIRA, C. *Et al.* A influência da perícia contábil nas decisões judiciais. In: **Scientia Plena**. V. 9, N. 11, 2013. Disponível em: <https://www.scientiaplenu.org.br/sp/article/view/1252/914> Acesso em: 01 nov. 2020.

SOUZA, L. F. de S. A análise de inteligência criminal e contábil. In: **Revista Phoenix Magazine**. 2004. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/gestao/corruptao/a-inteligencia-criminal-e-contabil/> Acesso em: 28 abr. 2021.

TAVEIRA, L. D. B. *Et al.* Uma análise bibliométrica dos artigos científicos em perícia contábil publicados entre os anos de 1999 a 2012. In: **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**. V. 18, N. 2, 2013. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/1729/1603> Acesso em: 22 out. 2020.

YOSHITAKE, M. **Auditoria contábil**. 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=RYMteax40GAC&lpg=PA9&dq=auditoria%20cont%C3%A1bil&lr&hl=pt-BR&pg=PA11#v=onepage&q=auditoria%20cont%C3%A1bil&f=false> Acesso em: 22 out. 2020.



PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: um estudo comparativo com base em um orçamento em uma empresa comercial na cidade de Assú/RN

Nadjane Thauany Ferreira Bezerra¹

Joaquim de Siqueira Furtado Neto²

Antônio Gustavo Nicácio³

Danilo Felipe Teixeira Da Silva⁴

Kallianna Karina Medeiros de Azevedo⁵

RESUMO

O planejamento tributário é uma forma legal regida por lei que através de um estudo prévio ajuda os gestores a identificar o melhor regime tributário visando assim a diminuição das cargas tributárias para as empresas. Esse trabalho tem como objetivo analisar a melhor forma de enquadramento tributário para o exercício 2021 com base em um orçamento em uma empresa comercial situada na cidade de Assú/RN. Dessa forma, a presente pesquisa especifica-se como descritiva referente aos objetivos, nos procedimentos foi realizada através de um estudo de caso e documental, com abordagem do problema qualitativa, dado como análise os relatórios, sendo eles, o faturamento, as entradas, despesas operacionais englobando o pessoal e financeiro, referentes aos anos de 2016 a julho de 2020 sendo realizada a pesquisa no período de agosto a novembro de 2020. De acordo com os resultados dos cálculos de comparação entre duas formas de tributação, visto que a empresa não se enquadrou nos limites do Simples Nacional, ficando assim notório que o Lucro Real é a forma mais adequada para essa empresa no ano de 2021,

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela FACESA. Email: nadjanebezerra.nb@gmail.com.

² Graduado em Ciências Contábeis pela UERN. Mestre em Administração pela UNP. E-mail: joaquimdesiqueira@hotmail.com.

³ Graduado em Ciências Contábeis pela UERN. Mestre em Educação pela UERN. E-mail: antonio.gustavoali@gmail.com.

⁴ Graduado em Ciências Contábeis pela Mater Christi. E-mail: danilofelype@hotmail.com.

⁵ Graduada em Ciências Contábeis pela UERN. E-mail: kallianna.azevedo@hotmail.com.



pois a carga é menor. Diante desse ponto de vista a empresa deve continuar com o regime tributário escolhido desde a sua origem, assim tendo encargos menores.

Palavras-chave: Planejamento Tributário, Simples Nacional, Lucro Real. Lucro Presumido, Regime de Tributação.

ABSTRACT

Tax planning is a legal form governed by law that, through a previous study, helps managers to identify the best tax regime, thus aiming to reduce tax burdens for companies. This work aims to analyze the best form of tax classification for the year 2021 based on a budget in a commercial company located in the city of Assú/RN. Thus, this research is specified as descriptive regarding the objectives, in the procedures it was carried out through a case study and document, with a qualitative approach to the problem, given as analysis of the reports, namely, the billing, the income, expenses operating encompassing personnel and financial, for the years 2016 to July 2020, the survey being carried out in the period from August to November 2020. According to the results of the comparison calculations between two forms of taxation, since the company is not fell within the limits of the Simples Nacional, thus making it clear that the Real Profit is the most suitable form for this company in 2021, as the load is lower. From this point of view, the company must continue with the tax regime chosen since its origin, thus having lower charges.

Keywords: Tax Planning, Simple Nacional, Real Profit. Presumed Profit, Taxation Regime.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma das principais ferramentas para a tomada de decisão gerencial nas empresas. Trazendo como finalidade coletar, sistematizar e registrar fatos contábeis praticados pela empresa mostrando sua situação patrimonial e econômico-financeira, de acordo com os princípios e normas de contabilidade.



Com o crescimento do capitalismo, o mercado está cada vez mais competitivo e as empresas estão sempre em busca de alternativas que reduza seus custos e obtenham lucros ocupando uma melhor posição no mercado. Entre as várias estratégias possíveis para conseguir se destacar frente aos competidores, está o planejamento, visando que tudo que se é planejado pode gerar qualidade e mais lucros para as empresas.

Sabe-se que falar de tributos no Brasil é um desafio mesmo para os especialistas do assunto, sendo ainda mais complexo para aqueles que não tem prática com os diversos impostos, taxas e contribuições que permeiam todo o sistema tributário. Dessa forma, é preciso ter conhecimento dos obstáculos a serem enfrentados e quais formas usar para manter uma empresa bem-sucedida.

Assim, surge o Planejamento Tributário, uma forma lícita que ajuda a reduzir a carga fiscal imposta às empresas. Desse modo, neste cenário o planejamento se faz através de um estudo prévio analisando as comparações de tributos e as variações da carga tributária, ficando mais claro e compreensível o recolhimento de todos os tributos e sendo possível identificar oportunidades que reduza os custos tributários para a empresa.

Entre outros regimes tributários os quais a empresa pode enquadrar-se, de acordo com a sua condição e meta que deseja atingir, ressalta-se o Simples Nacional, um regime simplificado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos, o Lucro Presumido, forma presumida de apurar o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Lucro Real que é a regra geral para apuração do IRPJ e da CSLL da pessoa jurídica.

Assim, partindo dessa perspectiva, a pesquisa possui como problema o seguinte questionamento: qual a melhor forma de enquadramento tributário para o exercício de 2021 com base em um orçamento em uma empresa comercial situada na cidade de Assú/RN?

No setor empresarial o planejamento tributário é imprescindível para a conquista dos resultados esperados. Tendo o presente estudo analisado toda a relevância de um planejamento tributário, supõe que para o exercício de 2021 o melhor enquadramento tributário para a empresa em estudo será o Lucro Real tendo em vista seu alto faturamento.



O artigo tem como objetivo geral analisar a melhor forma de enquadramento tributário para o exercício 2021 com base em um orçamento em uma empresa comercial situada na cidade de Assú/RN.

Possui ainda como objetivos específicos apresentar os dados para a realização do planejamento tributário, demonstrar os cálculos das diversas formas de tributação e realizar a comparação dos regimes tributários da empresa.

Em face de toda a importância em aderir a um planejamento, o principal motivo está ligado ao sucesso organizacional da situação financeira da empresa. A pesquisa se mostra indispensável em montar um planejamento tributário adequado a empresa objeto do estudo, para que ela conheça como funciona cada método de tributação e assim possa escolher o mais vantajoso. Na área acadêmica, busca-se o aprimoramento na tributação colocando em prática os conhecimentos adquiridos em aulas, aprofundando-se com referências bibliográficas, produzindo assim material que possa servir como estudo para profissionais e estudantes da contabilidade.

Assim, este estudo caracteriza-se como descritivo referente aos objetivos, com procedimentos concretizados por meio de um estudo de caso e documental, com abordagem do problema de forma qualitativa, dado como análise os relatórios, sendo eles, o faturamento, as entradas, despesas operacionais englobando o pessoal e financeiro, referentes aos anos de 2016 a julho de 2020 sendo realizada a pesquisa no período de agosto a novembro de 2020.

Dessa maneira, apresenta-se nesse estudo, seis seções fragmentadas para uma melhor avaliação e entendimento das ideias descritas, as quais são: introdução, referencial teórico, metodologia, análise dos resultados, considerações finais e referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os seguintes tópicos serão abordados em uma breve discussão teórica sobre o tema proposto, expondo os conceitos e referências sobre Contabilidade Tributária, Planejamento Tributário, Simples Nacional, Lucro Presumido, Lucro Real e Orçamento.

2.1 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA



Segundo Pêgas (2017) a contabilidade tem como objetivo principal conceder as informações relevantes para os seus usuários internos e externos, ele ainda afirma que ela existe para informar e suas outras aplicabilidades são secundárias diante do seu principal objetivo.

O conceito de contabilidade apresentado por Fabretti (2017) diz, que a finalidade da contabilidade é adotar na prática e de forma sensata os conceitos, princípios e normas da contabilidade e da legislação tributária.

A contabilidade tributária é a área da contabilidade que faz a apuração dos tributos devidos para as empresas tendo como base os princípios, conceitos, técnicas, procedimentos e métodos contábeis que serão utilizados (POHLMANN,2016).

Deste modo, Barboza (2017) afirma que a contabilidade é a peça principal e mais importante para o Planejamento Tributário, pois é através dela, obedecendo os princípios, normas e aplicando suas técnicas corretamente que se aperfeiçoa o planejamento.

A contabilidade tributária é o ramo da contabilidade que tem a responsabilidade e confiança de analisar, estudar e mostrar a situação do patrimônio e o resultado do exercício, de forma clara e exata sempre seguindo todos os métodos exigidos (FABRETTI, 2017).

Além disso, esclarece a opção correta e justa, utilizando os princípios e normas contábeis, assim tendo o objetivo de atender as situações econômicas e financeiras do patrimônio da empresa (OLIVEIRA, 2018), bem como a adaptação e aplicação de forma adequada dos princípios e conceitos contábeis com a legislação tributária (PÊGAS, 2017).

Com isso, o objeto da contabilidade tributária é a apuração correta do resultado econômico de forma precisa para que atenda as exigências da legislação tributária, assim, determinando a base de cálculo fiscal para o pagamento dos tributos (FABRETTI, 2015).

Pohlmann (2016) diz que a contabilidade tributária passou a ter autonomia devido ajudar no desenvolvimento dos conceitos e técnicas que capacitam o contador para encarar os desafios da área tributária e sua complexidade.

Dessa forma, a contabilidade tributária pode ser entendida como uma ciência e como metodologia, onde a ciência cria o conhecimento e a metodologia auxilia no processo, na aplicação dos dados e na tomada de decisão dos gestores (OLIVEIRA, 2018).

2.2 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O planejamento tributário representa uma série de escolhas de ações que são adotadas com o intuito de minimizar o impacto dos tributos nos resultados da empresa, exigindo conhecimento técnico dos administrados e bom senso para as estratégias adotadas (NASCIMENTO; PAIM; MAZZOCO, 2016).

São, ainda, os vários procedimentos conhecidos como formas de economizar nos impostos, ele é importante para todos os contribuintes, tanto para as pessoas físicas como também jurídicas (CREPALDI, 2019).

Pohlmann (2016) por sua vez argumenta que é o conjunto de atividades aplicadas por profissionais da área contábil, com a intenção de buscar alternativas melhores e lícitas para reduzir a carga tributária das empresas.

Crepaldi (2019) acrescenta falando que o planejamento tributário permite planejar e elaborar de acordo com as técnicas dos planos e programas, tendo como avaliar a melhor opção de apurar e recolher os tributos e contribuições.

Para Oliveira (2018) este é de suma importância para a redução do pagamento de tributos, sendo utilizado por meio de uma sistemática para minimizar os encargos, onde o resultado de um bom planejamento torna-se um mérito para a economia da empresa.

Os procedimentos do planejamento tributário possuem a capacidade de diminuir a carga tributária através de estudos e intuição dos efeitos tributários que a administração vai gerar (EVANDRO, 2018).

Planejamento tributário é o estudo antecipado feito através de pesquisa para analisar os impactos jurídicos e econômicos e as melhores alternativas legais e menos custosas. (FABRETTI, 2015).

Não é o mesmo que a sonegação fiscal, o planejamento ele busca melhorar a construção da entidade dando-lhe o melhor rumo a ser tomado e logo a sonegação é ilegal, tendo em vista não quitar as obrigações fiscais (OLIVEIRA, 2018).

Corroborando com tal raciocínio Diniz Junior (2017) fala que o planejamento tributário desenvolve estudos com o objetivo de otimizar para as empresas a carga tributária por meio de



critérios disponíveis na legislação, deixando claro que não tem qualquer relação com a sonegação fiscal.

Enquanto que Evandro (2018) alega que este é feito através de estratégias elisivas, ou seja, antes que um tributo ocorra, a empresa usa as técnicas lícitas para diminuir ou evitar o surgimento de uma obrigação tributária.

2.3 SIMPLES NACIONAL

O regime tributário foi introduzido pela Lei Complementar n.123/2006 tendo alterações diversas vezes, ele é um sistema simplificado onde faz o recolhimento de vários tributos para dois tipos de empresas as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) (BARBOZA, 2017).

Seguindo a mesma linha de raciocínio Evandro (2018) argumenta que o Simples Nacional foi um regime criado para atender diretamente as ME e EPP considerando a sua capacidade econômica, que é inferior à empresas habituais, ele finaliza afirmando que a criação do regime foi para impulsionar as empresas a manter o seu desenvolvimento no mercado.

O Simples Nacional é uma opção de tributação que tem as características de distinta e favorecida por reduzir a carga tributária, facilitar a base de cálculo e o pagamento dos tributos (SEBRAE, 2016).

Diniz Junior (2017) afirma que o regime tributário regulado pela Lei Complementar n.123 é considerado como um sistema diferenciado, simplificado, favorecido e aplicável as ME e EPP, ele complementa que o regime foi criado logo após a Constituição Federal estabelecer um tratamento diferente para as empresas de pequeno porte com o intuito de facilitar a rotina fiscal.

Logo, com a diminuição dos impostos e encargos sociais promovida pelo Simples, o Estado passou a ter a atribuição de proporcionar as pequenas empresas a estabilidade para se manter na concorrência mesmo com recursos menores que as grandes empresas (EVANDRO, 2018).



Desse modo, o regime tributário tem o objetivo de impulsionar no crescimento e na concorrência das pequenas empresas do país, através da simplificação de suas obrigações acessórias (SEBRAE,2016).

Oliveira (2018) fala que o optante do Simples Nacional paga os tributos unificadamente em uma única guia de recolhimento, tendo a somatória de oito tributos, sendo eles na esfera Federal: Programa de Interação Social (PIS/PASEP), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para a Seguridade Social destinada a Previdência Social da Pessoa Jurídica (CPP), na esfera Estadual: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e na esfera Municipal: Imposto sobre Serviços (ISS).

2.4 LUCRO PRESUMIDO

O Lucro Presumido é o regime que tem o objetivo de facilitar o processo de apuração tributária nas entidades que não sejam inteiramente obrigadas ao regime de apuração por lucro real (DINIZ JUNIOR, 2017).

Polmann (2016) conceitua o Lucro Presumido como um sistema simplificado de tributação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), onde sua aplicação é feita sobre as receitas recebidas pela empresa através do percentual definido pelo Fisco, ele complementa que a intenção do Fisco na criação desse sistema foi diminuir o custo de fiscalização e ainda facilitar a apuração dos tributos para as empresas de médio e pequeno porte.

Na visão de Evandro (2018) ele caracteriza o Lucro Presumido como um método de tributação simplificado na qual a estimativa do lucro da pessoa jurídica é feita através de sua receita bruta e outras receitas que também devem ser tributadas.

Polmann (2016) afirma que existem diversas vantagens para o optante do Lucro Presumido dando ênfase a vantagem de não apresentar prejuízo diante do Fisco, pois só apresenta lucro e também a isenção de algumas obrigações fiscais que estaria sujeito caso optasse por outro regime.



Evandro (2018) fala que o Lucro Presumido é o método que pretende ajudar no funcionamento do trabalho contábil nas empresas de médio porte, ele finaliza afirmando que a sua presença é indispensável para o progresso da atividade econômica no Brasil.

Desse modo, Pêgas (2017) diz que o Lucro Presumido simboliza economia e facilita o desenvolvimento da atividade contábil para a maior parte das empresas, assim, optar por esse método de tributação deverá suceder em entidades com lucros abundantes.

Portanto, o optante pelo Lucro Presumido pode escolher entre o regime de caixa e o de competência, a diferença está apenas em que o regime de caixa a empresa pagará os impostos no ato da venda ao cliente e no de competência pagará os impostos sobre o faturamento (PAGNO, 2017).

2.5 LUCRO REAL

O Lucro Real é um regime de tributação feito de acordo com o lucro verdadeiro que a pessoa jurídica ganhou, ele é considerado um regime padrão na apuração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) pois além de algumas empresas serem obrigadas a apurar por ele, outras podem utilizar ele quando quiser (LUKIC, 2017).

Souza e Pavão (2018) diz que esse sistema tributário está disponível para qualquer pessoa jurídica, sem definir o seu ramo ou porte, a legislação só lista as que são obrigadas a optar por este regime.

Logo, Schoueri e Mosquera (2020) citam as empresas obrigadas a optarem pelo regime aquelas que se enquadram em alguma situação específica como: ter apurado receita total superior a 78 milhões, ser entidades financeiras ou equiparadas, ter ganhos de capital no mercado externo, as autorizadas pela legislação que tenham direitos ligados a isenção ou diminuição do imposto, as que tenham cancelado ou diminuído o pagamento do imposto no passar do mesmo ano-calendário e por último as que utilizem atividades de fornecimento cumulativo.

Pêgas (2017) fala que a tributação não acontece exatamente sobre o lucro contábil e sim sobre o lucro fiscal onde regido pela legislação, é determinado as receitas e despesas aceitas pelo fisco, sendo ajustadas no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).



Dessa forma, Schoueri e Mosquera (2020) mencionam que o Lucro Real não pode ser confundido com o lucro contábil, pois mesmo ambos somando as receitas e despesas, acontece de algumas receitas e despesas serem reconhecidas pela contabilidade não serem reconhecidas pela tributação.

O optante por este regime é ciente que ele exige estrutura e organização em um grau mais elevado pois determina a manutenção da documentação afim de confirmar as despesas inferidas da receita bruta, assim como solicita um volume maior de livros e escriturações contábeis (LUKIC, 2017).

No entanto, o regime dispõe de duas formas de tributação, sendo, trimestralmente quando o imposto é recolhido em uma quota única ou em três parcelas mensais ou anualmente onde o contribuinte é obrigado a fazer antecipações do recolhimento mensalmente (SCHOUERI E MOSQUERA, 2020).

2.6 ORÇAMENTO

Coelho e Pontes (2018) definem o orçamento como um plano estratégico, onde a demonstração do método orçamentário é feita em números, alinhando o nível planejado das atividades com as metas de curto prazo da empresa.

Salvi (2016) argumenta que o orçamento são os planos apresentados a gestão como resultado financeiros, assim, possibilitando que os gestores conheçam os resultados desejados da empresa e por fim possam acompanhar, controlar, avaliar, corrigir e atingir os resultados desejados.

Oliveira (2018) complementa que o orçamento tem o papel de conhecer e calcular as entradas e saídas das empresas em um curto espaço de tempo para que assim possa estabelecer metas e objetivos, podendo examinar e equiparar os resultados.

O planejamento orçamentário é de suma importância para as empresas, visto que através da realização dele as entidades podem encarar os problemas gerados pelo ambiente externo da melhor maneira possível (PEREIRA, 2019).

Nesta perspectiva, Coelho e Pontes (2018) afirmam que o orçamento é uma ferramenta importante e eficaz que ajuda os gestores nas tomadas de decisões, pois com ele é possível



quantificar as várias metas da empresa, comunicar, orientar e motivar os envolvidos na tentativa de um objetivo maior.

De acordo com Salvi (2016) o objetivo do sistema orçamentário é controlar os resultados econômicos e financeiros da empresa podendo assim acompanhar o andamento das atividades e comparar regularmente o desempenho existente com o planejado.

Desse modo, é imprescindível que as entidades tenham um sistema orçamentário para que de maneira apropriada possam gerenciar e executar de modo sistemático tudo o que for planejado pelos gestores (OLIVEIRA, 2018).

3 METODOLOGIA

O presente estudo designa-se através de pesquisas, nas quais tencionam obter resultados por meio de diretrizes, procedimentos e métodos podendo assim esboçar um caminho prático e melhor para a realização. Dessarte, esta pesquisa tem por finalidade a análise da melhor forma de enquadramento tributário para o exercício 2021 com base em um orçamento em uma empresa comercial situada na cidade de Assú/RN.

Prodanov e Freitas (2013) conceituam a metodologia como uma matéria com vários métodos onde é necessário o estudo, a compreensão e a avaliação para a realização da pesquisa. E para facilitar o entendimento eles concluem afirmando que ela tem o intuito de possibilitar a coleta de dados e informações solucionando assim o problema exposto na pesquisa.

Assim, a estrutura aplicada nessa pesquisa para assentar o desenvolvimento do problema apresentado foi fundamentada na compreensão dos objetivos da classificação da pesquisa, expondo o modo da coleta de dados, tirando do universo a amostra e minudenciando os métodos utilizados no tratamento dos dados e análise dos dados colhidos.

Dessa forma, a presente pesquisa especifica-se como descritiva referente aos objetivos, nos procedimentos foi realizada através de um estudo de caso e documental, com abordagem do problema qualitativa.

Para Gil (2008) a pesquisa é tida como descritiva quando caracteriza os fatos através de estudos e fazendo uso de técnicas padronizadas para assim resolver o questionamento exposto.



De acordo com Prodanov e Freitas (2013) o estudo de caso é um tipo de pesquisa onde investiga apenas um caso através de coletas e análises das informações de forma aprofundada, a fim de estudar os vários aspectos do determinado assunto.

Conforme Severino (2007) a pesquisa documental tem como origem todos os documentos impressos ou escritos tendo em vista que os conteúdos não passaram por nenhuma análise, sendo a matéria prima que serve como investigação e análise para o desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa é qualitativa por não fazer o uso de procedimentos e técnicas estatísticas, respondendo o problema por meio de dados fornecidos, ou seja, há um vínculo entre o mundo real e o sujeito que não pode ser traduzido em números (PRODANOV; FREITAS 2013).

Segundo Lakatos e Marconi (2003) a coleta de dados é o ponta pé inicial da pesquisa para a aplicação dos instrumentos e das técnicas selecionadas, com o intuito de efetuar a coleta dos dados previstos. Assim, o mecanismo dos dados para a elaboração do estudo se deu por meio de documentos e relatórios, que diz respeito ao faturamento, entradas, despesas com pessoal, operacional e financeiro, referentes aos anos de 2015 a 2020, sendo realizada a pesquisa durante o período de agosto a outubro do ano de 2020.

O universo constituiu todas as empresas do ramo comercial da cidade de Assú/RN, tendo como amostra apenas uma entidade comercial varejista, sem a utilização de métodos estatísticos para a escolha, e sim por acessibilidade dos dados.

Os dados coletados foram analisados de forma descritiva através dos dados fornecidos pela organização realizando comparações relacionado ao melhor regime de tributação a ser adotado em 2021, apresentando-se em forma de quadros para um melhor entendimento do leitor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente tópico será apresentado toda pesquisa realizada através do estudo de caso, em primeiro plano será abordado a designação da empresa e os dados coletados, em seguida a análise de apuração dos tributos pelos regimes do Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, e por último a comparação dos resultados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA E DADOS COLETADOS

A organização comercial em estudo desta pesquisa atua no mercado a mais de 10 anos, é optante do Lucro Real desde sua origem, é considerada uma empresa de médio porte devido ao seu faturamento, sendo um comércio varejista que empreende no ramo de produtos agrícolas, localizada no Vale do Açu.

No quadro número um foram expostos os dados obtidos sobre as entradas a partir do ano de 2016 a julho de 2020, o restante dos meses de 2020 e o ano de 2021 foi feita uma previsão das entradas levando em conta os anos anteriores, somando primeiro os anos de 2016 a 2019 e dividindo por quatro e depois somando 2016 a 2020 e dividindo por cinco para encontrar a média orçada para o ano de 2021.

Quadro 1 - Entradas de mercadorias de 2016 a 2021

Mês	Entradas					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Jan	R\$ 324.058,83	R\$ 302.642,92	R\$ 307.647,48	R\$ 419.471,15	R\$ 381.686,12	R\$ 347.101,30
Fev	R\$ 371.420,45	R\$ 343.446,28	R\$ 353.826,94	R\$ 375.368,18	R\$ 192.096,58	R\$ 327.231,69
Mar	R\$ 334.588,85	R\$ 397.568,88	R\$ 381.136,36	R\$ 363.892,50	R\$ 425.031,57	R\$ 380.443,63
Abr	R\$ 437.103,28	R\$ 294.305,39	R\$ 393.303,64	R\$ 290.478,93	R\$ 310.618,72	R\$ 345.161,99
Mai	R\$ 513.792,82	R\$ 496.762,77	R\$ 315.629,27	R\$ 513.045,35	R\$ 253.378,18	R\$ 418.521,68
Jun	R\$ 361.382,43	R\$ 355.018,19	R\$ 361.443,22	R\$ 205.832,79	R\$ 315.029,92	R\$ 319.741,31
Jul	R\$ 282.600,64	R\$ 294.860,20	R\$ 372.140,72	R\$ 374.670,14	R\$ 339.736,26	R\$ 332.801,59
Ago	R\$ 455.637,71	R\$ 342.228,80	R\$ 379.668,56	R\$ 380.995,01	R\$ 389.632,52	R\$ 389.632,52
Set	R\$ 487.774,90	R\$ 436.948,66	R\$ 342.792,66	R\$ 335.232,33	R\$ 400.687,14	R\$ 400.687,14
Out	R\$ 314.630,30	R\$ 364.384,98	R\$ 368.479,13	R\$ 336.395,09	R\$ 345.972,38	R\$ 345.972,38
Nov	R\$ 425.834,20	R\$ 323.814,38	R\$ 459.106,51	R\$ 451.068,22	R\$ 414.955,83	R\$ 414.955,83
Dez	R\$ 372.362,67	R\$ 280.511,15	R\$ 285.214,04	R\$ 346.731,83	R\$ 321.204,92	R\$ 321.204,92
Total	R\$ 4.681.187,08	R\$ 4.232.492,60	R\$ 4.320.388,53	R\$ 4.393.181,52	R\$ 4.090.030,13	R\$ 4.343.455,97

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Seguindo a mesma linha de raciocínio das entradas apresentado no quadro um, repetiu-se para o quadro dois sobre a média de faturamento orçada para o semestre final de 2020 e todo o ano de 2021.

Quadro 2 - Saídas das mercadorias de 2016 a 2021



Mês	Saídas					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Jan	R\$ 360.323,81	R\$ 361.036,16	R\$ 381.952,43	R\$ 474.397,37	R\$ 399.551,71	R\$ 395.452,30
Fev	R\$ 255.398,81	R\$ 318.785,99	R\$ 317.694,05	R\$ 462.099,33	R\$ 381.649,01	R\$ 347.125,44
Mar	R\$ 458.833,14	R\$ 389.271,29	R\$ 413.059,24	R\$ 337.354,13	R\$ 428.678,54	R\$ 405.439,27
Abr	R\$ 527.833,35	R\$ 417.137,00	R\$ 371.716,44	R\$ 379.423,23	R\$ 392.232,22	R\$ 417.668,45
Mai	R\$ 459.789,75	R\$ 586.660,71	R\$ 462.251,86	R\$ 478.761,20	R\$ 482.047,97	R\$ 493.902,30
Jun	R\$ 329.724,63	R\$ 396.313,41	R\$ 411.431,87	R\$ 311.242,64	R\$ 475.860,13	R\$ 384.914,54
Jul	R\$ 458.717,83	R\$ 437.780,65	R\$ 493.579,92	R\$ 491.981,67	R\$ 713.740,71	R\$ 519.160,16
Ago	R\$ 463.042,49	R\$ 618.061,62	R\$ 519.409,89	R\$ 477.230,66	R\$ 519.436,17	R\$ 519.436,17
Set	R\$ 373.134,24	R\$ 482.555,83	R\$ 534.648,09	R\$ 417.468,85	R\$ 451.951,75	R\$ 451.951,75
Out	R\$ 318.117,54	R\$ 442.622,10	R\$ 463.771,20	R\$ 472.233,47	R\$ 424.186,08	R\$ 424.186,08
Nov	R\$ 422.812,83	R\$ 372.601,43	R\$ 505.187,42	R\$ 436.155,77	R\$ 434.189,36	R\$ 434.189,36
Dez	R\$ 250.917,21	R\$ 389.006,57	R\$ 461.582,53	R\$ 396.118,90	R\$ 374.406,30	R\$ 374.406,30
Total	R\$ 4.678.645,63	R\$ 5.211.832,76	R\$ 5.336.284,94	R\$ 5.134.467,22	R\$ 5.477.929,95	R\$ 5.167.832,10

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No quadro três, as despesas operacionais foram apresentadas os seus totais de cada ano, onde de agosto de 2020 a dezembro de 2021 foi realizada a média conforme os anos anteriores e a mesma sistemática adotada nas entradas e saídas de mercadorias.

Quadro 3 – Despesas Operacionais de 2016 a 2021

Descrição	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Despesas Adm	R\$ 1.522.295,85	R\$ 713.050,06	R\$ 972.048,47	R\$ 655.859,60	R\$ 965.813,50	R\$ 965.813,50
INSS	R\$ 53.050,34	R\$ 49.294,63	R\$ 49.658,48	R\$ 46.119,57	R\$ 49.530,76	R\$ 49.530,76
FGTS	R\$ 14.306,68	R\$ 13.197,65	R\$ 12.854,24	R\$ 18.775,23	R\$ 14.783,45	R\$ 14.783,45
Receitas Finan	R\$ 6.973,98	R\$ 11.742,68	R\$ 4.111,25	R\$ 405,35	R\$ 5.808,32	R\$ 5.808,32
TOTAL	R\$ 1.596.626,85	R\$ 787.285,02	R\$ 1.038.672,44	R\$ 721.159,75	R\$ 1.035.936,02	R\$ 1.035.936,02
Custos	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CMV	R\$ 4.154.098,57	R\$ 3.652.865,14	R\$ 3.367.292,38	R\$ 3.529.486,12	R\$ 3.675.935,55	R\$ 3.675.935,55

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Ainda no quadro três as despesas operacionais administrativas englobam várias despesas, entre elas estão água, luz, telefone, internet, aluguel, televisão, propaganda, publicidade, salário, pró-labore e serviços prestados.

4.2 ANÁLISE DA ARRECAÇÃO DOS TRIBUTOS PELO SIMPLES NACIONAL

Paula (2018) destaca que o regime que mais facilitou as empresas de pequeno porte e as microempresas foi o Simples Nacional devido a sua carga tributária ser bem menor e também ter um sistema simplificado para o pagamento de tributos.

Nesta perspectiva o tributo devido pelo regime do Simples Nacional é calculado através da execução da alíquota efetiva sobre a receita bruta mensal, ou seja, o faturamento, onde essa



alíquota é determinada mediante a soma do faturamento dos últimos 12 (doze) meses, identificando a faixa tributária e o percentual em qual este faturamento está enquadrado.

Quadro 4 – Apuração do Simples Nacional no ano de 2021

MÊS	RECEITA BRUTA			
	MENSAL		Acumulada	
	2020	2021		
Jan	R\$ 399.551,71	R\$ 395.452,30	R\$ 5.477.929,95	
Fev	R\$ 381.649,01	R\$ 347.125,44	R\$ 5.473.830,54	
Mar	R\$ 428.678,54	R\$ 405.439,27	R\$ 5.439.306,96	
Abr	R\$ 392.232,22	R\$ 417.668,45	R\$ 5.416.067,69	
Mai	R\$ 482.047,97	R\$ 493.902,30	R\$ 5.441.503,92	
Jun	R\$ 475.860,13	R\$ 384.914,54	R\$ 5.453.358,25	
Jul	R\$ 713.740,71	R\$ 519.160,16	R\$ 5.362.412,65	
Ago	R\$ 519.436,17	R\$ 519.436,17	R\$ 5.167.832,10	
Set	R\$ 451.951,75	R\$ 451.951,75	R\$ 5.167.832,10	
Out	R\$ 424.186,08	R\$ 424.186,08	R\$ 5.167.832,10	
Nov	R\$ 434.189,36	R\$ 434.189,36	R\$ 5.167.832,10	
Dez	R\$ 374.406,30	R\$ 374.406,30	R\$ 5.167.832,10	
TOTAL	R\$ 5.477.929,95	R\$ 5.167.832,10	-	

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Conforme o quadro quatro mostra, foi possível perceber que devido o faturamento da empresa ter ultrapassado R\$ 4.800.000,00 conforme Anexo 1 da Lei Complementar 155/2016 vigente em 2018, ela não pode ser enquadrada no regime do Simples Nacional. Com isso, os cálculos deste regime de tributação não foram apresentados.

4.3 ANÁLISE DA ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS PELO LUCRO PRESUMIDO

De acordo com os dados fornecidos pela empresa a respeito das entradas e saídas das mercadorias e com o orçamento levantado para o ano de 2021 mostrado no quadro um e dois, pode-se calcular o ICMS sobre compras e vendas e sua apuração, assim como o PIS e a COFINS.

Quadro 6 – Apuração do ICMS, PIS e COFINS pelo Lucro Presumido



MÊS	COMPRAS	FATURAM.	ICMS S/ COM.	ICMS S/ VENDAS	ICMS A RECO.	PIS (0,65%)	COFINS (3%)
Jan	347.101,30	395.452,30	62.478,23	71.181,41	8.703,18	2.570,44	11.863,57
Fev	327.231,69	347.125,44	58.901,70	62.482,58	3.580,88	2.256,32	10.413,76
Mar	380.443,63	405.439,27	68.479,85	72.979,07	4.499,21	2.635,36	12.163,18
Abr	345.161,99	417.668,45	62.129,16	75.180,32	13.051,16	2.714,84	12.530,05
Mai	418.521,68	493.902,30	75.333,90	88.902,41	13.568,51	3.210,36	14.817,07
Jun	319.741,31	384.914,54	57.553,44	69.284,62	11.731,18	2.501,94	11.547,44
Jul	332.801,59	519.160,16	59.904,29	93.448,83	33.544,54	3.374,54	15.574,80
Ago	389.632,52	519.436,17	70.133,85	93.498,51	23.364,66	3.376,34	15.583,08
Set	400.687,14	451.951,75	72.123,68	81.351,32	9.227,63	2.937,69	13.558,55
Out	345.972,38	424.186,08	62.275,03	76.353,49	14.078,47	2.757,21	12.725,58
Nov	414.955,83	434.189,36	74.692,05	78.154,09	3.462,04	2.822,23	13.025,68
Dez	321.204,92	374.406,30	57.816,89	67.393,13	9.576,25	2.433,64	11.232,19
TOTAL	4.343.455,97	5.167.832,10	781.822,08	930.209,78	148.387,70	33.590,91	155.034,96

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

O método usado para tributação nas operações de entradas e saídas de mercadorias, conforme o quadro seis da arrecadação dos tributos pela Lucro Presumido, se dá pela apuração do ICMS adequando os créditos para subtrair os débitos, aplicando o princípio da não cumulatividade, liquidando o que for devido em cada operação ou parcela com o montante cobrado pelo Estado ou por outra Unidade Federativa.

No Estado do Rio Grande do Norte o ICMS possui regra sobre vendas e compras, obedecendo a um percentual de 18%, desse modo em concordância com o quadro seis a empresa tem um montante de ICMS sobre compras de R\$ 781.822,08 e sobre vendas de R\$ 930.209,78, o que quer dizer que a empresa possui um débito de ICMS a Recolher com um total de R\$ 148.387,70.

O PIS e a COFINS possuem a condição cumulativa para este regime tributário, assim não podendo creditar dos valores das compras, são calculados sobre o faturamento bruto possuindo alíquotas de 0,65% e 3% respectivamente, com apuração de R\$ 33.590,91 para o PIS e R\$ 155.034,96 para a COFINS, o recolhimento desses tributos são realizados através do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) com pagamento mensal.

Quadro 7 – Apuração do IR e CSLL pelo Lucro Presumido



MÊS	COMPRAS	FATURAMENTO	B.CALC. I.R. (8%)	I.R. (15%)	ADIC. DE I.R.	TOTAL I.R.	B.CALC. C.S.L.L (12%)	TOTAL C.S.L.L (9%)
Jan	347.101,30	395.452,30	31.636,18	4.745,43	1.163,62	5.909,05	47.454,28	4.270,88
Fev	327.231,69	347.125,44	27.770,04	4.165,51	777,00	4.942,51	41.655,05	3.748,95
Mar	380.443,63	405.439,27	32.435,14	4.865,27	1.243,51	6.108,79	48.652,71	4.378,74
Abr	345.161,99	417.668,45	33.413,48	5.012,02	1.341,35	6.353,37	50.120,21	4.510,82
Mai	418.521,68	493.902,30	39.512,18	5.926,83	1.951,22	7.878,05	59.268,28	5.334,14
Jun	319.741,31	384.914,54	30.793,16	4.618,97	1.079,32	5.698,29	46.189,74	4.157,08
Jul	332.801,59	519.160,16	41.532,81	6.229,92	2.153,28	8.383,20	62.299,22	5.606,93
Ago	389.632,52	519.436,17	41.554,89	6.233,23	2.155,49	8.388,72	62.332,34	5.609,91
Set	400.687,14	451.951,75	36.156,14	5.423,42	1.615,61	7.039,04	54.234,21	4.881,08
Out	345.972,38	424.186,08	33.934,89	5.090,23	1.393,49	6.483,72	50.902,33	4.581,21
Nov	414.955,83	434.189,36	34.735,15	5.210,27	1.473,51	6.683,79	52.102,72	4.689,25
Dez	321.204,92	374.406,30	29.952,50	4.492,88	995,25	5.488,13	44.928,76	4.043,59
TOTAL	4.343.455,97	5.167.832,10	413.426,57	62.013,99	17.342,66	79.356,64	620.139,85	55.812,59

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Fileto (2018) afirma que a maneira mais simples de tributar o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é no Lucro Presumido, pois como o próprio nome já diz ele presume o lucro da pessoa jurídica a partir da sua receita bruta.

O IRPJ e o CSLL são tributos que tem respectivamente alíquotas de 15% e 9%, no Imposto de Renda se o lucro no mês ultrapassar R\$ 20.000,00, ou no acumulado por trimestre ultrapassar R\$ 60.000,00, será sujeito ao adicional de 10% calculado pelo excedente. O lucro da entidade é presumido a partir da receita bruta sendo calculado conforme a alíquota sobre atividades, tendo 12% e 8% para o ramo do comércio. Na simulação do cálculo como mostra o quadro sete teve R\$ 79.356,64 a Recolher de IR e R\$ 55.812,59 a Recolher de CSLL.

4.4 ANÁLISE DA ARRECAÇÃO DOS TRIBUTOS PELO LUCRO REAL

Assim como no Lucro Presumido no Lucro Real a apuração do ICMS é a mesma, onde segue usando a alíquota de 18% nas compras e vendas do exercício de 2021 e no final confere o resultado do imposto, chegando a um montante de ICMS a Recolher de R\$ 148.387,70, como mostra no quadro oito:

Quadro 8 – Apuração do ICMS pelo Lucro Real





MÊS	COMPRAS	VENDAS	ICMS S/COM.	ICMS S/ VEN.	ICMS A RECO.
Jan	347.101,30	395.452,30	62.478,23	71.181,41	8.703,18
Fev	327.231,69	347.125,44	58.901,70	62.482,58	3.580,88
Mar	380.443,63	405.439,27	68.479,85	72.979,07	4.499,21
Abr	345.161,99	417.668,45	62.129,16	75.180,32	13.051,16
Mai	418.521,68	493.902,30	75.333,90	88.902,41	13.568,51
Jun	319.741,31	384.914,54	57.553,44	69.284,62	11.731,18
Jul	332.801,59	519.160,16	59.904,29	93.448,83	33.544,54
Ago	389.632,52	519.436,17	70.133,85	93.498,51	23.364,66
Set	400.687,14	451.951,75	72.123,68	81.351,32	9.227,63
Out	345.972,38	424.186,08	62.275,03	76.353,49	14.078,47
Nov	414.955,83	434.189,36	74.692,05	78.154,09	3.462,04
Dez	321.204,92	374.406,30	57.816,89	67.393,13	9.576,25
TOTAL	4.343.455,97	5.167.832,10	781.822,08	930.209,78	148.387,70

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Neste regime o PIS e a COFINS tem caráter não cumulativo, desse modo o cálculo foi feito a partir da diferença da aplicação das alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS sobre os valores das entradas e saídas, de acordo com o quadro nove a apuração diz respeito a R\$ 13.602,21 de PIS a Recolher e R\$ 62.652,59 de COFINS a Recolher.

Na visão de Fileto (2018) o princípio da não-cumulatividade é um benefício para esse regime pois dá a empresa a oportunidade de creditar os tributos recolhidos e compensar os que incidem no momento da saída.

Quadro 9 – Apuração do PIS e COFINS pelo Lucro Real

MÊS	COMPRAS	VENDAS	PIS S/ COM.	PIS S/ VEN.	PIS A RECO.	COFINS S/ COM.	COFINS S/ VEN.	COFINS A RECO.
Jan	347.101,30	395.452,30	5.727,17	6.524,96	797,79	26.379,70	30.054,37	3.674,68
Fev	327.231,69	347.125,44	5.399,32	5.727,57	328,25	24.869,61	26.381,53	1.511,93
Mar	380.443,63	405.439,27	6.277,32	6.689,75	412,43	28.913,72	30.813,38	1.899,67
Abr	345.161,99	417.668,45	5.695,17	6.891,53	1.196,36	26.232,31	31.742,80	5.510,49
Mai	418.521,68	493.902,30	6.905,61	8.149,39	1.243,78	31.807,65	37.536,57	5.728,93
Jun	319.741,31	384.914,54	5.275,73	6.351,09	1.075,36	24.300,34	29.253,51	4.953,17
Jul	332.801,59	519.160,16	5.491,23	8.566,14	3.074,92	25.292,92	39.456,17	14.163,25
Ago	389.632,52	519.436,17	6.428,94	8.570,70	2.141,76	29.612,07	39.477,15	9.865,08
Set	400.687,14	451.951,75	6.611,34	7.457,20	845,87	30.452,22	34.348,33	3.896,11
Out	345.972,38	424.186,08	5.708,54	6.999,07	1.290,53	26.293,90	32.238,14	5.944,24
Nov	414.955,83	434.189,36	6.846,77	7.164,12	317,35	31.536,64	32.998,39	1.461,75
Dez	321.204,92	374.406,30	5.299,88	6.177,70	877,82	24.411,57	28.454,88	4.043,30
TOTAL	4.343.455,97	5.167.832,10	71.667,02	85.269,23	13.602,21	330.102,65	392.755,24	62.652,59

Fonte: Dados da pesquisa (2020)



O IRPJ e o CSLL são calculados sobre o lucro operacional, onde aplica-se no IRPJ as alíquotas de 15% para lucro até R\$ 20.000,00 ao mês e 25% para lucro acima de R\$ 20.000,00 ao mês referente ao adicional de IR trazido pelo Decreto nº 9.580/2018, e no CSLL é aplicado 9%. Essas apurações podem ser feitas trimestral ou anual através da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Quadro 10 – Apuração do IRPJ e CSLL pelo Lucro Real

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	5.167.832,10
(-) DEDUÇÕES	1.408.234,25
DEVOLUÇÕES	-
DESCONTOS	-
IMPOSTOS	1.408.234,25
ICMS	930.209,78
PIS	85.269,23
COFINS	392.755,24
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	3.759.597,85
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	3.675.935,55
LUCRO BRUTO	83.662,30
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	1.024.319,39
DESPESAS GERAIS	965.813,50
DESPESAS C/ INSS	49.530,76
DESPESAS C/ FGTS	14.783,45
RECEITAS FINANCEIRAS	5.808,32
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IR/CSLL	- 940.657,08
CSLL 9%	-
IRPJ 15%	-
LUCRO LIQUIDO DO PERÍODO	- 940.657,08

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No final do resultado do exercício, como demonstrado no quadro dez, a empresa teve um prejuízo de R\$ 940.657,08 não superando a receita da despesa, dessa forma não acontecendo o recolhimento dos tributos.

4.5 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O LUCRO PRESUMIDO E LUCRO REAL



O quadro onze expõe os comparativos somente entre o Lucro Presumido e o Lucro Real, tendo em conta os tributos de cada regime e sua carga tributária onde essa carga é o resultado da relação da soma de todos os tributos e o faturamento da empresa, demonstrando o percentual que os tributos possuem sobre o faturamento.

Quadro 11 – Comparativo dos regimes tributários

QUADRO COMPARATIVO		
TRIBUTOS	LUCRO PRESUMIDO	LUCRO REAL
ICMS	148.387,70	148.387,70
PIS	33.590,91	13.602,21
COFINS	155.034,96	62.652,59
I.RENDA	79.356,64	-
C.S.L.L.	55.812,59	-
FGTS	14.783,45	14.783,45
INSS PATR.	49.530,76	49.530,76
SIMPLES	-----	-----
TOTAL	536.497,01	288.956,70
% s/ Faturam.	10,38	5,59

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Foi feito a comparação apenas entre os dois regimes, pois no Simples Nacional a empresa não se enquadrou devido ao seu faturamento, no Lucro Presumido onde os tributos são calculados separados a carga tributária obteve 10,38% e por último no Lucro Real a carga tributária foi de 5,59%, não havendo lucro no final do exercício e conseqüentemente não tendo apuração do IRPJ e CSLL.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carga tributária no Brasil sempre foi um dos grandes problemas para os empresários devido os vários impostos e contribuições a que estão obrigados, com isso, a contabilidade tributária se tornou uma grande aliada e peça fundamental para o sucesso das empresas.

Desse modo, dentro da contabilidade tributária existe o planejamento tributário que é considerado uma ferramenta eficaz para a economia das empresas, pois de forma lícita, ou seja,



respeitando as leis ele ajuda na diminuição da carga tributária contribuindo assim para decidir o melhor regime que deve se enquadrar.

Este artigo que teve como objetivo geral analisar a melhor forma de enquadramento tributário para o exercício 2021 com base em um orçamento em uma empresa comercial situada na cidade de Assú/RN, foi concretizado, abordando através do planejamento tributário a opção menos onerosa para a organização.

Observando os cálculos das duas formas de tributação foi possível perceber que o Lucro Real se destaca como a melhor forma de tributação para a empresa em estudo no ano de 2021, pois a carga é menor. Diante desse ponto de vista a empresa deve continuar com o regime escolhido desde a sua origem, assim tendo encargos menores.

Sob esse prisma, referente a hipótese proposta no início de que o melhor regime seria o Lucro Real, levando em consideração o seu alto faturamento, comprovou-se que essa hipótese foi válida.

Diante desse enfoque, é necessário enfatizar as limitações do estudo, visto que foi estudada apenas uma empresa, não podendo generalizar os resultados para todas as empresas. Levantando assim a proposta de aplicar novas pesquisas com esta sistemática em outras instituições do mesmo ramo localizadas no Vale do Açu.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, Jovi. **Contabilidade e Planejamento tributário**. 9. Ed. Maringá, PR: Editora Projus, 2017.

COELHO, Fabiano Simões; PONTES, Ronaldo Mirando. **Orçamento e controle**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

CREPALDI, Silvio. **Planejamento tributário: teoria e prática**. 3.Ed. São Paulo, Saraiva Educação, 2019.

DINIZ JR., Cláudio. **Planejamento tributário e fiscal**. 1.Ed. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2017.

EVANDRO, Pedro Castro. **Planejamento tributário**. Curitiba: Universidade Positivo, 2018.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2017.



FILETO, Caique de Moura. **Planejamento tributário como alternativa para combater a evasão fiscal em uma empresa prestadora de serviços da cidade de Ubatuba/SP.** Caraguatatuba, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria. Marina de Andrade Marconi. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUKIC, Melina Rocha. **Planejamento Tributário.** 2017. Disponível em <https://diretorio.fgv.br/sites/diretorio.fgv.br/files/u1882/planejamento_tributario_2017-1.pdf>. Acesso em 25/05/2020.

NASCIMENTO, Edilson Reis do; PAIM, Wilson Moíses; MAZZOCO, Alexandre. **Planejamento tributário.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A, 2016.

OLIVEIRA, Tânia Falconieris Santos. **Planejamento tributário com base em um orçamento: um estudo em uma empresa comercial de Assú/RN.** Assú/RN, 2018.

PAGNO, Monique Teixeira. **Planejamento Tributário: estudo de caso em uma empresa do ramo agrícola.** Tapejara/RS, 2017. Disponível em <<http://www.fatrs.com.br/faculdade/uploads/tcc/04c70749ba71ca5681042c5aa9145eaa.pdf>>. Acesso em 25/05/2020.

PAULA, Débora Giotti de. O planejamento tributário como instrumento de competitividade empresarial. **Revista de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento**, v. 6, n. 7, julho/dezembro, 2018. p. 16-32.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária.** 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PEREIRA, João Alves. **Orçamento empresarial em micro e pequenas empresas: um estudo sobre a percepção dos gestores de Santana do Ipanema- AL,** 2019. Disponível em <<http://200.17.114.109/bitstream/riufal/5152/3/Or%20c3%a7amento%20empresarial%20em%20micro%20e%20pequenas%20empresas%20-%20um%20estudo%20sobre%20a%20percep%20c3%a7%20dos%20gestores%20de%20santana%20do%20ipanea%20e2%80%93%20AL.pdf>> Acesso em 26/05/2020.

POHLMANN, Marcelo Coletto. **Contabilidade tributária.** 1. Ed. Curitiba, PR: IESDE BRASIL S/A, 2016.



PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SALVI, Andrea. **Gestão Financeira e Orçamentária**. Belo Horizonte: GRUPO ANIMA EDUCAÇÃO, 2016.

SCHOUERI, Luís Eduardo; MOSQUERA, Roberto Quiroga **Manual da tributação direta da renda**. São Paulo/SP: IBDT, 2020.

SEBRAE. **Ebook Simples Nacional**. São Paulo/SP, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Luciane Regina Braçaroto de; PAVÃO, Ana Celi. **A Necessidade do Planejamento Tributário Visando a Redução dos Custos nas Organizações**. PR, 2018. Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/necessidade-do-planejamento-tribut%C3%A1rio-visando-redu%C3%A7%C3%A3o-dos-custos-nas-organiza%C3%A7%C3%B5es>>. Acesso em 25/05/2020.



PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: um estudo de caso de uma empresa comercial de Ipanguaçu/RN

Nicoli Kelida Almeida de Oliveira ¹

Joaquim de Siqueira Furtado Neto ²

Antônio Gustavo Nicácio ³

Danilo Felipe Teixeira Da Silva ⁴

Kallianna Karina Medeiros de Azevedo ⁵

RESUMO

O Planejamento Tributário é uma ferramenta que auxilia muito às empresas e promovem uma avaliação no modo como são apurados os tributos das instituições, e melhora a alocação de seus recursos, garantido sua continuidade. Este estudo tem como objetivo analisar qual o melhor regime de tributação para uma empresa do ramo de comércio situada no município de Ipanguaçu/RN. A pesquisa tem classificação descritiva em relação ao objetivo e aos procedimentos utilizados baseados num estudo de caso, abordando um problema qualitativo, onde foi utilizado os relatórios contábeis dos anos de 2019 e 2020, sendo esta pesquisa realizada no período de Outubro de 2020 a Janeiro de 2021. Ao verificar o resultado das análises dos três regimes de tributação foi constatado que o melhor regime para a empresa em estudo se enquadrar é o do Simples Nacional, pois este apresentou uma menor carga tributária para a instituição. Assim a empresa deve continuar nesse regime para que possua uma carga tributária menos onerosa.

Palavras-chave: Planejamento Tributário, Regime Tributário, Simples Nacional.

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela FACESA. Email: nicolikelida@gmail.com.

² Graduado em Ciências Contábeis pela UERN. Mestre em Administração pela UNP. E-mail: joaquimdesiqueira@hotmail.com.

³ Graduado em Ciências Contábeis pela UERN. Mestre em Educação pela UERN. E-mail: antonio.gustavoali@gmail.com.

⁴ Graduado em Ciências Contábeis pela Mater Christi. E-mail: danilofelype@hotmail.com.

⁵ Graduada em Ciências Contábeis pela UERN. E-mail: kallianna.azevedo@hotmail.com.



ABSTRACT

Tax Planning is a tool that helps companies a lot and promotes an assessment of the way institutions' taxes are calculated, and improves the allocation of their resources, ensuring their continuity. This study aims to analyze the best tax regime for a company in the commercial sector located in the city of Ipanguaçu/RN. The research has a descriptive classification in relation to the objective and the procedures used based on a case study, addressing a qualitative problem, where accounting reports for the years 2019 and 2020 were used, and this research was carried out in the period from October 2020 to January 2021. Upon verifying the result of the analyzes of the three taxation regimes, it was found that the best regime for the company under study to fit in is the Simples Nacional, as this presented a lower tax burden for the institution. Thus, the company must continue in this regime so that it has a less onerous tax burden.

Keywords: Tax Planning, Tax regime, Simple National.

1 INTRODUÇÃO

Observando a rotina de abertura das empresas é possível constatar alguns pontos. Um deles é que o negócio, na maioria das vezes, já existe antes de sua regularização. Ou seja, as empresas iniciam suas atividades e só depois os empresários buscam a sua constituição de forma legal junto aos contadores e órgãos competentes.

Em consequência disso, outro ponto analisado no momento da regularização é de que os proprietários não dispõem de conhecimento sobre a legislação tributária. Assim, não sabem qual regime tributário é o mais adequado e que devem escolher para sua entidade, e quase sempre são levados pelo censo comum a escolher o Simples Nacional como melhor opção sem mesmo propor ao contador que seja feito um estudo, e, com isso, verificar se esse é mesmo o melhor regime tributário para sua empresa.

Em uma empresa de panificação, por exemplo, a rotina diária é bastante agitada, os preços dos insumos sofrem constante alteração e é preciso funcionar de forma eficiente para ter



bons resultados. Mas além de gerir bem os insumos, a carga tributária também influencia no preço do produto, sendo assim fundamental a escolha certa do seu regime de tributação.

Sabendo o quanto é importante escolher um melhor enquadramento tributário para as empresas, surgiu a seguinte inquietação tendo como o levantamento da problemática a seguir: qual o melhor regime de tributação para uma empresa do ramo de comércio situada no município de Ipanguaçu no Rio Grande do Norte?

Essa escolha é primordial para o bom funcionamento do negócio, já que impactará diretamente no resultado financeiro com o aumento ou redução de tributos, deste modo, acredita-se que o melhor regime tributário para o exercício de 2021 para a empresa em estudo é o Simples Nacional.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar qual o melhor regime de tributação para uma empresa do ramo de comércio situada no município de Ipanguaçu no Rio Grande do Norte, e ainda como objetivos específicos demonstrar a apuração dos tributos através dos regimes tributários brasileiros e averiguar a importância do planejamento tributário para a atividade empresarial.

Diante dos resultados causados pelo enquadramento tributário, e como o conhecimento da legislação contribui para essa escolha, esta pesquisa se torna indispensável e relevante para servir de base para demais entidades e proporcionar a opção mais adequada para esse tipo de empresa, bem como para a classe estudantil demonstrando como um estudo de caso pode constatar teorias a cerca de uma empresa e colocar em prática tudo o que foi estudado na academia.

Para a consecução dos objetivos foi desenvolvido um estudo descritivo, tendo como procedimentos de pesquisa um estudo de caso e documental, possuindo característica de uma abordagem do problema de forma qualitativa.

Assim, para uma melhor organização de ideias esta pesquisa está dividida em cinco seções, nas quais são: introdução, referencial teórico, metodologia, análise dos resultados e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO



Neste tópico, será apresentada a fundamentação teórica que serviu de base para o estudo, conceituando os termos do Sistema Tributário Nacional, Tributos, Planejamento Tributário, e os tipos de Regime de Tributação.

2.1 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

O Sistema Tributário Brasileiro consiste no conjunto de normas e procedimentos jurídicos, que regulam e fiscalizam a arrecadação de tributos como forma do Estado adquirir recursos para suas ações junto à população. Para Oliveira (2013, p. 56) Sistema Tributário:

é o conjunto estruturado e lógico dos tributos que compõem o ordenamento jurídico, bem como das regras e princípios normativos relativos à matéria tributária. Os conceitos e institutos que o compõem jamais devem ser vistos de forma estática, mesmo porque eles devem ser aplicados em um conjunto dinâmico constituído pela realidade social, sistema econômico e critério de justiça.

O Brasil possui um dos sistemas de tributação mais complexos do mundo, isso porque tem uma forma de apuração complicada aliada a uma imensa variedade de tributos. Esses tributos são arrecadados de forma direta ou indireta pelo governo, tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas através de compra ou venda de mercadorias e também da contratação de serviços de órgãos públicos ou privados. Os tributos são divididos em Federais, Estaduais e Municipais, arrecadados pela União, Estados e Municípios respectivamente. São tributos federais:

- Imposto de Importação (II);
- Imposto de Exportação (IE);
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Imposto sobre Operações Financeiras (IOF);
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF);
- Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);



- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Instituto Nacional da Seguridade Nacional (INSS);
- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP);

Os tributos estaduais são:

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD);
- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);

São tributos municipais:

- Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos (ITBI);
- Imposto sobre Serviços (ISS);
- Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);

Por causa dessa grande quantidade de tributos e dessa arrecadação diferenciada, é que o sistema tributário brasileiro se torna tão complexo. Para entender melhor como ele funciona é necessário entender o que é um tributo.

2.1.1 Tributo

O Código Tributário Nacional, no Artigo 3º, define o tributo como “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

De modo geral, os tributos são cobrados dos contribuintes de forma direta ou indireta pelo governo, à medida que os indivíduos compram ou vendem mercadorias, ou ainda utilizam diversos serviços prestados por entidades públicas ou privadas.

Fabretti (2015) enfatiza que tributo é gênero e as espécies são impostos, taxas e contribuições, sabendo que a natureza jurídica de cada tributo será definida por seu fato gerador.



Entender como cada tributo é apurado ajuda muito na hora de escolher o regime de tributação ideal para sua empresa. Para isso, os empresários devem sempre está atento e fazer um bom Planejamento Tributário.

2.1.2 Planejamento Tributário

É comum constatar que os gestores não fazem um planejamento tributário antes de escolher o regime de tributação do seu negócio. Segundo Fabretti (2015, p. 8) planejamento tributário “é o estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas”.

Com o planejamento tributário os empresários podem conseguir uma economia relevante para suas empresas, além de desenvolver mecanismos e estratégias de gestão financeira para atingir bons resultados. Tudo isso de forma lícita, tendo como base a legislação fiscal brasileira.

Entende-se por planejamento tributário uma forma lícita de reduzir a carga fiscal, o que exige alta dose de conhecimento técnico e bom-senso dos responsáveis pelas decisões estratégicas no ambiente corporativo. Trata-se do estudo prévio à concretização dos fatos administrativos, dos efeitos jurídicos, fiscais e econômicos de determinada decisão gerencial, com o objetivo de encontrar a alternativa legal menos onerosa para o contribuinte (OLIVEIRA et al., 2015, p. 23).

Durante o planejamento, o empresário irá se deparar com os regimes de tributação, e deverá escolher o qual se encaixa melhor para a sua atividade. Essa escolha deve ser feita após um estudo de cada regime analisando sempre qual o menos oneroso para a entidade sem infringir a legislação.

2.1.3 Regimes de Tributação

No Brasil, os regimes de tributação mais comuns são o Lucro Real, Lucro Presumido e o Simples Nacional. Cada empresa deve escolher seu regime de tributação no início de cada ano, identificando o menos oneroso para o seu tipo de negócio, seguindo é claro, a legislação.



Com base nisso, será apresentado a seguir esses tipos de regimes tributários e como os tributos são apurados em cada um deles.

Iniciando com o Lucro Real, diz-se que é o regime no qual é apurado o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), após os ajustes fiscais positivos e negativos, exigidos pela legislação fiscal. Como define Oliveira et al. (2015, p. 192):

o lucro líquido do período apurado na escrituração comercial, denominado lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações autorizadas pela legislação do Imposto de Renda. Os ajustes do lucro líquido do período de apuração e a demonstração da apuração do lucro real devem ser transcritos no Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur).

As pessoas jurídicas podem está obrigadas ou não a escolher o Lucro Real como regime de tributação. Estão obrigadas de acordo com o art. 14 da Lei nº 9.718/98 (BRASIL, 1998) as empresas:

- I - cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses; (Redação dada pela Lei nº 12.814, de 2013);
- II - cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;
- III - que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
- IV - que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;
- V - que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 2º da Lei nº 9.430, de 1996;
- VI - que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);
- VII - que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio. (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)



As empresas que optam pelo Regime do Lucro Real podem definir o lucro com base em balanço trimestral ou anual. Se escolher a forma trimestral, os períodos de apuração serão encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro. Desse modo, o contribuinte não terá recolhimento do IRPJ e da CSLL nos dois primeiros meses de cada período.

Sobre o Lucro Presumido sabe-se que é uma forma simplificada de apuração da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Essa base de cálculo é obtida de acordo com um percentual fixo, aplicado sobre o faturamento das empresas de acordo com sua atividade como mostra o quadro a seguir:

Quadro 1 - Percentuais aplicados sobre a Receita Bruta das atividades

ATIVIDADES	PERCENTUAIS
Atividades em geral (RIR/1999, art. 518)	8%
Revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural.	1,6%
Serviços de transporte (exceto o de carga)	16%
Serviços de transporte de cargas	8%
Prestação de Serviços em geral (exceto serviços hospitalares)	32%
Serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, fisioterapia e terapia ocupacional, fonoaudiologia, patologia clínica, imagenologia, radiologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, exames por métodos gráficos, procedimentos endoscópicos, radioterapia, quimioterapia, diálise e oxigenoterapia hiperbárica, desde que a prestadora desses serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atendas as normas da Anvisa.	8%
Atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda.	8%
Atividade de construção por empreitada com emprego de todos os materiais indispensáveis à sua execução, sendo tais materiais incorporados à obra.	8%
Atividades desenvolvidas por bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, agências de fomento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta	8%
Prestação de serviços relativos ao exercício de profissões regulamentadas. Intermediação de negócios. Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza	32%
Construção por administração ou por empreitada unicamente de mão de obra ou com emprego parcial de materiais. Construção, recuperação, reforma, ampliação	32%





ou melhoramento de infraestrutura, no caso de concessão de serviços públicos, independentemente do emprego parcial ou total de materiais	
Prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).	32%
Coleta e transporte de resíduos até aterros sanitários ou local de descarte.	32%
Prestação de qualquer outra espécie de serviço não mencionados acima.	32%

Fonte: Receita Federal do Brasil (2020).

Além de suas atividades, outro ponto deve ser observado na hora de escolher esse regime de tributação; o faturamento anual do ano anterior. Pois o mesmo deve ser igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 ou a R\$ 6.500.000,00 multiplicado pelo número de meses de atividade quando inferior a 12 meses (BRASIL, 1998), desde que não esteja obrigada ao Lucro Real, conforme mencionado no art. 13 da Lei nº 9.718/98. Nesse regime o imposto será determinado por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário (BRASIL, 1996).

O regime de tributação a seguir é o Simples Nacional. Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pela Lei Geral – Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Desenvolvido a partir da necessidade de unificar alguns tributos.

De acordo com Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018 o Art. 2º considera-se:

- I - microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada ou o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, e a sociedade de advogados registrada na forma prevista no art. 15 da Lei no 8.906, de 4 de julho de 1994, desde que: (Lei Complementar no 123, de 2006, art. 3o, caput; art. 18, § 5o-C, VII)
- a) no caso da ME, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); (Lei Complementar no 123, de 2006, art. 3o, inciso I)
 - b) no caso da EPP, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais); (Lei Complementar no 123, de 2006, art. 3o, inciso II)



Optando pelo Simples Nacional a instituição unificará oito tributos, sendo eles na esfera Federal: Programa Integração Social (PIS/PASEP), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social da Pessoa Jurídica (CPP), na esfera Estadual: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e na esfera Municipal: Imposto Sobre Serviços (ISS).

3 METODOLOGIA

Esta etapa demonstra o processo metodológico utilizado no trabalho, ou seja, descreve todos os métodos e procedimentos utilizados nesse estudo, com o objetivo de evidenciar o passo a passo e a coleta de dados para a realização desta pesquisa, conforme Jung (2004, p. 227) “a metodologia é um conjunto de técnicas e procedimentos que tem por finalidade viabilizar a execução da pesquisa, obtendo-se como resultado um novo produto, processo ou conhecimento.”

Em relação aos objetivos, este estudo caracteriza-se como descritivo, já que para Jung (2004), o estudo consiste em identificar, registrar e analisar as características, fatores ou variáveis relacionadas com o fenômeno ou processo. Pois, esta pesquisa descreve qual o melhor regime de tributação para a empresa, demonstrando através da apuração de impostos o quanto é importante fazer um planejamento tributário.

De acordo com a análise dos dados utilizou-se uma abordagem qualitativa. Baseando-se em Creswell (2007), a pesquisa qualitativa emprega diferentes formas de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados. Com isso, pode-se analisar os dados coletados e compreender melhor os resultados obtidos.

Com relação aos procedimentos utilizados para realizar o estudo, foi feita uma pesquisa bibliográfica, por ter como base e fundamentação teórica, livros e artigos que abordam o tema. Segundo Gil (2002, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]”



Outro procedimento utilizado é o estudo de caso. Ele é importante porque reúne várias informações detalhadas que possibilitam entender a totalidade de uma situação. Essas informações auxiliam ao pesquisador obter um maior conhecimento e uma possível solução de problemas relacionados ao assunto estudado. E assim ter obtido informações reais da empresa. Efetuando desse modo, uma investigação de um fenômeno, aplicando o contexto estudado em um local real.

Assim, foi solicitado a empresa, relatórios fiscais de saída e entradas de mercadorias, bem como relatórios contábeis de faturamento e despesas dos exercícios de 2019 e 2020 com objetivo de apurar o lucro da mesma. Dispondo os dados em planilhas e analisando a apuração dos tributos em cada regime de tributação.

Diante do exposto acima, do universo de empresas do ramo de comércio, foi feita uma busca de qual empresa desse ramo poderia fazer parte do estudo, e foi escolhida por conveniência de coleta de dados, uma empresa do ramo de comércio de Ipanguaçu/RN. A mesma foi escolhida por identificar que não foi feito um Planejamento Tributário para a escolha do seu regime de tributação.

Ao final da coleta dos dados fiscais e contábeis da empresa, realizou-se uma apuração de tributos por cada regime de tributação, Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, em forma de planilhas para facilitar o entendimento a fim de constatar qual é a melhor opção para a empresa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa parte do estudo será apresentada toda a pesquisa qualitativa, tratando primeiramente das características da empresa e dos dados coletados, e depois será demonstrado a análise da apuração dos impostos nos regimes de tributação do Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, comparando assim os resultados obtidos.

4.1 CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA E DADOS COLETADOS



A empresa comercial em estudo iniciou suas atividades no dia 07 de janeiro de 1969, optante do Simples Nacional desde sua constituição, atuando no ramo de comércio varejista de mercadorias em geral- minimercados, mercearia e armazéns, localizada no centro de Ipanguaçu/RN.

No quadro dois foram apresentados os dados obtidos em relação a entradas dos anos de 2019 e 2020.

Quadro 2 – Entradas de mercadorias de 2019 e 2020.

Entradas		
Mês	2019	2020
Jan	R\$ 7.708,03	R\$ 5.389,22
Fev	R\$ 24.394,17	R\$ 7.508,60
Mar	R\$ 15.104,08	R\$ 10.284,58
Abr	R\$ 23.029,01	R\$ 3.915,71
Mai	R\$ 25.885,89	R\$ 9.747,14
Jun	R\$ 33.070,24	R\$ 4.502,05
Jul	R\$ 43.162,82	R\$ 11.488,50
Ago	R\$ 28.090,02	R\$ 5.977,24
Set	R\$ 35.957,11	R\$ 7.872,22
Out	R\$ 40.937,62	R\$ 6.902,67
Nov	R\$ 60.532,75	R\$ 9.167,25
Dez	R\$ 22.559,11	R\$ 5.503,73
Total	R\$ 360.430,85	R\$ 88.258,91

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Assim como as entradas, no quadro dois, repetiu-se para o quadro três a apresentação dos dados sobre o faturamento de 2019 e 2020.

Quadro 3 – Saídas de mercadorias de 2019 e 2020.

Saídas		
Mês	2019	2020
Jan	R\$ 8.639,76	R\$ 11.889,52
Fev	R\$ 9.154,88	R\$ 7.981,22
Mar	R\$ 9.179,15	R\$ 6.159,36
Abr	R\$ 9.092,39	R\$ 6.207,58
Mai	R\$ 9.275,01	R\$ 6.444,17
Jun	R\$ 6.954,33	R\$ 7.059,41
Jul	R\$ 9.405,00	R\$ 7.497,33
Ago	R\$ 10.125,61	R\$ 7.038,03
Set	R\$ 8.998,67	R\$ 7.137,27



Out	R\$ 11.011,97	R\$ 6.144,75
Nov	R\$ 11.266,54	R\$ 7.166,10
Dez	R\$ 9.531,30	R\$ 8.583,75
Total	R\$ 112.634,61	R\$ 89.308,49

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Conforme os quadros dois e três percebe-se que a empresa apresentou entradas e um faturamento médio mensal de R\$ 7.354,9 e R\$ 7.442,37 respectivamente em 2020.

Quadro 4 - Despesas Operacionais de 2020.

Despesas Operacionais	2020
Pessoal	R\$ 13.927,33
Pessoal (FGTS)	R\$ 1.114,19
Impostos, Taxas e Contribuições	R\$ 4.141,19
Geral	R\$ 1.183,06
Financeira	R\$ 687,35
Total	R\$ 21.053,12
Custos	2020
CMV	R\$ 77.659,55

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

No quadro quatro são apresentadas as despesas operacionais realizadas no ano de 2020, onde as despesas operacionais gerais englobam as despesas com água, luz e telefone.

Desse modo o estudo seguiu com a apuração dos tributos em cada regime de tributação.

4.2 ANÁLISE DA APURAÇÃO DOS TRIBUTOS PELO SIMPLES NACIONAL

No Simples Nacional o tributo é calculado através da aplicação da alíquota efetiva sobre o faturamento mensal da empresa, essa alíquota é determinada pela soma do faturamento dos últimos doze meses, ou seja, a Receita Bruta Acumulada (RBA) e identificando a faixa tributária e o percentual em qual este faturamento se enquadra, conforme o Art 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006):

O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte, optante pelo Simples Nacional, será determinado mediante aplicação das alíquotas



constantes das tabelas dos Anexos I a VI desta Lei Complementar sobre a base de cálculo de que trata o § 3o deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3o.

§ 1o Para efeito de determinação da alíquota, o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração.

Para Janeiro de 2020 a RBA foi de R\$ 89.308,49 como mostra o quadro três, a empresa desse estudo se enquadra na 1ª faixa por apresentar um faturamento abaixo de 180.000,00 e a alíquota utilizada é de 4%, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 5 – Anexo I do Simples Nacional – Comércio

Receita Bruta Acumulada (em R\$)		Alíquota	Valor a deduzir
FAIXA 1ª	Até 180.000,00	4,0%	R\$ -
FAIXA 2ª	De 180.000,01 a 360.000,00	7,3%	R\$ 5.940,00
FAIXA 3ª	De 360.000,01 a 720.000,00	9,5%	R\$ 13.860,00
FAIXA 4ª	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,7%	R\$ 22.500,00
FAIXA 5ª	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,3%	R\$ 87.300,00
FAIXA 6ª	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,0%	R\$ 378.000,00

Fonte: Brasil (2006)

$$\frac{\text{RBT12} \times \text{Aliq} - \text{PD}}{\text{RBT12}}$$

Aplicando a alíquota efetiva derivada da fórmula apresentada acima, encontrada na Lei complementar 123/06, onde RBT12 se refere à Receita Bruta Acumulada nos 12 meses anteriores ao período de apuração, Aliq a Alíquota Nominal constante dos Anexos I a V e PD a Parcela a Deduzir constante dos Anexos I a V, obtiveram-se os valores dos tributos arrecadados no Documento de Arrecadação do Simples (DAS), a seguir:

Quadro 6 – Apuração dos tributos pelo Simples Nacional

MÊS	RECEITA BRUTA			TRIBUTAÇÃO			
	MENSAL		Acumulada	Alíq. Nominal	Parcela a deduzir	Alíq. Efetiva	Tributo devido
	2019	2020					
Jan	R\$ 8.639,76	R\$ 11.889,52	R\$ 112.634,61	4,00%	R\$ -	4,00%	R\$ 475,58
Fev	R\$ 9.154,88	R\$ 7.981,22	R\$ 115.884,37	4,00%	R\$ -	4,00%	R\$ 319,25
Mar	R\$ 9.179,15	R\$ 6.159,36	R\$ 114.710,71	4,00%	R\$ -	4,00%	R\$ 246,37
Abr	R\$ 9.092,39	R\$ 6.207,58	R\$ 111.690,92	4,00%	R\$ -	4,00%	R\$ 248,30
Mai	R\$ 9.275,01	R\$ 6.444,17	R\$ 108.806,11	4,00%	R\$ -	4,00%	R\$ 257,77
Jun	R\$ 6.954,33	R\$ 7.059,41	R\$ 105.975,27	4,00%	R\$ -	4,00%	R\$ 282,38



Jul	R\$ 9.405,00	R\$ 7.497,33	R\$ 106.080,35	4,00%	R\$ -	4,00%	R\$ 299,89
Ago	R\$ 10.125,61	R\$ 7.038,03	R\$ 104.172,68	4,00%	R\$ -	4,00%	R\$ 281,52
Set	R\$ 8.998,67	R\$ 7.137,27	R\$ 101.085,10	4,00%	R\$ -	4,00%	R\$ 285,49
Out	R\$ 11.011,97	R\$ 6.144,75	R\$ 99.223,70	4,00%	R\$ -	4,00%	R\$ 245,79
Nov	R\$ 11.266,54	R\$ 7.166,10	R\$ 94.356,48	4,00%	R\$ -	4,00%	R\$ 286,64
Dez	R\$ 9.531,30	R\$ 8.583,75	R\$ 90.256,04	4,00%	R\$ -	4,00%	R\$ 343,35
TOTAL	R\$ 112.634,61	R\$ 89.308,49	-	-	-	-	R\$ 3.572,34

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Assim, a carga tributária encontrada no regime de tributação do Simples Nacional foi a seguinte:

Quadro 7 - Carga tributária total no Simples Nacional

CARGA TRIBUTARIA:		
TRIBUTOS	VALOR	%
SIMPLES	3.572,34	4,00
FGTS	1.114,19	1,25
ICMS DIFAL	4.141,19	4,64
TOTAL		9,88

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Como mostra o quadro sete, de acordo com todos os dados coletados, a carga tributária, ou seja, a relação entre os impostos e o faturamento, gasta com os tributos no Simples Nacional somaram 9,88%. Sendo ICMS DIFAL, a diferença de alíquota (paga pela empresa sempre que suas mercadorias se originam de outro estado), tributada pela empresa no ano de 2020. Esta, quando tributada pelo regime do Lucro Presumido ou pelo Lucro Real é acrescida de 30% referente a margem agregada. A próxima análise dos tributos foi feita pelo regime do Lucro Presumido.

4.3 ANÁLISE DA APURAÇÃO DOS TRIBUTOS PELO LUCRO PRESUMIDO

Sendo um regime de tributação simplificado, no Lucro Presumido o imposto é calculado com base numa alíquota fixa aplicada sobre o faturamento de acordo com sua atividade. Baseado no quadro um, de acordo com sua atividade, foram aplicados os dados da empresa em estudo na planilha a seguir:



Quadro 8 - Análise dos tributos pelo Lucro Presumido

MÊS	COMPRAS	VENDAS	ICMS S/ COM.	ICMS S/ VENDAS	ICMS A RECO.		
Janeiro	5.389,22	11.889,52	970,06	2.140,11	1.170,05		
Fevereiro	7.508,60	7.981,22	1.351,55	1.436,62	85,07		
Março	10.284,58	6.159,36	1.851,22	1.108,68	- 742,54		
Abril	3.915,71	6.207,58	704,83	1.117,36	412,54		
Mai	9.747,14	6.444,17	1.754,49	1.159,95	- 594,53		
Junho	4.502,05	7.059,41	810,37	1.270,69	460,32		
Julho	11.488,50	7.497,33	2.067,93	1.349,52	- 718,41		
Agosto	5.977,24	7.038,03	1.075,90	1.266,85	190,94		
Setembro	7.872,22	7.137,27	1.417,00	1.284,71	- 132,29		
Outubro	6.902,67	6.144,75	1.242,48	1.106,06	- 136,43		
Novembro	9.167,25	7.166,10	1.650,11	1.289,90	- 360,21		
Dezembro	5.503,73	8.583,75	990,67	1.545,08	554,40		
TOTAL	88.258,91	89.308,49	15.886,60	16.075,53	188,92		
PIS (0,65%)	COFINS (3%)	B.CALC. LR. (8%)	LR. (15%)	ADIC. DE LR	TOTAL LR.	B.CALC. C.S.L. (12%)	TOTAL C.S.L. (9%)
77,28	356,69	951,16	142,67	-----	142,67	1.426,74	128,41
51,88	239,44	638,50	95,77	-----	95,77	957,75	86,20
40,04	184,78	492,75	73,91	-----	73,91	739,12	66,52
40,35	186,23	496,61	74,49	-----	74,49	744,91	67,04
41,89	193,33	515,53	77,33	-----	77,33	773,30	69,60
45,89	211,78	564,75	84,71	-----	84,71	847,13	76,24
48,73	224,92	599,79	89,97	-----	89,97	899,68	80,97
45,75	211,14	563,04	84,46	-----	84,46	844,56	76,01
46,39	214,12	570,98	85,65	-----	85,65	856,47	77,08
39,94	184,34	491,58	73,74	-----	73,74	737,37	66,36
46,58	214,98	573,29	85,99	-----	85,99	859,93	77,39
55,79	257,51	686,70	103,01	-----	103,01	1.030,05	92,70
580,51	2.679,25	7.144,68	1.071,70	-----	1.071,70	10.717,02	964,53
TOTAL DOS IMPOSTOS							5.484,92

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O quadro oito acima demonstra o cálculo da apuração dos tributos da empresa em estudo pelo Lucro Presumido baseando-se em seu faturamento de 2020. Neste regime, e levando em consideração que todos os produtos são tributados, a apuração do ICMS foi realizada aplicando a alíquota de 18%, alíquota interna do Estado do RN, sobre as compras e as vendas a cada mês, encontrando valores a recuperar ou a pagar. Totalizando ao final do ano R\$ 188,92 a recolher, por meio do regime não cumulativo.



Para a apuração do PIS e COFINS, também considerando que os produtos são tributados por estes, aplicou-se uma alíquota fixa sobre as vendas de 0,65% e 3% respectivamente. Encontrando ao final do ano R\$ 580,51 de PIS e R\$ 2.679,25 de COFINS a recolher, através do regime cumulativo.

No Lucro Presumido a base de cálculo do IR, foi obtida com a aplicação da alíquota de 8% sobre as vendas. Sobre essa base de cálculo foi aplicada a alíquota de 15%, finalizando o ano com R\$ 1.071,70 de IR a recolher. Já a base de cálculo da CSLL, resulta da alíquota de 12% sobre as vendas e a aplicação de 9% sobre essa base de cálculo para chegar ao tributo a ser recolhido. Nesse estudo, a CSLL anual foi de R\$ 964,53.

Tendo como resultado um total de R\$ 5.484,92 de tributos no referido ano. Obtido da soma dos totais pagos de ICMS, PIS, COFINS, CSLL e IRPJ. Também foi feita uma análise do percentual total dos tributos:

Quadro 9 - Carga tributária total no Lucro Presumido

CARGA TRIBUTARIA:		
TRIBUTO	VALOR	PERCEN. %
ICMS	R\$ 188,92	0,21
ICMS DIFAL	R\$ 5.383,55	6,03
PIS	R\$ 580,51	0,65
COFINS	R\$ 2.679,25	3,00
IRPJ	R\$ 1.071,70	1,20
CSLL	R\$ 964,53	1,08
FGTS	R\$ 1.114,19	1,25
TRIB. FOLHA	R\$ 3.871,80	4,34
TOTAL		17,75

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Nesse regime a carga tributária total encontrada foi de 17,75%, quase o dobro da carga tributária encontrada no regime do Simples Nacional. Onde a tributação da folha resultou da aplicação da alíquota de 27,8%, sendo desse total 20% de INSS patronal e 7,8% de terceiros e RAT (Risco de Acidente de Trabalho). E como mencionado anteriormente, o DIFAL neste regime recebe um acréscimo de 30% referente a margem agregada. A próxima etapa da pesquisa analisou a apuração dos tributos pelo regime do Lucro Real.

4.4 ANÁLISE DA APURAÇÃO DOS TRIBUTOS PELO LUCRO REAL

No Lucro Real, as alíquotas são calculadas baseadas no lucro efetivo obtido pela empresa. O lucro é obtido quando através da diferença das receitas e despesas, demonstrada pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE):

Quadro 10 - DRE 2020

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		89.308,49
(-) DEDUCOES		24.336,56
DEVOLUCOES	-	
DESCONTOS	-	
IMPOSTOS	24.336,56	
ICMS	16.075,53	-
PIS	1.473,59	
COFINS	6.787,45	
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		64.971,93
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		-
LUCRO BRUTO		64.971,93
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		24.237,57
DESPESAS GERAIS	5.324,25	
DESPESAS C/ FOLHA	18.913,32	
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IR/CSLL		40.734,36
CSLL 9%		- 3.666,09
IRPJ 15%		- 6.110,15
LUCRO LIQUIDO DO PERIODO		30.958,12

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Para cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) a alíquota de 15% é aplicada para lucro de até R\$ 20.000,00 mensais, e 25% para lucro superior a R\$ 20.000,00 mensais. Já para pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a alíquota será de 9% sobre o lucro operacional antes desses tributos.

Quadro 11 - Análise dos tributos pelo Lucro Real



MÊS	COMPRAS	VENDAS	ICMS S/COM.	ICMS S/ VEN.	ICMS A RECO.	PIS S/ COM.	PIS S/ VEN.	PIS A RECO.	COFINS S/ COM.	COFINS S/ VEN.	COFINS A RECO.
Janeiro	5.389,22	11.889,52	970,06	2.140,11	1.170,05	88,92	196,18	107,25	409,58	903,60	494,02
Fevereiro	7.508,60	7.981,22	1.351,55	1.436,62	85,07	123,89	131,69	7,80	570,65	606,57	35,92
Março	10.284,58	6.159,36	1.851,22	1.108,68	-	742,54	169,70	101,63	-68,07	781,63	468,11
Abril	3.915,71	6.207,58	704,83	1.117,36	412,54	64,61	102,43	37,82	297,59	471,78	174,18
Mai	9.747,14	6.444,17	1.754,49	1.159,95	-	594,53	160,83	106,33	-54,50	740,78	489,76
Junho	4.502,05	7.059,41	810,37	1.270,69	460,32	74,28	116,48	42,20	342,16	536,52	194,36
Julho	11.488,50	7.497,33	2.067,93	1.349,52	-	718,41	189,56	123,71	-65,85	873,13	569,80
Agosto	5.977,24	7.038,03	1.075,90	1.266,85	190,94	98,62	116,13	17,50	454,27	534,89	80,62
Setembro	7.872,22	7.137,27	1.417,00	1.284,71	-	132,29	129,89	117,76	-12,13	598,29	542,43
Outubro	6.902,67	6.144,75	1.242,48	1.106,06	-	136,43	113,89	101,39	-12,51	524,60	467,00
Novembro	9.167,25	7.166,10	1.650,11	1.289,90	-	360,21	151,26	118,24	-33,02	696,71	544,62
Dezembro	5.503,73	8.583,75	990,67	1.545,08	554,40	90,81	141,63	50,82	418,28	652,37	234,08
TOTAL	88.258,91	89.308,49	15.886,60	16.075,53	188,92	1.456,27	1.473,59	17,32	6.707,68	6.787,45	79,77

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A apuração do ICMS foi efetuada do mesmo modo que no Lucro Presumido, finalizando o ano com R\$ 188,92 a recolher. Deste modo, considerando que todos os produtos são tributados, seguindo o regime não cumulativo, observando os tributos a recuperar e a pagar, ou seja, a incidência das alíquotas sobre as entradas e saídas para ao final apurar o valor a recolher, com o PIS sob a alíquota de 1,65% e com o COFINS sob 7,6%, resultou-se R\$ 17,32 e R\$ 79,77 a recolher respectivamente.

Com o mesmo método dos outros regimes, foram aplicados os dados coletados no regime do Lucro Real e encontrado os valores de cada tributo ao longo do ano de 2020, como demonstra o quadro 12.

Quadro 12 - Carga tributária total no Lucro Real

CARGA TRIBUTARIA:		
TRIBUTO	VALOR	%
ICMS	188,92	0,21
ICMS DIFAL	5.383,55	6,03
PIS	17,32	0,02
COFINS	79,77	0,09
IRPJ	6.110,15	6,84
CSLL	3.666,09	4,10
FGTS	1.114,19	1,25
TRIB. FOLHA	3.871,80	4,34
TOTAL	22,88	

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.



Assim, ao final da análise obteve-se um total de carga tributária geral de 22,88%. Sendo aplicado, do mesmo modo que no Lucro Presumido, a alíquota de 27,8% sobre a folha de pagamento e o acréscimo de 30% no DIFAL.

4.5 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O SIMPLES NACIONAL, LUCRO PRESUMIDO E LUCRO REAL

Reunindo todos os valores apurados em cada regime tributário, foi elaborado o quadro 13 abaixo com o comparativo desses valores.

Quadro 13 - Quadro comparativo dos regimes tributários

QUADRO COMPARATIVO			
TRIBUTOS	SIMPLES NACIONAL	LUCRO PRESUMIDO	LUCRO REAL
ICMS	-----	188,92	188,92
ICMS DIFAL	4.141,19	5.383,55	5.383,55
PIS	-----	580,51	17,32
COFINS	-----	2.679,25	79,77
I.RENDA	-----	1.071,70	6.110,15
C.S.L.L.	-----	964,53	3.666,09
FGTS	1.114,19	1.114,19	1.114,19
TRIB. FOLHA	-----	3.871,80	3.871,80
SIMPLES	3.572,34	-----	-----
TOTAL	8.827,72	14.612,09	19.189,42
% s/ Faturam.	9,88	17,75	22,88

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A análise de cada regime tributário foi feita com o mesmo faturamento, encontrando um total de 9,88% no Simples Nacional, 17,75% no Lucro Presumido e 22,88% no Lucro Real de carga tributária em cada regime. Em relação ao Simples Nacional, o Lucro Presumido apresentou 7,87% a mais de carga tributária. Já o Lucro Real superou em 13% os tributos apurados no Simples Nacional. Sendo assim, o Simples Nacional é o regime onde a carga tributária é menor para a empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Escolher um regime tributário ideal para uma empresa é primordial. Pois a carga tributária paga por uma empresa é fator determinante para a sua sobrevivência financeira. Por isso, é muito importante realizar um planejamento tributário logo no início de sua atividade.

O objetivo geral desse estudo de analisar qual o melhor regime de tributação para o ano de 2021, de uma empresa do ramo comercial de Ipanguaçu, baseando-se nos dados coletados de 2019 e 2020 foi concretizado.

Observando os resultados encontrados em cada regime de tributação, e comparando-os, ficou evidente que o regime do Simples Nacional é o mais adequado para a empresa em estudo, visto que apresentou a menor carga tributária total, diante dos dados coletados nesse período.

A hipótese levantada inicialmente de que o Simples Nacional seria o regime mais adequado para essa empresa foi confirmada, sendo importante destacar que o estudo possui limitações e não pode ser generalizado, tendo em vista que se trata de um estudo de caso. Por causa disso, a sugestão é que sejam realizados mais planejamentos tributários para empresas desse mesmo ramo e região, a fim de traçar um perfil geral sobre o melhor regime tributário para as essas empresas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº 9.718**, de 27 de novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9718.htm. Acesso em: 02 jan 2021.

_____. **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 12 jan 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.



JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia para Pesquisa e Desenvolvimento:** aplicada a novas tecnologias produtos e processos. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária.** 4. ed. Ver. Atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, Luís Martins de. et al. **Manual da Contabilidade Tributária.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Tânia Falconieris Santos. **Planejamento tributário com base em um orçamento:** um estudo em uma empresa comercial de Assú/RN. Assú/RN, 2018.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Capítulo XIII - IRPJ - Lucro Presumido 2020.** Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/ecf/perguntas-e-respostas-pessoa-juridica-2020-arquivos/capitulo-xiii-irpj-lucro-presumido-2020.pdf/view>. Acesso em: 18 mar 2021.

RESOLUÇÃO CGSN Nº 140, DE 22 DE MAIO DE 2018, Publicado (a) no DOU de 24/05/2018, seção 1, página 20, Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=92278>. Acesso em: 02 out 2020.



**A LEI MARIA DA PENHA E O SURGIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE TEÓRICA DE
EFETIVIDADE JURÍDICA NO RIO GRANDE DO NORTE**

Adriadna Kelly de Araujo Fernandes¹

Antonia Maria Clara Lopes de Melo²

Luana Gabriela Morais de Oliveira³

Rianne Kelly Tavares Belo⁴

Dra. Maria do Socorro Oliveira

RESUMO

A Lei Maria da Penha foi criada contendo 45 artigos, os quais visam abster a violência física, moral e psicológica contra a mulher no âmbito doméstico e familiar. Criada em razão de uma ocorrência fatídica, ela impõe um dispositivo sobre a obrigação do Estado em assegurar assistência e dignidade à vítima. Por isso, o presente artigo tem por objetivo analisar os aspectos de aplicação da Lei nº 11.340/2006 junto ao surgimento das políticas públicas na perspectiva de gênero no Estado do Rio Grande do Norte, sendo a pesquisa guiada de forma teórica qualitativa com encontros virtuais, revisões bibliográficas e observação das estatísticas disponibilizadas por órgãos e estudos nacionais de segurança pública no que tange à violência doméstica e familiar no Estado. Diante do exposto no presente artigo, é indubitável que a violência de gênero é um fato social presente no dia a dia de todas as sociedades. É histórico, enraizado e estruturado, mas todos os dias mais mulheres se juntam na luta pela liberdade, respeito, subjetividade e não aceitação da hierarquização e dominação patriarcal que age de

¹ Graduanda em Direito da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: adriadna.fernandes@aluno.catolicadorn.com.br

² Graduanda em Direito da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: antonia.melo@aluno.catolicadorn.com.br

³ Graduanda em Direito da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: Luana.morais@aluno.catolicadorn.com.br

⁴ Graduanda em Direito da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: rianne.belo@aluno.catolicadorn.com.br



forma violenta e antidemocrática. No entanto, a Justiça ainda não é capaz de acompanhar as transformações sociais que acontecem de forma contínua, por isso, além da manutenção das políticas, o sistema judiciário precisa internalizar essa pauta, assim como o debate social deve acontecer em todos os âmbitos educativos e para todos os gêneros, sem exclusão das diferenças.

Palavras-Chaves: Lei Maria da Penha. Políticas Públicas. Violência Contra a Mulher.

ABSTRACT

The Maria da Penha Law was created containing 45 articles, which aim to abstain from physical, moral and psychological violence against women in the domestic and family sphere. Created based on a fateful occurrence, it imposes a provision on the State's obligation to ensure assistance and dignity to the victim. Therefore, this article aims to analyze the application aspects of Law No. 11.340 / 2006 along with the emergence of public policies from a gender perspective in the State of Rio Grande do Norte, with the research being guided in a qualitative theoretical way with virtual meetings, bibliographic reviews and observation of the statistics made available by national public security agencies and studies regarding domestic and family violence in the State. Given what has been exposed in this article, there is no doubt that gender violence is a social fact present in the daily lives of all societies. It is historical, rooted and structured, but every day more women join in the struggle for freedom, respect, subjectivity and non-acceptance of the hierarchy and patriarchal domination that acts in a violent and undemocratic way. However, the Justice is still not able to follow the social transformations that happen continuously, therefore, in addition to maintaining policies, the judicial system needs to internalize this agenda, as well as the social debate must take place in all educational and for all genders, without excluding differences.

Keywords: Maria da Penha Law. Public Policies. Violence Against Women.

1 INTRODUÇÃO

Na história da humanidade, a mulher sempre esteve como alvo de violência decorrente, principalmente, da religião quando na cultura judaico-cristã seu papel era de culpada e pecadora, como também no período de "cidadania" na Grécia Antiga com a desigualdade de



gênero no que tange à participação feminina na política que era restrita. Desde então, a luta por transformações sociais tem sido cada vez mais constante, visto que, as sociedades possuem um caráter fundamentado nas amarras patriarcais e conservadoras que tentam a todo custo reprimir aquilo que já foi conquistado e tudo que ainda precisa ser.

Com a evolução dos modos de produção, a participação das mulheres foi sendo construída de forma ativa na consolidação do capitalismo, não porque eram livres e iguais aos homens, mas porque a exteriorização da desigualdade em meio ao processo social e laboral despertou a necessidade da busca por direitos. No Brasil, os movimentos feministas se instauraram na década de 70, contribuindo para as milhares de denúncias de violência doméstica em razão da Lei do Divórcio, através deles a luta por políticas públicas na perspectiva de gênero foi posta em pauta e deram resultados, tais como a primeira delegacia da mulher que surgiu em São Paulo, no ano de 1985. Essas questões passaram a ganhar grande repercussão com as convenções internacionais sobre Direitos Humanos e das Mulheres, os pensamentos se consolidaram e encontram-se presentes até o momento atual em busca de uma sociedade justa e igualitária.

O Estado do Rio Grande do Norte é pioneiro em vários aspectos sociais no país, e na luta pela igualdade de gênero mulheres potiguaras como Bertha Luz, Celina Guimarães, Nísia Floresta, Alzira Soriano e outras, foram imprescindíveis na ocupação feminina nos diversos setores sociais de caráter repressivo. Em contrapartida, a violência e a desigualdade são fatores que predominam no Estado mesmo com o desenvolvimento das políticas públicas, os índices de agressões, feminicídios, pobreza, desemprego e renda afetam criticamente a vida das mulheres, principalmente as pretas e residentes das zonas rurais. Devido ao contexto pandêmico, todas essas questões se agravam, segundo dados do Fórum Nacional de Segurança Pública (FBSP), o Rio Grande do Norte é um dos estados com maior crescente no número de feminicídios em período de isolamento social.

Conquanto, se faz necessária a análise da aplicação das políticas de combate à violência contra a mulher no Estado, trazendo a ótica nacional para compreender a atuação das diretrizes básicas no âmbito estadual, levando em consideração o resultado das alterações da Lei Maria da Penha e o reflexo que elas trouxeram na luta pelo respeito e atendimento qualificado às vítimas de situações violentas.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE SOBRE AS MUDANÇAS NO ÂMBITO JURÍDICO BRASILEIRO

A Lei Maria da Penha ou Lei nº 11.340/2006 recebeu este nome em homenagem à cearense Maria da Penha Maia Fernandes. Uma tragédia ocorrida que mudou toda uma história de violência contra as mulheres e as leis de proteção delas, em todo o Brasil. A Biofarmacêutica foi agredida pelo marido durante seis anos. Em 1983, ele tentou assassiná-la duas vezes, na primeira tentativa, com um tiro, em que acabou a deixando paraplégica; na segunda tentativa a electrocutou e afogou, porém, somente após tornar-se deficiente e com traumas, ela decidiu lutar por seus direitos e de todas as outras mulheres. Então, lutou por 19 anos e meio para existir uma lei que protegesse as mulheres no país contra as agressões domésticas. Em 7 de agosto de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Maria da Penha, criada com o objetivo de punir os agressores e defender as mulheres das agressões no âmbito doméstico e familiar. Atualmente, a Sra. Maria da Penha é símbolo nacional da luta das mulheres contra a opressão e a violência.

A maior parte das mudanças foram feitas ao longo dos últimos anos por meio de novas teses em torno da normativa, que vão desde atendimento às vítimas até a tipificação do crime e do descumprimento da medida preventiva. As mudanças proporcionam ainda mais proteção às mulheres, como nas novas ordens de patrulhas que consiste na vigilância policial a cada duas, pelo menos, uma vez ao dia na residência das vítimas, com o objetivo de prevenir o ato ou prender o agressor em flagrante.

Desde 2006, a Lei Maria da Penha sofreu algumas modificações, extremamente necessárias, diante de um cenário crescente de casos e denúncias de violência contra a mulher. Especialmente nos últimos 3 anos, alguns acréscimos foram essenciais para garantir um melhor atendimento às vítimas, como a Lei 13.505/17, que traz a preferência no atendimento por policiais e outros especialistas do sexo feminino.

Outras mudanças adicionadas na lei foram, que a medida também garante o direito de que a mulher em situação de violência, assim como seus familiares, não tenha contato com



testemunhas, investigados ou suspeitos de cometerem o crime. Como também no sentido à punição, houve a caracterização do descumprimento de medidas protetivas, como crime (Lei 13.641/18), com pena que pode variar entre 3 meses a 2 anos de prisão, e a criminalização do registro de conteúdo não autorizado, como nudez ou ato sexual de caráter íntimo e privado, com a edição da Lei 13.772/18.

Em 2019, duas normativas estabelecem mudanças na Lei Maria da Penha. Uma delas, a Lei 13.827/19, autorizou que, em alguns casos, a autoridade judicial ou policial aplique medidas protetivas de urgência. Outra alteração veio com a [Lei 13.926/19](#), que tornou obrigatório que seja informado quando a vítima for pessoa com deficiência. Mais recentemente, em 2020, o Ministro do STJ Sebastião Reis, decidiu que a [lei se aplica](#) a crime cometido contra empregada doméstica. Há também, ainda em tramitação, alguns projetos de lei que versam sobre tópicos como a apreensão da arma de fogo de propriedade do agressor e o impedimento de que condenados por violência contra a mulher sejam nomeados para cargos públicos federais.

Apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito para garantir, de forma integral, que as mulheres vivam de forma segura e livre sem a incidência da violência em seus lares. Conseqüentemente, esta lei ainda passará por novas mudanças, a fim de que a liberdade e a justiça alcancem todas as classes e gêneros.

2.2 BREVE HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

A violência contra a mulher na sociedade é incontestável, a prática dessa violência é atemporal, não sendo procedente de classe social ou cultural. Contudo, no Brasil, até 2008 não existiam estatísticas oficiais que apontassem a magnitude deste fenômeno. Depois de anos de impunidade aos crimes contra a vida das mulheres, que até então eram chamados de crimes passionais, não sendo tratados como homicídios, manifestações feministas começaram a surgir no Brasil em busca de justiça. A partir dos acontecimentos que foram sendo desencadeados ao decorrer dos anos, em 1994, o Brasil assinou o documento da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Já em 2006 foi criada a Lei Maria da



Penha, que traz a criminalização da violência contra a mulher. No Brasil, essa Lei é a principal ferramenta legislativa na luta contra a violência doméstica.

2.2.1 A naturalização da cultura da violência contra mulher no Brasil a partir do uso da tese da legítima defesa da honra

Durante muitos anos, pessoas que cometessem um crime no qual estivessem em um estado de privação dos sentidos, dominados pela emoção, não poderiam ser responsabilizadas pelos seus atos. Sendo assim, um marido poderia matar sua esposa em meio ao choque e a fúria se descobrisse ou desconfiasse de adultério. Tendo a ocorrer mudanças no código penal somente em 1940. Essas mudanças apresentavam a criminalização dos crimes passionais, porém, ainda contendo penas menores do que as de homicídios comuns. Devido às mudanças no código penal, surgiu uma nova tese, a qual não era proveniente de uma base jurídica, porém se mostrava eficaz: A Legítima Defesa da Honra. Essa tese era usada como argumento para justificar a prática do feminicídio ou uso de violência em ações criminais, com a justificativa de reprimir um adultério. A vida da mulher era estudada como forma de comprovar sua promiscuidade. E a partir dessa tese desumana e cruel o assassino saía como vítima, pois só queria defender sua honra ferida. Esse recurso argumentativo retórico mostrou-se válido em diversos casos de violência contra a mulher, sendo considerado inconstitucional somente em março de 2021, quando O Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu juridicamente invocar a tese da legítima defesa da honra em casos de feminicídio, já que a tese se mostrava contrária o art. 1º, III, o art. 3º, IV, e o art. 5º, LIV, da Constituição Federal. A decisão foi por unanimidade e decidida em sessão virtual, sendo referente à liminar concedida pelo ministro Dias Toffoli em fevereiro, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 779.

2.2.2 A influência do movimento feminista e da lei maria da penha na mudança do descaso do órgão estatal brasileiro na violência contra a mulher

No final da década de 1970, o movimento feminista que vinha se formando no Brasil começou a trazer à tona o tema da violência contra a mulher. Em 1976, O caso Ângela Diniz



em que a socialite foi morta pelo seu companheiro com quatro tiros, gerou uma comoção nacional. Como resultado, a mobilização da ala feminista e da sociedade, o agressor foi condenado e se tornou um marco na história da luta das mulheres. (DIAS, 2007, p. 21). Em 1980, no Brasil, ocorreram manifestações feministas que protestavam contra o índice crescente de crimes contra a mulher no país. Com o desdobramento desse movimento nacional, a data 10 de outubro ficou marcada como: Dia Nacional de Luta contra a violência à mulher. Porém, uma data simbólica não significava o fim da luta das mulheres por justiça às violências das quais eram vítimas, pois o objetivo de igualdade e respeito tanto no meio social, como no meio jurídico, não estava cumprido.

A comprovação de que a luta era inacabável, veio anos à frente, quando outro crime chocou não só o país, mas a comunidade internacional, que foi a violência ocorrida em 1983 contra a Sra. Maria da Penha. Em 1994, o Brasil assinou o documento da Convenção Interamericana para punir a Violência contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará. Em 1998, Maria da Penha encaminhou uma petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra a negligência do órgão estatal brasileiro diante de seu caso. A OEA orientou que o Brasil criasse uma lei específica para punir casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Dessa forma, a luta de Maria da Penha em conjunto com o apoio de organizações de defesa dos Direitos Humanos, ocasionou na mudança da legislação brasileira. Cabe ressaltar que, um passo decisivo para o fortalecimento das políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher, foi a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003. A criação dessa Secretaria significou mais um triunfo na luta por justiça às mulheres vítimas de violência. A partir dessa série de acontecimentos, surgiu a Lei nº.11.340/2006, que apresentava o reconhecimento da violência contra as mulheres como violação dos direitos humanos (MARTINS, CERQUEIRA E MATOS, 2015).

2.2.3 O crescente aumento no número de casos de feminicídio como comprovação da interminável luta por justiça nos casos de violência contra a mulher no Brasil



Ao decorrer dos anos, a prática dos crimes cometidos contra a vida da mulher foram sendo cada vez mais presentes na sociedade brasileira. A Lei Maria da Penha, que é uma Lei fundamental no combate a crimes que ameacem a integridade física e psicológica da mulher, conseguiu reduzir em 10% a taxa de mulheres vítimas de violência doméstica. Contudo, o Brasil registra uma mulher agredida a cada quatro minutos e uma morta a cada oito horas. Situações como essas, acabam sendo naturalizadas pelo viés estatal e social por meio de pactos sociais informalmente estabelecidos e sustentados (BRAUNER e CARLOS, 2006, p. 648), tendo se multiplicado ao longo dos anos. Os dados apresentados a partir da iniciativa realizada pelo portal G1 em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, referentes aos anos 2018;2019;2020; demonstram o aumento significativo do feminicídio no Brasil.

O Brasil teve um aumento de 7,3% no número de casos de feminicídio em 2019 em comparação com 2018. Foram 1.314 mulheres mortas - média de uma a cada 7 horas, segundo levantamento feito pelo G1 com base nos dados oficiais dos 26 Estados e do Distrito Federal. Os Estados com a maior taxa de feminicídios são Acre e Alagoas: 2,5 a cada 100 mil. Durante a pandemia do novo coronavírus o número de casos de violência contra a mulher no Brasil aumentou. Nos primeiros seis meses de 2020, 1.890 mulheres foram mortas de forma violenta – um aumento de 2% em relação ao mesmo período de 2019. Foi um feminicídio a cada nove horas, entre março e agosto, com uma média de três mortes por dia.

A partir dos dados apresentados, é notório o aumento no número de feminicídios ocorridos no período referente a esses três anos. É importante frisar que, em 2020 a situação se agravou devido à situação pandêmica do país. Contudo, esse aumento alarmante é a comprovação de que o Brasil precisa com urgência impor mudanças que sejam significativas em sua cultura predominantemente machista, já que conforme registra o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, 88,8% dos casos de feminicídio o autor do crime foi o companheiro ou o ex-companheiro da mulher assassinada. A Lei Maria da Penha modificou o tratamento dos casos de violência contra a mulher positivamente, entretanto, ainda existem implicações que devem ser reorganizadas, uma vez que os órgãos brasileiros não estão preparados para prestar atendimento à ampla demanda referentes aos casos de violência contra a mulher.



2.2.4 Política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher (2011)

O artigo apresentado pelo senado institucional brasileiro, realizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, em parceria com a Presidência da República – 2011, ressalta o conceito de violência contra a mulher, adotado pela Política Nacional, o qual é fundamentado a partir da definição da Convenção de Belém do Pará (1994). É colocado em pauta os poucos estudos nacionais sobre a magnitude da violência contra a mulher, apesar de ser notada uma crescente interessante pelo levantamento de dados, além de um maior comprometimento do Estado que se faz presente através da Lei nº 10.778/2003 referente à notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher na saúde e na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) que determina a criação do Sistema Nacional de Dados e Estatísticas sobre a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Também é apresentado o conceito de enfrentamento (adotado pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a mulher); em que evidencia-se o requerimento de uma ação conjunta envolvendo diversos setores, como: saúde, segurança pública, justiça, assistência social, entre outros. Mostra-se a necessidade da criação de ações que auxiliem na desconstrução das desigualdades de gênero, às quais podem ser realizadas a partir da interferência nos padrões machistas/sexistas ainda presentes na sociedade brasileira, além da ajuda para promover o empoderamento das mulheres e também garantir um atendimento qualificado àquelas em situação de violência. Portanto, a noção de enfrentamento não se dá somente à questão do combate, mas também às dimensões de prevenir, prestar assistência e garantir o cumprimento dos direitos da mulher.

Diversos estudos nacionais e internacionais demonstram que, no Brasil, a violência doméstica contra a mulher representa uma das mais graves violações aos seus direitos humanos. Dessa maneira, o artigo se mostra necessário como ferramenta para informatização e orientação social no combate à violência contra a mulher.

3.1 O CONTEXTO PANDÊMICO E A SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO RIO GRANDE DO NORTE

3.1.1 Indicadores preocupantes acerca da violência doméstica e familiar contra a mulher

Sabe-se que a violência contra a mulher é um fenômeno global e que não é um problema trazido pela pandemia da COVID-19, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). Sendo assim, vivemos a exacerbção de problemas que nos acompanham, reforçados por modelos de pensamentos retrógrados e misóginos. Diante desse cenário, tanto a violência doméstica contra a mulher quanto o feminicídio fazem parte da realidade do Brasil e, especificamente, do Rio Grande do Norte (RN).

Diante desse cenário, a exposição dos números do Mapa da Violência 2015 (Quadro 1), ainda sendo incipientes e desatualizados, corrobora com a discussão em debate, mostrando uma grande incidência nos casos de agressões contra a classe feminina, mesmo com a vigência da Lei Maria da Penha em 2006. Isso porque o nosso país é, excessivamente, machista, e ser de ambos os sexos, além de determinar a sexualidade, ainda delibera o seu lugar na sociedade, conforme afirma Luiz Ruffato, Professor da Universidade de Giessen na Alemanha.

Quadro 1. Taxa de homicídio por 100 mil habitantes

ANO	DADOS
2005	3.884
2006	4.022
2007	3.772
2008	3.023
2009	4.260
2010	4.465
2011	4.512
2012	4.719
2013	4.762

Fonte: Mapa da Violência 2015

No Brasil, em 2019, várias foram as denúncias sobre o aumento de casos de violência doméstica e feminicídio. Nesse mesmo ano, foram registrados de 3 a 4 feminicídios por dia



(1.310 mortes) no total. De acordo com o "Disque 180, desde o início do isolamento social, houve um aumento de 9% nas denúncias de violência doméstica. Enquanto que, no Rio Grande do Norte, o Observatório da Violência do Rio Grande do Norte (Instituto Óbvio) refere uma elevação de 23,2% nos registros de violência doméstica comparados ao período de 12 a 30 de março de 2020 com a mesma época de 2019, indicando o crescimento evidente de violência em favor do gênero feminino nos dias atuais.

Entretanto, em comparação às estatísticas dos 19 dias que antecedem o início de tal isolamento e os primeiros 19 dias das medidas de restrição, houve uma diminuição de 18,5% nos "registros" de violência doméstica no RN, causando questionamento a respeito desse fato; O isolamento social teria diminuído a violência doméstica no estado, ou os registros não estariam sendo notificados corretamente?

Logo abaixo, apresentamos o Gráfico 1, onde registra-se a violência doméstica no RN em consonância com o citado anteriormente:

Gráfico 1 - Registros de violência doméstica no RN



Fonte: ÓBVIO, Fontes consolidadas via SINESP DW (COINE): SESED e PCRN

Através da análise dos dados expostos no gráfico acima, é fácil perceber a diminuição no número de registros dos acontecimentos de violência familiar no nosso estado após o isolamento social. Sendo consideradas algumas hipóteses que tenham ocasionado tal redução, dentre elas, podemos citar a Portaria n.066/2020-GDG/PCRN de 19 de março de 2020, determinando a suspensão da elaboração dos Boletins de Ocorrências virtuais com relação à

violência. Nesse sentido, para a realização do procedimento seria necessário o comparecimento da vítima a uma Delegacia de Polícia Civil, obstando o assentamento da agressão sofrida, isso pois, a agredida, provavelmente, estaria sob o olhar do malfeitor.

Outrossim, estando o réprobo em casa e isolado pelas regras emergentes pela pandemia, é importante refletir que há casos em que a casa é pequena e comporta poucas repartições, somado ao pavor existente de se contaminar com a doença e, conseqüentemente, dificultando a tomada de decisão da sofredora, que mesmo tendente a fazer a queixa, não iria à Delegacia de Polícia Civil, nem tão pouco, ligaria para o “Disque 180”, causando omissão ou não sinalização da incriminação.

É importante lembrar que, embora haja o exílio da comunidade ou não devido à doença, há situações que não são feitas as inscrições no órgão notificador, tornando as evidências a respeito dos impactos do isolamento sobre a violência contra a mulher desvirtuados no Brasil, segundo a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), 2020.

Somado a isso, existem outros indicadores potenciais que contribuem para o aumento de tal violência, dentre eles, o estresse econômico, em que o controle das finanças domésticas se torna mais acirrado, como também, temores sobre o Corona vírus, servindo de gatilho para comportamentos violentos. Portanto, os artigos mostram dados que corroboram a problemática da violência que acomete boa parte do público feminino, comparando-os, trazendo informações mais concretas, revelando, como já falado anteriormente, que mesmo com a Lei Maria da Penha e o seu endurecimento com o surgimento da Lei do Femicídio, não foram capazes de dirimir as agressões.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS E O COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

4.1.1 Da importância sobre a implementação de políticas públicas na perspectiva de gênero

Podemos definir como políticas públicas as diretrizes e os princípios norteadores de ação do poder público que se organizam em regras, procedimentos e ações entre o Estado e os

atores sociais. Nesse viés, sua função é sistematizar o papel das tensões e do conflito social nos processos de decisão, participação e repartição de custos e benefícios sociais, por isso, as políticas públicas surgem para responder às demandas de grupos sociais excluídos e setores marginalizados.

A articulação das políticas públicas com a perspectiva de gênero ainda é recente, pois a princípio tais políticas eram aplicadas por grupos sociais que dominavam a sociedade, ou seja, uma elite política composta por homens brancos, heteronormativos, de alta escolaridade e grande concentração de renda. Segundo Tânia Mara, as mulheres não estavam presentes na política nem na tomada de decisões, o movimento feminista no Brasil se consolidou após os anos de 1970, com o apoio da área acadêmica as mobilizações, cujo reflexos se fizeram presentes nas variadas tentativas de incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas e programas governamentais.

Para que as desigualdades de gênero sejam combatidas, o Estado deve evidenciar a disposição e a capacidade de redistribuir riquezas, como também o poder entre mulheres e homens levando em consideração o sentido das mudanças que se pretende, para assim contemplar a condição emancipatória e autônoma das mulheres. Dessa forma, é indispensável um estudo entre regiões, classes, raças, etnias, gerações, gênero e sexualidade para formular novas estratégias e formas de articulação entre a vida familiar e a pública, pois a perpetuação da tradicional divisão sexual do trabalho segue no âmbito da constituição da família. Diante disso, justifica-se a promoção de políticas focalizadas, uma vez que existem segmentos mais vulneráveis e excluídos da população dentro de todo contexto patriarcal, por exemplo, a situação das mulheres pretas e pobres que residem em áreas urbanas marginalizadas e nas zonas rurais desassistidas.

No executivo federal, as políticas públicas passam a ser orientadas pelo Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM), com desdobramento dos organismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres. Assim, de acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, os Estados e Municípios devem ser centrados nos seguintes princípios ao implementarem uma política na perspectiva de gênero:



Na elaboração de ações que possibilitem ampliar as condições de autonomia das mulheres, de forma a favorecer a ruptura com as condições de co-dependência, desigualdade e de subordinação; Na mudança sobre a divisão sexual do trabalho, não apenas do ponto de vista de padrões e valores, mas, sobretudo, na ampliação dos equipamentos sociais, em particular aqueles que interferem no trabalho doméstico, como aqueles relacionados à educação das crianças; Na redução das desigualdades na participação política local e regional; Na redução da desigualdade através da ampliação do acesso aos serviços de todas as ordens (jurídicos, de saúde, educação, etc.); No fortalecimento das condições para o exercício dos direitos reprodutivos e sexuais, possibilitando autonomia e bem estar também neste domínio; Na possibilidade de controle pelas mulheres de seu próprio corpo, possibilitando a elas a liberdade de exercerem a sua sexualidade, verem respeitados os seus direitos à integridade corporal e ao bem-estar, aspectos que remetem às concepções sobre os direitos sexuais e reprodutivos; Na tarefa de elaborar políticas de prevenção e atendimento às diversas formas de violência praticada contra as mulheres, marcadamente a doméstica e sexual, e é preciso, ao mesmo tempo, responder às demandas que pressionam o cotidiano das mulheres inseridas num contexto de dominação, em particular, frente à violência doméstica e sexual (BRASIL, 2016. Secretaria de políticas para as mulheres. P.9).

Com base nas diretrizes acima, fica nítido que a articulação e a efetividade das políticas públicas para as mulheres somente serão realizadas se houver a institucionalização das mesmas, ou seja, as coordenadorias, secretarias e órgãos envolvidos precisam romper com as amarras sociais tradicionais que não contribuem com a autonomia e o empoderamento da mulher. Assim como, levar em consideração a diversidade das mulheres e reconhecer a importância de atender às necessidades específicas de cada uma, a fim de dar sentido ao que o sindicalista Olívio Dutra dizia: "As políticas sociais não devem ser momentâneas, mas de caráter integrado para que a melhoria possa ser progressista".

4.1.2 Da repartição de órgãos públicos, funcionalidade e contribuições em projetos e leis na perspectiva de gênero no rio grande do norte

No âmbito estadual, as políticas públicas em combate à violência de gênero são baseadas na Rede de Enfrentamento proposta pela Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Nesse eixo, o atendimento às mulheres em situação de violência foi redimensionado para outros serviços além das delegacias, tais como os centros de referência, as promotorias, os



núcleos jurídicos, os juizados especiais e outros. Essas instituições possuem articulações com serviços governamentais e não-governamentais junto à comunidade, visando o desenvolvimento de estratégias capazes de se transformar em políticas de garantia, responsabilização e assistência às mulheres. Adiante, o presente tópico tratará das funções organizacionais e seus projetos, bem como algumas leis importantes para o empoderamento da mulher potiguar.

Em 2010, o sistema da Rede de Atendimento foi reformulado a partir de discussões entre a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e as Coordenações de Atendimento, Justiça e Ações Preventivas que determinaram as seguintes categorizações dos serviços especializados em atendimento à mulher:

Centrais de Referência de Atendimento à Mulher, como espaços de acolhimento e atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico. No Estado do Rio Grande do Norte, os centros de referência estão instalados em diversos setores da repartição pública, sendo a maioria por ótica municipal, a exemplo de Mossoró e Natal que possuem centros especializados em violência doméstica e a outros municípios que oferecem serviços semelhantes através do Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). A função desses sistemas é proporcionar a superação da violência não só através dos serviços especializados, mas também com campanhas de conscientização para o fortalecimento da mulher e o resgate da sua cidadania.

As *Casas-Abrigo* são locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em risco de vida iminente em razão da violência doméstica. A primeira casa abrigo estadual fica situada no município de Mossoró, ela garante assistência a mais de 164 municípios e foi desenvolvida a partir do programa "RN Chega Junto" com apoio do Centro Feminista 8 de Março (CF8), sua estrutura consegue abrigar apenas cerca de 20 mulheres e 20 filhos, situação essa que não corresponde à demanda do Estado. Dessa forma, cada vez mais essa pauta tem sido levantada no âmbito legislativo, pois sua importância é imprescindível no combate à violência de gênero e na garantia da integridade física e emocional das mulheres.

Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAMs), consiste em unidades especializadas da Polícia Civil onde as atividades desenvolvidas são de caráter preventivo e



repressivo nas ações de operação, investigação e enquadramento legal. No Rio Grande do Norte, as delegacias especializadas são fundamentais para avaliação das políticas públicas, pois a partir dos seus dados e notificações é possível mapear os índices de violência, a quantidade de medidas preventivas protocoladas e o cumprimento das mesmas. No entanto, ainda é necessário treinamento e qualidade em assistência, assim como preparo de policiais e servidores, a fim de respeitar os limites e as indagações das mulheres que conseguem denunciar seus agressores. Em virtude da democratização do acesso à justiça e a inovação no enfrentamento à violência contra a mulher, o Estado do RN sancionou a Lei N° 10.726/2020 que dispõem da criação de um novo canal virtual de atendimento e registros de denúncias, podendo essas serem vindas de todas as partes do Estado.

A Defensoria Pública do RN conta com um Núcleo Especializado de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar, que tem como objetivo a concretização dos direitos garantidos pela Lei Maria da Penha mediante prestação de assistência jurídica integral e gratuita. O núcleo conta com uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, promotores, estagiários e defensores públicos especializados. Um dos projetos da Defensoria Pública do Rio Grande do Norte é um curso voltado para liderança feminina a partir de uma construção dialógica, o "Defensoras Populares" leva às comunidades conceitos de empoderamento, equidade e emancipação. Este é um órgão de função essencial para o progresso na luta contra as injustiças críticas justificadas através da violência de gênero.

Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, são Varas especiais que constituem uma forma diferenciada de prevenção e enfrentamento a violência contra a mulher no âmbito do próprio judiciário, como órgãos da Justiça Ordinária elas possuem competência civil e criminal se criados pela União e a nível de Estado para o processo, julgamento e execução das causas com atendimento psicossocial, jurídico e de saúde. A Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Mossoró-RN conta com mecanismos de responsabilização e educação dos autores da violência, promovendo campanhas e ações educativas de debates relacionados à proteção, estudo e pesquisa com perspectiva de gênero, o que é uma prática humanizada revolucionária diante de uma cultura que preza pela prevalência da punição do agente da agressão. Dessa forma, que é garantida por lei, a Justiça Restaurativa é aplicada com o objetivo de que o homem agressor não reincida na violência doméstica e familiar.



Os órgãos e as competências apresentadas acima fazem parte das diretrizes da Rede de Atendimento, todos eles são fundamentais para a construção de um Estado antipatriarcal, não violento e sem desigualdade de gênero. Ainda assim, o Rio Grande do Norte conta com o Legislativo para implementação de políticas públicas a nível estadual, mas já dispõe de leis excepcionais de natureza político-social em vigência, tais como: a institucionalização do Dia Estadual de Combate ao Femicídio que tem como justificativa os dados de violência para demarcar a importância de se debater e enfrentar as causas do feminicídio; A Lei do Dossiê da Mulher Potiguar que obriga a divulgação dos números de ocupação das mulheres na educação, economia e emprego no Estado com o objetivo de demonstrar as contribuições do papel feminino em todos os setores da sociedade; e o Dia Estadual da Visibilidade Lésbica que é uma reivindicação dos movimentos sociais na busca dos direitos e defesa das mulheres lésbicas, pondo em prática o respeito e a inclusão da diversidade. Além dessas políticas, ainda existem outras que tramitam no Legislativo, como a Política Estadual de Apoio às Mulheres Marisqueiras, que visa garantir assistência e proteção jurídica às mulheres que vivem de artesanato em atividades manguezais de forma autônoma ou economia familiar, como também a lei que prioriza a matrícula na rede estadual de ensino para mulheres vítimas de violência, ou seja, é uma política que viabiliza a preferência do filho ou de uma criança sob tutela da vítima.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2019, o Observatório da Violência do RN (OBVIO) relatou queda de 30% nos casos de violência contra a mulher, em contrapartida, o país teve um aumento de 7,3%. Neste ano, ao todo, foram mortas 21 mulheres apenas pelo fato de serem mulheres, sendo esse o menor número desde 2015 quando o feminicídio foi tipificado crime perante a lei. Essa redução que o Estado apresentou é de uma significância medida pela implementação das políticas públicas, isso porque os funcionários da segurança pública receberam treinamentos e especialização, o Comitê de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar foi reestruturado, se instalou os plantões Maria da Penha 24h e a Divisão Especializada em Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) recebeu um novo núcleo, o de feminicídio. Apesar desses índices terem sido alterados



por conta do isolamento, é clara a resposta para a diminuição de todos eles: políticas públicas efetivas e especialização contínua.

Diante do exposto no presente artigo, é indubitável que a violência de gênero é um fato social presente no dia a dia de todas as sociedades. É histórico, enraizado e estruturado, mas todos os dias mais mulheres se juntam na luta pela liberdade, respeito, subjetividade e não aceitação da hierarquização e dominação patriarcal que age de forma violenta e antidemocrática. No entanto, a Justiça ainda não é capaz de acompanhar as transformações sociais que acontecem de forma contínua, por isso, além da manutenção das políticas, o sistema judiciário precisa internalizar essa pauta, assim como o debate social deve acontecer em todos os âmbitos educativos e para todos os gêneros, sem exclusão das diferenças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tânia Mara C. de e BANDEIRA, Lourdes. Políticas públicas destinadas ao combate da violência contra as mulheres – por uma perspectiva feminista, de gênero e de direitos humanos. In: BANDEIRA, Lourdes & ALMEIDA, Tânia Mara et. Ali. (ogs.). Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste. Brasília, Cadernos AGENDE, n. 5, dez/2004. BANDEIRA, Lourdes.

ÂMBITO JURÍDICO: A Efetividade da Lei Maria da Penha no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. 15 out. 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/a-efetividade-da-lei-maria-da-penha-no-enfrentamento-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher/>. Acesso em: 5 abr. 2021.

ÂMBITO JURÍDICO: A violência contra mulher: Um olhar histórico sobre o time. 1 set. 2020. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/a-violencia-contra-mulher-um-olhar-historico-sobre-o-tema/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

AS MUDANÇAS NA LEI MARIA DA PENHA APÓS A LEI 13.827/2019. Set. de 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/amp/artigos/75472/as-mudancas-na-lei-maria-da-penha-apos-a-lei-13-827-2019>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BARACHO, Luiz Fernando; Souza, Mércia Cardoso de. A Lei Maria Da Penha: Égide, Evolução E Jurisprudência No Brasil. **Revista Eletrônica do Curso de Direito, PUC Minas Serro**, n. 11, Jan./Agost. 2015, ISSN 2176-977X.



BRASIL. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília: SPM, 2007. CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Lei Maria da Penha: do papel para a vida. Comentários à lei 11340/2006. CECIP. 2007. p. 72.

CONTEÚDO JURÍDICO: A evolução histórica da violência contra a mulher no cenário brasileiro: do patriarcado à busca pela efetivação dos direitos humanos femininos. 26 jul. 2017. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/50534/evolucao-historica-da-violencia-contra-a-mulher-no-cenario-brasileiro-do-patriarcado-a-busca-pela-efetivacao-dos-direitos-humanos-femininos>. Acesso em: 16 mar. 2021.

CNN BRASIL: **STF proíbe uso da tese de 'legítima defesa da honra' em crimes de feminicídio.** 15 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/03/15/stf-proibe-uso-da-tese-de-legitima-defesa-da-honra-em-crimes-de-feminicidio>. Acesso em: 20 mar. 2021.

DEMOGRAFIA UFRN: Violência doméstica no contexto de isolamento social no Nordeste e RN| Por que se preocupar? 09 abr. 2020. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/demografiufrn.net/2020/04/09/violencia-domestica-no-contexto-de-isolamento-social-no-nordeste-e-rn-porque-se-preocupar/amp/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

EM VIGOR DESDE 2006, LEI MARIA DA PENHA PASSOU POR MUDANÇAS NO DECORRER DOS ANOS. 12 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-dez-12/mudancas-novas-interpretacoes-moldaram-lei-maria-penha#:~:text=O%20registro%20n%C3%A3o%20autorizado%20de,aplique%20medidas%20protetivas%20de%20urg%C3>. Acesso em 12 abr. 2021.

EM 13 ANOS, LEI MARIA DA PENHA PASSOU POR DIVERSAS ALTERAÇÕES. 07/08/2019. Disponível em <https://www.google.com/amp/s/www.migalhas.com.br/amp/quentes/308113/em-13-anos--lei-maria-da-penha-passou-por-diversas-alteracoes>. Acesso em: 12 abr. 2021.

FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 14 anos da Lei Maria da Penha: o que mudou no Brasil com sua criação? 07 ago. 2020. Disponível em: <https://blog.fmp.edu.br/14-anos-da-lei-maria-da-penha-o-que-mudou-no-brasil-com-sua-criacao/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

MARCONDES FILHO, C. **Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira.** São Paulo Perspectiva, São Paulo, v.15 n.2, abr./jun. 2001.



NO BRASIL, UMA MULHER É MORTA A CADA DUAS HORAS VÍTIMA DE VIOLÊNCIA. 8 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/08/no-brasil-uma-mulher-e-morta-a-cada-duas-horas-vitima-da-violencia.ghtml>. Acesso em: 9 abr. 2021.

PORTAL STF: **STF proíbe uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio**. 15 mar. 2021. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462336&ori=1>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SciELO: Isolamento Social e o aumento da Violência Doméstica: o que isso nos revela?. 22 de abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rbepid/2020.v23/e200033/>. Acesso em: 23 Mar. 2021.

SOARES Vera. A longa Caminhada: a construção de Políticas Públicas para a igualdade entre homens e mulheres, in Governos Estaduais: desafios e avanços. Bittar, J. (org.). Editora Perseu Abramo, São Paulo, 2003



ACESSO À JUSTIÇA E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID 19

Daniela Cristina Lima Gomes Cabral¹

Mona Lisa Silva²

RESUMO

Esta pesquisa objetiva mostrar como as mudanças relacionais familiares, obedecendo o isolamento social imposta pela crise de saúde sanitária mundial, gerou conflitos aumentando expressivamente os casos de violência doméstica contra a mulher. Aborda também questões relacionados às campanhas e medidas de apoio às mulheres que neste período de pandemia sofreram algum tipo de violência por parte dos seus companheiros. A pesquisa buscou verificar a relação do poder judiciário frente a estes problemas com relação ao acesso à justiça, bem como mostrar como as tecnologias de comunicação foram um importante recurso de apoio justiça na atuação das demandas judiciais quanto a violência doméstica. Na metodologia tomou-se como base pesquisas bibliográficas, artigos científicos e periódicos, doutrinas e decisões judiciais. Concluiu-se que, os escopos do estudo foram alcançados inferindo-se a atuação do poder judiciário ao promover o acesso à justiça às mulheres que sofreram alguma violência neste período de pandemia e mostrou como as tecnologias foram fundamentais para que o acesso à justiça fosse concretizado.

Palavras-chave: acesso à justiça, violência doméstica, violência contra a mulher, tecnologias de informação, mídias sociais.

ABSTRACT

The research objective is to show how the family relation changed, because the social isolation imposed by the global health crisis, has generated conflicts increasing cases of domestic

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), docente da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN, danielaclg@hotmail.com;

² Graduado pelo Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN monasilva.biblio@gmail.com



violence against women. talks about issues related to campaigns and protection measures for all domestic abuse victims from their partners. This research tried to find out how of the justice resolved this issue possibiliting the access to justice as well as to show how communication technologies were important resource to support justice in the performance of judicial demands regarding domestic violence. The methodology was based on bibliographic research, scientific and periodical articles, books and judicial decisions. It was concluded that the objectives of the reasearch was effective by considering the function of the judiciary in promoting access to justice for the domestic abuse victims against woman in this Covid 19 period and showed how technologies were very important for access to justice.

Keywords: access to justice, domestic violence, violence against women, Information Technologies, Social media.

1 INTRODUÇÃO

As circunstâncias atuais em tempos de pandemia do novo coronavírus (COVID-19), doença infecciosa causada por um novo vírus, trouxe mudanças inesperadas nas relações sociais, financeiras, humanas, ambientais, do trabalho e outras. Obedecendo às recomendações da Organização Mundial de Saúde de distanciamento social e as normas contidas em decretos expedidos pelos entes da Federação, a sociedade brasileira foi obrigada a ficar em casa, com exceção dos trabalhadores que laboram em serviços considerados essenciais, previamente definidos em tais regulações e variantes de acordo com cada Estado.

Em detrimento dessa realidade pandêmica, grande parte das atividades laborais prestadas nas sedes das empresas, foram convertidas para a modalidade “*home office*” ou teletrabalho, outras foram afetadas com a demissão e as essenciais continuaram, mas adequando-se aos cuidados de higiene e saúde exigidos pelos órgãos responsáveis. Tome-se nota ainda para os empregados que tiveram suas rendas afetadas, em virtude de redução salarial, suspensão do contrato de trabalho e não menos importante, os trabalhadores informais que, mesmo socorrendo-se do auxílio emergencial criado pelo Governo Federal, padecem com dificuldades de manter seu sustento.



Nesse cenário de alterações inesperadas ocorridas em função do novo coronavírus no mundo, as mudanças nas relações laborais, atreladas as regras de quarentena, refletiu na no relacionamento familiar. Todavia, tais reflexos, em muitas famílias, foi de cunho negativo, uma vez que se constatou, substancial, aumento dos casos de violência doméstica contra a mulher em função do isolamento. Observação verificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que alertou as autoridades quanto a este problema.

Assim, considerando as recentes mudanças nos comportamentos familiares por causa do confinamento, forçados a criar novas rotinas e hábitos no ambiente familiar e virtual, buscou-se aferir como se configura a atuação do Poder Judiciário perante a atual conjuntura social, nesse caso, resultado do crescente número de casos de violência doméstica contra a mulher e as providências para garantir às vítimas de violência doméstica o Acesso à Justiça nos tempos de pandemia do COVID-19.

A fim de alcançar os objetivos, buscou-se embasamento teórico nas doutrinas, orientações dos órgãos institucionais como a OMS, do Conselho da Europa (*Council of Europe*), Órgãos Públicos Federais e Instituições do país e notícias divulgadas na mídia, utilizou-se o método de abordagem, o dedutivo, uma vez que a partir da premissa maior que foi a pandemia e a necessidade de isolamento social, percebeu-se uma premissa menor, específica, que foi aumento significativo nos casos de violência doméstica contra a mulher e a técnica utilizada na abordagem, foi o método de procedimento comparativo, através do exame dos dados passados e presente e a identificação das relações entre as duas.

Vale ressaltar que os dados apresentados são incipientes, ou seja, ainda não há pesquisas com indicadores que mostrem precisamente as condições que impulsionaram o aumento do quadro de violência doméstica contra a mulher, além do confinamento em si. Pois, a violência doméstica se expande por todas as classes sociais, assim, em tempos de pandemia as pessoas irão enfrentar desde dificuldades psicológicas à fome.

Buscou-se entender, como o direito apresentou modificações diante das inúmeras mudanças decorrentes da crise sanitária, por meio de adaptações ao ambiente virtual para as soluções dos litígios, ou seja, o fundamental uso das tecnologias promovendo à sociedade o Acesso à Justiça.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM MEIO A PANDEMIA

Em meio às crises decorrentes da pandemia do novo coronavírus está o problema do aumento da violência doméstica contra a mulher, que foi posta em evidência pelos órgãos internacionais como um conflito paralelo para ser combatido junto à pandemia. O alerta surgiu após o indicativo do aumento dos casos de violência doméstica em decorrência do confinamento e do isolamento social, recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para evitar o contágio do COVID 19.

Para o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, o alerta global foi proferido, para que providências fossem tomadas e redes de proteção às mulheres fossem ampliadas, pois o aumento da violência não estava acontecendo em um país isoladamente, mas em todos os lugares que foram identificados os casos de COVID 19 e que estavam seguindo as recomendações da OMS, ele afirmou que “a combinação de tensões econômicas e sociais provocadas pela pandemia, bem como restrições ao movimento, aumentaram dramaticamente o número de mulheres e meninas que enfrentam abusos, em quase todos os países.” (ONU BRASIL, 2020).

No Brasil, de acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) os casos de violência tiveram aumento de 9% em uma semana conforme dados fornecidos pelo ligue 180; entre os meses de março e abril foram registradas 8,613 denúncias de violência doméstica, sendo o número mais expressivo no estado de São Paulo. (MMFDH, 2020).

Na América do Sul, desde o início do confinamento, os dados também mostram um aumento considerável de queixas. De acordo com o Bartels-Bland (2020) na Colômbia o número de chamadas aumentou 91%, no México 60%, na Argentina 25% e na Bolívia, a cidade de Santa Cruz registrou 221 em duas semanas. Nos Estados Unidos, na cidade de Chicago, em uma semana foram registradas 383 ligações sobre violência doméstica, no final do mês de abril o número já somava 549 denúncias. (BOSMAN, 2020).



Na França, em uma semana, após o início do confinamento em 17 de março, o aumento foi mais de 30%. Em detrimento deste aumento significativo dos casos, além dos meios formais já disponíveis para realizar a denúncia, foi instalado um sistema de alerta nas farmácias do país durante a pandemia para que as vítimas pudessem acionar a justiça e fazer a denúncia do agressor. Ao chegar no estabelecimento, mesmo em companhia do companheiro, a mulher pode utilizar o código: *máscara 19 (masque 19)*. Isso significa que a polícia local deve intervir com urgência e proteger a vítima. (Le Monde, 2020).

Na África do Sul, na primeira semana, a polícia recebeu 2.320 denúncias, um aumento de 37% a mais, isto considerando o número de denúncias registradas em período normal. Outros países do continente também registraram aumento como a Tunísia e o Zimbábue. (BBC NEWS, 2020).

Os desafios para erradicar a violência doméstica contra a mulher são diversos, com a pandemia o problema só agravou potencialmente e, com o isolamento as mulheres são obrigadas a ficarem em casa sob a vigilância constante dos agressores. As rotinas sofreram mudanças não programadas e a necessidade de novas adaptações foram inevitáveis, visto que, além da extensão dos trabalhos *home office*, houve um acréscimo nas atividades domésticas causando um desequilíbrio na rotina diária das pessoas.

Consequentemente, todas estas mudanças geraram conflitos familiares, por exemplo, a divisão das tarefas domésticas, limpeza da casa, os filhos, a alimentação são indicativos de que há uma sobrecarga sob a mulher quanto aos cuidados com a família. Além disso, de acordo com a OMS (WHO, 2020), as famílias devem lidar com desafios adicionais como perdas econômicas ou de emprego e escassez de recursos, assim, para as mulheres e seus filhos que vivem em relações abusivas a exposição à violência aumenta à medida que o confinamento se prolonga.

O lugar que deveria ser o amparo para o isolamento social contra o COVID 19 se torna na verdade um campo de batalha no qual a vítima se sente extremamente exposta, muitas vezes sendo vigiada pelo opressor, que a impede de pedir ajuda e acessar os meios disponíveis para fazer uma denúncia.



2.2 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: UMA ABORDAGEM REFLEXIVA

A violência contra as mulheres, dentre elas a violência doméstica é um crime silencioso com extensão global. Muitos países buscam formas de erradicar este problema que possui proporções desastrosas para as vítimas e para o desenvolvimento da sociedade. Não apenas isso, mas também é uma questão de direitos humanos; tem-se aí um direito sendo seriamente violado. De acordo com Helen Clark “a violência contra as mulheres ocorre em todos os continentes e em todos os países, fazendo desta uma das mais disseminadas violações dos direitos humanos por todo o mundo” [...]. (ONU, 2015).

Segundo o art. 5º da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) a violência doméstica e familiar contra a mulher consiste em “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. O art. 7º da referida lei, das formas de violência, abrange os tipos de violência em: violência física (feminicídio, agressão física); violência psicológica (perturbar a tranquilidade, perseguir, ameaçar, violar intimidade, publicar foto e vídeos íntimos); violência sexual (estupro); violência patrimonial (dano, furto); violência moral (injúria, calúnia, difamação).

A Convenção de Istambul³ (2011, p.7) considera todos os atos de violência doméstica aquela cometida por parceiro íntimo incluindo “violência física, sexual, psicológica ou econômica entre cônjuges atuais ou antigos, bem como parceiros atuais ou antigos.” Reconhece ainda que a violência se estende além do término do relacionamento e não é necessária uma residência conjunta da vítima com o agressor.

Na compreensão do senso comum, as causas para a violência doméstica estão geralmente relacionadas ao consumo de álcool ou drogas, mas de acordo com informações do site do Instituto Maria da Penha (IMT) não há fundamento, pois, a violência acontece independente desses fatores. De acordo com a Krug et al (2002) em pesquisa realizadas em

³ A Convenção do Conselho da Europa sobre prevenção e combate à violência contra a mulher e a violência doméstica baseia-se no entendimento de que a violência contra a mulher é uma forma de violência de gênero cometida contra as mulheres porque são mulheres. É obrigação do Estado abordá-lo plenamente em todas as suas formas e tomar medidas para prevenir a violência contra as mulheres, proteger suas vítimas e processar os autores. Disponível em: <https://www.coe.int/en/web/istanbul-convention>



alguns países foram verificados outros fatores como nível educacional, caráter econômico, álcool ou drogas, histórico pessoal, distúrbios de personalidades, além de fatores sociais e culturais que podem influenciar na violência.

Destarte, são fatores que impulsionam e influenciam em ações abusivas de violência contra as mulheres, mas o homem machista – conduta do homem considerada como autossuficiente, viril - já é predisposto à violência doméstica, ou seja, por exemplo, o fator histórico de violência familiar não necessariamente irá tornar um homem propenso a ser abusivo com sua esposa (KRUG et al, 2002). Por mais complexa que seja essa questão, o fato é que as consequências são imensuráveis para as vítimas que sofreram algum tipo de abuso, trazendo danos para a saúde mental ou física delas.

As discussões relativas a este tema vão além apenas da punição dos agressores, elas incluem a prevenção e erradicação de “todas as formas de violência contra a mulher” [...] (BRASIL, 1994). Mas, no Brasil, o enfrentamento da violência se esbarra em um parlamento ainda com características patriarcal com viés religioso-conservador, e isso impede o avanço célere que a sociedade precisa para erradicação da violência doméstica contra a mulher.

Considerando que, trata-se de um problema que envolve sérias consequências para a sociedade como um todo, problema de política e de saúde pública. Segundo a Convenção de Belém “a violência contra a mulher permeia todos os setores da sociedade, independentemente de classe, raça ou grupo étnico, renda, cultura, nível educacional, idade ou religião, e afeta negativamente suas próprias bases” (BRASIL, 1994).

A Violência doméstica não acontece instantaneamente, de acordo com o IMP existe um ciclo que envolve três fases. A primeira fase refere-se ao aumento da tensão – que são alguns comportamentos do companheiro como irritação, insultos etc. A segunda fase, o ato da violência, que geralmente ocorre na primeira fase materializa-se nesta segunda fase, ou seja, a irritação passa a uma agressão verbal, psicológica etc. Por fim, a terceira fase que é a do arrependimento, também conhecido como a fase “lua de mel”, nessa fase o companheiro se torna arrependido, pede perdão e o comportamento torna-se mais calmo e isso acarreta sentimentos confusos para a mulher, pois, posteriormente volta-se a fase inicial do ciclo.

Assim, pode-se verificar que decorre algum tempo ou anos até que a própria vítima perceba que está dentro de um relacionamento abusivo, considerando os tipos de violência já

exposto anteriormente. Por isso a importância da quebra de paradigmas a fim de alcançar todos os objetivos propostos pela Convenção de Belém e pela Convenção de Istambul⁴ por exemplo.

Como já visto, o ciclo da violência compõe um espaço de tempo para ser completo, ou seja, há certa regularidade nas ações dos agressores. Nesse processo, há separação e reconciliação entre os parceiros até que a mulher perceba que as agressões não irão parar e a partir daí se propõe a colocar um fim no relacionamento. Algumas até justificam o abuso relacionando a alguma conduta que tenha feito e conseqüentemente alterou o comportamento do parceiro, por isso, nem sempre é perceptível pela mulher que esteja sofrendo algum tipo de violência. Ademais, não são poucas as mulheres que suportam sofrer os abusos ao longo dos anos e pensar em separação após os filhos já crescidos, ou seja, a proteção dos filhos também é uma das justificativas ao não optar pela separação assim que se iniciam os abusos.

De acordo com Krug et al (2002, p.98), no relatório mundial sobre violência e saúde, deixar um relacionamento abusivo é um processo que “inclui períodos de negação, de culpar a si mesma e de sofrimento antes de a mulher chegar a reconhecer a realidade do abuso e identificar-se com outras mulheres em situações semelhantes.” O referido relatório faz referência a questão da segurança da vítima, os autores afirmam que deixar o relacionamento nem sempre é garantia de estar segura, a violência pode continuar mesmo após a separação.

Dessarte, as questões sobre a violência doméstica contra a mulher são complexas e as conquistas e avanços na legislação brasileira são recentes e houve mudanças significativas, mas a erradicação da violência contra a mulher ainda caminha para realizações que culminarão na igualdade de direitos.

A juíza Silvia Pimentel (2019), atuante na proteção da mulher, afirmou em entrevista que “as transformações sociais são muito mais difíceis do que as transformações legais”, ela acredita que as transformações que ocorreram até o momento serão de mudança de pensamento e servirá para gerações futuras em relação à violência contra a mulher e a efetiva igualdade de homes e mulheres.

2.3 ACESSO À JUSTIÇA

⁴ O Brasil ainda não é signatário desta convenção.



Desfrutar de um ambiente confortável e de proteção como o lar, sendo uma necessidade imposta para o combate ao novo coronavírus, é um direito básico para a família. No entanto, para algumas mulheres se tornou um ambiente de conflitos, pois, em virtude do confinamento social houve um acréscimo do número de violência doméstica contra a mulher em todo o mundo e no Brasil também. Assim, além da preocupação pela proteção do COVID 19, as mulheres buscam assegurar a proteção para suas vidas.

Nesse contexto de distanciamento social, o acesso à justiça é essencial para que as mulheres possam ser protegidas pelo Estado. Visto que, garantir o acesso à justiça e assistência jurídica não é uma dádiva que o Estado está concedendo, é um dever que ele tem de salvaguardar os direitos fundamentais dos cidadãos. Não vai solucionar a questão da desigualdade, mas minimiza o problema para os menos favorecidos em relação à situação litigiosa.

De acordo com Pinho (2018, p. 50) anuir o acesso à justiça como princípio é essencial ao funcionamento do Estado de Direito. Pois, a atuação do estado estruturado nesta conjectura deve garantir a isonomia substancial dos cidadãos. Dentro da sociedade, a desigualdade é inevitável, mas isso não significa que os desfavorecidos não possam ser assistidos.

Não importa o *status* social ou classe econômica ao qual se está inserido, todos têm direito ao exercício dos direitos sociais, a igualdade e a justiça. Destarte, para Rawls (2000, p.11) “a justiça se define pela atuação de seus princípios na atribuição de direitos e deveres e na definição da divisão apropriada de vantagens sociais.”

Em relação à igualdade de direitos material e substancial para todos, o acesso à justiça é uma condição básica dos direitos humanos. Este é o entendimento de Capelletti e Garth ao afirmarem que “o acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental - o mais básico dos direitos humanos - de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos.” (1988, p. 12). Ou seja, impossibilitar o acesso à justiça configura-se na violação desse direito.

De acordo com Mazzuoli (2019), as mulheres, como sujeitos de direito encontram-se, no conceito dos direitos humanos, no grupo vulneráveis por necessitar de proteção especial em razão da sua fragilidade no sentido jurídico e político. O impacto da pandemia evidenciou essa



vulnerabilidade quanto ao aumento da violência contra a mulher que estão vivendo sob constante vigilância dos seus parceiros. Por essa razão, o Estado, além de proporcionar meios que impeçam as mulheres de se contaminarem com o novo Corona Vírus, bem como lhes garanta o mínimo existencial financeiro, deve garantir mecanismos eficazes de acesso à Justiça, por meio de facilitações dos caminhos para se chegar ao Poder Judiciário.

Entende-se que a mulher, pelo histórico social, cultural e por não ter, ao longo do tempo, seus direitos de igualdades respeitados, sendo vista como mero ser reprodutor, pertence a um grupo especial de vulnerabilidade, que demanda proteção diferenciada dos Direitos Humanos. E uma sociedade para ser considerada como democrática, não pode descansar enquanto não proporcionar aos grupos vulneráveis, a igualdade, liberdade, dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais. Assim, de acordo com Rawls, se o Estado “como uma democracia almeja a igualdade plena para todos os seus cidadãos, e, portanto, das mulheres, ela deve incluir arranjos para consegui-los.” (2001, p.213).

A Instituição família no conceito tradicional, mulher apenas como função de reprodutor e o homem de provedor, não condiz com o contexto da sociedade deste século, hoje, se compreende o retrato da mulher como chefe de família e provedora. Mas não se pode ignorar que ainda há predomínio do patriarcado com ideais cristãos, cultural e com sentimentos morais que não admitem a liberdade total da mulher. Assim, a presença do machismo na sociedade, dificulta erradicar todos os tipos de violência contra a mulher.

Todavia, as mudanças acontecem gradativamente e, no entendimento de Alexandre de Morais:

No sentido de garantir a efetiva igualdade e considerando a violência de gênero grave violação aos direitos humanos e à dignidade da pessoa humana, a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, aplicando interpretação extensiva ao art. 44, I, do Código Penal⁵, indeferiu a possibilidade de substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos em caso de contravenção penal envolvendo violência doméstica contra a mulher, tendo reconhecido ‘a necessidade de combate à cultura de violência contra a mulher no Brasil’. (MORAIS, 2018, n.p. epub).

⁵ Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998).



Entende-se que o combate à violência doméstica contra a mulher é complexo, apenas a punição do agressor não é o objetivo fim das legislações para erradicar a cultura dos crimes de violência doméstica e violência contra a mulher. Há medidas protetivas em favor da mulher, mas é preciso que se trabalhe o sentimento de dominação, machismo e para isso a própria Lei Maria da Penha tenciona a ideia de recuperação do agressor em seu art. 35, V, ao abordar a proposta de “centros de educação e de reabilitação para os agressores.” Ou seja, tratar o agressor também é uma forma de erradicar a conduta de violência.

De acordo com a Juíza Madgéli Frantz (2020) no Rio Grande do Sul há grupos reflexivos de gênero que trabalham exatamente na intervenção de homens que se envolveram em violência doméstica contra a mulher. Ela afirma que a ação é efetiva, pois entre 2011 e 2018 foram 611 atendimentos e apenas 26 destes reincidiram.

Na busca pela efetiva igualdade dos direitos, pensando nas políticas públicas de proteção à mulher, na Paraíba foi sancionada em março a Lei 11.657/2020 o qual determina que os administradores de condomínios residenciais comuniquem às Delegacias de Defesa da Mulher os casos de violência doméstica que ocorrerem nos Condomínios. De acordo com a lei, os moradores também ficam obrigados a notificar ao síndico qualquer caso que tenha presenciado, tendo seu sigilo garantido. Em caso de descumprimento, a previsão é a aplicação de multa aos Condomínios residenciais, Conjuntos habitacionais e congêneres no valor de R\$ 10 mil a R\$ 100 mil. (PARAIBA, 2020).

Considerando que os crimes de violência doméstica atingem todas as esferas da sociedade, a legislação paraibana pode ser considerada uma inovação, pois em alguns condomínios, o lar que deveria ser um ambiente de paz para as famílias, para alguns agressores, na verdade, se torna uma fortaleza onde ele se sente protegido e livre de ser alcançado e responsabilizado pelas suas condutas.

2.4 O USO DAS TECNOLOGIAS NO PODER JUDICIÁRIO COMO SUPORTE DE ACESSO À JUSTIÇA

Em um mundo conectado por meio da internet, principalmente neste momento de pandemia, é impensável o Poder Judiciário dissociado das tecnologias, esta, considerada



elemento importante na democratização da justiça atualmente. Devido à pandemia do novo coronavírus (Covid19) as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e a internet se tornaram instrumentos essenciais de socialização; em sua maioria, as relações sociais e de trabalho passaram a ser virtuais. Neste momento, desde o teletrabalho ou *home office* às aulas virtuais, os recursos tecnológicos tornaram-se fundamentais para substituir muitas atividades e serviços essenciais que comumente eram realizados presencialmente.

No Poder judiciário não foi diferente, a maioria das atividades foram transferidas para o ambiente virtual e as TICs vem contribuindo para sumarização dos processos nos tribunais na conjuntura atual e possivelmente pós-pandemia. Nunca o mundo esteve tão conectado, e tal conexão trouxe mudanças nos hábitos das pessoas, mostrando as limitações ou poucas habilidades com a tecnologia e a internet.

Nesse contexto, as mulheres, como parte da sociedade, vêm passando por dificuldades de acesso à Justiça, em virtude das limitações e desconhecimento tecnológicos, não sabendo, em sua maioria, como utilizar os outros sistemas de tecnologia disponíveis para denúncias, além dos já existentes, como o disque 100 ou ligue 180. Tal desconhecimento facilita a impunidade dos agressores, pois a vítima poderá encontrar restrições por parte do agressor na hora de fazer ligações para os números, comumente, usados.

Por isso, para que haja garantia efetiva de acesso à justiça, foram elaboradas campanhas pelas Delegacias da Mulher, empresas privadas, pelo Instituto Maria da Penha e disseminadas nas mídias sociais com informações sobre o crime de violência doméstica, visto que muitas mulheres não têm ciência que está sendo vítima de violência, e quais canais para facilitar na denúncia além do atendimento telefônico.

De acordo com a juíza Madgéli Frantz (2020), o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) lançou a campanha *Quarentena sem violência* e divulgado nas mídias sociais. Durante o período de pandemia as mulheres podem solicitar junto ao poder judiciário medidas protetivas, prorrogação das medidas ou solicitar medidas urgentes. A juíza complementa que houve também parcerias entre o TJRS, farmácias e supermercados do Estado ampliando a campanha, distribuindo cartazes com informações e orientações sobre os canais de denúncias nestes estabelecimentos.



As mídias sociais também são recursos que o Núcleo Estadual de Gênero do Ministério Público da Paraíba (MPPB)⁶ utilizou para disponibilizar a série de vídeos da campanha *Em casa, sem violência* criada pelo órgão. Os vídeos fornecem informações sobre o enfrentamento do problema, como buscar ajuda para denunciar os abusos e quais medidas protetivas.

Todavia como já mencionado, a acesso à justiça vai além de apenas ser assistido pela Justiça Gratuita, o direito à informação é inerente a tal direito individual. A informação traz esclarecimentos para as pessoas, tem-se observado que o Poder Judiciário está utilizando os mais variados recursos disponíveis para poder alcançar o máximo de mulheres. Todavia, como já mencionado, muitas mulheres desconhecem que estão sofrendo violência e será por meio da informação que estará ciente do que seja violência doméstica e quais instrumentos legais estão disponíveis para buscar ajuda.

De acordo com Pinho (2018, p.54) as pessoas devem ter ciência dos direitos e a forma de exercê-los. O autor cita que a informação “deve garantir que os cidadãos conheçam os direitos que detém e como fazer valer-los em caso de violação.”. Isto mostra o quão é fundamental a informação para tornar cidadãos mais conscientes dos seus direitos.

Disseminar a informação também é uma forma de proteção. No entendimento de Agra, (2018, p.759)

Proteger o cidadão significa apresentar-lhe direitos e mostrar-lhe o caminho de sua defesa, sendo o instrumento de emancipação de um povo que historicamente cultiva o silêncio e a omissão por receio, mas que não pode ser esquecido e abandonado pela Justiça, muito menos pelo Estado Democrático Social de Direito.

A informação é a forma de apresentar aos cidadãos os seus direitos, é um importante mecanismo para a erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher. Além da informação, como forma de proteção, mostrar também os meios para que as denúncias sejam efetivadas e o uso da tecnologia, principalmente em tempos de pandemia, representa um recurso relevante, visto o confinamento da vítima com o seu agressor.

Nesse processo, de combate e luta para erradicar a violência contra a mulher, vale salientar a atuação das Funções Essenciais à Justiça, dentre elas as Promotorias Especializadas,

⁶ Disponível em: <http://www.mppb.mp.br/index.php/35-noticias/mulher/22283-violencia-contra-mulher-lei-divulgada-pelo-mppb-repercute-em-outros-estados>



bem como a Defensoria Pública, que representam as vítimas, em especial as mais pobres, nessa luta contra a violência doméstica. Para Mazzuoli (2019, n.p) a defensoria pública é a “expressão e instrumento do regime democrático, órgão nacional de promoção dos direitos humanos, para além de prestadora de orientação jurídica e defensora dos necessitados.”.

Não obstante as tecnologias facilitem o acesso à justiça de um lado, por outro, há o cenário ao qual algumas mulheres encontram barreiras burocráticas, tecnológicas ou espacial. A extensão territorial do país pode dificultar que mulheres tenham condições de realizar a denúncia. Tem-se aí indicadores como burocracia, visto que com as Delegacias fechadas ou com quadro reduzido, devido ao isolamento, não estão com atendimento presencial; a amplitude do espaço territorial brasileiro com zonas de deslocamento difícil, o não acesso às tecnologias, inclusive à Delegacia online, impedem que mulheres que precisam da Justiça tenham êxito em realizar a denúncia.

A Juíza Bárbara Lívio, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais na comarca de Januária (2020), expõe essa problemática das mulheres fazerem as denúncias quando se trata da zona rural em Januária, o qual apresentam números de casos consideráveis e as denúncias são feitas pelos agentes comunitários de saúde desses lugares. Alcançar essas pessoas exige esforço dos órgãos estatais responsáveis pelo combate e punição da violência, dentre eles, o Poder judiciário, uma vez que, são cidades localizadas no extremo do Brasil, bairros que se encontram em periferias, além de comunidades ribeirinhas. Mostrando uma tremenda barreira geográfica e tecnológica.

Assim, especialmente em tempos de pandemia, não é possível mensurar as condições ou dificuldades para realizar as denúncias, visto que, embora as tecnologias facilitem o acesso, pode haver mulheres que não possuem nenhum dispositivo ou meio de acesso à internet para acionar os Órgãos estatais de combate a violência, dentre o Poder Judiciário. Por isso, as TICs vêm transformando ainda mais os procedimentos estatais, ampliando e implementando as tecnologias que contribuem para proporcionar uma razoável duração do processo e uma célere punição do agressor, indispensáveis na concretização do Acesso à Justiça. Mudanças imprescindíveis em virtude da suspensão dos atendimentos presenciais.

Em conjunto, por meio da portaria nº 28/2020, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) e a Corregedoria Geral de Justiça regularam o uso das tecnologias para a



comunicação, especificamente o uso do aplicativo de mensagens *Whatsapp*, durante a pandemia. Os atos processuais como citação e intimação serão comunicados por meio desta ferramenta; as partes e sujeitos dos processos, além dos advogados, poderão receber as notificações pelo aplicativo de mensagens para ciência dos atos.

De acordo com o juiz Deyvis de Oliveira do TJRN (2020), alguns mecanismos tecnológicos têm uso efetivo para atender as vítimas de violência doméstica. Dentre as mídias sociais para informação, o uso específico do aplicativo de mensagens *Whatsapp* vem sendo utilizado para intimar a vítima de quais medidas protetivas foram aplicadas, em seu favor, após análise judicial.

O juiz supracitado, cita a medida protetiva eletrônica, ele afirma que em alguns lugares, os processos são totalmente virtuais, outros apenas a fase inicial, mas que a tecnologia contribui para facilitar a comunicação entre as Delegacias e o Poder Judiciário e agilizar as medidas protetivas. Para a Juíza Barbara Lívio (TJRS), sobretudo neste período de pandemia do novo coronavírus, as tecnologias otimizam o fluxo de trabalho exatamente pela comunicação e integração entre os órgãos com mais eficiência, buscando trabalhar na prevenção, evitando assim a culminação da violência em feminicídio.

Dentre as tecnologias utilizadas pelo sistema de justiça, tem-se a Inteligência Artificial (AI - *Artificial Intelligence* em inglês). Uma parceria entre o Ministério Público de São Paulo (MPSP) e a Microsoft lançaram o *Chatbot MAIA*⁷ (Minha Amiga Inteligência Artificial). Pela configuração e linguagem mais dinâmica o objetivo do projeto MAIA é orientar o público mais jovem sobre o relacionamento abusivo. Como já visto, a violência contra a mulher é um problema social e atinge todas as faixas etárias. Assim, a assistente virtual Maia conscientiza as adolescentes sobre os tipos de violências e dá dicas de como buscar ajuda.

As TICs aliadas ao Poder Judiciário contribuem para ~~que~~ o efetivo Acesso à Justiça. Com a pandemia o ciclo de violência pode ser mais curto colocando a mulher em situação ainda mais vulnerável devido o confinamento com o agressor. Por isso, o uso das tecnologias auxilia o sistema de justiça no trabalho e na prevenção da violência a fim de salvar as mulheres, evitando o resultado de feminicídio.

⁷ PROJETO MAIA - <http://www.mpsp.mp.br/namorolegal/#maia>



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inconteste que a pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid 19) está trazendo muitas consequências negativas a nível mundial e todos os países estão buscando formas para se reestabelecer. Dentre as consequências negativas está o agravamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, já é um efetivo problema de ordem social pois não possui cor nem importa a classe social que a vítima está inserida.

Quando este problema de crise sanitária passar, ficará mais evidente a proporção desse agravamento, e como se deu, de forma efetiva, o trabalho de proteção do Poder Judiciário no combate a violência contra a mulher. O fato é que, as avaliações e coleta de dados estão em fase de apuração, por isso não há como mensurar, em números exatos, visto que são ínfimos, até mesmo em decorrência da demanda judicial que já era excessiva.

Todavia, não se pode ignorar que a Crise sanitária e a necessidade do uso acentuado das tecnologias, desencadeará uma possível transição do sistema tradicional de acesso à justiça para uso, cada vez maior e ampliado, das tecnologias, como forma de proporcionar uma eficiente prestação jurisdicional.

Com a utilização das novas ferramentas que alargaram o acesso à Justiça, verifica-se que o fluxo de trabalho jurisdicional, continua ativo, através dos plantões judiciários e das tecnológicas citadas, objetivando atender, os jurisdicionados, dentre eles, as mulheres vítimas de violência. Para isso as TICs e a internet estão sendo fundamental nesse processo, pois ela otimizou as atividades, inclusive na integração da comunicação entre os órgãos do Poder Judiciário o qual trabalha em conjunto com outros órgãos, como o Instituto Maria da Penha, Polícia Civil, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) etc.

Neste cenário atual, os órgãos atuam não apenas na divulgação de informações por meio de campanhas disseminadas nas mídias sociais, mas também atuando na prevenção de recursos tecnológicos, emitindo por meio de mensagens, as medidas protetivas em favor das vítimas, efetivando o devido acesso à justiça.

Em síntese, a pandemia forçou ~~nas~~ mudanças em todas as esferas da sociedade. Nas famílias, em função do confinamento, atrelado a outros fatores culturais e sociais, foi



evidenciado o aumento da violência doméstica e familiar. O isolamento social como um dos principais meios de combate ao Covid 19, e de proteção da família, muitas mulheres se tornaram cativas dos agressores, que em sua maioria são os próprios companheiros. Por isso, trabalhar na erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher se tornou prioridade, e motivou mudanças não apenas no Judiciário, mas também em legislações, visando garantir ampla proteção e efetivo acesso à justiça.

REFERÊNCIAS

AGRA, Walber de Moura. **Curso de direito constitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

BARTELS-BLAND, Emily. La covid-19 podría agravar la desigualdad de género en América Latina y el Caribe. **El País**, 12 may, 2020. Disponível em: <https://elpais.com/economia/2020-05-12/la-covid-19-podria-agravar-la-desigualdad-de-genero-en-america-latina-y-el-caribe.html>. Acesso em: 15 de maio 2020.

BOSMAN, Julie. Domestic Violence Calls Mount as Restrictions Linger: ‘No One Can Leave’. **The New York Times**, May 15, 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/05/15/us/domestic-violence-coronavirus.html?searchResultPosition=1>. Acesso em 15 de maio 2020.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, [...] **Diário Oficial da União**: Seção 1, 8 ago. 2006, Página 1. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 12 de maio 2020.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. **Diário Oficial da União**: Seção 1, 2 ago. 1996, Página 14471. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1973-1-agosto-1996-435655-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 12 de maio 2020.

CAPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CHATBOT MAIA é lançada para ajudar na conscientização de meninas sobre relacionamentos abusivos. Microsoft News Center Brasil, 17 março, 2020. Disponível em: <https://news.microsoft.com/pt-br/chatbot-maia-e-lancada-para-ajudar-na-conscientizacao-de-meninas-sobre-relacionamentos-abusivos/>. Acesso em: 05 de junho 2020.



CONFINEMENT: les violences conjugales en hausse, un dispositif d’alerte mis en place dans les pharmacies. **Le Monde**, société, Publié le 27 mars 2020 Disponível em: https://www.lemonde.fr/societe/article/2020/03/27/confinement-un-dispositif-d-alerte-dans-les-pharmacies-pour-les-femmes-violentees_6034583_3224.html. Acesso em: 10 de maio 2020.

CORONAVIRUS et violence domestique: survivre au confinement avec un partenaire violent. **BBC NEWS**, 13 mai 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/afrique/region-52621424>. Acesso em: 13 de maio 2020.

GRIERSON, Jamie. Domestic abuse surge in coronavirus lockdown could have lasting impact, MPs say. **The Guardian**, Home affairs correspondente, 27 Apr. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2020/apr/27/domestic-abuse-surge-coronavirus-lockdown-lasting-impact-mps> . Acesso em: 11 de maio 2020.

KRUG, Etienne G. et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde. World report on violence and health. Geneva**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. Disponível em: <http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 12 de maio 2020.

LÍVIO, Bárbara (juíza TJMG); MELLO, Adriana (Juíza TJRJ). **O confinamento e a violência doméstica e familiar contra as mulheres**. [entrevista cedida ao canal CNJ] 1 vídeo (32 min.). Publicado pelo canal Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 20 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UsYj17AgbZA>. Acesso em 10 de maio 2020.

MARQUES, Deyvis de Oliveira (juiz TJRN); MACHADO, Madgéli Frantz (Juíza TJRS). **O confinamento e a violência doméstica e familiar contra as mulheres**. [entrevista cedida ao canal CNJ] 1 vídeo (30 min.). Publicado pelo canal Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 28 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T6glWxtmjCc>. Acesso em 10 de maio 2020.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direitos humanos**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Indicadores. Disponível em: <https://ouvidoria.mdh.gov.br/portal/indicadores>. Acesso em 10 de maio 2020.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. São Paulo: Atlas, 2018. [ebook].

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Chefe da ONU alerta para aumento da violência doméstica em meio à pandemia do coronavírus**. Notícias, 06/04/2020. Disponível em:



<https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-violencia-domestica-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 10 de maio 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Violência contra a mulher é a violação de direitos humanos mais tolerada no mundo**. Publicado em 25/11/2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/violencia-contra-a-mulher-e-a-violacao-de-direitos-humanos-mais-tolerada-no-mundo-afirma-onu/>. Acesso em: 10 de maio 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **COVID-19 e a violência contra a mulher: o que o setor/sistema de saúde pode fazer**. Publication details, 26 March 2020. Disponível em: <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/emergencies/COVID-19-VAW-full-text.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

PARAÍBA (Estado). Lei nº 11.657 de 25 de março de 2020. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, João Pessoa, nº 17.084, 1ª parte, 26 de março de 2020. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doi/janeiro/marco/diario-oficial-26-03-2020.pdf>. Acesso em: 14 de maio 2020.

PIMENTEL, Silvia. **O direito das mulheres**. [entrevista cedida ao canal Pesquisa Fapesp] 1 vídeo (10 min. 39 segs.). Publicado pelo canal Pesquisa Fapesp, 16 de set. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dspCEhN17-M>. Acesso em 17 de maio 2020.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RAWLS, John. **O direito dos povos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



CONSTRANGIMENTOS ENFRENTADOS PELA MULHER FRENTE À DENÚNCIA DE VIOLÊNCIA NO BRASIL

Sávio Santiago de Albuquerque¹

Douglas Mikaécio Romão dos Santos²

Karidja Kalliany Carlos de Freitas Moura³

Maria do Socorro Oliveira⁴

RESUMO

Este artigo tem como propósito estudar os obstáculos que as mulheres têm enfrentado no momento da denúncia de violência no Brasil, como também os problemas na aplicação absoluta da Lei 11.340/06. Inicialmente, através de uma pesquisa bibliográfica, estuda-se a memoranda luta das mulheres por seus direitos, tendo como resultado a criação da Lei Maria da Penha. Posteriormente, analisou-se o entendimento das características da violência ocorrente contra a mulher promovidas pelo machismo estrutural existente na sociedade brasileira, como também os constrangimentos destas no momento da denúncia. Através desta pesquisa, conduziu-se para estudo as perspectivas relacionadas com a função dos Distritos Policiais. Tendo em vista, as leis preestabelecidas na Constituição Federal de 1988, que garante o bem estar e segurança da vítima no momento da denúncia. Portanto, o estudo buscou a sugestão de medidas para assegurar a aplicabilidade imediata e absoluta da Lei Maria da Penha de forma efetiva nos Distritos Policiais.

Palavras-Chave: Lei 11.340/2006; Lei Maria da Penha; vítima de violência; delegacias da mulher; mulheres em situação de violência; machismo.

¹ Graduando em Direito da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: saviosantiagodealbuquerque@gmail.com

² Graduando em Direito da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: mikaelson17@outlook.com

³ Professora da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte, E-mail: extensão@catolicadorn.com.br

⁴ Professora da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte, E-mail: msocorrooliveira67@gmail.com



ABSTRACT

This article aims to study the obstacles that women have faced when reporting violence in Brazil, as well as the problems in the absolute application of Law 11.340/06. Initially, through a bibliographical research, the memorandum struggle of women for their rights is studied, resulting in the creation of the Maria da Penha Law. Subsequently, the understanding of the characteristics of violence against women promoted by the structural machismo existing in Brazilian society was analyzed, as well as their constraints at the time of the complaint. Through this research, the perspectives related to the function of Police Districts were conducted to study. In view of the pre-established laws in the Federal Constitution of 1988, which guarantee the well-being and safety of the victim at the time of the complaint. Therefore, the study sought to suggest measures to ensure the immediate and absolute applicability of the Maria da Penha Law effectively in the Police Districts.

Keywords: Law 11.340 / 2006; Maria da Penha Law; Victim of violence; Women's Police Stations; Women in situations of violence; Chauvinism.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo central discutir os constrangimentos enfrentados pela mulher frente à denúncia de violência no Brasil. Neste artigo, foi abordado o estudo do contexto sociocultural brasileiro e de problemas que ainda são presentes em denúncias de mulheres vítimas de violência.

Tendo como base pesquisas bibliográficas, dados e artigos que abordam a violência contra a mulher, como também leis constitucionais e infraconstitucionais que garantem os seus direitos. Além disso, fundamentamo-nos no caso de agressão policial durante uma ocorrência de violência doméstica no município de Santo Antônio, Rio Grande do Norte-RN, ocorrido em 2021.

O presente trabalho encontra-se dividido em cinco pontos. No primeiro, será abordado o caso da agressão policial durante a ocorrência de violência doméstica no RN e as devidas consequências disciplinares dos agentes envolvidos. Em seguida, no segundo ponto é



apresentada a história de Maria da Penha Maia Fernandes, mulher vítima de violência doméstica que através de sua luta em busca de justiça, com o apoio de organizações internacionais como a ONU, conseguiu aprovar no ano de 2006 a Lei nº 11.340. Já no terceiro ponto, é contextualizado o machismo estrutural que contribui com diversos problemas sociais, inclusive no aumento da violência contra a mulher na sociedade brasileira.

Nesse sentido, no quarto ponto, são enfatizados os tipos de violência mais recorrentes contra a mulher no Brasil, com dados atualizados, colhidos de pesquisas realizadas pelo IBGE. Consecutivamente, no quinto ponto são apresentados os fatores que permitem o entendimento da dificuldade dos Distritos Policiais do Brasil de não atenderem às mulheres vítimas de violência devidamente, tendo como consequência o constrangimento destas, levando-as a desistirem de realizarem a denúncia. E, por fim, no quinto ponto, abordamos nesse artigo como os profissionais da segurança pública devem agir, conforme a Lei nº 11.340, evitando o constrangimento das mulheres no momento de suas denúncias.

Com isso, diante do que foi estudado, esse artigo pretende apresentar as principais dificuldades que as brasileiras têm em denunciar a violência sofrida, por motivos culturais que inviabilizam sua independência, tornando-as vítimas em potencial de algum tipo de violência em sua vida. Apontando os principais problemas enfrentados pelas mulheres no momento de sua denúncia, consequente da abordagem policial, propondo sugestões na amenização do constrangimento destas, como foi citado anteriormente, principalmente em Distritos Policiais.

2 CASO DE AGRESSÃO POLICIAL DURANTE OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO RN

No município de Santo Antônio, Agreste Potiguar, uma mulher que sofria agressões de seu irmão, na noite de 15/07/21, acionou a polícia militar para realizar a prisão em flagrante do mesmo. No entanto, chegando ao local do delito, os policiais excederam o poder lhes permitido por lei, infringindo o art. 37, § 6º, da Constituição Federal, no procedimento da prisão do agressor.

Com isso, a vítima, que estava na residência vizinha à sua, ao ser alertada que seu irmão estava sendo agredido pelos agentes, se direcionou aos policiais, aclamando: “Peraí. Ninguém



precisa bater nele não”. Toda ação policial estava sendo gravada por civis que transitavam a região no momento da ocorrência. Ainda assim, sem resguardar a integridade da mulher, um dos agentes passou a difamá-la verbalmente, incentivando o prosseguimento da violência denunciada pela mesma: "Meta a mão mesmo. Bata nessa cachorra. Essa cachorra merece apanhar mesmo" - disse um dos policiais. Em contrapartida, a mulher, sentindo-se ofendida, refutou a difamação do policial: “Não é assim também não”, “Eu não sou cachorra não, graças a Deus. Cachorro pode ser o senhor, agora eu não!”.

Em reação à resposta da mulher, irritado, o policial militar a agrediu com tapas no rosto, derrubando-a no chão junto ao seu filho, que no momento encontrava-se em seu colo. Diante disso, outro agente, agarrou a criança, retirando-a dos braços da mãe, a entregando para uma testemunha presente no momento, enquanto o seu colega continuou com as agressões à mulher. Logo, tendo como consequência dessas atitudes cometidas pelos policiais envolvidos nessa ocorrência de violência doméstica, o comando da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte – PMRN, afirmou ao G1 que determinou o afastamento dos mesmos e a abertura de um processo disciplinar administrativo.

Durante entrevista para o RN1, o comandante da PMRN, Coronel Alarico Azevedo, afirmou que determinou o afastamento dos policiais das ruas: “Lamentamos o que ocorreu e determinamos que eles fossem afastados do serviço operacional, eles vão prestar seus serviços na sede do batalhão. Após a apuração dos fatos vamos verificar quais serão as providências tomadas administrativamente e até penal”, estando dentro do processo disciplinar administrativo diferentes punições, sendo a máxima, a expulsão.

Em decorrência desse acontecimento, observa-se o despreparo dos policiais militares em questão pela omissão devido ao machismo e ao autoritarismo dos mesmos, infringindo os artigos 10, 11 e 12 da Lei Maria da Penha que apresenta medidas dos atendimentos e procedimentos pela autoridade policial (Lei nº11.340/2006). Como ainda se expõe o perfil dos agentes da segurança pública do Brasil, que devido à consciência da impunidade, não se policiam, promovendo ações como as registradas na ocorrência discutida. Devido a essa realidade, as mulheres acabam perdendo o interesse de prestar denúncias das violências sofridas, tanto por medo da reação do agressor, como também, pela própria abordagem policial.



3 LEI MARIA DA PENHA

Frente à impunidade social referente à violência contra a mulher, fez-se necessário a criação de leis que garantissem e protegessem seus direitos, como por exemplo, a Lei nº 11.340. Esta teve forte influência a partir do caso de violência doméstica da cearense Maria da Penha Maia Fernandes, logo após ficar paraplégica devido a uma dupla tentativa de feminicídio do seu marido. Em virtude disso, a brasileira lutou incessantemente por justiça, porém, o Estado se manteve omissivo ao seu caso, o que promoveu uma grande repercussão internacional.

Diante disso, tendo como consequência da violação dos Direitos Humanos, por meio de quatro documentos da CIDH/OEA enviados em 2001, o Estado foi responsabilizado pela sua negligência, omissão e tolerância frente à violência doméstica praticada contra as mulheres no Brasil. Logo em seguida, devido à luta de Maria junto à pressão de diversas organizações internacionais, como a ONU, no dia 07 de agosto de 2006 foi sancionada a Lei “Maria da Penha”, que tem como finalidade garantir e proteger o direito das mulheres em nossa sociedade.

Entretanto, apesar dessa conquista das mulheres, observa-se que ainda há a necessidade da desconstrução do machismo estrutural existente em nossa sociedade, inclusive na própria abordagem policial. Como também, faz-se necessária a criação de meios para amenização da violência contra a mulher no Brasil, através da reformulação da Lei nº 11.340, tornando mais rígida e eficaz. Com isso, as mulheres se sentirão mais seguras ao denunciarem, e, consequentemente, também se empoderarão ao decorrer dos anos.

3.1 TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

De acordo com o Instituto Maria da Penha (2018), a Lei 11.340/06 tem como previstos cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial, tendo o mais recorrente em denúncias a violência doméstica física. E essa violência física é entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher. Uma pesquisa realizada em 2019 pelo IBGE, apontando que cerca de 465.985 mulheres (43%) estavam em suas residências no momento da agressão.

Entre os anos 2009 e 2018, segundo a pesquisa feita pelo portal G1, as denúncias no Estado do Distrito Federal por violência doméstica contra as mulheres cresceram 62% a mais



que o normal, e isso não chega a ser o pior dos problemas, já que nem todos os casos são diretamente denunciados. E o Brasil segue sendo reflexo do Estado do DF, pois as taxas de denúncia anual crescem consideravelmente, e a forma de abordagem e solução para essas vítimas não chegam a ter uma melhoria.

Vale atentar, ainda, que 37,3% dos casos de violência registrados no Sinan em 2013 eram casos de violência de repetição, ou seja, mulheres agredidas têm muita chance de estarem em uma relação violenta, na qual sofrem agressões constantes: física e psicológica. Com isso, na maioria dos casos, as mulheres vítimas de violência não possuem outros meios para buscarem ajuda e apoio fora a polícia, pois seus agressores são seus próprios parentes ou companheiros. Logo, devido a essa realidade social, a abordagem policial precisa ocorrer de forma empática, promovendo a essas vítimas o acolhimento necessário, sem que haja nenhum constrangimento que as desestabilizem ainda mais na efetuação da denúncia.

3.2 CONSTRANGIMENTO DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO PERÍODO DA DENÚNCIA

Em virtude do machismo na sociedade brasileira, sabe-se que frequentemente os profissionais de segurança pública abordam as mulheres de forma pejorativa. Tendo como exemplo, o caso da Sra. Maria Fernanda que foi vítima de agressões pelo ex-namorado, que de imediato recorreu à uma delegacia de acordo com a entrevista da BBC NEWS. No entanto, ela foi constrangida devido às atitudes machistas por parte delegado presente: “você o provocou?”, “vocês vêm aqui todos os dias por causa dessas ‘coisas de mulher’ e depois fica tudo bem”. Logo, nota-se uma abordagem com resquícios de machismo por parte do delegado, o que de fato prejudicou ainda mais os problemas enfrentados pela vítima, traumatizando-a.

Nesse viés social, criaram-se as Delegacias das Mulheres no Brasil (DDM), especializadas no acolhimento de mulheres vítimas de violência. Porém, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em 2019 mostram a inacessibilidade destas. Visto que em cerca de 90% dos municípios do país, mulheres vítimas de violência não têm acesso a uma DDM, o que as fazem recorrer a Distritos Policiais comuns, onde os agentes e delegados não possuem a mesma sensibilidade e treinamento no acolhimento de mulheres.

Com isso, as brasileiras ainda sofrem humilhação ao tentar prestar queixas nas delegacias de polícia, formadas predominantemente por policiais do sexo masculino.

No entanto, além da inacessibilidade, outro problema existente é a da precariedade nas DDM's do Brasil por falta de infraestrutura do poder público. Por exemplo, a Delegacia da Mulher de Boa Vista, não possuía recursos para o uso de telefones, internet e gasolina para as viaturas. Como também, em Manaus, onde o Senado Federal afirmou que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) encontrou 4,5 mil inquéritos engavetados o que ocasionou o anulamento de vários crimes. Logo, esses aspectos são importantes para que profissionais do poder público pressionem e cobrem a Câmara Municipal para construções e investimentos em viaturas, equipamentos e plantões nas DDM's.

Ainda que existam leis como a Maria da Penha e manifestações na busca dos direitos das mulheres, outras medidas devem ser tomadas como: projetos de concursos para o sexo feminino nos serviços de segurança pública e o provimento de cursos preparatórios na qualificação de agentes dos Distritos Policiais a acolherem mulheres vítimas de violência de acordo com a Lei nº 11.340/06.

Dessa maneira, haveria uma maior representatividade da mulher na segurança pública, que além da orientação às vítimas sobre seus direitos, as manteriam seguras e confortáveis por meio de uma abordagem mais empática e representativa. Também, deve-se quebrar o tabu de que “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” incentivando a sociedade brasileira não só denunciar casos de violência contra a mulher, como também apoiá-las.

4 MACHISMO ESTRUTURAL NO BRASIL

Observando a cultura indígena já existente no Brasil até sua colonização pelo Império de Portugal, nota-se a predominância do homem decorrente das limitações estabelecidas pelos costumes, crenças e principalmente na divisão do trabalho e função social sob a mulher.

Considerando Werebe (1998, p.145) que:

[...] As regras importas à mulher no tocante à sexualidade não são as mesmas impostas ao homem. Aliás, o duplo padrão da moralidade (liberdade sexual para o



homem e restrições sexuais para a mulher) perdura na maioria dos países. O adultério feminino, em muitas sociedades, é julgado com maior severidade do que o masculino.

Logo, é notório que o patriarcalismo português acrescentou valores sexistas à cultura brasileira, por meio da dominação dos homens utilizando sua sexualidade como recurso no aumento da população escrava e em sua arbitrariedade na relação com mulheres no uso do sexo, tratando-as como objeto de posse.

Os fatores citados anteriormente corroboraram, por exemplo, na criação de leis existentes no Código Criminal Brasileiro de 1830, que legitimavam o homicídio das mulheres por seus parceiros em decorrência do adultério. Esses regulamentos estabeleciam que os indivíduos no poder possuíam autoridade legítima para acionarem regras em suas condições (Weber, 1978, p. 1006). Com isso, em nossa sociedade que detém de um machismo estrutural, a autoridade garantida pela sujeição pessoal do homem, notavelmente, desfavorece os direitos da mulher.

Ainda pode-se dizer que “atualmente as mulheres são pressionadas a escolherem entre sua vida pessoal e familiar ao trabalho, partindo da organização social que tende a exigir delas, em virtude de fatores como a maternidade e a sua pureza, pois a religião abolia as relações sexuais livres com o intuito de regular e legitimar os casamentos” (WEBER, 1964, p. 237-238). No entanto, a realidade é que ocorre a construção de barreiras sociais em razão ao que se é exigido socialmente da mulher que devido à existência de direitos trabalhistas, como o da licença à maternidade, tornam-se justificativas na disparidade salarial dos gêneros em uma mesma atividade.

Nesse viés, se construiu socialmente, através desse machismo estrutural, barreiras que impossibilitam conquistas individuais, como a atividade da maternidade junto ao trabalho, o que sem privilégios sociais, torna-se impossível a independência financeira dessas mulheres, principalmente das que residem em áreas periféricas.

Apesar de atualmente compreendermos a capacidade cognitiva da mulher em seu âmbito profissional, lhe são impostas atividades como: domésticas, maternidade e o papel da manutenção familiar, que as sobrecarregam inviabilizando seu trabalho, tornando-as dependentes financeiras tanto de seus maridos como de membros de sua família. Para a análise dessa circunstância do patriarcado diante do contexto brasileiro, são oferecidos conhecimentos



importantes por Vaitsman (1994), este aponta que a família burguesa, de fato, é patriarcal. Logo, se promove a divisão do sexual e do trabalho, com especialização das funções de provisão da casa e de cuidados com os filhos, socialmente, com exigências maiores à mulher.

Diante disso, os homens são culturalmente predispostos a estabelecerem comportamentos machistas. Nesse cenário, tendo como consequência dessas atividades que as sobrecarregam e das barreiras conservadoras existentes na sociedade brasileira, criadas através do machismo estrutural sob as mulheres, citadas anteriormente, são gerados problemas sociais como: a desigualdade de gênero, a violência contra a mulher, e a sua objetificação. Portanto, em decorrência desses fatores as mulheres se tornam vulneravelmente sujeitas à submissão, a dependência tanto financeira quanto moral dos homens, tornando-as a qualquer momento de sua vida, vítima em potencial de algum tipo de violência.

No entanto, a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) que homens e mulheres devem ser tratados/as de maneira igual, isso pode ser verificado por meio do que constitui objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Desse modo, a sociedade brasileira tem o dever de realizar práticas voltadas ao bem de todos e todas, sem quaisquer formas de preconceito, discriminação ou violações de direitos, tendo em vista problemas sociais como o machismo estrutural que devem ser extirpados da sociedade.

5 ABORDAGEM POLICIAL PREESTABELECIDADA POR LEI

A Lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha) prevê, em artigos, o procedimento que os profissionais de segurança pública devem seguir frente à mulher vítima de violência doméstica. Dentre as atitudes previstas na lei, os policiais deverão agir com acolhimento e proteção da vítima; conduzir a vítima ao hospital ou posto de saúde; encaminhar o caso para o Ministério Público.

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.
DO ATENDIMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL



Art. 10-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados.

§ 1º A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes:

I - Salvaguarda da integridade física, psíquica e emocional da depoente, considerada a sua condição peculiar de pessoa em situação de violência doméstica e familiar;

II - Garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas;

III - Não revitimização da depoente, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada.

§ 2º Na inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de delitos de que trata esta Lei, adotar-se-á, preferencialmente, o seguinte procedimento:

I - A inquirição será feita em recinto especialmente projetado para esse fim, o qual conterá os equipamentos próprios e adequados à idade da mulher em situação de violência doméstica e familiar ou testemunha e ao tipo e à gravidade da violência sofrida;

II - Quando for o caso, a inquirição será intermediada por profissional especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial;

III - O depoimento será registrado em meio eletrônico ou magnético, devendo a gravação e a mídia integrar o inquérito.

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

I - Garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

II - Encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III - Fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV - Se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V - Informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

I - Ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;

II - Colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III - Remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

IV - Determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;



V - Ouvir o agressor e as testemunhas;

VI - Ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;

VII - Remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.

§ 1º O pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial e deverá conter:

I - Qualificação da ofendida e do agressor;

II - Nome e idade dos dependentes;

III - Descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.

§ 2º A autoridade policial deverá anexar ao documento referido no § 1º o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis em posse da ofendida.

§ 3º Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.

Logo, observa-se na Constituição Federal de 1988, procedimentos essenciais na abordagem e acolhimento policial a mulheres vítimas de violência.

No entanto, faz-se necessário que o Ministério da Justiça realize uma investigação interna nos órgãos de Segurança Pública do Brasil, através de um levantamento do histórico dos profissionais em ocorrências de violência contra a mulher, assegurando a execução de tais procedimentos previstos nos artigos 10, 11 e 12, punindo com o afastamento do cargo, os omissos à Lei nº 11.340.

Visto que também é necessário reconhecer pessoas que prestam serviço na Segurança Pública, em grande escala do sexo masculino, nem sempre possuem orientação e supervisão para o cumprimento efetivo da abordagem e acolhimento previsto pela lei, podendo agir de forma errônea, causando constrangimento à vítima.

Portanto, é de extrema importância que o Governo Federal invista em cursos de qualificação que abordem as diversas formas de violência contra a mulher, em especial, a psicológica e a sexual que demandam maior preparo diante da vítima, com o intuito de aperfeiçoar os profissionais dos Distritos Policiais, no oferecimento de uma abordagem mais empática às mulheres vítimas de violência. Além disso, é recomendado que as equipes responsáveis por esses acolhimentos sejam preferencialmente do sexo feminino e estejam atentas às diretrizes e procedimentos (Souza, T. M. C. Santana, F. R. M. Martins, T. F., 2018).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Com este artigo foi possível averiguar que o machismo estrutural vai além de uma supervalorização de um gênero em detrimento de outro, mas que esta prática inferioriza o gênero feminino em relação ao gênero masculino, causando violências das mais variadas formas na sociedade brasileira.

Nesse viés, os assuntos abordados no estudo sobre os constrangimentos enfrentados pela mulher frente à denúncia de violência no Brasil, conclui-se que é preciso despertar o sentimento crítico dos policiais, conscientizando-os de seu papel na diminuição dos índices de reincidência e de revitimização, mas sobretudo, havendo para todos os aplicadores da lei um constante aprendizado de técnicas que enfoquem aspectos não apenas jurídicos, mas também subjetivos do relacionamento, como não ser críticos, mas, empáticos, demonstrando confiança e nunca a culpabilidade da vítima. Esse problema não deve ser ignorado ou negado pelas instituições.

É preciso fechar a mente, mas nunca os olhos, para o machismo, o preconceito, a discriminação, e toda forma de violência. O exemplo narrado no início desse artigo faz pensar algo como premissa urgente: é preciso discutir, refletir, estudar, pensar, e muito, sobre as questões voltadas ao machismo em nossa sociedade. Ainda há muito trabalho pela frente. Trabalho este que deve ser iniciado desde cedo com as crianças.

Portanto, os Estados devem assegurar os procedimentos exigidos pela Lei Maria da Penha na abordagem policial para segurança das vítimas. Com o intuito de emponderá-las, ajudando-as a tomarem suas decisões com segurança, promovendo um sistema de apoio e não de isolamento. Assim sendo, há espaço para melhoria de iniciativas, educação e treinamento que possam fornecer apoio e maior sensibilidade às vítimas de violência doméstica e familiar (Russel, 2017), levantando informações sobre minorias sexuais, de forma que os policiais prestassem maior segurança e justiça.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma (org.) (1984). **A mulher na força de trabalho na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes.



BRANDÃO, E.R. **Nos corredores de uma Delegacia da Mulher: um estudo etnográfico sobre as mulheres e a violência conjugal.** Rio de Janeiro, 1996. Dissertação(Mestrado) - Instituto de Medicina Social, UERJ.BRASIL.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Lei nº. 13005/2014. 2014. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 01 de setembro de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 08 de abril de 2021.

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 8 de abril de 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf. Acesso em: 5 de abril de 2021

CRUZ, Carolina. **Lei Maria da Penha: DF recebeu 129 mil denúncias de violência doméstica nos últimos dez anos. 2019**

Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/g1.globo.com/google/amp/df/distrito-federal/noticia/2019/11/19/lei-maria-da-penha-df-recebeu-129-mil-denuncias-de-violencia-domestica-nos-ultimos-dez-anos.ghtml>. Acesso em: 8 de abril de 2021.

DO ATENDIMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL. TJDFT, 2016. Disponível em:<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/educacao-semanal/do-atendimento-pela-autoridade-policial>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

GREGORI, Maria Filomena (1993a), **Cenas e queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista.** São Paulo: Paz e Terra.

GÓES, Marta (1985), **Mulher: sob os punhos cerrados do marido,** Afinal, 23 de julho, 74-81.

MENDOÇA, Renata. BBC NEWS. **Descrédito e exigências de provas físicas: 5 obstáculos enfrentados por mulheres vítimas de violência.** 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36414224>. Acesso: 04 de setembro de 2021

PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS AINDA É INSUFICIENTE. Senado Federal, 2015. Disponível em:<https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/saneamento-basico/violencia-contra-a-mulher/protecao-as-vitimas-ainda-e-insuficiente>. Acesso em: 09 de maio de 2021.



PEREIRA, Weber Menezes. **Diretoria de Operações**. YouTube: Rafael Batista', Minas Gerais, 03 de mar. de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/FrlFeUSLYE8> . Acesso em: 09 de maio de 2021.

WEBER, Max (1947). **The theory of social and economic organization**. Organizada por T. Parsons. Glencoe-Ill: The Free Press e The Falcon Wing Press.

VAITSMAN, Jeni (1994). **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco.

CASO DE AGRESSÃO POLICIAL EM OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. Disponível em: Policial agride mulher e a chama de 'cachorra' ao atender ocorrência de violência doméstica no RN; VÍDEO | Rio Grande do Norte | G1 (globo.com). Acesso em: 27 de julho de 2021.

VÍDEO DO CASO DE AGRESSÃO POLICIAL EM OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA NO RN DOMÉSTICA. Disponível em: VÍDEO: Policial agride mulher e a chama de 'cachorra' ao atender ocorrência de violência doméstica no RN (independente.com.br). Acesso em: 27 de julho de 2021.

SOUZA, T. M. C. SANTANA, F. R. M. MARTINS, T. F. **Violência contra a mulher, polícia civil e políticas públicas**. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v13n4/03.pdf> . Acesso em: 04 de setembro de 2021.



"DAQUI DO MORRO EU NÃO SAIO, NÃO": o papel da demarcação de Área Especial de Interesse Social (AEIS) na defesa dos espaços residenciais em Mãe Luiza, Natal/RN

Mateus Cavalcante de França¹

Giovanna Lima Gurgel²

RESUMO

Este trabalho insere-se em uma linha de pesquisa sobre os impactos de plataformas digitais de aluguel turístico de imóveis residenciais no custo de vida na cidade do Natal/RN. Nele, objetivou-se compreender como a atividade turística, sobretudo os aluguéis de residências por temporada, impacta o valor das propriedades e o custo de vida no bairro de Mãe Luiza, partindo da literatura de estudos empíricos sobre a gentrificação turística. Estando o bairro localizado próximo a amenidades e pontos turísticos como o oceano e o Parque das Dunas, além de ser cercado por bairros de alta valorização imobiliária como Areia Preta e Petrópolis, partiu-se da hipótese de que a atividade turística provocaria um crescimento do custo de imóveis e bens de consumo não-duráveis no local. Foram conduzidas observações diretas, em uma visita guiada por uma liderança do conselho comunitário, além de entrevistas semi-estruturadas com essa e outras lideranças. Percebeu-se que, na verdade, há poucos sinais de gentrificação planejada no bairro de Mãe Luiza, o que se deve, entre outros elementos, à sua demarcação como Área Especial de Interesse Social (AEIS).

Palavras-chave: gentrificação, AirBnB, Mãe Luiza, AEIS, turismo.

ABSTRACT

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGDir-UFRGS), pesquisador-bolsista pela Secretária de Estado do Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS), pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte (FAPERN) e pelo Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IFESP). E-mail: mateusfranca96@gmail.com.

² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Potiguar (UnP), extensionista pelo projeto de atuação urbanística Atua! Mossoró, membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer (ANPEL). E-mail: giovannagurgel321@gmail.com.



This paper is inserted in a research line on the impacts of digital platforms of touristic rental of residential estate on life cost in the city of Natal/RN, Brazil. It aimed at understanding how the touristic activity, mainly seasonal residential rental, impacts estate value and life cost in the neighborhood of Mãe Luiza, departing from the literature of empirical studies on touristic gentrification. As the neighborhood is located near amenities and touristic sites such as the ocean and Dunas' Park, besides being surrounded by neighborhoods of high estate value such as Areia Preta and Petrópolis, this paper departed from the hypothesis according to which touristic activity would cause a raise in local estate and non-durable consumer goods costs. Direct observations, in a visit guided by a community council leadership were conducted, in addition to semi structured interviews with this and other local leaders. It was noticed that, actually, there is little evidence of planned gentrification in the neighborhood of Mãe Luiza, which is due, among other elements, to its demarcation as a Social Interest Special Area (in Portuguese, AEIS).

Keywords: gentrification, AirBnB, Mãe Luiza, AEIS, tourism.

1 INTRODUÇÃO

A ascensão da plataforma AirBnB baseia-se em sua proposta de mediar a relação entre o turista que busca hospedagem a preços reduzidos e proprietários de imóveis interessados em uma renda extra. Embora entre em conflito com o setor hoteleiro tradicional, esse recurso, inserido na dinâmica do fenômeno contemporâneo conhecido como economia do compartilhamento, sugere uma diversificação do mercado turístico, o que potencializaria essa atividade em diversas cidades.

Porém, a oferta de imóveis para locação no aplicativo tem contribuído para que bairros residenciais em cidades turísticas sejam lentamente afastados da sua zona de origem, desenvolvendo, assim, um espraiamento dos residentes em direção às margens das cidades como consequência da busca por novas moradias, processo conhecido como gentrificação. Isto ocorre devido ao fato do AirBnB retirar moradias do estoque habitacional disponível em cada



cidade e ofertá-las como residência periódica para turistas, que podem optar entre alugar desde quartos compartilhados até imóveis completos, tudo dentro da mesma plataforma.

Esses impactos do turismo nas cidades podem desencadear uma carência de desenvolvimento para bairros residenciais, ou que possuam baixa demanda turística. Uma vez que a administração local destina mais investimentos para os focos turísticos, esses bairros acabam por terem muitas de suas necessidades não atendidas, ou atendidas de maneira precária.

Alguns instrumentos trazidos pelo Estatuto das cidades podem contribuir, no entanto, para assegurar a proteção destes bairros que possam vir a ser afetados pela especulação imobiliária desencadeada pela demanda turística. Sua implementação, no entanto, depende em grande parte da vontade política do poder público municipal, o qual é juridicamente competente para gerir a política urbana.

Um local onde esse processo poderia ser observado é Mãe Luiza, bairro de baixa renda na cidade do Natal/RN, localizado próximo a praias urbanas e ao Parque das Dunas e cercado por bairros de alto nível de valorização imobiliária, como Petrópolis a oeste e Areia Preta a leste. Assim, este trabalho parte da pergunta: como a atividade turística e o aluguel de imóveis residenciais por temporada impactam o custo de vida em Mãe Luiza? O trabalho insere-se em uma linha de investigações mais ampla sobre os impactos do AirBnB na cidade do Natal.

Para responder a essa pergunta de pesquisa, foi feita uma revisão de literatura, para compreender o acúmulo produzido em outros contextos sobre relações entre AirBnB e gentrificação, além de trabalhos cujo recorte empírico é, igualmente, o bairro de Mãe Luiza. Em seguida, foram feitas coletas de dados empíricos, com uma ida a campo, na qual foi feita uma visita no bairro guiada por uma liderança, e entrevistas semi-estruturadas com essa e outras lideranças.

No próximo tópico, será exposto o referencial teórico, constando categorias de análise importantes para esse estudo, além de uma revisão de literatura sobre AirBnB, turismo e gentrificação e sobre o bairro de Mãe Luiza. No tópico seguinte, será explicado o desenho metodológico que embasou a pesquisa empírica deste trabalho. A seguir, são apresentados e discutidos os resultados da coleta de dados. Por fim, são feitas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO



Nesta seção, serão apresentados debates disponíveis na literatura de estudos urbanos sobre o fenômeno estudado neste trabalho. No primeiro tópico, serão expostos os resultados da revisão bibliográfica sobre estudos empíricos que debruçaram-se sobre as relações entre turismo, AirBnB e gentrificação. No segundo tópico, serão levantados, a partir da literatura, alguns dados sobre o recorte empírico adotado, o bairro de Mãe Luiza, em Natal/RN.

2.1 O ALUGUEL TURÍSTICO E A GENTRIFICAÇÃO

A apropriação da atividade turística pelas economias do compartilhamento tem ganhado popularidade por meio de plataformas como o AirBnB, na qual turistas podem hospedar-se em um quarto compartilhado, um quarto em um imóvel compartilhado ou mesmo um imóvel inteiro, podendo este variar em tipos, tamanhos e formas. Esse aplicativo pode oferecer algumas facilidades e comodidades ao usuário. André Luiz Vieira Soares e Luiz Augusto Machado Mendes Filho (2016) perceberam, através da análise de comentários de turistas que utilizaram o aplicativo em viagens a Natal/RN, que esses hóspedes apreciam a experiência de ficar em um ambiente que lembre - ou que seja - um lar.

Além do impacto no próprio setor turístico, no entanto, o AirBnB e suas transformações nessa atividade podem afetar outros aspectos da vida social, especialmente ao considerar-se espaços urbanos, que, por serem caracterizados pela sobreposição fragmentada e articulada de atividades humanas (CORRÊA, 1989, p. 7), envolve uma grande complexidade. Evidências disso podem ser encontradas nos resultados obtidos por Luis Moreno Izquierdo, Ana Ramón Rodríguez e Maria Jesús Such Devesa (2016) em Alicante, na Espanha, que mostram uma presença de imóveis ofertados na plataforma fora da zona turística, com forte presença em áreas residenciais.

Naturalmente, esse tipo de aluguel pode ser aproveitado como um empreendimento rentável, podendo gerar o que Neil Smith (1987) identifica como "lacuna de aluguéis" (do inglês *rent gap*), fenômeno que ocorre quando o aluguel residencial torna-se menor rentável, o que pode gerar a expulsão de antigos locatários para áreas mais afastadas da cidade. Esse processo, no qual mudanças imobiliárias e econômicas provocam o deslocamento de residentes que não



podem mais arcar com os custos de moradia no local é denominado gentrificação (VASCONCELOS, 2013, p. 29).

Evidências disso foram encontradas por Ismael Yrigoy (2019) ao estudar o impacto do AirBnB no bairro histórico de Palma, na ilha de Maiorca, na Espanha: o crescimento da oferta de imóveis na plataforma provocou a redução da oferta de aluguéis residenciais e um aumento no preço médio dos aluguéis. Esse impacto é ainda mais sensível em bairros de predominância residencial em comparação a zonas anteriormente exploradas pelo setor turístico tradicional, como o autor percebeu ao comparar Palma com outros bairros de Mallorca (YRIGOY, 2016). Resultados similares foram encontrados na ilha de Menorca, também na Espanha, a partir da análise de dados quantitativos sobre o crescimento da oferta de imóveis inteiros via AirBnB e a disponibilidade de imóveis para o aluguel residencial (YRIGOY, 2017).

Evidências desse processo também foram encontradas em outros contextos em diferentes países. Malcolm Campbell *et al.* (2019) perceberam essa tendência na Nova Zelândia, a partir de dados quantitativos e cartográficos, notando, também, que imóveis ofertados via AirBnB concentram-se não apenas em cidades e zonas turísticas, mas em áreas residenciais de grandes cidades. Keren Horn e Mark Merante (2017) perceberam, por meio de testes estatísticos, uma relação negativa e significativa entre oferta de espaços inteiros no AirBnB e disponibilidade de unidades residenciais para aluguel de longo prazo em Boston, nos Estados Unidos. Nicole Gurrán, Glen Searle e Peter Phibbs (2018) encontraram resultados parecidos na região de Nova Gales do Sul, na Austrália, percebendo, ainda, que o crescimento da oferta de imóveis na plataforma tem provocado problemas de outras ordens, a exemplo de conflitos com vizinhos e administrações de condomínios, além de desafios em termos regulatórios, como o controle fiscal da atividade e mesmo aspectos que envolvem a segurança dos hóspedes, como a prevenção contra incêndios e o controle sanitário.

Assim, evidências coletadas e analisadas pela literatura internacional de estudos urbanos apontam que o aluguel turístico via plataformas virtuais pode provocar gentrificação a partir de seu efeito mais imediato: imóveis que poderiam ser ofertados para aluguel residencial são retirados desse nicho do mercado e deslocados à disposição de turistas por estadias mais curtas. Além disso, é possível que a atividade traga impactos no custo de vida local de outro modo: a maior presença de turistas pode fazer com que atividades comerciais e de serviços locais



umentem seus preços, tornando-se inacessíveis para parte dos moradores nativos. O poder público também pode participar desse processo. Lucas Pizzolatto Konzen (2013), a partir de estudos qualitativos feitos em Florianópolis, em Acapulco (México) e San Sebastián (Espanha) percebeu que discursos normativos orientam gestores municipais à destinação de maiores investimentos na infraestrutura de espaços públicos localizados na zona turística. A ocupação de áreas residenciais por hospedagens turísticas podem provocar a ampliação das fronteiras da zona turística, trazendo consigo esses investimentos, o que pode acarretar no encarecimento do custo de vida local.

Apesar de uma agenda de pesquisas considerável em outros países, o tema ainda precisa ser melhor explorado no contexto latino-americano, inclusive no brasileiro. É para isso que Bianca Tavorari (2017) chama a atenção, ainda mais ao considerar que há iniciativas de regulação da atividade em outros contextos nacionais, o que ainda é relativamente incerto na realidade brasileira. Um exemplo, no entanto, é oferecido por Ilana Rafaela da Silva Pereira Silveira (2018), que encontrou regulações ao AirBnB no município de Caldas Novas, em Goiás, o que nem de perto baniu a atividade, mas também garantiu uma maior segurança aos usuários do setor de aluguéis residenciais.

Este trabalho, portanto, visa somar-se aos esforços de compreender os impactos da atividade turística, em especial sua exploração por plataformas de economia do compartilhamento como o AirBnB, no setor habitacional brasileiro. O estudo de caso no bairro natalense de Mãe Luiza pode ser salutar para esse objetivo, pelas características predominantemente residenciais do local e de sua proximidade com áreas de valorização turística e imobiliária.

2.2 MÃE LUIZA: UM BAIRRO POBRE EM UMA ÁREA RICA

A história do bairro de Mãe Luiza inicia-se na década de 1940, quando a região foi inicialmente ocupada como uma colônia de pescadores (FERNANDES, 2011). Ao longo do século XX, no entanto, a população do bairro cresceu consideravelmente, o que acompanha tendências da urbanização de países latino-americanos, em que massas rurais empobrecidas migram às cidades em busca de oportunidade, ocupando assentamentos de baixa renda



(LEFEBVRE, 2008, p. 80-81). De fato, todas as lideranças entrevistadas são nascidas em municípios no interior do Rio Grande do Norte. Em 2000, estimava-se cerca de 16 mil habitantes (ARAÚJO, 2005, p. 18), momento em que a população local parece ter-se estabilizado, visto que a estimativa em 2010 era semelhante (REGO; AZEVEDO, 2018). Mãe Luiza atualmente possui, portanto, moradores que desempenham atividades muito mais diversificadas do que em suas origens como comunidade pesqueira.

Por sua localização privilegiada em Natal (Figura 1), que se encontra entre a proximidade de bairros de população de classe alta (Areia Preta, Tirol e Petrópolis) a leste da cidade; o Parque das Dunas, ao sul; e o Oceano Atlântico, a Oeste; as mediações entre poder público e residentes se montaram rodeadas de tensões imobiliárias por compra e venda dos lotes. Assim, todas as movimentações que pretendiam o desenvolvimento e preservação da população inicial de Mãe Luiza foi seguida de uma enorme repressão do mercado imobiliário, que usou dos mais variados meios para, não apenas desvalorizar a imagem dos residentes do bairro, mas também gerar uma espécie de gentrificação cultural do excerto da cidade que não se deixou ser realocada e marginalizada. Isso foi relatado por uma liderança local que, durante uma entrevista informal, afirmou que o discurso da violência alimenta uma relação de desconfiança da polícia com os moradores, impede investimentos públicos e ocasionou, por medo, a mudança de vários moradores para bairros periféricos de Natal, sobretudo no início dos anos de 2010. Essa narrativa narra tensões entre moradores, poder público e mercado imobiliário.



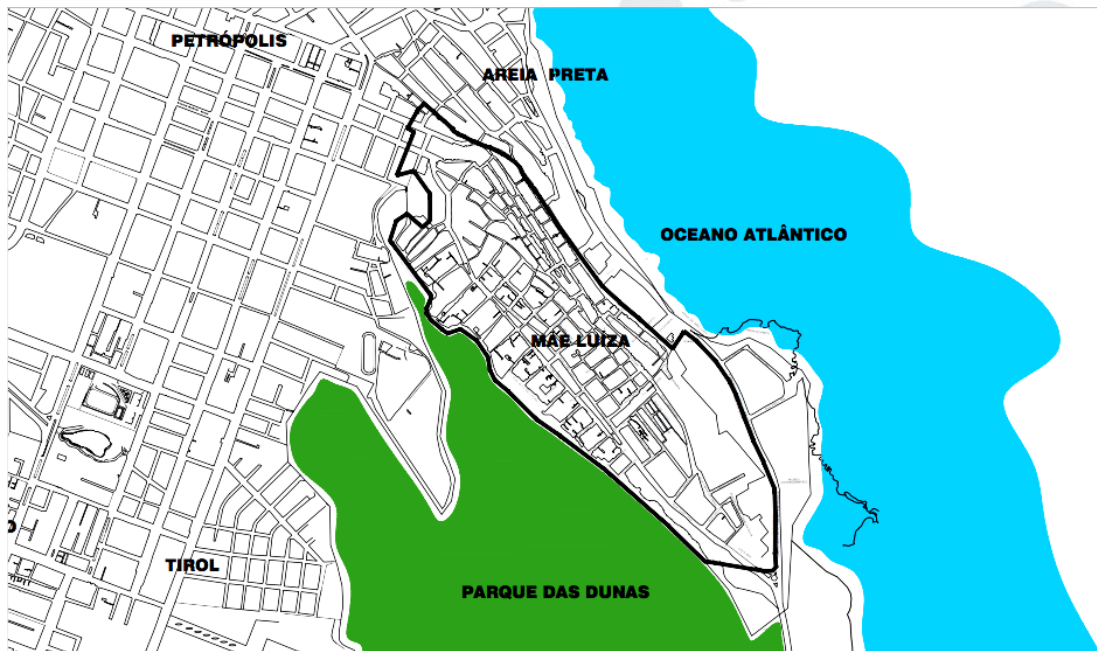


Figura 1: Mapa de localização de Mãe Luiza. Fonte: produção própria no AutoCad, 2021.

Esses conflitos não são recentes, conforme pode ser percebido na narrativa de outra liderança:

Eu lembro muito bem que no início dos anos 80 Mãe Luiza estava sofrendo uma invasão com alguns empreendimentos (...). No início dos anos 80 estava pra ser construído um *flat*, ali do lado do terreno do farol, que hoje é um terreno particular. Infelizmente. E a comunidade em 92, ela organizou um grande seminário chamado "Mãe Luiza Existe e Resiste", né? Cercas foram derrubadas (...). Eu participava do grupo de jovens da igreja, e nós derrubamos cercas que também foram colocadas na praia, aqui nessa parte que dá acesso à praia, próximo ao [Colégio] Antônio Campos, que cercaram para construir alguns hotéis, e a comunidade foi lá e derrubou as cercas, e onde ia ser construído o *flat* derrubamos a placa no chão; escondemos a placa, um grande movimento, né? De resistência pra que grandes empreendimentos não chegassem até aqui (Entrevista, Liderança 03).

Percebe-se nesse trecho da entrevista com a Liderança 03 que a comunidade possuía respostas mais assertivas quanto aos ataques que sofriam do mercado imobiliário com suas diversas tentativas de realocação do bairro. Porém, ainda que os atos consequentes da grande pressão sofrida pela região fossem diretos quanto à causa, não se tinham estabelecidos meios de proteção legais que assegurassem que as pessoas que ali residiam não fossem desapropriadas lentamente pelo sufocamento monetário gerado pelo mercado turístico de Natal. As tentativas



de compra das terras de Mãe Luiza para produção de empreendimentos privados chegou até a tomar parte de um bairro, que antes pertencia ao território da comunidade.

Assim, o bairro de Areia Preta começa a se erguer, conforme consta em notícia de jornal (SILVA, 2019), em 1994 através de empreiteiras que compravam os lotes às margens da praia (antes pertencentes à comunidade pesqueira) para a construção de grandes empreendimentos de hotelaria e lazer. Tudo isto pouco antes do surgimento da lei nº 4.663 (NATAL, 1995) que determinou a categorização de Mãe Luiza como AEIS no planejamento urbano de Natal; o que, devido à resistência do bairro até os dias atuais, confirma sua efetividade em preservar e valorizar a história e a origem das pessoas que lá residem. Todas as lideranças entrevistadas falam com orgulho do aspecto pioneiro da lei, sendo Mãe Luiza a primeira AEIS da cidade do Natal, com o objetivo de proteger os moradores locais:

Nós tínhamos muitos moradores sendo praticamente expulsos pela especulação imobiliária, né? Naquele período. E com a AEIS limitou o limite de altura, né? De construção, né? Então tudo isso brecou mais a entrada da especulação imobiliária. Então os moradores continuaram, né? Os nativos...Então os nativos estavam sendo praticamente expulsos, né? Pela pressão financeira para a Zona Norte. Aí a AEIS contribuiu em relação a isso. (Entrevista, Liderança 02).

A demarcação como AEIS estabeleceu, em Mãe Luiza, um regime urbanístico que limita a altura máxima das edificações em 7,5m e a área permitida de até 200m² (NATAL, 1995), fator este que impede que grandes empreendimentos sejam montados dentro do bairro, mas ao mesmo tempo gera a valorização do comércio interno; muito marcado por pequenos negócios locais e familiares. A lei ainda organiza o bairro em áreas e autoriza diferentes usos do solo, conforme observado na Figura 2.

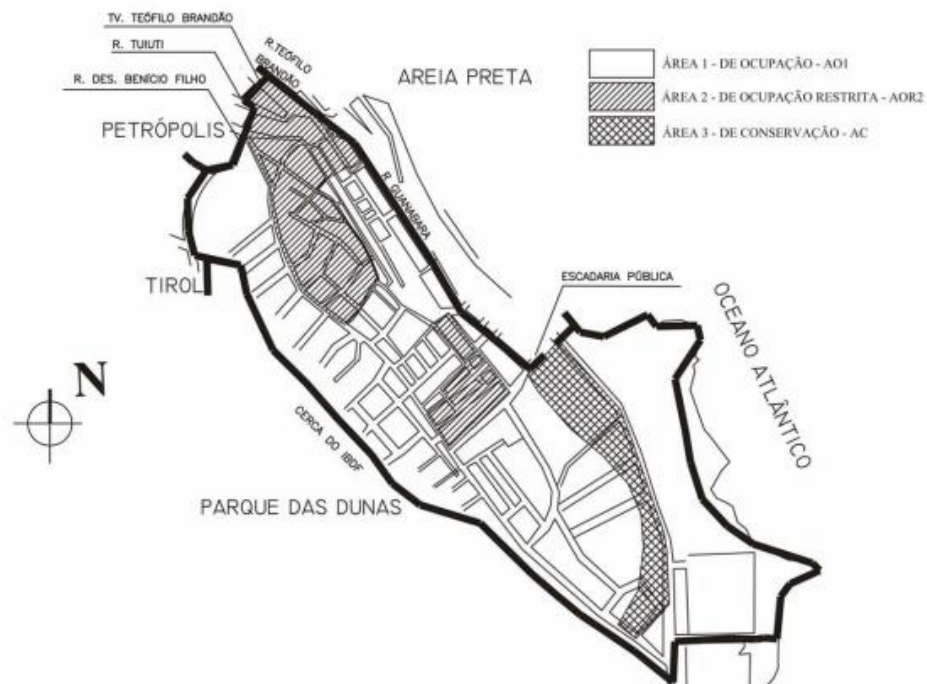


Figura 2: Mapa do regime urbanístico de Mãe Luiza. Fonte: Natal, 1995.

A delimitação da Lei nº 4.663 surge como resposta aos esforços da população de Mãe Luiza em tentar frear o avanço do mercado turístico e imobiliário. Isso não significa que não há um mercado imobiliário no bairro. Contudo, ele não costuma acontecer com o intermédio de agentes tradicionais do mercado de compra, venda e aluguel de terras urbanas, sendo comum a transferência de propriedades intermediadas por redes de parentesco ou amizade e via ritos informais, sem o recurso a instituições públicas de direito registral, conforme Carmem Cristina Fernandes do Amaral (2012) percebeu a partir de dados empíricos coletados no bairro. Esses dados foram corroborados pelos resultados obtidos por Huda Andrade Silva de Lima e Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha (2013).

Conflitos envolvendo o turismo também compõem a história recente de Mãe Luiza, a exemplo da construção da Arena do Morro, estádio de futebol que levantou protestos contra a desigualdade de investimentos públicos na preparação para a Copa do Mundo de 2014 (RHEINGANTZ *et al.*, 2017). No ano do evento, essa falta de investimentos levou a um desastre, com o rompimento de tubulações públicas no bairro, o deslizamento de terras, a



destruição de casas e a morte de um morador (LIMA *et al.*, 2020). No local do deslizamento, a Prefeitura do Natal instalou uma escadaria que liga Mãe Luiza a Areia Preta, em memória à tragédia (POPINEAU, 2021) (Figura 3).

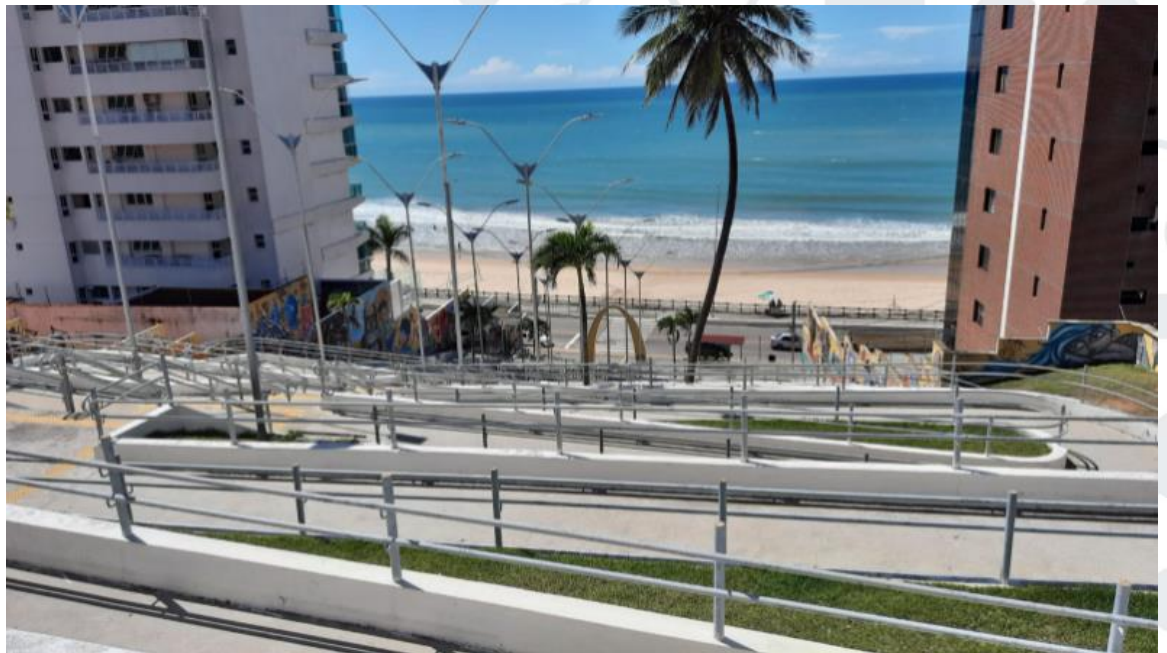


Figura 3: Escadaria vista a partir de Mãe Luiza. Fonte: acervo dos autores, 2021.

Compreender as relações entre o bairro de Mãe Luiza e o setor turístico, inclusive o aluguel de imóveis voltado a essa atividade, implica em entender os conflitos que envolvem a existência do bairro. Para isso, é necessário investigar as relações entre os moradores locais e o seu entorno, bem como as mediações realizadas pelo poder público e a pressão por grupos interessados no potencial de valorização daquelas terras.

3 METODOLOGIA

Inicialmente, estabeleceu-se o contato com representantes e líderes comunitários do bairro, de forma a tentar estabelecer uma relação de proximidade entre pesquisador e entrevistados. A partir dessa aproximação com as 03 lideranças entrevistadas, foi marcada uma visita guiada ao bairro; onde foram visitadas as diversas áreas da comunidade, dentre elas: as

vias principais e comércios locais; os parcelamentos onde se encontra uma maior concentração de casas de uso residencial; espaços de lazer e cultura; escolas de educação infantil e de nível médio; hospitais e postos de atendimento.

Nas entrevistas com as três lideranças comunitárias, foram estabelecidas, principalmente, questões quanto ao avanço do mercado imobiliário em relação aos preços das casas disponíveis para compra ou aluguel no estoque habitacional de Mãe Luiza; também foram levantados questionamentos a respeito dos impactos dos aluguéis por temporada no custo de vida dos residentes; da compreensão dos moradores em relação à regularização da área como AEIS; e se, dentro da realidade atual, os residentes têm percebido aumentos significativos nos custos de vida dentro do bairro.

Considerando-se a importância de se respeitar as possibilidades, preferências e o tempo dos entrevistados (BARBOT, 2015, p. 109-110), as entrevistas foram conduzidas de um modo que melhor se adequasse a suas rotinas. Desse modo, elas foram feitas em conversas por áudio no aplicativo WhatsApp, de modo a melhor se encaixar na rotina ocupada dos entrevistados (que, além de exercerem seu papel como lideranças comunitárias, possuem empregos formais), além de evitar riscos no que diz respeito ao alastramento da pandemia de COVID-19.

Já na visita guiada, feita no dia 16 de Junho de 2021, foram analisados também os fornecimentos de serviços relacionados à coleta seletiva, saneamento, mobilidade urbana, disponibilidade de iluminação pública, disposição de equipamentos urbanos, manutenção de praças e demais espaços públicos, estado de preservação e atividade de serviços públicos, sistema de drenagem de águas, cuidados com a arborização local, planejamentos quanto o avanço da área de proteção ambiental sobre as casas existentes (e vice-versa), entre outros fatores que impactam diretamente a vida de quem reside em Mãe Luiza, e que estão direta e indiretamente ligados às gestões municipais, às conquistas dos residentes através da demanda direta e às pressões do mercado turístico imobiliário.

Embora haja riscos em se realizar uma observação direta com a identificação dos pesquisadores, o que pode provocar uma mudança de comportamento dos sujeitos estudados (CHAUVIN; JOUNIN, 2015, p. 129-130), isso não ocorreu na presente investigação. Como buscava-se, sobretudo, conhecer o espaço do bairro de Mãe Luiza e suas características



urbanísticas, como o provimento de serviços públicos e equipamentos de uso local, a presença explícita dos pesquisadores não envolveu limitações nos dados coletados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma busca no *website* oficial do AirBnB permite perceber que, na verdade, não há espaços inteiros ofertados no bairro de Mãe Luiza. De fato, algumas unidades aparecem disponíveis no território da AEIS. No entanto, ao abrir-se os anúncios, percebe-se que elas estão localizadas, na verdade, nos condomínios de Areia Preta, conforme pode-se observar na Figura 4.

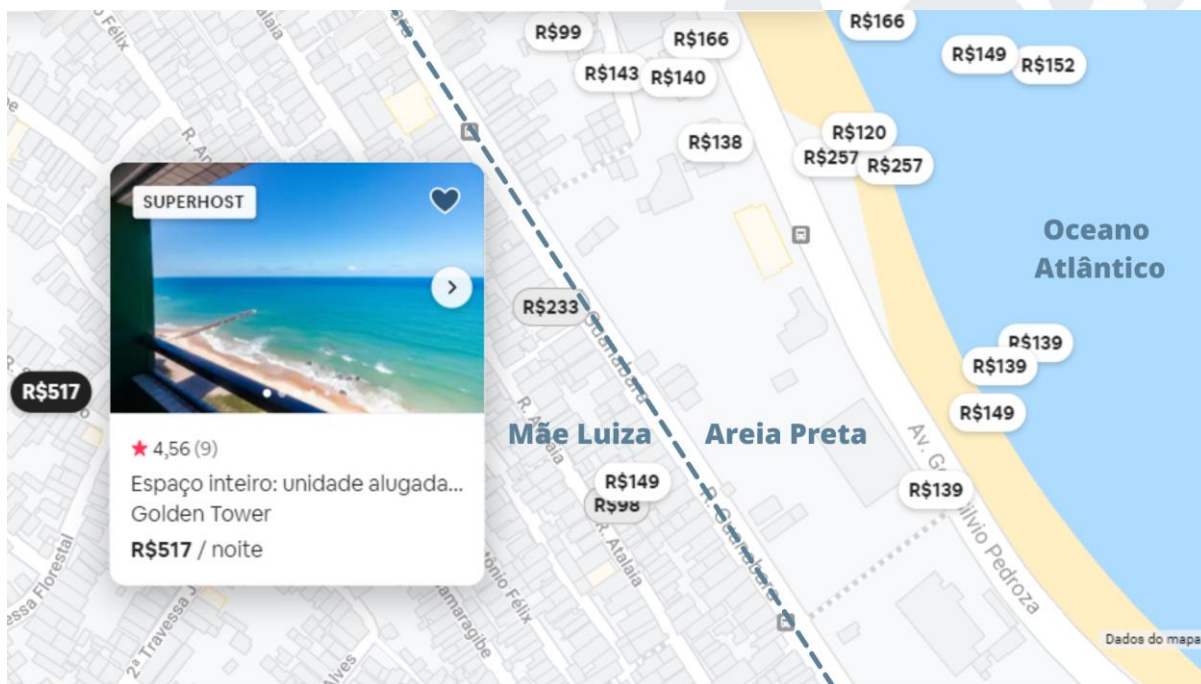


Figura 4: Espaços inteiros ofertados no AirBnB próximos a Mãe Luiza. Fonte: adaptado do *website* do AirBnB, 2021.

Essa informação foi corroborada por uma das lideranças entrevistadas, que, ao ser perguntada sobre a presença de imóveis ofertados no AirBnB disse: "Não tenho conhecimento disso lá, não" (Entrevista, Liderança 2). Mesmo assim, a Figura 4 revela que a fronteira entre os bairros de Mãe Luiza e Areia Preta é repleta de imóveis ofertados pela plataforma, o que

mostra que, mesmo em se tratando de uma distância de um quarteirão, um bairro é propício para esses empreendimentos e o outro, não. Isso não impediria, a princípio, que o desenvolvimento turístico do bairro de alta renda ocasionasse uma pressão imobiliária e no custo de vida na AEIS.

Contudo, os sinais disso também são discretos. Na verdade, é perceptível o contraste entre o ambiente construído em Mãe Luiza e Areia Preta, como pode-se observar na Figura 5. Os prédios de grande porte e alto nível de renda indicam um desenvolvimento muito maior de processos de especulação imobiliária em um espaço que outrora também foi uma vila de pescadores, em contraste com as casas da AEIS, que, mesmo que tenham suas dimensões limitadas pelo regime urbanístico determinado por lei municipal, preservaram seus moradores originais, de menor nível de renda que seus "novos" vizinhos.



Figura 5: Casas de Mãe Luiza à esquerda e prédios de Areia Preta à direita. Fonte: acervo dos autores, 2021.

Isso é explicado por uma liderança pela própria existência de lei que demarque Mãe Luiza como Área Especial de Interesse Social:

Para você ter ideia sobre a importância dessa lei, basta olhar aqui a faixa de Areia Preta. Uma faixa tão pequena, mas por não ter... Por ter ficado fora da demarcação de uma região também de interesse social, que poderia ter entrado, já que está no início dessa duna, dessa grande duna que é Mãe Luiza, né? A grande diferença que é:

as construções de Areia Preta e as construções de Mãe Luiza. Então, mesmo nós sendo uma grande duna, com certeza aqui já teria empreendimentos que... Mesmo que não fossem altos, alguns condomínios de luxo. Tanto quanto o poder aquisitivo das pessoas que moram em Areia Preta. Então moramos tão perto, mas ao mesmo tempo estamos tão distantes economicamente, né? Socioeconomicamente falando. É uma segregação gigantesca, né? Comparar os edifícios, os apartamentos que foram construídos ali nessa faixa de terra da praia de Areia Preta com as moradias de Mãe Luiza. Isso é visivelmente mostrado. (...) E é quase impossível o convívio, o convívio político e o convívio comunitário dessas duas comunidades ao mesmo tempo tão próximas e tão distantes (Entrevista, Liderança 3).

Ao contrário do funcionamento em Areia Preta, o mercado imobiliário interno do bairro de Mãe Luiza costuma funcionar informalmente. Perguntada sobre a presença de agentes como corretores de imóveis na comunidade, uma liderança respondeu: "Não existe muito contato dessas empresas, né? Da rede imobiliária, não" (Entrevista, Liderança 2). A maioria das transferências de imóveis é feita por contratos orais, baseados nas redes de confiança estabelecidas entre moradores: "A boca vale mais que papel" (Entrevista, Liderança 1). Esse mercado mantém preços relativamente estáveis ao longo do tempo e em diferentes áreas do bairro, conforme narraram todas as lideranças.

Do mesmo modo, não foram percebidos empreendimentos comerciais de grande porte, como redes de supermercados ou lojas voltadas ao público da cidade como um todo. É perceptível também o estímulo do mercado interno e familiar por parte dos moradores em Mãe Luiza. Boa parte dos comércios instalados no bairro são de organização e administração dos próprios residentes, o que, a longo prazo, criou um mercado de trocas interno forte e homogêneo. Os pontos de vendas familiares são mais voltados para a produção alimentícia, venda de conveniências ou quiosques; já uma outra parcela da população concentra-se na venda de eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Desse modo, a área se desenvolve como uma realidade alternativa dentro do município de Natal. Através do exercício e fortalecimento desses pequenos comércios e negócios familiares é que o bairro se fortalece como comunidade e consegue se manter ao longo de todos esses anos.

A manutenção dessa rede comercial local assenta-se, também, nas relações de solidariedade entre os moradores. Isso é mantido por esse mercado de moradores para moradores (Figuras 6 e 7): "A maioria dos comércios na comunidade são de nativos, né? São poucos os comércios que tem de fora. Não tem, praticamente, né? (...) Só tem duas farmácias



que não são de nativos" (Entrevista, Liderança 2). A manutenção da AEIS é percebida pelas lideranças como importante para a proteção dessas relações locais. Uma das lideranças comenta que, certa vez, ouviu de um morador que seria melhor que não houvesse a demarcação, pois isso permitiria uma maior entrada de capital imobiliário no bairro³, ao que a liderança responde: "Onde você compra as coisas da sua casa? No mercadinho de Fulano⁴, não é? E você compra fiado, não é? Pois se acabarem com a AEIS, vai entrar o Nordesteão [rede de supermercados] e o Fulano vai fechar. Você vai comprar fiado no Nordesteão? Não vai" (Entrevista, Liderança 1).



Figura 6: Rua com comércios locais em Mãe Luiza. Fonte: acervo dos autores, 2021.

³ As três lideranças entrevistadas relatam que alguns moradores reproduzem esse discurso, que é alimentado pelo mercado imobiliário formal, interessado nas terras de Mãe Luiza e no fim da demarcação como AEIS.

⁴ Nome ocultado para a proteção da identidade dos moradores.



Figura 7: Outra faixa da rua da Figura 6, também com comércios locais. Fonte: acervo dos autores, 2021.

Este fato também originou uma consciência coletiva protecionista nos residentes, que sempre demonstram ter ciência da importância da preservação da área como AEIS em seus discursos. As três lideranças entrevistadas afirmaram que Mãe Luiza só não foi desapropriada ou gentrificada graças à regulação desta; estes também demonstram um constante receio por não saberem ao certo até quando o bairro ainda estará resguardado pela Lei n° 4663 (NATAL, 1995), já que os ataques por parte do mercado imobiliário voltaram a ameaçar a permanência da área e dos residentes: "Não sabemos até quando vamos resistir às investidas do mercado imobiliário e da construção civil, que quer tanto morar nessa faixa de terra" (Entrevista, Liderança 3).

As interações com o poder público são, nesse sentido, mistas, no que diz respeito à realidade do bairro. Por um lado, Mãe Luiza é equipada com escolas da rede pública (tanto estadual quanto municipal), unidades de saúde (inclusive um hospital que atende a pacientes que vêm de cidades do interior do estado), redes formais de água, esgoto, energia elétrica e coleta de lixo e linhas de transporte público (Figura 8). Apesar desses serviços terem sido inseridos pelo Estado e serem fornecidos regularmente na comunidade, a primeira das

lideranças entrevistadas relatou que a manutenção muitas vezes é feita pela própria comunidade, e que problemas relacionados a serviços essenciais como: manutenção do sistema hidrossanitário, revisão da rede elétrica, instalação de pontos de coleta de lixo e adequação de rotas de ônibus, muitas vezes têm de ser requisitados pelo conselho comunitário, uma vez que não são fornecidos previamente pela administração do município.

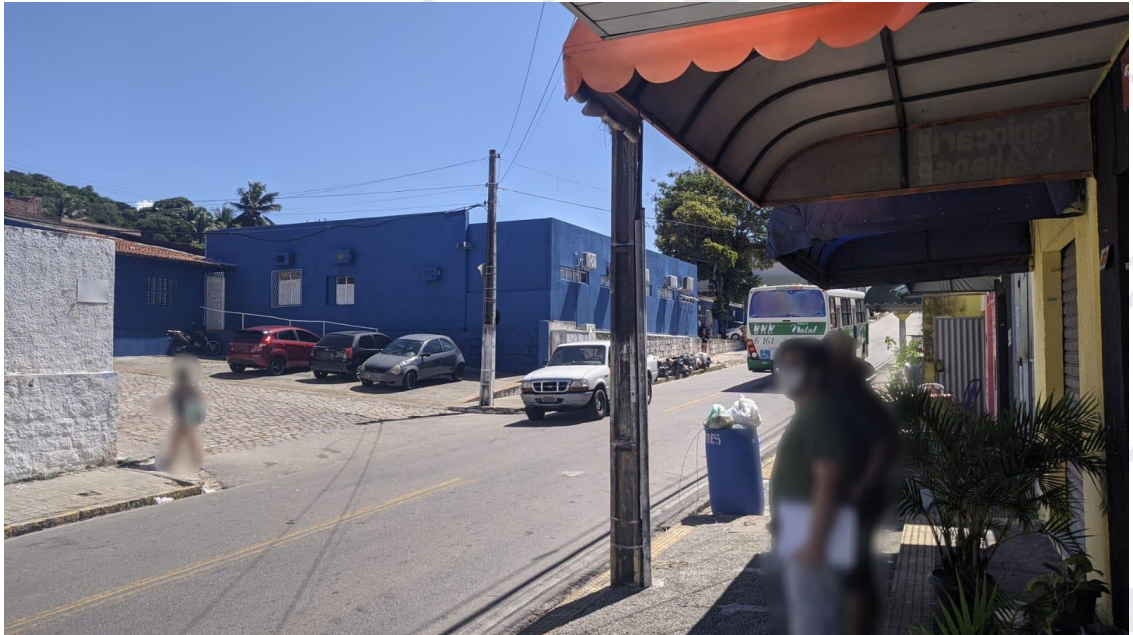


Figura 8: Unidade de saúde e ônibus circulando em Mãe Luiza. Fonte: acervo dos autores, 2021.

Por outro lado, nem todas as demandas locais são atendidas pelo poder público. Uma das lideranças relata que, embora o bairro seja provido com serviços públicos, seus valores não são adequados à renda da população: "A gente vê que alguns direitos que é pra vir do poder público, com relação à taxa de IPTU, a iluminação, a água... Valores reduzidos, isso a gente não vê, ainda, que realmente aconteceu" (Entrevista, Liderança 2). Ainda, as três lideranças relatam resistências do Município na demarcação da AEIS em 1995, e um risco de que a gestão municipal ceda às pressões do mercado imobiliário pelo fim desse zoneamento.

A junção destes fatos: a pressão contida do mercado imobiliário; a ausência de residências que ultrapassem o gabarito estabelecido; a falta de grandes comércios e multinacionais dentro do bairro; o estímulo e o crescimento do mercado interno de Mãe Luiza; assim como o aumento justo do valor das casas ao redor dos anos; comprovam a eficácia da

determinação da área como AEIS em efetuar e estimular a preservação da área e dos que ali residem ao longo dos anos.

Na verdade, é possível perceber como, tanto em sua concepção como no seu desenvolvimento, Mãe Luiza se destacou por parecer mais com uma cidade separada dentro de um município completamente turístico, do que com um bairro em uma localização privilegiada; que construiu sua base de renda no mercado de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, ao contrário do resto da cidade de Natal que se desenvolveu com base no crescimento do mercado imobiliário e no turismo litorâneo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa faz parte de um apanhado de informações e estudos dos autores sobre gentrificação na cidade de Natal, em correlação com o mercado imobiliário e com o surgimento das chamadas economias de compartilhamento. A suposição inicialmente levantada tem relação com os estudos de Neil Smith (SMITH, 1987) sobre gentrificação e capacidade de rentabilidade de terras, e pretendia analisar como, através do crescimento dos aplicativos de aluguel por temporada (*AirBnB*), os preços de imóveis por região sofreriam aumentos significativos, contribuindo, assim, para o encarecimento do custo de vida dos residentes de áreas em situação de vulnerabilidade e sua consequente gentrificação, ainda que a área já fosse anteriormente demarcada como de interesse social (AEIS).

Contudo, os resultados alcançados contrariam a hipótese inicial da pesquisa; mostrando que, a longo prazo, a determinação do bairro como AEIS auxilia, também, na manutenção deste diante das novas formas de gentrificação. Esse instrumento urbanístico de zoneamento age não apenas de modo a manter uma determinada tipologia construtiva no território contemplado, mas também pela proteção de redes de solidariedade locais, que podem ser prejudicadas com a pressão do mercado imobiliário. Percebeu-se, assim, que o bairro de Mãe Luiza está relativamente protegido não apenas da gentrificação turística, mas de formas mais tradicionais de especulação imobiliária, e isso se deve, em grande parte, à sua classificação como AEIS.

Assim, através dos resultados alcançados, foi possível observar como a manutenção da área como AEIS contribuiu, ao redor dos anos, para a preservação do bairro e dos residentes.



Ainda que Mãe Luiza esteja localizada em uma zona altamente cobiçada pelo turismo “sol e praia”, as especificações dentro da regulamentação como área de interesse social frearam, por muito tempo, as diversas tentativas de apropriação do bairro. Isso ressalta a importância de se estimular a proteção dessas áreas, bem como sugere uma maior necessidade da atenção do poder público em relação a estas, de modo que possam cumprir plenamente sua função social de moradia e não apenas servirem de estoque habitacional especulativo para o turismo.

É importante que a comunidade perceba que a moradia é muito mais do que a construção em si. É a moradia e o que está em seu entorno. Vivemos em Mãe Luiza, em um lugar extremamente central; onde você pode ir e vir ao centro da cidade a pé; onde você pode ir a hospitais próximos a pé; onde temos aqui perto o nosso lazer, que é o mar. Se nos distanciarmos disso, vai ficar mais difícil. Então, eu percebo que muita gente tem esse sentimento, de querer pertencer à Mãe Luiza e não abrir mão deste lugar, desse chão pra ninguém. Mas não é fácil (Entrevista, Liderança 3).

A AEIS é, portanto, uma conquista, mas não é um fim em si mesmo: a permanência da comunidade precisa continuar protegida contra as pressões que ainda não acabaram. Esse é um papel que cabe ao poder público, enquanto gestor, e à consciência da sociedade em defender esses espaços. Mãe Luiza resistiu por anos para conseguir o direito à existência, agora luta por seu direito à permanência na terra erguida pelas mãos dos seus antepassados.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Carmem Cristina Fernandes do. Direito à cidade: um estudo sobre o mercado imobiliário informal no bairro de Mãe Luiza (Natal/RN). **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 317-338, jul./dez. 2012.

ARAÚJO, Késia Miriam Santos de. **A juventude de Mãe Luiza e o seu lugar no cenário urbano**. 127f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

BARBOT, Janine. Conduzir uma entrevista face a face. *In*: PAUGAM, Serge (coord.). **A pesquisa sociológica**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 102-123.

CAMPBELL, Malcolm *et al.* Disrupting the regional housing market: Airbnb in New Zealand. **Regional Studies, Regional Science**, [S.L.], v. 1, n. 6, p. 139-142, mar. 2019.



- CHAUVIN, Sébastien; JOUNIN, Nicolas. A observação direta. *In*: PAUGAM, Serge (coord.). **A pesquisa sociológica**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 124-140.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- FERNANDES, Maria Aparecida da Silva. **Da resistência à ação política, a educação pelo consenso: a ação educativa de Pe. Sabino em Mãe Luiza - Natal/RN**. 159f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- GURRAN, Nicole; SEARLE, Glen; PHIBBS, Peter. Urban planning in the age of Airbnb: Coase, property rights, and spatial regulation. **Urban Policy and Research**, [S.L.], v. 36, n. 4, p. 399-416, ago. 2018.
- HORN, Keren; MERANTE, Mark. Is home sharing driving up rents?: evidence from Airbnb in Boston. **Journal of Housing Economics**, [S.L.], v. 38, p. 14-24, 2017.
- IZQUIERDO, Luis Moreno; RODRÍGUEZ, Ana Ramón; DEVESA, Maria Jesús Such. Turismo colaborativo: ¿está AirBnB transformando el sector del alojamiento? **Economistas**, Madri (Espanha), n. 150, p. 107-119, dez. 2016.
- KONZEN, Lucas Pizzolatto. **Norms and space: understanding public space regulation in the tourist city**. 336 f. Tese (Doutorado) - Curso de Law and Society, Università Degli Studi di Milano, Milão (Itália), 2013.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2008.
- LIMA, Huda Andrade Silva de; BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Picanço. Aluga-se uma casa: o mercado imobiliário informal no bairro de Mãe Luiza, Natal-RN (Brasil). **Bitácora Urbano Territorial**, Bogotá (Colômbia), v. 23, n. 2, 2013.
- LIMA, Pedro Henrique Godeiro de *et al.* Desastre socioambiental e ordenamento territorial no bairro de Mãe Luiza, Natal - Rio Grande do Norte (RN), Brasil. **Territorium**, Coimbra (Portugal), v. 27, n. 1, p. 37-49, 2020.
- NATAL. **Lei n° 4.663**, de 31 de julho de 1995. Dispõe sobre o uso do solo, limites e prescrições urbanísticas da Área Especial de Interesse Social - AEIS, no bairro de Mãe Luiza no município de Natal. 1995.
- POPINEAU, Priscila Helena Antunes Ferreira. **Escadaria de Mãe Luiza enquanto espaço de entretenimento para crianças no contexto de uma cidade sustentável**. 99f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.



REGO, Natasha Almeida de Moraes; AZEVEDO, Pedro Vieira de. **Avaliação de sustentabilidade no bairro de Mãe Luiza, Natal-RN**. Artigo Científico Final (Mestrado) - Curso de Ciências Ambientais, Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso *et al.* Arena do Morro e Museu do Amanhã: dois lugares em ação. **Urbe**: revista brasileira de gestão urbana, v. 9, n. 3, p. 387-400, set./dez. 2017.

SILVA, Yuno. **Miami e Areia Preta, lugar de esportes à beira-mar**. 2019. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/miami-e-areia-preta-lugar-de-esportes-a-beira-mar/435607>>. Acesso em 30 de julho de 2021.

SILVEIRA, Ilana Rafaela da Silva Pereira. **O desafio de regulamentar a economia de compartilhamento**: o caso do Airbnb face o direito à moradia. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SMITH, Neil. Gentrification and the rent gap. **Annals of the Association of American Geographers**, [S.L.], v. 77, n. 3, p. 462-465, 1987.

SOARES, André Luiz Vieira; MENDES FILHO, Luiz Augusto Machado. Turismo e hospedagem compartilhada: o uso do Airbnb por turistas em Natal/RN. **CULTUR**: revista de cultura e turismo, Ilhéus, v. 10, n. 2, p. 33-38, jun. 2016.

TAVOLARI, Bianca. Airbnb e os impasses regulatórios para o compartilhamento de moradia: notas para uma agenda de pesquisa em direito. In: ZANATTA, Rafael A. F.; PAULA, Pedro C. B. de; KIRA, Beatriz (org.). **Economias de compartilhamento e o direito**. Curitiba: Juruá, 2017. p. 259-278.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 17-37.

YRIGOY, Ismael. Rent gap reloaded: Airbnb and the shift from residential to touristic rental housing in the Palma Old Quarter in Mallorca, Spain. **Urban Studies**, Glasgow (Reino Unido), v. 56, n. 13, p. 2709-2726, 2019.

YRIGOY, Ismael. The impact of Airbnb in the urban arena: towards a tourism-led gentrification?: the case-study of Palma old quarter (Mallorca, Spain). In: COLOQUIO DE GEOGRAFÍA DEL TURISMO, EL OCIO Y LA RECREACIÓN DE LA AGE, 15., 2016, Palma (Espanha). **Turismo y crisis, turismo colaborativo y ecoturismo**. Palma (Espanha): Societat D'Història Natural de Les Balears, 2016. p. 281-289.





FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

YRIGOY, Ismael. Airbnb en Menorca: ¿una nueva forma de gentrificación turística? Localización de la vivienda turística, agentes e impactos sobre el alquiler residencial. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona (España), v. 21, n. 580, p. 1-31, dez. 2017.



ISOLAMENTO SOCIAL E O AUMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO DA PANDEMIA (COVID-19)

Rosana Nogueira Fernandes de Queiroz¹

Manuella de Oliveira Cabral Rocha Linhares²

José Antônio Breno Martins³

Guilherme Luiz Paiva Pires⁴

Lênio Rodrigues Pontes Filho⁵

Maria do Socorro Oliveira⁶

RESUMO

O isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19 intensificou o número de casos de violência contra a mulher, porém houve decréscimo no número de registros de boletins de ocorrência. Assim, o objetivo do estudo foi entender o aumento da violência contra as mulheres no contexto da pandemia causada pela COVID-19 e identificar as instituições de rede de apoio que essas mulheres recebem no município de Mossoró-RN. Realizou-se entrevista semiestruturada com Jamile Barbosa Silva da Costa, Coordenadora da Patrulha Maria da Penha. Os dados obtidos a partir da implantação do projeto que foram de dezembro de 2020 até abril de 2021. A Patrulha Maria da Penha realizou 160 visitas às vítimas de violência doméstica com medidas protetivas e 61 ocorrências de violência contra a mulher. Dessa forma, a Patrulha Maria da Penha, tem realizado esse trabalho em três frentes a serem consideradas: visitas, atendimentos às denúncias (através do número 153) e o patrulhamento ostensivo que é realizado

¹ Mestre em Manejo de Solo e Água (UFERSA)/ Discente da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: rosana.queiroz@catolicadorn.com.br.

² Doutora em Ciência Animal (UFERSA). Discente da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: manuella.linhares@aluno.catolicadorn.com.br.

³ Discente da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: jose.martins@aluno.catolicadorn.com.br.

⁴ Discente da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: guilherme.pires@aluno.catolicadorn.com.br.

⁵ Discente da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: lenio.filh@aluno.catolicadorn.com.br.

⁶ Doutora em Estudos da Linguagem (UFRN)/ Professora da Faculdade Católica do Rio Grande Norte. E-mail: msocorrooliveira67@gmail.com



no entorno das residências das vítimas de violência, na zona urbana e rural do município de Mossoró.

Palavras-chave: feminicídio, violência doméstica, coronavírus, isolamento social.

ABSTRACT

The social isolation imposed by the COVID-19 pandemic has intensified the number of cases of violence against women, however, there was a decrease in the number of police reports. Thus, the objective of the study was to understand the increase in violence against women in the context of the pandemic caused by COVID-19 and to identify the support network institutions that these women receive in the city of Mossoró RN. A semi-structured interview was carried out with Jamile Barbosa Silva da Costa, Coordinator of the Maria da Penha Patrol. Data obtained from the implementation of the project that were from December 2020 to April 2021. The Maria da Penha Patrol carried out 160 visits to victims of domestic violence with protective measures and 61 instances of violence against women. Thus, the Maria da Penha Patrol has carried out this work on three fronts to be considered: visits, handling complaints (through number 153) and the ostensive patrolling that takes place around the homes of victims of violence, in the urban area and rural areas of the municipality of Mossoró.

Keywords: femicide, domestic violence, coronavirus, social isolation.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno que tem ganhado grande repercussão nacional e mundial nesse contexto de pandemia pela COVID-19, que afeta a todos, mas tem afetado diferentes grupos de pessoas, de distintas maneiras, aprofundando as desigualdades existentes. Dados iniciais indicam que a pandemia está tendo consequências sociais e econômicas devastadoras para mulheres e meninas, podendo, inclusive, reverter o progresso limitado feito na igualdade de gênero e nos direitos das mulheres (ONU mulheres, 2020a).

Entende-se por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta baseada no gênero que ocasione a morte ou inflija dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, nos âmbitos



público ou privado. A violência física manifesta-se ao ofender a integridade ou saúde corporal da mulher, com o uso de força física por parte do agressor; a psicológica compreende qualquer conduta que cause dano emocional ou diminuição da autoestima da mulher; a sexual envolve constranger a mulher a presenciar, manter ou participar de qualquer relação sexual não desejada; a violência patrimonial configura retenção, subtração, destruição parcial ou total de pertences da mulher, sendo estes de qualquer natureza; a violência moral configura-se em qualquer conduta que importe em calúnia, difamação ou injúria da mulher (TJ-SE, 2020).

O avanço da violência doméstica muitas vezes pode culminar no feminicídio, que segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o homicídio praticado contra a mulher pelo fato de ela ser mulher cresceu 22,2% entre março e abril do ano de 2020, em 12 estados do país, comparativamente ao ano de 2019. Registros públicos ainda confirmam queda na abertura de boletins de ocorrência, evidenciando que, ao mesmo tempo em que as mulheres estão mais vulneráveis durante a pandemia, elas têm maior dificuldade para formalizar queixa contra os agressores (WHO, 2020). Podendo observar que esse fenômeno não escolhe cultura, grupo étnico e religioso, classe e escolaridade, mas as experiências das mulheres mudam conforme a desigualdade no acesso à justiça e aos serviços de saúde (CURIA et al., 2020.)

Diante disso, esses dados têm gerado uma preocupação constante entre pesquisadores, e alguns estudos e referências midiáticas, vistos de forma fragmentada, podem sugerir que o aumento da violência contra a mulher se deve à pandemia, numa relação direta de causalidade, esvaziando toda e qualquer análise de uma perspectiva histórica e social das questões que envolvem a violência de gênero que é enraizada em nossa cultura machista (BAREMBLITT, 1996).

A análise da vulnerabilidade programática das mulheres à violência permite compreender sua maior ou menor suscetibilidade focalizando políticas, ações, serviços e as estratégias disponibilizadas e institucionalizadas que deveriam apresentar respostas efetivas para mitigar essa violência. A análise das relações sociais que estruturam situações de vulnerabilidade e/ou violação de direitos humanos (V&DH) em uma perspectiva psicossocial assume a relação indissociável entre as dimensões programáticas e os planos individual e social (AYRES, PAIVA, & FRANCA JR, 2012). Incluem a análise das relações de gênero e raciais, além do contexto socioeconômico com impacto no cotidiano das pessoas.



Assim, o objetivo do estudo foi entender o aumento da violência contra as mulheres no contexto da pandemia causada pela COVID-19.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PANDEMIA E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

No final de 2019 o mundo tomou conhecimento do novo coronavírus (*SARS-CoV-2*) a partir do aparecimento repentino de casos de adoecimento e óbitos por doença respiratória na cidade chinesa de Wuhan-China. O vírus causador da COVID-19 foi caracterizado com alto potencial de contágio, principalmente por gotículas de saliva contaminadas expelidas durante a tosse e o espirro (SINGHAL, 2020). Os principais grupos de risco são os pacientes idosos, além de pessoas com doenças crônicas preexistentes, conforme apontam Guo et al. (2020). No mundo já foram registrados milhões de casos confirmados com centenas de milhares de óbitos. Em relação aos dados do Brasil, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2021) já são mais de 13 milhões de casos confirmados com mais de 360 mil óbitos.

Em janeiro de 2020, OMS declarou que este surto pelo COVID-19 constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. E, em março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Com o avanço da transmissão da doença nos diversos países e a ocorrência de transmissão comunitária, algumas medidas são recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para o combate à pandemia, como o isolamento dos casos suspeitos e o distanciamento social. Contudo, essas propostas têm sido necessárias para conter o aumento exponencial do vírus e o consequente colapso do sistema de saúde (FERGUSON et al., 2020; OMS, 2020; HELLEWELL et al., 2020). Entretanto, tais recomendações têm severas repercussões negativas para a atividade econômica em todos os seus níveis e para a vida em sociedade. Nesse cenário de disputas entre as medidas a serem adotadas e com uma tímida política pública de apoio financeiro para as populações mais pobres grande parcela desta população segue sua rotina de trabalho em busca de sustento, sem poder se beneficiar das medidas protetivas do distanciamento social (BRASIL, 2020).



O distanciamento social, visando à contenção da transmissão comunitária do SARS-CoV-2, com o fechamento de escolas, comércio, empresas e demais serviços não essenciais, restringiu as pessoas às suas residências e fez exaltar um problema de saúde pública que já era anterior à pandemia, a violência doméstica contra a mulher (WHO, 2020). Essa situação provocou aumento da preocupação com esses casos, como destacado pela Organização das Nações Unidas – Mulheres (ONU mulheres, 2020b).

Em uma situação de isolamento social, a violência doméstica e familiar contra mulheres (VDFM), que ocorre em situação de coabitação ou afetividade, torna-se motivo de alerta para governos. De acordo com o PNUD (2020), a perspectiva de agravamento da situação é dada por fatores como o maior tempo de convívio entre agressor e vítima, o maior número de conflitos cotidianos, a falta de momentos rotineiros de afastamentos, que interrompem a violência prolongada, e a sensação de impunidade do agressor.

No isolamento, com maior frequência, as mulheres são vigiadas e impedidas de conversar com familiares e amigos, o que amplia a margem de ação para a manipulação

psicológica. O controle das finanças domésticas também se torna mais acirrado, com a presença mais próxima do homem em um ambiente que é mais comumente dominado pela mulher. A perspectiva da perda de poder masculino fere diretamente a figura do macho provedor, servindo de gatilho para comportamentos violentos (VIEIRA et al., 2020).

Pesquisas indicam que o espaço doméstico constitui *locus* privilegiado de ocorrência da violência contra a mulher (WAISELFISZ, 2015; SOUTO et al., 2017). Se esta era a realidade anterior, durante a pandemia, o problema se agravou. O confinamento levou ao aumento exponencial do convívio, ampliando as possibilidades de tensionar relações interpessoais e intensificar os desgastes familiares, inclusive da mulher com o agressor. Situações, como a instabilidade econômica e o desemprego, também reforçaram a dependência econômica das mulheres, passando a ameaçar mais o *status* do homem culturalmente construído como provedor, podendo ter como consequência a violência intrafamiliar como mecanismo de reafirmação do poder masculino (VIEIRA et al., 2020).

A desigual divisão de tarefas domésticas, que sobrecarrega especialmente as mulheres casadas e com filhos, comprova como o ambiente do lar é mais uma esfera do exercício de poder masculino. Na maioria das vezes, a presença dos homens em casa não significa



cooperação ou distribuição mais harmônica das tarefas entre toda a família, mas sim o aumento do trabalho invisível e não remunerado das mulheres (FEDERICI, 2019). Durante o isolamento social, seja em regime de *home office*, seja na busca pela manutenção de uma fonte de renda no trabalho informal, o trabalho doméstico não dá folga. Pelo contrário, aumenta à medida que há mais pessoas passando mais tempo em casa (VIEIRA et al., 2020).

Além disso, o estresse econômico, a perda real dos postos de trabalho, o machismo estrutural, as desigualdades de gênero, raça e renda são acirrados pela pandemia da COVID-19, podendo desestabilizar os homens, potencializando comportamentos violentos no lar (Barbosa et al., 2020). Aliados a isso, os entraves enfrentados pelas mulheres para a efetividade das denúncias nestes formatos, em que muitas mulheres em situação de violência não possuem acesso à internet ou têm sua comunicação cerceada devido ao fechamento das escolas, creches, igrejas, locais onde essas mulheres poderiam ter ajuda.

3 MÉTODOS

3.1 COMO SE DÁ O APOIO ÀS MULHERES NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Realizou-se entrevista, semiestruturada, com Jamile Barbosa Silva da Costa, Coordenadora da Patrulha Maria da Penha e constatou-se que o projeto foi implantado no dia 07 de dezembro de 2020, após nove meses do início da pandemia, vindo a colaborar com ações de contenção da violência e apoio às vítimas de violência doméstica.

A Guarda Municipal de Mossoró submeteu o projeto Patrulha Maria da Penha ao edital do Ministério da justiça. O projeto foi elaborado pelos guardas municipais e concorreu com projetos a nível Nacional e foi o vencedor, recebendo a verba necessária para sua operacionalização. Os recursos obtidos foram destinados à aquisição de equipamentos como: viaturas, coletes, spray de pimenta, armas de eletrochoque, aplicativo botão do pânico⁷.

⁷ O juiz determina o uso do equipamento informando uma distância mínima em metros que deve ser mantida entre monitorado e vítima. A tornozeleira é instalada no agressor e a vítima é orientada sobre a utilização do botão do pânico. Caso os dois equipamentos se aproximem da área de violação, vítima, acusado e a Central são alertadas. Caso permaneça a aproximação, a polícia é acionada para dar a pronta resposta.



Cem agentes da Guarda Municipal, que trabalham em viaturas, receberam capacitação por uma equipe multidisciplinar especializada em assuntos relacionados à violência doméstica. A equipe da Patrulha está composta por 38 guardas municipais, sendo 18 mulheres e 18 homens, que atuam especificamente com vítimas de violência doméstica, realizando visitas às mulheres vítimas de violência com medidas protetivas expedidas pelo juizado da violência Doméstica, assim como mulheres que estão em situação de violência, mesmo sem medidas protetivas decretadas pelo Poder Judiciário. São realizadas visitas às residências das vítimas para verificar se o agressor está cumprindo as determinações da medida protetiva, realiza-se também um patrulhamento ostensivo nas áreas (entorno das residências) onde se encontram vítimas de violência. E é feito o atendimento às denúncias das violências que estão acontecendo em tempo real, onde ocorrem os flagrantes, as quais são realizadas e repassadas para a Central através do número de denúncia 153. No enfrentamento à violência, atua em parceria também com a Casa Abrigo, que é a Casa de Acolhimento Anatólia de Melo Alves (AMA) para onde as mulheres que estão em situações mais extremas, em iminência de morte, são conduzidas a um ponto de encontro (apenas as pessoas que atuam na AMA sabem o endereço da casa).

O projeto também prevê ações educativas que são feitas através de encontros virtuais com as pessoas da rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, nas redes sociais e demais meios de comunicação.

Durante seus primeiros quatro meses de atuação, a Patrulha já realizou 150 visitas a mulheres vítimas de violência doméstica e foram atendidas 50 ocorrências provenientes de denúncias.

3.2. IDENTIFICAR AS POLÍTICAS DE APOIO ÀS MULHERES

A aplicação da Lei Maria da Penha busca evitar que a realidade de violência, atualmente vivenciada por milhares de mulheres, não seja tratada como um fenômeno de ordem natural.

A vítima também pode acionar a Central de Monitoramento apertando um botão no equipamento. O Judiciário pode, inclusive, definir locais onde o monitorado não poderá ir, como residência, local de trabalho ou outro frequentado pela vítima. Caso a tornozeleira invada esse espaço, estabelecido em metros, o alarme é imediatamente acionado.



Em Mossoró, as ações de apoio às mulheres são desenvolvidas por várias instituições que colaboram para formar uma rede silenciosa e discreta de proteção às vítimas de violência doméstica. Essa Rede de enfrentamento à violência contra a mulher é formada pelas seguintes instituições:

- a. Centro de Referência da Mulher,
- b. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS),
- c. Unidades Básicas de Saúde (UBS) preparadas para identificação e atendimento das vítimas de violência doméstica,
- d. Polícia Civil (com a Delegacia de Atendimento à Mulher – DEAM),
- e. Casa de Acolhimento Anatália de Melo Alves (AMA),
- f. Defensoria Pública (DPE/RN), Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher da comarca de Mossoró-RN (atua na formação de grupos reflexivos com homens autores de violência dentro do âmbito judicial),
- g. Patrulha Maria da Penha, sob a responsabilidade e autoria da Guarda Municipal de Mossoró, é a mais recente política implantada no município.

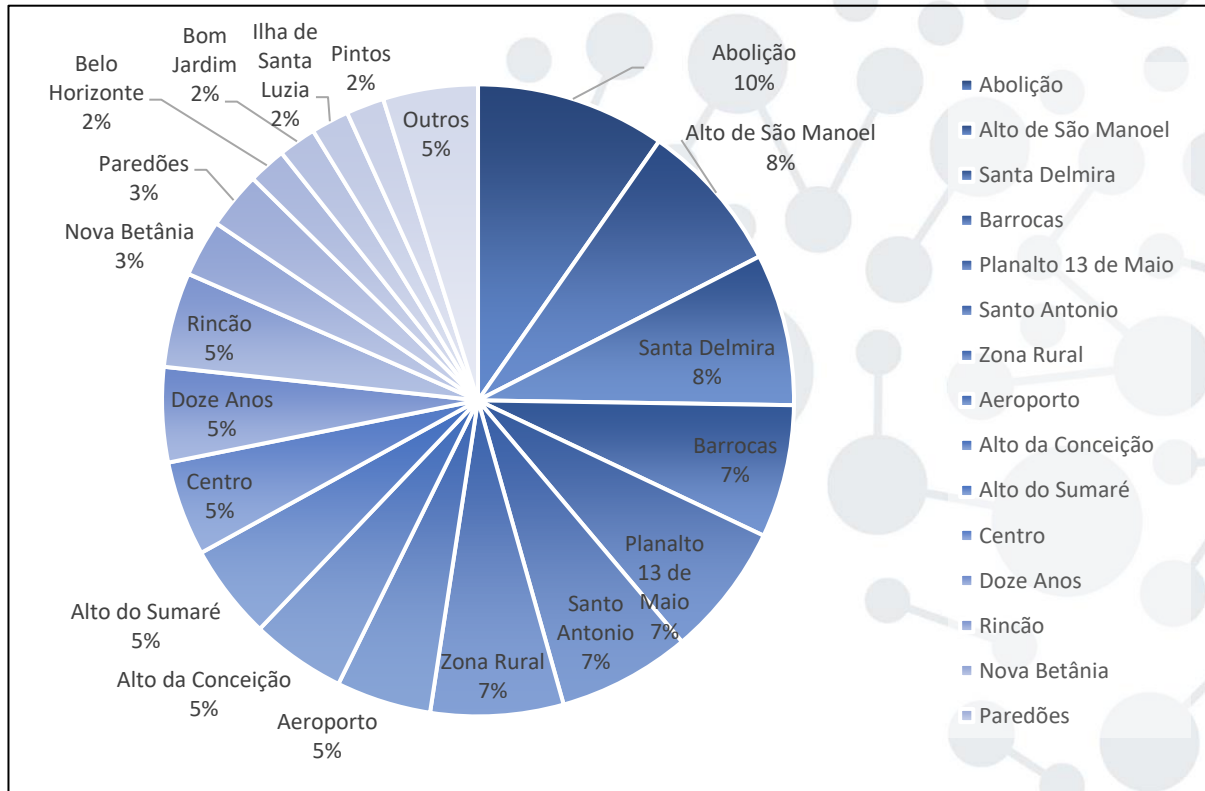
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Em Mossoró, através da Patrulha Maria da Penha, ações direcionadas ao enfrentamento da violência doméstica vêm sendo aplicadas nos diversos bairros da cidade de forma sistemática, onde são atendidas e registradas no sistema como ocorrências: de violência contra a mulher, violência doméstica contra a mulher, Maria da Penha e violência física contra a mulher. As ocorrências que foram registradas do dia 07 de dezembro de 2020, quando iniciou a ação da Patrulha, até o dia 15 de abril de 2021 estão expressas nos gráficos a seguir.



Gráfico 1 – Percentual de ocorrências atendidas por bairro, no município de Mossoró RN

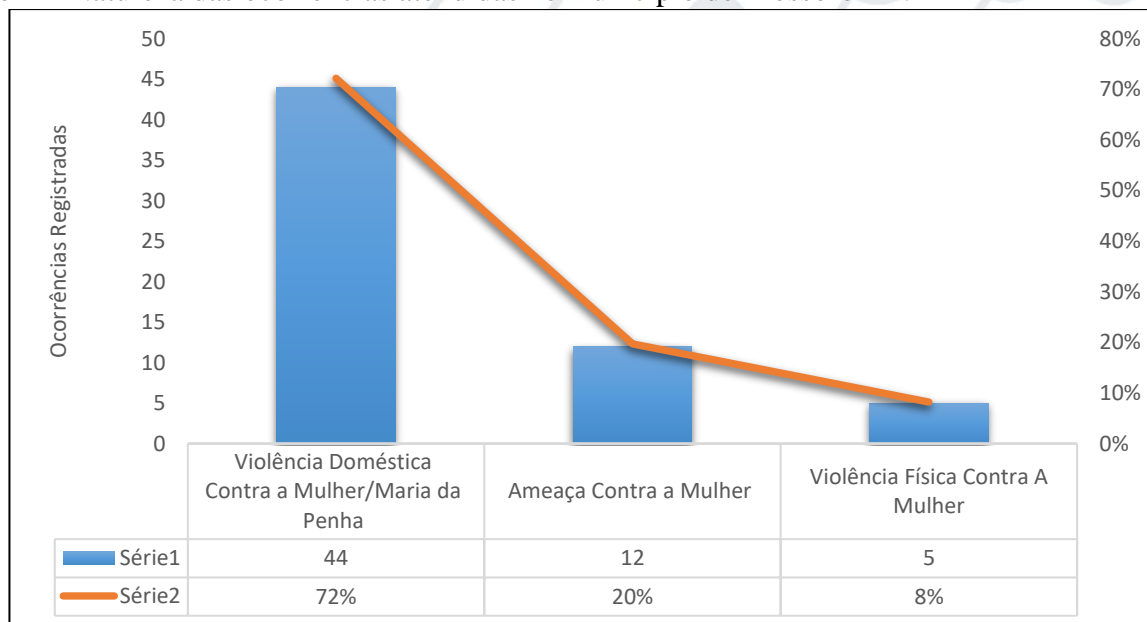


Fonte: Central de Atendimento e Despacho da Guarda Municipal de Mossoró RN

Foram registradas 61 ocorrências de violência contra a mulher no período de 07 de dezembro de 2020 a 15 de abril de 2021 as quais estão pulverizadas nos diversos bairros da cidade, conforme mostra o Gráfico 1. O maior percentual de ocorrências está no bairro Abolição, com 10% das ocorrências registradas, vindo em seguida Alto de São Manoel e Santa Delmira que apresentam 8%. Verifica-se que a Zona Rural apresenta 7% das ocorrências, ficando equiparada aos bairros Planalto 13 de Maio, Santo Antônio e Barrocas, que são bairros considerados com alto índice de periculosidade criminal. O Centro da Cidade, embora apresente poucas residências, apresentou 5% das ocorrências, ficando ao lado de bairros como: Aeroporto, Alto da Conceição, Alto do Sumaré, Doze Anos e Rincão; sugere-se que esse fato pode ser explicado pelo considerável número de dependentes químicos que ficam acomodados nas praças do centro da cidade, onde são oferecidos os sopões solidários semanalmente. Por fim, seguem os bairros com menores percentuais, como Nova Betânia, Paredões, Belo

Horizonte, Bom Jardim, Ilha de Santa Luzia, Pintos e outros. Observa-se que a violência contra a mulher está nos diversos bairros da cidade, não prevalecendo os bairros que apresentam maior índice de criminalidade.

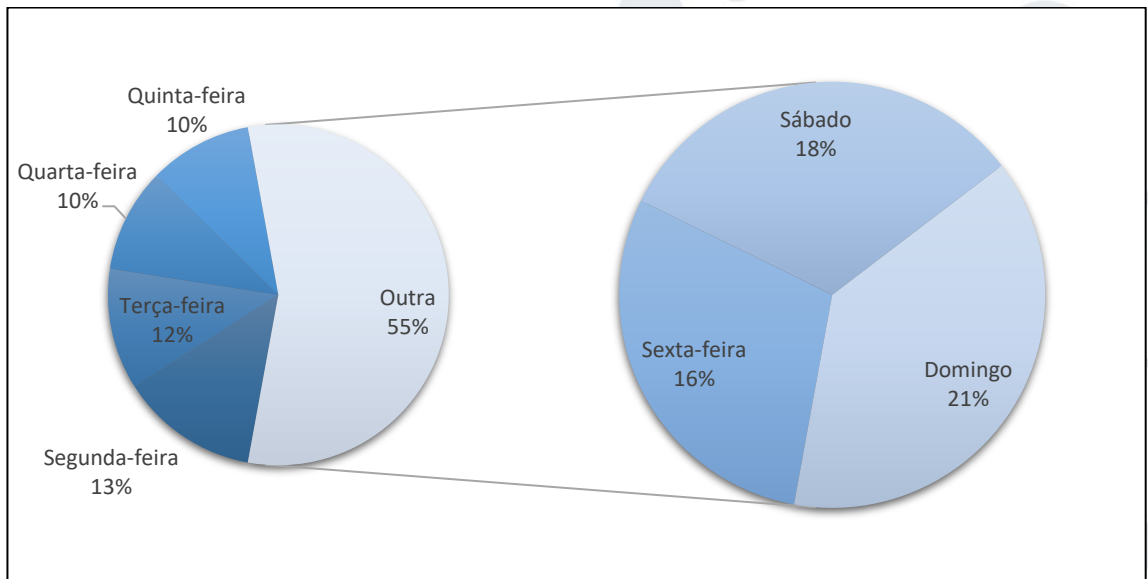
Gráfico 1 – Natureza das ocorrências atendidas no município de Mossoró-RN



Fonte: Central de Atendimento e Despacho da Guarda Municipal de Mossoró - RN

Quanto à natureza das ocorrências, foram registradas: Violência Doméstica Contra a Mulher/Maria da Penha, Ameaça Contra a Mulher e Violência Física Contra a Mulher. Assim, 72% das ocorrências de violência contra a mulher foram enquadradas na Lei Maria da Penha, 12% se enquadram como ameaça e 8% dos registros foram em relação à violência física.

Gráfico 3 – Dias da Semana em que foram registradas as ocorrências atendidas no município de Mossoró - RN



Fonte: Central de Atendimento e Despacho da Guarda Municipal de Mossoró - RN

As 61 ocorrências registradas estão distribuídas nos dias da semana, conforme Gráfico 3, havendo uma concentração dos registros nos finais de semana. 55% das ocorrências foram entre sexta-feira e domingo, o que pode ser atribuído ao consumo de bebidas alcóolicas e também o maior tempo de convívio entre agressor e vítima, sendo o domingo o dia de maior percentual de ocorrências, 21%.

A Patrulha Maria da Penha realizou 160 visitas às vítimas de violência doméstica com medidas protetivas. As medidas protetivas são enviadas semanalmente, pelo Juizado da Violência Doméstica, por e-mail, para a Guarda Municipal. As visitas são realizadas diariamente.

Dessa forma, a Patrulha Maria da Penha, tem realizado esse trabalho em três frentes a serem consideradas: visitas, atendimentos às denúncias (através do número 153) e o patrulhamento ostensivo que é realizado no entorno das residências das vítimas de violência, na zona urbana e rural do município de Mossoró.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



A partir dos resultados foi observado que a pandemia de COVID-19, exigiu maior investimento e atenção dos gestores de saúde, políticos e da segurança pública no combate à violência contra a mulher, que, apesar de prevalente na sociedade, tornou-se, ainda, mais evidente nesta crise sanitária. Apesar dessas instituições desenvolverem esses serviços de apoio à mulher, elas enfrentam muita dificuldade para fazer denúncias e registros de boletins de ocorrência, sendo, portando, uma maior parcela de casos de violência doméstica subnotificados.

REFERÊNCIAS

- AYRES, J. R., PAIVA, V., FRANÇA-JR., I. (2012). Conceitos e práticas de prevenção: da história natural da doença ao quadro da Vulnerabilidade e Direitos Humanos. In J. R. Ayres, V. Paiva, C. M., & C. M. Buchalla (Orgs.), *Vulnerabilidade e Direitos Humanos - prevenção e promoção da saúde* (pp. 71-94). Curitiba: Juruá.
- BRASIL, 2020. Ministério da Economia. Confira as medidas tomadas pelo Ministério da Economia em função da Covid-19 (Coronavírus). <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/marco/confira-as-medidas-tomadas-pelo-ministerio-da-economia-em-funcao-do-covid-19-coronavirus>. Acesso em: 13 abr, 2021.
- BRASIL, 2021. Ministério da Saúde. COVID-19 no Brasil. https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 13 abr, 2021).
- CURIA, B. G., GONÇALVES, V. D., ZAMORA, J. C., RUOSO, A. L., ISADORA, S., & HABIGZANG, L. (2020). Produções Científicas Brasileiras em Psicologia sobre Violência contra a Mulher por Parceiro Íntimo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e189184. Epub May 18, 2020. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003189184>
- FEDERICI S. O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante; 2019
- FERGUSON, N. M., LAYDON, D., GILANI, G. N., IMAI N., AINSLIE K., BAGUELIN M., ... GHANI, A. C. (2020). Impact of non-pharmaceutical interventions (npis) to reduce COVID-19 mortality and healthcare demand. (Vol. 9). Londres, UK: Imperial College COVID-19 Response Team. doi: 10.25561/77482
- GUO, Y.R., CAO, Q.D., HONG, Z.S., TAN, Y.Y., CHEN, S.D., JIN, H.J., TA, S.K., WANG, D.Y. AND YAN, Y. (2020). The origin, transmission and clinical therapies on coronavirus disease 2019 (COVID-19) outbreak - an update on the status. *Military Medical Research*. doi: 10.1186/s40779-020-00240-0



HELLEWELL J, ABBOTT S, GIMMA A, BOSSE NI, JAR - VIS CI, RUSSELL TW, et al. Feasibility of control - ling COVID-19 outbreaks by isolation of cases and contacts. *Lancet Glob Health* 2020; 8: e488-e96.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Discurso de abertura do Diretor-Geral da OMS no briefing para a mídia sobre COVID-19 - 11 de março de 2020.

<https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020> (acessado em 13/Abr/2021).

VIOLÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA PELA COVID-19 5 *Cad. Saúde Pública* 2020; 36(4):e00074420

ORGANIZATION WORLD HEALTH (WHO). COVID-19 and violence against women: what the health sector/system can do [Internet]. Genebra: WHO; 2020 [cited 2020 May 21]. Available from: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331699/WHO-SRH-20.04-eng.pdf>

ONU MULHERES. Coloque mulheres e meninas no centro dos esforços para se recuperar do COVID-19 -Declaração do Secretário-Geral da ONU, António Guterres. 2020a. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/en/news/stories/2020/4/statement-sg-put-women-and-girls-at-the-centre-of-efforts-to-recover-from-covid19>>. Acesso em: 14 abr 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS MULHERES BRASIL (ONU Mulheres). Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta [Internet]. Brasília: ONU Mulheres; 2020 [cited 2020 Jun 03]. Available from: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf

SINGHAL, T. (2020). A Review of Coronavirus Disease2019 (COVID-19). *The Indian Journal of Pediatrics*, 87, 281-286. doi: 10.1007/s12098-020-03263-6

SOUTO RMCV, BARUFALDI LA, NICO LS, FREITAS MG. Epidemiological profile of care for violence in public urgency and emergency services in Brazilian Capital, Viva 2014. *Ciênc Saúde Coletiva*[Internet]. 2017 [cited 2020 Sep 14];22(9):2811-23. Available from: https://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/en_1413-8123-csc-22-09-2811.pdf

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO SERGIPE. Definição de Violência contra a Mulher. Disponível em: <https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/definicao-de-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 14 abr de 2021.

VIEIRA PR, GARCIA LP, MACIEL ELN. [The increase in domestic violence during the social isolation: what does it reveals?] *Rev Bras Epidemiol*. 2020;23:e200033. doi: 10.1590/1980-549720200033 Portuguese.



WASELFISZ JJ. Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. São Paulo; Instituto Sangari, 2015. 79 p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Violence against women during COVID-19. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/violence-against-women-during-covid-19?gclid=CjwKCAjwltH3BRB6EiwAhj0IUCIrXvHgNhP3IE9VTONdKpp_Z0C8uTaDPtFj12M1zzW4rHtc_As22BoCz-MQAvD_BwE. Acesso em: 20 jun de 2020.



O CONSTITUCIONALISMO ABUSIVO E A GARANTIA DA ORDEM DEMOCRÁTICA: UMA REANÁLISE DO PODER CONSTITUINTE

Magna Rodrigues Oliveira¹

Júlio Thalles de Oliveira Andrade²

RESUMO

O trabalho busca analisar a expressão do constitucionalismo abusivo nas democracias constitucionais contemporâneas, a fim de traçar caminhos de resguardo à democracia, diante das forças políticas autoritárias que se manifestam com o respaldo constitucional. Para isso, será proposto uma reconstrução da teoria do poder constituinte, a fim de que se consolide um constitucionalismo livre das instabilidades políticas, mas alinhado à soberania popular.

Palavras-Chave: Constitucionalismo Abusivo. Poder Constituinte. Constituição. Democracia. Autoritarismo.

ABSTRACT

The work seeks to analyze the expression of abusive constitutionalism in contemporary constitutional democracies, in order to trace paths to safeguard democracy, in the face of authoritarian political forces that manifest themselves with constitutional support. For this, a reconstruction of the theory of constituent power will be proposed, in order to consolidate a constitutionalism free from political instabilities, but aligned with popular sovereignty.

¹ Mestranda em Direito pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. Especialista em Direito do Consumidor pela Universidade Cândido Mendes. Bacharela em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Advogada. E-mail: magrodriguesoliv@gmail.com

² Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Especialista em Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera – UNIDERP. Servidor Público – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte – TJRN. Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN. Professor Universitário. E-mail: jthalles@hotmail.com.



Keywords: Abusive Constitutionalism. Constituent Power. Constitution. Democracy. Authoritarianism.

1 INTRODUÇÃO

As democracias contemporâneas vêm enfrentando inúmeras instabilidades em sua ordem constitucional, com a movimentação dos atores e instituições públicas em prol da permanência no poder de grupos políticos dominantes, através de emendas e substituições constitucionais, sob o discurso da soberania da vontade popular. Diante disso, este trabalho irá discutir a possibilidade de manter um constitucionalismo democrático, legitimado através do poder constituinte, mas seguro das oscilações de vontade de uma força maior que se expressa através da conjuntura política de seus líderes, os quais visualizam as reformas e substituições constitucionais como potenciais instrumentos à serviço dos seus interesses políticos.

Assim, o primeiro capítulo cuidará de levantar a discussão sobre o constitucionalismo abusivo, sobretudo nas democracias latino-americanas, onde mais se encontram exemplos de governos simpatizantes do autoritarismo, mas sustentados pela legitimidade democrática. Para compreender melhor o assunto, será feita uma abordagem teórica e crítica acerca da teoria do poder constituinte originário e a sua influência nas transformações dos textos constitucionais, a depender das forças políticas e arranjos institucionais de cada Estado. Por fim, o terceiro e o último capítulo analisarão como se dá essas modificações e substituições na Constituição, bem como a influência que elas têm na sutil instalação de um constitucionalismo abusivo, sendo discutidos caminhos para solucionar tal questão.

Posto isso, ressalta-se que o presente trabalho não se destina a buscar respostas exatas, diante da complexidade das múltiplas formas de expressão do constitucionalismo abusivo em cada ordem constitucional democrática. Em verdade, a proposta é analisar os fatos políticos históricos, as doutrinas tradicionais e emergentes e os instrumentos constitucionais disponíveis, seja a nível doméstico ou global, a fim de formar uma interpretação crítica sobre o assunto e debater possíveis estratégias de garantia à ordem democrática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO



2.1 REFLEXÕES ACERCA DO CONSTITUCIONALISMO ABUSIVO

Desde o período do pós-guerra fria, os golpes militares perderam drasticamente o espaço de aceitação na política internacional, uma vez que caminham, declaradamente, contra a ordem constitucional democrática. Diante disso, a literatura constitucional vem observando uma guinada do autoritarismo às bases democráticas, como forma de se estabelecer no poder de forma sutil, silenciosa e com apoio popular, o que fez com que os estudiosos identificassem uma correlação de forças entre o constitucionalismo e governos autoritários.

Assim, Estados que são, em tese, democráticos, estão se utilizando de mecanismos constitucionais para desvirtuarem a política estatal da democracia plena, amparando-se dentro das normas constitucionais. O jurista David Landau conceitua esse fenômeno como constitucionalismo abusivo, observando que através de emendas constitucionais e substituições de constituições por outras, os líderes políticos buscam a sua permanência no poder, adotando medidas autoritárias que enfraquecem a real democracia³.

Desse modo, o autor destaca a existência de regimes híbridos dentro dos moldes constitucionais, que estão entre o autoritarismo e a democracia plena, havendo a centralização do poder na figura do Presidente da República, bem como o enfraquecimento da fiscalização dos entes responsáveis pelo controle dos atos governamentais⁴. Como há a ocorrência das eleições, os governos híbridos chegam ao poder por legitimação democrática, e assim, suas guinadas autoritárias amparadas por instrumentos constitucionais passam despercebidas pela massa popular, imbuída de uma falsa impressão de representatividade. Diferente do que acontece nos golpes militares, em que há o reconhecimento imediato da ação antidemocrática, resultando em uma reação mais rápida e fortalecida da população e das instituições, os regimes híbridos conseguem se manter no poder por serem disfarçadamente democráticos⁵.

³ LANDAU, David. **Abusive Constitutionalism**. UC David Law Review, Estados Unidos, vol. 47, n. 1, nov. 2013, p. 189-260. p. 191.

⁴ Ibidem, 2013, p. 194.

⁵ MARTINS, Flavio. **Constitucionalismo abusivo: realidade, perspectivas e propostas para uma possível limitação**. Católica Law Review, Lisboa, vol. III, nº1, p. 29-41, 2019. Disponível em: <<http://www.uceditora.ucp.pt/resources/Documentos/UCEditora/Indices/2019/CLR%20V3N1.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2020.



Embora a comunidade internacional sancione qualquer tentativa de golpe militar, através de suas “cláusulas democráticas”, existentes nos tratados constitutivos da União Europeia e Mercosul, quando se trata do constitucionalismo abusivo, o qual se utiliza de meios constitucionais para atingir o mesmo objetivo das autocracias, não há efetividade em suas medidas de controle e sanção. Isso se deve ao fato de que essas cláusulas exigem uma ação tipicamente inconstitucional de tais governos, mas os governos híbridos se alimentam de ações ambigualmente constitucionais⁶.

Fortes exemplos de tentativas da derrubada gradual da democracia por líderes eleitos podem ser encontrados nos governos da América Latina. Na Colômbia, houve várias reformas constitucionais que possibilitaram a reeleição do presidente Álvaro Uribe, ante a tradição no país de um único mandato e constante rotatividade de chefes de Estado. Já na Venezuela, o então presidente Hugo Chávez, para enfraquecer o sistema bipartidário, convocou um referendo para estabelecer uma eleição de uma nova Assembleia Constituinte, alegando que o povo detinha um poder constituinte originário, capaz de substituir a Constituição existente quando lhe estivesse desfavorável.

Nesse sentido, a Suprema Corte julgou constitucional o decreto que determinava que o povo elegeisse uma assembleia extraconstitucional, alegando que: “Sendo a nação o constituinte primário e tendo ela um caráter soberano, do qual emanam os demais poderes, não pode ter outros limites além dos que ela mesmo impôs, nem os poderes constituídos podem rever seus atos”⁷, todavia, esta suspendeu o Congresso, organizou um Conselho encarregado de enfraquecer o Judiciário, e, por fim, fechou a própria Suprema Corte, sob regras orquestradas pelo próprio Hugo Chávez⁸.

São múltiplas as formas em que um governo pode abusar do constitucionalismo, não enfraquecendo apenas a autonomia das instituições de controle e fiscalização do Estado, mas também os atores que fazem parte da conjuntura política e movimentam o regime democrático, como a mídia, sobretudo, nas eleições. Na Hungria, por exemplo, a nova constituição

⁶LANDAU, David. **Abusive Constitutionalism**. UC David Law Review, Estados Unidos, vol. 47, n. 1, nov. 2013, p. 189-260, p. 194.

⁷ Ibidem, 2013, p. 200.

⁸ Ibidem, 2013, p. 212.



orquestrada pelo primeiro-ministro Viktor Orban previa a aposentadoria de jornalistas que se mostrassem críticos e desfavoráveis aos atos do governo⁹. Além disso, há o uso indevido dos recursos estatais, suborno de juízes e de outros agentes públicos, intimidação e assédio aos partidos de oposição. Assim, inegável é a utilização de mecanismos informais para a permanência no poder dos governos híbridos, mas nada disso seria possível sem a legitimação das regras constitucionais formais, as quais passam por constantes reformas ou substituições para atender os interesses dos líderes políticos¹⁰.

Contudo, será que as reformas constitucionais caminham, de fato, apenas nesse propósito autoritário e de enfraquecimento da democracia? Seria devida uma reinterpretação dos acontecimentos políticos nos regimes políticos, tidos por Landau como híbridos, sobretudo na América Latina? É necessário, pois, ponderar sobre a utilização da expressão “constitucionalismo abusivo” nas democracias constitucionais. O autor González-Jácome problematiza a utilização do termo sem haver antes uma reflexão sobre os benefícios de inclusão social dos tradicionalmente excluídos trazidos com as reformas e a permanência do poder. Para ele, tal rótulo “expressa o suposto fracasso do constitucionalismo em um sistema político onde sua ampla reforma pode não apenas criticar o autoritarismo, mas também colocar em risco as conquistas de inclusão social alcançadas pelos autocratas”¹¹.

Quando há uma reforma constitucional ou a substituição de uma constituição por outra, há um contexto político de crise por trás e necessidades específicas de um povo. Ou seja, cada constituição de uma nação possui um significado distinto para seu determinado povo, havendo diversos propósitos de uma mudança constitucional, não cabendo, portanto, a generalização para um único caminho autoritário¹². Inegavelmente, os termos “abusivo” e “autoritário” possuem um enorme peso e abrangência em uma democracia liberal, devendo-se refletir acerca

⁹ MARTINS, Flávio. **Constitucionalismo abusivo: realidade, perspectivas e propostas para uma possível limitação**. *Católica Law Review*, Lisboa, vol. III, nº1, p. 29-41, 2019, p.12. Disponível em: <http://www.uceditora.ucp.pt/resources/Documentos/UCEditora/Indices/2019/CLR%20V3N1.pdf>. Acesso em: 27 set.2020

¹⁰ LANDAU, David. **Abusive Constitutionalism**. *UC David Law Review*, Estados Unidos, vol. 47, n. 1, nov. 2013, p. 189-260. p. 212.

¹¹ GONZÁLEZ-JACOME, Jorge. **From abusive constitutionalism to a multilayered understanding of constitutionalism: Lessons from Latin America**. *International Journal of Constitutional Law*, Volume 15, Issue 2, 2017, pp. 447-468, p. 457.

¹² *Ibidem*, 2017, p. 458.



do contexto político em que determinadas reformas constitucionais foram realizadas e avaliar os reais motivos de sua necessidade.

Debatendo sobre o papel das constituições, o autor ressalta que elas são multifacetadas, trazendo como exemplo: as interpretações das mudanças constitucionais dos países andinos, os quais elevaram os grupos minoritários na garantia de direitos, dentro de uma perspectiva de constituição como vontade política; e das Cartas que se enquadram em um constitucionalismo autoritário, tratando a constituição na perspectiva de lei superior. Além disso, o autor defende que apesar das constituições disporem de mecanismos, como as emendas, que criam uma ideia de facilitação do autoritarismo dos atores políticos, o contrário também pode ocorrer através delas, ou seja, o funcionamento de uma constituição mais democrática e inclusiva¹³.

Na verdade, a mudança constitucional é uma tradição do constitucionalismo latino-americano, a partir de uma influência advinda do liberalismo da Revolução Francesa. Estabelecendo a ideia do “*constituante pouvoir*”¹⁴ para quebrar com os laços da monarquia, o liberalismo francês posicionou a vontade popular como acima da Constituição, não se limitando a formalidades constitucionais. Assim, o poder constituinte era posto como potencial transformador da ordem existente¹⁵.

Assim sendo, o autor traz a concepção de que é necessário verificar o contexto político-ideológico de cada Estado em suas reformas constitucionais, bem como os efeitos desta na cidadania e desenvolvimento social. Nos próximos capítulos, será analisada a correlação de forças entre a expressão do poder constituinte em cada Estado com as suas respectivas mudanças constitucionais.

2.2 A TEORIA DO PODER CONSTITUINTE

¹³ Ibidem, 2017, p. 459.

¹⁴ Sobre o desenvolvimento da teoria do constituinte do *pouvoir* antes e durante a Revolução Francesa, veja a obra fundamental de Egon Zweig, *Die Lehre vom Pouvoir Constituant. Ein Beitrag zum Staatsrecht der Französischen Revolution*, 1905].

¹⁵ GONZÁLEZ-JACOME, Jorge. **From abusive constitutionalism to a multilayered understanding of constitutionalism: Lessons from Latin America**. *International Journal of Constitutional Law*, Volume 15, Issue 2, 2017, pp. 447-468, p. 464.



Conforme leciona Carl Schmitt, a constituição é realizada por um poder que será sempre superior a qualquer força política de uma ordem nacional, o que originou a “teoria do poder constituinte originário”¹⁶. Do mesmo modo, Joseph Sieyes também afirma que a vontade política nacional não está sujeita à constituição, uma vez que é anterior à esta¹⁷. Assim, a teoria do poder constituinte originário se estabeleceu fortemente na tradição constitucional como juridicamente ilimitado, sustentando que o povo possui um poder inerente de modificar a ordem constitucional, a qual controla apenas os seus poderes constituídos em seu próprio texto, mas não é capaz de subordinar a vontade popular¹⁸.

Debatendo o conceito de poder constituinte, o autor Ernst Wolfgang Bockenforde destaca que ele é apresentado como a validade normativa da constituição, uma ideia de ordem que acaba possuindo um caráter de norma por uma decisão política da sociedade em geral. Ou seja, a força legitimadora de uma constituição somente pode ser sustentada por uma dimensão política de viva convicção no pensamento do povo. Essa força, nas palavras do autor: “quando se manifesta, ela a influencia e também opera dentro da Constituição, de acordo com a forma que lhe corresponde para agir”¹⁹.

Assim, a doutrina tradicional do poder constituinte aduz que este não pode ser regulamentado pela constituição, uma vez que é original e elementar, como uma expressão da magnitude política do povo. Todavia, chefes políticos acabam se utilizando dessa representação democrática para praticar atos abusivos em nome da governabilidade e estabilidade no poder, principalmente, se a democracia constitucional do Estado não for efetivamente participativa.

Nesta senda, o autor defende que se o poder constituinte se determina a partir de uma vontade de constituição, a ele se inclui uma constitucionalidade, e, conseqüentemente, representa uma medida de contenção ao exercício arbitrário do poder. Ou seja, o *constituinte pouvoir* está estritamente vinculado à um conjunto de princípios supra-positivos que são anteriores ao próprio direito escrito, em uma espécie de limitação interna advinda da sua própria

¹⁶ SCHMITT, 2008 apud LANDAU, 2013, p. 209.

¹⁷ SIEYES, 1963 apud LANDAU, 2013, p. 209.

¹⁸ LANDAU, David. **Abusive Constitutionalism**. UC David Law Review, Estados Unidos, vol. 47, n. 1, nov. 2013, p. 189-260, p. 250.

¹⁹ BÖCKENFÖRDE, Ernst Wolfgang. **El poder constituyente del pueblo: um concepto limite del derecho constitucional**. In. _____. Estudios sobre el estado de derecho y la democracia. Espanha: Trotta, 2000, p. 164.



magnitude política. Todavia, o autor enfatiza que esses princípios, para terem significado como orientadores do poder constituinte, deverão estar presentes na vida concreta do povo, como um espírito transformado regras, procedimentos e instituições²⁰.

Avaliando a expressividade do poder constituinte no constitucionalismo latino-americano, David Landau traz o exemplo colombiano da teoria da válvula de segurança, em que posiciona as reformas constitucionais, advindas da *constituante pouvoir*, como necessárias para o enfrentamento de crises políticas pelos chefes de Estado, quando a ordem constitucional existente não dispuser de alternativas de superação. Segundo Joel Colón-Ríos, a permissão de um poder constituinte ilimitado se manifestar ilimitadamente cria mecanismos de “reconstituição democrática” para a saída de uma crise, apoiando-se na ideia da legítima participação popular²¹.

Porém, a real finalidade parece ser a perpetuação das elites políticas e enfraquecimento da oposição. Por exemplo, essa concepção serviu de incentivo para os demais países andinos, como a Venezuela, uma vez que o presidente Nicolas Maduro convocou uma Assembleia Constituinte com a justificativa de saída da crise socioeconômica, mas assim o fez unilateralmente, indo de encontro ao Congresso controlado pela oposição política, bem como não realizou um referendo prévio para obter apoio ao processo de substituição²².

De modo geral, tem-se que a América Latina incorporou amplamente a teoria do poder constituinte em seus processos de criação constitucional, tendo como ponto de partida a derrubada da velha ordem corrupta por líderes insurgentes como Hugo Chávez e Rafael Correa, conforme aponta Landau, convergente então com a ideia inicial trazida por González-Jácome. Todavia, Landau sustenta que apesar disso, esses líderes são, em grande maioria, revestidos pelo populismo, buscando as reformas constitucionais para ampliar a sua permanência no poder, o que implica deduzir que o ponto de partida democrático não necessariamente flui para um ponto de partida semelhante, mas antagônico também²³.

²⁰ Ibidem, 2000, p.181.

²¹ COLÓN-RÍOS, J. I. **The Legitimacy of the Juridical: Constituent Power, Democracy, and the Limits of Constitutional Reform.** Osgoode Hall Law Journal, v. 48, n. 2, 2010 e HUTCHINSON, A.; COLÓN-RÍOS, J. I. *Constituciones Duraderas: una crítica democrática.* Anuario de Derecho Público, 2011.

²² LANDAU, David. **Constituent power and constitution making in Latin America.** In: LANDAU, David; LERNER, Hanna (ed.). *Comparative Constitution Making.* Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019, p. 593.

²³ Ibidem, 2019, p. 594.



2.3 LIMITES ÀS REFORMAS CONSTITUCIONAIS: EMENDAS E SUBSTITUIÇÕES

Passando à uma discussão mais específica acerca das mudanças constitucionais, faz-se necessário compreender a diferenciação entre emenda e substituição constitucional no debate sobre constitucionalismo abusivo. Seguindo o entendimento de Richard Albert, as emendas constitucionais são modificações do texto dentro das próprias regras constitucionais, esbarrando em limites impostos pela Carta, como as cláusulas pétreas. Ou seja, elas não alteram a estrutura da constituição, diferentemente da substituição constitucional, onde há realmente a ruptura da constituição existente por outra. Nas palavras do autor: “uma emenda deve ser entendida como um esforço para dar continuidade a um projeto de constituição que teve início em um momento fundacional”, enquanto que a substituição “deve ser entendida como um esforço para desfazer a constituição, por meio da introdução de uma mudança extraordinária, que é inconsistente com seus pressupostos fundamentais”²⁴.

As emendas constitucionais possuem a finalidade de acompanhar um processo evolutivo da política e da sociedade, através do Poder Legislativo, com ampla participação democrática, evitando que as reformas se deem fora dos quadros constitucionais existentes, ou seja, evitando que as constituições sejam substituídas em larga escala²⁵. Todavia, certas emendas, diante do contexto político, podem alterar significativamente a constituição como substituições constitucionais travestidas ou miná-la aos poucos, de acordo com os interesses políticos dos autocratas. Nas palavras de David Landau: “certas emendas são substancialmente inconstitucionais porque elas efetivamente criam uma nova constituição em vez de alterar a existente” e complementa que “essas mudanças devem ser feitas por meio de Assembleias Constituintes e substituição da constituição, não por meio de emendas”²⁶.

Como exemplo, a Constituição de 1991 da Colômbia não é rígida, sendo bastante fácil a sua alteração por emendas, exigindo-se para isso apenas uma maioria absoluta do Congresso

²⁴ ALBERT, R. **Amendment and Revision in the Unmaking of Constitutions**. In: LANDAU, D.; LERNER, H. Handbook on Comparative Constitution-Making. Cheltenham: Edward Elgar, 2017. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers2.cfm?a>. Acesso em: 28 set. 2020, tradução livre.

²⁵ DIXON, Rosalind. **Constitutional Amendment Rules: A Comparative Perspective**. In: GINSBURG, Tom; DIXON, Rosalind (ed.). Comparative Constitutional Law. Cheltenham: Edward Elgar, 2011, p. 96-111.

²⁶ LANDAU, David. **Abusive Constitutionalism**. UC David Law Review, Estados Unidos, vol. 47, n. 1, nov. 2013, p. 189-260, p. 229.



em duas sessões consecutivas²⁷. Como não há cláusula expressa de restrição à reforma, a Suprema Corte colombiana adotou um amplo conceito não normativo de inalterabilidade constitucional²⁸. Assim, em um caso específico, a Corte declarou a inconstitucionalidade de uma emenda que possibilitava a reeleição do então Presidente Álvaro Uribe, declarando que tal constituía, na verdade, uma substituição constitucional, uma vez que fortificaria tanto a figura presidencial que enfraqueceria as instituições democráticas, alterando a configuração da separação dos poderes no país. Para Landau, “um terceiro mandato daria a Uribe o poder de nomear quase todos os servidores públicos que deveriam fiscalizar sua atuação. Talvez o mais importante seja que isso lhe daria controle informal, através de influência direta e indireta, sobre quase todos os aspectos do Estado”²⁹.

Assim, a teoria do poder constituinte deixa uma grande lacuna quanto à regulamentação da substituição constitucional, quando se verifica na prática os abusos por parte de líderes políticos com legitimação democrática, como assim demonstrou Landau ao desmascarar o constitucionalismo abusivo³⁰. Ou seja, o problema paira quando não há limitação no ato de substituição constitucional, uma vez que esta deriva do próprio poder constituinte, concebido pela doutrina tradicional como ilimitado e original, não sendo subordinado aos procedimentos de reforma previstos na constituição. Posto isso e partindo da ideia explicitada no capítulo anterior de que o poder constituinte está vinculado à um espírito de vontade popular, este deve sofrer limitações que estão vinculadas à sua própria magnitude política? O autor Richard Stacey, ao realizar uma interpretação da tese de Schmitt sobre poder constituinte, conclui que este se limita a institucionalizar o Estado de Direito e a proteger a separação dos poderes, bem como os direitos individuais e coletivos do povo, titular original da *constituente pouvoir*³¹.

Noutro ponto, levando em consideração que o povo, ao participar dos referendos, possui limitações na escolha da própria Assembleia Constituinte, encontra-se aqui uma estratégia de

²⁷ Ibidem, 2013, p. 204.

²⁸ BENVINDO Juliano Zaiden. **Brazil in the Context of the Debate Over Unamendability in Latin America**. In: ALBERT, Richard; ODER, Bertil. (eds.) *An Unamendable Constitution? Unamendability in constitutional democracies*. Cham: Springer, 2018, p. 345-364.

²⁹ LANDAU, David. **Abusive Constitutionalism**. *UC David Law Review*, Estados Unidos, vol. 47, n. 1, nov. 2013, p. 189-260, p. 230.

³⁰ Ibidem, 2013, p. 230.

³¹ STACEY, R. **Constituent Power and Carl Schmitt's Theory of Constitution in Kenya's Constitution-Making Process**. *International Journal of Constitutional Law*, v. 9, n. 3-4, 2011. p. 587.



não isentar os constituintes de responsabilidade política, tendo em vista que se eles estão atuando em nome do povo, devem prestar contas da institucionalização de um constitucionalismo que não atenda os próprios interesses, não caminhando, portanto, para um autoritarismo³².

Nesta esteira, entra em cena a concepção normativa-empírica da constituição, a qual defende que a finalidade do constitucionalismo democrático é instituir uma forma de governo em que o povo detém o controle da organização das instituições do Estado de Direito, sendo somente legítimas as mudanças constitucionais que respeitassem os elementos essenciais do constitucionalismo. Para Landau e Dixon, tais elementos compõem “um ‘núcleo mínimo’ constitucional internacional ou conjunto básico de disposições constitucionais que são comuns a todas as democracias constitucionais funcionais”³³. São esses elementos então, essencialmente democráticos, que devem limitar o poder constituinte originário, ao serem requisitos legitimadores para as reformas constitucionais, combatendo assim o constitucionalismo abusivo.

Visando discutir a instabilidade política deixada pela falta da regulação das substituições constitucionais, Landau se debruça sobre a efetividade de uma constituição trazer “cláusulas de substituição”³⁴, as quais não existem na prática em nenhum Estado, mas é objeto de análise na literatura. Todavia, apesar da sua provável utilidade para organizar o processo constituinte sem vinculação a finalidades de líderes majoritários, as cláusulas de substituição podem ser ineficazes no combate ao constitucionalismo abusivo, quando se leva em consideração que o poder constituinte é ilimitado e não está preso à constituição anterior.

Além disso, os líderes políticos que buscam instalar um regime de governo híbrido terão receio de desobedecer abertamente à constituição e, assim, caírem na desaprovação das camadas populares e dos organismos internacionais. Diante disso, buscam-se outros

³² PULIDO, Carlos Bernal. **Criação constitucional sem Poder Constituinte: Os limites conceituais do poder de substituição ou revisão da constituição**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 9, n. 2 p.55-83, 2019.

³³ DIXON, R.; LANDAU, D. **Constraining Constitutional Change**. Wake Forest Law Review, v. 50, 2015. p. 888, tradução livre.

³⁴ Cláusulas de substituição ou clausulas de reemplazo, nas palavras de Flávio Martins (2019, p. 38), é “a previsão na Constituição de um rol estrito de hipóteses em que ela poderia ser substituída, bem como o estabelecimento de um processo para se criar uma nova Constituição”.



mecanismos de limitação à criação constitucional fora do quadro normativo existente, como por exemplo, a criação de um Tribunal Constitucional Internacional³⁵.

2.4 UM APELO AO DIREITO INTERNACIONAL NA PROTEÇÃO DA DEMOCRACIA

A princípio, o Direito Internacional não tem se preocupado em regular questões de ordem democrática, apesar da doutrina dos direitos humanos ter revolucionado as formas de governo e de cooperação internacional. De todo modo, Landau analisa esse campo como estratégico como mecanismo de controle do constitucionalismo abusivo, sem recorrer ao próprio texto constitucional, como as cláusulas de substituição.

Assim, inicialmente, analisando os instrumentos já existentes, o autor discute a eficácia das cláusulas democráticas, as quais “suspendem a filiação a organizações regionais ou oferecem outras sanções a Estados que enfrentam ‘interrupções inconstitucionais’ em sua ordem democrática ou que se enquadrem em condições semelhantes”. Todavia, tais cláusulas são eficazes apenas da detecção de golpes militares, em que há o expresso rompimento com a ordem democrática, diferentemente do constitucionalismo abusivo, em que o autoritarismo se revela de forma sutil e mascarado de legitimidade constitucional³⁶.

Com isso, o autor traz a ideia de criação de uma Corte Constitucional Internacional, analisando-a como “provocativa e potencialmente importante”. O lado negativo é que o direito internacional ainda não possui aporte teórico sobre o assunto para elaborar um consenso sobre a legislação aplicável à essa questão, além da legitimidade suspeita dos organismos internacionais para interpretarem um possível autoritarismo dos atos políticos de uma democracia constitucional nacional. Posto isso, o ideal não seria determinar a ilegalidade de uma determinada ação, até porque isso findaria no mesmo insucesso das cláusulas de substituição, mas averiguar se a ordem constitucional cumpre com os elementos essenciais que

³⁵ LANDAU, David. **Abusive Constitutionalism**. UC David Law Review, Estados Unidos, vol. 47, n. 1, nov. 2013, p. 189-260. p.230.

³⁶ Ibidem, 2013, p. 249.



tornam o governo adequadamente democrático, bem como os arranjos políticos estão guinando a ordem para menos democrática do que anteriormente ³⁷.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões postas neste trabalho, verificou-se que as democracias constitucionais vêm sendo sutilmente transformadas em governos autoritários, a partir da adoção de práticas abusivas por líderes populistas que pretendem se estabilizar no poder, bem como enfraquecer a oposição política e os órgãos de controle e fiscalização governamental. Sobretudo, a questão é ainda mais complexa diante do fato de que tal corrosão democrática tem como base a utilização de mecanismos constitucionais, como as emendas, ou da concepção do poder constituinte ilimitado, através das substituições, o que confere aos autocratas a legitimidade constitucional e apoio das massas populares.

A tradicional doutrina do poder constituinte, a qual o concebe como ilimitado e não subordinado à constituição por ser anterior à esta, acaba esbarrando em uma contradição por ela mesmo produzida: a garantia da soberania popular e a ausência de controle dos constituintes nas reformas e substituições constitucionais. Assim sendo, infere-se que o ideal seria o desenvolvimento de uma diferente concepção de constitucionalismo democrático, a partir da reconstrução da teoria do poder constituinte, de modo que este se condicione à incorporação de elementos essenciais à sua própria finalidade quando da criação constitucional, quais sejam: a preservação dos direitos fundamentais, a separação dos poderes e a participação política democrática, os quais compõe a estrutura organizacional de um Estado de Direito com harmonia das limitações e autonomias dos órgãos públicos e, principalmente, dos agentes políticos que representam os titulares originais da *constituente pouvoir*.

Todavia, as estratégias para se chegar à aplicabilidade dessa concepção de constitucionalismo são complexas de serem efetivadas, dada a tradição de reforma constitucional que mantém certas democracias, sobretudo, na América Latina, com constituições multifacetadas e aliadas à diferentes contextos políticos. Além disso, a maneira

³⁷ Ibidem, 2013, p. 253.



como o constitucionalismo abusivo se manifesta segue diferentes rotas a depender da correlação de forças entre os atores políticos, o povo e as instituições. De todo modo, mostrou-se que aplicar instrumentos expressos no próprio texto constitucional para evitar o constitucionalismo abusivo é cair na inoperância, pois voltaria ao ponto de partida da ausência de limitações ao poder constituinte.

O caminho é não se prender às regras formas dos textos constitucionais, pois estes têm se mostrado significativamente fracos no combate ao exercício arbitrário do poder político, como as cláusulas de substituição. Assim, buscar um aporte teórico e prático no direito internacional, reconhecendo a emergência de um direito humano à democracia, talvez seja a medida mais eficaz a ser incorporada nos estudos constitucionais globais, aliados à realidade específica do direito doméstico de cada democracia constitucional.

REFERÊNCIAS

ALBERT, R. **Amendment and Revision in the Unmaking of Constitutions**. In: LANDAU, D.; LERNER, H. Handbook on Comparative Constitution-Making. Cheltenham: Edward Elgar, 2017. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/sol3/papers2.cfm?a>>. Acesso em: 28 set. 2020.

BENVINDO Juliano Zaiden. **Brazil in the Context of the Debate Over Unamendability in Latin America**. In: ALBERT, Richard; ODER, Bertil. (eds.) An Unamendable Constitution? Unamendability in constitutional democracies. Cham: Springer, 2018, p. 345-364.

BÖCKENFÖRDE, Ernst Wolfgang. **El poder constituyente del pueblo: um concepto limite del derecho constitucional**. In: _____. Estudios sobre el estado de derecho y la democracia. Espanha: Trotta, 2000, p. 164.

COLÓN-RÍOS, J. I. **The Legitimacy of the Juridical: Constituent Power, Democracy, and the Limits of Constitutional Reform**. Osgoode Hall Law Journal, v. 48, n. 2, 2010 e HUTCHINSON, A.; COLÓN-RÍOS, J. I. Constituciones Duraderas: una crítica democrática. Anuario de Derecho Público, 2011.

DIXON, R.; LANDAU, D. **Constraining Constitutional Change**. Wake Forest Law Review, v. 50, 2015. p. 888, tradução livre.

DIXON, Rosalind. **Constitutional Amendment Rules: A Comparative Perspective**. In: GINSBURG, Tom; DIXON, Rosalind (ed.). Comparative Constitutional Law. Cheltenham: Edward Elgar, 2011, p. 96-111.



GONZÁLEZ-JACOME, Jorge. **From abusive constitutionalism to a multilayered understanding of constitutionalism: Lessons from Latin America.** International Journal of Constitutional Law, Volume 15, Issue 2, 2017, pp. 447-468, p. 464.

LANDAU, David. **Abusive Constitutionalism.** UC David Law Review, Estados Unidos, vol. 47, n. 1, nov. 2013, p. 189-260.

LANDAU, David. **Constituent power and constitution making in Latin America.** In: LANDAU, David; LERNER, Hanna (ed.). Comparative Constitution Making. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019, p. 593.

MARTINS, Flavio. **Constitucionalismo abusivo: realidade, perspectivas e propostas para uma possível limitação.** Católica Law Review, Lisboa, vol. III, nº1, p. 29-41, 2019. Disponível em: <<http://www.uceditora.ucp.pt/resources/Documents/UCEditora/Indices/2019/CLR%20V3N1.pdf>>. Acesso em: 27 set.2020.

PULIDO, Carlos Bernal. **Criação constitucional sem Poder Constituinte: Os limites conceituais do poder de substituição ou revisão da constituição.** Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 9, n. 2 p.55-83, 2019.

STACEY, R. **Constituent Power and Carl Schmitt's Theory of Constitution in Kenya's Constitution-Making Process.** International Journal of Constitutional Law , v. 9, n. 3-4, 2011. p. 587.



O SISTEMA DE ACOLHIMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR

Daniela Cristina Lima Gomes Cabral¹

Maria Clara Galdino Alves²

Victoria Nathalie de França Leite³

RESUMO

No presente trabalho, apresenta-se uma análise acerca dos benefícios propostos pelo cadastro de adoção quando voltado para a efetivação do direito à família e a garantia constitucional da convivência familiar. A Constituição Federal de 1988 trouxe a seguridade do direito à convivência familiar, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, regeu com mais clareza o instituto da adoção, que até então não tinha um ordenamento específico que o regesse. No entanto, a existência de crianças e adolescentes em situação de abandono e vulnerabilidade ainda é uma realidade muito dura e que abrange todo o território brasileiro. A partir disso, é realizada uma exposição da evolução legislativa responsável pelos processos de adoção no país, juntamente com a funcionalidade dos cadastros de adoção. Desta maneira, afirma-se como a sistemática dos cadastros de adoção otimizaram a introdução da criança no seio familiar, efetivando parte de seus direitos propostos. Como metodologia, utilizou-se uma abordagem qualitativa do tipo bibliográfica.

Palavras-chave: Direito. Adoção. Família. Criança e Adolescente. ECA.

ABSTRACT

In the present work, an analysis of the benefits proposed by the adoption registry is presented when aimed at the realization of the right to the family and the constitutional guarantee of family

¹ Professora da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: danielaclg@hotmail.com.

² Graduanda em Direito pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: mcgaldinoalves@gmail.com

³ Graduanda em Direito pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: victhalie99@outlook.com



life. The Federal Constitution of 1988 brought the security of the right to family life, and the Child and Adolescent Statute, in 1990, governed more clearly the institute of adoption, which until then had no specific order to govern it. However, the existence of children and adolescents in situations of abandonment and vulnerability is still a very harsh reality that covers the entire Brazilian territory. From that, an exhibition of the legislative evolution responsible for the adoption processes in the country is carried through, together with the functionality of the adoption registers. In this way, it is affirmed how the systematic of the adoption registers optimized the introduction of the child into the family, making part of their proposed rights effective. As a methodology, a qualitative bibliographic approach was used.

Keywords: Right. Adoption. Family. Child and teenager. ECA.

1 INTRODUÇÃO

O significado jurídico da adoção pode ser definido como o processo de aceite de alguém como filho e integrante da família, de acordo com os regramentos judiciais que regem este procedimento legal. Madaleno (2018) traz a adoção como um exemplo claro de filiação socioafetiva sustentada por vínculos únicos de sentimentos e afeição. Alguns doutrinadores entendem a adoção como um método de filiação que visa imitar a filiação natural, em virtude da ausência do vínculo biológico. Desta forma, não é justo dialogar sobre adoção seguindo um teor puramente mecânico e material, de algo apenas com o intuito ampliatório para a composição de uma família ou de rápida entrega para diminuir as estatísticas. É extremamente necessário atentar para o fato de que este instituto é diretamente interligado com o psicológico emocional dos indivíduos que o integram, englobando suas relações afetivas e a constância da convivência que é desenvolvida ao longo dos anos. A existência de um conceito fixo para o instituto da família é variável de acordo com a construção sociológica do indivíduo.

Venosa (2017) reforça que a conceituação de família é um plano paradoxalmente desenvolvido para compreensão. Não existe uma identidade conceitual para a Antropologia, Direito ou Sociologia e, o Código Civil, também não a define com exatidão. Em virtude de sua constante presença e flutuação terminológica nos diversos ramos do Direito, uma conceituação



fixa só iria tornar-se inadequada em situações contínuas de alteração em virtude de tempo, espaço e outros relacionados.

Não há como trabalhar com o instituto da adoção sem conectá-lo à efetivação do direito à família, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe não só a seguridade do direito à vida, saúde e educação às crianças, adolescentes e jovens, mas também propôs a garantia do direito à convivência familiar. Outrossim, é possível dialogar, a partir deste pensamento, sobre como a adoção age como um forte formador de famílias. Diante ao exposto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como as demais legislações vigentes atuam como medidas protetivas do Estado à qualidade de vida do menor e a funcionalidade de seus direitos.

Dentro desse contexto de efetivação de direito à família, os cadastros devem ser avaliados como ferramentas contribuintes para essa efetivação. O Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), foram inovações ao instituto da adoção, promovendo visibilidade à criança e ao adolescente acolhido, provocando a concretização do princípio do acesso à justiça, direito fundamental previsto no inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal, que garante a todos os brasileiros a acessibilidade ao Poder Judiciário e a justiça de maneira geral. Ademais, um substituto ainda mais eficaz aos sistemas de cadastro mencionados, o atual Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento promove a junção de ambos, facilitando o processo de checagem de crianças e pretendentes, bem como toda a complexidade decorrente.

Fundamentado a isto, o presente trabalho tem como escopo geral analisar os benefícios propostos pelo cadastro quando voltado para a efetivação do direito à família e a garantia constitucional da convivência familiar. Para este fim, foi observada e exposta a evolução legislativa que trata da temática da adoção até a instauração da Constituição Federal de 1988, em decorrência do entendimento de que tal evolução adaptada a soluções para os problemas sociais garante segurança jurídica. Buscou-se ainda apresentar o método de funcionalidade dos cadastros pregressos até o atual (CNA, CNCA e SNA). A metodologia utilizada foi a de pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica, com embasamento em doutrinas e legislações acerca da temática, analisando o ordenamento jurídico atual. Contou-se também com fundamentação em notícias oriundas de sites oficiais de justiça.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCEDIMENTO DE ADOÇÃO NO BRASIL E A PREVISÃO CONSTITUCIONAL À CONVIVÊNCIA FAMILIAR

O processo de adoção no Brasil passou por longas e contínuas modificações até chegar ao sistema de cadastros que existe hoje. Desde o uso de terminologias surgidas no Brasil Império como “filhos de criação” e toda a construção patriarcal acerca dos conceitos de família até o cadastro legal atualmente em vigor, o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento.

Durante anos houve a ausência de dispositivos legislativos que tratassem de forma mais ampla sobre o instituto da adoção, sendo dado a este uma atenção a mais somente a partir do Código Civil de 1916, período no qual o Brasil vivenciava o nascimento da forma de governo republicano. Neste passo, o Código Civil de 1916, trouxe uma série de entraves no que cerne a sistematização da adoção – como a permissão predominante para casais em situação de infertilidade e somente acima de 50 anos – no que tange a situação do adotante e do adotado.

O Código Civil de 1916 disciplinou a adoção com base nos princípios romanos, como instituição destinada a proporcionar a continuidade da família, dando aos casais estéreis os filhos que a natureza lhes negara. Por essa razão, a adoção só era permitida aos maiores de 50 anos, sem prole legítima ou legitimada, pressupondo-se que, nessa idade, era grande a probabilidade de não virem a tê-la. (GONÇALVES, 2012, p. 333)

Além disso, de acordo com o art. 375 do Código Civil de 1916, a adoção era feita em caráter contratual, por uma simples escritura pública, sem a intervenção judicial. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, mais precisamente em seu art. 227, vários aspectos relacionados à proteção da criança e do adolescente foram inseridos no texto constitucional, que antes eram negligenciados.

Lenza (2017) traz que a Constituição Federal de 1988 ampliou o conceito de família principalmente para efeito de proteção do Estado e dos novos conceitos de entidade familiar. Anteriormente a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil não dispunha de uma constituição que regesse a convivência familiar.



O § 5º, do artigo supra disciplina: “A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.” Atualmente, visando uma maior proteção para todos os envolvidos no processo de adoção, é mister um processo judicial próprio, com todos os requisitos necessários à efetivação da adoção.

A interpretação que se perfilou é de que o Código Civil modificou sensivelmente o regime de adoção para maiores de 18 anos. Antes, poderia ser realizada conforme vontade das partes, por meio de escritura pública. Hoje, contudo, dadas a importância da matéria e as consequências decorrentes da adoção, não apenas para o adotante e adotado, mas também para terceiros, faz-se necessário o controle jurisdicional que pelo preenchimento de diversos requisitos, verificados em processo judicial próprio (RIZZARDO, 2019, p. 820).

Embora o Código Civil de 1916 tenha regulamentado formalmente o procedimento de adoção, a complexidade processual limitou a sua prática, visto que os requisitos eram muito restritos, dificultando o processo de adoção. Além da idade mínima exigida ser de 50 anos, o adotado não era inserido integralmente à nova família, pois ele permanecia ligado aos pais legítimos. Assim disciplinava o art. 378, do Código Civil, de 1916: “os direitos e deveres que resultam do parentesco natural não se extinguem pela adoção, exceto o pátrio poder, que será transferido do natural para o adotivo”. Nessa linha, reforça-se que:

Essa situação pouco satisfatória, pela qual os adotantes se viam frequentemente na contingência de partilharem o filho adotivo com a família biológica, deu origem à prática ilegal de casais registrarem filho alheio como próprio, realizando um simulacro de adoção, denominada pela jurisprudência “adoção simulada” ou “adoção à brasileira”. (GONÇALVES, 2012, p. 334)

Ato contínuo, surge a lei nº 3.133, de 1957, que trouxe inovações, como a idade mínima à adoção, que era de 50 anos, passou a ser de 30 anos, havendo prole natural ou não. Nesse sentido, percebe-se que houve uma mudança positiva, que facilitaria o processo de adoção, havendo uma maior preocupação naquele ser humano desamparado, em busca de uma família, de um lar. Vale ressaltar, que mesmo a Lei 3.133, de 08 de maio de 1957, tendo proporcionado uma mudança positiva, ainda havia um empecilho, pois embora houvesse a possibilidade de adotar, mesmo tendo filhos legítimos, não havia uma equiparação destes aos adotivos. Isso perdurou até a Carta Magna de 1988.



A lei 4.655, de 1965, denominada como lei da “legitimação adotiva”, teve como intuito estabelecer um vínculo de primeiro grau entre o adotante e o adotado, afastando a ligação do adotado com seus parentes sanguíneos. Para isso, o art. 6º da referida Lei, propôs:

A sentença deferindo a legitimação terá efeitos constitutivos devendo ser inscrita, mediante mandado no Registro Civil, como se tratasse de registro fora do prazo, no qual se consignará os nomes dos pais adotivos como pais legítimos e os nomes dos ascendentes dos mesmos. O mandado será arquivado, dêle não podendo o oficial fornecer certidões.

A lei 6.697, de 1979, conhecida como o “Código de Menores”, revogou a lei de legitimação adotiva e impôs a “adoção plena”, ao lado da “adoção simples”, que era inserida na forma tradicional do Código Civil. O objetivo desta lei, era o mesmo da anterior, pois visava inserir integralmente a criança ou adolescente à família adotiva. Entretanto, isso só era possível pela adoção plena que, apesar de ser mais ampla, somente era aplicada ao menor em “situação irregular”.

Na adoção plena, o adotado ingressava a família do adotante como se, de fato, fosse filho de sangue, afastando qualquer tipo de vínculo preexistente com a família natural. Na adoção simples, o adotado tinha apenas um parentesco civil com o adotante, não o desvinculando da sua família natural, sendo revogável pela vontade das partes e não extinguiu os direitos e deveres advindos do parentesco sanguíneo.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, uma série de direitos foram conferidos à criança e ao adolescente. Em seu art. 227, ela dispõe:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Venosa (2017) traz a família como uma entidade que deve ser analisada principalmente sob uma ótica sociológica e afetiva antes de ser visualizada como fenômeno jurídico, em decorrência de sua condição de entidade orgânica.



Nesse sentido, percebe-se a maior importância e o maior envolvimento do Estado em relação ao instituto da adoção. Além de proporcionar uma série de garantias, também traz uma maior proteção. Em seu § 6º, estabelece ainda: “Os filhos havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias à filiação” (BRASIL, 1988). Dessa maneira, os antigos preceitos que incorporavam o instituto da adoção, em conjunto com o Código Civil de 1916, não atendiam mais as necessidades da nova Carta Magna. O direito de família possui forte conteúdo moral e ético, em constante mutação.

Venosa (2017) define em complemento que o fator principal do direito de família são os preceitos éticos, sendo as relações patrimoniais dependentes deste. Nesse viés, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente, que veio com o intuito de assegurar os interesses do adotando e os direitos que lhe são conferidos constitucionalmente.

Essas evoluções contínuas das legislações até o surgimento da Carta Magna de 1988, promoveram o pensamento principalmente afetivo, que deve servir como base procedente à constituição das famílias e de seus direitos, destituindo também a ideia patriarcal da família como objeto de procriação e exaltação da linhagem sanguínea.

O afeto, com ou sem vínculos biológicos, deve ser sempre o prisma mais amplo da família, longe da velha asfixia do sistema patriarcal do passado, sempre em prol da dignidade humana. Sabido é que os sistemas legais do passado não tinham compromisso com o afeto e com a felicidade (VENOSA, 2017, p. 24).

Com essa definição de base familiar, o conceito de adoção e a relação entre adotante e adotado foi simplificado.

Dada grande evolução verificada nas últimas décadas sobre o assunto, concebe-se atualmente a definição mais no sentido natural, isto é, dirigido a conseguir um lar a crianças necessitadas e abandonadas em face de circunstâncias várias, como a orfandade, a extrema pobreza, o desinteresse dos pais sanguíneos e toda a sorte de desajustes sociais que desencadeiam o desmantelamento da família. (RIZZARDO, 2019, p. 806)

As adaptações legislativas sobre a adoção, em suma, priorizaram a formação da família e foram destituindo a ideia mecânica do que seria essa instituição. A maior possibilidade de se



adotar uma criança promoveu não somente uma proteção ao menor, mas uma probabilidade de melhor qualidade de vida. O procedimento de adoção como facilitador de construir famílias permite um ganho mútuo entre seus componentes. Dentro desse contexto de modificações constantes e adaptações legislativas para o bem essencialmente de crianças e adolescentes e efetivação do direito a família, a Constituição Federal de 1988 traz a convivência familiar como garantia fundamental.

A partir deste ponto, surge a necessidade de especificações de cuidados para as crianças e adolescentes que estão em situação de orfandade e a espera de adoção, bem como a agilização deste procedimento de adoção. O Código Civil de 2002 trouxe alguns requisitos importantes ao procedimento de adoção, sendo eles a idade mínima de dezoito anos para o adotante e a diferença de dezesseis anos entre o adotante e o adotado como os mais destacáveis. Após a Lei nº 12.010, de 2009, fica determinado pelo próprio Código Civil que o Estatuto da Criança e do Adolescente é o responsável pela competência regimentar da adoção: “A adoção de crianças e adolescentes será deferida na forma prevista pela Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência.” (BRASIL, 2002).

Ademais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelecido pela Lei Nº 8.069, de 1990, trouxe uma legislação objetivada em preservar os direitos da criança e do adolescente, bem como especificar seus deveres. Agindo em conjunto com a Constituição Federal de 1988, o ECA também trouxe um artigo próprio reforçando a ideia da garantia da convivência familiar: “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.” (BRASIL, 1990).

O direito à convivência familiar, presente no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 19 ao 51, é consequência direta do art. 227 da Constituição Federal de 1988. O ECA é o responsável por assegurar e preservar os interesses da criança e do adolescente, assim como os seus direitos constitucionais. Sendo a família uma base do Estado, tem proteção especial vinda deste, assegurada constitucionalmente e legalmente (MORAES, 2003).

Em uma perspectiva sociológica, a família é a primeira instituição social a qual o indivíduo entra em contato. É neste convívio que se aprende as primeiras regras básicas à



socialização e comunicação em uma sociedade civilizada. A família é uma instituição de suma importância ao desenvolvimento do ser humano ao meio social. Assim também sustenta o ECA em seu art. 22: “Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.” (BRASIL, 1990). O indivíduo é um ser social e precisa adotar comportamentos e meios de comunicação para o seu efetivo crescimento. Nesse sentido, é notório a importância da convivência familiar, visto que é nela que o indivíduo cria seus primeiros valores.

2.2 CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO (CNA), CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS (CNCA) E SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO (SNA)

Todo ser humano é um indivíduo social, que necessita viver em comunidade e se adaptar a determinada sociedade em que ele se encontra, para que haja o seu efetivo desenvolvimento como cidadão de princípios e valores. Nessa linha, tem-se a criança e ao adolescente como pauta atual, pois é nessa fase onde tudo se inicia, ou seja, na formação familiar. A família é a primeira instituição com a qual o indivíduo entra em contato, trata-se do local onde ele desenvolverá todas as suas potencialidades. Diante disso, o direito fundamental à convivência familiar permite que aquele indivíduo tenha uma formação saudável durante toda a sua vida, pois ela assegura uma série de direitos que buscam preservar esse desenvolvimento satisfatório. Nesse sentido, o instituto da adoção é de suma importância, haja vista que ela instrumentaliza o que está disposto na Carta Magna de 1988, com a finalidade de efetivar o direito à família. Nessa linha, sustenta-se a seguinte afirmação sobre o instituto da adoção:

Presentemente, ao mesmo tempo em que se aumenta a sua importância, tem se dirigido a mesma para atender basicamente os interesses do menor, e procura ser mais um meio de solução para o crescente número de crianças não apenas órfãs, mas sobretudo abandonadas e provindas de famílias marginalizadas. Nesse sentido, dirigiu-se, no Brasil, a atual legislação que trata da matéria (RIZZARDO, 2019, p. 810).



Diante dessa premissa, surgem os respectivos cadastros de adoção. É inegável o avanço que a evolução legislativa trouxe para a adoção e, conseqüentemente, para o direito de família. A Constituição Federal de 1988 trouxe garantias protetivas e significativas a convivência familiar, agindo em conjunto com o Estatuto da Criança e do Adolescente – estabelecido logo mais à frente – ampliando as definições acerca da integridade do menor. O ECA não agiu somente como um marco regulatório aos direitos e deveres, mas também como um manual de garantias imprescindíveis a integridade da criança e do adolescente. A junção dos dois textos atuou de maneira fundamental a efetivação dos direitos familiares.

Nossa Constituição de 1988 dispunha, no art. 227, sob a forma de norma programática, proteção à criança e ao adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente veio regulamentar com minúcias esse dispositivo constitucional, no âmbito de proteção e assistência, substituindo a lei anterior (Código de Menores, Lei nº 6.697/79) (VENOSA, 2017, p. 34).

Pouco tempo após o nascimento do Código Civil de 2002, surgiu a necessidade de um sistema que facilitasse o procedimento de adoção. Desta forma, foi criado o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), através da Resolução n. 54, de 29 de abril de 2008, do Conselho Nacional de Justiça. O Cadastro Nacional de Adoção priorizou a transparência do processo de adoção e a facilitação de formar novas famílias através da possibilidade mais rápida de se encontrar pretendentes e uni-los a crianças disponíveis.

Rizzardo (2019) traz que o funcionamento do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), em conjunto ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, é de uma ferramenta incorporada aos Juizados das Varas da Infância e da Juventude na busca constante de tornar o acesso à justiça mais ágil com o aceleração do processo. O Conselho Nacional da Justiça (CNJ) é um órgão que não possui função jurisdicional, mas exerce um controle interno do Poder Judiciário, ou seja, ele é de suma importância para que o processo de adoção seja mais ágil.

Essa funcionalidade aprimora a conscientização do instituto da adoção do Brasil, bem como seus debates externos. A possibilidade de comunicação entre pretendentes e crianças disponíveis em estados diferentes foi um dos principais benefícios desse novo sistema.

Como consta no *Guia Prático* (2009) do Cadastro Nacional de Adoção, o Conselho Nacional de Justiça desenvolveu um acessível banco de dados a nível nacional que contém



todos os dados de crianças disponíveis para adoção, bem como os de pretendentes aptos. Esse modelo de cadastro mostra uma preocupação com a relação entre adotado e adotante no que se diz respeito ao êxito do procedimento.

De acordo com Venosa (2017), é essencial que o sistema de triagem de pretendentes seja criterioso. O ato de colocar um menor em família substituta requer alta responsabilidade. Através da ferramenta do CNA, as Varas da Infância e da Juventude tomam mais atenção sobre os pretendentes envolvidos nos procedimentos adotivos.

Em 2009, através da Resolução-CNJ n. 93 de 27/10/2009, foi criado o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescente Acolhidos (CNCA), que por definição do próprio Conselho Nacional de Justiça, tem como intuito a consolidação dos dados de crianças e adolescentes, destituídos ou não do poder familiar, que estão nas diversas instituições de acolhimento por todo o Brasil (abrigos, igrejas, ONGS e demais). Agindo de forma complementar ao Cadastro Nacional de Adoção, o CNCA atuou fortemente em conjuntura com este para resolver entraves que dificultavam ao desenvolver dos processos de adoção.

Com em média 11 anos de funcionamento, o Cadastro Nacional de Adoção e o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescente Acolhidos foram substituídos em 2019 por um novo projeto de cadastro, o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Regido pela Resolução do CNJ nº 289/2019, o SNA abrange desde a entrada do menor, seja pelo processo de destituição ou pela entrega voluntária, até os procedimentos de saída. Através desse sistema é possível ainda verificar a disponibilidade de crianças para adoção por estado ou de acordo com as respectivas preferências. Em suma, o sistema em questão age como uma junção do CNA e CNCA, otimizando o tempo do processo e facilitando a execução de direitos do menor acolhido, bem como o seu acesso à justiça.

O novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, conhecido como SNA, veio com o propósito de substituir o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), havendo uma junção entre eles. Trata-se de um sistema inovador, principalmente por ser inserido um novo paradigma como forma de “enxergar” aquela criança ou adolescente que estão acolhidos dentro de um sistema de proteção, seja no acolhimento institucional ou familiar. Nesse sentido, o novo sistema traz consigo uma uniformidade em



relação ao acesso à história da criança ou adolescente, haja vista que ele busca centralizar todas as ações no perfil da ficha do cadastro da criança ou do adolescente lá inseridos.

Com o novo sistema, há a possibilidade de visualizar todo o histórico da criança ou do adolescente, como a sua vida e todos os acontecimentos relativos ao indivíduo. Essa possibilidade não existia no CNA e CNCA. Portanto, trata-se de mais uma inovação no que tange a transparência no procedimento de adoção. Além disso, o SNA também traz inovações em relação aos pretendentes. Atualmente, é possível que o adotante gere um pré-cadastro no próprio sistema, havendo a possibilidade de visualizar seus dados cadastrais, o que é de suma importância, pois a nova plataforma trabalha acerca de um “sistema de alertas” via e-mail e telefone, necessitando, rigorosamente, que os dados cadastrados estejam corretos e constantemente atualizados. Outrossim, os pretendentes poderão visualizar as características da criança que desejam adotar.

Claramente, observa-se que o instituto da adoção passou por grandes transformações, destacando-se o período posterior a promulgação da Constituição de 1988, com a criação de novas medidas e instrumentos que facilitaram o encontro das famílias e deram maior celeridade aos procedimentos. Restando patente o avanço no que tange a garantia efetiva dos direitos conferidos à criança e ao adolescente.

2.3 REFLEXOS DO SISTEMA NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À FAMÍLIA

Para Madaleno (2018) o acolhimento familiar trata-se de uma medida concordante com a Convenção dos Direitos da Criança, das Nações Unidas, que em seu preâmbulo reconhece que todo o infante, em benefício pleno do desenvolvimento de sua personalidade, deve crescer em um ambiente familiar afetivo com cuidados sentimentais e físicos, com o intuito de diminuir o número de crianças acolhidas presentes nas instituições. Este pensamento atua em concordância com a garantia constitucional de convivência familiar.

O direito à convivência familiar é uma relação de mão dupla entre a criança e os entes familiares. Esta relação, inclusive, se desdobra no direito parental de conviver com seus filhos, de usufruir da vida em família e da vida em comunidade. Neste passo, ainda que somente a



criança seja dada pela legislação brasileira o direito à convivência familiar e comunitária, cabe também à família usufruir desse direito. Faz parte da natureza do ser humano se relacionar, se comunicar e interagir com os demais indivíduos. Nesse sentido, a relação e, inclusive, o afeto são importantes desde a infância e continuam sendo fatores primordiais por toda a vida, tendo em vista o melhor desenvolvimento pessoal do bem-estar do indivíduo e a organização da estrutura familiar.

Já se disse, com razão, que a família é uma realidade sociológica e constitui a base do Estado, o núcleo fundamental em que repousa toda a organização social. Em qualquer aspecto em que é considerada, aparece a família como uma instituição necessária e sagrada, que vai merecer a mais ampla proteção do Estado. (GONÇALVES, 2012, p. 23)

Os cadastros de adoção são consequências diretas do art. 227, da Constituição Federal, e do art. 19, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Estes cadastros foram criados com o intuito de dar uma maior celeridade, efetividade e, principalmente, segurança aos direitos da criança e do adolescente. A criação do Estatuto foi um marco bastante importante no que tange os direitos da criança e do adolescente. A sua instrumentalização foi e é um fator primordial para a sua efetivação, bem como para a conservação do direito à família. É direito da criança estar no seio familiar.

A família é uma instituição social de suma importância à formação de um sujeito dotado de valores e princípios. Diante disso, a adoção, por meio de seus instrumentos, permite que este indivíduo tenha os seus direitos assegurados, visando, inclusive, a preservação dos seus direitos familiares conferidos pela Constituição Federal de 1988, haja vista que o indivíduo terá os mesmos direitos que um filho consanguíneo. Nessa linha, destaca-se:

Essa a principal característica da adoção, nos termos em que se encontra estruturada no novo Código Civil. Ela promove a integração completa do adotado na família do adotante, na qual será recebido na condição de filho, com os mesmos direitos e deveres dos consanguíneos, inclusive sucessórios, desligando-o, definitiva e irrevogavelmente, da família de sangue (GONÇALVES, 2012, p. 349).

O atual cadastro de adoção, conhecido como Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), que é regido pela Resolução nº 289/2019, do Conselho Nacional de



Justiça, pode ser definido como uma plataforma que funciona como ferramenta na otimização do trabalho realizado com crianças e adolescentes recolhidos ou entregues e aptas para adoção. Contando com os dados dos pretendentes habilitado à adoção, é possível aos magistrados competentes maior avaliação e controle dos indivíduos que tem acesso ao cadastro. Os pretendentes, além de inserirem seus próprios dados para se habilitarem aos procedimentos, podem colocar o perfil das crianças e adolescentes que almejam adotar.

A plataforma possui um sistema de alertas no qual os juízes e as corregedorias acompanham o prazo das crianças e adolescentes no processo de adoção, contando ainda, com a possibilidade de checagem dos menores acolhidos por estado, gênero, idade e outro. Tal opção é disponível ao público, permitindo a qualquer pessoa a consulta das estatísticas. Desta maneira, o objetivo de fornecer celeridade ao processo engloba também uma efetivação mais ativa do direito de acesso à justiça do menor, através da possibilidade do contato mais direto dos magistrados com os processos e as instituições de acolhimento, sendo possível ainda que eles vejam como as instituições têm funcionado.

Ao abranger a sistemática do cadastro de adoção e o sistema de crianças e adolescentes acolhidos, o SNA unificou os dois cadastros que anteriormente contavam com sistemas distintos para tratar das pautas. É revelado a partir disso uma melhoria na agilidade nos procedimentos burocráticos e facilitando a execução de direitos do menor acolhido, visto que o novo cadastro acompanha desde a destituição familiar da criança até seu reingresso em um novo seio familiar.

É válido mencionar, ainda, a função do Conselho Tutelar como órgão que age em conjunto com o Ministério Público e o Judiciário de maneira geral para a proteção da criança e do adolescente vulnerável. Como resguardado do artigo 136 do Estatuto da Crianças e do Adolescente, cabe como função do conselheiro tutelar além de estimular a atenção comunitária para sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes, representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar. Ou seja, o Conselho Tutelar é basicamente o primeiro contato de acesso à justiça que o menor exerce. Percebe-se então a necessidade ampla dos conselheiros tutelares estarem treinados e atualizados acerca das funcionalidades do cadastro, sempre em comunicação com a autoridade judiciária.



Diante o exposto, percebe-se que o instituto da adoção e sua instrumentalização vem caminhando, cada vez mais, ao êxito no que tange o direito à família da criança e do adolescente. É revelado por parte do Estado uma busca maior no que diz respeito à defesa desses menores que estão em situação de vulnerabilidade em virtude da ausência de um representante legal, que não seja aqueles fornecidos pelo Estado. A busca por celeridade no processo deve ser algo trabalhado de forma constante pelo Estado, objetivando sempre a preservação do direito à família para a criança e adolescente, assim como prevê a Constituição Federal de 1988.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é a instituição mais antiga na sociedade, estando presente em inúmeras culturas, sendo fundamental para a formação do indivíduo, pois é a partir dela que o ser humano passará por um processo de socialização primária, na qual dará os seus primeiros passos como cidadão em meio à sociedade, no qual os valores morais e éticos serão fundamentais à sua sobrevivência. É nesta instituição que o indivíduo construirá o seu caráter e identidade, além de ser ensinado sobre valores, deveres e direitos. Será educado para que, mais tarde, possa frequentar outras instituições, como escola, igreja, entre outros componentes sociais. Nesse sentido, percebe-se que constituir família é construir-se como ser humano. As transformações que abrangeram o direito de família, sendo consolidadas pela Constituição Federal de 1988, são sistematicamente utilizadas como medidas protetivas ao direito do menor.

A possibilidade de se ter uma família dotada de responsabilidade com a criança ou adolescente inserido naquele ambiente promove a reflexão do que leva o Estado a definir a família como uma espécie de instituto. O Ministério Público, o Poder Judiciário e o Conselho Tutelar são institutos obrigatoriamente abrangentes ao bem-estar do menor, mas não substituem a importância do crescimento humano que só a presença de um convívio familiar sadio promove ao indivíduo. A saída do método puramente patriarcal através das evoluções legislativas de construir família criou um avanço social que vem promovendo benefícios contínuos, principalmente no que diz respeito a pluralidade de modelos familiares que existem.

Diante o exposto, é notório a importância da instituição familiar na vivência da criança e do adolescente. Crianças em situação de abandono e miserabilidade, são, algumas vezes,



consequência de outras crianças em uma mesma situação anterior, que não obtiveram a efetivação de seus direitos propostos pelo Estado. Nesse sentido, o instituto da adoção visa assegurar o direito à família, assim como os direitos constitucionais conferidos às crianças e adolescentes que se encontram em situação de abandono. É nessa perspectiva que surge os instrumentos da adoção, pois estes buscam a celeridade nos procedimentos, objetivando a efetiva preservação dos direitos da criança e do adolescente.

Com base nisso, os instrumentos de adoção foram criados com o intuito de integrar aquela criança ou adolescente ao seio familiar. Nesse sentido, foram criados o Cadastro Nacional de Criança e Adolescente Acolhidos (CNCA), o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) até chegar ao atual cadastro, conhecido como Sistema Nacional da Adoção, que unifica os dois primeiros cadastros.

O Sistema Nacional da Adoção, atual cadastro de adoção, trouxe consigo uma série de inovações que tornam o procedimento de adoção mais célere, promovendo, conseqüentemente, uma maior preservação aos direitos da criança e do adolescente. Agindo em conjuntura com o Estatuto da Criança e do Adolescente e como ferramenta para efetivação dos direitos resguardados pela Constituição Federal. A celeridade do procedimento, a redução burocrática, a possibilidade de consulta pública dos dados e estatísticas e maior contato dos magistrados com os menores disponíveis e com os pretendentes são pontos otimizados pelo surgimento dos cadastros. A inserção da criança e do adolescente órfãos em uma base familiar que os acolha e os instrua, promove seu ingresso sadio na sociedade dentro da capacidade plena de cidadão e como sujeito de direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 09 de out. de 2020

BRASIL. Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 15 de out. 2020



BRASIL. Lei 3.133, de 8 de maio de 1957. Atualiza o instituto da adoção prescrita do Código Civil de 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13133.htm#:~:text=LEI%20No%203.133%2C%20DE,eu%20sanciono%20a%20seguinte%20Lei%3A&text=Ningu%3%A9m%20pode%20adotar%2C%20sendo%20casado,Art. Acesso em: 15 de out. 2020

BRASIL. Lei 4.655, de 2 de junho de 1965. Dispõe sobre a legitimidade adotiva. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14655.htm#:~:text=Disp%3%B5e%20s%3%B4bre%20a%20legitimidade%20adotiva,Art. Acesso em: 15 de out. 2020.

BRASIL. Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16697.htm#:~:text=LEI%20No%206.697%2C%20DE%2010%20DE%20OUTUBRO%20DE%201979.&text=Institui%20o%20C%3%B3digo%20de%20Menores.&text=Art.,prote%3%A7%3%A3o%20e%20vigil%3%A2ncia%20a%20menores%3A&text=II%20%2D%20entre%20dezoito%20e%20vinte,nos%20casos%20expressos%20em%20lei. Acesso em: 15 de out. 2020.

BRASIL. Lei Federal Nº. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 09 de out. 2020.

BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em 10 de out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. (2009). Guia prático do usuário do cadastro nacional de adoção. Brasília: Conselho Nacional de Justiça.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. (2019). Treinamento do Novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. SEPN, Quadra 514 norte, lote 9, Bloco D, Brasília-DF.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. Cadastro Nacional de Adoção completa 11 anos. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cadastro-nacional-de-adocao-completa-11-anos/>. Acesso em 10 de out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cadastro-nacional-de-criancas-e-adolescentes-acolhidos>. Acesso em 09 de out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução Nº 289**, de 14 de agosto de 2019. Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento



– SNA e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2976>. Acesso em: 12 de out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução N° 54**, de 29 de abril de 2008. Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Cadastro Nacional de Adoção. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/72>. Acesso em: 12 de out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução N° 93**, de 27 de outubro de 2009. Acrescenta e altera dispositivos à Resolução N° 54, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a implantação e funcionamento do Cadastro Nacional da Adoção e cria e dispõe sobre o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=70> Acesso em: 12 de outubro de 2020;

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, volume 6: direito de família /Carlos Roberto Gonçalves. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012;

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado/Pedro Lenza – 21. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. (Coleção esquematizado).

MADALENO, Rolf. Direito de família / Rolf Madaleno. - 8. ed., rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional / Alexandre de Moraes. - 13. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

RIZZARDO, Arnaldo. Direitos de Família / Arnaldo Rizzardo. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

SENADO. História da adoção no mundo. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/contexto-da-adocao-no-brasil/historia-da-adocao-no-mundo.aspx>. Acesso em 28 de setembro de 2020.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: família / Sílvio de Salvo Venosa. – 17. ed. – São Paulo: Atlas, 2017. (Coleção Direito civil; 5).



OS EXCESSOS NO DIAGNÓSTICO PARA TDAH COMO NOVO DESAFIO NA TUTELA DA PERSONALIDADE

Rodrigo Salim Melo Cavalcante Forte¹

RESUMO

Este texto apresenta o TDAH como um “transtorno” cujas causas ainda não estão inteiramente delimitadas e compreendidas, bem como o principal fármaco utilizado no “tratamento” desta “perturbação”, o metilfenidato (Ritalina LA®, Concerta® etc.), cujos efeitos à longo prazo em cérebros em desenvolvimento ainda não foram devidamente demonstrados pela indústria farmacêutica, para apresentar a “padronização cognitiva e comportamental” das crianças e adolescentes como fenômeno social atual que desafia estudiosos do direito, legisladores, juízes etc. a pensar na “integridade cognitiva” dos menores como um bem jurídico a ser tutelado.

Palavras-Chave: TDAH; Metilfenidato; Ritalina; Crianças; Direito.

ABSTRACT

This text presents ADHD as a "disorder" whose causes are not yet fully delineated and understood and the main drug used in the "treatment" of this "disorder", Methylphenidate (Ritalin LA ©, Concerta © e etc.), whose long-term effects on developing brains have not yet been adequately demonstrated by the pharmaceutical industry. and to present the "cognitive and behavioral standardization" of children and adolescents as a current social phenomenon that challenges law students, legislators, judges, etc. to think of their "cognitive integrity" as a legal asset to be protected.

Keywords: TDAH; Methylphenidate; Ritalin; Children; Law.

¹ Mestre em Ciência Jurídico-Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. E-mail: rodrigomcforte@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

Até o século XVIII a ordenação social ocidental era garantida por fortes fundamentos axiológicos de modo que os modelos morais e éticos vinculavam os homens em grupo alagados, interpenetrados e comunicantes (família, corporações de ofício, rua, igreja etc.)², que tendiam a utilizar das diferenças entre seus membros em favor da coletividade, restando ao indivíduo a realização de si através do grupo.

Entre o final do séc. XVIII e meados do sec. XX, por força dos movimentos renascentista, utilitarista, liberalista etc. surgiu uma nova ordem social, em que o individualismo e o subjetivismo desvinculam o homem dos modelos morais e éticos de então, cindindo a coesão dos grupos (por exemplo, as pessoas já não conhecem seus vizinhos e é patente a crise da família).

Tal movimento, potencializado pelos horrores da segunda guerra e pela conseqüente consolidação dos conceitos de dignidade e autonomia da pessoa humana, faz surgir os chamados “Direitos de Personalidade”, que, por sua vez, eleva o homem, enquanto indivíduo, à centralidade ordem social.

A referida reordenação é ainda catalisada pelo cientificismo e a conseqüente disseminação da técnica que, à despeito de todo o fabuloso progresso tecnológico carreado, conduziram as pessoas a um processo esquizofrênico de integração via competição, no qual os indivíduos para estarem aptos a disputar os espaços sociais são compelidos à uniformização das suas competências intelectuais (por conseguinte, cognitivas). Desta forma, os valores comuns acabam sobrepostos pelos individuais, os quais, por sua vez, são facilmente degradados em meros interesses, “e daí, em instrumentos de predação de um sobre os outros”³.

Contudo, “cada ser humano é diferente de todos os outros, e é essa diversidade que enriquece a Humanidade”⁴ e “cada ser humano tem o direito de ser diferente de todos os outros e é nesta diferença que se constrói o equilíbrio social.”⁵

² CAMPOS, Diogo Leite de. **Nós: estudos sobre o Direito das Pessoas**. Almeidina. Coimbra, 2004. P. 110 – 117.

³ Op. cit. p. 137.

⁴ CAMPOS, Diogo Leite de. **Lições de Direitos da Personalidade**. Almeidina. Coimbra, 1992. P. 22. *Apud*.

BARBAS, Stela. **Direito ao patrimônio genético**. Almeidina, Coimbra, 2006. P. 18.

⁵ BARBAS, Stela. Op. cit. Loc. Cit.



Desta feita, o homem contemporâneo que em tese é senhor de si, podendo, via instrumentalização dos Direitos da Personalidade, opor-se aos seus semelhantes e ao Estado, se vê aprisionado em uma teia difusa resultante do somatório das vontades individuais, a “vontade geral”, que, por sua vez, o compele à negação de si em nome do sucesso, dinheiro, reconhecimento, *status*... miragens de realização enquanto ser humano.

À partir do contexto supra apresentado, o presente texto busca abordar a situação das crianças e adolescentes que têm o direito ao desenvolvimento da personalidade segundo seu patrimônio genético ameaçado por pais, professores, médicos e pelas grandes farmacêuticas, através de uma crescente patologização do comportamento infantil, em específico no que tange a possíveis excessos nos diagnósticos para Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e, principalmente, na medicalização destes com o cloridato de metilfenidato.

Para tal, apresentar-se-á o TDAH, na sequência, o metilfenidato, num terceiro momento o direito ao livre desenvolvimento da personalidade, em arremate, expor-se-á a questão proposta como um “novo desafio em sede da tutela da personalidade”.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O TDAH⁶

2.1.1 Definição

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é uma “Perturbação do Neurodesenvolvimento” caracterizada por um “padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade, desadequado em relação à fase do desenvolvimento e que interfere significativamente com o funcionamento do indivíduo”.⁷

⁶ Os países de língua inglesa adotam a terminologia “Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD)” e em Portugal o termo é “Perturbação de Hiperatividade/Défice de Atenção (PHDA)”.

⁷ BARRIAS, Paula; FELIPE, Carlos N.; SANTOS, Catarina; OLIVEIRA, Isabel; GRUJO, Margarida & FREITAS, Paula - Abordagem Terapêutica na Perturbação de Hiperatividade com Déficit da Atenção em Idade Pediátrica. **Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria**. Lisboa: Associação Portuguesa de Psiquiatria da Infância e da Adolescência. ISSN 0873-8777. 2017, n. 41 [sd]. P. 92-109. Disponível em: <http://appia.com.pt/uploads/revista41-2017-10-18-11-41-36.pdf>. Acesso em 03.06.2018.



Estima-se que o transtorno atinja ao menos 5% (cinco por cento) das crianças e as consequentes “dificuldades de modulação da atenção e/ou hiperatividade/impulsividade acabam comprometendo o desempenho escolar, dificultando as relações interpessoais e provocando baixa autoestima”⁸.

A perturbação também se verifica em idade adulta e alguns estudos apontam que a mesma está associada a uma série de consequências negativas de ordem financeira e dos relacionamentos⁹.

2.1.2 Histórico do TDAH

No começo do séc. XX o comportamento infantil era tema alheio às questões médicas, assim, crianças eram “agressivas”, “impertinentes” ou “distraídas” em razão da sua origem étnica, condição social ou deficiências de ordem moral atribuíveis a uma suposta “má educação”.

Segundo Denise Barros, a primeira associação da “má conduta” infantil com questões de saúde se deve ao pediatra inglês George Frederic Still em 1902, contudo, só em 1947, “os problemas de conduta foram somados às dificuldades de linguagem e aprendizagem e passaram a ser explicados pela Lesão Cerebral Mínima, expressão consagrada por Strauss e Lehtinen”, em 1962 a *Spatic Society* em Londres promove a evolução da terminologia para “Disfunção Cerebral Mínima (DCM)”, só definitivamente reconhecida como “nova categoria psicopatológica” pela Associação Americana de Psiquiatria através da inclusão do diagnóstico de Reação Hiperkinética da Infância na segunda edição do *Diagnostic and Statistical Manual*

⁸ CAVADAS, Marcia; PEREIRA, Liliane & MATTOS, Paulo. (2007). Efeito do metilfenidato no processamento auditivo em crianças e adolescentes com transtorno do déficit de atenção/hiperatividade. **Arq Neuropsiquiatr.** 65.138-143.10.1590/S0004-282X2007000100028. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228663324_Efeito_do_metilfenidato_no_processamento_auditivo_em_crianças_e_adolescentes_com_transtorno_do_deficit_de_atencaohiperatividade. Acesso 01/05/2018.

⁹ POLANCZYK, Guilherme; SILVA DE LIMA, Maurício; HORTA, Bernardo Lessa & BIEDERMAN, Joseph - The Worldwide Prevalence of ADHD: A Systematic Review and Metaregression Analysis. **American Journal of Psychiatry.** [sl]: [sn], [sd]. ISSN 164:942-948. 2007, P. 942-948. Disponível em: <https://ajp.psychiatryonline.org/doi/pdf/10.1176/ajp.2007.164.6.942>. Acesso em 03.06.2018.



of *Mental Disorders* (DSM-II), em 1968.¹⁰

No entanto, só a partir de 1980, pelo DSM-III, é que a apontada patologia “passou a ser identificada como Distúrbio do Déficit de Atenção (DDA) com dois subtipos: com e sem hiperatividade. [...]. Na edição do DSM-IV, em 1994, [...] o quadro diagnóstico foi dividido em três subtipos: combinado, predominantemente desatento, predominantemente hiperativo-impulsivo.”¹¹

Deste modo, o “diagnóstico é feito através da história clínica e da análise do comportamento da criança nos vários locais que frequenta (escola, casa, outros contextos). [...] e não são necessários exames complementares, a menos que o médico suspeite da presença de outras causas ou perturbações”¹², tais critérios são “operacionais claros e bem definidos, provenientes de sistemas classificatórios como o DSM-IV (vide quadro clínico) ou a CID-10.”¹³

2.1.3 Nível de conhecimento sobre o TDAH

O nível de conhecimento sobre a natureza e a etiologia do Transtorno de Hiperatividade e/ou Déficit de Atenção anda longe de ser satisfatório, posto que “apesar da abundante bibliografia e dos evidentes progressos neste domínio, a etiologia da PHDA ainda não é completamente conhecida, pese embora o reconhecimento seguro da sua natureza multifatorial. Há, pois, um conjunto de fatores intrínsecos e extrínsecos subjacentes a esta perturbação, uns com maior influência que outros, no surgimento e expressão dos seus sintomas típicos, entre os quais sobressaem as causas genéticas/hereditárias; neurobiológicas e neuropsicológicas”¹⁴

Sabe-se, no entanto, que se trata de uma *lifespan disorder*, ou seja, “uma perturbação de caráter permanente, cuja gênese é multifatorial, com forte predisposição genética e

¹⁰ BARROS, Denise Borges. Aprimoramento cognitivo farmacológico: Grupos focais com universitários. Rio de Janeiro: universidade d Estado do Rio de Janeiro, 2009. P. 43 a 48. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp111433.pdf>.

¹¹ Op. cit. Loc. Cit.

¹² Op. cit. Loc. Cit.

¹³ Op. cit. Loc. Cit.

¹⁴ Idem.



desregulação neurobiológica”¹⁵

A questão advém de um desafio ainda maior posto que:

“o relativo pequeno conhecimento acerca [do desenvolvimento e a constituição] do cérebro associado a sua importância para o funcionamento do resto do corpo aumentam a possibilidade de risco da extensão e gravidade dos efeitos colaterais nesse órgão (FARAH, 2005). O funcionamento cerebral infantil é mais desconhecido ainda. A principal diferença é que o cérebro das crianças está em formação. Por esse motivo, não pode ser entendido e tratado como se fosse o cérebro de um adulto em tamanho menor (HYMAN, 2006). A diferença na constituição cerebral infantil associada a menor quantidade de estudos realizados sobre os efeitos (positivos e negativos) do uso de psicofármacos em crianças aumentam o risco de eventos adversos nessa faixa etária. É possível imaginar inclusive o surgimento de novas classes de efeitos colaterais (GREELY et al, 2008).”¹⁶

Destaca-se ainda o fato de:

“à data do nascimento, o cérebro possui uma infinidade de células (mais de 7 milhões) e que só uma pequena percentagem delas se encontra realmente activa e em conexão com as outras. E que os circuitos de ligação que precocemente se estabelecem entre elas, sobretudo até aos três anos de idade, tendem a fundar o que numa imagem simples poderia ser designado por vias rápidas de comunicação neural que, ao fim de certo tempo, se podem realmente tornar intransitáveis: os adultos possuem já muito menos células nervosas em ligação do que qualquer criança ou adolescente, e riqueza (multiplicidade) de conexões entre elas também se fragiliza.”¹⁷

O primeiro grande estudo publicado sobre a questão fisiológica da perturbação/transtorno só foi divulgado em fevereiro de 2017, as pesquisas anteriores relacionaram as diferenças no volume cerebral com o distúrbio, mas amostras pequenas

¹⁵ OLIVEIRA, Luís; MEDEIROS, Maria & SERRANO, Ana. (2017). PHDA: Afinal, qual a sua origem? Umarevisão dos fatores etiológicos. **Revista Portuguesa de Pedagogia**. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. ISSN: 0870-418X. 2017, ano 51-1, P. 43-61. Disponível em:

https://digitalis.uc.pt/ptpt/artigo/TDAH_afinal_qual_sua_origem_uma_revis%C3%A3o_dos_fatores_etiol%C3%B3gicos. Acesso em 03.06.2018.

¹⁶ Idem. Citando: FARAH, M. J. et al. Neurocognitive enhancement: what can we do and what should we do? **Nature Reviews Neuroscience**, London, GB, v. 5, 2004. p.421-425. Disponível em: <<http://www.nature.com/nrn/journal/v5/n5/full/nrn1390.html>> Acesso em: 17 mar. 2009. doi: 10.1038/nrn1390.e HYMAN, S. Improving our brains? *Biosocieties*, v. 1, n 1, march 2006. p. 103-111. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=413126> Acesso em 19 de março de 2009. doi:10.1017/S1745855205040068, Published online by Cambridge University Press 13 Mar 2006.

¹⁷ STRECHT, Pedro. **Hiperactividade e défice de atenção**: ausência e procura de si. Lisboa: Fundação FranciscoManuel dos Santos, 2018. P. 41.



significam que os resultados foram inconclusivos.¹⁸

O estudo internacional envolveu 3.242 pessoas, sendo 1.713 pessoas com diagnóstico de TDAH e 1.529 pessoas sem, e mediu, por ressonância magnética, diferenças na estrutura cerebral de pessoas com idades entre quatro e 63 anos e descobriu diferenças muito pequenas no volume total do cérebro e em cinco dos volumes regionais em pessoas com TDAH, entre elas uma estrutura envolvida no processamento de sentimentos como os de medo e de prazer e outra que trabalha com o aprendizado e memória. As outras regiões diferenciadas são as que trabalham com sistema de recompensa e com o processamento da dopamina, um neurotransmissor que controla a motivação e a sensação de prazer.¹⁹

2 O METILFENIDATO

2.1 Definições

Comercializado no Brasil, também, sob as marcas Concerta® e Ritalina®, o cloridato de metilfenidato é um estimulante do sistema nervoso central cujos efeitos acabam por melhorar do nível de desempenho “de funções executivas que auxiliam na realização de tarefas cognitivas, além de diminuir a fadiga”. É o psicoestimulante mais consumido no mundo (ONU, 2017) e é o principal medicamento prescrito para o tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e Narcolepsia (um tipo de distúrbio do sono).²⁰

¹⁸ Tradução livre. Radboud University. The Lancet Psychiatry: Large imaging study confirms brain differences in ADHD. Disponível em: <https://www.ru.nl/english/news-agenda/news/vm/donders/cognitive-neuroscience/2017/brain-differences-in-adhd/>. Acesso em 05/06/2018.

¹⁹ Idem.

²⁰ BARROS, Denise Borges. Aprimoramento cognitivo farmacológico: Grupos focais com universitários. Rio de Janeiro: universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. P. 9 e10. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp111433.pdf>. Cita: DILLER, L. The run on Ritalin: attention deficit disorder and stimulant treatment in the 1990s. The Hastings Center Report v. 26, no. 2 (March/April 1996).p.12-18; ELLIOTT, R et al.: Effects of methylphenidate on spatial working memory and planning in healthy young adults. Psychopharmacology, New York, v. 131, n. 2, may, 1997 p. 196-206; MEHTA, M. A et al.: Methylphenidate enhances working memory by modulating discrete frontal and parietal lobe regions in the human brain. The Journal of Neuroscience, v. 20, n. 6, march - 2002. pp. 1-6; SOLANTO, M.: Neuropsychopharmacological mechanisms of stimulant drug action in attention-deficit hyperactivity disorder: a review and integration. Behavioural Brain Research, n 94, 1998, pp. 127-152 & THE MTA COOPERATIVE GROUP: A 14-month randomized clinical trial of treatment strategies for Attention-Deficit/Hyperactivity Disorder. Arch Gen Psychiatry, v. 56, December/1999. pp. 1073-1086.



A Convenção de Substâncias Psicotrópicas de 1971 da Organização das Nações Unidas enquadra o cloridato de metilfenidato no rol de medicamentos estupefacientes ou psicotrópicos, equivale a dizer que o mesmo está sujeito a receita médica de controle especial, no entanto, os dados da própria ONU apontam um brutal incremento no consumo e na produção mundial deste psicofármaco nas últimas décadas, por exemplo, a produção nos Estado Unidos passou de 1,8 toneladas em 1990 para 59t em 2016 e o comercio mundial da substância passou de 920 kg para 33 t durante o período 1994-2014.²¹

Neste ponto insta aclarar que o uso do metilfenidato para tratamento de crianças e adolescentes diagnosticados com TDAH constitui-se tema cercado de controvérsias, especialmente no que tange a um plausível excesso de medicação e um “potencial de abuso de medicamentos estimulantes”²²

2.2 Histórico

Um procedimento largamente utilizado na indústria química/farmacêutica consiste em sintetizar substâncias para, depois, investigar possíveis usos para as mesmas, desta forma, em 1944 o Dr. Leandro Panizzon, nos laboratórios da farmacêutica suíça Ciba, “inventou” o metilfenidato, e este logo se revelou um poderoso estimulante do sistema nervoso, sem, contudo, se perceber qualquer adequação da molécula ao tratamento de patologia específica.²³

Desta feita, a Ciba, atual Novartis, iniciou “um ostensivo empenho para se descobrir uma aplicação terapêutica para esse fármaco que pudesse justificar sua aplicação medicinal em

²¹ ONU. Report of the International Narcotics Control Board for 2017. Disponível em: <https://www.incb.org/incb/en/publications/annual-reports/annual-report-2017.html>. Acesso em 17/06/2018 e CALIMAN, Luciana Vieira & DOMITROVIC, Nathalia. “Geração Ritalina” e a otimização da atenção: Notas preliminares. **Oficina do CES**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. ISSN 2182-7966. 2017, n. 439. [sn]. Disponível em: https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/18812_Oficina_do_CES_439.pdf. Acesso em 03.06.2018.

²² INFARMED. Relatório sobre Medicamentos para a Hiperatividade com Déficit de Atenção. 2015. Disponível em http://www.infarmed.pt/documents/15786/17838/Relatorio_ADHD.pdf/d6043d87-561e-4534-a6b1-4969dff93b78. Acesso em 05/06/2018.

²³ ANDRADE LS, GOMES AP, NUNES AB, RODRIGUES NS, LEMOS O, RIGUEIRAS PO, NEVES RR, SOARES WFS, FARIAS LR. *Ritalina uma droga que ameaça a inteligência*. **Revista de Medicina e Saúde de Brasília**. ISSN 2238-5339. disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rmsbr/article/download/8810/5727>. Acesso em 10.07.2018.



função da alteração fisiológica produzida”, indicando-o, inicialmente, para o tratamento da fadiga, em especial para idosos²⁴, mais tarde passou a ser timidamente indicado para transtornos hipercinéticos, contudo, a falta de clareza no que tange aos mecanismos de ação do fármaco, enfraquecia uma possível justificativa “cientificamente convincente” para a sua aplicação²⁵.

Um ponto de viragem na busca de uma doença para o metilfenidato foi a terceira versão do *Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders* (DSM III), publicado pela *American Psychiatric Association* em 1980 que marcou o início de uma nova era no entendimento das doenças da mente através de uma “radical mudança na classificação psiquiátrica”²⁶, revolucionando o diagnóstico do TDAH em razão da “transformação na definição e descrição do quadro [do TDAH] resultou em duas consequências. A primeira foi a possibilidade de diferenciar esse distúrbio de outros que também apresentavam agitação motora, como os casos de autismo e ansiedade. A segunda, [...], foi a inclusão nesse diagnóstico de crianças e adultos que aparentavam tranquilidade, mas que tinham dificuldade de manter o foco de atenção nas tarefas. Com o público-alvo ampliado, a indústria farmacêutica aumentou seu interesse nesse diagnóstico. [...] a partir desse ponto TDAH e Ritalina® tornaram-se praticamente indissociáveis, a detecção do primeiro levando a indicação do segundo.”²⁷

2 OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Para Rabindranath Capelo de Sousa, apesar das raízes da tutela geral da personalidade

²⁴ BRANT, Luiz Carlos and CARVALHO, Tales Renato Ferreira. Metilfenidato: medicamento gadget da contemporaneidade. **Interface (Botucatu) [online]**. 2012, vol.16, n.42, pp.623-636. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832012000300004&lng=en&nrm=iso. ISSN 1414-3283. Acesso em 06/06/2018. Cita: ORTEGA, F., VIDAL, F. Mapeamento do sujeito cerebral na cultura contemporânea. *RECIIS*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2007. p. 257-261. Disponível em: <http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/90>. Acesso em: fev. 2008.

²⁵ Idem.

²⁶ RUSSO, Jane; VENANCIO, Ana Teresa A.. Classificando as pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM III. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 460-483, Sept. 2006. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142006000300007&lng=en&nrm=iso. access on 09 July 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1415-471420060003007>.

²⁷ BARROS, Denise Borges. Aprimoramento cognitivo farmacológico: Grupos focais com universitários. Rio de Janeiro: universidade d Estado do Rio de janeiro, 2009. P. 31. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp111433.pdf>. P. 46.



remetem à *hybris grega*²⁸ e à *actio iniuriarum romana*²⁹, trata-se de “um precipitado histórico-jurídico relativamente recente”, pois só depois do sec. XVIII se reconheceu o homem “como origem e fundamento da ordenação social e já não mais como mero destinatário, enquadrado por uma ordenação heterônoma.”³⁰

Deste movimento, construiu-se o os conceitos de dignidade e autonomia da pessoa humana, logo conduzidos à centralidade dos ordenamentos jurídicos, viabilizando o reconhecimento da “personalidade humana na sua globalidade e unidade, como bem juscivilístico, e a subjectivação dos correlatos poderes jurídicos (...) oponíveis que face aos particulares que face ao Estado”³¹.

No que tange à primeira, os ditos direitos da personalidade em sentido lato, Leite de Campos parte da noção da pessoa como “polo de colaboração social”, para concluir que estes abarcam “a atividade de inter-relacionamento da pessoa, sua dimensão social, a pessoa-ser-social”³².

Já a “pessoa como espaço de exclusão”, classificada pelo autor como direitos de personalidade em sentido estrito, diz respeito “a pessoa como espaço de exclusão por ser pressuposto essencial da sua existência a não interferência prejudicial dos outros no que ele é: na sua vida, na sua estrutura física, na sua mente, na sua capacidade criativa, [sic] etc.”³³. Esta é a classe sobre a qual importa discorrer para consecução do presente objeto em estudo.

Desta forma os ordenamentos jurídicos trataram de plasmar nos seus textos, nomeadamente no texto constitucional, a tutela específica de uma série de “elementos, potencialidades, e expressões” da personalidade humana e da “unidade psico-físico-sócio-ambiental dessa mesma personalidade humana”, tais direitos expressamente elencados nos textos legais são classificados como direitos especiais de personalidade³⁴.

Contudo, “face à multiplicidade da vida real e à complexidade do comportamento

²⁸ CAPELO DE SOUSA, Rabindranath. **O Direito Geral de Personalidade**. Coimbra: Coimbra Editora, 1995. P. 41

²⁹ Ob. Cit. P. 47.

³⁰ Ob. Cit. P. 91.

³¹ Ob. Cit. P. 92.

³² CAMPOS. Diogo Leite de. **Nós: estudos sobre o Direito das Pessoas**. Almeidina. Coimbra, 2004. P. 15.

³³ Ob. Cit. Loc. Cit.

³⁴ CAPELO DE SOUSA, Rabindranath.ob. cit. P. 93.



humano”, elevou-se a personalidade humana à condição de “cláusula geral”, visando conferir a esta uma tutela jurídica flexível e versátil visando a proteção da personalidade mesmo em situações “novas e complexas” não previstas nos direitos especiais de personalidade.³⁵

Assim, o chamado “Direito geral de personalidade”, consagra a “não taxatividade” dos direitos de personalidade, de modo que aos titulares é conferido o poder de exigir de todos os que não titulares o respeito pela sua integridade física e moral.

3.1 O direito ao livre desenvolvimento da personalidade

Felipe Arandy Miranda, parte da doutrina da tutela da personalidade supramencionada para evidenciar o chamado “Direito ao livre desenvolvimento da personalidade”, para tanto lança mão do conceito dinâmico advindo da psicanálise para apresentar a personalidade como sendo “o desenvolvimento do ser e do `vir-a-ser´, bem como a forma que o indivíduo se mostra e é percebido pelos outros.”³⁶

O mesmo segue defendendo o “desenvolvimento de sua personalidade de forma livre e autônoma”³⁷, como uma derivação direta e lógica do princípio da dignidade da pessoa humana, como tutela necessária para se garantir “que a pessoa se desenvolva com base em critérios subjetivos, e não em critérios objetivos impostos forçosamente por outro (...) contido no rol dos direitos de liberdade e emana um conteúdo positivo, na liberdade de agir, e um conteúdo negativo, na não interferência ou nos impedimentos”³⁸

3.2 O direito ao livre desenvolvimento da personalidade a partir do patrimônio genético

³⁵ Ob. Cit. Loc. Cit.

³⁶ MIRANDA, Felipe Arady. O Direito Fundamental ao Livre Desenvolvimento da Personalidade. **Revista do Instituto do Direito Brasileiro**. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. ISSN: 2182-7567/2013, n. Ano 2 (2013), nº 10. P. 11176
.Disponível em: http://cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2013/04/2013_10_00000_Capa.pdf
. Acesso em 03.06.2018.

³⁷ Idem.

³⁸ JORGE MIRANDA, **Manual de Direito Constitucional**: Direitos Fundamentais, tomo IV, 4.ª edição, Coimbra Editora, 2008, pág. 91. Apud. MIRANDA, Felipe Arady. op. cit.



Stela Barbás, após ressaltar a complexidade inerente à temática, avança o conceito de patrimônio genético como componente impreterível da identidade dos indivíduos, sendo, nas suas palavras:

“universo de componentes físicos, psíquicos e culturais que começam no antepassado remoto, permanecem constantes embora com naturais mutações ao longo de gerações, e que, em conjugação com fatores ambientais e num permanente processo de interação, passam a constituir a nossa própria identidade e que, por isso, temos o direito de guardar e transmitir.”³⁹

A autora segue defendendo que “não se pode perturbar o direito que cada um deve ter de preservar e ver respeitada a sua unidade e integralidade no campo bio-psíquico.” E que “cada indivíduo tem de poder determinar de autônomo a sua conduta e dar expressão à sua vocação e capacidade criadora de acordo com os ditames da sua própria razão, dos seus sentimentos.”⁴⁰

Segue a autora abordando o conceito de “biotipologia”, cunhado por Nicola Pente, para asseverar, com base nos ensinamentos de Diogo Leite de Campos, que a diversidade, pautada na singularidade de cada indivíduo, é parte imprescindível à consecução do equilíbrio social.⁴¹

Jorge Miranda aborda o direito ao desenvolvimento da personalidade alocando-o nos chamados “direitos de liberdade” de modo a emanar “um conteúdo positivo, na liberdade de agir, e um conteúdo negativo, na não interferência ou nos impedimentos”⁴².

4 NOVO DESAFIO: O DIAGNÓSTICO PARA TDAH E A PATOLOGIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO INFANTIL

Conforme já exposto, o uso terapêutico do metilfenidato está restrito às pessoas com TDAH, porém, os meios de diagnóstico e a definição da doença não são consensuais entre profissionais e estudiosos, dando margem a influências indevidas no diagnóstico e terapia por fatores morais ou políticos.

Nesta senda, a ordenação social contemporânea compele os indivíduos a um processo

³⁹ BARBAS, Stela. **Direito ao patrimônio genético**. Almedina, Coimbra, 2006. P. 17.

⁴⁰ BARBAS, Stela. Op. cit. P. 19.

⁴¹ Op. cit. P. 18 e 19.

⁴² CANOTILHO, J. J. Gomes e MOREIRA, Vital. **Constituição da República Portuguesa Anotada**, volume I, 4.^a edição - reimpressão, Coimbra Editora, 2014. p. 464.



pouco lógico de integração via competição, em que as pessoas são constrangidas à negação de si, via processos uniformizantes de suas capacidades (intelectuais, por conseguinte cognitivas), tudo em nome do “sucesso”, “dinheiro”, “reconhecimento”, “*status*”... miragens de realização enquanto ser humano.

Neste ponto insta aclarar que o diagnóstico para TDAH é “essencialmente clínico, embasado na apresentação de sintomas comportamentais deliberado pelo Manual Estatístico e Diagnóstico (DSM IV) publicado pela Associação Americana de Pediatria (AAP)”⁴³ e que “um paciente pode ser diagnosticado com o transtorno mesmo que os exames neurológicos, neuroimagem e/ou os testes neuropsicológicos não tenham apresentado alterações”⁴⁴, por conseguinte, um estudo brasileiro revelou que “27% dos profissionais entrevistados, realizam o diagnóstico em uma consulta, em um período de tempo de 20- 40 minutos”⁴⁵.

Dito isto, faz-se necessário ponderar que o presente texto não se dispõe a contestar o uso do metilfenidato nos casos em a criança ou adolescente seja portadora da TDAH e que se encontre em situação de grande sofrimento em razão da não aceitação pelos que perfazem seu meio de suas características peculiares, aqui, o que se propõe é a análise crítica acerca dos potenciais diagnósticos “falso positivos” ou mesmo daqueles casos em que os sintomas da perturbação não impliquem em transtornos não remediáveis por outros meios, que não o farmacológico.

Desta forma, urge descortinar a patologização do comportamento infantil pelo falso diagnóstico da TDAH e a conseqüente coerção dos menores por pais e professores à prática de um “aprimoramento farmacológico” através do uso do cloridato de metilfenidato, bem como a vulgarização utilização deste psicofármaco como primeira linha de tratamento da “perturbação”⁴⁶.

⁴³ ANDRADE LS, GOMES AP, NUNES AB, RODRIGUES NS, LEMOS O, RIGUEIRAS PO, NEVES RR, SOARES WFS, FARIAS LR. *Ritalina uma droga que ameaça a inteligência*. **Revista de Medicina e Saúde de Brasília**. ISSN 2238-5339. disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rmsbr/article/download/8810/5727>. Acesso em 10.07.2018.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Neste sentido, Denise Barros alerta: “o atual quadro epidêmico de TDAH [TDAH] indica uma patologização do comportamento infantil e pode ser entendida, em alguns casos, como uma expressão disfarçada da prática de aprimoramento cognitivo. Quando os pais percebem que as crianças que usam o



5 A NEURODIVERSIDADE COMO MODELO ALTERNATIVO

O movimento da neurodiversidade foi inaugurado em 1999 por um texto de Judy Singer, socióloga australiana e autista, portadora da síndrome de Asperger. Esse modelo alternativo destaca a construção neurológica divergente como “uma diferença humana que deve ser respeitada como outras diferenças (sexuais, raciais, entre outras)” e a afirmação de que:

“os indivíduos autodenominados ‘neurodiversos’ consideram-se ‘neurologicamente diferentes’, ou ‘neuroatípicos’ o autismo não é uma doença, mas uma parte constitutiva do que eles são. Procurar uma cura implica assumir que o autismo é uma doença, não uma ‘nova categoria de diferença humana’.”⁴⁷

Nessa toada, também surge um “modelo alternativo” para abordar a TDAH como:

“parte de um espectro mais amplo da neurodiversidade humana [...]. Nesse modelo, não é relevante pensar numa capacidade cognitiva ‘normal’ ou em medir a capacidade cognitiva por um único critério [...] nele, a TDAH é visto um estilo cognitivo inato. Em redes sociais apropriadas esse estilo pode estar associado a altos níveis de habilidade criativa, discernimento, um forte desejo de aventura, busca e descoberta de novidades, alta tolerância a incertezas e ambiguidades e capacidade de pensar holisticamente.”⁴⁸

Por tal lógica, não se deve referir ao TDAH como patologia, mas sim como “estilo cognitivo” peculiar a partir do qual podem surgir pessoas

metilfenidato (indicado para tratar pessoas com TDAH) ficam mais concentradas e estudam melhor, eles entendem que essa medicação pode ajudarna formação educacional do filho independentemente do filho não apresentar os todos os sintomas do transtorno (HYMAN, 2002).” Mais em BARROS, Denise Borges. Aprimoramento cognitivo farmacológico: Grupos focais com universitários. Rio de Janeiro: universidade d Estado do Rio de janeiro, 2009. P. 31. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp111433.pdf>.

⁴⁷ ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 14, n.2, p. 477-509, Oct. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 11 July 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132008000200008>.

⁴⁸ Tradução livre, original em: ARNOLD, Bruce; EASTEAL, Patricia L.; RICE, Simon & EASTEAL, Simon - It Just Doesn’t Add Up: ADHD/ADD, The Workplace and Discrimination (2010). **Melbourne University Law Review**, Vol. 34, No, 2, 2010. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1743879>. Acesso em 05/06/18.



“criativas, divergentes em seu modo de pensar, tolerantes à ambiguidade, capazes de discernir padrões e relacionamentos complexos, exploratórios em seu comportamento, aptos a pensar holisticamente [...]. Eles podem ser altamente inteligentes e parecem ter capacidade de ver padrões e conexões indiretas, e encontrar, com relativa facilidade, soluções para problemas que não são óbvios para outras pessoas”.⁴⁹

Ainda segundo o movimento da neurodiversidade,

“os indivíduos com esse estilo cognitivo são impedidos de expressar suas inclinações naturais, são constrangidos a se comportar de maneiras que consideram antinaturais e dolorosas e são contidos, desfavorecidos ou mesmo punidos por agirem maneiras que vêm naturalmente para eles. Isso pode ocorrer em sistemas escolares que tendem a ser organizados e projetados de uma maneira única, ou em locais de trabalho projetados na mesma linha.”^{50 51}

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tão ampla quanto a importância das matérias aqui abordadas é a sua abrangência, inevitável, portanto, que restem inúmeras vertentes inexploradas, mas, dentro dos limites propostos, mostrou-se que o brutal crescimento do número de diagnóstico de crianças e adolescentes para TDAH, e o conseqüente tratamento farmacológico destes via cloridato de metilfenidato, configura um novo desafio na tutela da personalidade.

Desta forma, o presente texto, tratou de propor o estudo da questão em testilha por meio de abordagem multidisciplinar, demonstrando que a temática aqui trabalhada só poderá ser integralmente compreendida via investigação transversal que perpassasse tanto pelas ciências da saúde como pelas sociais.

Tentou-se demonstrar que crianças e adolescentes que não se submetem passivamente

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Na internet é fácil encontrar listas de “notáveis” com TDAH, em que pese não haja rigor suficiente para se sustentar a veracidade das mesmas, é interessante perceber a diversidade dessas listas que englobam desde grandes nomes do conhecimento como Albert Einstein, Leonardo DaVinci, Thomas Edison, Alexander Graham Bell, Harvey Cushing, Michael Faraday; passa por homens de negócios como Bill Gates, Richard Branson e David Neeleman; desportistas como Michael Phelps e Simone Biles e artistas como Jim Carrey, Ryan Gosling ou Adam Levine.

Ver: https://www.google.pt/search?ei=hA5GW7z2A4e4UbTqjugB&q=notable+people+adhd+cientis&oq=notable+people+adhd+cientis&gs_l=psy-ab.3...85666.87571.0.87987.0.0.0.0.0.0..0.0...0 1.1.64.psy-ab..0.0.0...0.ieaS3DVBnj0. Acesso em 11.07.2018.



às regras da escola ou aquelas que não oferecem resistência à “viagens” exploratórias pela própria imaginação são tomadas por inadequadas ao processo de padronização que domina os sistemas educacionais contemporâneos, em consequência, esses meninos e meninas em formação são copiosamente rotuladas e segregadas, processo que tem o condão de transformar a diferença em adoecimento, impondo-lhes grande sofrimento, impelindo pais e professores a buscarem o tratamento miraculoso que instantaneamente dissolve o indivíduo na multidão, transformando as escolas em massa homogênea de onde não surgirão os questionadores ou utópicos indispensáveis à construção de um futuro pavimentado pela diversidade cognitiva, enfim, negando-lhes o direito ao livre desenvolvimento da sua personalidade segundo seu patrimônio genético.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, Bruce; EASTEAL, Patricia L.; RICE, Simon & EASTEAL, Simon - It Just Doesn't Add Up: ADHD/ADD, *The Workplace and Discrimination* (2010). **Melbourne University Law Review**, Vol. 34, No. 2, 2010. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1743879>. Acesso em 05/06/18.

ANDRADE LS, GOMES AP, NUNES AB, RODRIGUES NS, LEMOS O, RIGUEIRAS PO, NEVES RR, SOARES WFS, FARIAS LR. *Ritalina uma droga que ameaça a inteligência*. **Revista de Medicina e Saúde de Brasília**. ISSN 2238-5339. disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rmsbr/article/download/8810/5727>. Acesso em 10.07.2018.

BARRIAS, Paula; FELIPE, Carlos N.; SANTOS, Catariana; OLIVEIRA, Isabel; GRUJO, Margarida & FREITAS, Paula - *Abordagem Terapêutica na Perturbação de Hiperatividade com Déficit da Atenção em Idade Pediátrica*. **Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria**. Lisboa: Associação Portuguesa de Psiquiatria da Infância e da Adolescência. ISSN 0873-8777. 2017, n. 41 [sd]. P. 92-109. Disponível em: <http://appia.com.pt/uploads/revista41-2017-10-18-11-41-36.pdf>. Acesso em 03/06/2018.

BARROS, Denise Borges. *Aprimoramento cognitivo farmacológico: Grupos focais com universitários*. Rio de Janeiro: universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. P. 43 a 48. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp111433.pdf>. Acesso em 05/06/2018.

CANOTILHO, J. J.; MOREIRA, Vital. **Constituição da República Portuguesa Anotada**, volume I, 4.^a edição – reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2014.



CAPELO DE SOUSA, Rabindranath. **O Direito Geral de Personalidade**, Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

CAVADAS, Marcia; PEREIRA, Liliane & MATTOS, Paulo. (2007). *Efeito do metilfenidato no processamento auditivo em crianças e adolescentes com transtorno do déficit de atenção/hiperatividade*. **Arq Neuropsiquiatr.** 65. 138-143. 10.1590/S0004-282X2007000100028. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228663324_Efeito_do_metilfenidato_no_processamento_auditivo_em_crianças_e_adolescentes_com_transtorno_do_deficit_de_atencaohiperatividade. Acesso 01/05/2018.

FARAH, M. J. et al. *Neurocognitive enhancement: what can we do and what should we do?* **Nature Reviews Neuroscience**, London, GB, v. 5, 2004. p.421-425. Disponível em: <http://www.nature.com/nrn/journal/v5/n5/full/nrn1390.html>. Acesso em: 17/06/2018.

GALANTE, Fátima. **Da tutela da personalidade, do nome e da correspondência confidencial**. Lisboa: Quid Juris. 2010.

GREELY, H., CAMPBELL, P., SAHAKIAN, B., HARRIS, J., KESSLER, R., GAZZANIGA, M., & FARAH, M. J. (2008). *Towards responsible use of cognitive-enhancing drugs by the healthy*. **Nature**, 2008. Disponível em https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1039&context=neuroethics_pubs. Acesso em 18/06/2018.

HYMAN, S. *Improving our brains?* **Biosocieties**, v. 1, n 1, march 2006. p. 103-111. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=413126> Acesso em 17/06/2018.

INFARMED. *Relatório sobre Medicamentos para a Hiperatividade com Défice de Atenção*. 2015. Disponível em http://www.infarmed.pt/documents/15786/17838/Relatorio_ADHD.pdf/d6043d87-561e-4534-a6b1-4969dff93b78. Acesso em 05/06/2018.

_____. RUBIFEN 10mg. disponível em: http://app7.infarmed.pt/infomed/download_ficheiro.php?med_id=36077&tipo_doc=fi. Acesso em 09.07.2018.

MIRANDA, Felipe Arady. *O Direito Fundamental ao Livre Desenvolvimento da Personalidade*. **Revista do Instituto do Direito Brasileiro**. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. ISSN: 2182-7567 2013, n. Ano 2 (2013), nº 10. Disponível em: http://cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2013/04/2013_10_00000_Capa.pdf . Acesso em 03/06/2018.



MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional: Direitos Fundamentais**, tomo IV, 4.^a edição, Coimbra Editora, 2008.

ONU. *Report of the International Narcotics Control Board for 2017*. Disponível em: <https://www.incb.org/incb/en/publications/annual-reports/annual-report-2017.html>. Acesso em 17/06/2018

OLIVEIRA, Luís; MEDEIROS, Maria & SERRANO, Ana. (2017). *TDAH: Afinal, qual a sua origem? Uma revisão dos fatores etiológicos*. **Revista Portuguesa de Pedagogia**. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. ISSN: 0870- 418X. 2017, ano 51-1, P. 43-61. Disponível em: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/TDAH_afinal_qual_sua_origem_uma_revis%C3%A3o_dos_fatores_etiol%C3%B3gicos. Acesso em 03/06/2018.

ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 14, n.2, p. 477-509, Oct. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de julho 2018.

POLANCZYK, Guilherme; SILVA DE LIMA, Maurício; HORTA, Bernardo Lessa & BIEDERMAN, Joseph - *The Worldwide Prevalence of ADHD: A Systematic Review and MetaRegression Analysis*. **American Journal of Psychiatry**. [sl]: [sn], [sd]. ISSN 164:942-948. 2007, P. 942-948. Disponível em: <https://ajp.psychiatryonline.org/doi/pdf/10.1176/ajp.2007.164.6.942>. Acesso em 03/06/2018.

RADBOUD UNIVERSITY. *The Lancet Psychiatry: Large imaging study confirms brain differences in ADHD*. Disponível em: <https://www.ru.nl/english/news-agenda/news/vm/donders/cognitive-neuroscience/2017/brain-differences-in-adhd/>. Acesso em 05/06/2018.

ROHDE, Luis Augusto; BARBOSA, Genário; TRAMONTINA, Silzá & POLANCZYK, Guilherme - *Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade*. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. São Paulo , v. 22, supl. 2, p. 07-11, Dec. 2000 . pp.07-11. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600003&lng=en&nrm=iso. ISSN 1516-4446. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462000000600003> . Acesso em 04/06/2018.

RUSSO, Jane; VENANCIO, Ana Teresa A.. Classificando as pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM III. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo , v. 9, n.3, p. 460-483, Sept. 2006 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142006000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 09 de julho de 2018.





FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

STRECHT, Pedro. **Hiperactividade e déficit de atenção: ausência e procura de si.**
Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018.



**PROJETO DEFENSORAS POPULARES DO RIO GRANDE DO NORTE: UM
RECORTE DE GÊNERO ACERCA DO ACESSO À JUSTIÇA.**

**Leidiane Fernandes de Souza Araújo¹
Ana Araújo Ximenes Teixeira Mendes²**

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o projeto realizado pela Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, e em particular caso, o trabalho desenvolvido pelas Defensoras Populares no Estado. O mesmo visa aproximar às mulheres aos seus direitos, bem como a forma que estas terão acesso à justiça. O método de abordagem utilizado é o dedutivo que a partir de princípios e enunciados gerais chega-se a conclusões particulares sobre o assunto pesquisado, utilizando procedimentos metodológicos históricos para a construção da pesquisa qualitativa bibliográfica, onde se busca da melhor maneira possível o desenvolvimento do assunto aqui trabalhado.

Palavras-chave: Defensoras Populares. Projeto Defensoras Populares. Acesso à justiça.

ABSTRACT

This paper aims to present the project carried out by the Public Defender's Office of Rio Grande do Norte, and in particular the work carried out by the Public Defenders in the State. The same aims to bring women closer to their rights, as well as the way that they will have access to justice. The approach method used is the deductive one that, from principles and general statements, comes to particular conclusions on the researched subject, using historical

¹Bacharelada do curso de Direito da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte-FRCN. E-mail: leidiane.defernandes@gmail.com

²Promotora de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. Doutora em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza-UNIFOR. Professora do curso de Direito da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte- FCRN. E-mail: ana.ximenes@professor.catolicadorn.com.br



methodological procedures for the construction of qualitative bibliographic research, where the best possible development of the subject is sought worked here.

Keywords: Popular Defenders. Popular Defenders Project. Access to justice.

1 INTRODUÇÃO

O artigo apresenta como ponto central o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública do Rio Grande do Norte com o projeto Defensoras Populares. Desenvolvido a partir da leitura e observações sobre a Recomendação nº 33 do Comitê da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra mulheres – CEDAW (2015 p.3).

Segundo o CEDAW (2015, p.03), “os Estados têm suas obrigações examinadas para que seja assegurada as mulheres o direito de acesso à justiça e que ocorra de forma significativa. Entre as diversas obrigações têm-se a proteção dos direitos das mulheres como garantia de conhecimento e desenvolvimento de si, como também torna-las atrizes principais e titulares de seus direitos”.

O que acaba por não acontecer devido aos diversos obstáculos que o gênero feminino enfrenta no espaço social e familiar. Dentre os obstáculos têm-se a discriminação de gênero e raça, desigualdade social, desigualdade econômica, bem como o precário acesso a seus direitos e garantias fundamentais.

Descriminação essa, ainda enraizada nos dias atuais por parte de uma construção histórica patriarcal, mesmo que disfarçada, ainda atuante na sociedade, criando uma dicotomia entre grupos de gênero, e sendo acrescida do latifúndio financeiro, sendo assim, uma camada social que merece todas as garantias que a lei oferece.

Segundo a Fundação Tide Setubal (2018, p.1), em sua matéria afirma: “a desigualdade de gênero se faz presente em todos os campos da sociedade brasileira, levando o Brasil a ocupar hoje a 90ª posição no ranking do Fórum Econômico Mundial que analisa a igualdade entre homens e mulheres em 144 países”.

Ainda sobre a situação da mulher o IBGE (2018, p.1) informa: “os indicadores sociais disponibilizadas pelo IBGE mostram que a cor ou raça, ser portador de deficiência, morar em

áreas urbanas ou rurais, entre outros, podem ter impactos significativos nas estatísticas, reforçando desigualdades”.(grifo meu)

Assim, mais uma vez o projeto se mostra necessário para que o acesso ao conhecimento, e posteriormente, a justiça seja realizado de maneira genuína por parte de todos, e em particular casos, de todas as mulheres que dele precisar de maneira igual e genuína.

Destarte, o presente trabalho tem como objetivo destacar o Projeto Defensoras Populares como ferramenta de acesso ao conhecimento e difusão dos direitos das mulheres, oportunizando capacitação de qualidade, fazendo-se instrumento de efetivação dos direitos das mulheres no acesso à justiça.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tem como método de abordagem utilizado o dedutivo que a partir de princípios e enunciados gerais chega-se a conclusões particulares sobre o assunto pesquisado, utilizando procedimentos metodológicos históricos para a construção da pesquisa qualitativa bibliográfica, onde se busca da melhor maneira possível o desenvolvimento do assunto aqui trabalhado.

2.1 ACESSO DAS MULHERES À JUSTIÇA

Consagrado na Carta Magna de 1988³, como direito fundamental previsto no inciso XXXV do artigo 5º “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito;”. O que, através do princípio do acesso à justiça, oportuniza a todos os cidadãos brasileiros a reivindicação de seus direitos e cabendo ao Estado oferecer medidas necessárias para a promoção de direitos e garantias.

Entendo assim, a partir da leitura deste princípio que a autotutela não é possível no ordenamento jurídico brasileiro. Caso haja a necessidade de que o direito de qualquer cidadão

³ BRASIL. [Constituição (1998)]. Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988, 4, ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

precise ser resguardado, o mesmo poderá acionar a tutela jurisdicional do Estado e não mais realizar a justiça por conta própria.

Assim tal princípio é colocado como direito individual e coletivo na esfera das garantias constitucionais. Segundo aponta SADEK (2014. p,101) “a possibilidade de que todos, sem distinção, possam recorrer à justiça, e tem como consequência atuar no sentido de construir uma sociedade mais igualitária”.

Em meio à nova sociedade, construída a duras penas por luta feminina, as garantias constitucionais construídas em um Estado de Democrático de Direito caminha a passos curtos e vagarosos, mas que busca a cada dia a aplicação pratica por parte do que foi construído em sua Carta Cidadã de 1988.

Vale salientar que a busca por uma sociedade mais justa, igualitária e minimamente acessível é uma luta por parte de toda a sociedade. As transformações acontecem, as mudanças surgem, mas a necessidade de buscar cada dia mais a igualdade de direitos é sempre necessária por parte de todos os grupos, que juntos, fazem a sociedade brasileira.

Com as notórias mudanças na sociedade, sofrida por um processo de lutas em busca de direitos, a mudança para o chamado Estado Social para ter a função de promoção de direitos fundamentais dos indivíduos. Conforme apresenta Mauro Cappelletti e Bryant Garth: “O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como requisito fundamental – o mais básico dos direito humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar o direito de todos”. (CAPPELLETTI; BRYANT, 1988, p. 5)

Assim, diante dos avanços vistos não se pode deixar de notar que determinados grupos sociais ainda necessitam de apoio no processo de concretização de seus direitos. Sendo a exclusão de gênero um dos casos a serem trabalhados para que assim se possa chegar à situação de concretude de direitos por parte das mulheres.

No portal ONU Mulheres no Brasil (2020. p.1) descreve a importância do acesso de mulheres à justiça: Fortalecer a capacidade do Estado brasileiro de garantir os direitos das mulheres e meninas a uma vida sem violência e empoderá-las para demandarem esses direitos é o foco do trabalho da ONU Mulheres no Brasil:

O portal traz ainda o relato da Lei de Femicídio nº 13.104/2015; ⁴das Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres; da Lei Maria da Penha n 11.340/2006; e o Canal 180, ferramenta colaborativa desenvolvida para apoio no atendimento à mulheres vítimas de agressões.

Apesar de meios como os citados acima, é perceptível o desequilíbrio de informações e ao mesmo tempo da maneira que podem ser buscadas, acessadas. Assim as mulheres por desconhecerem os seus direitos acabam por não reivindicá-los. O que ao mesmo tempo mostra a necessidade de criação de ferramentas que levem até essas mulheres informações sobre a forma de acesso à justiça, a criação de programas que oferecem a capacitação dessas mulheres e as mesmas consigam ter acesso e conheçam seus direitos.

A convenção CEDAW (2015, p. 30) apresenta:

“A capacitação legal é apresentada não somente como um núcleo de ação prioritária, mas também como uma estratégia de transformação da realidade de discriminação das mulheres, passando, pela desconstrução de estereótipos e percepções. De modo que, **fazer as mulheres conhecerem seus direitos acaba por auxiliá-las a entender como legítima a busca pela sua concretização e não um motivo adicional para a (re) estigmatização**”.

Portanto como programa de incentivo a esta difusão de informações a mulheres na busca de garantia de seus direitos a Defensora Pública do Rio Grande do Norte apresenta o Projeto Defensoras Populares, em que capacitações são levadas até as mulheres em suas comunidades, afim de que as mesmas criem uma corrente e disseminem dentro de seus círculos de convivência as informações passadas.

Desta forma, a difusão do que é passado através do projeto ganha caminhos ainda mais plurais a partir da pulverização do que foi compartilhado, discutido e orientado durante a

⁴ BRASIL, Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.



conversa com essas mulheres. O projeto é agente multiplicador de uma sociedade que se faz justa e acessível.

3 METODOLOGIA

3.1 PROJETO: DEFENSORAS POPULARES DO RIO GRANDE DO NORTE

A Defensoria Pública possui como uma de suas funções institucionais o educar em direitos das mulheres, sendo está uma das dimensões do acesso à justiça no âmbito jurídico. Assim, uma rede de serviços destinados às mulheres, em que busca a proliferação do conhecimento de seus direitos e ao mesmo tempo de como estas pode chegar a acesse-lo efetivamente. Pode-se dizer que a função exercida pela Defensoria Pública está em proteger e assegurar o direito dos cidadãos brasileiros.

A proteção e a garantia de acesso à justiça se fazem necessária a essa parcela da população, que sofre de forma histórica por aqueles a quem deveria oferecer auxílio. O projeto é a ruptura do desconhecido e a visão de forma clara de dias melhores, conquistados por elas.

Assim, o projeto Defensoras Populares do Rio Grande do Norte vem com o enfoque de garantia de conhecimento, trazendo força para que aquelas que precisam e que tenham entendimento e reivindicuem os seus direitos, que são garantidos, mas que por vezes não são conhecidos por elas.

Por se tratar muitas vezes de uma camada social mais vulnerável, as mulheres que têm seus direitos negados pela falta de conhecimento ou pelo simples fato de não saber a quem e como recorrer em caso de ativar a justiça, o projeto vem como uma fonte de independência e autonomia por parte daqueles que mais sofrem em meio a uma sociedade machista, com conceitos ainda arcaicos voltados ao patriarcado.

O Projeto é constituído de cursos que são voltados para mulheres formadoras de opiniões e que possam multiplicar seus conhecimentos as demais mulheres dentro e fora de sua comunidade, fazendo assim que o processo de educação em direitos humanos seja colocado em prática a partir da realização de desenvolvimento deste projeto.

Acerca do Projeto a Defensoria (2018, p1) afirma:

A Defensoria se apropria definitivamente desta importante missão que é promover a difusão dos direitos humanos em geral e do recorte das mulheres, da cidadania e do ordenamento jurídico. Isso não quer dizer que devamos reproduzir o ensino verticalizado, hermético e acrítico que predomina no ensino jurídico do país. Objetiva-se, a partir de uma construção dialógica, colaborar no reconhecimento da opressão vivida e, muitas vezes, naturalizada na vida dessas mulheres. O processo de educação em direitos humanos com recorte feminino, que tenha como objetivo sair de uma situação penosa, buscar uma vida melhor e mais digna, empoderamento, equidade e a emancipação, impescinde dessa consciência.

Com objetivo de multiplicar conhecimento, o projeto trás como intuito a promoção da mudança onde estas mulheres estarão inseridas. O curso teve sua primeira turma finalizada em agosto de 2018. Segundo a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte (2018, p.1), “o curso possui quatro meses de duração, com início em maio e finalização em agosto, e contém oito módulos com noções de direito e cidadania, com exclusividade para mulheres. Sendo realizado pelos Núcleos Especializados de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar e de Educação em Direitos Humanos”.

O que se mostra como projeto de relevante valor social, pois como informado pelo Fórum Econômico Mundial o Brasil ocupa o 90º lugar em desigualdade de gênero, estando essa ligada a subtemas de processos ainda mais desiguais, a exemplo: salarial, cultural, social, sofrida pelo gênero feminino. Ainda tem-se que observar que este mesmo processo é ainda mais desigual. A Agência IBGE de Notícias (2018, p.1) ratifica essas informações: “indicadores sociais do IBGE mostram que a cor ou raça, ser portador de deficiência, morar em áreas urbanas ou rurais, entre outros, podem ter impactos significativos nas estatísticas, reforçando desigualdades”.

Assim, a disseminação do conhecimento através das palestra oferecidas pelas defensoras, faz com que todas nós, a partir das temáticas discutidas nas apresentações consigam saber o que de fato lhe pertencem como direito, e principalmente, onde e como recorrer em caso de necessidade quanto a segurança de seus direitos e de se mesma.

Apontando para outra problemática na multiplicação de conhecimento em direitos humanos. Um recorte de preconceito dentro de um recorte de gênero. O que torna preocupante a situação, mas que se pode observar o papel singular do acesso à justiça, em que a falta de conhecimento sobre os direitos básicos e fundamentais de qualquer cidadão garantidos e

previstos em lei, mas que os indivíduos hipossuficientes acabam sendo prejudicados pelo fato de não conhecerem seus direitos, tão pouco utiliza-los.

Assim, o objetivo o projeto Defensoras Populares oportuniza de maneira democrática que cidadãs possam ter a oportunidade de conhecerem os seus direitos, de ter condições de acesso, bem como multiplicar esse saber compartilhado anteriormente pelo projeto. Segundo PAES (2016, p.21): “O direito à informação está estritamente vinculado à efetivação de outros direitos humanos. O acesso à informação é direito instrumental para combater a desigualdade de gênero”. Não é uma caminhada fácil, mas necessária na busca por uma justiça que se faça disponível a todos e todas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso de mulheres à justiça é algo que necessita de atenção por parte das autoridades brasileiras. Instrumentos existem para que se possa buscar auxílio, mas o que se fala é a aplicabilidade destes nos casos que envolvam o gênero feminino, aplicando ainda uma nova lacuna com relação a forma de acesso, pois a existência do acesso não faz com que os direitos sejam efetivados.

Diante das lacunas nesta temática relatada nas recomendações legais nº 33 do CEDAW (2015, p 7), onde treinamento especializado deve ser aplicado a grupos de indivíduos que necessitam desse tipo de trabalho, fazendo com que a capacitação ministrada nesses cursos seja estratégia de transformação da realidade de várias mulheres. Assim, o acesso de mulheres a justiça está baseando entre as normas existentes no ordenamento jurídico, bem como na forma que essas mulheres chegarão a conhecê-los.

O que demonstra a importância de projetos como o das Defensoras Populares do Rio Grande do Norte que levam às mulheres a possibilidades de conhecer seus direitos e de que maneira podem busca-los, conhece-los e assim reivindicar o que está positivado em lei, e que por vezes muitas dessas mulheres desconhecem.

O acesso á justiça se faz urgente em meio a demanda de retiradas de direitos das camadas mais vulneráveis da sociedade, das minorias, das mulheres e crianças. Observado todo o



contexto no qual o projeto foi criado, vale destacar sua importância de garantia do conhecimento de direitos, de colocação de oportunidades, de acesso a melhoria de vida.

Com foco em difusão de conhecimento, o Projeto Defensoras Populares do Rio Grande do Norte, oportuniza a multiplicação de uma justiça, que apesar de existente, ainda se mostra muito distante daqueles que buscam seus direitos básicos. O que é tratado neste trabalho feito pelas mulheres promotoras e para mulheres, é questão de fazer multiplicar o saber através da educação.

Assim, trabalhado de tão brilhante forma mostra não só uma mera possibilidade de acesso á justiça, mas também encoraja aqueles que dele se embebedam a levar às demais mulheres aquilo que ouviu, é potencializador de conhecimento e ao mesmo tempo garantia de direitos através da educação.

Sendo instrumento de grande valor na lutar por igualdade de direitos e acesso à justiça, o conhecimento possui grande valor nesta corrida. São trabalhos como esses que valorizam e que buscam a aproximação com a realidade em que grande parte da população brasileira se encontra: sem o conhecimento dos seus direitos, e sem o real conhecimento de onde se deve busca-los.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. J. F. Como fazer uma pesquisa bibliográfica. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C5_Como_fazer_pesquisa_bibliografica.pdf Acesso em: 01 set. 2020

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acessado em 28 set de 2020.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Cidades. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL, Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher;



dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 01/12/2020.

_____. Ministério da Justiça. Defensoria Pública no Brasil. Defensoras Populares, 2018.. Disponível em: <https://www.defensoria.rn.def.br/noticia/defensoria-publica-forma-primeira-turma-do-curso-defensoras-populares> . Acesso em: 14 out. 2020.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Editora Fabris, 1988. Disponível em: <https://www.irib.org.br/app/webroot/publicacoes/diversos003/pdf.PDF>. Acesso em: 14 nov. 2020.

Desigualdade de gênero no Brasil: uma realidade perigosa. Fundação Tide Setubal. Ano 2018. Disponível em: <https://fundacaotidesetubal.org.br/noticias/3839/desigualdade-de-genero-no-brasil-umarealidadeperigosa#:~:text=A%20desigualdade%20de%20g%C3%A4nero%20ainda,11%20posi%C3%A7%C3%B5es%20no%20%C3%BAltimo%20ano.> Acesso em: 10 out. 2020.

FONSECA, J.J.S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza:UEC, 2002.Apostila. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

LOSCHI, MARILIA. Agência IBGE de Notícias. Revista Retratos. Ano 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/20424-estatisticas-enriquecem-debate-sobre-desigualdade-de-genero>. Acessado :09, out. 2020.

Nações Unidas; CEDAW/C/GC/3; Recomendação Geral nº 33 sobre o acesso das mulheres à justiça; 2015; Original: inglês; Português; Tradução: Valéria Pandjjarjian. Revisão: Silvia Pimentel, p. 15. § 30. Disponível em: <https://assets-compromissoeatitude-ipc.sfo2.digitaloceanspaces.com/2016/02/Recomendacao-Geral-n33-Comite-CEDAW.pdf> Acessado em 08 out de 2020.

PAES, Bárbara. Acesso à informação e direito das mulheres [livro eletrônico]. São Paulo : Artigo 19 Brasil, 2016, p. 21. Disponível em: https://www.clp.org.br/lei-de-acessoinformacaoaccountabilty/?gclid=CjwKCAjwgvviIBhBkEiwA10D2j4EFQZ_ny3mot4vsLQr0RPRJSveDBJYmUZ2QXsRBAvY4vi3mDROMshoC_mQQAxD_BwE Acessado em 12 set de 2020.

SADEK, Maria Tereza Aina. Acesso à justiça: um direito e seus obstáculos. Dossiê Justiça Brasileira, São Paulo, n. 101, p. 57, março/abril/maio 2014. Disponível em <https://www.google.com/search?q=SADEK%2C+Maria+Tereza+Aina.+Acesso+%C3%A0+justi%C3%A7a+um+direito+e+seus+obst%C3%A1culos.+Dossi%C3%AA+Justi%C3%A7a>



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

A7a+Brasileira%2C+S%C3%A3o+Paulo%2C+n.+101%2C+p.+57%2C+mar%C3%A7o%2F
abril%2Fmaio+2014.&oq=SADEK%2C+Maria+Tereza+Aina.+Acesso+%C3%A0+justi%C3
%A7a%3A+um+direito+e+seus+obst%C3%A1culos.+Dossi%C3%AA+Justi%C3%A7a+Bra
sileira%2C+S%C3%A3o+Paulo%2C+n.+101%2C+p.+57%2C+mar%C3%A7o%2F
maio+2014.&aqs=chrome..69i57.408j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8 Acessado em 02 de
set de 2020.



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DURANTE O PERÍODO GESTACIONAL:

Fatores associados e suas consequências

Andreza Carla Pereira de Macedo¹

Bruna Vanessa Gama dos Santos²

Emmanuelle Dayne Pontes Cardoso³

Maria do Socorro Oliveira⁴

RESUMO

A violência doméstica e familiar é considerada um problema social persistente na atual conjuntura na qual nenhuma mulher encontra-se isenta de ser vítima das agressões, incluindo, também, as gestantes. Este artigo tem o objetivo de investigar os fatores associados à prevalência da violência durante o período gestacional e quais as suas repercussões à progenitora e ao seu bebê. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica, tendo como base informações coletadas em sua maior parte no banco de dados Scielo, em sites governamentais e em revistas de saúde. Em síntese, pôde-se concluir que, as razões que contribuem para a persistência dessas agressões estão interligadas com a dependência financeira do agressor, o desemprego, o baixo nível de escolaridade, a baixa renda e o uso do álcool e/ou drogas. Mediante a isso, esses atos geram consequências negativas à vida da mulher e da prole, como exemplo, respectivamente, distúrbios psíquicos, alterações constantes de humor, aborto espontâneo em casos extremos, prematuridade e morte perinatal.

Palavras-chaves: violência doméstica, mulher, gestante.

ABSTRACT

¹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: macedoandreza1@gmail.com.

² Graduanda em Direito, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: brunavanessa_@hotmail.com.

³ Graduanda em Direito, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: pontesemmanuelle58@gmail.com

⁴ Graduada em Letras e especialista em Linguística Aplicada – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestre e Doutora em Estudos da Linguagem - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Profa. de Leitura e Produção Textual, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: msocorrooliveira67@gmail.com.



Domestic and family violence is considered a persistent social problem in the current situation in which no woman is exempt from being a victim of aggression, including pregnant women. This article aimed to investigate the factors associated with the prevalence of violence during pregnancy and what its repercussions are for the mother and her baby. The methodology used was a literature review, based on information collected mostly from the Scielo database, government websites and health journals. In summary, it could be concluded that the reasons that contribute to the persistence of these aggressions are interconnected with the aggressor's financial dependence, unemployment, low education level, low income and use of alcohol and/or drugs. Through this, these acts generate negative consequences to the lives of the woman and the offspring, for example, respectively, psychological disturbances, constant changes in mood, spontaneous abortion in extreme cases, prematurity and perinatal death.

key words: domestic violence, women, pregnant women.

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) de 2006, pode ser definida como qualquer ato violento que seja realizado com base apenas no gênero, podendo gerar consequências negativas para a vítima, dentre estas: sofrimentos físicos, psíquicos e sexuais, incluindo ameaças ou privação da liberdade. Uma pesquisa realizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) junto à *London School of Hygiene and Tropical Medicine* e ao *Medical Research Council* constatou que 30% das mulheres de todo o mundo são ou já foram violentadas pelo parceiro. A partir dessa análise pôde-se concluir que o índice de prevalência desses atos varia de acordo com a região, sendo, assim, a porcentagem é dividida da seguinte forma: 23,2% nos países de alta renda, 24,6% na região do Pacífico Ocidental, 37% na região do Mediterrâneo Ocidental e 37,7% na região Sudeste Asiático (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2017).

É importante frisar, a priori, que a violência contra a mulher no Brasil é considerada um problema social e possui relação com as lacunas referentes ao setor da saúde e jurídico, pois, embora existam leis de proteção e defesa, – como a Lei 11.340/2006, Maria da Penha - na

prática, o índice de denúncias continua a crescer. Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2019, são agredidas em média 1,3 milhões de mulheres por ano, número este que chega a ser três vezes maior do que o registrado em relação aos homens. Isto posto, ressalta-se que as gestantes não estão isentas desse processo de tortura, tendo em vista que mesmo grávidas, são violentadas de diversas formas. Ainda é válido destacar que, geralmente, essas agressões partem do próprio companheiro e genitor da criança (RAMALHO et al., 2017).

Paralelo a isso, biologicamente, as agressões sofridas durante o período gestacional provocam consequências ainda mais graves à mãe e ao feto – por exemplo, hemorragia, interrupção da gravidez, aumento no risco de morte perinatal etc. -, levando em consideração que esse período é crucial para o desenvolvimento da prole. Além disso, é perceptível que a violência durante a gestação pode ocasionar situações de atrito para a família como um todo, refletindo negativamente no crescimento e no desenvolvimento saudável da criança (RIBEIRO et al., 2020).

Considerando a vulnerabilidade biológica na qual o corpo humano se encontra durante o decurso da geração de uma vida, quais são as consequências que a violência doméstica pode provocar na progenitora e no desenvolvimento do seu bebê? É necessário responder a essa questão para que a justiça possa buscar cada vez mais manter a efetividade de suas leis. Outrossim, torna-se fundamental externar à sociedade, sobretudo às mulheres, a relevância dessa temática, salientando a importância do não silenciamento das vítimas e da existência de órgãos especializados que têm o objetivo de ampará-las. O presente artigo tem a finalidade de identificar os fatores que influenciam na intensificação da violência contra a mulher no período gestacional e quais as repercussões desse ato de violência.

O decorrente estudo caracteriza-se por uma revisão de literatura, com informações coletadas do banco de dados Scielo; Sites governamentais - Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), Instituto Maria da Penha, Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Organização Mundial de Saúde (OMS) -; Constituição Federal e Revistas renomadas de saúde. Utilizou-se um total de 20 artigos como base entre os anos de 2003 e 2021, redigidos nas línguas portuguesa e inglesa.

Os principais elementos utilizados previamente durante as consultas foram: 1) Violência doméstica contra a mulher; 2) Violência contra a mulher durante a gravidez e 3) Consequências

da violência doméstica durante a gestação. Tal metodologia permitiu que fossem apurados unicamente artigos que abordassem especificamente a temática, sendo assim, de suma importância para o desenvolvimento dessa pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica, principalmente com o gênero feminino, trata-se de um problema sócio cultural que reside basicamente em todas as sociedades. Definida como qualquer conduta violenta que se sustente apenas no gênero, esse fenômeno, fatidicamente, apresenta números maiores a cada ano que se passa (GARBIN et al., 2006). Este fato pode ser associado a diferentes fatores, dentre estes: isolamento social, situações de estresse, influência moral, frustração, alcoolismo, vivência de episódios de agressão durante a infância, psicopatologias etc. (ALVES, 2005).

Nesse contexto, expõe-se que os episódios de agressões podem acontecer de diferentes maneiras, ocorrendo de forma física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, conforme a Lei n. 11.340 Art. 7º, correspondem à:

- I - violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II - violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
- III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- IV - violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho,

documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

É pertinente destacar que essas violências habitualmente partem do cônjuge da mulher, dentro do âmbito familiar e não decorrem de forma isolada, mas sim juntas, colaborando ainda mais para a geração de graves consequências no estado de saúde da vítima (BRASIL, 2018).

Muito se especula e se questiona por parte da sociedade em relação ao motivo pelo qual as vítimas permanecem em seus relacionamentos conturbados mesmo vivendo em constantes situações de abuso. A resposta, no entanto, pode ser apresentada de maneira clara e sucinta: coação e/ou dependência, seja ela financeira ou emocional. Tal fato contribui para que as mulheres passem a vivenciar um ciclo vicioso de violências e torturas dentro de sua própria residência (CÔRTEZ, 2012).

À medida que se pesquisa, faz-se notório o quanto esse cenário de violência pode prejudicar o bem-estar da mulher, o relacionando com possíveis quadros de doenças psicológicas - Depressão, ansiedade e até mesmo suicídio -, falta de autoestima, lesões corporais, alterações gastrointestinais, gravidez indesejada e infecções por doenças sexualmente transmissíveis (DEBERT e OLIVEIRA, 2007; BARROS, SCHRAIBER e JUNIOR, 2011). Além disso, exposições realizadas pela Organização Pan-Americana de Saúde, no ano de 2003, demonstraram o provável risco de desenvolvimento do uso do álcool e de outras drogas, distúrbios alimentares, fobias e estresse pós-traumático.

Sob outra perspectiva, uma interface importante a ser citada, é o fato de que a violência doméstica não atinge apenas o bem-estar biológico (físico e psicológico), mas também o social. Estudos do Banco Mundial apontam que: “um em cada cinco dias de falta ao trabalho é causado pela violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas; a cada cinco anos, a mulher perde um ano de vida saudável se ela sofre violência doméstica.” Ainda, enfatiza-se que essa circunstância pode causar graves inferências na prosperidade do país, tendo em vista que pode chegar a compreender cerca de 1,6% a 2% de seu PIB (FONSECA, RIBEIRO e LEAL, 2012), coopera para o aumento de gastos públicos no setor da saúde e para a menor participação da vítima no mercado de trabalho (BRASIL, 2005).



Além disso, um outro fator que está associado ao aumento da violência contra a mulher no atual cenário brasileiro é a ausência de políticas de reeducação destinadas ao agressor, já que a aplicabilidade e cumprimento da legislação vigente pode não ser o suficiente para evitar que as agressões venham a se repetir com o passar do tempo. É crucial endossar que a educação é um dos mecanismos mais eficazes que possibilita a mudança do homem e, conseqüentemente, na sociedade, o ato de discutir sobre o assunto e repassar valores de dignidade permite que o outro construa princípios que podem torná-lo alguém melhor. Dessa maneira, torna-se possível romper com as amarras históricas do patriarcado e as demais violências – explícitas e veladas que acompanham, historicamente, a composição das questões de gênero no Brasil. (PESSÔA e WANDERLEY, 2020).

Em suma, a violência doméstica e familiar ainda se encontra presente na realidade de muitas mulheres, esse fenômeno não escolhe um público específico, as vítimas possuem idades, histórias de vida, etnias e condições sociais diferentes (CARNEIRO e FRAGA, 2012). Dentro desses grupos, no decorrer do artigo, daremos ênfase aos atos violentos que acontecem com mulheres durante o período gestacional.

2.2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES EM PERÍODO GESTACIONAL

De maneira geral, a violência pode ser caracterizada como um ato de privação dos direitos humanos, sendo um fenômeno ameaçador presente no cotidiano (SANTOS et al., 2010). Nesse âmbito, tratando-se de episódios violentos para com o gênero feminino, tal fato pode ser considerado uma questão de saúde pública e uma ameaça ao desenvolvimento saudável da vida da mulher e de seus filhos (RIBEIRO et al., 2020).

É de conhecimento comum que o decorrer de uma gestação é um período delicado, único e belo, em que a mulher passa por diversas mudanças físicas e psicológicas, tornando-se mais vulnerável e tendo a necessidade de uma atenção redobrada por parte de seu parceiro e de seus familiares (SANTOS et al., 2010). Entretanto, uma pesquisa realizada pela OMS em 2005, demonstrou que 59% das mulheres do mundo, incluindo as gestantes, estão sujeitas à violência por no mínimo uma vez na vida. Esse estudo constatou ainda, que no Brasil, o índice da



prevalência de agressões em grávidas seria por volta de 8% na região Sul e 11% no Nordeste do país.

Diante desse cenário, progressivamente, trabalhos foram se desenvolvendo com o objetivo de entender quais seriam os fatores associados a essas práticas de agressões e quais as consequências que esta causaria na mulher e em seu bebê. Averiguou-se que os efeitos maternos são vastos, variando entre insuficiente ganho de peso durante a gravidez; problemas em realizar um acompanhamento de pré-natal congruente; pré-eclâmpsia; abortos e abalos psicológicos – principalmente pela razão da agressão partir de seu parceiro –, que por sua vez causam quadros de tristeza e depressão, podendo levar consequentemente a possíveis suicídios. No que se refere ao feto, foram observados maiores riscos de má formação e morte, prematuridade, baixo peso ao nascer e/ou modificações em seu comportamento (DEFILIPO, CHAGAS e RIBEIRO, 2020).

Paralelo a isso, ressalta-se que as violências praticadas, são em sua maior parte psicológicas – incluindo constrangimentos e humilhação – e físicas, envolvendo espancamentos, chutes na barriga, apertos nos braços e puxões de cabelo. Tais eventos contribuem veementemente para os problemas maternos e fetais mencionados anteriormente (SANTOS et al., 2010).

Quanto aos fatores associados à violência doméstica no decurso do período gestacional, em primeira instância deve-se pontuar que em alguns casos o parceiro se mostra agressivo apenas após a mulher engravidar. Dentre tantas razões ligadas a esses episódios, algumas ganham grandes destaques, a exemplo de: baixa renda; desemprego por parte do companheiro; baixo nível de escolaridade e o uso de álcool e/ou outras drogas. A maneira como cada uma exerce sua colaboração se difere, podendo ser uma mais grave do que a outra (AUDI et al., 2008).

Segundo a revisão literária realizada por Audi et al. 2008, acerca do desemprego junto à baixa renda, a frustração do cônjuge foi tida como fator principal para a justificativa da violência. Já sobre a utilização das substâncias lícitas e ilícitas, os autores acreditam que ambos podem causar alterações nos padrões comportamentais, criando um ambiente propício para confusões que podem levar a agressões físicas e sexuais. Além disso, tal situação pode provocar

atraso nas denúncias realizadas pelas mulheres, tendo em vista que se sentem coagidas e ameaçadas.

Ademais, uma condição a se destacar são os casos de gestantes economicamente ativas, que assumem o papel de sustentar sua família. Relatos feitos por tais mulheres mostram que nessas circunstâncias, seus companheiros demonstram-se ciumentos, implicando, assim, de forma negativa, em várias esferas de sua vida, por exemplo, na restrição de sua liberdade, dificultando até mesmo sua ida às consultas de pré-natal (AUDI et al., 2008).

2.3 LEI MARIA DA PENHA E SUA EFETIVIDADE

De acordo com o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), o surgimento da Lei 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, foi instituída com o intuito de homenagear a Sra. Maria da Penha Maia Fernandes, vítima da violência doméstica por longos anos. O seu marido e companheiro, Marco Antônio Heredia Viveros, tentou por duas vezes assassiná-la a sangue frio, além das demais agressões físicas e psíquicas. Em decorrência da violência sofrida, cotidianamente, a Sra. Maria da Penha foi mais uma mulher violentada, tendo como consequência a paraplegia junto à necessidade de uma cadeira de rodas para poder se locomover.

A luta teve início em 1983, quando ela reconheceu a gravidade dos fatos vividos e recorreu à justiça brasileira. É válido mencionar que por 15 anos o governo foi falho e naturalizou a violência doméstica, permitindo, assim, que a mulher ocupasse um cargo de vulnerabilidade social e perigo de vida. Após longos anos de persistência, com a ajuda do Centro pela Justiça e Direito Internacional e do Comitê Latino-Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher, a história da Sra. Maria da Penha ganhou visibilidade mundialmente; o caso então foi analisado pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que por sua vez, acusou o Estado Brasileiro de omissão e negligência, à vista disso, foi criada a Lei 11.340/2006, como forma de coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. É crucial endossar que essa conquista é, também, fruto de uma organização do movimento feminista que existia no Brasil e desde 1970 denunciava violência de gênero (BRASIL, 2021).



Nesse âmbito, mediante ao aumento dos casos, tornou-se preciso a criação de leis que tivessem como fito a atenuação da problemática já citada. Todavia, é visível, a partir da observação empírica, que a aplicabilidade destas leis contém lacunas, considerando que o índice de violência e feminicídio continuam a crescer de forma avassaladora (BRASIL, 2021).

Salienta-se que a violência de gênero parte de um contexto amplo e enraizado, fazendo parte da construção histórica, social e cultural brasileira, tendo em vista que está presente desde o início do processo de colonização do país, onde as mulheres – em sua maioria negras, oriundas, principalmente, da África e posteriormente as nativas – eram violentadas, diariamente, de diferentes maneiras, sendo elas físicas, sexuais e psicológicas. Tais atos refletiram e refletem ainda hoje negativamente na vida da mulher, fazendo-as a perder sua dignidade, identidade e o direito de viver uma vida justa (LIMA, 2019). Ademais, com a marginalização desses atos a pauta acaba tornando-se menos visível (BRASIL, 2021).

Isto posto, torna-se notório, por meio da cultura brasileira, o quanto as agressões cometidas pelo gênero masculino contra as mulheres são naturalizadas, principalmente, quando se refere a um relacionamento que envolve afeto. Essa conjuntura, ocasionou, por anos, a ideia de que o espaço privado era inviolável e invulnerável por parte do setor público. Desse modo, desenvolveu-se a clássica frase de que “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” (SILVA; LACERDA; TAVARES, 2016).

Em decorrência disso, o corpo social se encontrou cada vez mais omissos e negligentes quanto às causas que envolvem a violência doméstica e familiar, contribuindo para o contínuo aumento dos índices e a falta de efetividade da lei perante as tantas agressões, brigas e mortes que só progridem.

Dessa maneira, com o passar dos anos e da necessidade de amenizar tal situação, foi necessária a criação de uma nova legislação que garantisse a proteção das mulheres: a Lei do Feminicídio, que por sua vez foi implementada como forma de complementar a Lei Maria da Penha, tendo em vista que a Constituição se encontrava em falta com o órgão de proteção aos direitos humanos (CARNEIRO e FRAGA, 2012).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS



A presente revisão literária se propôs a analisar quais os fatores associados à persistência da violência contra a mulher, principalmente, durante o período de gestação e quais as consequências ocasionadas à mãe e ao feto. Obteve-se, portanto, como resultado que as causas contributivas para a intensificação desse problema social são: desemprego, baixa renda, baixo nível de escolaridade, uso do álcool e/ou drogas e a dependência financeira do agressor.

No que se refere às consequências provocadas à saúde da mulher e da criança, concluiu-se que os atos citados anteriormente podem desencadear uma série de danos físicos e psíquicos à mãe e ao bebê, a exemplo de, respectivamente: ganho insuficiente de peso durante a gravidez, dificuldade para realizar um acompanhamento de pré-natal adequado, quadros de pré-eclâmpsia, abortos e depressão (podendo levar ao suicídio); maiores riscos de má formação e morte neonatal, prematuridade, baixo peso ao nascer e alterações comportamentais.

Averiguou-se, ainda, as lacunas existentes nos mecanismos de proteção e apoio às vítimas das agressões, tendo em vista que a assistência das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher não supre com as reais necessidades enfrentadas pelo gênero feminino. Além do mais, na maioria dos casos, a equipe é composta pela classe masculina, o que impossibilita a realização correta das denúncias, já que as mulheres podem se sentir coagidas. Ademais, outro fator presente é, também, a ausência de uma preparação eficiente dos profissionais que atuam nesse departamento público.

Paralelo a isso, pode-se citar, também, a ausência de projetos de reeducação destinados ao agressor, já que é de suma importância que eles, além de cumprirem a pena, possam ter a oportunidade de compreender, por meio da educação, a gravidade dos atos cometidos de modo que as atitudes já citadas no decorrer deste artigo não sejam repetidas e nem repassadas a diante.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cláudia. **Violência doméstica**. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2005. Disponível em: Microsoft Word - Violência doméstica-claudia.doc (uc.pt). Acesso em: 13 abr. 2021.

AUDI, Celene Aparecida Ferrari et al. **Violência doméstica na gravidez: prevalência e fatores associados**. Revista de Saúde Pública, v. 42, n. 5, p. 877-885, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v42n5/6642.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BARROS, Claudia; SCHRAIBER, Lilia Blima; FRANÇA-JUNIOR, Ivan. **Associação entre violência por parceiro íntimo contra a mulher e infecção por HIV**. Revista de Saúde Pública, v. 45, n. 2, p. 365-372, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102011005000008&script=sci_arttext. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **IMPACTO da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília / DF, 2005. 121 p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. **Tipos de violência**. Instituto Maria da Penha, 2018. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html#:~:text=Est%C3%A3o%20previstos%20cinco%20tipos%20de,patrimonial%20%E2%88%92%20Cap%C3%ADtulo%20II%2C%20art>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. **Resumo da lei**. Instituto Maria da Penha, 2021. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/resumo-da-lei-maria-da-penha.html>. Acesso em: 11 abr. 2021.

CARNEIRO, Alessandra Acosta; FRAGA, Cristina Kologeski. **A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada**. Serv. soc. soc, p. 369-397, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200008. Acesso em: 11 abr. 2021.

CÔRTEZ, Gisele Rocha. **Violência doméstica: centro de referência da mulher “Heleieth Saffioti”**. Estudos de Sociologia, v. 17, n. 32, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4932/412>. Acesso em: 11 abr. 2021.

DEFILIPO, Érica Cesário; CHAGAS, Paula Silva de Carvalho; RIBEIRO, Luiz Cláudio. **Violência contra a gestante e fatores associados no município de Governador Valadares**. Revista de Saúde Pública, v. 54, p. 135, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rsp/2020.v54/135/pt>. Acesso em: 13 abr. 2021.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. **Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a “violência doméstica”**. Cadernos pag. n. 29, p. 305-337, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000200013&script=sci_arttext. Acesso em: 12 abr. 2021.



FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais.** *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/07.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

GARBIN, Cléa Adas Saliba et al. **Violência doméstica: análise das lesões em mulheres.** *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, n. 12, p. 2567-2573, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v22n12/06.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Índice de violência doméstica é maior para mulheres economicamente ativas.** 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34977. Acesso em: 10 abr. 2021.

LIMA, Joyce Andryelly Santos. **A mulher negra como comprovação da ineficácia da Lei Maria da Penha.** 2019. Disponível em: <http://ri.ucs.br:8080/jspui/handle/prefix/929>. Acesso em: 12 abr. 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (MPSP). **História da Lei Maria da Penha.** 2021. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Violencia_Domestica/Lei_Maria_da_Penha/vd-lmp-mais/Historia_da_lei#:~:text=A%20Lei%2011.340%2F06%2C%20que%20recebeu%20o%20nome%20de%20%2E%20%9C,%20%20viol%C3%Aancia%20dom%C3%A9stica%20etc. Acesso em: 10 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Dia Internacional da Mulher.** 2003. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=4362:dia-internacional-da-mulher-5&Itemid=820. Acesso em: 13 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Folha informativa - Violência contra as mulheres.** 2017. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820. Acesso em: 10 abr. 2021.

PESSÔA, Anabel Guedes; WANDERLEY, Paula Isabel Bezerra Rocha. **A reeducação do homem agressor: grupo reflexivo de violência doméstica.** 2020. Disponível em: <http://revistareconto.com.br/index.php/Reconto/article/view/32>. Acesso em: 12 abr. 2021.

RAMALHO, Naiany Monise Gomes et al. **Violência doméstica contra a mulher gestante.** *Rev. enferm. UFPE on line*, p. 4999-5008, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/22279>. Acesso em: 10 abr. 2021.



RIBEIRO, Marizélia Rodrigues Costa et al. **Violência contra mulheres antes e durante o período gestacional: diferenças em taxas e perpetradores.** Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 20, n. 2, p. 491-501, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292020000200491&tlng=en. Acesso em: 10 abr. 2021.

SANTOS, Ariane Gomes dos, et al. **Violência contra gestantes em delegacias especializadas no atendimento à mulher de Teresina-PI.** 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3240/324027973012.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

SILVA, Ermildes; LACERDA, Simone; TAVARES, Márcia. **A Lei Maria da Penha e sua aplicação nas DEAMs de Salvador: reflexões sobre o que pensam e dizem as mulheres em situação de violência.** In: SARDENBERG, Cecília; TAVARES, Márcia. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento.** Salvador: EDUFBA, p. 187-204, 2016. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/q7h4k/pdf/sardenberg-9788523220167-08.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women: Initial results on prevalence, health outcomes and women's responses.** World Health Organization, 2005. Disponível em: <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/24159358X/en/>. Acesso em: 13 abr. 2021.



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E O ACESSO À JUSTIÇA: um olhar sobre as mulheres do Rio Grande do Norte

Daniela Cristina Lima Gomes Cabral¹

Mona Lisa Silva²

RESUMO

Aborda a temática da violência doméstica e familiar contra a mulher e o acesso à justiça no contexto geral e no contexto do Rio Grande do Norte. Tem como problemática verificar como o Poder Judiciário tem trabalhado para que as mulheres vítimas de violência possam buscar amparo e assegurar seus direitos. A pesquisa é de caráter bibliográfico e documental. A bibliografia base para a construção teórica fundamentou-se em artigos, doutrinas, legislação de forma impressa e digital. O painel de monitoramento da política judiciária nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres ligado ao Conselho Nacional de Justiça foi o principal suporte para a pesquisa documental, onde, dentre os indicadores utilizados na busca foram desconsiderados os casos de feminicídio. Assim, apenas ateu-se aos casos de violência doméstica, familiar contra a mulher no Rio Grande do Norte. Observou-se que os casos de violência doméstica e contra a mulher é expressivo no Brasil e no estado e que apenas punir o agressor não é o suficiente, é necessário trabalhar na erradicação do problema.

Palavras-chave: Violência doméstica, Violência contra a mulher, Acesso à justiça

ABSTRACT

Approach the matter of the domestic and family violence against women and the access to the justice in the general context and access to the justice for women in Rio Grande do Norte. The

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), docente da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN, danielaclg@hotmail.com;

² Graduado pelo Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN monasilva.biblio@gmail.com



purpose was to verify how the Brazilian judiciary has worked to that women victims of violence to ensure protection and their legal rights. The research is bibliographic and documentary. The bibliography for the theoretical construction base in articles, doctrines, legislation in printed and digital form. The monitoring data base of the national judicial policy to confront violence against women linked to the National Council of Justice as the main support for documentary research that between the indicators used in the search, femicide cases were disregarded. Thus, just only cases of domestic, family violence against women in Rio Grande do Norte were considered. It was concluded that the cases of domestic violence and against women are significant in Brazil and in the state and that just punishing the aggressor is not enough. It's necessary to work on eradicating the problem.

Key words: Domestic violence, Violence against women, Access to justice,

1 INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é uma questão que abrange todo o mundo, desde os países mais desenvolvidos aos países de terceiro mundo. É uma das formas de violência mais silenciosas que existem e com consequências para as mulheres, para as famílias e para toda a sociedade. A luta pelo combate e erradicação tornou-se um assunto para os direitos humanos ao observar uma privação e violação de direitos das mulheres.

Para assegurar os direitos fundamentais e proteger as mulheres da violência, o acesso à justiça é uma das formas de garantir os direitos das vítimas. Assim o Estado é o responsável por promover esse acesso por meios de políticas públicas, acesso à informação e garantir àqueles em condições de hipossuficiência o acesso por meio da Defensoria Pública. Nesse contexto, a problemática é analisar como o Poder Judiciário tem trabalhado para que as mulheres no Rio Grande do Norte que vivem em situação de violência possam buscar amparo e assegurar seus direitos. Para tanto, será verificado, estatisticamente, o quadro da violência doméstica e contra a mulher no estado do RN por meio da plataforma virtual do Conselho Nacional de Justiça de monitoramento da política judiciária nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E CONTRA A MULHER

O tema da violência doméstica e contra a mulher pode ser considerado, por muitos, um tema antiquado ou trivial, mas acredita-se que nunca se esgotará o assunto, visto ser um problema social no Brasil e no mundo e, sendo problema social a luta é constante para buscar, principalmente, políticas públicas satisfatórias a fim de combater e erradicar a violência doméstica. Embora a discussão date no Brasil, de acordo com as pesquisas, da década de 70, a violência sempre permeou a sociedade global como uma espécie de “lei do silêncio”, isto é, muitas mulheres ao longo do tempo viveram em situação de violência no lugar onde deveriam estar mais seguras, em seu próprio lar.

De acordo com Rosana Morgado (2011, p.254) “a violência doméstica e contra a mulher é um fenômeno social grave, que traz inúmeras consequências físicas e psicológicas para as vítimas e para as crianças e adolescentes que a presenciam”. A pauta sobre violência sempre terá espaço para discussão em virtude da sua complexidade. A sua extensão interdisciplinar vai além da tutela legal do Estado. No decurso dos anos muitas foram as conquistas, mas ainda há muito a se fazer para assegurar o empoderamento necessário para a mulher quanto a iniciativa de buscar ajuda e proteção.

De acordo com Phumzile Mlambo-Ngcuka³ “a violência é dirigida às mulheres por causa de sua orientação sexual, por causa de sua raça, por causa de sua religião e por serem indígenas. Afeta mulheres em países ricos e pobres. É um problema universal.” (UN NEWS, 2015). Usa-se aqui o termo “mulheres”, de forma generalizada, ou seja, inclui meninas, adolescentes, jovens e mulheres idosas, que têm seus direitos violados. Isto porque, por se tratar de problema global a abordagem muitas vezes apresenta-se de caráter cultural como: casamento infantil na Índia, mutilação genital de meninas jovens na África ou Oriente Médio, estupros

³ *Official Commemoration of the International Day for the Elimination of Violence against Women at the UN Headquarters in New York.*



conjugal ou coletivo e, infelizmente, seja cultural ou institucional, as inúmeras formas de violência contra a mulher são toleradas ao longo dos anos.

Nesse contexto, campanhas como Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, tratados e convenções como a Convenção de Belém e a Convenção de Istambul, e muitas outras movimentações buscam mobilizar as pessoas, instituições, governos no combate a erradicação da violência doméstica e contra a mulher.

Por exemplo, a campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” foi criada pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (CWGL) em 1991 e reúne várias feministas de países diferentes. É realizada anualmente em muitos países, inclusive no Brasil, com objetivo a dar visibilidade ao problema e conscientizar as pessoas e organizações para as discussões da violência de gênero de forma geral.

A Convenção de Belém do Pará - ratificada pelo Brasil em 1995 - considera que: “a violência contra a mulher permeia todos os setores da sociedade, independentemente de classe, raça ou grupo étnico, renda, cultura, nível educacional, idade ou religião, e afeta negativamente suas próprias bases” (BRASIL, 1994). A Convenção de Istambul (2011, p. 7) em seu art.1^{o4}, traz como principal objetivo a proteção das mulheres de qualquer tipo de violência, prevenção e responsabilização criminal do agressor e erradicar a violência contra a mulher e a violência doméstica.

No art. 3^o da Convenção supracitada, (2011, p. 8) traz o conceito de violência contra a mulher e violência doméstica contra a mulher.

- a) “**violência contra a mulher**” é entendida como uma violação dos direitos humanos e uma forma de discriminação contra as mulheres e deve significar todos os atos de violência de gênero que resultem ou possam resultar em danos físicos, sexuais, psicológicos ou econômicos ou sofrimento às mulheres [...];
- b) “**violência doméstica**” significa todos os atos de violência física, sexual, psicológica ou econômica que ocorrem dentro da família ou unidade doméstica ou entre ex-cônjuges ou parceiros, quer o agressor compartilhe ou compartilhe a mesma residência com a vítima. (grifo nosso).

⁴ Article 1 – Purposes of the Convention. 1. The purposes of this Convention are to: a) protect women against all forms of violence, and prevent, prosecute and eliminate violence against women and domestic violence; [...]

A Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) no art. 5º conceitua a violência doméstica e familiar contra a mulher como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Quanto aos tipos ou formas de violência, o art. 7º da referida Lei, classifica violência em: **violência física** -femicídio, agressão física; **violência psicológica** - perturbar a tranquilidade, perseguir, ameaçar, violar intimidade, publicar foto e vídeos íntimos; **violência sexual** - estupro; **violência patrimonial** - dano, furto; **violência moral** - injúria, calúnia, difamação. (Grifo nosso).

Vale ressaltar, que a ameaça, perseguição, intimidação e outros atos que comprometem a integridade psicológica da pessoa, tem estado presente em inúmeros debates. No caso da violência doméstica e contra a mulher, a agressão física é uma violência, de certa forma, “silenciosa”, visto ocorrer na intimidade do lar. Há, dentre os tipos de violência já citados, a mais silenciosa e sutil que é a violência psicológica. Essa, possui característica obscura e muitas mulheres nem sequer percebem que estão vivenciando, algumas levam anos até constatar que algo está errado. A violência psicológica é um tipo de mecanismo utilizado pelo agressor com o mesmo objetivo, exercer poder e domínio sobre a pessoa, seja mulher, criança ou idoso.

Nesse contexto, pode-se trazer como exemplo o *gaslight* ou *gaslighting*. De acordo com Philips (2021, p. 140) e Sweet (2019, p. 852) o conceito para a violência psicológica utilizando a manipulação deriva de uma peça teatral de *Patrick Hamilton* de 1938, *Gas Light*, em 1944 *Gaslight* é estrelado como filme de *George Cukor*. No melodrama, o objetivo do marido era levar a sua esposa a loucura por meio da manipulação, causando confusão mental fazendo com que ela duvidasse da sua própria sanidade. A estratégia utilizada era reduzir ou aumentar o brilho das lâmpadas a gás (por isso o termo *gaslight*) e insistia que ela estava imaginando, inventando; minando a razão da mulher, causando uma distorção da realidade, inserindo na personagem a aceitação do que era imposto pelo marido sutilmente, ou seja, fazia com que ela duvidasse de si mesma.

Embora o termo seja mais explorado pela psicologia, Sweet (2019, p. 852) acredita que este seja um fenômeno social e que a sociologia não deu a devida atenção, ele afirma que a manipulação é fundamentalmente um fenômeno social, mesmo que envolva a questão psicológica e está relacionado a questão de gênero, sexualidade e desigualdades sociais. O autor entende o *gaslighting* como um conjunto de ações que o agressor cria fazendo com que o



ambiente seja surreal e a outra pessoa se sinta “paranoica”. O agressor se utiliza dos recursos que estão a sua disposição, pode iniciar com a violência psicológica para alcançar seus objetivos e as consequências causadas por esse tipo de violência pode acarretar depressão, doenças físicas, ansiedade e culminar em feminicídio, no caso de violência contra a mulher.

No Reino Unido essa conduta do “gaslighting” já é considerada como uma ação criminosa desde 2015 cuja pena é de cinco anos de prisão ou multa, ou prisão e multa. O entendimento é que, o comportamento de controle ou coação não se relaciona a uma situação isolada, é um comportamento consciente por parte do agressor e que ocorre de forma contínua com objetivo de exercer poder, controle ou coação sobre a outra pessoa. (GOV.UK, 2015, tradução nossa)⁵.

Para erradicar toda e qualquer forma de violência doméstica e contra a mulher é importante a educação e conscientização da própria sociedade que, comumente, baseado no “senso comum” justifica o agressor e/ou culpa a vítima. Atribuem alguns fatores como consumo de álcool, drogas ou em função do estereótipo de gênero atribuído a mulher, definindo um lugar ou papel específico na sociedade, o de mãe e dona de casa, ou seja, tentam culpar a vítima por seu comportamento. Soma-se ao estereótipo de gênero, o pensamento sobre a mulher como propriedade e não como pessoa de direito.

Por mais complexo que seja o contexto da violência e a temática não seja recente, nos últimos anos a explanação se tornou mais abrangente e acessível. Observa-se que as Convenções aqui citadas datam da década de 90, a Lei Maria da Penha de 2006 e muitas mobilizações e campanhas ocorrem e estão ao alcance das mulheres para debater, denunciar e buscar proteção. Constantemente muitas mulheres estão na luta. Na luta pela vida. As discussões relativas a este tema vão além apenas da punição dos agressores, elas incluem a prevenção e erradicação de “todas as formas de violência contra a mulher” [...] (BRASIL, 1994).

2.2 ACESSO À JUSTIÇA E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E CONTRA A MULHER

⁵ *Understanding controlling or coercive behaviour: Controlling or coercive behaviour does not relate to a single incident, it is a purposeful pattern of behaviour which takes place over time in order for one individual to exert power, control or coercion over another.*

Todo cidadão tem o direito ao acesso à justiça e assistência jurídica, assim, o Estado tem, dentre suas funções, o dever de garantir e proteger os direitos fundamentais. Este dever de garantia está na criação de mecanismos de acesso à justiça, ou seja, facilitar os caminhos para que as pessoas consigam acessar ao Poder Judiciário e resolver seus conflitos.

Como forma de promover o acesso à justiça, a constituição garante a assistência judiciária por meio da Defensoria Pública e, segundo Agra (2018, p. 759) “o papel primordial da Defensoria Pública é proteger os direitos dos hipossuficientes, possibilitando ajuda efetiva aos mais necessitados, que, por muitas vezes, encontram-se abandonados pelo Estado”. Além da assistência gratuita, a informação é um elemento importante, o acesso à informação torna o cidadão mais próximo à justiça, isto porque, ao tornar-se conhecedor dos seus direitos poderá requerê-lo em caso de violação. Para Ana Mônica Anselmo de Amorim, (2017, p. 89) o acesso à justiça “deve ser concebido sob o prisma da ordem jurídica internacional, como uma busca constante traçada em diversos ordenamentos e mecanismo eficaz na realização de direitos dos indivíduos”.

Nesse contexto, o acesso à justiça é premissa essencial dos direitos humanos e impossibilitar o acesso é uma violação desse direito. Para Capelletti e Garth (1988, p.12) “o acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental - o mais básico dos direitos humanos - de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos.” No entendimento de Rawls, (2001, p.213) se o Estado “como uma democracia almeja a igualdade plena para todos os seus cidadãos, e, portanto, das mulheres, ela deve incluir arranjos para consegui-los.”

Segundo Norberto Bobbio (1992, p.60-61) a ideia de democracia e Estado de direito é uma sociedade de cidadãos livres e iguais. Mas o autor afirma que, esse é o plano ideal, ou seja, no pensamento individualista - primeiro o indivíduo, depois o Estado - a mulher possui valor próprio e sujeito de direitos fundamentais dentro de uma democracia, com liberdade de tomar suas próprias decisões e ter seus direitos tutelados pelo Estado.

Pois, como afirma o autor supracitado “no Estado de direito, o indivíduo tem, em face do Estado, não só direitos privados, mas também direitos públicos. O Estado de direito é o Estado dos cidadãos.” Nesse contexto, a mulher não é cidadã? Sim. É. Mas, diante do cenário de violência doméstica e contra a mulher, já reconhecido como direito humano, encontra -se no

grupo de vulnerável e frágil que necessita de proteção especial, isto porque o problema da violência se tornou-se um problema social. E, de acordo com Bobbio (1992, p. 63) “os direitos sociais, como se sabe, são mais difíceis de proteger do que os direitos de liberdade”. Por isso, a informação, as redes de apoio, elaboração de políticas públicas são mecanismos importantes e facilitadores do acesso à justiça.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), (2019, p. 9-10) desde a década de 70 o tema da violência doméstica e contra a mulher ganhou espaço ao ser discutido no âmbito da academia, em pesquisas nas áreas da sociologia, antropologia, psicologia. As pesquisas trouxeram importantes contribuições abordando a violência como um problema a ser erradicado e romper o silêncio social, ao tentar desconstruir a ideia existente de que “a ‘vida doméstica’ e os acontecimentos pertencentes ao âmbito privado deveriam ser separados da ‘vida pública’”.

Ou seja, a ideia naturalizada na sociedade brasileira de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”.

Embora as discussões permeiem desde a década de 70, as mudanças ocorridas no Poder Judiciário, conforme o CNJ (2019, p. 26) vem desde os anos 90 com a criação Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) em 1985, com atendimento especializado por policiais do sexo feminino e criação de casas de apoio e acolhimento para as vítimas de violência. Os avanços são significativos e a trajetória ainda é longa porque ainda não se tem uma erradicação completa do fenômeno da violência doméstica e contra a mulher.

O CNJ (2019, p. 26) traz uma observação pertinente sobre o perfil dos juízes que atuam nas varas de Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres (VDFM). Como mostra o **Quadro 1**, a atuação dos magistrados varia de acordo com o interesse. Alguns escolheram com objetivo de atuar diretamente buscando fazer a diferença nos casos de violência contra a mulher, outros escolheram por sensibilidade com o problema e outros, pela praticidade ou afinidade com a esfera penal.

Quadro 1 - Tipologia de Juízes/as de Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres

Fonte: Adaptado CNJ, 2019, p. 26.



PERFIL DOS JUIZES/AS

		COMPROMETIDO	MODERADO	RESISTENTE
ATITUDES		Atua com VDFM por opção	Atua com VDFM por critérios pragmáticos, mas se envolve com o tema	Atua com VDFM principalmente por critérios pragmáticos
		Demonstra muita sensibilidade com o problema	Demonstra alguma sensibilidade com o problema	Não demonstra sensibilidade com o problema
PRÁTICAS	JUDICIAIS	Confere prioridade ao relato da mulher das decisões processuais	Confere ao relato da mulher peso equivalente ao de outros elementos nas decisões judiciais	Outras provas têm peso mais decisivo que o relato da mulher
		Comumente defere medidas protetivas	Não apresenta tendência definida na análise das medidas protetivas	Tende a indeferir medidas protetivas
		Não costuma reforçar estereótipos de gênero	Não costuma reforçar estereótipos de gênero	costuma reforçar estereótipos de gênero
	INSTITUCIONAIS	Atua intensamente na rede	Atua modestamente na rede	Não é ativo na rede
		Cobra mais empenho das coordenadorias estaduais	Está satisfeito com a atuação das coordenadorias estaduais	Considera demasiada a atuação das coordenadorias estaduais

Observa-se ainda que, os intitulados como comprometidos, são mais sensíveis ao tema e entendem que é necessário atuar além da literalidade da Lei Maria da Penha, apresentam sensibilidade ao ouvir o relato das mulheres, deferem medidas protetivas e mais importante, não reforçam estereótipos de gênero. Eles ainda cobram mais empenho das coordenadorias



estaduais, com isso, humaniza as relações e as torna mais eficaz. Em contrapartida, fazendo o paralelo com os “resistentes”, percebe-se que atuam de forma pragmática. Todavia, o pragmatismo, em uma seara que envolve subjetivismo e nuances familiares, pode acarretar, ineficácia da legislação, desestimulando as mulheres que procuram por tal ajuda.

Percebe-se que a discrepância nos atendimentos, acarreta barreiras para aquela mulher que procurou a Justiça, seja pelo desinteresse de alguns magistrados, seja pela insensibilidade quanto ao problema. Além disso, a dimensão geográfica do país pode inferir na dificuldade de atuação do Poder Judiciário, logo, no acesso à justiça, pois a realidade de quem vive nas capitais e grandes cidades é diferente da vivida nas regiões rurais e cidades mais distantes.

Assim, os gráficos mostram que o atendimento prestado pelos Magistrados, no trato com a mulher vítima de violência doméstica, tem refletido na eficácia ou não da lei Maria da Penha e conseqüentemente na materialização do princípio constitucional de acesso à justiça.

2.3 A MULHER POTIGUAR NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Partindo para uma análise localizada da violência doméstica, o presente tópico irá tratar sobre a realidade das mulheres norte-rio-grandenses. Inicialmente, segundo dados do Painel de Violência contra Mulheres⁶ do Senado, o RN tem uma população feminina de 51,6%, ou seja, o número de mulheres é superior aos homens, desse total, 61,7% das mulheres são negras ou pardas e 38,1% são brancas. Com um número de mulheres superior ao de homens, percebe-se que não se está tratando de grupos, quantitativamente, minoritários. Todavia, o Rio Grande do Norte-RN possui dados estatísticos preocupantes, quando o tema é violência doméstica e familiar contra a mulher, ou seja, o fato de ser maioria quantitativa, vem sofrendo com a opressão da violência.

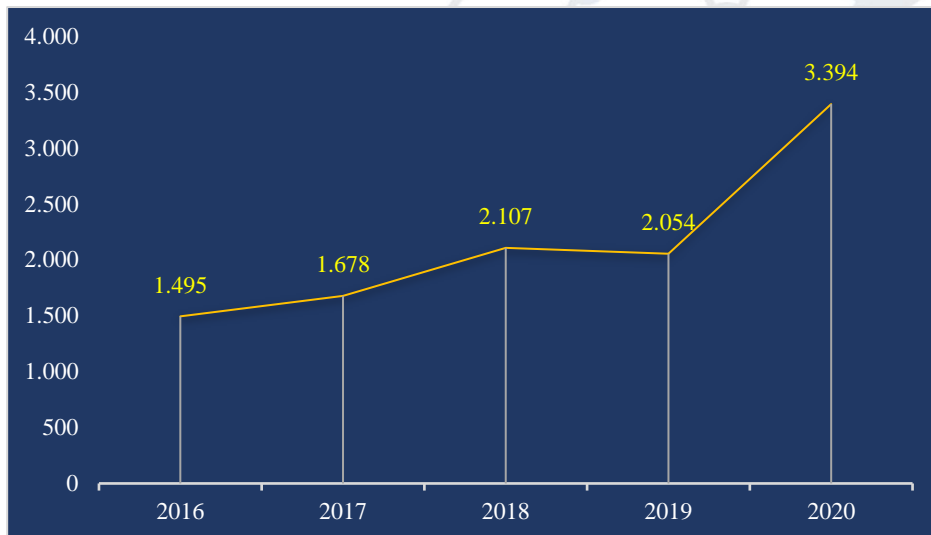
Ocorre que, de forma otimista e positiva, as mulheres vítimas de violência, têm conseguido chegar ao judiciário para assegurar os seus direitos e proteção. Vê-se que de acordo

⁶ Fonte: <http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opensdoc.htm?document=senado%2FPainel%20OMV%20-%20Viol%C3%Aancia%20contra%20Mulheres.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true>



com o Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, identificado no **gráfico 1**, no ano de 2019, o estado aplicou 2.092 medidas protetivas, tendo ocorrido um aumento de 39% de tal aplicação, nos anos de 2016 a 2019.

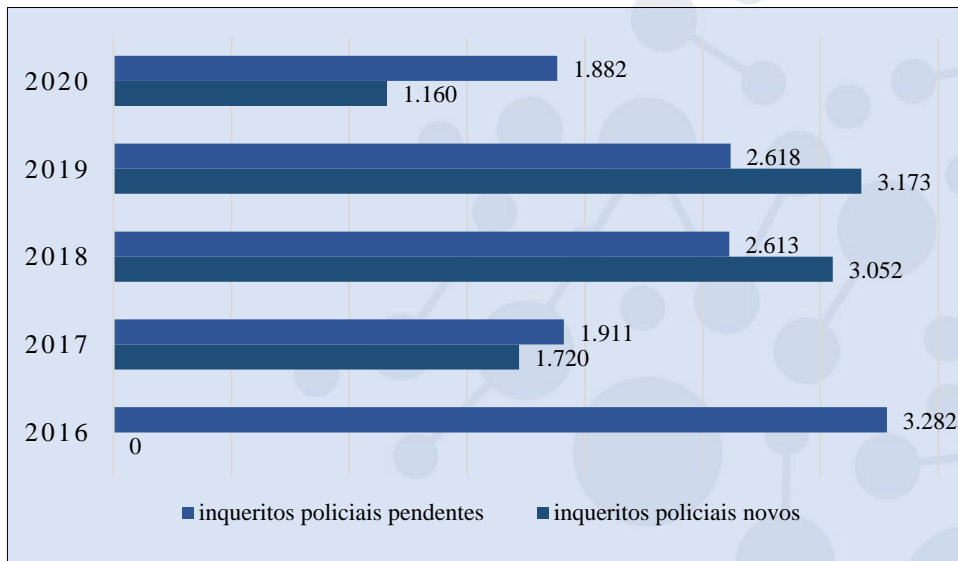
Gráfico 1 – Medidas protetivas



Fonte: CNJ, 2020.

A medida protetiva de urgência está previsto na Lei Maria da Penha como um mecanismo de amparo às mulheres. Todavia, apesar da medida protetiva está estabelecida pelo Poder Judiciário. Alguns agressores descumpriam as decisões judiciais. Em razão disso, o Poder Legislativo criou e o Poder Executivo sancionou a lei de nº 13.641/2018, que tinha como único intuito tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência., estabelecendo pena de três meses a dois anos de detenção. Assim, verifica-se o empenho e harmonia dos três poderes no combate a violência doméstica.

Gráfico 2 – Inquéritos policiais

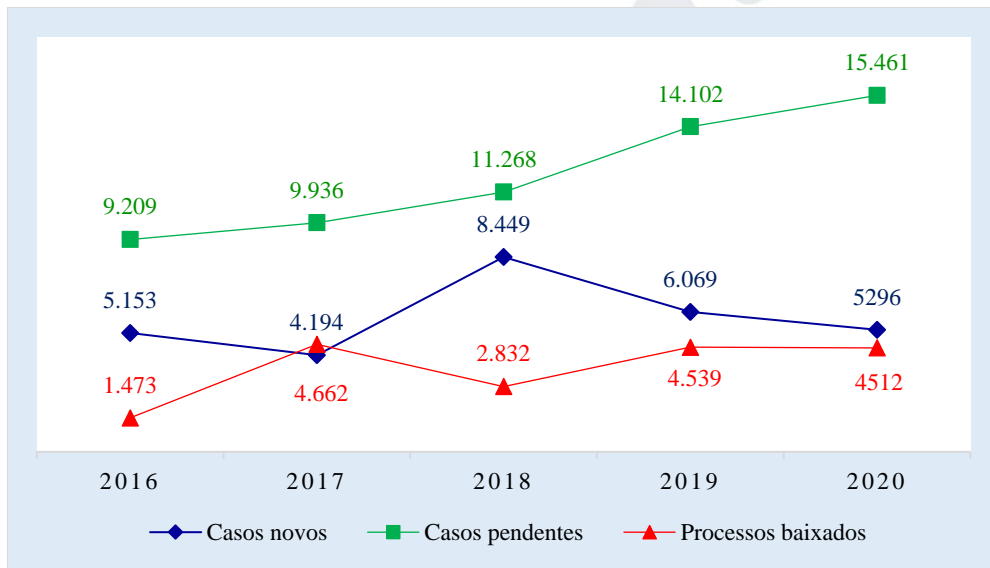


Fonte: CNJ, 2020.

Os dados ainda mostraram que houve um aumento, expressivo de inquéritos policiais. Conforme mostra o **gráfico 2**, em 2019 o número de inquéritos novos foi bastante expressivo, quando comparado ao ano de 2016, que havia muitos inquéritos pendentes e nenhum novo. Assim, os dados comprovam que houve um aumento de 84% nos inquéritos novos entre os anos de 2017 e 2019. Enquanto houve, uma redução dos inquéritos pendentes de -42% entre 2016 e 2017.

Além dos dados oriundos da fase de investigação, tem-se os dados dos processos judiciais. Quando se analisa o gráfico 3, percebe-se que os casos pendentes de solução vêm aumentando, com um aumento expressivo, de 2018 a 2020. Os processos baixados, ou seja, que atingiram o fim a que se propôs, não é tão expressivo. O que justifica a quantidade de processos pendentes. Os casos novos, sofreu significativa queda dos anos de 2018 até 2020. Mas, é nítido o acúmulo no Judiciário dos processos em andamento, o que justifica essa pendência.

Gráfico 3 – Processos de violência doméstica na fase de conhecimento



Fonte: CNJ, 2020.

Deste modo, para que o acesso à justiça se concretize, de forma eficaz, para a mulher vítima de violência doméstica, se faz necessário também que os processos tenham andamento mais célere. Não adianta o Legislativo e Executivo criar e sancionar legislações, nem a autoridade policial investigar, se o processo ficará pendente no Poder Judiciário. É necessária uma coesão de ações, para que a legislação atenda seu fim e para que o acesso à Justiça se materialize.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, como últimas considerações, destaca-se que a violência doméstica e contra a mulher é um fenômeno que vai além de apenas o acesso à justiça e busca por medidas protetivas de urgência, é um problema de políticas e saúde pública. Deste modo, buscar, exclusivamente, a punição do agressor não é o suficiente, é importante o tratamento do agressor, como é previsto na própria Lei Maria da Penha. Além de vencer essas barreiras técnicas, há a batalha social e cultural, pois, a sociedade ainda espera da mulher o cumprimento de um “papel”, qual seja, de reprodução e de “dona de casa” e não participante efetiva nas tomadas de decisão para o desenvolvimento econômico e político do país. Todavia, a participação da mulher na criação, execução da legislação, torna o direito mais eficaz e seu ponto de vista começa a ser defendido.



O fato é que a luta pela igualdade e combate a violência de gênero não vislumbra uma solução a curto prazo, pois além da capacitação de todos os envolvidos no atendimento às vítimas em situação de violência, é importante a sensibilização com o problema como um todo, a fim de mudar a percepção das pessoas que atuam nos órgãos institucionais. Mas, trazendo para o contexto da temática, o acesso à justiça com meio de combate a violência doméstica, vê-se que ainda existem magistrados que atuam de forma insensível com os casos, não dando o real valor a voz da vítima, mas enxerga-se àqueles que pensam e agem diferente, proporcionando um atendimento humanizado e acolhedor para a mulher. Assim, ainda há muito a ser mudado e alcançado, não apenas no que se refere a justiça, como também a rede de apoio. No entanto, percebe-se que mesmo em meio as dificuldades apontadas, o Poder Judiciário segue se empenhando e avançando em políticas judiciárias para combater o problema, cumprindo seu papel constitucional.

Mas, não se pode esquecer que, o combate a violência doméstica, vai além de um acesso á Justiça eficaz, é necessário além da punição do agressor, políticas públicas multidisciplinar de reabilitação, ou seja, a busca pela erradicação da violência doméstica, precisa enfrentar todas as frentes, para que possa reduzir e até extinguir essa barbárie.

REFERÊNCIAS

AGRA, Walber de Moura. **Curso de Direito Constitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

AMORIM, Ana Mônica Anselmo de. **Acesso à justiça como direito fundamental e defensoria pública**. Curitiba: Juruá, 2017.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. **Diário Oficial da União**: Seção 1, 2 ago. 1996, Página 14471. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1973-1-agosto-1996-435655-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 12 de out. de 2020.

CAPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CENTER FOR WOMEN'S GLOBAL LEADERSHIP. **16 days campaign guide, 2019**. Disponível em: <<https://16dayscampaign.org/wp-content/uploads/2019/10/2019-Global-16-Days-Campaign-Guide-Final.pdf>> Acesso em: 16 out. 2020.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório:** o poder judiciário no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. BRASÍLIA: CNJ; IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35101> Acesso em: 26 de out. de 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Monitoramento da política judiciária nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres.** disponível em: <https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opensoc.htm?document=qvw_1%5Cpainelcnj.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shVDResumo> Acesso em: 14 de out. 2020.

COUNCIL of Europe Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence. 12 April, 2011. Disponível em: <<https://rm.coe.int/168046031c>> Acesso em: 12 out. 2020.

GOV.UK. **Statutory guidance framework:** controlling or coercive behaviour in an intimate or family relationship. Crime, justice and law. Published 5 December 2015. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/statutory-guidance-framework-controlling-or-coercive-behaviour-in-an-intimate-or-family-relationship>> Acesso em: 05 de agosto de 2021.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Tipos de violência.** Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>> Acesso em: 18 out. 2020

KRUG, Etienne G. et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** World report on violence and health. Geneva. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. Disponível em: <<http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>> Acesso em: 16 de out. de 2020.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direitos humanos.** Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.

MORGADO, Rosana. **Mulheres em situação de violência doméstica:** limites e possibilidades de enfrentamento. In. GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Pontes (Org.). Psicologia jurídica no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2011. 351 p. (Ensino da Psicologia).

PENZEYMOOG, Eva; SLAKOFF, Danielle C., (2021), As technology evolves, so does domestic violence: modern-day tech abuse and possible solutions. **The Emerald International Handbook of Technology Facilitou Violence and Abuse** (Emerald Studies In Digital Crime, Technology and Social Harms), 2021. pp. 643-662. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/978-1-83982-848-520211047>> Acesso em: 05 de agosto de 2021.



PHILIPS, Deborah. Gaslighting: domestic noir, the narratives of coercive control. **Women: A Cultural Review**, 32:2, 2021, p. 140-160, Disponível em: <doi: 10.1080/09574042.2021.1932258> Acesso em: 31 julho de 2021.

PINHO, Humberto Dalla B. de. **Direito processual civil contemporâneo**. 8.ed. São Paulo, Saraiva Educação, 2018.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SWEET, Paige L. The sociology of gaslighting. **American Sociological Review**, v. 84, n. 5, p. 851-875, 2019.

UN urges 'zero tolerance at the highest levels of leadership' to end violence against women and girls. **ONUNews**. 25 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2015/11/516452-un-urges-zero-tolerance-highest-levels-leadership-end-violence-against-women#.VIXkq9KrSM9>> Acesso em: 17 out. 2020.



A IMPORTÂNCIA DA FISIOTERAPIA NO ACOMPANHAMENTO GESTACIONAL

Silvianeide Pessoa Porto¹

Maximiliano Gonçalves Sousa Celino²

Beatriz da Silva Arruda³

Moises Couto⁴

RESUMO

A Fisioterapia está em expansão crescendo nas mais variadas especialidades, uma área ainda pouco divulgada que requer atenção, é a saúde da mulher no acompanhamento da gravidez promovendo uma qualidade de vida das gestantes. O objetivo do trabalho é avaliar os riscos e benefícios da fisioterapia e prática de exercício físico na gestação. Para realizar a avaliação aplicou-se o questionário validado QF36, associado a outro que viabilizava mensurar as práticas e rotina da gestante, ocupação, nível de dor, número de gestação, período gestacional, peso altura, patologias, uso de medicações e se realizavam acompanhamento do fisioterapeuta. O estudo obteve uma amostra de seis mulheres gestantes com faixa etária de 20 a 37 anos de idade. Para alcançar o público desejado contou-se com o auxílio do Agente Comunitária de Saúde (ACS). Os resultados obtidos através dos questionários: dor muito leve (33,2% 2 grávidas), dor moderada (16,6% 1 grávida), dor grave (33,2% 2 grávidas), não apresenta dor (16,6% 1 grávida). O QF-36 apresenta escore de (0 – 100) diante dos escores apresentados nas

¹Graduanda do VI período do curso de Fisioterapia turno manhã na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FCRN) silvianeideporto47@gmail.com

²Graduando do VI período do curso de Fisioterapia turno manhã na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FCRN) maximilianocelino15@gmail.com

³Graduanda do VI Período do curso de fisioterapia turno manhã na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FCRN) beatriz18arruda@gmail.com

⁴Professor Bacharel em Fisioterapia pela Universidade Potiguar 2011, Mestrado em Fisioterapia UFPE 2014 com ênfase em desempenho físico funcional e qualidade de vida, pós graduação em neuro psiquiatria e ciência do comportamento, da UFPE, especialista em biomecânica da atividade física e saúde pela universidade Estácio de Sá 2014, especialista profissional em Fisioterapia esportiva (SONAFE) 2015 coordenador e professor do curso de Fisioterapia com ênfase em neuromuscular, ortopedia e desportiva atuando nos seguintes temas cinesiologia biomecânica e eletromiografia moisescouto@gmail.com.





entrevistadas foram encontrados (25 – 61) o escore 25, segundo o questionário corresponde a uma saúde ruim, enquanto o escore 61 refere a uma saúde geral boa. 50% das entrevistadas praticavam exercício físicos e acompanhamento com fisioterapeuta. Como conclusão verificou-se uma melhor qualidade de vida nas gestantes que praticavam exercício físico com acompanhamento do profissional.

Palavras Chave: fisioterapia, gestação, qualidade de vida

ABSTRACT

Physiotherapy is expanding and growing in the most varied specialties, an area still little known that requires attention, is women's health in monitoring pregnancy, promoting a quality of life for pregnant women. The aim of this work is to assess the risks and benefits of physical therapy and physical exercise during pregnancy. To carry out the evaluation, the validated QF36 questionnaire was applied, associated with another that made it possible to measure the pregnant woman's practices and routine, occupation, level of pain, pregnancy number, gestational period, weight, height, pathologies, use of medications and follow-up of the physiotherapist. The study obtained a sample of six pregnant women aged between 20 and 37 years old. To reach the desired audience, the Community Health Agent (CHA) was assisted. The results obtained through the questionnaires: very mild pain (33.2% 2 pregnant), moderate pain (16.6% 1 pregnant), severe pain (33.2% 2 pregnant), no pain (16.6% 1 pregnant). The QF-36 has a score of (0 – 100) compared to the scores presented by the interviewees (25 – 61), the score 25, according to the questionnaire, corresponds to poor health, while the score 61 refers to good general health. 50% of the interviewees practiced physical exercise and followed up with a physiotherapist. In conclusion, there was a better quality of life in pregnant women who practiced physical exercise with professional monitoring.

Keywords: physiotherapy, gestation, quality of life.

1. INTRODUÇÃO



A fisioterapia é uma das áreas mais jovens da saúde, nasceu e vem se desenvolvendo no Brasil por meio dos esforços de uma categoria que, até 2004, era de aproximadamente 80 mil profissionais CAVALCANTE et al (2011).

A fisioterapia se expande com a evolução da indústria e tecnologia crescendo nas mais variadas especialidades, existe área pouco divulgada e que requer uma atenção, é a saúde da mulher, optou-se por realizar a pesquisa sobre a importância da fisioterapia na gestação e descrever os benefícios que a fisioterapia poderá trazer para as mulheres no período gestacional, identificar como a fisioterapia atuará nas alterações e distúrbios encontrados na gestação. No período gestacional, é necessário compreender as mudanças natural que ocorrem no corpo gravídico normal NORONHA (2016).

A grávida desde a fertilização, e em cada fase gravídica, passa por uma sequência de adaptação no sistema fisiológico, no seu corpo, no primeiro e terceiro trimestre sofrem alterações de alinhamento, apresenta dor na coluna vertebral, sintoma comum entre a humanidade, motivando a ser desconsiderado e ser visto como algo normal FABRIM, CODRA, OLIVEIRA (2010).

A biomecânica explica o deslocamento do centro de gravidade para frente devido ao aumento do abdômen e das mamas, em consequência surgem as alterações de postura, diminuição do arco plantar, hiperextensão dos joelhos e anteversão pélvicas modificações nos padrões considerados normais para marcha e para o equilíbrio MANN et al (2011).

Diante desse conjunto de alterações fisiológicas no corpo da mulher é muito comum ouvir que é normal as gestantes sentirem dor e assim podem conviver com essa situação até o parto, a fisioterapia na área ginecológica e obstetrícia tem um papel de suma importância na análise e esclarecimento de alterações físicas e consequências das mesmas, promovendo os cuidados pertinentes a condição de cada paciente, no alívio de quadro álgico da coluna vertebral e controle de estresses musculares referentes a uma má postura em decorrência das mudanças corporais DALVI et al (2010).

Algumas mulheres estão preparadas para esse momento, outras provavelmente não, entretanto todas requerem atenção e cuidado com a saúde e qualidade de vida, necessita de uma equipe multidisciplinar, na equipe o fisioterapeuta pode trazer uma melhor qualidade para mulher auxiliando durante a gestação e no parto necessário avaliar e mensurar a dor, para

reconhecer o desconforto, se existe influência negativa nas atividades de vida diária, no desempenho físico, a fisioterapia é a ciência que estuda previne e reabilita as disfunções cinéticas funcionais. NORONHA (2016)

Riscos

- ✓ Risco de perda de dados, apenas um integrante guardar os dados em um computador protegido com senha.
- ✓ Limitação física em decorrência do período gestacional, diante das variáveis de cada momento existe um controle específico para cada fase, para que evite complicações ou mesmo desgaste da paciente.
- ✓ Risco de complicação do controle da pressão arterial, será feito um questionário, onde será abordado, se a gestante tem alterações na PA, se a mesma veio em decorrência da gestação ou não, se faz uso de medicação.
- ✓ Pacientes propensos a lesões, devido à alteração do peso, questão de condicionamento físico, período gestacional deve respeitar seus limites.
- ✓ Desconforto devido aos efeitos dos exercícios que a gestante pratica, mesma deve ser orientada sobre os riscos, sempre ressaltando que cada um tem seu limite e deve ser observado (presença de dor ou desconforto indicar que a paciente deverá procurar orientação médica).

Benefícios

- ✓ Correção postural através de exercícios físicos e alongamento haverá uma melhora da propriocepção das gestantes, ocasionando o alívio da dor muitas vezes atribuídos a lombalgia, ou ao aumento de peso, isso se deve a uma postura mais adequada em tarefas simples como sentar-se, levantar-se e deitar-se na cama.
- ✓ Fortalecimento do assoalho pélvico, é de suma importância, a preparação da região pélvica, para suportar a carga extra recebida de peso durante a gravidez, previne também a incontinência urinária e fortalece a região em preparação para o parto. Onde serão abordados exercício de Kegel.



- ✓ Melhora do condicionamento físico, a prática de exercício durante a gestação é de grande importância, onde haverá o fortalecimento dos músculos, e ajudando na parte circulatória e respiratória, melhorando também a qualidade do sono, diminuição do estresse e da ansiedade, sensação de bem-estar e diminuição de lesões, obtendo assim um melhor desempenho na hora do parto.
- ✓ Alívio da dor, a prática regular de exercícios físicos durante a gestação promove analgesia.

2. METODOLOGIA

O estudo caracterizou-se como uma pesquisa de caráter avaliativo, o qual apresenta como amostra um grupo de seis mulheres gestantes, fisicamente ativas e sedentárias com faixa etária entre 20 a 37 anos. Aplicou-se à amostra dois questionários: o Q-F36 um instrumento validado para verificar a qualidade de vida relacionada à saúde, refere-se à percepção do indivíduo, de suas próprias limitações físicas, psicológicas e sociais FREITAS (2016) e um questionário criado pelo grupo para mensurar outras variáveis, como: pessoa ativa ou sedentária, ocupação, nível de dor, número de gestação, período gestacional, peso, altura, patologias e se tinham acompanhamento com o fisioterapeuta.

A proposta do questionário Q-F36 é avaliar oito domínios tais como: Capacidade Funcional, Limitação por aspectos físicos, Dor, Estado geral de saúde, vitalidade, aspectos sociais, emocionais e saúde mental. Este questionário é aceito para avaliar pessoas saudáveis ou com patologia FREITAS (2016). Portanto o Q-F36 foi aplicado nas gestantes para verificar a qualidade de vida.

Referente ao histórico obstétrico aplicou-se uma ficha de avaliação com questões objetivas com abertura para diálogo, previamente estruturada no intuito de avaliar as práticas de exercício físico, classificar a dor, o local e a intensidade da dor no período de gestação, acerca do pré-natal, o uso de medicação, se tem doenças crônicas como hipertensão diabetes ou outras, alteração de peso (e em decorrência se sente dor ou desconforto ou houve alguma lesão na gestação), limitação física no período gestacional viabilizando destacar os riscos e benefícios para gestante FREITAS (2016).

Devido ao momento que a população global vivencia com esse período de pandemia as aulas permanecem on-line, e respeitando o processo de isolamento social, nessas condições optou-se por aplicar o questionário de modo on-line via app whatsapp.

Para chegarmos ao público desejado contou-se com auxílio da (ACS) Agente Comunitária de Saúde Julia Cilda Porto Oliveira, residente em Fortaleza-Ceará participaram da pesquisa 5 gestantes, que são atendidas em (UAPS) Unidade de Atenção Primária de Saúde, Flavio Marcilio, Regional II, e uma gestante que realiza o pré-natal em clínica (IMED) Clínica De Médicos Integrado na cidade de Pau dos Ferros. Total da amostra foram 6 gestantes.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Para cada fase, da gestação um cuidado diferenciado, para evitar complicações ou mesmo desgaste do paciente. Um deles é o método Pilates um programa de exercício para condicionamento físico e mental que buscam desenvolver a concentração, força equilíbrio flexibilidade coordenação e relaxamento. É possível também manter o controle consciente de todos os movimentos corporais, recomendam que as mulheres grávidas que nunca fizeram o método Pilates, iniciem a partir do 4º mês 16 semanas período em que a gestação já está segura. Para KROETZ, SANTOS (2015)

IMPORTANTE:

- ✓ Ficar atento aos exercícios que possam aumentar o risco de quedas ou escorregões.
- ✓ Otimizar a sequência de realização dos exercícios em cada decúbito por vez, e, desse modo, evitar mudanças excessivas entre o eixo vertical e o eixo horizontal durante a sessão.
- ✓ Orientar a paciente para que as mudanças posturais sejam lentas.

KROETZ, SANTOS (2015) apud OLIVEIRA; BRITO (2014).

3.1 TÉCNICA DO PILATES NA GESTAÇÃO

1º trimestre (1 – 13) semanas enfatizar exercício de pouca carga observando a melhora da consciência corporal e mobilidade da coluna, evitar exercícios abdominais excêntricos, Estimular a regularidade das sessões duas ou três vezes por semana.



2º trimestre (14 – 27) aumentar a observação em possíveis compensações de aumento da lordose lombar durante o exercício. Evitar alongamento excessivos e forçados. Priorizar cadeias musculares de fortalecimento para adaptação da biomecânica gestacional, alongamento da cadeia anterior do tórax e fortalecimento dos rotadores externos dos ombros.

3º trimestre (28 – 40) semanas aumentar a carga nos exercícios para os membros superiores para preparação dos cuidados pós-natais com o neonato, priorizar exercício da mobilização pelve, nas últimas semanas evitar sincronizar a contração.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

O questionário e a ficha de avaliação aplicado com 6 gestantes para avaliar os riscos e benefícios da fisioterapia e do exercício físico na gestação. O QS-36 se define por escores com pontuação máxima (0 – 120) e a mínima de (0 – 100). O zero representa o pior estado geral de saúde, e 100, o melhor estado de saúde, ou seja, quanto menor a pontuação caracteriza-se algum problema na saúde. É importante para observar a percepção do estado de saúde pelo próprio paciente quanto maior o escore melhor a qualidade de vida do indivíduo. FREITAS (2016) apud AQUINO (2009),

A classificação da pontuação transformada na escala de 0 a 100, e obtida com o questionário SF-36. Adaptado de URSS (2000).

ESCORES	(0- 100)
Excelente	100
Muito boa	84
Boa	61
Ruim	25
Muito ruim	0

Avaliando as gestantes entrevistada de acordo com os escores do questionário apresentado na tabela acima:

- ✓ Das pacientes entrevistadas quatro referiram como boa de acordo com a tabela apresentada;
- ✓ A pontuação máxima de acordo com as avaliadas apresentadas foi (61) que se refere à saúde Geral Boa;
- ✓ Uma muito boa (84);
- ✓ Uma ruim que de acordo com a tabela referenciada acima, que pontua em (25);

Uma das gestantes apresentou a pontuação (25) conforme o QF-36 devido a um sangramento no primeiro trimestre gestacional. Para RIOS, OLIVEIRA (2009), as anormalidades do primeiro trimestre da gravidez nesse contexto, são indicadas realizar a ultrassonografia transvaginal. O método de escolha para o estudo da gestação do primeiro trimestre. Na vigência de sangramento vaginal este método apresenta alta especificidade no esclarecimento da viabilidade conceptual, esclarecendo, com precisão, na maioria das vezes, o processo etiológico envolvido no quadro clínico. O médico que a acompanha solicitou exames, pediu o máximo de repouso prescreveu um complexo vitamínico para evitar anemia.

As principais complicações da hipertensão na gestação: pré-eclâmpsia, eclâmpsia, síndrome HELLP (diminuição do crescimento fetal intra útero, descolamento de placenta, prematuridade hemorrágica intracraniana, malformação pulmonar, imaturidade da mucosa intestinal pneumonia), trabalho de parto prematuro insuficiência renal. O diabetes e a hipertensão na gestação predispõem para desenvolvimento de doenças cardíacas alterações sistêmicas menor expectativa de vida e complicações. Rodrigues (2019).

Estudo realizado no município de Caratinga entre puérperas que fizeram fisioterapia durante a gestação e aquelas que não participaram de fisioterapia, neste sentido o estudo não identificou presença de dor ou desconforto devido ao exercício praticado, as manobras realizadas no estudo foram, drenagem, exercício de mobilização pélvica, posicionamento adequado, e exercício para facilitar o retorno venoso concluíram que as técnicas fisioterapêuticas utilizadas houve um menor tempo de trabalho de parto, reduz o aparecimento de câimbras nas pernas e parestesia, reduz o cansaço, dispneia, e diminuição no sentido de timpanismo (aumento de gases) SOUSA, ALVES et al (2005).

A lombalgia é um acometimento frequente entre essa população e se caracteriza com a dor de intensidade moderada e se agrava com o avanço da gravidez e das atividades domésticas,



e melhora com o repouso. Ressalta-se que não significa permanecer em repouso durante toda a gestação, pois a fisioterapia vem abrindo novos caminhos direcionados para este grupo, através de recursos e técnicas fisioterapêuticas para o alívio da dor. RPG, alongamentos, pilates, técnicas de Kegel. CARVALHO (2011).

Das gestantes que responderam o QF-36, cerca 33, 2% relatam um pouco de dificuldade ao levantar algum tipo de peso, já 50% apresenta dificuldade para subir vários lances de escada, curva-se e ajoelha, e 33,2% sentem dificuldade para andar distâncias mesmo que pequenas e 16,6% sente um pouco de dificuldade para tomar banho e vestir-se.

Essas variáveis remetem a complicações musculoesqueléticas devido as mudanças encontradas na biomecânica da postura na gravidez, são respostas adaptativas seguido de outros fatores pertinente ao período gestacional, como o aumento dos seios, do útero, do ganho de peso e da instabilidade articular de modo que uma das complicações pode ser o desequilíbrio fisiológico da coluna, pela maior inclinação anterior da pelve e rotação externa dos membros inferiores que permitem maior base de sustentação e modificação na distribuição do peso na região plantar dos pés. A grávida faz uma elevação da cabeça com isso ocorre uma hiperextensão da coluna cervical e lombar, aumentando a extensão dos joelhos e tornozelos para conseguir manter o equilíbrio postural, Noronha (2016).

As limitações físicas no primeiro trimestre de gestação são onde os ligamentos e articulações estão se tornando mais frouxos e instáveis, fazendo com que o risco de tensões ou lesões nas articulações, propiciando na adoção de uma postura inadequada. Kroetz Santos (2015).

No segundo trimestre ocorre um maior aumento da instabilidade dos ligamentos e articulações em torno da pelve, ocasionando o afastamento do músculo reto do abdome para que o bebê possa se desenvolver e se acomodar são alterações mecânicas hormonais e fisiológicas. OLIVEIRA (2013).

No terceiro trimestre surgem as dores e desconfortos na região lombar, pois as mudanças na forma de caminhar e postura estarão mais acentuadas, tornando-se importante o alinhamento corporal e postural visto que, os níveis hormonais acentuados mantem as articulações mais frouxas, uma maior flexibilidade das articulações nas regiões sacro-ilíaca e sínfise púbica, elevando assim, um aumento da capacidade pélvica onde os ligamentos e articulações estão se

tornando mais frouxos e instáveis, fazendo com que o risco de tensões ou lesões nas articulações, propiciando na adoção de uma postura inadequada.

Avaliou-se a variável referente ao condicionamento físico, no que se inserem os problemas nas atividades de vida diária e que pode ser expresso como atividade física, ressalta-se que atividade física é diferente de exercício físico. Atividade física pode ser definido como qualquer movimento que fazemos como as atividades de vida diária, ou seja, qualquer movimento que tenha gasto de energia é uma atividade física. Enquanto exercício físico é realizado com meta e objetivo geralmente acompanhado por profissionais qualificado. Pensando no exercício físico regular para gestantes ressalta-se que existe contraindicação de acordo com LIMA, OLIVEIRA (2005), as contraindicações podem ser absolutas e relativas. Absolutas: (Doença miocárdica descompensada, Insuficiência cardíaca congestiva, Tromboflebite, Embolia Pulmonar recente, Doença infecciosa aguda, Risco de parto prematuro, sangramento uterino, Doença Hipertensiva descompensada, suspeita de estresse fetal, paciente sem acompanhamento pré-natal). Relativas: Hipertensão essencial, Anemia, Doenças tireoidianas, Diabete mellitus descompensado, obesidade mórbida, histórico de sedentarismo extremo.

Um ponto que merece atenção, 50% das gestantes representa 3 das participantes dessa pesquisa, referiram que diminuiriam a quantidade de tempo que se dedicava ao trabalho ou outras atividades, 33,2% representa 2 avaliadas relata fazer menos tarefa do que gostaria.

Estudo realizado por Ferreira et.al (2012), entrevistaram 66 gestantes com idade aproximadamente 25 anos, o período gestacional entre dois e oito meses, 70% delas apresentaram dor lombar e prejudicava as suas tarefas domésticas algumas sofriam esse desconforto diariamente. Sousa et.al (2011), sugere em seu estudo que a idade gestacional e a dor influenciam de maneira importante nos aspectos físicos envolvendo a capacidade funcional e a limitação física das mulheres grávidas afetando diretamente na qualidade de vida. SILVA, CARVALHO (2011), realizaram estudo com 124 gestantes em Unidade Básica de Saúde, no município de Itabuna Bahia, para caracterizar a prevalência de lombalgia associado com atividades domésticas concluiu que 48,2% apresentam lombalgia com intensidade moderada que se agrava com o avanço da gravidez e com as atividades domésticas, a lombalgia é um acometimento frequente.



Da amostra avaliada as que praticam exercício representam 33,2% (2 gestantes) observou-se a diferença no nível de qualidade de vida, um motivo que é sugestivo para a presença significativa de profissionais da saúde tais como: fisioterapeutas, educador físico e outros ambos com consciência de melhorar a qualidade de vida e saúde para mãe e bebê.

A dor é um índice significativo para o estudo com as gestantes e merece atenção, é algo subjetivo, que pode ser mensurado, por escalas específicas para se mensurá-la. Entretanto avaliou-se através do QF-36 e um questionário complementar que avalia a dor e classifica de acordo com a resposta das gestantes (nenhuma, muito leve, leve, moderada, grave, muito grave); 50%(3 gestantes) das avaliadas referiram que, durante as últimas quatro semanas sentiram dor muito leve; 33,2%(2 gestantes) moderada e 16,6% (1 gestante) avaliando dor como grave. No que se refere à interferência da dor relacionado ao trabalho e atividades fora e dentro de casa 33,2% (2 gestantes) não apresenta dor; 33,2% apresentou pouca dor; 16,6% dor moderada e 16,6% bastante. A fisioterapia na assistência pré-natal de baixo risco, como parte de rotina da equipe de saúde da família, prioriza valorizar o protagonismo da gestante nesse processo, por meio do uso ativo e consciente do seu corpo.

Para SILVA, CARVALHO (2011), a lombalgia é uma dor localizada na porção inferior das costas com irradiação ou não para o abdômen e pelve, pernas e tronco, são comuns na gestação à autora realizou uma pesquisa com 124 gestantes 48,2% apresentaram dor lombar dessas 26,6% no primeiro trimestre, 15,3% no segundo semestre e 7,3% no terceiro trimestre.

Destacou-se que 50% das avaliadas são sedentárias e 16,6% dos sedentários está associado a problemas sociais e emocionais, para Nythia Sukumar Universidade de Warwick no Reino Unid (2015), os riscos apresentados durante a fase gestacional devido ao sedentarismo, em sua pesquisa com 1.263 mulheres grávidas foram acompanhados desde o primeiro trimestre até o final da gravidez respondendo questionários em relação as suas atividades físicas durante este período. Após análise de seus IMC, idade e posição econômica, os resultados foram nítidos apontando para as sedentárias, como as principais pacientes de depressão são mais recorrentes em problemas de saúde, e sofrem com o elevado ganho de peso.

Evidenciou-se através do estudo supracitado que, atividade física e exercícios na gravidez são recomendados para diminuir os riscos de diabetes gestacional e demais problemas de saúde que as gestantes estão susceptíveis a apresentar maiores riscos à vida da mãe e do bebê. As gestantes que responderam a ficha de avaliação não apresentaram queixas de doenças



crônicas; como diabetes hipertensão dentre outras, entretanto apresentaram queixas de ansiedade e sedentarismo, uma das gestantes referiu queixa de sangramento no primeiro trimestre gestacional. Nesse caso é contraindicado exercício físico, pois é sugestivo de aborto, é necessário informar para gestante sobre realização regular do pré-natal e seguir todas as orientações da equipe de saúde que a acompanha.

Abordou-se também sobre o tipo de ocupação, onde 33,2% cuida do lar, 66,4% trabalham fora de casa, quando abordado sobre a prática de exercício físico regular apenas 33,2% (2 grávidas) realizam e 66,4% não faz nem um tipo.

De acordo com PINHEIRO (2020), ao engravidar vários fatores colaboram para o aumento do peso tais como:

- ✓ Peso médio do feto que pode variar entre 3,2kg a 3,6kg,
- ✓ Aumento das reservas de gordura corporal 2,7 a 3,6kg,
- ✓ Aumento do volume sanguíneo 1,4 a 1,8kg,
- ✓ Retenção de líquido 0,9 a 1,4 kg,
- ✓ Peso do líquido amniótico 0,9 kg,
- ✓ Aumento do peso das mamas 0,45 a 1,4 kg,
- ✓ Aumento do peso do útero 0,9 kg,
- ✓ Peso da placenta 0,7 kg.
- ✓ Isso significa que uma grávida deve ganhar em média 11 – 14,5 até o final da gestação, muito embora são somente estimativas.

Está relacionado com o (IMC) Índice de Massa Corporal e para quem tem um baixo peso é necessário um aumento de peso maior que o mencionado, enquanto quem tem sobrepeso, o ganho de peso deve ser menor e deve ser acompanhado pelo nutricionista.

Nesse sentido segundo PINHEIRO (2020), é importante ressaltar que existem situações que é contraindicado, por estar relacionado a riscos na gestação tais como: cardiopatias, gestação múltiplas, (gêmeos, ou mais), sangramento vaginal, placenta prévia, trabalho de parto prematuro, hipertensão arterial não controlada e pré-eclâmpsia.

A vitalidade é uma variável que engloba perguntas com ênfase no vigor, e força da pessoa avaliada nesse sentido, 16,6% refere sentir vigor a maior parte do tempo, 16,6% refere uma boa parte do tempo, 16,6% alguma parte do tempo e 50% uma pequena parte do tempo. O

cansaço é um dos primeiros sintomas da gravidez durante as primeiras semanas, acontece porque o organismo consome mais energia para o desenvolvimento do bebê utilizando muitas vezes a reserva gerando a fadiga e o cansaço.

Em relação ao estado emocional (se sentir nervosa), 16,6% das avaliadas ressaltou todo o tempo. Geralmente as gestantes são mais sensíveis e com um maior risco para apresentar nervosismo, acontece por muitos fatores, como as mudanças hormonais, uma maior produção do hormônio do estresse que pode causar irritabilidade e baixa autoestima, 16,6% uma boa parte do tempo 33,2% alguma parte do tempo e 33,2% uma pequena parte do tempo. Deprimido que nada pode anima-lo: 16,6% considerando essa resposta a equipe de saúde refere que nesse momento de pandemia favoreceu a insegurança e o medo na população em geral essa população grávida estão mais vulneráveis para desencadear estresse ansiedade e até mesmo a depressão.

Para ZEOTO; PETEAN (2015), no período gestacional as mudanças e adaptações assim como um quadro de ansiedade são esperadas. A presença de risco para a mãe ou para o feto pode aumentar o nível de ansiedade na gestante, podendo prolongar-se, em alguns casos, até o período pós-parto. A ansiedade é um estado emocional que tem componentes fisiológicos e psicológicos, os quais abrangem diversas sensações, entre elas o medo e a insegurança, o aumento no estado de vigília e diversos desconfortos somáticos e do sistema nervoso autônomo, essa condição psicológica pode ter efeitos negativos na ligação mãe/filho, quando a mesma é muito intensa, a possibilidade de complicações obstétricas na gravidez e no puerpério aumentam. Além disso, também pode reduzir o bem-estar materno durante a gravidez e ter um efeito deletério sobre a construção da ligação.

5. CONCLUSÃO

Embora pequena, a amostra revelou resultados satisfatório, onde se evidenciou a importância da preparação da gestante pelo profissional de fisioterapia na prática do exercício físico, melhoria de qualidade de vida, não somente no período gestacional recuperação pós-parto - ressaltando que o estudo foi baseado em entrevistas através de questionários - observou-se que as gestantes em práticas de exercício regular tiveram uma gestação e parto de qualidade.

REFERÊNCIA

BATISTA, Daniele Costa *et al.* Atividade física e gestação: saúde da gestante não atleta e crescimento fetal. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 3, n. 2, p. 151-158, mar/jun. 2003.

FREITAS, Vera Regina Pessanha *et al.* ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA SEGUNDO O QUESTIONÁRIO SF-36 EM UM GRUPO DE MULHERES PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA DE HIDROGINÁSTICA: UMA PESQUISA DE CAMPO. **Ciência Atual**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 02-09, 2015.

KROETZ, Daniele Cecatto. BENEFÍCIOS DO MÉTODO PILATES NAS ALTERAÇÕES MUSCULOESQUELÉTICAS DECORRENTES DO PERÍODO GESTACIONAL. **Rev. Visão Universitária**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 72-89, 2015.

LEAL, Josénara de Araújo; CARVALHO, Arethuzza de Melo Brito. PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DE GRUPO DE FISIOTERAPIA PARA GESTANTES NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA. **Rev. Bras. Remato**, Piauí, v. 45, n. 3, p. 188-190, 2005.

NYTHIA SUKUMAR, Depressão e Diabetes associada a gravidez sedentárias. **Rev. Índice toda saúde** fonte Medical News today 2015

NORONHA, Daline Emanuella Freire dos Santos. Benefícios da Fisioterapia na gestação: Uma revisão integrativa. **Centro de Ciências Biológicas e da Saúde**, Paraíba, 16 maio 2016.

OLIVEIRA Larissa Viana Gomes de Indicação e contra indicação da cinesioterapia durante o 2º semestre de gestação **repositório FAEMA** 2jul2013

RODRIGUES, Alessandro Lima *et al.* Implicação da hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus na gestação. **Ciência em Foco**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 120-130, 2019.

SANTANA, Jerusa da Mota *et al.* Associação entre ganho ponderal na gestação e peso ao nascer: Coorte NISAMI. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 20, n. 2, p. 31-50, 5 ago. 2020.

SILVA, Kezia Barreto da; CARVALHO, Cristiane Alves de. Prevalência da lombalgia e sua associação com atividades domésticas em gestantes do município de Itabuna, Bahia. **Rev. Baiana de Saúde Pública**, Bahia, v. 35, n. 2, p. 151-158, 2011.

SOUSA, Alves et al Fisioterapia durante a gestação: um estudo comparativo. **Rev. Fisioterapia Brasil** v.6n.4 p265-270

ZEOTI; PETEAN Apego materno fetal, ansiedade e depressão em gestantes com gravidez normal e de risco estudo comparativo, **Nucleo de editoração SBI Campos II** Campinas São Paulo Brazil.

**ANÁLISE DO NÍVEL DE DESIDRATAÇÃO EM JOGADORES DE FUTEBOL DA
ESCOLA FLAMENGO DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ-RN**

**DEHYDRATION LEVELS ANALYSIS OF SOCCER PLAYERS OF
FLAMENGOSOCCER SCHOOL FROM THE CITY OF MOSSORÓ-RN**

João Victor Silva Santos¹

Lídia Regina Tavares Silva²

Alessandra Silva de Oliveira³

RESUMO

No futebol, os jogadores passam por um elevado estresse fisiológico durante os treinos. As características do esporte juntamente com as condições ambientais inadequadas provocam a rápida desidratação e comprometem o desempenho dos atletas. O objetivo deste estudo é avaliar o nível de desidratação de jogadores de futebol da Escola Flamengo do município de Mossoró-RN. A avaliação do nível de desidratação dos jogadores foi realizada através de um protocolo de três etapas, incluindo também, a aplicação de um questionário. Os resultados da primeira etapa foram: 90,90% dos jogadores com classificação de desidratação leve e 9,10% com desidratação significativa; na segunda etapa: 81,80% com classificação de bem hidratados e 18,20% com desidratação leve; e na terceira etapa: 68,2% com classificação de bem hidratados e 31,8% com desidratação leve. Por meio do questionário foi constatado que todos os atletas ingerem, principalmente, água, antes, durante e após os treinos e alguns dos sinais e sintomas mais selecionados foram: sede excessiva, sensação de “boca seca”, cansaço intenso e dificuldade de realizar movimentos. Portanto, as avaliações dos níveis de desidratação variaram nas três etapas, e os resultados foram bastante expressivos, revelando as perdas de massa corporal dos jogadores, os hábitos de hidratação e os sinais e sintomas referentes, sugerindo assim, o reforço constante sobre a importância da hidratação adequada.

Palavras-chaves: Desidratação. Futebol. Termorregulação. Adolescentes.



¹ Graduado em Nutrição – E-mail: joao_victor.silva@outlook.com

² Graduada em Nutrição – E-mail: lidiareginat4@gmail.com

³ Docente-Orientadora Especialista em Nutrição Clínica e Esportiva – E-mail: alessandra.silva@unp.br.

ABSTRACT

In soccer, players undergo a high physiological stress during practice. The characteristics of the sport coupled with inadequate environmental conditions cause fast dehydration and hinder athletes' performance. The objective of this study is to evaluate the dehydration level of soccer players from Flamengo School in the city of Mossoró. The assessment of the players' dehydration level was carried out by using a three-step protocol, including the application of a questionnaire. The results of the first stage were 90.90% of players with mild dehydration rating and 9.10% with significant dehydration rating; in the second stage: 81.80% with well-hydrated classification and 18.20% with mild dehydration; and in the third stage: 68.2% with well-hydrated classification and 31.8% with mild dehydration. The questionnaire revealed that all athletes ingest, mainly water, before, during and after practice and some of the most selected signs and symptoms were excessive thirst, feeling of "dry mouth", intense tiredness and difficulty to perform movements. Therefore, the evaluation of dehydration levels varied in the three stages, and the results were very expressive, revealing the players' body mass loss, the hydration habits and the relating signs and symptoms, thus suggesting the constant reinforcement about the importance of proper hydration.

Keywords: Dehydration. Soccer. Thermoregulation. Teenagers.

1 INTRODUÇÃO

O futebol é uma modalidade esportiva que abrange um conjunto de exercícios intermitentes podendo variar o esforço, de pouco para muito, como também a velocidade, dependendo do tempo e da posição do jogador (GUERRA; SOARES; BURINI, 2001). É um esporte de intensidade elevada, em que o metabolismo utiliza, de forma mais acentuada, da via metabólica aeróbica, mas há momentos do uso da via anaeróbica, para conseguir realizar os movimentos (DIAS, 2008).



Sendo bastante popular em vários países, como o Brasil, é praticado principalmente por meninos em seus momentos de lazer (PERRONE, 2010). A adolescência compreende uma fase de mudanças, da infância para a etapa adulta da vida, é nela que ocorrem de forma acelerada, vários processos de crescimentos e desenvolvimentos físicos e mentais, como por exemplo, a puberdade (EISENSTEIN, 2005). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1986) esse estágio acontece entre o período de 10 a 19 anos.

Esse grupo tem características fisiológicas diferentes dos adultos, pois com o passar da idade há o ganho de força muscular, e durante os exercícios eles possuem um maior consumo máximo de oxigênio ($VO_{2máx}$) (MEYER; SEHL, 2013). Além disso, apresentam uma menor capacidade de termorregulação, menor tempo de recuperação entre um exercício e outro, menores estoques de glicogênio e de gordura corporal (HIRSCHBRUCH, 2014).

Nessa fase, um ponto muito importante é a hidratação, principalmente se for atleta, pois a velocidade da troca de calor com o ambiente aumenta devido à superfície de contato corporal ser maior, e durante a prática de exercícios de longa duração em ambientes de temperaturas elevadas isso se intensifica ainda mais (CAMPAGNOLO, 2015).

No esporte, ainda não há recomendações quanto a ingestão hídrica específicas para o público adolescente, sendo preciso estabelecer planos de hidratação, adequando: a individualidade do atleta, as condições do clima e aos intervalos, por exemplos, além do incentivo, mostrando a importância da ingestão hídrica antes, durante e após os treinos (ROSSI; REIS; AZEVEDO, 2010).

O equilíbrio hídrico deve fazer parte do preparo dos atletas, sendo essencial à saúde e ao bom condicionamento no esporte. Em relação as suas ações no organismo, a água abrange vários mecanismos, como a termorregulação, em que seu desequilíbrio pode causar a hiponatremia, câibras e fadigas musculares, desmaios por calor, além de influenciar na concentração de lactato e no esforço (RIBEIRO; LIBERALI, 2010).

Durante a prática de exercícios ocorrem perdas de eletrólitos pelo o suor, que é a principal via de dissipação de calor do organismo dos seres humanos, para isto acontecer depende de fatores, como: as características metabólicas individuais, da atividade física e do ambiente (HAUSEN; CORDEIRO; GUTTIERRES, 2013).

Esse déficit é capaz de levar o indivíduo a desidratação e conseqüentemente à alterações



no equilíbrio hidroeletrólítico e outras repostas como a perda de peso, insuficiência no mecanismo da sede e dos sistemas renal e circulatório (SILVA et al., 2011). E consequentemente, pode provocar diminuição na performance do atleta (OLGUIN; BEZERRA; SANTOS, 2018).

Além disso, a ingestão inadequada de líquidos durante os treinos ou competições esportivas, também é capaz de contribuir para a desidratação e suas consequências no organismo, já que, muitas vezes os atletas não possuem o hábito de se hidratarem corretamente (MARINS; FERREIRA, 2005).

Segundo Carvalho e Mara (2009), existem sinais e sintomas clínicos que caracterizam a desidratação conforme o grau da perda de peso corporal de: até 3% é considerada leve, em que ocorre a queda do desempenho; moderada é de 3% a 6%, podendo causar alterações na termorregulação e o surgimento de câibras musculares, por exemplos, e a grave é acima de 6% que o atleta pode chegar a ter convulsões, coma e até a morte.

É possível aprimorar o desempenho do atleta com o consumo de água e de carboidrato (MONTEIRO; GUERRA; BARROS, 2003). Quando o treino ou competição tiver mais de uma hora de duração é essencial que tenha um isotônico intercalando com a água, que é apropriado para devolver ao organismo: líquido, eletrólitos e energia de forma mais rápida. Em exercícios intermitentes é indicado consumir no início do treino (HAUSEN; CORDEIRO; GUTTIERRES, 2013).

De acordo com Silva et al. (2018), as bebidas com a adição de carboidratos são mais eficientes para evitar os problemas causados pela desidratação, auxiliando na reposição dos eletrólitos e no controle da glicemia no sangue, principalmente em exercícios de longa duração, sendo também, uma boa estratégia para a ingestão hídrica.

Segundo Olguin, Bezerra e Santos (2018), a avaliação da perda hídrica é uma ferramenta indispensável no início, durante e após o término dos treinos, pois é a partir dela que irá ser obtido o grau de hidratação dos atletas.

Em exercícios físicos de alta intensidade há o aumento da produção de suor, principalmente em temperaturas mais elevadas, o que pode levar à desidratação, além disso, à influência da faixa etária, que torna ainda mais suscetível (ROSSI; REIS; AZEVEDO, 2010). Ocorrem várias mudanças no organismo quando o indivíduo está desidratado, e no esporte,

isso acomete o desempenho tanto nos treinos, como também, nas provas (PRADO et al., 2010).

Sabendo que, o grupo adolescente é considerado uma população de risco para a desidratação, este estudo justifica-se pela necessidade de conhecer o nível de desidratação de jogadores de futebol por meio de um protocolo hidratação e relacioná-lo com o desempenho durante os treinos, através da aplicação de um questionário sobre os hábitos de hidratação e os possíveis sinais e sintomas clínicos causados pela desidratação.

Assim, qual é o nível de desidratação em modalidades esportivas, como o futebol?

Para isto, os objetivos deste estudo é avaliar o nível de desidratação de jogadores de futebol da Escola Flamengo do município de Mossoró-RN, além de comparar o efeito de hidratação de um protocolo de três etapas, analisar os hábitos de hidratação e os possíveis sinais e sintomas de desidratação relacionando-os com os resultados obtidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na adolescência, a variabilidade das respostas fisiológicas ao exercício depende dos processos maturativos que estão ocorrendo no organismo. Essas mudanças são individuais, que irão influenciar na estatura, na composição corporal, no desempenho, na capacidade de realizar o exercício, como também, na utilização das vias aeróbica e anaeróbica (MEYER; SEHL, 2013).

Dentre as transformações que estão ocorrendo está o ganho de massa muscular e de força, o aumento do consumo máximo de oxigênio, isto é, da ventilação, devido ao crescimento dos pulmões, assim como, do coração, que irá aumentar a circulação sanguínea, principalmente o volume sistólico, esta elevação do VO_{2max} acontece de forma mais acentuada nos meninos, pois é proporcional ao aumento muscular (MEYER; SEHL, 2013).

No futebol, os jogadores passam por um elevado estresse fisiológico durante os treinos. As características do esporte juntamente com as condições ambientais inadequadas provocam a rápida desidratação e comprometem o desempenho dos atletas (GODOIS, 2014). Um aspecto específico do futebol é a ausência de intervalos frequentes, o que dificulta a ingestão de líquidos de forma adequada (MONTEIRO; GUERRA; BARROS, 2003).

Além disso, geralmente, a faixa etária adolescente não possui o costume adequado de



hidratação, principalmente no esporte, não ocorrendo o bastante para garantir a reposição correta das perdas geradas durante os exercícios (CAMPAGNOLO, 2015). Durante a realização de atividades físicas em tempo prolongado, o organismo eleva a dissipação de calor causando um processo fisiológico chamado de desidratação (SILVA et al., 2018).

A desidratação é capaz de desencadear uma série de complicações, dentre elas está a hipertermia, em razão de um grande esforço físico e uma menor aclimatação em situações climáticas prejudiciais e sem a ingestão adequada de líquidos (ROSSI; REIS; AZEVEDO, 2010).

O processo fisiológico da desidratação está diretamente ligado à termorregulação corporal e suas respostas ao estresse térmico (RIBEIRO; LIBERALI, 2010). A termorregulação consiste no trabalho de vários mecanismos, a fim de manter o equilíbrio tanto na geração como na dispersão de calor, e assim, conseguir permanecer uma temperatura próxima de 36,5 °C (INOUE; KUWAHARA; ARAKI, 2004).

Segundo o comitê em Medicina de Esporte da Academia Americana de Pediatria (2000), há recomendações em relação a temperatura ideal para a prática esportiva (quadro 1), sendo importante para levar em consideração os níveis de estresse térmico, que são medidos pelo Índice de Temperatura do Globo e Bulbo Úmido.

Quadro 1 – Liberação ou restrição dos exercícios físicos de acordo com a temperatura ambiente e estresse térmico

Índice de Temperatura do Globo e Bulbo Úmido - WBGT (°C)	Liberação ou restrição da atividade esportiva
<24	As atividades são permitidas, mas no surgimento de sinais de hipertermia recomenda-se uma pausa.
24 – 25,9	É recomendado intervalos com maior tempo de duração, que sejam em ambiente com sombra.
26 - 29	Recomenda-se a interrupção da atividade, principalmente com a ausência da aclimatação dos atletas.
>29	Recomenda-se o cancelamento da atividade.

Fonte: Academia Americana de Pediatria (Modificado por Carvalho e Mara, 2009), dados retirados do artigo de Carvalho e Mara, 2009.

No decorrer da contração muscular, há o aumento da produção de calor e suor, com isso



as perdas de eletrólitos se elevam, podendo causar hipertermia (SANTOS, 2008). Com isso, o objetivo principal da termorregulação durante os exercícios físicos é a dispersão de calor, que pode ser por meio da condução, convecção e da radiação, transferindo o calor de dentro do corpo para a pele.

O calor gerado pelos músculos depende da intensidade e da duração do exercício (INOUE; KUWAHARA; ARAKI, 2004). O mecanismo da sudorese é o principal meio de regulação térmica dos seres humanos, que garante a homeostase da temperatura corporal (MARINS et al., 2017).

O consumo das reservas de glicogênio presentes no músculo torna-se mais rápido quando o atleta está desidratado e com hipertermia, conseqüentemente haverá o aparecimento de fadiga e lesões (GUERRA; SOARES; BURINI, 2001). Além disso, as perdas de eletrólitos como o potássio para o líquido extracelular, em exercícios de alta intensidade, principalmente em temperaturas mais elevadas ou baixas são capazes de diminuir a performance (DIAS, 2008).

A faixa etária infantil para a adolescente possui um maior risco a desenvolver esses problemas, pois possuem uma superfície de contato corporal maior com o meio externo e menor capacidade de termorregulação pela sudorese (ROSSI; REIS; AZEVEDO, 2010).

O estresse térmico é capaz de alterar o rendimento do atleta, sobrecarregando vários sistemas, como o cardiovascular e o renal, interferindo na concentração de ácido láctico nos músculos, por exemplos (MARINS, 1996). Como também, é capaz de causar perda de peso, sendo considerada uma perda de mais de 2% de massa corporal um fator de risco para o desempenho (MARINS et al., 2017).

É possível perceber os sinais e os sintomas clínicos, segundo o nível de desidratação em que o atleta se encontra: do grau leve para o moderado pode apresentar, por exemplos, fadiga, perda de apetite, sede, pele avermelhada e tontura; enquanto que no grau mais grave pode manifestar perda de equilíbrio, delírios, espasmos musculares, olhos fundos e visão fosca (SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DO ESPORTE, 2009).

Segundo Guerra, Soares e Burini (2001), ao decorrer dos exercícios, existem fatores que determinam como deve ser realizada uma adequada reposição de água, que são: a intensidade do treino, as condições do ambiente, a aclimação, a individualidade fisiológica,



a biomecânica e as condições físicas do atleta.

A água participa de várias funções no organismo e uma delas é a regulação da temperatura corporal. O equilíbrio hídrico ocorre quando a quantidade de água que entra é aproximada ou igual a que sai, e quando há o déficit, isto é, a perda é maior que a ingestão, aumenta a osmolaridade e ativa os mecanismos hormonais e da sede (AZEVEDO; PEREIRA; PAIVA, 2016).

É necessário que a ingestão de água durante os exercícios seja proporcional a taxa de sudorese, sendo indicado só a água quando for menos de 60 minutos de treino e em condições ambientais apropriadas (PERRONE; MEYER, 2011).

De acordo com as Diretrizes da Sociedade Brasileira de Medicina e do Esporte (2009) é recomendado ingerir duas horas antes dos treinos aproximadamente 250 a 500 ml de água, para que o atleta inicie o treino hidratado, e continuar a ingestão em intervalos de 15 a 20 minutos. Enquanto que a recomendação da *American Dietetic Association*, da *Dietitians of Canada* e do *American College of Sports Medicine* (2009) é de 5 a 7 ml de água/kg de peso corporal 4 horas antes dos exercícios.

Em treinos intermitentes, mais intensos e com duração de mais de uma hora torna-se necessário a adição de carboidrato, podendo ser de 6% a 8%; eletrólitos, como o sódio 20 a 25 mEq/L e sabor à água, para que a bebida formada seja melhor absorvida e palatável (MEYER; BAR-OR; WILK, 1995).

Através do acréscimo de carboidrato às bebidas esportivas, é possível a elevação nas concentrações de glicose no sangue e sua utilização como combustível pelas células ao invés do glicogênio armazenado nos músculos, o seu consumo antes e durante os exercícios auxilia no atraso do surgimento de fadigas e na melhora do desempenho do atleta (GUERRA; SOARES; BURINI, 2001).

3 METODOLOGIA

Este estudo avaliou os níveis de desidratação das categorias sub-15 e sub-17 durante as sessões de treinos de futebol em outubro do ano de 2019, sem interferir na programação da Escola Flamengo, sendo isto um diferencial, pois as coletas de dados ocorreram de acordo

com a rotina dos jogadores.

Como critérios de inclusão da amostra para o estudo, foram selecionados atletas adolescentes do sexo masculino, com faixa etária entre os 10 aos 19 anos, estando matriculados, frequentando os treinos regularmente, e que os pais ou responsáveis legais aceitaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (anexo 1). Foram excluídos do estudo os alunos que não estão dentro da faixa etária estabelecida, que não estão matriculados, que não estão indo aos treinos com regularidade e que os pais ou responsáveis legais não assinaram o TCLE.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) da cidade de Mossoró, conforme as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos.

A avaliação do nível de desidratação foi realizada através de um protocolo de três etapas: a primeira etapa consistiu em avaliar o nível de desidratação das duas categorias de acordo com a rotina de hidratação e ingestão de água ad libitum, ou seja, com o consumo livre e conforme a vontade de cada atleta para satisfazer a sede (NOBREGA *et al.*, 2007).

Nessa etapa, incluiu também a aplicação de um questionário sobre os hábitos de hidratação antes, durante e após os treinos, assim como, os possíveis sinais e sintomas de desidratação. O questionário é composto por 4 perguntas objetivas e fechadas, adaptado do roteiro de Haymes & Wells (1986); do questionário sobre hidratação de Perella, Noriyuki e Rossi (2005); da tabela de sinais e sintomas diferenciais entre hiponatremia e desidratação de Carvalho e Mara (2009); do questionário de Trentin, Confortin e Sá (2016) sobre hábitos de hidratação; dos artigos de Casa *et al.* (2000); de Carvalho *et al.* (2003); Tarini *et al.* (2005), das Diretrizes da Sociedade Brasileira de Medicina e do Esporte (2009) e do quadro de consequências médicas decorrentes da hipertermia de Bernard (1998) disponível no artigo de Santos (2008) (apêndice 1).

A segunda etapa foi padronizada a ingestão hídrica inicial das categorias, com o consumo de 360 ml de água, 40 minutos antes do treino, como também, foi solicitado que os jogadores não ingerissem líquidos durante o treinamento (SEPEDA; MENDES; LOUREIRO, 2016).

Para a realização da terceira etapa, cada categoria foi dividida em dois grupos, em que:

os atletas do grupo 1 ingeriram 250 ml de água e os do grupo 2 ingeriram 250 ml de bebida esportiva, os dois grupos consumiram igualmente 23 minutos antes do treino, além disso, foi solicitado novamente que os jogadores não ingerissem líquidos durante o treinamento (GOMES et al., 2010).

Os jogadores foram avaliados no período dos treinos, com a temperatura de média de 27,6 °C e tiveram duração de 1 hora e intervalos de 10 minutos. As temperaturas do ambiente durante a coleta de dados foram verificadas com o termômetro clínico digital (G-Tech).

Os dados foram coletados através da aferição dos pesos antes e após os treinos, usando uma balança digital portátil, (OMRON® HN-289). A pesagem pré-treino da primeira etapa ocorreu 15 minutos antes, sendo solicitado que os indivíduos estivessem vestindo somente o calção e sem os calçados, como também, posicionando-se ao centro da balança, e pesagens pós-treinos aconteceram após os jogadores se secarem, e repetiram as mesmas orientações iniciais (SEPEDA; MENDES; LOUREIRO, 2016).

Enquanto que o processo de pesagem para as outras etapas ocorreram assim que se passou o tempo para iniciar os treinos, 40 minutos para a segunda etapa e 23 minutos para a terceira, e os atletas executaram os mesmos procedimentos da primeira.

Durante a coleta de dados, todos os valores obtidos nas pesagens dos jogadores foram anotados individualmente em quadros, a fim de obter o controle da frequência e dos resultados, em seguida, os dados foram armazenados, calculados e analisados utilizando-se o programa “Microsoft Office Excel 2016”. Além disso, para a análise estatística foram adotados os procedimentos de média (M) e desvio padrão (DP).

A análise da perda hídrica do atleta, foi realizada pela estimativa da porcentagem da perda de peso (%PP), por meio da fórmula de Fleck e Figueira Junior (1997) (anexo 2).

Para a verificação dos resultados dos graus de hidratação, foram utilizados os valores de referência de adultos, pois na literatura não existem indicadores específicos para o público adolescente. A porcentagem de alteração de massa corporal foi classificada de acordo com as recomendações da *National Athletic Trainers' Association* (2000): bem hidratado +1 a -1; levemente desidratado -1 a -3; desidratação significativa -3 a -5 e severamente desidratado > 5.

Os questionários foram analisados por meio dos resultados, relacionando com as

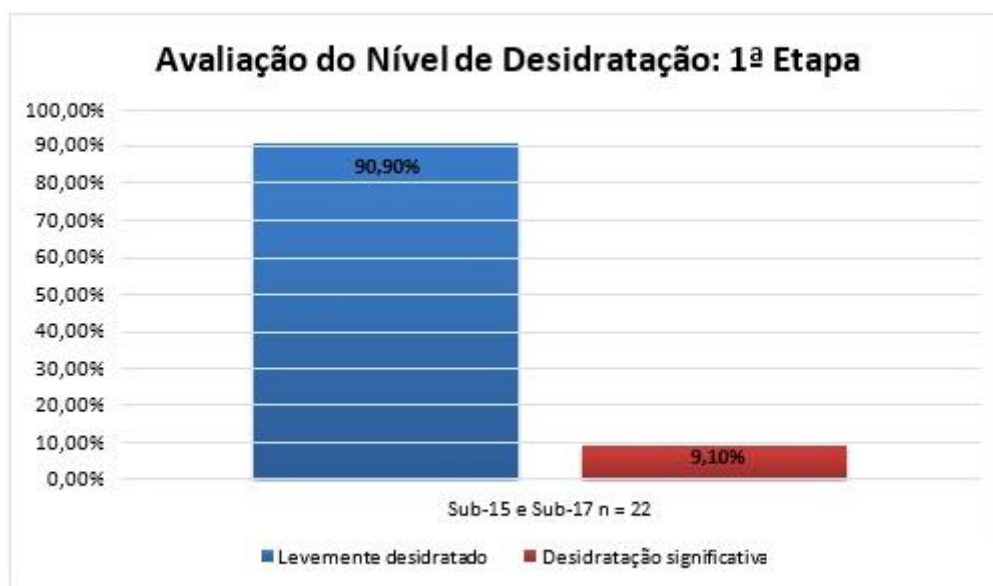
informações dos artigos, tabelas, quadros e Diretrizes citados anteriormente, com os graus de hidratação obtidos.

Após concluir todas as etapas, calcular e analisar os dados, foram observados resultados e apresentados nos gráficos a seguir, como também, discutidos com artigos científicos da literatura utilizados para a metodologia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra para o estudo foi de 22 jogadores das categorias sub-15 e sub-17, com faixa etária entre 14 aos 17 anos ($M = \pm 15,4$ DP = $\pm 0,67$). O gráfico 1 apresenta os resultados referentes a primeira etapa, realizada nos dias 07 a 10 de outubro, em que as temperaturas verificadas nesses dias variaram entre $M = \pm 27,5$ °C e DP = $\pm 0,55$.

Gráfico 1 – Avaliação do Nível de Desidratação da 1ª Etapa



Fonte: Autoria própria, 2019.

Como mostrado no gráfico 1, a avaliação do nível de desidratação da primeira etapa obteve: 90,9% (20) dos jogadores com classificação de desidratação leve e 9,10% (2) com desidratação significativa, obtendo variação de $M = \pm 2,25$ e DP = $\pm 0,85$, isto é, mesmo os

treinos não sendo sob exposição ao sol e em temperaturas não tão elevadas, há perdas hídricas consideráveis, como também, notou-se pouco tempo de intervalos para reposições hídricas adequadas.

No estudo de Nobrega et al. (2007), foram avaliados no total 6 jogadores de uma equipe de futsal de um colégio de Curitiba, com idades entre 15 a 18 anos ($M = 16,33 \pm DP = 1,21$) e a temperatura ambiente estava em 25 °C. O procedimento para a análise dos níveis de desidratação ocorreu de acordo com a rotina do treino, como também, os atletas, não receberam instruções sobre uma ingestão hídrica adequada. Durante o treino, os participantes se hidrataram normalmente e não urinaram.

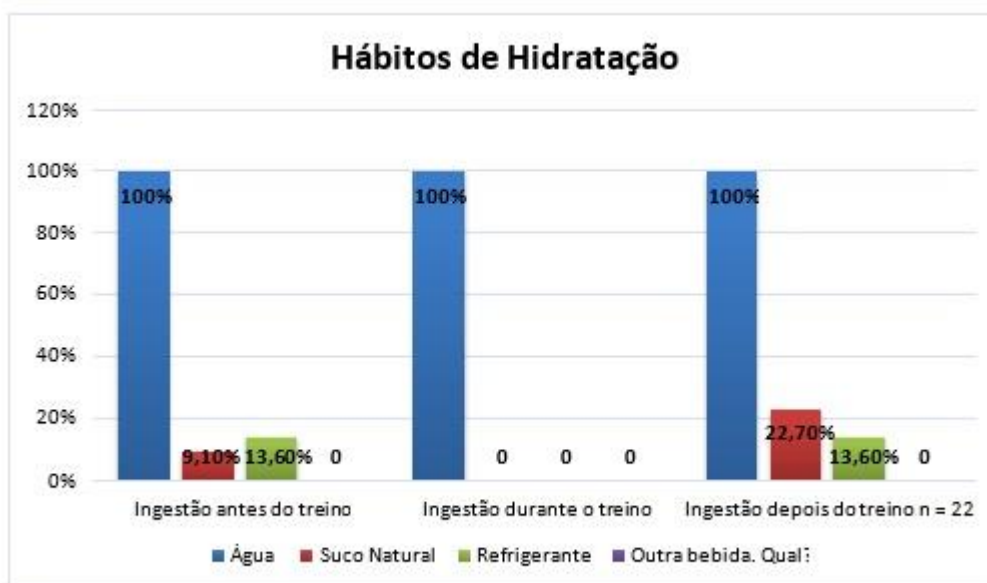
Os resultados obtidos pelos autores não foram significativos, sendo esses entre + 1 e -1, ou seja, as classificações dos jogadores foram de bem hidratados, assim como as condições ambientais favoreceram na redução dos riscos de hipertermia. Isso configura o contrário do que ocorreu neste estudo, em que, na primeira etapa os atletas apresentaram altas perdas de massa corporal e a média da temperatura dos dias foi maior.

Além da avaliação da porcentagem de hídrica, no decorrer dos mesmos dias da primeira etapa, foi aplicado um questionário sobre os hábitos de hidratação e de possíveis sinais e sintomas que os jogadores podiam sentir durante ou após os treinos. O gráfico 2 apresenta os resultados dos questionários referentes aos hábitos de hidratação antes, durante e após os treinos.





Gráfico 2 – Hábitos de hidratação dos atletas antes, durante e após dos treinos



Fonte: Autoria própria, 2019.

Por meio do questionário sobre hábitos de hidratação, foi constatado que: os 100% (22) dos atletas ingerem água, antes, durante e após os treinos, e poucos selecionaram as outras alternativas: 9,10% (2) selecionaram suco natural e 13,60% (3) refrigerante antes dos treinos; 22,70% (5) colocaram suco natural e 13,60% (3) refrigerante depois dos treinos.

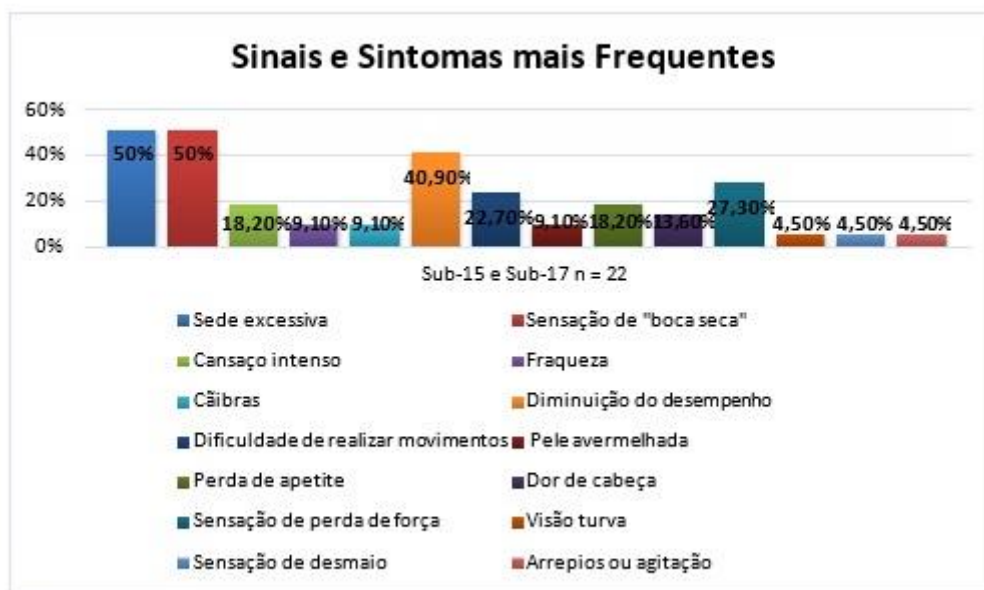
No trabalho de Trentin, Confortin e Sá (2016) observam-se resultados semelhantes, que dentre as opções em comum ao questionário aplicado deste estudo, dos 16 jogadores de Futsal avaliados: 13 relataram realizar hidratação antes do treino ou competição, em que os 16 tomam água, 0 sucos naturais e 0 Coca-Cola®; os 16 realizam hidratação durante o treino ou competição, sendo que: todos ingerem água; 3 sucos naturais e 0 Coca-Cola®; e os 16 hidratam-se após treino ou competição, sendo que: 13 ingerem água, 2 sucos naturais e 7 Coca-Cola®, mostrando que boa parte dos indivíduos optam por outras bebidas no pós-treino.

O gráfico 3 apresenta as respostas do questionário relacionadas aos sinais e sintomas mais constantes nos jogadores.





Gráfico 3 – Sinais e sintomas mais frequentes dos jogadores



Fonte: Autoria própria, 2019.

As respostas dos jogadores foram: 50% (11) marcaram sede excessiva; 50% (11) sensação de “boca seca”; 18,20% (4) cansaço intenso; 9,10% (2) fraqueza; 9,10% (2) cãibras; 40,90% (9) diminuição do desempenho; 22,70% (5) dificuldade de realizar movimentos; 9,10% (2) pele avermelhada; 18,20% (4) perda de apetite; 13,60% (3) dor de cabeça; 27,30% (6) sensação de perda de força; 4,50% (1) visão turva; 4,50% (1) sensação de desmaio; 4,50% (1) arrepios ou agitação e as outras alternativas não foram selecionadas.

As consequências fisiológicas da desidratação podem acontecer em qualquer nível em que o jogador se encontre, observando os resultados encontrados na primeira etapa desta pesquisa e conforme os artigos, tabelas, quadros e Diretrizes já citados, a desidratação leve e significativa são capazes de causar, principalmente, os sinais e sintomas: sede excessiva, sensação de “boca seca”, cansaço intenso, fraqueza, surgimento de cãibras, dificuldade de realizar movimentos, pele avermelhada e perda de apetite.

A presença de: sensação de perda de força, cãibras e sede excessiva são os principais sintomas provocados pelo calor e também estão relacionados a um desequilíbrio nas concentrações eletrolíticas, hipoglicemia e uma hidratação e reposição energética



inadequadas, além disso, o aparecimento de câibras em atletas está ligado ao aumento da transpiração, que possui, principalmente, a presença de sódio devido a exposição ao calor, a qual eleva a perda de sais (AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE, 1996).

Essas manifestações estão relacionadas a no mínimo 2% do grau de desidratação e podem acometer o desempenho dos jogadores, seja nos treinos ou nas competições. O gráfico 4 apresenta os resultados referentes a segunda etapa, realizada nos dias 15 e 16 de outubro, as temperaturas verificadas variaram entre $M = \pm 27,5\text{ }^{\circ}\text{C}$ e $DP = \pm 0,71$.

Gráfico 4 – Avaliação do Nível de Desidratação da 2ª Etapa



Fonte: Autoria própria, 2019.

Conforme indicado no gráfico 4, a avaliação do nível de desidratação da segunda etapa obteve: 81,80% (18) dos jogadores com classificação de bem hidratados e 18,20% (4) com desidratação leve, com a variação de $M = \pm 1,1$ e $DP = \pm 0,44$, ou seja, ao estarem hidratados previamente de forma adequada, a maioria não teve muitas perdas de massa corporal, sendo que, alguns que estavam em desidratação significativa, na primeira etapa, passaram para desidratação leve, mesmo não ingerindo líquidos durante os treinos.

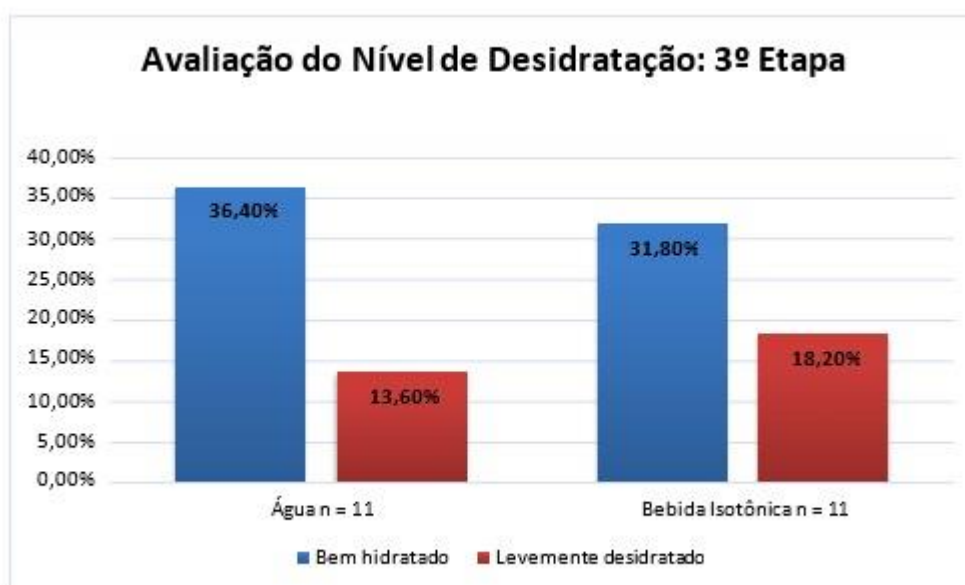
No artigo de Sepeda, Mendes e Loureiro (2016), foram feitas duas avaliações em dois treinos não seguidos (A e B), com 17 atletas do sexo masculino de futsal da Universidade

Federal do Pará (UFPA), com idades menores de 18 anos. O treino A ocorreu durante a noite, e teve a temperatura $M = 26,4^{\circ} \text{C} \pm \text{DP} = 0,25$, enquanto que o treino B foi pela manhã, com a temperatura $M = 32,7^{\circ} \text{C} \pm \text{DP} = 0,42$. Os resultados apresentaram os percentuais de desidratação de $M = 1,40 \pm \text{DP} = 0,38$ e de $M = 1,59 \pm \text{DP} = 0,56$, dos dois treinos respectivamente, não havendo diferenças significativas.

Todos os resultados alcançados pelos autores são de classificação de desidratação leve, isto mostra que a temperatura do segundo dia influenciou nas perdas de massa corporal dos jogadores, já que foi maior, em comparação com o primeiro dia. Assim, somente a temperatura e os graus de desidratação do treino A apresentaram semelhança com este estudo.

O gráfico 5 apresenta os resultados relacionados a terceira etapa, que foi realizada nos dias 21 e 22 de outubro, as temperaturas verificadas variaram entre $M = \pm 27,5^{\circ} \text{C}$ e $\text{DP} = \pm 0,71$.

Gráfico 5 – Avaliação do Nível de Desidratação da 3ª Etapa



Fonte: Autoria própria, 2019.

Os resultados da avaliação do nível de desidratação da terceira etapa, obteve: 36,40% (8) dos jogadores com classificação de bem hidratados e 13,60% (3) com desidratação leve, para os que ingeriram água e 31,80% (7) com classificação de bem hidratados e 18,20% (4)

com desidratação leve, para os que consumiram a bebida isotônica. No total, foram: 68,20% (15) atletas bem hidratados e 31,80% (7) levemente desidratados, tendo a variação de $M = \pm 1,1$ e $DP = \pm 0,08$. Nos gráficos é possível observar poucas diferenças nos resultados, mas a maior quantidade de jogadores hidratados foi com água.

Segundo o estudo de Gomes et al. (2010), a análise foi realizada com uma equipe de futebol masculina amadora composta por 10 jogadores de Santa Maria-RS, com a idade $M = 21 \pm 5,6$ anos, sendo dividida em dois grupos de 5. A avaliação ocorreu no período da tarde, e teve a temperatura de 31°C , em que os resultados apresentaram altas variações nas porcentagens das perdas de massa corporal, entre 0,6% até 3,91%, isto é, as classificações foram de levemente desidratados à desidratação significativa.

Diante desses resultados e em comparação com este estudo, houve mudanças de estados com a ingestão dos dois tipos de bebidas, além disso, a temperatura do dia também contribuiu para a determinação dos níveis de desidratação, sendo estes maiores no trabalho de Gomes et al. (2010), ou seja, a condição ambiental é um dos fatores que pode contribuir para maiores perdas de massa corporal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, os níveis de desidratação variaram nas três etapas do protocolo de hidratação realizado neste estudo, e durante os dias das avaliações as temperaturas foram semelhantes, com a média de $27,6^\circ \text{C}$. Os resultados da primeira etapa revelaram como estão as perdas de massa corporal dos jogadores diante das rotinas normais de treino, sendo estes, bastante expressivos: 90,90% (20) dos jogadores com classificação de desidratação leve e 9,10% (2) em desidratação significativa. O questionário aplicado na mesma etapa, auxiliou na constatação de que há ingestão de água inadequada pelos participantes, pois eles apresentam os sinais e sintomas referentes aos graus de desidratação que se encontram.

Na segunda etapa, com a padronização da hidratação inicial, foi possível reduzir as perdas de massa corporal em 81,80% (18) dos jogadores avaliados e 18,20% (4) com desidratação leve, sendo que, alguns dos que estavam em desidratação significativa na primeira etapa passaram para desidratação leve na segunda etapa. E na terceira etapa, os

resultados também foram positivos, já que a maioria, ou seja, 68,20% (15) dos atletas que tomaram água ou a bebida isotônica obtiveram classificações de bem hidratados e 31,80% (7) com desidratação leve.

Tendo em vista que o grupo analisado é constituído por adolescentes e que muitas vezes não dão a devida atenção ou não possuem informações sobre a importância da hidratação e sua influência no desempenho físico, é essencial a conscientização constante dos atletas, pais ou responsáveis, e treinadores sobre a ingestão de líquidos ou isotônicos de forma adequada, seja antes, durante e após os exercícios.

Ademais, protocolos mais extensos e específicos podem contribuir para melhorar a ingestão de líquidos e efetivar a hidratação dos atletas, já que cada indivíduo e ciclo de vida possuem necessidades diferentes. Outros estudos são necessários, para que busquem avaliar o grau de desidratação, juntamente com o perfil de ingestão hídrica e que relacionem com sinais e sintomas clínicos de desidratação. De modo a se obter informações que possam auxiliar os treinadores quanto a melhor estratégia de reposição, visando uma hidratação adequada.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS. Climatic heat stress and the exercising child and adolescent. Committee on Sports Medicine and Fitness. **Pediatrics**, v. 106, p.9-158, 2000.

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. Position stand: exercise and fluid replacement. **Medicine and Science in Sports and Exercise**. Madison, v. 28, n. 1, p. 1-7, 1996.

AMERICAN DIETETIC ASSOCIATION, DIETITIANS OF CANADA, AND AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. Nutrition and Athletic Performance. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, Madison, v. 41, n. 3, p. 709-31, mar. 2009.

BERNARD, T.E. Environmental Considerations: Heat and Cold *in*: ACSM's editor. **Resource Manual for Guidelines for Exercise Testing and Prescription**. 3rd ed. Baltimore: Williams & Wilkins; 1998.

CARVALHO, T.; MARA, L.S. Hidratação e Nutrição no Esporte. **Rev. Bras. Med. Esporte**, [S. l.], v. 16, n. 2, p.144-148, abr. 2009.

CARVALHO, T. *et al.* Modificações dietéticas, reposição hídrica, suplementos alimentares e drogas: comprovação de ação ergogênica e potenciais riscos para a saúde. **Rev. Bras. Med.**

Esporte 2003; 9:43-56.

CASA, D.J. *et al.* National athletic trainers. Association position statement: fluid replacement for athletes. **Journal of Athletic Training** 2000; 35:212-224.

CAMPAGNOLO, P.B. Nutrição do Adolescente Atleta. *In:* VITOLO, M.R. **Nutrição: da Gestação ao Envelhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2015. Cap. 35. p.288-295.

DIAS, T.N.F. **Nutrição e Futebol**. 2008. 39 f. Monografia (Especialização) -Licenciatura em Ciências da Nutrição, Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, Universidade do Porto, Porto, 2008.

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência e Saúde**, [S. l.], v. 2, n. 2, p.6-7, jun. 2005.

FLECK, S.J.; FIGUEIRA JUNIOR A.J. Desidratação e desempenho atlético. **Revista Associação dos professores de educação física**. Londrina, n.12, p. 50-57, 1997.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. GODOIS, AM *et al.* Perda hídrica e prática de hidratação em atletas de futebol. **Rev.Bras. Med. Esporte**, [S. l.], v. 20, n. 1, p.47-50, 2014.

GOMES, B.P. *et al.* Administração oral de isotônico na hidratação de jogadores de futebol. **Efdeportes.com**: Revista Digital, Buenos Aires, v. 149, n. 15, p.1-1, out. 2010. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd149/administracao-oral-de-isotonico-na-hidracao.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

GUERRA, I.; SOARES, E.A.; BURINI, R.C. Aspectos nutricionais do futebol de competição. **Rev. Bras. Med. Esporte**, São Paulo, v. 7, n. 6, p.200-206, 2001.

HAUSEN, M.R.; CORDEIRO, R.G.; GUTTIERRES, A.P.M. Aspectos relevantes sobre a hidratação no esporte e na atividade física. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, [S.I.], v. 12, n. 4, p.47-58, 31 dez. 2013.

HAYMES, E.M.; WELLS, C.L. Environment and human performance. **Human Kinetics Publishers**, Inc. Champaign, IL., 1986.

HIRSCHBRUCH, M.D. Aspectos nutricionais da criança e do adolescente no esporte. *In:* HIRSCHBRUCH, M.D. **Nutrição Esportiva: Uma Visão Prática**. 3. ed. Barueri: Manole, 2014. Cap. 39. p. 311-321.

INOUE, Y.; KUWAHARA, T.; ARAKI, T.J. Maturation – and aging-related changes in heat loss effector function. *Journal of Physiological Anthropology and Applied Human Science* 23(6):289-294, 2004.

MARINS, D.M. *et al.* Termorregulação e equilíbrio hídrico no exercício físico: aspectos atuais e recomendações **R. Bras. Ci. e Mov.**, [S. I.], v. 25, n. 3, p.170-181, 2017.

MARINS, J.C.B. Exercício Físico e Calor: Implicações Fisiológicas e Procedimentos de Hidratação. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Viçosa, v. 1, n. 3, p.26-38, 1996.

MARINS, J.C.B; FERREIRA, F.G. Nível de Conhecimento dos Atletas Universitários da UFRN sobre Hidratação. **Fitness e Performance Journal**, [S. I.], v. 4, n. 3, p. 177, 2005.

MEYER, F; BAR-OR, O; WILK, B. Children's perceptual responses to ingesting drinks of different composition during and following exercise in the heat. **International Journal of Sport Nutrition**, Champaign, v. 5, p. 4-9, marc./april 1994.

MEYER, F.; SEHL, Paulo L. Fundamentos em criança e adolescente. *In*: RASO, V; GREVE, J.M.D.; POLITO, M.D. **Pollock: Fisiologia Clínica do Exercício**. Barueri: Manole, 2013. p. 101-112.

MONTEIRO, C.R.; GUERRA, I.; BARROS, T. L. Hidratação no futebol: uma revisão. **Rev. Bras. Med. Esporte**, [S. I.], v. 9, n. 4, p.238-242, ago. 2003.

NATIONAL ATHLETIC TRAINERS' ASSOCIATION POSITION STATEMENT. **Journal of Athletic Training**, 2000.

NOBREGA, M. M. et al. A Desidratação Corporal de Atletas Amadores de Futsal. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v.1, n. 5, p.24-36, out./set. 2007.

OLGUIN, L.B.P.; BEZERRA, A.C.B.; SANTOS, V.P. HOW DEHYDRATION CAN AFFECT THE PERFORMANCE OF ATHLETES. **Nucleus**, [S.I.], v. 15, n. 1, p.461-470, 30 abr. 2018.

PERRELLA, M.M.; NORIYUKI, P.S.; ROSSI, L. Avaliação da perda hídrica durante treino intenso de rugby. **Rev. Bras. Med. Esporte**, [S. I.], v. 11, n. 4, p.229-232, jul./ago. 2005.

PERRONE, C.A. **Estado de Hidratação, Sudorese e Reidratação: Durante uma Sessão de Treino no Calor em jovens praticantes de diferentes Esportes**. 2010. 102f. Tese (Doutorado) - Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PERRONE, C.A.; MEYER, F. Avaliação do Estado Hidroeletrólítico de Crianças Praticantes de Exercício Físico e Recomendação de Hidratação. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p.773-786, jul./set. 2011.

PRADO, E.S. *et al.* Hábitos de Hidratação em Atletas de Capoeira. **Brazilian Journal Of Sport And Exercise Research**, [S. I.], v. 1, n. 1, p.16-19, 07 out. 2010.

RIBEIRO, J.P.S.; LIBERALI, R. Hidratação e Exercício Físico: Revisão Sistemática. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo, v. 4, n. 24, p.506-514, dez. 2010.

ROSSI, L.; REIS, V.A.B.; AZEVEDO, C.O.E. Desidratação e recomendações para reposição hídrica em crianças fisicamente ativas. **Rev. Paul. Pediatr.**, São Paulo, v.28, n. 3, p.337-345, 2010.

SANTOS, A.F.C. **Hidratação no Exercício Físico**. 2008 60 f. Monografia (Especialização) – Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, Universidade do Porto, Porto, 2008.

SAPEDA, T.P.A.; MENDES R.C.; LOUREIRO L.M. Avaliação da Perda Hídrica e Hábitos de Hidratação de Atletas Universitários de Futsal Competitivo. **Rev. Bras.Med. Esporte**, [S. I.], v. 22, n. 5, p. 350-354, out. 2016.

SILVA, F.I.C. *et al.* A Importância da Hidratação Hidroeletrólítica no Esporte. **R. Bras. Ci. e Mov.**, [S. I.], v. 19, n. 3, p.120-128, out. 2011.

SILVA, T.S. *et al.* Hidratação em Atividades Físicas de Longa Duração: Uma Revisão. **Salusvita**, Bauru, v. 37, n. 1, p.119-137, 2018.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DO ESPORTE. Diretriz da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte: Modificações dietéticas, reposição hídrica, suplementos alimentares e drogas: comprovação de ação ergogênica e potenciais riscos para a saúde. **Rev. Bras. Med. Esporte**, v. 15, n. 3, p. 3-12, 2009.

TARINI, V.A.F. *et al.* Hipertermia e exercício físico. **Rev. Neurocienc.**, [S. I.], v. 13, n. 3, p.50-57, jul./set. 2005.

TRENTIN, M.M.; CONFORTIN, F. G.; SÁ, C. A. Hidratação e Taxa de Sudorese em Atletas de Futsal Masculino. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo, v. 10, n. 56, p.145-156, abr. 2016.

WHO, World Health Organization. Young People's Health – a Challenge for Society. Report of a WHO Study Group on Young People and Health for All. **Technical Report Series 731**. Geneva: WHO, 1986.

WILMORE, J.H.; COSTILL, D.L. **Fisiologia do Esporte e do Exercício**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2001, p.311-341.



APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Escola Flamengo		
NOME:		
PESO PRÉ-TREINO:	IDADE:	DATA:
PESO PÓS-TREINO:	CATEGORIA:	HORÁRIO:
1. O que você costuma tomar antes dos treinos?		
A. Água	SIM	NÃO
B. Suco Natural	SIM	NÃO
C. Refrigerante	SIM	NÃO
D. Outra bebida. Qual?	SIM	NÃO
2. Assinale a (as) opção (ões) mais frequente (s) após ou durante os treinos		
A. Sede excessiva	SIM	NÃO
B. Sensação de “boca seca”	SIM	NÃO
C. Cansaço intenso	SIM	NÃO
D. Tontura	SIM	NÃO
E. Náuseas ou vômitos	SIM	NÃO
F. Fraqueza	SIM	NÃO
G. Câibras	SIM	NÃO
H. Convulsão	SIM	NÃO
I. Diminuição do desempenho	SIM	NÃO
J. Dificuldade de realizar movimentos	SIM	NÃO
K. Pele avermelhada	SIM	NÃO
L. Perda de apetite	SIM	NÃO
M. Dor de cabeça	SIM	NÃO
N. Sensação de perda de força	SIM	NÃO
O. Visão turva	SIM	NÃO
P. Sensação de desmaio	SIM	NÃO
Q. Arrepios ou agitação	SIM	NÃO
3. O que você costuma tomar durante os treinos?		
A. Água	SIM	NÃO
B. Suco Natural	SIM	NÃO
C. Refrigerante	SIM	NÃO
D. Outra bebida. Qual?	SIM	NÃO
4. O que você costuma tomar após os treinos?		
A. Água	SIM	NÃO
B. Suco Natural	SIM	NÃO
C. Refrigerante	SIM	NÃO





FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

D. Outra bebida. Qual?

SIM

NÃO



ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Este é um convite para você participar da pesquisa: Análise do nível de desidratação em jogadores de futebol da Escola Flamengo do município de Mossoró-RN, que é coordenada pela professora Alessandra Silva de Oliveira. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem o objetivo de determinar o nível de desidratação dos jogadores de futebol, juntamente com a verificação dos possíveis sinais e sintomas que podem manifestar-se. A desidratação é um problema que acomete o desempenho, tanto nos treinos, como nas provas. Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao (s) seguinte (s) procedimentos: a aferição do peso corporal antes e após os treinos. A avaliação irá ser realizada através de um protocolo de três etapas: a primeira etapa consiste em avaliar o nível de desidratação dos jogadores de acordo com a rotina dehidratação; a segunda etapa irá ser padronizada a ingestão hídrica de um grupo como consumo de 360 ml de água em 40 minutos antes do treino e a terceira etapa, um grupo irá ingerir 250 ml de água e o outro grupo irá ingerir 250 ml de bebida esportiva, os dois grupos irão consumir igualmente 23 minutos antes do treino. Os riscos envolvidos com sua participação são: sentir desconfortos gastrointestinais devido à ingestão hídrica ou da bebida isotônica, que serão minimizados através das seguintes providências: suspensão da atividade e encaminhamento a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) mais próxima. O estudo trará benefícios aos atletas, assim como ao técnico responsável, pois irão ter o conhecimento sobre os graus de hidratação, se há presença de possíveis sinais e sintomas de desidratação e conseqüentemente a necessidade da prática de uma hidratação adequada, a fim de proporcionar melhorias no desempenho esportivo e na saúde. Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado. Você ficará com uma via deste Termo e toda a dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser perguntada diretamente para Alessandra Silva de Oliveira, nos telefones: (84) 99666-0495. Enquanto, as objeções a respeito da conduta ética poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa-UnP, no endereço Av. Senador Salgado Filho, 1610 – Lagoa Nova ou pelo telefone (84) 3215-1219.

Consentimento Livre e Esclarecido:

Declaro que compreendi os objetivos e procedimentos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos, e concordo em participar voluntariamente da pesquisa.
Nome do participante da pesquisa:



Assinatura do participante da pesquisa:

Impressão Datiloscópica:

Nome do Coordenador da pesquisa:

Assinatura do Coordenador da pesquisa:





ANEXO 2 – FÓRMULA DE FLECK E FIGUEIRA JUNIOR (1997)

$$\%PP = ((pf \div pi) \times 100) - 100$$

Tal que:

%PP = Perda de peso em Porcentagem;

Pf = Peso final, pós-treino em quilos;

Pi = Peso inicial, pré-treino em quilos.



ASSOCIAÇÃO ENTRE MARCADORES DE DISFUNÇÃO RENAL E INFLAMATÓRIA COM O TIPO DE ASSISTÊNCIA RESPIRATÓRIA NO PACIENTE CRÍTICO COM COVID-19

Ana Carla da Costa Medeiros¹

Nickson Melo de Morais²

RESUMO

Introdução: Em dezembro de 2019, casos de pneumonia idiopática começaram a surgir na cidade de Wuhan, província da China, depois que um grupo de pessoas frequentar o mesmo mercado de animais vivos e começaram a sentir os sintomas, buscaram ajuda médica. Os doentes que são afetados na forma mais grave do coronavírus poderão desenvolver complicações em vários sistemas corpóreos, sendo elas: funcionais, pulmonares, musculoesqueléticas, neurológicas ou cardiológicas, nos que necessitam de terapias de assistência ventilatória será ainda mais possível o desenvolvimento de disfunções renais.

Objetivo: comparar se há diferenças entre indivíduos que estão somente em uso da oxigenoterapia com aqueles que necessitaram da ventilação mecânica e observar a associação deste agravo do sistema respiratório com o aumento de marcadores inflamatório e piora da função renal. **Metodologia:** foram analisados pacientes com COVID-19 em estado grave, com confirmação diagnóstica de infecção viral a partir do exame RT-PCR, internados na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, Mossoró, Rio Grande do Norte, no período de abril a dezembro de 2020. **Resultados e Discussão:** Os pacientes nos resultados coletados obtiveram aumentos nos índices de PCR, creatinina, ureia, PaCO₂ e níveis baixos na contagem de linfócitos e na PaO₂ no primeiro dia de intubação. Com esses marcadores alterados os pacientes poderão evoluir para uma piora do sistema renal. **Conclusão:** pode-se concluir que a cascata inflamatória que ocorre devido a infecção pelo SARS-CoV-2, inclusive

¹ Graduanda Especialista em Fisioterapia, pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: anacarlacmedeiros1@gmail.com

² Mestre pelo Programa de Saúde e Sociedade pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: nicksonmm@yahoo.com.br



contribui de maneira negativa nos pacientes que fazem uso da ventilação mecânica, piorando assim, a função renal.

Palavras Chaves: Covid-19, Disfunção Renal, Ventilação Mecânica.

1. INTRODUÇÃO

O surto do novo coronavírus se iniciou no final do ano de 2019 em Wuhan capital de Hubei/ China, quando um seleto grupo de pessoas que frequentavam o mesmo mercado de animais vivos buscou o auxílio médico com sintomas semelhantes à de uma pneumonia, até então, de causas desconhecidas. Com o avançar da doença na região e os estudos para detectar a que família o vírus pertencia, puderam notar que se tratava do SARS – CoV – 2 (SALLES, 2020). Em janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS emitiu para as demais nações do mundo um comunicado no qual alertava o grande risco pandêmico que o microrganismo poderia causar (VELAVAN, 2020). Logo, em março de 2020 com cerca de 400 mortes diárias, mais de 571.678 infectados e 26.494 mortes no mundo a OMS declarou pandemia de nível mundial (CDC COVID-19 RESPONSE TEAM et al, 2020).

O coronavírus é chamado assim devido a sua semelhança, como também pelo aspecto de coroa, visto a partir de um microscópio, sendo descoberto pela primeira vez na década de 60 pelos pesquisadores Tyerell e Bynoe (VELAVAN, 2020). com sete diferentes tipologias de consequências variadas. Quatro delas apresentam repercussões pulmonares agudas e leves: HCoV-OC43, HCoV-HKU1, HCoV-229E e HCoV-NL63, as demais podem levar uma pessoa a desenvolver sintomas respiratórios graves: o Middle East Respiratory Syndrome (MERS - CoV) e o Severe Acute Respiratory Syndrome (SARS - CoV e o SARS – CoV - 2) (SALES,2020).

A epidemiologia do SARS – Cov - 2 apresenta-se de forma variada, indo de um paciente assintomático, ou seja, sem sintomas a indivíduos que apresentam algum tipo de queixa como, por exemplo, a fadiga, febre, tosse, dor na garganta, perda de olfato e perda de paladar. A sintomatologia pode chegar ao agravamento levando em conta o avanço da idade ou algum tipo de doença pré-existente como hipertensão, diabetes, doenças pulmonares, renais e obesidade (GANDHI, 2020). Com isso, as estatísticas mostraram que 80% dos indivíduos que foram

contaminados pela COVID-19 poderiam se tratar em casa fazendo o isolamento social, 20% precisariam ser internados e somente 15% deveriam precisar de um leito na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Por causa disso, bem como pelo crescente número de pessoas infectadas, os vários conselhos existentes da área da saúde, começaram a formular noções básicas de capacitação para que os profissionais pudessem lidar com o novo cenário que os hospitais teriam que dar conta (GUIMARÃES, 2020).

Os 20% apresentavam dificuldades respiratórias, mas sem necessidade de intubação. O recurso utilizado nesse caso consistia na oxigenoterapia, por não ser invasivo, pois é capaz de ofertar um percentual de oxigênio para corrigir o fluxo de ar do paciente (GUIMARÃES, 2020). Segundo a Associação Brasileira de Fisioterapia Cardiorrespiratória em Terapia Intensiva (ASSOBRAFIR) tendo como base o que diz a OMS, ao fazer o uso dessa intervenção é necessário que o paciente esteja com instabilidade clínica, apresentando hipoxemia e tenha uma saturação de O₂ (SpO₂%) abaixo de 90%. Dessa forma, a terapia deveria se iniciar com a utilização do cateter nasal em baixo fluxo de 3L/ml e fazer ajustes de acordo com a resposta eficaz ao tratamento ou o usando máscara não reinalantes para que não ocorra o espalhamento de aerossóis no ambiente hospitalar, com o fluxo de O₂ semelhante a 10 ou 15L/min (TORRES, 2020).

Com o passar dos dias, os pacientes evoluem para um estado mais crítico do SARS – CoV –2, em vista disso, é necessário usar a ventilação mecânica. Esse recurso substitui o trabalho feito pelos dois pulmões quando saudáveis. Inclusive, a musculatura respiratória descansa e o indivíduo não faz esforço para respirar. No entanto, assim como pode ocorrer benefícios também existe riscos, pois o aumento de chances de desenvolver uma lesão pulmonar devido à ventilação mecânica (LPAV) ou induzida pelo ventilador mecânico (LPIV) é ainda maior (NARDELLI, 2020). A indicação da VMI ocorre quando o indivíduo apresenta sintomas de insuficiência respiratória de causas hipoxêmicas ou hipercápnica (ROBERTO, 2020).

Os cuidados com a ventilação mecânica são fundamentais para que aconteça uma boa terapia, principalmente, nos pacientes acometidos com coronavírus. Estudos realizados na Europa e América Latina mostraram que apesar da COVID-19 não ter um padrão ventilatório a ser seguido, muitos profissionais adotaram parâmetros semelhantes, sendo eles: pressão expiratória final positiva (PEEP) de 9 a 16,5 cmH₂O; modo ventilatório mais usado foi o



ventilação controlado por volume; volume corrente de 5,6 a 7,5 ml/Kg; a frequência respiratória de 20 a 33 respirações por minuto; pressão platô descrita de 20,5 a 31 cmH₂O; complacência estática de 24 a 49 ml/cmH₂O; PaCO₂ referidos de 40 a 57 mmHg; PaO₂ de 73 a 95 mmHg; FiO₂ de 45 a 100%; a relação PaO₂/FiO₂ de 102 a 198 mmHg; a posição prona com base nas pesquisas realizada chegou a ter sido usada em ao menos 81% dos indivíduos internados (GRASSELLI, 2020).

Os dias de internação podem variar dependendo da gravidade dos sintomas. Segundo TEICH et al, os indivíduos que não precisaram de cuidados intensivos o tempo de permanência hospitalar foi de 7 dias, já naqueles que utilizaram os recursos presentes na UTI e da enfermagem a somatória dos dias poderiam a chegar a 3 semanas. Com a prolongação do tempo de internação foi observado que alguns pacientes poderiam vir a desenvolver algum tipo de complicação em um ou mais sistemas corpóreos, a saber: funcionais, pulmonares, musculoesqueléticas, neurológicas ou cardiológicas (DA SILVA, 2020).

Outra consequência causada pela COVID-19 foi relatada em estudos científicos fazendo o índice de mortalidade aumentar: a resposta inflamatória dos doentes. Vista por meio dos seguintes indicadores: a linfopenia com a contagem inferior a $0,8 \times 10^9$ células/ L, trombocitopenia abaixo de 100×10^9 e aumento nas funções enzimática e proteicas do LDH com o índice superior a 250 U/ L, PCR com resultados semelhantes ou igual a 10 mg/ L, procalcitonina por volta de 0,5 ng/ MI (MEHTA, 2021).

As disfunções renais nos doentes por SARS – CoV – 2 podem predizer o quão grave a infecção viral pode se tornar, chegando a atingir cerca de 25% dos indivíduos em estado mais grave da doença. Pesquisas mostraram que o coronavírus tem uma alta possibilidade de se ligar a enzimas conversoras de angiotensina 2 – ECA2, elas estão presentes em grandes quantidades no sistema renal presentes em grandes quantidades no sistema renal (GABARRE, 2020).

Com os dados expostos, o presente artigo tem como objetivo fazer uma análise comparativa entre os indivíduos que estão somente em uso da oxigenoterapia com aqueles que necessitaram da ventilação mecânica, mostrando assim se há diferença nos marcadores inflamatórios e piora da função renal e observar a associação deste agravamento com a piora no sistema respiratório.



2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo observacional, descritivo e transversal, tendo como público alvo pacientes acometidos pela COVID-19, em estado grave, com COVID-19 na forma severa, com confirmação diagnóstica de infecção viral mediante o exame RT-PCR, internados na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil, no período de abril a dezembro de 2020.

Foram avaliados 79 pacientes críticos, sendo 29 pacientes no segundo dia de uso de cânula nasal de oxigênio, 37 no segundo dia após intubação orotraqueal e 13 no oitavo dia após intubação. Inclusive, 25 eram pacientes do sexo feminino (31,6%) e a média de idade foi de 60 anos. A média de permanência na UTI foi de 13,3 dias. A comorbidade mais relatada entre os pacientes foi a Hipertensão Arterial Sistêmica (55%) e 79,5% dos pacientes utilizaram drogas vasoativas e 77% drogas sedativas.

Incluíram-se na pesquisa os pacientes internados que estavam no segundo dia de uso de cânula nasal, segundo dia após intubação orotraqueal e oitavo dia após intubação, pois se entende que são momentos diferentes de assistência. Além disso, excluímos quem estava em posição prona no dia da análise. De cada um dos indivíduos inclusos no estudo eram coletados os dados de exames laboratoriais (Hemograma, ALT, AST, Ureia, creatinina, desidrogenase láctica (LDH) e Proteína C Reativa quantitativa) e de gasometria arterial (Pressão Parcial de Oxigênio (PaO₂) e de Gás Carbônico (PaCO₂), assim como eram anotadas informações a respeito da sua evolução clínica. Para fins de avaliação, foram considerados os valores de referência de Proteína C Reativa, LDH e Linfócitos foram extraídas do artigo de **Li Yan et al (2020)** e as relações Neutrófilos/linfócitos e Linfócitos/plaqueta de **Alejandro López-Escobar et al (2021)**. O valor considerado foi de $P < 0,05$.

Para fins de avaliação, houve um aspecto distinto nos pacientes: A assistência respiratória, com desfechos uso de cânula nasal e uso de ventilação mecânica invasiva, este último abrangendo tanto os pacientes no segundo dia de intubação, quanto os do oitavo dia.

Os dados coletados eram tabulados em planilhas nos softwares Microsoft Excel e SPSS, para posterior realização das análises estatísticas apropriadas. Os desfechos eram comparados

tanto como variáveis contínuas quanto variáveis categóricas. Aconteceu também testes de normalidade das variáveis contínuas, analisando o Kolmogorov-Smirnov, assimetria, curtose, curva Gaussiana e similaridade entre média e mediana. Os dados normais foram comparados pelo teste t para amostras independentes e os não-normais pelo teste não paramétrico, Mann-Whitney. Para comparação dos dados categóricos foi utilizado o Teste Qui Quadrado. Foi utilizado o P valor <0,05 como significativo.

Os aspectos éticos do trabalho foram analisados e aprovados pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, com CAAE: 36510420.6.0000.5294. Para participação deste estudo, familiares dos pacientes que estavam internados nos dias das coletas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

3. RESULTADOS

Ao comparar aqueles que necessitavam apenas de cateter nasal com os que foram intubados e necessitavam de ventilação mecânica, os que precisaram de mais assistência respiratória apresentaram marcadores renais, ureia e creatinina, marcadores inflamatórios, PCR e Leucócitos, e a Pressão Parcial de Gás Carbônico (PCO₂), significativamente aumentados naqueles de maior suporte.

As tabelas 1 e 2 a seguir mostram a comparação das variáveis contínuas e categóricas, respectivamente.

Tabela 1. Comparação dos valores obtidos nos exames laboratoriais e gasométricos entre os pacientes com COVID-19 grave, de acordo com o desfecho clínico.

Parâmetro Analisado	Suporte respiratório		P
	Ventilação mecânica (50)	Cânula nasal (29) (Mediana; IC 95%)	



	(Mediana; IC 95%)		
Função renal			
Creatinina	1,28; 1,47 a 2,64	0,79; 0,63 a 2,07	0,006 ^{MW*}
Ureia	82,00; 83,74 a 128,77	62,00; 46,84 a 101,09	0,024 ^{MW*}
Função hepática			
TGO	43,00; 43,53 a 99,89	57,00; 46,17 a 42,47	0,664 ^{MW}
TGP	37,00; 37,81 a 58,29	43,00; 40,64 a 76,64	0,214 ^{MW}
Dados gasométricos			
PO ₂	74,50; 73,22 a 89,68	71,75; 62,42 a 101,37	0,580 ^{MW}
PCO ₂	49,30; 46,91 a 57,41	31,80; 27,94 a 35,57	0,000 ^{T*}
Marcadores inflamatórios			
LDH	1048,00; 916,49 a 1266,53	1027,00; 865,91 a 1138,88	0,415 ^T
PCR	109,18; 85,29 a 114,82	49,46; 45,33 a 83,89	0,004 ^{T*}
Percentual de Linfócitos	10,50; 10,10 a 13,09	14,50; 11,27 a 17,26	0,120 ^{MW}
Leucócitos	12850,00; 12510,83 a 17657,07	9600,00; 9214,30 a 13082,00	0,013 ^{MW*}
Plaqueta/Linfócito	141,71; 141,72 a 206,60	178,86; 139,54 a 403,89	0,162 ^{MW}
Neutrófilos/linfócitos	9,54; 9,02 a 11,96	6,90; 6,39 a 13,96	0,117 ^{MW}

Fonte: Elaborada pelos autores, 2021

^T P valor calculado pelo Teste t student

^{MW} P valor calculado pelo Teste Mann-Whitney

* Valor estatisticamente significativo

Tabela 2. Comparação entre os valores de normalidade dos exames laboratoriais e gasométricos nos pacientes com COVID-19 grave, de acordo com o desfecho clínico.

Variáveis	Desfecho clínico		RC (IC 95%)	P
	Ventilação mecânica	Cânula nasal		
Creatinina >1,2 mg/dL	27 (56,2%)	5 (18,5%)	10,00 (0,165 – 0,576)	0,002*
Creatinina ≤ 1,2 mg/dL	21 (43,8%)	22 (81,5%)		
Ureia > 45 mg/dL	39 (81,2%)	17 (63,0%)	3,05 (0,282 – 68,35)	0,08
Ureia ≤ 45 mg/dL	9 (18,8%)	10 (67,0%)		
TGO > 46 U/l	21 (51,2%)	9 (36%)	0,536 (0,193 – 0,148)	0,228
TGO ≤ 46 U/l	20 (48,8%)	16 (64%)		
TGP > 50 U/l	14 (34,1%)	10 (40%)	1,286 (0,460 – 3,594)	0,632
TGP ≤ 50 U/l	27 (65,9%)	15 (60%)		
PO2 < 60mmHg	36 (83,7%)	13 (72,2%)	0,506 (0,136 – 1,876)	0,303
PO2 > 60mmHg	7 (16,3%)	5 (27,8%)		
PCO2 > 45mmHg	24 (57,1%)	0 (0%)	15,143 (1,443 – 2,773)	0,000*
PCO2 ≤ 45 mmHg	18 (42,9%)	18 (100%)		
LDH > 1031,5 U/l **	19 (51,4%)	11 (47,8%)	0,70 (0,229 – 11,703)	0,791
LDH ≤ 1031,6 U/l **	18 (48,6%)	12 (52,2%)		
PCR > 86,48 mg/L **	24 (61,5%)	6 (27,3%)	6,60 (0,126 – 2,513)	0,010*
PCR ≤ 86,48 mg/L **	15 (38,5%)	16 (72,7%)		
Linfócitos > 14,7%**	13 (26%)	13 (50%)	2,84 (1,052 – 7,69)	0,036*
Linfócitos ≤ 14,7%**	37 (74%)	13 (50%)		
Leucócitos > 10.000/mm ³	41 (82%)	11 (40,7%)	6,62 (0,053 – 0,433)	0,000*
Leucócitos ≤ 10.000/mm ³	9 (18%)	16 (59,3%)		



Plaqueta/linfócito > 2,98***	5 (11,4%)	6 (23,1%)	1,69 (0,98 – 1,45)	0,193
Plaqueta/linfócito ≤ 2,98***	39 (88,6%)	20 (76,9%)		
Neutrófilo/linfócito > 6,63***	39 (78%)	16 (61,5%)	2,31 (1,75 – 2,41)	0,128
Neutrófilo/linfócito ≤ 6,63***	11 (22%)	10 (38,5%)		

Fonte: Elaborada pelos autores, 2021

RC: Razão de Chance

IC 95%: Intervalo de Confiança

P: P valor calculado pelo teste do Qui-Quadrado

* Estatisticamente significativo

** Valor de referência extraído de **Li Yan et al**

*** Valor de referência extraído de **Alejandro López-Escobar et al**

4. DISCUSSÃO

Ao analisar os resultados coletados em pacientes em estado grave da infecção por SARS-COV-2, pode-se observar que os que fazem uso da ventilação mecânica tendem a ter uma piora considerável nos níveis da resposta inflamatória, principalmente, nos índices da PCR e função renal a partir do primeiro dia de intubação. Para Li Yan *et al* o aumento nos níveis da proteína C-reativa induz a severidade da COVID-19 no indivíduo, isso por causa do aparecimento de secreção de consistência pegajosa ~~que foi~~ observada a partir de autopsias em pessoas que vieram a óbito devido agravamento da doença no sistema respiratório.

A LDH nos internados se mostrou-aumentados em 51,4% dos doentes necessitados da da ventilação mecânica e em 47,8% dos que tiveram alta hospitalar. A desidrogenase láctica quando se apresenta em níveis mais altos sugere que o paciente tenha alta probabilidade de desenvolver de forma desconhecida uma fibrose pulmonar, fazendo assim que pacientes que consigam sobreviver obtenha sequelas pulmonares graves (YAN, 2020)

Quando se analisa a taxa de contagem dos linfócitos, pode-se perceber que esses pacientes que usaram a ventilação mecânica como meio de suporte ventilatório obteve uma porcentagem menor em detrimento daqueles que usaram a cânula nasal. Esse marcador quando



se mostra abaixo do esperado faz induzir que os pacientes terão uma linfopenia e conseqüentemente as chances de mortalidade destes doentes tende a aumentar devido a baixa contagem de células T no organismo. Um estudo realizado com 140 paciente no Hospital No.7 de Wuhan, foi percebido que a contagem de leucócitos em 68,1% apresentava-se normais, em 12,3% obteve aumento e 19,6% apresentaram uma baixa, linfopenia foi expressiva em 75,4% dos doentes, a proteína C-reativa mostrou-se aumentada em 91,9% dos casos, a creatinina quinase foi observada em menor escala em 6,7% dos indivíduos. Os parâmetros ventilatórios em casos severos foram de: frequência respiratória de > 30 / min, $SpO_2 < 93\%$, relação $PaO_2/FiO_2 < 300$ mmHg (ZHANG,2020).

A contaminação pelo coronavírus afeta principalmente a mecânica pulmonar, mas conforme os resultados colhidos outro marcador que se mostrou bastante expressivo em pacientes graves acometidos pela infecção foi a função renal. No presente artigo foi percebido que os níveis de creatinina se mostraram bastante alterados em pacientes que fizeram o uso da ventilação mecânica, onde o valor máximo coletado foi de 2,64 mg/dL e a ureia alcançou metas superiores da normalidade, atingindo a marca de 128,77 mg/dL. O aumento desses níveis não está totalmente esclarecido, mas uma das possibilidades para ocorrer uma piora da função renal com a utilização da ventilação mecânica nesses pacientes é a progressão para uma Síndrome do Desconforto Respiratório Agudo – SDRA. Neste caso o indivíduo apresentará instabilidade hemodinâmica, no qual terá a presença de opacidade em ambos os pulmões, a relação PaO_2/FiO_2 se encontrará instável, nos piores dos casos se mostrara menor que 100 mmHg (PANITCHOTE, 2019).

Devido ao tipo da modalidade ventilatória, alguns pacientes poderão evoluir para uma lesão pulmonar causada pela ventilação e o organismo para conter essa complicação fará um biotrauma, no qual será liberado uma gama de mediadores, como a interleucina 6, interleucina 8, o fator de necrose tumoral, – alfa e proteína quimiotática de monócitos 1, na corrente sanguínea e conseqüentemente ser filtrados nos rins, podendo assim aumentar a probabilidade de os doentes graves ter um agravo na função renal (HUSAIN-SYED, 2016)

Em estudos realizados posteriormente para identificação da ligação do pulmão e rim foi percebido que o SARS-CoV-2 tem alta probabilidade em se ligar as enzimas conversoras de angiotensina tipo 2 – ECA2. Essas células estão presentes em vários sistemas corpóreos, porém

em grande abundância no trato respiratório e no urinário (KUNUTSOR, 2020). Uma vez que o vírus se interliga a ECA2 o organismo de alguma forma tentará combater o micro-organismo invasor, fazendo existir uma tempestade de citocinas.

Entretanto, quando a resposta inflamatória ocorre de forma descompensada a quantidade de sangue que normalmente deveria ir para os glomérulos fica em níveis abaixo do normal, devido essa retenção sanguínea outro problema poderá ser desencadeado, a formação de trombos. Outra forma indireta da piora da função renal, podendo desenvolver lesão renal, são a existência de doenças pré-existentes, como a hipertensão arterial sistêmica e a diabetes mellitus. As alterações cardiovasculares também contribuem para o doente que está em uso da ventilação mecânica desenvolva alguma complicação renal, devido à baixa perfusão nos demais órgãos e, também, em ocorrência do uso de medicamentos nefrotóxicos (GABARRE, 2020).

Das complicações renais que podem ser desencadeadas, a insuficiência renal aguda – IRA apresenta-se em grande escala por ser um marcador bastante favorável para a ocorrência de óbitos do indivíduo internado, porém apesar dos avanços nas pesquisas referentes ao vírus, ainda não há comprovação que a IRA aconteça em decorrência da COVID-19 ou devido a resposta inflamatória que o próprio organismo faz para tentar combater o organismo invasor (KUNUTSOR, 2020). Um estudo de coorte realizado em Wuhan/China no qual foram avaliados 1099 doentes foi observado que um total de 0,5% dos indivíduos internados desenvolveu quadros de IRA, onde cinco deles estavam com o grau severo da doença e um não severo.

Em contrapartida uma pesquisa realizada pelo Hospital Renmin da Universidade de Wuhan com base nos achados clínicos de 111 pessoas, não houve evidências significativas que durante a infecção por COVID-19 a mecânica renal fosse tão gravemente atingida de acordo com os critérios de classificação da IRA. Também foi realizado um acompanhamento pós-alta hospitalar desses pacientes onde evidenciou a volta gradativa da normalidade renal sem necessidades de intervenções no órgão referido. Apesar dos dados expostos os artigos referidos não mostram em sua metodologia como estaria sendo feita a oferta ventilatória dos pacientes. (GUAN, 2020)

Como abordado anteriormente, a COVID-19 pode ser causas hipoxêmicas que ocorre quando a o indivíduo apresenta uma pressão de oxigênio abaixo de 60 mmHg. Neste estudo trinta e seis (83,7%) que utilizaram a VMI como modalidade de assistência ventilatória tiveram

índices menores que o valor de referência e quatorze (72,2%) que obtiveram alta apresentaram índices abaixo do esperado. Já quando a doença é caracterizada por uma hipercápnica quer dizer que o paciente terá uma retenção de gás carbônico, ou seja, ocorrerá um aumento na sua pressão de gás carbônico acima de 45 mmHg.

Dentre os resultados colhidos foram detectados que o uso da ventilação mecânica induziu o paciente a ter uma retenção de gás carbônico maior em 57,1% dos internados. Quando há alterações nestes dois marcadores, o paciente por estar com o coronavírus há uma tendência para desencadear uma dispneia e aumentar em até 80% o risco de morte no ambiente hospitalar (TOBIN, 2020). Quando o enfermo apresenta uma PaO₂ baixa e uma PaCO₂ alta podem levar este paciente a desencadear uma morte celular a níveis renal, porém são necessários mais estudo para comprovação da evidência (HUSAIN-SYED, 2016)

5. CONCLUSÃO

Com base no que foi exposto no presente artigo, os pacientes que evoluíram para um estado mais grave da COVID-19 obtiveram um aumento importante na resposta inflamatória, consequentemente, podendo interferir na mecânica renal dependendo do tipo de assistência ventilatória que será ofertada para o paciente. Dessa forma, será indispensável a utilização da ventilação de forma protetora sempre se atentando na resposta que o organismo terá de acordo com a conduta escolhida.

REFERÊNCIAS

CDC COVID-19 RESPONSE TEAM et al. Preliminary estimates of the prevalence of selected underlying health conditions among patients with coronavirus disease 2019—United States, February 12–March 28, 2020. **Morbidity and Mortality Weekly Report**, v. 69, n. 13, p. 382-386, 2020.

DA SILVA, Vinicius Zacarias Maldaner; NEVES, Laura Maria Tomazi; JUNIOR, Luiz Alberto Forgiarini. Recomendações para a utilização de oxigênio suplementar (oxigenoterapia) em pacientes com COVID-19. **ASSOBRAFIR Ciência**, v. 11, n. Suplemento 1, p. 87-91, 2020.

GABARRE, Paul et al. Acute kidney injury in critically ill patients with COVID-19. **Intensive care medicine**, v. 46, n. 7, p. 1339-1348, 2020.

GANDHI, R. T.; LYNCH, J. B.; DEL RIO, C. **Mild or moderate COVID-19** [published online ahead of print, 2020 Apr 24]. **N Engl J Med**, v. 10, 2020.

GRASSELLI, Giacomo et al. Mechanical ventilation parameters in critically ill COVID-19 patients: a scoping review. **Critical Care**, v. 25, n. 1, p. 1-11, 2021.

GUAN, Wei-jie et al. Características clínicas da doença coronavírus 2019 na China. **Jornal de medicina da Nova Inglaterra**, v. 382, n. 18, pág. 1708-1720, 2020.

GUIMARÃES GUIMARÃES, Fernando. **Atuação do fisioterapeuta em unidades de terapia intensiva no contexto da pandemia de COVID-19**. 2020.

HUSAIN-SYED, Faeq; SLUTSKY, Arthur S.; RONCO, Claudio. Lung–kidney cross-talk in the critically ill patient. **American journal of respiratory and critical care medicine**, v. 194, n. 4, p. 402-414, 2016.

KUNUTSOR, Setor K.; LAUKKANEN, Jari A. Renal complications in COVID-19: a systematic review and meta-analysis. **Annals of medicine**, v. 52, n. 7, p. 345-353, 2020.

LÓPEZ-ESCOBAR, Alejandro et al. Hemograma como marcador de mortalidade hospitalar no COVID-19. **Journal of Investigative Medicine**, v. 69, n. 5, pág. 962-969, 2021.

MEHTA, Asmita A. et al. Uma revisão sistemática dos parâmetros clínicos e laboratoriais associados ao aumento da gravidade entre os pacientes com COVID-19. **Diabetes & Metabolic Syndrome: Clinical Research & Reviews**, 2021.

NARDELLI, Liliane M. et al. Entendendo os mecanismos determinantes da lesão pulmonar induzida pela ventilação mecânica. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, v. 19, n. 4, p. 469-474, 2007.

Panitchote, A., Mehkri, O., Hastings, A. *et al.* Fatores associados à lesão renal aguda na síndrome do desconforto respiratório agudo. **Ann. Intensive Care** **9**, 74 (2019). <https://doi.org/10.1186/s13613-019-0552-5>

ROBERTO, Gabriel Antonio et al. Ventilação mecânica em pacientes portadores de COVID-19. **ULAKES JOURNAL OF MEDICINE**, v. 1, 2020.

SALES, Emanuela Marques Pereira et al. FISIOTERAPIA, FUNCIONALIDADE E COVID-19: REVISÃO INTEGRATIVA. Cadernos ESP- Revista científica da Escola de Saúde Pública do Ceará, v. 14, n. 1, p. 68-73, 2020

TEICH, Vanessa Damazio et al. Características epidemiológicas e clínicas dos pacientes com COVID-19 no Brasil. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 18, eAO6022, 2020 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-45082020000100260&lng=en&nrm=iso. access on 12 May 2021. Epub Aug 14, 2020. https://doi.org/10.31744/einstein_journal/2020ao6022.

TOBIN, Martin J.; LAGHI, Franco; JUBRAN, Amal. Why COVID-19 silent hypoxemia is baffling to physicians. **American journal of respiratory and critical care medicine**, v. 202, n. 3, p. 356-360, 2020.

TORRES, Daniel da Costa et al. **Guia de orientações fisioterapêuticas na assistência ao paciente pós COVID-19**. 2020

VELAVAN, Thirumalaisamy P.; MEYER, Christian G. The COVID-19 epidemic. **Tropical medicine & international health**, v. 25, n. 3, p. 278, 2020.

YAN, Li et al. Um modelo de predição de mortalidade interpretável para pacientes COVID-19. **Nature machine intelligence** , v. 2, n. 5, pág. 283-288, 2020.

ZHANG, J. J. et al. Clinical characteristics of 140 patients infected with SARS-CoV-2 in Wuhan, China. **Allergy: Eur. J. Clin. Immunol**, 2020.



AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA ATENDIDOS PELO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO CAMILO DE LELLIS - MOSSORÓ/RN

Lucas Mateus Bezerra Dos Santos¹

Amanda Suely Araújo De Freitas²

Alessandra Silva De Oliveira³

RESUMO

Transtornos mentais atingem a população mundial de forma significativa e tem tido um aumento progressivo. Uma das principais doenças mentais é a esquizofrenia. Setrata de uma perturbação mental caracterizada principalmente por delírios e alucinações. O tratamento utilizado nesta patologia é basicamente medicamentoso, substâncias essas que atuam diretamente no sistema nervoso. Esses medicamentos vêm sendo associados há mudanças no perfil nutricional de alguns pacientes em tratamento, causando aumentode peso e alterações metabólicas. Desta forma o estudo em questão trata-se de uma pesquisa explicativa fundamentada na relação de causa-efeito de natureza qualitativa- quantitativa, que tem como objetivo principal avaliar o estado nutricional de pacientes diagnosticados com esquizofrenia no Hospital São Camilo Lellis situado no município deMossoró / RN. Para a realização da pesquisa e coleta de dados foi realizada a aferição de peso e altura e feita a análise dos prontuários dos pacientes, que são preenchidos pela equipe multiprofissional do hospital. Com os dados coletados, constatou-se que mais da ⁵metade dos pacientes encontram-se em sobrepeso / obesidade fazendo assim, um alerta para o risco que está população corre em decorrência do seu estado nutricional. Com isso,conclui-se que assim como outros estudos semelhantes,

¹ Nutricionista pela Universidade Potiguar - lucas.mateus.137@gmail.com

² Nutricionista pela Universidade Potiguar - amandaraujonutri@gmail.com

³ Especialista em Nutrição Clínica e Esportiva pelo Instituto de Pesquisa, Estudo e Gestão em Saúde da Universidade Potiguar - uncool-@hotmail.com



pacientes com esquizofrenia necessitam de uma maior atenção nutricional afim de garantir qualidade em sua vida e uma melhor resposta ao seu tratamento.

Palavras-Chave: transtorno mental, esquizofrenia, perfil nutricional, antipsicóticos

ABSTRACT

Mental disorders reach the world population significantly and have had a progressive increase. One of the major mental illnesses is schizophrenia. It is a mental disorder characterized mainly by delusions and hallucinations. The treatment used in this pathology is basically medicamentous, substances that act directly in the nervous system. These medications have been associated with changes in the nutritional profile of some patients being treated, causing weight gain and metabolic changes. In this way, the present study is an explanatory research based on the cause-effect relationship of a qualitative- quantitative nature, whose main objective is to evaluate the nutritional status of patients diagnosed with schizophrenia at São Camilo Lellis Hospital in the municipality of Mossoró / RN. To perform the research and data collection, weight and height were analyzed, and the patients' charts were analyzed, which are filled out by the multiprofessional team of the hospital. With the data collected, it was found that more than half of the patients are overweight / obese, thus making them aware of the risk that the population is having because of their nutritional status. Thus, it is concluded that, like other similar studies, patients with schizophrenia need a greater nutritional attention to guarantee quality in their life and a better response to their treatment.

Keywords: mental disorder, schizophrenia, nutritional profile, antipsychotics

1. INTRODUÇÃO

Transtornos mentais são considerados uma das doenças mais comuns no mundo entre os seres humanos. De acordo com Thompson & Thompson (2007), cerca de 4% da população mundial é afetada e a incidência tem tido um aumento progressivo, principalmente em países desenvolvidos.

A esquizofrenia é um transtorno mental caracterizado pela perturbação mental incluindo

delírios, alucinações, comportamento e discurso negativo e desorganizado. Para um diagnóstico, é seguido um conjunto de sinais e sintomas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS, 1993).

Kraepelin (1996) estabelece uma classificação para transtornos mentais, com o objetivo de traçar a etiologia e sintomatologia dessas doenças. Diante essa classificação a esquizofrenia foi subdividida em três tipos: paranoide, hebefrênica e catatônica.

Não se sabe ao certo qual a origem da doença, mas estima-se que cerca de 70% a 80% pode ser considerada hereditária. Para um distúrbio tão complexo e comum, a esquizofrenia, tem uma etiologia heterogênea, isso quer dizer que podem existir casos de origem “genética” e “ambiental” (VALLADA FILHO E SAMAIA, 2000).

Esta patologia é evidenciada mais cedo no sexo masculino (entre 18 e 25 anos) quando comparado ao feminino que surge entre os 25-30 anos, mas ambos os sexos têm cerca de 1% de chance de manifestar a patologia durante a vida (CASTLE, MCGRATH & KULKARNI, 2003).

De acordo com Mari e Leitão (2000) cerca de 1% da população brasileira é diagnosticada com esquizofrenia, essa prevalência atinge 1 a 7 casos novos entre cada 10 mil habitantes.

A terapia medicamentosa utilizada nesta patologia é baseada no uso de antipsicóticos divididos em três tipos: risperidona, clozapina e antagonistas de receptores dopamínicos (KAPLAN, 1997).

Apesar de estas medicações serem de extrema importância para a melhoria do paciente com esquizofrenia, podem trazer efeitos colaterais que resultam em alteração de peso e alterações metabólicas principalmente ligadas a homeostase de glicose e lipídios (MELTZER, 2001; MUNOZ, 2004).

Os usos destes medicamentos antipsicóticos, com exceção de ziprasidona, estão associados à prevalência de obesidade, dislipidemias, diabetes, síndrome metabólica e risco elevado de mortalidade (LEITÃO-AZEVEDO, 2007; ZORTÉA, 2009).

Em uma análise, Meyer (2005) descreve que pessoas com esquizofrenia se encontram em uma área de risco quanto ao ganho de peso, visto que as mesmas tendem a ser sedentárias, além do efeito colateral de algumas substâncias psicoativas utilizadas em seu tratamento e

também por questões de hábitos alimentares inadequados.

Sabendo do risco eminente desta população, este estudo justifica-se pela necessidade de analisar a incidência de casos de obesidade e sobrepeso nesses pacientes que estão em tratamento com substâncias antipsicóticas e pela ausência de dados e estudos nacionais que comprovem o evento e seus fatores associados. E tem como objetivo principal avaliar o estado nutricional de pacientes diagnosticados com esquizofrenia no Hospital São Camilo Lellis situado no município de Mossoró/RN.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa explicativa fundamentada na relação de causa-efeito de natureza qualitativa-quantitativa.

A trabalho foi realizada no Hospital Municipal São Camilo de Lellis localizado na Rua Manoel Cristiano de Moraes, nº 11-23, Nova Betânia, no município de Mossoró

– RN. Casa de saúde especializada em saúde mental atende pessoas com diagnósticos psiquiátricos.

A população do seguinte estudo foi composta por 49 pacientes diagnosticados com esquizofrenia atendidos pelo hospital, sendo 28 do sexo masculino e 21 do sexo feminino. Como critérios de inclusão da amostra, foram selecionados indivíduos de ambos os sexos, maiores de 18 anos, conscientes e deambulando. Foram excluídos pacientes acamados e inconscientes por dificultar a coleta dos dados antropométricos com precisão e pacientes em surtos ou crises que impossibilitam as devidas aferições. Dessa forma resultando em uma amostra de 32 indivíduos.

Foram aferidos o peso e a estatura dos pacientes e realizou-se à análise dos prontuários que são preenchidos pela equipe multiprofissional do hospital.

Os dados obtidos através da avaliação antropométrica foram utilizados para o cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) dos indivíduos. Sendo o IMC classificado de acordo com World Health Organization (1998), como: baixo peso ($<18,49\text{kg/m}^2$), eutrofia ($18,5-24,99\text{kg/m}^2$), sobrepeso ($25-29,99\text{kg/m}^2$) e obesidade ($\geq 30\text{kg/m}^2$). O cálculo será realizado a partir da razão peso (kg) / altura² (m).

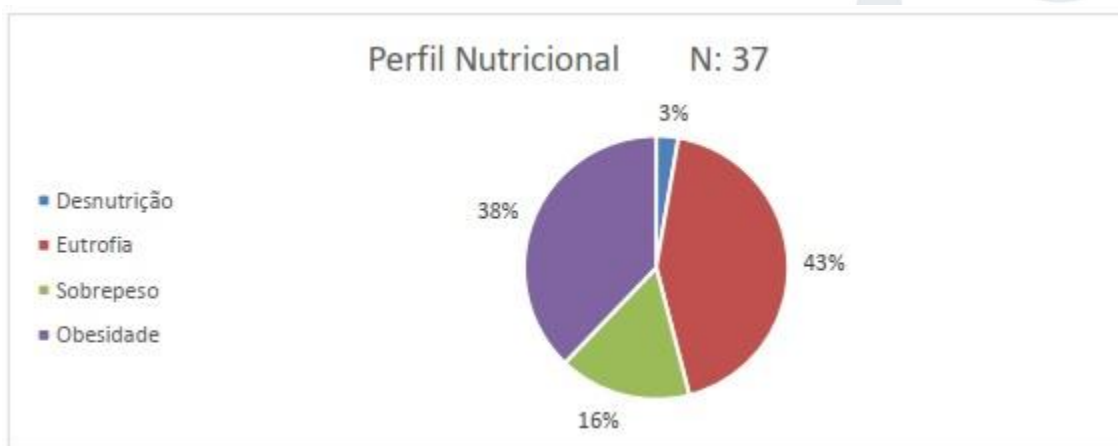


Para melhor fundamentar o estudo, também se realizou a avaliação de todos os portuários de todos os participantes da pesquisa no intuito de verificar morbidades associadas e identificar os medicamentos que cada um dos pacientes utiliza em seu tratamento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos da amostra de 37 indivíduos constataram que, a idade média destes foi de 43 anos, sendo a maioria do sexo feminino, representando 56,7% da amostra total, porcentagem que corresponde à 21 mulheres, enquanto que os 16 homens correspondem à 43,3% da amostra total. A média de peso encontrado foi de 72,53kg, e o IMC médio correspondeu há 28,05 kg/m² parâmetro referente a sobrepeso.

Gráfico 1: Perfil nutricional de acordo com IMC.



Fonte: Dados obtidos mediante medidas antropométricas realizadas nos pacientes com esquizofrenia do Hospital São Camilo, 2018.

No gráfico observou-se que apenas 43% da amostra total encontra-se em estado de eutrofia, ou seja, segundo a classificação da World Health Organization (1998) tem IMC equivalente à 18,5-24,99kg/m² enquanto 54% apresentam alterações quanto ao perfil nutricional revelando dados equivalentes a sobrepeso (IMC=25-29,99kg/m²) e obesidade (IMC ≥30kg/m²), e apenas 3% encontram-se abaixo do peso, com diagnóstico de desnutrição (<18,49kg/m²).

A partir dos dados encontrados neste estudo, observa-se que o Índice de Massa Corporal

(IMC) de pacientes esquizofrênicos em uso de substâncias psicoativas encontra-se nas faixas de sobrepeso/obesidade em sua grande maioria em ambos os sexos.

De acordo com Meyer (2005), a obesidade é uma epidemia em meio à população em geral, o que gera uma grande preocupação em meio à área da saúde, e este problema está associado a outras comorbidades como dislipidemias, diabetes, hipertensão e osteoartrite o que pode ser causas de morbidade e mortalidade.

Quanto à prevalência de obesidade no Brasil, dados do Ministério da Saúde mostram que 32% da população encontra-se em sobrepeso e 8% em obesidade (DIRETRIZES PARA CARDIOLOGISTAS SOBRE EXCESSO DE PESO E DOENÇA CARDIOVASCULAR, 2002).

Já na população de pacientes com esquizofrenia, tratados com substâncias psicoativas, a obesidade varia entre 40% e 60% (WIRSHING, 2004).

A média de IMC encontrada nestes pacientes foi de 28,05 kg/m², representando sobrepeso. Essa mesma referência pode ser observada em um estudo semelhante que encontrou uma média de IMC igual a 27,81 kg/m².

Além mais, Souza (2002) e Henderson (2000) observaram que esquizofrênicos tratados com antipsicóticos típicos e atípicos, encontraram um IMC médio de 25,27kg/m²e 26,9kg/m² no grupo da clozapina. Ademais é significativo a correlação que existe entre o IMC e o risco de doenças cardiovasculares.

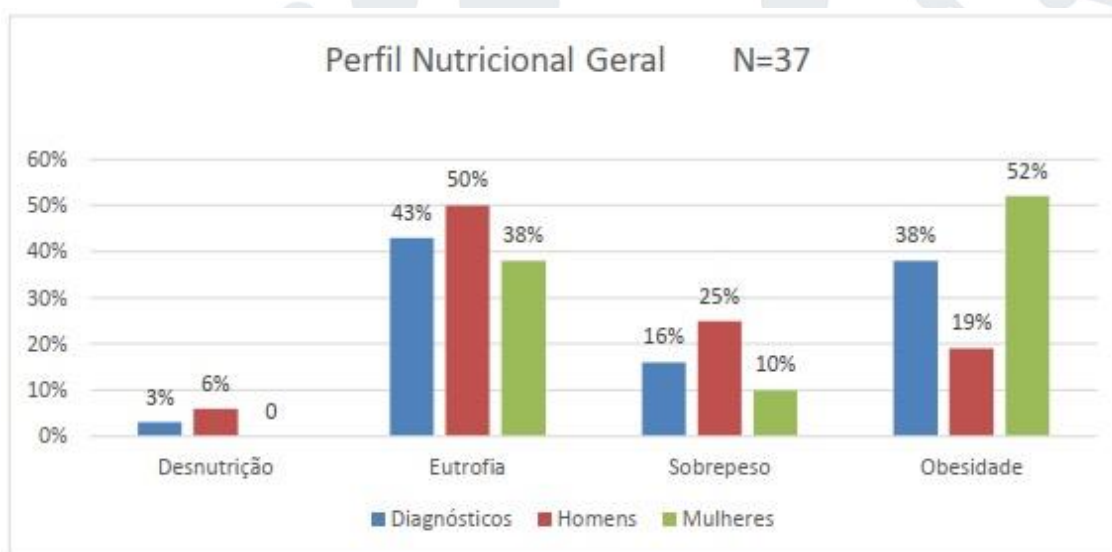
Em 2010, Zortéa et al. (2010), realizou um estudo semelhante envolvendo pacientes atendidos por um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Hospital de Clínicas de Porto Alegre onde constatou um peso médio de 75,39kg e um IMC médio correspondente aos parâmetros de sobrepeso igual a 26,76kg/m², onde segundo a classificação da OMS/1998, 45% dos pacientes estavam em estado de eutrofia, enquanto que 55% destes se encontravam em estafo de sobrepeso/obesidade (30% com sobrepeso; 25% com obesidade). Valores similares aos encontrados neste estudo.

O que comprova os dados encontrados nesta pesquisa, pois em uma população de 37 pacientes diagnosticados com esquizofrenia de ambos os sexos, 54% apresentou alteração do perfil nutricional, sendo 54% na faixa de sobrepeso/obesidade (16% diagnosticados com sobrepeso e 38% com obesidade).

Leitão-Azevedo (2007) mostra que 70% da população que tem diagnóstico de esquizofrenia apresenta sobrepeso/obesidade quando comparado com a população geral (30%).

Já no Gráfico 2 houve a representação dos dados coletados referentes ao perfil nutricional de cada indivíduo separados por sexo.

Gráfico 2: Comparativo do perfil nutricional de acordo com o sexo.



Fonte: Dados obtidos mediante medidas antropométricas realizadas nos pacientes com esquizofrenia Hospital São Camilo, 2018.

Destacou-se que mulheres com diagnóstico de esquizofrenia e em uso de substâncias psicoativas possuem alterações em seu estado nutricional quando comparadas com indivíduos do sexo masculino. Se tratando de sobrepeso o índice maior foi evidenciado em pacientes do sexo masculino, uma porcentagem de 25% e 10% de mulheres, uma diferença de 15% quando se comparam os dois sexos.

Mas se tratando de diagnóstico de obesidade, houve um aumento discrepante no sexo feminino, 52% das mulheres da amostra de 37 pacientes apresentaram classificação do índice de massa corporal em obesidade. Já os homens, apenas 19% se encontram nessa classificação, uma diferença de 33% quando comparado os dois sexos.

Em relação à obesidade, alguns aspectos da fisiopatologia devem ser considerados. O ganho de peso está ligado à diminuição da taxa metabólica, aumento do influxo calórico e

diminuição da atividade física (WEINSIER, 1998).

Na população em geral, mulheres tem uma tendência maior a ganho de peso. Dados da pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 demonstraram que no Brasil, o excesso de peso atinge a população acima de 20 anos, independente do sexo. Considerando mulheres, 48% apresentando excesso de peso e com relação à obesidade 16,9% das mulheres estavam obesas e 12,4% dos homens também obteve este diagnóstico(MELO, S/D).

Sabe-se também que as medicações utilizadas por essas mulheres em questão causam alterações metabólicas significativas ligadas a alterações de peso, o que pode ser uma justificativa para o grande número de alterações no perfil nutricional destas pacientes.

Além da avaliação antropométrica, observou-se através da análise de prontuário ousos dos seguintes medicamentos na terapia psiquiátrica dos pacientes: Risperidona, Quetiapina, Haloperidol e Clozapina. Estes estão presentes no tratamento de todos os pacientes da amostra da pesquisa, que os efeitos adversos associados a esses medicamentos podem ser observados no Quadro 1.

Quadro 1: Medicamentos utilizados e seus efeitos adversos relacionados ao estado nutricional.



Medicamento	Efeitos Adversos	Frequência
Clozapina	Ganho de peso	Comum
	Resistência à glicose; início ou agravamento de diabetes.	Rara
	Coma hiperosmolar; cetoacidose; hiperglicemia grave; hipercolesterolemia.	Muito rara
Quetiapina	Elevações dos níveis de triglicérides séricos; elevações do colesterol total, predominantemente LDL (<i>Low Density Lipoproteins</i> colesterol); diminuição do HDL (<i>High Density Lipoproteins</i> colesterol).	Muito comum
	Ganho de peso; aumento da glicose no sangue para níveis hiperglicêmicos; aumento do apetite.	Comum
Risperidona	Ganho de peso	Comum
Haloperidol	Hipoglicemia	Muito rara

Fonte: Bula dos Medicamentos.

Sabe-se que basicamente o tratamento da esquizofrenia é medicamentoso, baseado em substâncias psicoativas, estas podem ser classificadas como típicas ou de primeira geração e atípicas ou de segunda geração (COLAN, 2009; RANG, 2007).

Ambos os medicamentos, de primeira e segunda geração, vêm sendo associados a problemas importantes dentre estes o ganho de peso, aumento de lipídios e alterações metabólicas (ALLISON ET AL, 1999; CASEY, 2004)



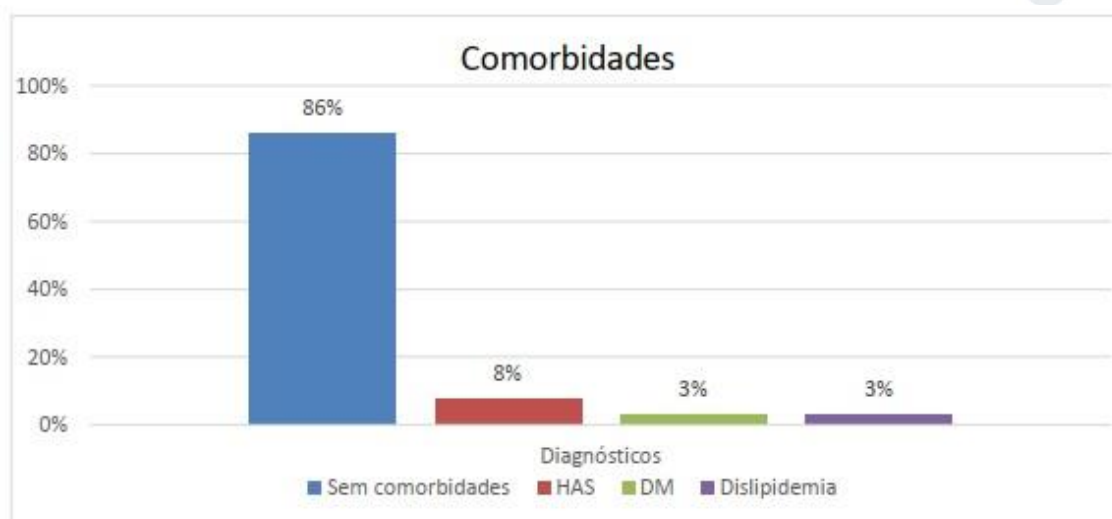
Como por exemplo, alguns estudos associaram a clozapina a um maior risco de ganho de peso se contraposto com medicamentos de inserção mais recentes (ziprasidona e aripirazol). Além do mais, a quetiapina e a risperidona apresentaram riscos intermediários de causar esse efeito (*CONSENSUS DEVELOPMENT CONFERENCE ON ANTIPSYCHOTIC DRUGS AND OBESITY AND DIABETES*, 2004).

Além disso, outro estudo demonstrou uma alta prevalência de dislipidemia, hiperglicemia e síndrome metabólica, tendo como evidência de maior efeito para aqueles que fazem uso da clozapina e a lanzapina, apesar de que também tenha sido relacionada com a risperidona e a quetiapina (OSSER ET AL., 1999; HENDERSON ET AL., 2000).

Ainda pela análise dos prontuários alguns pacientes apresentaram outras comorbidades associadas ao perfil nutricional, como diabetes, hipertensão e dislipidemia, estas que podem estar ou não associadas a esquizofrenia ou ao tratamento, já em alguns casos, não foi possível identificar se os pacientes já possuíam essas comorbidades ou se foram desenvolvidas após iniciarem o tratamento medicamentoso.

Em relação as comorbidades pode se observar os resultados obtidos através do Gráfico 3.

Gráfico 3: Comorbidades encontradas nos pacientes com esquizofrenia.



Fonte: Informações adquiridas mediante consulta dos prontuários dos pacientes com esquizofrenia atendidos pelo hospital.

Através desses prontuários, dentre os participantes da amostra, 86% estavam livres de comorbidades, 8% apresentaram hipertensão enquanto que diabetes e dislipidemias contabilizaram apenas 3% cada.

Quando comparando com um estudo semelhante onde a prevalência de hipertensão foi de 38,2%, diabetes resultando em 19,3% e a dislipidemia apresentando 48,7%, é possível notar uma grande diferença nos valores, estes que podem estar associados a carência de exames bioquímicos de alguns dos pacientes atendidos pelo hospital (SICRAS ET AL, 2005).

Logo, este gráfico apresenta um caso de subnotificação com relação aos perfis lipídicos desses pacientes, tendo em vista que exames bioquímicos sejam necessários para a devida diagnóstico dessas alterações.

Mesmo com as limitações que impedem a realização de exames regulares afim de identificar essas comorbidades ou até mesmo avaliar a presença da Síndrome Metabólica, pode-se esperar um número bem maior de dentro dessa população já que, segundo Francesco (2014) e Lee J (2012), o uso de clozapina está fortemente relacionado ao aparecimento de alterações no metabolismo, inclusive, afetando o perfil lipídico.

Sendo assim é possível supor que o tratamento à base de antipsicóticos coloca essa população em uma maior vulnerabilidade com relação essas comorbidades e síndrome metabólica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo constatou que a maior parte dos pacientes, encontram-se com excesso de peso. Sendo este um importante indicador de risco para o aparecimento de doenças cardiovasculares e síndrome metabólica. Além disso, esses números apontam para uma maior necessidade de acompanhamento nutricional desses pacientes, buscando avaliar hábitos alimentares e identificar precocemente mudanças no perfil nutricional para que sejam tratados o mais brevemente possível, garantindo-lhes uma melhora no quadro clínico.

Outra questão importante levantada por alguns estudos prévios sugere que o excesso de peso pode afetar a autoestima do paciente, ocasionando o abandono do tratamento psiquiátrico.

Para isto, exames bioquímicos e avaliações antropométricas realizadas com maior frequência se fazem necessários para uma melhor avaliação geral do paciente.

REFERÊNCIAS

ALLISON DB, CASEY DE. **Antipsychotic-induced weight gain: a review of the literature.** J Clin Psychiatry. 2001.

ALLISON DB, MENTORE JL, HEO M, CHANDLER LP, CAPPELLERI JC, INFANTE MC, WEIDEN PJ. **Antipsychotic-induced weight gain: a comprehensive research synthesis.** Am J Psychiatry. 1999.

AMERICAN DIABETES ASSOCIATION; AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION; AMERICAN ASSOCIATION OF CLINICAL ENDOCRINOLOGISTS; North American Association for the Study of Obesity. Consensus Development Conference on Antipsychotic Drugs and Obesity and Diabetes. Diabetes Care, 2004.

CASTLE, D. J., MCGRATH, J & K KLKARNI, J. (2003). **As mulheres e a esquizofrenia.** (1^o edição). Lisboa: Climepsi Editores.

COLAN DE, TASHJIAN JR AH, ARMSTRONG EJ, ARMSTRONG AW. **Princípios de farmacologia: a base fisiopatológica da farmacoterapia.** 2a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2009.

DEPARTAMENTOS DE ATEROSCLEROSE, CARDIOLOGIA CLÍNICA E FUNCOR DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. **Diretrizes para Cardiologistas sobre Excesso de Peso e Doença Cardiovascular.** Arq Bras Cardiologia 78 (Suppl 1), 2002.

EY, H., BERNARD, P., & BRISSET, C. (1985). **As psicoses esquizofrênicas.** In **Manual de psiquiatria.** Rio de Janeiro: Masson.

FRANCESCO F, CERVONE A. **Metabolic alterations associated with first and second generation antipsychotics: an twenty-years open study.** Psychiatr Danub.2014.

GAMA CS, SOUZA CM, LOBATO MI et al. **Relato do uso de clozapina em 56 pacientes atendidos pelo Programa de Atenção à Esquizofrenia Refratária da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul.** Rev Psiquiatr do Rio Grande do Sul, 2004.

HALOPERIDOL. Sinara P Araújo Lopes. Hypofarma, 2018. Bula de Remédio. HENDERSON DC, CAGLIERO E, GRAY C, NASRALLAH RA, HAYDEN DL, SCHOENFELD DA, et al. **Clozapine, diabetes mellitus, weight gain, and lipid abnormalities: a five-year naturalistic study.** Am J Psychiatry. 2000.



KAPLAN HL. **Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica.** 7ª. Ed. Porto Alegre. Artmed; 1997.

KRAEPELIN, E. **La Dementia precoz**, edição em castelhano vol. I. Editorial Polemos, Buenos Aires, 1996.

LEE J, NURJONO M, WONG A, SALIM A. **Prevalence of metabolic syndrome among patients with schizophrenia in Singapore.** Ann Acad Med Singapore. 2012.

LEITÃO-AZEVEDO, C. L. et al. **Ganho de peso e alterações metabólicas em esquizofrenia.** Revista de Psiquiatria Clínica, 2007.

MARI JJ, LEITÃO RJ. **A epidemiologia da esquizofrenia.** Rev. Bras. Psiquiatr. 2000.

MELO, M.E. **Os números da obesidade no Brasil: VIGITEL 2009 e POF 2008- 2009.** Disponível em: http://www.abeso.org.br/pdf/Obesidade%20no%20Brasil%20VIGITEL%202009%20POF2008_09%20%20II.pdf. Acesso em: 19 de novembro de 2018.

MELTZER, HY. **Putting metabolic side effects into perspective: risk versus benefit of atypical antipsychotics.** J Clin Psychiatry. 2001.

MEYER, J.M. - **Schizophrenia and the metabolic syndrome.** Medscape Psychiatry & Mental Health, 8(1): 2005.

MUNOZ P, Gallardo R. **Transtornos metabólicos em pacientes esquizofrênicos tratados con clozapina.** Rev Chil de Neuro-Psiquiatr. 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrição clínicas e diretrizes diagnósticas.** Porto Alegre: Artmed; 1993.

OSSER, D.N.; NAJARIAN, D.M.; DUFRESNE, R.L. - **Olanzapine increase weight and serum triglycerides.** J Clin Psychiatry, 1999.

PINAZAN (Clozapina). José Carlos Módolo. CRISTÁLIA - Produtos Químicos Farmacêuticos, 2018. Bula de Remédio.

QUETIAPINA. Rafaella C. A. Chimiti. Geolab Indústria Farmacêutica, 2018. Bula de Remédio.

RANG HP, DALE MM. **Farmacologia.** 6a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2007.

RISPERIDONA. Luiz Donaduzzi. Prati-Donaduzzi, 2018. Bula de Remédio.

SICRAS-MAINAR A, MAURINO J, RUIZ-BEATO E, NAVARRO-ARTIEDA R. **Prevalence of metabolic syndrome according to the presence of negative symptoms in patients with schizophrenia.** Neuropsychiatr Dis Treat. 2015.

SOUZA VBN, GUEDES ARA. **Índice de massa corpórea de esquizofrênicos em uso de antipsicóticos típicos e atípicos.** Neurobiologia. 2002.

THOMPSON, M.; THOMPSON, V. **Genética Médica;** Rio de Janeiro. Editora Elsevier, 2007.

VALLADA FILHO HP, SAMAIA H. **Esquizofrenia: aspectos genéticos e estudos defatores de risco.** Rev Bras Psiquiatr, 2000.

WIRSHING, D.; - **Esquizofrenia e obesidade: impacto dos medicamentos antipsicóticos.** J Clin Psychiatry 65 (Suppl 18): 2004.

WEINSIER RL, HUNTER GR, HEINI AF, GORAN MI, SELL SM. **The etiology of obesity: relative contribution of metabolic factors, diet, and physical activity.** Am J Med. 1998.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Physical status: the use and interpretation of anthropometry.** Geneva:WHO; 1998.

ZORTÉA K, BOCK PM, MORENO DB, Belmonte de Abreu PS. **Avaliação antropométrica e bioquímica em pacientes com esquizofrenia usuários de clozapina.** Rev Nutr. 2009.

ZORTÉA, Karine et al. **Estado nutricional de pacientes com esquizofrenia frequentadores do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.** Porto Alegre: [s.n.], 2010. 4 p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v59n2/a08v59n2.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018.)⁴





CRIOTERAPIA POR IMERSÃO NO ALÍVIO DA DOR EM ATLETAS DE TAEKWONDO DE ALTO RENDIMENTO: RELATOS DE CASOS

Jaino Marinho de Farias¹

Moisés Costa do Couto²

Ranulfo Fiel Pereira Pessoa de Carvalho³

RESUMO

O presente estudo visa avaliar os resultados da crioterapia por imersão em atletas de taekwondo amadores e profissionais de alto rendimento após o treinamento intenso. O esporte de alto rendimento exige cada vez mais dos atletas, como é o caso do Taekwondo, sendo este uma arte marcial que surgiu na Coreia com o intuito de defender as fronteiras em conflitos e garantir a segurança da soberania nacional. Nas competições os golpes do taekwondo podem aumentar as chances dos atletas se lesionarem, provocando dessa forma uma série de desconfortos, com isso uma das técnicas que pode estar sendo usada a fim de tratar as possíveis lesões é a crioterapia. A utilização da crioterapia remete-se ao século 2500 a.C. quando era utilizada pelo povo egípcio como método analgésico e anti-inflamatório, também utilizada por gregos e romanos, através da neve e do gelo, para variados tratamentos médicos. O presente estudo encontra-se amparado na pesquisa experimental que terá a amostra não probabilística intencional, constituída por oito atletas, de ambos os sexos, da equipe do Centro de Treinamento Team Taekwondo Escola, com idades entre 18 e 23 anos. A nível de benefícios esta pesquisa pretende trazer benefícios ímpares para a comunidade acadêmica, ao atleta e para a comunidade científica, uma vez que envolve a ação da crioterapia e os benefícios desta prática para a analgesia e reparo tecidual, comprovado por meio da escala visual analógica (EVA).

¹ Autor1: Graduando Especialista em Fisioterapia, pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: jaino.farias@aluno.catolicadorn.com

² Autor2: Mestre em Fisioterapia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: moises.couto@professor.catolicadorn.com.br

³ Orientador. Mestre em Fisioterapia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: ranulfo.carvalho@professor.catolicadorn.com.br



Palavras-Chave: Taekwondo. Crioterapia. Mialgia.

ABSTRACT

The present study aims to evaluate the results of immersion cryotherapy in amateur taekwondo athletes and high performance professionals after intense training. High performance sports demands more and more from athletes, as is the case of Taekwondo, which is a martial art that emerged in Korea with the intent of defending borders in conflicts and guaranteeing the security of national sovereignty. In competitions, taekwondo strokes can increase the chances of athletes getting injured, thus causing a series of discomforts, with this, one of the techniques that may be being used in order to treat possible injuries is cryotherapy. The use of cryotherapy dates back to the 2500 BC century when it was used by the egyptian people as an analgesic and anti-inflammatory method, also used by the greeks and romans, through snow and ice, for various medical treatments. The present study is supported by experimental research that will have an intentional non-probabilistic sample, consisting of eight athletes, of both sexes, from the Centro de Treinamento Team Taekwondo Escola team, aged between 18 and 23 years. In terms of benefits, this research aims to bring unique benefits to the academic community, to the athlete and to the scientific community, since it involves the action of cryotherapy and the benefits of this practice for analgesia and tissue repair, proven through the visual analog scale (VAS).

Keywords: Taekwondo. Cryotherapy. Myalgia.

1. INTRODUÇÃO

O esporte de alto rendimento exige cada vez mais dos atletas, com rotinas intensivas de treinos, várias competições e pouco tempo de descanso. Por isso, a recuperação muscular e o alívio da dor precisa ser rápida e eficaz para um melhor desempenho do atleta na atividade seguinte (Antonelli, 2014).

O Taekwondo é uma arte marcial que surgiu na Coréia com o intuito de defender as fronteiras em conflitos e garantir a segurança da soberania nacional. Após

a popularização desta arte marcial nas guerras, foi reconhecida como esporte. Em 2000, teve sua primeira participação oficial nos Jogos Olímpicos em Sidney, na Austrália. Por ser considerado um esporte de alto contato físico, diversas articulações são acometidas, prejudicando o atleta tanto em competições como no próprio treinamento (Correa, Gomes, Gnata, & Cirino, 2019).

Nas competições os golpes do taekwondo podem aumentar as chances dos atletas se lesionarem, nos quais envolvem vários tipos de técnicas para se aplicar os golpes de ataque, como socos, chutes altos, rápidos e giratórios, e defesa. O atleta precisa acertar o chute no adversário de forma precisa, na área da pontuação legal, aumentando a necessidade da capacidade física do atleta (Correa, Gomes, Gnata, & Cirino, 2019).

A utilização da crioterapia remete-se ao século 2500 a.C. quando era utilizada pelo povo egípcio como método analgésico e anti-inflamatório, também utilizada por gregos e romanos, através da neve e do gelo, para variados tratamentos médicos (Viana, 2015).

A crioterapia diminui a dor o edema a resposta inflamatória e as perturbações circulatórias. Uma das principais funções do gelo no sistema circulatório é a diminuição do fluxo sanguíneo devido vasoconstrição. Este efeito acarreta um controle da hemorragia inicial intra-tecidual e limita a extensão da lesão (Guirro, Abib, & Máximo, 1999).

O uso do gelo como terapia, é largamente utilizado na reabilitação desportiva, sendo considerado um recurso prático, de fácil acesso, de baixo custo e de simples utilização, considerando que quanto mais precocemente for utilizada, melhores serão os resultados, na medida em que a vasoconstrição provocada pela ação do frio, vai certamente ajudar a reduzir o edema e a dor. Esta modalidade de tratamento tem sido bem aceita durante a fase aguda, bem como durante a recuperação e reabilitação dos atletas (Silva, 2010).

Segundo (Hernandez, 2010), A crioterapia promove uma restauração estrutural e funcional e atenua a dor, que por sua vez melhora a recuperação. A diminuição da temperatura tecidual reduz a demanda de oxigênio e a atividade metabólica celular e atenua a liberação de vasodilatadores, diminuindo a sobrecarga micro circulatória pela diminuição do volume sanguíneo circulante. Isto, por sua vez, atenua a pressão hidrostática na célula endotelial, diminuindo a formação de edema além dos efeitos anti-inflamatórios que também podem ser observados.



O resfriamento do segmento na reabilitação desportiva é um recurso prático, de baixo custo e de simples utilização, quanto mais rápido for a aplicação, melhores serão os resultados obtidos. Também descreve a crioterapia sendo uma das medidas mais utilizadas na fase aguda de um traumatismo, tanto articular, muscular ou ligamentar. A escolha deste método deve ser levada em consideração a área a ser tratada e o tempo de aplicação (Lima & Marsal, 2016).

Muito comumente utilizada para o tratamento das extremidades, a técnica de imersão consiste na colocação de pedaços de gelo em tonéis ou tanques com água, onde o paciente mergulhará a área a ser tratada e assim permanecerá por um tempo determinado, estimado de 10 a 15 minutos, a depender da lesão e/ou área a ser tratada (Viana, 2015).

Então, através dos argumentos citados acima, o uso da crioterapia por imersão em meio a um período de treinamento intenso teria efeito positivo no alívio da dor e reparo de lesões teciduais nos atletas participantes, a fim de uma possível melhora de sua performance, tendo em vista um pequeno intervalo de tempo para que isso pudesse acontecer fisiologicamente?

1.1 Objetivo

O presente estudo avaliou os resultados da crioterapia por imersão em atletas de taekwondo amadores e profissionais de alto rendimento após treinamento intenso.

1.2 Justificativa

A crioterapia é um recurso prático, de baixo custo e de simples utilização, quanto mais rápido for a aplicação, melhores serão os resultados obtidos (Lima & Marsal, 2016), trazendo satisfação para o paciente e um feedback positivo para o aplicador da técnica.

Ressalta-se que a presente pesquisa é relevante ao meio acadêmico, uma vez que visa analisar os efeitos da crioterapia em atletas praticantes de Taekwondo após o treinamento, o que poderá dar a contribuição para ampliar outros estudos na área de fisioterapia, podendo mostrar o quanto a técnica utilizada pode ser importante para o esporte.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esse efeito analgésico de curto prazo, promovido pela imersão em água fria, segundo (Bezerra, 2015) pode estar relacionado com a redução da velocidade de condução nervosa e atividade do fuso muscular, a resposta do reflexo de estiramento e espasticidade, inibindo, assim, o ciclo espasmo dor.

O resfriamento local leva a uma diminuição do metabolismo celular, proporcionando à célula um menor consumo de oxigênio. Conclui-se então que ocorre uma diminuição na frequência de transmissão do impulso e naturalmente na sensibilidade dolorosa. A aplicação de gelo faz com que aumente o limiar de excitação das células nervosas em função do tempo de aplicação, ou seja, quanto maior o tempo, menor a transmissão dos impulsos relacionados a temperatura, o que pode gerar analgesia ou diminuição da dor (Guirro, Abib, & Máximo, 1999).

Segundo Ramos, o principal objetivo da utilização da terapêutica é o de minimizar sequelas adversas que estão relacionadas ao processo de lesão (dor, edema, hemorragia, espasmo muscular) e, principalmente, reduzir a área de lesão secundária. Dessa forma, a crioterapia local pode facilitar a recuperação de tais lesões, sendo que a vasoconstrição induzida pelo frio reduz a formação de edemas, bem como a intensidade do dano celular local, por meio da redução do quadro hemorrágico e das demandas metabólicas no tecido lesado, fazendo com que o tecido lesionado volte as condições normais mais rapidamente.

Alguns estudos sugerem que a aplicação do frio tem como objetivo a diminuição do inchaço, a redução do edema local na região lesada (reduzindo a resposta inflamatória) e do espasmo muscular, provocando analgesia, o que favorece o processo de reabilitação, fazendo com que o tecido lesionado volte as suas condições normais. É importante a aplicação na fase aguda da lesão para promover a restauração estrutural e recuperação, ajudando o indivíduo a iniciar o exercício rapidamente. (GROSS et al., 2011).

Contudo, observa-se que os atletas voluntários nos dias em que não utilizaram o recurso fisioterápico, a crioterapia, permaneceram com o índice de escala visual analógica elevado após um período prologando, no entanto, nos dias em que os mesmos utilizaram do recurso crioterapia, durante 15 minutos, foi possível observar que houve uma melhora significativa no nível de dor.

Todos os atletas voluntários presentes na pesquisa obtiveram resultados positivos sobre o efeito da crioterapia após treinamento intenso, baseado na escala visual analógica, mensurada

de 0 a 10, onde 100% dos atletas apresentaram alguma diminuição da dor, comparada a avaliação feita sem o uso da intervenção, apenas pelo efeito natural fisiológico do corpo humano, também mensurada pela escala visual analógica, de 0 a 10.

3. MÉTODOLOGIA

3.1.1 Caracterização da pesquisa:

Este é um estudo descritivo comparativo e segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares.

3.1.2 Amostra

A amostra não probabilística intencional foi constituída por oito atletas, de ambos os sexos, da equipe do Centro de Treinamento Team Taekwondo Escola, com idades entre 18 e 23 anos, que estão em período de treinamento intenso.

3.1.3 Critérios de inclusão

Para fazer parte da nossa pesquisa o atleta precisou estar regularmente matriculado no Centro de Treinamento Team Taekwondo Escola, de ambos os sexos, ter entre 18 e 23 anos.

3.1.4 Critérios de exclusão

Teria sido excluído da pesquisa o atleta que usasse algum tipo de medicamento para analgesia durante o período a ser aplicado a terapia e não permanecer na terapia no tempo pré-determinado para todos os atletas participantes da pesquisa.

3.1.5 Plano de recrutamento:

Os atletas voluntários foram convocados através de convites, disseminados pelo mestre responsável pela equipe, onde constavam os procedimentos a serem realizados durante a intervenção, bem como riscos e benefícios.

3.1.6 Procedimentos:

A presente pesquisa foi realizada em 4 atendimentos, totalizando duas semanas, no período de 5 de maio de 2021 a 13 de maio de 2021.

Os voluntários foram convidados a participar da pesquisa e assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – APÊNDICE A).

A coleta de dados teve início no dia 5 de maio, após o treinamento, com tempo hábil para não comprometer o atleta e que não o prejudique em meio a sua preparação individual.

O estudo experimental foi composto por oito atletas, divididos em dois grupos de quatro atletas (Grupo A e Grupo B), onde na primeira semana o grupo A foi avaliado por meio da escala visual analógica (ANEXO A), cinco minutos após o treinamento, e cinco após a intervenção fisioterapêutica, a ser aplicada a técnica de crioterapia por imersão, submergindo os membros inferiores, em um balde composto por gelo, por um período de 15 minutos. O grupo B foi avaliado por meio da escala visual analógica, cinco minutos após a luta, e em seguida de mais 20 minutos, período igual e compatível ao utilizado na intervenção fisioterapêutica, a fim de coletar dados comparativos entre os dois grupos.

Para aplicação da técnica, foi utilizada água com adição de gelo até atingir a temperatura entre 4° e 10° C. Durante a aplicação da crioterapia por imersão, a temperatura foi acompanhada com o auxílio de um termômetro clínico digital, a fim de manterem-se as temperaturas preconizadas, através da colocação e retirada de cubos de gelo ou adicionamento de água em temperatura ambiente.

O mesmo procedimento foi realizado na segunda semana, invertendo os grupos, onde o grupo B passou a ser aplicado a intervenção fisioterapêutica e o grupo A é aplicado apenas o questionário.

3.1.7 Instrumentos de coletas de dados:

Escala visual analógica (Tabela usada para mensurar o nível de dor do atleta); Fita métrica (Para medição de altura; Marca: Vonder, Tamanho: um metro e 50cm); Balança digital (Para medição de peso; Marca: Mutilaser, Capacidade: 180kg); quatro baldes com gelo (Para imersão dos MMII).



3.1.8 Análise Estatística:

Os resultados foram tabulados no programa *Microsoft Office Excel 2016*[®], o qual vai gerar tabelas e gráficos com números absolutos e relativos através de valores de medida central (média). Esta pesquisa só será realizada após aprovação do comitê de ética em pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As identidades dos atletas voluntários participantes da pesquisa foram preservadas por questões éticas, sendo identificados por números de 1 a 8.

4.1.1 SEM O USO DA CRIOTERAPIA

Tabela 1 – Dados coletados sem intervenção

ESCALA VISUAL ANALÓGICA				
1º DIA			2º DIA	
ATLETA	5 MIN PÓS TREINO	20 MIN PÓS TREINO	5 MIN PÓS TREINO	20 MIN PÓS TREINO
1	7	7	10	9
2	6	6	8	8
3	8	8	8	8
4	8	7	8	8
5	9	9	8	8
6	5	5	7	6
7	7	7	10	10
8	10	10	10	9

Elaborada pelo autor, 2021.

Os atletas participantes da pesquisa, sem o uso da crioterapia, apresentaram pouca ou nenhuma melhora da dor após o treino intenso de taekwondo, com duração de uma hora, onde foi mensurado pela escala visual analógica, sendo feitas a avaliação em dois momentos, 5 minutos após o treino e 20 minutos seguintes, tempo equivalente ao mesmo a ser usado com a inclusão da intervenção.



4.1.2 COM O USO DA CRIOTERAPIA

Tabela 2 – Dados coletados com intervenção

ESCALA VISUAL ANALÓGICA				
1º DIA			2º DIA	
ATLETA	5 MIN PÓS TREINO	5 MIN PÓS- INTERVENÇÃO	5 MIN PÓS TREINO	5 MIN PÓS- INTERVENÇÃO
1	10	3	8	6
2	9	4	8	6
3	7	3	8	5
4	10	6	8	6
5	9	3	3	0
6	8	0	6	0
7	9	3	5	0
8	8	0	5	0

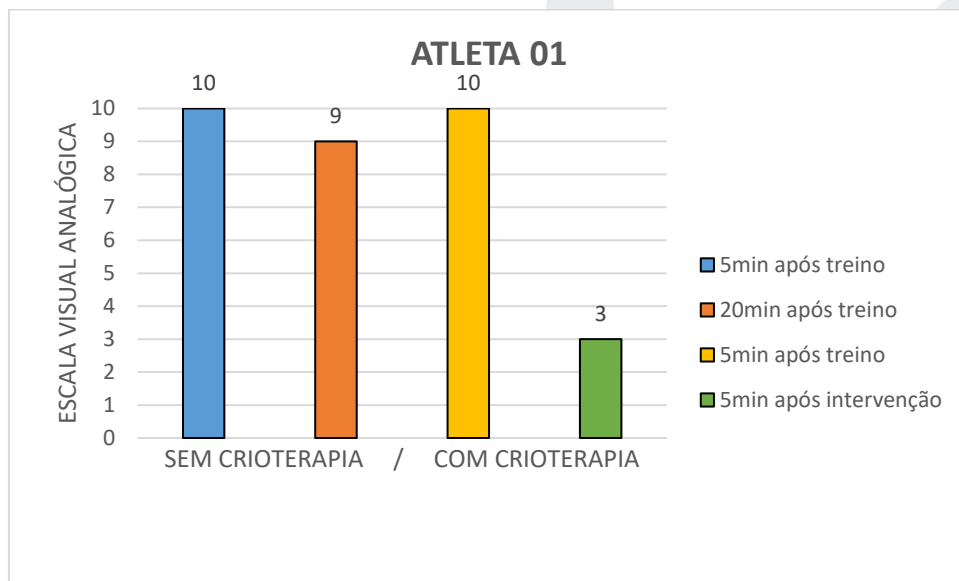
Elaborada pelo autor, 2021.

Obs.: O Atleta 05 foi excluído da pesquisa, pois o mesmo atendeu ao seguinte critério de exclusão: não permanecer na terapia no tempo pré-determinado para todos os atletas participantes da pesquisa. Onde o atleta se retirou da intervenção após 2 minutos do início, e em seguida de 2 minutos voltando ao recipiente com água e gelo, não atendendo ao tempo pré-determinado pelos pesquisadores, podendo haver alteração no resultado, em comparação com os demais atletas.

4.1.3 COMPARATIVO

Foram gerados gráficos com os dois melhores resultados, com intervenção e sem intervenção, elaborados a partir da análise dos resultados obtidos pela escala visual analógica.

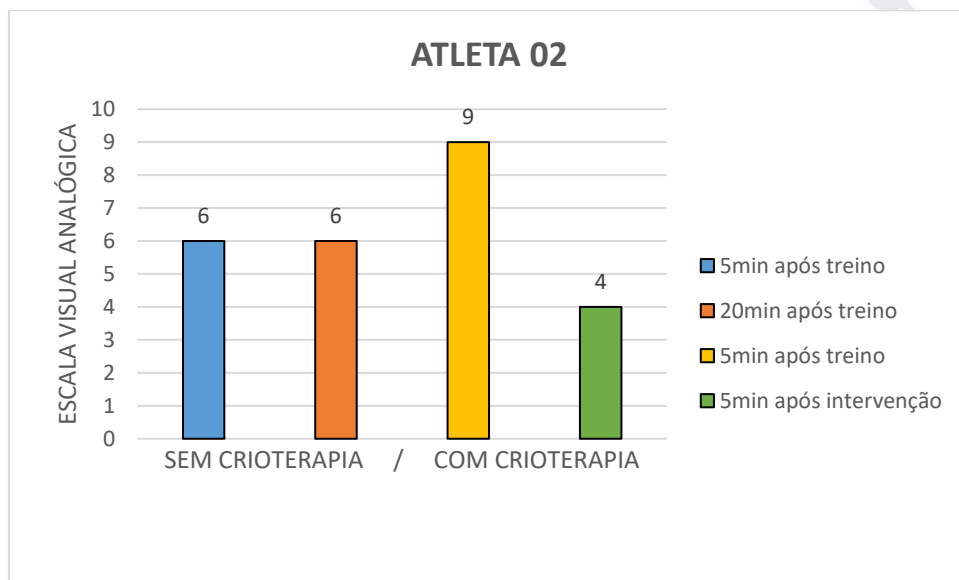
Gráfico 1 – Melhores resultados obtidos pelo atleta 01



Elaborado pelo autor, 2021.

O atleta 01 no seu melhor resultado, sem o uso da crioterapia, teve uma queda de 10 para 9 na escala visual analógica, onde com o uso da crioterapia o seu melhor resultado foi uma queda de 10 para 3 na escala visual analógica.

Gráfico 2 – Melhores resultados obtidos pelo atleta 02



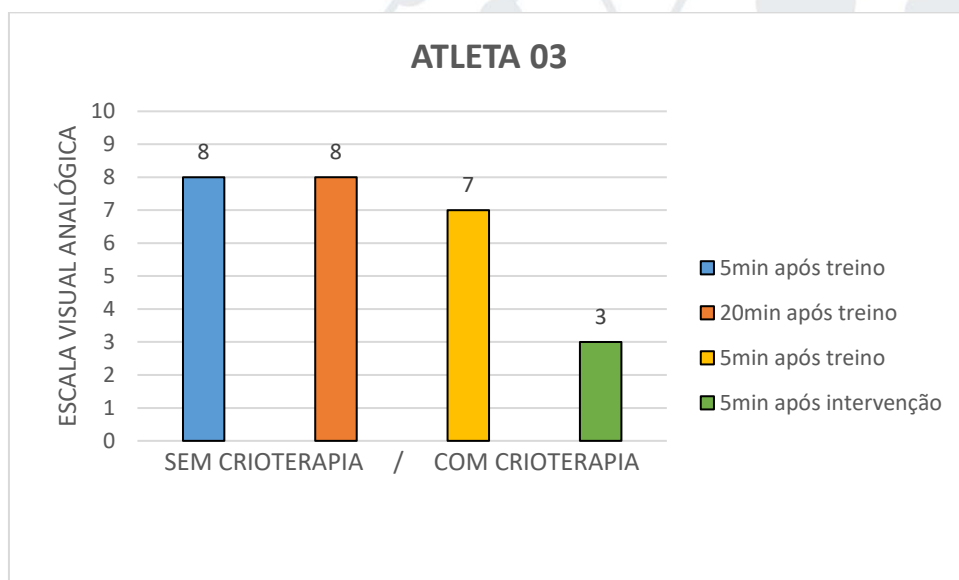
Elaborado pelo autor, 2021.





O atleta 02 no seu melhor resultado, sem o uso da crioterapia, não apresentou nenhuma alteração na escala visual analógica, onde com o uso da crioterapia o seu melhor resultado foi uma queda de 9 para 4 na escala visual analógica.

Gráfico 3 – Melhores resultados obtidos pelo atleta 03

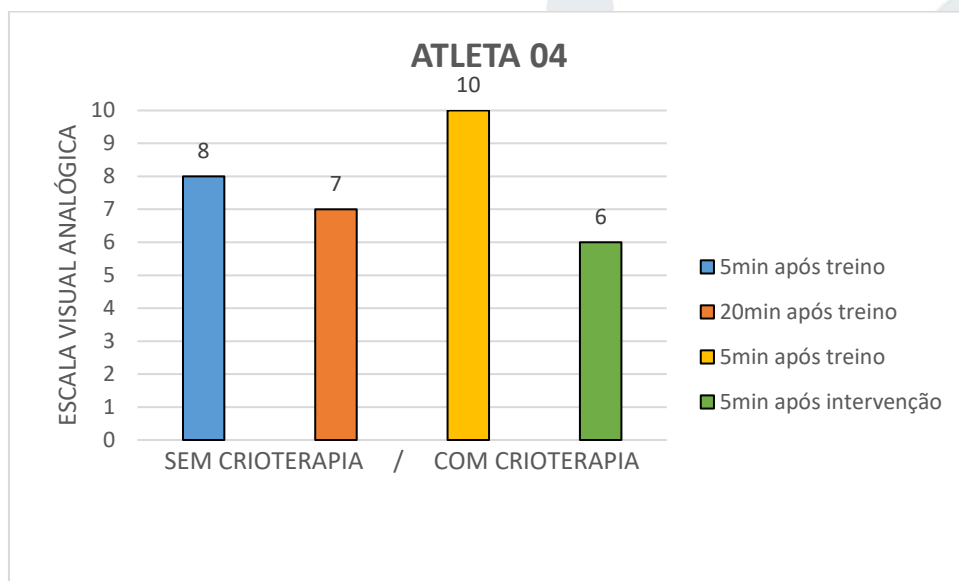


Elaborado pelo autor, 2021.

O atleta 03 no seu melhor resultado, sem o uso da crioterapia, não apresentou nenhuma alteração na escala visual analógica, onde com o uso da crioterapia o seu melhor resultado foi uma queda de 7 para 3 na escala visual analógica.

Gráfico 4 – Melhores resultados obtidos pelo atleta 04

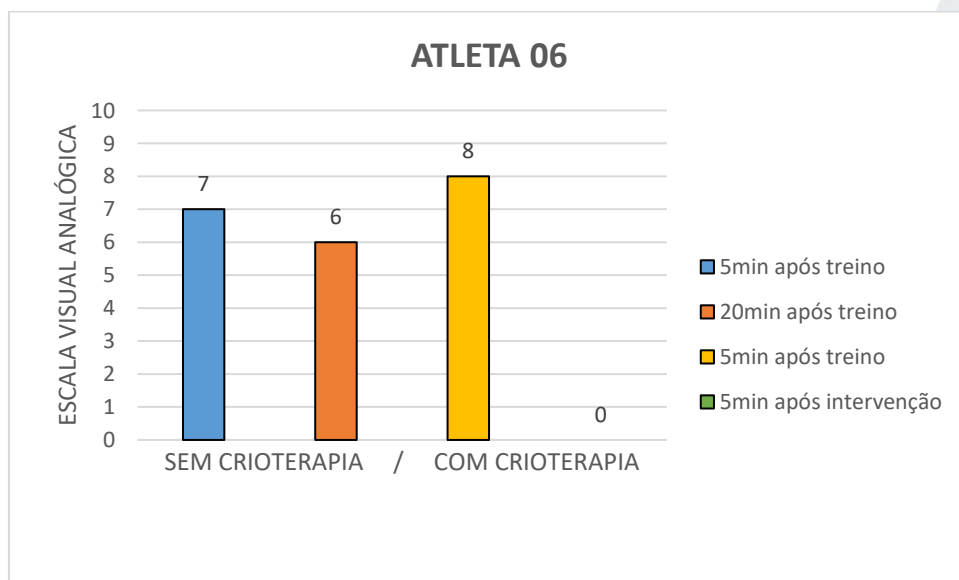




Elaborado pelo autor, 2021.

O atleta 04 no seu melhor resultado, sem o uso da crioterapia, teve uma queda de 8 para 7 na escala visual analógica, onde com o uso da crioterapia o seu melhor resultado foi uma queda de 10 para 6 na escala visual analógica.

Gráfico 5 – Melhores resultados obtidos pelo atleta 06



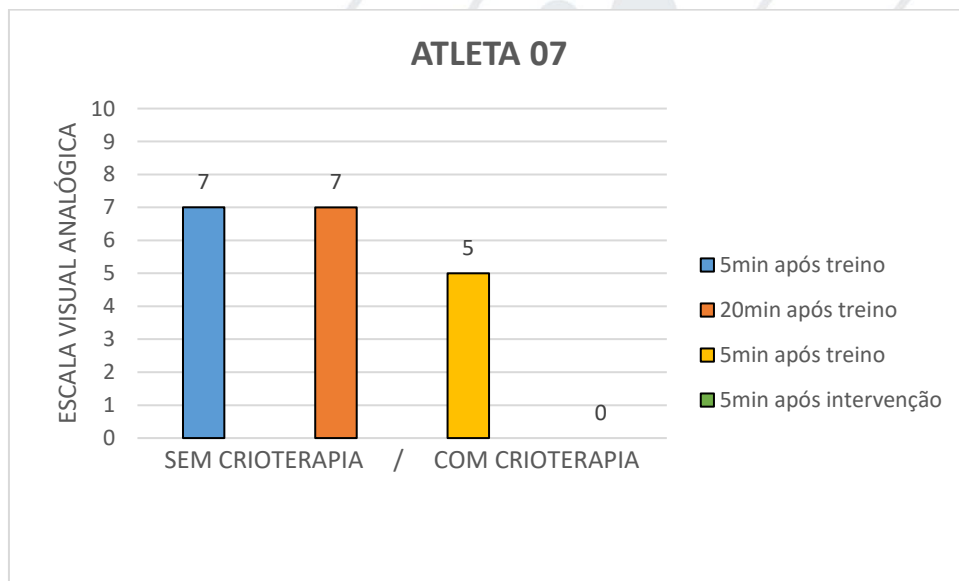
Elaborado pelo autor, 2021.





O atleta 06 no seu melhor resultado, sem o uso da crioterapia, teve uma queda de 7 para 6 na escala visual analógica, onde com o uso da crioterapia o seu melhor resultado foi uma queda de 8 para 0 na escala visual analógica.

Gráfico 6 – Melhores resultados obtidos pelo atleta 07

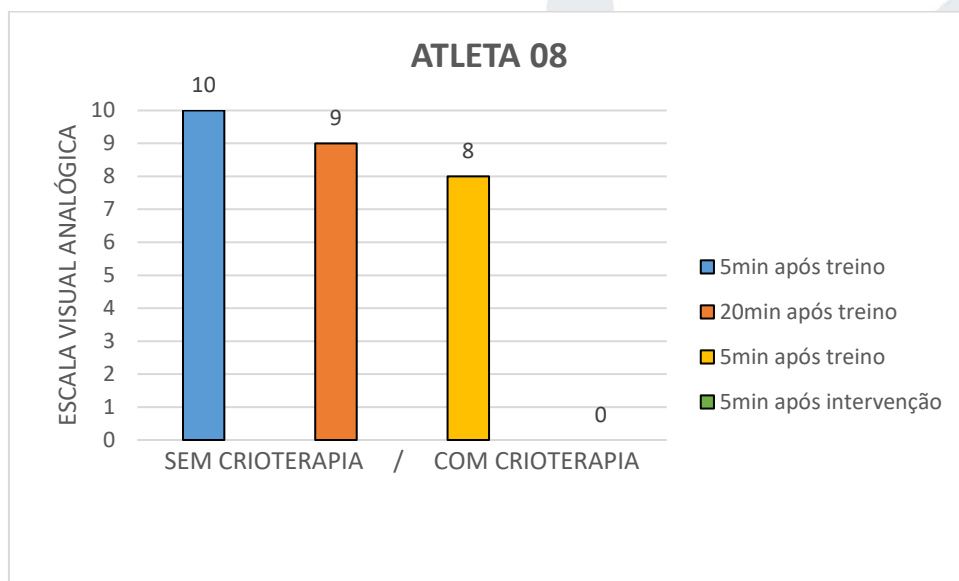


Elaborado pelo autor, 2021.

O atleta 07 no seu melhor resultado, sem o uso da crioterapia, não apresentou nenhuma alteração na escala visual analógica, onde com o uso da crioterapia o seu melhor resultado foi uma queda de 5 para 0 na escala visual analógica.

Gráfico 7 – Melhores resultados obtidos pelo atleta 08





Elaborado pelo autor, 2021.

O atleta 08 no seu melhor resultado, sem o uso da crioterapia, teve uma queda de 10 para 9 na escala visual analógica, onde com o uso da crioterapia o seu melhor resultado foi uma queda de 8 para 0 na escala visual analógica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos resultados apresentados no presente estudo, observa-se que houve melhora significativa em todos os atletas voluntários participantes desta pesquisa, que fizeram o uso da crioterapia após treinamento intenso, sendo comparado aos mesmos, sem o uso da crioterapia, em dois dias alternados, salvo o atleta 05, pois o mesmo foi excluído da pesquisa por não se manter na terapia pelo tempo pré-determinado de 15 minutos contínuos. A crioterapia por imersão é um ótimo recurso a ser aplicado em atletas, em períodos de treinamento intenso, gerando alívio de dor e recondicionando o atleta em um menor tempo.

Instiga-se que é recomendado novas pesquisas, com uma amostra maior de atletas voluntários e avaliado o alívio da dor a longo prazo, visto que os atletas participantes desta pesquisa estão em treinamento intenso, 5 dias por semana, 1 hora por dia. Atribuindo assim novos resultados e contribuindo para a expansão e conhecimento da crioterapia por imersão.



REFERÊNCIAS

Antonelli, R. (29 de janeiro de 2014). Aplicações de frio e calor ajudam na recuperação física de atletas. Fonte: **Mais Esporte**:
https://www.superesportes.com.br/app/19,66/2014/01/29/noticia_maiesportes,52187/aplicacoes-de-frio-e-calor-ajudam-na-recuperacao-fisica-de-atletas.shtml. 2014.

Bezerra, JA (2015). Respostas da crioterapia na sensação subjetiva de dor muscular após jogo de futebol. Fonte: **Revista Brasileira de Futebol**:
<https://rbf.ufv.br/index.php/RBFutebol/article/view/188/155>. 2015

Correa, D. G., Gomes, A. S., Gnata, G. M., & Cirino, R. R. (2019). Prevalência de lesões em atletas da seleção brasileira de taekwondo. Fonte: **Caderno de Educação Física e Esporte**:
<http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/22389>. Marechal Candido de Rondon: 2019.

Gross, J.S (2011). EFEITOS DA CRIOTERAPIA DE IMERSÃO PÓS-EXERCÍCIO SOBRE OS NÍVEIS DE FORÇA E POTÊNCIA DE ATLETAS. Fonte: **Lume Repositorio Digital**:
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/39343/000825272.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Porto Alegre: 2010.

Guirro, R., Abib, C., & Máximo, C. (1999). Os Efeitos Fisiológicos da Crioterapia: uma Revisão. Fonte: **Fisioterapia Pesquisa**:
<http://www.revistas.usp.br/fpusp/article/view/79629/83632>. São Paulo: 1999.

Hernandez, S. G. (2010). INFLUÊNCIA DA CRIOTERAPIA DE IMERSÃO EM INDICADORES DE DANO MUSCULAR PÓS EXERCÍCIO EM ATLETAS DE TRIATHLON. Fonte: **Cefise**: http://www.cefise.com.br/anexos_artigos/44/04_Influencia-da-crioterapia-de-imersao-em-indicadores-de-dano-muscular-pos-exercicio-em-atletas-de-triathlon.pdf. Curitiba: 2010.

Lima, E. A., & Marsal, A. S. (2016). CRIOTERAPIA: UMA TÉCNICA SIMPLES E EFICAZ NA DESPORTIVA. Fonte: **Doc Player**: <https://docplayer.com.br/60678183-Crioterapia-uma-tecnica-simples-e-eficaz-na-desportiva.html>. Visão universitária: 2016.

Ramos, VPC. A eficácia da crioterapia na fase inicial de processos inflamatórios após lesão musculoesquelética. Fonte: **Portal Bio Cursos**:
https://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/238/438-A_eficacia_da_crioterapia_na_fase_inicial_de_processos_inflamatorios_apos_lesao_musculoesqueletica.pdf





Silva, A. C. (2010). EFEITO DA CRIOTERAPIA DE IMERSÃO NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DA FADIGA MUSCULAR EM JOGADORES DE FUTEBOL MENSURADA ATRAVÉS DA CONCENTRAÇÃO DO LACTATO SANGUÍNEO. Fonte: **UNISALESIANO**: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/51874.pdf>. Rev Bras Cineantropom Desempenho Hum: 2010.

Viana, D. d. (2015). CRIOTERAPIA: História, Efeitos Fisiológicos e a Eficácia das suas Técnicas: Uma Revisão de Literatura. Fonte: **Acervo Digital**: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/42147/Daiane%20Fabiula%20de%20Melo%20Viana.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Matinhos: 2015.



EFICÁCIA DA CÂNULA NASAL DE ALTO FLUXO EM INDIVÍDUOS COM COVID-19: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Helena Lídio Ferreira¹

Nickson Melo de Moraes²

RESUMO

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico, variando de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. Nesse contexto, a Cânula Nasal de Alto Fluxo é uma terapia emergente para a insuficiência respiratória aguda hipoxêmica (IRAH) em adultos, considerada a maior complicação para os pacientes acometidos com Covid-19, permitindo o fornecimento de oxigênio aquecido e umidificado através de cânulas nasais de ângulo longo em fração definida de oxigênio inspirado. Desse modo, ciente do potencial lesivo respiratório e da necessidade de uma assistência ventilatória a esses pacientes, o estudo tem o intuito de verificar a eficácia da CNAF nos indivíduos acometidos por SARs-CoV-2. Para isso, realizou-se uma revisão da literatura científica integrativa nas bases de dados eletrônicas SCIELO, LILACS, BIREME e PubMed a partir dos descritores constantes no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) de modo combinado e isolado, publicados entre 2019 e 2021, em português e em inglês, e cujos textos completos estão disponíveis para leitura. Há uma série de benefícios fisiológicos para o uso de CNAF descritos na literatura e que apresentam indicativos de melhora decorrente do alto fluxo fornecido em vários parâmetros da função respiratória. Logo, se utilizados todos os protocolos para verificação de falha e análise da sua execução, a sua aplicação clínica é cada vez mais ampla e eficaz nas reversões e reabilitações pós-infecção por Sars-Cov-2.

¹ Graduanda em Fisioterapia pela Faculdade Católica do RN. E-mail: mariahelenalidio@hotmail.com.

² Orientador: Mestre em Saúde e Sociedade pelo Programa de Saúde e Sociedade da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: nicksonmm@yahoo.com.br.



Palavras-chave: Cânula nasal de alto fluxo. Covid-19. Hipoxemia. Oxigenoterapia. Ventilação não-invasiva.

ABSTRACT

COVID-19 is an infectious disease caused by SARS-CoV-2, which presents a clinical picture ranging from asymptomatic infections to severe respiratory conditions. In this context, the High Flow Nasal Cannula is an emerging therapy for hypoxemic acute respiratory failure (ARI) in adults, considered the biggest complication for patients affected with Covid-19, allowing the delivery of warmed and humidified oxygen through nasal cannulas angle view in defined fraction of inspired oxygen. Thus, aware of the potential for respiratory damage and the need for ventilatory assistance for these patients, the study aims to verify the effectiveness of CNAF in individuals affected by SARs-CoV-2. For this, a review of the integrative scientific literature was carried out in the SCIELO, LILACS, BIREME and PubMed electronic databases from the descriptors contained in DeCS (Descriptors in Health Sciences) in a combined and isolated way, published between 2019 and 2021, in Portuguese and English, and whose full texts are available for reading. There are a number of physiological benefits for the use of CNAF described in the literature, which show signs of improvement resulting from the high flow provided in various parameters of respiratory function. Therefore, if all the protocols are used for failure verification and analysis of their execution, their clinical application is increasingly broad and effective in reversals and rehabilitations after Sars-Cov-2 infection.

Keywords: High-flow nasal cannula. Covid-19. Hypoxemia. Oxygen Therapy. Non-invasive ventilation.

1 INTRODUÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Os coronavírus são a segunda principal causa de

resfriado comum. Até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos do que o resfriado comum. Ao todo, são sete coronavírus humanos (HCoV) que já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causou a síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, o novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19 (OPAS, 2020).

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. A maioria dos pacientes com COVID-19 pode ser assintomática, e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória. Ela tem como principais sintomas a febre, o cansaço e a tosse seca. Alguns pacientes podem apresentar dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés. Esses sintomas geralmente são leves e começam gradualmente. O principal meio de transmissão é por meio do contato pessoal, ao tossir ou ao espirrar. Pessoas infectadas expõem gotículas com o vírus, que podem contaminar objetos e superfícies. O contágio também ocorre ao tocar nessas áreas contaminadas e, em seguida, levar as mãos à boca, nariz ou olhos (EPP HCFMUSP, 2020; OPAS, 2020).

Enquanto a maioria das pessoas com COVID-19 desenvolve apenas doenças leves ou não complicadas, aproximadamente 14% desenvolvem uma doença grave que requer hospitalização e oxigênio e 5% podem exigir internação em uma unidade de terapia intensiva. Em casos graves, a COVID-19 pode ser complicada pela síndrome do desconforto respiratório agudo (SDRA), sepse e choque séptico e falência de múltiplos órgãos (Ministério da Saúde, 2020).

A pneumonia COVID-19, apesar de cair na maioria das circunstâncias na definição de Berlim de SDRA, é uma doença específica, cujas características distintas são hipoxemia grave, frequentemente associada à alteração da complacência pulmonar no sistema respiratório. Essa combinação notável quase nunca é vista em SDRA grave. Esses pacientes



gravemente hipoxêmicos, apesar de compartilharem uma única etiologia (SARS-CoV-2), podem se apresentar de maneira bem diferente uns dos outros: respirando normalmente (hipoxemia “silenciosa”) ou notavelmente dispneico; bastante responsivo ao óxido nítrico ou não; profundamente hipocápnico ou normo/hipercápnico e responde à posição prona ou não (GATTINONI *et al.*, 2020).

A oxigenoterapia deve ser considerada como assistência ventilatória imediatamente quando esses pacientes afetados por infecção respiratória aguda grave apresentam as seguintes condições: hipoxemia ($\text{PaO}_2 < 60 \text{ mmHg}$ ou $\text{SpO}_2 < 93\%$ ao respirar ar); desconforto respiratório (frequência respiratória > 24 vezes / min); e hipotensão (pressão arterial sistólica $< 100 \text{ mmHg}$). É razoável definir o fluxo inicial de oxigênio para 5 L/min e, em seguida, ajustar o fluxo de oxigênio para manter a SpO_2 em $94\% - 98\%$. Se a SpO_2 inicial do paciente $< 85\%$, máscaras de armazenamento de oxigênio (fluxo de oxigênio $> 12 \text{ L/min}$) devem ser preferidas para corrigir a hipoxemia. Se não houver melhora ou deterioração após 1 ou 2 horas, outros métodos de suporte respiratório devem ser substituídos, tais como a Cânula Nasal de Alto Fluxo (CNAF), a Ventilação Mecânica não Invasiva (VNI) e a Invasiva (VMI), se houver falha dos outros dispositivos (OMS, 2020; J. Thorac. Dis, 2013).

Ao considerar que estudos recentes mostram que uma meta conservadora de oxigenação após início da ventilação mecânica é segura, podendo prevenir complicações e garantir os desfechos clínicos, recomenda-se o uso racional do oxigênio na forma de gás terapêutico. O uso de Cânula Nasal de Alto Fluxo (CNAF) pode reduzir a necessidade de IOT em casos de insuficiência respiratória hipoxêmica quando comparada à oxigenoterapia convencional e com resultados superiores à VNI nesse contexto (AMIB, 2021).

Desse modo, ciente do potencial lesivo respiratório e da necessidade de uma assistência ventilatória a esses pacientes, justifica-se a realização deste estudo com o intuito de verificar a eficácia da CNAF nos indivíduos acometidos por SARs-CoV-2.

1. DESENVOLVIMENTO

De 10% a 15% dos pacientes com COVID-19 irão necessitar de internação nas unidades de terapia intensiva devido ao quadro de insuficiência respiratória aguda. Esse

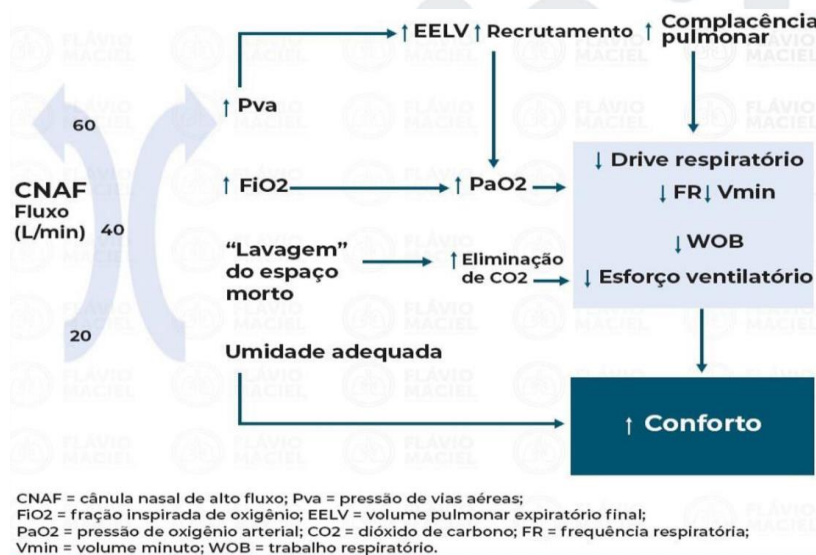
paciente geralmente apresenta aumento da frequência respiratória >24 incursões respiratórias por minuto, hipoxemia, saturação de oxigênio e SpO₂ <90% em ar ambiente, necessitando de oxigênio. Atualmente, a ventilação não invasiva com pressão positiva pode ser considerada uma tentativa previamente à intubação (AMIB, 2021).

Nesse contexto, a CNAF é uma terapia emergente para a insuficiência respiratória aguda hipoxêmica (IRAH) em adultos, que é a maior complicação dos pacientes acometidos com COVID-19, permitindo o fornecimento de oxigênio aquecido e umidificado através de cânulas nasais de ângulo longo em fração definida de oxigênio inspirado (RICARD *et al.*, 2016).

O circuito das CNAF baseia-se em quatro componentes essenciais: uma fonte de oxigênio de alto fluxo com misturador de ar que permita definir o fluxo e a fração inspiratória de oxigênio (FiO₂) fornecida, um umidificador, um circuito inspiratório aquecido (a 37°C) e cânulas nasais para a técnica que permitem, em conjunto, fornecer oxigênio aquecido e umidificado em fluxos bem superiores aos da oxigenoterapia convencional. Esse circuito permite fornecer um FiO₂ até 1,0 e um fluxo máximo de 60 L/min (PIRES *et al.*, 2018).

As análises dos efeitos fisiológicos do CNAF indicam melhora dependente do fluxo em vários parâmetros da função respiratória, conforme Figura 1 a seguir:

Figura 1 – Fluxograma dos benefícios da CNAF



Fonte: Adaptado de Ricard JD et al. (2020). Use of nasal high flow oxygen during acute respiratory failure. *Intensive Care Med*, 2020.

Esses efeitos benéficos permitem que alguns pacientes com uso de oxigênio nasal de alto fluxo durante insuficiência respiratória aguda hipoxêmica grave evitem a intubação e melhorem seus resultados. Eles exigem monitoramento rigoroso para não atrasar a intubação, caso necessário. Esse atraso pode piorar o resultado. O índice ROX é um dos preditores para esta análise (RICARD *et al.*, 2020).

O Índice ROX, que é definido como a proporção da saturação de oxigênio medida pelo oximetria (SpO₂)/FiO₂ para frequência respiratória (FR) em respirações por minuto, é validado para medição que prevê resultados ao usar CNAF para tratar hipoxemia respiratória. Um ROX menor de 4,8 após 12 horas de terapia sugere uma Ventilação Mecânica Invasiva (Maulin Patel *et al.*, 2020).

Em pacientes com insuficiência respiratória hipoxêmica, estudos validam o uso do índice ROX (Índice ROX = [SpO₂ / FiO₂]/FR) como preditor de sucesso da CNAF para não ocorrência de intubação orotraqueal. O valor que demonstrou predição para minimizar risco de intubação orotraqueal foi um índice de ROX $\geq 4,88$ nos momentos de 2, 6 e 12 horas. Já os

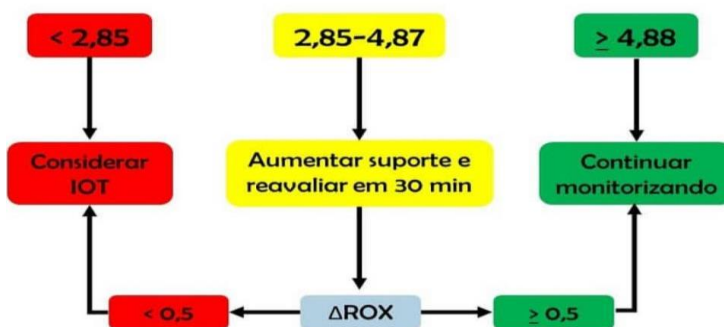
índices de ROX preditores de falha da CNAF para evitar intubação orotraqueal foram valores menores de 2,85 nas primeiras 2 horas, 3,47 nas 6 horas, e menor que 3,85 nas 12 horas (ASSOBRAFIR, 2020). Para isso, segue o esquema de exemplificação de avaliação de ROX conforme Figuras 2 e 3.

Figura 2 – Tabela Base de análise do ROX INDEX após 2 horas de terapia.



Fonte: Adaptado de Ricard JD et al. (2020).

Figura 3 - Tabela Base de análise do ROX INDEX após 6 horas de terapia.



Fonte: Adaptado de Ricard JD et al. (2020).

2. METODOLOGIA

A fim de alcançar o objetivo proposto, realizou-se uma revisão da literatura científica integrativa, posto que essa modalidade é a abordagem metodológica mais abrangente das revisões, permitindo incluir estudos experimentais e não experimentais para a compreensão completa do fenômeno analisado (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

Logo, esta pesquisa possibilita sumarizar pesquisas já findadas e obter conclusões a partir do tema de interesse. Para isso, foi feita uma busca de artigos nas bases de dados eletrônicas Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BIREME) e PubMed a partir dos seguintes descritores constantes no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Coronavírus, COVID-19, SDRA, Síndrome do Desconforto Respiratório Agudo, hipoxemia, ventilação não invasiva, oxigenoterapia, de modo combinado e isolado, publicados entre 2019 e 2021, em português e em inglês, e cujos textos completos estão disponíveis para leitura. Além disso, os textos deveriam apontar dados sobre as terapias ventilatórias e a COVID-19.

Foi excluído qualquer trabalho que tenha sido publicado em outros anos, em outra língua que não o português e inglês e que o texto completo não estivesse disponível para leitura. E, ainda, foram excluídos todos que não apresentaram dados sobre as terapias ventilatórias na COVID-19. Obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados seis artigos que foram lidos na íntegra. A partir da análise dos artigos, foram formuladas as discussões sobre os principais resultados e conclusões do estudo. Os resultados foram propostos através de Análise Estatística Descritiva, na qual os dados encontrados serão somente descritos de maneira quantitativa e apresentados em forma de tabelas, produzidas no Microsoft Office Excel.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após análise criteriosa dos seis artigos selecionados, foram extraídas algumas de suas principais características, as quais estão apresentadas na Tabela 1 a seguir:



Tabela 1 - Artigos publicados nas bases de dados LILACS, SCIELO, PUBMED e BIREME, no período de 2019 a 2021 e algumas de suas principais características.

Autor – Ano	Título do Artigo	Método - Amostra	Resultados
KE WANG et al., 2020.	The experience of high-flow nasal cannula in hospitalized patients with 2019 novel coronavirus-infected pneumonia in two hospitals of Chongqing, China.	Estudo Observacional com 318 pacientes hospitalizados, sendo 27 apresentando IRA grave, e destes, 17 foram tratados com CNAF, 9 tratados com VNI e 1 tratado com VMI.	Dos 17 pacientes com CNAF, 7 (41%) apresentaram falha. A taxa de falha foi de 0% (0/6) em pacientes com PaO ₂ / FiO ₂ > 200 mmHg vs. 63% (7/11) naqueles com PaO ₂ / FiO ₂ ≤ 200 mmHg. Em comparação com os dados basais, a frequência respiratória diminuiu significativamente após 1-2 h de CNAF no grupo de sucesso.
LING LIU et al., 2021.	A simple nomogram for predicting failure of non-invasive respiratory strategies in adults with COVID-19: a retrospective multicentre study.	Estudo Observacional com coorte de treinamento com 652 pacientes divididos em 21 hospitais na China.	Tanto no treinamento quanto nos coortes de validação, a taxa de mortalidade foi significativamente maior no grupo VNI do que no grupo CNAF. Considerando critérios para iniciar CNAF e VNI, não é inesperado





**YUSTE,
Maria Eugenia et
al., 2019.**

Eficácia e
segurança da
oxigenoterapia com
cânula nasal de alto
fluxo na
insuficiência
respiratória
hipercápnica
moderada aguda.

Estudo
Observacional
com 1.304
pacientes
hospitalizados na
Unidade de
Terapia Intensiva.

que os pacientes do
grupo VNI tiveram
sintomas agudos mais
graves de insuficiência
respiratória e
mortalidade mais
elevada do que no grupo
CNAF.

Os dados obtidos
demonstram que o
CNAF é clinicamente
efetivo, já que reduz a
frequência respiratória e
reverte a acidose
respiratória. O fato de
que uma diminuição da
frequência respiratória
não foi acompanhada de
aumento na PCO₂ se
justifica pelo efeito de
lavagem do espaço
morto das vias aéreas
superiores pelo uso do
CNAF. Por outro lado,
observou-se aumento
estatisticamente
significante do pH,
provavelmente
provocado por ligeira





**VIANELLO,
Andrea et al., 2020.**

High-flow nasal cannula oxygen therapy to treat patients with hypoxemic acute respiratory failure consequent to SARS-CoV-2 infection.

Estudo observacional com 28 pacientes hospitalizados.

redução da PCO₂ que, embora não tenha alcançado significância estatística, exerceu efeito no equilíbrio acidobásico.

Os dados sugerem que CNAF desempenhou um papel importante na reversão da hipoxemia dos pacientes com SARS-CoV-2 com falha incapaz de atingir SaO₂ ≥92% sob terapia de oxigênio padrão. Além de risco limitado de transmissão aérea, demonstrando dispersão de gases limitada. Mostra que o CNAF pode ser considerado um meio eficaz e seguro para melhorar a oxigenação em pacientes não responsivos à oxigenoterapia convencional.





DUAN et al., 2020.	Use of high-flow nasal cannula and noninvasive ventilation in patients with COVID-19: A multicenter observational study.	Estudo observacional com 36 pacientes hospitalizados divididos entre dois grupos: CNAF e VNI, sendo respectivamente, 23 e 13 pacientes.	No grupo CNAF, 11 (47%) pacientes tiveram sucesso, 2 pacientes falharam e apresentaram necessidade de intubação imediata (1 paciente evoluiu com óbito) e outros 10 falharam, mas foram elegíveis para o uso de VNI como terapia de resgate (tendo 8 pacientes evoluídos com sucesso e 2 com intubação).
ARTIGAS, Ricard et al., 2021.	High-flow nasal oxygen in patients with COVID-19 associated acute respiratory failure.	Estudo observacional com 122 pacientes, divididos em dois grupos: CNAF e VMI precoce, sendo cada grupo com 61 pacientes.	Quando comparado à intubação precoce, o uso de oxigênio nasal de alto fluxo foi associado a um aumento nos dias sem ventilação (diferença média de oito dias) e uma redução no tempo de UTI de permanência. Nenhuma diferença foi observada na mortalidade hospitalar.

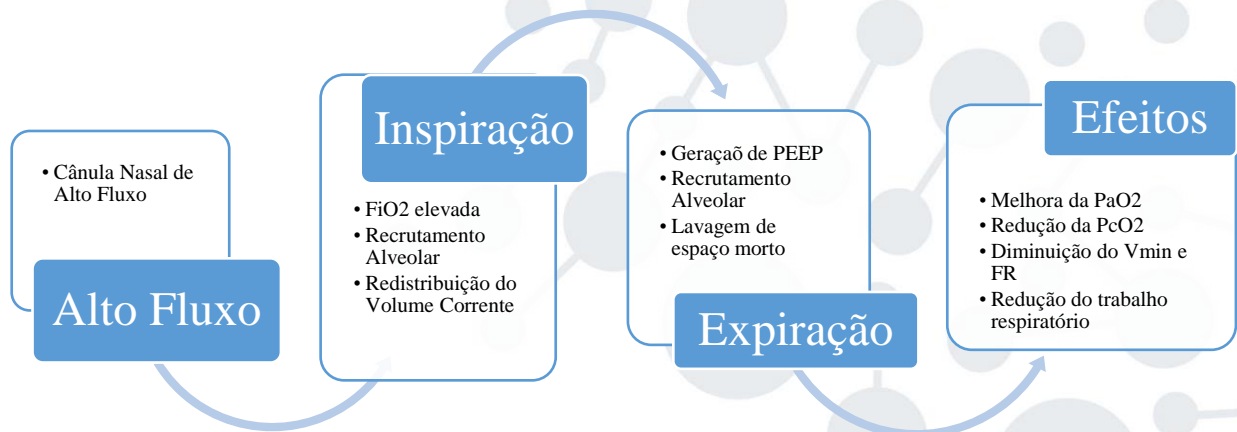
Fonte: Elaborada pelos autores (2021).



Há uma série de benefícios fisiológicos para o uso de CNAF descritos na literatura, incluindo a redução da frequência respiratória e do trabalho respiratório, redução do espaço morto anatômico, melhor tolerância à terapia devido a sua interface e a sua umidificação das vias aéreas e melhor adequação dos distúrbios acidobásicos. Além de redução do tempo de internamento e ventilação na unidade de terapia intensiva. Logo, os estudos indicam melhora dependente do alto fluxo fornecido em vários parâmetros da função respiratória. Esses efeitos benéficos permitem que alguns pacientes com insuficiência respiratória hipoxêmica aguda grave ou hipercapnica evitem a intubação e melhorem seus resultados. Quando a intubação é necessária, o CNAF pode ser usado para pré-oxigenar pacientes, isoladamente ou em combinação com ventilação não invasiva (VNI), na qual sua eficácia mediante a taxa de mortalidade foi superior. Quanto à dispersão de gases, o CNAF se mostra eficaz devido a sua capacidade exalatória bastante limitada (YUSTE *et al.*, 2019; VIANELLO *et al.*, 2020).

Quanto ao tipo de estudo, dos seis artigos analisados, todos são estudos observacionais, totalizando 100%. Cada artigo lido apresentou no curso do texto as mais diversas razões para justificar a eficácia da terapia de alto fluxo na COVID-19. Esses motivos foram identificados e catalogados. Frente aos objetivos propostos, o fluxograma apresenta os principais achados fisiológicos.

Figura 4 - Fluxograma dos efeitos fisiológicos do CNAF descritos na literatura.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Em relação aos achados na Tabela 1 e ao fluxograma exposto na Figura 4, é supremo destacar os proveitos de se utilizar a terapia de alto fluxo em indivíduos com COVID-19 nos desfechos do sistema respiratório.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, os benefícios de uso da terapia de alto fluxo são de suma importância na prevenção, reabilitação e tratamento das complicações do COVID-19 no sistema respiratório dos indivíduos acometidos pela doença, como a alteração acidobásico, a hipoxemia, a hipercapnia, os esforços respiratórios, a taxa de mortalidade e a taxa de intubação. A CNAF vem proporcionando aos pacientes uma manutenção mais apropriada de uma fração de oxigênio constante, uma melhor geração de pressão expiratória final positiva, redução do espaço morto anatômico, melhora de depuração mucociliar, redução da taxa de mortalidade e de intubação orotraqueal, redução do trabalho respiratório e melhor adaptação do dispositivo pela sua interface e potencialização de sua tolerância, a qual os leva a evoluir do ponto de vista

da mecânica respiratória e os valores gasométricos, reorganizando os aspectos de oxigenação desses pacientes e diminuindo seu tempo de hospitalização.

Ao utilizar essa terapia, devem ser adotados critérios bem estabelecidos de sucesso e falha, evitando postergar a intubação orotraqueal e causar danos lesivos pulmonares. Portanto, utilizando-se de todos os protocolos para verificação de falha e análise da sua execução, a sua aplicação clínica é cada vez mais ampla e eficaz nas reversões e reabilitações pós-infecção por Sars-Cov-2.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMIB). **Orientações sobre o uso racional do gás oxigênio em pacientes graves com suspeita de infecção por SARS-COV-2.** Jan.2021. Disponível em; www.amib.gov.br. Acesso em 01/06/2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FISIOTERAPIA CARDIORRESPIRATÓRIA E FISIOTERAPIA EM TERAPIA INTENSIVA (ASSOBRAFIR). **Indicação e uso da ventilação não-invasiva e da cânula nasal de alto fluxo, e orientações sobre manejo da ventilação mecânica invasiva no tratamento da insuficiência respiratória aguda na COVID-19.** Ago. 2020; Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/rebrafis/article/view/41152> . Acesso em 02/06/2021.

CINESI C.; Penuelas O.; LUJÁN M.; EGEA C.; MASA J.F. *et al.* Recomendaciones de consenso respecto al soporte respiratório no invasivo en el paciente adulto con insuficiencia respiratoria aguda secundaria a infección por SARS-CoV-2. **Med Intensiva.** p. 429-438, out. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.medin.2020.03.005>. Acesso em: 01/06/2021.

EEP HCFMUSP. Covid 19: dicas e cuidados para enfrentar a pandemia. E-book. 2020.

FRIZZELLI, A.; TUTTOLOMONDO, D.; AIELLO, M. *et al.* **Acta Biomed.** 11 maio 2020; 91 (2): 146-149. Epub 2020.

HUI, D. S. Síndrome respiratória aguda grave (SARS): lições aprendidas em Hong Kong. (J) J Thorac Dis. 2013; 5 (Suplemento 2): S122 – S126.

GATTINONI, Luciano; CHIUMELLO, Davide; CAIRONI, Pietro *et al.* **Pneumonia COVID-19: diferentes tratamentos respiratórios para diferentes fenótipos?** Intensive Care Med. 2020; 46 (6): 1099-1102, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7154064/>. Acesso em 01/06/2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Protocolo de manejo clínico da Covid-19 na Atenção Especializada. Jan. 2020. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manejo_clinico_covid-19_atencao_especializada.pdf. Acesso em 01/06/2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Manejo clínico de infecção respiratória aguda grave quando há suspeita de infecção por coronavírus novo (nCoV):** Orientação provisória (EB/OL). Disponível em <https://www.who.int/es>. Acesso em 01/06/2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19, 2020.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt> . Acesso em: 02/06/2021.

PATEL, Maulin, CHOWDHURY Junad, MILLS, Nicole *et al.* **O índice ROX prevê intubação em pacientes com pneumonia COVID-19 e insuficiência respiratória hipoxêmica moderada a grave recebendo terapia nasal de alto fluxo.** MedRxiv 2020; Disponível em <https://doi.org/10.1101/2020.06.30.20143867> . Acesso em 02/06/2021.

PIRES, Pedro. **Cânulas Nasais de Alto Fluxo: Uma Alternativa de Oxigenoterapia na Insuficiência Respiratória Aguda.** Medicina Interna. 2018; Disponível em <https://revista.spmi.pt/site/>. Acesso em 02/06/2021.

RICARD, JD., Roca, O., Lemiale, V. *et al.* **Uso de oxigênio nasal de alto fluxo durante insuficiência respiratória aguda.** Intensive Care Med **46**, 2238–2247 (2020). Disponível em <https://doi.org/10.1007/s00134-020-06228-7> . Acesso em 02/06/2021.

RICARD, JD., *et al.* **High-flow nasal cannula oxygen supply as treatment in hypercapnic respiratory failure.** The American Journal of Emergency Medicine. 2016; Disponível em: [https://www.ajemjournal.com/article/S0735-6757\(16\)00099-1/fulltext](https://www.ajemjournal.com/article/S0735-6757(16)00099-1/fulltext). Acesso em 02/06/2021.

VIANELLO, A.; ARCARO, G.; MOLENA, B. *et al.* High-flow nasal cannula oxygen therapy to treat patients with hypoxemic acute respiratory failure consequent to SARS-CoV-2 infection. **Thorax.** 2020 nov; 75(11):998-1000. Epub, 2020, 23 jul. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32703883/>. Acesso em: 02/06/2021.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. **A revisão integrativa: metodologia de atualização.** J Adv Nurs. 2005; 52 (5): 546-53.

YUSTE, MARIA EUGENIA *et al.* **Resposta para: Eficácia e segurança da oxigenoterapia com cânula nasal de alto fluxo na insuficiência respiratória hipercápnica moderada aguda.** Revista Brasileira de Terapia Intensiva. 2020, v. 32, n. 2. pp. 330-331. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0103-507X.20200035> . Acesso em 03/06/2021.



TRANSTORNOS ALIMENTARES NA DEPRESSÃO: Uma revisão bibliográfica

COMPULSIVE FOOD DISORDERS IN DEPRESSION: A bibliographic review

Jeane Gomes de Paiva¹

Mayara da Silva Oliveira²

Alessandra Silva de Oliveira³

RESUMO

A depressão no ano de 2020 será classificada como a segunda causa de mortes e no ano de 2030, ultrapassará as doenças cardiovasculares e o câncer, sendo a doença que mais mata. Seus sintomas destacam-se os sentimentos de tristeza, perda ou falta de confiança, alterações no apetite e sono, pensamentos negativos dos outros e de si mesmo, ocorre a perda de interesse na realização das atividades sociais, podendo chegar ao suicídio em casos mais graves. Os transtornos alimentares estão descritos na literatura como doenças de cunho psiquiátricas, capazes de causar alterações no comportamento alimentar do indivíduo, através dietas muito restritas, métodos inadequados de emagrecimento. O objetivo deste trabalho é analisar os transtornos alimentares associados à depressão, bem como destacar o papel do nutricionista no tratamento desses transtornos. Os estudos selecionados para a construção deste trabalho foram publicados entre os anos de 1999 a 2019, nos idiomas português, inglês e espanhol. Com este estudo observou-se que a depressão está fortemente associada aos transtornos alimentares, onde os mesmos apresentam-se como sinais e sintomas da doença. Os estudos mostraram que a anorexia, bulimia e compulsão acometem mais os indivíduos do sexo feminino, com um maior prevalência no número de casos em adolescentes. Deste modo, faz-se necessário a inserção do nutricionista no tratamento da doença com o intuito de auxiliar na complementação decorrente

¹ Bacharela em Nutrição. E-mail: jeanegomespaiva@gmail.com.

² Bacharela em Nutrição. Pós-graduanda em Terapia Nutricional Parenteral e Enteral. E-mail: mayarado24@gmail.com.

³ Orientadora. Especialista em Nutrição Clínica e Esportiva. E-mail: uncool-@hotmail.com.



da carência de nutrientes que ajudam no tratamento, assim como a participação dos outros componentes da equipe multiprofissional.

Palavras-chave: Depressão. Transtornos Alimentares. Nutricionista.

ABSTRACT

Depression in 2020 will be ranked as the second leading cause of death, and by 2030 it will overtake cardiovascular conditions and cancer, being the disease that kills the most. Its symptoms include sadness, loss or lack of confidence, changes of appetite and sleep, negative thoughts about others and oneself, there is a lack of interest in performing social activities, and it may even lead to suicide in severe cases. Eating disorders are described in medical papers as psychiatric diseases, which are capable of causing changes in the one's alimentary behavior through very restricted diets and inadequate weight loss methods. The purpose of this paper is to analyze eating disorders associated to depression as well as highlight the role of nutritionists in the treatment of these disorders. The studies selected for the construction of this work were published between 1999 and 2019, in portuguese, english and spanish. This study allowed to observe that depression is strongly associated with eating disorders, which are presented as signs and symptoms of the disease. Studies have shown that anorexia, bulimia and compulsion affect more women than men, with prevalence in teenagers. Therefore, it is necessary to insert the nutritionist in treatment of depression in order to help with the other professionals in the multiprofessional team.

Keywords: Depression. Eating Disorders. Nutritionist.

1. INTRODUÇÃO

A depressão é caracterizada na maioria dos casos através de sentimentos de vazio e tristeza, sensação de cansaço e perda de interesse pelo convívio social, apresentados pelo paciente, onde muitos chegam a se queixar que não sentem mais prazer em realizar as atividades que eram consideradas de rotina e agradáveis (NOBRE, 2017).

Para a conclusão do diagnóstico de depressão, é necessário que o paciente seja avaliado por um psicólogo e/ou psiquiatra e que seja levado em conta diversos sintomas, dentre eles, sintomas fisiológicos, psíquicos e evidências comportamentais. Dentre as diversas alterações fisiológicas presentes na depressão, a alteração do apetite é a mais comum, podendo ocorrer a perda de apetite, sendo necessário que uma segunda pessoa insista para que o indivíduo se alimente, como também o aumento de apetite. Em crianças, o aumento de apetite é mais comum, onde as mesmas têm preferências pelos alimentos ricos em carboidratos e doces (PORTO, 1999).

No que diz Mendes, Viana e Bara (2014) a depressão vem sendo considerada o mal do século. A depressão também se encontra fortemente relacionada com o estresse e a ansiedade (APÓSTOLO; TANNER; ARFKEN, 2012). Cerca de 450 milhões de pessoas sofrem de perturbações mentais ou comportamentais em todo o mundo e apenas uma pequena parcela desse público possui tratamento. Nos países em desenvolvimento, muitas dessas pessoas não recebem o apoio dos órgãos responsáveis e acabam resolvendo como podem os seus problemas de depressão (OMS, 2001).

Segundo a OMS (2009) a depressão no ano de 2020 será classificada como a segunda causa de mortes e no ano de 2030, ultrapassará as doenças cardiovasculares e o câncer, sendo a doença que mais mata. Atingindo os países pobres e sendo o seu tratamento de maior custo.

Partindo do que foi observado e levando em consideração o crescimento constante de casos de depressão recorrentes em todo o mundo, verificou-se que essa doença influencia diretamente no estado nutricional do indivíduo.

Diante do que foi apresentado, o objetivo deste trabalho é analisar os transtornos alimentares associados à depressão, bem como destacar o papel do nutricionista no tratamento desses transtornos. As referências utilizadas para a construção do quadro de análises de estudos foram buscadas nas bases de dados Scielo, Proquest e EBSCOhost. As buscas resultaram em 6 artigos, nos idiomas português, inglês e espanhol, publicados entre os anos de 1999 a 2019. As palavras-chaves utilizadas foram “Anorexia nervosa”, “Bulimia”, “Compulsão alimentar”, “Transtornos alimentares” e “Depressão”.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Depressão: fisiopatologia, sinais e sintomas

A depressão resulta de um desequilíbrio bioquímico do cérebro. Em pessoas diagnosticadas com depressão, há uma redução na liberação de neurotransmissores como serotonina e noradrenalina. Mas, as causas desse transtorno não estão associadas somente a deficiência desses neurotransmissores, estão também associadas ao etilismo, melancolias, desgastes e sequência de experiências traumatizantes e o uso de psicotrópicos (COUTINHO; NETO FILHO, 2010).

A depressão vem sendo caracterizada como um processo patológico, capaz de causar diversas alterações na vida do indivíduo, seja na alimentação, no sono, causando dificuldade de concentração e lentidão na realização de tarefas, desânimo e muitas das vezes, pode-se o haver sentimento de culpa e atitudes suicidas, podendo levar o indivíduo ao suicídio (LAFER et al., 2000; SIQUEIRA et al., 2009; FERREIRA, 2011).

Os indivíduos com depressão, são pessoas de todos os lugares do mundo e de diversas faixas etárias (SILVA; FUREGATO; COSTA JÚNIOR, 2003). Sendo que algumas pessoas tendem a uma maior predisposição para desenvolvê-la, devido a inúmeros motivos (FERREIRA et al., 2015).

Alguns dos pacientes acometidos pela depressão, procuram ajuda para se sentirem apoiados e para desabafar, fazendo com que os mesmos sintam-se mais aliviados em relação ao que o transtorno causa em suas vidas (FERREIRA, 2011).

Para Ferreira (2015) é necessário que a população seja educada para que saiba lidar quando um indivíduo com depressão procurar por ajuda e saiba conscientizá-lo a procurar por ajuda de um profissional.

A depressão vem sendo reconhecida mundialmente como um problema de saúde pública, pois a mesma afeta diretamente a realização de atividades cotidianas dos indivíduos, afetando também os relacionamentos sociais (WHO, 2010).

Evidencia a Organização Mundial de saúde (OMS) que em média 350 milhões de pessoas estão vivendo com depressão. Entre seus sintomas destacam-se os sentimentos de tristeza, perda ou falta de confiança, alterações no apetite e sono, pensamentos negativos dos

outros e de si mesmo, ocorre a perda de interesse na realização das atividades sociais, podendo chegar ao suicídio em casos mais graves (LUDERMIR; LEWIS, 2001; OMS, 2018).

De acordo com um estudo epidemiológico realizado, a prevalência de casos de depressão no Brasil está em torno de 15,5%. De acordo com a OMS, a prevalência de casos de depressão na rede de atenção básica de saúde é de 10,4%, estando associada ou não a algum transtorno físico (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019). Cerca de 800 000 pessoas morrem vítimas do suicídio todos os anos em todo o mundo. Entre jovens com idades de 15 a 29 anos, o suicídio é a principal causa de morte (WHO, 2018).

O transtorno depressivo torna-se elevado através das aminas biogênicas, noradrenalina e dopamina e principalmente a serotonina ou disfunção dos neurotransmissores de acetilcolina (ACH) (MARGIS et al., 2003). Achados recentes mostraram que a depressão tem relação direta com o aumento do número de citocinas pró-inflamatórias (BATISTA; OLIVEIRA, 2015).

Segundo Robson (2010), a liberação das proteínas pró-inflamatórias (interleucinas 1, 6, 18, e fator de necrose tumoral), podem atuar desempenhando um papel crucial nas disfunções fisiológicas e neuroquímicas que podem estar associadas a fisiopatologia da depressão. Destacou-se que os sinais e sintomas da depressão estão ligados ao sofrimento, tristeza e aflição (ANDRADE; FERREIRA; AGUIAR, 2016).

As principais causas associadas a depressão estão os fatores genéticos, onde há evidências de que ocorra uma deficiência na produção de substâncias neurotransmissoras de noradrenalina, serotonina e dopamina, que estão inteiramente ligadas ao controle do apetite, sono, humor e atividade motora. Os principais sinais de depressão são a ansiedade e estresse crônicos, disfunção hormonal e traumas psicológicos. Os sintomas mais comuns em indivíduos com depressão estão a sensação de tristeza e sentimento de culpa, onde os mesmos acreditam que perderam a capacidade de sentir prazer e alegria ao realizarem tarefas que são consideradas normais (BRASIL, 2019). Os transtornos alimentares anorexia, bulimia e compulsão alimentar também são alguns dos sintomas que os indivíduos portadores de depressão apresentam.

2.2 Transtornos alimentares e seus reflexos na saúde do indivíduo

Transtornos alimentares estão descritos na literatura como doenças de cunho psiquiátricas, capazes de causar alterações no comportamento alimentar do indivíduo, através dietas muito restritas, métodos inadequados de emagrecimento, utilizando produtos dietéticos para perda e manutenção de peso (BORGES, 1998).

Indivíduos com transtornos alimentares estão propícios a desenvolver problemas psicopatológicos, em relação a indivíduos que não possuem nenhum transtorno (DUCHESNE et al., 2007).

Os distúrbios psiquiátricos, anorexia e bulimia atingem de forma integral a alimentação, causando deficiência de nutrientes que são necessários para sobrevivência humana, como por exemplo, os macro nutrientes, proteína, carboidrato, lipídio e fibra (COSTA-VAL et al., 2019).

Por conterem modificações permanentes no comportamento, a anorexia e bulimia nervosa, são conceituadas como transtornos que afetam excepcionalmente a alimentação dos indivíduos das patologias citadas, pelo fato do paciente enxergar uma distorção física do seu corpo, conseqüentemente agravando o quadro clínico lhe causando prejuízos físicos e sociais (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014; NATIONAL INSTITUTE FOR HEALTH AND CARE EXCELLENCE, 2016).

As sintomatologias dos transtornos alimentares são bem similares, o medo de engordar acentuado com a mudança corporal, vão gerando distúrbios psicológicos e esses distúrbios acarretando a não ingestão de alimentos e ingestão hídrica, fazendo com que o paciente entre em catabolismo e continuamente entre em desnutrição com perda de eletrólitos (BARBOSA et al., 2019).

A anorexia e bulimia acometem principalmente adolescentes e adultos do sexo feminino, acarretando danos psíquicos, físicos e sociais, não apenas aos pacientes, mas também atingindo os serviços de saúde pública (CARVALHO et al., 2016).

Existem duas condutas que um indivíduo com anorexia e bulimia repetem com frequência e esses sinais podem levar a desconfiança ou confirmação das enfermidades no paciente, que são, restrição alimentar na anorexia ou a compulsão alimentar seguida de vômito estimulado, no caso de bulimia (COSTA-VAL et al., 2019).

Entretanto, o termo anorexia nervosa, é descrito na clínica quando há uma adoção de um comportamento alimentar considerado exagerado, onde há uma restrição alimentar muito

elevada, com um único objetivo que é perder peso e atingir um corpo muito magro, discordando dos padrões e das propostas variáveis da área da medicina (SCHMIDT; MATA, 2008).

Conforme o que diz Costa-val et al. (2019) a anorexia está sendo classificada a terceira patologia crônica que mais causa óbito principalmente em adolescentes com algum quadro psiquiátrico, aumentando a preocupação na sociedade em geral e na área da saúde.

O inglês William Gull argumentou em suas obras entre os anos de 1868 a 1873 anorexia nervosa como uma “prisão”, nessa época as pessoas que eram consideradas anoréxicas eram levadas para isolamentos onde o único contato era com o médico (SILVA, 2007).

A anorexia é definida por um emagrecimento que são levados em consideração dois critérios: uma perda de peso superior a 15% ou um índice de massa corporal igual ou abaixo de 17,5kg/m² (OMS, 1998). Para se obter o diagnóstico da anorexia um dos pontos é levar em consideração o histórico alimentar do paciente, sempre com o cuidado de não o constranger e as vezes sendo necessário restringir e omitir questões sobre o desenvolvimento corporal e ponderal (COSTA-VAL, 2018).

Na anorexia a perda de peso é auto induzida, por restrição alimentar tendo associação com alguns outros sintomas, sendo eles: vômitos e purgação auto induzidos, exercício físico excessivo, anorexígenos ou uso de laxantes. Uma principal suspeita de anorexia nervosa é através da conduta alimentar muito restrita, emagrecimento e amenorreia, principalmente na fase da adolescência (SCHMIDT; MATA, 2008).

Anorexia nervosa tem como premissa ou causa principal em adolescentes, a compulsão pelo emagrecimento em busca do corpo “perfeito” de acordo com o que a sociedade dita ou o que as redes sociais mostram, de como seria o corpo ideal, atingindo principalmente o público feminino (SILVA, 2007).

De acordo com o a perspectiva de observação e entendimento psiquiátrico, as anorexias são evidenciadas como síndromes graves, identificadas por desordens na conduta alimentar, em conjunto a imagens errôneas do próprio corpo (CARVALHO et al., 2016).

A depressão, a mudança de humor, a ansiedade a falta de concentração e a obsessão pelo peso e o fato de sentir-se excluído do meio social, são os sintomas mais comuns que estão diretamente relacionados com a anorexia (MURPHY et al., 2010).

Ainda no que diz Silva (2007) assim como a depressão, a palavra anorexia ainda gera muito preconceito e desacordo perante a sociedade, devido a carência de conhecimento de alguns sobre a doença fazendo com que as pessoas relatem muita das vezes inverdades sobre a enfermidade e isso acaba gerando grandes desconfortos aos que convivem diariamente com a patologia, seja família ou o próprio paciente. O tratamento para o indivíduo com anorexia não deve ser só uma obrigatoriedade de consumir fármacos que geralmente são indicados para depressivos ou sentar em uma mesa e fazer ingestão de um alimento forçado, porque o não comer o levará simultaneamente para uma internação, sem pensar que ali existe um ser que não precisa só de levar comida até a boca para sobreviver, ele também necessita de amparo familiar.

Já a bulimia em particular, tem sido alvo de alguns estudos da área da Psicologia Cognitiva que procuram determinar o seu grau de associação com a Depressão. Uma das razões para que tal aconteça é que os antidepressivos são frequentemente utilizados e com sucesso no tratamento de bulímicos. No entanto, há que ter em consideração que nem tudo o que é tratado por antidepressivos é depressão (NODIN, 1999).

Um dos indícios de bulimia nervosa é a compulsão alimentar, esse comportamento intrínseco do paciente denota uma total falta de controle com sua própria conduta, que acaba atingindo também o mundo externo (BARBOSA, 2019).

De acordo com Rocha (2018) a bulimia ocorre em três etapas: dieta, compulsão e purgação, por passar longos intervalos com redução de ingestão de qualquer tipo de alimento, o indivíduo com bulimia nervosa após esse tempo sem se alimentar, come com compulsividade o máximo de comida possível para saciar sua fome, no final fica com o sentimento de culpa levando-o a estimular o próprio vômito.

Costa-val et al. (2018) enfatiza a importância de existir um consenso entre a psiquiatria e pesquisas científicas sobre causas clínicas da bulimia nervosa para colocar em prática os resultados obtidos nas pesquisas e trabalhar com a probabilidade de exclusão de fármacos que acarretam reações adversas mais fortes.

Quanto ao transtorno da compulsão alimentar (TCA) é descrito como a ingestão de grandes quantidades de alimentos em um período de duas horas, quando comparado a outras pessoas que não possuem o transtorno alimentar e fizeram o consumo relativamente menor de alimentos. Quando o indivíduo apresenta episódios de compulsão, ele faz a ingestão de

alimentos de uma forma mais rápida que o normal, até sentir-se desconfortavelmente cheio (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Segundo Hilbert et al. (2011) o transtorno de compulsão alimentar está interligado a depressão e ansiedade, mesmo que de uma forma distinta. Mesmo quando estão associadas a essas patologias, as mesmas podem atuar dificultando na identificação e tratamento do TCA.

O TCA está inteiramente ligado aos sintomas objetivos e subjetivos, sendo envolvidos pelo ato tão habitual que é o de comer, portanto é preciso está claro que a cultura exerce grande influência sobre o mesmo (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

O transtorno da compulsão alimentar (TCA) é caracterizado com base na presença ou não de compulsão alimentar, estando associado também a angústia, em decorrência a esse comportamento (BORGES; JORGE, 2000).

2.3 Transtornos alimentares na depressão

De acordo com o estudo realizado por Araújo (2017) com 155 estudantes de cursos da saúde da Universidade de Brasília – DF. Teve como objetivo analisar a influência de quadros de ansiedade e/ou depressão sobre o consumo alimentar de estudantes jovens saudáveis. Para o estudo, foram utilizados dois instrumentos de saúde mental, avaliação de dados antropométricos, e avaliação de dados alimentares e de dados nutricionais (questionário elaborado). Os resultados do estudo demonstrou que dos 155 estudantes que participaram do estudo 85% foram do sexo feminino e 15% masculino, 68,3% do curso de Enfermagem, onde 31,6% apresentaram alteração no IMC, sendo (11,6% baixo peso, 12,3% sobrepeso e 8,7% obesidade), 6,1% apresentou risco cardiovascular e 12,3% apresentou risco para síndrome metabólica. Mais de 55% da amostra apresentou inadequação no consumo calórico. A inadequação no consumo de proteínas e carboidratos ficou entre 3,9 a 12,3%, dependendo do período e do macronutriente. Em relação a saúde mental 71% dos estudantes apresentaram sintomas de ansiedade, onde as mulheres apresentaram serem mais ansiosas e 56% da amostra apresentou sintomas de depressão.

Em estudo realizado por Fortes et al. (2014), com 397 adolescentes do sexo feminino, com faixa etária de 12 a 17 anos, na cidade de Juiz de Fora/MG. Teve como objetivo avaliar os

comportamentos alimentares para os Transtornos Alimentares (TA) e Distúrbio Total de Humor (DTH). Foi aplicado o *Eating Attitudes Test (EAT26)* em sua versão validada para o sexo feminino em forma de questionário composto por 26 questões distribuídas em três fatores: 1) dieta – 2) bulimia e preocupação com alimentos e 3) autocontrole oral. Já o estado de humor foi qualificado pela *Escala de Humor de Brunel (BRUMS)*. Os resultados referentes a aplicação do EAT-26, ficou evidenciado que 23,3% das adolescentes apresentaram comportamento alimentar de risco para os TA, também verificou-se que 40,6% das participantes apresentaram um índice alto para desenvolvimento de DTH. Entre as adolescentes, 39,9% apresentaram algum tipo de insatisfação com o corpo. Ao analisarem os dados referentes ao modelo de regressão, verificou-se associação entre DTH e comportamentos alimentares de risco para o desenvolvimento de TA. Portanto, as adolescentes que apresentaram um índice alto para DTH demonstram 46% a mais de chances para desenvolverem comportamentos alimentares de risco para os TA quando comparadas as adolescentes com baixo DTH.

Já o estudo realizado por Beydoun e Youfa (2010), com 2.217 adultos com idade entre 20 e 39 anos, sendo 49,7% homens, teve como objetivo avaliar as associações entre transtorno depressivo, atividade física, IMC e ingestão alimentar. Os resultados mostraram que houve uma prevalência de obesidade em ambos os sexos foram semelhantes, sendo 21,2% para mulheres e 22,7% para os homens, entretanto, as pacientes do sexo feminino os transtornos de depressão apresentaram associados a um maior IMC e não prática de atividade física. Quanto aos dados referentes ao consumo alimentar 24 horas, mostrou-se que ambos os sexos tinham uma alimentação inadequada, mesmo as mulheres tendo uma qualidade nutricional um pouco melhor, quando comparada aos homens.

Em estudo realizado por Santos et al. (2018), com 167 adultos voluntários, de ambos os sexos, que teve como objetivo verificar a prevalência de excesso de peso em indivíduos que tinham ou não diagnóstico de algum transtorno psiquiátrico. Destes, 77,2% tinham diagnóstico de transtorno mental. O excesso de peso mostrou-se em 89,4% na população psiquiátrica, as médias de IMC mostraram 31,23kg/m² para indivíduos depressivos e para transtorno de humor foram de 31,09kg/m². Quando comparadas ao grupo de indivíduos sem transtornos, o IMC mostrou-se em 25,51kg/m².

Para Gavin, Simon e Ludman (2010), ao realizarem seu estudo com uma população de mulheres com idades de 45 a 65 anos, que foram acompanhadas entre os anos de 2003 a 2005, tiveram como objetivo o de avaliar o papel mediador da insatisfação com a imagem corporal na associação entre obesidade. Os resultados mostraram que 33,9% das participantes estavam com obesidade, sendo que 12% apresentaram depressão.

Souza e Pessa (2016) ao realizarem um estudo com 234 prontuários de pacientes que foram atendidos em um serviço especializado para tratamento de transtornos alimentares no interior do estado de São Paulo, entre os anos de 1982 até dezembro de 2013. Teve como objetivo o de traçar um perfil do abandono do tratamento de pacientes com transtornos alimentares (TA). Os prontuários foram analisados para a coleta de dados clínicos, sociodemográficos e antropométricos do primeiro ao último atendimento e o resultado do tratamento. Os resultados demonstraram que 66,7% dos pacientes abandonaram o tratamento, sendo a maioria do sexo feminino, que residiam na cidade de Ribeirão Preto e região, onde os mesmos tinham diagnóstico de anorexia nervosa. Os resultados também demonstraram que houve uma significativa associação com o abandono nas variáveis Hipótese Diagnóstica, Comorbidades Psiquiátricas, Depressão, Transtornos de Personalidade, Comorbidades Clínicas e Osteopenia.

2.4 A importância do nutricionista no tratamento dos transtornos alimentares e da depressão

Os desarranjos nutricionais em indivíduos com Anorexia e Bulimia nervosa expõe carências de nutrientes de suma importância na qualidade geral da saúde, bem-estar e na morbidade e mortalidade, principalmente em adolescentes, onde quase sempre é necessário a intervenção medicamentosa podendo assim acontecer interação fármaco x nutriente, fármaco x fármaco e/ou nutriente x nutriente, agravando ainda mais o quadro de carência nutricional (MESAS et al., 2010).

A participação do profissional de nutrição é fundamental e de suma importância no tratamento dos transtornos alimentares que podem estar associados a depressão, ele juntamente

com o paciente irá desenvolver e aprender práticas alimentares para possibilitar uma adequada alimentação (CARVALHO et al., 2016).

É fundamental a participação do nutricionista no tratamento dos transtornos alimentares, visto que essas doenças resultam em diversas alterações profundas no padrão, consumo e comportamento alimentar. O tratamento deve visar a promoção de hábitos alimentares, suspender a restrição alimentar, a compulsão e a purgação), melhorando consequentemente a relação do paciente com o corpo e o alimento. (LATTERZA et al., 2004).

O profissional de Nutrição é de suma importância no acompanhamento de indivíduos com depressão, pois é comprovado que, a alimentação está diretamente ligada a produção da serotonina, um neurotransmissor responsável pela sensação de bem-estar, esse profissional é respaldado para indicar os alimentos que contém os nutrientes necessários na recuperação do paciente com depressão, outro fator importante sobre alimentação e remissão da doença é a integridade intestinal, onde uma reeducação alimentar rica em alimentos in natura e menos consumo de processados e ultra processados vão beneficiar o crescimento de bactérias benéficas e evitar o aumento de bactérias patogênicas, com isso não afetando o estado de humor e produção da serotonina (YOGI; LOMEU; SILVA, 2018).

Ainda no que diz Yogi, Lomeu e Silva (2018), uma comparação entre duas condutas alimentares, a “Dieta Ocidental”, caracterizada pelo excessivo consumo de processados e ultra processados, aliada ao crescimento de transtornos psicológicos, como a depressão, e a outra conduta é a “Dieta Mediterrânea”, caracterizada pelo consumo de alimentos in natura, por exemplo, frutas, legumes e cereais integrais, e também pelo consumo de carnes magras e peixes, esses estão associados ao menor risco de surgimento da depressão.

Existem alguns nutrientes que ajudam na melhora de humor e produção da serotonina e dopamina, os neurotransmissores responsáveis pela sensação de prazer e bem-estar. Vitamina D por exemplo, que tem um papel importante na regulação do sono e nos ritmos circadianos, onde se esses ciclos forem alterados demais podem desencadear a depressão. A gema do ovo, batata com sardinha e óleo de fígado de peixe são alguns dos alimentos fontes da vitamina D. Ressaltando que a essa vitamina para ser ativada o indivíduo precisa de 15 minutos de exposição solar com pelo o menos 25% do corpo expostos aos raios solares (BRASIL, 2014).



Outros micronutrientes que também ajudam na melhora do quadro da depressão, são o triptofano que tem a função de precursor da serotonina ajudando na sua produção, fontes: cacau em pó, peixe, feijão, ovos. O magnésio tem função energética de ligação com o receptor da serotonina, fontes: oleaginosas, aveia e folhosos verdes escuros. Ômega-3 e ômega-6 que são de suma importância para as células do sistema nervoso, fontes: peixes de água fria, salmão e óleos vegetais e vitaminas do complexo B (B6, B9 e B12) que é muito importante para o Sistema Nervoso Central (SNC), suas fontes são: carne vermelha, frutas, fígado, leite e seus derivados (BRASIL, 2014).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo observou-se que a depressão está associada aos transtornos alimentares, onde os mesmos apresentam-se como sinais e sintomas da doença. Os transtornos alimentares merecem um olhar singular do profissional da nutrição que está respaldado a auxiliar no tratamento tanto da depressão como dos transtornos alimentares, que podem levar o indivíduo a um quadro de desnutrição grave, em casos mais avançados, podendo levá-lo ao óbito.

Os estudos mostraram que a anorexia, bulimia e compulsão acometem mais os indivíduos do sexo feminino, com uma maior prevalência no número de casos em adolescentes. É importante salientar que é de suma importância a participação da família no tratamento, assim como no contexto social, para que o indivíduo se sinta inserido e acolhido.

Deste modo, faz-se necessário a inserção do nutricionista no tratamento da doença com o intuito de auxiliar na complementação decorrente da carência de nutrientes que ajudam no tratamento, assim como a participação dos outros componentes da equipe multiprofissional que são o psiquiatra, o psicólogo e assistente social.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2014.

ANDRADE, Anny Beatriz Costa Antony de; FERREIRA, Alaidistânia Aparecida; AGUIAR, Maria José Gomes de. CONHECIMENTO DOS IDOSOS SOBRE OS SINAIS E SINTOMAS DA DEPRESSÃO. **Saúde em Redes**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.157-166, ago. 2016. Associação Brasileira da Rede Unida. <http://dx.doi.org/10.18310/2446-4813.2016v2n2p157-166>.

APÓSTOLO, João Luís Alves; TANNER, Barry Allen; ARFKEN, Cynthia Lee. Confirmatory factor analysis of the portuguese Depression Anxiety Stress Scales-21. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, [s.l.], v. 20, n. 3, p.590-596, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-11692012000300022>.

ARAÚJO, Andrey Hudson Interaminense de. **Influências de quadros de ansiedade e depressão no consumo alimentar em adultos jovens saudáveis**. 2017. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências e Tecnologias em Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24467>>. Acesso em: 30 out. 2019.

BATISTA, J.I, OLIVEIRA, A. Efeitos psicofisiológicos do exercício físico em pacientes com transtornos de ansiedade e depressão. Corpoconsci 2015;19(3):01-10.

BARBOSA, Aline L. P et al. Psicologia e Transtornos: Produção Científica sobre Anorexia e Bulimia Nervosa. 2019. 15 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Psicologia e Transtornos Alimentares: Produção Científica Sobre Anorexia e Bulimia nervosa, Centro Universitário de Anápolis – Unievangélica, Anápolis-go, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/1061/1/Psicologia%20e%20Transtornos%20Alimentares-Produ%3%a7%3%a3o%20Cient%3%adfica%20sobre%20Anorexia%20e%20Bulimia%20Nervosa.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2019.

BLAS E, KURUP A.S. Equity, social determinants and public health programmes. Geneva: WHO; 2010.

BEYDOUN, M.; WANG, Y. Pathways linking socioeconomic status to obesity through depression and lifestyle factors among young US adults. **Journal of Affective Disorders**, Amsterdam, v. 123, p. 52-63, 2010.

BORGES, M. B. F., & JORGE, M. R. (2000). Evolução histórica do conceito de Compulsão Alimentar. **Psiquiatria na Prática Médica**, 33 (4), 113-118.

BORGES, Maria Beatriz Ferrari. Estudo do transtorno da compulsão alimentar periódica em população de obesos e sua associação com depressão e alexitimia. **1998. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências, Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em:** <<http://www.repositorio.unifesp.br/handle/11600/15828>>. Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Depressão: causas, sintomas, tratamentos, diagnóstico e prevenção. **Disponível em:** <<http://saude.gov.br/saude-de-a-z/depressao>>. Acesso em: 14 de outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília:** Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

CARVALHO, Maria Bernadete de et al. Itinerários terapêuticos de sujeitos com sintomas anoréxicos e bulímicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 21, n. 8, p.2463-2474, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015218.16452015>.

COSTA-VAL, Alexandre et al. Sobre anorexias e bulimias: concepções e suposições etiológicas na perspectiva dos profissionais de Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s.l.], v. 23, p.1-16, 15 abr. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/interface.170293>.

COUTINHO, P. K; NETO FILHO. M. A. Depressão: Conceito e tratamento. **UNINGÁ Review**. v.4, n.3, p.6-12, outubro, 2010.

DUCHESNE, Mônica et al. The use of a manual-driven group cognitive behavior therapy in a Brazilian sample of obese individuals with binge-eating disorder. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, [s.l.], v. 29, n. 1, p.23-25, 22 fev. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1516-44462006005000035>.

FERREIRA, Rafael Amorim et al. Depressão: Ponto de vista e conhecimento de enfermeiros do Programa Saúde da Família de São Sebastião do Paraíso. **Revista de Iniciação Científica da Libertas**, v. 5, n. 2, 2015.

FERREIRA, S. A. T. A evolução do conceito de depressão no século XX: uma análise da classificação da depressão nas diferentes edições de manual diagnóstico e estatística da associação americana de psiquiatria (DSMS) e possíveis repercussões destas mudanças na visão de mundo moderno. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto, UERJ**. Rido de Janeiro. v.10, n.2, p. 78-90, 2011.

FORTES, Leonardo de Sousa et al. Relação entre o estado de humor e os comportamentos alimentares de risco para os transtornos alimentares em adolescentes. **Jornal Brasileiro de**



Psiquiatria, [s.l.], v. 65, n. 2, p.155-160, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/0047-2085000000117>.

GAVIN, A. R.; SIMON, G. E.; LUDMAN, E. J. The association between obesity, depression, and educational attainment in women: The mediating role of body image dissatisfaction. **Journal of Affective Disorders**, Amsterdam, v. 69, n. 6, p. 573-581, 2010.

HILBERT, Anja et al. Clarifying boundaries of binge eating disorder and psychiatric comorbidity: A latent structure analysis. **Behaviour Research And Therapy**, [s.l.], v. 49, n. 3, p.202-211, mar. 2011. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.brat.2010.12.003>.

LAFER, B.; ALMEIDA, OP.; FRÁGUAS JR, R.; MIGUEL, EC. Depressão no ciclo da vida. **Revista brasileira psiquiatra**, Porto Alegre, v.22, n.3, p. 149-52, 2000.

LATTERZA, Andréa Romero et al. Tratamento nutricional dos transtornos alimentares. **Archives Of Clinical Psychiatry (São Paulo)**, [s.l.], v. 31, n. 4, p.173-176, 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-60832004000400009>.

Ludermir AB, Lewis G. Links between social class and common mental disorders in Northeast Brazil. *Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol* 2001; 36(3): 101-7.

MARGIS, Regina et al. Relação entre estressores, estresse e ansiedade. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, [s.l.], v. 25, n. 1, p.65-74, abr. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-81082003000400008>.

National Institute for Health and Care Excellence. **Eating disorders: recognition and treatment London**: National Guideline Alliance; 2016.

MENDES, Elzilaine Domingues; VIANA, Terezinha de Camargo; BARA, Olivier. Melancolia e depressão: um estudo psicanalítico. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 30, n. 4, p.423-431, out./dez. 2014. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722014000400007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 01 out. 2019.

MESAS, Arthur Eumann et al. Salud oral y déficit nutricional en adultos mayores no institucionalizados en Londrina, Paraná, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Paraná, v. 13, n. 3, p.434-445, 2010. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v13n3/07.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

MURPHY, Rebecca et al. Cognitive Behavioral Therapy for Eating Disorders. **Psychiatric Clinics Of North America**, [s.l.], v. 33, n. 3, p.611-627, set. 2010. Elsevier BV.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.psc.2010.04.004>.

NOBRE, Rafaela Rodrigues. **Nutrição aplicada ao tratamento da Depressão**. 2017. 30 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Anhanguera de São Paulo, Osasco, 2017.



NODIN, Nuno. A depressão nas perturbações da alimentação. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 17, n. 4, p.687-694, dez. 1999. Disponível em:

<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82311999000400005>.

Acesso em: 23 set. 2019.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Depressão será a doença mais comum do mundo em 2030**. Brasília. set. 2009. Disponível em < <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,oms-depressao-sera-doenca-mais-comum-do-mundo-em-2030,428526> >. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Relatório mundial de Saúde. Saúde mental: nova concepção, nova esperança**. Genebra: OMS, 2001.

OMS. Organização Mundial de Saúde. CID10: Classificação Estatística Internacional de Doenças. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

PORTO, José Alberto del. Conceito e diagnóstico. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, [s.l.], v. 21, n. 1, p.06-11, maio 1999. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1516-44461999000500003>.

ROBINSON, Robert G. Poststroke depression: a review can. *Journal psychiatry*, v. 55, n. 6, p. 341–349, 2010.

ROCHA, Daniela Cristina Barbosa da. **Pacientes com bulimia: quais as principais manifestações orais? Papel do médico dentista**. 2018. 43 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Odontologia, Instituto Universitário de Ciências da Saúde, Granda, 2018.

SANTOS, M. M.; NASCIMENTO, F. F.; CABRAL, S. M. R.; OLIVEIRA, E. S.; SANTOS, R. M.; CARVALHO, L. S. Bilateral relationship between excess weight and mental disorders. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 31, n. 1, p.1-7, 2018.

SILVA, Alinne Nogueira. DA DEMANDA AO DESEJO: A FUNÇÃO DA RECUSA NA ANOREXIA. **Revista de Psicanálise: Psicanálise & Barroco**, Juiz de Fora - Mg, v. 1, n. 5, p.121-134, jun. 2007.

SILVA, M.C.F; FUREGATO, A.R.F; COSTA JUNIOR, M.L. Depressão: pontos de vista e conhecimento de enfermeiros da rede básica de saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, v.11, n.1. Jan./Fev. 2003.

SCHMIDT, Eder; MATA, Gustavo Ferreira da. Anorexia nervosa: uma revisão. **Fractal: Revista de Psicologia**, [s.l.], v. 20, n. 2, p.387-400, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1984-02922008000200006>.

SIQUEIRA, G. R.; VASCONCELOS, D. T.; DUARTE, G. C.; ARRUDA, I. C.; COSTA. J.; CARDOSO. R. Análise da sintomatologia depressiva nos moradores do Abrigo Cristo



Redentor através da Escala de Depressão Geriátrica (EDG). **Ciência Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro.v.14, n.1, p. 253-259, 2009.

SOUZA, Ana Paula Leme de; PESSA, Rosane Pilot. Tratamento dos transtornos alimentares: fatores associados ao abandono. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, [s.l.], v. 65, n. 1, p.60-67, mar. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0047-2085000000104>.

World Health Organization (WHO). **Fatos e números: depressão** [Internet]. Disponível em: <<https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/depression>>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

YOGI, Cintia Midori; LOMEU, Fernanda Laurides Ribeiro de Oliveira; SILVA, Roberta Ribeiro. **Alimentação, Depressão e Ansiedade**: entenda a relação. Alfenas - Mg: Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – Prace Gestão 2018-2021, 2018. 32 p. Disponível em: <<https://www.unifal mg.edu.br/prace/sites/default/files/prace/E-BOOK-Alimentacao-Depressao-Ansiedade.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2019.



A AQUARELA COMO RECURSO PSICOTERAPÊUTICO EM ATENDIMENTOS COM CRIANÇAS EM GRUPOS DE ADOÇÃO

Lucas Victor Lemos Germano¹

Gabriela Carlos Soares²

Geórgia Janine Oliveira Rosado Alves³

Gessica Raquel Clemente rodrigues⁴

RESUMO

O presente artigo de Psicologia Clínica enfoca a técnica de pintura em aquarela como instrumento na prática psicoterapêutica com crianças em grupos de adoção, por meio de uma ampla pesquisa bibliográfica. Tem como objetivo principal compreender as especificidades da elaboração infantil e do desenvolvimento da criança, em especial, aquelas que se encontram em acolhimento institucional ou em processo de adoção, por meio da técnica da aquarela, fundamentada na arteterapia como modelo sensibilizador e de produção de subjetividade, ao trabalhar com as emoções evocadas e contornadas pelo movimento do pincel. Também se propõe a discutir sobre a conjuntura dos afetos que entrelaçam as vivências dessas crianças, que de modo geral, enfrentam diversos desafios para se encontrar de maneira autêntica com sua nova família, atravessando os lutos anteriores, idealizações familiares e o fantasma de uma nova rejeição. Por meio de uma pesquisa bibliográfica o artigo se propõe a investigar a eficácia da aquarela nos atendimentos clínicos, trabalhando com artigos e livros nacionais, com orientação aos processos de desenvolvimento humano, ao estudo dos elementos psicoemocionais na adoção e na arteterapia, com o eixo na realidade das famílias brasileiras. O artigo visa enriquecer a área da psicoterapia e adoção, além de contribuir para trabalhos científicos sobre a aquarela.

Palavras-chave: Psicologia Clínica; Adoção; Aquarela; Arteterapia; Emoções.

¹ Graduando em Psicologia pela FCRN. E-mail: lucasvictorr@hotmail.com

² Graduando em Psicologia pela FCRN. E-mail: gabrielacarlos01@hotmail.com

³ Graduanda em Psicologia pela FCRN. E-mail: georgiajrosado@gmail.com

⁴ Orientadora. Mestra em Ciências Humanas. E-mail: gessica.rodrigues@professor.catolicadorn.com.br



ABSTRACT

This article in Clinical Psychology focuses on the watercolor painting technique as an instrument in the psychotherapeutic practice with children in adoption groups, through a wide bibliographical research. Its main objective is to understand the specifics of child elaboration and child development, especially those who are in institutional care or in the process of adoption, through the watercolor technique, based on art therapy as a sensitizing model and producer of subjectivity, when working with the emotions evoked and outlined by the movement of the brush. It also proposes to discuss the conjuncture of affections that intertwine the experiences of these children, who in general, face several challenges to attach themselves authentically with their new family, going through previous mourning, family idealizations and the ghost of a new rejection. Through a bibliographical research, the article proposes to investigate the effectiveness of watercolor in clinical care, working with articles and national books, with guidance on human development processes, the study of psycho-emotional elements in adoption and in art therapy, with the axis on the reality of Brazilian families. The article aims to enrich the field of psychotherapy and adoption, in addition to contributing to scientific works on watercolor.

Keywords: Clinical psychology; Adoption; Watercolor; Art therapy; Emotions.

1. INTRODUÇÃO

Com base na leitura dos textos poéticos de Manoel de Barros (2009), pode-se perceber que o ser humano utiliza das *artimanhas* da pintura para expressar suas emoções mais fortes e pouco acessadas, desde os primórdios nas cavernas, em que contavam suas experiências de vida através da arte rupestre. Pinturas essas, que são responsáveis por revelar partes da identidade do ser humano, de sua singularidade e de suas experiências. Não obstante, pode-se observar que a pintura é uma grande aliada quando se tenta contar algo em que as palavras ainda não ousam nomear.



A partir dos avanços de Anna Freud e Melanie Klein, pode-se dizer que elas contribuíram com a clínica infantil, ao proporcionarem uma via de trabalho com crianças por meio da ludicidade, quando as pesquisadoras observaram que as crianças projetam por meio da brincadeira o que acontece em suas vidas, sejam suas inseguranças e dores inconscientes ao manipularem objetos, criarem verdades almeçadas no faz-de-conta, fatos dispersos na mente, sonhos e outras realidades de seu cotidiano. (CAMAROTTI, 2010)

A psicologia da arte tem sido um campo rico perante o desenvolvimento no trabalho com crianças. Com isso, pôde se entender que a arte é uma das principais vias de contato quando se trata de trabalhar e exercitar a imaginação, pois, ao se criar uma obra, a criança acessa a vivência simultânea de sentimentos e pensamentos que a cercam. (SOUZA; DUGNANI; REIS, 2018).

Vale ressaltar que a presença de atividades como a pintura em aquarela estimula o bom desenvolvimento de uma coordenação motora fina, e por consequência, pode apresentar benefícios ao sujeito para atividades como desenhar, escrever, costurar, cozinhar, entre outras atividades que exige uma mobilidade facilitada (PAPALIA, 2009).

Com os avanços dentro das artes e da clínica com crianças foi possível perceber que a aquarela é uma das principais maneiras de libertação e projeção de questões pessoais em tela, e mais tarde em atendimentos psicológicos. Logo, se busca com esse artigo pensar nas possibilidades de atendimentos pelo uso da aquarela como recurso para abrir possibilidades de entrada em reflexões e intervenções para com a criança em contexto de adoção (CAMAROTTI, 2010).

Este trabalho foi desenvolvido pelos extensionistas do projeto Laços do Amor: grupo de apoio psicológico às famílias em processo de adoção, vinculado à Faculdade Católica do Rio Grande do Norte- FCRN. O projeto tem como objetivos, dialogar sobre adoção e a contribuição da psicologia no processo adotivo; reuniões com os adotantes e adotados sobre temáticas que envolvem a adoção e seus afetos; ofertar psicoeducação para as famílias; bem como ofertar atendimentos às crianças e adolescentes institucionalizados e após a adoção.

O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica sobre a aquarela como recurso psicoterapêutico em atendimentos com crianças adotadas. Proporcionando material para conteúdo em psicologia, adoção e no manejo clínico de crianças; ampliando os terrenos

científicos para se ter cada vez mais disponibilidade e possibilidades de proporcionar um atendimento rico em acolhimento, recursos lúdicos e partilha de estratégias eficientes para promoção de saúde mental.

Além da revisão bibliográfica, objetiva-se uma metodologia qualitativa, uma vez que os extensionistas utilizarão a pintura em aquarelas como recurso na psicoterapia, que será em breve realizada na clínica-escola, como também, a interligação dos conhecimentos adquiridos à aos resultados e manejos clínicos. O referido estudo encontra-se em andamento, posto que os resultados serão informados através do prosseguimento da psicoterapia, bem como análise e compilação dos dados obtidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS PALAVRAS NÃO SÓ NA PONTA DA LÍNGUA, MAS NO PINCEL

A importância da arte na clínica da psicologia foi trazida no trabalho de Silva (2004) de modo que buscou teorizar a relevância da união entre arte e psicologia. A arte é uma linguagem com os mais diversos modos de expressão: música, livros, dança e pintura, e ao adquirir uma forma a obra do artista sempre o convida a ser participante sobre a significação que a sua obra tem, além da arte proporcionar a ampliação de processos psicológicos como percepção, memória e atenção. A união da arte e da psicologia proporciona ao sujeito sempre uma constante renovação do olhar sobre si mesmo e sobre o que se entende do que se passa à sua volta, assim, utilizando da polissemia, a habilidade de revisitar símbolos e encontrar novos significados.

No século XX houve um grande desenvolvimento dos estudos sobre a influência da arte como recurso clínico, onde várias teorias tentaram estudar e oferecer material didático para explicar e demarcar o conteúdo da pintura como modo de expressão de questões clínicas no processo de atendimento de saúde mental. De acordo com Reis (2014), a arte possui uma função simbólica forte que além de servir ao sujeito um movimento catártico, vai oferecer um possível caminho para o desenvolvimento de suas questões junto ao psicólogo, em que segundo os autores os desenhos trazem as questões inconscientes ao longo da obra do sujeito.

A ideia freudiana em que o inconsciente se anuncia por meio de imagens, tal qual como acontece em sonhos, por mais que não tenha induzido a Freud a utilizar esses recursos em seus atendimentos, foi importante para induzir e inspirar outros artistas a escreverem sobre a arte como recurso psicoterapêutico. (REIS, 2014)

Reis (2014) em seu trabalho, buscou teorizar historicamente várias fases do desenvolvimento do estudo da influência da arte no trabalho com a psicologia, logo, começou a buscar referências mais brasileiras, assim trazendo influências do trabalho da psiquiatra Nise da Silveira. Ela trabalhou em um contexto mais relacionado a psicose e a esquizofrenia. Todavia, pôde contribuir com a informação de que o terapeuta pode ser quem irá auxiliar o sujeito em fazer significações sobre o seu sofrimento e questões internas.

Nise da Silveira e Jung fomentaram o desenvolvimento da arteterapia junguiana no Brasil de modo que por meio de conceitos da psicologia analítica, foi possível desenvolver os benefícios da pintura na clínica. Em que para a psicologia analítica o inconsciente coletivo opera de modo que símbolos inconscientes são mediados pela pintura, além de que foi a arteterapia junguiana quem também fortaleceu a ideia de que apenas o sujeito pode dizer sobre si mesmo e sobre o significado da obra (REIS, 2014). É importante salientar que o trabalho do psicólogo frente a clínica por meio da aquarela não é jamais de cunho avaliativo, onde o que importa é a estética pois, o que importa é a significação que o sujeito trará junto a sua construção artística (REIS, 2014 apud ANDRADE, 2000).

Ainda no viés da influência do inconsciente, outra pessoa que pôde contribuir para essa perspectiva de arte em facilitação de expressão dos sujeitos, Jung concebeu o inconsciente coletivo na pintura, mas foi Freud quem introduziu a noção do inconsciente em forma de arte, onde em tela se expressa conteúdos e angústias reprimidas e recalçadas; a produção de imagens ligadas a medos, sonhos, desejos e conflitos vividos, mas ainda atuais para o sujeito. A arteterapia psicanalítica traz o conceito da arte como sublimação onde nada mais é do que a ressignificação de suas tensões para algo mais produtivo para si mesmo e para o mundo exterior, oferecendo um modo viável e saudável para o sujeito em existir e fortalecer a relação com o seu Eu inconsciente. Oferecendo também, os recursos da discussão do conceito de transferência entre analisante e analista, que por meio da projeção o sujeito consegue operar suas questões atribuindo ao analista suas questões expressadas em uma linguagem artística (REIS, 2014).

A arteterapia Gestáltica foi também uma importante contribuinte nos estudos frente às percepções de atendimentos clínicos por meio da arte. Silva, Carvalho e Lima (2013) apud Rhyne (1993) puderam desenvolver uma análise frente a esse percurso da teoria. De acordo com eles, a Gestalt desde o seu princípio priorizou os estudos sobre as significações entre figura e fundo, onde um indica a necessidade que surge para ser satisfeito, e a outra indica as possibilidades de novas vivências e necessidades, assim, dentro de um *setting* terapêutico o sujeito em contato com a sua criação consegue construir um objeto de arte, que será responsável pela elaboração de suas demandas frente ao sofrimento trazido na psicoterapia.

Os estudos sobre os atendimentos lúdicos e da presença da arte em atendimentos começou a ser introduzido também, por autoras como a psicanalista Melanie Klein que desenvolveu uma teorização baseada na atribuição simbólica que a criança faz por meio da brincadeira, expondo suas realidades emocionais e sociais. Em que influenciou o pensador Winnicott a afirmar que o atendimento lúdico por meio do brincar e da arte atribui também, um tempo-espço de criação e elaboração da realidade objetiva e subjetiva, além de atender às necessidades da crianças em expressar de outros modos para além da linguagem verbal, os seus desejos e fantasias sobre o mundo e sobre si mesma dentro do *setting* terapêutico ou analítico (CAMAROTTI, 2010 apud WINNICOTT, 1971).

O psicanalista Winnicott contribuiu entregando reflexões acerca da saúde e da arte. Para ele, o psicólogo tem por papel oferecer um ambiente suficientemente bom que ofereça acolhimento e uma atenção para o que o jovem trará. Logo, pode-se pensar que a pintura em um contexto clínico é uma boa alternativa para introduzir formas de conseguir acessos aos conteúdos advindos da criança, oferecendo a ela novas oportunidades de conseguir verbalizar o que a fala ainda não deu conta e de que o psicólogo consiga compreendê-la de um outro modo, mais lúdico, mais ilustrativo e mais acolhedor (SEI; PEREIRA, 2005 apud WINNICOTT, 1975).

Entende-se, portanto, que quando a pintura oferece uma brecha para o sujeito se expressar e se sentir mais à vontade para falar sobre suas questões, o psicólogo tem a importante tarefa de buscar investir nesses modos de atendimento. Em se tratando de trabalhos realizados com crianças e adolescentes se faz necessário uma via de atendimento que seja divertida, interessante e significativa.

2.1 O QUE ESMAECE NA ARTE DE ADOTAR

A psicoterapia com crianças em grupos de adoção, demonstram que a angústia está diretamente localizada ao luto da história anterior à adoção, onde a criança precisa vivê-lo para poder dar continuidade ao seu processo de significação ao novo lar e aos seus pais adotivos, além de ter de lidar com a ideia de ter que suprir as fantasias dos pais sobre o processo adotivo.

Na leitura da obra de Filho (2017), pode-se entender que não bastando suas frustrações existentes antes do processo adotivo um outro motor de angústia em crianças de adoção é causadas por pais que fazem seus filhos de armazém de expectativas e esperanças, fazendo com que as crianças adotivas tenham que carregar o peso de suprir a essas necessidades dos pais, com suas fantasias e desejos.

Na clínica com crianças é imprescindível que os atendimentos não sejam exclusivamente com as crianças, mas em conjunto com orientações com os pais. Alguns problemas estão vinculados a: adultos que quando tomam a decisão de adotar ainda persistem na perigosa ideia de que a adoção de um filho é um meio de conseguir adquirir metas conclusivas e de sucesso; mães e pais que não passaram por um período de ressignificação da morte do filho biológico e tenta tamponar com um filho adotivo, transferindo as fantasias sobre o filho enlutado para o adotando, assim, provocando mais peso para a criança em adoção (FILHO, 2017).

Os preconceitos ainda são os que mais operam na angústia de crianças adotadas. Filho (2017) em seu livro, tenta listar alguns desses exemplos de preconceito. Uma delas é a tradicional noção biológica de que filhos são apenas os de posições hereditárias, em que onde não existem laços consanguíneos, não existe família. Uma das causas que favorece para que isso aconteça é o descaso do estatuto da família em ainda conceituar família de um modo totalmente ultrapassado, que não abraça todos os tipos de família. Perante o Art. 2 da Lei 6583 de 16 de outubro de 2013:

Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma



mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

A sociologia moderna traz o conceito de família como “uma agregação de indivíduos unidos por laços afetivos ou de parentesco em que os adultos são responsáveis pelo cuidado com as crianças”, assim contrapondo a ideia ultrapassada da legislação brasileira, em que atribui os laços afetivos como uma possibilidade de família.

Ainda no livro de Filho (2017), o autor expande para os preconceitos advindo da própria família adotiva que alguns membros tendem a não aceitar o filho adotivo como pertencente à família, devido a resistência em desvincular os conceitos de laços familiares de laços biológicos. Compactuando com ações apontam a diferença física entre os pais e os filhos, criando estigmas que dificultam o processo de adaptação da criança ao seu novo leito familiar. Além de afetar diretamente na autoestima da criança, provocando um não aceitação de suas particularidades físicas, fazendo com que futuramente tenha problemas com insegurança e dificuldade nas defesas a angústias.

Crianças em adoção enfrentam dificuldades perante o seu reconhecimento de sua identidade e autorretratação. É comum acontecer dos pais adotivos ignorarem que seus filhos já possuem uma identidade, a qual o jovem adotado já possuía muito antes de acontecer o processo adotivo, assim, o jovem acaba possuindo medo de mostrar quem é ou o que realmente quer ser; criando maneiras de expressar-se que agradem a seus pais, mas que muitas vezes o prejudicam. Logo se faz necessário que os pais entendam que os sujeitos adotando precisam ter suas histórias tanto passadas quanto atuais, respeitadas, acolhidas e validadas pelo seu lar adotivo, em que se convida aos pais a retornarem e reforçarem a ancestralidade de seus filhos (FILHO, 2017).

Uma fonte de angústia também presente em crianças adotivas é descobrir tardiamente sobre a sua adoção. Em sua elaboração, Filho (2017) traz a discussão acerca do “não-dito” que está em uma via de uma omissão dos pais adotivos em não dizer aos filhos adotivos sobre o processo adotivo, pois acham que isso é uma medida protetiva com os filhos. Mas será que é mesmo para a proteção dos filhos?



Filho (2017) diz que essa medida é de fato de defesa, mas de defesa dos pais que usam a omissão como mecanismo de defesa para se proteger da angústia de ter que contar sobre o processo adotivo. As crianças advindas desse contexto expressam uma sensação de injustiça e de um relativo descaso dos pais para com sua história anterior. À medida que o percurso de tempo se amplia na privação afetiva, mais complexa se torna a jornada de superação dessas questões, assim exigindo um maior esforço dos pais e desta a eles (FILHO, 2017 apud BOWLBY, 1940).

A sensação de abandono é algo constante advindos de psicoterapias familiares, na pesquisa de Verceze (2015), a autora traz uma contribuição de sua vivência na psicoterapia familiar, falando sobre adoção tardia. As crianças em situação de acolhimento institucional passam pela questão do abandono, e quando isso acontece com jovens com uma idade mais madura, saindo da infância, entrando na adolescência e muitas vezes se tornando um adulto-jovem, se torna maior o tempo e a vivência com a angústia e as questões com a negligência dos pais adotivos.

A percepção desses jovens perante o seu histórico de abandono torna-se mais propensas a ampliar-se para questões psicopatológicas como ansiedade, depressão e outros transtornos emocionais em uma determinada quantidade de crianças e adolescentes, que demonstraram relatos de vida marcados por acontecimentos frustrantes, além de terem vivido o acolhimento como uma condição de estresse (CALCING; BENETTI, 2014).

O abandono acaba sendo na maioria das vezes causado pela sensação angustiante do sujeito em se perguntar o porquê sua família biológica negligenciou sua presença na vida deles, assim, sendo uma grande fonte de angústia para esses sujeitos. Em alguns casos acontece da criança sentir muita saudade e desejo de vinculação com a sua família biológica o que dificulta o processo de adoção, pois envolve a necessidade de um processo de enluto da história de rompimento com a família biológica (VERCEZE 2015).

A necessidade e o desejo de se formar uma família em sujeitos que passaram por um processo institucional, advém a partir de uma tentativa de significar o seu processo de abandono, tendo uma família próspera que contenha um vínculo forte. No entanto, é perigoso se ter essa alternativa, pois se não tiver seu luto trabalhado e superado isoladamente pode ocorrer de a frustração se estender.

Por isso, a sexualidade de jovens em estados institucionais, são afloradas precocemente, tendo uma dualidade de um desejo de continuar seu amadurecimento, interpassando suas questões referentes à juventude. Além de que o adolescente precisaria de um conhecimento mais aprofundado e mais bem preparado para entrar em uma perspectiva de formação de família (VERCEZE, 2015 apud GOMES, 2006).

3 METODOLOGIA

O presente artigo compreende uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e com a temática direcionada à “Aquarela como recurso psicoterapêutico em atendimentos com crianças em grupos de adoção”. Tendo como base de coleta de dados, publicações em revistas, livros, artigos online e trabalhos acadêmicos em geral. Além disso, conta com a experiência dos pesquisadores no projeto de extensão Laços do amor, onde foi possível participar das rodas de discussões, atividades terapêuticas em grupos infantis e das capacitações sobre temas relacionados ao processo de adoção, a adaptação dos pais e filhos na nova família e o uso das mais variadas técnicas da arteterapia em atendimento clínico com crianças. Portanto, foi possível a efetivação da pesquisa de cunho bibliográfico, por meio da busca de trabalhos publicados no Google Acadêmico entre o período de 2009 até o ano de 2018, sendo inseridos 5 livros, 14 artigos, 2 dissertações de mestrado, 1 *site* e uma 1 Lei Federal, todos em português e sendo obras nacionais.

A obra está vinculada ainda a uma pesquisa inteiramente de via investigativa e bibliográfica. Todavia, o projeto vinculado a esse trabalho tem por princípio colocar a proposta de intervenção de incluir a aquarela em atendimentos clínicos juntamente com crianças em grupos de adoção. Os extensionistas do grupo Laços do Amor, tem por objetivo ampliar esse trabalho para uma via de pesquisa qualitativa para se pensar em como e quanto esse recurso psicoterapêutico pode ser eficaz nos atendimentos com crianças em grupos de adoção. Além de poder ampliar as discussões e os trabalhos dentro do universo da psicologia na adoção.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ONDE A AQUARELA COLORE O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

As mais diferentes teorias da psicologia se dedicam a estudar o desenvolvimento humano e as percepções sobre os fatores que influenciam positivamente ou negativamente as fases de seu crescimento. De modo geral, as pessoas vivenciam uma mesma sequência de fases em, mas dada a complexidade do ser humano biopsicossocial, existem uma série de desdobramentos individuais que permeiam essas etapas.

Apoiado nisso, há a compreensão de que condições ambientais, genéticas e sociais contribuem para a formação do sujeito, que necessita passar continuamente por mudanças internas e externas, através de adaptações, organizações e sistematizações das experiências em relação ao mundo. No livro de Papalia e Feldman (2013), as autoras passam a introduzir diversas visões e possibilidades dentro da fase desenvolvimento do ser humano, no que se refere a crianças e adolescentes, elas integram alguns responsáveis por pensar em estratégias de explicar como ocorre o desenvolvimento psicossocial da criança.

Com a perspectiva socioconstrutivista, Piaget ingressou um modo de compreensão sobre o desenvolvimento baseado nos estágios cognitivos baseados nos princípios adaptativos da assimilação e da acomodação. Por consequência desses princípios de aprendizagem, a criança processaria as informações adquiridas em uma dinâmica de três fases de estruturação psíquica. (PAPALIA; FELDMAN, 2013)

A primeira fase corresponde a um entendimento sobre como o sujeito cria suas categorias e sistemas de conhecimento, visto que a criação de esquemas de pensamento é uma via de estruturação cognitiva inicial na criança; a segunda fase diz respeito a como o sujeito lida com a interpretação das novas informações do ambiente em que se encontra, em processos que ele nomeou de assimilação e acomodação, onde se faz a conexão de informações e em seguida tenta adequar essa informação ao seu atual entendimento sobre as informações em questão; por fim a terceira e última fase que se baseia em uma jornada de tentativa em lidar com as nuances entre a assimilação e acomodação, um processo marcado pela busca a esse equilíbrio de informações e significações sobre. (PAPALIA; FELDMAN, 2013)

Pensando em uma perspectiva clínica com a adoção, a criança passa por momentos de assimilação dos acontecimentos em sua vida, onde se encontra em uma fase permeada pelo luto

da sua história de vida anterior e posterior à adoção, quando nota-se hipóteses abertas sobre as motivações de quem a abandonou e como pode-se compreender os processos conflitantes que a rodeiam.(FILHO, 2017) Para isso, é possível articular os conceitos de Piaget ao processo de desenvolvimento da criança na experiência de vivência com sua família adotiva por meio dos estágios cognitivos.

Em um momento inicial de vinculação com sua família adotiva a criança passa pelo estágio de organização à medida que ela tenta criar esquemas de maturação de pensamento em como lidar com a sua nova realidade e como se categoriza o seu saber sobre sua história. Logo em seguida, observa-se as próximas fases que é a de adaptação e equilíbrio onde a criança deseja a busca pelo equilíbrio entre a assimilação e a resignificação do luto em sua história e de acomodar a sua subjetividade à sua nova família. (PAPALIA; FELDMAN, 2013)

Em uma perspectiva psicoemocional, ao aproximar-se da Teoria do Apego, Bowlby notou que os seres humanos nascem com a disposição de estabelecer vínculos com outras pessoas e essa vinculação não estaria necessariamente direcionada a pessoa que alimentava esse bebê, mas sim ao indivíduo que realizava os cuidados e a forma como esse cuidado era realizado. A Teoria foi desenvolvida após a Segunda Guerra Mundial, em uma tentativa pela comunidade científica de entender quais eram os efeitos no psiquismo infantil das separações causadas pela guerra e a proeminência dos cuidados maternos durante o desenvolvimento. (DALBEM; DELL'AGLIO, 2005; GOMES, 2011).

Os processos cognitivos iniciam-se desde o nascimento e significa inferir que, ao longo da vida, esses processos tendem a ficar mais aguçados, e para isso contribui, em grande parte, a interação social aliada à adequados cuidados pessoais. (SILVA; BOLSANELLO, 2011, p. 1) Ao pensar nas crianças em fase de desenvolvimento que mediam suas vivências e transformações biopsicológicas em espaços de acolhimento institucional, é imperativo destacar que a capacidade de vinculação afetiva, socialização, autonomia e confiança no outro, é determinada pelas imagens iniciais que a criança irá se deparar ao receber os cuidados relativos às suas necessidades, mas também, a possibilidade de verificar no naquele sujeito que cuida, traços que marquem o investimento de afeto, a valorização de sua autoestima e etc.

Ao trazer Gonzalez-Mena e Eyer (2014, p. 99), “o apego é o meio que a natureza usa para assegurar que alguém se importa com o bebê (emocionalmente) e cuidará dele

(fisicamente)”. Portanto, sustentado pelas relações de apego definidas, a criança entende que existem pessoas as quais se preocupam e cuidam dela, observando o mundo como um lugar que supre as suas necessidades, tanto físicas como emocionais, de forma amigável e receptiva. (GONZALEZ-MENA; EYER, 2014).

Ainda sobre a forte relação entre a qualidade dos vínculos estabelecidos e o desenvolvimento infantil, não se pode ignorar que a criança que vivencia laços positivos, possui maior atividade dos hormônios neurotransmissores em seu organismo, aqueles responsáveis por induzir uma sensação de bem-estar e centramento, e por conseguinte, seu desenvolvimento cerebral é mais articulado, quando apoiado nessa dinâmica. (GONZALEZ-MENA; EYER, 2014)

Deste modo, reconhecer o papel indissociável que os afetos possuem no desenvolvimento infantil é observar que se uma criança cresce em situação fora da norma, pressupõe-se que sua base de segurança tende a desaparecer, o que pode prejudicar suas relações com outras pessoas, havendo, assim, prejuízos nas demais funções de seu desenvolvimento e na sua socialização. (BOWLBY apud ALEXANDRE, VIEIRA, 2004, p. 2008)

Portanto, para que se possa construir uma visão com alteridade e perceber o outro, se faz necessário que exista a elaboração da relação com esse significado, do compartilhamento da presença simbolizada também pelo atravessamento dos afetos. Será a partir do reconhecimento que se recebe do outro, que o sujeito poderá criar a sua própria maneira de recebê-lo em novos laços afetivos. (ORIONTE, SOUSA 2005 p:34)

Ao pensar nos abrigos, no que concerne às necessidades básicas, como alimentação, higiene, cuidados com a saúde, entre outras, as crianças são, sim, na maioria das vezes, acolhidas. Entretanto, raramente esse acolhimento ultrapassa a dimensão das necessidades básicas e se reverte em amparo afetivo.

4.2 AS EMOÇÕES PINTADAS EM AQUARELA

Emoção é beleza, é alegria, é tristeza, é delírio, é vida em todas as suas manifestações estéticas. Logo, seria impossível existir sem Arte e Emoção. (ROCHA, 2017 p. 174). Dessa

forma, compreendemos a relevância da arte em nossas vidas. É um caminho de possibilidades e aberturas, de liberdade e encontros profundos com nós mesmos. A técnica de pintura de aquarela foi escolhida por expressar as emoções e os sentimentos diversos.

Eisner (2008) reforça que a arte ensina “a agir e a julgar na ausência de regras, a confiar nos sentimentos, a prestar atenção a nuances, a agir e a apreciar as consequências das escolhas, a revê-las e, depois, fazer outras escolhas”. De forma geral, as artes “afetam o comportamento e a experiência humana, dentro de um contexto social” (Carvalho, 2015, p.22). O Teórico Vigotski, afirma que as obras de artes são representações de seus respectivos autores, uma vez que nelas, pode-se reelaborar outras formas de retratar o outro e a si mesmo. “A arte parece completar a vida e ampliar as suas possibilidades”. (VIGOTSKI, 1998 p. 248)

Cecchele e Moreira (2017) relataram que o artista Albrecht Dürer foi o pioneiro na história da aquarela. Suas obras foram de extrema importância durante o século XVI. Albrecht chamou atenção pela qualidade e perfeição do seu traçado. Apenas quem já pintou com aquarela sabe o quão difícil chegar a essa perfeição, o que alguns estudiosos comparam a aquarela com o curso de um navio em alto mar, mesmo que o comandante queira traçar uma linha reta, os ventos e as águas o levam a outra coisa, o mesmo acontece na aquarela, o que ela fizer no papel não será o que planejou em sua cabeça. (CECCHELE MOREIRA, 2017 p 2)

Stori define a aquarela como “a técnica de pintura com pigmentos solúveis em água sobre papel” (CECCHELE MOREIRA, 2017 p 3). A aquarela refere-se a uma técnica de pintura suave, sensível e precisa. Por se tratar de uma técnica que utiliza água, não permite que o artista retoque muitas vezes sua obra, como é possível em outras técnicas de pintura como a tinta óleo. (CECCHELE MOREIRA, 2017)

Para o psicólogo e pesquisador Bucho (2017), a pintura proporciona autonomia e libertação, uma vez que a fluidez da tinta auxilia na expressão natural de emoções e sentimentos. É por meio da pintura que o corpo é ativado, trabalhando aspectos como a expansão de consciência, liberdade, coordenação motora, sutileza, processos criativos e imaginativos, além de possibilitar percepções de si mesmo e do mundo.

Os materiais utilizados na aquarela são específicos da técnica: tinta para aquarela, godê para diluir as tintas com água, pincéis, papel para aquarela e recipientes com água. A técnica é

conhecida pela arte de dominar as cores em estado líquido, resultando em cores vibrantes, manchas e traços delicados.

Através do material de pintura, as tintas, devido às suas características próprias como a fluidez, o brilho, a tonalidade, a plasticidade, a temperatura, a densidade das cores, o prazer sensorial da cor, despoleta no sujeito múltiplas dimensões, que vão desde a esfera sensorial e cinestésica, à experiência afectivo-emocional que é constantemente explorada e activada, até à dimensão mais simbólica e espiritual, de expansão e de transcendência (BUCHO, 2017 p 13).

Dessa forma, compreende-se que as tintas são fluídas e dependendo da técnica utilizada, podem vislumbrar diferentes texturas e densidades, sendo capaz de ocasionar emoções e sentimentos diferentes em cada sujeito, desde frustração à satisfação e euforia (BUCHO, 2017).

Muitos aquarelistas alegam que a observação deve ser algo corriqueiro do dia a dia, percebendo a beleza da natureza e como se comporta; os gestos; os objetos que nos perpassam; efeitos de luz e sombra, entre outros elementos. Compreender o que rodeia os indivíduos seja externamente ou internamente, possibilita afeto, simbolismos e sentido para suas respectivas expressões em pinturas.

A contemplação e exploração de obras de artes para Bartolomeu (2018) incentiva no indivíduo tempo de qualidade para refletir e observar, dispensando resultados impulsivos; amplia a habilidade perceptiva; além de influenciar na prática de fazer associações entre as obras de artes com diferentes contextos. Dessa forma, a análise das obras e seus sentidos, estará ligada com o que cada criança conhece e pode imaginar. A observação de obras de arte motiva o sujeito a perceber diferentes pontos de vista, designando sentido as imagens e formulando nexos para os objetos que estão inseridos na composição da obra. (Rodrigues, 2009). Com isto, “Desenvolver o poder de discriminação em relação às formas e cores, sentir a composição de uma pintura e tornar-se capaz de identificar o que está representado, requer trabalho e motivação do sujeito” (Fróis, Marques & Gonçalves, 2000, p. 24)

As crianças são incentivadas, em suas criações artísticas, à imaginação, proporcionando expansão de ideias, perspectivas e elaborações que provocam criatividade e o raciocínio da criança. Sendo assim, a criança escolhe os materiais devidos para se expressar, optando pela cor que irá usar, o traçado e textura (RESSURREIÇÃO, 2019).



Para isso, existem alguns aspectos que se refletem nas suas produções: a realização de “transparências”, conceito defendido por Luquet, em que as crianças realizam elementos nos seus desenhos em que é possível observar o que está no interior dos mesmos, por exemplo, desenhar o mar e serem observáveis os peixes no seu interior, que reflete que a criança “está a desenhar o que pensa e não o que vê” (SOUSA, 2003, p. 27). A ordem e a proporção dos elementos realizados pelas crianças, estão relacionados com a importância que a criança dá aos mesmos, sendo de destacar que, “as dimensões correspondem à importância que têm no conceito da criança e não a quaisquer perspectivas visuais da realidade” (SOUSA, 2003, p. 27); o que a criança omite nos seus desenhos, “poderá significar o seu desejo de querer vê-la excluída” (Sousa, 2003, p.27).

Com isso, pode-se fazer uma associação entre o conceito de transparência para Louquet citado acima e transparência na técnica de aquarela em papel. A criança pode identificar esse fenômeno como colaborador para seu imaginário e percepção de elementos profundos, como pintar peixes dentro do mar e conseguir vê-los. Como também, para outras crianças, a transparência precisará ser retocada diversas vezes, a fim de encobrir determinados objetos presentes em sua aquarela.

Bucho (2017) ressalta em seus estudos a importância de intervir utilizando o recurso da pintura, uma vez que propicia desaceleração na vida, tomando consciência de sua própria existência no mundo e da existência do outro, a fim de enxergar e enfrentar suas emoções e sentimentos. A educação emocional vem promover uma visão do sujeito, das instituições e da própria comunidade de forma mais policromática, muito mais polimórfica, mais flexível e plural (BUCHO, 2017 p. 17).

Recorrer à aquarela em meio as suas tantas possibilidades como técnica de pintura, vislumbra um recurso psicoterapêutico potente, ampliando sua utilização com diversas demandas no processo de psicoterapia, inclusive em atendimentos com crianças em grupos de adoção.

5. PINCELANDO CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da presente obra tenta comprovar a aquarela como um recurso psicoterapêutico com crianças em grupos de adoção, em que conforme a pesquisa bibliográfica foi realizada foi possível entender que a pintura é uma arte que promove uma ampliação da linguagem para alguém em sofrimento, sendo uma facilitadora para o paciente expressar sobre suas questões e para oferecer oportunidade de criação de vínculos entre psicólogo e paciente.

Ressaltam-se algumas dificuldades no desenvolvimento do artigo, uma vez não encontrados referenciais teóricos que abordassem sobre emoções e sentimentos que a técnica de aquarela pode proporcionar, ocasionando resultados gerais, sem especificidades; a ausência da atuação na clínica com crianças e a aquarela que comprove a teoria do trabalho, oferecendo dados concretos sobre a pesquisa, em que obtivesse informações de como aconteceu os devidos atendimentos com a logística e proposta do artigo em questão juntamente com o projeto de extensão laços do amor e de como se reverberou os resultados para os extensionistas e para os jovens beneficiários dos atendimentos ofertados pelo projeto.

Além da falta de material que fale sobre a atuação com a aquarela. Essas dificuldades ocorreram ainda por meio das limitações que a pandemia da COVID-19 proporcionou aos autores deste trabalho. Todavia, a pesquisa bibliográfica pôde demarcar uma validação científica da proposta, em que enriqueceu o conhecimento dos autores na área, contribuindo para uma boa preparação para futuros atendimentos com crianças, por meio de recursos lúdicos modernos.

Os resultados desse trabalho se devem pela satisfação do estudo das pesquisas realizadas em trabalhos científicos e em livros, sendo assim, é possível entender que o objetivo do trabalho teve suas metas alcançadas. Em que pôde trazer determinadas visões e comprovações científicas de que a aquarela pode ser um recurso de atendimento com jovens em grupos de adoção, sendo um incentivo para ainda persistir nesse campo de desenvolvimento de conhecimento. Por isso o trabalho se propõe a ser um contribuidor para documentos científicos sobre a psicoterapia, a adoção e a aquarela.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Diuvani Tomazuni; VIEIRA, Mauro Luis. **Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo**, Psicologia em Estudo, Maringá, v. 9, n. 2, p. 207-217. mai/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/D/pe/v9n2/v9n2a07.pdf>> . Acesso em: 02 jun. 2021.

BARROS, Manoel de. **O brejo e solfejo**. Edição Revista e Ampliada. Campo Grande: Letra livre editora; Brasília: Editora Universa – UCB, 2009.

BRASIL, Constituição (2013). Art. 2 da Lei 6583 de 16 de outubro de 2013. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761#:~:text=%C3%A0%20entidade%20familiar.-,Art.,dos%20pais%20e%20seus%20descendentes. Acesso em: 17 de jul. 2021.

BUCHO, J. L. C. **Relação entre a fluidez da tinta e a fluidez da vida contemporânea – a pintura emocional**. 2017. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1146.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

CALCING, Jordana; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. **Caracterização da saúde mental em crianças e adolescentes em acolhimento institucional**. Rio Grande do Sul: Psico, 2014.

CAMAROTTI, Maria do Carmo. **O nascimento da psicanálise com criança**. Reverso: Belo Horizonte, 2010.

CECICHELE, M. R; MOREIRA, M. G. **Dissertação sobre arte e sociedade, aquarela e tintas naturais**. 2017. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/upload/contemporaneidade/anais/594c1d6735eb8.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

DALBEM, J. X.; DELL'AGLIO, D. D. **Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento**. Arquivos brasileiros de psicologia, Rio de Janeiro, 2005, v. 57, n. 1, p. 12-24, 2005.

FILHO, Luiz Schettini. **Dores da adoção**. Juruá Editora; 1º Edição: Curitiba - PR, 2017.

GONZALEZ-MENA, J.; EYER, D. W. **O cuidado com bebês e crianças pequenas na creche: um currículo de educação e cuidados baseado em relações qualificadas**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

ORIONTE, Ivana; SOUSA, Sonia Margarida Gomes. **O significado do abandono para crianças institucionalizadas**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, n. 17.v. 11, p. 29-46, junho de 2005. Disponível em: <http://pepsie.bvsalud.org/pdf/perivIn17/v1_In17a03.pdf> . Acesso em: 02 junho 2021.

MENEZES, Pedro. O conceito de família na sociologia. Toda Matéria, 2011. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/familia-sociologia/>. Acesso em: 17 jul. 2021.

PAPALIA, D. E. e FELDMAN, R. D. (2013). **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre, Artmed, 12^a ed., 2009.

PEREIRA, Luísa Angélica Vasconcellos. **Grupo arteterapêutico com crianças: reflexões**. Rev. SPAGESP v.6 n.1. Ribeirão Preto, 2005.

REIS, Alice Casanova dos. **Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do psicólogo**. Psicologia, Ciência e profissão. CESUSC: Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina: SC, 2014.

REIS, A. C. **A arte como dispositivo à recriação de si: uma prática em psicologia social baseada no fazer artístico**. 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/3386/3550>. Acesso em: 24 jul. 2021.

RESSURREIÇÃO, J. R. (2019). **Além da pintura: Percepções das crianças sobre as criações e produções artísticas*** (Dissertação de mestrado não publicada). Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação, Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.21/10882>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SEI, Maíra Bonafé; PEREIRA, Luísa Angélica Vasconcellos. **Grupo arteterapêutico com crianças: reflexões**. São Paulo: Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo Jan.-Jun, Vol. 6, N. 1, P. 39-47, 2005.

SILVA, C. R.; BOLSANELLO, M. A. **No cotidiano das creches o cuidar e o educar caminham juntos**. Interação em Psicologia, Curitiba, 2002, v. 6, n. 1, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/viewFile/3190/2553>. Acesso em: 07 julho 2021.

SILVA, Silvia Maria Cintra da. **Algumas informações sobre a arte e a formação do psicólogo**. Brasília: Psicologia, Ciência e profissão, Vol. 24, N. 4, 2004.

SILVA, Mariane Coimbra; CARVALHO, Eduardo Moura de; LIMA, Rafaela Dias de. **A arteterapia Gestáltica e suas relações com o processo criativo**. Revista IGT na Rede, v. 10, n° 18, p. 18-36, 2013. Disponível em <http://www.igt.psc.br/ojs> ISSN: 1807-2526.

SOUZA, Vera Lúcia Trevisan; DAGNANI, Lilian Aparecida Cruz; REIS, Elaine de Cássia Gonçalves dos. **Psicologia da arte: fundamentos e práticas para uma ação transformadora**. Campinas – SP: Seção temática: psicologia da arte • Estud. psicol. 35 (04), 2018.

VERCEZE, Flávia Angelo; et al. **Adoção e psicoterapia familiar: Uma compreensão Winnicottiana**. São Paulo: SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo Revista da SPAGESP, 2015.

A ARTE COMO MECANISMO DE EXPRESSÃO E FORMA TERAPÊUTICA EM INDIVÍDUOS ACOMETIDOS DE DEPRESSÃO E ESQUIZOFRENIA

Wíviny Rodrigues de Souza Martins¹

Alice Gabriela do Nascimento²

Flora Maria Medeiros da Nóbrega³

Karidja Kalliany Carlos de Freitas Moura⁴

RESUMO

O objetivo do presente artigo é retratar a notoriedade da arte como forma terapêutica e de expressão para pessoas com depressão e esquizofrenia. Para tal, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo utilizando de pesquisas bibliográficas sobre autores das áreas de Psicologia e Psiquiatria. Deu-se uma maior ênfase ao inconsciente trabalhado pela psiquiatra Nise da Oliveira, que foi uma das pioneiras na humanização do tratamento psiquiátrico. A reflexão desenvolvida mostra que, apesar dos diferentes estados psíquicos expressados, a arte representa uma importante ferramenta de manifestação da síntese criativa do indivíduo, tendo a arteterapia como grande colaboradora no processo de desenvolvimento de tal síntese, consolidando-se então como um grande pilar no processo terapêutico, demonstrando resultados consideráveis no tratamento.

Palavras-chave: esquizofrenia, depressão, arte, inconsciente, Nise da Silveira, arteterapia, humanização do tratamento, inconsciente.

ABSTRACT

¹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: wiviny.rodrigues61@gmail.com

² Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: alicegnas18@gmail.com

³ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: florammdanobrega@yahoo.com.br

⁴ Doutora em Ciências (Fitotecnica), docente na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: extensão@catolicadorn.com.br



The aim of this article is to portray the notoriety of art as a therapeutic and expression form for people with depression and schizophrenia. To this end, a qualitative descriptive research was conducted using bibliographic research on authors from the areas of Psychology and Psychiatry. Emphasis was placed on the unconscious worked by psychiatrist Nise da Oliveira, who was one of the pioneers in the humanization of psychiatric treatment. The reflection developed shows that, despite the different psychic states expressed, art represents an important tool of manifestation of the creative synthesis of the individual, having art therapy as a great collaborator in the process of development of such synthesis, consolidating itself as a great pillar in the therapeutic process, demonstrating considerable results in the treatment.

Keywords: schizophrenia, depression, art, unconscious, Nise da Silveira, art therapy, humanization of treatment, unconscious.

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, por falta de estudos científicos, a sociedade julgava os transtornos psicológicos como efeito do distanciamento religioso, assim como a crença em seres “obscuros” que, supostamente, estaria possuindo àqueles os quais demonstravam comportamentos divergentes dos que eram considerados obedientes para a igreja. Atualmente, com o avanço da Psiquiatria e da Psicologia, desmistificou-se tal ideologia, ampliando o acesso a estas informações científicas e hodiernamente esses transtornos. De acordo com Toledo e Sabroza (2011), podem ser definidos como funções psíquicas desreguladas que afetam diretamente o pensamento, os sentimentos, as percepções, as sensações e o modo de relacionamento interpessoal.

Tendo isso em vista, vale salientar que o preconceito envolto na problemática faz-se presente até os dias atuais, perpetuando o estereótipo de incapacidade dos acometidos pelas perturbações mentais, causando certas desarmonias na sociedade, como exclusão social e incredibilidade acerca de suas potencialidades.

Desde o século XIX a Psicologia e Psiquiatria entraram em contato direto com a arte, quando algumas atividades de natureza artística ou artesanato foram introduzidos em hospitais psiquiátricos e apareceram as primeiras referências teóricas sobre o assunto. A Psiquiatria deu



início ao estudo com desenhos de pacientes taxados como loucos para assim auxiliar em seus diagnósticos. Ferraz (1998) descreve o momento histórico que se caracteriza pelo entrelaçamento entre essas áreas distintas, vislumbrando a interseção entre arte, psicologia, psiquiatria e psicanálise.

Sigmund Freud (1972) observou que o artista pode simbolizar concretamente o inconsciente em sua produção, retratando conteúdos do psiquismo. Acerca disso, menciona-se seus estudos realizados sobre as obras de autores consagrados como Leonardo da Vinci e Michelangelo. Já para Jung (1928), imagens representam a simbolização do inconsciente individual e, muitas vezes, do inconsciente coletivo.

A arte é composta de símbolos, e para se chegar ao sentido interno, é necessário um trabalho de decodificação que possa, com propriedade, estabelecer o sentido interno correspondente ao signo externo, um processo que anule a distância e permita uma correspondência plausível, que seria a interpretação. Porém, segundo Bosi (1991), no momento da realização da obra, a força e a forma, a emoção e o signo, não estão dissociados, e a necessidade de interpretar decorre da distância que medeia o fenômeno simbólico e suas raízes emotivas.

Vasconcelos (2007) destaca em seu estudo dois pesquisadores, são eles Mohr e Prinzhorn. Mohr recebeu maior notoriedade científica após a publicação de um trabalho sobre a produção gráfica de doentes mentais. Ele influenciou vários outros estudos que contribuíram com a elaboração de alguns testes projetivos amplamente difundidos no campo da psicologia e da psicanálise. Em adição, o psiquiatra Prinzhorn tem um olhar para as obras além da sua morbidade. Ele as vê a partir do impulso criador, e não louco; o impulso é o compartilhado pela própria humanidade. O mesmo ainda cita: “não é a doença em si que fariam alguém um artista, porém as criações não são barradas de se efetuarem mesmo que a pessoa seja portadora de algum transtorno psíquico.”

Partindo disso, é válido destacar figuras renomadas no meio artístico cujo seu potencial não fora anulado diante de seus distúrbios psíquicos, sendo reconhecidos e incentivados nos processos de expressão do seu inconsciente e de reabilitação ou forma terapêutica indireta nos processos de saúde mental. Vicent Van-Gogh e seu estado esquizofrênico; Clarice Lispector e a depressão são grandes exemplos.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é analisar a arte como mecanismo de expressão dos estados psíquicos e sua contribuição como estratégia terapêutica nos indivíduos acometidos por disfunções mentais, com ênfase na esquizofrenia e depressão, tal como, o reforço positivo proporcionado pela arteterapia como modelo terapêutico no tratamento destes. Nesse viés, visa romper com o estereótipo estabelecido de incapacidade engenhosa de tais, trazendo o reconhecimento do potencial criativo desses indivíduos. E, junto a isso, a expressão e interpretação de seu inconsciente através da arte, em suas mais diversas formas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEPRESSÃO

Cordás e Sassi-Junior (1998) citam que a depressão, hoje, é considerada a doença do século. A mesma significa uma patologia de humor, que de forma direta necessita ser identificada e tratada, e que não está relacionada ao caráter do indivíduo nem com a própria vontade do mesmo.

Porem Sonenreich (1995) afirma que na psiquiatria, o termo depressão é usado para designar entidades nosológicas (psicose depressiva, depressão unipolar, transtorno depressivo maior, depressão pós-esquizofrênica), transtornos de humor ou sintomas (nos alcoólicos, esquizoafetivos, demenciados, parkinsonianos).

No contexto clínico, o termo depressão não se refere somente a um humor deprimido, mas sim a um complexo sindrômico caracterizado por alterações de humor, de psicomotricidade e por uma variedade de distúrbios somáticos e neurovegetativos (ASSUMPÇÃO ; JUNIOR, 1998, p.233).

Canele e Furlan (2006) acrescenta que de modo geral, a depressão pode ser definida como um processo que se caracteriza por lentificação dos processos psíquicos, humor depressivo e/ou irritável (associado à ansiedade e à angústia), redução de energia (desânimo, cansaço fácil), incapacidade parcial ou total de sentir alegria e/ou prazer (anedonia), desinteresse, lentificação, apatia ou agitação psicomotora, dificuldade de concentração e

pensamentos de cunho negativo, com perda da capacidade de planejar o futuro e alteração do juízo de realidade.

De acordo com Canele e Furlan (2006) a depressão, por ser de tão alta incidência e causar tanta debilidade ao paciente deprimido, deve receber preocupação maior por parte das autoridades de saúde e tratamentos humanitários. Inserindo a arte nesse processo. A partir de um programa direcionado de atendimento, com táticas inovadoras e de reforço positivo, como a arte, que surge da criatividade do indivíduo que está presente em seu inconsciente. Por meio desta entre outras, este problema começaria a ser solucionado, e o paciente teria acesso ao tratamento correto pelos serviços de saúde pública e à aceitação de sua enfermidade por parte da sociedade. Entretanto o que acontece no que diz respeito às enfermidades de cunho psiquiátrico, é a desinformação e o preconceito. A depressão precisa ser aceita como uma doença que, principalmente, pode ser tratada.

2.2 ESQUIZOFRENIA

O termo esquizofrenia foi criado por Bleuler (1857-1939) a partir de uma etimologia grega (*σχιζοφρενία*), que significa em tese “mente dividida” substituindo assim a denominação demência precoce na literatura. Assim, Bleuler instituiu o termo para designar a presença de um distanciamento entre emoção, comportamento e pensamento nos pacientes afetados.

Segundo Costa e Calais (2010) avanços e pesquisas sobre a doença tornaram possível o surgimento de classificações mais precisas de subtipos esquizofrênicos. Dentre estas, a dicotomização da esquizofrenia em subtipos I e II ou positivo/negativo proposta por Crow (1980) é talvez a classificação mais conhecida, os dois tipos podem refletir processos patológicos, etiológica e prognosticamente distintos. Os principais sintomas da síndrome positiva (ou tipo I) são alucinações e delírios e da síndrome negativa (ou tipo II), o embotamento afetivo e a pobreza do discurso.

De acordo com Lacaz, Bressan e Mello (2005), os sintomas psicóticos, alucinações e delírios podem comprometer a capacidade de trabalho e de relações interpessoais por toda a vida. Essa condição pode ser explicada pelo fato de que os pacientes psiquiátricos apresentam menor variabilidade do comportamento frente às mudanças nas situações sociais.



Lacaz (2005) e Messas et al. (2000) conceituam que a esquizofrenia tem como traço fundamental o prejuízo das funções cognitivas, senso-perceptivas e afetivas das populações afetadas.

Conforme Gama et al. (2004), a divisão dos sintomas em dois grupos, de acordo com a classificação de Crow, inclui também nos sintomas positivos, além de alucinações e delírios, exacerbações de funções normais, distorções, hiperatividade e hostilidade. Enquanto os sintomas negativos englobam, além do embotamento afetivo e a pobreza do discurso, isolamento social, avolia (prejuízo na vontade de querer) e desmotivação.

2.3 NISE DA SILVEIRA: O NOME POR TRÁS DO INCONSCIENTE

Na opinião de Melo (2001) e Gullar (1996) falar sobre inconsciente é falar sobre a doutora Nise da Silveira. É registrar a força dessa mulher tímida, inteligente e obstinada. Não bastasse ser mulher, nordestina, médica e psiquiatra, foi também uma antipsiquiatra precoce, com ideias socialistas em pleno Estado Novo. E foi dessa configuração muito singular que certamente resultou a obra que a tornou conhecida no Brasil e no exterior: o Museu de Imagens do Inconsciente. O Museu foi fundado em 20 de maio de 1952 em Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, como uma extensão natural dos trabalhos realizados nos ateliês de pintura e modelagem da Seção de Terapêutica Ocupacional do Centro Psiquiátrico Nacional, sob a direção da psiquiatra, desde 1946.

A maioria das narrativas sobre o surgimento do Museu de Imagens do Inconsciente se apoia fundamentalmente na versão disseminada por Nise, hoje uma personagem consagrada da história da psiquiatria brasileira e reconhecida nacionalmente como a “psiquiatra rebelde” que revolucionou a pesquisa e o tratamento da doença mental ao utilizar a arte como legítimo recurso terapêutico. Dessa forma, é atribuído um pioneirismo incontestado ao trabalho iniciado por Nise da Silveira na segunda metade da década de 1940 (DIAS, 2003, p. 16).

Segundo Dias (2003), Nise da Silveira era uma personagem importante na história da psiquiatria brasileira, mas isso não a tornava imune a críticas severas quanto a sua ação tutelar no âmbito das práticas terapêuticas e discursivas sobre a loucura. Se por um lado seu nome era associado à liberdade, sendo aclamada e reverenciada como “a psiquiatra que tratou a loucura com afeto” ou que se rebelou contra uma psiquiatria despersonalizante, conferindo legitimidade

ao universo interior dos esquizofrênicos; por outro lado, era lembrada a posição defensiva de Nise da Silveira diante das primeiras tentativas de se acabar com a instituição manicomial. Entre essas críticas, encontrava-se o fato da maioria dos internos do Centro Psiquiátrico Nacional que se destacaram como artistas por intermédio da Seção de Terapêutica Ocupacional, dirigida pela mesma, terem permanecido internados até a morte. A coexistência de críticas e exaltações à Nise abriu a possibilidade de desconstrução do mito em torno de uma personagem consagrada na história da psiquiatria brasileira.

Silveira (1980) alega que Jung examinou com vivo interesse as imagens pintadas livremente no hospital, documentação crua, sem qualquer retoque, e que por isso mesmo confirmava suas descobertas referentes à estrutura básica da psique.

Carvalho (1998) aponta as seguintes dimensões do contexto passíveis de análise: o discursivo, o intelectual e o comunicacional. O contexto discursivo e o intelectual se referem a dinâmica das obras de Nise da Silveira, escritas ou publicadas nas décadas de 40 e 50, e sua relação com as demais ideias em circulação nesse período sobre arte, loucura, inconsciente e terapêuticas psiquiátricas. O contexto comunicacional, do qual participam diferentes enunciados socialmente sancionados e recursos mediáticos diversos, diz respeito às influências dos movimentos culturais nas reflexões propostas por ela naquele momento.

A ideia de que o inconsciente poderia ser revelado por intermédio das imagens configuradas na expressão plástica aproximou artistas e críticos de arte dos ateliês da Seção de Terapêutica Ocupacional do Centro Psiquiátrico Nacional, no Rio de Janeiro. Nesse sentido, o apoio de artistas e críticos de arte foi destacado como fundamental para a divulgação das práticas desenvolvidas em Engenho de Dentro nos meios culturais. Esse fato também permitiu pensar no que significava o deslocamento na ênfase terapêutica de uma experiência psiquiátrica, que via nas imagens do inconsciente um meio de compreensão e tratamento das psicoses, para a apreciação estética de algumas obras produzidas por internos do hospital psiquiátrico (DIAS, 2003, p. 18).

Dessa forma, a busca pelo significado de uma experiência que aproximou arte, loucura e ciência no Brasil em fins da década de 1940. É justamente no encontro da história da psiquiatria com outras visões, que está a contribuição do presente trabalho, abrindo à possibilidade de se pensar a importância de uma experiência terapêutica psiquiátrica com referências que não se esgotam nesse campo disciplinar.



Atualmente, acerca do que Dionísio (1999) relata, o acervo de pinturas do Museu é de caráter singular. É situado num pequeno prédio aos fundos do Centro Psiquiátrico Pedro II, no bairro de Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, não se pode fazer face à riqueza de imagens ali expostas. Dentre telas, pinturas e desenhos em cartolina, trabalhos em giz-de-cera e bico-de-pena, notamos uma quantidade surpreendente de atividades expressivas. É estimado em média de trezentos e sessenta mil o número de produções. Porém, outro obstáculo diz respeito à conservação das telas e esculturas. Elas se encontram atualmente em uma pequena sala, muito longe de atingir adequado espaço e luminosidade, sem falarmos no método de conservação. É lamentável presenciar o estado de dificuldade de uma instituição com tamanha quantidade e qualidade de material proveitoso para pesquisas diversas.

2.3.1 A humanização do tratamento psiquiátrico

O processo de humanização se dá pela aquisição de valores positivos desempenhados pela ação de um indivíduo ou um grupo social para com uma determinada causa ou situação, com seus pilares firmados na ética, respeito e valorização da pessoa humana. Tendo isso em vista, é válido citar a luta antimanicomial como um grande fato impulsionador do termo apresentado, sendo ele reforçado durante todos esses anos.

[...] Trata-se de promover uma desconstrução social dos estigmas e estereótipos vinculados à loucura e à figura do doente mental, substituindo-os por um olhar solidário e compreensivo sobre a diversidade e os descaminhos que a experiência subjetiva pode apresentar, olhar fundado numa atitude de respeito, tolerância e responsabilidade com aqueles que se encontram com sua normatividade psíquica restringida (BEZERRA JÚNIOR., 2007, p. 247).

Gil e Amarante (2008) citam importantes personalidades para o contexto apresentado, como o psiquiatra italiano Basaglia, cujo liderou um movimento mundial contra os manicômios públicos, assim como a médica brasileira Nise da Silveira, que conseguiu demonstrar na prática o grande valor do contrato afetivo e da expressão criativa para a recuperação das pessoas sofredoras de perturbação mental. Deixando-nos como legado o ensinamento acerca daqueles que passam pelo grande sofrimento do rompimento com a realidade, do mergulho, sem

proteção, nos abismos do inconsciente, afirmando que eles podem, por meio da expressão artística, tentar o caminho de volta para a superfície.

Como caracteriza Amarante (2008) essas foram as Palavras ditas por Gilberto Gil, enquanto Ministro da Cultura do Brasil, na abertura de uma Oficina sobre “Indicação de Políticas Públicas Culturais para Pessoas em Sofrimento Mental e em Situações de Risco Social”, realizada no Rio de Janeiro, em agosto de 2005. O mesmo evocava uma experiência longa e muito rica de mobilização de práticas artísticas para fins terapêuticos no campo da saúde mental, estabelecendo um vínculo explícito entre essas práticas e as iniciativas de reforma da saúde mental. As palavras citadas foram precedidas por uma referência explícita aos problemas vividos por aqueles que eram diagnosticados, estigmatizados e segregados como “loucos”. E acrescentava o então Ministro da Cultura, citando o ditado popular, “de artista e de louco todos temos um pouco”, que graças aos estudos de Freud e aos de Jung sobre o inconsciente coletivo e os arquétipos “herdados por todos nós”, teria sido possível chegar a “uma visão mais humana e inovadora da perturbação mental e das expressões da riqueza subjetiva das pessoas portadoras de distúrbios psíquicos”.

As pessoas envolvidas na terapia pela arte ou na terapia ocupacional são capazes de atos expressivos e criativos semelhantes aos que são realizados por artistas “reconhecidos”, isto é, que interrompem ou perturbam a comunicação “vulgar” ou “comum”, propondo em seu lugar uma “outra” comunicação. Gil invoca visões consolidadas da experiência psíquica inspiradas por correntes associadas a Freud e Jung. Mas a sua posição não deixa de manifestar um tom particular, que converge com o que atravessa a Oficina à qual ele se dirigia. Mais do que de Jung ou Freud, esta poderia evocar uma visão associada a nomes como Foucault, Deleuze, Guattari, Castel ou Goffman, ou, segundo o próprio Gilberto Gil, Basaglia (NUNES; SILVA 2016, p. 208-237).

Gil (2008) relata sobre a importância das práticas artísticas como meios terapêuticos, por ele descritos como usando “a perturbação como fonte de criação. (...) utiliza a criatividade para a expressão de emoções, o que faz dessas criações formas reveladoras do interior da psique humana”, mesmo quando não seja pretensão dessas práticas formar artistas no sentido que lhes atribui a disciplina estética”. E ainda acrescenta, “a arte transcende, ou melhor, ignora a diferença entre as frágeis fronteiras da sanidade e da loucura”. Nas composições desses artistas,



cumprem-se as duas exigências da arte: destruir a comunicação comum e criar uma outra comunicação. Além disso, há também a dimensão da autoestima. Ao serem reconhecidos publicamente como artistas, como criadores, essas pessoas são apanhadas pela rede da cultura e trazidas para dentro da sua órbita, ainda que excêntrica. São incluídos após terem vivido um período de suas vidas na exclusão. E incluir é exatamente o nosso papel, juntamente com o de incentivar a tolerância e o respeito à diferença.

2.4 A ARTETERAPIA

De acordo com Vasconcelos (2007) a arte começou a ser vista sob um enfoque mais amplo na década de XX, contemplando não somente a possibilidade de diagnóstico, mas também sendo destacado seu aspecto terapêutico. Jung passou a introduzir a arte como parte do processo psicoterapêutico de seus pacientes.

Coqueiro (2010) conceitua que a arteterapia é um dispositivo terapêutico que absorve saberes das diversas áreas do conhecimento, como uma prática transdisciplinar, visando a resgatar o homem em sua integralidade através de processos de autoconhecimento e transformação.

Para Naumburg (1991) o processo de arteterapia se baseia no reconhecimento de que os pensamentos e os sentimentos mais fundamentais do homem, derivados do inconsciente, encontram sua expressão em imagens e não em palavras. A mesma se baseia no conhecimento de que cada indivíduo, treinado ou não em arte, tem uma capacidade latente de projetar seus conflitos internos em forma visual. Quando os pacientes visualizam tais experiências internas, ocorre frequentemente que eles se tornam mais articulados verbalmente.

Andrade (2000) destaca em seu estudo como a arteterapia, vem sendo considerada uma modalidade terapêutica com características próprias, abarcando em si algumas distinções técnicas e conceituais, diferenciando-se através de duas linhas de atuação: arte como terapia e arte psicoterapia. Na primeira, o foco principal da terapia está no processo artístico, considerando suas propriedades curativas. Já na segunda vertente, os recursos artísticos são utilizados amplamente durante o processo psicoterapêutico, acrescentando a via imagética e

pictórica na comunicação entre paciente e psicoterapeuta (nesse caso, com a utilização de técnicas de artes plásticas).

Ainda segundo Vasconcelos (2007), os transtornos mentais são inúmeros, e assim contendo suas interpretações inconscientes, manifestadas através da arte em suas mais diversas expressões, sonoras, plásticas e escritas, como artistas nomeados, exemplo, Edvard Munch, pintor norueguês, sofria de depressão e agorafobia, também teve colapsos nervosos e sofria de alucinações, que poderiam ter lhe influenciado a produzir sua obra mundialmente conhecida como: “O Grito”. Um dos maiores gênios do movimento pós-impressionista, Vincent Van Gogh, também era atormentado com transtornos psíquicos, que eram depressão, bipolaridade, alucinações e a epilepsia, acredita-se que tenham levado o pintor a cometer suicídio, dois anos após cortar um pedaço da sua própria orelha direita. A intensidade da cor amarela em seus quadros pode ser explicada por sua xantopsia. Deste modo, eles se encontraram a arte como um importante veículo de expressão e fuga, nos quais a linguagem verbal se mostraria limitada e inadequada, e o ato de pintar ou escrever, é possuidor de efeitos terapêuticos.

3 METODOLOGIA

O presente estudo demonstra a notoriedade da inserção da arte e do incentivo às práticas artísticas como forma de expressão no tratamento de complicações mentais e sua importância na intervenção terapêutica, para que os pacientes possam manifestar devidamente seus conflitos internos e pensamentos através de trabalhos visuais quando a verbalização não é suficiente. Para isto, foram selecionadas publicações de autores especializados nas áreas da Psicologia e Psiquiatria, além de relatos de artistas acometidos por doenças como depressão e esquizofrenia, que mostram como a arte pode ser benéfica no momento de terapia e tratamento de tais transtornos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo elucidou as contribuições da arte como mecanismo de expressão e sua aplicabilidade como forma terapêutica em indivíduos acometidos de depressão e esquizofrenia.

foi discutido a desmistificação do pensamento retrógrado que afirmava a inexistência da síntese criativa em tais, tal como as contribuições positivas da psiquiatra Nise da Silveira em prol da luta antimanicomial, fundadora do Museu do Inconsciente, que representa até os dias atuais um dos maiores símbolos desse movimento, relacionando-se diretamente com o tópico sobre a análise acerca da humanização do tratamento psiquiátrico, sendo de bastante relevância, tendo em vista que a ignorância acerca do assunto ainda permeia-se na sociedade atual.

Para iniciar esta pesquisa, procurou-se esclarecer a definição dos transtornos em questão, esquizofrenia e depressão, assim como suas particularidades, a fim de orientar àqueles os quais não compreendem tais desordens mentais, facilitando assim o entendimento do que foi abordado, possibilitando a conexão entre os tópicos e sua respectiva importância. Por conseguinte, foi apresentada a definição de arteterapia e suas contribuições no tratamento dos transtornos acima citados, expondo a contribuição da mesma e suas diversas formas e aplicabilidades, mostrando as suas diversas abordagens.

Por fim, observa-se o êxito deste relatório, visto que seu objetivo de esclarecer a importância e eficácia da arte como ferramenta de expressão da subjetividade do indivíduo, sobretudo daqueles acometidos de depressão e esquizofrenia, foi validado através dos estudos realizados e mencionados durante o presente artigo. Em adição, obteve-se sucesso na teoria formulada de que a arteterapia representa um mecanismo de grande valor como forma terapêutica, uma vez que os resultados encontrados mostram respostas positivas no tratamento de tais, constatando então a importância da luta antimanicomial como formadora de um tratamento mais humanizado hodiernamente, assim como a valorização do lado criativo de qualquer indivíduo, não importando o estado psíquico em que se encontre.

REFERÊNCIAS

DE TOLEDO, Magdalena Sophia Ribeiro. **Entre a Arte e a Terapia: as “imagens do inconsciente” e o surgimento de novos artistas.** 2011. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/2422>. Acesso: 13 de maio de 2019.

DOS REIS, Alice Casanova. **Arteterapia: a Arte como Instrumento no Trabalho do Psicólogo.** 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n1/v34n1a11>. Acesso: 05 de maio de 2019.

FRAYZE-PEREIRA, João A. **Nise da Silveira: imagens do inconsciente entre psicologia, arte e política.** 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300012&script=sci_arttext. Acesso: 26 de abril de 2019.

NUNES, João Arriscado; SIQUEIRA-SILVA, Raquel. **Dos “abismos do inconsciente” às razões da diferença: criação estética e descolonização da desrazão na Reforma Psiquiátrica Brasileira.** 2016. Disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/33001/1/Dos%20E2%80%99Cabismos%20do%20inconsciente%20E2%80%9D%20C3%A0s%20raz%20B5es%20da%20diferen%C3%A7a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20est%C3%A9tica%20e%20descoloniza%C3%A7%C3%A3o%20da%20desraz%C3%A3o%20na%20Reforma%20Psiqui%C3%A1trica%20Brasileira.pdf>. Acesso: 10 de maio de 2019.

ZANINI, Márcia H. **Psicoterapia na esquizofrenia.** 2000. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462000000500016&script=sci_arttext. Acesso: 30 de abril de 2019.



A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE E REPRESENTATIVIDADE SOCIAL FRENTE DO TDAH E DISLEXIA.

Flora Maria Medeiros da Nóbrega¹

Maria Fernanda da Silva Cabral²

Wíviny Rodrigues de Souza Martins³

Maycon Passos Costa⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo romper com ideais retrógrados e preconceituosos assim como evidenciar a importância da representatividade social das pessoas acometidas de TDAH e Dislexia, junto a isso, também foi abordado a essencialidade da capacitação do corpo docente no processo de aprendizagem frente às adversidades. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo utilizando de pesquisas bibliográficas na área de Psicologia e Pedagogia, além de referências cinematográficas e literárias que retratam de forma eficaz e dinâmica o tema em questão.

Palavras-chave: dislexia, TDAH, ensino, representatividade, capacitação do corpo docente, aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to break backward and prejudiced ideals as well as to highlight the importance of the social representativeness of people with ADHD and Dyslexia, along with the essentiality of the training of the faculty in the learning process while facing adversities. For this, a qualitative research of descriptive character was carried out using bibliographic research in the

¹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: florammdanobrega@yahoo.com.br

² Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: fernanda2001sc@gmail.com

³ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: wiviny.rodrigues61@gmail.com

⁴ Docente em Psicologia na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: maycon@yahoo.com.br.



area of Psychology and Pedagogy, in addition to cinematographic and literary references that portray the subject in an effective and dynamic way.

Keywords: dyslexia, ADHD, teaching, representativeness, faculty training, learning.

1 INTRODUÇÃO

A vida escolar é marcada por desafios dos mais variados tipos, crianças iniciando nesse momento precisam aprender a lidar com uma nova rotina, onde os pais não mais estão presentes em tempo integral. Com o avançar da idade, problemas na área da aprendizagem podem começar a aparecer. Algumas crianças podem apresentar ansiedade, não receberem a educação necessária, ter dificuldades para se prender àquele conhecimento e de se conectar com o que está sendo passado, entretanto, uma parcela pode ter essas dificuldades atribuídas a fatores neurológicos, que caracterizam os distúrbios de aprendizagem como apresentado por Papália e Feldman (2013).

Os DAs (Distúrbios de Aprendizagem), de acordo com Fonseca (2007, p. 137), podem ser divididos em não verbais e verbais, respectivamente, o autor os conceitua como “um padrão específico de dificuldades acadêmicas, ou seja, adequada leitura e escrita, mas revelando problemas de aprendizagem matemática e, paralelamente, de dificuldades de aprendizagem social” e “dificuldades acadêmicas mais na leitura e na escrita, do que na matemática, e dificuldades não verbais ilustrando mais eficiência no uso da informação não verbal do que da informação verbal em situações sociais.” Dentre os DAs mais comuns, temos a dislexia, que, segundo Papália e Feldman (2013, p. 346), é um “transtorno do desenvolvimento da linguagem no qual a aquisição da leitura é substancialmente abaixo do nível previsto pelo QI ou pela idade”. Os autores também relatam que outro transtorno de aprendizagem bem comum é o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), caracterizado por impulsividade, desatenção contínua e predisposição a distração.

Esses transtornos são bem comuns, o que evidencia a necessidade de haver uma boa preparação por parte da equipe pedagógica para receber tais alunos que possuem capacidade para aprender tanto quanto os outros, mas que demandam de medidas alternativas para que a aprendizagem ocorra de maneira eficaz. No entanto, apesar da alta ocorrência de casos de

dislexia e TDAH, tais transtornos ainda sofrem uma enorme estigmatização por parte da sociedade, o que acaba fazendo com que os acometidos por essas doenças sejam marginalizados de diversas formas. Por serem excluídos, os neuro divergentes passam a enfrentar dificuldades no âmbito social, que geram desarmonia também no campo escolar (CABRAL, 2013).

Questões de representatividade são importantes para todos os grupos sociais, não sendo diferente para essas pessoas. De acordo com Papália e Feldman (2013), a terceira infância é um período caracterizado por mudanças na auto descrição, as crianças vão se tornando mais realistas e conscientes sobre si próprias, o que muitas vezes pode gerar conflitos na autoestima. Daí surge a importância deles se sentirem representados e espelhados em obras cinematográficas e literárias, para que vejam que personagens, com faixa etária aproximada, passam pelas mesmas dificuldades e que estas podem ser superadas.

Tendo em vista os eventos supracitados, o objetivo desse trabalho é explanar o conceito da Dislexia e do TDAH, com o propósito de desmistificar tais transtornos. De igual maneira, recordar a importância de uma boa preparação para o corpo acadêmico das escolas na recepção e ensino desses alunos.

No tópico de representatividade, será explicitado o filme “Como Estrelas na Terra” e a série de livros do gênero Young Adult (YA) “Percy Jackson e os Olimpianos”, ambas obras que retratam os distúrbios citados de maneira didática e otimista. A metodologia utilizada é apontada como bibliográfica, pois ocorrerá a utilização de outros trabalhos já publicados nessa área.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DISLEXIA E TDAH

2.1.1 Dislexia

.Pode-se definir como dislexia um transtorno de aprendizado de ordem neurobiológica caracterizado por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e soletração e, dependendo do grau da doença, pode dificultar a associação de fonemas às suas respectivas letras. A causa do distúrbio é uma alteração cromossômica

hereditária, possibilitando, assim, a ocorrência de casos em uma mesma família. (CABRAL, 2013)

Os sintomas podem variar dependendo dos graus diversos que o distúrbio apresenta, e são mais perceptíveis nas fases de alfabetização do indivíduo. Listando os mais comuns, tem-se a dificuldade para ler e soletrar, dificuldade em entender textos, identificar fonemas, dificuldades ortográficas em um todo, além de organização no que diz respeito ao tempo, espaço e coordenação motora (BRUNA, 2020).

De acordo com o Instituto ABCD (2016), o diagnóstico é realizado a partir da análise feita por uma equipe multidisciplinar composta por médicos, psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogos e psicopedagogos, que irão examinar possíveis problemas emocionais e econômicos, deficiências auditivas e visuais, além de quaisquer outros pontos que venham a impedir o aprendizado do indivíduo.

É importante ter em vista que a dislexia não possui cura, portanto, não se pode deixar de tê-la, mas o tratamento é uma possibilidade. No processo, há a participação de psicólogos, fonoaudiólogos e pedagogos, que tem como papel estimular o processo de aprendizagem e que visam a superação das dificuldades do indivíduo, bem como o auxílio e orientação à família. (CABRAL, 2013)

2.1.2 TDAH

Papália e Feldman (2013) comentam que o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade é considerado uma condição crônica caracterizado por desatenção persistente, distração, impulsividade, pouca tolerância a frustração e uma intensa atividade inoportuna, e tem sido considerado o transtorno mais comum durante a infância, afetando uma estimativa de 2% a 11% das crianças em idade escolar no mundo todo. Existem dois tipos de sintomas que, ao sobreporem-se, podem dificultar o diagnóstico, haja vista que alguns infantes podem ser desatentas porém não hiperativas e outras podem ser justamente o contrário.

Ainda nas palavras dos mesmos autores, foi estimado que o fator de hereditariedade do TDAH é de 80%, onde diversos genes são responsáveis por pequenos efeitos do transtorno. Dentre os principais causadores, estão os baixos níveis de dopamina, uma substância química

essencial para a cognição e a atenção, complicações no parto, uso de álcool ou drogas por parte da mãe durante a gestação e privação de oxigênio.

O TDAH pode ser controlado a partir de medicamentos e sessões de terapia comportamental, além de treinamento em habilidades sociais e participação em classes especiais na escola, tendo sido comprovado que o uso da Ritalina, seja ela usada sozinha ou em conjunto com terapia, foi eficaz no tratamento do transtorno. Apesar de os efeitos do medicamento a longo prazo serem desconhecidos, existem casos em que a condição pode chegar a acarretar riscos para a criança, influenciando negativamente em seu aprendizado e socialização, portanto o tratamento é de suma importância (PAPÁLIA, 2013).

2.2 PREPARAÇÃO DO CORPO ACADÊMICO

A escola está presente durante grande parte da vida do indivíduo, onde as experiências adquiridas durante esses longos anos, principalmente nos anos iniciais, irão impactar diretamente na vida adulta do sujeito. A vida escolar pode ser afetada de diferentes maneiras, positivamente e negativamente, e a forma como o próprio aluno e a escola lidam com esses contratempos impacta diretamente no desempenho acadêmico, e conseqüentemente, no futuro daquele aluno. (PAPÁLIA, 2013)

Os fatores que podem influenciar negativamente os resultados escolares são diversos, entre estes podem ser citados não identificação com o conteúdo que está sendo passado, método de ensino falho, falta de estrutura, fatores psicossociais como problemas familiares e, o tema desta pesquisa, distúrbios de aprendizagem, mais especificamente a dislexia e o TDAH. Os alunos que não acreditam em suas próprias capacidades, ou que não são encorajados, podem tornar-se frustrados não apenas nesse âmbito social, mas também aos outros que permeiam a sua vida (PAPÁLIA, 2013). É muito comum que indivíduos que possuem os dois distúrbios citados sintam-se desencorajados, principalmente no âmbito acadêmico.

Embora dislexia não esteja, de forma alguma, associada à falta de inteligência ou de vontade de aprender, é comum que alunos com dislexia se sintam menos capazes do que, na verdade, são, devido à falta de condições de ensino e assistência apropriadas. Por outro lado, estudos baseados em imagens do funcionamento cerebral mostram que pessoas com dislexia fazem mais uso do hemisfério direito do cérebro, que é envolvido nos aspectos mais criativos do pensamento. (WIELEWICKI; FILHO, 2012, p. 4)

Os autores supracitados citam que por utilizarem em maior parte o hemisfério direito do cérebro, disléxicos possuem grandes habilidades sociais e criativas, e são capazes de resolverem problemas de alta complexidade, mas não irão saber como chegaram a conclusão. Por esse motivo, suas competências nem sempre são reconhecidas, e muitas vezes são julgadas como inúteis. Disléxicos e pessoas com TDAH possuem a mesma capacidade de aprendizado que os demais, entretanto irão precisar de métodos alternativos de aprendizagem que muitas vezes as instituições de ensino não estão dispostas a trabalhar. Confirmando o que os autores disseram, o “InternationalDyslexiaAssociation” reforça que dislexia não está ligada a baixa inteligência.

Conforme Bueno (2009), não há a possibilidade de inclusão daqueles que possuem necessidades educativas especiais dentro do sistema educacional brasileiro que se faz presente nos dias atuais, visto que o mesmo carece de qualificações necessárias para o acolhimento e instruções fundamentais à tais discentes. Sabendo disso, torna-se imprescindível a mobilização das instituições de ensino frente a formação e capacitação da coordenação e corpo docente em relação àqueles que precisam de uma maior atenção no processo de ensino-aprendizagem, adaptando o ensino regular, tradicional e metódico às necessidades do aluno, buscando metodologias ativas e ajustes dinâmicos para uma formação eficaz do indivíduo, almejando expandir seus potenciais já existentes e evoluir naqueles os quais carece, excluindo o tradicionalismo dentro do sistema de ensino e dando voz às diferenças.

2.3 IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE

2.3.1 Percy Jackson e os Olimpianos

Rick Riordan é o autor da série literária "Percy Jackson e os Olimpianos" que teve seu primeiro título publicado em 2005. A história conta as aventuras do jovem Percy Jackson, que, até os 12 anos de idade, achava que era um garoto normal com dislexia e TDAH, o que não o tornava o favorito entre os professores devido à sua dificuldade na aprendizagem e mal comportamento. Percy vê seu mundo virar de cabeça para baixo ao receber a notícia de que era filho de um dos antigos deuses gregos. Atordoado com a recém descoberta de ser um semideus, ele é levado ao Acampamento Meio-Sangue pelo seu melhor amigo e protetor, Grover. Ao

chegar no local, Percy conhece outros semideuses que, vistos de uma perspectiva mundana, eram adolescentes com os mesmos problemas que ele, dislexia e TDAH, mas que possuíam habilidades em combate e inteligência indiscutível. (RIORDAN, 2009)

Devido ao sangue divino, o cérebro dos semideuses era adaptado aos tempos clássicos, a dislexia se dava pois estes deveriam originalmente entender grego antigo, e não o idioma moderno. O TDAH eram os reflexos naturais de batalha, para que pudessem sobreviver em campo. Neste universo, Rick Riordan coloca as crianças ditas como problemáticas e atrasadas pelas sociedade como sendo os grandes heróis da história, com aptidões incompreendidas pelos humanos. (RIORDAN, 2009)

Rick Riordan ao ser indagado sobre os motivos que o levaram a escrever a série do herói ,explanou que a história surgiu pois seu filho, Haley, queria que ele o contasse uma história que envolvesse mitologia grega para fazê-lo dormir. E ao ser questionado sobre os motivos de fazerem os personagens principais terem a dislexia e o TDAH, respondeu que as razões vieram das próprias condições que seu filho estava passando. Ele estava enfrentando problemas de leitura e concentração durante as aulas e recebeu o diagnóstico dos dois transtornos citados, e sentia-se muito mal com tudo o que estava acontecendo. Durante esse período, Rick fez diversas pesquisas sobre as duas problemáticas e, por ser professor, viu que a as crianças que apresentavam essas características eram altamente inteligentes e criativas, mas que na maioria das escolas eram julgadas como lentas e problemáticas. Ele disse que fazer Percy ser disléxico/TDAH foi seu jeito de honrar o potencial de todas essas crianças que conhecia que tinham essas condições. Ele ressalta que não é ruim ser diferente e que às vezes, é a marca de ser muito talentoso, e era isso que Percy descobria sobre si mesmo em " O Ladrão de Raios". (IN INTERVIEW...2020)

Com essa série de livros, e todas as outras criadas após essa, Riordantrás representatividade para as pessoas que possuem esses distúrbios de maneira leve e descontraída, colocando-os como protagonistas e mostrando uma visão diferente sobre estas. A maneira didática e simples com que o autor apresenta diversos conceitos, tais como definições de termos históricos e médicos já citados, foi especialmente pensada para que pessoas com dificuldade em entender textos mais complexos pudessem desfrutar da leitura sem muitos empecilhos. Ao criar heróis que, por suas dificuldades, são vistos como inferiores

pela sociedade e fazer com que estes sejam imprescindíveis para a manutenção da paz e do controle mundial no que diz respeito a proteger os humanos de criaturas mitológicas entre outros seres, Riordan traz uma representatividade de suma importância para portadores de dislexia e TDAH, que encontram na narrativa ficcional termos positivos e encorajadores que os descrevem. (WIELEWICKI, 2012)

2.3.2 Como estrelas na terra

TaareZameen Par, em português, Como estrelas na terra trata-se de uma obra cinematográfica indiana dirigida por Aamir Khan, a qual teve seu lançamento no ano de 2007. O filme retrata a história de Ishaan, um garoto de 9 anos que vivia em uma pequena comunidade da Índia junto a sua família e amigos, que embora apresentasse um comportamento agitado esperado de uma criança da sua idade, notava-se alguns traços atípicos das demais em determinados aspectos.

O filme evidencia algumas situações as quais Ishaan enfrenta bastante dificuldade para solucioná-las, sobretudo aquelas direcionadas à realização de tarefas, avaliações e participação ativa no seu processo de aprendizagem, como reflexo de tais limitações da criança, a mesma começa a se isolar a medida que recebe críticas severas de seus professores e pais por interpretarem erroneamente o cenário como “falta de interesse” do garoto. Ishaan é enviado por seu pai a um colégio interno que promete impor “rédias” no garoto, entretanto, tudo o que conseguem é fazer a criança se desinteressar pela única coisa com a qual se identificava e gostava, a arte. Por receber diversas reclamações e comentários infelizes, a autoestima do protagonista é afetada. O cenário muda quando ele conhece o professor substituto da aula de artes, Nikumbh, que enxerga seu potencial e vê que suas dificuldades não são por falta de interesse e petulância, mas sim pelo distúrbio de aprendizagem da dislexia e do TDAH. A partir daí, o docente conscientiza, não apenas a coordenação do colégio e alunos, mas também os pais de Ishaan, passando a buscar e aplicar novas metodologias, sempre adaptando e trazendo novas abordagens que fugia do tradicionalismo, para que o garoto pudesse aprender de maneira efetiva, abrangendo seus potenciais e maximizando aqueles que outrora fora ofuscado mediante métodos convencionais que impedia o entendimento do mesmo.



A obra indiana transmite aos telespectadores a mensagem de que todas as pessoas são passíveis de aprendizagem, mas algumas vezes necessitam de compreensão e métodos alternativos, pois somos seres subjetivos, cada um possuindo sua forma única de absorver e assimilar aprendizagens e experiências. O intuito do filme é trazer essa conscientização para pais, professores e alunos, para que estes possam enxergar as potencialidades que muitas vezes estão escondidas sob o véu da ignorância, desprendendo-se da retrógrada imagem mecanicista do indivíduo e passando a buscar a humanização no processo de aprendizagem, almejando erradicar o tradicionalismo como única abordagem possível.

3 METODOLOGIA

O objetivo central deste trabalho visa esclarecer a dislexia e o TDAH, com o propósito de que estes possam ser melhor entendidos e tratados sem preconceitos por parte de alunos e professores, e de igual modo, mostrar a importância da preparação do corpo acadêmico no recebimento desses alunos para que suas potencialidades possam ser exploradas. Utilizando da série literária “Percy Jackson e os Olimpianos” e a obra cinematográfica indiana “Como Estrelas na Terra”, buscou-se trazer representatividade para essas pessoas de forma positiva e mostrar a importância destas.

Para que tais objetivos pudessem ser alcançados, utilizou-se do método típico de revisão bibliográfica que, de acordo com Lima e Miotto (2007, p.38), “[...] implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”, desse modo, foram utilizados outros trabalhos acadêmicos na área dessa pesquisa para que os argumentos e pontuações pudessem ser bem embasados e discutidos de maneira pertinente. Além de artigos, outra fonte utilizada foi o próprio livro de “Percy Jackson e o Ladrão de Raios” e o website de Rick Riordan, autor da série Percy Jackson, além do filme “Como estrelas na Terra”. Este trabalho também pode ser classificado como descritivo pois ocorrerá a exposição e o detalhamento dos distúrbios como também do livro e do filme supracitado.



Os artigos utilizados possuem como critérios o embasamento científico sobre o que são esses transtornos de maneira biológica, a visão educacional e social sobre eles e as questões representativas que permeiam o tema, tendo em vista que esse é o foco deste trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apresentou os conceitos da dislexia e do TDAH, seus sintomas, bem como tratamentos existentes. Abordando também como os alunos que possuem esses distúrbios são vistos pelo corpo acadêmico e como a visão deste poderia ser alterada, através de informação e qualificação, para acolher tais indivíduos de maneira adequada, assim como garantir que o processo de ensino aprendizagem ocorra de maneira efetiva.

Após exposto os tópicos citados, foi discutido como a representação desse grupo social é necessária, tendo em vista que são distúrbios comuns, mas que ainda são marginalizados e destratados pela sociedade. Como forma de mostrar essa representação, foram expostos a série literária “Percy Jackson e os Olimpianos”, do autor Rick Riordan, e a obra cinematográfica indiana “Como Estrelas na Terra”, ambos retratando a dislexia e o TDAH de maneiras diferentes, porém igualmente necessárias. Em Percy Jackson, o autor coloca essas crianças em lugar de honra, sendo semideusas e possuindo habilidades que vão além da compreensão humanas, aqueles julgados como problemáticos e atrasados agora são os heróis da história. Como Estrelas na Terra mostra que assim como qualquer outro aluno, o personagem principal possui a mesma capacidade de aprendizado, apenas necessita de um apoio especial, e uma didática modificada, além de apresentar talentos antes apontados como desnecessários.

Por fim, constata-se o êxito desta pesquisa, tendo em vista que o objetivo de discutir a Dislexia e o TDAH de maneira didática, e desmistificar estes, fora alcançado. Entretanto, é necessário ressaltar que mesmo sendo algo comum que acomete diversas pessoas, faz-se necessário que a discussão continue, para que cada vez mais, seu diagnóstico e tratamento possa ser informado a mais pessoas.

REFERÊNCIAS

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis, v. 10, 2007.

AN INTERVIEW with Rick Riordan. 2020. Disponível em: <https://rickriordan.com/about/an-interview-with-rick/> Acesso em: 25 de maio 2020

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano. 12ª Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

FONSECA, VITOR DA. Dificuldades de aprendizagem: na busca de alguns axiomas. Revista Psicopedagogia 24.74 (2007): 135-148.

WIELEWICKI, VERA HELENA GOMES, MAÇAO TADANO FILHO. TDAH e dislexia em Percy Jackson. Revista Eletrônica Darandina: 1-17. 2012

O QUE É DISLEXIA?. 2019. Disponível em: <https://www.institutoabcd.org.br/o-que-e-dislexia/> Acesso em: 12 de Junho 2020.

O QUE É DISLEXIA?. 2016. Disponível em: <https://www.dislexia.org.br/o-que-e-dislexia/> Acesso em: 12 de junho 2020

COMO É FEITO O DIAGNÓSTICO?. 2016. Disponível em: <http://www.dislexia.org.br/como-e-feito-o-diagnostico/> Acesso em: 12 de junho 2020

DO I HAVE DYSLEXIA? 2010. Disponível em: <https://dyslexiaida.org/dyslexia-test/> Acesso em: 12 de junho 2020

BRUNA, Maria Helena Varella, Dislexia, 2020. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/dislexia/> Acessado em: 12 de junho 2020

BUENO JGS. Educação especial brasileira: integração /segregação do aluno diferente. São Paulo, EDUC/PUCSP, 1993.

BUENO JGS. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? Revista Brasileira de Educação Especial. 2009; 3(5): 7-25.

RIORDAN, R. Percy Jackson e o Ladrão de Raios. 2.ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2009. 400 p.

CABRAL, Gilson Maroni. A Alfabetização de crianças com patologia de Dislexia e/ou TDAH. **Ensaio Pedagógico**, 2013.

A SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES NA PANDEMIA E AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR

Sonali Bezerra da Cunha¹

Samara Cristina Santos de Andrade²

Géssica Raquel Clemente Rodrigues³

RESUMO

A pandemia causada pela Covid-19, estabeleceu ao contexto educacional abruptas mudanças, através das suspensão das aulas presenciais, onde os professores foram pegos de surpresa e tiveram que adaptar a metodologia de ensino que antes era presencial, para o ensino remoto. Essa nova realidade e a situação enfrentada pelos docentes, sobrecarregou o seu trabalho com metodologias que vão além do que está ao seu alcance e do que eles foram formados. Tudo isso, levou a um adoecimento mental nos docentes, que sofreram por não conseguir se adaptar as mudanças ocorridas. Diante desse cenário, surgiu a necessidade de pesquisar sobre o que levou ao adoecimento mental dos docentes no contexto pandêmico, e identificar as contribuições da Psicologia Escolar no enfrentamento das dificuldades. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica da literatura, em sites acadêmicos, utilizando trabalhos relacionados à temática. As pesquisas apontaram para as dificuldades dos docentes em relação ao trabalho remoto, a sobrecarga de trabalho por não conseguir estabelecer uma rotina que lhe dê momentos de descanso, e diversos sintomas de doenças psicológicas, como ansiedade, estresse, depressão, dentre outros. Concluiu-se ao final a importância do Psicólogo Escolar, como para desenvolver estratégias voltadas para a melhoria da saúde mental dos docentes, possibilitando momento de escuta e acolhimento.

Palavras-chave: Pandemia, Saúde Mental, Docentes, Psicologia Escolar.

¹ Graduanda em Psicologia pela FCRN. E-mail: sonalibezerra@yahoo.com.br

² Graduanda em Psicologia pela FCRN. E-mail: samara-cristinal@live.com

³ Orientadora. Mestra em Ciências Humanas. E-mail: gessica.rodrigues@professor.catolicadorn.com.br



ABSTRACT

The Covid-19 pandemic brought up sudden changes to Education, such as the closing of schools, which caught teachers by surprise and required them to adapt their previous teaching methodology to the remote teaching. This new reality overwhelmed teachers with methodologies that were not part of their training. All of this lead to teacher's mental deterioration, since they suffered for not being able to adapt to the changes. From this context emerged the need to research about what lead to teacher's mental deterioration in the pandemic and to identify the contributions of the School Pshycology in dealing with these challenges. The methodology is a literature review of works that address these themes, which are available in academic websites. Researches address the difficulties of teachers with the remote work, the overload of work they have, for not being able to establish a routine that provides them with moments to rest, and the many symptoms of psychological diseases, such as anxiety, stress, depression, among others. The conclusion shows the importance of the school psychologist for the development of strategies aimed at the improvement of teacher's mental health by providing them with the appropriate hearing and reception.

Keywords: Pandemic, Mental Health, Teachers, School Psychology.

INTRODUÇÃO

Em virtude do contexto pandêmico enfrentado por toda a população mundial, e o alto risco de contaminação provocada pela Covid-19, a OMS (2020) decretou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, colocando todo o mundo em estado emergencial.

Nesse sentido, Noal et al. (2020) aponta para as inquietações e preocupações gerando um sofrimento psicológico nas pessoas, devido ao isolamento social prolongado, e também pela falta de segurança e expectativas do futuro. O autor apresenta os problemas psicossociais enfrentados pela população ocasionado sintomas de ansiedade e estresse, onde um número significativo da população em geral, sofrem alguma alteração psicopatológica.



O comportamento da população adoecida pelo isolamento social e o medo enfrentado de contar a doença ou morrer, alteram o comportamento das pessoas gerando sentimento de tristeza, medo, solidão, impotência, além de distúrbios no apetite, alterações no sono, estresse pós-traumático, dentre outros sintomas (NOAL et al., 2020).

Nesse contexto, e levando em consideração os sintomas e o alto índice de transmissibilidade, o Ministério da Educação-MEC, determinou através da Portaria Nº 343, de 2020, determinou a suspensão das aulas presenciais em todo o Brasil, fechando as escolas e intensificando o isolamento social da população.

Portanto, sem dúvidas, segundo Zaidan e Galvão (2020), os docentes se viram numa situação onde tiveram que forçadamente adaptar sua metodologia de ensino, sem antes ter tido uma preparação ou formação para dar continuidade as suas aulas de forma remota, utilizando tecnologias de ensino antes desconhecidas por eles, e ainda, oferecer aulas de qualidade e que abarcasse todos os alunos.

Essa nova realidade e situação enfrentada pelos docentes, sobrecarregou o seu trabalho com metodologias que vão além do que está ao seu alcance do que é possível por eles (GUIMARÃES, 2021), nesse sentido Honorato e Marcelino (2020), descreve o adoecimento mental sofrido pelos docentes, por não ter condições materiais e psicológicas de realizar o seu trabalho e dar continuidade às aulas.

Em meio a esse cenário, a Psicologia Escolar vem atuar através do suporte psicológico a equipe docente, com estratégias e possibilidades de enfrentamento. Atuando de maneira preventiva e também na condução de um trabalho que contribua para o bem-estar dos docentes, proporcionando espaços de escuta e acolhimento entre toda a comunidade escolar (Pedroza e Maia, 2021).

Diante da contextualização contemporânea e da complexidade de possibilidades que norteiam a atuação do psicólogo escolar na saúde emocional dos docentes, surgiu o seguinte questionamento: Quais os impactos na saúde mental dos professores na pandemia, e quais as contribuições do psicólogo escolar nesse contexto?

A explicação para escolha da problemática se deve pela relevância que ela traz na formação profissional de psicólogos que se interessam pelo trabalho em psicologia escolar, e também pela possibilidade de levar essa problemática ao conhecimento de toda a sociedade,

tendo em vista a oportunidade de sensibiliza-los e alertar os governantes sobre a necessidade de investimento em políticas públicas que venham ajudar os docentes na superação de suas dificuldades.

Sendo assim, essa pesquisa tem como objetivo pesquisar sobre o que levou ao adoecimento mental dos docentes no contexto pandêmico, e identificar as contribuições da Psicologia Escolar no enfrentamento das dificuldades, levando sempre em consideração as transformações e mudanças ocorridas no cotidiano das pessoas, em especial no cotidiano educacional devido ao isolamento social.

Além disso, a metodologia utilizada para realizar a pesquisa se deu através de uma revisão bibliográfica da literatura, utilizando artigos científicos que já foram elaborados principalmente nos anos 2020/2021 sobre a temática e que corroboram para construção do presente trabalho.

Portanto, esse trabalho se justifica pela relevância que traz sobre a pandemia pelo novo Coronavírus e sua implicação na saúde mental da sociedade, em especial nos docentes. Trazendo sempre a atuação do Psicólogo Escolar, sujeito que está implicado diretamente no contexto educacional oportunizando ao docente formas assertivas de enfrentamento, promovendo a psicoeducação e desenvolvendo estratégias e novas possibilidades de realizar suas atividades profissionais.

REFERENCIAL TEÓRICO

BREVE PANORAMA DA COVID-19 E A IMPLICAÇÃO NA SAÚDE MENTAL DAS PESSOAS

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou que o surto da doença Covid-19, causada pelo SARS-Co V-2 que é popularmente conhecida como Coronavírus, constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, considerando o mais alto nível de alerta emergencial da organização, de acordo com o que está previsto no Regulamento Sanitário Internacional (OMS, 2020).

Os sintomas da COVID-19 podem variar de um resfriado, a uma Síndrome Gripal-SG até uma pneumonia severa. Sendo os sintomas mais comuns: tosse, febre, coriza, dor de garganta, dificuldades para respirar, perda do olfato, alteração do paladar (BRASIL-MS, 2020).

Entretanto, de acordo com a OMS, a maioria dos pacientes com Covid-19 podem ser assintomáticos, o que reforça a necessidade dos cuidados de prevenção com a transmissão. Pois a mesma acontece de uma pessoa contaminada para outra por contato próximo por meio de: aperto de mãos contaminadas, gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro, objetos ou superfícies contaminadas (BRASIL-MS, 2020).

A COVID-19, além das inquietações que envolvem a saúde física das pessoas, trouxe também aflições que envolvem o sofrimento psicológico. De acordo com Noal et al. (2020), identificou-se que no período de isolamento social, “estamos frequentemente em estado de alerta, preocupados, confusos, estressados e com sensação de falta de controle frente às incertezas do momento”. Dessa forma, a COVID-19 ocasionou na população uma perturbação psicossocial, na qual as pessoas não estavam preparadas para enfrentar. Sendo assim, os problemas psicossociais acarretaram sintomas de ansiedade e estresse aumentando o índice de transtornos psíquicos na população em geral, bem como, preocupações acerca da situação financeira, ocasionada pelo medo de perder o emprego devido ao fechamento de algumas empresas e dificuldades econômicas (NOAL et al., 2020).

Segundo Noal et al. (2020), podem vir sofrer alguma alteração psicopatológica, entre um terço e metade da população que passa por uma epidemia, entretanto, será o grau de vulnerabilidade a qual a pessoa está exposta que influenciará o impacto psicossocial sofrido pela mesma. Nesse sentido, ele vai pontuar algumas características intensificadas no comportamento das pessoas devido ao isolamento social como: tédio, solidão, tristeza, irritação, sentimento de impotência; medo de contrair o vírus, morrer; preocupação acerca da sua situação econômica; distúrbios no apetite (excesso ou falta); alterações no sono; conflitos familiares; aumento nos casos de violência doméstica e uso abusivo de álcool ou drogas ilícitas.

Diante desse cenário, nos chama a atenção as mudanças na vida da população no ano de 2020, em decorrência da pandemia pela Covid-19. Como resultado, Cândido (2020), aponta as alterações no meio educacional, que precisou ajustar as formas de ensino, devido ao fechamento das instituições educacionais, impossibilitando o convívio social entre alunos, docentes e

profissionais da educação. Por consequência, o autor, aponta o mal-estar vivido pelos docentes, devido aos elevados níveis de estresse, ansiedade, dificuldades de adaptação às novas técnicas de ensino, e de incertezas quanto ao futuro, levando o educador a um esgotamento mental, implicando numa sobrecarga emocional que ultrapassa a capacidade de enfrentamento dos mesmos.

O IMPACTO NA EDUCAÇÃO E AS MUDANÇAS NA FORMA DE ENSINAR

Nesse contexto pandêmico e levando em consideração os meios de transmissão da COVID-19 e a gravidade dos seus sintomas, no dia 18 de março, o Ministério da Educação-MEC, determinou a suspensão das aulas presenciais em todo o Brasil, por meio da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020:

“Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017”. (PORTARIA Nº 343, de março de 2020).

Diante do cenário atual, as escolas e os professores foram pegos de surpresa, e tiveram que buscar estratégias e alternativas para mediar o processo de ensino e conseguirem dá continuidade às aulas.

Sem dúvidas, conforme Zaidan e Galvão (2020) os docentes foram pressionados a mudar sua rotina sem ter antes uma preparação para isso, vindo de uma outra para outra toda sua rotina estar voltada mais intensamente ao seu trabalho pedagógico, e a busca em aprender a utilizar tecnologias até então desconhecidas. Os autores ressaltam que, os empregadores, públicos ou privados, não ofereceram estrutura para o trabalho remoto, obrigando-os a se adequar ao “novo” método de ensino, e que realizem com qualidade e eficácia.

Além disso, Guimarães (2021) vem mostrar que além das dificuldades metodológicas e domínios das tecnologias educacionais, os docentes enfrentam também a ausência e impossibilidade de um significativo número de alunos nas aulas, devido ao acesso à internet, resultando num afastamento dos discentes às aulas, e ocasionando sentimentos de angústia e impotência nos professores, por ser um fator que foge do seu alcance.

Nesse contexto, Guimarães (2021) descreve uma rotina vivenciada pelos professores que sobrecarrega e que vai além das dificuldades pedagógicas: ao realizar o seu trabalho em casa, os docentes acumulam outras funções particulares, pois, estando em casa ele encontra dificuldades de conciliar às aulas não presenciais às atividades de sua vida cotidiana. A maioria são pai ou mãe, e também estão com seus filhos em casa com aulas remotas, necessitando do seu apoio e muitas vezes isso não é possível.

A autora ainda cita, as mensagens excessivas de dos pais de alunos, em horários não convenientes, colocando no professor um excesso de tempo para responde-los, demandando mais horas de trabalho e menos descanso.

Frente a esse novo cenário do fazer pedagógico, Honorato e Marcelino (2020) fala:

Diante do imperativo para atuar com o “ensino remoto”, a educação formal, personificada nos professores, precisou responder positivamente à demanda por uma rápida adaptação, pela transformação de sua prática. Essa, que transcorria em um ‘ambiente propício ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem’, com a urgência imposta pela situação sanitária, adentrou no ‘ambiente de educação informal’, reclamando a efetiva participação da família.

Portanto, é um momento que não pode ser imposto apenas no professor, a responsabilidade e eficácia na qualidade do ensino. É uma ação que vão além do que é possível para o docente realizar, nesse sentido, cabe as autoridades governantes o investimento nos recursos e garantir o acesso à internet por parte dos alunos que não tem esse acesso (HONORATO E MARCELINO, 2020).

Essa mesma pesquisa, Honorato e Marcelino (2020), aponta para a frustração vivida pelos docentes por não ter condições materiais e psicológicas de exercer o seu trabalho:

Incompetente na atuação. Tentar inovar sem estruturação física das famílias atendidas é impossível. No mínimo, incorremos no erro de gerar mais desigualdades, ao não atentarmos para o atendimento da universalidade do ensino, previsto na constituição” (PF18).

Sendo assim, essa transição imposta pelo isolamento social, levando a sala de aula para a casa dos professores, repercute no adoecimento e desgaste emocional dos mesmos, expostos a situações de pressão por partes das instituições de ensino, implicando numa sobrecarga

emocional que ultrapassa a sua capacidade de enfrentamento (OLIVEIRA E SANTOS, 2020). Para Oliveira e Santos (2020), o trabalho virtual dos docentes é mais intenso, com um tempo de trabalho bem maior que o presencial, exigindo deles mais tempo disponível e menos horas de descanso.

Nesse sentido, abordaremos a repercussão dessa sobrecarga de trabalho dos docentes, e como isso contribui para o adoecimento mental dos mesmos.

O ADOECIMENTO DOS PROFESSORES NO TRABALHO REMOTO DURANTE A PANDEMIA

Diante do cenário mundial atual, e das constantes mudanças de readaptação, recriação e reinvenção, visto que tudo foi transformado em virtude da pandemia do Covid-19, como é trazido por Guimarães (2021) que nem todos estavam preparados para viver essa nova realidade inesperada, seja pela dificuldade de manusear os recursos tecnológicos ou mesmo por não possuírem os instrumentos necessários à sua execução, o que tem acarretado dificuldades e frustrações que, por consequência, podem ter gerado ou evidenciado algum problema de saúde, sobretudo os relacionados aos aspectos psicológicos.

Com a necessidade de uma readaptação veio também o excesso de demandas que reverberam no sofrimento mental e emocional à classe docente. Nesse sentido, Oliveira e Santos (2021) aponta que através do atual cenário da educação advindo da pandemia da Covid-19, a urgente necessidade de se reinventar, tem provocado em muitos professores a sensação de mal-estar pelos desafios impostos por esse cenário.

Lopes et al. (2019, p. 3) aborda que:

Podemos inferir, neste sentido, que o docente está inserido na escola como agente direto e indireto na construção política e social na escola enquanto seu constituinte e portanto não pode ser privado de usufruir do seu direito de promoção à saúde, seja ela física e mental no seu ambiente de trabalho, uma vez que essa política pública visa aprimorar a qualidade de vida daqueles que constituem a escola, visto que por meio dos estudos e dos acontecimentos recentes que observamos em noticiários, comprovamos que a saúde mental dos professores dentro e fora das instituições de ensino está passando por grandes dificuldades, sejam elas originadas por conta das altas cargas de estresse e problemas que passam diariamente [...]



A classe docente enfrenta problemas relacionados à saúde mental, como alguns fatores potencialmente estressores desde muito antes do início das aulas inteiramente remotas, tais como nos traz Silva e Carlotto (2003) baixos salários, escassos recursos materiais e didáticos, classes superlotadas, tensão na relação com alunos, excesso de carga horária, e o cenário pandêmico potencializou ainda mais o agravamento dos fatores anteriormente estabelecidos.

Foi preciso readaptar a rotina, aprender a lidar com novos meios de repassar os conhecimentos e tudo isso de forma repentina para todos os profissionais. Andrade (2020) aborda que novas tarefas foram incluídas nessa rotina dos professores e que muitos tiveram que aprender a lidar com a tecnologia em um curto tempo para que as aulas pudessem acontecer de forma síncrona e assíncrona, que cada professor em sua casa precisou se reorganizar para receber os alunos de forma virtual, e que muitos acontecimentos após esse cenário levaram a uma vulnerabilidade emocional e psicológica do profissional docente tais como como as novas formas de trabalhar, o distanciamento social, um grande número de mortes no mundo todo.

Falar sobre o adoecimento mental dos professores, não é algo novo, antes mesmo da pandemia pesquisas já apontavam para essa realidade conforme aponta os dados de Diehl e Marin (2016) e Tostes (2018), sobre esse adoecimento mental dos docentes oriunda das modificações ocorridas nas práticas pedagógicas, dificuldades nos vínculos empregatícios e abusos psicológicos resultando na Síndrome de Burnout.

Oliveira et al. (2021, p.575) traz a Síndrome de Burnout ou do esgotamento profissional, como:

[...] o termo “Burnout” significa queima ao extremo, atrelando-se a ideia de que o sujeito gasta demasiadamente sua energia numa implicação laboral que o deixa em estado excessivo de desgaste físico e mental; acrescentando que no caso da classe de docentes, a própria configuração do trabalho já predispõe o desenvolvimento da Síndrome.

Com a pandemia, esse cenário se intensificou e trouxe à tona os impactos sofridos pelos docentes que enfrentam diversas dificuldades para realizar suas aulas por meio tecnológico, onde em sua maioria não tem o conhecimento necessário para utilizar tantos recursos, nesse sentido, Pachiega e Milani (2020) aponta, que o novo cenário educacional, sobrecarregou os

professores a realizar um ensino inovador, até então desconhecido por eles, os quais muitos não estavam preparados e nem foram formados para tal.

Esse fato remete ao que menciona Moreira e Rodrigues (2018), onde a saúde mental do professor deveria ser um estado de bem-estar, onde o mesmo trabalharia de forma produtiva e satisfatória, conseguindo enfrentar as dificuldades diárias e contribuindo com a educação dos alunos. Entretanto, em suas pesquisas os autores constataram que o ambiente escolar vem sendo palco de estresse e tensão na vida dos docentes.

Há uma importância em se considerar, ainda, a necessidade de acolhimento e atenção especial às questões socioemocionais que podem ter afetado os docentes, e também o processo de aprendizagem remoto no período de isolamento social, conforme recomendações publicadas pelo Conselho Nacional de Educação em relação à pandemia e pós-pandemia” (BRASIL, 2020c).

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR EM CONTEXTO PANDÊMICO

Frente ao cenário pandêmico, a psicologia escolar tem sido convocada a oferecer suporte emocional a professores, estudantes e demais atores que fazem parte da escola, abordam (PEDROZA e MAIA, 2021). E ainda com esse novo contexto, alguns profissionais tiveram que repensar e modificar sua atuação, assim como os professores, os psicólogos escolares também fizeram parte desse grupo de profissionais que tiveram que se adaptar ao novo cenário.

Ainda de acordo com Pedroza e Maia (2021, p. 96):

A atuação da psicóloga e do psicólogo escolar, em uma perspectiva crítica, na qual acreditamos, busca a construção, de forma colaborativa junto aos diferentes atores escolares, visando uma educação de qualidade e uma escola mais democrática [...]

Nesse sentido se faz necessário uma atuação de forma colaborativa, cabendo ao psicólogo um trabalho que permita dá suporte e atenção ao bem-estar das pessoas, inclusive os docentes, que são autores e responsáveis por estarem diretamente ligados aos alunos

diariamente, acolhendo e sendo apoio de suas limitações e dificuldades (PEDROZA e MAIA, 2021).

Portanto, frente a todas essas transformações e mudanças sofridas no contexto educacional, o Psicólogo Escolar é chamado a contribuir e atuar no campo educacional com intervenções de prevenção e promoção da saúde mental dos docentes. Pedroza e Maia (2021), em seu trabalho propõe algumas intervenções que foram realizadas pelos Psicólogos Escolares de um Instituto Federal do Pará, que adaptaram suas práticas ao novo cenário, com intervenções psicoeducativas que oferecem suporte e apoio aos professores durante a pandemia. Os autores citam diversas possibilidades como: Acolhimento Psicológico Virtual (onde os psicólogos oferecem um espaço de escuta, através de videoconferência por meios de aplicativos, como Skype, Meet, Zoom, WhatsApp, substituindo o atendimento presencial); Materiais audiovisuais (a produção de e-book, cartilhas, folders, posts, trazendo informações educativas com estratégias de autocuidado e orientações psicológicas para tempos de pandemia); Lives com temas voltados para a Saúde Mental, dentre outras possibilidades.

Ainda nesse contexto, Pauletti, Steffen e Corrêa (2021) sugere espaços de escuta aos docentes para possibilitarem momentos de discussões e partilhas à cerca das expectativas e exigências sofridas por eles. Precisamos considerar também que “Agora, os dois ambientes se misturam e consigo trazem o desafio de manter seu trabalho com os estudantes sem que suas angústias, incertezas e conteúdos pessoais, íntimos, sejam expostos” (Pauletti, Steffen e Corrêa, 2021, p. 689).

Portanto, os autores vem trazendo algumas propostas de intervenções possíveis, e que obtiveram êxitos em sua vivência profissional: Grupos de Meditação (no início do dia, antes dos professores iniciarem o trabalho); Rodas de Conversa (discussões e partilhas de experiências e dificuldades vivenciadas na prática metodológica docente); Escuta em reuniões pedagógicas (facilitando e intermediando as discussões das necessidades do grupo); Escuta Individual dos Professores (essa proposta surgiu, depois de observarem nos grupos a necessidade de uma escuta individual, mediante o esgotamento emocional de alguns profissionais).

Dessa forma, é perceptível o valor e a importância do Psicólogo Escolar, atuando e proporcionando na instituição de Ensino, um espaço de acolhimento, escuta empática e ativa,

respeitando o sentimento do outro, oferecendo um ambiente seguro, bem-estar e suporte a toda comunidade escolar (PAULETTI, STEFFEN e CORRÊA, 2021).

METODOLOGIA

A realização dessa pesquisa tem um embasamento teórico através de uma pesquisa bibliográfica levando em conta a vasta revisão da literatura em vários sites de pesquisa como: Google Acadêmico, Scielo e PePSIC. Utilizaram-se separadamente os descritores: Saúde Mental, Docentes, Pandemia, Psicólogo Escolar.

Segundo Pizanni et al. (2012), a revisão da literatura enriquece a nossa pesquisa, pois através dela, temos a oportunidade de ler o que já escrito sobre determinado assunto, e assim está aprofundando cada vez mais a nossa pesquisa.

Levou-se em consideração, portanto, um problema de pesquisa e a observação das possibilidades presentes na literatura consultada, para a construção do referencial teórico da pesquisa, objetivando sempre compreender os impactos na saúde mental dos professores em contexto pandêmico, e as contribuições do Psicólogo Escolar nesse contexto (VOSGERAU, 2014). Para isso, e por se tratar de um tema que acontece num determinado período na história da humanidade, nos detivemos a publicações encontradas no espaço de tempo entre 2020 e 2021, que ocorreu no mês de Agosto de 2021.

Depois de uma busca e análise criteriosa foram selecionados 19 trabalhos, os quais foram lidos, analisados, e discutido do decorrer do artigo e serviu de base na construção do referencial teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados investigados mediante a problemática da pesquisa sobre: Quais os impactos na saúde mental dos professores na pandemia, e quais as contribuições do psicólogo escolar nesse contexto? só vem a afirmar ainda mais sobre a necessidade de investimentos em políticas públicas que venham auxiliar os professores na superação de suas dificuldades, e em especial no seu bem-estar, com uma atenção ainda mais voltada para a promoção da saúde mental desta classe.

Observamos em todos os relatos e discussões lidas nas pesquisas utilizadas para a construção desta, que foram grandes os impactos na saúde mental dos docentes nesse período pandêmico, como retrata Guimarães (2021) que a ausência de orientações, ferramentas e estrutura, além do não preparo dos docentes para o ensino não remoto, além de gerar desfalques no nível de ensino, também pode ter acentuado problemas de saúde, sobretudo os desconfortos psicológicos, como a ansiedade e a depressão, frutos de inúmeros fatores associados as mudanças bruscas de vivência decorrente do isolamento. Resultando-se disso também altos níveis de estresses, síndrome de Burnout ou do esgotamento profissional, como também alguns distúrbios. Tudo isso só nos leva a refletir sobre o quantitativo da sociedade que já vinha sofrendo emocionalmente e o grau de aumento abruptamente devidos aos danos trazidos pela pandemia da Covid-19.

Guimarães (2021) aponta também nos resultados das suas pesquisas que se exigiu do professor uma adaptação em uma nova maneira de ensinar, estando dependentes do ambiente virtual para desenvolver suas aulas e se comunicar com seus alunos, fazendo da sua casa também espaço reservado para desenvolver suas aulas. E o que antes era utilizado como espaço de afazeres domésticos e relações familiares, agora tornou-se também local de trabalho. Fazendo-se parte de um mundo inimaginável em tempos normais e na maioria das vezes estar em meio ao desconhecido traz sentimentos que geram angústia, ansiedade, pânico, entre outros.

Além disso, os resultados apontaram para uma necessidade de atuação da psicologia dentro do contexto escolar, como forma de contribuir na prevenção e no enfrentamento do adoecimento mental dos docentes no contexto pandêmico (PEDROZA e MAIA, 2021).

Nesse sentido, o Psicólogo Escolar também precisará se reinventar e adaptar sua atuação profissional, visando a promoção de momentos de fala e escuta, tendo em vista a importância desses momentos para discussão e construção de estratégias em grupo que possam proporcionar o bem-estar de todos.

Portanto, nas instituições escolares, os momentos e ambientes de vivência se tornam cada vez mais importantes mediante a realidade enfrentada. Pois a Escola e todos os sujeitos que fazem parte dela, precisam dialogar, se escutarem, objetivando que todas as dificuldades e entraves vividos por todos os sujeitos sejam reconhecidos, e levados em consideração na



construção de possibilidades e soluções, promovendo saúde mental e bem-estar (PAULETTI, STEFFEN e CORRÊA, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, buscou-se enfatizar sobre o quanto o isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19 trouxe inúmeras mudanças, principalmente no contexto da educação, mudanças essas que desenvolveram alguns fatores potencialmente estressores e que acometeram a saúde mental dos professores desencadeando ou acentuando ainda mais algum problemas de saúde, principalmente os relacionados aos aspectos psicológicos.

Nesse sentido, Oliveira e Santos (2020) aponta que reinventar a profissão docente em tempos de adversidade não é fácil, e principalmente da forma abrupta com a qual foi imposta aos docentes, e isso se tornou um fator de adoecimento mental, provocando sofrimento e doenças ligadas a aspectos psicológicos decorrentes do ambiente gerado pela Covid-19, como transtornos depressivos leves, transtornos afetivos, bipolares, ansiedade, transtornos de adaptação, entre outros.

Foi possível também identificar na pesquisa, a necessidade de oferecer aos professores formações sobre o uso de tecnologias, tendo em vista uma melhor adaptação a rotina de ensino remoto, onde eles teriam mais facilidade ao realizar suas atividades, e conseqüentemente, o aumento da qualidade do seu trabalho, e assim, proporcionando ao mesmo uma diminuição no estresse e nas implicações negativas da sua função.

Espera-se que este artigo possa contribuir para uma ampla avaliação do contexto em saúde mental em situações de crises, como a pandemia, em especial através da psicologia escolar. Em síntese que seja repensado o quanto antes a importância da compreensão dos investimentos das políticas públicas para o trabalho mais voltado a promoção da saúde mental em contextos de adversidades como este de um cenário pandêmico e de como a atuação do psicólogo escolar pode contribuir para o enfrentamento dessas condições impostas dando suporte psicológico e trazendo novas possibilidades na prática docente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Elizabete Rodrigues da Silva de. **Adoecimento no trabalho docente em tempos de pandemia: impactos na saúde dos professores dos anos iniciais de uma escola da rede pública do DF.** Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 11/2020c. Orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=148391-pcp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 09 ago. 2021.

BRASIL. **Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. D.O.U 18/03/2020.

CANDIDO, Letícia Martins Ribeiro. **COVID-19 e o retorno às aulas presenciais:** a visão do (a) professor (a) e as contribuições da psicologia. *Psicologia em Ênfase*, v. 2, n. 2, p. 24-40, 2021.

DIEHL, Liciane; MARIN, Angela Helena. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016.

GUIMARÃES, Fernanda Pacheco Viana et al. **A PANDEMIA (COVID-19): CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES.** 2021.

HONORATO, Hercules Guimarães; MARCELINO, Aracy Cristina Kenupp Bastos. A arte de ensinar e a pandemia COVID-19: a visão dos professores. **REDE-Revista Diálogos em Educação ISSN 2675-5742**, v. 1, n. 1, p. 208-220, 2020.

LOPES, Antonio Junior Ribeiro; CIPRIANO, Jonathan Alves; ALMEIDA, Leila Cristina da Conceição Santos. **Docência e ansiedade: a ampliação do pse como medida preventiva na saúde mental do professor.** Anais VI CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2019.

MOREIRA, Daniela Zanoni; RODRIGUES, Maria Beatriz. Saúde mental e trabalho docente. **Estudos de Psicologia**, vol. 23, n. 3, 2018.

NOAL, Débora da Silva; PASSOS, Maria Fabiana Damasio; FREITAS, Carlos Machado de (org.). **Recomendações e orientações em saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19.** Brasília: Fundação Oswaldo Cruz, 2020. 342 p.

OLIVEIRA, Ana Raquel et al. Educação e saúde mental em tempos de pandemia da covid-19: Projeto Neurolive. **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia**, p. 556-579, 2021.

OLIVEIRA, Erik Cunha de; SANTOS, Vera Maria dos. Adoecimento mental docente em tempos de pandemia. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, p. 39193-39199, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:COVID19&Itemid=875>. Acesso em: 08 ago. 2021.

PACHIEGA, Michel Douglas; MILANI, Débora Raquel da Costa. **Pandemia, as reinvenções educacionais e o mal-estar docente**: uma contribuição sob a ótica psicanalítica. *Dialogia*, São Paulo, n. 36, p. 220-234, set./dez. 2020.

PAULETTI, Edvania Bonatto; STEFFEN, Konstans; CORRÊA, Luciana Winck. Escuta na Escola como Possibilidades de Promoção de Saúde Mental. **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia**, p. 683-711, 2021.

PEDROZA, Regina Lucia Sucupira; MAIA, Camila Moura Fé. Atuação de psicólogas escolares em contexto de pandemia: análise de práticas profissionais. **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia**, p. 91-117, 2021.

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 10, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/12591>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

SILVA, Graziela Nascimento da; CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de Burnout: um estudo com professores da rede pública. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 7, p. 145-153, 2003.

TOSTES, Maiza Vaz. **Sofrimento mental de professores do ensino público**. *Saúde em debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, jan. 2018.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Estudos de revisão**: implicações conceituais e metodológicas. *Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

ZAIDAN, Junia de Mattos; GALVÃO, Ana Carolina. **COVID19 e os abutres do setor educacional**: a superexploração da força de trabalho escancarada. In: AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogerio Dultra dos (orgs.). *Pandemias e pandemônio no Brasil*. São Paulo: Instituto Defesa da Classe Trabalhadora, 2020.



ABUSO DE BENZODIAZEPÍNICOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE MENTAL: Uma Revisão Bibliográfica

Francisco Carlos Luz da Costa Filho¹
Kalyana Cristina Fernandes de Queiroz²

RESUMO

O estresse, a ansiedade e os distúrbios do sono, têm se tornado problemas cada vez mais corriqueiros na sociedade atual, devido a essa intolerância, consequentemente, fazem com que muitos encontrem nos medicamentos a resposta para o alívio do sofrimento, seja ele físico ou mental. O fato mais preocupante, é que muitos dos usuários desse tipo de fármaco fazem uso por períodos prolongados, utilizando doses, inclusive, acima da recomendada, ocasionando, desse modo, tolerância e dependência. Assim, o estudo tem como objetivo avaliar as consequências do uso prolongado de benzodiazepínicos para a saúde mental, detalhando também como se dá o aumento do consumo dessas substâncias. Tem como hipótese principal o questionamento de quais são as consequências que o uso prolongado de benzodiazepínicos ocasiona para a saúde mental. A metodologia empregada no estudo foi a revisão de literatura sistemática. Os resultados do estudo evidenciam que boa parte das prescrições partem de médicos não especialistas na área, e que atuam principalmente na Atenção Primária, induzindo, portanto, muitas vezes, a um “tratamento” prolongado, com maior probabilidade de ocorrência do velho hábito de apenas renovar a receita, sem o devido acompanhamento especializado. Conclui-se, então, que o uso desse tipo de medicamento, gera tolerância e dependência, mesmo que o seu uso seja feito por curtos períodos, ocasionando, portanto, impactos negativos para a saúde mental. Sendo preciso a adoção de ações e políticas públicas voltadas para essa temática,

¹ Estudante do curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: francisco.filho@aluno.catholicadorn.com.br

² Orientador e professor do curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: kalyanafernandes@hotmail.com



com o intuito de sensibilizar profissionais de saúde e a população, a respeito dos seus potenciais riscos.

Palavras-chave: benzodiazepínicos. uso. abuso. saúde mental. consequências.

ABSTRACT

Stress, anxiety and sleep disorders have become increasingly common problems in society today, due to this intolerance, consequently, make many find in medications, the answer to the relief of suffering, whether physical or mental. The most worrying fact is that many of the users of this type of drug make use for prolonged periods, using doses even above the recommended, thus causing tolerance and dependence. Thus, the study aims to evaluate the consequences of prolonged use of benzodiazepines for mental health, also detailing how to increase the consumption of these substances. Having as main hypothesis, the questioning of what are the consequences that prolonged use of benzodiazepines causes for mental health. The methodology used in the study was a systematic literature review. The results of the study show that most of the prescriptions come from non-specialist physicians in the area, and that they work mainly in Primary Care, often inducing a prolonged "treatment" with a higher probability of occurrence of the old habit of only renewing the prescription, without proper specialized follow-up. It is concluded that the use of this type of medication generates tolerance and dependence, even if its use is made for short periods, thus causing negative impacts on mental health. It is necessary to adopt actions and public policies focused on this theme, in order to sensitize health professionals and the population, about their potential risks.

Keywords: benzodiazepines. use. abuse. mental health. consequences.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a ansiedade e o distúrbio do sono tem sido problemas crescentes e bastante comuns na população, tendo em vista que a sociedade moderna vivencia um elevado nível de estresse, caracterizando, assim, um aumento na procura por substâncias que produzam certo grau de sensação de prazer e bem estar físico e/ou mental, sendo a classe de medicamentos

controlados mais procurados para essa finalidade. Desse modo, o perfil do uso de benzodiazepínicos já foi analisado em diversos países, bem como em seus mais variados tipos populacionais, no mundo cerca de 50 milhões de pessoas fazem uso de algum tipo de fármaco pertencente a essa classe medicamentosa. No Brasil, estima-se que cerca de 2% da população seja usuária desses medicamentos.

Estudos literários apontam que o conceito de medicalização chega a ser abordado na maioria das vezes de maneira muito simplista, quando na verdade, esse termo envolve uma maior complexidade, em virtude de haver pontos específicos que tornam esse conceito bem mais denso em que o medicalizar, quando inserida no ótica do biopoder, acaba exercendo, em nome do discurso científico, uma produção de intervenções sobre a sociedade, em que os médicos ao interpretarem determinados traços ou características comportamentais como doenças, ou sintoma de alguma doença, acabam enquadrando esses elementos em categorias diagnósticas. E, na maioria das vezes, problemas do dia a dia e/ou o próprio sofrimento inerente à existência humana, fazem com que muitos busquem de forma incessante várias especialidades médicas, que atribuam, de algum modo, um estado patológico, para aquilo que sentem, e, conseqüentemente, a partir desse diagnóstico, sofrerão inúmeros tipos de intervenções médicas, sendo a mais usual: a farmacológica (ZORZANELLI, CRUZ, 2018).

Na verdade, vivenciamos um fenômeno ideológico, em que a saúde é colocada como ideal de prosperidade, em que os mínimos riscos de adoecimento devem ser eliminados, tudo isso em nome, bem-estar, portanto, a saúde deve ser considerada uma busca constante, mesmo que esse processo de adoecimento tenha sequer iniciado, induzindo a sociedade à adoção de medidas “profiláticas”, indo, assim, ao encontro da medicalização (ZORZANELLI, CRUZ, 2018).

Os benzodiazepínicos são drogas relativamente seguras, e estudos indicam que a sua utilização é feita, principalmente por mulheres e idosos, utilizados no tratamento da ansiedade e como indutores do sono, respectivamente. No que tange ao seu uso feito por mulheres, umas das principais motivações que favorecem o uso, apontados nos estudos, são principalmente as mudanças decorrentes do papel da mulher na sociedade, em que sua participação no mercado formal está cada vez mais presente, assim como o acúmulo de tarefas, em virtude da realização de atividades profissionais, e concomitantemente a necessidade de atenção ao cuidado da casa



e da família, acabam contribuindo para ampliar problemas relacionados à saúde mental. Já no tocante ao seu uso realizado por idosos, as razões mais comuns, justificam-se muitas vezes pela busca incessante, para a cura de seus males, em que boa parte deles, são decorrentes de adversidades psicossociais, falta de suporte social, bem como uma maior facilidade de acesso aos serviços de saúde, acabam contribuindo de uma certa forma, para a ocorrência desse fenômeno (PRADO, FRANCISCO E BARROS, 2017).

A maior preocupação existente no que diz respeito à utilização dessas medicações, são principalmente, devido ao seu uso por períodos prolongados, bem como a utilização de doses acima da recomendada, tendo em vista que essas substâncias possuem um alto poder de causar tolerância e dependência, sendo que no momento em que se tenta descontinuar a medicação, surgem diversos eventos relacionados à crise de abstinência, impactando negativamente na vida do usuário (NUNES, BASTOS, 2016).

Diante do exposto, justifica-se a realização de um estudo sobre, essa temática para contribuir com a ampliação dos conhecimentos a respeito do uso abusivo de benzodiazepínicos, bem como suas eventuais consequências, pois o uso indiscriminado desse grupo de medicamentos está associado a diversas ocorrências de cunho negativo, tais como graves problemas psicossociais e ocupacionais, assim como o surgimento da dependência psíquica e/ou física, mascarando outros tipos de sintomatologias orgânicas, dificultando, inclusive, a realização de um diagnóstico correto, o que acaba fundamentando razões plausíveis, para a realização de uma análise mais aprofundada e detalhada dessa prática que vem se difundindo na sociedade de forma gradual.

Desta forma, surge um questionamento, quais as consequências que o uso prolongado de benzodiazepínicos ocasiona para a saúde mental?

Assim sendo, o presente estudo, possui como objetivo geral e específicos, avaliar as consequências do uso prolongado de benzodiazepínicos para a saúde mental e, explicar o aumento do consumo desses fármacos, bem como descrever o potencial de tolerância e dependência, respectivamente.

Portanto, para que sejam avaliadas as hipóteses e objetivos acima identificados, será realizada uma revisão de literatura, em que diante dos apontamentos evidenciados, será feita uma confrontação de dados literários, para que assim seja possível mostrar da forma mais

fidedigna possível, o panorama atual, a respeito da temática em questão. A organização do estudo está dividida em subtópicos, em que inicialmente é composta pela parte introdutória, seguida do referencial teórico, resultados e discussões e conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AUMENTO DO CONSUMO DE BENZODIAZEPÍNICOS

Assini e Back (2017) salientam que o processo de globalização acelerado, associado ao crescimento da sociedade moderna, acaba alterando de forma significativa o cotidiano de vida das pessoas, assim como condições de violência, desemprego, e uma maior competitividade no mercado de trabalho, acaba exigindo cada vez mais produtividades desses sujeitos, levando muitas vezes a um processo de adoecimento, que precisa ser silenciado, e o sintoma encoberto de alguma forma, muitos buscam, de forma incessante, algo que seja capaz de proporcionar alívio rápido e imediato, em que vários acabam recorrendo às medicações, acreditando ser a única solução para o enfrentamento de determinados problemas.

Dessa forma, as medicações benzodiazepínicas têm se transformado em um refúgio, para o enfrentamento de conflitos, sejam eles de ordem emocional, familiar, financeira, cultural, e/ou social, sendo que muitos não conseguem escolher ou identificar outros meios de enfrentar a realidade de suas necessidades (ASSINI, BACK, 2017)

É importante lembrar que muitos médicos, sendo eles especialistas ou não, acabam prescrevendo esse tipo de medicação, por ser uma droga relativamente segura, no que diz respeito ao seu uso, no entanto, a utilização dos benzodiazepínicos de forma contínua, não possui indicações farmacológicas, nem muito menos terapêuticas, pelo contrário, o seu uso a médio e longo prazo acaba gerando tolerância e dependência, sendo importante frisar que o seu consumo acaba não resolvendo a maioria dos problemas ora relatados pelos usuários (ASSINI, BACK, 2017).

A dependência em relação aos benzodiazepínicos é um fenômeno potencialmente grave, e muito comum entre as pessoas que fazem uso dessas substâncias. Sendo importante frisar de que muitos deles, vivem intensa dificuldade, inclusive, em considerar uma eventual retirada da

droga, mesmo que seja feita de forma gradual, em que na ocasião, muitos utilizam argumentos de pioras de sintomas, em especial, relacionados à insônia e ansiedade, para que o seu uso seja mantido (ASSINI, BACK, 2017)

No Brasil, esse processo de crescimento no consumo desses fármacos não foi diferente, uma vez que na década de 1950, a fama dessas substâncias também ganharam espaço entre os médicos aqui no país, sendo que a própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em alguns de seus informes, não tão antigos, noticiou que o medicamento Clonazepam foi um dos fármacos mais consumidos entre os anos de 2007 a 2010, e que esses dados estatísticos, tendem a crescer vertiginosamente a cada ano (MACIEL, 2018).

A medicalização excessiva é algo extremamente preocupante, que sociedade é essa em que estamos atualmente? A sociedade necessita dessa vasta gama de medicamentos para o enfrentamento de problemas do cotidiano?

Abreu (2019) salienta que, no que tange ao aumento do consumo de benzodiazepínicos, uma das principais razões para que esse fato ocorra está relacionada principalmente com o uso de propagandas por grandes indústrias farmacêuticas e que geralmente, cerca de 90% delas possuem algum tipo de irregularidade, como em casos de comerciais apelativos, por exemplo. Um conjunto de fatores faz com que muitos optem por esses tipos de medicamentos e ocorra essa intensificação, no que tange a sua prescrição, tendo em vista que boa parte das pessoas busca por soluções imediatas para seus problemas e/ ou enfermidades, justamente por acreditarem que o fármaco tem as respostas para todos os males.

As causas para que o consumo cresça de forma tão exacerbada, podem estar relacionadas a inúmeras razões, entre elas, o aumento da insônia, do estresse e ansiedade, bem como outros problemas de ordem emocional, que acabam fazendo com que as pessoas procurem esse tipo de recurso medicamentoso, com o intuito de melhorar sua qualidade de vida. Dessa forma, a facilidade na obtenção desse tipo de fármaco, associado ao baixo custo do mesmo e atrelado ao marketing de indústrias farmacêuticas, que atenta a isso acabam nomeando nos medicamentos nomes sugestivos, que fazem ressoar de uma certa forma as demandas do sujeito, exemplificando Serenid, que remete à serenidade e Tranxilium que lembra tranquilidade, e esse tipo de recurso acaba sendo um meio facilitador, para que o seu uso seja, de um certo modo, incentivado (ABREU, 2019).



É possível evidenciar, que a utilização desses medicamentos de forma irracional, acabam ocasionando problemas relacionados principalmente com intoxicação, entre outras interferências secundárias, como comprometimento socioeconômico, cognição, aprendizado e habilidades sociais (ABREU, 2019).

Oliveira *et al.*, (2020) relatam que o aumento do consumo de benzodiazepínicos por idosos, ocorre, pelo fato de muitos, encontrarem na medicação, o alívio para o sofrimento mental, da solidão e da insônia. Assim, seus riscos acabam sendo desconsiderados e minimizados, não havendo preocupação quanto à ocorrência de dependência. Nesses casos, o profissional de saúde acaba tendo sua prescrição bastante valorizada pelo paciente, indicação essa, que ocorre na maioria das vezes, sem uma avaliação adequada, e se de fato o seu uso é pertinente ao caso. Dessa forma, percebe-se uma relação muito mais forte entre o usuário e a medicação, do que com o próprio médico.

É evidenciado também que uma das principais explicações para o aumento no consumo desses tipos de fármacos, encontra-se na dificuldade de acesso ao atendimento especializado. Dessa forma, é muito mais comum que as prescrições ocorram por parte de clínicos gerais, entre outras especialidades médicas (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Muitos dos usuários possuem como principal característica, a apresentação de inúmeras queixas, e que essa variedade de sintomatologias relatadas pelos mesmos, de uma certa forma, abre oportunidades para que sejam produzidos, a partir do discurso médico, uma infinidade de possíveis diagnósticos que, conseqüentemente, acabam utilizando a medicalização, como principal estratégia terapêutica (CAVALCANTE, CABRAL, 2017).

Situações típicas do cotidiano, como tristeza, insegurança, angústia, ansiedade, e até mesmo “falta de felicidade”, no saber psiquiátrico, rapidamente é empregada a utilização de medicações, com o intuito maior de sanar, esse eventual “incômodo”. Portanto, esse tipo de conduta, acaba revelando-se em um verdadeiro processo de psiquiatrização da vida social, contribuindo para que todo possível processo terapêutico seja realizado especificamente com a utilização de medicamentos. É preciso lembrar que na saúde mental, essa problemática assume uma grande relevância e gravidade, justamente por se constituir em um espaço de debates de modelos de cuidado, na qual existe uma produção de verdades relacionadas ao sofrimento psíquico, e que essa elaboração se dar a partir do discurso médico, em que principalmente a



racionalidade psiquiátrica acaba revelando um forte poder, dando grande ênfase à doença, e desconsidera praticamente a singularidade do sujeito, a partir desse momento, abre-se um grande repertório de intervenções médicas, que geralmente vêm acompanhadas de diagnósticos, e, conseqüentemente, a medicalização acaba ganhando grande destaque como estratégia terapêutica (CAVALCANTE, CABRAL, 2017).

Sampaio e Bispo Júnior (2021) explicam que o sofrimento mental sempre esteve ligado a processos de estigmatização e exclusão, na medida em que historicamente, a periculosidade era considerada característica inerente à loucura, procurava-se, dessa forma, ações de isolamento social, voltadas para a pessoa com acometimento de ordem psíquica, tirando, assim, do sujeito, a sua liberdade, direito à cidadania e dignidade, uma vez que dessa forma, o hospital psiquiátrico solidificava-se, sendo considerada a única instituição viável para o tratamento de pessoas com transtornos mentais, em que a figura do médico era enxergada como um ser possuidor de um saber inquestionável.

Por isso, de um modo histórico, a vida no interior dessas instituições, foram marcadas por relações violentas e autoritárias, em que havia a perda da própria identidade da pessoa, em que o saber médico ganhava cada vez mais poder, o mesmo estabelecia a linha de cuidado a ser ofertada ao paciente, portanto, a reforma psiquiátrica, surge como um movimento que tem o intuito de desconstruir conceitos e práticas que se sustentam na exclusão e isolamento social no que tange ao fenômeno da loucura. Trata-se de um novo olhar, que tem como objetivo remover aquele atendimento focado no hospital psiquiátrico, para um foco de atendimento muito mais ampliado, em que outros protagonistas da história de vida do usuário também possam participar, exemplificando a família, e todo o contexto que envolve suas relações pessoais, para que assim, esse sujeito possa ser acompanhado dentro do território e as ações que se façam necessárias sejam realizadas no tocante à promoção, prevenção, tratamento, entre outros (SAMPAIO E BISPO JÚNIOR, 2021)

Em virtude de todo esse processo de patologização, as fronteiras entre aquilo que seria considerado normal ou patológico, têm se tornado algo cada vez mais limitadas, uma vez que, a medicalização dos comportamentos compreendidos como anormais, passaram praticamente, a se estender a todas as esferas da existência humana (CAVALCANTE, CABRAL, 2017).

Será que as prescrições emitidas por médicos e pressões de grandes empresas farmacêuticas, são os únicos fatores propulsores que incentivam esse crescimento? Pode haver algo a mais que estimule o aumento exponencial de novos diagnósticos?

Bocchi (2018) relata que as classificações diagnósticas em saúde mental, no tocante ao DSM e CID-10, acabam normatizando e padronizando o sofrimento psíquico, deixando de considerar praticamente, a singularidade inerente ao processo de adoecimento mental do sujeito. Essas categorizações almejam classificar, tratar e curar, da mesma forma como se cuidam dos males do corpo físico. A normatização pode ser entendida como uma forma de catalogar, dar nomes e codificar todas as formas de expressão, podendo ser eles de natureza existencial ou sintomática, já a padronização é compreendida como o uso intensificado de parâmetros estatísticos que separa aquilo que é considerado normal e patológico.

Desta forma, está ocorrendo uma multiplicação categórica de transtornos mentais, favorecendo a prática da psicopatologização, em que aspectos da experiência humana do cotidiano são transformados em fenômenos patológicos, passíveis de medicalização. Portanto, os referidos manuais, quando utilizados adequadamente, de um modo mais flexível e menos criterioso, podem ser úteis, inclusive para enriquecer o processo de um diagnóstico correto, e não como forma de retirar a subjetividade da pessoa, rotulando e categorizando (BOCCHI, 2018).

É um fato extremamente preocupante, o número de pessoas, na faixa etária acima dos 50 anos de idade que fazem uso dessas drogas, fato este, que pode ser explicado pela ausência de sono, que chega a ser algo comum nessa fase. Outros fatores, também estão atrelados, e contribuem para esse aumento do consumo tão expressivo, dentre eles, podemos frisar, a falta de informação da equipe médica, bem como, por parte da população no consumo desses psicotrópicos, em que o primeiro prescreve de forma inadequada, levando em consideração, que muitos são clínicos gerais e não possuem especialização na área, e o segundo, que procuram as unidades de saúde e pedem a qualquer custo, a prescrição desses fármacos, por desconhecerem seu potencial nocivo de tolerância e dependência, bem como, seus eventuais impactos negativos que acabam ocasionando na saúde mental (HERNANDEZ, 2016).

Será somente a falta de informação por parte dos profissionais de saúde, associado à procura pela população, que são os fatores responsáveis por esse crescimento tão expressivo no

consumo desse tipo de fármaco? Para elucidar esse questionamento, fui em buscas de respostas na literatura, explicitando na citação seguinte essas indagações.

As condições que na maioria das vezes acabam criando um ambiente facilitador, para que a obtenção desse tipo de fármaco seja possível, chega a ser preocupante, pois não é sempre que o acesso a essas medicações se dá diretamente a partir dos serviços de saúde, tanto que Ribeiro (2020) diz que existe uma clandestinidade na comercialização de benzodiazepínicos, em que a obtenção da medicação acaba sendo possibilitada a partir de diversos tipos de irregularidades, por exemplo, por meio de receitas vencidas, inclusive sem datas e/ou adulteradas, por intermédio de amigos ou pessoas próximas que usam a medicação, podendo haver a colaboração de outros profissionais da saúde, como o farmacêutico, que pode viabilizar essa aquisição, e que de uma certa forma, esses fatores, acabam evidenciando a necessidade de uma maior celeridade de um trabalho de base, com o foco na atenção primária à saúde, para que processos educativos possam ocorrer com o intuito maior de proporcionar a sensibilização dos envolvidos nesse processo.

2.2 BENZODIAZEPÍNICOS E SEU USO ABUSIVO

No que diz respeito aos benzodiazepínicos, as substâncias mais utilizadas, e que estão em constante crescimento são: Diazepam, Midazolam, Alprazolam e Clonazepam. Sendo que a utilização desses tipos de medicamento pela população ocorre na maioria das vezes de forma abusiva, pois esses psicotrópicos deveriam ser utilizados por curtos períodos de tempo, o que infelizmente acaba não ocorrendo, tendo em vista que muitos fazem uso desse tipo de medicação por anos e até mesmo décadas (FAVERO, SATO E SANTIAGO, 2017).

Diante do cenário exposto, no tocante ao crescimento exacerbado do uso de medicações controladas pela população, se faz importante salientar que o seu uso de forma irracional, acaba ocasionando problemas relacionados à intoxicação, tolerância e dependência. Dessa forma, o seu uso desregrado, acaba gerando outros tipos de déficits de ordem negativa na vida do usuário (FAVERO, SATO E SANTIAGO, 2017).

No que tange ao seu uso de forma irracional, geralmente, a maioria dos usuários que fazem uso desse tipo de medicação, são do sexo feminino, e com idade superior a 40 anos. A

eventualidade de haver uma maior prevalência entre mulheres, pode ser explicada pelo fato delas, se cuidarem muito mais em relação aos homens, fato este que implica sua presença de forma mais frequente nos serviços de saúde. Sendo importante frisar até mesmo que, por questões relativas à depressão e à ansiedade costuma ser algo mais corriqueiros no público feminino, tendo em vista inúmeros fatores que contribuem para uma maior predominância de casos, a exemplo dos elementos relacionados a questões hormonais, bem como, das condições relacionadas a fatores socioculturais (FAVERO, SATO E SANTIAGO, 2017).

O aumento do uso desses fármacos relacionados com o aumento da idade, pode estar associado com outros tipos de comprometimentos, que muitas vezes ocorre de forma frequente e costuma ser comum com a chegada da idade, por exemplo, distúrbios do sono, depressão, e/ou algum tipo de acometimento neurológico degenerativo (FAVERO, SATO E SANTIAGO, 2017).

Santos (2019) relata que nos dias atuais, em virtude do ritmo de vida acelerado, associado a pressões sociais do meio, é comum a ocorrência de transtornos de ansiedade, fazendo com que muitas pessoas procurem pelos serviços de saúde, em uma busca incessante, pelo alívio do eventual fator estressor. Sendo que a alternativa mais viável encontrada por muitos profissionais de saúde, acabam indo ao encontro dos medicamentos de uso controlado, pois eles são amplamente reconhecidos pela classe médica, por seu alto poder ansiolítico e hipnótico. Esses medicamentos são bastante eficazes quando são utilizados por curtos períodos de tempo.

Morais (2019) explica que chega a ocorrer certa controvérsia na classe médica, a respeito do uso de benzodiazepínicos, por longos períodos em idosos, boa parte deles acreditam que o seu uso não implica necessariamente, em um maior risco para a ocorrência de quedas ou fraturas, uma vez que a chance desse tipo de evento ocorrer, pode ter uma íntima relação com o estado de saúde do idoso, bem como sua densidade óssea, insônia, ou até mesmo falta de exercício físico, o que conseqüentemente acaba prejudicando negativamente a sua performance física, e nos casos excepcionais, envolvendo algum tipo de acidente doméstico, os benzodiazepínicos são vistos como os possíveis vilões.

Muitas são as razões que podem levar os idosos a procurarem por esse tipo de medicação, podendo estar relacionadas com fatores específicos inerentes à idade, como solidão,



perda da capacidade cognitiva; independência, conflitos familiares, medo da morte, presença de doenças crônicas, aposentadoria e sentimentos de inutilidade (MORAIS, 2019).

A prescrição desse tipo de medicamento é um trabalho bastante importante, realizado por médicos, em especial, na atenção básica. Em que na realidade, muitas vezes, o próprio profissional de saúde, com o objetivo de preservar a boa relação médico-paciente, acaba atendendo a diversos tipos de pedidos, realizados por usuário, relacionados com a prescrição de seus mais variados fármacos, da classe pertencente ao grupo dos benzodiazepínicos. E no momento da prescrição, inúmeros fatores não são levados em consideração, como o contexto social em que esse idoso se encontra inserido, bem como não pensam em outras possibilidades de estratégias terapêuticas (MORAIS, 2019).

O uso de benzodiazepínicos tem se tornado algo cada vez mais comum no tratamento de diversas exacerbações episódicas, por exemplo, transtorno de ansiedade, ou em terapia adjuvante no controle da esquizofrenia, também em casos de depressão e na ocorrência de abstinência alcoólica. É importante salientar que os seus benefícios a curto prazo são bastante conhecidos, quando utilizados na dose certa e pelo tempo correto, no entanto, os seus riscos vão muito além da dependência (MORAIS, 2019).

Muitas são as consequências negativas para a saúde mental, em virtude do uso dessas substâncias, quando o seu uso é feito de forma irracional, promovendo, conseqüentemente, diversas alterações comportamentais, favorecendo a ocorrência de reflexos embotados, sonolência em vigília e comprometimento da memória. Dessa forma, ocasionando no usuário, o comprometimento de sua qualidade de vida (MORAIS, 2019).

A questão da medicalização da vida, é um processo, no qual os sintomas, que na maioria das vezes são considerados desagradáveis, precisam de uma certa forma, serem reprimidos, por ocasionar desconforto ou uma eventual baixa produtividade, é justamente nesses momentos pontuais existenciais que muitos recorrem aos medicamentos psicotrópicos, pois muitos desejam resultados rápidos, em que ao mesmo tempo encontram nos fármacos, respostas para o sofrimento humano. Se faz necessário salientar que, a maioria deles passam a utilizar esse tipo de medicamento, sem dar a devida atenção aos seus eventuais efeitos adversos de utilização e, conseqüentemente, sofrendo as consequências em virtude do uso, impactando, dessa forma, negativamente na saúde mental (SARMENTO, SANTOS, 2019).

É imprescindível que no momento da prescrição, eles sejam realizados de forma consciente e criteriosa, em que no ato, é de fundamental importância, que haja um profissional capacitado, que preste as orientações necessárias e pertinentes a cada caso, para que dessa forma, seja garantido um tratamento adequado e eficaz. Os profissionais devem chamar a atenção da comunidade, alertando sobre os eventuais riscos, devido ao seu uso irracional, tendo em vista, que a maioria das prescrições relacionadas aos benzodiazepínicos, partem justamente de profissionais, em especial, daqueles que atuam na Atenção Básica. Portanto, os autores explicam, que orientações adicionais devem ser realizadas, com o intuito de promover o uso racional dessas medicações, para que a assistência médica não seja pautada somente na utilização de psicotrópicos, como a única alternativa de cuidado na saúde (SARMENTO, SANTOS, 2019).

A maioria dos médicos, ao prescreverem esses medicamentos, muitos deles, já constata a dependência instalada no usuário, e infelizmente, em geral, mantém-se a prescrição, sem sequer, tentar modificar de alguma forma, o “esquema terapêutico”. É importante frisar, que no tocante à atenção básica, muitos dos médicos, ao se depararem com o pedido de um receituário de substância benzodiazepínica, por parte dos usuários dos serviços de saúde, muitos profissionais, sentem dificuldade em negar a receita, e isso acaba contribuindo tanto diretamente, quanto indiretamente, para que essa prática se perpetue cada vez mais (PAULA, 2017).

Nos aspectos que se relacionam ao uso, e principalmente, sua utilização de forma abusiva por idosos, se dá pelo fato de nessa fase da vida, serem muito comuns as perdas de papéis sociais, as transformações que se sucedem no decorrer da vida, atrelado ao estereótipo de que eles são pessoas frágeis, tanto fisicamente, quanto emocionalmente, e, portanto, precisam ser medicalizadas. É esperado que nessa faixa etária, problemas relacionados ao sono, bem como estresse atenuados, possam se tornarem proeminentes, e isso faz com que muitos procurem respostas rápidas, para sanar seu mal-estar, tendo como alvo, o uso dos benzodiazepínicos (PAULA, 2017).

Spillere e Soratto (2017) explicam que o contexto em que ocorre o aumento do consumo de benzodiazepínicos, é considerado complexo e multifatorial, e que seu crescente uso relaciona-se com a medicalização da sociedade na atualidade. Os efeitos nocivos para saúde

mental, podem ser bastante severos, quando o seu uso, é feito de maneira irracional, pois devem ser levados em consideração, inúmeros fatores, para verificar a real necessidade de prescrição da droga ou não. Quando o uso desregrado acontece, é comum a ocorrência de eventos, tendo como exemplo: eventuais complicações, risco de dependência psíquica e física, ocorrência de tentativas de suicídio, redução da capacidade laboral, entre outros eventos incapacitantes.

No que tange a sua utilização pelo público idoso, um dos possíveis pretextos geralmente envolvem o fato de o processo de envelhecimento em si, ser acompanhado por transtornos do sono; ócio; depressão; aposentadorias; sentimentos de inutilidade e doenças neurológicas. Portanto, os seus riscos são mais elevados na população idosa, justamente em virtude de alterações específicas nessa faixa etária, que são inerentes ao próprio processo de maturação do sujeito, evidenciando, assim, uma maior vulnerabilidade, principalmente por possíveis complicações envolvendo interações medicamentosas, e reações adversas (SPILLERE, SORATTO, 2017).

2.3 POTENCIAL DE TOLERÂNCIA E DEPENDÊNCIA

Albuquerque (2016) salienta que quando os benzodiazepínicos são utilizados por curtos períodos, entre 1 e 2 semanas no máximo, não chegam a ocasionar tolerância e dependência. O seu uso indiscriminado tem se tornado um problema de saúde pública, tendo em vista que a sua utilização vem ganhando grande destaque na sociedade contemporânea, sendo que muitos dos usuários que fazem uso, utilizam como justificativas, que esses medicamentos são capazes de fazer esquecer momentaneamente os problemas por eles vivenciados.

É importante chamar a atenção no sentido de que, tanto o cenário social como o familiar, são considerados um grande estímulo, para que o abuso ocorra, levando em consideração, que muitas das pessoas que fazem uso desses fármacos, não estão em busca de melhorias em suas vidas, mas sim procuram se afastar e esquecer seus problemas, e utilizam como estratégia principal, a medicação, que na maioria das vezes, a sua utilização, ocorre por conta própria (ALBUQUERQUE, 2016).

O principal problema relacionado ao abuso de benzodiazepínicos está principalmente relacionado à dependência, o que acaba fazendo com que sua eventual descontinuação seja um

processo altamente difícil, pois esses medicamentos ocasionam facilmente no usuário, após a sua interrupção, crises de abstinência, e principalmente tolerância, que faz com que a pessoa necessite de doses cada vez maiores, para que seja obtido o mesmo efeito terapêutico, que possuía no início de sua utilização. Sendo importante salientar, de que esses medicamentos possuem estreita relação com o desenvolvimento de quadros de depressão, insônia e demência (ALBUQUERQUE, 2016).

É comum que os profissionais de saúde não avaliem adequadamente o contexto de cada sujeito que procura por esse tipo fármaco, justamente pelo fato de muitos deles, não serem especialistas na área, contribuindo assim cada vez mais para prescrições com indicações duvidosas. É importante lembrar que muitos desses “tratamentos” estendem-se por períodos longos, e muitas vezes por tempo indeterminado, repercutindo na qualidade de vida e na saúde mental do usuário, devido aos riscos que esses tipos de medicamentos geram, mesmo que utilizado por curtos períodos (MOURA *et al.*, 2016).

Portanto, a possibilidade de ocorrência de tolerância e dependência devem sempre ser considerados, principalmente quando o seu uso ocorre sob fatores de riscos, motivados por uso indevido e/ou inadequado. Por esse motivo, o estudo indica que é preciso que seja realizado um trabalho com profissionais de saúde e com os usuários desses serviços, com o intuito de promover uma conscientização a respeito dos malefícios desses tipos de fármacos, quando a sua utilização é feita de forma irracional (MOURA *et al.*, 2016).

Silveira, Almeida e Carrilho (2019) argumentam que os benzodiazepínicos foram substâncias bastante estimuladas e popularizadas em inúmeros segmentos da sociedade, sendo que esse grupo de fármaco é atualmente, um dos mais prescritos no Brasil, a própria Organização Mundial da Saúde - (OMS) reconhece que essas substâncias possuem um alto poder de provocar tolerância e dependência, e justamente por isso, o seu uso, deveria ser feito por curtos períodos de tempo, no entanto, não é isso que ocorre, o que é possível observar na própria literatura, é que o tempo de uso excede bastante, aquilo que muitas vezes é receitado pelo médico. Portanto, diante desse cenário, é preciso pensar em políticas públicas, com foco especial tanto para a população, como para a formação em saúde dos profissionais que atuam na área. É preciso um olhar diferenciado que possa ir além do modelo medicalocêntrico, para que assim seja possível encontrar possíveis possibilidades de elaboração do sofrimento que



emerge, para que os usuários não passem pela necessidade de legitimação de uma dependência química.

E como fazer isso de forma articulada? Olhando esse sujeito com um olhar diferencial, será que isso é possível?

Pereira (2020) explica que a organização da RAS em saúde mental implica necessariamente em um cuidado que ultrapasse o campo específico de atuação individual, pois é preciso considerar que essa área exige atuação e conhecimento interdisciplinar e multiprofissional, tendo em vista que não existe uma forma pronta de agir, e nem deve ser desconsiderada a situação singular do usuário atendido. É preciso uma maior interação entre os membros da estratégia da saúde da família, pacientes, bem como seus familiares, pois este é o princípio fundamental que orienta cuidado do sujeito que apresenta transtorno mental, portanto, é conveniente que os profissionais de saúde estejam preparados para adotar tanto individualmente, como coletivamente, práticas diferentes daquelas do modelo biomédico hegemônico.

No Brasil, a assistência psiquiátrica, até meados da década de 1970, foi marcado por uma grande segregação e exclusão social, ou seja, havia uma perda de identidade da pessoa, o que acabava implicando em uma profunda ruptura social, familiar, política e cultural, em que o sujeito perdia sua cidadania, seu direito de fala. Portanto, a Reforma Psiquiátrica ocorre em contraposição ao modelo médico hegemônico, em que foca sua assistência nos hospitais psiquiátricos e na exclusão da pessoa que apresenta algum tipo de exacerbação psiquiátrica (PEREIRA, 2020).

Ter um olhar diferencial que tenha como meta algo que supere o modelo manicomial, implica principalmente na desestruturação de práticas obsoletas, abandonando velhos saberes sobre o significado da loucura, dando oportunidade para que emergja o novo, possibilitando a esses protagonistas a possibilidade de convivência social, atribuindo a eles o direito de voz e de cidadania, não sendo suficiente apenas desconstruir, mas criar novas formas de convivência com essas diferenças (PEREIRA, 2020).

No tocante ao seu uso abusivo, uma das possíveis causas para a ocorrência desse fenômeno estão relacionadas a fatores relacionados à exclusão social, despreparo dos profissionais ao lidar com as queixas dos pacientes, ausência de informação a respeito dos

fatores nocivos inerentes à medicação, bem como um maior acesso aos serviços de saúde por parte da população, tendo como consequência uma maior propensão a estarem mais expostos a esse tipo de prescrição médica (SILVEIRA, ALMEIDA E CARRILHO, 2019).

Sendo assim, a prescrição de benzodiazepínicos como uma espécie de resposta ao mal-estar da contemporaneidade, tem se tornado alvo de políticas públicas em saúde, sendo que o abuso dessas substâncias perpetuado ao longo de toda uma vida é cientificamente um dos lados mais nocivos da medicalização (SILVEIRA, ALMEIDA E CARRILHO, 2019).

Tanto que Toledo e Chaves (2018) relatam que, os benzodiazepínicos, são substâncias utilizadas, principalmente, no tratamento de quadros episódicos de ansiedade e insônia. No entanto, muitas são as pessoas que recorrem a esse tipo de medicação, sendo que em sua grande maioria, desconhecem os malefícios que esses medicamentos ocasionam na saúde mental como um todo, sejam eles tanto a curto, médio e longo prazo. Quando a sua utilização é feita por um período de tempo, que extrapole aquilo, que muitas vezes foi indicado, no ato de sua prescrição, muitas são as consequências de cunho negativo que esse tipo de fármaco acaba gerando, entre eles, podem ser destacados: comprometimento cognitivo, delírios e alucinações, e em certos casos, pode predispor o usuário ao desenvolvimento de certos graus de demência.

A questão que envolve o aumento do consumo dessa classe de fármacos, é considerada um problema complexo de saúde pública, levando em consideração que é um fato que atinge grande parte da população (PINTO, 2017).

Uma das principais razões que fazem com que muitos indivíduos procurem por esse tipo de recurso medicamentoso, e na maioria das vezes de forma abusiva, é na verdade, na tentativa de o sujeito lidar com acontecimentos negativos da vida cotidiana, eles acabam enxergando no medicamento uma espécie de auxílio, para que seus problemas sejam resolvidos. Muitas são as motivações, para esse tipo de prática, existindo também usuários que fazem uso de fármacos, na busca por sensação de euforia, prazer, excitação, bem como para o aumento da motivação para o exercício de suas atividades diárias (PINTO, 2017).

Damasceno (2020), argumenta que o aumento no consumo desse tipo de fármaco vem ocorrendo de forma acelerada em todo o mundo. Somente para se ter uma ideia da magnitude desse crescimento, dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária apontam que somente no ano base de 2018, mais de 57 milhões de caixas de ansiolíticos e indutores do sono foram

comercializadas, tendo o Clonazepam como maior destaque, atingindo o patamar de 19,8 milhões de caixas vendidas no Brasil.

Dessa forma, em virtude de sua prescrição não estar associada a um diagnóstico específico, o seu uso acaba sendo na maioria das vezes banalizado, o seu consumo, tem sido facilmente indicado diante de casos de ansiedade, em que os profissionais que receitam, geralmente desconsideram diversas outras condições consideradas fundamentais, como o contexto social do usuário, induzindo, assim, quase sempre na maioria das vezes, o seu uso de forma errônea, quando na verdade podia-se optar pela utilização de outros recursos que não fosse necessariamente o medicamentoso, por isso, é de primordial relevância a realização de ações voltadas, com o intuito de promover a sensibilização de profissionais de saúde, no tocante à temática, para que sejam vistas outras possibilidades de métodos terapêuticos, novas terapias não medicamentosas, tais como: PICS, promoção de espaços de escuta coletiva e educação popular em saúde mental (DAMASCENO, 2020).

Geralmente o “tratamento” usando esse tipo de fármaco tem uma maior tendência a ser prolongado, com uma maior probabilidade do hábito de renovação de receita, sem o devido acompanhamento necessário. Em virtude dessa prática, muitas são as consequências de cunho negativo que pode acarretar para a vida do usuário, incluindo principalmente efeitos adversos em consequência da droga, tais como sonolência, vertigem, taquicardia, dores de cabeça e náuseas. Todos esses fatores associados a um maior risco, inclusive de tolerância e dependência, acabam afetando de forma substancial a vida laboral do sujeito como um todo, impactando dessa forma em seus mais variados aspectos, sejam eles sociais, ocupacionais, comportamentais, emocionais e assim sucessivamente (DAMASCENO, 2020).

Lindner (2017) explica inclusive que quando se encontra relacionado ao uso de benzodiazepínicos, deve haver uma maior cautela por parte do profissional de saúde e que tal indicação deve ser levada em consideração três conceitos essenciais, como a curta duração do fármaco, a sua real necessidade, bem como intervalo no tratamento, pois é preciso frisar, que o seu uso contínuo acaba ocasionando tolerância e dependência.

Os estudos científicos apontam que o uso ideal desse medicamento, deve ser entre um período variando de quatro a seis semanas, pois quando esse limite é ultrapassado acabam gerando no usuário diversos impactos negativos, quando a sua utilização é feita por idosos,

estes acabam sofrendo efeitos adversos em virtude da droga como déficit cognitivo, demência, delírio, quedas e fraturas. Por essa razão, esses medicamentos são considerados inapropriados nessa faixa etária, tendo em vista seu amplo efeito negativo e devem ser evitados a todo custo, principalmente em casos de demência, pois estudos corroboram que o seu uso pode potencializar a doença já existente (LINDNER, 2017).

3 METODOLOGIA

Este artigo é constituído de uma revisão de literatura sistemática, que expõe opiniões de diferentes autores. Para alcance do objetivo proposto, foi escolhido esse tipo de revisão de literatura, tendo em vista, que ela apresenta um potencial de informações de múltiplos artigos científicos, com isso, possibilitando, conclusões gerais de uma determinada área de estudo, que contribui para o aprofundamento e a difusão do conhecimento. Marconi e Lakatos (2017) explicam que a revisão bibliográfica, é um tipo específico de produção científica, em que esta é feita baseada em documentos, livros, artigos científicos, textos, ensaios críticos, jornais, resenhas, revistas e resumos. Atualmente, os artigos científicos constituem o foco principal dos pesquisadores, haja vista que são neles que pode ser encontrado conhecimento científico atualizado, por isso, na pesquisa bibliográfica, a base de informações estará depositada sempre na forma de documentos, sejam eles escritos, impressos e/ou depositados em meios eletrônicos.

Para o início da pesquisa, foram consultados os seguintes descritores: benzodiazepínicos, abuso, medicalização, tolerância, dependência.

A presente pesquisa, de cunho bibliográfico, foi realizada através de consulta ativa à base de dados de periódicos nacionais: SCIELO, Revista Eletrônica de Farmácia, Repositório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais, Revista Acadêmica do Instituto de Ciências da Saúde, Revista Transformar, Visão Acadêmica, Essentia Revista de Cultura, Ciência e Tecnologia, Repositório FAEMA, Revista Científica FAEMA, Revista Brasileira de Epidemiologia, Revista Saúde em Foco, SANARE- Revista de Políticas Públicas, Repositório Institucional da Universidade Federal do Tocantins, Repositório da Universidade Federal de Ouro Preto, Atlântica Editora, Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina e Revista Acadêmica Conecta FASP.



Após a leitura de cada artigo, foi iniciada a fase de análise dos mesmos, buscando os seguintes aspectos: ano de publicação, local de realização do estudo, tipo de estudo, tamanho da amostra, número e tipo de instrumentos utilizados na pesquisa. É importante frisar que, os artigos ora analisados, são compostos de natureza quantitativa e qualitativa, bem como de revisão de literatura.

De posse das referências bibliográficas, após criteriosa seleção, totalizou-se um total de 52 artigos, sendo que o critério de exclusão estabelecido, se deu a partir da restrição de periódicos, que não apresentavam informações sobre o tema, ou que apontavam data de publicação superior a 5 anos, ficando esta amostra, constituída de 25 artigos científicos sobre a temática, Abuso de benzodiazepínicos e suas consequências para a saúde mental, devido ao seu uso abusivo.

Para a seleção dos artigos científicos, pesquisados nas bases de dados, acima mencionados, foi utilizado como critério de inclusão, artigos publicados nos últimos 5 anos, a motivação para o uso desse critério, se deu, para que fosse possível retratar da forma mais próxima e fidedigna possível a problemática em questão atualmente, fazendo uso dessa forma, de periódicos relativamente recentes. Sendo importante frisar que a análise foi realizada apenas nos artigos em português.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos deste estudo demonstraram que o uso de benzodiazepínicos acaba ocasionando tolerância, dependência entre outras consequências de cunho nocivo para a saúde mental, quando o seu uso é feito de forma abusiva, mesmo quando a sua utilização se dá por curtos períodos. Ficou evidenciado que muitos dos usuários, quando tentam interromper o uso da droga, rapidamente são acometidos pela síndrome de abstinência, com o surgimento de inúmeros efeitos adversos, tendo como exemplo: náuseas, tremores, insônia, ocasionando em suas vidas, diversos comprometimentos psicossociais e ocupacionais.

As pesquisas demonstraram que não existe um tipo de fármaco, totalmente livre de efeitos colaterais, e que em virtude do crescimento exacerbado no consumo desses medicamentos, conseqüentemente, tem sido observado uma maior prevalência de efeitos

indesejáveis, decorrentes do uso dos mesmos. No que tange a sua utilização por idosos, observa-se o seu uso cada vez mais abusivo, tendo como resultado, um público cada vez mais dependente, e que a real necessidade de consumo dessas substâncias não se justifica.

Outra condição que acaba contribuindo para esse cenário alarmante, se dá, devido a propagandas, na maioria das vezes, abusivas, por parte de indústrias farmacêuticas, sobre medicamentos, induzindo, assim, a população ao hábito da automedicação, de um modo geral, essas fabricas, acabam desconsiderando, até mesmo, os potenciais riscos, efeitos adversos, além de outras consequências danosas para a saúde.

O aumento expressivo de prescrições relacionadas a esse tipo de medicamento, ocorre por fatores multifatoriais e complexos, sendo que, em boa parte dos casos, a sua utilização indevida, se dá em virtude de condutas inadequadas, de médicos clínicos gerais, ortopedistas, cardiologistas, ginecologistas, que não possuem especialidade na área, nem tão pouco pensam em estratégias alternativas, diante da queixa do paciente, encontrando como primeiro recurso: a medicação.

Foi possível constatar que, no que se relaciona ao consumo excessivo de psicofármacos, a maioria dos pacientes faz uso por longos períodos, sem o devido acompanhamento adequado, e praticamente, boa parte das prescrições acaba não levando em conta, o contexto em que esse usuário se encontra, contribuindo, assim, para indicações farmacológicas inapropriadas. Sendo que uma das razões para o consumo demasiado de benzodiazepínicos atualmente está no fato de as pessoas buscarem na medicação respostas imediatas, para o alívio de suas “dores”, assim como a solução de seus problemas, e que esse tipo de prática acaba sendo facilitado por meio dos mercados farmacêuticos.

O uso irracional dessa classe de medicamentos, quando utilizada sem o devido acompanhamento, acaba ocasionando diversos agravos à saúde, por exemplo: interações medicamentosas; intoxicações, sendo considerado um fator de risco e porta de entrada para o início do uso de outras drogas, sejam elas lícitas ou não. As crises de abstinências são normalmente observadas e são resultados do uso desregrado desse tipo de medicação, estando diretamente relacionada à tolerância e dependência.

É primordial que ocorram a implementação de programas de educação continuada, para que haja uma conscientização por parte dos profissionais de saúde, e também da população a

respeito dos malefícios associados ao abuso desses medicamentos. É necessária a execução de políticas públicas que venham ao encontro de ações voltadas para o uso racional desses fármacos, e isso pode ser feito de diversas formas, exemplificando, por meio de educação popular em saúde mental, bem como a implicação conjunta de profissionais de saúde e comunidade, para a realização de debates com temáticas abrangendo essa questão, e também, tomando o conhecimento a respeito das principais crenças e práticas populares, no tocante ao processo de saúde – doença, para que possam ser desmistificados eventuais pontos relevantes, minimizando, assim, eventuais riscos à saúde, melhorando a qualidade de vida, e, sobretudo, contribuindo de forma positiva para a saúde mental.

O uso indiscriminado dessa classe de fármacos, constitui-se como um fenômeno social, que acaba refletindo um grave problema de saúde pública, sendo possível prever, de acordo com a literatura, que esse consumo com o passar do tempo será cada vez maior. Diante do cenário atual, e com a perspectiva de compreender melhor o panorama relacionado a estimativas futuras, se faz necessária a realização de outros estudos, que venham a complementar e elencar subsídios necessários, para posterior avaliação, se esse tipo de evento tende a permanecer.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alessandra Raissa de. **Atenção Farmacêutica em idosos dependentes de medicamentos psicoativos**. 2019. Monografia (Graduação) – Faculdade de Educação e Meio Ambiente. Curso de Farmácia. Ariquemes/RO: 2019. Disponível em: <http://repositorio.faema.edu.br/handle/123456789/2464>. Acesso em: 23 fev. 2021.

ASSINI, Fabrício Luiz; BACK, Jéssica Taísa. Análise das prescrições de psicotrópicos em farmácias privadas na cidade de Monte Carlo, Santa Catarina. **Revista Eletrônica de Farmácia**. Monte Carlo. n.2 p.5-14, mar.2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/REF/article/view/37797>. Acesso em: 16 set. 2020.

ALBUQUERQUE, Willy Antunes. **Projeto de Intervenção para combater o uso indiscriminado de benzodiazepínicos na ESF Waldir Silveira**. 2016. Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais. Curso de Especialização Estratégia Saúde da Família. Montes Claros/MG: 2016. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registro/Projeto_de_intervencao_para_combater_o_uso_indiscriminado_de_benzodiazepinicos_na_ESF_Waldir_Silveira/441. Acesso em: 16 set.2020.



BOCCHI, Josiane Cristina. A psicopatologização da vida contemporânea: quem faz os diagnósticos?. **Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v.20, n.1 p. 97-109, jan. jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/11309>. Acesso em: 18 abril 2021.

CAVALCANTE, Deisiluci Miron; CABRAL, Barbara Eleonora Bezerra. Uso de medicamentos psicotrópicos e repercussões existenciais para usuários de um CAPS II. **Estudos de Psicologia**, [s.l.] ,v.22 , n.3, p. 293-304, 01 set.2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v22n3/a06v22n3.pdf>. Acesso em: 31 out. 2020.

DAMASCENO, Jéssica Martins. **Uso Crônico e Indiscriminado de Benzodiazepínicos pela população assistida pela Equipe de Saúde São Jose I – São José do Jacuri, Minas Gerais**. 2020. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais. Curso de Especialização em Gestão do Cuidado em Saúde da Família. Governador Valadares/MG: 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/34775>. Acesso em: 22 fev. 2021.

FAVERO, Viviane Rosset; SATO, Marcelo Del Olmo; SANTIAGO, Ronise Martins. Uso de Ansiolíticos: abuso ou necessidade?. **Visão Acadêmica**, Curitiba, v.18, n.4, p. 98-106 out./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/academica/article/view/57820#:~:text=Os%20ansiol%C3%ADticos%20apresentam%20componentes%20que,podendo%20gerar%20diversos%20efeitos%20adversos>. Acesso em: 26 ago. 2020.

HERNANDEZ, Maria Cristina Garcia. **Regulação do consumo de benzodiazepínicos na Equipe de Saúde da Família Jardim atalaia**: Uma proposta de intervenção. 2016. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais. Curso de Especialização em Estratégia da Saúde da Família. Governador Valadares/MG: 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-ANQG5K>. acesso em: 16 set.2020.

LINDNER, Pamela Mikhaely. Benzodiazepínicos: Uma revisão quanto as aspectos farmacológicos, ao risco, dependência e abuso. 2017. Monografia (Graduação) – Faculdade de Educação e Meio Ambiente. Curso de Farmácia. Ariquemes/RO: 2017. Disponível em: <http://repositorio.faema.edu.br/bitstream/123456789/1243/1/LINDNER%20-%20P.%20M.%20-%20BENZODIAZEP%C3%8DNICOS%20UMA%20REVIS%3%83O%20QUANTO%20AOS%20ASPECTOS%20FARMACOL%C3%93GICOS%20%5B...%5D.pdf>. Acesso em: 23 fev.2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MACIEL, Priscilla Silva Sales. **Uso Abusivo de Benzodiazepínicos na Equipe Verde de Saúde da Família Nova Vista em Sabará.** 2018. Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais. Curso de Especialização em Gestão do Cuidado em Saúde da Família. Belo Horizonte/MG: 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/31325/1/TCC%20PRISCILLA%20Silva%20Sales%20Maciel%2008%2002%2019.pdf>. Acesso em: 08 out. 2020.

MORAIS, Monalisa Maluf. **Projeto de Intervenção para redução do consumo de Benzodiazepínicos em idosos atendidos pela Unidade de Saúde da Família Guanabara em Patos de Minas.** 2019. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais. Curso de Especialização Estratégia Saúde da Família. Patos de Minas/MG: 2019. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/MONALISA-MALUF-MORAIS.pdf>. Acesso em: 22 fev.2021

MOURA, Dean Carlos Nascimento de. *et al.* Uso Abusivo de Psicotrópicos pela demanda da Estratégia Saúde da Família: Revisão Integrativa de Literatura. **SANARE**, Sobral, v.15, n.02, p.136-144, jun./dez.2016. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/viewFile/1048/594>. Acesso em: 25 fev.2021.

NUNES, Bianca Silva; BASTOS, Fernando Medeiros. Efeitos Colaterais Atribuídos ao uso indevido e prolongado de Benzodiazepínicos. **Saúde & Ciência em Ação- Revista Acadêmica do Instituto de Ciências da Saúde.** v.3, n.1, p. 71-82, ago-dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaICS/article/download/234/177#:~:text=O%20presente%20trabalho%20destacou%20que,durante%20a%20tentativa%20de%20retirada>. Acesso em: 25 ago. 2020.

OLIVEIRA, Aline Luiza Marcondes Lopes et al. Aumento da Utilização de Benzodiazepínicos entre idosos mais velhos: Projeto Bambuí. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [s.l.], v.23, n.e200029, p. 1-11, maio 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-790X2020000100420&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 26 fev. 2021.

PAULA, Daiana Dutra de. **Abuso de Benzodiazepínicos: plano de ação na Unidade Básica de Saúde Geraldina Augusta Braga – PTB- Município de Betim – Minas Gerais.** 2017. Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Alfenas. Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família. Belo Horizonte/MG: 2017. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/DAIANA-DUTRA-PAULA.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

PINTO, Rômulo de Oliveira Alves. **Estratégias para Diminuição do uso indiscriminado de Benzodiazepínicos pelos pacientes do Programa de Saúde da Família do município de Dona Euzébia – Minas Gerais.** 2017. Monografia (Pós Graduação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Curso de Especialização Estratégia de Saúde da Família. Belo Horizonte/ Minas Gerais: 2017. Disponível em:



https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registro/Estrategias_para_diminuicao_do_uso_indiscriminado_de_benzodiazepinicos_pelos_pacientes_do_Programa_de_Saude_da_Familia_do_municipio_de_Dona_Euzebia_Minas_Gerais/479. Acesso em: 16 set. 2020.

PRADO, Maria Aparecida Medeiros Barros; FRANCISCO, Priscila Maria S Bergamo; BARROS, Marilisa Berti de Azevedo. Uso de medicamentos psicotrópicos em adultos e idosos residentes em Campinas, São Paulo: um estudo transversal de base populacional. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v.26, n.4, p.747-758, out-dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-96222017000400747&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 abril 2021.

PEREIRA, Alexandre de Araújo. **Rede de atenção: saúde mental**. 2020. Módulo de Curso de Especialização- Universidade Federal de Minas Gerais. Curso de Medicina. Belo Horizonte/MG: 2020. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/rede-de-atencao-saude-mental%2018_05_2020.pdf. Acesso em: 15 abril 2021.

RIBEIRO, Cláudia Sabioni de Battisti. **Percepção de pacientes ambulatoriais do SUS de Mariana sobre o uso de benzodiazepínicos**. 2020, Monografia (Graduação)- Universidade Federal de Ouro Preto. Curso de Farmácia. Ouro Preto/MG: 2020. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/2707>. Acesso em: 09 abril 2021.

SARMENTO, Gilvania Alves; SANTOS, Sofia Dionizio. Perspectiva do usuário sobre o acompanhamento e o uso de psicotrópicos na atenção básica. **Essentia Revista de Cultura, Ciência e Tecnologia**, Sobral, v.20, n.2, p.52-60, 2019. Disponível em: <https://essentia.uvanet.br/index.php/ESSENTIA/article/view/281>. Acesso em: 26 ago. 2020.

SPILLERE, Tayse Vitali; SORATTO, Maria Tereza. O uso abusivo de ansiolítico pelo idoso. **Enfermagem Brasil**, Criciúma, v.16, n.4, p.240-245, 2017. Disponível em: <https://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/view/587/0>. Acesso em: 26 ago. 2020.

SAMPAIO, Mariá Lanzotti; BISPO JÚNIOR, José Patrício. Entre o enclausuramento e a desinstitucionalização: a trajetória da saúde mental no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.19, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462021000100502. Acesso em: 18 abril 2021.

SILVEIRA, Lia Carneiro; ALMEIDA, Arisa Nara; CARRILHO, Camila. Os benzodiazepínicos na ordem dos discursos: de objeto da ciência a objeto gadget do capitalismo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.28, n.1, p. 107-120, jan./mar. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000100008. Acesso em: 26 ago. 2020.



ZORZANELLI, Rafaela Teixeira; CRUZ, Murilo Galvão Amancio. O Conceito de medicalização em Michel Foucault na década de 1970. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, v.22, n.66, p.721-731, maio 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832018005007103&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 abril 2021.



AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOTERAPIA BREVE NO PROCESSO DE LUTO APÓS UMA PERDA FETAL

Krysnar Sanchuara Fernandes de Oliveira¹

Samyra Viviane Oliveira Ferreira e Silva²

Émille Caroline de Souza Mindelo³

Irlany Joise Do Nascimento Silva⁴

Elihab Pereira Gomes⁵

RESUMO

A gestação interrompida involuntariamente pode ser uma experiência extremamente dolorosa, em função de toda a significação que a gravidez representa socialmente. Entretanto, muitas vezes, a dor decorrente da perda fetal não é reconhecida culturalmente, podendo gerar uma sensação de desamparo e inadequação por quem a vivencia. Sendo assim, uma forma de luto não reconhecido, o sofrimento tende a ser intensificado quando o enlutado não tem a oportunidade de ter o seu processo de luto respeitado. Nesse sentido, por se tratar de uma demanda pontual, decorrente de um acontecimento específico na vida do sujeito, a Psicoterapia Breve mostra-se como uma ferramenta de alto potencial para acolhimento e intervenções diante das nuances que esse luto envolve. Dito isso, com este trabalho, buscou-se uma melhor compreensão acerca do processo de enlutamento, do luto pela perda fetal e dos aspectos teóricos e práticos da Psicoterapia Breve, com o objetivo de observar e discutir possibilidades de contribuições dessa modalidade da psicologia clínica diante da demanda abordada. Para tanto, foi feita uma revisão de literatura integrativa sobre a temática, através da qual observou-se que, de fato, a Psicoterapia Breve dispõe de recursos de amplas possibilidades para atuação diante

¹ Graduanda em Psicologia pela FCRN. E-mail: krysnar.oliveira@aluno.catolicadorn.com.br

² Graduanda em Psicologia pela FCRN. E-mail: samyra.silva@aluno.catolicadorn.com.br

³ Graduanda em Psicologia pela FCRN. E-mail: emille.mindelo@aluno.catolicadorn.com.br

⁴ Graduanda em Psicologia pela FCRN. E-mail: irlany.silva@aluno.catolicadorn.com.br

⁵ Orientador, Mestrando em Saúde e Sociedade. E-mail: elihabpsi@gmail.com



do sofrimento decorrente da perda fetal, por meio de reconhecimento e acolhimento das dores ali permeadas e de meios teóricos e práticos que auxiliam na elaboração e ressignificação do luto em seu percurso que deve ser singular a cada sujeito.

Palavras chave: perda fetal, psicoterapia breve, luto.

ABSTRACT

A pregnancy terminated involuntarily can be an extremely painful experience, due to all the significance that pregnancy represents socially. However, many times, the pain resulting from fetal loss is not culturally recognized, and may generate a feeling of helplessness and inadequacy for those who experience it. Thus, as a form of unrecognized grief, the suffering tends to be intensified when the bereaved person does not have the opportunity to have his/her grieving process respected. In this sense, because it is a one-time demand, arising from a specific event in the subject's life, Brief Psychotherapy shows itself as a tool with high potential for welcoming and intervening in the nuances that this mourning involves. With this in mind, this paper sought a better understanding of the bereavement process, of mourning for fetal loss and of the theoretical and practical aspects of Brief Psychotherapy, with the objective of observing and discussing the possibilities of contributions of this modality of clinical psychology to the demand in question. For this purpose, a systematic literature review was done on the theme, through which it was observed that Brief Psychotherapy has ample possibilities to act on the suffering due to fetal loss, through the recognition and welcoming of the pains permeated therein and theoretical and practical means that help in the elaboration and re-signification of mourning in its course, which must be singular to each subject.

Keywords: fetal loss, brief psychotherapy, mourning.

1 INTRODUÇÃO

A maternidade é um desejo que inúmeras mulheres experienciam ao longo dos anos e, culturalmente, é considerada uma vivência completamente marcante, por englobar transformações biológicas, psicológicas e sociais, sendo compreendida como um momento de

crescimento, amadurecimento e mudanças em diversos sentidos da vida. Dito isso, o período gestacional pode vir acompanhado de inúmeras fantasias e expectativas, de maneira especial para a mãe. No entanto, quando essa jornada é interrompida de forma abrupta e involuntária, pode se tornar um dos mais dolorosos sofrimentos que acometem o ser humano, tendo em vista que pode denotar a interrupção de ideais depositados nesse projeto que é a maternidade e principalmente pelas particularidades que circundam a situação.

De acordo com a definição do Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do comitê de prevenção do óbito infantil e fetal, Ministério de Saúde (2009), natimorto ou óbito fetal é a morte de um fruto da concepção, antes da eliminação ou da retirada completa do corpo materno, independentemente do tempo de gravidez. Para Iaconelli (2007) luto perinatal é a perda de um feto ou recém-nascido. Para Muza *et al.*, (2013), dá-se o nome de natimorto quando o bebê morre dentro do útero e, neomorto, quando a morte acontece em até sete dias de nascimento.

No que concerne aos atestados de óbito decorrentes dessas circunstâncias, o Manual de instruções para o preenchimento da declaração de óbito Ministério da Saúde (2011), orienta que o campo no qual pertencente o nome e sobrenome seja substituído apenas pelo termo “natimorto”. Essa indicação encontra-se descrita inicialmente na lei de nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, na qual dispõe sobre os registros públicos.

Situações como essas, promovem reflexões e discussões acerca do tema ainda nos dias atuais. Inclusive, um projeto de lei de nº 88 do ano de 2013 solicitava a alteração do parágrafo primeiro, do Artigo 53 da lei supracitada, estabelecendo assim, que caso fosse vontade dos pais, estivessem mencionados nome e sobrenome na certidão de óbito. Entretanto, sua tramitação foi encerrada no ano de 2015, pois apesar de ter sido aprovada pelo plenário, foi vetada pelo então presidente em exercício no referido ano.

Nessa perspectiva, quando ocorre uma perda de tal natureza, e, considerando a complexidade da situação, sobretudo por muitas vezes não haver a oportunidade de vivenciar um nenhum ritual de despedida, ou sequer o reconhecimento do nome do bebê no registro, pode tornar esse processo de luto ainda mais difícil de ser elaborado, assim como se configurar em um luto não reconhecido, que de acordo com Dr. Kenneth J. Doka (1999) é quando o indivíduo experiência uma perda na qual não é, ou não pode ser abertamente reconhecida, lamentada publicamente ou apoiada pela sociedade. A julgar que para alguns, somente pode ser

considerada “mãe” quando o descendente está vivo, não legitimando a individualidade de cada sujeito, os aspectos emocionais e os sentimentos presentes em quem está lidando com um processo dessa natureza.

Por outro lado, a Psicoterapia Breve Focal, vem sendo crescentemente utilizada, na busca por auxiliar os pacientes em questões mais pontuais, no intuito de auxiliá-los na condição psíquica frente ao acometimento de algum sofrimento, ou, nessas circunstâncias, ajudá-los a seguirem com novos significados para suas dores, contribuindo para a tomada de consciência e chamando a atenção da pessoa para sua própria vida em seus múltiplos sentidos. Uma vez que se pode considerar a dor decorrente da morte fetal um processo de enlutamento caracterizado por uma questão pontual que atravessa a trajetória de uma pessoa, essa ramificação da Psicologia Clínica pode ser pensada como um instrumento de alto potencial de possibilidades de ajuda àqueles em quem se percebe maiores dificuldades de elaboração do sofrimento decorrente dessa perda.

Pesquisar sobre as contribuições da psicoterapia breve no processo de luto após uma perda fetal é de extrema importância, levando em consideração todos os atravessamentos encontrados diante dessa temática e as elucidações contextuais que embasam essas discussões. A Psicoterapia Breve, segundo Pereira e Pires (2018), desenvolve sua importância diante dessa busca no auxílio a esse indivíduo enlutado que está vivenciando atualmente, mediante suas emoções e frustrações, sobretudo a essa perda repentina e não esperada, o apoio do psicólogo abordando a PB, trazendo uma mediação acolhedora e empática conforme o processo de enlutamento, dando suporte no entendimento do que se passa no momento atual e como o paciente irá lidar com essa situação e dando um apoio emocional emergente.

Sendo assim, objetivo geral desta pesquisa é analisar quais as possíveis contribuições da psicoterapia breve no processo de luto após uma perda fetal, tendo como objetivos específicos descrever sobre as considerações do processo de luto, discussões sobre o luto pela perda fetal e entender qual a importância e possibilidades de intervenções da psicoterapia breve nesses casos. Diante dessas informações, a pergunta problema deste trabalho é: Quais as contribuições que a psicoterapia breve traz no processo de luto após uma perda fetal?

2 EMBASAMENTO TEÓRICO /QUADRO REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DO LUTO

O luto é um processo inevitável que faz parte da vida do ser humano, demandando o tempo necessário para que seja vivenciado de forma natural. É um momento em que a pessoa sofre mudanças na relação consigo próprio e com os outros. Não é uma mera junção de sintomas que aparecem depois da perda e acabam sumindo depois, mas um seguimento de sensações e comportamentos físicos e emocionais que estão profundamente associados (SOUSA, 2016).

O processo de luto é fortemente atravessado pela influência cultural, de gênero e religião (SOUSA, 2016), pelo ambiente em que a pessoa está e, até mesmo, pela circunstância da perda. Tudo isso interfere no modo que o indivíduo vai enfrentá-lo. Entretanto, cada sujeito tem a sua forma subjetiva de vivenciá-lo, podendo diferir de pessoa para pessoa em intensidade, emoções, tempo e modo de reagir à perda (RAMOS, 2016).

Contudo, muitas vezes, as pessoas são impelidas a pôr um fim no seu próprio processo antecipadamente. A morte e o luto são comumente concebidos como um assunto que precisa ser evitado. Sendo assim, não raramente, o enlutado passa a se portar de maneira que a sociedade impõe, contrariando sua real necessidade psicológica frente à perda. Com isso, acaba vivenciando suas dores de forma solitária, ou se vendo na obrigatoriedade de negá-lo ou abandoná-lo antes do tempo necessário (SOUSA, 2016).

Sousa (2016) ainda aborda algumas sensações e sentimentos possíveis após a perda, como o sentimento anestésico, decorrente do qual pode ocorrer uma sensação de entorpecimento, fazendo com que o sujeito aparentemente negue tal acontecimento por um determinado tempo. Além disso, o choque da perda pode promover diversas emoções de uma só vez, podendo gerar confusão mental, desorganização e dificuldade para se concentrar.

Em 1982, Bowlby já trazia que, quando um indivíduo perde alguém, frequentemente há uma fase de protesto, onde há o intuito de recuperar o ente querido, na forma real, ou através de sentimentos, e ainda a culpando por seu abandono. Nessa fase de angústia, as emoções são confusas e há uma variação entre ânimo e raiva, até um grande desespero. No entanto, embora esse misto de emoções possa continuar por muito tempo, deverá haver um momento em que irá acontecer uma separação emocional do ente querido falecido. Após essa desorganização de

sentimentos, a conduta nesse momento é de se reorganizar na ausência daquela pessoa perdida.

Cabe mencionar ainda que, comumente, o luto é associado ao processo decorrente da morte de uma pessoa querida. Porém, é importante ressaltar a existência de outras situações que podem desencadear o luto, como o fim de um relacionamento amoroso, a demissão de um emprego, ou a perda de um membro do corpo. Esses acontecimentos são exemplos de perdas pelas quais o sujeito pode experienciar no decorrer da vida, que podem ocasionar dores, sofrimentos e angústias em graus variados e que requerem tempo para serem elaborados. Portanto, cabe considerar diferentes formas de enlutamento, para além de questões relacionadas à finitude da vida (RAMOS, 2016).

2.2 O LUTO PELA PERDA FETAL

Para que seja considerada como perda fetal, a morte do feto deve acontecer antes da eliminação ou retirada completa do feto. Quando a morte ocorre até a vigésima segunda semana de gravidez, é considerado como aborto espontâneo (AGUIAR, 2016). De tal forma, o processo de luto inicia assim que o bebê é retirado. Nesse instante, acontece o encontro com a realidade. Com isso, é necessário perceber a diferença entre bebê ideal e o real, e o contato com o corpo do bebê poderá ajudar nessa diferenciação necessária, para que posteriormente, haja o reconhecimento social, como o enterro e rituais de despedida (MUZA et al., 2013).

A experiência do luto pelo aborto espontâneo é abordada por James William Worden (2013) em seu livro *Aconselhamento do Luto e Terapia do Luto: um Manual para Profissionais da Saúde Mental*. O autor menciona a postura médica nessas situações, normalmente focada em questões físicas e estatísticas acerca de perspectivas de gestações futuras. Ressalta-se, entretanto, a importância do reconhecimento da perda sofrida pela mulher que tem a gestação interrompida nessas circunstâncias. Nesse sentido, Aguiar (2016) pontua a complexidade que a gestação por si só já envolve. De maneira que, a interrupção da gravidez pode intensificar ainda mais possíveis lutos já proeminentes do processo gestacional, exigindo uma maior atenção no manejo demandado.

Outro aspecto para o qual o Worden (2013) chama atenção é a auto responsabilização, muito comum, principalmente nos últimos anos, uma vez que, vem ocorrendo de as mulheres

protelarem a primeira gravidez, buscando, antes disso, objetivos profissionais. A perda do bebê mediante esse contexto tende a potencializar o sentimento de culpa. Nas palavras do autor: “A mulher, geralmente, precisa culpar alguém e muitas vezes o primeiro foco de recriminação direciona-se a si mesma, com raiva autodirigida” (p. 142).

Worden (2013) também aponta a culpabilização direcionada aos maridos:

O homem, seguidamente, é o alvo da raiva da esposa. Isso acontece porque a mulher o acusa de não ter os mesmos sentimentos que ela ou, pelo menos, ela percebe que eles não são os mesmos. Geralmente, nas circunstâncias que cercam o aborto espontâneo, o marido se sente impotente, e na sua necessidade de se mostrar forte e ser continente, isso pode ser mal interpretado pela mulher como um não se importar (p.142).

Nesse cenário, frequentemente o médico é visto como um aliado. Mas esse apoio, geralmente, se dá no sentido das possibilidades de um novo filho, que embora possa promover um certo conforto, muitas vezes não é exatamente o que se deseja no momento, tendo em vista que se trata de uma perda e, por isso, existe um luto que precisa ser trabalhado (Worden, 2013). Aguiar (2016) corroborando com essa ideia, verificou que ocorre de esses lutos não vivenciados promoverem a busca pelo objeto perdido, sobrecarregando a família que vive esse processo.

Trata-se de um contexto em que frequentemente se desconsidera a importância de se falar sobre a perda ocorrida. Há também um desconforto por parte de familiares e amigos em falar a respeito, quando se trata de um aborto. Isso pode tornar ainda mais difícil o processo de luto pelo qual os pais passam nesse momento. Falar sobre o luto é necessário, inclusive quando há crianças envolvidas nesse percurso, como os irmãos, por exemplo (Worden, 2013).

Aguiar (2016) acrescenta a comum subestimação, por parte do meio social, em torno da perda fetal, à qual se costuma atribuir um status inferior à dor da perda de um filho. Como o bebê não chegou a nascer, aproxima-se a ideia de sua total inexistência. Espera-se, então, um período mais curto e menos intenso de tristeza. Esse não reconhecimento pode ser bastante prejudicial para os pais, podendo inclusive contribuir para o desencadeamento patológico do luto, uma vez que se nega a esses pais o direito de vivenciarem tal perda de seu próprio modo. A autora ainda alerta para o risco de o silêncio nesse contexto tornar ainda mais penosa a elaboração do sofrimento.

2.3 A PSICOTERAPIA BREVE FOCAL

Como um dos braços da Psicologia Clínica, a Psicoterapia Breve teve sua origem na Psicanálise, uma vez que, a princípio, Freud utilizava tratamentos de curta duração. Entretanto, mais à frente, os psicanalistas seguiram por um percurso em que passaram a adotar tratamentos mais longos. Posteriormente, surgem e desenvolvem-se outras perspectivas teóricas para a psicoterapia em paralelo à psicoterapia integrada à utilização de psicofármacos. Percebe-se então uma tendência, tanto de estudos científicos, como pela necessidade de redução de custos e de tempo dos tratamentos em algumas situações, a se proporem terapias de duração mais curta. Dentre os seguidores de Freud, Ferenczi, rompendo alguns postulados psicanalíticos, propôs técnicas mais ativas que abreviassem o tempo do tratamento e, juntamente com Rank, formulou conceitos básicos que são utilizados até hoje, como a ideia de que o momento atual pode ser mais importante do que a infância do paciente, além de uma previsão de término para o tratamento (LEMGRUBER; 1997).

Lemgruber (1997) resume a base da Psicoterapia Breve Focal no tripé: foco, atividade e planejamento. Resta então evidente que, apesar de ser uma proposta terapêutica de uma duração reduzida, o que mais caracteriza essa modalidade está na direção do tratamento, a qual deve se dar em torno de um foco específico, sobre o qual o terapeuta deverá debruçar sua atuação com base no planejamento e utilizando-se de técnicas específicas.

A literatura traz ainda a ideia da Psicoterapia Breve de Apoio (PBA), a qual tem como objetivo reabilitar o indivíduo harmoniosamente, de forma preventiva, com o intuito de restabelecer aquele sujeito. Santos (1952), afirma que a PBA é um processo terapêutico, cujo objetivo é amenizar a ansiedade daquele indivíduo que está passando por problemas emocionais, independente da origem. Segundo Holanda (2007), a PBA é utilizada em situações de crise, principalmente em hospitais, onde há uma maior predominância de crises depressivas, ansiedades pré e pós cirúrgicas, adoecimentos, luto, etc. Com isso, as intervenções são de cunho preventivo, a fim de aliviar e tentar impedir comportamentos mais desadaptativos.

Simon (1989, apud Holanda, 2007) aborda a Teoria da Crise, segundo a qual é subclassificada em crise de aquisição, no caso de aumento, e de perda, no caso de diminuição.



Na perda, há sensações de culpabilidade e depressão. Na teoria da perda, o objetivo da Psicoterapia Breve de Apoio é ajudar o indivíduo a aceitar a perda, enfrentando os sentimentos que predominam, a fim de evitar riscos e estimular seu interesse pessoal. Existem também os modelos de prevenção nas crises, onde a passiva corresponde à situação em que o indivíduo já está em crise e o intuito é de contornar a situação, enquanto na ativa, a crise ainda não se instalou e com isso, é possível uma melhor preparação dos profissionais para que essa crise seja amenizada. A intenção é que a crise por perda não regresse.

Holanda (2007), por sua vez, pontua que, para que se tenha êxito na Psicoterapia Breve, é importante que inicialmente haja uma aliança terapêutica, para que o processo ocorra de forma assertiva e empática, de forma esclarecedora, onde tanto o paciente, quanto o terapeuta, desempenhem papéis ativos em conjunto. Para esse autor, é importante também considerar aspectos do paciente como estrutura familiar, indicação, entre outros, para que após essa junção, seja feito o planejamento e inicie os processos de intervenções.

4 METODOLOGIA

O presente estudo é de cunho qualitativo e de revisão bibliográfica e para sua produção., foram realizadas buscas acerca das temáticas de perda fetal, luto por perda fetal, psicoterapia breve e o processo de luto. Toda a pesquisa foi feita por meio eletrônico, na plataforma de pesquisa PUBMED e Scielo (Scientific Electronic Library Online), importantes meios de pesquisa mundial.

A metodologia tem como objetivo instruir qual caminho a ser percorrido na estruturação da pesquisa, delineando quais os métodos e procedimentos foram utilizados nesse processo (TOZONI-REIS; 2009). Para Cervo (2002), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo a obtenção de ideias e construções de pesquisas pautadas sobre discussões de autores já existentes, trazendo como base os materiais já publicados, como livros, jornais, revistas e artigos. Segundo Moresi (2003) a pesquisa qualitativa leva em consideração o ambiente como sendo o principal meio de fonte de informação e o pesquisador, o coletador de dados.

De acordo com Silva e Maria (2016), para se elaborar uma revisão integrativa, precisa seguir algumas etapas primordiais, como forma de estabelecer hipóteses e objetivos da revisão

integrativa; precisa se estabelecer critérios de inclusão e exclusão de artigos, com isso definir quais as informações que precisam ser extraídas de cada artigo escolhido; a análise, discussões e apresentações dos resultados, e por fim consiste na apresentação da revisão.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DA PSICOTERAPIA BREVE NO LUTO PELA PERDA FETAL

Em seu livro “Psicoterapia Breve e o Luto Materno”, Neli Klix Freitas (2000) aponta que algumas mães enlutadas conseguem aceitar suas perdas em menos tempo que outras, retomando sua rotina e voltando ao convívio em sociedade. Já outras, não aceitam, de forma alguma a perda do filho, tendo problemas em voltar ao convívio social, sendo mais difícil essa volta à realidade.

Nessa perspectiva, Pereira e Pires (2018) ressaltam a importância da psicoterapia para que se possa auxiliar o indivíduo na elaboração do luto vivenciado, a fim de contribuir na demonstração das emoções que vão surgindo mediante as perdas, dentro de uma esfera acolhedora e facilitadora. O apoio dado ao sujeito enlutado, ajudará a entender o que está acontecendo naquele momento, permitindo trazer novos significados. O indivíduo em sofrimento irá vivenciar uma nova fase pela frente e a terapia irá contribuir na exteriorização de sentimentos, sendo como uma base de apoio e acolhimento, fornecedora de proteção.

Freitas (2000) pontua que vivemos em uma sociedade onde muito se fala sobre reprodução, mas se evita abordar sobre a morte. Muza et al., (2013) destacam que a função de facilitar o convívio com a nova e difícil realidade, na maioria das vezes é atribuída ao psicólogo, possibilitando um ambiente onde se possa expressar as emoções, facilitando uma maior perspectiva de preparação do luto do filho falecido. Entretanto, para Pereira e Pires (2018), assim como os profissionais de saúde, a família e os amigos têm fundamental importância nesse processo de enlutamento, devendo-se respeitar o tempo de cada indivíduo, sem acelerar seu percurso, mas auxiliando a perceber que aconteceram mudanças.

Nesse contexto, existem várias técnicas dentro da PB que podem ser utilizadas no luto

pela perda fetal. Fiorini (1999, p.153-172, apud Holanda, 2007), destaca algumas intervenções terapêuticas verbais da PBA que podem auxiliar no processo dos pacientes: (i) A interrogação, que consiste em saber como o paciente está naquele momento, sendo um dos principais meios utilizados nas seções; (ii) a retificação, que visa consolidar aquele indivíduo, pois quando se está em crise, a tendência é alterar as situações, e o terapeuta irá “corrigir” aquela situação; (iii) sugestão/indicação, que é um método que busca fortalecer pontos sadios e reduzir aqueles que desestabilizam. O objetivo do terapeuta nesse método, é propor ao paciente condutas alternativas; (iv) promover a livre expressão verbal, que consiste em uma intervenção onde o indivíduo poderá descarregar suas emoções e sentimentos contidos; (v) o encorajamento, que consiste em apoiar o indivíduo a ter mais autonomia, incentivando em situações difíceis.

Outro tipo de método que auxilia os pais no processo de luto, na intenção de não se transformar em luto patológico, é o grupo dos pais, pois acaba existindo um compartilhamento de escutas e construção e significados diante da perda (IACONELLI, 2007). Concomitantemente, Santos (1952) destaca que a terapia grupal objetiva reduzir ou eliminar sinais expressivos na personalidade do indivíduo. Esse percurso grupal pode ajudar no processo de aceitação, trabalhando-se as situações que estão sendo vivenciadas naquele momento, a fim de experimentar emoções corretivas, interacionais e reeducativas, havendo um apoio simultâneo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicoterapia Breve, vem sendo praticada ao longo dos anos, com resultados observados em diferentes lugares do mundo, e apesar de ser focal e de curta duração, pode trazer potentes contribuições em diversos contextos, produzindo resultados significativos, inclusive no processo de enlutamento. De maneira que, sendo bem elaborada, a psicoterapia breve pode contribuir em diversas esferas, ajudando os indivíduos a encontrarem a melhor maneira de enfrentar as perdas que surgem em sua trajetória de vida.

Situações como a perda fetal podem refletir em diferentes intensidades a saúde mental de inúmeras mulheres e famílias ao longo dos anos, uma vez que essa situação pode gerar uma carga de fracasso e/ou sentimentos de frustração, e majorando sensações de insegurança e desânimo.



Nessa perspectiva, a Psicoterapia Breve muito tem a contribuir nesses atravessamentos, podendo amenizar até mesmo quadros agudos de sofrimentos, proporcionando alívio e/ou conforto em um curto espaço de tempo, tanto pela eficácia dessa modalidade terapêutica, quanto pela diminuição na fila de espera, permitindo que mais pessoas tenham acesso a esse serviço de saúde e cuidado, principalmente quando se trata dessas possibilidades no serviço público.

Por se tratar de uma de uma forma de atuação ainda relativamente recente no Brasil, cabe ainda aprofundamentos nas pesquisas para a sua aplicação, principalmente no que diz respeito à sua relação com as diferentes abordagens da psicoterapia. Porém, seja qual for a abordagem teórica, na psicoterapia breve deve-se exercer essa modalidade com o comprometimento e dedicação que a situação exige.

Antes de qualquer técnica, vale ressaltar que o acolhimento é de suma importância em qualquer processo psicoterapêutico, pois não se pode perder de vista que diante da angústia do paciente, independentemente da modalidade de atendimento, o profissional da Psicologia se faz presente para auxiliar o sujeito em seu percurso de elaboração e ressignificação do sofrimento.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Helena Carneiro; ZORNIG, Sílvia. **Luto fetal: a interrupção de uma promessa.** Estilos clínicos, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 264-281, ago. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282016000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

BOWLBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos.** São Paulo: Martins Fontes, 1982.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2013.** Altera a redação do § 1º do art. 53 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, para dispor sobre o registro do nome e do prenome que forem dados ao natimorto. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114699>>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei Federal Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16015compilada.htm>. Acesso em: 17 de maio de 2021.



Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Manual de Instruções para o preenchimento da Declaração de Óbito**. Brasília: 2011. 54 p. Disponível em: <<http://svs.aids.gov.br/dantps/cgiae/sim/documentacao/manual-de-instrucoes-para-o-preenchimento-da-declaracao-de-obito.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal**. 2. ed. – Brasília:, 2009. 96 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_obito_infantil_fetal_2ed.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

CERVO, Luiz Amado. **Metodologia Científica**. São Paulo, Prentice Hall, 2002.

DOKA, Kenneth J. **Disenfranchised Grief**. Bereavement care, p. 37 volume 18, number 3, winter 1999. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02682629908657467>> Acesso em: 17 de maio de 2021.

Freitas, N. K. (2000). **Luto materno e psicoterapia breve**. São Paulo: Summus.

HOLANDA, Teresa Cristina Monteiro de. **Um modelo de intervenção em Psicologia Hospitalar: A Psicoterapia Breve de Apoio**. In: Ana Maria Vieira Lage; Katia Cristine Cavalcante Monteiro. (Org.). Um modelo de intervenção em Psicologia Hospitalar: A Psicoterapia Breve de Apoio. 1 ed. Fortaleza, 2007, v. 1, p. 53-84.

IACONELLI, Vera. **Luto insólito, desmentido e trauma: clínica psicanalítica com mães de bebês**. Rev. latinoam. psicopatol. fundam., São Paulo, v. 10, n. 4, p. 614-623, Dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142007000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 de maio 2021. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142007000400004>.

LEMGRUBER, Vera. **Psicoterapia Breve Integrada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MORESI, E. (Org). **Manual de Metodologia da Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília: 2003.

MUZA, Júlia Costa et al . **Quando a morte visita a maternidade: atenção psicológica durante a perda perinatal**. Psicol. teor. prat., São Paulo, v. 15, n. 3, p. 34-48, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

Pereira SM, Pires EF. **As experiências de perdas e luto na contemporaneidade: um estudo bibliográfico**. Educação 2018; 13(1):200-217. Disponível em: <<http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/2837/2499>>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

RAMOS, V. A. B. **O processo de luto**. Psicologia. O Portal dos Psicólogos, 2016. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1021.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

Rios, T.S., Santos, C.S.S., & Dell'Aglio, D.D. (2016). **Elaboração do processo de luto após uma perda fetal: Relato de experiência**. Revista de Psicologia da IMED.

Santos, E.F. (1952). *Psicoterapia breve: abordagem sistematizada de situações de crise* (5ª ed.). São Paulo: Editora Ágora.

Ursi ES, Galvão CM. **Prevenção de lesões de pele no perioperatório:** revisão integrativa da literatura. *Rev Latino-am Enfermagem* 2006 janeiro-fevereiro; 14(1):124-31. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/7hS3VgZvTs49LNX9dd85VVb/abstract/?lang=pt>. Acesso em 22 Agosto de 2021.

SOUSA, Luiza Eridan Elmiro Martins de. **O processo de luto na abordagem gestáltica: contato e afastamento, destruição e assimilação.** *IGT rede*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 253-272, dez. 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-25262016000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

TOZONI REIS, MFC. **Metodologia da pesquisa.** 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A; 2009.

WORDEN, James William. **Aconselhamento do luto e terapia do luto: um manual para profissionais da saúde mental;** (tradução A. Zilberman, L. Bertuzzi, & S. Smidt); 4ª ed. São Paulo: Roca, 2013.



AUTISMO E SEU DIAGNÓSTICO POR MEIO DE MÚLTIPLOS OLHARES

Dina Stéphanie Lopes Gouveia¹

Maria Vera Lúcia Pessoa Porto²

Morgana Cabral de Oliveira³

Washington Sales do Monte⁴

RESUMO

O transtorno do espectro autista é um transtorno crônico não degenerativo. Seus sintomas variam de leve a grave e as dificuldades na comunicação social e comportamento são as mais recorrentes. Sua etiologia ainda é desconhecida apesar de várias pesquisas que apresentam fatos de predisposição para o autismo. Seu diagnóstico é feito por anamnese e por observação direta do comportamento da criança. A avaliação e o diagnóstico precoce são essenciais tanto para o profissional quanto para o paciente auxiliando assim no desenvolvimento e tratamento. Quanto antes diagnosticado, melhor, pois as conexões neurais da criança ainda estão em desenvolvimento e devido sua plasticidade podem ocorrer melhores resultados no desenvolvimento da criança. É necessária uma equipe multidisciplinar, a saber: fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo, psicopedagogo, dentre outros profissionais, para juntamente com os pais ou cuidadores se envolverem no tratamento auxiliando a pessoa com transtorno do espectro autista a desenvolver-se melhor. Com o objetivo de conhecer melhor o autismo e seu diagnóstico por meio de múltiplos olhares, discute-se nessa pesquisa a necessidade do diálogo entre os profissionais bem como com a família. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa cuja metodologia para a apropriação do conhecimento, - base para as nossas

¹ Estudante do 6º período do curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: dina_stephanie@hotmail.com

² Estudante do 6º período do curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: veraluciapessoaporto@gmail.com

³ Estudante do 6º período do curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: morgana_frank@hotmail.com

⁴ Estudante do 6º período do curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: wsalesmkt@gmail.com



reflexões -, é uma revisão de literatura com buscas em livros e sites acadêmicos de estudiosos acerca da temática em questão.

Palavras-chave: Autismo, Diagnóstico, Equipe Multidisciplinar.

REPRENDRE

Les troubles du spectre autistique sont des troubles chroniques non dégénératifs. Ses symptômes vont de légers à sévères et les difficultés de communication sociale et de comportement sont les plus récurrentes. Son étiologie est encore inconnue malgré plusieurs études qui montrent des faits prédisposant à l'autisme. Son diagnostic se fait par anamnèse et par observation directe du comportement de l'enfant. Une évaluation et un diagnostic précoces sont essentiels à la fois pour le professionnel et le patient, contribuant ainsi au développement et au traitement. Plus tôt est diagnostiqué, mieux c'est, car les connexions neuronales de l'enfant sont encore en développement et en raison de leur plasticité, de meilleurs résultats peuvent être obtenus dans le développement de l'enfant. Une équipe multidisciplinaire est nécessaire, à savoir: orthophoniste, ergothérapeute, psychologue, psychopédagogue, entre autres professionnels, pour s'impliquer dans le traitement avec les parents ou les soignants, aidant la personne atteinte de troubles du spectre autistique à mieux se développer. Afin de mieux comprendre l'autisme et son diagnostic à travers de multiples perspectives, cette recherche aborde la nécessité d'un dialogue entre les professionnels ainsi qu'avec la famille. Il s'agit d'une recherche bibliographique et qualitative dont la méthodologie d'appropriation des savoirs, -base de nos réflexions-, est une revue de littérature avec des recherches dans les ouvrages et sites académiques des universitaires sur le sujet en question.

Mots clés : Autisme, Diagnostic, Équipe multidisciplinaire.

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA)

O Espectro Autista, segundo Grinker (2010) foi descoberto na década de 40, por Leo Kanner, em 1943. O transtorno do espectro do autista (TEA) ou simplifcadamente autismo é uma síndrome - conjunto de sinais e sintomas - que pode ser caracterizada por alteração do

desenvolvimento com uma alta incidência de casos, em todo o mundo, cada vez mais casos vêm sendo identificados (CAMPOS, 2019).

Conforme o DSM-5, o transtorno do espectro autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger (DSM-5, p. 53)

O transtorno do espectro autista é uma desordem do neurodesenvolvimento com início bem precoce e curso crônico, não degenerativo, de etiologia desconhecida. O autismo abrange prejuízos na interação social, alterações importantes na comunicação oral e verbal, apresenta padrões limitados ou estereotipados de comportamento e interesses, dentre outros sinais e sintomas, caracteriza-se por déficit persistente na comunicação e interação social em múltiplos contextos comportamentais, por prejuízos no desenvolvimento de habilidades sociais, de comunicação e de cognição na criança (NOGUEIRA; RIO, 2011).

Deste modo, se por um lado temos depoimentos como o de Christopher Stevens e Nicola Stevens, em seu livro *Um menino de verdade* ou *A real boy*, tendo como subtítulo: “como o autismo estraçalhou nossas vidas e deixou a família em pedaços”, percebemos que com o desenvolvimento do conhecimento sobre esse transtorno tem dado oportunidades a que famílias e pessoas afetadas por essa síndrome possam encontrar caminhos terapêuticos possibilitando, inserir-se na vida social de forma construtiva.

A despeito disso, quando uma família recebe o diagnóstico de que uma criança é portadora do TEA, o que se tem são crises familiares, desconfianças, incredulidade diante da síndrome pois, como nos diz Stevens acerca da família apresentada no livro (2008, p. 82), “[...] Eles, é claro, ficaram profundamente chateados com o diagnóstico de David”, situação que implica muitas vezes em negações e falsas perspectivas: espera-se que algo, miraculosamente, mude o diagnóstico ou que este venha a estar errado, nutrem-se de esperanças que levam a desconsiderar a real situação pela qual a criança e a família passam. Depois, com as terapias e o equilíbrio gradual da situação, essas perspectivas se alteram, o que pode potencializar a descoberta de habilidades e talentos.

O próprio diagnóstico é algo complexo, algo que é feito ao longo do tempo, uma vez que os profissionais trabalham com um ser humano em formação e que pode vir a sofrer graves

problemas por conta de rótulos e estereotipados. Nesse sentido, acontecem situações de insegurança na família que implica, a depender da situação social e da sociedade em que se vive (como em alguns países europeus), que esse diagnóstico implique em ajuda social, médica e mesmo financeira, uma vez que existe um impacto econômico nas famílias (a mãe ter que se ausentar do trabalho para providenciar cuidados, uso de fármacos, adaptações no ambiente familiar etc.).

Para além da situação diagnóstica, outra perspectiva que deve ser observada, diz respeito ao fato de o autismo poder apresentar perfis de desenvolvimento desafiadores, deixando os pais, e muitas vezes alguns profissionais, perplexos ante o acompanhamento dos acometidos por essa síndrome, pois variam muito as características sintomáticas, implicando em atuações e intervenções específicas para cada caso. Assim, crianças com autismo vão apresentar sintomas diferentes entre si e acometimentos com gradientes variados dos sintomas associados à síndrome, de crianças mais adaptadas à interação social a crianças em estados próximos ao catatonismo, de gradientes diferentes entre meninos, que podem ser mais severos em relação ao de meninas, que são menos atingidas pela síndrome e com sintomas mais leves, de modo geral, até situações em que determinados indivíduos que poderão desenvolver altas habilidades, sendo esses caracterizados como autistas de alto funcionamento ou desempenho (SIMÕES, 2012).

Assim, para o autismo com altas habilidades funcionais, mesmo que se tenha de início a dificuldade com a fala, com o seguimento de um tratamento adequado e, em tempo hábil, essa dificuldade pode ser suprimida, vindo a comunicação a ser desenvolvida junto a outras habilidades como a musical, de desenho, de pintura, de escultura, de cálculo, de posicionamento geográfico, de modo, a virem a se desvelar verdadeiros talentos por trás e por causa do autismo.

Quanto à gradação do TEA, considera-se, de forma tipológica, síndromes como a de Asperger, como uma faceta menos “agressiva”, com menor déficit de comprometimento de habilidades sociais da TEA. Assim, conforme o prefácio do DSM-5, a Fusão de transtorno autista, transtorno de Asperger e transtorno global do desenvolvimento no transtorno do espectro autista, consideram que os sintomas desses transtornos representam um continuum único de prejuízos, com intensidades que vão de leve a grave nos domínios de comunicação social e de comportamentos restritivos e repetitivos, em vez de constituir transtornos distintos.



Por exemplo, muitos indivíduos anteriormente diagnosticados com transtorno de Asperger atualmente receberiam um diagnóstico de transtorno do espectro autista sem comprometimento linguístico ou intelectual. (DSM-5, p. 32). Daí, essa mudança foi implementada para melhorar a sensibilidade e a especificidade dos critérios para o diagnóstico de transtorno do espectro autista e para identificar alvos mais focados de tratamento para os prejuízos específicos observados.

O DIAGNÓSTICO

Problemas comportamentais, sensoriais e médicos são presentes na vida do autista, esses pelos quais dificultam no resultado do diagnóstico junto com possíveis comorbidades, em alguns casos associadas a TAG, TOC E TDAH, entre outros. No entanto se faz necessário obter informações de forma verídica, isto é, de conformidade com o que vivencia o sujeito para só então, se obter um melhor resultado.

A revelação diagnóstica do autismo torna-se um momento complexo, delicado e desafiador para as famílias, assim como também para a equipe multiprofissional responsável por essa missão. A equipe multidisciplinar é composta, geralmente, por neuropediatra, psicólogos, fonoaudiólogos, psiquiatra infantil e educadores. O diagnóstico é clínico, acontece inicialmente através da observação direta do comportamento do indivíduo acompanhada de uma entrevista com os responsáveis.

No entanto, instrumentos padronizados de diagnóstico do comportamento, com boas propriedades psicométricas, incluindo entrevistas com cuidadores, questionários e medidas de observação clínica e avaliação das habilidades cognitivas que possam estar disponíveis podem aumentar a confiabilidade do diagnóstico a ser realizado.

Uma avaliação e um diagnóstico precoce é de suma importância tanto para os profissionais como também para próprio sujeito, pois ajudam a desenvolverem tratamentos imediatos e programas de prevenção para o desenvolvimento da criança, deste modo, o diagnóstico tem como consequência reduzir a gravidade do transtorno, quanto mais cedo for iniciado os esforços de prevenção, mais eficaz será o desenvolvimento do sujeito.



O diagnóstico, em muitos casos, leva a reduzir significativamente a trajetória de desenvolvimento da criança autista, e permite que o tratamento se inicie em um momento em que as conexões cerebrais ainda não estão totalmente desenvolvidas. Estabelecido com base em uma lista de critérios comportamentais e mencionados no DSM-5 os diagnósticos são mais válidos e confiáveis quando baseados em múltiplas fontes de informação, incluindo observações do clínico, história do cuidador e, quando possível, autorrelato.

O DSM-5 nos mostra características essenciais do transtorno do espectro autista que são: prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social, padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário. O estágio em que o prejuízo funcional fica evidente irá variar de acordo com características do sujeito e seu ambiente.

Os sintomas estão presentes antes dos 3 anos de idade, com um diagnóstico possível por volta dos 18 meses. O ambiente físico associado às demais circunstâncias relacionadas à notícia poderão interferir positivamente ou não para a minimização do sofrimento familiar. Características diagnósticas nucleares estão evidentes no período do desenvolvimento, mas intervenções, compensações e apoio atual podem mascarar as dificuldades, pelo menos em alguns contextos.

O diagnóstico de uma doença crônica no âmbito familiar, especialmente em se tratando de crianças, constitui uma situação de impacto, podendo repercutir na mudança da rotina diária, na readaptação de papéis e ocasionando efeitos diversos no âmbito ocupacional, financeiro e das relações familiares. Frente ao momento de revelação da síndrome crônica, a exemplo do TEA, as quais estão associadas a sentimentos difíceis e conflituosos, a família comumente perpassa por uma sequência de estágios, a saber: impacto, negação, luto, enfoque externo e encerramento.

Os diagnósticos são mais válidos e confiáveis quando baseados em múltiplas fontes de informação, incluindo observações do clínico, história do cuidador e, quando possível, autorrelato. Déficits verbais e não verbais na comunicação social têm manifestações variadas, dependendo da idade, do nível intelectual e da capacidade linguística do indivíduo, bem como

de outros fatores, como história de tratamento e apoio atual, vocabulário reduzido, estrutura limitada de frases e prejuízo no discurso.

OS MÚLTIPLOS OLHARES

Para o Transtorno do Espectro Autista - TEA não existe exames laboratoriais ou de imagem que ajudem a identificar o autismo, em geral, o médico, a equipe multidisciplinar considera as histórias do paciente, a observação de seu comportamento e os relatos dos pais, a partir desses conteúdos, são observados traços como inabilidade para interagir socialmente e comportamento restrito e repetitivo (SIMÕES, 2012).

Desse modo, têm-se que o diagnóstico é clínico, realizado através da observação comportamental da criança e da interação com os pais ou responsável legal, o diagnóstico, geralmente é emitido por neuropediatra, psiquiatra infantil ou neuropsicólogos, dos quais fazem o encaminhamento para uma equipe multidisciplinar, a saber: fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo, psicopedagogo, dentre outros profissionais, dependendo das comorbidades que a criança possa vir a apresentar (HUTZ et al., 2016, p. 83).

Partindo da equipe multidisciplinar uma possível intervenção é a de incluir ações dirigidas aos familiares, comprometendo-se, com a construção de um projeto de inserção social, respeitando as possibilidades individuais e princípios de cidadania que minimizem o estigma do que, geralmente, se enfatiza como transtorno mental (BARLOW; DURAND, 2018 p. 551).

A neuropsicologia começa seus estudos com a afasia que é um distúrbio de linguagem comum no TEA, essa especialização vem sendo muito difundida nos últimos anos afirma (DALGALARRONDO, 2018, pp. 55-58), contribuindo muito para a elucidação de vários transtornos e déficits psicológicos.

Os trabalhos com os profissionais atuantes são realizados por intermédio de terapia de grupo ou terapia individual, além do acompanhamento medicamentoso para os casos que se apresenta o espectro em grau alto, o ideal é que haja uma comunicação desses profissionais para discussões de caso, construção de projetos terapêuticos e acompanhamento familiar, de modo, a promover a melhor qualidade de vida e inclusão social possível (AMY, 2001).



Seria preciso garantir que as relações entre os profissionais e crianças ou adolescentes portadores de autismo estejam centradas no acolhimento, vínculo e na definição precisa da responsabilidade de cada profissional para que venha possibilitar a sociabilidade da criança com TEA.

O olhar do(a) pedagogo(a) e psicopedagogo(a) é indispensável, pois possibilita o cruzamento de informações de como o sujeito com TEA age, reage e interage, assim, esse profissional pode promover uma interrelação da família-escola. A inclusão de alunos com TEA é reforçada pela Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012). Essa Lei garante, no parágrafo único, do inciso IV, do Artigo 3º, que esses alunos, incluídos em salas de aulas de escolas comuns, têm direito a um acompanhante, em casos de comprovada necessidade. Nesse caso, é essencial que haja uma intervenção psicopedagógica eficaz, que atenda às suas especificidades.

A terapia ocupacional, por sua vez, auxilia as crianças ou adolescentes com TEA a integrar o seu domínio corporal beneficiando em uma melhor motricidade proporcionando uma organização sensorial da rotina da família e da criança e contribuindo na autorregulação de seus comportamentos (DE SOUZA, 2020).

Um outro profissional indispensável, é o da fonoaudiologia, pois, é ele que possibilita a educação da voz, o autista pode emitir sons muito altos ou em outras ocasiões se calar, por isso, o controle dessa função é indispensável, ademais, a questão da linguagem é o que, prioritariamente, deve ser considerado na terapia inicial, pois tem crianças que não falam e somente com o desenvolvimento da linguagem conseguem se relacionar com o mundo exterior.

[...] A atuação da fonoaudiologia na área da Saúde Mental não se dá apenas ao que compete aos processos de comunicação e expressão corporal do paciente autista, mas também, no processo de inclusão social, contribuindo assim, com as questões ligadas à área da linguagem e/ou da comunicação do indivíduo, mas, sobretudo, com o afastamento da estereotipia do mesmo no âmbito social (DALLA ROSA PADILHA; DE FREITAS MOREAIS, 2020).



A psiquiatria também é útil, principalmente, para com o uso de fármacos no caso de grau elevado do espectro, assim como, o acompanhamento e o desenvolvimento da criança autista. E, por sua vez, o psicólogo. Este pode auxiliar com trabalhos em grupo, desenvolvendo as habilidades sociais e, com isso, a possível sociabilidade da criança/adolescente autista.

Segundo (BETTLHEIM, 1967 apud BARLOW; DURAND, 2018, p.549) afirma que os primeiros tratamentos se baseavam na forma inadequada dos pais lidarem com as crianças e assim, acabavam por desenvolverem o ego da criança com TEA, e relata que esse modo de tratamento não é positivo para o desenvolvimento da criança.

Os indivíduos com formas menos graves de TEA não têm atrasos cognitivos frequentemente encontrados em pessoas com formas mais graves e podem - com suporte - ir bem, academicamente, na escola Durand, p.580, (2014). [...] Em virtude de o TEA poder resultar em uma variedade de déficits, é improvável que uma droga funcione para todos que apresentam esse transtorno. Muitos trabalhos atuais concentram-se em descobrir tratamentos farmacológicos para comportamentos ou sintomas específicos (Volkmar et al., 2009 apud Barlow; Durand, p580, (2018).

É muito importante os profissionais conseguirem manter um vínculo de confiança para que os responsáveis e pacientes não abandone o tratamento antes da alta (PAZ, 2016).

[...] No entanto, por causa da ampla variedade das capacidades de pessoas com TEA, essas iniciativas diferem consideravelmente. Alguns são capazes de viver em suas próprias casas contando com apoio mínimo dos familiares. Outros, com formas mais graves de prejuízo cognitivo, exigem esforços mais amplos para apoiá-los em suas comunidades (BARLOW; DURAND, p. 580, 2018).

Deste modo concluo estas explicações de acordo com as referências acima citadas, que o diagnóstico quanto mais cedo for obtido maior serão as chances de desenvolvimento cognitivo, é de suma importância o olhar clínico e multiprofissional para com a evolução no tratamento da pessoa com TEA e para com a família, pois é através da família que a equipe multiprofissional recebe o apoio na continuidade e andamento da evolução biopsicossocial da criança.



Queremos com este estudo evidenciar a importâncias da equipe multiprofissional para o avanço no tratamento da pessoa com TEA e o trabalho multidisciplinar, posteriormente este material poderá ser retomado para complemento e maior informações acerca desse tema.

REFERÊNCIAS

AMY, Marie Dominique. **Enfrentando o autismo**. Zahar, 2001.

SIMÕES, Catarina Lemos. **O Autismo e o seu impacto na família**. 2012. Tese de Doutorado.

BARLOW, D. H.; DURAND, V. M. *Psicopatologia: Uma abordagem integrada.*(; R. Galman, Trad.). **São Paulo: Cengage Learning.(Trabalho original publicado em 2005)**, 2008.

DALLA ROSA PADILHA, Roberta; DE FREITAS MORAES, Camila. “Fonoaudiologia, autismo e saúde mental: aonde está, 2020.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Artmed Editora, 2018.

HUTZ, Claudio Simon et al. **Psicodiagnóstico: Avaliação Psicológica**. Artmed Editora, 2016.

PAZ, Raquel Malheiros Teixeira Moreira da. **O abandono do tratamento no contexto dos cuidados de saúde mental para crianças e adolescentes**, 2016.

DE SOUZA, Vanessa Rafaelle Brasil. A atuação do terapeuta ocupacional com base na Teoria da Integração Sensorial na assistência de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) durante a pandemia do Covid-19/The occupational therapist actuation based on the Sensory Integration Theory in the care of children with Autistic Spectrum Disorder (ASD) during the Covid-19 pandemic. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO**, v. 4, n. 3, p. 371-379, 2020.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM-5**, 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Acessado 13 de março de 2021.

CAMPOS, R. C. de **Transtorno do espectro autista – TEA**, abril 2019. 1-10. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/>>. Acesso em: 14 de março 2021. Acessado em: 13 de março de 2021.



GRINKER, Roy. **AUTISMO: um mundo obscuro e conturbado Larousse do Brasil**, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.org/en/>>. Acesso em: 14 de março de 2021.

NOGUEIRA, Maria; RIO, Martins do. A Família com criança autista. **Revista portuguesa de enfermagem de saúde mental**, v. 5, p. 16-21, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.org/>>. Acesso em: 14 de março de 2021.

SIMÕES, Catarina Lemos. **O Autismo e o seu impacto na família**. 2012. Tese de Doutorado. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10400.12/3951>>. Acesso em: 14 de março de 2021.

STEVENS, Christopher; STEVENS, Nicola. **A real boy**. London, Michael O'Mara Books Limited: 2008. Acessado em: 13 de março de 2021.



AUTISMO INFANTIL: DIAGNÓSTICO E REPERCUSSÃO NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Dina Stéphanie Lopes Gouveia¹

Maria Vera lúcia Pessoa Porto²

Morgana Cabral de Oliveira³

Washington Sales do Monte⁴

RESUMO

O transtorno espectro autista – TEA, campo de estudo jovem que aguarda uma teoria integrada de como fatores biológicos, psicológicos e sociais se associam. O diagnóstico é clínico, realizado através da observação comportamental da criança e da interação com os pais e o seu meio, o diagnóstico, geralmente é emitido por neuropediatra, psiquiatra infantil ou neuropsicólogos, dos quais fazem o encaminhamento para uma equipe multidisciplinar, a saber: fonoaudiólogo, psicólogo, nutricionista, psicopedagogo e fisioterapeuta infantil. A vulnerabilidade emocional por parte dos familiares se mostra presente com diagnóstico, preocupações com o futuro do filho, o impacto financeiro e a repercussão no casal junto aos enfrentamentos são fatores considerados nesta pesquisa. Considerando o exposto, elaboramos uma coleta de dados no Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência - **CAPSI** buscando informações acerca da repercussão das relações familiares com o objetivo de levar ao público o conhecimento sobre o TEA. Buscou-se analisar a reação dos pais ou responsáveis frente ao diagnóstico, mostrar as dificuldades sofridas pelos familiares, a sobrecarga vivenciada nos cuidados à criança autista, as percepções de estranhamento e incompreensão frente ao TEA,

¹ Estudante do 6º período do curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: dina_stephanie@hotmail.com

² Estudante do 6º período do curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: veraluciapessoaporto@gmail.com

³ Estudante do 6º período do curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: morgana_frank@hotmail.com

⁴ Orientadora e professora do curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: extensao@catolicadorn.com.br



rejeição do diagnóstico e identificações negativas e positivas perante o diagnóstico. Trata-se de um estudo de caso, qualitativo e quantitativo com delineamento transversal e descritivo. Concluimos que a família da criança autista necessita de aconselhamento desde o diagnóstico, além de que, é difícil para a família a aceitação, os momentos de angústia e reflexão devem ser respeitados para que as intervenções sejam realizadas o mais rápido possível e com sucesso.

Palavras-chaves: Autismo. Família. Síndrome do neurodesenvolvimento. Diagnóstico.

RÉSUMÉ

Le trouble du spectre autiste - le **TSA**, c'est un nouveau domaine d'étude qui attend, encore, par une théorie intégrée concernant à l'association des facteurs biologiques, psychologiques et sociaux dans ce problème du développement de certains enfants. Le diagnostic du spectre autiste est, essentiellement, clinique, car il est réalisé parmi l'observation comportementale de l'enfant et de l'interaction de lui avec ses parents. Il est fait, généralement, par un groupe d'experts de divers domaines, à savoir, le neuropédiatre, l'orthophoniste, le psychologue et le psychopédagogue. La vulnérabilité émotionnelle par rapport à la famille fait partie de ce diagnostic, les préoccupations sur le futur de l'enfant, l'impact financier du traitement et la situation du couple vis-à-vis de ces problèmes sont des facteurs considérés dans cette recherche. En considérant ce cadre, nous avons fait une collecte des données chez le Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência-CAPSI (Centre d'Attention Psychique Social de l'Enfance et de l'Adolescence), en cherchant des informations sur la situation des relations familiales avec le but de donner au publique le connaissance sur le TSA. On a analysé la réaction des parents face au diagnostic, les difficultés des parents, la surcharge qui arrive avec les soins nécessaires à l'enfant autiste, la perception des malentendus face à TSA, la négation et rejet du diagnostic avec des rapports négatifs dans le cadre de l'enfant. Cette recherche est un étude de cas, qualitatif et quantitatif avec une approche transversale et descriptive. Nous concluons que la famille de l'enfant autiste a besoin de conseils dès le diagnostic et qu'il est difficile pour la famille d'accepter. Les moments d'angoisse et de réflexion doivent être respectés pour que les interventions puissent être effectuées le plus rapidement et le plus efficacement possible.



Mots-clés: Autisme. Famille. Syndrome du neurodevelopment. Diagnostic.

1 INTRODUÇÃO

O transtorno espectro autista é um campo de estudo jovem e ainda aguarda uma teoria integrada de como fatores biológicos, psicológicos e sociais se associam para colocar um indivíduo em risco de desenvolver o autismo, é provável que pesquisa posteriores identifiquem os mecanismos biológicos que possam explicar em caráter definitivo a aversão social e o fator masculino ser o mais afetado. Devem ser ressaltados os fatores psicológicos e sociais que interagem muito cedo, com as influências biológicas, produzindo déficits na socialização, e na comunicação, assim como os comportamentos incomuns característicos do transtorno (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Os sintomas são identificados com maior frequência nos primeiros anos de vida da criança, mas vale ressaltar que é de grande importância conhecer as principais características para que um diagnóstico seja realizado o mais precocemente possível, nesses casos, a criança tem maior chance de evolução por ter maior flexibilidade neuronal. Embora os primeiros sinais do espectro autista apareçam a partir dos primeiros anos de vida, os processos cerebrais ligados a comunicação sofrem alterações que desencadeiam o transtorno muito antes disso, é o que diz a pesquisa realizada pelo pesquisador Jason Wolff, da universidade Chapel Hill, Carolina do Norte (SILVA *et al.*, 2018).

Os pacientes com sintomas mais leves são os mais difíceis a serem diagnosticados, pois seu desenvolvimento é mais próximo do esperado. O diagnóstico é clínico e considera os seguintes critérios, dificuldade ou ausência de interação social, marcada pela dificuldade ou incapacidade de estabelecer contato visual, dificuldades em se relacionar com outras crianças da mesma faixa etária, desenvolvimento tardio da fala e (estereotípias) comportamento repetitivo, a criança insiste em rotinas e rituais restritos e mostra interesse por objetos ou situações previsíveis, como por exemplo, a dinâmica dos três ou movimento dos ponteiros dos relógios (SILVA; MULICK, 2009).



A vulnerabilidade emocional é presente no diagnóstico, os pais pensam como será o futuro de seu filho, o impacto financeiro pode vir a repercutir no relacionamento do casal, junto com o medo de que os outros filhos venham a ter o mesmo problema (SIMÕES, 2012).

Adaptação familiar é difícil pois necessita de ajuda externa, técnicos de serviço social, psicólogos e outros especialistas, sem descartar os pais ou responsável legal (DE MELLO; BRADO; CRUZ, 2018). Não podemos deixar de citar a vida financeira que se abala devido a alguns pais/responsável legal não poderem trabalhar para se dedicar aos cuidados de seus filhos, por causa da inflexibilidade de algumas crianças de ficar com outras pessoas, assim relata Nogueira e Rio (2011).

Por muitas vezes os pais/responsáveis se sentem criticados perante a sociedade, sendo julgados por causa do comportamento de seus filhos, vistos, rotineiramente, como uma criança má educada (BIFFI; et al., 2019). Por isto, em alguns casos ocorre o apego dos pais para com a criança com autismo, podendo ser considerado até mesmo patológico, quando os cuidados maternos/paterno é acompanhado de cuidados excessivos por exemplo, pode vir causar frustrações pelo não aceitação da síndrome, e pode ser saudável, quando a mãe trata de maneira aceitável a síndrome, o apego também provoca reações de choro, de contato visual, agarrar-se e sorrir, enquanto que o filho tem dificuldade de se estabelecer os mesmos sentimentos (SILVA et al., 2018).

Através de uma pesquisa bibliográfica foi mostrado que o sistema de intervenção do comportamento entre pais-filhos tem ajudado para o entendimento da família com as habilidades das crianças com autismo Biffi *et al.*, (2019). Nesse sentido, esse tipo de intervenção ajudará a superação familiar com seu filho, melhorando assim a convivência e tornando-a saudável para que melhore o estímulo da criança na sua subjetividade Silva et al., (2018).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA)

O Espectro Autista, segundo Grinker (2010) foi descoberto na década de 40, por Leo Kanner em 1943. O transtorno do espectro do autista (TEA) ou simplificarmente autismo é uma síndrome que pode ser caracterizada por alteração do desenvolvimento com uma alta incidência em todo o mundo, cada vez mais casos vêm sendo identificados (CAMPOS, 2019).

Curiosamente esta síndrome vem acometendo mais aos meninos do que as meninas, a causa genética agrava a possibilidade de uma família ter um autista, quando a mãe tem mais de 40 anos de idade, sendo assim uma gravidez de risco, ou a criança nasce prematura, o uso de drogas ilícitas e o abuso de medicamentos podem contribuir para essa ocorrência no aumento de crianças com autismo (COELHO; CAMARGO, 2017).

O transtorno do espectro autista é uma desordem do neurodesenvolvimento com início bem precoce e curso crônico, não degenerativo, de etiologia muito desconhecida, o autismo abrange prejuízos na interação social, alterações importantes na comunicação oral e verbal, apresenta padrões limitados ou estereotipados de comportamento e interesses, dentre outros sinais e sintomas, caracteriza-se por déficit persistente na comunicação social e interação social em múltiplos contextos comportamentais, caracterizadas por prejuízos no desenvolvimento de habilidades sociais, da comunicação e da cognição da criança (NOGUEIRA; RIO, 2011).

O autismo pode apresentar perfis de desenvolvimento desafiadoramente irregulares, deixando os pais, e muitas vezes alguns profissionais, perplexos, pois variam muito as características assintomáticas. Todas as crianças vão apresentar sintomas diferentes, com altas habilidades, esses são caracterizados como autista de alto funcionamento, já outras crianças podem ter patologias associadas ao autismo como por exemplo: a síndrome de Rett e o retardo mental, muitas das vezes outras patologias podem vir a dificultar o diagnóstico da criança (SIMÕES, 2012).

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (MAKRYGIANNI, 2018).

Considerando que os sintomas mudam com as patologias oportunistas, podendo ser mascarados por mecanismos compensatórios, os critérios diagnósticos podem ser preenchidos com base em informações retrospectivas, embora a apresentação atual deva causar prejuízo significativo (CAMPOS, 2019).

No autismo as características clínicas individuais são registradas por meio do uso de especificadores - com ou sem comprometimento intelectual concomitante; com ou sem comprometimento da linguagem concomitante; associado a alguma condição médica ou genética conhecida ou a fator ambiental -, bem como especificadores que descrevem os sintomas autistas - idade da primeira preocupação; com ou sem perda de habilidades estabelecidas; gravidade -. Estes especificadores oportunizam aos clínicos a individualização do diagnóstico e a comunicação de uma descrição clínica mais rica dos indivíduos afetados. Por exemplo, muitos indivíduos anteriormente diagnosticados com transtorno de Asperger atualmente recebem um diagnóstico de transtorno do espectro autista sem comprometimento da linguagem ou intelectual (PSYCHIATRIC ASSOCIATION AMERICAN, 2014).

Os casos são estudados pelos cientistas de maneira especial, devido ampla subjetividades dos sintomas, a sintomatologia quanto ao grau de acometimento do espectro autista, podem variar tanto na comunicação verbal, não verbal, interatividade social, comportamento não atípico, déficit de linguagem, atenção e hiperatividade (CAMPOS, 2019).

2.2 Passos para obter um diagnóstico e avaliação

Antes acreditava-se que existiam problemas na comunicação cerebral do autista que parecia irreversível, hoje as pesquisas mostram que tais comunicações já são estimuladas por terapias específicas para melhor desempenho dos portadores dessa síndrome, por conta da neuroplasticidade cerebral, assim diz o psiquiatra Fritz Poustka, da universidade de Goethe. Além do reconhecimento que se inicia pelos pais devido ao comportamento diferente de seu filho, médicos dizem que o diagnóstico tem que apresentar pelo menos seis sintomas apresentados nos Quadros 1 e 2, os quais analisam a interação social, comunicação e comportamentos restritos e repetitivos, segundo critérios do DSM-V, sem esquecer de citar

também o retardo mental pela sua variação dificultando resultados no diagnóstico (NOGUEIRA; RIO, 2011).

Quadro 1 - Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, conforme manifestado pelo que segue, atualmente ou por história prévia (os exemplos são apenas ilustrativos, e não exaustivos).

Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, e dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais.
Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal, ou déficits na compreensão e uso gestos a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal.
Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas, ou em fazer amigos a ausência de interesse por pares.

Quadro 2 - Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, conforme manifestado por pelo menos dois dos seguintes, atualmente ou por história prévia (os exemplos são apenas ilustrativos, e não exaustivos).

Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos (por exemplo, estereotípias motoras simples, alinhar brinquedos ou girar objetos, ecolalia, frases peculiares).
Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (como sofrimento extremo em relação a pequenas mudanças, dificuldades com transições, padrões rígidos de pensamento, rituais de saudação, necessidade de fazer o mesmo caminho ou ingerir os mesmos alimentos diariamente).
Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco (por exemplo, forte apego a ou preocupação com objetos incomuns, interesses excessivamente circunscritos)
Hiper-responsivo ou hiporresponsivo a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente (como indiferença aparente a dor/temperatura, reação contrária a sons ou texturas específicas, cheirar ou tocar objetos de forma excessiva, fascinação visual por luzes ou movimento).

Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento, mas podem não se tornar plenamente manifestados até que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas ou podem ser mascarados por estratégias aprendidas mais tarde na vida (MAKRYGIANNI, 2018). Esses sinais causam prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente, e não são mais bem explicados por prejuízos da inteligência ou por atraso global do desenvolvimento (PSYCHIATRIC ASSOCIATION AMERICAN, 2014).

Problemas comportamentais, sensoriais e médicos estão presentes na vida do autista, esses pelos quais dificultam no resultado do diagnóstico junto com as possíveis comorbidades. É necessário de forma cuidadosa obter as informações com veracidade para um melhor resultado. Além da família profissionais de saúde também fazem parte nesse processo de reconhecimentos desses sintomas para poder encaminhá-las à uma equipe interdisciplinar: pediatra, psicólogo, psiquiatra, fonoaudiólogo, psicopedagogo, pedagogo, assistente social e educador físico, que acompanham as crianças com o transtorno do espectro autista nas dependências da unidade básica de saúde no Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência-CAPSI. Em função de um resultado, com isso um melhor desempenho em suas habilidades, percebendo domínios pelos quais elas apresentem problemas para seu tratamento (SILVA; MULICK, 2009).

Para um diagnóstico precoce é necessário um olhar clínico, acompanhamento com o psicólogo, acompanhamento médico, pois a criança tratada o quanto antes o seu diagnóstico não é considerado mais um retardo mental e sim com sintomas leves (TUCHMAN; RAPIN, 2010).

As terapias são de extrema importância nas conexões cerebrais por não estarem formadas e assim estabelecendo outras redes neurais, esses critérios são adotados para crianças de 1 ano e meio e 2 anos e meio aplicados com QI acima de 80, existindo ainda algumas dificuldades pela presença de doenças associadas coexistentes (OLIVEIRA et al., 2015).

A avaliação das habilidades cognitivas é de muito valor para o diagnóstico do retardo mental, o tratamento é de uma complexidade que neuropediatras, entrevistas clínicas, histórias

médica, social, familiar e do seu próprio desenvolvimento que fazem parte de todo um processo do tratamento de um autista (SILVA *et al.*, 2018).

Uma família que recebe um diagnóstico médico de autismo passa a saber que aquele quadro ambíguo, aquele “algo errado” que percebia junto a tantas integridades em seu filho ou filha, é um sério comprometimento individual. Algumas famílias se agarram à fé, outras à ciência, outras tentam fugir da realidade a qualquer custo, e a maioria passa por todas essas formas de enfrentamento da situação (GRINKER, 2010).

2.3 RELAÇÃO FAMILIAR PERANTE O DIAGNÓSTICO

O diagnóstico precoce é importante porque permite que o tratamento se inicie em um momento em que as conexões cerebrais ainda não estão totalmente estabelecidas. Não existe exames laboratoriais ou de imagem que ajudem a identificar o autismo, em geral o médico, a equipe multidisciplinar considera as histórias do paciente, a observação de seu comportamento e os relatos dos pais, são observados traços como inabilidade para interagir socialmente e comportamento restrito e repetitivo (SIMÕES, 2012).

Existem situações em que a família não aceita o diagnóstico e passa a migrar para vários profissionais com a finalidade de encontrar uma discordância ou uma notícia melhor. Há momentos em que a família entra em choque e questiona-se, culpando-se ou negando o diagnóstico. Entretanto esta negação, caracteriza-se como uma defesa imediata e temporária, que será substituída pela aceitação, mas ainda assim parcial, buscando a todo instante uma justificativa ou mesmo uma solução segundo (MELLO; BRABO; CRUZ, 2018).

Muitas vezes gera nos pais sentimentos de baixa estima, culpa, perda de confiança no futuro, estresse conjugal, crises de ansiedade e pânico, problemas de sono e redução de renda familiar. O impacto é grande diante da descoberta e da aceitação do fato e depende do contexto histórico e familiar de cada um, para juntos superar os desafios (BIFFI *et al.*, 2019).

Após um diagnóstico de autismo dado por um profissional, a família apresenta dificuldades em lidar com a situação, tendo em vista as dificuldades do sistema capitalista vigente e emocional que pegam de surpresa essa família (GRINKER, 2010). É comum a mulher ser responsável pelos cuidados básicos dos filhos, elas que mais perdem as oportunidades

profissionais e tendem a se comprometer mais com as necessidades da criança, em alguns casos os pais se afastam das responsabilidades exigidas pelo filho especial, que redobram as demandas do responsável (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso, qualitativo e quantitativo com delineamento transversal e descritivo, onde será realizado uma intervenção no CAPSI, buscando informações acerca da repercussão das relações familiares. O presente estudo tem como objetivo saber como os pais de crianças com o Transtorno do Espectro Autistas – TEA, realizam o processo do diagnóstico, após perceber algumas mudanças de comportamento e na interação social com seus filhos, ou alguém que indique essas alterações não atípicas.

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada para investigação de temáticas sociais [...] “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]” e permite “explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos” (GIL, 2002, p. 54).

A pesquisa se dará com os seguintes critérios: artigos, anais, revistas ou livros com argumentos que abordem o autismo, enfatizem o diagnóstico e as relações familiares, bem como, a coleta de dados com os pais ou responsável legal da criança autista, que estejam devidamente matriculadas em escolas públicas ou privadas. Os dados serão coletados com perguntas pré-programadas a ser aplicada aos pais de crianças que são atendidos no Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência - CAPSI, em seguida será desenvolvido coleta e análise dos questionários.

O Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência (CAPSi) é um serviço de responsabilidade da prefeitura municipal de Mossoró-RN, com caráter especializado e que cuida de pessoas que sofrem com transtornos mentais graves, em especial os transtornos severos e persistentes, o CAPSi foi criado em 26/12/2004, localiza-se na Rua Aduino Pinheiro, 70 – Nova Betânia, Mossoró - RN.

Atualmente o CAPSI, tem como diretora a assistente social Ana Lene Carlos Sales Loia. O CAPSI hoje possui 10 salas, distribuídas em sua estrutura física, as quais são destinadas para

seus atendimentos individuais ou em grupo, conta com um fonoaudiólogo, três terapeutas ocupacionais, três psicólogos, um psicopedagogo, uma pedagoga, dois educadores físicos, uma enfermeira e um psiquiatra. Os trabalhos com os profissionais atuantes são realizados por intermédio de terapia de grupo, terapia individual, acompanhamento medicamentoso, reuniões de equipe, discussões de caso, construção de projetos terapêuticos e acompanhamento familiar.

Seu público-alvo são os atendimentos de crianças e adolescentes sem idade mínima para o acolhimento, como também sem idade máxima para permanecer recebendo todos os acompanhamentos possíveis, no entanto, precisa-se apenas que tenha a vaga para que a criança ou adolescente comece a ser acompanhada pelos profissionais que se faz necessário. É realizada uma triagem, entrevista com o responsável, para que a criança ou adolescente seja acolhida e passe a receber todos os acompanhamentos. Durante o acolhimento é necessário que o responsável preencha uma ficha de referência, com os dados do cartão SUS, foto, declaração da escola (horário que estuda), comprovante de residência e declaração da Unidade Básica de Saúde - UBS.

Com relação às dificuldades mencionadas foi relatado pela assistente social no ato da entrevista que as crianças com autismo apresentam um acolhimento “engessado” mediante as variadas comorbidades que se apresentam na instituição, se faz necessário, uma clínica que atue com a realização do acolhimento apenas com crianças e adolescentes autistas.

Após a coleta de dados, as informações serão digitalizadas e transcritas, os dados para que todas as informações não se percam e sejam analisadas minuciosamente, esses dados serão arquivados para futura revisão bibliográfica deste artigo ou até fazermos uma nova entrevista com eles em outra ocasião, a identificação dos pacientes/clientes será mantida em sigilo, usaremos apenas pseudônimos para assim resguardá-los.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

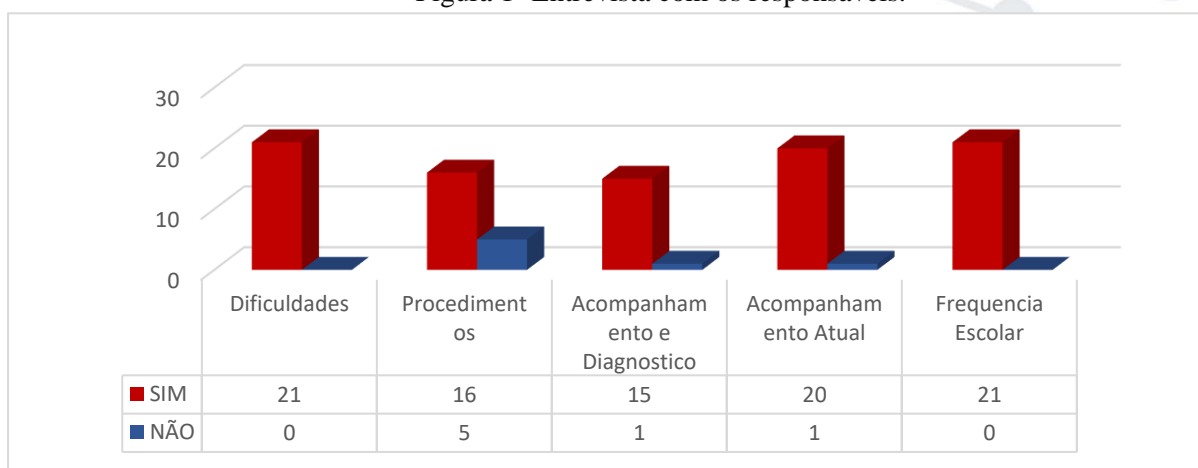
Os dados apresentados abaixo por meio de gráficos foram coletados no CAPSI, ele tem como objetivo oferecer um serviço especializado com atenção diária a crianças e adolescentes que sofram de algum tipo de transtornos, a saber: autismo, psicose, neuroses graves, depressão, hiperatividade grave (TDAH) e deficiência mental. Muito embora, lide a instituição com várias

comorbidades, nossa pesquisa se direciona a investigar unicamente os pais, responsável ou cuidador da criança autista que deste equivale a um número de 70 crianças, dentre estas foram entrevistadas 21 mães ou responsáveis, buscando a compreensão do diagnóstico e a repercussão nas relações familiares (Figura 1- Entrevista com os responsáveis).

Um outro objetivo da instituição CAPSI é o de incluir ações dirigidas aos familiares comprometendo-se com a construção de um projeto de inserção social, respeitando as possibilidades individuais e princípios de cidadania que minimizem o estigma do transtorno mental e promovam a melhor qualidade de vida e inclusão social possível.

Ademais, pretende ainda garantir que as relações entre os profissionais e os usuários sejam centradas no acolhimento, vínculo e na definição precisa da responsabilidade de cada membro da equipe.

Figura 1- Entrevista com os responsáveis.



O resultado do segundo gráfico, se refere a entrevista com os responsáveis possui os seguintes questionamentos:

- O Sr (a) percebeu que seu filho (a) apresentou dificuldades na infância (0-5 anos)?
- Foram adotados algum procedimento para sanar tais dificuldades?
- Seu filho (a), recebe algum acompanhamento desde o diagnóstico?
- Seu filho (a), atualmente, continua em acompanhamento?
- Seu filho (a) frequenta a escola regularmente?

Nesse bloco de perguntas as respostas eram para ser emitidas, sim ou não. Foram entrevistadas 21 (vinte e uma) mãe e ou responsável. Durante essa primeira entrevista confirmou-se que 100% dos responsáveis perceberam que a criança viera apresentar dificuldades entre 0-5 anos e que após diagnosticado continuam em acompanhamento. 76,19% obtiveram algum procedimento para sanar tais dificuldades, foram comprovados que 71,42 já tinham algum procedimento antes do atendimento no CAPSI e 95,25% recebem algum acompanhamento desde o diagnóstico. Outro dado importante é que 80,95% das crianças com TEA frequentam a escola regular.

No segundo bloco de perguntas, conforme os questionamentos a seguir (Figura 2-Questionário), observamos que pacientes dos sinais clássicos da doença muitas vezes acabam recebendo o diagnóstico correto apenas quando adultos (OLIVEIRA *et al.*, 2015). Ademais, é necessário se considerar que o espectro se manifesta em forma de gradação, em maior ou menor grau que pode ser alterado em conformidade com as relações familiares, escolares e sociais.

Receber a notícia de que seu filho tem autismo (TEA) é algo de muito impacto emocional. No consultório é muito comum os pais chorarem e expressarem uma enorme decepção. A chegada desta notícia costuma arrasar expectativas, expondo a família, sua perspectiva de que o filho terá sempre que ser conduzido, levada a várias clínicas de intervenção, tomar medicação e estudar em escolas especiais ou que tenham sensibilidade para trabalhar com ele (NOGUEIRA; RIO, 2011).

- 1) Com o diagnóstico do seu (sua) filho (a) o Sr (a) sentiu uma mudança significativa na rotina da família?
- 2) O Sr (a) se sente tenso com o comportamento do seu filho (a)?
- 3) Sente que por causa do tempo que o Sr (a) dedica ao seu filho (a), não tem tempo suficiente para cuidar de si?
- 4) Sente que seu filho (a) afeta seus relacionamentos com outros membros da família ou amigos?
- 5) Sente que não tem dinheiro suficiente para cuidar do (a) seu (sua) filho (a), somando-se as suas outras despesas?

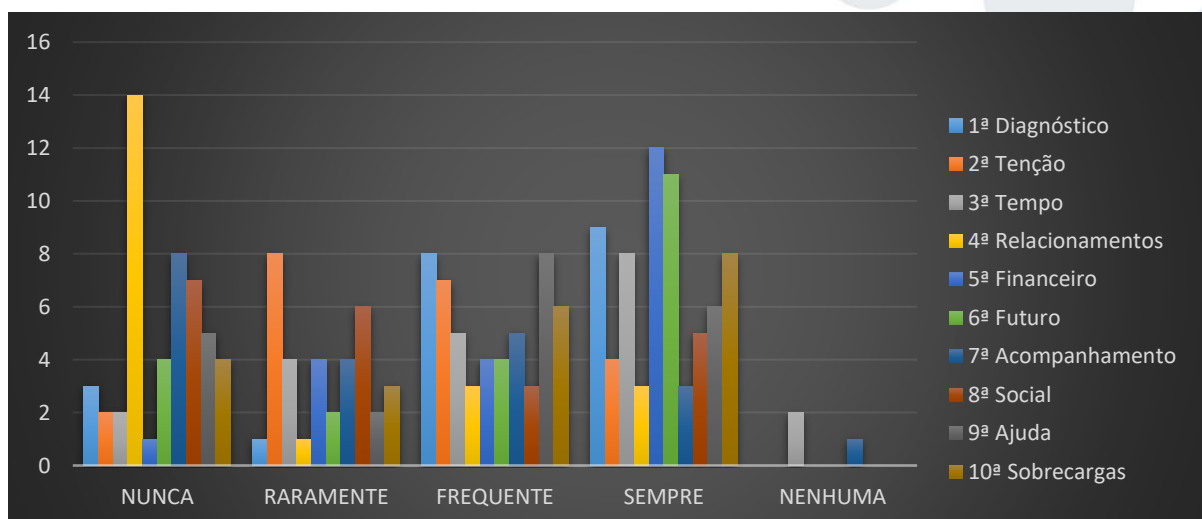




- 6) Sente receio pelo futuro do seu filho (a)?
- 7) Sente que a sua saúde foi afetada por causa do acompanhamento dedicado ao seu filho (a)?
- 8) Sente que sua vida social está sendo prejudicada porque o Sr (a) está destinando o seu tempo para cuidar de seu filho (a)?
- 9) Sente que precisa de mais ajuda de outras pessoas da família?
- 10) O Sr (a) se sente sobrecarregado como cuidador?

As respostas deveriam ser: nunca, raramente, frequentemente, sempre e nenhuma das respostas.

Figura 2- Questionário.



Com relação a segunda entrevista foi verificado os seguintes percentuais de acordo com a coleta de dados: (42,85%) sempre, (14,28%)nunca, (4,76%) raramente, (38,9%) frequentemente sentiram mudanças significativas na rotina da família; (38,9%) raramente, (19,04%) sempre, frequentemente (33,33%) e (9,52%) nunca se sentiram tenso com o comportamento de seu filho(a); (9,52%) nunca, (19,04%) raramente, (23,81%) frequentemente, (38,9%) sempre e (9,52%) respondeu nenhuma das alternativas, nesse percentual, as entrevistadas acham que por causa do tempo que dedica ao seu filho não tem tempo suficiente para cuidar de si.

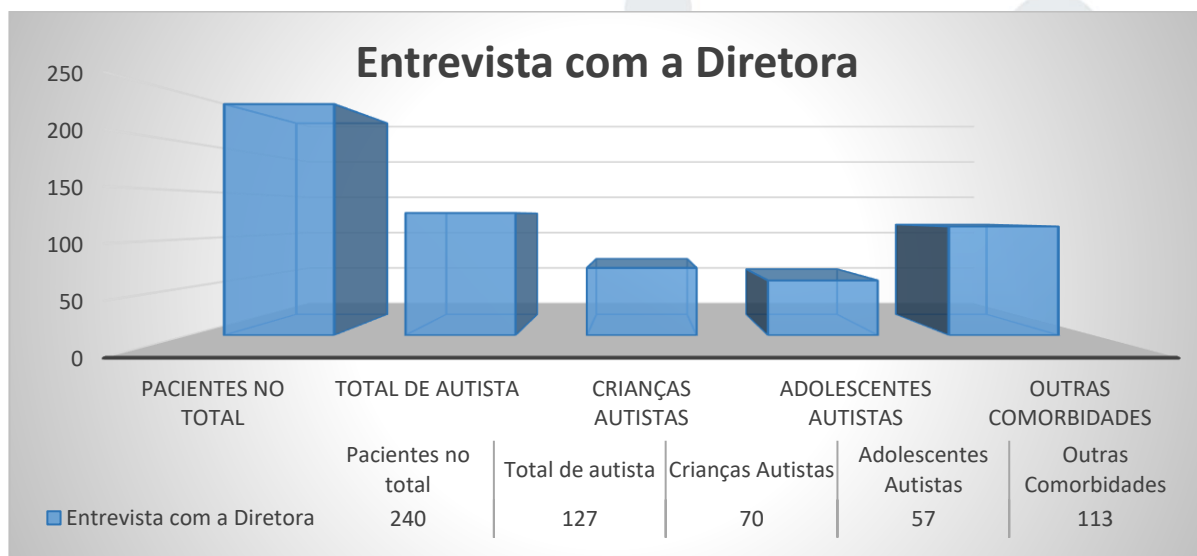


Continuando os questionamentos têm-se que (66,65%) nunca, (4,76%) raramente, (14,28%) frequentemente, (14,28%) sempre se sente que seu filho(a) afeta seus relacionamentos com outros membros da família ou amigos. Na pergunta com relação ao ter dinheiro suficiente para cuidar do seu filho(a), somando-se as despesas de rotina (4,76%) nunca, (19,04%) raramente, (19,04) frequentemente e (57,14%) sempre tem receio pelo futuro de seu filho. (19,04%) nunca, (9,52%) raramente, (19,04%) frequentemente e (52,38%) sempre possuem a saúde afetada de alguma forma por causa do acompanhamento que dedica ao seu filho(a). (38,9%) nunca, (19,04%) raramente, (23,81%) frequentemente, (14,28%) sempre e (4,76%) responderam nenhuma das alternativas para a pergunta se sua vida social estava sendo prejudicada porque o Sr(a) estava destinando o seu tempo para cuidado de seu filho(a).

Quanto a ajuda de familiares nos cuidados das crianças com TEA, (33,33%) nunca, (28,57%) raramente, (14,28%) frequentemente, (23,81%) sempre; sente que precisa de ajuda de mais pessoas da família. (23,81%) nunca, (9,52%) raramente, (38,9%) frequentemente e (28,57%) sempre; se sentem sobrecarregados (19,04%) nunca, (14,28%) raramente, (28,57%) frequentemente e (38,9%) sempre.

Em relação a entrevista com a diretora, (Figura 3) nos foi informado que dentre os pacientes atendidos no total são 240, são 127 autista atendidos no CAPSi, sendo 70 crianças e 57 adolescentes, nossa investigação, deteve-se em investigar as crianças, das quais 21 mães ou responsáveis foram entrevistadas.

Figura 3- Entrevista com a Diretora.



4 CONCLUSÕES

Ao finalizar o artigo pode-se concluir que a pesquisa realizada ampliou os nossos conhecimentos a respeito do Transtorno Espectro Autista-TEA, nos forneceu informações relevantes, significativas e de extrema importância para podermos alcançar nossos objetivos dentro do contexto abordado.

Embora o transtorno espectro autista seja um campo de estudo jovem e como fora afirmado anteriormente, ainda aguarda uma teoria integrada de como fatores biológicos, psicológicos e sociais se associam a este, é provável que, pesquisa posteriores identifiquem os mecanismos biológicos que possam explicar em caráter definitivo a aversão social e o aumento de muitas pessoas com esse transtorno.

Atentamos após nossa investigação que se por um lado há autista gravemente incapacitados, que não conseguem nem falar, por outro lado, há pessoas autistas com alto desempenho e habilidades, como pintar ou fazer contas de matemática. Por isso, pais, responsáveis, cuidadores e terapeutas devem cuidar para que as crianças com autismo venham a desenvolver suas habilidades.

Desse modo, a família, terapeutas, escolas não podem apenas procurar o que está errado na criança com TEA. O importante é verificar o que ele foi capaz de aprender. E, no caso das



crianças e dos jovens, pequenas atitudes são sempre indícios de progressos, mesmo que eles não aprendam tudo o que foi tentado ensinar, o aprendizado de alguma maneira se fixa. A família tem que perceber que o autismo não é uma doença, e sim, uma síndrome de neurodesenvolvimento, para que se alcance uma horizontalidade nos comportamentos deve-se investir em intervenções feitas de maneira correta por profissionais com conhecimento na área para que o desempenho social e emocionalmente essa família esteja.

Considerando os dados coletados no CAPSI, realizado através de entrevistas, com os responsáveis por crianças autistas pode-se afirmar que obtivemos sucesso em nossos objetivos, pois procuramos buscar informações a partir da coleta de dados para minimizar os dramas familiares. Concluímos que a família da criança autista necessita de aconselhamento desde o diagnóstico, além de que, é difícil para a família a aceitação, os momentos angústias e reflexão devem ser respeitados para que as intervenções sejam realizadas o mais rápido possível e com sucesso.

Fatores como a preocupação com o futuro do filho e situação financeira que abalam a família devido alguns pais não poderem trabalhar para cuidar de seus filhos, a sobrecarga do cuidador causa grandes impactos na vida da família.

Enfim, esperamos que todos os pais/responsáveis e profissionais que lidam com o autismo compreendam este quadro tão complexo, como entrar no mundo da criança com autismo e como trazê-la para o mundo real com bastante acolhimento, principalmente o meio familiar. Consideramos também que a fase escolar de acordo com os dados coletados tende a ser uma experiência mais simbólica de dada relevância pois 80,95% frequentam a escola regularmente e outro fator de suma importância é que 100% permanecem atualmente em acompanhamento contínuo.

REFERÊNCIAS

BIFF, D.; RIBEIRO, V. R. DE; MELLOS, A.; PEREIRA, L. D.; MANZONI, F. D. Percepções sobre o autismo sob a ótica das mães. **Revista Enfermagem Atual InDerme**, v. 87, n. 25, 11 de abril de 2019. Disponível em: <https://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/222>. Acesso em: 22 abril de 2019.

COELHO, Angelita Vieira; CAMARGO, Paula Brendler. UM OLHAR DIFERENTE SOBRE O AUTISMO. **Anais do Seminário Internacional de Educação (SIEDUCA)**, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.ulbracds.com.br/index.php/sieduca/article/view/277>. Acesso em: 2 junho, 2019.

DE CAMPOS, R. C. **Transtorno do espectro autista – TEA**, abril 2019. 1-10. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/>. Acesso em: 31 maio 2019.

DE MELLO, A. C. S.; BRABO, M. L.; DA CRUZ, S. M. A Importância da Família no Acompanhamento do Usuário Autista na Ong Cires. **Revista do Serviço Social**, v. 1, 2018. ISSN 2. Acesso em: 22 abr. 2019.

GIL, Antônio Carlos, **Como Elabora Projeto de Pesquisa**. – 4ª ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GRINKER, Roy. **AUTISMO: um mundo obscuro e conturbado Larousse do Brasil**, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org/en/>. Acesso em 08 junho de 2019.

MAKRYGIANNI, M. K. A eficácia das intervenções analíticas de comportamento aplicadas para crianças com Transtorno do Espectro do Autismo: Um estudo meta-analítico. **Pesquisa em distúrbios do espectro do autismo**, v. 51, p. 18-31, 2018. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/>. Acesso em: 26 de abril de 2019.

NOGUEIRA, Maria; DO RIO, Martins. A Família com criança autista. **Revista portuguesa de enfermagem de saúde mental**, v. 5, p. 16-21, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.org/>. Acesso em: 27 de abril de 2019.

OLIVEIRA, D. M. et al. Interação Vincular de Pais com Filhos Autistas. **Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente**, Lisboa, v. 5, p. 103-113, janeiro 2015. ISSN 2. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

PSYCHIATRIC ASSOCIATION AMERICAN et al., **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM-V**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda., 2014. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnóstico do transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia: ciência e profissão**, 29, n. 1, 2009. 116-131. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n1/v29n1a10>. Acesso em: 23 de abril de 2019.

SILVA, WILSON N, et al., Perfil de crianças com transtorno do espectro autista em relação à independência nas atividades de vida diária. **Revista diálogos e perspectivas em educação especial**, v. 5, n. 2, p. 71-84, 2018. Acesso em: 19 de maio de 2019.





SIMÕES, Catarina Lemos. **O Autismo e o seu impacto na família**. 2012. Tese de Doutorado. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.12/3951>>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

TUCHMAN, ROBERTO; RAPIN, ISABELLE. Diagnóstico precoce del autismo. **Mente y cérebro**, v. 17, p. 44-45, 2010. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/>>. Acesso em: 21 de abril de 2019.



CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL NEUROPSICOLÓGICO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NO MUNICÍPIO DE MOSSORO, RN

Isadora Liziane de Oliveira Dantas¹

Ruan Cledson Dantas de Macedo Nuto²

Leonardo Cassiano Paiva de Assis³

Bruna Jucilene Carlos Gonzaga⁴

Ezequiel Batista do Nascimento⁵

RESUMO

A Síndrome de Down (SD) é considerada uma condição genética que se origina a partir de uma alteração na adição cromossômica. Essa alteração gênica elicia um conjunto de alterações faciais distintas, além de comprometer o desenvolvimento, e contribuir para uma série de prejuízos neuropsicomotores e nas funções cognitivas. Desta forma, este estudo busca caracterizar o perfil neuropsicológico de um grupo de crianças com Síndrome de Down composto por 6 participantes, sendo 2 do sexo masculino e 4 do sexo feminino com idades entre 12 e 16 anos. Para coleta de dados foram utilizados os testes Escala Wechsler de Inteligência para crianças (WISC IV) para avaliar os domínios cognitivos e o Inventário de Avaliação de Incapacidade para crianças (PEDI) para avaliar a funcionalidade da amostra. Os resultados alcançados identificaram prejuízos cognitivos e funcionais, além de evidenciar que esses domínios se relacionam positivamente com aspectos da funcionalidade da criança com SD.

Palavras-chave: síndrome de down, avaliação neuropsicológica, funcionalidade, domínios

¹ Pós-Graduanda em Neuropsicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: isadoralizi.dantas@gmail.com

² Especialista em Comportamento Alimentar. Prof. da Faculdade Católica do RN. E-mail: psiruannuto@outlook.com

³ Pós Graduando em Neuropsicologia pela faculdade Católica do Rio grande do Norte. E-mail: casiano.leonardo@gmail.com

⁴ Mestre em Educação. Professora da Universidade Potiguar. E-mail: bruna.gonzaga@unp.br

⁵ Doutor em Psicobiologia do Centro de Formação em Ciências da Saúde – Universidade Federal do Sul da Bahia. E-mail: izaquen@yahoo.com.br



cognitivos.

ABSTRACT

Down Syndrome (DS) is considered a genetic condition that originates from a change in chromosome addition. This gene alteration elicits a number of distinct facial changes, as well as impair development, and contribute to a range of neuropsychomotor impairments and cognitive functions. Thus, this study seeks to characterize the neuropsychological profile of a group of children with Down Syndrome composed of 6 participants, 2 males and 4 females aged 12 to 16 years. The Wechsler Children's Intelligence Scale (WISC IV) tests were used to evaluate the cognitive domains and the Child Disability Assessment Inventory (PEDI) to evaluate the functionality of the sample. The results achieved identified cognitive and functional impairments, as well as showing that these domains are positively related to aspects of the child's functioning with DS.

Keyword: down syndrome, neuropsychological evaluation, functionality, cognitive domains.

1 INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down (SD) é uma condição genética, descrita há mais de cem anos por John Langdon Down, chegando a se constituir como uma das causas mais frequentes de deficiência cognitiva, com cerca de 18% do número total de deficientes mentais em instituições especializadas (MOREIRA; EL-HANI; GUSMÃO, 2000). Conforme os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), a frequência da SD é de 1 para 1000 nascidos vivos (OMS, 2013). De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 45 milhões de pessoas possuem alguma deficiência física ou mental no Brasil. Destas, estima-se que 300 mil tenham Síndrome de Down (IBGE, 2012).

A alteração na adição cromossômica desta síndrome, acarreta diversos prejuízos no desenvolvimento. Além dos comprometimentos cognitivos como alterações estruturais e funcionais do Sistema Nervoso e das funções executivas (FREIRE; DUARTE; HAZIN, 2012) comprometimentos clínicos se fazem presentes, incluindo: alterações cardiovasculares,



oftalmológicas, auditivas, gastrointestinais, imunológicas, respiratórias, fonoarticulatórias, problemas na tireoide e distúrbios do sono, podendo estes, interferirem no desenvolvimento deste grupo (FREIRE *et. al.* 2014).

Em se tratando das alterações cognitivas comumente observadas na SD, Freire e Hazin (2014) citando Edgin *et.al.* (2012) e Lott e Dierssen (2010) apontam que elas, têm sido associadas a déficits relacionados às funções do hipocampo, córtex pré-frontal e cerebelo. Dado que corrobora, em partes, com o que Lefvré (1998) postula. Para este autor, o cérebro se apresenta em tamanho reduzido, em especial o lobo frontal (responsável pelo pensamento abstrato, linguagem, comportamento), tronco cerebral (responsável pela atenção, vigilância) e cerebelo (responsável pelo controle motor). Além disso, Flórez e Troncoso (1997) ressaltam que a memória de procedimento, não dependente de hipocampo, mas sim dos núcleos da base, também são alteradas em crianças com Down. Desta forma, no endofenótipo neuropsicológico da SD, os indivíduos são acometidos com disfunções que afetam vários aspectos dos domínios cognitivos.

Sobre o funcionamento neurofisiológico, Silva e Kleinhans (2006) apontam para as dificuldades no processo de transmissão de alguns circuitos neuronais. Tais dificuldades podem promover déficit de atenção, maior tempo para reagir a estímulos, falhas no processamento auditivo-vocal, na memória de curto e médio prazo, no desenvolvimento do pensamento abstrato (MARTINHO, 2011; BARATA; BRANCO, 2010).

Uma revisão feita por Nadel (2003) e Tau & Peterson (2010) do fenótipo, considerando aspectos neuroanatômicos da SD, observou reduções específicas no tamanho dos lobos frontais, que estão diretamente ligados às funções executivas. Barros e Hazin (2013) consideram estas funções como funções mentais complexas, com bases neurológicas encontradas no córtex pré-frontal.

Bissoto (2005) revisando Buckley e Bird (1994) relatam sobre as dificuldades no desenvolvimento cognitivo linguístico enfrentados por infantes com SD, o autor aponta que o retardo no desenvolvimento da linguagem acarreta problemas em reconhecer regras gramaticais e sintáticas da língua, podendo estas dificuldades, comprometer outras habilidades cognitivas.

No que se refere às características do desempenho funcional e cognitivo de crianças

com SD, estudos revelam evidências de que existem comprometimentos nessas habilidades, sendo influenciado não só por propriedades intrínsecas da criança, mas também por demandas específicas de tarefas e características ambientais de onde vive, mostrando a importância da estimulação do cuidador nos resultados de desempenho futuro (NASCIMENTO; MAGALHÃES, 2003; MARI, 2000). Pesquisas vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos com o propósito de identificar as principais disfunções cognitivas características da Síndrome de Down. Avaliações neuropsicológicas são utilizadas nessa população com essa finalidade. Nesses estudos, podem ser observadas dificuldades dos indivíduos com SD nas áreas de linguagem expressiva, memória de longo prazo, memória operacional verbal, velocidade de processamento, dentre outras, enquanto que a linguagem receptiva e as habilidades visuoespaciais apresentam-se como mais preservadas (DIERSSEN, 2012; KOGAN *et al.*, 2009; LOTT, 2012; MENGHINI, 2011; VICARI, 2006 apud FREIRE E HAZIN, 2014).

A Escala Wechsler de Inteligência para Crianças IV (WISC IV) se apresenta como um instrumento padronizado de avaliação neuropsicológica, tido como referência internacional para quantificação das capacidades intelectuais de crianças de 6 a 16 anos. O instrumento compõe-se de uma sequência de perguntas e respostas protocoladas com intuito de mensurar a capacidade do indivíduo em diferentes áreas intelectuais, como o nível de conhecimento sobre assuntos gerais, a relação com o ambiente e a capacidade de solucionar problemas cotidianos (COSTA *et al.*, 2004).

Um outro instrumento de avaliação é o Pediatric Evaluation of Disability Inventory (PEDI), este formulário objetiva fornecer ao avaliador uma descrição rica em detalhes acerca do desempenho funcional da criança, dividindo-o em três áreas funcionais: autocuidado, mobilidade e função social. Esse inventário concede ainda ao avaliador a análise do quanto a criança carece da intervenção dos cuidadores e de modificações no ambiente para facilitar o seu desempenho (MANCINI, 2005).

Há de se citar duas importantes contribuições advindas da avaliação cognitiva e funcional deste grupo; quando traçado o perfil neuropsicológico das crianças com SD, é importante não buscar apenas as fraquezas em certos domínios, mas as habilidades cognitivas que se encontram preservadas na SD (VICARI, 2006). Além disso, a avaliação da

funcionalidade da criança - avaliada através do PEDI -, possibilita a investigação de como as alterações cognitivas apresentadas por estas crianças interferem na sua funcionalidade, comprometendo a capacidade de desempenhar de forma independente suas atividades de vida diária (SOUZA; GONZATTI; PRUDENTE, 2017).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SÍNDROME DE DOWN

O médico inglês, John Langdon Down, exerceu forte contribuição nos primeiros estudos da síndrome que recebeu o seu nome, Down. Tal autor descreveu alguns traços clássicos e separou este grupo de outros que também apresentavam algum tipo de deficiência mental, especialmente os afetados pelo cretinismo (crianças que nascem com disfunção da glândula tireóide). Os estudos de Langdon e de outros pesquisadores da época despontaram uma série de nomeações para os sujeitos que vivem com a síndrome, entre eles “idiotia mongolóide”, denominação esta que foi sustentada por muito tempo e é utilizada hoje como termo discriminativo e pejorativo para estas pessoas (NASCIMENTO, 2008).

Segundo esse mesmo autor, a criação de novos métodos e técnicas possibilitaram aos pesquisadores grandes descobertas relacionadas à SD. Estudiosos analisaram os cromossomos humanos e perceberam que cada célula normal possui 46 cromossomos, esse achado científico serviu de pontapé para os estudos de Lejeune que em 1959 usou o nome “trissomia do cromossomo 21” para titular sua teoria de que as crianças com SD possuem um cromossomo a mais, ou seja, 47 cromossomos em cada célula. Este cromossomo a mais detectado, estava no par 21G, que ao contrário tinha agora três cromossomos número 21.

Bissoto (2005) aponta que com o avançar dos estudos, notou-se que cerca de 4% das crianças que nasciam com SD não possuíam todas as células atingidas pela trissomia, apresentando algumas com 46 cromossomos e outras com 47 sendo assim denominadas de “mosaicismo”. Ainda assim, uma outra forma que pôde ser vista no desenvolvimento desta síndrome foi a “translocação genética” que atinge entre 3,0 a 3,5% dos casos e se dá quando

parte ou todo cromossomo 21 extra se encontra ligado a um outro cromossomo, em sua maioria ao cromossomo 14.

Em termos epistemológicos, a frequência da SD é classificada de 1 em 600 nascimentos vivos, aproximadamente. O *Estudo Colaborativo Latino-Americano de Malformações (ECLAMC)*, mostra que 40% das crianças que nascem com síndrome de down têm mães com idades entre 40 e 44 anos, mesmo que nesta faixa etária as mulheres sejam responsáveis por apenas 2% dos nascimentos (GUSMÃO;TAVARES; MOREIRA, 2003).

De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 45 milhões de pessoas possuem alguma deficiência física ou mental no Brasil. Destas, estima-se que 300 mil tenham Síndrome de Down (IBGE, 2012).

A evolução tecnológica possibilitou avanços importantes no diagnóstico da SD, podendo-se citar a criação de exames laboratoriais capazes de detectá-la durante o período de acompanhamento pré-natal da mãe, onde são colhidas amostras sanguíneas da genitora para a investigação sorológica e citogenética em busca de uma possível presença de anomalia cromossômica (SILVA; KLEINHANS, 2006); caso não seja possível realizar o exame ainda na fase intrauterina o diagnóstico pode ser realizado logo após o nascimento constatando-se a presença de seus principais fenótipos, como: hipotonia muscular generalizada, occipital achatado, pescoço curto e grosso, prega única na palma das mãos e retardo mental. (SANTOS; FRANCESCHINI; PRIORE, 2006).

2.2 ALTERAÇÕES COGNITIVAS NA SÍNDROME DE DOWN

O sistema nervoso da criança com SD apresenta anormalidades estruturais e funcionais. Revisando os estudos de Flórez e Troncoso (1997), é possível encontrar prejuízos na forma como todos os neurônios se organizam em diversas áreas do sistema nervoso, não havendo alterações apenas na estrutura das redes neuronais formais, mas nos processos funcionais da comunicação um com o outro. Os autores destacam ainda que essas alterações podem afetar o desenvolvimento inicial nos circuitos cerebrais, atingindo as redes nervosas necessárias para estabelecer os mecanismos de atenção, memória, capacidade de correlação e análise, pensamento abstrato, entre outros. Ainda segundo esses mesmos autores, as pessoas

com SD apresentam menor volume cerebral quando comparado ao de pessoas sem a síndrome.

Frequentemente, crianças com Síndrome de Down nascem com hipoplasia nos lóbulos frontais e occipitais, bem como no lóbulo temporal, em até 50% dos casos, podendo ocorrer de forma unilateral ou bilateral. Alguns cérebros apresentam diminuição do corpo caloso e do hipocampo (SILVA; KLEINHANS, 2006).

Os lóbulos frontais são responsáveis pelo planejamento de ação e da mobilidade, essa região abrange ainda o córtex pré-frontal, responsável pelas funções executivas. Um corpo crescente de estudos aponta que pessoas com síndrome de Down apresentam prejuízos nas Funções Executivas (FREIRE; DUARTE; HAZIN, 2012). Gazzaniga, *et al.* (2002) apontam que essas funções possibilitam a interação do indivíduo com o mundo de forma intencional, envolvendo a elaboração de um plano de ação baseado em experiências prévias e demandas do ambiente atual, tais ações precisam ser adaptativas e ajustáveis e, algumas vezes, monitoradas em suas várias etapas de execução.

Adams e Oliver (2010), investigaram déficits cognitivos na linguagem, no comportamento adaptativo e nas funções executivas através de uma pesquisa longitudinal com adultos de 30 anos ou mais que tinham SD. Na realização do estudo foram aplicadas algumas escalas de mensuração como a Vineland Adaptive Behavior Scales, Assessment for Adults with Developmental Disabilities. Os pesquisadores puderam constatar que o decréscimo nas funções executivas pode estar relacionado a deterioração cognitiva, principalmente no que tange a memória de trabalho. Os autores concluem seu estudo ressaltando a importância de investigar e elucidar o desenvolvimento das FE em pessoas com Síndrome de Down para compreender o desdobramento do fenótipo cognitivo da SD desde a infância.

A memória de trabalho também é considerada uma função executiva, Leon (2013) revisando os estudos de Baddeley (2000), Dias (2009) e Diamond *et al.* (2007) encontrou que esta é responsável pelo armazenamento temporário e pela integração da informação a estímulos ambientais e à memória de longo prazo, o que possibilita a manipulação da informação. Diamond (2012) ressalta que esta memória é usada na compreensão, tanto auditiva, como de leitura, na aprendizagem e no raciocínio, e é fundamental para dar significado aos eventos que ocorrem ao longo do tempo, manipulando e fazendo a integração entre a informação recebida anteriormente com a informação recebida agora.

Bonomo e Rosseti (2010) ressaltam a relação entre os lóbulos occipitais e os estímulos visuais, mostrando também que a SD apresenta alterações da percepção visual e a lentificação no processamento das informações, colaborando com os casos de desatenção, desmotivação e de atraso na conquista de importantes marcos desenvolvimentais. Os mesmos autores trazem ainda que a manutenção do olhar em algum estímulo é prejudicada nas crianças com a síndrome, principalmente nos primeiros anos de vida, em que as dificuldades motoras são mais evidentes.

Revisando os estudos de Troncoso e Cerro (1999) percebe-se que nas primeiras fases da vida, crianças com SD apresentam melhor competência na atenção auditiva, sendo os lóbulos temporais responsáveis por este componente. Os autores apontam que quando apresentadas, essas dificuldades de percepção e distinção auditiva, podem fazer com que a criança não ouça nem atenda auditivamente, preferindo ações manipulativas conforme seus interesses. Problemas na memória auditiva sequencial bloqueiam e dificultam a fixação da atenção durante o tempo necessário, demonstrando dificuldade para manter uma informação sequencial. O cansaço orgânico, assim como problemas de comunicação sináptica atrapalham a chegada da informação, entendido como falta ou perda de atenção (TRONCOSO; CERRO, 1999).

Não obstante, o hipocampo também é afetado pelos prejuízos cognitivos da síndrome, estando diretamente relacionado a prejuízos na memória. Estudos indicam que crianças com SD apresentam um desempenho significativamente inferior em tarefas que envolvem à memória de longo prazo, especialmente em tarefas de memória explícita quando comparados a crianças com desenvolvimento típico. Em relação a tarefas que requerem processamento da memória implícita, crianças com SD apresentam um desempenho considerado normal (Contestabile, Benfenati & Gasparini, 2010; Jarold, Nadel & Vicari, 2008; Vicari, 2006).

A memória implícita é sustentada substancialmente por processos automáticos que requerem baixa atenção, enquanto a memória explícita lida com a aprendizagem consciente e intencional e requer codificação de informação, estratégias de recuperação e elevado grau de atenção (FREIRE; DUARTE, HAZIN, 2012).

Brown et.al. (2003) e Trezise, Gray e Sheppard (2008) destacam o domínio da atenção como sendo um dos que mais se evidencia a presença de deficiências. Em concordância com

este pensamento, Macêdo et. al. (2009), ressalta que este déficit interfere de forma negativa no desenvolvimento deste grupo, uma vez que prejudica a iniciação, organização e, substancialmente, a fixação do foco atencional em atividades necessárias para aprendizagem.

No que diz respeito a memória operacional, têm-se encontrado déficits no seu componente verbal, enquanto que o esboço visuoespacial encontra-se relativamente preservado (CARRETE; LANFRANCHI, 2010; DUARTE ET.AL 2011; JARROLD; NADEL; VICARI, 2008; LANFRANCHI; JERMAN; VIANELLO, 2009; LAWS, 2002; SILVERMAN, 2007). A ineficácia do componente verbal da memória operacional acarreta prejuízos significativos na vida das crianças, vez que esta exerce papel fundamental na realização de atividades diárias, principalmente influenciando o desempenho escolar e posteriormente profissional (FREIRE, 2013).

Mancini et. al (2003) e Vicari (2006) apontam que as limitações a nível de linguagem se apresentam também nas habilidades de função social de indivíduos com SD, vez que a comunicação se torna prejudicada. Para Freire et. al. (2014) a junção das alterações intelectuais e motoras podem fazer com que haja limitação em diversos graus das habilidades, como exemplo, a função social.

O atraso no início das atividades locomotoras, influência a exploração precoce do ambiente e no aprendizado contínuo sobre o universo (ZAUSMER, 2007). Em infantes com SD, a velocidade para aprendizagem provém de complexas integrações do processamento neurológico e do equilíbrio na evolução de funções específicas como linguagem, percepção, esquema corporal, orientação perceptual e lateralidade, graves alterações na internalização de conceitos de tempo e espaço, dificultam as aquisições e refletem na memória e na planificação, além de comprometer a obtenção da linguagem, em decorrência da hipotonia muscular (ALVES, 2011).

O desenvolvimento da pessoas com SD pode ser afetado diretamente pela presença de algumas características inerentes à síndrome, podendo estas afetar a independência do indivíduo na execução de atividade de vida diária (AVD) por causada chegada tardia de alguns padrões motores como rolar, engatinhar e sentar, acarretando prejuízos físicos, de comportamento, físicos e motores, prejudicando a interação social e conseqüentemente o seu resultado nas ocupações (AGOSTINI, 2013).

Citados os prejuízos nos domínios cognitivos das crianças com SD, ressalta-se a necessidade de fomentar os estudos sobre os perfis cognitivos e comportamentais. Esse tipo de estudo, faz parte de uma linhagem teórica que considera, portanto, os déficits intelectuais não apenas como um simples atraso no desenvolvimento cognitivo típico, mas sim como perfis característicos, que podem ser qualitativamente especificados. Assim, faz-se necessário utilizar protocolos de intervenção individualizados com base em pesquisas que abordem não só as habilidades cognitivas prejudicadas, mas também seus pontos fortes e as habilidades relativamente preservadas nas SD (VICARI, 2006).

2.3 AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA

Todo indivíduo tem características que são próprias de sua faixa etária, sendo estes resultados do processo de desenvolvimento. É preciso considerar que o desenvolvimento e consequentemente a maturação, não acontece apenas de forma física e biológica, mas também da junção dos determinantes sociais e dos seus respectivos efeitos no psiquismo, desta feita, o desenvolvimento do cérebro, assim como dos demais órgãos componentes do organismo, segue um processo lento e contínuo de maturação (SILVA *et al.*, 2016).

Os avanços tecnológicos permitem o diagnóstico da Síndrome de Down ainda no ambiente intrauterino (SILVA; KLEINHANS, 2006); no entanto, percebe-se a carência de instrumentos que caracterizem os aspectos do desenvolvimento cognitivo e funcional desta população (SCUDELLER; CASTRO, 2013).

A utilização dos instrumentos de avaliação neuropsicológica possibilita uma avaliação global das capacidades de cada criança e aponta as possíveis dificuldades encontradas por estas para desempenhar atividades cotidianas (COSTA, 2004).

Correlacionar o desempenho do indivíduo nos testes neuropsicológicos com o funcionamento deste no dia a dia da criança tem sido um dos grandes desafios da neuropsicologia, como aponta Verdejo-Garcia e Bechara (2010). Chaytor e Schmitter-Edgecombe resume esta problemática no constructo de *validade ecológica*, ou seja, de que forma as medidas neuropsicológicas irão refletir em habilidades cognitivas do sujeito quando desempenhadas suas atividades de vida diária.



Para tanto, a ciência neuropsicológica tem investido em estudos que auxiliem a compreensão de forma cada vez mais abrangente dos comprometimentos cognitivos ocasionados por lesões congênitas (pré, peri ou neonatais), doenças e pelo envelhecimento (SPADACIO e SOARES, 2015). Estes mesmos autores evidenciam que a neuropsicologia contribui ainda, com a estimulação e com a reabilitação desses sujeitos por meio da reabilitação neuropsicológica.

Sabendo que a recomendação da avaliação neuropsicológica se faz presente na investigação de dificuldades de cunho cognitivo ou comportamental de origem neurológica (COSTA *et al.*, 2004, p. 112), é importante estabelecer parâmetros técnicos, onde instrumentos técnicos como: entrevistas, observação e principalmente testes psicológicos são usados para identificar problemas presentes na criança (SILVA *et al.*, 2016).

Dentre os testes psicológicos e baterias comumente utilizados na avaliação neuropsicológica infantil pode-se mencionar o WISC IV. Em sua revisão bibliográfica Alves, Silva e Sardinha (2016) constataram 33 estudos com as diferentes formas das Escalas Wechsler, sendo 34,3% do total da amostra das autoras. Este instrumento busca avaliar a capacidade intelectual das crianças de 6 a 16 anos. Além da inteligência, a escala avalia também o processo de resolução de problemas (WECHSLER, 2016). As questões presentes no subteste da escala se propõem a ser semelhantes àquelas que a criança experimenta em seu ambiente, vez que o autor da escala concebe a inteligência como uma capacidade global do indivíduo em agir com propósito, lidando eficazmente com as situações em seu meio ambiente (ALVES *et al.*, 2016).

Scudeller e Castro (2013) realizaram um outro estudo com duas crianças com SD utilizando a Escala Wechsler de Inteligência para Crianças – Terceira Edição – WISC-III, os resultados obtidos mostraram que as crianças tinham maior competência para responder aos subtestes verbais e apresentaram maiores dificuldades nas escalas de execução.

Outro instrumento que se faz presente nas avaliações neuropsicológicas é o Pediatric Evaluation of Disability Inventory (PEDI), este inventário é aplicado na forma de questionário para os cuidadores, investigando o desenvolvimento típico de cada criança de acordo com algumas áreas de habilidades funcionais em seu ambiente doméstico, a primeira parte busca identificar as habilidades da própria criança, a segunda parte investiga a influência do cuidador

e a terceira modificações no ambiente físico (MANCINI, 2005).

Os testes mencionados associados a outros instrumentos, fornecem dados quanto a funções prejudicadas ou não na criança, contribuindo para possíveis intervenções precoces. Vale ainda salientar que o profissional executante precisa estar à par do funcionamento cerebral e de sua complexidade, trabalhando sempre em conjunto com outros profissionais de áreas afins (SILVA *et al.*, 2016).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 RECRUTAMENTO E ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

O estudo em tela foi submetido e aprovado pelo comitê de ética em pesquisa com o parecer de número 3.253.245. A amostra foi composta por 06 crianças com Síndrome de Down, com idades entre 12 a 16 anos. A pesquisa foi realizada na clínica-escola de uma Universidade privada na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte, com crianças do mesmo município.

Como critério de inclusão foi requerido: ter diagnóstico de Síndrome de Down e está dentro da faixa etária pesquisada. Adotou-se como critério de exclusão durante a triagem, crianças com idade inferior a 10 anos e superior a 16 anos e 11 meses, e que fizessem uso de medicações psicotrópicas.

As regras de condutas e termos de consentimento livre e esclarecido prevista pelo comitê de ética foram lidas pelos responsáveis de cada criança voluntária, obedecendo os critérios de confidencialidade, segurança e sem danos materiais, físicos ou psicológicos aos participantes.

3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A presente pesquisa teve início por meio do recrutamento das crianças que se deu através de divulgação em mídias sociais. Quando selecionadas, promoveu-se um encontro com os responsáveis para que fossem esclarecidos os objetivos do estudo, assim como a assinatura

do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A segunda etapa do estudo se deu com o primeiro contato entre os pesquisadores e as crianças da amostra, com intuito de se estabelecer o vínculo inicial. Neste encontro foram realizadas brincadeiras livres e apresentação do espaço onde a pesquisa ocorrerá.

O processo de avaliação começou com a aplicação do Wisc IV de forma individual. Para aplicação de todas as escalas do teste levou-se em média duas sessões de avaliação, distribuídas em encontros semanais com duração de duas horas. Enquanto o WISC IV era aplicado com as crianças, auxiliares de pesquisa realizaram a entrevista de anamnese e aplicaram o PEDI com os cuidadores.

3.1.1 Escala de Inteligência de Wechsler Para Crianças (WISC IV)

Esta escala avalia a capacidade intelectual e o processo de resolução de problemas em crianças com idade entre 06 anos e 0 meses a 16 anos e 11 meses. A aplicação deste instrumento se dá de forma individual. A Escala de inteligência de Wechsler para crianças (WISC IV) é composta por 10 subtestes principais e 5 subtestes suplementares, totalizando 15 subtestes específicos para cada índice aferido por esse teste, que são: Índice de compreensão verbal (ICV); Índice de organização perceptual (IOP); Índice de memória operacional (IMO); Índice de velocidade de processamento (IVP).

O índice de compreensão verbal (ICV) é composto por cinco subtestes, o subteste semelhanças, vocabulário, compreensão, informação e raciocínio com palavras. Esse índice se destina a avaliar as habilidades verbais das crianças através do raciocínio, compreensão e da conceituação. O segundo item que a escala se propõe a medir é o Índice de organização perceptual (IOP). Neste índice encontram-se quatro subtestes. O subteste cubos, conceitos figurativos, raciocínio matricial, completar figuras. Tal item se propõe a quantificar a organização perceptual.

No Índice de memória operacional (IMO) estão três subtestes. O subteste dígitos, sequência de números e letras, e aritmética. Esse índice busca avaliar a agilidade mental, concentração, memória de curto e longo prazo, raciocínio numérico e atenção. O último índice da escala é o Índice de Velocidade de Processamento (IVP), aqui também estão três subtestes,

sendo estes: código, procurar símbolos e cancelamento. Esse índice é objetiva medir a velocidade de processamento

3.1.2 Inventário de Avaliação Pediátrica de Incapacidade (PEDI)

Este inventário foi traduzido e adaptado para a realidade brasileira a partir do modelo original norte-americano “Pediatric Evaluation of Disability Inventory” (HALEY et. al, 2002). Para sua validação no Brasil, seguiu-se todas as regras descritas na literatura. Os dados normativos, que constituíram a amostra de padronização, foram colhidos de 276 crianças da região Metropolitana de Belo Horizonte. O PEDI é um instrumento de avaliação para crianças que objetiva fornecer ao avaliador uma descrição rica em detalhes acerca do desempenho funcional da criança. Tal escala se propõe a documentar as mudanças longitudinais do desempenho em três áreas funcionais: autocuidado, mobilidade e função social. Possibilita ainda ao avaliador a análise do quanto a criança necessita da intervenção dos cuidadores e de modificações no ambiente para facilitar o seu desempenho (MANCINI, 2005).

O teste possui três partes, a Parte 1 se propõe a investigar as atividades cotidianas executadas no ambiente doméstico pela criança divididas em três campos de funcionalidade: autocuidado, mobilidade e função social. Aqui, se a criança for capaz de executar a atividade funcional questionada recebe 1 ponto de score, se não conseguir é atribuída a pontuação 0. O escore total é obtido através da somatória dos pontos. Na parte 2 é mensurada a quantidade de auxílio fornecido do cuidador à criança, busca-se informações acerca da independência desta por meio da realização de 20 tarefas funcionais nas áreas de autocuidado, mobilidade e função social.

Nessa parte os itens são pontuados em uma escala ordinal que apresenta variações de 5 (se a criança realiza sem ajuda a tarefa) a 0 (se necessitar de assistência total para execução da tarefa). A parte 3 propõe-se a analisar se a criança dispõe de mudanças no ambiente que facilitem seu desempenho em quatro categorias: nenhuma, centrada na criança (também utilizadas por crianças com desenvolvimento normativo), de reabilitação (para necessidades especiais) ou extensivas (para mudanças arquitetônicas). Na parte três a escala é nominal, não há uma escala quantitativa.



4 ESTATÍSTICA

Para realizar a análise estatística dos resultados foi utilizado o software SPSS 20. Primeiramente foi realizado o teste de Shapiro-Wilk para determinar se os dados da amostra obedeciam a distribuição normal, o qual os resultados se mostraram dentro da normalidade. Desta feita, foram utilizados testes paramétricos e as variáveis quantitativas foram expressas em médias (MD) e desvios padrão (DP).

Depois do teste de normalidade utilizou-se o teste R de Pearson para verificar a ocorrência de correlações entre as variáveis. Para todos os instrumentos, foi considerado o nível de significância p menor ou igual a 0,05%.

5 RESULTADOS

5.1 DADOS SOCIODEMOGRÁFIOS

No tocante ao sexo dos pesquisados, 66,7% eram do sexo feminino e 33,3 do sexo masculino, com idades entre 12 e 14 anos. Quanto à escolaridade, 50% cursam 6º ano do ensino fundamental, 16,7% cursa o 5º ano, 16,7% cursa o 7º ano e 16,7% cursa o 8º ano (ver tabela 1).

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico dos participantes

Variável	N	%
Sexo		
Feminino	4	66,7%
Masculino	2	33,3%
Faixa etária (anos)		
12	2	33,4%
13	2	33,3%



14	2	33,3%
Escolaridade		
5º ano	1	16,7%
6º ano	3	50%
7º ano	1	16,7%
8º ano	1	16,7%

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

5.2 ESCALA DE INTELIGÊNCIA DE WECHSLER PARA CRIANÇAS (WISC IV)

Considerando os subtestes do WISC IV aplicados na avaliação do grupo de crianças, a média encontrada no subteste cubos foi de $3,2 \pm 2,1$. Verificou-se média $1,3 \pm 1,6$ no subteste semelhanças, foi encontrada média de $2,2 \pm 2,9$ no subteste Dígitos, em Conceitos Figurativos encontrou-se média $3,2 \pm 2,4$, em código a média obtida foi de $7,7 \pm 9,9$. A média do subteste vocabulário foi de $9,2 \pm 5,3$. Em sequênciade números e letras a média obtida foi de $1,5 \pm 2,5$. Em Raciocínio matricial a média obtida foi de $4,8 \pm 3,5$. Alcançou-se média de $2,8 \pm 2,9$ em Compreensão. No subtesteprocurar símbolos a média obtida foi de $2,3 \pm 2,6$, já em completar figuras as criançasda amostra obtiveram média $8,5 \pm 5,9$. No subteste cancelamento a média foi de $22,8 \pm 15,6$. No subteste informação a média obtida foi de $3,0 \pm 1,5$. No subteste aritméticaobteve-se média de $3,3 \pm 1,7$ e em raciocínio com palavras alcançou-se média de $5,7 \pm 3,2$ (ver tabela 2).

Tabela 2 - Médias dos resultados dos subtestes aplicados do WISC IV

Subtestes	Grupo (n = 6)	
	Média (MD)	Desvio Padrão (DP)
Cubos	3,2	2,1
Semelhanças	1,3	1,6
Dígitos	2,2	2,9





Conceitos figurativos	3,2	2,4
Código	7,7	9,9
Vocabulário	9,2	5,3
Seq. num. e letras	1,5	2,5
Raciocínio matricial	4,8	3,5
Compreensão	2,8	2,9
Procurar Símbolos	2,3	2,6
Completar figuras	8,5	5,9
Cancelamento	22,8	15,6
Informação	5,7	3,2
Aritmética	3,3	1,7
Raciocínio com palavras	3,0	1,5

Valores em média (MD) e desvio padrão (DP)

Fonte: elaborado pelos autores (2019)

A partir das pontuações obtidas nos subtestes já mencionados, são gerados os índices de habilidades cognitivas. No índice de compreensão verbal a média geral obtida foi de $51,7 \pm 3,9$. A média geral no Índice de Organização perceptual da amostra foi de $52,0 \pm 4,1$. No índice de Memória Operacional encontrou-se uma média geral de $49,5 \pm 1,2$. A média geral do índice de Velocidade de Processamento foi de $54,2 \pm 9,8$. No quociente de inteligência, a média da amostra foi de $46,2 \pm 3,5$ (ver tabela 3).

Tabela 3 - Médias dos índices de habilidades cognitivas avaliadas no WISC IV

Grupo (n = 6)		
Índices gerais	Média(MD)	Desvio Padrão(DP)
Índice de compreensão verbal	51,7	3,9
Índice de organização perceptual	52,0	4,1
Índice de memória operacional	49,5	1,2
Índice de velocidade de processamento	54,2	9,8





Quociente de inteligência total	46,2	3,5
---------------------------------	------	-----

Nota: Valores em média (MD) e desvio padrão (DP)

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

5.3 INVENTÁRIO DE AVALIAÇÃO DE INCAPACIDADE PEDIÁTRICA

Buscando avaliar a funcionalidade deste grupo de crianças, o PEDI fornece resultados nas três áreas de habilidades funcionais e assistência do cuidador (autocuidado, mobilidade e funções sociais). Na tabela 4 é possível observar o resultado das comparações entre as médias dos scores do grupo analisado. Na habilidade funcional de autocuidado mostra-se resultados $60,8 \pm 9,2$. No item mobilidade, o dado se apresenta em $51,2 \pm 8,0$. Já os scores das funções sociais mostram $52,3 \pm 6,8$.

No que se refere a assistência do cuidador, também avaliada no PEDI, nos scores de autocuidado observa-se resultado de $3,7 \pm 4,1$. No item de mobilidade desta assistência, obteve scores $33,5 \pm 1,4$. Já na área de funções sociais, vê-se $18,2 \pm 5,2$.

Tabela 4 - Medidas descritivas das pontuações obtidas no PEDI.

	Grupo (n = 6)	
Domínios PEDI	Média (MD)	Desvio Padrão (DP)
Habilidades Funcionais		
Autocuidado	60,8	9,2
Mobilidade	51,2	8,0
Funções Sociais	52,3	6,8
Assistência do Cuidador		
Autocuidado	3,7	4,1
Mobilidade	33,5	1,4
Funções Sociais	18,2	5,2

Nota: Dados foram expressos em média (MD) e erro padrão (DP)



Fonte: elaborado pelos autores (2019).

5.4 CORRELAÇÃO ENTRE HABILIDADES COGNITIVAS E FUNCIONALIDADE NA CRIANÇA

Os índices gerais obtidos através da aplicação do WISC IV nos domínios de compreensão verbal (ICV); organização perceptual (IOP); memória operacional (IMO); velocidade de processamento (IVP) e Coeficiente de inteligência total, foram correlacionados com os índices de habilidades funcionais (autocuidado, mobilidade e função social) e com os índices de assistência do cuidador (autocuidado, mobilidade e função social) através do Teste de correlação R de Pearson. Verificou-se uma correlação positiva significativa entre o Índice de Organização Perceptual e as Habilidades de Mobilidade ($r= 0,82^*$; $p= 0,05$), entre o Índice de Memória Operacional e as Habilidades de autocuidado ($r= 0,87^*$; $p=0,05$) e entre o Índice de Velocidade de Processamento também com a habilidade de autocuidado ($r=0,84^*$; $p= 0,05$) (ver tabela 5).

Tabela 05- Correlações entre o WISC IV e o PEDI

Habilidades Funcionais				Assistência do cuidador			
		Autocuidado	Mobilidade	F. Social	Autocuidado	Mobilidade	F. Social
ICV	R	0,61	0,65	0,14	0,24	0,59	0,35
	P	$P > 0,05$	$P > 0,05$	$P > 0,05$	$P > 0,05$	$P > 0,05$	$P > 0,05$
IOP	R	0,54	0,82*	-0,31	0,25	0,35	0,05
	P	$P > 0,05$	$P < 0,05$	$P > 0,05$	$P > 0,05$	$P > 0,05$	$P > 0,05$
IMO	R	0,87*	0,51	0,70	0,40	0,53	0,43
	P	$P < 0,05$	$P > 0,05$	$P > 0,05$	$P > 0,05$	$P > 0,05$	$P < 0,05$
IVP	R	0,84*	0,53	0,65	0,40	0,60	0,50
	P	$P < 0,05$	$P > 0,05$	$P > 0,05$	$P > 0,05$	$P > 0,05$	$P < 0,05$
QIT	R	0,58	0,40	0,52	0,34	0,76	0,62
	P	$P < 0,05$	$P > 0,05$	$P > 0,05$	$P > 0,05$	$P > 0,05$	$P < 0,05$

Nota: As correlações foram expressas em R de Pearson, sendo estatisticamente significante com $P < 0,05$. Fonte: elaborado pelos autores (2019).

6. DISCUSSÃO

Nesse estudo, os nossos resultados apontam: 1) prejuízos na linguagem apontado pelo subteste semelhanças; 2) dificuldades na memória auditiva sequencial demonstrada no subteste sequência de números e letras; 3) déficit cognitivo moderado, identificado através da média de QIT; 4) acentuados prejuízos no domínio cognitivo de memória operacional; 5) baixo desempenho na área de mobilidade das habilidades funcionais; 6) alto desempenho na área de autocuidado das habilidades funcionais; 7) necessidade de maior assistência do cuidador na área de autocuidado; 8) correlação positiva significativa entre o Índice de Organização Perceptual e a Habilidade de Mobilidade; 9) Correlações positivas significativas entre os Índices de Memória Operacional e de Velocidade de Processamento com as habilidades de autocuidado.

Considerou-se nesta pesquisa, uma amostra de 6 crianças com síndrome de down, sendo 66,7% do sexo feminino. Quanto as idades há uma distribuição homogênea, variando entre 12 e 14 anos. No que tange ao ano escolar, nota-se um maior número de crianças no 6º ano (50%), estando em conformidade com sua faixa etária.

Considerando a avaliação do WISC-IV para a amostra de crianças com SD, nossos resultados no subteste semelhanças demonstraram média de 1,3. A execução deste subteste envolve o raciocínio verbal e formação de conceitos, este resultado se mostra inferior às médias obtidas por crianças com desenvolvimento típico. A literatura aponta que a linguagem é uma das áreas em que ocorre um atraso desenvolvimental acentuado nas crianças com Síndrome de Down, um importante aspecto a ser destacado são as dificuldades articulatórias que comumente ocorrem desde tenra idade, podendo persistir até a vida adulta (SCUDELLER; CASTRO, 2013).

O subteste de sequência de números e letras envolve as habilidades de sequenciamento, agilidade mental, atenção, memória auditiva de curto prazo, imagens visuais e espaciais e velocidade de processamento para sua resolução. O resultado da amostra evidenciou médias significativamente mais baixas (1,5) do que a do grupo controle utilizado para normatização da escala (média 9,9) e abaixo também da média de desempenho de deficientes mentais moderados (2,6). Esses resultados indicam que as crianças da amostra apresentam dificuldades



na memória auditiva sequencial. Hodapp (1997) realizou uma pesquisa que compara o funcionamento do cérebro de indivíduos com e sem a Síndrome de Down. Os dados encontrados corroboram com os resultados obtidos no presente trabalho, vez que mostram que as pessoas com SD apresentam comprometimento nas partes responsáveis pelo funcionamento da memória auditiva. Troncoso e Cerro (1999) concordando com o autor supracitado ressalta que problemas na memória auditiva sequencial bloqueiam e dificultam a fixação da atenção durante o tempo necessário, demonstrando dificuldade para manter uma informação sequencial.

No que se refere a avaliação dos índices de habilidades cognitivas avaliadas através do WISC IV, espera-se, conforme manual técnico, que as médias para o grupo de deficientes mentais moderados sejam de 46,4 (QIT) a 58,2 (IVP). A amostra de crianças do presente trabalho apresentou resultados aproximados, o que evidencia os déficits intelectuais desta população. Kozma (2007) aponta em seus estudos que a maior parte dos casos de déficit intelectual na Síndrome de Down variam entre os graus leve e moderado. No grau leve o QIT varia entre 20 e 35 e no grau moderado esses valores podem variar entre 35 e 50 (BULL; COMMITTEE ON GENETICS, 2011). Contribuindo para a discussão, em sua revisão de literatura, Freire, Duarte e Hazin (2012) apontam a deficiência intelectual como uma das características mais marcantes do fenótipo neuropsicológico da SD.

O Índice de Memória Operacional (IMO) apresentou resultado substancialmente inferior (49,5) quando comparado ao do grupo controle (98,9) utilizado na normatização do WISC IV. O IMO analisa a atenção, concentração e a memória operacional. Por memória operacional entende-se a capacidade de reter informações que chegam ao cérebro por um curto espaço de tempo (PAPALIA; FELDMAN, 2013). Pesquisas realizadas por Lanfranchi et. al. (2010) indicam que existe déficit na memória operacional de adolescentes com síndrome de Down, corroborando com o autor retromencionado as autoras Nowacki, Villanova e Souza (2016) em seu estudo, confirmam a dificuldade na memória operacional em crianças com SD, ressaltando alterações na codificação da informação, na atenção e em estratégias de recuperação da informação.

A partir dos resultados obtidos na avaliação da funcionalidade das crianças da amostra por meio do PEDI, foi possível observar que o menor resultado nas médias das habilidades

funcionais encontra-se na área de mobilidade, sendo esta de 51,2. Pontuações mais baixas no domínio de mobilidade, podem ser reflexo do atraso no desenvolvimento exibido em crianças com SD (PALISANO *et al.*, 2001). O atraso no desenvolvimento neuromotor é caracterizado pela hipotonia e frouxidão ligamentar, o que dificulta o equilíbrio e o controle da postura, que dificultam os movimentos da criança e conseqüentemente diminui as possibilidades de exploração do ambiente (SHUMWAY-COOK; WOOLLACOTT, 1985; KOZMA, 2007; MARTÍNEZ; GARCÍA, 2008).

Das três áreas avaliadas, autocuidado se apresentou com maior pontuação, com média de 60,8. Este dado se encontra acima da média dos achados em outras literaturas. Sugere-se hipótese de maior autonomia por parte do grupo pesquisado, fazendo-se necessário maior investigação para confirmação deste dado.

O PEDI fornece também dados relacionados ao domínio de assistência do cuidador na realização de atividades diárias do indivíduo, também nas áreas de autocuidado, função social e mobilidade. Destaca-se a área de mobilidade, com média de 33,5 por necessitar de maior auxílio do cuidador. Hostler (1999) e Lindeke *et. al.* (2002) apontam que uma forma de ampliar o nível de independência da criança é o cuidador instruí-la corretamente.

Dadas as discussões específicas de cada domínio cognitivo e de funcionalidade investigados, apresenta-se a discussão dos dados obtidos por meio da correlação entre os índices cognitivos e habilidades funcionais investigadas. Verificou-se correlação positiva significativa entre o Índice de Organização Perceptual e a Habilidade de Mobilidade, sugerindo que quanto maior a capacidade de Organização Perceptual da criança, maior será suas Habilidades de Mobilidade. Estudos apontam que as habilidades de visuoespaciais se mostram com menores prejuízos dentre os demais domínios cognitivos (FREIRE; HAZIN, 2014). Tal habilidade se faz essencial para a percepção espacial, orientação no espaço e no planejamento de rotas, fazendo-se presente nas interações do indivíduo com o meio, o que se relaciona diretamente com as habilidades de mobilidade (GARCIA; GALERA, 2015).

Correlações positivas significativas também foram verificadas entre os Índices de Memória Operacional e de Velocidade de Processamento com as habilidades de autocuidado. Alguns estudos denotam que a Velocidade de Processamento se relaciona diretamente com a capacidade cognitiva dos indivíduos, essa habilidade segundo Fry e Hale (1996) e Kail (2000)

está ligada aos recursos cognitivos que se encontram armazenados e ao uso eficaz da memória de trabalho na realização de atividades mais complexas. O Índice de Memória Operacional avalia memória de trabalho/operacional, memória imediata e as capacidades de atenção-concentração, esse domínio faz com que o sujeito tenha consciência das informações recebidas para que assim possa desenvolver atividades, sabendo manipular os conteúdos recebidos e produzir um resultado (FRY; HALE, 1996, PERLOW; JATUSO; MOORE, 1997, SWASON 1996).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se com esta pesquisa caracterizar o perfil neuropsicológico de um grupo de crianças com Síndrome de Down através dos testes Escala Wechsler de Inteligência para crianças (WISC IV) e o Inventário de Avaliação de Incapacidade para crianças (PEDI). O levantamento de um perfil neurocognitivo permitiu verificar a relação do domínio cognitivo e funcionalidade da criança com Down.

A partir dos resultados da pesquisa, pode-se concluir que as crianças da presente amostra apresentam déficit cognitivo moderado, esse resultado mostra-se em consonância com os estudos presentes na literatura. Destaca-se aqui a dificuldade em generalizar qual domínio cognitivo se apresenta mais preservado ou mais prejudicado na Síndrome de Down, vez que as limitações acarretadas por esta se apresentam prejuízos diretos na funcionalidade da criança.

De modo geral, os achados do estudo indicam que as habilidades de organização perceptual e velocidade de processamento encontram-se mais preservadas no grupo estudado, tendo sido nesses domínios a obtenção de melhores resultados na avaliação do WISC IV. Constatou-se ainda, por meio da correlação entre os índices gerais obtidos no teste retromencionado e os resultados obtidos no PEDI, que essas habilidades cognitivas mais preservadas se correlacionam respectivamente com habilidades de mobilidade e de autocuidado.

As atividades que envolvem memória operacional e compreensão verbal, conforme o esperado, mostraram-se menos preservadas. É sabido que na Síndrome de Down, uma das áreas

mais prejudicadas é da compreensão verbal, que corrobora com o encontrado em outras literaturas, fazendo-se importante salientar que esses atrasos no desenvolvimento da linguagem, ficam mais perceptíveis no final da infância e início da adolescência (KUMIN, 1996 e SILVERMAN, 2007).

Embora o WISC seja um dos testes mais utilizados para avaliação de domínios neurocognitivos, seja no campo clínico ou escolar, reitera-se a importância de novas atualizações com o instrumento, assim como estudos que busquem avaliar a inteligência de crianças com SD.

Mesmo que se realize uma avaliação cognitiva, é importante não deixar passar despercebido outros aspectos importantes do sujeito avaliado, como habilidades, dificuldades em seu convívio familiar, na escola e nos demais âmbitos que venha a ocupar, além da investigação de aspectos emocionais. Somente uma visão geral do indivíduo pode completar um programa de intervenção eficaz e contextualizado do indivíduo.

Com relação aos achados no PEDI, pode-se destacar também a importância de estudos mais aprofundados neste contexto ecológico, uma vez que o conhecimento funcional destes indivíduos pode fornecer, tanto para os cuidadores, como também para equipe multidisciplinar, intervenções terapêuticas mais eficazes.

Algumas limitações se fizeram presentes neste estudo. Destaca-se primeiramente o pequeno número da amostra, o que limita a possibilidade de extrapolação dos resultados para a população geral de crianças com Síndrome de Down. A idade dos participantes da amostra não contempla toda a faixa etária infanto-juvenil, o que se apresenta também como uma limitação. Futuras investigações poderiam utilizar amostras mais amplas e outros instrumentos de avaliação neuropsicológicas que possam validar os achados da presente pesquisa. Apesar das limitações identificadas, considera-se que o estudo realizado possibilitou conhecer melhor o perfil neuropsicológico de crianças com Síndrome de Down.

REFERÊNCIAS



ADAMS, D., Oliver, C. **The relationship between acquired impairments of executive function and behaviour change in adults with Down syndrome.** *Journal of intellectual disability research.* v.5, n.54, mai. 2010.

AGOSTINI, B.; BISOGNIN, J. P.; MARTINS, J. S. Avaliação funcional de crianças com Síndrome de Down por meio do Inventário de Avaliação Pediátrica de Incapacidade. **Disciplinarum Scientia**, Série: Ciências da Saúde, Santa Maria, v.14, n. 2, p. 209-216. 2013.

ALVES, Fátima. **Para Entender Síndrome de Down.** 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2011.

ALVES, G. A. S. et al. INTELIGÊNCIA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO. In: WECHSLER, David. **WISC - IV: Manual Técnico.** Fortaleza: Pearson, 2016. Cap. 1.p. 110.

ALVES, Irai Cristina Boccato et al. Avaliação da inteligência: revisão de literatura de 2005 a 2014. **Avaliação Psicológica**, São Paulo, v. 15, n. esp, p.88-97, 2016.

BARATA, L. F.; BRANCO, A. Os distúrbios fonoarticulatórios na Síndrome de Down na intervenção precoce. **Cefac**, São Paulo, v. 12, n. 1, p.134-139, jan. 2010.

BARROS, Priscila Magalhães; HAZIN, Izabel. **Avaliação das Funções Executivas na Infância: Revisão dos Conceitos e Instrumentos.** *Psicol. pesq.*, Juiz de Fora, v.7, n. 1, p. 13-22, jun. 2013.

BISSOTO, Maria Luisa. Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de Síndrome de Down: Revendo concepções perspectivas educacionais. **Cienc. Cogn.** 4: 80-88, 2005.

BONOMO, Livia Maria Marques; ROSSETTI, Claudia Broetto. ASPECTOS PERCEPTO-MOTORES E COGNITIVOS DO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN. **Rev Bras Crescimento Desenvolvimento Hum**, São Paulo, v. 20, n. 3, p.723-734, jan. 2010.

BRASIL. IBGE. Cartilha do censo 2010: Pessoas com deficiência. Brasília, 2012.

BULL, Marilyn J.; GENETICS, Committee On. Clinical Report: Health Supervision for Children With Down Syndrome. **E American Academy Of Pediatrics**, Elk Grove Village, v. 128, n. 2, p.393-406, ago. 2011.

CARRETTI, B.; LANFRANCHI, S. The effect of configuration on VSWM performance of Down syndrome individuals. **Journal of Intellectual Disability Research**, 54 (12), 1058-1066, 2010.

CONTESTABILE, A.; BENFENATI, F.; GASPARINI, L. Communication breaks-Down: From neurodevelopment defects to cognitive disabilities in Down syndrome. **Progress in**



Neurobiology, 91 (1), 1–22, 2010.

COSTA, Danielle I. et al. Avaliação neuropsicológica da criança. **Jornal de Pediatria**. Rio de Janeiro, p. 11-16. out. 2004.

DIAMON, A. **IV Seminário Internacional Educação Infantil: evidências científicas, melhores práticas**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie;2012.

DUARTE, C.P. et. al. **Visuospatial support for verbal short-term memory in individuals with Down syndrome**. *Research in developmental disabilities*, 32 (5),1918-1923, 2011.

FLÓREZ, B. J.; TRONCOSO, V. M. (Eds.). Síndrome de Down y educación. 3.reimp. Barcelona: **Masson – Salvat Medicina y Santander**, 1997.

FREIRE, Rosália Carmen de Lima et al. Aspectos neurodesenvolvimentais e relacionais do bebê com Síndrome de Down. **Av. Psicol. Latinoam**. Bogotá, v. 32,n. 2, p. 247-259, Aug. 2014.

FREIRE, Rosália Carmen de Lima; DUARTE, Nietsnie de Souza; HAZIN, Izabel.Fenótipo neuropsicológico de crianças com síndrome de Down. **Psicologia em Revista**, [s.i], p.354-372, jan. 2012.

FREIRE, Rosália Carmen de Lima; HAZIN, Izabel. Fenótipo cognitivo de adolescentes com Síndrome de Down: um estudo multicasos. **Ciência e Cognição**,Natal, v. 20, n. 1, p.79-95, out. 2014.

FRY, A F; HALE, S. Processing speed, working memory, and fluid intelligence: Evidence for a developmental cascade. **Psychological Science**. Whashington, p.237-241.1996.

GARCIA, Ricardo B.; GALERA, Cesar. Habilidades visuoespaciais: Conceitos e instrumentos de avaliação. **Boletim da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia**.São Paulo, p. 07-11. mar. 2015

GAZZANIGA, M.S.; IVRY, R.B.; MANGUN, G.R. **Executive Functions and Frontal Lobes**. *Cognitive Neuroscience: The biology of mind*. New York: WW Norton & Company In, p.499-536, 2002.

GUSMÃO, Fabio Af; TAVARES, Eraldo Jm; MOREIRA, Lilia Maria de Azevedo. Idade materna e síndrome de Down no Nordeste do Brasil. **Cad. Saúde Pública**,[s.i], p.973-978, 2003.

HALEY, S. M, Coster WJ, LUDLOW LH, HALTIWANGER, JT, ANDRELLOS PJ.



Pediatric Evaluation of Disability Inventory: Development, Standardization, and Administration Manual, Version 1.0. Boston, MA: Trustees of Boston University, Health and Disability Research Institute; 1992.

HODAPP, R. Novas abordagens no trabalho com síndrome de Down. **VI Congresso Mundial de Síndrome de Down.** Espanha, 1997.

HOSTLER, S. L. Pediatric family-centered rehabilitation. **J Head Trauma Rehabil.** v.14, n. 4, p. 384-39, 1999.

JARROLD, C.; NADEL, L.; VICARI, S. Memory and neuropsychology in Down syndrome. **Down Syndrome Research and Practice**, 12 (3), 68-73, 2008.

KAIL, R. Speed of information processing: developmental change and links to intelligence. **Journal Of School Psychology: uma revisão bibliográfica.** p. 51-60, 2000.

KOGAN, CS, et al. **A comparative Neuropsychological test battery differentiates cognitive signatures of fragile X and Down Syndrome.** Journal of Intellectual Disability Research. V 53, n.2, p. 125-142, 2009.

KOZMA, C. O que é a síndrome de Down? In: K, Stray Gundersen. **Crianças com Síndrome de Down: guia para pais e educadores.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

KUMIN, L. **Speech and language skills in children with Down syndrome.** Mental Retardation and Developmental Disabilities Research Reviews, 2, 1996.

LAFRANCHI, S et al. Executive function in adolescents with Down Syndrome. **Journal Of Intellectual Disability Research.** Londres, p. 308-319. mar. 2010.

LANFRANCHI, S.; JERMAN, O.; VIANELLO, R. Working memory and cognitive skills in individuals with Down syndrome. **Child Neuropsychology**, 15 (4), 2009.

LAWS, G. Working memory in children and adolescents with Down syndrome: evidence from a colour memory experiment. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, 43 (3), 2002.

LEFÉVRE, B. H. (1988). **Mongolismo: Orientação para Famílias.** São Paulo: Almed, 1988.

LEON, C. B. R., et al. **Funções executivas e desempenho escolar em crianças de 6 a 9 anos de idade.** Rev. psicopedag. São Paulo, v. 30, n. 92, p. 113-120, 2013.

LINDEKE, L. L. et al. Family-centered care coordination for children with special needs across multiple settings. **J Pediatr Health Care**, v. 16, n. 6, p. 290-297, 2002.



LOTT, I. T.; DIERSSEN, M. Cognitive deficits and associated neurological complications in individuals with Down's syndrome. *Lancet Neurol*, v.9 n.6, p. 623–633, 2012.

LURIA, A.R; TSKVETKOVA, L. S. **The programing of constructive activety inlocal brai injurries**. Londres: Basic, 1964.

MACÊDO, L. et. al. Avaliação da relação entre o déficit de atenção e o desempenhografo motor em estudantes com Síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação**, 15(3), 431-440, 2003.

MANCINI, M C. Inventário de Avaliação Pediátrica de Incapacidade (PEDI): **manual da versão brasileira adaptada**. Belo Horizonte: Ufmg. 193 p, 2005.

MANCINI, M. C. et al. Comparação do desempenho funcional de crianças portadorasde síndrome de Down e crianças com desenvolvimento normal aos 2 e 5 anos de idade. **Arq Neuro Psiquiatr.**, v. 61, n. 2, p. 409-415, 2003.

MARI, J.D. **Além dos limites**. Veja, São Paulo, Abril; 13:172-3, 2000.

MARTÍNEZ, N. B.; GARCÍA, M. M. El desarrollo psicomotor en los niños con síndrome de Down y la intervención de fisioterapia desde la atención temprana. **RevMed Int Síndr Down**, v. 12, n. 2, p. 28-32, 2008.

MARTINHO, L S T. **Comunicação e linguagem na Síndrome de Down**. 2011. Tese (Mestrado) - Curso de Ciências da Educação, Escola Superior de EducaçãoAlmeida Garret, Lisboa, 2011.

MENGHINI, D., CONTAZO F.; VICARI, S. Relationship Between Brain and Cognitive Processes in Down Syndrome. *Behavior Genetics*, v. 41, p. 381- 393, 2011.

MOREIRA, Lilia Ma; EL-HANI, Charbel N; GUSMÃO, Fabio As. A síndrome de Downe sua patogênese: considerações sobre o determinismo genético. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, p.96-99, 2000

NADEL L. Down's syndrome: A genetic disorder in biobehavioral perspective. *Genes Brain and Behavior*. V 2, p. 156-166, 2003.

NASCIMENTO, Dauri Lima do. **Síndrome de Down! Quem sou eu? Inclusão social de crianças com síndrome de down**. Mossoró: Uern, 2008. 309 p NASCIMENTO, R.A, MAGALHÃES, V.C.S.O. Estimulação precoce do desenvolvimento motor da criança de 0 a 2 anos com Síndrome de Down: Revisãoda literatura. **Fisio Neuro**, 1:8-11, 2003.



- NYHUS, E. & BARCELO, F. **The Wisconsin Card Sorting Test and the cognitive assessment of prefrontal executive functions: A critical update.** *Brain and Cognition*, 71, 437-451, 2009.
- PALISANO, R. J. et al. Gross motor function in children with Down syndrome: creation of motor growth curves. **Arch Phys Med Rehabil.** v. 82, p. 494-500, 2001
- PERLOW, R; JATUSO; MOORE, D. D. Role of verbal working memory in complex skill acquisition. **Human Performance.** Washington, p. 283-302. 1997.
- SANTOS, Joseane Almeida; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro; PRIORE, Silvia Eloiza. Curvas de crescimento para crianças com Síndrome de Down. **Rev. Bras. Nutr. Clin.** [s.i], p.144-148, 12 fev. 2006.
- SCUDELLER, Eloísa Vasconcelos; CASTRO, Paulo Francisco de. AVALIAÇÃO DE INTELIGÊNCIA EM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN A PARTIR DOS DADOS DO WISC III: ESTUDO DE CASO. **Revista Educação**, Guarulhos, v. 8, n. 1, p.22-39, 2013.
- SHUMWAY-COOK, A.; WOOLLACOTT, M. H. Dynamic of postural control in the child with Down syndrome. **Physical Ther.** v. 65, p. 1315-22, 1985.
- SILVA, Camila Balbina da et al. AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA. **Cadernos de Graduação**, Maceió, v. 3, p.13-28, abr. 2016
- SILVA, Maria de Fátima Minetto Caldeira; KLEINHANS, Andréia Cristina dos Santos. Processos cognitivos e plasticidade cerebral na Síndrome de Down. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 12, n. 1, p. 123-138, Abr. 2006 .
- SILVEMAN, W. **Down syndrome: cognitive phenotype.** *Mental Retardation and Developmental Disabilities Research Reviews*, 13 (3), 2007.
- SOUZA, Thaísa Fernandes; GONZATTI, Priscila Angélica Carvalho; PRUDENTE, Cejane Oliveira Martins. Desempenho de crianças com síndrome de down de cinco a seis anos de idade. **Estudos Vida e Saude**, Goiania, v. 44, p.28-36, 2017.
- SPADACIO, Daniele Motokio Leite; SOARES, Edvaldo. **Psicologia e reabilitação: revisão sistemática.** 2015.
- SWASON, H L; BERNINGER, V W. Individual differences in children's working memory and writing skill. **Journal Of Sperimental Child Psychology.** Utah, p. 358-385. 1996.
- TAU, G.Z; PETERSON, B.S. **Normal development of brain circuits.** *Neuropsychopharmacology*.v. 35, n 1, p. 147-168, 2010.



TREZISE, K. L.; GRAY, K. M.; SHEPPARD, D. M. Attention and vigilance in children with Down syndrome. **Journal of Applied Research in Intellectual Disability**, v. 21, n 6, p. 502-508, 2008.

TRONCOSO, V. M.; CERRO, M. M. **Síndrome de Down: lectura y escritura**. Barcelona: Masson, 1999.

VICARI, S. Motor development and Neuropsychological Patterns in Persons with Down Syndrome. **Behavior Genetics**. Pennsylvania, p. 355-364. 2006.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

WECHSLER, David. **Escala Wechsler de inteligência para crianças: (WISC-IV)**. São Paulo: Pearson, 2016. 290 p.

WUO, Andréa Soares. A construção social da Síndrome de Down. **Cad. psicopedag.** São Paulo, v. 6, n. 11, 2007.

ZAUSMER, E. **Estimulação precoce do desenvolvimento**. In: Pueschel SM (Orgs.). Síndrome de Down: guia para pais e educadores. Campinas: Papyrus. p.115-26, 2007.



COMPREENSÕES DA PSICOLOGIA ACERCA DO SUICÍDIO NA TERCEIRA

IDADE

Clara Lis Rêgo¹

Yasmine Queiroz Wanderley²

Maria da Conceição Silva Alves³

Gessica Raquel Clemente Rodrigues⁴

RESUMO

Foi realizada revisão da literatura sobre fatores de risco e proteção do suicídio e suas implicações em idosos pela perspectiva da psicologia com um viés da Gestalt-terapia. Foram selecionadas 24 referências e o trabalho teve como base a pesquisa de artigos disponíveis nos bancos de dados: Scielo (Scientific Electronic Library Online), Periódico CAPES, Google Acadêmico, Portal Regional da BVS, além de serem incluídos livros, teses e dissertações que abordam o tema. Usou-se a combinação dos descritores: suicídio e idosos, suicídio em idosos, suicídio e psicologia, suicídio e Gestalt-terapia, suicídio na velhice e visão da Gestalt-terapia sobre suicídio. Compreende-se o suicídio na velhice como resultado de inúmeros fatores psicossociais vivenciados ao longo da vida, logo o suicídio é um fenômeno construído e multifatorial que alcança todas as faixas etárias e classes sociais. É fundamental a necessidade de investimento em pesquisa no Brasil, dado o crescimento persistente das taxas de suicídio entre idosos.

Palavras-chaves: suicídio, velhice, psicologia, gestalt-terapia.

ABSTRACT

¹Graduanda do Curso de Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte- FCRN. E-mail: clara.rego@hotmail.com.

²Graduanda do Curso de Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte- FCRN. E-mail: yasminewanderley@gmail.com.

³Graduanda do Curso de Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte- FCRN. E-mail: ceicaalvespsi@gmail.com.

⁴Orientadora. Mestre. E-mail: gessicarcr@gmail.com.



A literature research was carried out on risk and protective factors for suicide and its implications for the elderly from the perspective of psychology with Gestalt-therapy bias. Twenty-four references were selected and this paper was based on the research of articles available in various databases: Scielo (Scientific Electronic Library Online), Periódico CAPES, Google Scholar, BVS Regional Portal, also including books, theses and dissertations that address the theme. The following combination of descriptors were used: suicide and the elderly, suicide and psychology, suicide and Gestalt-therapy, suicide at an old age and Gestalt-therapy's view on suicide. Suicide at an old age is understood as a result of numerous psychosocial factors experienced throughout life, so suicide overall is a constructed and multifactorial phenomenon that affects all age groups and social classes. The need for investment in research in Brazil is essential, given the persistent increase in suicide rates among the elderly.

Keywords: suicide, old age, psychology, gestalt-therapy.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com estimativas elaboradas e divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2050, haverá, no Brasil, 73 idosos para cada 100 crianças (FREITAS, 2021). O aumento da população de idosos no Brasil é resultado, principalmente, da queda constante da fecundidade e aumento de expectativa, ocorrendo assim uma redistribuição etária dos habitantes. O fenômeno do envelhecimento populacional predispõe um amplo planejamento que envolve a pessoa que envelhece, a família, a comunidade e as autoridades públicas. À vista disso, Oliveira (2019, p. 75) afirma que:

É preciso melhorar o sistema de ensino, qualificar o exército de trabalhadores, ampliar investimentos em saúde, qualidade de vida, programas de alimentação saudável, prática de esportes, pesquisas médicas e científicas, diversificação da economia, ampliar a cobertura da previdência social e torná-la mais eficiente.



As alterações nesse planejamento acompanhadas por ações efetivas melhoram a qualidade de vida, a autonomia do idoso, reduz a sobrecarga de trabalho que recai sobre a família, a sociedade passa a compreender e aceitar o idoso como ser social, permitindo sua maior participação nos eventos sociais e também ocorre uma diminuição dos custos com medidas curativas de saúde. O número de idosos aumenta principalmente devido à expansão das técnicas de saúde, medicamentos e hábitos de higiene, todavia isso não representa necessariamente melhorias das condições de vida (OLIVEIRA, 2019).

É válido destacar que o envelhecimento humano abrange uma fase do desenvolvimento que abarca fenômenos biológicos e psicossociais da vida do idoso. As mudanças físicas, torna-o mais suscetível à doenças cardíacas, problemas visuais e auditivos, assim como a interrupção da vida profissional, as relações interpessoais são reduzidas (PAPALIA; FELDMAN, 2013). Sendo a terceira idade um processo desse envelhecimento contínuo, percebe-se que ela acontece de maneira única para cada indivíduo, de modo geral, é marcada por um retrocesso na capacidade orgânica e funcional.

Os idosos por diversas vezes são vistos pela sociedade brasileira na posição de vítimas da indiferença e descaso, já que não mais se enquadram na lógica de produtividade capitalista. Alguns fatores podem acometer a vida desse público e influenciar em sua saúde por completo, a física, mental, social e espiritual, sendo eles: abandono, institucionalização, sentimento de ser um fardo, limitações físicas e mentais, sentimento de incapacidade (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020). Nessa etapa da vida, pode haver perda de autonomia gerando sofrimentos com sentimentos de frustração, inutilidade e perda da dignidade que compromete a qualidade de vida (GOMES et al., 2018).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019), o suicídio é grave problema de saúde pública global. Está entre as 20 principais causas de morte em todo o mundo, cerca de 800 mil pessoas morrem por ano devido ao suicídio. Essa realidade pode ser observada no Brasil, no qual as taxas de suicídio que se referem à população na faixa etária acima de 60 anos são o dobro das que a população em geral apresenta, principalmente devido ao aumento crescente das taxas relativas ao grupo de homens idosos. Esse público acima de 60 anos é o que mais cresce no Brasil e no mundo, o que justifica alocar maior atenção aos problemas sociais e de saúde que o afetam (MINAYO; CAVALCANTE, 2010).

Em 2031, o número de idosos (43,2 milhões) vai superar pela primeira vez o número de crianças e adolescentes, de 0 a 14 anos (42,3 milhões) e antes de 2050, os idosos já serão um grupo maior do que a parcela da população com idade entre 40 e 59 anos (IBGE, 2018). Com a celeridade do crescimento da população acima de 60 anos, as questões típicas concernentes a essa fase da vida estarão em maior evidência, portanto é necessária a produção de mais estudos que tenham como foco os atravessamentos dessa população idosa, bem como é importante que haja pesquisas que apresentem também intervenções. Tendo em vista isso, o foco central desse artigo é compreender os determinantes do suicídio e suas implicações na velhice pela ótica da psicologia com um viés da Gestalt-terapia.

2 METODOLOGIA

O referido estudo é caracterizado como uma pesquisa bibliográfica, que teve o objetivo de levantar e analisar documentos publicados sobre o suicídio na velhice e a compreensão da psicologia e da Gestalt-terapia sobre esse tema. Sobre a pesquisa bibliográfica, Severino (2008, p. 122) mostra que “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados”.

O trabalho teve como base a pesquisa de artigos disponíveis no banco de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), Periódico CAPES e Google Acadêmico que proporcionam suporte teórico e trata-se de bases de dados com amplo acesso a publicações da Psicologia, além de serem incluídos livros, teses e dissertações que abordam o tema, totalizando 24 referências utilizadas.

Ademais, a busca das publicações científicas foi a partir da combinação dos descritores: suicídio em idosos, suicídio e idosos, suicídio e psicologia, suicídio e Gestalt-terapia, suicídio na velhice e visão da Gestalt-terapia sobre suicídio. Foi utilizado como critério de inclusão os materiais que tivessem como temáticas principais o suicídio em idosos com a visão da psicologia.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 DETERMINANTES DO SUICÍDIO NA VELHICE

3.1.1 Fatores de risco

O suicídio é um ato de infligir a si próprio o fim da vida, já os comportamentos suicidas não fatais aparecem sob a forma de ideação suicida, quando há pensamentos com desejo de acabar com a existência e se agrava quando acompanhados de um plano suicida, em que se formula um método para findar à vida (CAVALCANTE; MINAYO, 2015). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2018) o comportamento suicida inclui pensamentos suicidas, tentativas de suicídio e suicídios consumados. A ideação e tentativas de suicídio anteriores indica os vários níveis do pensamento que instigam ao suicídio, que podem atingir intensidades diferentes e configuram ideação suicida, além de tentativas de suicídio, ou seja, quando um comportamento suicida não resultou em óbito (TEIXEIRA; MARTINS, 2018).

O suicídio é um fenômeno multifacetado, influenciado por aspectos psicológicos, biológicos, sociais e culturais, tendo como prevaletentes situações de risco: discriminação, violência, sentimento de solidão, abuso, relações conflitivas, perdas financeiras, dores crônicas, consumo excessivo de álcool, transtornos mentais e tentativas prévias (OMS, 2014). De tal forma, segundo Sêrvio e Cavalcante (2013) é possível compreender o suicídio em idosos como resultante de fatores psicossociais que se apresentam ao longo da vida, percorrendo graus progressivos de intencionalidade e tendo como desfecho a morte autoinfligida, ou seja, o suicídio é entendido como fenômeno construído, nunca devendo ter sua causa reduzida a um único evento estressor. Logo, não existe uma definição exata para o ato suicida, haja vista que ele é um fenômeno multifatorial que atinge todas as classes sociais e faixas etárias (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020).

Um dos fatores psicossociais que sustenta a sensação de inutilidade por parte do idoso é o reconhecimento do valor social do trabalho e repúdio a tudo aquilo que se refere ao tempo da não produção. Sendo observado a condição de sofrimento do indivíduo que desloca o sentido

da sua existência a ocupações ligadas ao trabalho, então à medida que este se ausenta de suas atividades laborais, tende a se sentir sem norte em relação à vida (CAVALCANTE et al., 2015).

O tédio, a depressão e a solidão estão interligadas com o público gerontológico, juntamente de todos os aspectos que se originam dessas circunstâncias. Para um suicida em potencial, esses são fatores que contribuem diretamente para o agravamento do sofrimento psíquico (ANGERAMI-CAMON, 1999 apud OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020). Na literatura, a depressão aparece como o fator mais relevante explicativo das tentativas de suicídio em idosos, associada a sofrimento físico crônico; perdas de capacidade funcional, econômicas e familiares; abandono e solidão; violências sofridas ao longo da vida; distúrbios e sofrimentos mentais (CAVALCANTE; MINAYO, 2015).

É necessário ater-se a fatores situacionais, que são os eventos que estejam ocorrendo na vida de uma pessoa idosa e que os provoquem depressão, melancolia e tristeza. Alguns desses fatores mais comuns na literatura analisada são: o status de aposentado quando tem como consequência despir o idoso de sua função social, isolando-o da sociedade; o diagnóstico de uma doença grave; a morte de um dos cônjuges, filhos ou amigos; a perda das referências sociais, como a privação de espaço na própria casa (MINAYO; CAVALCANTE, 2010). Além disso, sofrimentos e motivações relacionados a rejeição ao envelhecimento, relações afetivas conflituosas, a não aceitação de quadros patológicos e suas implicações negativas, depressão e uso abusivo de álcool (TEIXEIRA; MARTINS, 2018)

Em um estudo feito por Teixeira e Martins (2018) construindo autópsias psicossociais de idosos, foi identificado que a falta de sentidos para viver vem repleta de discursos que mostram uma existência desprovida de sentido, sombria e sobretudo marcada pelo tédio, consistente na ausência de significado pessoal que leva a um esvaziamento do sujeito e, conseqüentemente, ao enfraquecimento da vida. Ressalta-se que o tédio se manifesta como circunstância de risco evidenciado em vidas desprovidas de sentido, apresentando-se com bastante intensidade na história de vida dos idosos que cometeram suicídio, especialmente em uma sensação de aborrecimento e na desmotivação para viver. Na categoria de relações afetivas fragilizadas refletiu a quase inexistência de vínculos familiares e sociais, tendo como consequência a solidão e o isolamento social desses idosos. Com relação ao uso abusivo do álcool e impulsividade, foi demonstrado que o excesso de álcool funciona como potencializador



do sofrimento psíquico, especialmente por se tratar de uma droga depressora de muitas ações do Sistema Nervoso Central, geradora de hostilidade e impulsos que conduzem o sujeito ao autoextermínio.

Com relação à idade, as taxas de suicídio são mais altas entre pessoas de 70 anos ou mais para homens e mulheres em quase todas as regiões do mundo (OMS, 2014). No Brasil, conforme informações do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013), existem 4.6 casos de suicídio para cada 100.000 habitantes, sendo que os idosos aparecem como um número crescente nessas estatísticas, e prevalecem os homens em maior quantidade nos casos de suicídio consumado. Ainda com relação ao gênero, o declínio das funções e o adocimento na velhice podem ocasionar impotência aos homens, assim como a impossibilidade de desempenhar atividades de trabalho em pessoas de ambos os sexos. Para as mulheres idosas, o casamento e a saída de casa dos filhos, muitas vezes significam o fim da vontade de viver (MENEGHEL et al., 2012).

3.1.2 Fatores de proteção

Bertolote (2012, apud CERQUEIRA; LIMA, 2015) separa os fatores de proteção em estilo cognitivo e personalidade, fatores culturais e sociais e fatores ambientais, além de padrão familiar. Entre os fatores existentes em estilo cognitivo e personalidade, é destacado: sentimento de valor pessoal; confiança em si; disposição para buscar ajuda; disposição para pedir conselho diante de decisões importantes; abertura à experiência alheia; intenção para adquirir novos conhecimentos e habilidade para se comunicar. Nos fatores culturais e sociais, estão presentes: aderência a valores, normas e tradições positivas; relacionamento saudável com família, amigos e colegas; apoio de pessoas relevantes; amigos que não usam drogas; integração social no trabalho, em atividades esportivas, clubes etc. Já presentes nos fatores ambientais: boa alimentação; sono regulado; luz solar; atividade física; ambiente livre de drogas.

Diversos autores concordam que a família, quando funcional, equivale a um suporte basilar para o sujeito, a saber, as relações familiares harmoniosas representam uma força protetora contra o suicídio (CAVALCANTE et al., 2015). Além disso, consideram-se também como fatores de proteção do risco de suicídio todos os fatores que ajudam a lidar com as

situações adversas da vida, sendo essenciais na prevenção do suicídio, destacando-se a resiliência, vínculo à família, suporte social, participação religiosa, exposição a comportamento suicida e acesso a cuidados de saúde (CAETANO, 2017).

De acordo com um estudo realizado por Figueiredo (2015) o apoio de alguma religião é mencionado como importante para a superação dos pensamentos suicidas. As instituições “igreja, espaços de cultos e templos” apareceram nos depoimentos dos idosos como locais de renovação e ressignificação de suas vidas, pelos preceitos doutrinários que apregoam e porque se tornam ambientes onde surgem relacionamentos novos, aprendizado de novas ocupações, um modo de “ocupar o tempo” e sair dos lugares que lhes trazem sofrimento. Essa pesquisa mostrou que pertencer a um grupo religioso significa sentir-se útil, estar vivo, ter oportunidade de falar e ser ouvido, praticar atividades físicas, e exercitar sentimentos de pertença e propósitos de vida.

O trabalho também é visto como promotor de integração social e autonomia, e pode ser fator de proteção para ambos os sexos, tendo-se observado maiores taxas de suicídio em pessoas desempregadas (KPOSOWA, 2002 apud MENEGHEL, 2012).

O apoio familiar se concretiza na proteção quando oferecido por membros da família que demonstrem compreensão, empatia e estímulo às experiências positivas para o idoso. Por apoio social entendem-se as atitudes e ações de suporte emocional, instrumental e material oferecidas por instituições e profissionais da área social e de saúde, ou por pessoas da comunidade, de forma a manter o idoso independente e ativo. Como também, a cura de doenças ou tratamentos que melhorem sua qualidade de vida, se destaca como importante para que a pessoa idosa recupere o desejo de viver e supere a ideação suicida. A melhora no quadro de saúde contribui para que os idosos pensem em novos projetos de vida, o que é essencial para mantê-los ativos e com boa autoestima (FIGUEIREDO, 2015).

Outro fator de proteção é o apego aos animais de estimação diante do distanciamento familiar e da solidão que são características da condição de idoso, esse apego evidencia uma retomada de sua capacidade funcional, da sensação de ser útil, querido e amado. Além de trazer de volta sentimentos de pertença e afeição, os animais ajudam-no a preencher o tempo. A retomada da autonomia, para exercer atividades cotidianas, administrar os bens e realizar atividades criativas, como efetivas para aumentar sua capacidade de enfrentamento das

dificuldades da vida e evitar o comportamento suicida, foi também evidenciada por alguns idosos nesse estudo (FIGUEIREDO, 2015).

3.2 COMPREENSÕES DO SUICÍDIO PELA ABORDAGEM GESTALT-TERAPIA

A abordagem Gestalt-terapia é "uma abordagem integrativa e interativa que considera o homem uma totalidade unificada que se autorregula a partir da interação com o meio" (CARDELLA, 2014, p. 112). Surgiu no ano de 1951 com a publicação de Gestalt-therapy: excitement and growth in the human personality, livro o qual, em português, tem o título "Gestalt-terapia", considerado como a "bíblia" da Gestalt, escrito por Frederick Perls, Paul Goodman e Ralph Hefferline, principais autores da Gestalt-terapia juntamente com Laura Perls. No entanto, a Gestalt-terapia foi conhecida no Brasil a partir de 1970 (FRAZÃO, 2013).

A Gestalt-terapia tem como pressupostos filosóficos: o humanismo, existencialismo e fenomenologia e como teorias de base: a psicologia da Gestalt, teoria de campo de Lewin e a teoria organísmica de Kurt Goldstein. O humanismo abrange a Gestalt-terapia no que se refere a ideia do homem como centro, valor positivo e capaz de se autogerir e autorregular-se. O existencialismo considera o homem como um ser particular, singular no seu modo de ser e de agir, com vontade e liberdade pessoais, consciente e responsável. A fenomenologia procura compreender a essência das coisas e com isso descreve a experiência tal qual acontece e se processa, como também traz a consciência fenomenológica do aqui e agora, do estar se fazendo em cada momento, de negar a relação entre causa e efeito de modo contínuo, de evitar o determinismo psicológico que embasa a teoria e técnica da Gestalt-terapia (RIBEIRO, 2012).

Trabalhar com a temática do suicídio inclui lidar com questões existenciais, como: falta de sentido, sofrimento, agonia, solidão, tédio, medo, ajustamentos criativos, entre outros. Nessa perspectiva, o suicídio é influenciado pela interação entre fatores psicológicos, econômicos, culturais e religiosos. Um sujeito que pensa no suicídio deseja eliminar o sofrimento, parte da existência, mas confunde a necessidade de acabar seu sofrimento com auto aniquilar-se, matando o todo. Esse, ao pensar no ato, geralmente apresenta uma Gestalt cristalizada e fixa, - essa pessoa paralisou em alguma questão - a percepção se exhibe distorcida e fixa, e a ambivalência de querer viver e morrer se configura, tornando a relação com o mundo e com o

outro empobrecida e desvitalizada. O suicídio também pode caracterizar uma atitude que revela a dificuldade na relação figura e fundo, na qual a figura torna-se opaca e sem conexão com fundo, destacando a perda de sentido e impasses de enfrentar com a impotência perante à situações de caos (FUKUMITSU; SCAVACINI, 2013).

Segundo Fukumitsu e Scavacini (2013), o indivíduo com comportamentos suicidas demonstra intolerância em relação aos conflitos, inabilidade em lidar com a própria ambivalência querer viver-morrer, impulsividade, ajustamentos criativos disfuncionais, rigidez de pensamentos, fluxo de Gestalten interrompido, percepção distorcida e fixa, fronteiras de contato extremamente rígidas ou permeáveis, relações pobres ou desvitalizadas, pensamento polarizado, awareness reduzida, autossuporte precário, desespero e desesperança de que a situação não será completada ou, ainda, a pessoa parece não vislumbrar outra possibilidade de lidar com o sofrimento, sentindo-se presa e sem saída em pensamentos e sentimentos confusos e recorrentes.

A Gestalt-terapia não trabalha com correção ou adequação de comportamentos de clientes, de modo que se um cliente cogita a morte como solução, vivencia um conflito. Logo, o Gestalt-terapeuta facilita a reflexão sobre fluxo de Gestalten interrompido, ressaltando que não há intenção de tentar minimizar ou eliminar esses conflitos (FUKUMITSU; SCAVACINI, 2013).

A Gestalt-terapia compreende o comportamento suicida como um comportamento disfuncional que é vivenciado como conflito e crise. Esses comportamentos são retroflexões disfuncionais que denotam conflitos consigo e com o ambiente, mas se mostram também como possibilidades de modificar a si mesmos, através de ajustamentos criativos, fortalecimento do self e novas aprendizagens (FUKUMITSU, 2017).

Um dos objetivos da abordagem gestáltica é ampliar a awareness do sujeito na relação entre ele, o meio ambiente e o campo, além de adquirir o respeito por si. A partir dessa ampliação, o contato é enriquecido, a relação figura-fundo torna-se mais fluida, os ajustamentos criativos funcionais e as fronteiras mais permeáveis (FUKUMITSU; SCAVACINI, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi produzido em virtude do desejo em pesquisar acerca do suicídio em idosos, por ser um público que muitas vezes é invisibilizado, negligenciado de certa forma por uma grande parte da sociedade. Além de que o tema do suicídio não é abordado durante a formação acadêmica, a vista disso fez necessário buscar conhecimento fora da faculdade. Optou por trazer a compreensão da psicologia sobre esse fenômeno com a perspectiva da Gestalt-terapia, tendo em vista que as autoras enquanto graduandas em psicologia manifestam um interesse em aprofundar-se nessa abordagem psicológica.

Com o aumento da população idosa, os problemas de saúde mental desse público também tendem a aumentar caso não haja investimento nessa área da saúde. Logo é indispensável a produção de mais estudos que tenham como foco os atravessamentos dessa população idosa. Isto posto, evidencia a importância de que sejam realizadas investigações futuras com o objetivo de compreender o suicídio de idosos como demanda a ser sanada, a vista da ausência de estudos mais abrangentes que versem a temática de idosos e suicídio no Brasil, o que geraria uma maior ampliação da base sobre a discussão desse grave problema de saúde pública

Por fim, é essencial enfatizar que as pessoas que decidem pelo suicídio não conseguem perceber outras possibilidades de lidar com o sofrimento, prendendo-se a pensamentos e sentimentos confusos. De modo que estão tentando extinguir parte da sua existência, apenas a sua dor.

REFERÊNCIAS

CAETANO, Carolina Assunção Pereira. **Suicídio na velhice**: como prevenir e reduzir a sua incidência. 2017. 27 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina, Ciências da Saúde, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2017. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/8105/1/5404_10840.pdf. Acesso em: 05 ago. 2021.

CARDELLA, Beatriz Helena Paranhos. Ajustamento criativo e hierarquia de valores ou necessidades. In: FRAZÃO, Lilian Meyer; FUKUMITSU, Karina Okajima (Org.). **Gestalt-terapia**: conceitos fundamentais. São Paulo: Summus, 2014. p. 104-130.



CAVALCANTE, Ana Célia Sousa. A clínica do idoso em situação de vulnerabilidade e risco de suicídio. **Revista Trivium Est.** vii, ed. 1, p.74-87, 2015. <http://dx.doi.org/10.18370/2176-4891.2015v1p74>. Disponível em:

<http://www.uva.br/trivium/edicoes/ano5vii5edicao515junho2015/artigo5tematico.htm#====74>. Acesso em: 05 ago. 2021.

CAVALCANTE, Fátima Gonçalves; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Estudo qualitativo sobre tentativas e ideações suicidas com 60 pessoas idosas brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 20, n. 6, p. 1655-1666, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015206.06462015>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/Ymzw4TnY9dbRH8zdF39cFzh/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 28 jul. 2021.

CERQUEIRA, Yohanna; LIMA, Patrícia. Suicídio: a prática do psicólogo e os principais fatores de risco e de proteção. **Revista IGT na Rede**, v. 12, n. 23, 2015. p. 457-471.

Disponível em <http://www.igt.psc.br/ojs> ISSN: 1807-2526.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O Suicídio e os Desafios para a Psicologia**, Brasília: CFP, ed. 1, p. 152, 2013. ISBN: 978-85-89208-70-3. Disponível em:

<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

FIGUEIREDO, Ana Elisa Bastos *et al.* É possível superar ideações e tentativas de suicídio? Um estudo sobre idosos. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 20, n. 6, p. 1711-1719, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015206.02102015>.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/YTjY8MhkNNqFsmKZnJ8xY5k/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 ago. 2021.

FRAZÃO, Lilian Meyer. Um pouco da história... um pouco dos bastidores. In: FRAZÃO, Lilian Meyer; FUKUMITSU, Karina Okajima (org.). **Gestalt-terapia: fundamentos epistemológicos e influências filosóficas**. São Paulo: Summus, 2013. p. 1-119. (Coleção Gestalt-terapia : fundamentos e práticas). Disponível em: <https://docero.com.br/doc/sexnxs5>. Acesso em: 08 ago. 2021.

FREITAS, Eduardo de. "O número de idosos deverá aumentar no Brasil". Brasil Escola, 2021.

Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/o-numero-idosos-devera-aumentar-no-brasil.htm>. Acesso em 24 mai. 2021.

FUKUMITSU, Karina Okajima. Facetas da autodestruição: suicídio, adoecimento autoimune e automutilação. In: FRAZÃO, Lilian Meyer; FUKUMITSU, Karina Okajima (org.).

Quadros clínicos disfuncionais e Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 2017. p. 1-246. (Coleção Gestalt-terapia : fundamentos e práticas). Disponível em:

<https://docero.com.br/doc/nn8csc0>. Acesso em: 09 ago. 2021.



FUKUMITSU, Karina Okajima; SCAVACINI, Karen. Suicídio e Manejo Psicoterapêutico em Situações de Crise: uma abordagem gestáltica. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 198-204, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3577/357735519008.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

GOMES, Adriana Vasconcelos *et al.* PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DE IDOSOS VÍTIMAS DE SUICÍDIO EM UM ESTADO DO NORDESTE DO BRASIL. **Revista Baiana de Enfermagem**, [S.L.], v. 32, p. 1-9, 28 dez. 2018. Revista Baiana de Enfermagem. <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v32.26078>. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502018000100354. Acesso em: 05 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Número de idosos no Brasil**. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/numero-de-idosos-no-brasil-deve-dobrar-ate-2042-diz-ibge-25072018>. Acesso em: 05 ago. 2021.

MENEGHEL, Stela Nazareth *et al.* Suicídio de idosos sob a perspectiva de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 17, n. 8, p. 1983-1992, ago. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232012000800009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/YppBcQyQXcMMJTMkGqCCZw/?lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; CAVALCANTE, Fátima Gonçalves. Suicídio entre pessoas idosas: revisão da literatura. **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 750-757, 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-89102010000400020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/JyrrBDbJs9T7r46pPrTrXcq/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2021.

OLIVEIRA, Anderson Silva. TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA, TRANSIÇÃO EPIDEMIOLÓGICA E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, [S.L.], v. 15, n. 31, p. 69-79, 1 nov. 2019. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. <http://dx.doi.org/10.14393/hygeia153248614>. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/48614/27320>. Acesso em: 09 abr. 2021.

OLIVEIRA, Roberta Lemberck de; RODRIGUES, Raquel Flores de Lima. Suicídio de idosos: o laço fragilizado com o desejo de estar vivo. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 9, n. 9, p. 1-22, 2020. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7336>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7336/6573>. Acesso em: 09 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Krug, Etienne G. et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva, 2002.



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Prevenção do suicídio: um imperativo global**, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Suicídio no mundo, estimativas globais de saúde**, 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/326948/WHO-MSD-MER-19.3-eng.pdf?ua=1>. Acesso em: 11 ago. 2021.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. Ed. 12, Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. **Gestalt-terapia: refazendo um caminho**. 8. ed. São Paulo: Summus, 2012. 206 p. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/n8nsv0>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SÉRVIO, Selena Mesquita Teixeira; CAVALCANTE, Ana Célia Sousa. Retratos de Autópsias Psicossociais Sobre Suicídio de Idosos em Teresina. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l], v. 33, p. 164-175, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/Dd4MCZ4jBX64kfFbp5KX9JB/?lang=pt>. Acesso em: 09 abr. 2021.

SEVERINO, A. J. **Teoria e prática científica. Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Selena Mesquita de Oliveira; MARTINS, José Clerton de Oliveira. O suicídio de idosos em Teresina: fragmentos de autópsias psicossociais. **Revista de Psicologia**, Ceará, v. 30, n. 2, p. 262-270, maio-ago. 2018. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5538>.



CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AUTISMO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Graziane Sampaio Soares¹

Yasmin Falcão Bezerra²

Kalyana Cristina Fernandes de Queiroz³

RESUMO

Através das lutas políticas e sociais, a educação como direito de todos tem se configurado e ganhado espaço no país, norteando e movimentando no estado do Rio Grande do Norte uma frente que em conformidade com a legislação em vigor, vem provocando o redimensionamento da Educação Especial. Nesse sentido, denotando repercussões diferenciadas nos encaminhamentos locais, em cada unidade federada, surgiu a ideia de se refletir sobre a efetivação das políticas de inclusão educacional para crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Com base em uma intervenção realizada em uma escola municipal na cidade de Mossoró, com alunos do terceiro ano do ensino fundamental, buscou-se revelar as possíveis mobilizações e esforços no sentido de empreender e colocar em prática as políticas educacionais, reconhecendo que ainda há muito a se fazer no que diz respeito à adesão de todos os segmentos da área educacional para os alunos autistas.

Palavras-chave: educação especial; políticas de inclusão; autistas.

ABSTRACT

Through political and social struggles, education as a right of all has been configured and gained space in the country, guiding and moving in the state of Rio Grande do Norte a front that in accordance with the legislation in force, has been causing the downsizing of Special Education

¹ Graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica do RN. E-mail: grazysampaio_23@hotmail.com

² Graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica do RN. E-mail: yasminfalc@gmail.com

³ Doutora em Psicologia. E-mail: kalyanafernandes@hotmail.com



. In this sense, denoting different repercussions in local referrals, in each federated unit, the idea of reflecting on the effectiveness of educational inclusion policies for children with Autista Spectrum Disorder (ASD) was born. Based on a field study, carried out at a municipal school in the city of Mossoró, with students from the third year of primary school, the aim was to reveal possible mobilizations and efforts to undertake and put into practice educational policies, recognizing that there is still a lot to be done in terms of adhering all segments of the educational area to autistic students.

Keywords: special education; inclusion policies; autistic.

1 INTRODUÇÃO

O Autismo como objeto de estudo científico, de acordo com Kupfer (2000), possui uma tríade clínica específica em sua estrutura de déficit na interação social, na comunicação e no comportamento que compromete significativamente o relacionamento interpessoal dos indivíduos envolvidos. O contexto educacional no RN para com crianças portadoras de alguma deficiência é muito amplo e abrange diversas áreas específicas para se trabalhar com crianças e adolescentes com TEA.

Com isso, o artigo será delimitado ao estudo da compreensão geral do transtorno e como a educação e as políticas educacionais têm levado em consideração esses sujeitos dentro do contexto escolar. Entendendo que os mesmos necessitam de respeito e compreensão como qualquer outra criança para que, mesmo com as dificuldades a priori trazidas pelas bibliografias, essas crianças também possuem capacidades de tornarem-se sujeitos contribuintes e assíduos dentro da sociedade na qual fazem parte (SANTOS; BORDAS, 2013).

Compreendendo que a lei para pessoas diagnosticadas com autismo reconhece e garante a dignidade e o valor inerentes aos usuários, além dos direitos iguais para todos os membros da sociedade, foi realizado por meio da leitura bibliográfica um trabalho de compreensão, sobre o que a educação tem a nos oferecer de suporte para o acompanhamento dessas crianças e como a criança autista é compreendida pelos olhos da Psicanálise, a fim de discutir e elaborar um melhor entendimento sobre a deficiência e as entrelinhas que acompanha o processo de inclusão (BRASIL, 2012)

Buscando entender e debater sobre a compreensão do autismo no âmbito educacional e compreender o papel desses indivíduos na nossa sociedade, o presente trabalho trará como objetivo o entendimento das leis vigentes e políticas educacionais de auxílio a crianças diagnosticadas com TEA (Transtorno do Espectro Autista), compreendendo a dinâmica dentro do Brasil e no Rio Grande do Norte, através da lei Lei nº 12.764, em âmbito nacional e da política educacional oferecida no RN para crianças com deficiências.

Isso posto, foi realizado um trabalho de pesquisa de campo em uma escola municipal da cidade de Mossoró, com a turma do terceiro ano do ensino fundamental, a fim de observar a interação e compreensão acerca da realidade do aluno diagnosticado com TEA. Portanto, através do diálogo entre lei e educação, as discussões aqui trazidas têm o intuito de desvendar e provocar reflexões sobre a relação do estado com o processo de aprendizagem dentro de sala de aula para crianças autistas, onde as políticas ofertadas desenvolvam capacidades centradas no desenvolvimento do aluno. Nessa perspectiva, o estudo será realizado para responder a seguinte questão: Quais políticas educacionais são ofertadas para o desenvolvimento educacional de crianças autistas em aspecto nacional e estadual?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONHECENDO AS QUESTÕES DO AUTISMO PELOS OLHOS DA PSICANÁLISE

Durante muitos anos o diagnóstico do autismo esteve sob o entendimento da esquizofrenia infantil, porém a partir de 1943, com base em onze casos de crianças com algumas características em comum, Leo Kanner, psiquiatra austríaco, que trouxe em seus estudos a “teoria da mãe-geladeira”, possibilitou o entendimento da fria relação entre mãe e filho. Depois de algum tempo essa teoria foi desconsiderada, mas desenvolveu um pensamento sobre a culpabilização dos pais na condição de seu filho e trouxe sérias discussões dentro da psicanálise, onde para ela o sujeito é constituído por operações importantes: a que diz que o sujeito é responsável pela formação do 'eu' e responsável pelo advento do sujeito desejante (BORGES, 2006).

Bem no início, antes mesmo de nascer, é importante que pai e mãe se coloquem como desejantes desse filho no espaço do discurso trazido por ambos. De acordo com Aulagnier (1979), é nesse contexto de fala, local intermediário entre a criança e o mundo, que o 'eu' da criança se constitui, por meio do discurso parental, em que nessa relação à criança define a estrutura psíquica.

Um fator de definição de estrutura ocorre na medida em que a mãe exerce o papel de porta voz em todos os sentidos e necessidades da criança, assim ao nomear o que a criança sente e faz, ela oferece material psíquico estruturante ao sujeito, sendo o primeiro passo para uma organização psíquica. De acordo com esse papel da mãe na vida da criança se possibilita dois importantes passos segundo Aulagnier (1979) para essa definição, é a chamada violência primária e violência secundária.

Na primária violência esse papel de porta voz é exercido de forma clara, já na violência secundária a antecipação do discurso da criança causa um preenchimento de vazio, caracterizado pela falta; dessa forma, a mãe entra, junto com a criança, num estado de plenitude. Sem o excesso de violência nessa dualidade, ocorre o encerramento dessa relação simbiótica entre mãe e bebê através da entrada de um terceiro na relação, que ocorre quando essa criança percebe pela fala da mãe, que ela não é aquilo que a completa e que não pode dar tudo aquilo que essa mãe deseja. A partir daí, a criança enxerga o pai, ao perceber que é ele quem tem essa atenção da mãe, sendo assim o que ela deseja. Ao encontra esse pai, a criança fica diante do último fator importante e estruturante do sujeito, ocorrendo aí o "Nome do Pai" (BORGES, 2006).

A partir desse entendimento de constituição de estrutura psíquica, de acordo com Borges 2006, a crianças autistas parece não possuir uma unidade corporal, onde a boca, as mãos e os pés não possuem uma representação psíquica de funcionalidade. É uma idéia de que o espaço de fala parental dito anteriormente, não se configurou "corretamente" para essas crianças, o que não possibilita a fase da constituição do "eu", não ocorrendo investimento, onde esse indivíduo, cheio de necessidade não foi interpretado pelo 'Outro', não foi falado.

Na relação inicial entre o sujeito e a mãe foi colocado o papel dessa criança como lugar de fala dessa mãe, como seu desejo. Já quando falamos nos sujeitos autistas a criança não pertence a esse local, de algum modo ela permanece afastada, excluída dessa relação simbólica.



Assim a criança não tem investimento nem pelo pai nem pela mãe. (BORGES, 2006). Assim para compreender mais sobre o sujeito autista, precisamos inicialmente conhecer suas definições e características, a fim de tomar conhecimento sobre o assunto tratado (BORGES, 2006)

2.2 ADENTRANDO NO CONHECIMENTO SOBRE TEA E SUAS DEFINIÇÕES

De acordo com o último Manual de Saúde Mental – DSM-V, utilizado como guia para classificar e descrever diagnósticos, TEA (Transtornos do Espectro Autista), é um conjunto de características significativas de dificuldade na comunicação, interação social e alterações de comportamento, Uma síndrome presente desde o nascimento e normalmente seu parecer se manifesta antes dos 30 meses de vida com respostas anormais a estímulos auditivos ou visuais, e por problemas graves quanto à compreensão da linguagem falada (AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION, 2013).

Com relação à compreensão do estado clínico de crianças diagnosticadas com TEA, podem ser divididos em três grupos, aonde o grau de necessidades vai do mais leve ao mais severo. No G1, a criança não apresenta qualquer interesse no contato interpessoal, não apresenta fala e possui incidência de movimentos repetitivos, confundidos muitas vezes com uma deficiência mental ou retardo mental.

No G2, a atenção e toda voltada para si, não estabelecendo contato visual com pessoas ou ambiente ao redor. Aqui a criança fala, mas não a usa preferencialmente como ferramenta de comunicação, podendo usar a fala repetitivamente, mas fora do contexto de compreensão. Por fim, o G3 caracteriza-se por pessoal com domínio na linguagem, inteligência considerada normal ou até mesmo superior ao normal. Interação social com menos dificuldade, o que possibilita uma vida próxima ao que se entende de normalidade.

O grau de comprometimento varia para cada portador, vão desde quadros mais leves, como a síndrome de Asperger (onde não ocorre o comprometimento da fala e da inteligência), até formas mais graves, onde a pessoa apresenta incapacidade de manter qualquer tipo de contato com o outro e pode ser portador de comportamentos agressivos unto ao retardo mental. (PEREIRA, 2007).



O diagnóstico do TEA necessita de um parecer clínico e multiprofissional, levando sempre em considerações os relatos familiares, caso seja uma criança muito pequena, e todo o histórico do indivíduo, seja ele familiar, escolar, clínico, todos com embasamento pelos critérios dos DSM-V e pelo CID-10 (Classificação Internacional de Doenças da OMS), onde classifica e codifica as doenças em uma ampla variedade de sinais, sintomas, situações anormais, denúncias fora do normal e circunstâncias sociais com causas externas de danos ou doença (PEREIRA, 2007)

2.3 A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM AUTISMO

Entendendo que pessoas com deficiência são aquelas que possuem certos impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais, O DECRETO de Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009, promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Tal lei reconhece e garante a dignidade e o valor inerentes e os direitos iguais de todos os membros da sociedade, enaltecendo a liberdade, a justiça e a paz no mundo.

Reconhecendo que a deficiência é um conceito em constante evolução, levando em consideração as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação das pessoas com deficiência. Nesse sentido, trazendo questões relativas à deficiência, levando a discussão aos centros das preocupações da sociedade e entendendo que a discriminação, seja ela qual for, quando direcionada às pessoas com histórico de deficiência, configura em violação da dignidade e do valor inerentes ao ser humano.

Isso pois, a lei vem conscientizar que a diversidade das pessoas com deficiência contempla um mundo gigantesco a ser traçado, pois é de grande importância que eles possuam sua autonomia e independência individuais, inclusive da liberdade para fazer as próprias escolhas e realizar seus próprios desejos (BRASIL, 2009). Entendendo um pouco mais sobre autismo, foi discutida e aprovada no Congresso Nacional e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 28/12/2012, a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764).

Fruto da luta constante de pais pelos direitos dos seus filhos autistas, essa lei representou e ainda representa uma luta de mais de 40 anos de constantes discussões em congressos, grupos e associações espalhados pelo Brasil. Durante a sua tramitação, ainda como

um Projeto de Lei no Congresso Nacional, proporcionou contribuições significativas para a sociedade e os congressistas espalhados pelo Brasil.

A aprovação que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo, vem nos mostrar a significação de um compromisso geral do país para a eliminação de toda e qualquer forma de discriminação, garantindo os direitos de cidadania deste público. É de suma importância o cumprir de uma lei para os direitos a um diagnóstico precoce correto, um tratamento adequado com terapias e medicamentos corretos, permitindo assim o acesso à educação e à proteção social (benefícios, cuidados e moradia), sendo em um trabalho que possibilite provisões adequadas de serviços proporcionando a igualdade de oportunidades em todos os âmbitos da vida do indivíduo (BRASIL, 2012)

Com o olhar voltado para a lei e as medidas necessárias para a implementação da mesma, o Governo Federal, através do Ministério da Saúde (MS), discutiu e elaborou um documento técnico com o nome: Diretrizes De Atenção à Habilitação/Reabilitação das Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo no Sus. Esse documento contemplou e trouxe grande importância para o avanço dos direitos de saúde, assistência social e educação para as pessoas com TEA.

Com atenção à educação de crianças autistas, o documento disponibilizado pelo governo federal, junto ao MEC, destaca o direito à educação inclusiva e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Dessa forma, objetiva-se que haja a garantia educacional em todo o território nacional, com apoios necessários em cada etapa e modalidade de ensino, ao longo de toda a história escolar da criança, onde uma série de medida de capacitação de professores, planos institucionais e educacionais especializados, colocassem em prática as potencialidades de tais alunos (BRASIL, 2012).

Estudos baseados em evidências e relatos acerca das crianças com TEA nos mostra que, em boa parte dos casos, os sujeitos não aprendem pelos métodos de ensino tradicionais, em que antes mesmos de tais comprovações e discussão sobre inclusão os profissionais discutiam que, crianças autistas possuíam uma dificuldade em manter a atenção e dificuldade em responder a instruções que exigissem de cara um grau maior de complexidade. Assim, compreendeu-se que para se trabalhar com essas crianças, havia a necessidade de estratégias específicas e diferenciadas de intervenção no ensino. (DAZZANI, 2010).

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA REDE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE

De acordo com Hillesheim e Lasta (2014) políticas públicas educativas são condições e possibilidades para que as ordens sociais sejam criadas, respeitadas e mantidas. Assim, regulamentam o atendimento dos sujeitos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino em nosso país, promovendo uma política de universalização da escolarização em que todos são chamados para participar, com acesso a escolarização, condições de aprendizado e garantia de ensino.

Desde as primeiras discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, o governo do RN vem articulando e coordenando as políticas de Educação Especial no estado. Foi construída a Secretaria do Estado de Educação e Cultura - SECD, que elaborou uma Coordenação de Educação Especial, no contexto do, então, Departamento de I Grau, a partir de 1973, onde com o tempo tornou-se um órgão específico denominado Subcoordenadoria de Educação Especial – SEESP, que tem durante muitos anos, realizado ações de mobilização e conscientização inerentes a área de educação especial (SEVERO; SANTOS; MARTINS, 2011)

Com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB, nº 9394/96, Cap.V, Art. 58, houve uma grande reviravolta ao país e, assim, a rede Pública Estadual de Ensino do RN, através da SUESP, elaborou e implementou a inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino. Com a Resolução 01/96, do Conselho Estadual de Educação - CEE-RN, formalizou –se a orientações para o atendimento educacional de pessoas com deficiência, altas habilidades e com condutas típicas, no âmbito da escola convencional.

Hoje a SUESP/SEEC não mede esforços para reconfiguração dos serviços, buscando desenvolver um atendimento compatível com a diversidade do aluno nas classes regulares, a fim de dar continuidade e ampliação estruturada nas suas redes de apoio, usando como base a Política Nacional numa Perspectiva Inclusiva (SEVERO; SANTOS; MARTINS, 2011)

De acordo com a LEI Nº 10.049, DE 27 DE JANEIRO DE 2016, foi aprovado o Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (2015-2025). Uma dimensão importante do Plano esta no entendimento da universalização e democratização do acesso à educação básica,

onde nos trás a compreensão de educação para todos, sem separar qualidades ou potencialidades específicas.

Dentro das metas trazidas pelo documento, a meta quatro trás um olhar e discussão para a população de (quatro) a 17 (dezessete) anos, com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação para com o acesso à Educação Básica. A lei vem ressaltar passos importantes desde o atendimento nas redes de ensino, as garantias de sistema educacional inclusivo, salas, classes e escolas com serviços especializados sejam eles públicos ou conveniados. (RIO GRANDE DO NORTE, 2016)

Dentre as treze estratégias trazidas pela meta vale destacar algumas de maior contribuição para o trabalho em questão. São elas:

Manter e ampliar, em parceria com o Estado e os Municípios e respeitando as normas de acessibilidade e os padrões de referência de qualidade nacional, a construção e a reestruturação de escolas públicas de Educação Básica, conforme levantamento da demanda, efetivada por uma comissão específica (RIO GRANDE DO NORTE, 2016, p. 9)

Viabilizar, na rede escolar, condições estruturais físicas, materiais e pedagógicas para assegurar o atendimento educacional especializado (RIO GRANDE DO NORTE, 2016, p.10)

Oferecer plenas condições de acessibilidade aos espaços escolares, aos recursos pedagógicos e à comunicação, eliminando as barreiras arquitetônicas, pedagógicas, de comunicação e de acesso à informação, para fins de proporcionar a melhoria da aprendizagem (RIO GRANDE DO NORTE, 2016, p.10)

Implementar, em regime de colaboração com a União e os municípios, as Salas de Recursos Multifuncionais nas redes escolares estadual e municipais, criando mecanismos próprios de orientação e de monitoramento do atendimento educacional especializado, de forma a complementar e/ou suplementar o processo de escolarização, para assegurar esse direito a todas as crianças, todos os jovens e todos os adultos (RIO GRANDE DO NORTE, 2016, p.10)

A educação inclusiva atualmente possui um papel fundamental com um novo olhar a cerca das dificuldades enfrentadas por alunos da rede de ensino assim, atuando conjuntamente com a escola, profissionais professores podem desenvolver um papel de grande importância na efetivação do direito de acesso e permanência das pessoas com necessidades educativas especiais na instituição escolar, isso com real qualidade desenvolvendo os potenciais de cada aluno de acordo com suas necessidades e obtenção de resultados (SEVERO; SANTOS; MARTINS, 2011).



3 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura por meio de uma pesquisa bibliográfica publicados nos períodos de 2000 á 2018, utilizado a base de dados da Scielo e Google acadêmico, incluindo o uso de artigos originais, livros e artigos de revisão, sendo relacionado de acordo com a relevância das contribuições para a educação.

Foi utilizado o método de **pesquisa qualitativa a ser** a ser desenvolvida através de um estudo de caso, com a finalidade de entender o processo das leis e políticas que asseguram os direitos de crianças diagnosticadas com TEA (transtorno do Espectro Autista). Os que abarcam na pesquisa qualitativa, tendem a investigar o que esta sendo estudado, dentro de seu ambiente natural, a fim de entenderem os fenômenos e sentidos dos significados em que trazem as pessoas no assunto. Assim, o foco se centra especificamente no que é peculiar e individual, buscando a compreensão do estudado e não a explicação deles (JUNIOR, 2008)

A pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal da rede publica de educação, situada na cidade de Mossoró. A instituição que acolheu a pesquisa é uma referencia para o município em relação à qualidade de ensino e desenvolvimento de ações para o melhor funcionamento da integração de crianças com deficiência, sejam elas físicas, cognitivas ou comportamentais.

O grupo selecionado foram crianças do ensino fundamental II, especificamente o terceiro ano, totalizando 27 crianças, uma professora responsável e uma professora substituta, responsável pela aprendizagem de alunos com transtornos intelectuais. A coleta de dados se deu por meio da observação, onde foi realizada uma dinâmica de inclusão e entendimentos sobre o conhecimento dos alunos sobre o tema autismo e inclusão, frente ao conteúdo apresentado e a informações que eram passadas pela professora que acompanha o aluno diagnosticado com autismo.

Foi elaborada uma intervenção para a participação de toda turma, em que foi apresentado um vídeo inicial trazendo conceitos básicos e relevantes sobre o TEA. Após o termino do vídeo foi elaborado uma discussão entre os alunos para a compreensão do que aprenderam e para que pudessem trazer relatos sobre casos reais e vivencias com pessoas com tais características. Depois de finalizado as discussões, foi aberto um espaço de pintura, onde um mural de inclusão foi confeccionado para permanecer na parede da escola, assim todos

colocariam sua contribuição no espaço e sempre que necessário voltassem a analisar o conteúdo.

Os dados foram interpretados a partir das observações realizadas durante todo o processo de visita e intervenção dos alunos. Dessa forma como optamos por um tipo de pesquisa qualitativa, foi feitos Levantamentos de informações e interpretação a partir da evidencias observadas.

O modelo de pesquisa escolhido para o desenvolvimento do trabalho nos trás uma liberdade na análise, possibilitando diversos caminhos do conhecimento dentro da educação e seu processo de inclusão, possibilitando assumir várias posições no decorrer do percurso, não obrigando atribuir uma resposta única e universal a respeito do objeto de pesquisa, mas facilitando a escrita para a compreensão do modelo educacional existente nos país e no estado do Rio Grande do Norte.

O nome dos alunos e da equipe pedagógica, assim como o nome da escola, foi preservado, evitando assim a exposição dos envolvidos. Com o intuito de publicação da pesquisa realizada, futuramente, o presente trabalho passará pelo comitê de ética da instituição, para assim ser encaminhado e verificado para os interesses dos sujeitos em sua integridade e dignidade e contribuição no processo científico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Partindo da observação e identificando onde atuar, o trabalho foi voltado para os alunos do terceiro ano, com o objetivo de desenvolver o aprimoramento das relações interpessoais, através da comunicação com os colegas de classe, buscando mostrar as ideias e o fortalecimento do vinculo, contribuindo para a melhoria da dinâmica escolar dentro da sala, embasada nas ideias já discutidas sobre a compreensão do TEA e as leis vigentes. Firmando assim, ideia da BNCC no quesito “o eu, o outro e o nós “em que diz que o aluno deve desenvolver- se em:

Respeitar e expressar sentimentos e emoções. Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros. Conhecer e respeitar regras de convívio social, manifestando respeito pelo outro (BRASIL, 2018, p. 55)



Com isso, podemos observar o tamanho da responsabilidade que trazemos em repassar conhecimento a alunos de series iniciais, para que quando maiores compreendam e respeitem as diferenças intelectuais e sociais dentro do contexto educacional.

É importante que a escola sempre busque a profissionalização do seu grupo pedagógico de ensino, não apenas contratando novos professores com experiências integrativas, mas capacitando os que atuam para uma maior abrangência de saberes. Levando assim o que de acordo com Hillesheim e Lasta (2014), seria promover uma política de universalização da escolarização em que todos são chamados para participar, com acesso a escolarização, condições de aprendizado e garantia de ensino.

Durante todo o processo de intervenção, a criança diagnosticada com TEA, se mostrou bastante atento a tudo o que era passado aos seus colegas sobre sua condição. Por possuir uma fala comprometida, alguns de seus colegas buscavam compreender seu posicionamento através dos sons que fazia com o corpo e com a boca, o que eles consideravam um momento “único de compreensão e respeito para com ele”.

A intervenção se deu após o retorno do intervalo e teve como proposta o olhar sobre o outro, onde junto com a professora que acompanha a criança autista realizamos um momento de conversa sobre as características presentes em sala de aula que chama mais a atenção dos colegas. Em alguns relatos, os alunos descrevem as maiores dificuldade que enfrentam, principalmente com comunicação e barulho, pois de acordo com as falas, barulhos e bagunça deixa o colega bastante agitado. Isso confirma o que nos trás Pereira (2007), quando relata que crianças com Transtorno do Espectro Autista, possuem dificuldades para a interação social, dificuldade com a linguagem e comportamento repetitivo e restritivo.

Após os relatos e discussões, foi trabalhado um momento lúdico com as crianças, considerando Ferreira (2017) ao defender que o momento de interação lúdica, traz à aula um momento de felicidade, independente da fase ou idade da vida, pois possibilita leveza as rotinas da vida e nos faz registrar melhor as informações que estão sendo passadas. O autor em seus estudos responde a pergunta de o porquê o professor proceder sobre esse conhecimento lúdico e nos relata que o aluno precisa agir cognitivamente, assimilando o que lhe for interessante, significativo; para uma melhor elaboração de conteúdo.

Assim foram distribuídos alguns papéis e oferecida liberdade para elaborarem desenhos com tema voltado para a inclusão. De acordo com Ferreira (2017), as atividades lúdicas agem sobre o interior do ser humano, exaltando potências íntimas, possibilitando uma maior interação e convívio social, pelo fato de que tais estímulos capacitem os envolvidos ao estímulo de seu desenvolvimento e aprendizagem. Defendendo assim o que relata em seu estudo que:

Dessa maneira a palavra lúdico que vem do latim ludus significa brincar, incluindo assim os jogos, brinquedos e divertimentos, referindo-se ainda a atividade exercida por aquele que joga, que brinca e que se diverte e, portanto, durante o desenvolvimento de um jogo também ocorre aprendizagem do indivíduo, desenvolvendo seus conhecimentos, seu saber e sua compreensão do mundo (FERREIRA, 2017, p. 3)

O preparo dos professores quanto aos desafios que eles encontrarão nas salas de aula deve ser contínuo e de real participação, pois a partir do momento em que a situação lúdica é criada, leva aos envolvidos a desenvolver aprendizagens na sua dimensão educativa. Procurando entender a singularidade de cada sujeito, independente do diagnóstico a qual foi acometido.

O “Mural da inclusão” foi trazido de forma lúdica para que as crianças pudessem compreender as particularidades de cada sujeito, pois através do vídeo e do exercício lúdico, puderam compreender qual o papel exercido por cada um no processo de inclusão. Ainda há muito que se estudar ao que se refere ao campo dos estudos sobre o TEA. Mas, apesar das limitações, são vastos os trabalhos e projetos de lei para incluir essas crianças no contexto educacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se tratar de criança com diagnóstico de autismo infantil, devemos considerar a deficiência como ela é, com as alterações na atenção, comportamento, comunicação e outro, mas reconhecer que cada criança possui seu espaço para desenvolver suas potencialidades e isso em parceria com a programação pedagógica, sendo traçada uma perspectiva que adentre em suas necessidades (BRAZIL, 2012)

Antes mesmo da elaboração de tais propostas a equipe interdisciplinar e a família, devem observar esses alunos para, se possível, conhecer quais meios de comunicação e adaptação, poderão ser apresentados para um modelo de estimulação e desenvolvimento. Portanto, uma avaliação cuidadosa possibilitará uma elaboração psicopedagógica individualizada mais adequada, não esquecendo o desenvolvimento dessa criança para que essa tentativa de auxílio não esteja acima de suas condições cognitivas. (PEREIRA, 2007)

Se a política pública, hoje presente na educação, realmente se dispuser para com a responsabilidade pela sensibilização de toda a sociedade, secretaria de educação, coordenações de educação e afins, buscando assim recursos coerentes com as necessidades, certamente, o tramite e as realizações das leis seriam mais rápido elaboradas e colocadas em pratica e finalmente perderia a idéia de apenas assistencialismo precário que ainda é observado na educação (JUNIOR, 2008)

Infelizmente, através do material lido e pesquisado, não foi encontrado formação específica para professores de crianças autistas dentro das políticas educacionais. A preparação é feita por meio de cursos de especialização oferecidos pelas instituições e oferecem atendimento a esse publico ou por interesse do próprio profissional em conhecer e aprender a lidar com a demanda. E é de suma importância que quando por interesse de conhecer o TEA, esses profissionais busquem conhecimentos sobre a psicologia do desenvolvimento e aprendizagem, para que recebam orientações para uma atuação adequada no grau de necessidades do distúrbio a que estão sendo apresentado (DAZZANI, 2010).

Dentro do Estado do Rio Grande do Norte, os debates crescem de forma positiva em todos os setores da educação em relação à inclusão social, ocasionando um novo olhar para as crianças diagnosticadas com TEA ou com qualquer outra deficiência, seja ela intelectual, cognitiva, motora, etc. Esse novo olhar para a inclusão possibilita mudanças e operacionalização das políticas educacionais, mesmo que distante ainda da realidade almejada pelo corpo docente, família e estado.

Portanto, para dar conta de tamanha demanda, vem sendo elaborado diversas formas de contribuição por meio da escola, família, instituições especiais, universidade e outras, com o intuito de possíveis contribuições e delimitações de caminhos que contemplem os anseios de uma escola para todos. No entanto, há muito que se fazer para que verdadeiramente sejam

colocadas em prática as políticas e promessas nos quais o governo do Brasil e do estado tem se colocado em formas de leis.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION; Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5. 5th.ed. Washington: American Psychiatric Association, 2013.

AULAGNIER, P; A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

BORGES, T. P; Considerações sobre o autismo infantil. Barbacena: Mental, ano IV - n. 7, 2006.

BRAZIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA). Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRAZIL, Decreto- lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2012.

BRAZIL, Decreto-Lei, Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 agos. 2009.

DAZZANI, M. V. M; A Psicologia Escolar e a Educação Inclusiva: Uma Leitura Crítica. Revista PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO. Bahia: 2010.

FERREIRA, J. A. Importância do Lúdico em Sala de Aula: o Brincar e o Jogar no Cotidiano Infantil. Virtuosa Tecnologia da Informação. São Paulo: 2017.

JUNIOR, C. A. S. A Construção da Escolarização de Alunos com Graves Transtornos no Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Teias, 2008

KUPFER, M. C. M. Notas Sobre o Diagnóstico Diferencial da Psicose e do Autismo na Infância. São Paulo: USP, 2000.

LASTA, L. L; HILLESHEIM, B. Políticas de inclusão escolar: Produção da Anormalidade. Porto Alegre: Psicologia e Sociedade, 2014.

PEREIRA, C; Autismo Diferentes Mundos. Revista Diversidade. n 15, ano 5, Portugal: 2007.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei Estadual Nº 10.049, DE 27 DE JANEIRO DE 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte, 2016. Disponível <http://educacao.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=103587&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=Documentos>. Acesso em 2019.

SANTOS, A. D. W; BORDAS, M. A. G. A Educação Inclusiva Brasileira: aprofundando conceitos. Revista Eletrônica de Culturas e Educação, Bahia, n 8 p. 116-131, Ano IV, 2013.

SEVERO, M. C. S; SANTOS, T. C. C; MARTINS, L. A. R. Inclusão Escolar na Rede Estadual do Rio Grande do Norte: Tecendo Algumas Reflexões sobre a Implementação de Políticas Educacionais. Londrina: 2011.



DESAFIOS DA ADOÇÃO: Um estudo no perfil das famílias adotantes que procuram o Grupo Afeto de Apoio à Adoção de Mossoró-RN

Ildete Pereira de Souza Magno¹

Aline Meire Roque Bezerra²

Paulo Arthur de Oliveira Nogueira³

Karidja Kalliany Carlos de Freitas Moura⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo estimular reflexões sobre a história da adoção no Brasil concernente ao processo legislativo que regulamenta tal prática, bem como trazer a avaliação do perfil das famílias na condução e acompanhamento dos pais que tenham interesse em adotar seus filhos, levando em consideração quais motivações os levaram a buscar a adoção, qual o processo para a seleção do perfil dessas crianças, quais as dificuldades encontradas durante todo o processo, discussão a respeito de como funciona a adoção de crianças e adolescentes no Brasil, sob a perspectiva de um grupo criado na cidade de Mossoró/RN, o Grupo Afeto de Apoio à Adoção de Mossoró-RN. Conclui-se que os pretendentes iniciam o processo com pouca informação, muitas vezes sem o conhecimento primordial de buscar a Vara da Infância para iniciar o processo de adoção, essa falta de informação, muitas vezes podem influenciar, inclusive na escolha do perfil pretendido, como observado ao longo da pesquisa e análise dos relatos.

Palavras chave: adoção, acompanhamento, dificuldades, parentalidade, psicologia.

¹ Especialista em Assessoria em Comunicação (UNP), Discente de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: ildete.souza@gmail.com

² MBA em Gestão de Pessoas (UNP), Discente de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: alinemrb@gmail.com

³ MBA em Gestão de Pessoas (UNP), Discente de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: peahnog@gmail.com

⁴ Dra. em Ciências pela UFERSA, Docente da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: extensao@catolicadorn.com.br



ABSTRACT

This article aims to stimulate reflections on the history of adoption in Brazil concerning the legislative process that regulates such practice, as well as bringing the assessment of the profile of the families in the conduct and monitoring of parents who are interested in adopting their children, taking into account what motivations led them to seek adoption, what is the process for selecting the profile of these children, what are the difficulties encountered. throughout the process, discussion about how the adoption of children and adolescents works in Brazil, from the perspective of a group created in the city of Mossoró/RN, the Afeto Group. It is concluded that applicants start the process with little information, often without the primary knowledge of seeking the Childhood Court to start the adoption process, this lack of information can often influence, including the choice of the desired profile, such as observed throughout the research and analysis of the reports.

Key words: adoption, monitoring, difficulties, parenting, psychology.

1 INTRODUÇÃO

O Processo de adoção no Brasil passou por transformações históricas significativas. É notório que essa temática tem ganhado visibilidade, haja vista a alta exposição em mídia, bem como o avanço na legislação do país que está centrada no preceito da proteção integral da criança e do adolescente, como versa o Artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

Sob o ponto de vista da pesquisa em Psicologia e, em especial, da Psicologia Social, a presente análise traz uma discussão a respeito do perfil das famílias que se submetem ao processo de Adoção na cidade de Mossoró/ RN, essas por sua vez, são integrantes do Grupo de Apoio Afeto, que trabalham voluntariamente na divulgação de uma nova cultura para adoções. O estudo foi objetivado na busca do conhecimento das famílias, para compreender as motivações que as levam trilhar no processo de adoção, buscando identificar a motivação para a parentalidade na cidade de Mossoró, buscando entender se os pretendentes estão verdadeiramente cientes das dificuldades e preconceitos enfrentados ao adotar e além disso trilhamos na busca para identificar o papel do aconselhamento e acompanhamento



psicológico dos pretendentes e das crianças antes, durante e após o processo de adoção e, em especial, o perfil desses pretendentes. Assim, o trabalho transcorreu com uma abordagem teórica, expondo a perspectiva histórica da adoção, legislativa, bem como suas modalidades. Trazendo como pilar central a pesquisa em forma de questionário e uma revisão bibliográfica da temática.

2 HISTÓRICO DA ADOÇÃO NO BRASIL

Ao abordar a temática da adoção de crianças e adolescentes, percebemos que tal prática já existia no princípio das primeiras civilizações. Em uma linha do tempo, Azambuja (2013) faz uma abordagem da evolução histórica da adoção entre os povos espalhados pelo mundo inteiro, onde acolhiam crianças como filhos consanguíneos no seio de suas famílias.

A prática da adoção no Brasil passou por uma transformação, haja vista, no passado, existir um viés religioso, caritativo, assistencialista, como também a prática era utilizada em mão de obra gratuita. Era notório que as leis estavam voltadas aos interesses do adotante. Assim, com o passar dos tempos, essa adoção passa a ter amparo legal. Com o Código Civil de 1916 a adoção ganhou as primeiras disposições legais no país. Entretanto, essa nova lei, não favorecia à adoção, ela trouxe muitas dificuldades para que a prática acontecesse, como por exemplo, só os maiores de 50 anos, sem prole legítima ou legitimada podiam adotar, além disso o código ainda previa que a adoção se dava por meio de escritura pública, em que se não admite condição em termo, ou seja interferência do estado.

Por conseguinte, anos depois surgiu a Lei 3.133/1957 que sobrepôs tal código civil, onde modificou alguns requisitos para a adoção, como redução da idade mínima dos adotantes para 30 anos de idade, e o adotando deveria ser 16 anos mais novo que o adotante, e não 18 anos como previa no código civil.

Ainda Sob a perspectiva histórica da adoção, o Código de Menores (Lei 6.697/1979) definia dois tipos de adoção: a Adoção Simples que acontecia quando o menor estava em situação irregular sendo “abandonado ou delinquente” e dependia de autorização judicial. Já a Adoção Plena, essa por sua vez versava que deveria se romper totalmente o vínculo com pais e parentes. Além disso, somente casais com mais de cinco anos de casamento, nos quais um dos



cônjuges tivesse mais de 30 anos, poderiam requerer a adoção plena — irrevogável e destinada a menores de 7 anos. Outro fator marcante que estava disposto na lei era que existia distinção entre filhos consanguíneos e os filhos adotados, condição que seria extinta com a Carta Magna de 1988.

Com o Advento da Constituição federal de 1988, foi dada uma maior atenção à criança e ao adolescente, reconhecendo-os como sujeitos de direitos. Em seu texto surge o fim da distinção entre os filhos adotados e legítimos, onde ambos terão os mesmos direitos e qualificações, sendo vedado quaisquer designações discriminatórias referentes a filiação. Com dois anos do surgimento da carta magna, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - que tinha como objetivo principal a proteção integral da criança e do adolescente.

De acordo com o Art 3º do ECA 1990:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

O ECA (1990) ainda prevê em seu Artigo 19 e torna de fundamental importância o papel da família no desenvolvimento da criança e do adolescente. Nesse contexto podemos citar tanto a família natural como também a família substituta, a responsabilidade de assegurar a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento em sua totalidade.

Por conseguinte, à luz da Constituição Federal de 1988, bem como o Estatuto da Criança e do adolescente que preconizam a convivência em ambiente familiar e comunitário, foi instituída a Lei Nacional de adoção, (Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009) que tem como objetivo melhorar o processo de adoção no Brasil, conforme está disposto em seu Art. 1º

Esta Lei dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, na forma prevista pela [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), Estatuto da Criança e do Adolescente.



A lei nacional de adoção, modifica legislativamente o ECA, e otimiza todo o processo de adoção, garantindo à criança e ao adolescente o convívio em ambiente familiar sendo ela natural ou substituta.

2.1 MODALIDADES DE ADOÇÃO NO BRASIL

Com a evolução da sociedade e dos direitos que a dirigem se evidenciou o progresso da adoção, importante instituto que pertence à história do direito familiar brasileiro.

Adoção significa o ato de se aceitar espontaneamente como filho uma determinada pessoa, desde que respeitadas as condições jurídicas para tal. “O ato jurídico pelo qual se estabelece, independentemente de procriação, o vínculo da filiação”, confirma o jurista Orlando Gomes, em outras palavras, adoção é o procedimento legal no qual uma criança ou um adolescente se tornam filhos de uma pessoa ou de um casal, com os mesmos direitos que um filho.

Visto isso, existem variedades de adoções, pode-se listar desde os formatos formais, sendo eles:

2.1.1 ADOÇÃO BILATERAL

É regulamentada pelo artigo nº 42, § 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e conforme a legislação estabelece é indispensável que os adotantes sejam casados ou mantenham união estável, sendo necessário comprovar a estabilidade da família para que possam se tornar aptos a adoção. Levando também em consideração de que, o adotando, caso tenha 12 anos ou mais, é necessário o consentimento dos pais desde que irá ser adotado, com exceção, quando aqueles que são destituídos do poder familiar, ou quando tais forem desconhecidos.

2.1.2 ADOÇÃO UNILATERAL

É a adoção realizada individualmente, não necessariamente constituída por solteiros ou viúvos, mas onde existe somente um adotante, assim, como a família é formada por apenas um pai ou uma mãe, é conhecida como família monoparental.

É reconhecida como família natural (ECA 25) a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. A adoção por solteiro constitui uma alternativa justa, quebrando-se as discriminação que existam contra as famílias monoparentais a uma criança. Pode adotar aquele que tem condições de oferecer sustento e afeto a uma criança. (Maria Berenice Dias, 2010, p.209).

Outra forma que vem sendo chamada esse tipo de adoção é adoção solo, onde muitas vezes a pessoa solteira realiza seu desejo de formar uma família.

2.1.3 ADOÇÃO DE MAIORES

Sendo maior de 18 anos o adotado, a adoção dependerá da assistência afetiva do Poder Público e da sentença judicial, aplicando-se subsidiariamente do ECA (CC art 1619). Sanches (2013) destaca que, até janeiro de 2003, no Brasil, a adoção de maiores de dezoito anos dava-se por mera escritura pública, registrada em cartório que após o Código Civil de 2002 (vigente a partir de janeiro de 2003), passou a exigir sentença constitutiva, onde, além da declaração do direito, há a constituição de novo estado jurídico, ou a criação ou a modificação de relação jurídica. Destaca-se ainda a exigência de o adotando ser 16 anos mais novo que o adotante, com possibilidade de redução dessa idade mínima entre adotante e adotado, dependendo do estudo social.

2.1.4 ADOÇÃO HOMOAfetiva

As configurações de família vem sendo modificadas ao longo do tempo, dessa forma, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a união homoafetiva como um núcleo familiar como qualquer outro no tocante a adoção e, além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) autoriza a adoção por uma única pessoa, sem fazer qualquer restrição quanto a sua orientação sexual. Isso porque, na adoção busca-se o bem estar da criança e do adolescente em

primeiro lugar, “a adoção, quer por homossexuais, quer por heterossexuais, apresenta-se como uma via real de inclusão e respeito aos direitos da criança e/ou adolescente (Araújo *apud* Alves, Oliveira, Baroni, Franco & Zacarias, 2007).

2.1.5 ADOÇÃO INTERNACIONAL

Está regulamentada no artigo 51 e 52 do ECA e nos princípios presentes do Decreto nº 3.087/99, o qual ratificou a “Convenção Relativa à Proteção e Cooperação em Matéria de Adoção Internacional”. Segundo Fábio Ulhoa Coelho (2011, p.181), “A adoção pode ser nacional (...) ou internacional (...) segundo o domicílio dos adotantes se situe no Brasil ou no exterior”.

2.1.6 ADOÇÃO DO NASCITURO

A adoção de nascituro, ou seja, daquele que já foi concebido, mas ainda não nasceu, não tem previsão expressa em nossa lei, como acontecia na vigência do CCB 1916, que em seu art. 372, assim determinava: Não se pode adotar sem o consentimento do adotado ou de seu representante legal, se for incapaz ou nascituro. O ECA omitiu-se sobre a possibilidade da adoção do nascituro, trazendo tão somente que a adoção depende do consentimento dos pais ou do consentimento legal do adotando (Art. 45). O CCB 2002, bem como a Lei nº 12.010/09, que regulamenta a adoção, também foram omissos.

2.1.7 ADOÇÃO INTUITU PERSONAE

É a adoção pela qual os pais biológicos, escolhem os adotantes e manifestam expressamente, perante a autoridade judiciária, o desejo de entregar o filho em adoção a determinada pessoa ou casal. *Intuitu personae* é uma expressão em latim que se traduz como “em consideração à pessoa”. É o mesmo que adoção consensual, adoção consentida, adoção dirigida ou adoção pronta. A omissão do legislador em tratar expressamente da adoção *intuitu personae* não significa que ela seja proibida ou que não exista tal possibilidade.

2.1.8 ADOÇÃO POR TESTAMENTO

É a adoção que se faz via testamento. O ordenamento brasileiro nunca permitiu a adoção diretamente por testamento. Todavia, é possível que em testamento se estabeleça declaração de reconhecimento de paternidade socioafetiva, que não deixa de ser uma forma de manifestação de adoção. A disposição de última vontade que reconheceu o filho como seu, mesmo não biológico, é prova suficiente para que se busque em juízo a declaração da relação de adoção ou declaratória de paternidade/maternidade socioafetiva.

2.1.9 ADOÇÃO PÓSTUMA

É aquela cuja concessão se dá após a morte do adotante, produzindo efeitos retroativos à data do óbito. É imprescindível que a pessoa falecida tenha demonstrado, em vida, desejo evidente de adotar e laço de afetividade com o adotando. Embora a legislação exija a preexistência de processo de adoção à época do óbito para que se conceda post mortem, esse requisito pode ser relativizado nos casos em que restar comprovado, de maneira inequívoca, o desejo do falecido em adotar, bem como uma relação socioafetiva entre eles.

2.1.10 ADOÇÃO TARDIA

O termo adoção tardia é utilizado para adoção de crianças que muitas vezes são preteridas pelos pretendentes, como destaca Vargas (1998), são crianças que

ou foram abandonadas tardiamente pelas mães, que por circunstâncias pessoais ou socioeconômicas, não puderam continuar se encarregando delas ou foram retiradas dos pais pelo poder judiciário, que os julgou incapazes de mantê-las em seu pátrio poder, ou, ainda, foram ‘esquecidas’ pelo Estado desde muito pequenas em ‘orfanatos’ que, na realidade, abrigam uma minoria de órfãos [...].

Além das adoções cobertas pela lei, há também a possibilidade de adoção ilegal, sendo:

2.1.11 ADOÇÃO À BRASILEIRA

É a adoção feita sem o devido processo legal e judicial. A adoção à brasileira insere-se no contexto da filiação socioafetiva. É o reconhecimento voluntário da maternidade/paternidade, por meio do qual não foram cumpridas as exigências legais pertinentes ao procedimento de adoção. O(s) adotante(s) simplesmente registra(m) perante o cartório de Registro Civil a criança ou o adolescente como se filho biológico fosse. Mas atenção! A adoção à brasileira constitui um ilícito civil e penal.

2.2 O AFETO GRUPO DE APOIO A ADOÇÃO DE MOSSORÓ: HISTÓRICO E ATUAÇÃO

O Afeto foi criado em maio de 2017 na cidade de Mossoró, de um desejo de proporcionar uma vida de AFETO para muitas crianças e adolescentes, conforme descrito na sua biografia da sua rede social Instagram. O projeto tem como objetivo primordial realizar intervenções que tragam benefícios às crianças e aos adolescentes assistidos pelo Grupo Afeto, bem como fortalecer a relação com os profissionais que estão em contato direto com esses sujeitos em acolhimento.

O Grupo Afeto de Apoio à Adoção é formado pela sociedade civil e trabalha voluntariamente para a divulgação de uma nova cultura de adoções, concentrado na lei, buscando inicialmente, prevenir o abandono, auxiliar na reintegração familiar das crianças e adolescente e, se isso não for possível, contribuir para que as crianças e adolescentes tenham, o quanto antes, um lar de forma definitiva. Além disso, o Grupo Afeto auxilia no preparo dos que pretendem adotar, acompanha os pais adotivos no pós-adoção, conscientiza a sociedade sobre a garantia do direito à convivência familiar das crianças e adolescentes e, ainda, ajuda na busca ativa de famílias para a adoção de crianças fora do perfil comumente desejado pelos adotantes (crianças de mais idade, com algum tipo de deficiência, grupos de irmãos ou adoções inter-raciais).

O Grupo Afeto tem como objetivos buscar recursos disponíveis, realizar intervenções que tragam benefícios às crianças e aos adolescentes assistidos pelo Grupo, no tocante ao

desenvolvimento daqueles enquanto sujeitos sociais, a partir de um trabalho que valorize a educação, esporte, cultura e lazer no decorrer do processo de adoção.

Em suas atividades o grupo busca ainda levar os e as adolescentes para conhecer a Universidade, fazendo com que eles vejam as vastas possibilidades para qualificação acadêmica e profissional que a Universidade oferece; realizar atividades lúdicas com as crianças que se encontram acolhidas, com a organização de gincanas e momentos artísticos; efetuar um trabalho em conjunto com os profissionais das casas de acolhimento, para estimular o desenvolvimento da escuta ativa destes e auxiliá-los a dar uma atenção especial às necessidades de crianças e adolescentes que se encontram sob seus cuidados; e despertar na sociedade civil o interesse em ingressar junto ao projeto e seu desenvolvimento.

O Afeto é um grupo de apoio à adoção e tem concomitantemente o objetivo primordial de facilitar os processos de adoção, através da preparação de sujeitos que pretendem adotar e do auxílio na busca ativa de famílias para a adoção de crianças fora do perfil (de maior idade, com alguma deficiência, entre outros).

Para atingir seus fins, o mencionado grupo de apoio à adoção busca respaldo nas leis, em especial, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prezando sempre o respeito e a tutela da dignidade da pessoa humana bem como a efetivação do melhor interesse da criança e do adolescente, visando, assim, proteger jovens que por alguma razão tiveram seus vínculos familiares rompidos ou fragilizados em decorrência de situações de violação de direitos.

Atualmente, o Grupo Afeto realiza um trabalho autêntico em três casas de acolhimento em Mossoró-RN, quais sejam o Núcleo de Apoio Integral a Criança – NIAC, o Acolhimento Institucional de Adolescentes – AIA e o Aldeias, sendo a primeira destinada ao acolhimento de crianças e as duas últimas ao acolhimento de adolescentes.

A importância do trabalho desenvolvido pelo Grupo Afeto, é verificado na preparação das famílias que demonstram interesse em adotar, preocupando-se não somente em oferecer um apoio jurídico a essas, mas também em dialogar a forma de lidar e cuidar com os sujeitos em desenvolvimento que se encontram em lares de acolhimento.

Consoante ao exposto no parágrafo anterior e evidenciando a empatia para com os jovens e suas famílias adotivas, o referido grupo também realiza um excelente trabalho no acompanhamento pós-adoção, visando, assim, auxiliar uma melhor adaptação do(s) adotando(s)

em seu novo lar e também a garantia e respeito por parte da família adotiva ao(s) direito(s) dele(s).

O trabalho do grupo é desenvolvido por meio de reuniões mensais onde os adotantes ou aqueles que apresentam interesse em o fazê-lo revelam suas impressões e podem explicar suas dúvidas acerca do processo de adoção. Há também encontros lúdicos com as crianças e adolescentes, alguns dos quais visam proporcionar uma maior integração deles entre si bem como com os integrantes do Afeto. Como apoio aos pretendentes existem grupos online para sanar situações de dúvidas emergenciais e para compartilhar textos e importantes ações que podem ser desempenhadas no aprimoramento das ações do grupo, fatos estes que evidenciam na entrega e preocupação do grupo no desenvolvimento de suas ações, assim como o senso ético e responsável do trabalho voluntário, como observado em suas prestações de contas em redes sociais por meio de registros fotográficos, bem como seu reconhecimento por meio de estatuto da ONG.

3 METODOLOGIA

Objetivamos com essa pesquisa, avaliar o perfil das famílias que constituem a base de pretendentes da cidade de Mossoró, buscando observar as motivações para essa adoção, bem como os perfis por elas escolhidos e se as mesmas observaram dificuldades durante esse processo. Com esse intuito utilizamos a pesquisa bibliográfica sobre o tema, bem como como um questionário estruturado tendo como base a pesquisa em Psicologia.

Para a entrevista utilizamos um questionário estruturado, com 10 questões, sendo quatro com questões com alternativas pré-determinadas e seis com respostas abertas. A utilização deste método se deu porque Vidich e Lyman (2006, p. 40) destacam: "[...] todos os métodos de pesquisa são, no fundo, qualitativos [...]; o emprego de dados quantitativos ou de procedimentos matemáticos não elimina o elemento intersubjetivo que representa a base da pesquisa social".

O intuito era entender os objetivos dos pretendentes com os temas, utilizamos como modelo o questionário aplicado por GONDIM, 2008. Buscamos então descobrir: motivação dos pretendentes, se receberam informações na Vara da Infância e da Juventude quando da decisão por adotar, de quem surgiu o desejo inicial pela adoção e, como foi a reação dos demais

familiares de suporte a decisão, seja o cônjuge quando um casal, seja um familiar quando de adoção solo, buscamos ainda entender o comportamento em relação ao perfil escolhido e a possibilidade de alteração deste e se existe alguma busca por apoio psicológico para esse processo.

Foi criado um questionário na ferramenta Google Docs e na sequência com um texto explicativo foi colocado no grupo de Whatsapp do Grupo Afeto e convidado aos presentes a responderem o mesmo.

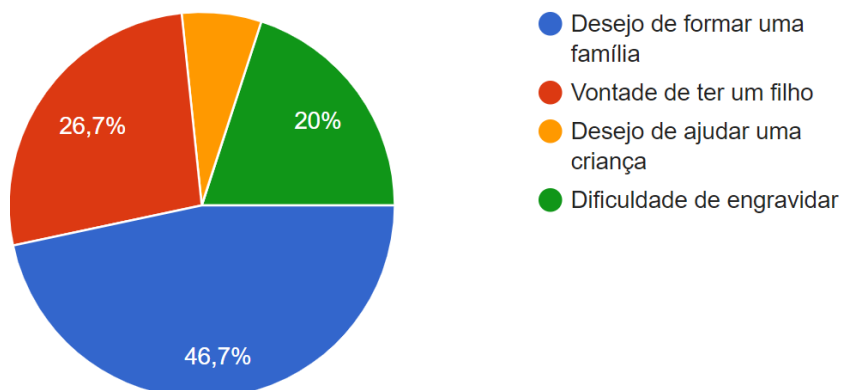
Com os formulários devidamente respondidos via meio on-line, gerou-se os gráficos das respostas com alternativas pré-determinadas e utilizou-se a análise do discurso para as respostas discursivas, os resultados podem ser visualizados na sequência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para nossa pesquisa tivemos a participação de 15 pretendentes, que estão no grupo on line do Grupo Afeto de Apoio à Adoção de Mossoró-RN, independente de idade, sexo, estado civil, grau de escolaridade ou religião, estando inseridos ou em processo de inserção no Cadastro Nacional de Adoção – CNA ou tendo adotado por meio do cadastro. Ele é formado por voluntários do Grupo Afeto e pessoas pretendentes a adoção. Para nossa pesquisa apenas um dos parceiros respondeu ao questionário em nome do casal – quando era o caso – e um dos pretendentes será uma adoção solo.

Aplicamos uma entrevista estruturada com aplicação de questionário por meio da ferramenta Forms do Google.

A nossa primeira pergunta 1) **Quais os motivos que te levaram a decidir pela adoção criança?**, teve seu direcionamento de respostas, aos quais eram: () desejo de formar uma família, () vontade de ter um filho, () ajudar uma criança, () dificuldade de engravidar. Neste ponto observamos que sua grande maioria foi por desejo de formar uma família, sendo seguido pela vontade de ter um filho, na sequência a dificuldade de engravidar e apenas uma pessoa respondeu que desejava ajudar uma criança.



Em seguida buscamos saber: **2) De quem partiu a ideia da adoção? Caso seja adoção solo, como surgiu essa ideia para você?**

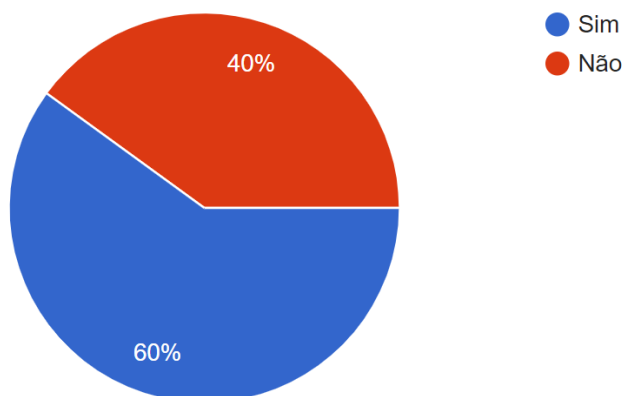
Neste caso alguns responderam que partiram de si próprios e conversaram com os parceiros que apoiaram a ideia, alguns que partiu dos seus pais e que em alguns casos por já possuírem casos de adoção em sua família, inclusive houve um relato que ela própria era fruto de um processo adotivo, outros casais relataram que mesmo antes de saber da não possibilidade de gestação própria já existia a intenção da adoção, entretanto, em todos os casos existia sempre o consenso ao final, algo necessário ao processo de adoção.

Na sequência questionamos: **Como foi a reação da outra parte? Caso seja adoção solo, como foi a reação da pessoa mais próxima a quem você contou em busca de apoio?** Como observado no parágrafo acima, a maioria dos casais e pretendentes teve a intenção inicialmente sozinho ou por apoio da família, mas relataram que foi bastante satisfatório posteriormente, pois conseguiu-se a adesão do outro pretendente ou da família que será o suporte.

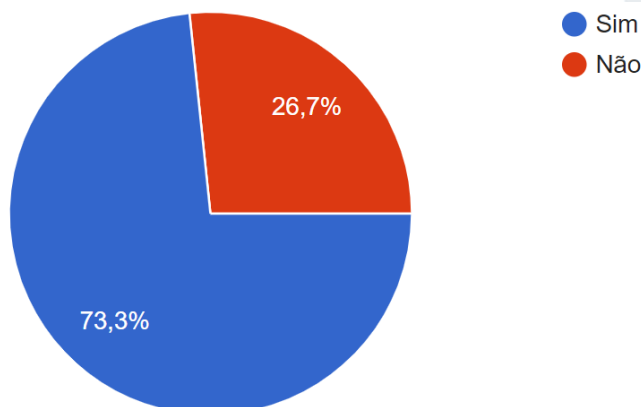
A pergunta seguinte foi **4) Depois de quanto tempo conversando sobre o assunto resolveram se candidatar a pretendentes? Em caso de adoção solo, depois de quanto tempo resolveu se candidatar a pretendente?** Em suas respostas observamos que o período mínimo foi após alguns dias e o tempo máximo 2 anos, sendo que, o longo processo e dificuldades que ele apresenta no tocante a burocracia, fez com que um dos casais de pretendentes optasse por cancelar o início de sua habilitação e outro buscasse maiores informações antes de dar início a caminhada.



Chegamos então a pergunta relacionada ao perfil, etapa obrigatória do processo, **5) Já possuía um perfil pré-definido (sexo, idade, raça, entre outros)?** Apesar de muitos pretendentes serem surpreendidos ao descobrirem que na etapa de entrada da documentação é necessário criar um perfil, vemos que a grande maioria já o tem definido. Apesar de não entrarmos nessa questão com nossos entrevistados, aqui vale salientar o que Amim e Menandro (2007) reforçaram em sua pesquisa, o fato que brasileiros postulantes à adoção preferem crianças recém-nascidas, do sexo feminino, de cor de pele branca.



Quanto a mudança ou não no perfil idealizado questionamos: **6) Adotariam uma criança diferente desse perfil que idealizaram?** Interessante observar que, mesmo chegando ao processo em sua grande maioria com o perfil definido, observou-se a disponibilidade em mudar esse perfil da ‘criança idealizada’, um movimento interessante a ser visto nesse processo. Principalmente tendo em vista o que vimos na Cartilha adoção e o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária (2020) que aponta que existem atualmente 34.443 pretendentes dispostos a adotar, entretanto, desse total, aproximadamente 93,8% não estão vinculados a qualquer criança ou adolescente, tendo em vista o perfil escolhido e as crianças e adolescentes disponíveis para adoção.



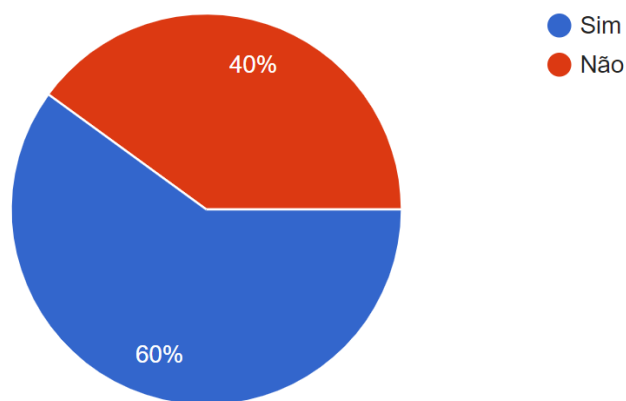
Muitas pessoas nunca tiveram informações acerca do processo de adoção até o momento que o decidem fazê-lo, inclusive as pessoas que procuram o Grupo Afeto muitas vezes e acabam tendo no grupo algumas informações, desta feita nossa pergunta foi: **7) Que tipo de informações receberam quando iniciaram o processo de entrada no CNA – Cadastro Nacional de Adoção?** Nos relatos obtidos pudemos observar que em sua maioria as pessoas não buscaram a Vara da Infância no tocante a informar-se para iniciar o processo. Alguns buscaram e se sentiram frustrados no tratamento recebido pelos profissionais do órgão, enquanto outros relataram que foram bem recebidos e instruídos acerca do processo para dar entrada, bem como do acompanhamento pós-adoção. São relatos e experiências bastante heterogêneas as relatadas nessa seção. Entretanto, cabe destacar a importância do papel da Vara da Infância e Juventude na preparação dos pretendentes, isso porque o judiciário após perícia de equipe multiprofissional decide, no caso de adoção, sobre o estágio de convivência e posteriormente pela efetivação (ECA, art. 167).

Como se sabe o processo que leva a efetiva adoção é deverás longo, passado pela juntada dos documentos até a entrada no CNA e, posteriormente, a efetivação da adoção. No tocante a isso perguntamos: **8) Quais as expectativas em relação ao processo de seleção para adoção?** Ao buscarem o Cadastro Nacional de Adoção – CNA os pretendentes relataram que o fizeram com o intuito de ter uma maior segurança no processo de adoção por estarem de acordo com a lei, entretanto, alguns relataram que fez com que vissem que é um processo muito longo e demorado que os levou a aproximar-se mais do quadro real de tempo e procedimento da fila.



Após a jornada que leva a adoção, buscamos saber os receios dos futuros pais: **9) Quais os principais medos e receios em relação à adoção?** Vemos que os medos principais dos pretendentes estão relacionados as ligações biológicas dos seus filhos, bem como na demora com o processo até a chegada da criança, isso porque a média da espera por uma criança, varia de estado ou mesmo cidade e é bastante influenciada pelo perfil escolhido.

Finalmente, entendendo que todo esse processo envolve situações estressantes ao pretendente buscamos saber: **10) Estão recebendo ou já receberam algum aconselhamento psicológico durante este processo?** Vemos que em sua maioria não existe o apoio e suporte psicológico, o que futuramente poderá abalar não só o recebimento da pretendida criança como sua vida como um todo.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar da adoção é falar de um tema bastante sensível e polêmico, isso porque, envolve diversas problemáticas da sociedade como impossibilidade de gestação de um filho biológico, novas estruturas familiares, rejeição social tanto dos pretendentes quanto dos adotados que sofrem pressão da sociedade por sua condição, dentre outras que os futuros pais irão encontrar durante a preparação para a chegada ou dos filhos por meio da adoção.

Os resultados obtidos nessa pesquisa demonstram que os pretendentes a adoção, em especial os que buscam o GAA Afeto, enfrentam a carência de informações antes e durante o processo, muitas vezes agravada pela burocracia do judiciário brasileiro.

Conclui-se com nossa pesquisa que é necessário maior esclarecimento aos pretendentes sobre como é o processo de preparação judiciária e, principalmente psicológica por parte dos pretendentes. Recomenda-se que esses pretendentes incluídos no GAA-Afeto não apenas participem do grupo, bem como de todos os momentos de eventos e palestras seja off-line ou on-line com vistas a prepararem-se, não somente com a troca de informações, bem como pelo fato de terem acesso a conteúdos que irão diminuir a ansiedade da vivência da espera do filho.

REFERENCIAS

AMIM, I. D. & Menandro, P. R. M. (2007). **Preferências por características do futuro filho adotivo manifestadas por pretendes à adoção.** *Interação em Psicologia*, 11(2), 241-252.

ARAÚJO, L. F., Oliveira, J. S. C., Sousa, V. C., & Castanha, A. R. (2007). **Adoção de crianças por casais homoafetivos:** um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 95-102.

BRASIL. **Cartilha adoção e o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.** Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2020)

CAMPOS, Niva Maria Vasques; COSTA, Liana Fortunato. **A subjetividade presente no estudo psicossocial da adoção.** *Psicol. Reflexo. Crit.*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, pág. 95-104, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722004000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 de dezembro de 2020.
<https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000100012>

DIAS, Maria Berenice. União Homoafetiva. **O preconceito & a justiça.** 4ª.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-de-familia/o-instituto-da-adocao-por-casais-homoafetivos/>. Acesso em: 10 dez. 2020

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direitos de famílias.** 7.ed.São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2010. p.209. Disponível em:
<http://siaibib01.univali.br/pdf/Aline%20Jaszewski%20da%20Silva-B.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2020.

GONDIM, Ana Karen et al . **Motivação dos pais para a prática da adoção.** *Bol. psicol.* São Paulo, v.58, n.129, p.161-170, dez.2008. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000659432008000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 dez. 2020.



SANCHES, Maria da Glória Peres. **Adoção de pessoas maiores de 18 anos:** possibilidade, procedimento e modelo de petição. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/25931/adocao-de-pessoas-maiores-de-18-anos-possibilidade-procedimento-e-modelo-de-peticao>. Acesso em: 01 de dez. de 2020.

VIDICH, A. e LYMAN, S. **Métodos qualitativos:** sua história na Sociologia e na Antropologia. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

VARGAS, M. M. **Adoção tardia:** da família sonha a família possível. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

WEBER, L.N.D. **Laços de ternura:** Pesquisas e histórias de adoção. Curitiba: Santa Mônica, 1998.

WEBER, L. N. D. **Aspectos psicológicos da adoção.** Curitiba: Juruá, 1999.

WEBER, L. **Pais e filhos por adoção no Brasil.** Curitiba: Juruá, 2003



DESAFIOS DA PSICOLOGIA COM ADOLESCENTES EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

Maria da Conceição Silva Alves¹

Sonali Bezerra da Cunha²

Catarina Leonila Costa Amorim³

Ianna Angel Gonçalves Fernandes⁴

Géssica Raquel Clemente Rodrigues⁵

RESUMO

O acolhimento institucional provoca na vida do adolescente institucionalizado grandes mudanças, onde os mesmos por terem seus direitos básicos violados, são retirados pela justiça do poder familiar e tendo sua guarda concedida a instituições de acolhimento. E nesse contexto, há a possibilidade de existir esse profissional da psicologia, como facilitador no período em que estiver na instituição acolhedora. Diante desse cenário, surgiu a necessidade de identificar os desafios enfrentados pelos profissionais da psicologia com adolescentes em instituições acolhedoras, descrevendo os atravessamentos que acontecem nessa relação, tendo em vista, os aspectos que envolvem o desenvolvimento do adolescente bem como os conflitos enfrentados por ele no contexto vivido. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica da literatura, em sites acadêmicos, utilizando trabalhos relacionados à temática. As pesquisas apontaram para a importância do profissional da psicologia no período de permanência do adolescente na instituição acolhedora, proporcionando a escuta acolhedora e o suporte emocional psicológico como forma de amenizar o que foi afetado em seu desenvolvimento. Além disso, também se

¹ Graduanda em Psicologia pela FCRN. E-mail: ceicaalvespsi@gmail.com.

² Graduanda em Psicologia pela FCRN. E-mail: sonalibezerra@yahoo.com.br.

³ Graduanda em Psicologia pela FCRN. E-mail: catarina.leonila02@gmail.com.

⁴ Graduanda em Psicologia pela FCRN. E-mail: iannafernande@gmail.com.

⁵ Orientadora. Mestra em Ciências Humanas. E-mail: gessica.rodrigues@professor.catolicadorn.com.br.



constatou que o psicólogo além dessas questões emocionais dos adolescentes, enfrenta nas instituições dificuldades nas condições de trabalhos, pela escassez de recursos e profissionais para ajudá-lo numa prática mais efetiva.

Palavras-chave: Acolhimento; Adolescente; Psicologia.

ABSTRACT

Institutional care causes great changes in the life of institutionalized adolescents, where they are removed by the justice of the family power, due to their basic rights being violated, and their custody is granted to care institutions. And in this context, there is the possibility of this psychology professional as a facilitator during the period in which he/she is in the welcoming institution. Given this scenario, the need arose to identify the challenges faced by psychology professionals with adolescents in welcoming institutions, describing the crossings that take place in this relationship, considering the aspects that involve the development of the adolescent as well as the conflicts faced by him in the lived context. The methodology used was a literature review of the literature, on academic websites, using works related to the theme. The researches pointed to the importance of the psychology professional in the adolescent's period of stay in the welcoming institution, providing welcoming listening and psychological emotional support as a way to alleviate what was affected in their development. In addition, it was also found that the psychologist, in addition to these adolescents' emotional issues, faces difficulties in working conditions in institutions, due to the lack of resources and professionals to help them in a more effective practice.

Keywords: Reception; Adolescent; Psychology.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), o acolhimento em Abrigo Institucional ou em Casa Lar representa uma medida de proteção para crianças e adolescentes que tiveram seus direitos básicos violados. Dessa forma, acontece a suspensão temporária do poder familiar e a guarda desses menores é concedida ao responsável legal da

instituição de acolhimento. Entretanto, a Nova Lei Nacional da Adoção (BRASIL, 2009), estabelece um prazo máximo de dois anos para a permanência da criança e do adolescente nas instituições de acolhimento, sendo revisada a cada seis meses a situação de todos os acolhidos. Dessa forma, busca-se que a criança permaneça muito tempo na instituição e corra o risco de ser esquecida, protegendo o direito da criança de viver em uma família.

Nesse contexto, Bento (2010) afirma que o acolhimento institucional provoca na vida do adolescente institucionalizado, uma mudança de um ambiente considerado desfavorável à vida do mesmo para um ambiente melhor do que o anterior. O acolhimento representa um lugar temporário, um momento de passagem. No entanto, essa situação provoca no adolescente ou criança acolhida a privação de um convívio familiar, mas que possibilitará o fortalecimento de vínculos afetivos com todos os que fazem parte daquela instituição.

E é nesse cenário onde surgirá o profissional da Psicologia como forma de facilitar a adaptação do mesmo na instituição acolhedora. Sendo necessário que o psicólogo busque ultrapassar no seu trabalho o que é apenas viável, mas que eles realizem um trabalho que vá além de somente suprir as necessidades básicas do adolescente acolhido. Mas que propiciem um ambiente acolhedor e de apoio afetivo visando diminuir os traumas já trazidos por eles da sua história de vida (SILVA et al., 2015).

Diante da contextualização contemporânea e da complexidade de possibilidades que norteiam a atuação do psicólogo em instituições de acolhimento, surgiu o seguinte questionamento: Quais os desafios da Psicologia com adolescentes em instituições de acolhimento? A explicação para escolha da problemática se deve pela relevância que ela traz na formação profissional de psicólogos que se interessam pelo trabalho com adolescentes institucionalizados.

Essa pesquisa tem como objetivo identificar os desafios que o profissional da psicologia enfrenta no trabalho com adolescentes acolhidos, levando em consideração os aspectos que envolvem o desenvolvimento do adolescente na instituição, trazendo sempre como referência o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) e a Nova Lei de Adoção Nacional 12.010/2009.

Além disso, a metodologia utilizada para realizar a pesquisa se deu através de uma revisão bibliográfica da literatura, utilizando artigos científicos que já foram elaborados sobre a temática e que corroboram para construção do presente trabalho.

Dessa forma, essa pesquisa vem se justificar pela oportunidade de levar essa problemática ao conhecimento da sociedade, como forma de chamar a atenção de profissionais da psicologia que tenham interesse em atuar em instituições de acolhimento, oferecendo assim uma contribuição na sua formação como profissional. Além de também buscar dos órgãos públicos melhorias e contribuições no trabalho do profissional da psicologia nas instituições, prezando sempre pelo bem estar e segurança dos adolescentes acolhidos. Portanto, esse trabalho oferece uma importante reflexão na construção coletiva de uma ação que venha compreender e considerar a história de vida do outro, como forma de fazê-los se sentirem apoiados e seguros no período que estiverem na instituição.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 NOVA LEI DE ADOÇÃO NACIONAL E DESAFIOS NAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

Em 2006 o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, antecede a Nova Lei da Adoção 12.010/09 e reforça a necessidade de proteger crianças e adolescentes quando se tem o foco na atenção às famílias. O mesmo busca fortalecer as famílias para que estas sejam auxiliadas e assim possam manter um cuidado continuado em relação aos seus filhos. O Plano Nacional acima citado (BRASIL, 2006) tem como proposta formular políticas de fortalecimento das famílias que possibilitem a crianças e adolescentes ter assegurados, no interior da família, os elementos necessários para seu desenvolvimento integral.

Seguindo essas mudanças, a Nova Lei de Adoção (BRASIL, 2009) trouxe uma modificação na legislação antes existente no tocante ao retorno de crianças e adolescentes que se encontram em instituições às suas famílias, pois, de acordo com esta lei, o retorno à convivência familiar deve acontecer em um período máximo de dois anos, porém isso na prática

nem sempre é possível. Essa lei define que as instituições de acolhimento, juntamente com demais instituições sociais, jurídicas e familiares devem se responsabilizar por este resgate dos vínculos (BRASIL, 2009, art. 19, I) e pelo limite de tempo para sua concretização, sendo uma das ações importantes para alcançar os princípios da brevidade e da excepcionalidade que não foram ainda alcançados. Como também, tendem a tornar o contato das instituições de acolhimento institucional com o Judiciário mais estreito, de modo a favorecer o diálogo entre essas instituições e corroborar com as intervenções dos técnicos (psicólogos e assistentes sociais) que trabalham nas instituições de acolhimento pela possibilidade de efetivar o retorno à convivência familiar das crianças e dos adolescentes acolhidos (artigo 92, I, lei 12.010/09).

Todavia, os desafios que surgem com essa nova lei da adoção acima citada, surgem no tocante às dificuldades de manter ou até mesmo iniciar trabalhos entre as instituições e famílias, sendo elas extensas ou não, pois a relação entre as institucionalizações de acolhimento e família é carregada de desencontros, dissabores marcados pelo afastamento da família em relação à realidade institucional, algo que pode ser observado nas visões estigmatizadas, preconceituosa, excludente, que foram construídas principalmente, sobre as famílias pobres.

As famílias em sua maioria são vistas como fonte do problema para crianças e adolescentes nas instituições e o afastamento delas surge como uma perspectiva de solução, o que conduziu as práticas que levaram a um discurso desqualificador da família para a criança/adolescente e também ao rompimento das relações familiares, de forma que, a partir da institucionalização, a família já não pode ter lugar na trajetória de vida da criança/adolescente (ARPINI & QUINTANA, 2009 *apud* SILVA, 2013).

A reintegração familiar é uma possibilidade de reconstruir a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, permitindo que estes voltem a conviver com suas famílias ou, em última análise, que possam ser inseridos em família substituta, adotiva. Dessa forma, com a Nova Lei da Adoção (2009) o princípio da reintegração deve sempre ser promovida para todas as crianças e adolescentes que estão institucionalizadas e que as exceções dessa prática serão construídas no próprio esgotamento das ações direcionadas às famílias, às crianças e aos adolescentes.

2.2 O ADOLESCENTE NOS ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO

O adolescer em latim possui como significado: crescer, ultrapassar a idade e tornar-se maior. Ainda é complexo, estabelecer com certeza o começo e o término da adolescência. A OMS — Organização Mundial da Saúde (1965), determina que esta etapa da vida começa aos 10 anos e se encerra aos 20 anos. Porém, no Brasil, segundo o ECA — Estatuto da Criança e do Adolescente, a adolescência é determinada entre o período de 12 até 18 anos. E o Estatuto da Juventude, estabelece como uma pessoa jovem, os que possuem idade entre 15 e 29 anos (LEMOS et al., 2018).

Nesse sentido, a adolescência é definida por ser uma etapa da vida, marcada por alterações importantes e fortes. Neste período, ocorrem perdas que são importantes, que mudam a forma como o jovem se vê e se opõe no mundo. Ele acaba perdendo o corpo de criança e ganha um novo, que vai mudando rápido, desenvolvendo alterações na autoimagem e na autoestima. Inclusive, perde seus pais da infância, pois, ao invés do ideal infantil, os adultos que são referências, começam a ser observados como os que cometem erros, que não são fortes e que acabam sendo questionados. Os sonhos e vontades da criança são automaticamente substituídos por demais, que fornecem intensidade e prosseguem, ao decorrer desta fase da vida, a serem então, debatidos com os limites da verdade de si próprio (LEMOS et al., 2018).

Desta forma, o adolescer acaba envolvendo ainda uma variedade de tabus nos relacionamentos entre os pais e seus filhos, crenças religiosas, instituições e a sociedade, na maioria das vezes se torna difícil, o desenvolvimento do adolescente (OLIVEIRA; CARVALHO; SILVA, 2008). No entanto, no adolescer o indivíduo percorre por muitas transformações, pois, este processo é difícil porque envolve vários meios de convívio social em que existe uma relação com a pessoa adolescente com sua família, amigos e escola (ARAÚJO, et al., 2011).

Pois, nessa etapa da adolescência normalmente pode se desenvolver vulnerabilidade psicológica, social e física, que podem proporcionar mudanças a serem verificadas no desenvolvimento da pessoa, a mesma pode ser, influência de cultura dos indivíduos, períodos em que a pessoa que está em constante desenvolvimento, modela vínculos profissionais, familiares e pessoais (DAVIM et al., 2009).

Com base nisso, Oliveira (2006, p. 6) explica que nas instituições de acolhimento é importante “cuidar de modo emocional e social dos adolescentes que ali estão presentes”. Oferecendo acolhimento, cuidados e desenvolver um lugar que permita entender o processo de adolecer. Acolhendo então, de modo humanizado o adolescente é conceder que ele consiga falar sobre seus sentimentos, angústias, sofrimentos, porque suas experiências anteriores nas instituições de acolhimento estão totalmente presentes no seu contexto (SANTANA; SOUZA, 2015).

2.3 O PAPEL DA PSICOLOGIA NAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

O papel da psicologia dispõe um reconhecimento gradativamente amplo, cheio de obrigações e responsabilidades nas instituições de acolhimento, sendo elas de crianças e adolescentes, desde a saúde, educação, correções e ao combate à pobreza (LIBO, 1966 apud RIBEIRO; GALINHA, 2010).

Assim, é importante destacar que, um psicólogo, trata-se de um indivíduo que estimula o desenvolvimento do renascimento, em que, este renascimento, irá executar uma nova forma de pessoa, aquele que irá se sentir muito bem consigo mesmo e com a identidade dos demais, uma pessoa que irá manter-se a vida ao máximo e de modo completamente positivo. Diante disso, o papel do psicólogo é proporcionar a diferença, ampliar a alegria e progredir a vida das demais pessoas, levando em consideração que, a psicologia atua em vários meios e nestes, é preciso fazer o melhor para assim, realizar a total diferença (BENJAMIN, 2001).

Desta forma, é necessário que o Psicólogo trabalhe na área da educação formal, fazendo estudos, diagnósticos e intervenções preventivas em equipe, ou individual. Com isso, aumenta-se então, o objetivo do papel da psicologia, que começa a abordar elementos da vida concreta, questionando os seus resultados na disposição da subjetividade, desenvolvimento e reelaborados na mistura das pessoas entre si e com as instituições de acolhimento (ANDRADE, 2005).

No entanto, a função da psicologia, não é só de técnica que age do ponto de vista de seu conhecimento em específico, essencialmente no desenvolvimento de testes, a função do psicólogo pode centraliza-se na atenção, proteção integral, tendo que considerar, a criança e o

adolescente como um elemento de sua história, sendo pessoas que possuem direitos e essencialmente considerá-los como os protagonistas. A psicologia, no entanto, precisa agir em rede, de um modo multidisciplinar, deixando a disposições dos menores, maneiras de resolver o seu problema. Tudo isso, pode ter muita relevância se os mesmos tiverem a responsabilidade pelo fato das crianças carentes terem, às vezes, questões da autoestima, negação, depressão, amplificação ou sentimento de rejeição (TINOCO, 2007).

Além de proporcionar a consolidação de relações familiares e comunitários e de preparar e operacionalizar o grupo, um psicólogo que trabalha, nas instituições de acolhimento, tem que se pôr, em uma posição de mediador tanto da criança como do adolescente com a instituição, família e inclusive com o Poder Judiciário, visto que os abrigados possui como protagonistas de suas decisões, educadores, justiça e o grupo técnico. A mediação feita pelo psicólogo é importante, porque o mesmo fará a inclusão, em suas relações, da vontade e da sugestão dos acolhidos (BENTO, 2010).

2.4 DESAFIO DOS PROFISSIONAIS NA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

Um dos desafios no trabalho do psicólogo nas instituições de acolhimento aponta sobre o problema da atuação em grupo, pois, a complexidade acaba sendo, conseguir ter a dinâmica de um serviço interprofissional. No entanto, as dificuldades em realizar um trabalho multidisciplinar tem relação com as diferenças no desenvolvimento e nos períodos de experiência profissional, que se destacam na abordagem e no exercício das pessoas que estão sendo atendidas. Além de problemas pessoais que acabam deixando o serviço mais difícil, os desafios se voltam para a escassez de nitidez através de limites, contribuições e atribuições de cada um que faz parte do grupo (CFP, 2009).

Contudo, é essencialmente neste meio, que se destaca a precisão de certas habilidades profissionais e do desenvolvimento interdisciplinar, visto que, conceder a troca de vários conhecimentos e práticas nas instituições de acolhimento, permite a ampliação de uma visão integradora, a respeito dos sistemas psicossociais e desenvolvimentos da criança e do adolescente. Com base a isso, desenvolve-se o serviço fornecido para os acolhidos e, em um meio mais abrangente, a comunidade. Outro desafio no desempenho como profissional é a

escassez de recursos, visto que, não tendo recursos mínimos, o psicólogo terá que resolver questões que não se trata de seu trabalho como profissional, o que acaba atrapalhando o mesmo. Com isso, a maioria das vezes os profissionais dão seu jeito, pois, tudo possui exigências mínimas, no entanto, algumas vezes não possuem nem o mínimo, levando em consideração que até a alimentação eles precisam ficar solicitando para a educação (SILVA et al., 2015).

Com relação a isso, são vistas muitas questões funcionais nas instituições de acolhimento, como a quantidade errada de funcionários, que proporciona a complexidade na realização das atividades, excesso de serviço e um atendimento que não é eficaz. No que se trata a carga de trabalho do psicólogo na atuação do acolhimento, a maioria, acaba não conseguindo fazer o que pretendia em proporção da demanda, pela falta de tempo (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006).

Desta forma, destaca-se que as formas de proteção destacados no ECA, estabelecem que toda a criança e adolescente que faz parte de instituições de acolhimento, precisar ter o seu caso avaliado, no máximo, a cada 6 meses, tendo que as autoridades decidirem, fundamentadamente, a probabilidade de reintegração familiar ou da introdução em uma família adotiva, a todo momento, abordando os dados ao grupo técnico da instituição (BRASIL, 1990).

3 METODOLOGIA

O presente trabalho se construiu a partir de uma revisão de literatura que constou na exploração do material já elaborado previamente sobre o tema da adolescência em uma instituição de acolhimento, com a finalidade, segundo Gil (2011), de entrar em contato com as publicações que já foram construídas sobre o assunto. Contextualizou-se, portanto, um problema de pesquisa e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada, para a construção do referencial teórico da pesquisa, com o objetivo refletir a adolescência em instituição de acolhimento (VOSGERAU, 2014).

Dentro da revisão de literatura, esse estudo configura-se ainda, como sendo de revisão sistemática porque se propões num primeiro momento a sistematização e num segundo momento a reflexão e interpretação dos dados obtidos na literatura, segundo Vosgerau (2014), no qual elenca duas visões que devem ser determinantes para análise e sistematização dos dados

em estudos como esse, que avaliam e sintetizam, são elas: a) de integração e agregação e b) de interpretação das evidências encontradas nos resultados, o que permite ao pesquisador a elaboração de ensaios que favorecem a contextualização, problematização e uma primeira validação do quadro teórico a ser utilizado na investigação empreendida.

Vosgerau (2014) defende a necessidade de estabelecer além do campo de pesquisa, um período e determinada fonte de dados, devido ao possível volume de produção. Por isso, como critérios de inclusão foram elencados: a) artigos completos disponíveis de forma gratuita; b) idioma português; c) produzidos nos últimos cinco anos; d) atender a demanda proposta de discutir a adolescência institucionalizada. Bem como, os critérios de exclusão foram: a) duplicação de arquivos; b) não atendeu a demanda proposta de forma específica; c) atendeu apenas uma abordagem teórica dentro da psicologia; d) documentos em língua estrangeira. Em conformidade ao estudo, as publicações encontradas no espaço de tempo entre 2016 e 2021 foram criteriosas durante a realização dessa pesquisa, que ocorreu no mês de julho de 2021.

O presente estudo incluiu, inicialmente, todos os artigos científicos publicados na base de dados eletrônica Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), que são indexadas as seguintes bases de dados: Lilacs, SciELO, Medline, PubMed, Cochrane pelas palavras chaves “acolhimento institucional adolescente” deu-se em 167 resultados. Depois de aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão permitiram que apenas 11 foram selecionados para esse estudo nessa busca que foram lidos, analisados, tabulados e discutidos ao longo do artigo.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados apontaram a necessidade de olhar para esse tema com delicadeza, dando-lhe a necessária atenção para melhor atuação nesta área, uma vez que, a passagem por um acolhimento institucional provoca, na vida do adolescente, uma mudança drástica em sua rotina, em teoria a troca de um ambiente considerado desfavorável às suas necessidades de mínimo desenvolvimento para um ambiente melhor. Dessa forma, a intenção é que seja um lugar temporário, já que provoca a privação de um convívio familiar, mas que há a possibilidade de estreitamento de vínculos com todos os que fazem parte daquela instituição – configurando-se, talvez, o que a criança e adolescente entende por família (BENTO, 2010).

No entanto, é necessário entender que nesses lugares são trabalhados a reintegração familiar, ou seja, a reconstrução de vínculo com a família primeira é visada, a fim de solidificar a convivência familiar e comunitária dessas crianças e adolescentes acolhidas, seja voltando à sua família de origem ou inseridos numa nova – nos casos que ocorrem a adoção, sendo que essa última só será cogitada nos casos de esgotamento de todas as outras ações para fortalecimento do vínculo familiar, conforme o ECA.

Nesse cenário, é de comum acordo na literatura que o profissional de psicologia facilita esse processo de permanência na instituição acolhedora, tendo em mente que as ações são voltadas para além de somente suprir as necessidades básicas do adolescente acolhido, ofertando a escuta, acolhimento e suporte emocional, psicológico, afetivo e cognitivo, visando amenizar possíveis prejuízos nessas esferas do desenvolvimento que já foram afetadas em seu desenvolvimento (BONFATTI, 2021).

Além disso, ele ainda precisa lidar com a escassez de recursos e condições de trabalhos que muitas vezes não são favoráveis para a sua prática mais efetiva. Os resultados obtidos que também foram usados para discussões dos capítulos podem ser averiguados na tabela a seguir:

Título	Ano	Objetivo	Principais resultados
"É muito peso para uma pessoa só": narrativas interativas de adolescentes sobre o (des) acolhimento institucional	2021	Compreender a experiência emocional de 14 adolescentes abrigados frente a possibilidade de desabrigamento considerando a usual permanência prolongada do adolescente na situação de acolhimento institucional.	A análise do material narrativo resultou em campos de sentido afetivo-emocional. Destacamos o campo emblemático "É muito peso para uma pessoa só", que descortina os sucessivos desabrigamentos e o consequente desamparo vividos pelos jovens como resultados da sobreposição de vulnerabilidades que cercam a vida dos participantes.
Acolhimento institucional	2021	Analisar resultados de uma pesquisa realizada junto a	Consideramos a importância da inclusão das famílias no atendimento

para crianças e adolescentes em situação de rua: pesquisa e políticas públicas		crianças e adolescentes em instituições de acolhimento. com trajetória de vida nas ruas.	prestado às crianças e aos adolescentes acolhidos, respeitando o caráter provisório e excepcional do serviço de acolhimento institucional, assim como pontuamos as particularidades daqueles com trajetória de vida nas ruas, que exigem estratégias diferenciadas de cuidado.
Mudar, pensar em mudar, continuar mudando: narrativas das metamorfoses de uma adolescência em abrigo	2021	Analisar sobre o processo de metamorfose identitária de um adolescente que, há mais de oito anos, reside em uma Unidade de Acolhimento Institucional.	O participante da pesquisa, José Miguel, narrou a sua história de vida trazendo elementos fundamentais para a reflexão acerca dos papéis dos atores institucionais, a demanda por afeto e sobre as resistências sociais e institucionais na vivência de uma sexualidade em “processo de transição”.
Habilidades Sociais e Problemas de Comportamento de Crianças sob Acolhimento Institucional	2020	Realizar uma caracterização do repertório de habilidades sociais e problemas de comportamento de crianças em situação de acolhimento institucional, que foi comparada à média normativa brasileira.	Os resultados mostraram que: (a) a amostra de crianças apresentou escores significativamente abaixo da norma em habilidades sociais, com mais da metade delas classificada com repertório deficitário e médio inferior em habilidades sociais, tanto na autoavaliação quanto na avaliação do cuidador; (b) a amostra apresentou repertório altamente comprometido





			em problemas de comportamento, sendo mais frequentes os do tipo externalizantes. Discute-se a importância e urgência de intervenções voltadas para a promoção de habilidades sociais das crianças institucionalizadas, de modo a prevenir e superar problemas em seu desenvolvimento.
A reinstitucionalização de crianças e adolescentes na região oeste de Natal/RN	2020	Analisar a incidência de casos de reinstitucionalização de crianças e adolescentes e discutir como a política de atendimento a essa população está organizada para fortalecer a função protetiva da família.	Os dados apontam que a reinstitucionalização das crianças e adolescentes pode possuir forte relação com a situação de pobreza e ausência do Estado na proposição de políticas públicas efetivas.
Crianças e adolescentes acolhidos no estado do Rio de Janeiro: a adoção é a solução?	2019	Debater se a adoção, na forma em que está sistematizada no Brasil, por meio do Cadastro Nacional de Adoção, pode ser a solução para o grave problema do acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco, especialmente aqueles	Concluiu-se que, da forma com que o sistema está concebido, a adoção está longe de ser a solução para a violação do direito fundamental à convivência familiar dessas crianças e adolescentes, podendo, quando muito, constituir uma grande oportunidade, e isso caso ocorram mudanças nos critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, de seleção de crianças e adolescentes de



		que vivem no estado do Rio de Janeiro.	acordo com as suas características físicas pelas pessoas interessadas em adotar.
Rotinas de crianças e adolescentes em acolhimento institucional: estudo descritivo	2018	Descrever e comparar as atividades, companhias e ambientes característicos da rotina de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento em três regiões do Pará, de acordo com o grupo etário.	Conclui-se que as rotinas observadas apresentaram certa constância e seus elementos variaram pouco. Esse cenário pode não favorecer o desenvolvimento desse público, o que deve ser analisado sistematicamente.
O Estabelecimento de Vínculos entre Cuidadores e Crianças no Contexto das Instituições de Acolhimento: um Estudo Teórico	2018	Realizar uma discussão teórica acerca do trabalho dos cuidadores residentes, atuantes em instituições de acolhimento na modalidade casa-lar, e busca contemplar as especificidades próprias ao trabalho realizado diretamente com crianças e adolescentes acolhidos,	Com mais questionamentos que esclarecimentos, fica a certeza da urgência em se voltar o olhar para a identidade profissional e pessoal dos cuidadores residentes, que assumem profissionalmente um lugar de referência afetiva constante e um acompanhamento diário de crianças e adolescentes em situação acolhimento.
Acolhimento institucional é creche? a reintegração familiar	2017	Conhecer a compreensão que uma família com filhos em acolhimento tem sobre essa medida de proteção e	Os resultados foram analisados com base na hermenêutica de profundidade. Obtiveram-se dois núcleos de compreensão: história familiar e os significados do





		sobre o processo de reinserção familiar.	acolhimento e da reintegração familiar. A história familiar apresenta instabilidade dos acontecimentos, descontinuidade relacional e a permanente luta pela sobrevivência. Os significados do acolhimento para a família relacionam-se à proteção dos filhos, e a reintegração familiar apresenta posições paradoxais de querer ou não o filho de volta.
Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária	2016	Problematizar a importância do preparo da criança/adolescente e da interlocução entre equipes da Instituição e do Judiciário para efetivar uma adoção com menor risco de devolução.	Conclui-se que técnicos do contexto institucional devem criar um espaço seguro para que crianças/adolescentes possam ser ouvidos e compreendidos ao viver tal processo, assim como necessitam comunicar hábitos, gostos e preferências pessoais para a equipe psicossocial do Judiciário com finalidade de facilitar a transferência de valores e de afeto para família substituta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse presente trabalho constatou que mesmo com a construção, efetivação e fiscalização da Nova Lei de Adoção (2009) e as instituições de acolhimento busquem acolher as demandas das crianças e adolescentes, como também, priorizar o princípio da reintegração familiar, os desafios para garantir os direitos das crianças e adolescentes destituídos da família são constantes nas instituições de acolhimento, devido uma estrutura social capitalista, desumana,



desigual, onde as famílias não tem as condições necessárias para prover um lar, como também, os vícios de atuação dos profissionais técnicos que atuam com essa demanda.

Para que os serviços das instituições de acolhimento possam promover um acompanhamento coerente com as famílias, desenvolvendo ações que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares dos acolhidos e preserve o caráter provisório, é necessário conter os efeitos seculares de culpa e criminalização das famílias pobres (PRINCESWAL, 2013 apud COUTO, 2021).

É necessário que as instituições de acolhimento, com os seus profissionais técnicos e a sociedade de forma ampla possam articular com redes de proteção da cidade, buscando dar suporte, apoio aos familiares em questões pontuais, como questão socioeconômico e evitando assim que, a falta de estrutura social, cultural, educacional e financeira de famílias que vivem em situações negligenciadas, logo, na pobreza permaneçam sendo um dos vários fatores relevantes para impedir o cuidado da criança e adolescente por sua família.

Esperamos com este trabalho gerar debates, reflexões, estudos psicossociais sobre essa temática da adoção e instituições de acolhimento, como também, da relevância do cuidado com os acolhidos no acolhimento e a necessidade de mais estudos específicos onde a Psicologia venha a contribuir de forma subjetiva e objetiva na construção de uma proteção integral às crianças/adolescentes institucionalizados.

REFERÊNCIAS

Andrada, E. G. C. (2005). **Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/fsyKnWZcGR78wdVGNVscVFF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

ARAÚJO, A. C. **Transição da adolescência para a fase adulta na ótica de adolescentes**. Rev. enferma. UERJ;19(2):280-285, abr.-jun. 2011.

Benjamin, L. T., Jr. (2001). **As lutas da psicologia americana com seu currículo: mil flores desabrocham?** American Psychologist, 56, 735–742. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2001-18061-002>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

Bento, R. (2010). **A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da reintegração no contexto familiar**. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP - São Paulo, SP.

BONFATTI, Sofia Creato; GRANATO, Tania Mara Marques. "É muito peso para uma pessoa só": narrativas interativas de adolescentes sobre o (des) acolhimento institucional. Vínculo, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 32-41, abr. 2021. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902021000100006

Brasil. (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**. Nova Lei de Adoção Nacional - 12.010/09. Brasília, DF.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso, e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo**. Brasília: CFP, 2009.

COUTO, Renata Mena Brasil do; RIZZINI, Irene. Acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de rua: pesquisa e políticas públicas. Textos & Contextos Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-15, jan.-dez. 2021 <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/39173/26764>

DAVIM, R. M. B et al. **Adolescente/adolescência: revisão teórica sobre uma fase crítica da vida**. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste-Rev Rene, v. 10, n. 2, 2009.

Espindola, Sandro Pitthan, Viana, Marcos Besserman e Oliveira, Maria Helena Barros de Crianças e adolescentes acolhidos no estado do Rio de Janeiro: a adoção é a solução?. Saúde em Debate [online]. v. 43, 2019 n. spe4 [Acessado 21 Julho 2021], pp. 34-47. <https://scielosp.org/article/sdeb/2019.v43nspe4/34-47/#>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Livia Lira de Lima e PRETTE, Zilda Aparecida Pereira Del Habilidades Sociais e Problemas de Comportamento de Crianças sob Acolhimento Institucional. Psico-USF [online]. 2020, v. 25, n. 2 <https://www.scielo.br/j/psuf/a/MYrjHBjKhW4JTZCg7bftfCb/?lang=pt#ModalArticles>

HEUMANN, Sabine; CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves. Rotinas de crianças e adolescentes em acolhimento institucional: estudo descritivo. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 22-37, 2018. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

HUEB, Martha Franco Diniz. Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 28-38, 2016. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000100004.



LEMOS, Isabela. et al. **Adolescentes em transição: trabalho de preparação para a vida autônoma, fora das instituições de acolhimento.** Instituto Fazendo História. São Paulo, 2018. Disponível em: http://redegresadoslatam.org/wp-content/uploads/2018/01/Sistematiza%C3%A7%C3%A3o_WEB.pdf Acesso em: 27 de julho de 2021.

Libo, L. M. (1966). **Múltiplas funções para psicólogos em consulta comunitária.** Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/5935919/>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

Medeiros, Blenda Carine Dantas de e Martins, João Batista O Estabelecimento de Vínculos entre Cuidadores e Crianças no Contexto das Instituições de Acolhimento: um Estudo Teórico. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online]. 2018, v. 38, n. 1 [Acessado 21 Julho 2021], pp. 74-87. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/9CCNYDprQfncG99dgj4VNnK/abstract/?lang=pt#>

OLIVEIRA, A.P.G. **O ambiente de abrigo como holding para adolescentes.** São Paulo. A. I Congr. Intern. Pedagogia Social Março, 2006.

OLIVEIRA, T. C.; CARVALHO L. P.; SILVA, M. A. **O enfermeiro na atenção à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes.** *Revista Brasileira de Enfermagem*. 61.3 (2008): 306-311.

OLIVEIRA, Tatiane Lacerda de; COSTA, Liana Fortunato; PENSO, Maria Aparecida. Acolhimento institucional é creche? a reintegração familiar. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 626-645, ago. 2017. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000200007

PAIVA, Ilana Lemos de et al. A reinstitucionalização de crianças e adolescentes na região oeste de Natal/RN. *Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto*, v. 21, n. 1, p. 66-76, jun. 2020. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000100006

RIBEIRO, Frederico. GALINHA, Iolanda Costa. **O Psicólogo em Instituições de acolhimento de crianças privadas de sistema familiar.** Unidade Curricular de Psicossociologia do Desenvolvimento, na licenciatura de Psicologia da UAL. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/2682/1/2e%20O%20Psic%20c3%b3logo%20em%20nstitui%20a7%20c3%b5es%20de%20acolhimento%20de%20crian%20a7as%20privadas%20de%20sistema%20familiar.pdf>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

RODRIGUES, Júlia Loren dos Santos. SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos e LIMA, Aluísio Ferreira de. **MUDAR, PENSAR EM MUDAR, CONTINUAR MUDANDO: NARRATIVAS DAS METAMORFOSES DE UMA ADOLESCÊNCIA EM ABRIGAMENTO.** *Psicologia & Sociedade*[online].2021,v.33 <https://www.scielo.br/j/psoc/a/wsWdbzXcDgzfFVb4JNvSrFH/?lang=pt#ModalArticles>



SILVA, Christie Dinon Lourenço da et al . **A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.** Pesquisadora. psicossociais, São João del-Rei , v. 10, n. 1, p. 55-65, jun. 2015 . Disponível em http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/viewFile/Silva,%20Denardi,%20Se sti%20Becker,%20Delvan/963. Acesso em: 23 de julho de 2021.

Siqueira, A. C. & Dell’Aglío, D. D. (2006). **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência.** Psicologia & Sociedade, 18(1), 71-80. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Bn9x93pDbChZvrGwTvghPLn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

Teixeira, C. L., Novaes, E. B. (2004). **Acompanhamento psicossocial de adolescentes: Uma metodologia inovadora no enfrentamento da exploração sexual.** In R. M. C. Libório & S. M. G. Souza (Orgs) *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil* (pp. 293-317). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Tinoco, V. (2007). **O luto de crianças institucionalizadas em casas abrigo.**

VOSGERAU, Dilmeire Sant’Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas.** *Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014



DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL COM TDAH NO ENSINO REMOTO

Ana Cecília Oliveira da Fonseca Santos¹

Brenda Felix Anastácio²

Islla Monyza Oliveira Silva³

Adriana Martins de Oliveira⁴

RESUMO

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma síndrome diagnosticada, principalmente, na fase escolar o que dificulta a aprendizagem, a relação familiar e social. Devido ao início da pandemia da COVID 19, houve a necessidade da readaptação das aulas para o modelo remoto. A partir desse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo analisar as dificuldades do ensino remoto nas crianças com TDAH. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico e como procedimento metodológico foi utilizado uma revisão narrativa através de dissertações, livros, teses e artigos científicos. Foram utilizados 48 trabalhos para compor este artigo. As bases de dados utilizadas foram o Google Scholar, Scielo e Periódicos Capes. As pesquisas demonstram que nesse modelo atual, o qual foi aderido, os portadores de TDAH enfrentam complicações nas aulas remotas, já que não há equidade na exposição da aula, os docentes não induzem a atenção do aluno, além de fazer o uso de uma didática desigual. O estudo denuncia a necessidade de buscar novas dinâmicas e técnicas de aprendizagem para inclusão, como também a readaptação adequada para o modelo online de aulas pelos professores e alunos. Além disso, é preciso que haja a sensibilização da família e um acompanhamento de especialistas para com os portadores de TDAH.

Palavras-chave: TDAH, Ensino remoto, pandemia e dificuldades.

¹ Graduanda em Psicologia Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: Anacecilia_fs@hotmail.com

² Graduanda em Psicologia Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: Brenda.felixa12@gmail.com

³ Graduanda em Psicologia Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: Islla12@hotmail.com

⁴ Orientadora. Doutora. E-mail: Adriana.oliveira@professor.catolicadorn.com.br



ABSTRACT

Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) is a diagnosed syndrome mostly at scholar phase, what makes learning, family and social relationships difficulties. Because of the covid 19 pandemic, has been the need of readaptacion of the lessons on the remote model. From that context the present research had as goal to analyse the difficulties of remote model in children with ADHD. It is about a research of bibliographic stamp and as procediment was used a narrative review through dissertitions, periodicals, books, theses and scientifics articles. The articles shows on this actual model, which was adhered, the ADHD sufferers confront complications at the remote lessons, since there is no equity in the exposure of classes, that teachers do not induce student`s attention, in addition to using na uneven didactics. The study denounces the need to seek new dynamics and learning tecniques for inclusion, as well as the adequate adaptacion to the remote model by teachers and sutudents. In addition to this, it is necessary to raise awareness of the family and specialist care for ADHD patients.

Keywords: ADHD, remote model, pandemic and difficulties.

1 INTRODUÇÃO

A partir do início da pandemia mundial da COVID-19, a qual trouxe fortes impactos para a educação brasileira, fez com que as aulas presenciais fossem suspensas e foi adotado o modelo de ensino online, o que causou estranhamento e necessidade de adaptação por parte dos estudantes e professores, os quais estão tendo que aprimorar seus métodos de ensino associados à tecnologia a cada dia para o melhor proveito dos seus alunos (CHEROLT, 2020). Sabe-se que o sistema educacional brasileiro, hodiernamente, encontra-se fragilizado (PERES, 2020), já que a falta de infraestrutura e recursos direcionados à educação como a ausência de formação adequada para docentes, constroem barreiras na forma como o educador favorece o ensino para os discentes (CHEROLT, 2020; GONÇALVES; VOLK, 2016).

Assim, como os docentes, as crianças e jovens também estão em processo de assimilação às novas abordagens tecnológicas educacionais, como a ausência do contato físico

professor- aluno e aluno- aluno, que influencia em uma carência no processo de aprendizagem e de inclusão (DIAS *et al.*, 2020), o que necessita do contato com as outras pessoas para dar sentido ao conhecimento aplicável no cotidiano e aflorar o senso crítico, o qual é essencial para o desenvolvimento psicossocial do indivíduo, ao invés de apenas o técnico, a exemplo disso pode-se citar Maia (1996, p. 7), “Toda a educação é aprendizagem, mas nem toda a aprendizagem é educação”.

O ensino remoto passou a ser a maneira mais segura e eficiente escolhida pelos órgãos estaduais para o momento atual de pandemia nas escolas públicas e particulares. Diante disso, a internet é um fator de suma importância para a propagação do conhecimento, mas nem todos os estudantes possuem a possibilidade de tê-la ou à aparelhos tecnológicos precisos para terem o acesso as aulas virtuais, por isso o corpo escolar encontra dificuldades na procura de meios para entrar em contato com esses alunos para que o ensino faça parte do cotidiano dos tais e para que não reprovem (CHEROLT, 2020). Apesar de todos os recursos tecnológicos empregados e meios de aprimoração não são suficientes para suprir as dificuldades que os alunos então tendo, cabe ressaltar que essas dificuldades se tornam ainda maiores para os alunos que possuem algum transtorno, como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), escrito pela Associação Americana de Psiquiatria (2013), o qual contém esclarecimentos sobre o TDAH, os sintomas mais marcantes são a desatenção, impulsividade e hiperatividade. Esse transtorno abrange, principalmente, crianças em idade escolar (FORTES *et al.*, 2007), e neste momento de enfrentamento da pandemia do Covid-19, está gerando grandes desafios para a escola e professores na inclusão de alunos com TDAH (CHEROLT, 2020), pois poucos profissionais da educação de fato conhecem a fundo as características desse transtorno por fatores como: o desconhecimento desse problema, descrença que exista e afete aos alunos ou sempre tentam culpabilizar alguém ou algo (CAMARGO; REIS, 2008). Os problemas de aprendizagem que mais são recorrentes em crianças com TDAH, não se restringem à desatenção, mas por estar frequentemente associada a outros tipos de transtornos como o de leitura (dislexia), de matemática (discalculia), de escrita e linguagem (disfasia) (ARGOLLO, 2003).

Considerando o contexto abordado acima, na presente pesquisa busca responder a seguinte questão: quais as dificuldades enfrentadas pelos alunos com TDAH durante o ensino remoto? O estudo possui como objetivo geral analisar as dificuldades do ensino remoto nas crianças com TDAH. No contexto atual de ensino remoto é uma temática de extrema importância, por haver a necessidade de atualizar os modos de inclusão no ensino remoto e a equidade para com todos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO TDAH

De acordo com a evolução diagnóstica do TDAH, em seu histórico de nomenclatura recebeu várias definições durante do século XX, o qual já foi chamado de Lesão Cerebral Mínima, Disfunção Cerebral Mínima, Hipercinética e logo depois hiperatividade, que se popularizou e predominou durante as outras décadas (BROGINE; 2019). Aliado a essa evolução, no ano de 1775, foi registrado o primeiro relato sobre TDAH pelo alemão Adam Weickard, o qual em uma das suas obras literárias caracterizou o transtorno como uma falta de flacidez nas fibras musculares ocasionada pela ausência de atividades cotidianas, como alimentação e a não socialização (BERKLEY; PETERS, 2012).

Apenas em 1941, o TDAH foi entendido como uma lesão cerebral e ganhou a nomenclatura de “Síndrome de Strauss”, o que caracteriza hoje a hiperatividade, com isso ocasionou uma colaboração para o desenvolvimento no rumo das pesquisas identificou a desatenção e hiperatividade (ARIENTE, 2008). Já em 1972, Virginia Douglas abordou que a hiperatividade é definida pela falta de controle sobre a impulsividade e atenção, na *Canadian Psychological Association*. No ano de 1980, no livro DSM- III evidenciou a primeira definição do TDAH, onde há a denúncia da dificuldade de concentração e de atenção (APA, 1980). Diante disso, os estudos e pesquisas permaneceram frequentemente, como o de Carroll *et al.* (2002), sobre o TDAH, na década de 80 e 90. O que levou a uma identificação maior de casos (SIQUEIRA, 2015), pela comoção, pelo esclarecimento e frequência de diagnósticos sobre esse



transtorno (MATOS, 2004). Sendo assim, hoje em dia, o TDAH já é tratado de uma maneira totalmente diferente, tendo em vista, que já há uma definição contemporânea sobre o transtorno.

2.2 DEFINIÇÕES, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO TDAH

Segundo a Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA), afirma que o TDAH é um transtorno com origem neurobiológica, o qual é percebido durante a infância, porém pode perdurar à vida adulta. Os estudos sobre TDAH tentam possibilitar a melhor estratégia de identificação e tratamento, procurando mostrar e explicar as causas desse transtorno, as discussões refletem sobre fatores biológicos, genéticos e ambientais para a expressão fenotípica do transtorno (SINGH, 2008; SIQUEIRA, 2015; THAPAR *et al.*, 2013), como tentam vários autores esclarecer possíveis condicionamentos que provocam o surgimento do TDAH.

No estudo de Brogine (2019), umas das causas colocadas em questão é a hereditariedade e o modo que a gravidez foi conduzida pela mãe, como por exemplo, o uso de álcool ou drogas podendo afetar o cérebro do bebê. Para complementar o que foi dito por Brogine, Bezerra e Ribeiro (2020) e Bridi *et al.* (2016), trazem também a relação da nicotina e álcool ingeridos pela mãe durante a gravidez, como também o chumbo, que pode influenciar a desatenção e anormalidades nas regiões cerebrais responsáveis pela sincronização do bebê, em decorrência de lesões nos tecidos cerebrais.

O desenvolvimento do TDAH tem forte influência com o ambiente familiar, como o agravamento do transtorno, e em ambientes de conflitos familiares as chances de terem TDAH aumenta, aproximadamente, 11 vezes do que uma pessoa em um ambiente familiar saudável e bem estruturada, mas não é uma das causas mais aceitas (BROGINE, 2019; CONDEMARIM *et al.*, 2006; VASCONCELOS *et al.*, 2005). Contudo o TDAH ainda é um mistério a ser desvendado, pois parte da singularidade do indivíduo e da sua vivência ou árvore genealógica.

O TDAH ocasiona nas crianças a incapacidade de controlar seu próprio comportamento e fixar sua atenção, esses sintomas clínicos desencadeiam as principais manifestações desse transtorno, que são a hiperatividade, impulsividade e desatenção, podendo atingir diferentes faixas etárias e afetar nas relações interpessoais, além de existir outras comorbidades que tornam o transtorno ainda mais complexo (BARKLEY, 2002; BEZERRA; RIBEIRO, 2020;

BONNADIO; MORI, 2013). A hiperatividade é marcada pela inquietação, impaciência, conversa excessiva, dificuldade de seguir comandos e atender as ordens impostas pelos pais e professores, como também a fuga de assuntos em conversas. Além disso, a hiperatividade física é percebida facilmente em crianças, mas nem sempre é um sintoma demarcado do transtorno, contudo essa pode ser expressa mentalmente, a qual não diminui o sofrimento dessas pessoas (ARGOLLO, 2003; LUIZÃO; SCICCHITANO, 2014).

A impulsividade é demonstrada nas ações, pela efetuação dessas sem um pensamento crítico anteriormente, como também nos pensamentos, que ficam acelerados e tendem a dificultar a execução de uma tarefa específica (LUIZÃO; SCICCHITANO, 2014). A desatenção tem como fatores principais a distração com facilidade, não gostam de tarefas que exigem um esforço mental por muito tempo e dificuldade em seguir instruções (SENO, 2010). Segundo o DSM-V, há três subdivisões: a primeira, o TDAH com a predominância de sintomas desatentos (TDAH desatento), o segundo é o TDAH que tenha com predomínio de sintomas de hiperatividade (TDAH hiperativo) e por fim, o qual consiste em uma mistura tanto do hiperativo quanto do desatento (TDAH misto). O TDAH é subdividido e isso se relaciona diretamente com a infância, onde surgem os primeiros sinais do transtorno, dessa forma afeta suas atividades cotidianas.

De acordo com o trabalho de Confort e Gomes (2017), o TDAH afeta em várias funções, como a atenção, execução de tarefas, memória, proatividade, regulação emocional e organização, o que interfere diretamente nas relações interpessoais das crianças e adolescentes portadores desse transtorno. Além de provocar problemas para os portadores, afeta também as pessoas que os cercam, como os familiares, que na visão de Brogine (2019), a relação da família é de suma importância para o desenvolvimento da criança, principalmente as acometidas com o laudo de TDAH, mas para Kappler e Oswald (2010) e Poeta e Rosa (2004) dizem que o ambiente familiar se torna difícil por promover dificuldades no convívio, tornando-se um impacto negativo por gerar altos níveis de estresse com quem convive nesse âmbito.

Já o estudo empírico de Costa, Pocahy e Silva (2020) afirma que as relações entre os pais e filhos portadores de TDAH não são tão positivas, pois as tentativas de controlar a criança gera frustrações por serem tentativas não correspondidas devido o distúrbio neurológico. O transtorno afeta diretamente a população infantil, fase que se percebe os primeiros indícios do

TDAH, o qual compromete o desempenho que interfere nas relações interpessoais, e por frases propagadas como " são desatentos" e " não conseguem aprender" provocam baixa autoestima nos infantes. Sendo assim, essa conjuntura reflete na vida acadêmica.

2.3 EDUCAÇÃO, ENSINO REMOTO E TDAH

A interação social é de suma importância para todos os indivíduos, porém as pessoas diagnosticadas com o transtorno vivem com dificuldades nesse ponto crucial (FORTES *et al.*, 2007). Segundo Guerra (2011), a carência de convívio e socialização compromete o desenvolvimento cognitivo, motor e sensorial afetados pelo comportamento complexo e não compreendido por familiares, professores e as outras crianças, isso acaba se voltando para dificuldades nos relacionamentos, empregos, escolas e grupo sociais, uma instabilidade que gera sofrimento para o portador e quem o cerca. A presença de pessoas que lidem e ajudem os menores nessa fase promove um olhar focado em perceber algo de diferente no mesmo, isso contribui significativamente no diagnóstico precoce e adequado (CONFORT; GOMES, 2017). Por fim, as crianças que desenvolvem o TDAH estão acometidas à transtornos específicos de aprendizagem.

O ambiente escolar é o encontro de crianças em um espaço, onde há uma diversidade de personalidades e vivências, o que acaba causando a hiperatividade, desatenção e impulsividade, mas isso não determina o TDAH, pois é visto como normal pelo espaço e ambiente que essas crianças estão inseridas naquele momento. A sala de aula já apresenta incentivos para comportamentos inadequados, por ser um ambiente múltiplo, então o professor deve ser treinado para saber lidar e incluir todas essas diferenças (DUPAUL; STONER, 2007; SIQUEIRA, 2015), mas é encontrado pelos professores desafios para inserir os alunos com TDAH em suas aulas (PIMENTA; SILVA; PELLI, 2020). É possível concluir que há um despreparo e problemas relatados pelos docentes em tornar a sala de aula um ambiente de iniquidade para todos.

O docente é o principal agente no desenvolvimento de habilidades e comportamento do menor com esse transtorno. Assim, ele deve ter uma formação específica no seu preparo inicial à prática pedagógica de possíveis meios para que esses alunos se sintam incluídos na escola

(REIS, 2011) pois, o despreparo deles podem trazer danos à escola e aos alunos que necessitam de incentivos emocionais, cognitivos e sociais, uma vez que com a falta desse olhar deixa o aluno inquieto, agitado e sem sua atenção voltada às aulas (RICTCHER, 2012), deixa evidente que necessitam de uma supervisão a mais pelos docentes e corpo escolar.

De acordo com Gureasko-Moore *et al.* (2006), o ambiente da sala de aula é o mais adequado para a observação dos comportamentos dos alunos, pela comparação com outras crianças, para se ter um futuro diagnóstico de TDAH e Siqueira (2015) complementa essa ideia dizendo que o professor exerce um poder importante sobre a conduta dos alunos em sala de aula. Haja vista que, a tarefa de mediar o aprendizado é diferente para cada portador do transtorno, mesmo que o diagnóstico seja similar. Esses desafios são potencializados diante do cenário do ensino remoto durante a pandemia da Covid-19.

No período de confinamento em casa, essas crianças ficam expostas a todo tipo de eletrônico, bem como as notícias das mortes e propagação dos efeitos negativos da pandemia que acaba por afetar a concentração e saúde mental (MECHILI *et al.*, 2020). Esses empecilhos fazem com que a parte física e mental da criança seja comprometida, piorando as características dos portadores de TDAH com preocupação, medo, ansiedade, depressão e prejuízo nas relações sociais (OOSTERHOFF; PALMER, 2020; ZHOU *et al.*, 2020).

Desde a década de 90 a internet juntamente com a tecnologia vem ganhando espaço atualmente no Brasil e no mundo, porém essa não é democratizada por fatores socioeconômicos, fazendo com que a educação no período de pandemia também não seja, por necessitar desse contato com a internet, o que está presente em diversas realidades no cenário atual, sendo assim, há um novo desafio no contexto escolar brasileiro, na tentativa de minimizar a exclusão de indivíduos que já são excluídos socialmente, como os portadores de TDAH (GONÇALVES; FERREIRA, 2021).

Segundo o trabalho de Nunes (2020), as crianças e os pais precisam lidar com a alta demanda de tarefas, trabalhos e interações durante as aulas online, que colocadas ao mesmo tempo causam frustração e estresse nos indivíduos que estão inseridos nesse contexto. Sendo assim, vários alunos ficam desmotivados pela sua situação, o que gera um alto índice de portadores de TDAH que abandonam a vida escolar ou repetem de ano pelas suas dificuldades (PASTURA; MATTOS; ARAÚJO, 2005), demonstrando uma necessidade de rever a parceria

escola e família, para que juntas consigam incentivar a aprendizagem e tornar esse processo menos cansativo pra o aluno com TDAH (PERES, 2020), como uma estratégia para diminuir os índices de evasão escolar pelos alunos com esse transtorno.

As aulas estão sendo transmitidas no período pandêmico pelas plataformas digitais, como o “Google Classroom”, onde são passadas as atividades e informações para os alunos, juntamente com o “Google Meet”, no qual as aulas são conduzidas em tempo real, tendo uma parcela de troca de conhecimento entre os presentes, com o uso do chat, câmera e áudio, contudo ainda não prende a atenção dos alunos como nas aulas presenciais, o que provoca dificuldades em todos os discentes, principalmente pelos os que tem TDAH. Essa realidade, onde o ensino remoto passou a ser necessário, foi exigido dos alunos uma adequação nos modos de estudar e aprender, porém a maior parte das ferramentas digitais não foram feitas e apropriadas para o uso de alunos com TDAH, que requerem uma dinâmica melhor, o qual esse modelo educacional não oferece (GONÇALVES; FERREIRA, 2021).

O estudo empírico realizado por Brito, Fernandes e Santana (2020), com base em uma pesquisa qualitativa, onde recolheram dados, a perspectiva e o acompanhamento pedagógico da família em relação a modalidade remota com os infantes que possuem TDAH, no trabalho é evidenciado a fala de uma mãe que relata exatamente as dificuldades encontradas pelo o filho e o acompanhamento com ele, ela destaca que a criança já é agitada, não fica sentada para assistir a aula, que não vê avanços na aprendizagem e por isso a dificuldade da família conseguir ensiná-la e auxiliá-la nesse processo, ainda destaca que o filho precisa de um acompanhamento, mas que devido a pandemia mundial não foi possível iniciar.

As dificuldades encontradas nesse modelo atual de ensino para os indivíduos que possuem TDAH são diversas, uma delas é que são agitados, não há uma dinâmica que os insiram respeitando o transtorno nessa modalidade, no estudo de Dias *et al.* (2020) foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório onde os infantes responderam a um questionário e relataram que sentem falta dos colegas, de estar com o docente e o acompanhamento desse, não conseguem se concentrar no que é passado em aula, além das queixas que muitas vezes não tem acesso à internet, declararam também que as aulas são cansativas juntamente com a questão de não conseguirem ficar sentados nem acompanhar as aulas.

As estratégias para que as aulas sejam mais bem aproveitadas para os alunos com TDAH é que o professor dê ênfase em partes importantes, elogie e mude o tom de voz. É importante também que incentive aos alunos a ligarem as câmeras para melhor observá-los e a utilização de mecanismos que dinamize as aulas, como a utilização de jogos, que são facilmente encontrados na internet. Faz-se importante também que os pais auxiliem seus filhos com as atividades escolares e criem um ambiente propício para evitar as distrações (BARROS; LIMA, 2021). Em suma, com a realização e tomadas de medidas como essas são imprescindíveis para uma melhor adequação do ensino-aprendizagem remoto.

Diante desse contexto, é importante destacar que há dificuldades enfrentadas pelos discentes que possuem TDAH no cenário atual pandêmico, dessa forma gera impactos para o futuro acadêmico desses, já que enfrentam problemas como a desatenção nas aulas pela falta de supervisão dos professores, ausência de aulas dinâmicas para prender a atenção dos alunos, a não assimilação dos conteúdos em decorrência de aulas cansativas, a falta de preparo dos professores, fazendo com que os portadores fiquem sem o apoio necessário e a despreparação das famílias para lidar com as demandas de tarefas e comportamento. Além disso, em decorrência do transtorno, com as limitações não há um controle comportamental individual e subjetivo.

3 MÉTODO

O trabalho consiste em uma pesquisa do tipo revisão bibliográfica. Dessa forma, foi realizado buscas eletrônicas preliminares em diferentes bases de dados, sendo utilizadas apenas aqueles que apresentavam artigos e resumos expandidos sobre o tema proposto. São elas: Google Scholar, Scielo e Periódicos Capes.

O critério de escolha foi baseado em pesquisas nacionais e internacionais em que o TDAH estava relacionado com a educação e ensino remoto e para isso foi feita uma leitura prévia dos resumos encontrados. Na parte de contextualização histórica foi utilizado trabalhos empíricos mais antigos, porém no restante do trabalho as pesquisas foram efetuadas no período de 2003 a 2021.

As palavras-chave que foram usadas para as pesquisas nos bancos de dados foram: TDAH, educação, ensino remoto e dificuldades, e as junções dessas palavras com os operadores booleanos utilizados para as pesquisas foram: TDAH AND educação + revisão de literatura, TDAH AND “ensino remoto”, TDAH AND ensino AND dificuldades e TDAH AND ensino AND “revisão de literatura”, TDAH AND pandemia e TDAH AND tecnologia

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo analisar as dificuldades do ensino remoto nas crianças com TDAH. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura do tipo narrativa com pesquisa no Scielo, Google acadêmico e Periódicos Capes. Foram analisados 48 trabalhos para compor este artigo.

Os estudos empíricos destacam as nomenclaturas que o TDAH teve em sua trajetória desde 1745, as quais levaram várias pesquisas nesse âmbito, o que fez com que chegasse a uma definição concreta, o qual foi caracterizado como um transtorno de origem neurobiológica, por ser uma lesão nos tecidos cerebrais. As pesquisas demonstram que o ambiente escolar é o espaço mais propício para o começo de um diagnóstico, já que as crianças passam a maior parte do tempo com os professores e são eles que notam as primeiras características do transtorno.

Os achados sobre as dificuldades pelos portadores de TDAH no ensino remoto, mostram que a hiperatividade, impulsividade e desatenção fazem com que a aprendizagem pelos alunos com TDAH seja dificultada pelo despreparo dos professores e corpo escolar para lidar com as individualidades e diversidades de cada indivíduo, como também a falta de apoio pela família, o que causa uma desmotivação e evasão escolar por esses.

Por meio de um olhar mais humano para realidade dos portadores na pandemia, destacam-se as soluções para os problemas citados, os quais necessitam da criação de novas estratégias pelos professores para direcionar a atenção dos alunos, com tarefas e aulas mais dinâmicas e interativas, um acompanhamento com especialistas, tratamento inclusivo por meio das avaliações individualizadas e o incentivo familiar. Todas essas medidas são para tentar diminuir a exclusão desses indivíduos no cenário de ensino remoto e fazer com que a fase escolar se torne menos traumática.



Para futuros trabalhos, sugere-se a realização de um estudo de caso com alunos do ensino fundamental que possuem TDAH e que fazem uso do modelo remoto, como também pesquisas quantitativas com professores de portadores em escolas públicas e privadas.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira do Déficit de Atenção. ABDA. **Ajustes, Adaptações e Intervenções Básicas para Alunos com TDAH**. 2016, Rio de Janeiro: ABDA. Disponível em: <https://tdah.org.br/ajustes-adaptacoes-e-intervencoes-basicas-paraalunos-com-tdah/> Acesso em: 13 maio 2021.

ARGOLLO, N. Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade: Aspectos Neuropsicológicos. **Psicologia Escolar e Educacional**. Campinas/SP, v. 7, n. 2, p. 198, nov. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572003000200010> Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572003000200010&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 12 maio 2021.

ARIENTE, L. C.; CIONINI, L.; DIOGO, L. B.; DRAGO, L. F.; MENDONÇA, L.; THOMÁZ, M. S.; VELLOSO, R. L.; SCHWARTZMAN, J. S.; SIAR, M. R. V.; SOUZA, L. D. Estudo comparativo de três instrumentos utilizados na avaliação do Transtorno de Déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) aplicados a escolares de 6 a 11 anos. **Revista Temas Sobre Desenvolvimento**. São Paulo, v. 7, n. 38, p. 51-55, maio/jun. 2008. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-544690>. Acesso em: 31 maio 2021.

BARKLEY R. A. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade**: guia completo para pais, professores e profissionais da saúde. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BARKLEY, R. A. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade** – manual para diagnóstico e tratamento. Porto Alegre: Artmed; 2006.

BARROS, S. G; LIMA, M. o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade em Tempos de Pandemia: Um Desafio para a Família, a Escola e a Sociedade. **Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate**. Goiânia, v. 7, n. 1, p. 236-238, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaISE/article/view/710/474>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BEZERRA, M. F.; RIBEIRO, M. S. DE S. Percepções e práticas de professores frente ao TDAH: uma revisão sistemática na literatura. **Revista intersaberes**, v. 15, n. 35, p. 481-498, jun. 2020. <https://doi.org/10.22169/revint.v15i35.1607>. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1607>. Acesso em: 31. maio. 2021.



BONADIO, R, A, A; MORI, N, N, R. **Transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade:** diagnóstico da prática pedagógica. Maringá: Eduem, 2013.

BRIDI, F, R, S; FILHO, C, A, B; ROTTA, N, T. **Neurologia e aprendizagem:** Uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BRITO, T. N.; FERNANDES, M. N.; SANTANA, J. J. Educação do Campo na conjuntura da pandemia: alcances, impactos e desafios. **Revista Brasileira de Educação do Campo**. Tocantinópolis, v. 5, n. 10278, dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e10278>. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/10278> Acesso em: 10 jun. 2021.

BROGINE, M. G. **Desafios no ensino de alunos com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH)**. 2019. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura em pedagogia) – Centro Universitários UNIFAAT, Atibaia, 2019.

CAMARGO, D. M. P.; REIS, M. G. F. Práticas escolares e desempenho acadêmico de alunos com TDAH. **Psicologia Escolar e Educacional**. Campinas/SP, v.12, n.1, p. 3, jun. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000100007> Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artte. Acesso em: 18 maio 2021.

CARROLL, A.; PURDIE, N.; HATTIE, J. Uma revisão da pesquisa sobre intervenções para o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade: o que funciona melhor? **Sage Journals**, ano 131, n. 9, p. 61-99, 1 mar. 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/00346543072001061>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CHEROLT, N. R. **Déficit de Atenção e Hiperatividade e os Desafios no Ensino e na Aprendizagem em Tempos de Pandemia da Covid 19**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Alegrete, 2020.

CONDEMARÍN, M.; GOROSTEGUI, M. E. **Transtorno do Déficit de atenção -Estratégias para o diagnóstico e a intervenção psico-educativa**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006.

CONFORT, M, F; GOMES, M, J, M. TDAH: Implicações no Relacionamento Interpessoal. **Revista Episteme Transversalis**. Rio de Janeiro, v.28, n. 2, jul./dez. 2017.

COSTA, P. C. M; POCAHY, T. A.; SILVA, G. S. Dificuldades de aprendizagem de crianças hiperativas – TDAH: Um artigo de revisão. In: Simpósio de TCC, 3., 2020, Minas Gerais. **Anais [...]**. Minas Gerais: FINOM e Tecsoma, 2020. p.1587-1602.

DIAS, D. B. R.; FOLMER, V.; FLORES, J. C.; PUNTEL, R. L.; SCHUBERT, G. E. As Dificuldades Enfrentadas pelos Estudantes com TDAH Durante o Ensino Remoto nos Anos

Iniciais de uma Escola Municipal de Uruguaiana. *In: Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão*, nov, 2020, Uruguaiana/RS. **Anais Eletrônicos**[...]. Uruguaiana: 2020. Disponível em:

https://ei.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/22695/etp1_resumo_expandido_22695.pdf. Acesso em 14 maio 2021.

DOUGAS, V. I. Stop, look and listen: The problem of sustained attention and impulse control in hyperactive and normal children. **Canadian Journal of Behavioural Science**, Canadá, ano 4, n. 4, p. 259–282, 1972. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1973-07431-001>.

DSM-5. **Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed; 2013.

DUPAUL, G. J.; STORNER, G. **TDAH nas escolas: estratégias de avaliação e intervenção**. São Paulo: M. Books; 2007. 259p.

FORTES, D.; PINHEIRO, M. A. S.; PINNA, C.; SOUZA, I. G. S. Dificuldades no diagnóstico de TDAH em crianças. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 56, p. 2, 01 ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0047-20852007000500004&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 18 maio 2021.

GONÇALVES, J. P.; VOLK, M. Concepções das professoras e Trabalho Educativo Voltado aos Alunos Portadores de TDAH. **Revista de Ensino Educação e Ciências Humanas**. Naviraí, v.17, n.3, p. 220-231. 2016. DOI: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.v17n3>. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/307551272_Concepcoes_das_Professoras_e_Trabalho_Educativo_Voltado_aos_Alunos_portadores_de_TDAH. Acesso em: 14 maio 2021.

GONÇALVES, S.; FERREIRA, B. E. B. A convergência tecnológica e digital, o ensino remoto emergencial e os alunos com TDAH que frequentam os anos finais do ensino fundamental. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, Belo Horizonte - MG, v. 14, n. 1, p. e25043, 2021. DOI: 10.35699/1983-3652.2021.25043. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivres/article/view/25043>. Acesso em: 1 jun. 2021.

GUERRA, L. O diálogo entre a neurociência e a educação: da euforia aos desafios e possibilidades. **Revista Interlocação**, Belo Horizonte, ano 4, n. 4, p. 3-12, jun. 2011. Disponível em: <https://aprendizagemcolaborativa.wordpress.com/revista-interlocucao/>. Acesso em: 30 maio 2021.

GUREASKO-MOORE, S.; DUPAUL, G. J.; WHIT, G. P. The Effects of Self-Management in General Education Classrooms on the Organizational Skills of Adolescents With ADHD. **SAGE**, v.30, n. 159, fev. 2006.

LUIZÃO, A. M.; SCICCHITANO, R. M. J. Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade: um recorte da produção científica recente. **Revista Psicopedagoga**, v. 31, n. 96, set/out. 2014.



MAIA, N. A. **Introdução à educação moderna**. 1. ed. Rio de Janeiro: CEP, 1976.

MATOS, R. P. C. Elementos para entender o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade - TDAH. **Estilos da clínica**. São Paulo. v. 18, n. 2, p. 342-357. Ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v18i2p342-357>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/79853>. Acesso em: 1 jun. 2021.

MECHILI, E.A.; SALIAJ, A.; KAMBERI, F.; GIRVALAKI, C.; PETO, E., PATELAROU, A.; BUCAJ, J.; PATELAROU, E. Is the mental health of young students and their family members affected during the quarantine period? Evidence from the COVID-19 pandemic in Albania. **Journal of psychiatric and mental health nursing**, v. 13, p. 10. 28 jun. 2020.

OOSTERHOFF, B., PALMER, C. A. Psychological correlates of news monitoring, social distancing, disinfecting, and hoarding behaviors among US adolescents during the COVID-19 pandemic. **PsyArXiv**. Mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.31234/osf.io/rpcy4>. Disponível em: <https://psyarxiv.com/rpcy4/>. Acesso em: 20 maio 2021.

OSWALD S. H., KAPPLER C. O. Relações familiares de crianças com TDAH. In: Louzã Neto MR, ed. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: ao longo da vida**, 2010, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p.368-77.

PASTURA, G. M.C.; MATTOS, P.; ARAUJO, A. P. Q. C. Desempenho Escolar e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. **Revista de Psiquiatria Clínica**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 6, p. 324-329, fev. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/XfLCTtd7KQSHT8CCyQQ4KcP/?lang=pt>. Acesso em: 1 jun. 2021.

PERES, M. R. Novos desafios da gestão escolar e de sala de aula em tempos de pandemia. **Revista Administração Educacional**, Recife-PE, v.11, n. 1 p. 20-31, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ADED/article/viewFile/246089/36575> Acesso em: 13 maio 2021.

PIMENTA, P. C.; SILVA, B. C. A; PELLI, A. Crianças e adolescentes com TDAH no ambiente escola: revisão bibliográfica. **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 33, p. 43-53, maio-ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.20500/rce.v15i33.33736>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/33736>. Acesso em: 14 maio 2021

POETA, L.S.; ROSA NETO, F. Características biopsicosociales de los escolares con indicadores de trastorno de déficit de atención e hiperactividad. **Revista de Neurología**, v. 43, n. 10, p. 584-588, 2006.



REIS, G. V. **Alunos Diagnosticados com TDAH: reflexões sobre a prática pedagógica** utilizada no processo educacional. Parnaíba. 2011.

RICTHER, B. R. O professor atento ao TDAH: A hiperatividade e indisciplina. **Revista Nova Escola**. Rio Grande do Sul. 2012.

SENO, M. P. Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): O que os educadores sabem? **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**. São Paulo, v.27, n. 84, jul./nov. 2010. Acesso em: 13 maio 2021.

SINGH, I. Beyond polemics: science and ethics of ADHD. **Nature Reviews Neuroscience**. v. 9, n. 12, p. 957-64, 2008.

SIQUEIRA, A. R. C. **Manejo comportamental em sala de aula para redução de comportamentos de desatenção e hiperatividade: orientação ao professor e implementação de guia de intervenção**. 2015. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

THAPAR, A.; COOPER, M.; EYRE, O.; LANGLEY, K. Practitioner review: What have we learnt about the causes of ADHD? **The Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v. 54, n. 1, p. 3-16. DOI: 10.1111/j.1469-7610.2012.02611.x. Disponível em: <https://acamh.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1469-7610.2012.02611.x>. Acesso em: 24 maio 2021.

VASCONCELOS, M. M.; MALHEIROS, A. F. A.; WENER JR, J.; BRITO, A. R.; BARBOSA, J. B.; SANTOS, I. S. O.; LIMA, D. F. N. Contribuição dos fatores de risco psicossociais para o transtorno de difícil de atenção/hiperatividade. **Arquivos de neuropsiquiatria**, v. 63, n. 1, p. 68-74, 2005.

ZHOU, S.; ZHANG, L.; WANG, L.; GUO, Z.; WANG, J.; CHEN, J.; LIU, M.; CHEN, X.; CHEN, J. Prevalence and socio-demographic correlates of psychological health problems in Chinese adolescents during the outbreak of COVID-19. **European Child & Adolescent Psychiatry**, v. 29, n. 6, p 749-758, maio 2020.



FASES E EMOÇÕES VIVIDAS NO PROCESSO DE LUTO E PERDA NA VISÃO DA GESTALT-TERAPIA

Jorgeanny Tamara Dantas Gomes¹

Ruan Cledson Dantas de Macedo Nuto²

Leonardo Cassiano Paiva de Assis³

RESUMO

O processo de luto, em uma perspectiva gestáltica, é compreendido como uma reação diante da experiência de perda de um objeto/pessoa recheado de afeto, podendo desencadear angústia e sentimento de culpa, caracterizando-se como luto normal ou patológico, a depender de como se desenvolve. Assim o presente estudo teve como objetivo a analisar o desenvolver das fases do luto. Sendo assim, este estudo tem como objetivo geral estabelecer ligações entre o processo de luto e a perspectiva da abordagem psicológica Gestalt-terapia. Com isso, teve-se como método de pesquisa a revisão de literatura integrativa, a qual foram analisados um quantitativo de 9 artigos científicos.

Palavras Chaves: Luto; Fases; Processos

ABSTRACT

The grieving process, from a gestalt perspective, is understood as a reaction to the experience of losing an object / person filled with affection, which can trigger anguish and guilt, characterized as normal or pathological grief, a dependent on how if Thus the present study aimed to analyze the development of the stages of mourning. Therefore, this study aims to establish links between the grieving process and a perspective of the Gestalt-therapy

¹ Pós Graduanda em Neuropsicologia – FCRN – E-mail: jorgeanny10@gmail.com

² Especialista em Comportamento Alimentar e Cirurgia Bariátrica – E-mail: ruan.nuto@professor.catolicadorn.com.br

³ Pós Graduando em Neuropsicologia – FCRN – E-mail: casiano.leonardo@gmail.com



psychological approach. Thus, the research method was the integrative literature review, which found a quantitative of 9 scientific articles.

Keyword: Grief; Phases; Law Suit

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre luto nunca foi uma tarefa simples, por mais que a essência da vida seja sempre encerrar ciclos, é impensável estar totalmente preparado para sentir a dor da perda. Mesmo sabendo que a morte faz parte do nosso desenvolvimento humano durante toda sua existência, como por exemplo o nascimento, o homem já experimenta sofrer a sua primeira perda com o rompimento do cordão umbilical, se desligando da vida uterina com a sua mãe.

De acordo com Andrade (2007), Gestalt significa forma, figura, todo ou totalidade. Trata-se da configuração de algo que toma forma ao se completar. A Gestalt-terapia (GT), nomeada a partir de agora com a sigla GT, é caracterizada como fenomenológica e seu objetivo e metodologia são a busca da awareness (palavra inglesa traduzida como conscientização ou dar-se conta de algo). A GT tem bases no existencialismo, na Psicologia da Gestalt, no Holismo, na Teoria de Campo e na Fenomenologia (HOLANDA, 2014)

Para Ferreira et.al., (2008), a forma Gestáltica de trabalho fundamentasse na crença de que o homem é um ser em relação, presente no mundo, repleto de possibilidades, capaz de realizar suas escolhas e assumi-las. Com esses pressupostos a GT consegue atender às demandas de luto satisfatoriamente, visto que o que impera é uma relação dialógica entre cliente/terapeuta. Ouvindo respeitosamente o relato do enlutado, acolhendo sua dor, permite-se que a pessoa se expresse. O processo terapêutico com base Gestáltica é utilizado como um suporte ao enlutado, que colabora para que o indivíduo possa ressignificar suas experiências e vivenciar o luto de forma saudável.

Dessa forma, Kübler-Ross (1998) evidencia que falar sobre morte, ao mesmo tempo que ajuda a elaborar a ideia da finitude humana, também provoca um certo desconforto, pois damos de cara com essa mesma finitude, o inevitável, a certeza de que um dia a vida chega ao fim,



fato este percebido através do despreparo no que diz respeito ao enfrentamento dessa situação (KÜBLER-ROSS, 1998).

Esse tema se faz importante pois desde escritores mais antigos aos mais atuais partilham a alta intensidade de enfatizar as dores e as fases do luto, por vezes a morte do outro nos traz uma tomada de consciência de tentar visualizar o nosso próprio fim, fazendo assim o experimento de emoções e sensações diversas, angústia, ansiedade e até mesmo a vontade de viver algo novo pelo medo do fim.

Segundo Parkes (1998), o traço mais característico do luto são os episódios agudos de dor. O enlutado sente muita saudade da pessoa que morreu, chora e chama por ela. Estas atitudes funcionam como reação de alarme frente à situação de perigo, ou seja, a ausência da pessoa amada.

Na tentativa de estabelecer ligações entre o processo de luto e a Gestalt-terapia, realizou-se uma procura de artigos e pesquisas acadêmicas, com o propósito de compreender as sensações e sentimentos que surgem após a perda de uma pessoa querida e qual o significado maior desta experiência dolorosa.

2 - METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada por esta pesquisa caracteriza-se de uma natureza de revisão bibliográfica integrativa a que segundo os autores Souza, Silva e Carvalho (2010) este método caracteriza-se como sendo um estudo com coleta e análise de dados realizada a partir de fontes secundárias em bases de dados de reconhecimento científico, por meio de levantamento bibliográfico e baseado na experiência vivenciada pelas autoras.

A partir disso, foi estabelecido critérios, a que foram estabelecidos mediante a seleção de artigos, portanto, ficou estabelecido como critério: artigos publicados em idiomas português; e inglês, desde que este acompanhasse sua versão português, de qualquer nacionalidade. Foram considerados dados que retratassem a referida temática referente à revisão integrativa e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados nos últimos dez anos. Para isso, portanto, foi pesquisado em plataformas digitais como Google acadêmico, como ponto de direcionamento aos principais bancos de dados como: scielo, Pepsic, meus bancos de arquivos

digitais e livros e periódicos de eventos e universidades. Investigados a partir das palavras descritoras: luto, emoções, gestalt terapia, humanismo.

Mediante a isso, foram encontrados 65 artigos, no qual o processo de exclusão foi instruído sequencialmente a leitura do resumo, título referente ao tema procurado e idioma, conforme as discrepâncias dos critérios de inclusão. Dentre esses 65 selecionei apenas 9.

3 - REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O QUE SERÁ NA VERDADE A MORTE?

Em busca de conceituar-se a morte, a maioria dos autores pesquisados converge na definição do tema. Nessa busca encontram-se muitas definições e a maioria delas descreve a morte como finitude, término de algo, término da vida. Roazzi *et.al.*, (2010) definem a morte em uma perspectiva secular biológica. É a morte concebida como um ponto terminal, quando a máquina corporal para de trabalhar.

O fenômeno morte compõe o processo natural do desenvolvimento humano, considerado como um acontecimento que está sujeito a múltiplas interpretações. Desde os primórdios se aprende que a morte é a única certeza da vida, contudo ainda persiste a negação e incompreensão da mesma, sendo considerada originária de inesgotável fonte de temores, angústias e ansiedades para os seres humanos (HOHENDORFF; MELO, 2009).

Para Freitas *et. al.*, (2015), a morte é colocada como algo irreparável, irreversível, impositivo e imutável. É um estado em que não se consegue mudar, nem reverter, ela chegará independente da escolha ou da vontade do ser humano. O luto e a morte estão sempre ligados à mudança que ocorre para quem vivencia isso. Para quem morreu acabou irreversivelmente e para quem ficou resta o luto, a dor, a falta e a interrupção de uma história comum.

Quando a figura de apego desaparece ou está ameaçada de desaparecer, a resposta é de intensa ansiedade emocional. Dessa forma, o luto trata-se de um aspecto negativo do vínculo e uma resposta à separação. Se a relação está ameaçada, surgem sentimentos de ciúme, ansiedade e raiva. Se ocorrer uma ruptura, há dor e depressão. Quando a figura de apego é perdida ou está ausente deixa de existir uma base segura para o indivíduo se refugiar diante das situações de



perigo. Esta experiência causa sensações de terror e medo. Daí a razão pela qual o sofrimento é uma reação universal à separação de uma figura de apego (BOWLBY, 1995).

Sobre a vivência do aqui-agora, Fukumitsu (2004) relata que a partir do momento que constatamos que estamos lidando com um momento de crise, existe uma necessidade de que toda a situação seja inteiramente experienciada no aqui-agora. Dessa maneira, entre outras contribuições, a visão fenomenológica-existencial se faz importante, se considerada um embasamento teórico no lidar com perdas, pelo seu pensamento de que o “agora engloba tudo que existe” (PERLS apud FUKUMITSU, 2004, p.12).

Davis, C.G.; Wortman, C.B.; Lehman, D.R. e Prateia, R.C. (apud FUKUMITSU, 2004, p.15) levantam as seguintes suposições clínicas: “As pessoas que confrontam perdas súbitas, traumáticas, inevitavelmente procuram um sentido de vida. Com o passar do tempo a maioria pode encontrar significado e encerrar o assunto. Encontrar significado significa ajustar-se”

A morte faz parte do desenvolvimento humano, da vida. O processo de luto é acompanhado por diversas reações e sentimentos que diferem de pessoa para pessoa. Acreditam-se na singularidade do ser humano e na singularidade de cada perda.

3.2 FASES REFERENTES AO PROCESSO DO LUTO

Segundo Silva, Carneiro e Zandonadi (2017) A temática da morte e o processo morrer vem sofrendo modificações em decorrência do avanço tecnológico da medicina e da disponibilidade de informação, ficando claro que sua constituição deve se levar em consideração os valores culturais da sociedade em questão e não somente o conhecimento médico.

Partindo deste pressuposto Kübler-Ross (1998), asseguram que a morte pode ser determinada sob o aspecto filosófico, orgânico e legal, dessa forma compreendendo sob todos estes aspectos, ela está sujeita aos princípios culturais vigentes, portanto decorrente desse processo foi designado cinco (5) fases que as pessoas excedem quando se deparam com a morte.

Negação e isolamento – Quando as vítimas e/ou os doentes não acreditam quando as suas vidas estão em riscos e não levam muito à sério a situação, até o momento que constatarem que realmente estão correndo riscos mortais; Estes são mecanismos de defesas temporários do

Ego contra a dor psíquica diante da morte. Em geral, a Negação e o Isolamento não persistem por muito tempo.

Raiva/fúria – Quando as vítimas e/ou os doentes processam quando as suas vidas estão em riscos, a tendência é sentirem raiva e indignação contra o agressor ou a doença; Por causa da raiva que surge devido à impossibilidade de o Ego manter a Negação e o Isolamento, os relacionamentos se tornam problemáticos e todo o ambiente é hostilizado pela revolta de quem sabe que vai morrer. Junto com a raiva, também surgem sentimento de revolta, inveja e ressentimento, nessa fase, a dor psíquica do enfrentamento da morte se manifesta por atitudes agressivas e de revolta.

Negociação (barganha) – Quando o sentido de sobrevivência surge nas vítimas e/ou nos doentes, eles buscam barganhar com o agressor ou com Deus as suas vidas; Como dificilmente a pessoa tem alguma coisa a oferecer a Deus, além de sua vida, e como Este parece estar tomando-a, quer a pessoa queira ou não, as barganhas assumem mais as características de súplicas.

Depressão – Quando eles notam que não haverá barganha e o quadro mortal não pode ser revertido, as vítimas e/ou os doentes entram em estado de depressão, lamentando e analisando as suas fragilidades e os suas dificuldades pessoais; ou seja, a Depressão aparece quando o paciente toma consciência de sua debilidade física, quando já não consegue negar suas condições de doente, quando as perspectivas da morte são claramente sentidas. Evidentemente, trata-se de uma atitude evolutiva; negar não adiantou agredir e se revoltar também não, fazer barganhas não resolveu. Surge então um sentimento de grande perda.

Aceitação – Quando não há mais nada a fazer ou para sofrer, as vítimas e/ou os doentes atingem o estado de resignação, aceitando a morte, independente das suas vontades. Esse deve ser um momento de repouso e serenidade antes da longa viagem, visto que o importante é que o paciente alcance esse estágio de aceitação em paz, com dignidade e bem-estar emocional. Assim ocorrendo, o processo até a morte pode ser experimentado em clima de serenidade por parte do paciente e, pelo lado dos que ficam, de conforto, compreensão e colaboração para com o paciente.

É importante esclarecer que não existe uma sequência dos estágios de luto, mas é comum que as pessoas que passam por esse processo apresentem pelo menos dois desses.

Almeida e Zandonadi (2017) traz de acordo com a visão de Freud (1913, p. 65), “o luto tem uma tarefa física que precisa cumprir: a sua missão é deslocar os desejos e lembranças da pessoa que faleceu”. Assim como a criança passa por etapas para seu desenvolvimento saudável, as etapas do luto também precisam ser vivenciadas para que não ocorram traumas ou danos futuros, uma vez que vivenciar um luto é absolutamente normal (COMBINATO; QUEIROZ, 2006).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de entender sobre a morte e as fases do luto nos faz entender mais das nossas emoções e sentimentos, sendo assim quis mostrar um pouco do que vivenciei na clínica e na vida pessoal. Pois quando entendemos o que estamos passando torna o caminho um pouco mais tranquilo. Sendo assim a morte não seria capaz de assustar tanto e trazer tanta angústia para os seres humanos no Brasil, pois sabemos que isso é de âmbito cultural.

O papel do psicólogo no momento de luto se dá em mediar o momento e fazer a escuta acolhendo o que o sujeito está sentindo naquele instante, pois a perda de algo ou alguém nos traz diversas emoções e sentimentos novos, alguns bons e outros nem tanto, por isso a importância da escuta e acolhimento.

REFERÊNCIAS

SOUSA, Luiza Eridan Elmiro Martins de. O processo de luto na abordagem gestáltica: contato e afastamento, destruição e assimilação. **IGT rede**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 253-272, dez. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-25262016000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 jun. 2019.

PARKES, C. M. **Luto: estudos sobre a perda na vida adulta**. Tradução de Maria Helena Franco Bromberg. São Paulo: Summus, 1998.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. 8. ed. São Paulo: Editora: Martins Fontes, 1998. Disponível em: . Acesso em: 25 mar. 2019.

SOUZA, Marcela Tavares de ; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer.** Integrative review: what is it? How to do it?, [S. l.], p. 102-106, 12 dez. 2008.

CECCON, N.. A MORTE E O LUTO NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA HUMANISTA. Anais do EVINCI - UniBrasil, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 3, mar. 2018. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/3181/3048>>. Acesso em: 29 Mai. 2019.

Silva S, Carneiro MIP, Zandonadi AC. O luto patológico e a atuação do psicólogo sob o enfoque da psicoterapia dinâmica breve. Rev Farol [Internet]. 2017 [citado 2017 abr 15]; 3(3):143- 57. Disponível em: <http://www.revistafarol.com.br/index.php/farol/article/view/42/63>

SOUSA, Luiza Eridan Elmiro Martins de. O processo de luto na abordagem gestáltica: contato e afastamento, destruição e assimilação. **IGT rede**, Rio de Janeiro , v. 13, n. 25, p. 253-272, dez. 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-25262016000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 maio 2019.

OLIVEIRA, Leane Valente de; OLIVEIRA, Marília Zara Gentil de; LOBATO, Edilza de Aguiar. **O Processo Ciclo do Contato em uma Situação de Luto.** **IGT rede**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 27, p. 260-272, 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-25262017000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 maio 2019.



INTERVENÇÕES BASEADAS EM FUNÇÕES EXECUTIVAS PARA A PERDA DE PESO EM INDIVÍDUOS OBESOS E COM SOBREPESO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Andressa Paiva Porto¹

Ruan Cledson Dantas de Macedo Nuto²

Lyane Emanuelle da Silveira Vicente³

RESUMO

Considerando a obesidade uma doença composta por múltiplos fatores, que partem desde a influência genética até a comportamental, observa-se que as questões comportamentais possuem uma elevada importância a ser explorada nesse cenário, uma vez que é necessário que o paciente obtenha um controle sobre seus impulsos e tomada de decisões durante o processo de emagrecimento e combate ao ganho de peso. Tendo em vista tais questões, se faz necessário compreender a relação entre as funções executivas e a obesidade com o objetivo de contribuir positivamente no campo das técnicas e práticas para o processo de perda de peso. Dessa forma, o presente estudo objetiva a investigação, por meio de uma revisão integrativa de literatura, das intervenções que se baseiam em funções executivas para a perda de peso de indivíduos obesos e com sobrepeso. Os artigos revisados foram pesquisados através de etapas pré-estabelecidas, com termos específicos utilizados em bases de dados de pesquisa e, posteriormente, agrupados e analisados de acordo com o objetivo do trabalho. Os resultados apontam boas respostas de redução de peso e melhora do funcionamento executivo em intervenções baseadas em um tratamento multidisciplinar, bem como em intervenções pautadas na terapia de remediação cognitiva, intervindo em funções executivas distintas em detrimento de intervenções realizadas que priorizaram apenas um aspecto da função executiva.

¹ Psicóloga; Esp. em Terapia Cognitivo Comportamental; Mestranda no Programa de Pós Graduação em Saúde e Sociedade pela UERN. E-mail: andressapaiva@hotmail.com

² Bacharel em Ciências Sociais; Graduanda em Psicologia pela UNIRN. E-mail: lyane_emanuelle@hotmail.com

³ Psicólogo; Especialista em Transtornos Alimentares, Obesidade e Cirurgia Bariátrica; Professor da Faculdade Católica do RN – FCRN. E-mail: ruantp@hotmail.com



Palavras-chaves: obesidade, funções executivas, revisão de literatura.

ABSTRACT

Considering obesity as a disease composed of multiple factors, ranging from genetic to behavioral influence, it is observed that behavioral issues have a high importance to be explored in this scenario, since it is necessary for the patient to obtain control over their impulses and decision-making during the process of weight loss and fighting weight regain. In view of these issues, it is necessary to understand the relationship between executive functions and obesity in order to contribute positively in the field of techniques and practices for the weight loss process. Thus, this study aims to investigate, through an integrative literature review, the scientific evidence that is based on executive functions for weight loss in obese and overweight individuals. The reviewed articles were searched through pre-established steps, with specific terms used in research databases and, later, grouped and analyzed according to the objective of the work. The results show good responses in terms of weight reduction and improvement in executive functioning in interventions based on multidisciplinary treatment, as well as interventions based on cognitive remediation therapy, intervening in different executive functions at the expense of interventions performed that prioritized only one aspect of the executive function.

Keywords: obesity, executive functions, literaturw review.

1 INTRODUÇÃO

A obesidade, além de ser uma doença, é considerada pela Organização Mundial de Saúde como fator de risco para o desenvolvimento de outras doenças, como: diabetes, hipertensão, câncer, doenças cardiovasculares, entre outras (WHO, 2018). Embora a obesidade envolva questões genéticas, fatores comportamentais estão diretamente relacionados com o desequilíbrio de energia que há na obesidade (DASSEN; HOUBE; ALLOM; JANSEN, 2018).

Estudos recentes têm detectado uma relação direta entre a obesidade e funções executivas (SMITH; WHITTINGHAM, 2016; BUTRYN, et al., 2019). O tratamento para a

obesidade requer mudanças comportamentais. A associação entre a obesidade e as funções executivas pode explicar a alta taxa de falha dos indivíduos que se envolvem em tentativas de emagrecimento. Aproximadamente 80% das pessoas obesas que perdem peso por meio de programas de dietas tende a recuperar o peso algum tempo depois. Perda de peso requer autocontrole e tomada de decisões, ambos são mecanismos da função executiva. Dificuldade nesses se associam com as dificuldades na perda de peso (XU, et al., 2017; DASSEN; HOUBE; ALLOM; JANSEN, 2018).

Essa ligação entre funcionamento executivo e obesidade ainda não é totalmente compreendida, embora os estudos mais recentes já apontem que essa relação é bidirecional (HILBERT, et al., 2018). Diante do aumento recorrente no número de pessoas obesas em todo o mundo, das falhas na manutenção de programas de emagrecimento e das descobertas acerca da relação entre obesidade e funcionamento executivo, alguns estudos têm investigado os efeitos de intervenções baseadas em funções executivas para a perda de peso em pessoas obesas e com sobrepeso. Algumas dessas intervenções focam no viés atencional, outras no controle inibitório e planejamento, e algumas mesclam diferentes aspectos da Função Executiva (SMITH; WHITTINGHAM, 2016; XU, et al., 2017; BUTRYN, et al., 2019).

O objetivo do presente estudo foi investigar as evidências científicas de intervenções baseadas em funções executivas para a perda de peso em indivíduos obesos e com sobrepeso.

2 MÉTODO

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura que consiste em um método no qual é realizada uma síntese dos estudos já realizados acerca de uma temática específica. Essa metodologia busca reduzir ao máximo a possibilidade de vieses utilizando para isso um método rígido de busca, seleção, avaliação e validade dos estudos que serão utilizados (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). A revisão integrativa é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado.

Para a realização desta revisão foram realizadas as seguintes etapas: identificação do tema/ questionamento da revisão, busca na literatura, avaliação dos dados dos estudos inclusos,

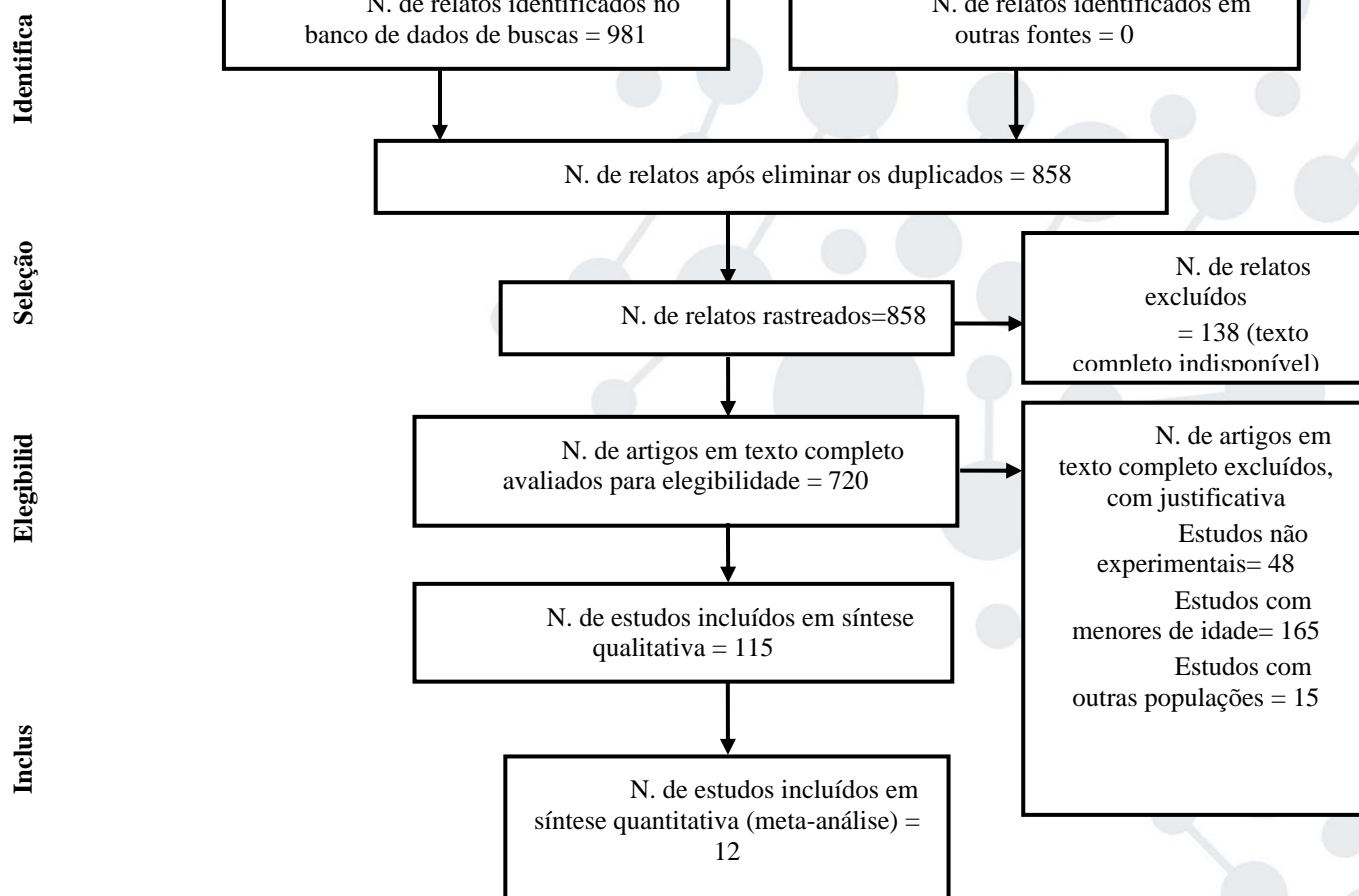
análise/interpretação dos achados e síntese do conhecimento dos artigos avaliados (WHITTEMORE; KNAFL, 2005). A pergunta que norteou esta pesquisa foi: quais as evidências científicas de intervenções baseadas em funções executivas para a perda de peso de indivíduos obesos e com sobrepeso?

Para a busca, foram utilizadas as bases de dados MEDLINE, COCHRANE WILEY e EMBASE para identificar as fontes de interesse. Os termos de pesquisa incluíram as combinações: obesidade OR obesidade OR sobrepeso OR sobrepeso AND função executiva OR Função executiva OR funções executivas OR funções executivas OR controle executivo OR controle executivo. Os resultados foram limitados a estudos experimentais e/ou quase experimentais.

Foram incluídos nessa revisão estudos realizados com pessoas acima de 18 anos; estudos disponíveis na íntegra e que se tratassem de estudos experimentais e/ou quase experimentais com os resultados já publicados. Foram excluídas pesquisas não relacionadas às intervenções baseadas em funções executivas; e estudos que não tivessem como público alvo, apenas, pessoas obesas e/ou com sobrepeso.

A busca ocorreu em março de 2021. Ao todo, foram encontrados 981 artigos, sendo 295 na Embase, 47 na Cochrane e 639 na Medline. Desses, 123 foram excluídos por estarem duplicados e 846 em decorrência dos critérios de inclusão e exclusão, resultando em 12 artigos para serem analisados nesta revisão. O fluxograma abaixo demonstrará o processo de seleção e amostra final (Figura 1).

Figura 1 – Fluxograma de seleção dos estudos.



3 RESULTADOS

Os doze artigos encontrados foram analisados e compilados no Quadro 1, conforme ano de publicação, autoria, objetivos, método, variáveis estudadas e principais achados.

Quadro 1 – Compilado dos estudos selecionados.

Autores/Ano	Objetivo	Método	Amostra	Variáveis
Butryn, et al; 2019	Testar as hipóteses de que níveis mais elevados de funcionamento executivo basal seriam preditores de maior perda de peso e atividade física após 6 meses de tratamento comportamental.	Ensaio Clínico	320	Escores D-KEFS e idade, IMC e atividade física





Dassen, et al; 2018	Examinar se os indivíduos com obesidade apresentariam um desempenho mais fraco nas medidas de função executiva e exibiriam mais atraso no desconto em relação aos controles de peso saudáveis, combinados (nível de grupo) em idade, sexo e nível de educação; Avaliar se a função executiva e o desconto tardio seriam preditivos de perda de peso durante um tratamento multidisciplinar subsequente para perda de peso	Ensaio Clínico	153	Função executiva; IMC; Autorregulação
Liu, et al; 2019	Testar se a variabilidade da AB (medida com TL-BS) para alimentos está associada ao IMC e aos escores de alimentação restrita	Ensaio clínico controlado	115	IMC; Viés atencional; Idade; Restrição Alimentar
Aulbach , et al; 2019	Examinar os processos neurais de intervenções típicas, adotamos a configuração com dicas Go / No-Go sendo separadas dos itens alimentares.	Ensaio Clínico	50	IMC; Horas desde a última ingestão; Fome; Desejo de comer; Resultados na tarefa GO/NoGo
Kathryn E. Demos, et al; 2019	Comparar as respostas às dicas alimentares em indivíduos com sobrepeso ou obesidade, enquanto eles empregavam diferentes estratégias cognitivas adaptadas de vários métodos de tratamento.	Ensaio Clínico	30	Desejos auto- relatados e estratégias cognitivas
Xu , et al; 2016	Avaliar se a Função Executiva desempenha um papel na perda de peso em pessoas com sobrepeso / obesidade indivíduos, talvez via modulação de comportamentos alimentares e envolvimento em atividades físicas	Ensaio Clínico	31	Desempenho nas tarefas de Função Executiva; Perda de peso





	atividade durante um período de 4 semanas			
Smith; Whittingham, 2017	Avaliar o efeito do treinamento de neurofeedback NIRHEG (Near Infra-Red Hemoencephalography) no controle do apetite, peso e atividade cerebral relacionada à alimentação.		6	Peso, comportamento alimentar, controle do apetite e atividade cerebral relacionada à alimentação e auto-inibição com base em fMR
Spetter, et al; 2017	Investigar o potencial do treinamento de neurofeedback por ressonância magnética funcional em tempo real (rt-fMRI) para alcançar escolhas alimentares mais saudáveis, aumentando o autocontrole da interação entre essas áreas do cérebro.	Ensaio Clínico	8	Desempenho nas tarefas, escolhas alimentares
Smith, et al; 2020	Replicar e estender estudos anteriores de modificação dos vieses de atenção relacionados a alimentos de alto teor calórico em indivíduos com sobrepeso e obesos e examinar o impacto no comportamento alimentar em relação a alimentos de alto e baixo teor calórico	Estudo de caso-controlado	75	Idade, IMC, jejum, depressão, ansiedade, estresse, sintomas de transtorno alimentar, função executiva e precisão na tarefa.
Schäfer, et al; 2020	Validar o a tarefa de cartões e loteria para indivíduos com obesidade grave	Ensaio Clínico	78	Sexo, peso, TDAH, escolaridade, desempenho nas tarefas
Ramal, et al; 2018	Examinar a eficácia de uma terapia de remediação cognitiva para a obesidade em relação a melhoras no comportamento de compulsão alimentar	Ensaio Clínico	80	Peso; Flexibilidade Cognitiva; Compulsão alimentar





	e melhora na qualidade de vida e perda de peso.			
Allom, et al; 2018	Avaliar se o CRT-O reduz hábitos não saudáveis que contribuem para a obesidade por meio de melhorias na função executiva.	Ensaio Clínico	80	Função executiva (Wisconsin Card Sort Task e Trail Making Task) e hábitos alimentares pouco saudáveis e comportamento sedentário

Quadro 2 – Principais achados.

Título	Principais Achados
Executive Functioning as a Predictor of Weight Loss and Physical Activity Outcomes	A pontuação de realização da linha de base D-KEFS, as violações das regras e o tempo de conclusão previram significativamente a perda de peso em 6 meses.
Self-regulation and obesity: the role of executive function and delay discounting in the prediction of weight loss	Os indivíduos com obesidade apresentaram inibição comportamental geral e alimentar específica menos eficiente, em relação aos controles de peso saudáveis e que relataram ser mais fracos funcionamento executivo na vida diária. Indivíduos com obesidade não exibiram memória de trabalho comportamental mais fraca ou deslocamento do que os controles de peso saudáveis. Em relação à predição de perda de peso, a memória de trabalho comportamental foi o mais forte preditor de mudança no IMC, além de gênero e escolaridade. Além disso, mais dificuldades na vida diária com respeito à inibição, conforme indicado na subescala de inibição do Inventário de Avaliação Comportamental de Funcionamento



	Executivo, contribuíram de forma marginalmente significativa para a previsão de perda de IMC.
Dynamics of attentional bias for food in adults, children, and restrained Eaters	Variabilidade da atenção em mulheres e crianças obesas / com sobrepeso não é específica para estímulos alimentares, mas também é aparente para estímulos não alimentares, enquanto a maior variabilidade de AB para alimentos parece caracterizar obeso, especialmente em crianças obesas, melhor do que a variabilidade de respostas gerais. A variabilidade de AB para alimentos não mostrou significância correlação com a variabilidade do tempo de permanência e escores de alimentação restrita.
No evidence of calorie-related modulation of N2 in food-related Go/No-Go training: A pre-registered ERP study	Não diferenciou entre itens alimentares de alto e baixo teor calórico em uma tarefa específica de alimentos Go/No-Go que se assemelhava muito às intervenções típicas food-Go / No-Go. Além disso, não houve efeitos aparentes do treinamento na amplitude do N2.
Effects of Cognitive Strategies on Neural Food Cue Reactivity in Adults with Overweight/Obesity	O foco nas consequências negativas de longo prazo levou à maior redução dos desejos e ao aumento do controle inibitório,
Prefrontal cortex-mediated executive function as assessed by Stroop task performance associates with weight loss among overweight and obese adolescents and Young adults	A interferência do tempo de resposta previu a magnitude e a porcentagem de perda de peso
Cognitive remediation therapy plus behavioural weight loss compared to behavioural weight loss alone for obesity: study protocol for a randomised controlled trial	NIRHEG tem um potencial promissor como plataforma de neurofeedback viável para a modulação dos circuitos cerebrais corticais envolvidos no autocontrole e comportamento alimentar.
Volitional regulation of brain responses to food stimuli in overweight and obese subjects: A real-time fMRI feedback study	Participantes com sobrepeso e obesos podem aumentar a conectividade funcional entre as áreas do cérebro que orquestram o controle de cima para baixo do apetite por alimentos com alto teor calórico.
The effect of attentional bias modification training on food intake in overweight and obese women	Indivíduos no grupo de treinamento atencional reduziram sua ingestão alimentar geral em



	comparação ao grupo placebo, mas não quando comparados ao grupo controle.
The Cards and Lottery Task: Validation of a New Paradigm Assessing Decision Making Under Risk in Individuals With Severe Obesity	O número de decisões vantajosas na CLT foi significativo e positivamente associado com atraso no desconto e controle de esforço, e foi correlacionada negativamente com a impulsividade comportamental. O desempenho do CLT diferiu significativamente entre indivíduos com e sem sintomas de atenção deficitiva / transtorno de hiperatividade e entre amostras com obesidade grave e controles saudáveis.
A randomised controlled trial of manualized cognitive remediation therapy in adult obesity	Houve redução na compulsão alimentar
Breaking bad habits by improving executive function in individuals with obesity	As análises de mediação revelaram que a mudança em um elemento do desempenho da função executiva (erros de perseverança da Wisconsin Card Sort Task) mediou o efeito do CRT-O nas mudanças em ambos os resultados de hábitos.

Foram selecionados doze artigos publicados entre os anos 2016 a 2021. Houve uma concentração de publicação nos anos de 2018 e 2019, sendo três publicações em 2018 e quatro em 2019. Todas as pesquisas encontradas são internacionais e estão na língua inglesa.

Dos doze artigos selecionados, cinco avaliaram a relação entre função executiva, ingestão alimentar e perda de peso, utilizando para isso tarefas baseadas em funções executivas. Cinco avaliaram a eficácia de diferentes intervenções para função executivas, no geral, na perda de peso de indivíduos obesos ou com sobrepeso. Dois artigos tiveram como foco o viés atencional e sua relação com a ingestão de alimentos.

Quanto ao tipo de estudo e investigação, um consiste em estudo de caso controle e os demais, onze, em ensaios clínicos, desses 2 (dois) foram randomizados. O número de participantes envolvidos nas pesquisas variou de 8 a 320 indivíduos.



Dentre as principais variáveis avaliadas nos estudos têm-se escores nas tarefas, tempo de resposta, medidas de FE, IMC, estilo alimentar, fome, desejo de comer, peso, padrão do comportamento alimentar.

Dentre os resultados encontrados destacam-se: a relação entre o tempo de resposta nas tarefas e o autocontrole alimentar, indicando assim a relação entre viés atencional, controle inibitório e tomada de decisão com o estilo alimentar e conseqüentemente com o ganho ou perda de peso.

Foram observadas algumas limitações nos estudos encontrados, como: a maioria dos participantes dos estudos encontrados foram mulheres; a ingestão alimentar, o estilo do padrão alimentar foi medido por meio de autorelato o que torna o dado menos fidedigno. Os tempos de medição dos resultados pré e pós intervenções também foi uma limitação encontrada.

4 DISCUSSÃO

Déficits na função executiva estão relacionados de forma bidirecional com a obesidade, dessa forma, faz-se necessário pensar em tratamentos para obesidade que envolvam não só mudanças comportamentais, mas também os fatores cognitivos que influenciam essa mudança (ALLOM, et al., 2018). Dos 12 estudos incluídos nessa revisão, cinco avaliaram tarefas computacionais voltadas ao treinamento do controle executivo, desses, quatro apresentaram resultados inconclusivos, uma vez que os resultados alcançados não atingiram o nível de significância necessário (SMITH; WHITTINGHAM, 2017; XU, et al., 2017; DASSEN; HOUBE; ALLOM; JANSEN, 2018; BUTRYN, et al., 2019).

Já o estudo de Aulbach et al. (2020) aplicou a tarefa go/no go, que é utilizada para treinamento do controle de impulso, associada ao aumonitoramento alimentar. Os resultados indicaram que a realização da tarefa não modula respostas diante de um conflito/tomada de decisão (alimento saudável X alimento hipercalórico). Embora esses estudos não tenham encontrado resultados significativos para as intervenções propostas como tratamento para obesidade, todos encontraram correlações significativas entre o índice de massa corporal e déficits na função executiva.

Os estudos que utilizaram treinamento do viés atencional também não obtiveram resultados significativos diante do objetivo que foi reduzir a fissura por alimentos calóricos e consequentemente melhorar o controle inibitório e a tomada de decisões, no entanto, observou-se que houve redução no consumo de alimentos (YU LIU, 2019; SMITH, 2020).

Um estudo aplicou uma intervenção multiprofissional unindo atividade física e dieta nutricional, sendo acrescentada uma intervenção cognitiva baseada na tarefa stroop no grupo controle. Os resultados indicaram que todos os participantes obtiveram perda de peso, porém, participantes com melhor tempo de reação na tarefa stroop apresentaram maior redução na massa corporal (XU et al., 2017).

Outra pesquisa aplicou um treinamento de mentalidade tendo como base estratégias cognitivas com foco em distração/mudança do viés atencional a fim de retardar ou inibir respostas comportamentais e consequentemente melhorar o controle inibitório, os resultados foram satisfatórios, inclusive se mantendo em longo prazo (MCDERMOTT et al., 2019).

A terapia da remediação cognitiva foi avaliada em três dos estudos selecionados, todos apresentaram resultados satisfatórios para essa intervenção com indivíduos obesos. Os resultados demonstraram melhoras na flexibilidade cognitiva, memória, atenção e também redução de peso (ALLOM et al., 2018; RAMAN et al., 2018).

A função executiva é crucial ao comportamento humano, se refere principalmente a memória de trabalho, controle inibitório e adaptação a mudanças. Dessa forma, envolve desde o planejamento ao monitoramento e execução de diferentes ações (DOHLE; DIEL; HOFMANN, 2018). Todos esses pontos estão diretamente envolvidos no comportamento alimentar, sobretudo quando se tem o objetivo de perder peso, uma vez que é necessário ter comportamentos orientados a esse objetivo, planejar e monitorar as ações necessárias a isso (DASSEN; HOUBE; ALLOM; JANSEN, 2018).

O controle inibitório é considerado como o principal aspecto, da função executiva, prejudicado quando se fala em dificuldades no comportamento alimentar (DOHLE; DIEL; HOFMANN, 2018). No entanto, o estudo de Aulbach, et al. (2020) obteve resultados que questionam tais afirmações. Os estudos selecionados, nessa pesquisa, que obtiveram melhores resultados foram os que utilizaram intervenções baseadas na aquisição de diversas habilidades de função executiva, sobretudo planejamento e flexibilidade cognitiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foram selecionados estudos que avaliaram a eficácia de intervenções baseadas em função executiva para perda de peso em indivíduos obesos e com sobrepeso. Não foram encontradas evidências de eficácia de intervenções utilizando treinos computacionais com foco em apenas um elemento da função executiva, porém, as intervenções que mesclaram tratamento multidisciplinar apresentaram bons resultados, tanto para redução de peso como para a melhora do funcionamento executivo, assim como as intervenções que se basearam na terapia da remediação cognitiva também apresentaram resultados significativos.

Ressalta-se que as intervenções que demonstraram resultados significativos atuaram intervindo em diferentes aspectos da função executiva, sobretudo na flexibilidade cognitiva e na tomada de decisões. Contudo, é necessário de um número maior de pesquisas a fim de ampliar os resultados já encontrados. É importante ressaltar que a temática abordada nesse estudo é nova e que esse tipo de intervenção requer certo tempo para serem realizados, tais fatos podem, inclusive, justificar as poucas pesquisas encontradas.

REFERÊNCIAS

ALLOM, Vanessa et al. Breaking bad habits by improving executive function in individuals with obesity. **BMC Public Health**, v. 18, n. 1, p. 1-8, 2018.

AULBACH, M., Harjunen, V. J., Spape, M., Knittle, K., Haukkala, A., & Ravaja, N. No evidence of calorie-related modulation of N2 in food-related Go/No-Go training: A preregistered ERP study. *Psychophysiology*, v.57, n.4, 2020.

BUTRYN, Meghan L. et al. Executive functioning as a predictor of weight loss and physical activity outcomes. **Annals of Behavioral Medicine**, v. 53, n. 10, p. 909-917, 2019.

DASSEN, Fania CM et al. Self-regulation and obesity: the role of executive function and delay discounting in the prediction of weight loss. **Journal of behavioral medicine**, v. 41, n. 6, p. 806-818, 2018.

DE SOUSA, Luís Manuel Mota et al. A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. **Nº21 Série 2-Novembro 2017**, p. 17, 2017.

DOHLE, Simone; DIEL, Katharina; HOFMANN, Wilhelm. Executive functions and the self-regulation of eating behavior: A review. **Appetite**, v. 124, p. 4-9, 2018.

HILBERT A; Blume M; Petroff D, et al. Terapia de remediação cognitiva em grupo para adultos com obesidade antes do tratamento comportamental para perda de peso: protocolo de estudo para um estudo de superioridade controlado randomizado (estudo CRT). **BMJ Open**, v. 8, 2018.

LIU, Yu et al. Dynamics of attentional bias for food in adults, children, and restrained eaters. **Appetite**, v. 135, p. 86-92, 2019.

MCDERMOTT, Kathryn E. Demos et al. Effects of cognitive strategies on neural food cue reactivity in adults with overweight/obesity. **Obesity**, v. 27, n. 10, p. 1577-1583, 2019.

SCHÄFER, Lisa et al. The Cards and Lottery Task: Validation of a New Paradigm Assessing Decision Making Under Risk in Individuals With Severe Obesity. **Frontiers in psychiatry**, v. 11, p. 690, 2020.

SMITH, Evelyn et al. The effect of attentional bias modification training on food intake in overweight and obese women. **Journal of health psychology**, v. 25, n. 10-11, p. 1511-1521, 2020.

SPETTER, Maartje S. et al. Volitional regulation of brain responses to food stimuli in overweight and obese subjects: A real-time fMRI feedback study. **Appetite**, v. 112, p. 188-195, 2017.

SMITH, Evelyn; WHITTINGHAM, Charlotte. Cognitive remediation therapy plus behavioural weight loss compared to behavioural weight loss alone for obesity: study protocol for a randomised controlled trial. **Trials**, v. 18, n. 1, p. 1-7, 2017.

RAMAN, Jayanthi et al. A randomised controlled trial of manualized cognitive remediation therapy in adult obesity. **Appetite**, v. 123, p. 269-279, 2018.

XU, Xia et al. Prefrontal cortex-mediated executive function as assessed by Stroop task performance associates with weight loss among overweight and obese adolescents and young adults. **Behavioural brain research**, v. 321, p. 240-248, 2017.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Obesity and overweight**. 16 fev. 2018.

INTERVENÇÕES PSICOTERÁPICAS EM MULHERES CLIMATÉRICAS COM TRANSTORNOS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO

Maria Eduarda Linhares¹

Maria Abilene Alves, Adriana Martins de Oliveira²

Adriana Martins de Oliveira³

Karidja Kalliany Carlos de Freitas Moura⁴

RESUMO

Este estudo de natureza bibliográfica teve como objetivo revelar a importância das psicoterapias como tratamento para mulheres climatéricas acometidas com ansiedade e depressão. A pesquisa foi realizada entre os meses de setembro e outubro de 2019 e agosto de 2021, utilizando-se das bases de dados *Scielo* e artigos de revista em psicologia. Durante a pesquisa foi possível observar uma relação significativa entre a presença de sintomas climatéricos com o aparecimento dessas alterações de humor, podendo ser confirmado que há 9% de prevalência a ser desenvolvida no climatério, sendo possível detectar fatores de risco relacionadas a essa ocorrência.

Palavras-chave: Climatério. ansiedade. depressão. psicoterapia.

ABSTRACT

This bibliographic study aims to address the importance of psychotherapies as a treatment for climacteric women affected with anxiety and depression. The research was carried out between the months of September and October 2019, using the Scielo databases and journal articles in

¹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: eduarda.linhares3@gmail.com

² Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: abilene.alves.caraubas@gmail.com

³ Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: adrimartinso@gmail.com

⁴ Doutora em Ciências (Fitotecnica), docente na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: extensao@catolicadorn.com.br



psychology. During the research it was possible to observe a significant relationship between the presence of climacteric symptoms with the appearance of these mood changes, and it can be confirmed that there is a 9% prevalence to be developed in the climacteric, being possible to detect risk factors related to this occurrence.

Key-words: Climacteric. anxiety. depression. psychotherapy.

1 INTRODUÇÃO

A menopausa ou climatério vem tomando uma maior visibilidade durante as últimas décadas devido ao grande aumento da expectativa média de vida da mulher. No século XX a expectativa era de 55 anos de idade. Nos dias de hoje, em países mais desenvolvidos, a mulher chega a atingir cerca de 80 anos de idade. No Brasil a expectativa de vida da mulher é de 72,5 anos (WENDER; ACCETTS; CAMPOS, 2013).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o climatério corresponde ao período de vida da mulher entre o final da fase reprodutiva até a senilidade. Em geral, varia dos 40 aos 65 anos. Nesse período ocorre também a menopausa, definida como a interrupção permanente da menstruação (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, 2010). O climatério, dessa forma, se divide em perimenopausa, pré e pós-menopausa (podendo ocorrer de forma natural ou artificial) e a menopausa precoce ou tardia.

A mulher nesse estágio da vida pode ser acometida tanto por doenças físicas e/ou psíquicas. Segundo Crema, Tilio e Campos (2017) os sintomas mais comuns são: fogachos, sudorese, atrofia vaginal, dificuldades de excitação e orgasmo, alterações no funcionamento sexual, perda na qualidade do sono e alterações de humor e cognição. Estudos feitos por Polisseni *et al.* (2008) durante essa fase a mulher climatérica tem uma prevalência de 9% a desenvolver transtornos de depressão, isso porque fatores como o medo de envelhecer, a carência afetiva e a sensação de inutilidade favorecem o surgimento da mesma nessa situação. Em detrimento disso, o presente artigo dará uma maior ênfase às doenças psíquicas das quais a mulher nesse período é arremetida, mais especificamente dos transtornos de ansiedade e depressão.



A perimenopausa é considerada como um período de transição, ela tem um papel importante nos impactos físicos e psicológicos, pois, nesse período, ocorre uma grande flutuação hormonal, que pode desencadear distúrbios do humor (FEBRASGO, 2010). Nesse sentido, é importante compreender as influências psicossociais, emocionais, culturais e/ou situacionais que acompanham as mulheres (CREMA; TILIO; CAMPOS, 2017) no período que antecede a menopausa e a pós-menopausa, sendo necessária à adoção de medidas que previnam ao máximo desconfortos futuros, e, para isso, se foi pensado as intervenções psicoterápicas.

A psicoterapia é uma prática de intervenção psicológica a partir do diálogo, ela visa concentrar como foco do tratamento área-problema, seriam elas: o luto, as disputas e déficits interpessoais como também as mudanças de papéis. Hoje é confirmada a eficácia de inúmeros tipos de psicoterapia, seria algumas delas: a cognitiva, comportamental, interpessoal e psicodinâmica. Desse modo, a psicoterapia se torna importante nesse processo de tratamento pela sua capacidade de prover esperança, de oferecer um relacionamento seguro e confiável, e de constituir um espaço emocional onde o paciente possa sentir suas ansiedades depressivas compreendidas e resguardadas, que permitem que o paciente possa organizar todos os sentimentos e angústias.

Hodiernamente, no contexto brasileiro, as pesquisas sobre psicoterapia ainda são exordiais. Existem poucos estudos sistemáticos sobre o processo psicoterápico como intervenção alternativa para mulheres climatéricas (LUI FILHO *et al.*, 2015). Nesse contexto, considerando que a menopausa é um processo biológico no ciclo de vida da mulher e sabendo que a maneira como cada mulher vivencia este período não se limita às influências biológicas, pois tudo está correlacionado aos hábitos de vida e de sua história pessoal, este estudo pretende responder o seguinte questionamento: as intervenções psicoterápicas podem contribuir para uma melhor qualidade de vida às mulheres climatéricas acometidas com transtornos de ansiedade e depressão?. Neste sentido, o objetivo geral é verificar se as psicoterapias são de fato eficazes no processo de tratamento em doenças psíquicas, proporcionando um maior bem-estar e uma nova perspectiva.

Para atingir o objetivo desta pesquisa foi feita uma pesquisa exploratória bibliográfica nas bases SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e em anais de revistas de psicologia,

onde foram cotejados trabalhos entre 2007 a 2020, com análise da produção científica nacional e internacional, a fim de reunir o máximo de artigos que tratassem sobre a temática abordada.

2 METODOLOGIA

O presente artigo tem como objetivo tratar a importância das psicoterapias como tratamento para mulheres climatéricas com transtornos de ansiedade e depressão. O mesmo teve como tipologia central a investigação de caráter teórico, tendo como base outros trabalhos já publicados, que trouxeram significativo embasamento teórico para a abordagem do assunto.

Segundo Severino (2007, p. 122) a pesquisa bibliográfica é:

Aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados.

Ainda hoje não há muitos estudos nacionais ou latino-americanos para áreas específicas que adentram o climatério (LUI FILHO *et al.*, 2015), em virtude disso, realizou-se uma seleta pesquisa nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Revistas de estudos em Psicologia, onde foram realizadas análises de produção científica nacional e internacional. Os critérios de avaliação adotados foram: artigos disponibilizados na íntegra, redigidos nos idiomas português, inglês e espanhol, publicados entre 2007 a 2020, que abordasse sobre o climatério, psicoterapia e transtornos de ansiedade e depressão, e ainda nessa perspectiva também foram utilizados livros que abordassem a temática. Foram analisados ao total 13 artigos e 3 livros.

E para uma melhor filtragem de dados nas bases de pesquisa escolhidas, realizou-se uma seleção por meio de descritores, foram elas: menopausa, climatério, mulher, psicoterapia, envelhecimento, ansiedade e depressão. Foi-se utilizado na pesquisa a ferramenta *booleano AND e OR* das seguintes formas: mulher *AND* envelhecimento, mulher *AND* menopausa *OR* climatério, climatério *AND* ansiedade, climatério *AND* depressão, psicoterapia *AND* depressão, psicoterapia *AND* ansiedade.

A pesquisa foi realizada durante os meses de setembro e outubro de 2019 e agosto de 2021, em que foi realizada pelos pesquisadores de forma seletiva a fim de avaliar a compatibilidade dos dados encontrados. O problema norteador da pesquisa foi: “Como as intervenções psicoterápicas auxiliam as mulheres climatéricas com transtornos de ansiedade e depressão?”.

3 INTERVENÇÕES PSICOTERÁPICAS EM MULHERES CLIMATÉRICAS COM TRANSTORNOS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO

3.1 CLIMATÉRIO: SINTOMATOLOGIA E CONSEQUÊNCIAS

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que em 2025 a expectativa de vida da mulher em países em desenvolvimento irá ser de 78 anos, o que acarretará em um aumento exponencial da população de mulheres acometidas com o climatério. Dado isso, é esperado que se haja uma maior procura à assistência médica e a profissionais qualificados para o tratamento dos sintomas característicos dessa fase (LIMA *et al.*, 2019). Sendo os principais: fogachos, sudorese, atrofia vaginal, dificuldades de excitação e orgasmo, alterações no funcionamento sexual, perda na qualidade do sono e alterações de humor e cognição (CREMA; TILIO; CAMPOS, 2017). Sintomas esses que afetam diretamente a qualidade de vida da mulher climatérica.

A idade menopáusica não é preestabelecida geneticamente para cada mulher, a mesma pode sofrer influência dos fatores socioeconômicos e culturais, paridade, tabagismo, uso de medicamentos e nutrição. Isso explica como a idade da menopausa varia de país para país, exemplo disso está a Bélgica com a média de 50,0 anos, a Inglaterra com a média de 50,7 anos, os Estados Unidos e a Holanda com a média de 51,4 anos, os mesmos são países desenvolvidos. Na lista de países em desenvolvimento com média de idade variada está o México com 44,3 anos, a África do Sul com 46,7 anos e o Brasil, com média etária de 48 anos (FEBRASGO, 2010).

O fator mais comum nessa fase da menopausa é de fato a irregularidade menstrual, em que a mesma funciona como um espelho, metaforicamente falando, notificando toda a mudança

hormonal que está acontecendo no sistema da mulher acometida. Na fase de perimenopausa cerca de 90% das mulheres apresentam irregularidade menstrual. Na sequência estão os sintomas vasomotores, mais conhecidos como fogachos, são sensações transitórias de calor, que se inicia na parte superior do tronco ou pescoço e sobem em direção à face e a cabeça (FEBRASGO, 2010). O declínio na produção de estradiol em ocorrência das alterações vasomotoras é uma das prováveis causas dos transtornos do sono, além, é claro, das alterações cardiovasculares, cerebrais, cutâneas, geniturinárias, ósseas e vasomotoras, além de mudanças do humor e apetite (LIMA *et al.*, 2019).

As disfunções sexuais também são consideradas um dos sintomas bastante recorrentes nas mulheres arremetidas com o climatério, a falta da libido pelas relações sexuais, ligado a isso está a dispareunia, que quase sempre está associada a atrofia urogenital, fazendo com que haja uma queda exponencial dos níveis de estrogênios, por via local ou sistêmica (CREMA; TILIO; CAMPOS, 2017). Dado isso, uma das queixas mais frequentes é a incontinência urinária, a mesma se deve ao fato de que o estrogênio dependente é uma estrutura importante para o sistema de continência urinária. E a atrofia da uretra pode ser responsável por sintomas de polaciúria, sensação de esvaziamento incompleto da bexiga. Podendo haver queixas de irritação, prurido vulvar, bem com dispareunia e redução da lubrificação vaginal, influenciando direta ou indiretamente na vida sexual da mulher (BERLEZI *et al.*, 2011).

Dada toda essa sintomatologia as disfunções no humor e na cognição têm-se um crescimento considerável, isso porque no organismo da mulher acometida ocorre uma grande flutuação hormonal, que afeta diretamente as atividades neurotransmissoras do cérebro, favorecendo dessa forma as manifestações psicogênicas.

3.2 MANIFESTAÇÕES PSICOGÊNICAS

Nesse contexto, a transição menopausal, especialmente a perimenopausa precoce, é um período da vida que torna as mulheres mais propensas à irritabilidade, nervosismo e frequentes alterações no humor (LUI FILHO *et al.*, 2015), isso porque nessa fase há uma presente flutuação hormonal, dadas pelos esteróides sexuais (FEBRASGO, 2010), mais especificamente o

androgênio, sua deficiência pode causar a redução da libido, depressão, ansiedade, labilidade emocional e perda de memória (PEIXOTO *et al.*, 2019).

Ao longo desse período da vida mulher, que é marcado tanto com alterações fisiológicas, psicológicas e comportamentais, a fadiga e o estresse irão apresentar uma elevação expressiva, sendo considerados sintomas de importância clínica (LINS *et al.*, 2020). Os problemas físicos e emocionais interferem ativamente nas atividades sociais, na vitalidade, ou seja, na disposição e, na saúde mental, que avaliará os aspectos relacionados à depressão, ansiedade e bem-estar psicológico. Dados apontam que durante a perimenopausa e pós-menopausa precoce a mulher têm um risco de 2 a 4 vezes maior de apresentar um episódio depressivo superior (LUI FILHO *et al.*, 2015), e são vários os fatores psicossociais que nos leva a dados tão altos, neles está a síndrome do ninho vazio, os distúrbios do sono, principalmente nas fases de peri e pós-menopausais e alterações sexuais (FEBRASGO, 2010).

Segundo o DSM-5 (2014) a depressão seria caracterizada por descompensações cognitivas, psicomotoras e de outros tipos, como por exemplo a perda do desejo sexual, como também o desencorajamento, dados por acontecimentos ou por perdas, fazendo com que o indivíduo acometido se torne introspectivo, ocasionando assim em um deslocamento, uma exclusão social. O humor para baixo geralmente dura dias, ao contrário, semanas, meses ou anos. A ansiedade em contrapartida pode ser definida como uma dilação desagradável de inquietação, cercado de uma série de objeções somáticas que, para alguns pacientes, são mais facilmente percebidas do que as manifestações psíquicas. As queixas mais frequentemente relatadas são: taquicardia, vasoconstrição, sudorese, aumento do peristaltismo, taquipneia, piloereção, midríase, dores, tremores, calafrios, adormecimentos, sensação de afogamento e sufocação, tensão, nervosismo, mal-estar indefinido, apreensão, dificuldade de concentração, insegurança, sensação de “estar no limite”, despersonalização e desrealização.

De acordo com Polisseni *et al.* (2008) e Veras *et al.* (2007), no Brasil, supõe-se que 33% das mulheres sofreram pelo menos um estágio de depressão durante a vida, com prevalência de 9% durante o climatério, isso porque fatores como o medo de envelhecer, a carência afetiva, a sensação de inutilidade, dificuldades sociais, matrimoniais e profissionais, além do elevado risco de cometer suicídio. Polisseni *et al.* (2008) ainda alegam em sua pesquisa que alguns pesquisadores argumentam que a depressão e ansiedade não tem origem só pelas flutuações

hormonais dadas a esse estágio, mas também pelas alterações no âmbito sócio-familiar, como a separação, a síndrome do ninho vazio, doença ou morte de familiares.

Ademais, mudanças no aspecto cognitivo durante esse marco transicional e natural da vida feminina também pode evidenciar a degeneração neural, através da descompensação do estrogênio, que exerce efeito protetor do hipocampo e do córtex pré-frontal, responsáveis pelo funcionamento cognitivo e pelo aumento de sinapses no indivíduo. Além do aumento nos níveis de cortisol e do hipoestrogenismo, que está intimamente relacionado com os fatores físicos e psicológicos. Dessa forma, esse processo pode influenciar no início ou na progressão de doenças neurodegenerativas, como Doença de Parkinson e Doença de Alzheimer (LINS *et al.*, 2020). Evidenciando ainda mais a importância do seu tratamento e prevenção. Deste modo, foi pensado o uso da psicoterapia como principal atuante nesse processo de gerar qualidade de vida para a mulher acometida.

3.3 ATUAÇÃO DAS PSICOTERAPIAS

A prática baseada em evidências foi desenvolvida originalmente na década de 1990 na medicina, entretanto, nos dias atuais a mesma vem recebendo um crescente interesse pela área da psicologia. A psicoterapia é influenciada por uma série de fatores científicos, sociais, econômicos e políticos, tais como o interesse dos profissionais da área, visando comprovar os resultados dos serviços prestados pela categoria (LEONARDI; MEYER, 2015).

Tradicionalmente, a escolha pelo tipo de intervenção psicoterápica para diferentes quadros clínicos depende fundamentalmente da experiência profissional do terapeuta e de sua predileção por determinadas estratégias clínicas. Hoje em dia a psicologia já conta com inúmeras abordagens psicoterapias, cada uma contendo um posicionamento e um olhar diferente para cada situação humana já estudada, são elas a logoterapia, gestalt, psicanálise, humanista fenomenológica, psicodrama, terapia cognitiva comportamental (TCC), psicoterapia analítica, sistêmica, entre outras. A escolha pela especificidade ficará a critério exclusivamente do paciente, e quanto ao número e a duração das sessões variará nos diferentes protocolos de tratamento (MULULO *et al.*, 2009). Segundo Leonardi e Meyer (2015) todas as formas de psicoterapia funcionam igualmente bem, sendo altamente efetivas, não existindo quaisquer

diferenças significativas entre as várias modalidades, pois em todas elas o terapeuta procurará estabelecer a melhor relação terapêutica possível.

Nesse sentido, de acordo com Peuker *et al.* (2009) e Leonardi e Meyer (2015) a psicoterapia pode resultar em benefícios como: redução de problemas sociais, emocionais e comportamentais (Ex.: depressão e ansiedade), alterações de condições físicas, chegando a potencializar o processo de recuperação de cirurgias ou doenças, atuando em uma efetiva melhora na qualidade de vida. Ainda de acordo com os mesmos para se ter uma maior efetivação da psicoterapia é preciso adotar algumas medidas para avaliação diagnóstica, como: a formulação do caso, identificação de padrões clinicamente relevantes, planejamento e implementação de intervenções, monitoração do progresso, habilidades interpessoais, estabelecimento da relação terapêutica, compreensão das diferenças individuais e culturais, comunicação com outros profissionais envolvidos, domínio teórico e, especialmente na obtenção e aplicação das melhores evidências disponíveis para cada caso particular.

Os profissionais ainda podem adotar o uso de ferramentas para auxiliar na avaliação do processo terapêutico e sucessivamente os seus resultados, exemplo de alguns estão: a coleta de dados, os registros objetivos do processo (por exemplo, uso de áudio ou vídeo), a aplicação de medidas repetidas que avaliem a intensidade e frequência dos sintomas. Tais medidas irão contribuir em um vínculo de confiança entre terapeuta e paciente, essa medida tornará o processo mais bem-sucedido, ditos eficazes, na redução dos sintomas apresentados pelo paciente, culminando em uma maior resposta terapêutica (PEUKER *et al.*, 2009).

Ainda de acordo com Peuker *et al.* (2009) todos se beneficiaram da terapia, a sua eficácia foi atribuída a características que estão presentes nas mais diversas intervenções terapêuticas, os chamados fatores comuns, que incluem qualidades do terapeuta, características do cliente e relação terapêutica, esta considerada a principal variável causal do sucesso da intervenção. Em conformidade com os defensores dos fatores comuns, as especificidades de cada tratamento seriam relativamente pouco importantes para o resultado final do processo terapêutico.

Dadas as considerações sobre a eficácia das intervenções psicossociais, como técnicas efetivas no tratamento e/ou manejo de várias psicopatologias, a psicoterapia como processo terapêutico em mulheres climatéricas acometidas com ansiedade e depressão agirá de encontro

com suas necessidades, ou seja, em uma melhor qualidade de vida. Tendo em vista que a qualidade do envelhecimento feminino no Brasil tem sido comprometida devido às desigualdades e desvantagens as quais as mulheres são expostas ao longo da vida tanto nos ambientes familiares como nos profissionais (CREMA; TILIO; CAMPOS, 2017). Nesse sentido, visa-se compreender os papéis de gêneros, pois historicamente é possível identificar a maior valorização da mulher no período reprodutivo do que nas fases consideradas não reprodutivas, o que demarca a associação da sexualidade feminina à reprodução e fertilidade. Tais estereótipos podem interferir negativamente na autopercepção da mulher e na sua sexualidade (VALENÇA *et al.*, 2010).

Polliseni *et al.* (2008) relatam que as mulheres ainda hoje sente uma dificuldade muito grande em buscar ajuda psíquica, isso porque a sociedade ainda carrega um grande estigma a respeito das psicoterapias, dado isso se torna necessário uma maior integração dos ginecologistas e psicólogos, fazendo com que o público não se sinta afligido e sim acolhido. O climatério merece atenção crescente da sociedade, sendo fundamental que as mulheres climatéricas sejam acompanhadas sistematicamente visando à promoção da saúde, o diagnóstico precoce, o tratamento imediato dos agravos e à prevenção de danos (LIMA *et al.*, 2019).

Sabendo que o climatério é caracterizado pelo surgimento de sintomas incomodativos, e que o mesmo influenciará diretamente na qualidade de vida da mulher acometida, Tairova e Lorenzi (2011) indicam em sua pesquisa medidas que ajudam no envelhecimento feminino mais sadio e ativo, com uma alimentação balanceada e fazendo a prática da atividade física, tendo em vista que as mulheres nessa fase têm mais predisposição a entrar no sedentarismo. Nesse sentido, conciliar as duas práticas, a psicoterapia com a prática regular de exercícios, culmina em uma crescente melhora na qualidade de vida da mulher.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta dessa pesquisa foi verificar como as intervenções psicoterápicas podem atuar efetivamente no tratamento da depressão e ansiedade em mulheres acometidas com o climatério. Nesse sentido foi reunido aportes teóricos definindo e caracterizando o que seria o

climatério e como essas doenças associadas se manifestam, bem como, a psicoterapia poderia intervir de forma positiva.

Durante o estudo foi possível comprovar que mesmo com os inúmeros sintomas decorrente da menopausa, mesmo os de menor gravidade, podem influenciar e alterar o aumento nos índices de ansiedade e depressão, trazendo como consequência vários *déficits* na sua vida interpessoal, social, emocional e no trabalho, diminuindo drasticamente a sua qualidade de vida. Nesse sentido, a intervenção psicoterápica entra como “protagonista” no trabalho para reintegração, reestabilização e bem-estar psicológico da mulher acometida com o climatério, tendo como base as suas comprovações teóricas e práticas.

REFERÊNCIAS

AERTS, C. R. G. C. In: DUNCAN, Bruce B; SCHIMIDT, Maria Inês; GIUGLIANI, Elsa R. J. **Medicina Ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, p.481-491, 2005.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANGONA DEL RIO, Pedro; RUIZ DELGADO, Isabel; SANCHEZ CASTEJON, Francisco. Evidência e competência em psicoterapias. **Revista da Associação Espanhola de Neuropsiquiatria**, Madri, v.33, n.118, p.301-322, 2013.

BERLEZI, Evelise Moraes; FIORIN, Ana Amália Mafalda; BILIBIO, Pâmela Verônica Fursel; KIRCHNER, Rosane Maria; DE OLIVEIRA, Karla Renata. Estudo da incontinência urinária em mulheres climatéricas usuárias e não usuárias de medicação anti-hipertensiva. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p. 415-423, 2011.

CREMA, Izabella Lenza; TILIO, Rafael De; CAMPOS, Maria Teresa de Assis. Repercussões da Menopausa para a Sexualidade de Idosas: Revisão Integrativa da Literatura. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v.37, n.3, p.753-769, 2017.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA. **Manual de orientação em climatério**. Rio de Janeiro, 2010.

LEONARDI, Jan Luiz; MEYER, Sonia Beatriz. Prática Baseada em Evidências em Psicologia e a História da Busca pelas Provas Empíricas da Eficácia das Psicoterapias. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v.35, n.4, p.1139-1156, 2015.

LIMA, Agamenon Monteiro; ROCHA, Josiane Santos Brant; REIS, Viviane Margareth Chaves Pereira; SILVEIRA, Marise Fagundes; CALDEIRA, Antônio Prates; FREITAS, Ronilson Ferreira; POPOFF, Daniela Araújo Veloso. Perda de qualidade do sono e fatores associados em mulheres climatéricas. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.24, n.7, p.2667-2678, 2019.

LINS, Letícia Marques Rodrigues; REGIS, Beatriz Cavalcanti; FERNANDES, Ariadne Sampaio Toledo; OLIVEIRA, Giovanna Maria de Freitas; ARAUJO, Isabela Macêdo de; AGRA, Isabela Karine Rodrigues; LOPES, Lorena Peixoto; CRUZ, Cristiane Monteiro de. Impactos da menopausa na saúde da mulher. **Revista Brasileira de Revisão de Saúde**. Curitiba, v. 3, n. 5, p. 12018-12031, 2020.

LUI FILHO, Jeffrey Frederico; BACCARO, Luiz Francisco Cintra; FERNANDES, Tatiane; CONDE, Délio Marques; COSTA-PAIVA, Lúcia; PINTO NETO, Aarão Mendes. Epidemiologia da menopausa e dos sintomas climatéricos em mulheres de uma região metropolitana no sudeste do Brasil: inquérito populacional domiciliar. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v.37, n.4, p.152-158, 2015.

MULULO, Sara Costa Cabral; DE MENEZES, Gabriela Bezerra; FONTENELLE, Leonardo; VERSIANI, Marcio. Eficácia do tratamento cognitivo e/ou comportamental para o transtorno de ansiedade social. **Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v.31, n.3, p.177-186, 2009.

PEIXOTO, Clayton; CARRILHO, Carolina Gomes; RIBEIRO, Tatiana Teixeira de Siqueira Bilemjian; DA SILVA, Lucy Maria; GONÇALVES, Emerson Andrade; FERNANDES, Luísa; NARDI, Antonio Egidio; CARDOSO, Adriana; VERAS, André Barciela. Relação entre hormônios sexuais, qualidade de vida e função sexual pós-menopáusia. **Tendências em Psiquiatria e Psicoterapia**. Porto Alegre, v.41, n.2, p.136-143, 2019.

PEUKER, Ana Carolina; HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena; ARAUJO, Lisiane Bizarro. Avaliação de processo e resultado em psicoterapias: uma revisão. **Psicologia em estudo**, Maringá, v.14, n.3, p.439-445, 2009.

POLISSENI, Álvaro Fernando; DE ARAÚJO, Dimas Augusto Carvalho; POLISSENI, Fernanda; MOURÃO FILHO, Carlos Alberto; POLISSENI, Juliana; FERNANDES, Eduardo Siqueira; GUERRA, Martha de Oliveira. Depressão e ansiedade em mulheres climatéricas: fatores associados. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v.31, n.1, p.28-34, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed., revista e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.



TAIROVA, Olga Sergueevna; DE LORENZI, Dino Roberto Soares. Influência do exercício físico na qualidade de vida de mulheres na pós-menopausa: um estudo caso-controlado. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.135-145, 2011.

VERAS, Andre Barciela; RASSI, Arabella; YUKIZAKE, Livia Mitsue Gomes; NOVO, Luisa Duarte; FRANCO, Flávia Schueler; NARDI, Antonio Egídio. Impacto dos transtornos depressivos e ansiosos sobre as manifestações da menopausa. **Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v.29, n.3, p.315-320, 2007.



O BEBÊ E SUAS MÃES: UMA VISÃO WINNICOTTIANA

Suênia de Lima Duarte¹

Anna Luzia de Oliveira²

Helena Perpetua de Aguiar Ferreira³

RESUMO

A maternidade a partir da perspectiva Winnicottiana nos leva a vislumbrar uma possível conceituação sobre essa relação demasiadamente humana entre a mãe e seu bebê. Este trabalho teve como objetivo refletir sobre a maternidade a partir da teoria de Winnicott. Para isso nos apropriamos de uma pesquisa qualitativa, em que há uma mobilização dos conceitos a partir das ideias do autor. Conceitos como mãe suficientemente boa e insuficientemente boa transitaram durante todo o texto, assim como os fenômenos transicionais, muito importantes para a mudança de estágio proposto por Winnicott. Conclui-se que para Winnicott (2006) há uma ênfase na função materna em detrimento da paterna, o que nós leva a pensar na importância do vínculo mãe-bebê nessa teoria para um desenvolvimento saudável, sendo importante ressaltar que não pretendeu ensinar as mães a serem suficientemente boas, até porque não é algo a ser ensinado.

Palavras-chaves: Mãe. Maternidade. Necessidades do bebê.

ABSTRAT

Motherhood from the Winnicottian perspective leads us to glimpse a possible conceptualization of this all-too-human relationship between mother and baby. This work aimed to reflect on maternity based on Winnicott's theory. For this, we appropriated a qualitative research, in which

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN e docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. limaduarte@uern.br

² Docente da Unifacisa - Campina Grande-PB. annaluz_uzl@yahoo.com.br

³ Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. helenaaguiar@gmail.com



there is a mobilization of concepts based on the author's ideas. Concepts such as a good enough and an insufficiently good mother were present throughout the text, as well as the transitional phenomena, very important for the change of stage proposed by Winnicott. It is concluded that for Winnicott (2006) there is an emphasis on the maternal role to the detriment of the paternal one, which leads us to think about the importance of the mother-infant bond in this theory for a healthy development. Be good enough, not least because it's not something to be taught.

Keywords: Mother. Maternity. Baby's needs

1. INTRODUÇÃO

Pensar a maternidade a partir do olhar winnicottiano nos leva a vislumbrar uma possível relação entre mãe e bebê, nos situando dentro dessa complexa e essencial relação, uma vez que a mesma se apresenta dentro de um limiar demasiadamente humano, por trata-se de um momento de extrema importância para as relações humanitárias entre mãe, bebê e o mundo que os rodeia, sendo para o teórico a base da saúde mental de qualquer indivíduo.

O momento do ato de ser mãe por diferentes fatores acaba tornando-se um mundo extremamente desumano, uma vez que historicamente constituídos por diferentes narrativas não acolhe a mãe em um processo de constantes mudanças, sejam elas hormonais, sociais, psíquicas as quais as deixam em um lugar de grande vulnerabilidade. Pois para além do acotencimento natural de ter um filho, perpetuando sua espécie, a mulher estar implicada na mediação entre o bebê e o mundo. Pensar essa relação maternal nos possibilita conceituar e refletir sobre esse lugar ocupado pela mulher.

Em suas obras Winnicott (1975, 2006 e 2008) inicia destacando que a vida de uma mulher modifica-se, de muitas maneiras, quando ela concebe um filho, como também destaca-se que os bebês e as mães sofrem tremenda variação, em suas condições, após o acontecimento natalício, como enfatizá a influência do meio ambiente como decisiva no desenvolvimento psíquico precoce do ser humano. Nelas o autor vinha estudando a evolução na qual o ser humano traz em si uma tendência inata de se desenvolver e se unificar. Atualizando o funcionamento dos processos de maturação nesse processo de plano psíquico aplica-se na

formação e na evolução do *eu*, do *isso* e do *supereu*. O livre desenrolar desse processo ambiental inicial, é representado pela mãe ou por um de seus substitutos.

Winnicott (2006 e 2008) vem destacar dois grandes grupos de estágios que propõem compreender o desenvolvimento da psique na vida para a constituição do sujeito, sendo eles os estágios primitivos e os estágios de dependência e independência relativa tratando resumidamente: a inicial que vem desde o nascimento até os seus seis meses em que a criança pequena se acha em um estado de dependência absoluta com relação ao meio e a mãe a segunda fase vem dos seis meses até os dois anos em que a criança se encontra ao contrário no estado de dependência relativa. Nessas fases, já nos é revelado a ligação afetiva entre mãe e bebê e essa relação perante o mundo.

Destarte, esse texto vem apresentando uma discussão por meio dos principais conceitos winnicottiano, desvelando como essas fases se desenvolvem na vida de uma criança. Pensar esses conceitos nos possibilita experimentar uma psicologia mais humana como também mais estruturante conceitualmente, nos embasando teoricamente para pensar o sujeito, a partir de um olhar psicanalítico winnicottiano.

2. METODOLOGIA

No transcurso do desenvolvimento de nossa pesquisa, diferentes possibilidades se fizeram possíveis, porém nos aproximamos da pesquisa qualitativa, uma vez que segundo Bogdan e Biklen (1994) diz que nesse tipo de pesquisa tem como objetivo estudar a completude dos fenômenos que estão insridos em uma determinada realidade. Segundo Demo (2006, p.20), pesquisas de cunho qualitativo, “[...] pretendem trazer à cena da pesquisa a preocupação com a realidade inesgotável no mensurável”.

Reunimos, aqui, os primeiros achados de uma pesquisa bibliográfica em que teve como foco a maternidade a partir do olhar de Winnicott (1975, 2006, 2008) para isso nos aproximamos também de outros autores como Nasio (1995), Freud (2004), Lannes (2016) para pensar a relação entre mãe e bebê.

3. OS PRINCIPAIS CONCEITOS WINNICOTTIANOS

Para Winnicott (2006) acredita que todo ser humano possui um potencial específico que o leva ao amadurecimento, mas apesar de ser um processo natural, essa conquista da maturidade vai depender do ambiente facilitador, em que a priori é representado pela mãe. E entre esses conceitos vamos destacar o de mãe suficientemente boa, que pode ser compreendido como a capacidade de preocupação com o outro, à mutualidade, à aceitação de sentimentos contraditórios e à transicionalidade. (WINNICOTT, 2006). O autor vai nos dizer que o melhor que uma mãe pode fazer com um bebê é ser suficientemente boa de uma forma sensível inicialmente, de modo que a ilusão para ele torne-se algo possível desde o início. Assim, a mãe suficientemente boa é aquela que atende as necessidades do filho, evitando imprevistos, com isso uma boa relação é estabelecida entre eles.

De acordo com Nasio (1995) a mãe suficientemente boa é aquela que permite à criança pequena desenvolver uma vida psíquica e física fundamentada em suas tendências inatas. A mãe deve facilitar um ambiente para a criança, ficando atenta e sensível a qualquer mudança no ambiente, as quais venham retirar a tranquilidade do bebê perturbando-o, como também comprometendo sua segurança.

Porém, é preciso que a mãe permita ao seu bebê um crescimento que não seja desassociado de suas falhas, pois caso essas não sejam apresentadas na constituição do bebê, poderá este ficar preso de forma mágica a um pensamento de onipotência. Cabe à mãe promover de forma progressiva a desilusão que levará o bebê ao princípio da realidade.

Freud (2004), diz que a estrutura psíquica orienta-se por dois princípios: o do prazer e o da realidade. O princípio do prazer, é considerado um processo psíquico primário, enquanto o princípio da realidade é um processo secundário. O primeiro conduz à fantasia. Isto é, o nosso inconsciente, através de algumas estratégias como os sonhos, por exemplo, fomenta uma representação psíquica daquilo que deseja. No entanto, apenas pensar sobre o que desejamos não nos satisfaz. Por consequência, voltamo-nos para o mundo real. Assim, surge o princípio da realidade: lidar com as situações que vivemos no cotidiano, mesmo que desagradáveis (FREUD, 2004).

Nessa relação entre prazer e realidade, vamos nos constituindo enquanto sujeito, e é por meio de experiências ambientais permeadas pela figura materna, que a criança vai constituindo

seu verdadeiro *self*. Sendo esse conceito uma perspectiva abstrata na teoria Winnicottiana. O autor, Winnicott (2006) diz que é o *self* que constitui na criança o sentimento de continuidade da vida, estando esse presente em todos na forma verdadeira ou falsa, variando sua proporção em cada sujeito.

Vale salientar que foi Hartmann em 1950 quem criou esse conceito de *self*, o qual definiu como sendo a representação da pessoa inteira corpo e mente, sendo uma possibilidade de organização mental. Winnicott (2006) avança nesse conceito, atribuindo que o mesmo tinha uma proporção no sujeito de verdadeiro ou falso.

Ainda com o autor Winnicott (2006) o *self* verdadeiro é aquele em que a pessoa que é “eu”, ou seja, é a pessoa que se constrói, fundamentalmente a partir do emprego de suas tendências inatas. Essas tendências estão ligadas inicialmente a vida sensorio-motora da criança, sendo esse o começo de sua vida. É preciso permitir e explorar o gesto espontâneo da criança, sendo esse criado e sentido na vida real. É a partir daqui que começa a formação do *self* na criança pequena e que este vai se constituindo por toda uma vida.

Desde aqui, percebe-se, a partir das ideias de Winnicott (2006), que ficam as marcas de uma mãe suficientemente boa, desde o início. Podemos pegar como exemplo aquela mãe que permite que seu filho se expresse livremente por meio de seus movimentos involuntários, mas que já traz toda uma carga de sentido e significado para aquele bebê. É preciso que a mãe se faça falta/falha na vida daquele bebê para que este constitua-se a partir de suas tendências inatas e não esteja sempre presente, o que muitas vezes não possibilita que o bebê reconheça e se conecte com suas próprias necessidades.

A mãe, insuficientemente boa, é aquela, segundo Nasio (1995), que não consegue se identificar com o filho, não consegue identificar as necessidades dele e os substitui pelos dela. Essa mãe se caracteriza com uma mãe ausente, apresentando-se para o filho como uma mãe dividida. O que acontece na vida de uma criança que tem uma mãe com essas características?

A criança que é constituída em um ambiente com uma mãe insuficientemente boa, em que não está atenta às necessidades primárias do bebê, gera nele uma angústia impensável, que mais tarde é gerada os problemas psíquicos. A essência da angústia psicótica, segundo Nasio (2005), se apresenta como portadora de uma ameaça de aniquilação, cujas principais variações de acordo com Winnicott (1975) são despedaçar-se, ter a impressão de uma queda infundável,



sentir-se levado para as alturas infinitas, não ter relação com o próprio corpo e, por fim, não ter orientação espaço-corporal.

Apesar de serem percebidos diferentemente por cada criança, segundo a teoria winnicottiana, isso é constituído quando o bebê não tem suas necessidades básicas atendidas e tem muitos cuidadores, não tendo suas tendências inatas atendidas. Com isso, podem vir a surgir algumas organizações patológicas, deixando claro que cada criança percebe de forma diferente essa fase, não sendo necessariamente uma obrigatoriedade que todas as crianças que passam por essas experiências vão decorrer em alguma patologia.

Winnicott (2006) apresenta em sua teoria três funções maternas como necessidade de ordem corporal e psíquica, ainda na fase de dependência absoluta que acontece nos primeiros seis meses de vida, sendo essa fase para Winnicott (1975, p.184) uma fase de evolução psíquica:

O bebê depende inteiramente do mundo que lhe é oferecido pela mãe, porém o mais importante, e que constitui a base da teoria Winnicott, é o desconhecimento de seu estado de dependência por parte do bebê. Na mente do bebê, ele e o meio são uma coisa só. Ora, idealmente, seria por uma perfeita adaptação às necessidades do bebê que a mãe permitiria o livre desenrolar dos processos de maturação.

É nessa fase que acontecem as três funções maternas em que a mãe se adapta às necessidades do filho ligadas ao seu desenvolvimento psíquico do eu. Importante dizer que é necessário que as condições ambientais sejam adequadas para que se exerça o papel de mãe boa suficientemente. Por meio do emprego das três funções sendo elas: a apresentação do objeto, o *holding* (sustentação) e o *handling* (manejo). As três funções da mãe seriam a de segurar, manipular e apresentar o objeto. (WINNICOTT, 2006)

A primeira função materna, é aquela ligada ao primeiro objeto que a criança tem uma relação emocional, Winnicott (2006) apresenta o seio/mamadeira. Como esse primeiro objeto é apresentado ao bebê pode torna-se mais tarde fonte de uma angústia insuportável, pois dependendo das necessidades desse bebê, em que a mãe está sempre em prontidão, não se fazendo falha, este irá desenvolver características onipotentes.

A segunda função se constitui em um momento em que o bebê é protegido pela mãe em que, por meio de uma rotina de sequências repetitivas a criança é protegida dos perigos físicos. Winnicott (2006) enfatiza que o modo de segurar a criança ainda bebê, que é a princípio fisicamente, traz uma segurança psíquica. Essa fase é denominada de *holding*. A sustentação psíquica refere-se a:

[...] dar esteio ao eu do bebê em seu desenvolvimento, isto é, em colocá-lo em contato com a realidade externa simplificada, repetitiva, que permite ao eu nascente encontrar pontos de referências simples e estáveis, necessários para que ele leve a cabo seu trabalho de integração no tempo e no espaço. (WINNICOTT, 1975, p. 185)

Ainda apresenta-se como função materna a fase de *handling*, fase importante para o bem-estar físico do bebê, pois é a partir de como ele é manipulado, enquanto é cuidado. Esta fase é importante pois é nela que a criança vai formando sua personalização, sendo está a união da sua vida psíquica com o seu corpo. (WINNICOTT, 2006)

Essas fases apresentadas por Winnicott (2006) nos fazem pensar na teia de complexidade que permeia o início da vida, e percebemos que tudo começa na família, no cuidado e nos dar uma relação constitutiva com o amor. É aqui que temos nossa primeira experiência com o amor. É a partir do cuidado, que o amor se faz corpo.

4. OS FENÔMENOS TRANSICIONAIS E A DEPENDÊNCIA RELATIVA

Aos lermos Winnicott (1975, 2006 e 2008) podemos compreender que a criança exerce uma dependência relativa da mãe ou de seus substitutos parentais, após os seis meses, porém a intervenção acontece de forma mais frequente, essa dependência é relativa porque o bebê toma consciência de sua vinculação, aceitando melhor as “falhas de adaptação” da mãe e até tirando proveito delas para o seu desenvolvimento, de modo que a criança já reconhece os objetos e as pessoas que fazem parte de sua realidade, percebe sua mãe separada dela e realiza uma união entre sua vida psíquica e seu corpo, já identifica os movimentos da sua casa, que ela prepara sua comida e logo vai alimentá-la.

Na mãe também se percebe uma evolução psíquica, ela já retorna às suas atividades pessoais e profissionais e introduz falhas de adaptação moderadas ao filho, que são ajustadas ao desenvolvimento do bebê e este aproveita para evoluir sem prejuízos.

Porém, isso não significa que a criança não precise mais da ajuda da mãe, ela ainda tem um caminho longo a percorrer no seu desenvolvimento e humanização do seu filho.

Sendo vista, como ainda trata do autor citado a cima, é nessa fase que a criança terá uma dificuldade em perceber a mãe de forma unificada, ou seja, ela pensa *a priori* que está se relacionando com duas mães, sendo a primeira“ a mãe dos momentos de calma, de tranquilidade, aquela que cuida dele, que brinca, afaga, reconhece o rosto, sua voz... sendo assim a mãe que zela pelo seu bem estar e esta é amada por ele ternamente. A segunda mãe, seria aquela que se encontra com ele na hora das refeições, que está implícito momentos de excitação e agressividade presente de forma oral. Assim o bebê imagina que neste momento acarreta um desgaste do corpo da mãe, suas atitudes e movimentos para que ele coma, e cava nele um buraco, um vazio.

Dessa forma, a criança se inquieta com esse contexto de destruição da imagem da mãe, pois ela precisa da mãe para realizar seu bem-estar, daí ela tem um desafio, no que se refere ao reconhecimento dessa's mãe's, onde seja reconhecido por ele, que trata-se da mesma mãe, a dos momentos de excitação é a mesma dos momentos de tranquilidade.

De certo, é nessa fase em que a mãe que sobrevive é a mãe suficientemente boa, a que está presente e cuida da criança nos momentos de calma e nos momentos de pulsão tensional. A sobrevivência da mãe, ou seja, a que sobrevive, é a mãe que não se ausenta por um período suficiente para que não ultrapasse a capacidade da criança de guardar uma representação viva dela, de acreditar em sua existência.

Assim, a experiência repetida da sobrevivência da mãe, no cotidiano, faz com que as crianças aceitem como suas as fantasias e os pensamentos ligados à experiência pulsional, assim como distinguir progressivamente essas fantasias e pensamentos do que acontece na realidade externa e que tenham a experiência de uma relação de excitação que não é destrutiva, nem desestruturante.

Confome os entendimentos de Lannes (2016) vem a nos ajudar a entender que os fenômenos transicionais se apresenta como um espaço na vida do bebê por meio de objeto(s)

na forma tangível, sendo esses o(s) objeto(s) transicional. Esses objetos, muitas vezes, passam de forma despercebida aos olhos do observador. Esta é uma fase em que a criança começa a ter a noção de separação da mãe, enxergando como dois seres, assim como também perceber que não é onipotente, e depende da mãe para a satisfação de suas necessidades.

Ao enfrentar essa desilusão, a criança se depara com uma experiência angustiante, e para passar por isso ela começa a desenvolver algumas atividades. Sendo algumas delas segundo Winnicott (2006), em que o bebê começa a levar à boca os dedos, alguns objetos externos, como, por exemplo, uma ponta do lençol ou cobertor em que segura um pedaço de tecido, que ele chupa ou não chupa realmente. Os objetos geralmente utilizados são, fraldas e mais tarde lenços. Essa escolha é em função do que está disponível e se encontra ao alcance da criança.

Essas atividades possuem uma característica em comum, que seriam os momentos que causam angústia na criança, como separar-se da mãe na hora de dormir, o momento que a mãe viaja ou mesmo vai trabalhar. Essas inúmeras atividades que as crianças desenvolvem na fase de dependência relativa, foram chamadas de fenômenos transicionais.

5. OS DISTÚRBIOS PSÍQUICOS E POSSÍVEIS ORIENTAÇÕES TERAPÊUTICAS

Os distúrbios psíquicos cuja origem situa-se na fase de dependência absoluta, constitui os efeitos de uma mãe insuficientemente boa, conforme compreendemos em Winnicott (2006) as quais não são sentidas pelo bebê como frustrações, mas carências nas satisfações das necessidades.

Ainda com Winnicott (2006), na fase de dependência absoluta o bebê necessita da proteção da mãe, para que seu “eu” seja desenvolvido, o que se dá pela integração das três funções maternas. Quando o bebê é privado dessa mãe, a maturação do eu não pode se efetuar e o desenvolvimento das funções principais fica bloqueado ou distorcido. Quando a mãe não sustenta a formação do eu, o que surge na criança é uma angústia impensável.

A angústia resulta como uma ameaça de aniquilação, em que gera variações como: despedaçar-se; ter a impressão de uma queda infundável, sentir-se levado para as alturas

infinitas, não ter relação com o próprio corpo e, por fim, não ter orientação espaço-temporal conforme Winnicott (1975).

Nasio (1995), ao se referir a teoria winnicottiana, relata que os bebês passam por experiências que podem ser descritas também por: ser feito em pedaços, cair para frente, morrer e morrer e morrer e perder todos os vestígios de esperança de renovação de contatos. Sendo essas variações a essência da angústia psicótica.

Diante dessa demanda, a evolução para a organização de uma personalidade patológica, vai depender dos graus e variedades dessa carência. Sendo essas organizações patológicas segundo a teoria winnicottiana a esquizofrenia infantil. Para Winnicott apud Santos (1999), os mecanismos primitivos que atuam no psicótico não são privilégio das psicoses, alertando que o que tipifica uma psicose, na visão winnicottiana, não são os mecanismos psíquicos, nem o tipo de ansiedade em jogo, mas as defesas primitivas. As falhas do ambiente favorável levam a esse comprometimento da evolução da personalidade e do *self* do indivíduo, cujo resultado é chamado esquizofrenia.

A personalidade da criança constituída em um falso *self* é o traço principal da falha da mãe, e da clivagem de um *self* verdadeiro. O sujeito que constitui sua psique em um falso *self* experimenta a vida de modo falso e artificial. Segundo Nasio (1995, p.189) diz que, “a organização da vida psíquica baseada num falso *self* leva o indivíduo a experimentar um sentimento de irrealidade a respeito de si mesmo, dos outros e da vida em geral.”

Por isso sua capacidade de se adaptar ao meio é aumentada, surgindo um sentimento de vazio que pode acarretar em graves descompensações e conflitos sociais. Vale salientar que essas discussões não tem o intuito de culpabilizar a mãe, porém temos uma possibilidade de refletir sobre o real a partir de uma teoria, não sendo esta a verdade absoluta, mas apenas uma verdade.

Passar por um redirecionamento dos processos de maturação da primeira infância, seria redirecionar o lugar que o terapeuta ocuparia, na relação terapêutica. Este, precisaria ocupar o lugar de uma dependência absoluta com o terapeuta, porque assim ele estará na posição da mãe suficientemente boa, aquilo que o bebê necessita para o livre processo de maturação.

Conforme o autor Lannes (2016) vamos entender que a relação terapêutica, com a identificação do analista com o paciente a nível simbólico, gera o (*holding*), uma função de

sustentação e confiança. A capacidade do analista de se identificar com as necessidades do paciente libera os processos de maturação e acarreta um descongelamento da situação primitiva de carência ambiental. Permite uma evolução do *eu* para que este expresse os seus sentimentos mais remotos e inimagináveis, pois essa relação terapêutica vem substituir as angústias da época primitiva.

Assim, o *eu* adquire a capacidade de utilizar carência para se enriquecer e vivenciar emoções sem risco de aniquilamento, em que o analista irá se adaptar às necessidades do paciente, dando a possibilidade de um progresso do eu.

Em seguida, iremos apresentar a fase de dependência relativa, em que o bebê busca de elementos para entrar em um processo transicional, entre a fase de dependência absoluta e a relativa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Winnicott (2006) há uma ênfase na função materna e não paterna, em que existem dois tipos diferentes de mãe, a mãe suficientemente boa e a mãe insuficientemente boa, como já mencionamos acima. Importante destacar que para o autor com seus estudos não pretendeu ensinar as mães a serem suficientemente boas, acreditando que até porque não é algo a ser ensinado.

O autor tem interesses com a vida dos recém nascidos, dos bebês e para os distúrbios cuja etiologia era anterior a fase edipiana, em que propôs uma nova técnica terapêutica, concernente aos pacientes, que em sua primeira infância, haviam deparado com um ambiente que fracassou nas adaptações e nas necessidades do bebê.

Por fim, trás uma discussão sobre os fenômenos transicionais, como possibilidade de não se instaurar uma estrutura psicótica no sujeito, pois é nessa fase que o bebê busca artefatos para se separar da sua mãe. Em conclusão a teoria winnicottiana criou um ambiente novo e adaptado a cada ambiente, em que a mãe se apresenta como centro dessas experiências e que em toda a sua teoria Winnicott vai ao final trazer que as mães fazem o melhor que podem, e não mais.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Alegre: Porto Editora, 1994.

DEMO, P. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 12^a ed. São Paulo: 2006.

FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

LANNES, Edson Soares. **O objeto em Winnicott**, *Primórdios*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 45-50, 2016. Disponível: http://cprj.com.br/primordios/04/5_Primordios_MioloVol4_Prova03-7.pdf. Acesso em 20/09/2021.

NASIO, J.D. **Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

WINNICOTT, D.W. **Os bebês e suas mães**. 3^o ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **A criança e o seu mundo**. Tradução Álvaro Cabral, 6^a edição, Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **O brincar e a realidade**, de Donald Winnicott. Rio de Janeiro, Imago, 1975.



O PAPEL DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL NO ÂMBITO HOSPITALAR: uma revisão de literatura narrativa

Mariana Monique Gurgel Costa¹

Maria da Conceição Silva Alves²

Débora Viviany Braga Alves³

Luan Martins de Souza⁴

RESUMO

O hospital é um ambiente que lida diretamente com demandas complexas relacionadas à saúde, como a morte e a doença, bem como a demandas organizacionais, por ser uma instituição, seja pública ou privada, e vivencia processos de trabalho em equipe, falhas na comunicação entre profissionais, entre outros. Partindo deste ponto, é notória a necessidade de profissionais que possam lidar com essas duas demandas divergentes. Assim, esse artigo trata-se de uma revisão de literatura narrativa, qualitativa e comparativa, tendo como objetivo geral, comparar o papel do psicólogo organizacional e hospitalar em unidades hospitalares. Neste sentido, a referida produção visa a análise da inter-relação destes fatores mostrando algumas possibilidades de atuação para a aquisição e para a manutenção do conhecimento, centralizando essencialmente na relevância do psicólogo organizacional para um grande desenvolvimento. A pesquisa foi realizada em bases de dados como o Google Acadêmico em julho de 2021, utilizando palavras-chave como “psicólogo organizacional” e “hospital”. A literatura evidencia o significado que tal profissional tem na melhoria tanto no atendimento dos pacientes, em suas questões emocionais, quanto na melhora das relações de trabalho dentre todos os profissionais de saúde,

¹ Graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN. E-mail: moniquegurgel.costa@gmail.com

² Graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN. E-mail: ceicaalvespsi@gmail.com

³ Graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN. E-mail: psi.vivianybraga@gmail.com

⁴ Mestrando em Saúde e Sociedade pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Docente e orientador no curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN – E-mail: luanmartinspsi@gmail.com



pois é ponto pacífico que toda relação de trabalho, ou mesmo relações sociais comuns, enfrentam problemas de convivência. Desta maneira, o psicólogo organizacional possibilita a melhoria nas relações sociais dentro do ambiente de trabalho, no caso do psicólogo hospitalar, possibilita-se melhora no atendimento aos pacientes.

Palavras-chave: Psicólogo Organizacional, Psicólogo Hospitalar, Hospital.

ABSTRACT

The hospital is an environment that directly deals with complex health-related demands, such as death and illness, as well as organizational demands, as it is an institution, whether public or private, and experiences teamwork processes, communication failures between professionals, between others. Starting with this, the need for a professional who can deal with these two divergent demands is evident. There you have Hospital Psychology and Organizational Psychology that deal respectively with the problems already mentioned. Thus, this article is a review of the narrative, qualitative and comparative literature, with the general objective of comparing the role of the organizational and hospital psychologist. In this sense, an example of production aims at an analysis of the interrelationship of factors explaining some possibilities of action for the acquisition and maintenance of knowledge, centering essentially on the production of the organizational psychologist for a great development. A search was conducted in databases such as Google Scholar in July 2021, using keywords such as “organizational psychologist” and “hospital”. The literature shows the meaning that professionals have in improving both the care of patients, their emotional issues, and the improvement of working relationships among all health professionals, as it is a common ground that every working relationship, or even common social relationships, face problems of coexistence. In this way, the organizational psychologist enables an improvement in social relationships within the work environment, in the case of the hospital psychologist, it enables an improvement in patient care.

Keywords: Organizational Psychologist, Hospital Psychologist, Hospital.



1 INTRODUÇÃO

Segundo, Moreira e Silva (2016), o psicólogo organizacional é direcionado para o desenvolvimento do aperfeiçoamento da qualidade nas concepções de trabalho dos profissionais que constituem o âmbito hospitalar. Desta maneira, deve-se discorrer as peculiaridades e subjetividades das pessoas introduzidas neste local de trabalho, em direção a entender a instituição integralmente e com atribuições que envolvem diretamente na qualidade do serviço e, por resultado, na vida de seus funcionários. Visto que, a competência organizacional dos hospitais, ao todo, demonstra uma variedade de complexidades do qual as mais importantes acontecem nas proporções de relacionamento interpessoal, vontade de mudar, corrente de informação ou comunicação e estresse.

No entanto, na área hospitalar, o psicólogo, tem que proporcionar práticas que ajudem não só no aperfeiçoamento do desempenho e produtividade dos funcionários, no que se aborda sobre as atribuições técnicas e burocráticas feitas pelos mesmos, mas essencialmente, ampliar a qualidade de vida do trabalhador. Para isso, este profissional em psicologia organizacional, tem que verificar os casos de trabalho, segundo as formas que estes se organizam, relações entre diretores e os subordinados, local físico, entre muitos outros, e sugerir, através de um diagnóstico organizacional, alterações que possam ser vantajosas para a saúde dos funcionários (MOREIRA; SILVA, 2016).

Com base na questão da realidade hospitalar do psicólogo, apresenta-se uma dinâmica hospitalar como: uma rotina bem intensa, procedimentos práticos, elementos relevantes da conduta profissional do psicólogo e que acabam influenciando na sua atividade básica: procurar estratégias em grupo com o paciente e ajudarem para reduzir a ansiedade ou ociosidade, ocasionado pela hospitalização (SILVA et al., 2017). No entanto, as demandas de um psicólogo hospitalar são: as dúvidas e as apreensões a respeito do diagnóstico e da hospitalização, o preparado para uma determinada cirurgia, apoio no tratamento, adequação à nova forma de vida, e passar por casos de risco, morte e de luto (TONETTO; GOMES, 2006).

Logo, não existe somente a psicologia hospitalar, mas, também a organizacional, que, segundo Spector (2006), é ligada para o desenvolvimento e para a introdução de elementos

científicos no âmbito de trabalho. O mesmo não trabalha direto com as questões emocionais e pessoais dos pacientes, uma vez que isto é atribuição da psicologia hospitalar. Porém, se a organização verificar, a precisão de um especialista neste campo, e o psicólogo organizacional também indicar a introdução de um psicólogo hospitalar, divide-se então o serviço conforme as precisões observadas (PESCA, 2011).

Os dois, no entanto, possuem as duas diferenças: na área do psicólogo hospitalar o mesmo possui a conduta clínica e social no modo de auxílio psicológico, que acaba incluindo, a clientela, em geral, além do paciente e sua família; o psicólogo organizacional, pode responsabilizar-se pela criação de grupo multiprofissional com colaboradores do hospital, proporcionando ações de assessoria, consultoria e inter-consulta psicológica (CAMPOS, 1995 apud MARCON; LUNA; LISBOA, 2004).

Campos et al., (2011) descrevem que o papel do psicólogo organizacional no ambiente hospitalar é, trabalhar como um facilitador e conscientizador da atribuição das, diversas equipes que fazem parte da organização, atentando a saúde e a subjetividade das pessoas, a dinâmica do local e a sua introdução no meio mais abrangente da organização.

O presente trabalho nasce de um grupo de estudos e pesquisa na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho e se mostra de suma importância, principalmente em tempos pandêmicos, onde os cenários hospitalares, que já são por si só ambientes repletos de tensão e pressão, agora, ainda mais pelo atual cenário, no qual profissionais de saúde que a todo momento precisam lidar com demandas de risco ligadas à saúde, como mortes, adoecimentos, riscos de contaminação, etc. bem como com demandas organizacionais, como falhas na comunicação, conflitos em processos grupais, necessidades de capacitação, entre outros. Assim, fica evidente a relevância do presente trabalho e da necessidade de continuidade em estudos relacionados.

Nesse contexto, o tema deste trabalho é voltado para a psicologia organizacional, contemplando a relação do mesmo no âmbito hospitalar. Contudo, destaca-se a seguinte pergunta: qual o papel do psicólogo organizacional no ambiente hospitalar? Diante disso, a pesquisa teve como objetivo comparar o papel do psicólogo organizacional e hospitalar em unidades hospitalares, diferenciando e correlacionando principais atribuições e características.



METODOLOGIA

A metodologia aplicada no presente artigo trata-se de uma revisão de literatura narrativa de cunho qualitativa comparativo, que, de acordo com Gil (2019), trata de buscar respostas para uma dada pergunta de forma não tão sistemática através de dados secundários, ou seja, aqueles que já foram publicados por outras pessoas em um dado momento histórico. Segundo Minayo (2001), uma pesquisa qualitativa baseada em um nível de realidade que não tem a viabilidade de ser quantificado porque trata de um universo de significados, de motivações, de aspirações e de atitudes, que se encontram naturalmente em um espaço profundo de relações, processos e fenômenos, partir deste método

Por se tratar de uma revisão de literatura narrativa, não foram estabelecidos tantos critérios sistemáticos na fase de coleta de dados, porém, os dados utilizados foram pesquisados em julho de 2021 a partir das palavras chaves “psicólogo organizacional” e “hospital” no google acadêmico, por se tratar de uma base de dados gratuita e de grande alcance, sendo incluídos principais artigos na área temática que respondiam ao questionamento norteador, esperando ao final, poder diferenciar as principais

2 DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

2.1 HISTÓRIA DO TRABALHO E DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

O trabalho passou e passa por diversas modificações em seu conceito e perspectivas, até chegar na contemporaneidade. Zanelli, Borges-Andrade e Bastos (2014) afirmam que na Antiguidade, temos que para Platão, o cidadão deveria ser poupado do trabalho. Os filósofos da época, como Aristóteles, valorizavam a atividade política em detrimento ao trabalho, considerando assim como atividade inferior, impedindo as pessoas de terem virtude. Seguindo a crença da época, é possível entender que todo cidadão deveria abster-se de profissões mecânicas e da especulação mercantil, pois a primeira limita o indivíduo intelectualmente, e a segunda o degrada eticamente. Tendo em vista a filosofia clássica, o trabalho era visto como degradante, inferior e desgastante. Já na Idade Média, mudanças aconteceram no que se refere à economia e à estruturação social, tornando as ideias mais influentes da Antiguidade,

inadequadas. O surgimento do capitalismo propicia e consolida uma mudança mais visível na reflexão sobre o trabalho.

Primordialmente, é importante ressaltar que, com o passar dos anos, o trabalho tornou-se, muitas vezes, um aspecto central da vida de indivíduos sociais. Em primeiro plano, a partir da concepção de Zanelli, Borges-Andrade e Bastos (2014), isso ocorre devido ser por meio desse aspecto que a maioria dos seres sociais, conhecido também como “classe operária” e “trabalhadora”, conseguem os meios para sua subsistência, e até mesmo para uma possível elevação no *status quo* da comunidade em que está estabelecido.

É importante dizer que o indivíduo não possuidor dos meios de produção não tem como reproduzir sua existência, ou seja, não tem como subsistir. Esse dualismo econômico entre o dono do capital e os detentores da força de trabalho, não é um fator natural da sociedade, mas a consequência de um processo histórico.

“É essa condição “livre” e desprovida dos meios de produção do trabalhador que proporciona a venda da força de trabalho como uma mercadoria – a única que o trabalhador detém. Ser mercadoria significa representar um valor de uso (quando sua utilidade é acessível ao ser humano) e um valor de troca. Em outras palavras, a situação socioeconômica tornou necessário ao indivíduo, desprovido de tudo, vender seu trabalho, e, ao capitalista, adquiri-lo, como meio de dar prosseguimento à produção de outras mercadorias, o que, sendo valor de troca, permite crescer seu capital. Nessa realidade, fundou-se a noção de contrato de trabalho, recriando-o na forma de emprego assalariado”

(ZANELLI; BORGES-ANDRADE; BASTOS, 2014, p.29)

Para Zanelli, Borges Andrade e Bastos (2014), às concepções do mundo do trabalho, é a história da luta do homem pela transformação da natureza, da alienação humana advinda das condições específicas que o trabalho assume no contexto capitalista. Esses diversos padrões de acumulação capitalista não devem deixar o essencial obsoleto, a apropriação individual do trabalho social como a marca distintiva da ordem do capital é o que deve ser preservado ao fim de tudo. Na história do trabalho é possível ser comparada a história da resistência dos homens diante dessas condições impostas para sua reprodução social.

Inserido num momento em que o capitalismo está em ascensão, dentro do período industrial, surge o profissional da Psicologia trabalhando a favor de descobrir como é possível melhorar o desempenho dos trabalhadores, aumentar a produção, bem como selecionar e treinar



os melhores funcionários. Mais tarde, essa atuação deixa de ser tão somente voltada ao aspecto da gestão e organizacional e passa a ter também como foco o sujeito trabalhador e todas as implicações na subjetividade e saúde destes, ampliando o campo da Psicologia Organizacional, para também uma Psicologia do Trabalho, que mais tarde viriam ser unidas (ZANELLI, BORGES-ANDRADE, BASTOS, 2014).

Para Mota, Araújo e Barbosa, (2021), durante um longo período, a Psicologia Organizacional e do Trabalho teve uma imagem de ser uma área de atuação elitista, para muitos estudiosos, que realizaria uma contribuição significativa com a manutenção do *status quo*, sendo representante, portanto, de classes mais elevadas e tradicionais pertencentes a uma sociedade capitalista. Atualmente, o que pode ser visto no que diz respeito ao desenvolvimento da área Psicologia Organizacional e do Trabalho é claro, objetivo e cientificamente embasado, de forma teórica e técnica. No entanto, durante o processo de consolidação enquanto área de atuação, os estudiosos enfrentam dificuldades, tendo em vista que não haviam pesquisas e publicações de autores brasileiros na área, sendo os poucos materiais disponíveis apenas de autores estrangeiros, onde haveria, necessariamente, uma realidade não condizente com os aspectos inerentes ao Brasil.

No que diz respeito ao âmbito conceitual, Mota, Araújo e Barbosa (2021) afirmam que o termo Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) foi empregado desde a década de 90, com o intuito de abranger toda a diversidade que a área apresenta. Em linhas gerais, imersa na consolidação da ciência psicológica, a área de POT sofreu significativas mudanças e redefinições ao longo da história, ampliando assim seus estudos e espaços de atuação. Como consequência, criou dois eixos, envolvendo aspectos psicossociais, sendo eles “as organizações – ferramenta social formadora de coletivos e/ou grupos humanos – e o trabalho – visto como atividade básica dos seres humanos, importante para a formação da identidade e processos de subjetivação” (BASTOS, 2003, p. 150).

Mota, Araújo e Barbosa (2021), inferem categoricamente que as organizações de trabalho, com o decorrer dos anos, passaram e vêm passando por notáveis transformações quando é abordado aspectos como a economia, a política, as relações de produção e as relações sociais. Consoante Glenn e Malott, (2005), organizações estão imersas na interação dinâmica



entre os comportamentos individuais e de seus produtos. Organizações são instituições complexas e mutáveis.

Segundo pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), nos anos de 1988, apontaram que a Psicologia Organizacional e do Trabalho era a segunda maior área de atuação dos profissionais Psicólogos, se desenvolvendo mais com o passar do tempo, em vários locais e em diversas formas de atuação. Um exemplo desses espaços são as organizações de saúde, nas quais o profissional volta-se a diversas preocupações, principalmente com a melhoria da qualidade das relações de trabalho dos colaboradores que compõem a rede hospitalar, como também com a gestão onde nela existe essa inter-relação. “A cultura organizacional dos Hospitais, de modo geral, apresenta uma série de dificuldades sendo que as mais significativas ocorrem nas dimensões de relacionamento interpessoal, fluxo de informações/comunicação, nível de estresse e desejos de mudanças.” (MOREIRA; SILVA, 2016, p.4).

2.2 CONTEXTO HOSPITALAR E SEUS ATRAVESSAMENTOS

O hospital é entendido como um instrumento de cura, sendo a distribuição do espaço instrumento terapêutico. Ao pensar em sua estruturação, é possível perceber que os hospitais obtiveram uma evolução desde pequenos grupos estruturados, de maneira informal, até as grandes e complexas organizações. Ademais, as modificações observadas tem como principal objetivo sempre a racionalização dos esforços humanos, atingindo os objetivos definidos desde o início. Para consagrar tal ato como real, o hospital deve passar por uma administração seguindo critérios absolutamente racionais, bem como essencialmente baseados nos pressupostos que caracterizam a moderna administração empresarial (GONÇALVES, 1998).

É importante ressaltar, que a instituição de saúde possui características próprias que a diferencia de outras organizações. Os objetivos e finalidade dos serviços prestados, se faz um bom exemplo disso, porém, tem-se também interdependência entre as áreas de funcionamento (eficiência dos serviços só é assegurada com a inter-relação de todas as esferas). Nesta organização, a compreensão é feita a partir de sua totalidade, não sendo, portanto, apenas uma somatória de partes fragmentadas. Tendo isso em vista, pode-se afirmar que organização hospitalar possui características semelhantes a outras instituições organizacionais, enfatizando,



especificamente, a sua estrutura burocrática e administrativa, bem como os aspectos de hierarquização das atribuições de responsabilidade empresarial, sob a perspectiva que essa responsabilidade é marcada por uma série de complexidades na distribuição de funções. O médico, muitas vezes, passa a ser o principal responsável pela organização hospitalar. Esse fato, dá forma às relações socioeconômicas que se encontram atualmente nas instituições hospitalares. (VENDEMIATT et al. 2007; MOTA, ARAÚJO, BARBOSA, 2021; TEIXEIRA, 1983; GONÇALVES, 1998)

Seguindo a concepção de Frederico-Ferreira (2008), corroborando com a ideia dos autores acima, nos hospitais públicos com gestão tradicional é clara a presença de um contexto histórico marcado pelo centralismo e pelo formalismo. A partir de uma análise cuidadosa, é possível perceber a hierarquia dos cargos, apresentando-se a autoridade dos líderes como decorrendo da sua posição na estrutura formal, caracterizando assim, o relacionamento interno na organização. Entretanto, o carácter centralizador propicia insensibilidade. Por outro lado, a cultura portuguesa enraizou ideias e opiniões sobre a Administração Pública, levando assim a uma aceitação da fraca responsabilidade pelo bem coletivo, o não desenvolvimento de práticas que gerem cidadania ativa e comportamentos proativos, principalmente referindo-se aos aspectos comunicacionais e comportamentais. Ademais, nestas instituições hospitalares, os baixos índices de desempenho são registrados, tendo como consequência falhas na gestão, como também do comportamento dos indivíduos ali instalados de maneira trabalhista. Esse comportamento resulta de diversos aspectos, podendo ser citado como exemplo a ausência de participação na gestão e organização dos serviços, a ausência de reconhecimento e de mecanismos de compensação face ao desempenho e de uma estrutura salarial pouco atraente.

Consoante Gonçalves (1998), o comportamento dos funcionários do hospital com o passar dos anos vem sendo identificado sob a ótica humanística (não humanitária), superando aos poucos a visão tecnicista resultante dos papéis limitados, anteriormente determinados. Sentimentos, emoções, amizades e hostilidades, cooperação e competição, constituindo regras de convivência, são considerados de forma atual fatores preponderantes para o alcance dos objetivos e metas no hospital.

Seguindo esse pensamento, Gonçalves (1998), evidencia que para atingir completamente seus objetivos e de forma satisfatória, as organizações hospitalares necessitam

de uma estruturação racional de todos os seus setores. O autor salienta que é a partir desse aspecto da instituição que começam as adversidades, visto que é de forma estrutural, que se compõem as relações que se desenvolverão constantemente entre os indivíduos e os grupos que convivem dentro da organização hospitalar. O autor ainda afirma que as tensões e conflitos, acontecem, de forma natural, se estabelecendo entre os colaboradores dessa organização, pois eles são inevitáveis em qualquer ambiente de trabalho. Consoante Moreira e Silva (2016) sem o devido preparo técnico disponibilizado pelos setores de RH em hospitais, bem como a capacidade de planejar e fiscalizar a execução das atividades a serem realizadas, torna-se uma ideia utópica, a pretensão de uma eficiência necessária nesse âmbito.

Mota, Araújo e Barbosa (2021) inferem que a organização hospitalar pode ser entendida por uma dinâmica complexa de trabalho, onde existem um grande número de colaboradores que exercem funções diferentes umas das outras. Os serviços de uma empresa hospitalar são prestados por grupos heterogêneos de colaboradores, com diferentes níveis de educação e qualificações distintas. Os empregados vivenciam constantemente uma rotina estressante, com altas demandas, cansaço, frustração e pressão frente às atividades às quais são submetidos, esses aspectos possuem influência significativa e direta no desgaste físico e, acima de tudo, no desgaste emocional e psicológico desses indivíduos. É clara a concepção de que tal configuração de trabalhista, gera não apenas síndromes, como também, consequente, adoecimento mental e físico, porém não somente isso, é possível perceber também a prevalência de absenteísmo, desmotivação e insatisfação entre indivíduos pertencentes à organização.

Gonçalves (1998) ressalta que como qualquer entidade prestadora de serviços, o hospital está, na dependência do comportamento de seus recursos humanos. Levando em consideração, principalmente o fato de que os funcionários se defrontam com pessoas fragilizadas pela doença e em processo de regressão psicológica, bem como com familiares também em fragilidade emocional. No hospital, não serão suficientes treinamento ou obediência a normas operacionais estabelecidas previamente. Tal como em qualquer organização, o desempenho das pessoas que atuam no hospital está intimamente ligado à sua motivação. O autor afirma que essa seria a palavra-chave de toda a administração hospitalar, precisando ser cuidadosa e permanentemente buscada.



2.3 ATRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL NO ÂMBITO HOSPITALAR

Frederico- Ferreira (2008) considera que a problemática relacionada às relações de trabalho constitui um problema social central da sociedade, obtendo espaço de destaque em discursos políticos, vivendo-se, entretanto, uma evolução paradoxal. Enquanto as organizações necessitam de cooperação com os colaboradores na construção de soluções inovadoras que melhorem o funcionamento e a capacidade de resposta das instituições, há a presença de uma individualização e dissolução da entidade coletiva, inviabilizando assim, a noção de carreira, pois a organização passa a não garantir mais emprego para toda a vida, como antes era proposto. É possível entender que a partir dos anos 1990 tem-se em vista a otimização da produtividade do aspecto trabalho, partindo do pressuposto da capitalização dos sentimentos e das emoções individuais. Nesta análise, é preciso entender que os seres são percebidos como portadores de necessidades sociais e psicológicas, sendo a satisfação destas necessidades, por meio de estilos de gestão mais participativos e descentralizados, tendo o enriquecimento de tarefas como principal condutor ao empenhamento face aos valores e objetivos organizacionais e num enquadramento que faz necessária a uma crescente responsabilização, motivação e empenhamento por parte de cada profissional de saúde. Assim, o suporte organizacional é um fator fundamental para garantir o comprometimento e envolvimento dos profissionais de saúde com o trabalho e a organização (FREDERICO-FERREIRA, 2008).

Trazendo as atribuições do psicólogo organizacional e do trabalho dentro de organizações hospitalares, é possível supor que possa haver uma confusão em se tratando de qual seria o papel dos diferentes tipos de atuação do profissional psicólogo dentro de um hospital, podendo ser, mais comumente relacionadas à organizacional e à hospitalar. Segundo Mota, Araújo e Barbosa (2021), os Psicólogos hospitalares, de forma diversa aos organizacionais, atuarão, de forma incisiva, na linha de promoção de saúde e cuidados paliativos, portanto, estes psicólogos fazem atendimentos aos pacientes que se encontram em tratamento na unidade, aos seus familiares e a equipe de saúde. É necessário ressaltar que o Psicólogo hospitalar, pode inclusive, auxiliar o profissional da atuação organizacional na criação de propostas e intervenções, tendo em vista a saúde mental dos trabalhadores, uma vez



que, é de fundamental importância que a equipe da organização hospitalar se encontre saudável. Ainda para os mesmos autores,

“é imprescindível que o profissional em Psicologia Organizacional e do Trabalho aprimore e desenvolva seus conhecimentos em relação aos contextos laborais dos trabalhadores dos serviços de saúde, para isso, o mesmo não deve restringir-se a apenas os materiais teórico-metodológicos próprios da ciência psicológica, mas também ao estudo contínuo da literatura que envolve aspectos dessa realidade, como o entendimento das Políticas Públicas em Saúde, da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador – PNSST, dos estudos advindos das áreas da administração e gestão hospitalar. Dessa forma, compreende-se que o Psicólogo deve estar orientado por uma visão crítica e reflexiva, atuando a partir da problematização da realidade de trabalho nas organizações hospitalares, de modo que possa articular seus saberes práticos e teóricos em prol da melhoria das condições e relações no trabalho, formulando formas de intervenção que considere a participação dos colaboradores como chave primordial nesse processo de melhorias e, a partir disso, obtenha impacto significativo sobre os fatores que causam adoecimento”. (MOTA; ARAÚJO; BARBOSA, 2021, p.10)

Consoante as ideias apresentadas, o Conselho Federal de Psicologia, por meio do relatório sobre o I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública, aborda sobre os Sistemas Conselhos de Psicologia:

“Lute para integrar Psicólogos às equipes multidisciplinares nas ações de vigilância em saúde do trabalhador, contribuindo para a análise dos processos de trabalho e para a sua relação com os fatores subjetivos, emocionais e cognitivos do trabalhador. Fomente a implantação e/ou implementação de serviço de saúde e segurança do trabalhador, cujos princípios e diretrizes deem garantia de forma integral, com vistas à prevenção, promoção e recuperação da saúde do trabalhador da saúde pública” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP, 2006).

Gonçalves (1998) acredita que para atingir plenamente os objetivos, a instituição hospitalar precisa estruturar de maneira racional todos os diversos setores referidos. Entretanto, as dificuldades, aqui, vêm à tona, isso porque é realizada de forma estrutural a definição das relações que deverão ser desenvolvidas entre as pessoas e os grupos que convivem na organização. O autor ressalta que é natural e compreensível que tensões e conflitos surjam e se estabeleçam entre os indivíduos que trabalham no mesmo ambiente, sendo um fato quase inevitável em qualquer trabalho. Em cada situação, há indivíduos que, ao considerar sua personalidade ou atividades exercidas por eles, assumem papéis de liderança ou influência. É válido reafirmar que o hospital é território de tensões de natureza grupal e profissional, envolvendo, por exemplo, o corpo clínico, os médicos que trabalham no hospital. Trata-se de



profissionais com os quais muitas vezes é difícil trabalhar, principalmente por serem formados - ou “deformados” - ao longo do tempo de sua preparação acadêmica para estar capacitados a exercer, a cada momento, decisões que envolvem a vida e a morte.

Dentre as possibilidades de atuação de um profissional da área de POT no contexto hospitalar, Mota, Araújo e Barbosa (2021), destacam a nomeação de representantes para setores e cargos, abrangendo a área dos auxiliares de serviços gerais até os médicos, afirmam que tem como finalidade diminuir os aspectos estressores advindos pela carga de serviços prestados e possibilitando vínculos intersetoriais, isso tem sua importância, devido ao fato de que o psicólogo dificilmente consiga manter contato com todos os indivíduos inerentes à rotina trabalhista. Esses vínculos intersetoriais criam uma teia de relação entre os setores e, conseqüentemente, os indivíduos presentes naquela organização, facilitando assim um clima organizacional adequado. Com equipes multidisciplinares, o desenvolvimento de ações se torna mais efetivo, contribuindo assim, para a saúde dos trabalhadores, também é válido para a concretude de um ambiente organizacional saudável e promissor, para que o colaborador se sinta impulsionado a conseguir novas conquistas e gerar inovação. Na perspectiva dos autores, o Psicólogo inerente a essa área de atuação contribuirá de forma significativa para o aumento de saúde mental e bem-estar social, bem como analisar de forma criteriosa situações de riscos e insalubridade, prevenindo assim, prejuízos futuros à vida desses trabalhadores.

A partir de seu estudo em hospitais privados Vegro et al. (2016) infere que os valores e as práticas organizacionais dentro da instituição hospitalar inferem na cooperação no trabalho e a busca pela qualidade e pela satisfação do paciente, no entanto, é possível perceber que foi relatado pelos trabalhadores a existência de controle e a rigidez no trabalho e a hierarquização das relações de poder, características relacionadas aos modelos tradicionais de gestão adotados nas instituições de saúde brasileiras. Tendo essa questão em vista, apesar da busca incessante por oferecer serviços de qualidade aos pacientes e manter um ambiente laboral adequado, a instituição ainda possui valores de rigidez e controle no trabalho, dificultando assim, a atuação do trabalhador no processo decisório, prejudicando a comunicação e o relacionamento interpessoal. Estes aspectos também dificultam diretamente a manutenção da qualidade do cuidado em saúde, já que essa valorização dos processos, normas e rotinas favorece a quebra de ações, impedindo assim a integralidade do cuidado.

Refletindo sobre os itens apresentados, é necessário entender a psicologia acadêmica como uma área onde estão disponíveis conhecimentos científicos, necessários ao psicólogo organizacional dentro desse âmbito hospitalar, no entanto, só esses saberes não são suficientes para abarcar todas as atribuições inerentes à prática deste profissional. O claro estabelecimento de um material de acervo mais fidedigno à realidade vivida dentro dessa prática, poderia impulsionar esses profissionais a um novo nível de conhecimento, tornando-os assim, mais aptos a essa prática em menos tempo, aumentando a produtividade e a eficiência tão almejada dentro das organizações. É importante o desenvolvimento de pesquisas e intervenções interdisciplinares, contendo multiprofissionais, para assim, criar um conteúdo eficiente para nortear os profissionais novos e os já inseridos na área. O mundo e o mercado de trabalho estão em constante mudança, a área POT também deve fazer parte dessas novas confecções de trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto é perspicaz inferir que o psicólogo organizacional é fundamental na dinâmica hospitalar, pois o papel de tal profissional está completamente ligado à melhoria das capacidades de atendimento dos profissionais de saúde a seus pacientes. Tanto os médicos como os enfermeiros e demais participantes da equipe médica, juntamente aos demais profissionais que formam o conglomerado de atendimento estão sob pressão constante.

De modo que estão lidando com questões de vida ou morte constantemente em seu ambiente de trabalho, o que faz com que as relações interpessoais sejam levados a patamares de estresse constante, afetando-os psicologicamente e emocionalmente, além dos desgastes cotidianos, tal fato não termina por ai, mas estendem-se para o tratamento que é dado aos pacientes e seus acompanhantes, nesse sentido torna-se obviedade que o papel do psicólogo organizacional é de fundamental importância para mediar e mitigar tais problemáticas.

Assim, o acompanhamento psicológico de toda equipe que participa do ambiente de trabalho no hospital torna-se fundamental para a melhora da saúde mental dos profissionais que fazem parte do âmbito de trabalho dentro do hospital, para que possam lidar de maneira adequado a seus pares, ademais, a participação na gestão também verifica-se de grande

importância, pois a formação de equipes que mantêm um diálogo produtivo entre si, prestam um trabalho de melhor qualidade aos pacientes, além de não provocarem traumas ou estresse em seus próprios companheiros de trabalho.

REFERÊNCIAS

BASTOS, A. V. B. Psicologia organizacional e do trabalho: que respostas estamos dando aos desafios contemporâneos da sociedade brasileira? In: YAMAMOTO, O. H; GOUVEIA, V. V. (Eds.). Construindo a psicologia brasileira: Desafios da ciência e da prática psicológica. **Casa do Psicólogo**. São Paulo, SP, p. 139-166, 2003.

BORGES, L. de O. A Psicologia do Trabalho e das Organizações no Brasil floresce? **Estudos de Psicologia**, v. 3, n. 15, p. 277-279, 2010.

CAMPOS, K. C. de L. et al. Psicologia Organizacional e do Trabalho – Retrato da Produção Científica na Última Década. **Rev. Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 4, n. 31, p. 702-717, 2011.
Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/NKwfc9mJtLnYgZqc8wCF6mG/?lang=pt>. Acesso em: 26 de julho de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem é o Psicólogo Brasileiro? **Edicon, Educ**. São Paulo: 1988.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: Contribuições técnicas e políticas para avançar o SUS. Relatório final. **I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública** Brasília, CFP, 2006.

FREDERICO-PEREIRA, M. M. Percepção do suporte organizacional em hospitais públicos: Estudo em enfermeiros. **Análise psicológica**, v. 26, n. 4, p. 697-706, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLENN, S. S; MALOTT, M. E. Complexidade e seleção: implicações para a mudança organizacional. **Behavior and Social Issues**, v. 13, p. 89-106, 2004.

GONÇALVES, E. L. Estrutura organizacional do hospital moderno. **Revista de Administração de Empresas**, v. 38, n. 1, p. 80-90, 1998.

MINAYO, M. C. S (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.



MOREIRA, G. L. de C. B. SILVA, S. P. C. e. Desafios da Gestão na Saúde: Possíveis Contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho. Id On Line **Revista Interdisciplinar e de Psicologia**, v. 10, n. 31, p. 3-15, 2016. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/482/0>. Disponível em: 26 de julho de 2021.

MOTA, M. M.; ARAÚJO, I. P. de; BARBOSA, L. C. de S. Atuação do (a) Psicólogo (a) organizacional e do trabalho no contexto hospitalar: desafios e possibilidades. **Somma: Revista Científica do Instituto Federal do Piauí**, v. 7, n. 1, p. 1-17, 2021.

TEIXEIRA, J. M. de C. Sistemas médicos, técnicos e administrativos do hospital moderno: sua organização. In: GONÇALVES, E. L. (coord.). **O hospital e a visão administrativa contemporânea**. São Paulo: Pioneira, 1983.

VEGRO, T. C. Rocha, F. L. R., Camelo, S. H. H., & Garcia, A. B. Cultura organizacional de um hospital privado. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, 2016.

VENDEMIATTI, M; SIQUEIRA, E. S., FILARDI, F., BINOTTO, E., SIMIONI, F. J. Conflito na gestão hospitalar: o papel da liderança. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 1301-1314, 2010.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil-2**. AMGH Editora, 2014.



PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICA E NEUROPLASTICIDADE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ariel Moraes de Andrade¹

RESUMO

Estudos realizados nos últimos 20 anos apontam e comprovam que o encéfalo e outros tecidos excitáveis do encéfalo são maleáveis e mudam em resposta adaptativa. Esse processo é chamado de plasticidade. Vários estudos mostram que o exercício físico pode exercer o efeito plástico sobre o sistema nervoso central. Sendo assim, o trabalho tem como objetivo geral compreender de que forma a prática regular de exercícios físicos podem colaborar no desenvolvimento da neuroplasticidade e como objetivo específico demonstrar como a estimulação da plasticidade cerebral por meio da atividade física pode trazer benefícios para a qualidade de vida do sujeito e relacionar o efeito dos exercícios físicos com a plasticidade nas funções cognitivas e em algumas patologias. Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se da revisão bibliográfica que é uma importante ferramenta de pesquisa, haja vista que ela implica em coletar diversos estudos já comprovados e estudados. Para o estudo bibliográfico foram utilizados os artigos encontrados na base de dados online Scielo, Pubmed e plataformas de faculdades federais. A prática de exercícios físicos contribui para a neurogênese, sugerindo uma maior proliferação de neurônios e células da glia no córtex motor e pré-frontal, o que está ligado diretamente com o desempenho cognitivo e colabora para o processo terapêutico tanto do Alzheimer quanto do Parkinson. Dessa forma, trazendo esse tema para mais discussões, é possível que uma maior quantidade de pessoas consiga perceber a importância da prática de atividade física não só para uma questão de beleza externa, mas como de saúde mental.

Palavras-Chave: Neuroplasticidade; Atividade Física; Saúde Mental.

¹ Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Potiguar – RN, Pós-graduanda de Neuropsicologia, arielandrade@hotmail.com



ABSTRACT

Studies carried out over the past 20 years point out and prove that the brain and other excitable tissues are malleable and change in adaptive response. This process is called plasticity. Several studies show that physical exercise can exert a plastic effect on the central nervous system. Therefore, the work has as a general objective to understand how the regular practice of physical exercises can collaborate in the development of neuroplasticity and as a specific objective to demonstrate how the stimulation of brain plasticity through physical activity can bring benefits to the subject's quality of life and relate the effect of physical exercises with plasticity in cognitive functions and in some pathologies. For the development of the work, a bibliographic review was used, which is an important research tool, given that it involves collecting several studies that have already been proven and studied. For the bibliographical study, articles found in the online database Scielo, Pubmed and platforms of federal colleges were used. The practice of physical exercises contributes to neurogenesis, suggesting a greater proliferation of neurons and glial cells in the motor and prefrontal cortex, which is directly linked to cognitive performance and contributes to the therapeutic process of both Alzheimer's and Parkinson's. Thus, bringing this topic to further discussions, it is possible that a greater number of people will be able to realize the importance of physical activity not only for a matter of external beauty, but also for mental health.

Keyword: Neuroplasticity; Physical Activity; Mental Health

1 INTRODUÇÃO

Em decorrência dos novos padrões de vida contemporâneo, os níveis de sedentarismo global têm se mostrado preocupante, uma vez que, segundo Coelho (2019) citando a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 70% das pessoas em todo o mundo são caracterizadas como sedentárias. Logo, essas pessoas estão mais propensas ao aparecimento de doenças degenerativas, obesidade, diminuição das funções fisiológicas e cognitivas, além do aumento de doenças psicológicas, como a ansiedade. Dessa forma, as funções cerebrais podem ser comprometidas de inúmeras formas.

Por muito tempo a ideia de que os neurônios perdidos não poderiam ser recuperados ou não haveria mais conexões neurais devida a morte neuronal foi defendida. Todavia, estudos realizados nos últimos 20 anos apontam e comprovam que o encéfalo e outros tecidos excitáveis do encéfalo são maleáveis e mudam em resposta adaptativa. Esse processo é chamado de plasticidade e, apesar do processo ser lento, alguns desses novos neurônios conseguem estabelecer conexões com neurônios de outras áreas e reestabelecer circuitos antes perdidos. Podem ser de forma regenerativa, axônica, sináptica, dendrítica, somática e habituação. Logo, o cérebro se adapta frente a mudanças e experiências vividas criando a plasticidade neural (ROCHA et al, 2014).

Segundo os autores supracitados, a plasticidade neural é maior durante a infância e diminui gradativamente no decorrer da vida, mas sem se extinguir em nenhum momento. Ademais, vários estudos mostram que o exercício físico pode exercer o efeito plástico sobre o sistema nervoso central. Sendo assim, o processo de neurogênese e de outras formas de plasticidade neural são aumentados após a prática de exercício físico promovendo o aumento da memória, aprendizado, funções executivas e atenuam o declínio mental devido o envelhecimento. Além disso, a prática de atividade física pode ter um efeito protetor no sistema nervoso, ou seja, aumentando a resistência a lesões e facilitando sua recuperação funcional pós-lesão.

Portanto, o exercício físico é uma abordagem terapêutica muito interessante para prevenir ou colaborar no tratamento doenças neurodegenerativas relacionadas ao envelhecimento, reduzir o risco de doenças cardiovasculares, obesidade, transtornos de humor, ansiedade, doenças crônicas e até o câncer. Dessa forma, torna-se importante compreender cientificamente as bases neurológicas da atividade física e seus benefícios para a plasticidade cerebral, uma vez que sua prática promove inúmeros pontos positivos em relação as funções cognitivas do cérebro.

Sendo assim, o trabalho tem como objetivo geral compreender de que forma a prática regular de exercícios físicos podem colaborar no desenvolvimento da neuroplasticidade e como objetivo específico demonstrar como a estimulação da plasticidade cerebral por meio da atividade física pode trazer benefícios para a qualidade de vida do sujeito e relacionar o efeito dos exercícios físicos com a plasticidade nas funções cognitivas e em algumas patologias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 NEUROPLASTICIDADE

Segundo Haase e Lacerda (2004) a neuroplasticidade ou plasticidade neural é a capacidade do sistema nervoso modificar sua estrutura e função no decorrer das necessidades ou em devido a alguma experiência. O termo plasticidade foi introduzido por Albrecht Beth, um fisiologista alemão, por volta de 1930, e o pesquisador relata que essas modificações são adaptações às mudanças externas e internas feitas pelos neurônios. A plasticidade neural é maior durante e infância declinando no decorrer das fases da vida, mas sem extinguir.

Por muito tempo, o foco do entendimento sobre o sistema nervoso era o neurônio e as células da glia. Em que o neurônio, de forma geral, são células do sistema nervoso que são estimulados e geram impulso elétricos e substâncias químicas, os chamados neurotransmissores, que são liberadas na fenda sináptica criando conexões entre os neurônios. A cada novo estímulo, as redes são organizadas podendo promover uma ampla diversidade de respostas. Já as células da glia são também células nervosas, se subdividem em astrócitos, micróglia, oligodentrócitos, células endimárias, célula de Schwann e anfcitos e possuem funções diferentes como proteção do neurônio, composição da bainha de mielina, resolução de processos inflamatórios, entre outros (ROQUE; LUKACHEWSKI; BARBOSA, 2016).

Dessa forma, sabendo que a unidade funcional no sistema nervoso não é mais centrada no neurônio, mas como uma vasta rede de conexões sinápticas, que são as conexões entre os neurônios, além das células da glia, as quais possuem a capacidade de se modificar e modular sua função em de acordo com o nível de atividade e o tipo de estimulação recebida, essa modulação dá por meio de aspectos da vida diária, haja vista que pesquisas mostraram que o encéfalo e outros tecidos são excitáveis e maleáveis, como uma resposta a interação com o ambiente e ocorre tanto em um hemisfério intacto quanto no lesado (ROCHA et al, 2014).

Sendo assim, de acordo com Duffau (2006) citado por Roque, Lukachewski e Barbosa (2016) neuroplasticidade é um processo coordenado, dinâmico e contínuo que se propõe a remodelação dos mapas neurosinápticos em pequeno, médio e longo prazo com intuito de

otimizar e/ou adaptar a função dos circuitos neuronais. É importante frisar que a neuroplasticidade não é somente o surgimento de novos neurônios ou de novas conexões nervosas, mas também a modificação de alguma função neurocelular, como uma maior liberação de neurotransmissores. Logo, estudos relatam que essas alterações podem ter efeito benéfico tanto na aprendizagem, nas funções cognitivas no geral, mas também na recuperação de pacientes que sofreram algum tipo de lesão no Sistema Nervoso.

2.2 PRÁTICA REGULAR DE ATIVIDADES FÍSICAS E FUNCIONAMENTO DA PLASTICIDADE CEREBRAL

Segundo Ferreira (2011) há diversas evidências que mostram os exercícios físicos, independente da modalidade, como sendo um fator importante para o sistema nervoso, trazendo diversos benefícios e aprimoramento das funções. Marin e colaboradores (2003) e Vaynman e colaboradores (2004) citados por Ferreira (2011) afirmam que a prática destes também é responsável por aumentar a vascularização cerebral e atenuar o declínio mental em decorrência do envelhecimento. Além disso, há pesquisas que comprovam melhoramento das funções cognitivas e um efeito protetor no sistema nervoso, aumentando a resistência a lesões e facilitando a recuperação neurofuncional pós lesão (MELLO et al.,2008 apud FERREIRA, 2011).

De acordo com Rocha et al. (2014) há estudos que demonstram que a prática de atividade física pode induzir adaptações estruturais e funcionais, ou seja, a plasticidade neural, em várias áreas do encéfalo. Então, essa alteração dos mecanismos celulares e sinápticos da neuroplasticidade gerados pelos exercícios pode promover enriquecimento motor, reduzir a degeneração celular e recuperação funcional em lesões. No caso de áreas lesadas, a atividade física pode alterar as sinapses.

Ademais, os autores supracitados relatam que, apesar do exercício ser um fator de estresse para o corpo, para se ter homeostasia, há produção de espécies reativas de oxigênio que são relacionados aos efeitos antioxidativos por intermédio de enzimas reparadoras de DNA e isso estaria ligado com a proteção à doenças concernentes ao estresse oxidativo das células,



além do sistema imunológico utilizar os radicais livre em reposta do exercício para promoção da melhora de imunológica.

A prática de atividade física aumenta alguns fatores cerebrais como neurotrófico e IGF – 1 que são relacionados a angiogênese e neurogênese, principalmente, na região do hipocampo, a formação de novos vasos sanguíneos e de novas células nervosas, respectivamente. Winter e colaboradores (2007) citado por Roque et al. (2016) observa que ocorre um aumento significativo nos níveis de cotecolaminas (neurotransmissores - noradrenalina, dopamina e serotonina), após a realização de exercícios. Esses neurotransmissores estão associados a melhora das respostas cognitivas, como memória e aprendizado.

Ademais, segundo Kamada et al. (2018) citado por Neves e Silva (2019) são elencados alguns neurotransmissores diretamente afetados pelos exercícios físicos. Gaba: é um neurotransmissor inibitório entre os impulsos neuronais, logo, dá a sensação de calma e relaxamento, além disso, é importante para o controle das atividades cerebrais e atua nas sinapses. Dopamina: Tem ação no controle de movimento, cognição (atenção, memória, linguagem, aprendizagem) e, principalmente, na função de motivação e recompensa. Norepinefrina: Ativa o sistema nervoso central, influenciando o estado de vigília. Glutamato: Neurotransmissor fundamental para a neuroplasticidade. E, serotonina: Neurotransmissor extremamente importante para o controle hormonal, regulação do ciclo circadiano e interfere nos níveis aprendizagem e humor.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se da revisão bibliográfica que, segundo Gil (2002), é uma importante ferramenta de pesquisa, haja vista que ela implica em coletar diversos estudos já comprovados e estudados, em que se pode fazer um compilado de todo esse material e apresentar uma análise crítica reflexiva sobre o tema em questão. Ademais, a oferece a possibilidade de fazer uma interação do conteúdo entre diferentes perspectivas entre autores diferentes e relacionar com a proposta do trabalho. A pesquisa bibliográfica é construída com

base em um aparato de materiais já escritos, como em livros, revistas, sites oficiais ou publicações periódicas. A estrutura bibliográfica é uma importante ferramenta para o estudo, apropriação e aprendizagem de novas informações uma vez que, por muitas vezes, é um dos principais meios de estudo de pesquisadores acadêmicos.

3.2 LOCAL DE COLETA DE DADOS

Para o estudo bibliográfico foram utilizados os artigos encontrados na base de dados online Scielo, Pubmed, plataformas de faculdades federais, em que são fornecidas teses e dissertações de alunos de pós-graduação e livros tanto físicos quanto digitais, em 2021. Os artigos foram de acesso livre, sendo uma forma de utilização dos textos na íntegra em revistas e periódicos nacionais.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Considerou-se artigos científicos de livre acesso, em língua portuguesa, nos últimos 10 anos. Para o processo de pesquisa, foram utilizadas palavras chaves como: Neuroplasticidade, Exercício Físico e Cognição. Como critérios de exclusão foram: artigos de acesso privado e artigos que não tinham base teórica comprovada com evidências métricas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA, DESENVOLVIMENTO DA NEUROPLASTICIDADE E FUNÇÕES COGNITIVAS

Segundo Mereger Filho (2014) citado por Neves e Silva (2019) o cérebro é formado por apenas 2% total da massa corporal, mas ele consome cerca de 20% da nossa energia, ou seja, há uma grande demanda energética necessária para suprir o cérebro com oxigênio e nutrientes. Dessa forma, haja vista que as atividades motoras dinâmicas elevam os níveis energéticos, pode-se acreditar que a atividade física é capaz de melhorar o desempenho cognitivo em certas tarefas.

Além disso, de acordo com o autor supracitado, há estudos feitos por meio de neuroimagens (espectroscopia por ressonância magnética e eletroencefalograma) em que indivíduos fisicamente ativos apresentam maiores ativações cerebrais comparado a indivíduos sedentários, logo, percebe-se que a correlação entre um padrão de ativação cerebral em função da atividade física. Sendo assim, o estudo demonstrou ativação das áreas: lobo frontal, córtex angulado anterior, lobo infra-temporal e córtex parietal.

Como já citado, a prática de exercícios físicos contribui para o aumento de IGF-1, o principal hormônio que induz a neurogênese, sugerindo uma maior proliferação de neurônios e células da glia no córtex motor e pré-frontal, o que está ligado diretamente com o desempenho cognitivo. Além disso, a atividade física aumenta a liberação de neurotransmissores que regula as funções de memória, aprendizagem, emoção, ciclo circadiano, bem-estar, ansiedade e humor, fazendo com que essas substâncias estejam em quantidade suficiente para melhorar o desempenho global.

Em uma pesquisa feita por Merege Filho et al. (2014) foi percebido que uma sessão moderada de exercício pode melhorar substancialmente o desempenho cognitivo, desde a velocidade de processamento até o controle inibitório, sendo assim, compreende-se que uma alta intensidade de exercício também pode causar prejuízos para o desenvolvimento cognitivo do praticante, uma vez que a alta intensidade poderia causar uma fadiga sistêmica. Dessa forma, é importante ressaltar que há uma quantidade mínima de atividade física para conseguir obter esses benefícios, sendo orientado a prática regular de, pelo menos, três vezes por semana entre vinte e trinta minutos (PINHEIRO; MEIDEL, 2009 apud NEVES; SILVA, 2019).

4.2 EXERCÍCIO FÍSICO COMO ESTRATÉGIA TERAPEUTICA PARA LESÕES CEREBRAIS

Por muito tempo, acreditava-se que só existia morte do neurônio e após algumas doenças neurológicas como Alzheimer e Parkinson, e lesões como acidente vascular, resultavam em uma perda permanente das funções exercidas na área em que os neurônios foram afetados, entretanto, estudos atuais já demonstram a plasticidade neural e a neurogênese.

Como já citado, há uma relação da atividade física com o efeito protetor no sistema nervoso aumentando a resistência a lesões e também facilitando a recuperação funcional pós-

lesão. Dessa forma, nota-se que o exercício físico devido sua produção de neurotransmissores e hormônios ligados a neuroplasticidade e neurogênese, tem implicações na prevenção de tratamento doenças neurodegenerativas, como: Alzheimer, Parkinson, além de declínio cognitivo associado ao envelhecimento, acidentes vasculares encefálicos (AVE) e lesões encefálicas.

Em um experimento feito com Ratos por Ferreira (2011), foi induzido um modelo experimental da doença de Parkinson. Os ratos foram submetidos a injeção intrastriatal de 6-hidroxi-dopamina e foi observado que os animais submetidos a 2 semanas de exercício na esteira com 30 minutos ao dia apresentavam uma redução na assimetria rotacional e maior sobrevivência de neurônios dopaminérgicos da zona nigra. Além disso, os testes em humanos demonstraram que após 24 sessões de exercício em esteira, normalizou-se a excitabilidade córtico-motora promovendo uma melhora na qualidade funcional, aumentando a velocidade da marcha e a execução de alguns movimentos.

A mesma autora também relatou um modelo experimental da doença de Alzheimer induzida por injeção em que se observou uma prevenção parcial da redução de memória de longo prazo induzida e em algumas regiões do hipocampo, muitas vezes relacionado a memória. O exercício também se mostrou como um potencial capaz de evitar déficits cognitivos, estresse oxidativo, devido aos reagentes ao oxigênio e radicais livres, e redução da proteína glial. Pode-se também perceber que há possibilidade de plasticidade cerebral induzida pela atividade física colaborar para o processo terapêutico tanto do Alzheimer quanto do Parkinson, haja vista que novas conexões e novos neurônios podem ser formados ou protegidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, foi percebido que a prática de atividade física pode ter uma interferência positiva em relação a plasticidade neural, podendo estimular tanto a produção de hormônios quanto de neurônios para a neurogênese e plasticidade neural. Sabendo que a plasticidade e a formação de novos neurônios estão ligadas diretamente com a qualidade de vida, funcionamento cognitivo e a prevenção e/ou terapêutica de algumas doenças neurológicas e psicológicas, foi percebido que a atividade física tem função importante nesse processo.



Sendo assim, os objetivos do trabalho foram alcançados, uma vez que foi exposto de que forma acontece e o que é neuroplasticidade e como a atividade física pode influenciar nesse processo além de perceber que pode promover efeitos positivos em relação ao desempenho cognitivos de sujeitos que praticam algum tipo de atividade física de forma regular e moderada, como atenção, memória, aprendizagem e velocidade de processamento, dando mais eficiência e capacidade de desempenho, além de identificar fatores protetores de células e áreas encefálicas relacionadas a doenças neurodegenerativas, como a redução de estresse oxidativo e a maior produção de conexões sinápticas.

Apesar de ter se encontrado uma vasta quantidade de trabalhos e pesquisas relacionados ao tema, ainda é necessário pesquisar mais profundamente afim de identificar questões mais singulares e perspectivas que podem trazer mais benefícios para o sujeito. Dessa forma, trazendo esse tema para mais discussões, é possível que uma maior quantidade de pessoas consiga perceber a importância da prática de atividade física não só para uma questão de beleza externa, mas como de saúde mental, haja vista que está relacionada a diversos tipos de prevenção, proteção e promoção de saúde concernente a doenças e funcionamento neural.

REFERÊNCIAS

COELHO, Rafael. Sedentarismo atinge 70% de pessoas no mundo. **Folha de Pernambuco**, Pernambuco, 08 de ago. de 2019. Disponível em:
<https://www.folhape.com.br/noticias/sedentarismo-atinge-70-de-pessoas-no-mundo/101030/>

FERREIRA, Ana Francisca Barros. **A IMPORTÂNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO PARA NEUROPLASTICIDADE E APRENDIZADO**. 2011. 44 f. Tese (Doutorado) - Curso de Fisiologia Humana, Ciências Biomédicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Cap. 0464828.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

HAASE, Vitor Geraldi; LACERDA, Shirley Silva. Neuroplasticidade, variação interindividual e recuperação funcional em neuropsicologia. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 28-42, jun. 2004.

MEREGE FILHO, Carlos Alberto Abujabra; ALVES, Christiano Robles Rodrigues; SEPOLVEDA, Carlos Andrés; COSTA, André dos Santos; LANCHÁ JUNIOR, Antônio Herbert; GUALANO, Bruno. Influência do exercício físico na cognição: uma atualização sobre mecanismos fisiológicos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, [S.L.], v. 20, n. 3, p. 237-241, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1517-86922014200301930>.

NEVES, Geraldo Nepomuceno das; SILVA, Diego da. ATIVIDADE FÍSICA E O DESENVOLVIMENTO DA PLASTICIDADE CEREBRAL. **Faculdade Sant'ana em Revista**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 158-169, set. 2019.

ROCHA, Anna Karynna Alves de Alencar; LIMA, Eliângela de; ROCHA, Karyanna Alves de Alencar; SILVA JÚNIOR, Edilson Dantas da. Plasticidade do Sistema Nervoso Central Influenciada pelo Exercício Físico: importância clínica. **Brasília Médica**, [S.L.], v. 51, n. 34, p. 237-244, 12 jul. 2016. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.14242/2236-5117.2016v51n34a286p237>.

ROQUE, Bruno Stelmastchuk; MOREIRA, Jacqueline Lukachewski; BARBOSA, Carmem Patrícia. NEUROPLASTICIDADE: uma abordagem teórica. **Revista Uningá**, Maringá, v. 47, n. 1, p. 65-72, mar. 2016.



PRÁTICAS EMERGENTES DO PSICÓLOGO ESCOLAR EDUCACIONAL DIANTE DO CONTEXTO PANDÊMICO DA COVID-19

Rosicler Emanuelle Silva Costa¹

Alvaro Micael Duarte Fonseca²

Nielly Stefany Peres de Castro³

Israel Barbosa Neto⁴

Alexandra Mágnam Diniz⁵

RESUMO

O presente artigo aborda o modo de atuação do psicólogo escolar educacional em face do período vigente, em que o novo coronavírus, responsável pela pandemia (COVID-19), percorre-se como a maior emergência em saúde pública vivenciada em décadas. Metodologicamente, o trabalho foi elaborado por meio de revisão bibliográfica, para isso, foram utilizados como fonte de pesquisa as bibliotecas virtuais, entre elas: Google Scholar, SciELO e PePSIC, livros e sites oficiais, usufruindo de 14 artigos completos. Por meio da pesquisa, notou-se que tais profissionais frente aos espaços escolares e educacionais sentiram a necessidade de reinventar suas práticas e formas de atuação. Percorrem-se ainda, ao longo do artigo, os principais desafios enfrentados pelos psicólogos, tendo em vista que toda logística de encontros presenciais foi modificada perante o período pandêmico e a necessidade do isolamento social. Além da ênfase referente a importância da atuação dos psicólogos dentro deste contexto, discutem-se a avaliação do cenário escolar educacional vislumbrando a elaboração de um espaço de escuta para demandas da escola e, posteriormente, a elaboração de intervenções, visando um processo de aprendizagem seguro e acolhedor.

¹ Graduanda de Psicologia – Universidade Potiguar (UNP) – E-mail: manurosicler@hotmail.com

² Graduando de Psicologia – Universidade Potiguar (UNP) – E-mail: alv.micael@gmail.com

³ Graduanda de Psicologia – Universidade Potiguar (UNP) – E-mail: allexandramdiniz@hotmail.com

⁴ Graduanda de Psicologia – Universidade Potiguar (UNP) – E-mail: nielly.stefanny@gmail.com

⁵ Graduando de Psicologia – Universidade Potiguar (UNP) – E-mail: israelbn@gmail.com



Palavras-Chave: Psicologia, Pandemia, Escola, Covid-19.

ABSTRACT

This article discusses the way educational psychologists work in the current period, in which the new coronavirus, responsible for the pandemic (COVID-19), is seen as the biggest public health emergency experienced in decades. Methodologically, the work was prepared through a bibliographic review. For this, virtual libraries were used as a research source, including: Google Scholar, SciELO and PePSIC, books and official websites, with 14 complete articles. Through the research, it was noted that such professionals in the face of school and educational spaces felt the need to reinvent their practices and ways of acting. Throughout the article, the main challenges faced by psychologists are covered, considering that the entire logistics of face-to-face meetings was modified due to the pandemic period and the need for social isolation. In addition to the emphasis on the importance of the role of psychologists within this context, the evaluation of the educational school scenario is discussed, with a view to creating a space for listening to the demands of the school and, subsequently, the elaboration of interventions, aiming at a safe learning process and welcoming.

Keywords: Psychology, Pandemic, School, Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

Os psicólogos escolares e educacionais trabalham, hoje, em múltiplos espaços educativos, tais como, instituições escolares, casas abrigos, programas de educação comunitária, penitenciárias, meios de difusão massiva, universidades corporativas, entre outros. No entanto, sua contribuição às mudanças requeridas na educação brasileira se dá, essencialmente, no seu trabalho compromissado no sistema educativo, o qual constitui o eixo central da estruturação da educação como prática social no país e um dos principais *locus* onde os sérios problemas da educação brasileira são gerados (MARTINEZ, 2009).

Tanto os psicólogos que trabalham em instituições do sistema educativo nos seus diferentes níveis e modalidades - desde a educação infantil até as crescentes formas de educação

a distância - quanto aqueles que ocupam posições de gerência, formação e assessoria técnica nas diferentes instâncias em que o sistema educativo se organiza - como secretarias municipais até órgãos do Ministério de Educação - podem expressar seu compromisso com as necessárias transformações da educação brasileira a partir de um trabalho criativo e inovador direcionado a promover, desde o lugar que ocupam, formas de trabalho que contribuam para processos educativos realmente sólidos e eficazes. Isto implica, inevitavelmente, a revisão e o aprimoramento constante das práticas científico-profissionais na adoção de posturas proativas e criativas (MARTINEZ, 2009).

Dadas as circunstâncias da Pandemia da Covid-19, que acarretou mudanças repentinas para toda sociedade, fez emergir um contexto inesperado e incerto que afetou profundamente as instituições educacionais, trazendo também novos desafios para a práxis do Psicólogo Educacional. Com essa nova realidade, as instituições tiveram que migrar para o ensino remoto, respaldadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), buscando soluções que atenuassem os efeitos da crise na rotina de todos que fazem parte do ambiente escolar, recriando maneiras de diminuir os prejuízos do atual cenário na educação (MENEZES; FRANCISCO, 2020).

Para o psicólogo escolar não foi diferente, de frente ao inesperado, este profissional teve que se adaptar a esse novo panorama, sendo convocado a traçar estratégias de cuidado que atendessem as demandas trazidas pelos professores/as, pais, estudante, bem como, a comunidade escolar como um todo, além de ter que desenvolver sua prática de forma atípica, pois, com a pandemia sua atuação passou a acontecer distante do espaço de costume (SILVA et al., 2020).

A partir disso, através das mudanças ocorridas, na tentativa de minimizar possíveis danos, e diante de novas demandas, o fazer do psicólogo dentro do contexto escolar passou por grandes mudanças e desafios, dessa forma, foi necessário suspender atividades e projetos, dando lugar a criatividade e novas formas de desenvolver atividades, levando em consideração os sofrimentos e os impactos trazidos por este cenário pandêmico (CAMARGO; CARNEIRO, 2020).

Tendo em vista todos esses desafios e a nova realidade, o presente trabalho tem como objetivo tecer reflexões acerca dos desafios encontrados pelo Psicólogo Educacional dentro desse novo cenário, bem como, fomentar discussões que possa vir contribuir para o

desenvolvimento de ações e intervenções que visem acolher as demandas advindas do atual momento vivenciado.

Metodologicamente, o trabalho em questão é do tipo revisão bibliográfica, e para sua construção foi feita uma pesquisa bibliográfica, onde foram consultadas várias fontes literárias que abordam o assunto. De acordo Moreira (2004), a revisão bibliográfica tem como premissa fazer uma síntese sobre o tema escolhido através de uma pesquisa bibliográfica nas principais fontes de pesquisa, ou seja, reúne e discute informações de forma aprofundada sobre determinado tema.

No processo de pesquisa para esta revisão foram utilizados como fonte de pesquisa as bibliotecas virtuais, entre elas: Google Scholar, SciELO e PePSIC, livros e sites oficiais. O estudo foi desenvolvido entre o mês de junho e julho do ano de 2021, utilizando-se de 14 textos completos. Na pesquisa, as palavras-chaves usadas foram: Atuação do Psicólogo Escolar no Contexto da Pandemia; Educação em Tempos de Pandemia e Psicólogo Escolar na Pandemia e, com isso, como critério de inclusão, foram selecionados os artigos publicados entre os anos de 2011 e 2021, de livre acesso, avaliando-os através da leitura de título e resumo, sendo escolhidos aqueles que abordavam a temática estudada. Tendo como critério de exclusão, aqueles artigos que não estavam escritos em português, de acesso privado e com mais de 10 anos de publicação.

Dessa forma, espera-se que ao trazer reflexões e discussões sobre a prática do Psicólogo Escolar no atual momento de pandemia, haja um fortalecimento do exercício de uma psicologia pautada no comprometimento ético e social, corroborando assim, para que este profissional, apesar dos desafios, atue em momentos de crise, ressignificando o seu fazer, orientando e propondo novos caminhos.

2 DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

2.1 HISTÓRICO DA PSICOLOGIA ESCOLAR EDUCACIONAL

Nos dias vigentes, a Psicologia Escolar e Educacional estão bastante relacionadas, contudo, estas não partem de uma unificação, logo, para melhor compreensão, faz-se necessário

entender os fundamentos e as delimitações entre esses dois espaços em que a Psicologia se insere. Dessa forma, depreende-se que a Psicologia Educacional é uma subárea que contribui de forma científica a partir da produção de conhecimento voltados aos fenômenos psicológicos vivenciados no processo de educação (MELLO, 1975 apud GOULART, 2015). Para tanto, a Psicologia Escolar é entendida como campo de atuação do profissional de psicologia na instituição educacional, contemplando a escola e as relações estabelecidas, ações que usufruem dos conhecimentos da Psicologia Educacional e de outras subáreas (ANTUNES, 2008).

No final do século XIX, com a publicação de uma produção científica de Stanley Hall, nos Estados Unidos, somado ao aumento de pesquisas voltadas a psicometria e psicologia experimental, têm-se, então, o início da Psicologia Escolar, em que se sobressai as suas influências norte-americana e francesa, numa época que a psicometria predominava e a prática do Psicólogo se dava, em grande parte, por testes psicológicos (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010), portanto, esse campo inicia-se a partir da necessidade da realização de diagnósticos classificatórios para alunos especiais. Essa psicologia focalizava no indivíduo, limitando-se ao discente e no desenvolvimento de testagens (VALLE, 2003).

A visão cientificista e individualizada dominava, logo, acabou por ocultar a presença dos graves problemas sociais que atingiam as atividades educacionais. As produções da psicologia escolar centraram-se excessivamente na mensuração, na avaliação da inteligência e nas dificuldades escolares encontradas nos alunos. Dessa forma, reforçava seu caráter exclusivamente avaliativo, sem potencial transformador da realidade individual e social, a serviço das forças dominantes injustas e opressoras na organização social (MALUF; CRUCES, 2008).

A Psicologia da Educação surge por volta de 1903, a partir de um livro lançado pelo psicólogo Thorndike, possibilitando, inicialmente, ideias desta área do conhecimento, literatura que trazia uma visão ampla de como os conhecimentos da psicologia poderiam ser aplicados à educação. Apesar deste autor ser o primeiro a utilizar uma nomenclatura definitiva para a Psicologia Educacional, outros filósofos, como Platão, Aristóteles, dentre outros autores, já haviam discutido acerca do tema (GOULART, 2015).

O autor supracitado expõe que, no século XX, em solo norte-americano, surgem trabalhos de Thorndike sustentados em teorias sobre o comportamento pensado por Watson e

o funcionalismo de William James, possibilitando uma reflexão voltada para os problemas de educação e as questões de aprendizagem. Em frente a estes acontecimentos, a Psicologia Educacional se estabelece decisivamente e passa a focar em formas direcionadas de pesquisas, como estudos comparativos de métodos de ensino, possibilitando os experimentos clássicos realizados em laboratórios relacionados a medidas de inteligência, aprendizagem e solução de problemas.

Na década de 1990, surgem relatos e análises que apontam novos caminhos para a formação e atuação do psicólogo na educação, questionando as atuações tecnicistas e proposições teóricas despidas de seus determinantes históricos e sociais e uma tentativa de descrever, explicitar, construir/proporem respostas que traduzissem em ações as tendências apontadas na década anterior (MACHADO, 2010, p. 22).

Mediante isso, é nas últimas décadas do século XX que se desperta reflexões e pesquisas acerca dessa atenção, compreendendo que o modelo clínico seguido pelos psicólogos nesse período não conseguia contemplar diversas demandas escolares. Surge, então, uma atenção da psicologia voltada para os fenômenos que acontecem no contexto escolar, interessada no processo de aprendizagem, em que os “problemas de aprendizagem” passam a ser percebidos enquanto fenômenos complexos, formados socialmente, no qual a análise deve contemplar aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais. Com isso, é entregue ao profissional o desafio de superar a visão técnica, que até então, embasava essa atenção (LIMA, 2005).

O Conselho Federal de Psicologia através da Resolução nº013\2007, configura o Psicólogo Escolar e Educacional como aquele que:

atua no âmbito da educação formal realizando pesquisas, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva em grupo e individualmente. Envolve, em sua análise e intervenção, todos os segmentos do sistema educacional que participam do processo de ensino-aprendizagem. Nessa tarefa, considera as características do corpo docente, do currículo, das normas da instituição, do material didático, do corpo discente e demais elementos do sistema. Em conjunto com a equipe, colabora com o corpo docente e técnico na elaboração, implantação, avaliação e reformulação de currículos, de projetos pedagógicos, de políticas educacionais e no desenvolvimento de novos procedimentos educacionais (CFP, 2007, p. 18).



Dessa forma, depreende-se que a psicologia pode oferecer à educação informações científicas e úteis, que se relacionam com o processo de aprendizagem dos indivíduos, além de ampliar a percepção dos educadores sobre os diversos aspectos do desenvolvimento de crianças e adolescentes, e a relação destes com os fatores socioculturais que se estabelecem no meio educacional. Defende-se aqui, uma atuação crítica que considere o contexto escolar como importante no processo de ensino-aprendizagem e que trabalhe com os demais atores, envolvidos direta e indiretamente na Educação, isto é, não se limitando aos muros da instituição (TADA; FACCI, 2020).

2.2 DESAFIOS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO ESCOLAR E EDUCACIONAL

A Psicologia Educacional e a Psicologia Escolar, diante dos avanços ao decorrer de suas histórias, encontraram obstáculos para se firmar e concretizar sua atuação. Não obstante, até hoje encontram-se desafios relacionados a essas práticas. Estas áreas possuem como objetivo a atuação e investigação relacionadas à aprendizagem e ao desenvolvimento que forneçam a formação do aluno. Assim sendo, destaca-se que, entre os principais desafios colocados para a Psicologia Escolar, encontram-se aqueles ligados à inserção do psicólogo nos contextos escolares, buscando evocar um fazer crítico (JOLY, 2008).

Mediante isso, sabe-se que o saber crítico na Psicologia Escolar Educacional não está dado ao profissional, mas que esse necessita construí-lo. Dessa forma, é trazido por Souza (2000, apud LIMA, 2005) que tanto a construção, como a desconstrução dessa atuação será incessante e dialética, ante as necessidades que se apresentam e que surgem constantemente. Por meio disso, torna-se possível contribuir com a instituição, possibilitando assim, pensar na realidade do aluno, família e corpo docente. Junto a isso, quebrar com uma descontextualização e dificuldades vivenciados por esse corpo escolar. Logo, é a relação estreita entre esses que deve ser colocada em prática, objetivando a democracia e qualidade social para a melhoria do ensino (GOMES, 2015).

Estas “novas” formas de atuação têm adquirido visibilidade nos últimos anos e estão associadas a uma concepção muito mais ampla e abrangente do trabalho do psicólogo na escola

que inclui sua dimensão psicossocial. Na maioria delas, a posição ativa e criativa do psicólogo é essencial já que dificilmente estas formas de atuação lhe são colocadas como demandas explícitas. No entanto, no exercício destas atividades se concentra grande parte do potencial transformador da ação do psicólogo para mudanças significativas nos espaços educativos concretos (MARTINEZ, 2009).

Para além das práticas tradicionais, o Psicólogo Escolar e Educacional poderá estar desenvolvendo junto com a instituição, diagnóstico, análise e intervenção a nível institucional, visando delinear estratégias de trabalho favorecedoras das mudanças necessárias para a otimização do processo educativo; participação na construção, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica da escola; participação no processo de seleção dos membros da equipe pedagógica e no processo de avaliação dos resultados do trabalho; contribuição para a coesão da equipe de direção pedagógica e para sua formação técnica; coordenação de disciplinas e de oficinas direcionadas ao desenvolvimento integral dos alunos; caracterização da população estudantil com o objetivo de subsidiar o ensino personalizado e realização de pesquisas diversas com o objetivo de aprimorar o processo educativo (MARTINEZ, 2009).

De acordo com Viana (2016), dentre as dificuldades mais encontradas pelo Psicólogo no campo da educação, pode-se citar a compreensão “equivocada” da comunidade escolar sob o papel da psicologia neste campo. Esta questão fica evidenciada nas demandas escolares apresentadas aos profissionais pelos educadores, com a centralidade nos alunos e apresentando uma expectativa de intervenção voltada para psicodiagnóstico ou atendimento individualizado, representado em um problema cuja solução acredita-se ser da psicologia.

Embora os profissionais de psicologia tenham mais clareza do que outros colaboradores, no que se refere a contraindicação da utilização do modelo clínico dentro da escola, junto aos educadores ainda existe um conhecimento bastante superficial sobre as possibilidades de intervenção e do papel deste profissional, sendo assim, torna-se imprescindível esse esclarecimento inicial do fazer psicológico nesse contexto, onde o profissional ao adentrar no campo da escola deve explicar quais são suas atribuições e o que poderá desenvolver junto com a equipe.

2.3 PRÁTICAS EMERGENTES DO PSICÓLOGO ESCOLAR EDUCACIONAL FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19

O novo Coronavírus, responsável pela pandemia denominada COVID-19, é a maior emergência de saúde pública que a comunidade internacional enfrenta em décadas. Para o enfrentamento da pandemia adotou-se medidas de prevenção e proteção, como estratégia de controle da contaminação do vírus. O isolamento social tem sido um enorme desafio e tem provocado mudanças sociais, econômicas, políticas e, mais especificamente, educacionais, uma vez que desde o início do isolamento social os sistemas de ensino passaram a ser, basicamente, à distância (DE OLIVEIRA; CHAVES, 2020).

A adoção do modelo remoto de ensino tem exigido das instituições de ensino alternativas para mediar o processo formativo e dar continuidade às aulas. Surge, portanto, um desafio aos profissionais que atuam no contexto educacional: a mudança na oferta do processo ensino-aprendizagem e demais atividades administrativas, passando da modalidade presencial para as modalidades de trabalho remoto e ensino virtual. Neste cenário, diversas categorias profissionais necessitaram adotar uma série de estratégias que permitissem a perpetuação da oferta do trabalho mesmo em tempos de isolamento, como é o caso dos psicólogos (SILVA et al., 2020).

Frente a esse cenário, a psicologia tem sido convocada a dar respostas, uma vez que é compreendida como ciência e profissão que pode contribuir para o enfrentamento das consequências emocionais da crise do novo coronavírus. No que tange aos espaços educativos, os psicólogos escolares têm sido chamados a oferecer suporte emocional a professores, estudantes e demais atores da comunidade escolar. Esse chamado ocorreu não apenas na implantação e andamento do ensino emergencial remoto, mas também durante o momento de suspensão das atividades letivas, quando não se sabia como ficaria o funcionamento das escolas (PEDROZA; MAIA, 2021).

Diante da complexidade e do ineditismo da pandemia, que exige adaptações curriculares, estruturais e didáticas, o Conselho Regional de Psicologia de Alagoas (CRP-15, 2020) aponta que a Psicologia Escolar e Educacional insere-se no processo de mediação e discussão para propor caminhos, orientar percursos e provocar inquietações num esforço

de diálogo com a comunidade escolar, para que os profissionais encontrem orientação e respaldo para sua atuação ética e comprometida com equidade, justiça social e a inclusão de todos os sujeitos.

A pandemia impôs o uso da criatividade profissional para a elaboração de atividades que, até então, eram em sua maioria desenvolvidas de modo presencial, ou o surgimento de novas práticas até então não realizadas por esse profissional. Além disso, frente à diversidade de cenários e à ausência de um modelo genérico de atuação, é necessário que o psicólogo esteja atento ao contexto em que está inserido, baseando-se nos aspectos éticos da profissão para uma prática crítica que não legitime desigualdades de qualquer natureza, mas comprometida com os ideais da educação para todos (SILVA et al., 2020).

Dentre as possibilidades de atuação diante desse novo contexto, alguns psicólogos discorrem sobre as atividades que podem ser realizadas no modelo remoto, dentre elas, pode-se citar, a criação de espaços para a escuta profissional e estudantil, através de grupos de acolhimento virtuais, onde os participantes podem expressar seus afetos e emoções e compartilhar suas vivências cotidianas nesse novo cenário. Outra forma de intervenção surgida no contexto da pandemia foram as ações psicoeducativas, realizadas a partir da interação com a comunidade escolar por meio das mídias sociais, abordando diversos temas inerentes à saúde mental e vivências no contexto de isolamento social (SILVA et al., 2020).

Sendo assim, percebe-se que os psicólogos escolares se depararam com a necessidade de redesenhar suas práticas, de promover uma atuação que faça sentido para os atores envolvidos no processo educacional, mas, sobretudo, de enfrentamento a uma situação de crise multifacetada. Acredita-se ser essencial que os psicólogos busquem contribuições e possibilidades de atuação em outras fontes, como na Psicologia da Saúde e das Emergências, que tradicionalmente lidam com a saúde mental em situações de crise (SILVA et al., 2020).

Dessa forma, enfatiza-se a importância do profissional da Psicologia nesse contexto, visando a criação de um espaço para escutar as demandas da escola e pensar maneiras de lidar com situações que são cotidianas. Torna-se necessário, nesse sentido, criar formas de reflexão dentro da escola, com todos os sujeitos (alunos, professores e especialistas) para que se possa trabalhar com suas relações e paradigmas e construir um ambiente de aprendizagem seguro, saudável e acolhedor, que fortaleça as conexões entre casa, escola e comunidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do novo coronavírus (SARS-Cov-2) surpreendeu o mundo. A crise sanitária teve impactos significativos na vida da população, afetando não só os sistemas de saúde, mas a economia, a política e também a educação. Toda a comunidade escolar foi afetada nesse processo. Estudantes, familiares, professores e demais profissionais da educação tiveram suas rotinas alteradas de um dia para outro, gerando impactos significativos nessa população, em sua saúde física e emocional (PEDROZA; MAIA, 2021).

Essa realidade ainda sobressaltou a importância de áreas tradicionalmente ligadas ao cuidado com a saúde mental, como é o caso da psicologia. No que tange à interface com a educação, os psicólogos escolares passaram a ser demandadas de diferentes formas, sendo necessárias a esses profissionais também a adaptação ao novo cenário. O atual contexto de ensino remoto emergencial, em decorrência das ações de prevenção ao contágio pela pandemia de COVID-19, trouxe imensos desafios à atuação dos psicólogos escolares. O ineditismo do momento colocou todos a frente de situações cuja ações previamente planejadas precisaram ser repensadas, requerendo dos profissionais o desenvolvimento de novas formas de atuação (PEDROZA; MAIA, 2021).

Diante de tantas discussões sobre o desconhecido vírus e as possíveis ações dos psicólogos escolares, percebe-se uma grande demanda por um espaço de fala e escuta sobre o que fazer em uma situação de isolamento físico. Defende-se, assim, a importância de um processo de conscientização que articule aspectos profissionais e pessoais, técnicos e subjetivos, possibilitando que os psicólogos desenvolvam recursos para enfrentar os desafios postos.

Nesse sentido, é de grande relevância discutir e refletir sobre as estratégias de atuação do psicólogo escolar em meio ao contexto da pandemia, tendo em vista que tais ações são necessárias, pois promove para a comunidade escolar a oportunidade de minimizar os impactos do momento vivenciados. É visível que o Psicólogo no espaço escolar em tempos de pandemia traz significativas contribuições, apesar das dificuldades, realizando atividades que promova saúde mental, levando em consideração a subjetividade de cada demanda atendida.



Com isso, através das reflexões expostas, fica evidente que as mudanças e adaptações trazidas pela pandemia proporcionou ao Psicólogo Escolar ressignificar o seu fazer, aperfeiçoando novas práticas e estratégias para o enfrentamento de situações de crises e emergências.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**. Campinas, v. 12, n. 2, p.469-475, 2008.

BARBOSA, Rejane Maria; MARINHO-ARAÚJO, Clasy Maria. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 3, n. 27, p.393-402, 2010.

CAMARGO, Nájila Cristina; CARNEIRO, Pedro Braga. Potências e desafios da atuação em Psicologia Escolar na pandemia de Covid-19. **Cadernos de Psicologia**, v. 1, n.1, 2020.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE ALAGOAS (CRP-15). Comissão de Psicologia na Educação - PSINAED. **Psicologia Escolar em tempos de crise sanitária: Pandemia da COVID-19**. Cartilha. 2020

GOMES, Francisco Vinícius Ferreira. REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS NA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLA. In: II CONEDU: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2., 2015, Campina Grande. **Anais**. Campina Grande: 2015. p. 1 - 11.

GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da Educação: Fundamentos Teóricos Aplicações à Prática Pedagógica**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

JOLY, Maria Cristina Rodrigues Azevedo. Desafios da Psicologia Escolar Educacional. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 12, n. 1, 2008.

LIMA, Aline Ottoni Moura Nunes de. BREVE HISTÓRICO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL. **Psicologia Argumento**. Curitiba, v. 23, n. 42, p.17-23, 2005.

MALUF, Maria Regina; CRUCES, Alacir Villa Valle. Psicologia educacional na contemporaneidade. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 87-99, 2008.

MALUF, Maria Regina. Psicologia Escolar: Novos olhares e o desafio das práticas. In: ALMEIDA, S.F.C. (Org). **Psicologia Escolar: Ética e competências na formação profissional**. Campinas: Alínea, 2003.



MARTINEZ, Albertina Mitjans. Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 13, n. 1, p. 169-177, 2009.

MENEZES, Suzy Kamylla de Oliveira; FRANCISCO, Deise Juliana. Educação em tempos de pandemia: aspectos afetivos e sociais no processo de ensino e aprendizagem. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 28, 2020.

PEDROZA, Regina Lucia Sucupira; MAIA, Camila Moura Fé. Atuação de psicólogas escolares em contexto de pandemia: análise de práticas profissionais. Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia, p. 91-117, 2021.

PEREIRA-SILVA, Nara Liana et al. O papel do psicólogo escolar: Concepções de professores e gestores. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 407-415, 2017.

MOREIRA, Walter. Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico: conceitos e estratégias para confecção. **Revista Janus**, v. 1, n. 1, p. 21-30, 2004.

OLIVEIRA, Wender Antonio de; CHAVES, Sandro Nobre. Os desafios da gestão do ensino superior durante a pandemia da covid-19: uma revisão bibliográfica. **Revista de Saúde-RSF**, v. 7, n. 2, 2020.

SILVA, Thales Fabricio da Costa et al. Atuação De Psicólogos Da Universidade Federal De Campina Grande Durante A Pandemia Do Covid-19. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, 2020.

TADA, Iracema & Souza, Marilene & FACCI, Marilda. Fracasso escolar: história, políticas educacionais e possibilidades de enfrentamento. 10.47209/978-65-87539-27-0, 2020. VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do. Psicologia Escolar: Um Duplo Desafio. **Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília. v. 1, n. 23, p.22-29, 2003.

VIANA, Meire Nunes. Interfaces entre a Psicologia e a Educação: Reflexões sobre a atuação em Psicologia Escolar. **Psicologia escolar**, p. 54, 2016.



PSICOLOGIA ESCOLAR: Atuação do psicólogo junto ao estudante

Maria Vera Lúcia Pessoa Porto¹

Dina Stéphanie Lopes Gouveia²

Lívia Raquel Eduardo Beserra³

Morgana Cabra de Oliveira⁴

Francisco Maycon Passos Costa⁵

RESUMO

Desde a época antiga, buscou-se refletir acerca da concepção de educação, mesmo antes da escola chegar a ser institucionalizada. Ao longo do tempo houve a necessidade da criação da educação formal, surgindo então, a escola, com a finalidade de cumprir com seu papel social. Como a escola é cercada de questões complexas, composta por uma diversidade de seres humanos, cada um com suas peculiaridades, surge a necessidade de um profissional para suavizar as diferenças. É nesse sentido que a psicologia escolar entra em cena e com ela têm-se a atuação do psicólogo junto ao estudante. Com o objetivo de conhecer melhor esse profissional da psicologia, discute-se nessa pesquisa as diferenças no papel do psicopedagogo e do psicólogo dando ênfase a psicologia escolar naquilo que ela é, o que faz e onde atua, para tanto, entra-se na temática da motivação dos estudantes e do desempenho escolar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa cuja metodologia para a apropriação do conhecimento, - base para as nossas reflexões -, é uma revisão de literatura com buscas em livros e sites acadêmicos de estudiosos acerca da temática em questão.

¹ Estudante do 6º período do curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: veraluciapessoaporto@gmail.com

² Estudante do 6º período do curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: dina_stephanie@hotmail.com

³ Estudante do 6º período do curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: liviaraqueledu_bes@outlook.com

⁴ Estudante do 6º período do curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: morgana_frank@hotmail.com

⁵ Orientador e professor do curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: maycon@yahoo.com.br



Palavras-chave: Psicologia escolar. Atuação do psicólogo. Estudante.

ABSTRACT

Since ancient times, we have sought to reflect on the concept of education, even before the school was institutionalized. Over time, there was a need to create formal education, which resulted in the emergence of the school, in order to fulfill its social role. As the school is surrounded by complex issues, made up of a diversity of human beings, each with their own idiosyncrasies, there is a need for a professional to smooth out the differences. It is in this sense that school psychology enters the scene and with it there is the role of the psychologist with the student. In order to better understand this psychology professional, this research discusses the differences in the role of the psych pedagogist and the psychologist, emphasizing school psychology in what it is, what it does and where it works. student motivation and school performance. This is a bibliographical and qualitative research whose methodology for the appropriation of knowledge, - the basis for our reflections -, is a literature review with searches in books and academic websites of scholars on the subject in question.

Keyword: School psychology. Role of the psychologist. Student.

1 INTRODUÇÃO

Desde a época antiga clássica, buscou-se refletir acerca da concepção de educação, mesmo antes da escola chegar a ser institucionalizada. Ao longo do tempo houve a necessidade da formação da educação institucionalizada, surgindo então, a escola cumprindo o seu papel social. Junto com o ensino, no que tange a educação escolar, por vezes, é comum encontrar alunos com baixo desempenho, baixa autoestima, sem motivação e com carência na aprendizagem o que conduz a necessidade de profissionais que venham detectar tais problemas e minimizá-los.

Partimos do princípio de que o psicólogo escolar é o profissional que pode desenvolver seu trabalho de inúmeras formas dentro da área educacional, com isto ele intercrusa suas

funções com outros profissionais, por isso, iniciamos a nossa pesquisa tratando das diferenças no papel do psicopedagogo e do psicólogo escolar.

Enquanto o psicopedagogo trabalha na orientação educacional, propondo a intervenção no currículo que venha a provocar mudanças, inclusive, se necessário, mudanças no projeto político pedagógico, o psicólogo escolar, por sua vez, considera as mais variadas perspectivas, como avaliar, diagnosticar, aconselhar e realizar orientações psicológicas na comunidade educacional, bem como, a mediação entre educadores e educandos.

Esta pesquisa enfoca acerca da psicologia escolar, mais concretamente sobre as diferenças de papéis entre o psicólogo, escola e profissionais que fazem parte da equipe multidisciplinar, buscando clarificar onde os mesmos atuam, o trabalho que desenvolvem na instituição educacional e qual seu verdadeiro papel junto ao estudante.

Tendo como objetivo apresentar de forma simplificada a atuação do psicólogo educacional junto ao discente, enfatizando a realização e desenvolvimento do seu trabalho dentro do campo educacional com a intenção de investigar quais as suas contribuições ao estudante no processo de ensino aprendizagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DIFERENÇAS NO PAPEL DO PSICOPEDAGOGO E DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Platão, filósofo grego de mais de 300 anos a.C. afirmara que a educação é a arte que se propõe à conversão da alma, e que procura os meios mais fáceis e mais eficazes de operá-la, afirma o filósofo que “[...] ela não consiste em dar a vista ao órgão da alma, pois que este já o possui; mas como ele está maldispuesto e não olha para onde deveria, a educação se esforça para levá-lo a boa direção” (PLATÃO. 1949, p. 323)

Nesse sentido, a educação seria a arte desse desejo, a maneira mais fácil e mais eficaz de fazer da clareza a esse órgão – a visão -, de direcioná-lo para o olhar correto da realidade, não o de fazer obter a visão, pois já a têm, mas, uma vez que ela pode estar maldispuesta e não olha para onde deveria, a educação dar-lhe os meios para isso.

Essa era a concepção de educação da época antiga clássica, mesmo considerando que Platão possuía uma escola, a academia, embora restrita há um pequeno número de pessoas, mas ao longo do tempo houve a necessidade da formação da educação institucionalizada, surge então, a escola como instituição para todos cumprindo o seu papel social. Todavia, principalmente na contemporaneidade, no que tange a educação escolar, por vezes, é comum encontrar alunos com baixo desempenho, baixa autoestima, sem motivação e com carência na aprendizagem. É considerando esses fatores que surgem profissionais para auxiliar na boa condução da aprendizagem, entre estes, estão: o psicopedagogo e o psicólogo escolar.

Os dois profissionais, psicopedagogo e psicólogo escolar podem contribuir no esclarecimento de dificuldades de aprendizagem, contudo, possuem diferenças de aplicação e de método. É visando refletir acerca da Psicologia Escolar: atuação do psicólogo junto ao estudante, que iniciamos nossa pesquisa fazendo um estudo sobre as funções do psicopedagogo e do psicólogo escolar.

É importante salientar que em se tratando das possibilidades de intervenção de atuação destes profissionais pode-se perceber que o campo de atuação é vasto e cada um possui suas peculiaridades, todavia, deve-se considerar que os pontos de atuação em alguns momentos são convergentes, visto que ambos, psicopedagogo e psicólogo escolar, estão em busca de um objetivo comum, isto é, promover a aprendizagem de forma satisfatória com o desenvolvimento do estudante em seus aspectos biopsicossociais.

Temos, então, a escola como a instituição que vai conduzir os estudantes a aprendizagem, pois a pessoa educada é aquela que aprendeu a aprender, que aprendeu não somente a adaptar-se ao meio, mas, a mudar e a transformar a si e ao seu redor, que aprendeu que nenhum conhecimento é seguro e que só o processo de busca do conhecimento com sabedoria é que provê base para a vida.

O psicopedagogo, é então, aquele profissional que contribui no esclarecimento de dificuldades de aprendizagem, considerando que tais complexidades não têm como causa apenas as deficiências do aluno, mas que são consequências de problemas escolares. Assim, o papel do psicopedagogo é analisar e assinalar fatores que favoreçam, intervenham ou venham a prejudicar de alguma forma na boa aprendizagem na instituição escolar.



[...] o psicopedagogo na escola teria o papel de realizar uma série de tarefas como: orientação educacional, propor a intervenção no currículo; propor mudanças no projeto político pedagógico, bem como, na metodologia de ensino do professor; discutir o aprimoramento dos professores, de maneira a um desenvolvimento satisfatório no processo ensino-aprendizagem (ALENCAR, 2013, p. 20).

Dessa forma, é que se têm o psicopedagogo participando de equipes responsáveis para elaboração de planos e projetos no contexto da teoria e da prática das políticas educacionais, fazendo com que professores, diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e às necessidades individuais.

O psicólogo escolar, por sua vez, auxilia também no âmbito escolar e seu objetivo é o de promover a aprendizagem de forma satisfatória no desenvolvimento do estudante. Conforme Costa (2007), o psicólogo escolar se encontra na busca de sentidos ocultos nos discursos explícitos dos educadores e estudantes, de maneira a demarcarem as suas práticas e motivar os seus saberes.

Conforme Costa, se faz necessário ampliar o olhar observador do educador de modo a desencadear uma sensibilidade junto aos estudantes e educadores dando sentido aos aspectos subjetivos de cada sujeito envolvido na relação ensino-aprendizagem, bem como, no processo educacional em sua totalidade.

2.2 PSICOLOGIA ESCOLAR: O QUE É, O QUE FAZ E ONDE ATUA

Na atualidade, muitos autores dedicam seus estudos a delimitar a atuação do profissional de Psicologia no contexto escolar, o que tem gerado muitas discussões e debates ao longo da história, neste sentido, iremos mapear de forma sucinta sua atuação nesse âmbito.

Diante de pesquisas e análises, podemos observar que as demandas no campo da psicologia escolar brasileira são bastante complexas e, por isso mesmo, abre um vasto campo de atuação para o psicólogo no âmbito educacional. Essa amplitude de possibilidades não se atém apenas na dimensão psicoeducativa, mais também na dimensão social.

A Psicologia Escolar foi reconhecida como uma especialidade pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 1992. Diante disso, ressalta-se o modelo de atuação do psicólogo no

âmbito da educação institucional escolar, possibilitando a realização de pesquisa, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva, tanto em grupo, como de forma individual.

O trabalho do psicólogo nessa forma institucionalizada de educação tem sido, já há alguns anos, nosso foco de análise afirma Martínez, Fariñas, (1993) e Martinez (2003), o que nos permite conceituar a Psicologia Escolar como:

[...] um campo de atuação do psicólogo (e eventualmente de produção científica) caracterizado pela utilização da Psicologia no contexto escolar, com o objetivo de contribuir para otimizar o processo educativo, entendido este como complexo processo de transmissão cultural e de espaço de desenvolvimento da subjetividade (Martinez, 2003, p. 107).

De acordo com o CFP (1992), o psicólogo deve promover a criação de espaços com o intuito de favorecer a saúde e o bem-estar de todos que fazem parte da instituição, de modo que, a partir de suas intervenções, possa vir a assegurar o mínimo de dificuldade no processo de adaptação escolar e aprendizagem.

Dessa forma, a atuação e prática do psicólogo no âmbito escolar deve estar ligada a uma reflexão crítica da rotina familiar e educacional, conhecendo o discente através do diálogo com os diversos elementos que envolve a aprendizagem. Nesse âmbito, o profissional assume uma função de agente transformador dentro da instituição. Torna-se relevante a utilização dos conhecimentos proveniente da Psicologia no contexto escolar, contribuindo com a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Segundo Barbosa:

O profissional psicólogo no contexto escolar tem a função de facilitar e interagir com o aluno, proporcionando situação para que resultem através de recursos lúdicos e na brincadeira em conjunto, dialogando sobre as ações realizadas por esse sujeito, que constrói e aprende, indivíduo que brinca de fazer histórias, que resolve dificuldades formador de seu processo de aprendizagem tanto afetiva como cognitiva (2001, p. 79, apud MACHADO, 2010).

Cassins (2007), no Manual de Psicologia Escolar/Educacional coloca que, a escola é o espaço propício para promover o desenvolvimento integral do aluno, com propostas concretas

e eficazes de intervenção que resultam em mudança individual e coletiva, que, de uma forma ou de outra, vem a repercutir na sociedade.

Ainda conforme Cassins (2007), dentre os propósitos do psicólogo escolar estão o de [...] assessorar a escola, como um todo, no desenvolvimento de uma concepção de educação, na compreensão e amplitude de seu papel, em seus limites e possibilidades, utilizando os conhecimentos da psicologia, no sentido de proporcionar um bom rendimento na relação ensino-aprendizagem.

Como vimos, para compreender e elucidar os processos diferenciados de desenvolvimento da aprendizagem (aprender a aprender) de cada aluno e de cada professor, se faz necessário, desenvolver e cultivar o enfoque preventivo, isto é, trabalhar as relações interpessoais na escola, visando à reflexão e conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos envolvidos. Pois, conforme Cassins (2007) é na conscientização de todos os envolvidos no processo educacional, com suas devidas participação e responsabilidade considerando todos os grupos em que estão envolvidos, entre estes, além da escola, a família, o trabalho, a comunidade que se pode considerar as atribuições do psicólogo na escola.

Outra função importante que o psicólogo pode desenvolver nas instituições educacionais é participar da formação dos educadores, contribuindo para que eles estejam cada vez mais fortalecidos e instrumentalizados para uma atuação de qualidade junto aos alunos, entre si e com o corpo de funcionários das escolas. Ressalta-se aqui então, a importância da vinculação desses profissionais ao trabalho dos demais no contexto escolar. Assim, no exercício do psicólogo escolar está o envolvimento deste profissional com uma equipe multidisciplinar em busca do aprimoramento do espaço educativo favorecendo alunos e funcionários.

Portanto, a inserção do Psicólogo Escolar torna-se imprescindível para viabilizar sua entrada no contexto educativo. Mas, esse deve ter conhecimento das políticas públicas educacionais, a fim de que possa realizar um acompanhamento psicológico, educativo de acordo com a conjuntura social. Nessa perspectiva, a Psicologia Escolar deve ser consolidada de forma mais efetiva, por isso a importância do desenvolvimento de novos estudos sobre o papel do psicólogo na escola e estratégias da psicologia no âmbito escolar.

2.3 O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR JUNTO AO ESTUDANTE

Conforme Barbosa, Marinho, Araújo (2010) motivada pela tendência norte americana e francesa, a psicologia escolar chegou ao Brasil na passagem do século XIX e XX, através da criação dos laboratórios de psicologia, com objetivos de estudar crianças com problemas de aprendizagem.

Sabemos o quanto é importante a presença de um psicólogo escolar atuando na instituição de ensino, este tem um papel de fundamental importância, pois trata-se de um profissional que direciona, orienta e procurar da melhor forma possível resolver, esclarecer e solucionar problemas que vem a surgir no âmbito escolar, além do mais, busca também realizar um elo entre toda a equipe multidisciplinar escolar, pais, comunidade e promover da melhor forma possível todo o aprendizado dos alunos.

No entanto, vale ressaltar que o psicólogo escolar vem enfrentando grandes dificuldades perante sua atuação no reconhecimento do seu papel, pois sua contratação ainda não é obrigatória nas instituições de ensino regular, muito embora afirmem os teóricos que: O psicólogo escolar pode atuar de múltiplas formas, visando que a proposta pedagógica se constitui efetivamente como um instrumento útil para a organização coerente do trabalho educativo (MARTINEZ, 2010, p. 48).

Os psicólogos escolares atuaram por muito tempo nas escolas como modelo clínico, realizando atendimento individualizado, pois seu papel associava-se mais a avaliação, realizar diagnóstico de alguns transtornos e atendimento de estudantes que apresentavam dificuldades emocionais ou de comportamento e encaminhamento de alunos com dificuldades escolares. Mas,

O objetivo do psicólogo é desenvolver estratégias para que as ações sejam concretas e com propostas contextualizadas, comprometendo-se com a construção de um processo educacional que prime pela apropriação do conhecimento científico por todos os indivíduos que passam pela escola. (DIAS; CUNHA; PAINI, 2012, p. 43).

O papel do psicólogo junto ao estudante proporciona um ensino aprendizagem de melhor qualidade para garantir construção dos conhecimentos dos alunos, já que sabemos que conflitos são frequentes em qualquer tipo de instituição escolar, exatamente, por serem encontrados pontos de vistas das mais diferentes formas.

2.4 MOTIVAÇÃO DOS ESTUDANTES

O psicólogo que possui uma boa base teórica tem grande potencial de desenvolver um trabalho de boa qualidade seja em qualquer instituição de ensino, seja ela da rede pública ou particular. O profissional desenvolve técnicas de estudos, dinâmicas, atividades grupais de integração e coesão de toda a equipe escolar, bem como, interage no processo de negociação e resolução de conflitos, tudo isso com o objetivo de favorecer mudanças necessárias para otimização e motivação do processo educativo do estudante.

Um dos fatores bastante preocupante e que chama nossa a atenção é a questão da desmotivação do aluno causada por inúmeras situações, sabemos que se o estudante não estiver motivado, o processo ensino-aprendizagem não ocorre de forma progressiva, mais vale salientar que toda essa desmotivação não ocorre somente por parte do estudante mais também professores e responsáveis pelo estudante são acometidos. Em muitos casos os problemas de relacionamento acabam refletindo de forma direta ou indireta na vida escolar do aluno levando-o a desmotivação.

Uma desmotivação e aversão de um aluno em estudar determinada disciplina e ter dificuldades em aprender matemática ou qualquer outra matéria, por exemplo, pode ser consequência das primeiras experiências que teve com tal matéria, resultante de um professor autoritário, de uma rejeição por parte dos colegas, problemas familiares, de uma situação vexatória, etc. (PILETTI, 2015, p.159).

Assim, problemas como déficit de atenção, aprendizagem, baixa autoestima, relacionamentos com o corpo discente e docente da escola, representa de alguma forma um modelo e servem de exemplos para os discentes. Segundo Nunes; Silveira, “os elementos do contexto, que intervêm na relação entre a motivação e a aprendizagem, estão ligados à família, às condições sociais, econômicas e culturais dos alunos, as políticas educacionais e à escola”

(2015, p.114). As dificuldades e preocupações que alguns alunos passam por motivos de relacionamentos com seus pais ou responsáveis, situações financeiras que acabam por refletir na vida do aluno o conduz à desmotivação escolar e a falta de interesse pelos estudos.

2.5 DESEMPENHO ESCOLAR

O desempenho escolar engloba várias áreas na educação, como desempenho em leitura, escrita, aritmética, artes, atividades motoras desenvolvidas do decorrer das aulas. O bom desempenho escolar do aluno é um dos principais objetivos que deve ser atingidos pela escola no âmbito educacional, pois quando esse objetivo não é alcançado, podemos dizer que não houve aprendizado do aluno ou seja que os objetivos não foram atingidos de forma satisfatória.

O desempenho escolar é uma conquista por parte dos educandos e educadores que se fazem presente na escola. É determinado pela combinação de vários aspectos, como convivência familiar, socialização, convivência com colegas, professores, passando por orientação e estímulos.

No entanto o psicólogo educacional pode trabalhar de inúmeras formas para que esse desempenho escolar venha acontecer da melhor forma possível, parte dos alunos que se fazem presentes na instituição de ensino regular. Ele pode e deve aplicar o seu saber por meio de técnicas, estratégias, participando da construção do saber do estudante, acompanhamento, motivação, dinâmicas, coordenação e avaliação de projetos que venham a ser desenvolvidos na escola ou também aqueles em que a comunidade escolar está inserida.

O seu trabalho pode ser especialmente na integração e na coesão da equipe escolar: na coordenação do trabalho em grupo: na mudança de representações, crenças e mitos; na definição coletiva de funções; e no processo de negociação e resolução de conflitos, os quais são freqüentes em qualquer tipo de trabalho coletivo que implique o encontro de pontos de vistas diferentes (MARTINEZ, 2010, p.48).

Existe uma grande relação entre o desempenho escolar e a motivação, pois quando algum problema é diagnosticado com relação ao desempenho do estudante, por trás, se percebe algo ligado a motivação, algo está causando um desconforto na relação de ensino e no processo de aprendizagem. O convívio social, o ambiente, a convivência com atividades culturais, o bom

relacionamento com pais ou responsáveis, o controle do uso dos meios de comunicação e o uso adequado da internet são fatores que influenciam o desempenho escolar na vida do estudante. É importante que o aluno saiba fazer o uso, e que não deixe esses fatores prejudicar o seu desempenho.

3 MÉTODO

A pesquisa utiliza como metodologia para a apropriação do conhecimento, - base para as nossas reflexões -, uma revisão de literatura com buscas em livros, sites acadêmicos de estudiosos acerca da temática em questão.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, onde será realizada uma investigação buscando informações acerca da Psicologia escolar: atuação do psicólogo junto ao estudante. O presente estudo tem, inicialmente, como objetivo, o de fazer reflexões acerca do papel do psicólogo escolar e do psicopedagogo. Em seguida, investigar com maior rigor sobre a psicologia escolar, desvendando acerca do que é, do que ela faz e onde atua.

A pesquisa considera os seguintes critérios de investigação análise de artigos, anais, revistas ou livros com argumentos que abordem o tema, enfatizando a psicologia escolar na relação psicólogo e estudante.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi relevante e elucidada acerca da Psicologia escolar: a atuação do psicólogo junto ao estudante. Nesse sentido, temos como resultado que o papel do psicólogo escolar é o de compreender e elucidar os processos de desenvolvimento biopsicossocial dos envolvidos com a escola.

Fica evidente que o psicólogo escolar deve colaborar com a adequação por parte dos educadores, de conhecimentos da Psicologia, para que eles sejam úteis na consecução crítica e reflexiva de seus papéis dentro da comunidade escolar. Também, desenvolver trabalhos com professores e alunos com vistas a extinção de bloqueios afetivos e cognitivos que dificulta o crescimento de ambos.

Dessa forma, se faz necessário mediar os processos de reflexão sobre as ações educativas a partir da atuação com os diversos profissionais da educação e buscar ser o mediador do processo reflexivo e não o solucionador de problemas.

Ademais tem como responsabilidade a de clarificar a construção da subjetividade - do Eu -, do respeito as idiossincrasias em cada ambiente educacional, assessorando a unidade escolar na busca da humanização dos sujeitos, através do encontro da cognição com a motricidade, os afetos e as emoções na educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos à conclusão de que os propósitos dos psicólogos escolares devem estar voltados para incentivar os educadores para tomada de posições políticas em relação aos problemas sociais que afligem a todos, na busca de uma solução sócio/política, bem como, estimular a escolha consciente de uma atuação profissional sustentada por teorias psicológicas, cuja visão contemple o homem em suas múltiplas determinações e relações histórico-sociais.

Desta forma, concluímos que se têm no papel do psicólogo escolar a procura de alcançar os objetivos da proposta curricular da escola, a evolução dos alunos que as integram, através de orientação, elaboração e coordenação de projetos educativos específicos, análise, intervenção institucional, diagnóstico e participação na construção e acompanhamento da proposta pedagógica da escola.

A partir da nossa investigação, percebemos que nos dias atuais com a realização de pesquisas, estudos e leituras, o papel do psicólogo escolar evoluiu muito, pois podemos dizer que todo esse cenário teve grandes mudanças, demonstrando uma visão preventiva de problemas, realizando processos de comunicação, orientação, motivação, diagnóstico, reflexão entre pais, professores e estudantes, como também melhorar as relações interpessoais entre os docentes e discentes e proporcionar atividades grupais, oficinas, projetos junto à equipe multidisciplinar - professores, direção e orientador educacional - da escola para um melhor desenvolvimento integral dos estudantes.

Diante do que foi exposto, concluímos aqui, que as demandas da sociedade brasileira indicam de fato, a existência de um crescente campo de trabalho no que tange a psicologia

dentro das instituições educacionais, as quais vêm a depender de uma maior abertura da sociedade e de efetivações concretas nas políticas públicas voltadas à educação.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Cristiana Linhares Ribeiro. LIMA, Flávia Adalgisa Ferreira. *Et al*, Psicólogo escolar e psicopedagogo: limites e possibilidades de atuação. **Revista de Psicologia: Interfaces da educação**, ano 07, número 19, fevereiro de 2013.

CASSINS, A. M. et al. **Manual de Psicologia escolar** – educacional. Curitiba: Gráfica e Editora Unificada, 2007. Disponível em: <<http://www.portal.crppr.org.br/download/157.pdf>>. Acesso em 28 ago. 2016

CFP – **Conselho Federal de Psicologia**. Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil. Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações. Out.1992. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2016

COSTA, D.C. **A diversidade de atuação do psicopedagogo x psicólogo educacional no ambiente escolar**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

DIAS, Elaine T. Dal Mas; CUNHA, Maria de Fátima P. Carneiro da; PAINI, Leonor Dias. **Psicologia e Educação: Uma interface entre saberes**. Jundiaí, Paco Editora, 2012.

GALVÃO, J.A.; DA SILVA, S.V. PRADO, C.C. A Importância do Psicólogo Escolar na Comunidade Escolar: Um Estudo Comparativo. **Revista de La asociación latinoamericana para La formación y enseñanza de La Psicología**. ISSN: 2007-5588. Disponível em: www.integracionacademica.org/29-volumen-7-numero19-2019aimportanciadopsicologoescolarnacomunidadeescolarumestudocomparativo.

MACHADO, F. L. B. A. **Sobre a atuação do psicólogo escolar**. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde. Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2893/2/20162482.pdf>. Acesso em 15 set. 2016.

MARTÍNEZ, A. M. **O psicólogo na construção da proposta pedagógica da escola: áreas de atuação e desafios para a sua formação**. In ALMEIDA, S. F. C. (Org.). *Psicologia Escolar: ética de competências na formação profissional*. Campinas: Alínea, 2003. Cap. 5, p. 107 Disponível em <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6673emaberto23i83%25p>. acesso em: 11 de mar.2020.





NUNES, Ana Ignez Belém Lima. SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. **Psicologia da aprendizagem**. 3ªed. Revisada. Fortaleza-CearáEd. UECE, 2015.

PILETTI, Nelson. ROSSATO, Solange Marques. **Psicologia da aprendizagem**. 1ªed. São Paulo, 2015.

PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1949.



PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL NO BRASIL: Contribuições em tempos de pandemia do Covid-19

Maria Joelma Gomes Monteiro Colaça¹
Karidja Kalliany Carlos de Freitas Moura²

RESUMO

O presente artigo teve como finalidade refletir sobre as contribuições do psicólogo escolar e educacional no Brasil diante pandemia de COVID-19, assim como evidenciar as intervenções deste profissional na saúde mental dos atores envolvidos com a escola. Neste contexto de pandemia, no Brasil percebeu-se a importância deste profissional para a saúde mental dos professores, alunos, pais, equipe pedagógica e funcionários da escola, por meio de intervenções já realizadas por este profissional. Apesar do psicólogo escolar e educacional ainda não ocupar o quadro de funcionário de todas as escolas. A necessidade deste profissional no ambiente escolar é urgente, visto que a pandemia coloca em evidência a saúde mental dos que compõem esta instituição. Então, concluiu-se que a presença dos profissionais de psicologia no ambiente escolar é algo necessário visto que as intervenções em contexto de pandemia evidenciam a importância do fazer deste profissional no ambiente escolar.

Palavras-chave: Psicólogo escolar. Escola. Pandemia.

ABSTRACT

The purpose of this article was to reflect on the contributions of the school and educational psychologist in Brazil in the face of the pandemic of COVID-19, as well as to highlight the interventions of this professional in the mental health of the actors involved with the school. In

¹ Graduanda Psicologia, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: mjoelma.mg@hotmail.com

² Orientadora/Doutora em Ciências pela Universidade Federal Rural do Semiárido. E-mail: extensao@catolicadorn.com.br

this pandemic context, in Brazil, the importance of this professional for the mental health³ of teachers, students, parents, pedagogical staff and school employees has been noticed, through interventions already carried out by this professional. Despite the fact that the school and educational psychologist is not yet on the staff of all schools. The need for this professional in the school environment is urgent, since the pandemic highlights the mental health of those who make up this institution. Therefore, it was concluded that the presence of psychology professionals in the school environment is necessary, since the interventions in the pandemic context shows the importance of the work of this professional in the school environment.

Key-words: School psychologist. School. Pandemic.

1 INTRODUÇÃO

A nível mundial tudo se encontrava normal, quando em 31 de dezembro de 2019 ocorreu casos de pneumonia em Wuhan na China, no dia 11 de fevereiro de 2020 descobriu-se que se tratava de um vírus que foi nomeado de SARS-CoV-2, responsável por causar a doença de COVID-19. Logo em seguida, o vírus já estava espalhado por vários países causando mortes e internações. Então, a Organização Mundial de Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020 vem a público e declara para o mundo que estamos diante de uma situação de pandemia de COVID-19 (OPAS/OMS, 2020).

Na atualidade, o mundo se encontra em crise em todos os setores da sociedade. Assim, as formas de prevenção da doença configuram-se como: distanciamento social, quarentena e isolamento. Os impactos dessa forma de prevenção refletiram diretamente na saúde mental da população (FARO, 2020).

No Brasil, a realidade não é diferente o cenário também é de crise. Nos setores da saúde, economia, cultura e educação, entre outros. Na educação o cenário já era precário, agora com a pandemia de COVID-19 o *status* de precário ficou mais acentuado atingindo todos envolvidos com a escola. Assim, diante da realidade de escolas fechadas, alunos sem aulas presenciais e

³ Orientadora/Doutora em Ciências pela Universidade Federal Rural do Semiárido. E-mail: extensao@catolicadorn.com.br

professores precisando se adaptarem ao ensino a distância, tudo isso vem se configurando como um verdadeiro desafio para a educação (AVELIN; MENDES, 2020).

É neste contexto, de distanciamento social e isolamento que o psicólogo escolar e educacional vem fortalecendo seu papel enquanto profissional em meio à pandemia de COVID-19. Diante de um cenário de dificuldades e desigualdade social no âmbito escolar, o psicólogo escolar e educacional busca construir para os diferentes atores da escola um trabalho que proporcione bem-estar a todos no âmbito escolar.

Dessa maneira, o psicólogo na escola proporciona por meio de intervenções espaços de escuta e troca junto à comunidade escolar, proporcionando reflexões sobre o momento atual de pandemia, assim como dando suporte na saúde mental dos professores, alunos, pais, funcionários e equipe pedagógica da escola (PEDROZA; MAIA, 2021).

Diante o exposto, o presente artigo teve como finalidade refletir sobre as contribuições do psicólogo escolar e educacional no Brasil diante pandemia de COVID-19, assim como evidenciar as intervenções deste profissional na saúde mental dos atores envolvidos com a escola.

2 PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL NO BRASIL: impasses e desafios em tempos de pandemia do Covid-19

2.1 PSICOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL

Na história da psicologia, o médico e fisiologista Wilhelm Wundt inaugura em 1879 o Laboratório de psicologia Experimental na universidade de Leipzig na Alemanha. Logo, Wundt com os seus experimentos, consegue demonstrar que os fenômenos constituídos na mente resultam das reações do corpo. Desse modo o laboratório de Leipzig foi o primeiro a realizar experimentos em psicofisiologia e Wundt é considerado o pai da psicologia moderna e científica (BOCK, 2008).

Logo após em 1904, Binet na França criou testes de inteligência nos quais poderia medir habilidades obtendo o Quociente Intelectual (Q.I). Binet partiu do experimento infantil, o que era realizado em programas especiais para o progresso de crianças. Além disso, eram colocados

itens contendo problemas para serem respondidos por crianças da mesma idade, então algumas não conseguiam resolver os problemas considerando-as inferiores tornando esse método discriminatório (BOCK, 2008).

Ademais, Binet construiu ferramentas que identificavam crianças anormais e inaptas para progredir no modelo de ensino da época. Além disso, Binet no laboratório de pedagogia experimental estudou programas de ensino e avaliou a relação da evolução intelectual das crianças e o ensino que recebiam. Para Binet, o princípio pedagógico deveria seguir a evolução natural da criança caso não ocorresse seria uma perda de tempo (PINHEIRO; VALENTE, 2017).

Do mesmo modo, no Brasil Manoel José do Bomfim médico e intelectual brasileiro decidiu estudar psicologia em Paris, sob a orientação de Binet tornando-se também seu assistente. Pouco depois, em 1896 é nomeado subdiretor do Pedagogium instituição educacional onde funcionou o primeiro laboratório de psicologia experimental do Brasil inaugurado em 1906. O laboratório foi criado por Manoel Bomfim que também lecionou a cadeira de pedagogia e psicologia aplicada (SANTOS, 2020).

Antes de mais nada, é importante ressaltar que Bomfim ao retornar para o Brasil influenciou significativamente a educação brasileiras aos moldes da Europa. A influência é perceptível em seus discursos visto que lecionava as disciplinas de pedagogia e psicologia na escola normal do Rio de Janeiro. Logo, Bomfim aplicou seus conhecimentos sobre psicologia experimental na formação de professores de escolas primárias nos quais trabalham com crianças; influenciando de forma significativa a educação brasileira (NEGROMONTE, 2019).

Então, a psicologia no Brasil caminha ao lado da educação visto que foi neste campo em que se realizou experimentos e as primeiras aplicações. Logo, aplicar à psicologia a educação não é coisa nova, é perceptível que a relação psicologia-educação já existia com a finalidade de adaptar o indivíduo ao contexto escolar por meio de avaliações psicológicas (PEREIRA-SILVA, 2017).

De certo, que é importante ressaltar o período colonial no Brasil momento em que os jesuítas chegaram para catequisar os índios, logo utilizavam-se de conhecimentos psicológicos para controlar os processos emocionais e comportamentais dos índios. Os jesuítas se utilizavam do conhecimento da psicologia para a implantação de educação jesuíta e manutenção da ordem

social. A posteriori, no século XIX ocorre a modernização do Brasil com ideais liberais e mais adiante ideias capitalistas exigindo uma modernização nas relações de trabalho e modelo de produção. Nesse contexto, a psicologia é reconhecida como autônoma e na década de 60 a psicologia se consolidou como área do conhecimento e prática, firmando-se no campo do trabalho e clínica. Por vezes, diante do avanço a educação ainda era a base da psicologia e a psicologia escolar no Brasil surgiu antes mesmo da psicologia (OLIVEIRA, 2016).

Então, é nesse cenário de laboratórios ligados a Escolas Normais que surge a psicologia no Brasil. A psicologia volta o seu olhar para o universo infantil assim como para os processos de aprendizagem, percebendo que os problemas escolares seriam falhas da criança e da sua família desconsiderando os outros fatores sociais (MORI, 2016).

A história da psicologia no percurso da legalização da profissão acompanha as mudanças da sociedade assim como o contexto educacional. Dentro de pouco tempo, a psicologia estava presente no interior das escolas focando nos atores escolares nas potencialidades e sucessos dos que constituíam a instituição escolar (MARINHO-ARAÚJO, 2016).

Em 1960, a psicologia no ambiente escolar é praticada de forma acentuada como solucionadora para os problemas de aprendizagem e comportamento, é solicitada também para trabalhar com o fracasso escolar, assim o fracasso escolar para a psicologia estava focando apenas no aluno esquecendo-se do contexto em que o aluno está inserido (CRP-RS, 2019).

Em 27 de agosto de 1962, no Brasil a psicologia é reconhecida como profissão. Neste momento o Governo Federal reconhece a necessidade do profissional de psicologia na sociedade. A profissão é reconhecida, mas o psicólogo escolar atua dentro da escola com o objetivo de realizar diagnóstico e também com a prática clínica, focando nos estudantes com dificuldade de aprendizagem (SILVA NETO, 2017).

Analogamente, na lei que regulamentou a profissão Lei 4.119/62 estava exposto que o psicólogo exerceria as funções de utilizar métodos e técnicas psicológicas objetivando o diagnóstico de problemas psicológicos, orientar sobre questões psicológicas assim como realizar orientação profissional. O psicólogo poderia também, realizar orientações pedagógicas assim como poderia ensinar e supervisionar alunos sobre trabalhos técnicos e práticas em relação à psicologia (SILVA NETO, 2017).

Na década de 70, ocorre um significativo aumento na abertura da psicologia dentro das escolas, marcado pelo ideário comportamental deixando expresso que a psicologia deveria contribuir para a formação do capital humano e desenvolvimento intelectual. Dessa forma, ocorre uma expansão da psicologia escolar e alguns postos de trabalho começam a surgir em algumas escolas particulares (FERREIRA, 2019).

A psicologia nessa época, utiliza-se de testes psicodiagnósticos impulsionando assim o seu campo de atuação na escola. Logo, a psicologia tornou-se base para a prática pedagógica e para as questões que envolvem a escola. Com isso, surgem também críticas quanto ao uso de testes psicológicos no campo da escola, visto que contribuía com alguns resultados, e, assim, acentuavam estigmas e preconceitos (MININ; LIMA, 2018).

Na década de 80, período no qual ocorreu a Ditadura Militar momento violento da história brasileira, em que ocorreu a violação de direitos. Período que marcou a história da psicologia, visto que nesse período, psicólogos se engajaram em conselhos e sindicatos contra as opressões assumindo uma postura crítica na sociedade da época (SILVA, 2017).

Nos anos 90, foi fundada por um grupo de psicólogos a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional-ABRAPEE. O grupo de psicólogos do ABRAPEE interessava-se por estudos profissionais da psicologia educacional assim como o desejo de reconhecimento do psicólogo escolar e educacional incentivando o campo da pesquisa na área da educação defendendo assim a emancipação do ser humano desenhando uma nova perspectiva para essa área da psicologia (FACCI; SILVA; SOUZA, 2020).

2.2 O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR E EDUCACIONAL NO BRASIL: um cenário em construção

A psicologia escolar e educacional tem sua história tecida concomitantemente com a educação. De certo, que na educação haviam crianças com problemas de desenvolvimento e aprendizagem, é nesta necessidade que se desenvolve a psicologia escolar. Porém, ao longo do tempo foi necessário repensar a prática da psicologia na escola visto que tinha um olhar fixo no fracasso escolar. Além disso, a atuação do psicólogo escolar no Brasil era voltada para a clínica, porém em contexto escolar. Diante disso, os estudiosos de psicologia escolar defendiam a

reformulação do curso de psicologia, de forma que este contemplasse também a psicologia escolar. Logo, com o passar dos anos, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) aprova uma revisão nas diretrizes dos cursos de graduação em psicologia que atendessem às demandas da sociedade brasileira (CAVALCANTE; AQUINO, 2019).

Logo após, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) promoveram reflexões sobre a prática dos profissionais, comprometendo-se com o ser “humano”, considerando todo o contexto da população em seu fazer profissional. Assim como, se compromete em seu código de ética que sua atuação será de acordo com a realidade política, econômica, social e cultural. Pouco depois, o Conselho Federal de Psicologia com a Resolução 013/07 menciona a atividade do psicólogo na educação (CRP-RS, 2019).

Em princípio, para trabalhar com os processos de ensino aprendizagem tanto no contexto formal quanto informal, dentre estes: escolas, instituições de ensino, organizações governamentais, abrigos e empresas. Assim como, trabalhar também com educadores, equipe diretiva, pedagógica, currículo, equipes multiprofissionais e redes de atenção à saúde (CRP-RS, 2019).

Então, diante deste percurso a psicologia escolar e educacional tem os mesmos conceitos? Na atualidade atribui-se a psicologia escolar o *status* de aplicada, visando a atuação na prática enquanto que na psicologia educacional é a área acadêmica mais voltada para a pesquisa. A psicologia escolar, utiliza-se de conhecimentos científicos sobre o desenvolvimento emocional, cognitivo e social para apoiar as equipes de educação no desempenho e aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem de seus alunos (LAKATOS; MARCONI, 2007).

Dessa forma, ao longo do tempo a psicologia escolar e educacional vem contribuindo socialmente para que o lugar do psicólogo educacional se consolide na sociedade, assim como de forma legal. Então, nos dias atuais depois de várias lutas, audiências e tramitações entre senado e câmara no Congresso Nacional brasileiro é votada a Lei 13.935/2019 que regulamenta a presença de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de educação básica; constituindo-se assim um avanço para a psicologia escolar (CFP, 2019).

Antes de mais nada, é importante ressaltar que o psicólogo escolar conhecendo a realidade da escola desenvolverá atividades voltadas para a coordenação da escola, alunos,

professores, funcionários, familiares e profissionais que acompanham alunos fora da escola. Então, o psicólogo escolar trabalhará com: a prevenção e com ajustes e mudanças de acordo com a realidade. Assim, estará contribuindo com toda a comunidade escolar desenvolvendo o social, cognitivo e humano (LAKATOS; MARCONI, 2007).

Posteriormente, é de suma importância que o psicólogo na escola entenda o trabalho dos envolvidos no processo educativo conhecendo também os processos educativos que envolvem fatores sociais, culturais e econômico. Dessa forma, compreenda o papel da educação na modernidade proporcionando estratégias de escuta e saúde integral assim como promova trabalhos coletivos para que fortaleça os profissionais do âmbito educacional (CRP-RS, 2019).

Na realidade do aluno, o psicólogo junto ao professor poderá trabalhar com inúmeros temas dentre eles, a motivação a qual envolve o comportamento do aluno, o trabalho com esse tema poderá aumentar o desempenho do aluno em sala de aula reduzindo a evasão escolar. Logo, ao trabalhar a motivação é necessário que o psicólogo escolar compreenda e observe o que o aluno não tem e não sabe, mas observando o que esse aluno sabe fazer assim poderá avaliar e intervir na realidade (PEREIRA et al., 2019).

Dentre as experiências do psicólogo escolar, destaca-se uma experiência com alunos na escola municipal do Planalto Norte Catarinense, na qual uma acadêmica de psicologia realizou intervenção com temas sobre imaginação, sonhos, valores, afetividade e relacionamentos interpessoais. Logo, como resultado deste trabalho percebeu-se a necessidade de se trabalhar temas não somente de cunho intelectual, mas que gerem reflexões sobre a ética e a moral dos alunos (CONCEIÇÃO; ULLIANO, 2019).

Dessa forma, é necessário ressaltar a importância do protagonismo do indivíduo para o processo de transformação pessoal, assim o psicólogo passa a ter um papel de provocador no contexto escolar. Desse modo, dentro da escola o psicólogo educacional também poderá convidar professores e funcionários a fazer uma reflexão sobre o trabalho em equipe e atuação do psicólogo escolar. A experiência com o tema do trabalho em equipe e atuação do psicólogo escolar ocorreu aos moldes de uma roda de conversa com professores e funcionários, da gestão pedagógica de uma escola municipal no interior de Minas (CRP-MG, 2017).

A intervenção foi realizada por meio de um projeto de extensão a partir da observação da realidade da escola. Dessa maneira, como resultado da roda de conversa percebeu-se que os

professores se sentiram importantes percebendo que as suas angústias foram ouvidas e acolhidas (CRP-MG, 2017).

Do mesmo modo, estagiários de psicologia escolar realizaram uma atividade com professores e funcionários de uma escola, a atividade ocorreu durante o intervalo das aulas visto que esse era o momento em que os professores estavam em seu horário livre. O objetivo do trabalho era provocar reflexão nos professores e funcionários sobre suas vivências e comunicação com o outro e consigo mesmo. Então, como resultado dessa atividade que teve baixo custo financeiro percebeu-se que as vivências, discussões e reflexões sobre os temas foram pertinentes para os professores e funcionários. Assim, todos sentiram-se apoiados percebendo a importância de cuidar de si e a importância de refletir sobre questões cotidianas (RIBEIRO, 2019).

Além disso, o psicólogo escolar também poderá trabalhar com as famílias dos alunos da escola. Assim, também ocorreu uma experiência realizada pelo psicólogo escolar com roda de conversa junto aos pais. Como resultado, o psicólogo escolar percebeu que os pais querem saber sobre o que ocorre no universo escolar e entender sobre as questões pedagógicas solicitando uma continuidade do trabalho do psicólogo na escola (MOREIRA; GUZZO, 2014).

Da mesma forma, em ambiente escolar o psicólogo poderá também contribuir com o projeto político pedagógico da escola. O serviço de psicologia escolar em parceria com uma escola pública de ensino fundamental participou da construção do projeto político pedagógico junto aos professores e equipe gestora. Por consequência, após a participação do encontro com professores e equipe gestora e observação de todo cotidiano escolar, o serviço de psicologia percebeu e refletiu sobre os desafios diário da escola. Assim, buscou conscientizar os educadores a respeito das condições de opressão como forma e instrumento de mudança de realidade (SANTA'ANA; GUZZO, 2015).

Desse modo, mudança de realidade não é algo fácil mas realizar reflexões sobre o cotidiano é necessário. É neste contexto, que o psicólogo poderá também participar ativamente da construção de políticas públicas. A exemplo pode-se citar a política pública voltada para a juventude, nesse diálogo entre sociedade, juventude e governo o psicólogo poderá contribuir promovendo espaços de reflexão sobre as fases de desenvolvimento da juventude assim como, a construção de personalidade baseado em teorias (SILVA, 2020).

Um outro campo de atuação do psicólogo escolar, é a educação profissional e tecnológica. Neste campo, encontra-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia voltados para a formação do Ensino Técnico com formação profissional, técnica e docente. Neste contexto, o psicólogo escolar poderá atuar no desenvolvimento dos atores educativos para que eles compreendam o seu contexto, para que exerçam os seus papéis de forma crítica e consciente. Assim, o psicólogo escolar atua nos Institutos Federais baseados em dois grandes eixos: acompanhamento de alunos e participação nas políticas estudantis (FEITOSA; ARAÚJO, 2018).

A exemplo pode-se citar, a experiência de um Instituto Federal no qual o psicólogo trabalha com formação de grupos de alunos, espaços de escutas psicológicas, além de atendimento de pais e participação de reuniões acadêmicas. Em relação às políticas estudantis, se trabalha o esclarecimento sobre os benefícios sociais da comunidade acadêmica (FEITOSA; ARAÚJO, 2018).

Além disso, a psicologia escolar e educacional no Brasil vem se delineando desde os tempos da república. A história da psicologia se entrelaça com a educação demonstrando ao longo de tempo a sua importância com trabalhos práticos e éticos (CRP-RS, 2019).

Em suma, caracteriza-se como uma psicologia em construção percorrendo no dia a dia os caminhos da escola, porém com uma visão ética e fundamentada nos conhecimentos científicos e nos processos básicos psicológicos.

2.3 PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

O mundo estava em seus dias normais, cada país com suas particularidades e vivências quando em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) relata sobre casos de pneumonia em Wuhan na China. Logo após, em 7 de janeiro de 2020 foi confirmado um novo tipo de coronavírus que já se encontrava por toda parte. Em seguida, no dia 30 de janeiro de 2020 a OMS declara como surto do novo coronavírus. Em 11 de fevereiro de 2020, o vírus é nomeado de SARS-CoV-2 responsável por causar a doença de COVID-19 e em 11 de

março de 2020 a COVID-19 é caracterizada como uma pandemia afetando vários países a nível mundial (OPAS/OMS,2020).

Com certeza, após a declaração de que se tratava de uma pandemia o estilo de vida das pessoas mudou totalmente. Logo, tudo estava diferente houve uma restrição social as pessoas precisavam ficar em casa isoladas ocorrendo o aumento do sedentarismo, aumento no hábito de assistir TV, uso de aplicativos, uso de redes sociais e participação de transmissão ao vivo havendo, assim, um aumento significativo no uso de mídias digitais. A mudança de hábito das pessoas atingiu diretamente todos os setores da sociedade (MALTA et.al., 2020).

Então, 2020 inicia com uma possível característica de crise socioeconômica em que todos os países no setor da saúde, economia, empregos, investimentos, meio ambiente e educação estavam em crise. Este último, a nível mundial enfrentou inúmeros desafios para a possível adequação à pandemia de COVID-19. Antes de tudo, é importante ressaltar que os sistemas educacionais a nível mundial foram afetados ocorrendo assim o fechamento das escolas públicas e particulares, faculdades, universidades entre outros. Logo, 1,13 bilhões de alunos se encontravam afastados das suas atividades escolares. Conseqüentemente, ocorreu a ruptura de processo ensino-aprendizagem e elevação dos riscos e aumento de taxas de abandono escolar (MACEDO; SOUTO, 2020).

A educação em alguns países como México, Chile e Uruguai adotou medidas do uso das tecnologias digitais almejando não perder o contato com seus alunos. No Brasil, com o aumento da contaminação por COVID-19, ocorre uma substituição da educação presencial por aulas remotas. De certo, que a escola é um espaço social com uma probabilidade de contaminação e contágio em massa visto que a quantidade de alunos em sala proporciona um risco à saúde neste momento de pandemia (ARRUDA, 2020).

Dessa forma, no Brasil o Ministério da Educação (MEC) baixou uma portaria nº 343/2020 que menciona a substituição das aulas presenciais por remotas enquanto existir a pandemia de COVID-19 (BRASIL, 2020). Diante deste contexto, há um aumento de desafios quando se fala em educação brasileira, visto que os desafios já existiam e neste contexto de pandemia mais do que aumentou. Sem dúvida, com a estrutura de ensino brasileiro que se tem no percurso da pandemia as dificuldades ficaram mais aparente. Assim, com as quebras de direitos à cidadania e a privação de exercícios das atividades de rotina escolar os problemas de

saúde emocional nos envolvidos com a escola aumentou significativamente. É notório que com o distanciamento social e isolamento, os casos de ansiedade, estresse emocional e redução do sono vem aumentando trazendo prejuízos à saúde emocional de professores, alunos e os envolvidos no cotidiano escolar durante a pandemia de COVID-19 (CIPRIANO; ALMEIDA, 2020).

No processo da pandemia as aulas passaram a ser de forma remota e os professores tiveram que se adaptar não tendo tempo hábil para essa nova realidade. A utilização de novas ferramentas digitais até então desconhecidas realizaram um redirecionamento a esta profissão. Assim, com a precarização das condições de trabalho do professor ocorreu um sofrimento mental com estresse, ansiedade, depressão e fadiga, ou seja, o chamado mal-estar docente (PEREIRA; SANTOS; MANENTI, 2020).

Em relação às crianças do ensino fundamental, a escola tem um papel importante na formação como cidadão. No entanto, diante da ruptura das aulas presenciais por motivo da pandemia, a falta de contato com os colegas, professores e ambiente escolar ocorreu uma quebra deixando as crianças ociosas em casa, com medo e com frustração, afetando a saúde emocional desse público (DUTRA; CARVALHO; SARAIVA, 2020).

No tocante à equipe pedagógica, pode-se relatar a experiência de coordenadores pedagógicos na qual menciona que em meio à pandemia ficou confuso, de mãos atadas, sem saber o que fazer com os professores, pais e alunos. A necessidade de se reinventar a toda hora para conduzir a comunidade escolar era algo necessário a cada dia, exigindo criatividade e persistência. Assim, mesmo enfrentando a desmotivação de professores, alunos e familiares da escola, a equipe pedagógica teria que continuar caminhando (MESQUITA; ARAÚJO, 2020). Porém, é importante ressaltar que os humanos são sujeitos que necessitam do outro para que a linguagem seja inserida no cotidiano (VIGOTSKY, 1991).

Logo, esses coordenadores assumem grandes responsabilidades tendo que pensar à frente do tempo para proporcionar uma educação de qualidade à comunidade escolar e desistir não seria a solução (MESQUITA; ARAÚJO, 2020). Neste contexto, de isolamento social, restrições sociais e ensino a distância (EAD) ocorre consequências no tocante a saúde mental dos professores, equipe pedagógica, alunos, familiares, ou seja, a todos os que estão envolvidos



com a escola. Como resultado, desta realidade ocorre um comprometimento da saúde mental de toda a comunidade escolar (SOUZA, 2021).

Por isso, o psicólogo escolar no contexto de pandemia é convocado para provocar reflexões sobre esse momento de mal-estar no qual atravessa educação e sociedade. Logo, o psicólogo poderá realizar trabalho com professores, alunos, familiares, equipe pedagógica e também com todos envolvidos direta e indiretamente com a escola. Assim proporcionará um espaço de acolhimento e escuta promovendo a saúde mental (SOUZA, 2021).

Dessa forma, para Antunes e Meira (2003, p.43) o psicólogo escolar de acordo com suas capacidades auxiliará junto aos envolvidos com a escola encontrar meios de remover obstáculos construindo práticas de educação que favorece os processos de humanização do sujeito assim como um pensar crítico sobre sua realidade.

Nesse hiato, o psicólogo escolar e educacional poderá atuar também na participação de políticas públicas voltada para a educação. Desse modo, poderá defender e propor projetos de lei estimulando a reflexão dos envolvidos com a educação potencializando a participação e edificação das políticas públicas. As demandas escolares acolhida através do psicólogo proporcionam a ele ser ator e parceiro do processo educacional (ROCHA; OLIVEIRA, 2020).

Além disso, quanto aos estudantes o psicólogo escolar poderá contribuir formando grupos possibilitando trabalhar temas como: saúde mental, sexualidade, violência, bullying, preconceito assim como orientações com enfoque preventivo. Dessa forma, poderá realizar atividades que envolvam educadores e pais estimulando o desenvolvimento das funções psicológicas necessárias para a aprendizagem (CRP-PR, 2016).

Então, o psicólogo escolar poderá envolver-se com inúmeros trabalhos e em parceria com os pais e equipe pedagógica poderá analisar as especificidades dos estudantes. Dessa maneira, poderá organizar reuniões coletivas para discutir junto a equipe pedagógica e também os pais assuntos relacionados ao desenvolvimento das crianças e adolescentes; enfatizando a importância da participação familiar no processo ensino aprendizagem do aluno (CRP-PR, 2016).

Principalmente em contexto de pandemia, a parceria entre todos os envolvidos com a escola é de fundamental importância, visto que o psicólogo poderá mediar para que a equipe encontre possíveis soluções de problemas que ocorrem dentro e fora da escola. Por isso, para

provocar reflexões entre os envolvidos no cotidiano da escola poderá promover discussões nos grupos de trabalho sobre as desigualdades sociais que envolvem os alunos no percurso da pandemia de COVID-19. Por conseguinte, o psicólogo escolar e educacional poderá oferecer às famílias dos alunos suporte durante a pandemia, visto que a conjuntura atual é geradora de conflitos familiares, assim como desafios. Logo, poderá promover diálogo entre instituição educacional e o sistema familiar, promovendo o processo de ensino e aprendizagem. Portanto, é necessário que o psicólogo tenha um olhar acolhedor para poder compreender as particularidades de cada família (CRP-AL, 2020).

Assim, diante desta situação delicada de pandemia, o psicólogo escolar e educacional poderá, também, possibilitar espaços nos quais os estudantes expressem seus sentimentos e emoções sobre o contexto no qual está vivenciando. Os diálogos poderão ser de forma presencial ou remota proporcionando para que os alunos ressignifiquem suas fantasias neste momento de pandemia, promovendo a saúde mental (ALVES; PEREIRA FILHO, 2017). Em síntese, provocar reflexão para cada momento em que a escola vivencia neste momento de pandemia de COVID-19, é algo desafiador para o psicólogo escolar e educacional visto que ele também está imerso nesse contexto. Porém, ao apropriar-se do conhecimento científico em psicologia para promover conhecimento e ações de saúde mental de si e dos envolvidos no processo de ensino aprendizagem é algo próprio do psicólogo escolar e educacional.

3 INTERVEÇÕES DO PSICÓLOGO ESCOLAR E EDUCACIONAL NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

A pandemia de COVID-19 provocou rupturas no processo de ensino aprendizagem no Brasil, um vírus foi capaz de parar toda sociedade num curto espaço de tempo e deixar lacunas na educação. Neste período, o mais logo de afastamento de alunos do seu convívio escolar no Brasil já evidencia prejuízos para o desenvolvimento cognitivo, socioemocional, aprendizagem, econômico e na saúde mental de todos os envolvidos com instituições escolares (FONSECA; SGANZERLA; ENEAS, 2020).

Assim, acentua-se a necessidade de psicólogos no ambiente escolar visto que ao longo do tempo, a escola vem se tornando um ambiente hostil, aumentando também os conflitos

causados por diferenças e incertezas. É nesse campo que o psicólogo escolar e educacional dotado de conhecimento científico do comportamento e da mente humana; promoverá ações de prevenção para desenvolver a saúde mental dos atores envolvidos na instituição escolar (ARAÚJO et al., 2020).

A priori, diante dessa nova realidade de mudanças no percurso da pandemia o psicólogo escolar e educacional também precisou se reinventar. Em virtude das diferentes mudanças ocorridas na comunidade escolar, demandas que aparecem de diferentes maneiras e nas formas de atendimento. Assim, tudo isso solicita do psicólogo reinvenção profissional, desafios e criatividade possibilitando também diferentes maneiras de atuação no fazer deste profissional (PEDROZA; MAIA, 2021).

Desse modo, surge as atribuições do psicólogo diante desse momento de pandemia e atividades remotas (PEREIRA et al., 2021): Manter contato com os alunos para acolhimento e atendimento das demandas que surgirem; Disponibilizar acompanhamento psicológico a estudantes e realizar os devidos encaminhamentos, abordando, quando necessário, implicações emocionais da quarentena e de aspectos psicológicos do isolamento; Avaliar, por amostragem, os aspectos emocionais de alunos e servidores durante o período de atividades não presenciais; Contribuir com ações de saúde sobre aspectos de higiene que visem a minimizar riscos de contaminação e Conscientizar sobre eventuais mudanças de hábitos e possíveis implicações emocionais advindas dessas mudanças.

Dessa forma, a exemplo dessas atribuições pode-se citar um trabalho realizado no Distrito Federal, colocando o fazer do psicólogo na prática. Assim, para enfrentar tantos desafios dentro desta nova realidade de pandemia no ambiente escolar, no Distrito Federal foi criado um grupo de escuta com psicólogos escolares para compreender essa nova realidade de pandemia e realizar troca de experiências. Uma vez que o distanciamento social, fechamento das escolas e o ensino remoto é motivo de reflexão urgente para o psicólogo escolar, esse grupo de psicólogos reuniram-se para dialogar sobre o que fazer nesta nova realidade. Assim, trocaram informações e ideias para fortalecer o fazer de cada psicólogo (PEDROZA; MAIA, 2021).

Concomitantemente, diante de tantas mudanças o psicólogo escolar também contribuirá para a formação de professores e comunidade escolar produzindo conhecimento e reflexão

sobre a sala de aula. Assim como, auxiliará na mediação de conflito, construindo planejamento, atendimentos individuais e coletivos, participando de reuniões de equipes, construções de projetos entre outras questões que a escola necessite dialogar (CAMARGO; CARNEIRO, 2020).

Então, pensando nesta nova realidade atípica da psicologia escolar e educacional, um grupo de psicólogos do Instituto Federal do Paraná (IFPA) envolvidos com o programa de educação socioemocional resolve colocar em ação nesse momento pandêmico o seu fazer psicológico. O trabalho realizado teve como público-alvo a comunidade acadêmica do IFPA. As intervenções realizadas possuíam objetivo da psicoeducação, oferecendo apoio e suporte para as situações emergentes da pandemia, estimulando a promoção, prevenção e conscientização de questões relacionadas a saúde mental. Os atendimentos eram realizados de forma assíncronas, havendo também um acolhimento virtual como espaço de escuta psicológica (MIRANDA et al., 2021).

Em continuidade, foi utilizado também materiais direcionados para as questões socioemocionais focando temas relacionadas a pandemia como: lives, revistas, cards, e-books e catálogos vinculados as mídias do IFPA deixando o material de acesso fácil para toda a comunidade acadêmica acessar quando necessitar. Dessa forma, pensar estratégias como essa para o momento pandêmico com uma realidade atípica é desafiador para o psicólogo, porém não é algo distante. Neste momento, com o uso da tecnologia virtual repensar estratégias de alcance do outro é necessário, visto que o momento requer uma linguagem curta e direta para aqueles que se encontram angustiados diante dessa nova realidade (MIRANDA et al., 2021).

Similarmente, em outra experiência um grupo de psicólogos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) criaram o grupo intitulado “Há braços” voltado para estudantes do IFPB com o objetivo de trabalhar questões de saúde mental. As atividades ocorreram a distância por meio de aplicativos e plataformas para colher as demandas emocionais dos alunos (RODRIGUES, 2021).

No grupo “Há braços” foram realizados atendimentos individuais e ações de cunho coletivo. Foram formados grupos de whatsapp com o objetivo de acolher as demandas estudantis, trabalhando também temas como ansiedade, rotina de estudos, calamidade dentro

da sociedade, solidão, orientação profissional e habilidades socioemocionais (RODRIGUES, 2021).

Concomitantemente, foi criada também uma página de Instagram que no percurso dos encontros do “Há braços” ganhou visibilidade de toda a comunidade escolar envolvendo pais, mães, irmãos, amigos, professores, técnicos administrativos, entre outros. Por se tratar de uma rede social usada no Brasil em maior escala, essa rede social teve maior alcance (RODRIGUES, 2021).

Então, no percurso foram realizadas lives com temas voltados para a saúde mental na linha do tempo do Instagram, também eram postados fotos, vídeos e imagens produzidos pela equipe do “Há braços”, possibilitando que o material fosse de fácil acesso para todos os participantes visando proporcionar conteúdo de bem-estar para os que compõem o grupo. Foi realizado também, o projeto sarau com o objetivo de trocar informações sobre música, cultura e arte (RODRIGUES, 2021).

De certo, que o fazer do psicólogo escolar e educacional proporciona um processo de conscientização, pautado nas situações e vivências, possibilitando que o sujeito ressignifique as situações vivenciadas no cotidiano da escola. Assim, vivenciar um contexto de pandemia para o aluno favorece preocupações e anseios quanto ao futuro, possibilitando urgência de intervenções do psicólogo escolar e educacional (POTT, 2020).

Para ilustrar o fazer deste profissional e importância, pode-se ressaltar também um projeto realizado pelo psicólogo para professores do Ensino Fundamental II e Ensino Médio de uma escola filantrópica de Teresina-PI. O projeto já existia e estava um pouco esquecido devido à falta de tempo dos professores, porém com a chegada da pandemia o projeto foi retomado (AGUIAR; VIEIRA; VALADARES, 2021).

Com o aumento das questões emocionais que envolviam os professores, o psicólogo foi solicitado para dar continuidade ao projeto até então, adormecido. O projeto foi retomado com transmissão a partir da plataforma já utilizada na escola, agora de forma online, os professores dispõem de mais tempo para participar (AGUIAR; VIEIRA; VALADARES, 2021).

Os temas abordados foram: flexibilidade do ser aprendente, concorrência e produtividade, comunidade e senso de pertencimento e círculo de confiança, possibilitando uma reflexão e discussão entre os envolvidos no grupo. Assim, com os encontros percebeu-se o

fortalecimento de vínculo dos professores assim como a compreensão dos professores quanto ao fazer do psicólogo na escola (AGUIAR; VIEIRA; VALADARES, 2021).

Assim, na escola de rede particular do ensino fundamental I, situada no Distrito Federal, aconteceu outra experiência fundamentada no método montessoriano. A equipe de psicologia escolar e educacional, diante dos desafios encontrados propõe trabalhar com um projeto intitulado Ciclo das Emoções (AZEVEDO et. al. 2021).

No projeto, os psicólogos teriam como objetivo trabalhar as competências emocionais das crianças de acordo com o método montessoriano, propondo que elas conseguissem nomear seus sentimentos. Porém, como as aulas tornaram-se remotas a equipe de psicologia adaptou para que os pais repassassem o conteúdo para as crianças em casa (AZEVEDO et. al. 2021).

Os temas abordados pelos pais para as crianças seria: Psicoeducação sobre emoções e sentimentos, estratégias de comportamento e atitudes do adulto, atividades lúdicas que nomeassem sentimentos e emoções, assim como mídias com temas da semana. A experiência do projeto Ciclo de Emoções ocorreu com tanto êxito que se estendeu para os professores e equipe pedagógica (AZEVEDO et. al. 2021).

Por fim, é importante salientar a presença do psicólogo escolar e educacional no ambiente escolar. A pandemia de COVID-19 deixou ainda mais evidente a importância desse profissional, para a saúde mental de todos os envolvidos direta e indiretamente com o ambiente escolar. Se a curto prazo não houver a inserção deste profissional na escola, infelizmente num futuro próximo ocorrerão prejuízos ainda maiores no processo ensino aprendizagem e saúde mental do que compõe o ambiente escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como o psicólogo escolar e educacional vem contribuindo para a saúde mental da comunidade escolar no momento de pandemia de COVID-19.

De modo geral, o psicólogo escolar e educacional já atuava em instituições, algumas delas particulares, porém, o seu trabalho era pouco conhecido pelos profissionais da área de

educação. No momento, ocorreu um pequeno avanço com a publicação da Lei 13.935/2019 que garante o serviço de psicologia e serviço nas redes públicas de educação básica.

Então, com a pandemia de COVID-19, momento em que a saúde mental é colocada em evidência abre espaço para a visibilidade deste profissional na escola pública e particular. Assim, os profissionais da educação ao necessitar de suporte relacionado à saúde mental solicitam intervenções do psicólogo escolar e educacional.

No entanto, no cenário atual de pandemia, o trabalho deste profissional é necessário, porém, poucas escolas dispõem deste profissional em seu quadro de funcionários. As políticas públicas para inserção do psicólogo escolar e educacional ainda acontecem de forma tímida, visto que a Lei 13.935/2019 foi votada, mas a educação ainda não se organizou para dispor deste profissional.

A solução para aumentar o número destes profissionais nas escolas seria fazer funcionar de forma rápida a Lei 13.935/2019 para que os psicólogos com urgência já estivessem inseridos em todas as escolas de educação básica. Assim, como votar outras leis que ampliassem a inserção do psicólogo escolar e educacional de forma obrigatória para o ensino médio, superior e técnico.

Os resultados desta longa discussão mostrou a importância da inserção do psicólogo escolar e educacional no momento de pandemia de COVID-19, bem como a importância de suas intervenções no ambiente escolar, promovendo a saúde mental de forma preventiva dos atores envolvidos na escola.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. C. I. de A.; VIEIRA, E. C.; VALADARES, M.V. da C. **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?**. Org. Fauston Negreiros, Breno de Oliveira Ferreira. São Paulo: Pimenta Cultural, p.327-346.

2021. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=OqkgEAAAQBAJ&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 9 de jul.2021.

ALVES, M. D. F, PEREIRA FILHO, A.D. Inclusão: um direito à cidadania. Revista Filosofia Capital, Brasília, DF. Edição Especial: **Heranças e elementos educacionais** v. 12 p. 61-67, 2017.

ANTUNES, M. A. M; MEIRA, M. E. M (Orgs). **Psicologia Escolar: práticas críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

ARAÚJO, C. F. et al. A psicologia na escola, uma ação de saúde mental para o corpo docente: uma revisão bibliográfica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 10, p. e4559-e4559, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4559> Acesso em: 8 de jul.2021.

ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede-Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621> Acesso em: 6 de jul.2021.

AVELINO, W. F.; MENDES, J. G. A REALIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 56–62, 2020. Disponível em: <http://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/137>. Acesso em: 10 jul. 2021.

AZEVEDO, R. L. et.al. **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?**. Org. Fauston Negreiros, Breno de Oliveira Ferreira. São Paulo: Pimenta Cultural, p.371-397. 2021. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=OqkgEAAAQBAJ&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 9 de jul.2021.

BRASIL. (2020). Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus-COVID-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> Acesso em: 6 de jul.2020.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CAMARGO, N. C.; CARNEIRO, P. B. Potências e desafios da atuação em Psicologia Escolar na pandemia de Covid-19. **Cadernos de Psicologia**, Curitiba, n. 1, 2020. Disponível em: <https://cadernosdepsicologias.crppr.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Potencias-e-desafios-da-atuacao-em-Psicologia-escolar-na-pandemia-de-Covid-19-%E2%80%93-Revista-Cadernos-de-Psicologias.pdf>. Acesso em: 8 de jul.2021.

CAVALCANTE, L. de A.; AQUINO, F. de S. B. Práticas favorecedoras ao contexto escolar: Discutindo formação e atuação de psicólogos escolares. **Psico-USF**, v. 24, n. 1, p. 119-130, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/QfVbj36QsW37WJhPPk8YwFy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 28 jun. 2021.



CIPRIANO, J. A.; ALMEIDA, L. C. C. S. Educação em tempos de pandemia: análises e implicações na saúde mental do professor e aluno. **Revista CONEDU (Anais VII CONEDU)**. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA18_ID6098_31082020204042.pdf Acesso em: 6 de jul.2021

CONCEIÇÃO, J.; ULLIANO, C. **Práticas da Psicologia escolar: um cenário em construção**. Org. CRUZ, P. S. da.; PERRELY, M. T.; CONCEIÇÃO, J. Santa Catarina, 2019. Disponível em:https://uni-contestado-site.s3.amazonaws.com/site/biblioteca/ebook/E-book_Praticas_Psicologia_Escolar.pdf Acesso em: 29 de jun.2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos(os) na educação básica**. 2019. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/manualassistenciaispsicologo2020.pdf>. Acesso em: 28 de jun.2021

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA-RS. **Psicologia na educação: saberes e fazeres / Comissão de Políticas Públicas, Núcleos de Educação**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://issuu.com/crprs/docs/cartilha_educacao
Acesso em: 27 de jun. 2021

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA-MG, **Práticas e pesquisas em psicologia e educação: experiências em Minas Gerais**. Org. Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), Comissão de Psicologia Escolar e Educacional -- Dados eletrônicos. – Belo Horizonte, 2017.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - PR. **Psicologia escolar/educacional: ações e debates em psicologia escolar/educacional**. Bruno Jardini Mäder (org.) – Curitiba: CRP-PR, 2016. Disponível em:
https://crppr.org.br/wpcontent/uploads/2019/05/CRP_Caderno_Educacional_Vpdffinal.pdf Acesso em: 7 de jul.2021

DUTRA, J. L. C.; CARVALHO, N. C. C.; SARAIVA, T. A. R. Os efeitos da pandemia de COVID-19 na saúde mental das crianças. **Pedagogia em Ação**, v. 13, n. 1, p. 293-301, 2020.

FACCI, M. G. D.; SILVA, S. M. C. da; SOUZA, M. P. R de. A psicologia escolar e educacional em tempos de pandemia. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/hx3xFK7HJVTwhBRss4pMs6m/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 27 de jun. 2021



FEITOSA, L. R. C.; ARAÚJO, C. M. M. O papel do psicólogo na educação profissional e tecnológica: contribuições da Psicologia Escolar. 2018. **Estud. psicol.**, v.35, n.2, Apr-Jun 2018.

FERREIRA, M. de M. et al. **Psicologia escolar no CEPAE: trajetória histórica do serviço de psicologia do colégio de aplicação da UFG.** 2019. Tese (Mestrado em psicologia) Disponível em:
<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9450/5/Disserta%20a7%20a3o%20-%20Marisa%20de%20Medeiros%20Ferreira%20-%202018.pdf> Acesso em: 27 de Jun. 2021

FONSECA, R. P.; SGANZERLA, G. C.; ENÉAS, L. V. Fechamento das escolas na pandemia de CO VID-19: impacto socioemocional, cognitivo e de aprendizagem. **Debates em Psiquiatria**, v. 10, n. 4, p. 28-37, 2020. Disponível em:
<https://revistardp.org.br/revista/article/view/23/14> Acesso em: 8 de jul.2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Manual de Psicologia Escolar/Educacional.** Gráfica e Editora Unificado, Curitiba, 2007.

MALTA, Deborah Carvalho et al. A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, 2020.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. Inovações em Psicologia Escolar: o contexto da educação superior. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 33, n. 2, p. 199-211, 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/b6GMzyhCtHZthBC4PkrhLNx/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 27 de jun. 2021.

MACEDO SOUTO, X. COVID-19: aspectos gerais e implicações globais. **Recital - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG, [S. l.]**, v. 2, n. 1, p. 12–36, 2020. Disponível em: <http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital/article/view/90>. Acesso em: 6 jul. 2021.

MESQUITA, A. R. da S.; ARAÚJO, B. P. Relatos do papel do coordenador pedagógico na educação infantil no contexto das políticas públicas em fase de pandemia de COVID-19. 2020. **Conedu VII congresso nacional de educação** Disponível em:
https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA21_ID4904_01102020114846.pdf Acesso em: 6 de jul.2021.

MININ JUNIOR, C.; LIMA, V. A. A. de. PSICOLOGIA ESCOLAR: breve histórico na construção de perspectivas críticas no Brasil. **Revista saberes da Amazônia**, v. 3, n. 06, p. 101-118, 2018. Disponível em: <http://www.fcr.edu.br/ojs/index.php/saberesamazonia/article/view/215/259> Acesso em: 27 de Jun. 2021.

MIRANDA, M. M. de. et. al. **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?**. Org. Fauston Negreiros, Breno de Oliveira Ferreira. São Paulo: Pimenta Cultural, p.91-117. 2021. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=OqkgEAAAQBAJ&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 8 de jul.2021.

MOREIRA, A. P. G.; GUZZO, R. S. L. O psicólogo na escola: um trabalho invisível?. **Gerais: revista interinstitucional de psicologia**, v. 7, n. 1, p. 42-52, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v7n1/v7n1a05.pdf> Acesso em: 29 de jun.2021.

MORI, N. N. R. Psicologia e educação inclusiva: ensino, aprendizagem e desenvolvimento de alunos com transtornos. **Acta Scientiarum Education**, v. 38, n. 1, p. 51-59, 2016. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/26236/pdf_81 Acesso em: 27 de jun. 2021.

NEGROMONTE, F. B. **Manoel Bomfim e a educação: interfaces discursivas entre a pedagogia e a psicologia**. 2019. Tese (Doutorado em educação) Universidade de São Cristóvam, Sergipe, 2019. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/11834/2/FATIMA_BEZERRA_NEGROMONTE.pdf Acesso em: 26 de jun. 2021

OLIVEIRA, A. B. de. **O Psicólogo na assistência estudantil: interfaces entre psicologia, saúde e educação**. Tese (Mestrado em psicologia aplicada) Universidade de Uberlândia, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18126/1/PsicologoAssistenciaEstudantil.pdf> Acesso em: 26 de jun.2021

OPAS/OMS, Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial de Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 04 jul. 2020.

PEDROZA, R. L. S.; MAIA, C. M. F. **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?**. Org. NEGREIROS, F.; FERREIRA, B. de O. São Paulo: Pimenta Cultural, p. 91-117. 2021. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=OqkgEAAAQBAJ&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 8 de jul.2021

PEREIRA, Cristiana Galeno da Costa. et.al. **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?**. NEGREIROS, F.; FERREIRA, B. de O. São Paulo: Pimenta Cultural, p.172-199. 2021. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=OqkgEAAAQBAJ&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 9 de jul.2021



PEREIRA, H. P.; SANTOS, F. V.; MANENTI, M. A. Saúde mental de docentes em tempos de pandemia: os impactos das atividades remotas. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 3, n. 9, p. 26-32, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrn.br/boca/article/view/Pereiraetal/3074>. Acesso em: 06 jul. 2020.

PEREIRA, M. D. et al. Contribuições do psicólogo escolar em relação ao processo de motivação do aluno no contexto educacional. In: **Anais do XX Congresso de Psicologia da Universidade Tiradentes (Unit)**. 2019. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1335.pdf> Acesso em: 28 de jun.2021

PEREIRA-SILVA, N. L. et al. O papel do psicólogo escolar: Concepções de professores e gestores. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 407-415, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2823/282353802007.pdf> Acesso em: 26 de jun. 2021

PINHEIRO, N. V. L.; VALENTE, W. R. Binet e o ensino e a aprendizagem da aritmética nos primeiros anos escolares: o que ensinar, quando ensinar. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 12, n. 2, p. 346-362, 2017. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/6338/3631> Acesso em: 26 de jun. 2021

POTT, E. T. B. Contribuições da Psicologia Escolar para o ensino superior em um contexto de pandemia: o papel da construção de coletivos. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 49707-49719, 2020.

RIBEIRO, M. J. A Psicologia Escolar e o trabalho do professor: a importância do cuidado. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 23, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/LwBssXXkX6nNwxVthbwKLvd/?lang=pt> Acesso em: 29 de jun.2021

RODRIGUES, I. A. de A. et.al. **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?**. Org. Fauston Negreiros, Breno de Oliveira Ferreira. São Paulo: Pimenta Cultural, p.224-250). 2021. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=OqkgEAAAQBAJ&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 9 de jul.2021

ROCHA, J. C.; OLIVEIRA, D. R. A participação política do psicólogo escolar: modos e ações. In: Negreiros, F; Maia, J, B, D. (Orgs.) **Psicologia Escolar: atuação Político-Legislativa e Luta antimédicalizante**. Curitiba/ Teresina: CRV, Edufpi, 2020.

SANT'ANA, I. M.; GUZZO, R. S. L. Psicologia escolar e projeto político-pedagógico: análise de uma experiência. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, p. 194-204, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/dZCnMPZnd9rP6T6ZNxFrwTc/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 29 de jun.2021.

SANTOS, P. S. O Conservadorismo Essencial como característica da psiquê das elites brasileiras: uma análise conceitual em Manoel Bomfim (1868-1932). **Sociologias Plurais**, v. 6, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/74908/41041> Acesso em: 26 de jun. 2021

SILVA, F. F. Psicologia no contexto da ditadura civil-militar e ressonâncias na contemporaneidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 1, p. 82-90, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6228530> Acesso em: 27 de jun. 2021.

SILVA NETO, W. M. de F.; OLIVEIRA, W. A. de; GUZZO, R. S. L. Discutindo a formação em Psicologia: a atividade de supervisão e suas diversidades. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 573-582, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/shcrDLZf7rhxpDrgwZtjzHv/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 27 de jun. 2021

SILVA, U. de O. Políticas Públicas para Juventude e sua relação com a psicologia. O portal dos psicólogos.2020 Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1410.pdf> Acesso em: 03 de jul.2021.

SOUZA, C. A. de. Notas sobre o fazer de uma psicóloga escolar na pandemia. **Estilos da Clínica**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 17-28, 2021.

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes. 1991



RELAÇÃO ENTRE ROTINA E COMPORTAMENTO ANSIOSO INFANTIL NO CENÁRIO PANDÊMICO: uma revisão de literatura

Fernanda Fiuza Bastos de Moraes Pinto¹

Nicholas do Amaral Oliveira²

Gabriel Leite de Freitas Júnior³

Luan Martins de Souza⁴

RESUMO

A pandemia da COVID-19 atingiu milhares de pessoas logo no primeiro trimestre de 2020, dessa forma, os hábitos, as rotinas, as necessidades, o trabalho, a escola, a universidade e as vidas de todos os indivíduos precisaram mudar instantaneamente de uma forma brusca e radical. Em vista disso, por ser um cenário pouco conhecido pelos estudiosos, a doença afetou não só a saúde física, mas também psicológica, trazendo diversos sintomas ansiosos para a população imersa no isolamento social. Nesse sentido, levando em consideração que os infantes dos 03 aos 06 anos estão apenas começando a maturar suas emoções, o presente artigo procura analisar como a criação de uma rotina dentro de casa junto com os responsáveis, pode interferir na prevenção da manifestação de possíveis comportamentos ansiosos em crianças da segunda infância, para tanto, a pesquisa utiliza do método de revisão bibliográfica, ficando evidente a necessidade do convívio social, bem como de um ambiente adequado, que facilite o desenvolvimento cognitivo do menor.

Palavras-chave: Pandemia, ansiedade, rotina infantil.

¹ Graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN. E-mail: fernandafbmp@hotmail.com.

² Graduando em Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN. E-mail: nickamaraloliveira@outlook.com.

³ Doutorando em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, Portugal. Graduando de Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN. Professor e advogado. E-mail: gabriel.jr.freitas@gmail.com.

⁴ Mestrando em Saúde e Sociedade pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Docente e orientador no curso de Psicologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN. E-mail: luanmartinspsi@gmail.com.



RELATIONSHIP BETWEEN ROUTINE AND CHILDREN'S ANXIOUS BEHAVIOR IN THE PANDEMIC SCENARIO: a literature review

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic marked people as early as the first quarter of 2020, so habits, routines, needs, work, school, university and the lives of all customers needed to change instantly from an abrupt and radical way. In view of this, as it is a scenario little known by scholars, a disease affected not only physical but also psychological health, bringing various anxious symptoms to the population immersed in social isolation. In this sense, taking into account that infants from 03 to 06 years old are just beginning to mature their emotions, this article seeks to analyze how the creation of a routine at home together with the guardians, can interfere in preventing the manifestation of possible patterns anxiety in second infancy children, therefore, the research uses the literature review method, highlighting the need for social interaction, as well as for an adequate environment, which facilitates the child's cognitive development.

Keywords: Pandemic, anxious behavior, children's routine.

1. INTRODUÇÃO

O novo coronavírus (SARS-CoV-2), logo no primeiro trimestre de 2020, já havia atingido mais de 214 mil pessoas em todo o mundo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). O SARS-CoV-2, é, majoritariamente transmitido por gotículas de contato e respiratórias (aerossóis) de secreções da bucofaringe (parte da garganta atrás da boca) de um indivíduo infectado para outrem, essas infecções podem ocorrer de maneira sintomática ou assintomática, assim, seus sintomas podem variar entre febre, tosse, dispneia, mialgia, confusão mental, cefaleia, dor de garganta, rinorreia, dor torácica, diarreia, náuseas e vômitos, sua letalidade é de maior proporção em determinados grupos de risco, como idosos e doentes crônicos, nesse sentido, a quantidade de crianças infectadas é inferior, e quando ocorre,



geralmente é de maneira assintomática, conclui Aquino et al. (2020), em complemento com a OMS.

O autor ainda afirma que para controlar a doença infectocontagiosa, as melhores alternativas são as de contenção comunitária, como o isolamento, a quarentena e o distanciamento social. Dessa forma, como as escolas são um grande centro de interação social, o fechamento destas foi uma das medidas adotadas por muitos países em combate a pandemia, fazendo não só com que os adultos profissionais da área fiquem em casa, como as crianças e os seus responsáveis também. Dessa maneira, a rotina dos adultos e do mesmo modo, dos infantes, foi modificada (necessidade de ficar longe dos amigos, familiares, dos parques, das excursões e das escolas), ocasionando resultados negativos para a saúde mental infantil, declara Aydogdu (2020).

Assim, todo esse quadro de isolamento é uma brusca mudança no estilo de vida e rotina da sociedade, atrelados ao constante medo de uma doença ainda muito desconhecida pelos cientistas, tornando-se fatores provocadores de consequências negativas à saúde mental e ao desenvolvimento infantil, como alega Araújo (2020). Deste modo, Cao, et al (2020) alega que as crianças ainda não apresentam capacidades cognitivas de comunicação e entendimento tão desenvolvidas como as de um adulto, portanto, mostram-se vulneráveis frente ao contexto psicossocial do atual cenário.

Por consequência, apesar dessas medidas de distanciamento serem necessárias para a saúde da população e a contenção da pandemia, o bem-estar físico e mental dos infantes sofrem impactos negativos com o confinamento, menciona Micheli, et al (2020). O autor ainda alega que toda essa situação contribuiu para o aumento de casos de ansiedade e depressão na população infantil e adolescentes, trazendo sentimentos de solidão, incertezas, estresse, medo, frustração e irritabilidade, interrompendo o desenvolvimento das relações sociais das crianças.

Mais precisamente durante a segunda infância, que, segundo Papalia (2013), abrange as idades entre três a sete anos de vida, o desenvolvimento do cérebro infantil presencia um estirão de crescimento e um pico de densidade das sinapses no córtex pré-frontal por volta dos quatro anos, afetando outros aspectos do desenvolvimento, como habilidades físicas, motoras, cognitivas e psicossociais. Considerando a importância desta fase para o crescimento do sujeito, fica evidente a importância de realizar estudos científicos com esta população.

Neste sentido, Papalia (2013) ainda explica que nessa fase deve começar a se desenvolver o autoconceito, que é o quadro total das capacidades e traços do indivíduo que determina como ele se sente em relação a si mesmo e orienta suas ações. Ela informa que o senso de identidade está diretamente associado ao aspecto social: o infante atrela a sua autoimagem a compreensão de como os outros a enxergam. Para ela, os mesmos adquirem autoestima quando auto avalia e julga uma descrição própria e isso só é possível com o seu desenvolvimento cognitivo e sua interação com o mundo e as pessoas.

Vigotsky (1995) prossegue declarando que na segunda infância a criança começa a aprender a regular, ou controlar, seus próprios sentimentos e emoções e isso as ajuda a guiar seu comportamento, à vista disso, os estágios de desenvolvimento dependem de condições concretas, ele os chama de condições histórico-sociais concretas que influenciam tanto um estágio, como um total processo de desenvolvimento psíquico. Dessa forma, o contexto sócio histórico da criança interfere diretamente na forma como essa se desenvolverá. A pandemia terá, portanto, um incontestável impacto na vida das crianças que a enfrentam.

Tendo em vista todo o cenário de Pandemia, e consequentemente o distanciamento social como medida preventiva de conter o novo coronavírus, a população de todo o mundo precisou adaptar-se a respeito de diversas vivências sociais. Jorosky e Barros (2020) falam que em um momento tão difícil, é importante que as crianças recebam uma atenção de forma mais específica, relacionada aos cuidados com sua rotina, que teve uma brusca mudança em meio a nova realidade, fazendo com que dessa forma a criança perdesse hábitos que antes geravam segurança. Jorosky e Barros (2020) acrescentam ainda que no convívio social que as crianças tinham no ambiente escolar afetava diretamente no desenvolvimento das mesmas, pois a escola é um ambiente onde se proporciona influência social e afetiva, implicando diretamente no comportamento e consolidação da personalidade da criança.

Assim, diante desta problemática, o presente trabalho objetiva analisar os impactos do atual cenário pandêmico na saúde mental do infante de 03 a 06 anos de idade, assim como, se houve episódios de comportamentos ansiosos, tendo em vista o isolamento e distanciamento social que modificou a realidade da rotina cotidiana das crianças dessa faixa etária, como foco a arguição da importância do manejo dos responsáveis quanto a organização das atividades,



como um todo, das crianças durante o isolamento, e interferência da criação de uma rotina planejada no comportamento infantil.

O presente artigo consiste em uma revisão de literatura narrativa, que, segundo Gil (2019) busca responder uma questão-problema e discutí-la a partir da pesquisa em dados secundários, como artigos científicos já publicados por outras pessoas, por exemplo, sem tanta sistemática no momento de coleta. O trabalho aborda a segunda infância, bem como, as crianças que tiveram suas rotinas atingidas pela pandemia da COVID-19 e como o atual cenário afetou os infantes e os seus familiares. Sendo assim, para compor o artigo, foi feito, a princípio, um levantamento eletrônico em artigos, revistas científicas eletrônicas e livros online, relacionados ao tema apresentado, essa apuração foi feita em bases de dados acadêmicos, como Google Scholar e Scielo.

As consultas foram realizadas entre março a agosto de 2021, os artigos e livros citados são de 1984 à 2021, os mais antigos foram selecionados por terem autoria de escritores clássicos no rumo da educação, da psicologia e da saúde, no entanto, foram preferencialmente utilizados arquivos atuais por mostrar a inovação da pesquisa científica e sua contemporaneidade de maneira mais vigente e clara. Ao todo foram utilizados 24 artigos e 4 livros como conteúdo de pesquisa para o trabalho. Essa busca foi feita a partir de descritores como: “Pandemia”, “Ansiedade”, “Rotina Infantil”.

Portanto, propõe-se que ao final da presente pesquisa que seja possível chegar à conclusão de que o cenário pandêmico gerou percas significativas de repertórios necessários para os infantes na segunda infância, tendo em vista que com o distanciamento social, e o conseqüente novo modelo de ensino a distância que modificou a rotina cotidiana destes jovens e assim, interferiu diretamente no desenvolvimento infantil e observar como o manejo dos responsáveis quanto a criação da nova rotina contribuiu para a organização e controle emocional das crianças.

2. DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

2.1. ANSIEDADE

Ansiedade Segundo American Psychiatric Association (APA), em complemento de Stallard (2010), pode ser considerada como uma condição psicológica de angústia do organismo, bem como, uma espera de que algo negativo ocorra, ou seja, um receio exagerado perante a expectativa de futuros acontecimentos, seguida por diversas reações físicas e mentais desagradáveis.

No entanto, é necessário evidenciar que ansiedade e transtorno de ansiedade são coisas divergentes, nesse caso, a ansiedade é uma reação presente no indivíduo naturalmente, onde ele próprio consegue enfrentar, já no caso do transtorno, o indivíduo não consegue mais lidar com a manifestação dos sintomas ansiosos, visto que eles são intensificados. Ademais, para ser considerado como transtorno de ansiedade, os sintomas devem persistir por no mínimo seis meses, como foi citado no DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais).

Segundo Castillo *et al.* (2000) a ansiedade é considerada patológica a partir do momento que é desproporcional ao estímulo recebido pelo meio externo, causando reações psicológicas e físicas além do necessário no indivíduo e por um tempo prolongado, consequentemente atrapalhando em sua qualidade de vida. A ansiedade patológica em crianças e adultos é considerada comum, mas quando falamos de ansiedade em crianças, a proveniência do quadro ainda é desconhecida, podendo ser causada por diversos fatores, incluindo fatores genéticos e também influência do meio.

Apesar de ser um transtorno comum na sociedade contemporânea, ainda é comum que pacientes acometidos por tal patologia, busquem auxílio em consultório médico, em sua maioria relatando sintomas generalistas a respeito do transtorno. Os pacientes acometidos por TAG (transtorno de ansiedade generalizada) apresentam sintomas como sudorese, taquicardia, insônia, tontura, tensão muscular, dores de cabeça, entre outros sinais (ZUARDI, 2017).

A ansiedade no estágio infantil pode ser desencadeada a partir da ausência da presença dos pais, e consequentemente de uma atenção necessária para a criança, podendo resultar em sofrimento psicológico e preocupações excessivas a respeito dos acontecimentos do contexto na qual a mesma está inserida. Crianças com pais acometidos por transtorno de ansiedade também podem herdar traços de compulsão, tais traços se tornam visíveis no comportamento e podem se prolongar até a adolescência, causando prejuízos em todos os aspectos da vida do

indivíduo, sendo necessário uma atenção especial e profissional para que os sintomas não se prolonguem ao longo da vida sejam tratados (LOPES E SANTOS, 2018).

2.2. SEGUNDA INFÂNCIA

No livro *Desenvolvimento humano* (2013), Diane E. Papalia explica os aspectos do desenvolvimento físico e cognitivo na fase da Segunda Infância. Em primeira análise, ela descreve as questões relacionadas ao desenvolvimento físico, bem como o crescimento e a alteração corporal (Onde, entre os 03 a 06 anos, as crianças crescem rapidamente e adquirem uma aparência mais esguia e atlética, ficando mais forte, visto que o crescimento dos músculos e do esqueleto floresce, tendo também o crescimento da eficiência dos sistemas circulatórios, respiratório e imunológico), descreve os padrões e distúrbios do sono (Tendo em vista de que terrores do sono, pesadelos e caminhar e falar durante o sono são bem comuns na segunda infância).

Outro aspecto citado por Papalia no desenvolvimento físico, é o desenvolvimento do cérebro, o qual atinge um pico de compacidade de sinapses no córtex pré-frontal, junto com uma ascensão da mielinização progressiva, afetando outro ponto do desenvolvimento físico: a evolução das aptidões motoras. Nesse período, há o progresso das habilidades motoras grossas, em consequência da forte musculatura e boa qualidade pulmonar, além das habilidades motoras grossas, há, do mesmo modo, o progresso das habilidades motoras finas. Questões como a prevenção da obesidade, a subnutrição, alergias alimentares, mortes e ferimentos acidentais, influências ambientais na saúde também são levantadas pela autora.

Já no desenvolvimento cognitivo, a segunda infância era nominada por Jean Piaget, como estágio pré-operacional, sendo ela a segunda maior etapa do progresso mental, tendo avanços cognitivos, tais como a expansão do pensamento simbólico, da consciência de objetos e espaço, de causalidade, de identidade e categorização e o entendimento de números, no entanto, esses infantes não são aptos, até então, de utilizar o pensamento lógico, ou seja, nessa fase, a criança consegue idealizar que indivíduos e coisas possuem especificidades além das que, de fato possuem, consegue ter consciência de que mudanças superficiais não alteram a origem dos objetos, consegue perceber que situações têm pretextos, além de conseguir

organizar acontecimentos, objetos e indivíduos em grupos específicos e ter consciência de quantidade, de imaginação e dos sentimentos dos outros, como aponta Papalia (2013).

Nesse período, ocorre o desenvolvimento da identidade da criança, logo, há a formação de alguns pontos, enquanto outros ficam mais perceptíveis ao longo do desenvolvimento cognitivo, como o autoconceito que é senso que o indivíduo tem de si, a autodefinição que são as características utilizadas para descrever um indivíduo (mediante a formação do autoconceito, esse conjunto de atributos geralmente muda nas crianças entre os 5 e os 6 anos), acontece também o desenvolvimento da autoestima, que seria considerada a fração autoavaliativa do autoconceito, conclui a autora. Ela ainda certifica de que a compreensão e a regulação das emoções, bem como o entendimento das emoções conflitantes e autodirigidas ocorrem nessa fase da vida do infante.

Dessa forma, por questão de a cognição infantil ainda estar se desenvolvendo, algumas atividades no cérebro da criança são diferentes dos do adulto, como a sua relação com as manifestações decorrentes da ansiedade, nesse sentido, a criança não consegue discernir se seu comportamento está sendo extremo ou não, ao mesmo tempo que o adulto consegue, complementa Asbahr (2004).

2.3. ANSIEDADE NA SEGUNDA INFÂNCIA

Somente no século XIX, a questão da ansiedade infantil passou a ser uma demanda psiquiátrica, vista primeiramente como uma condição de fragilidade e apenas em seguida, alcançou o estatuto de sintomas de perturbação psíquica, em demanda de que, anteriormente, era, sobretudo, foco de empenho no âmbito educacional e só então no começo do século XX que as primeiras informações clínicas de sintomas ansiosos em crianças surgiram, como atesta Cunha (2006) e Vianna et al. (2009). Cunha (2006) ainda afirma que quando se trata de crianças e adolescentes, é necessário avaliar em dados as manifestações do desenvolvimento e a hipotética relação com as perturbações de ansiedade, esses dados são: Dados do desenvolvimento, Preocupações e medos comuns e Associação com as perturbações de ansiedade.

No caso dos infantes presentes na segunda infância, o primeiro conjunto dos dados são: iniciativa, representação simbólica, desenvolvimento do pensamento e autoconfiança. No segundo grupo de dados está presente: a perda da figura prestadora de cuidados e medo do escuro, de criaturas imaginárias e tempestades. No último grupo, a Associação com as perturbações de ansiedade, fazem parte: a timidez por consciência de si mesmo e a perturbação de ansiedade de separação. Logo, os transtornos de ansiedade mais comuns nessa etapa da vida são: os transtornos de ansiedade de separação, transtornos de ansiedade fóbica e transtorno de ansiedade social, acrescenta Caires (2010).

O transtorno de ansiedade de separação é o mais ocorrente em crianças menores de 12 anos de idade, esse transtorno se caracteriza por apreensões, ansiedades e medos irracionais em relação ao provável afastamento daqueles indivíduos que os infantes detêm um certo desenvolvimento de apego. Sua manifestação se dá a partir de: Sofrimento abundante, preocupações e temores excessivos, medo e/ou recusa de sair de casa, ou ir à escola, pesadelos e aflição em dormir em outro ambiente. Vale ressaltar que todos esses sintomas estão relacionados à uma possível previsão de afastamento, ou à separação de alguém importante, ou ao medo de ficar só, ou seja, ao temor de uma separação, da ausência de um indivíduo detentor de apego. Para a conclusão do diagnóstico, segundo o DSM-5 (APA, 2014), a criança precisa ter três ou mais desses aspectos e senti-los por pelo menos quatro semanas. Nesse sentido, a American Psychiatric Association, cita que esses sintomas podem interferir e causar danos no funcionamento social, escolar e em outras partes da vida dos infantes, além dos mesmos serem narrados como pessoas exigentes, com necessidade constante de atenção e intrusivas.

Segundo Ballone (2015), os transtornos de ansiedade fóbica, fazem parte de um conjunto de transtornos, ao qual, tem em comum uma excessiva ansiedade estimulada por episódios, que na realidade, não ameaçam o indivíduo de nenhuma maneira, porém, os mesmos passam por essas situações com medos, temores e angústias irracionais. Essa ansiedade fóbica pode ser associada com o transtorno depressivo, todavia, os quadros fóbicos-ansiosos que mais se destacam são: Agorafobia, Fobia Específica e a Fobia Social. A agorafobia é caracterizada por uma ansiedade ou um medo intenso e nítido, motivado pela exposição antecipada e real, nas crianças, o sintoma mais comum é o medo sair sozinho e é sentido como uma sensação de estar perdido e desorientado. A fobia específica se caracteriza pelo medo irracional por uma



determinada situação ou objeto, essa ansiedade ou medo se manifesta nos infantes em forma de ataques de raiva, choro, comportamento de agarrar-se e imobilidade, complementa o DSM-5.

No caso da Fobia Social, que também pode ser chamado de Transtorno de Ansiedade Social, o medo e a ansiedade são reforçados quando a criança é exposta a situações, onde ela poderá ser possivelmente julgada por seus próprios pares ou por adultos. Quando ocorre, segundo a American Psychiatric Association, o medo ou a ansiedade poderão ser manifestos em forma de choro, ataques de raiva, de fracasso em realizar a fala em situações sociais que a mesma é exigida, imobilidade, agarrar-se ou encolher-se. Nesse viés, a criança acaba por evitar circunstâncias que a exponham a um provável julgamento, afim de evitar passar pelos sintomas.

2.4. A PANDEMIA E O ENSINO REMOTO

O cenário pandêmico advindo do novo coronavírus (SARS-CoV-2), alterou também a rotina escolar da educação infantil no mundo, assim, para Santana e Sales (2020), o ensino-aprendizagem no Brasil atualmente tem sido desafiado a readaptar-se, sobretudo com o advento da cibercultura e a suspensão das aulas em ambientes físicos. As autoras ainda acrescentam que a aula remota surge nesse cenário como meio alternativo emergencial para que não ocorra um rompimento total do vínculo pedagógico entre instituições e os jovens estudantes.

Nesse contexto Oliveira et al. (2021), nos coloca à mesa a importância do binômio cognitivo-afetivo do ser biopsicossocial, para que ocorra a adaptação dos estudantes ao modelo de ensino remoto, para tanto, os autores destacam a importância da biologia cerebral, ou seja, dos processos cognitivos como percepção, linguagem, memória e as funções executivas que através das redes neurais resultaram no processo de aprendizagem. Ao passo que, os autores também destacam a importância do ambiente social e afetivo nessa construção, pois a aula remota possibilitou uma extensão das aulas para o ambiente familiar, fazendo imprescindível o estabelecimento da presença afetiva para este processo.

Corroborando desse entendimento, Matos, Higuchi e Oliveira (2020) também afirmam ser indissociável o afeto, o contato familiar e a interação nesse momento de isolamento social, principalmente para a saúde mental e comportamental dos infantes, fazendo necessário um

mínimo de organização perante o caos estabelecido pela pandemia para um resultado positivo na relação de ensino-aprendizagem.

Para Medeiros, Pereira e Silva (2020), o ambiente escolar proporciona direitos considerados básicos para um adequado desenvolvimento da educação infantil, que são o brincar, conviver, participar, explorar e expressar. Todavia, com as aulas remotas o oferecimento dessas oportunidades torna-se dificultoso, tendo em vista o isolamento social, podendo acarretar sérios problemas de saúde mental, como angústia e ansiedade, tanto para as crianças e jovens, como para as suas famílias.

Alves (2020), ressalta ainda as dificuldades socioeconômicas das famílias para propiciar um ambiente adequado para que crianças e jovens acompanhem as aulas remotas, tendo em vista que a pandemia destacou a desigualdade social presente no Brasil, bem como o índice elevado de pobreza econômica encontrado, restando prejudicado a manutenção do ensino, pois nem todos terão acesso aos meios tecnológicos adequados para acompanharem as aulas, e assim, a ausência total dos infantes nas aulas poderão acarretar ainda mais prejuízos psicológicos as famílias.

Portanto, resta evidenciado pelos autores que a aula remota é hoje o meio encontrado para que se tenha um mínimo de manutenção do que o ensino presencial poderia propiciar, todavia, muitos são os prejuízos dessa modalidade. Nesse sentido, Santos e Mendonça (2021), destacam o quanto as questões relacionais, motoras e de socialização estão atrelados ao processo de ensino-aprendizagem e, que a transição para o ensino remoto tem impactado a vivência e as emoções dos jovens, colocando-nos em xeque as marcas psicossociais que essa brusca mudança deixará para o futuro de nossa sociedade.

2.5. ROTINA

Todo o cenário pandêmico relacionado à COVID-19 e as mudanças no dia a dia das crianças são fatores de desorganização emocional para essas. Aydognu (2020) afirma que apesar da doença não causar danos físicos para os infantes, sua saúde psicossocial deve ser foco da atenção dos adultos, tendo em vista sua vulnerabilidade e capacidade de se reorganizarem sozinhas. O autor ainda fala sobre a importância do controle emocional dos pais, em virtude de

os mesmos possuem mais habilidades para isso e assim, ajudarem os filhos. Ele afirma que os infantes devem ser informados e orientados sobre a doença.

É diante de todas essas questões que entra em cena a importância da criação de uma nova rotina a esses infantes. Para Biloría (2013) e Aydognu (2020) apesar do melhor controle emocional, é muito mais difícil para um adulto estabelecer uma rotina, pois ele a considera muitas vezes repetitivo, algo ruim e complicado de se manter. Contudo, para as crianças, a criação de um modelo de rotina é fundamental para que ela desenvolva sua autonomia, sinta-se segura e tenha controle das futuras atividades.

Na concepção de Burg (2012) existem origens espaço-temporais que orientam as crianças sobre si e sobre o mundo. Dessa forma, desde novinhas, as mesmas estão imersas a um mundo cercado de regras, normas e rotinas. Todas as pessoas estão imersas nesse mundo. Deste modo, existe o horário de acordar, de dormir, de fazer as refeições, horário para higiene, para ir ao trabalho. A autora acredita que a rotina é um mecanismo necessário para a construção do desenvolvimento infantil conforme é planejada visando a independência e autonomia dos pequenos.

Para Pires (2015) a rotina deve ser organizada visando ser possível a atenção aos devidos cuidados pessoais e à aprendizagem. É importante atentar-se para destacar algumas características, como a ideia de repetição, desperdício do tempo, as sequências de ações e a produção cultural da organização do cotidiano. Ela orienta aos professores, mas no caso em questão seriam aos pais, que no período de adaptação sejam compreensivos com todos os sentimentos da criança e tomem cuidado para que essa se sinta acolhida. Nesse período a autora alerta para possíveis choros da criança, além de agir com violência e ficar retraída.

Nesse sentido, é importante que a rotina seja apresentada e discutida com as crianças, dessa forma os pais devem atuar escutando atentamente as reais necessidades dos filhos transformando-as em ideias e objetivos, como afirma Burg (2012). Na maioria das vezes, na primeira infância a linguagem verbal ainda não está totalmente desenvolvida, portanto, é necessário prestar atenção atentamente aos gestos, movimentos, choros, e até mesmo ao silêncio, aos olhares, brincadeiras. Tudo isso para uma melhor compreensão das necessidades e possibilidades, certifica o autor.



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou por possíveis consequências ao desenvolvimento de crianças na segunda infância quando inseridas em um contexto pandêmico, sendo obrigadas a se adaptarem às medidas de contenção social (fechamento das escolas) e afastadas de aspectos importantes para tal processo. Bem como, analisar a importância da criação de uma rotina como forma de diminuir os impactos emocionais aos infantes e preveni-los de possíveis comportamentos ansiosos.

De acordo com a literatura analisada, foi possível observar a importância do convívio social, e de um ambiente facilitador para um desenvolvimento saudável tanto em questões físicas, como cognitivas e emocionais em crianças da segunda infância. Foi observado também que há um aumento recorrente de casos de ansiedade infantil no Brasil, principalmente com o surgimento do cenário de pandemia.

À vista disso, a literatura atual mostra a importância da inserção do infante em um ambiente no qual pais ou responsáveis transmitam segurança e apoio emocional, visto que, a fase do estágio pré-operacional, é onde a criança está começando a adquirir a capacidade de regular suas emoções.

Dessa forma, foi observado como a criação de uma nova rotina pode ser um aliado aos responsáveis nesse novo contexto em que as crianças perdem sua sensação de segurança ao se depararem com um cenário completamente diferente do qual estavam acostumadas. Sendo assim, é indispensável uma nova organização visando as necessidades tanto emocionais como físicas das crianças nesse contexto, no intuito de que seu desenvolvimento intelectual e corporal não seja prejudicado de uma forma drástica.

Ainda se sugere que sejam feitos estudos nessa área visando utilizar-se da literatura que prevê o grande auxílio da rotina nessa regulação emocional e promoção do sentimento de segurança infantil, para assim prevenir comportamentos ansiosos, de forma a propor conclusões práticas sobre as hipóteses levantadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, L. EDUCAÇÃO REMOTA: ENTRE A ILUSÃO E A REALIDADE. *EDUCAÇÃO*, 8(3), 348–365, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p348-365>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

APA –American Psychiatric Association. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5 [recurso eletrônico]. (5 ed.). Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento. Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AQUINO, E. M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 25. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

ARAÚJO, J. N. G. DE. INFANCIA E PANDEMIA. *Caderno de Administração*, v. 28, p. 114-121, 5 jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53733>. Acesso em: 19 mar. 2021.

ASBAHR, F. R. Transtornos ansiosos na infância e adolescência: aspectos clínicos e neurobiológicos. *Jornal de Pediatria*, v. 80, n. 02, pp. 28-34, 2004.

AYDOGDU, A.L.F. Children’s mental health during the pandemic caused by the new coronavirus: integrative review. *Journal Health NPEPS*, 5(2), 1-17, 2020 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.30681/252610104891>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BALLONE G. J. – Transtornos Fóbicos-Ansiosos. **PsiquWeb**. disponível em <http://www.psiqweb.med.br/>. Acesso em: 01 de abril de 2021.

BILÓRIA, J. F.; METZNER, A. C.. Importância da Rotina na Educação Infantil. *Revista FAFIBI* On-line, n. 6, p. 1-7, São Paulo, nov, 2013. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/28/11122013185355.pdf>. Acesso em 01 abr. 2021.

CASTILLO, A. R. G. L; *et al.* Transtornos de ansiedade. *Rev. Bras. Psiquiatr*, são paulo, v. 22, n. 2, dezembro 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462000000600006&script=sci_arttext Acesso em: 17 de abril de 2021.

CAIRES, M. C. SHINOHARA, H. Transtornos de ansiedade na criança: um olhar nas comunidades. *Rev. bras.ter. cogn.*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 62-84, jun. 2010. Disponível em. Acesso em 01 abr. 2021.

CAO, W., *et al.* O impacto psicológico da epidemia de COVID-19 em estudantes universitários na China. *Psychiatry research*. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2020.112934>. Acesso em: 19 mar. 2021.

COUTINHO, A. S. ; DAY, G.; WIGGERS, V. Práticas Pedagógicas na Educação Infantil. - Diálogos Possíveis a Partir da Formação Pedagógica. In: Nova Petrópolis, 2012, p. 87-91, Burg, Lucimare Coelho. Rotina e Espaço: Uma Organização para o Acolhimento Diário das Crianças. Disponível em: <https://nditeste.paginas.ufsc.br/files/2013/08/Praticas-pedagogicas-na-Ed-Inf.pdf#page=88>. Acesso em: 19 mar. 2021.

CUNHA, M. Ansiedade e Perturbações de Ansiedade na Infância e Adolescência: Uma Revisão Teórica. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, v. 6, n. 10, 30 abr. 2006.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JOROSKY, N. H.; DE BARROS, F. C. O. M. Covid-19 na voz das crianças: impactos e desafios. **Revista ClimaCom**, v.7, n.18, p. 17, 2020. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/wp-content/uploads/2020/09/ARTIGO-5-Covid-19-na-voz-das-crian--as.pdf>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

MATOS, M. S. P. B.; HIGUCHI, P. C. F.; OLIVEIRA, S. M. A. Desafios da Educação Infantil acerca do ensino remoto. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n.12, p. 98130-98145, dec. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/21607/17234>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MECHILI, E. A. *et al.* Is the mental health of young students and their family members affected during the quarantine period? Evidence from the COVID-19 pandemic in Albania. **Journal of psychiatric and mental health nursing**, 2020. 10.1111/jpm.12672. Advance online. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jpm.12672>. Acesso em: 19 mar. 2021.

MEDEIROS, A. Y. B. B. V. DE PEREIRA, E. R., & SILVA, R. M. C. R. A. Desafios das Famílias na Adaptação da Educação Infantil a Distância Durante a Pandemia de Covid-19: Relato de Experiência. **EaD Em Foco**, 10(3), 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18264/eadf.v10i3.1051>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

Organização Mundial da Saúde (OMS). Declaração - Idosos correm o maior risco com COVID-19, mas todos devem agir para evitar a disseminação pela comunidade. [Internet]. WHO; 2020. Disponível em: <https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/coronavirus-covid-19/afirmações/declaração-idosos-pessoas-estão-em-maior-risco-de-covid> - Acesso em: 19 mar. 2021.

OLIVEIRA, A. *et al.* Da sala de aula às aulas remotas: um percurso cognitivo-afetivo em época de pandemia. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.2, p.18718-18732 feb. 2021. Disponível em:

<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/25153/20049>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

PAPALIA, E D.; FELDMAN, R. D.; MARTORELL, G. Desenvolvimento Humano. 12º ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

PEREIRA, K. C. S.; SANTOS, W. L. Transtorno de ansiedade. **REIcEn- Revista de Iniciação Científica e Extensão**, Goiás, v. 1, p. 45-50, jan/jun 2018. Disponível em: <https://revistasfasesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/47> Acesso em: 17 de abril de 2021.

PIRES, A. R. S.; MORENO, G. L. Rotina e Escola Infantil: Organizando o cotidiano de crianças de 0 a 5 anos. Paraná, out, 2015.

SANTANA, C. L. S. e, & BORGES-SALES, K. M. Aula em Casa: educação, tecnologias digitais e pandemia Covid-19. **Educação**, 10(1), 75-92, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p75-92>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

SANTOS, G.; MENDONÇA, M. Pandemia e o ensino remoto: uma reflexão acerca da vivência afetivo-emocional dos estudantes. **Reh- revista educação e humanidades**. Volume II, número 1, pág. 110-131, jan-jun, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/reh/article/view/8499/6054>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

VIANNA, R. R. A. B; CAMPOS, A. A.; LANDEIRAFERNANDEZ, J. Transtornos de ansiedade na infância e adolescência: uma revisão. **Rev. bras.ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 46-61, jun. 2009. Disponível em. acessos em 11 abr. 2021.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984

ZUARDI, A. W. Características básicas do transtorno de ansiedade generalizada. Suplemento Temático: Psiquiatria I Capítulo 5, Ribeirão Preto, v. 51, n. 5, jan/fev 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5044861/mod_resource/content/2/Caracter%C3%A1sticas%20b%C3%A1sicas%20do%20transtorno%20de%20ansiedade%20generalizada%20.pdf Acesso em: 17 de abril de 2021.



SOCIEDADE E LOUCURA: Um estudo de caso sobre o filme 'Coringa'

Débora Ariane Siqueira Nunes¹

Karidja Kalliany Carlos de Freitas Moura²

RESUMO

Mediante o significativo sucesso do filme estadunidense *O coringa* (2019, originalmente *Joker*) e as reflexões por ele levantadas, o presente artigo busca analisar - por meio desse estudo de caso - as transformações comportamentais do seu protagonista ao longo da trama, e como a loucura (traço marcante de sua personalidade) é construída na relação indivíduo e sociedade contemporânea. Para tanto, será usado como referência para interpretação autores, conceitos, noções e teorias da psicologia e da psicanálise que ajudem compreender essas transformações comportamentais do personagem. Obteve-se dele uma tela mais ampla das relações indivíduo-sociedade e como o impacto correlacional afeta as duas esferas.

Palavras-chave: coringa. psicologia. loucura. sociedade.

ABSTRACT

Through the significant success of the American film *The Joker* (2019) and the reflections raised by him, this article seeks to analyze - through this case study - the behavioral transformations of its protagonist throughout the plot, and how madness (a striking feature of his personality) is built in the relationship between individual and contemporary society. Therefore, it will be used as a reference for interpretation authors, concepts, notions and theories of psychology and psychoanalysis that help to understand these behavioral transformations of the character. Was obtained from him a broader screen of individual-society relationships and how the correlational impact affects the two spheres.

Keywords: Joker. Psychology. Insanity. Society.

¹ Graduanda em Psicologia e História, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: debyariane310@gmail.com.

² Orientadora. Doutora em Ciências (Fitotecnia), Docente na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: extensao@catolicadorn.com.br



INTRODUÇÃO

Coringa, (originalmente *Joker*), é um filme de suspense psicológico dirigido por Todd Phillips em 2019, sendo uma adaptação cinematográfica do personagem de quadrinhos, Coringa, da DC Comics. O longa acompanha a trajetória de Arthur Fleck, vivido por Joaquin Phoenix, que faturou o Oscar de melhor ator pelo papel. Inspirada na filmografia do diretor Martin Scorsese - especialmente *Taxi driver* (1976), que mostra uma sociedade adoecida agindo sobre o protagonista - a narrativa criada por Phillips retrata Gotham como uma metrópole caótica e indiferente, cenário propício para expressar a natureza igualmente decrépita e depreciativa do protagonista (Revista Rolling Stone, 2019). O filme agradou críticos e público por retratar de maneira crítica a vida nos centros urbanos e a forma como os doentes mentais são tratados pela sociedade (TESSICINI, 2019).

Arthur Fleck é um palhaço fracassado na cidade de Gotham. Desde cedo, carregava a função imposta por sua mãe: "trazer felicidade ao mundo". Ainda que chamado de "Feliz" por sua mãe, ele sofre; seja pelo estigma de ter um transtorno mental, ou por simplesmente não ser visto nem ouvido por ninguém, incluindo sua psicóloga. Ao longo da trama vemos o quanto tal personagem sofre, física e psicologicamente, sempre calado. Entre carregar a felicidade imposta por outros e a tristeza dentro de si, Arthur minimiza sua dor atuando como palhaço, sonhando em ser um comediante de sucesso, mas, ao que parecia, não ele era um palhaço sem graça. A virada no comportamento do protagonista ocorre quando ele mata a tiros três empresários e tem, então, sua imagem de "palhaço assassino" exposta em todos os meios de comunicação. Assim, finalmente, ele obtém algo que até então não tinha: um certo sentido para sua existência, não importando o quão mórbido ele seja.

Na busca de respostas para própria identidade, o personagem encontra seu suposto pai, Thomas Wayne. Agredido por ele, descobre não apenas que foi adotado, como maltratado também por sua mãe na infância, rompendo então com sua devoção por ela. Ridicularizado por seu "herói", o apresentador vivido por Robert de Niro, Arthur recebe o convite para participar do programa deste. Após cometer diversos assassinatos e se tornar um símbolo para o povo oprimido de Gotham, o protagonista grita a dor dentro de si da forma mais gutural diante das

câmeras, não mais como o comediante fracassado com problemas mentais, mas como o Coringa, um *alter ego* que persegue com afincos seu próprio sofrimento.

Com base nesse enredo, o presente artigo se propõe a analisar as transformações comportamentais do personagem Coringa ao longo da trama, e como o seu comportamento atípico - ou a sua loucura - é construído na relação indivíduo e sociedade. Para isso, será usado como referência para interpretação autores e teorias da psicologia e psicanálise as quais possam ajudar na compreensão dessas transformações comportamentais do indivíduo abordado. Objetiva contribuir para um novo olhar sobre a loucura que todo humano carrega.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com a leitura feita da obra *Coringa* (2019) percebemos o papel da sociedade atual sobre os indivíduos mentalmente abalados. Barros-Brisset (2012) aponta como ao longo da história, indivíduos tidos como loucos eram marginalizados no convívio social, traço que não foi completamente excluído em tempos contemporâneos, como evidenciado pela frase de Arthur em seu diário: “A pior parte de ter um problema mental é que as pessoas esperam que você aja como se não tivesse” (CORINGA, 2019).

Ainda assim, a temática abordada sobre o personagem diz respeito a nada menos que a condição humana, sendo vítima e catalizador da sociedade que ocupa. Fala em sua narrativa introspectiva do que a teoria junguiana chama de “Sombra” (FRANZ, 1985). O Coringa é a Sombra do mundo em que vive, diferentemente de outras versões do personagem cujo caos ou o embate com herói - Batman - são a causa de sua existência, o Coringa vem para desvelar o que estava escondido em Arthur e ignorado pelo resto do mundo.

SOB A MÁSCARA

É inegável a existência de certos traços comportamentais e psíquicos de caráter psicótico no personagem Arthur Fleck. Tais características de predisposição genética, impulsionadas pelo viés ambiental não podem ser descartadas para o surgimento de o Coringa e o clímax do filme. De início, o personagem chama atenção por seu estado mental que, diferentemente de outros

grandes vilões do cinema, Arthur não é um psicopata de acordo com os critérios de diagnóstico do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), sendo ele mais bem enquadrado na categoria de psicótico, com suas alucinações corroborando com essa perspectiva, mas sendo precipitado fechar o diagnóstico em um dos transtornos desse espectro.

Logo no início do longa é dito que Arthur faz uso de sete medicações diferentes por recomendações psiquiátricas, além de um acompanhamento psicológico como sua condição para saída do hospital psiquiátrico. Fato que confirma a presença de transtornos no personagem. Não é dito com precisão quais eram ou qual a finalidade desses medicamentos, mas com o corte na saúde, Arthur perde acesso a suas drogas que pode ter contribuído para aumentar seu desajuste mental, uma vez que a suspensão brusca desses medicamentos pode levar a um agravamento no quadro e podendo dar início a uma crise (MONNERAT, 2020).

As teorias de Winnicott salientam a importância da mãe na definição de identidade do indivíduo (DIAS, 2000). Marca gritante na personalidade de Arthur que não apenas é definido como “Feliz” por sua mãe, apelido que carregou até a vida adulta e direcionou também sua carreira e sonhos acerca do futuro; sempre reafirmando as palavras dela de que ele “traria felicidade ao mundo”. Ao longo da trama se vê Arthur cuidando de sua mãe já em idade avançada; ele dá sua comida e banho e em nenhum momento do filme vemos Arthur dormindo noutro lugar senão na cama dela. Quando busca uma parceira amorosa, Arthur projeta seu desejo na vizinha que também incorpora a figura de mãe. Tais circunstâncias levam a crer que o personagem não teve um desenvolvimento psicosssexual satisfatório, no que Freud (2011) definiria como um Complexo de Édipo de mal resolvido, ao passo que Arthur, no início do filme, ainda se encontra preso à figura idealizada de sua mãe e projeta a imagem de pai sobre o apresentador de TV vivido por Robert de Niro.

Em dado momento na trama podemos ver Arthur e sua mãe assistindo ao programa de Murray Franklin (Robert de Niro); o protagonista se imagina na plateia do programa, em um tom quase infantil, conversando com o apresentador. Após a declaração de Arthur do amor e carinho que dedica à sua mãe, o apresentador diz que desistiria de tudo para ter um filho como ele. Esse tipo de comportamento – a busca de uma figura paterna a quem se espelhar e rivalizar – é muito importante para a construção da identidade (FREUD, 2011). Isto é muito comum em crianças que não possuem uma figura masculina onde projetar o arquétipo de pai, é buscá-lo

noutros espaços, personas que cativam (COSTA; MARÇOLA, 2019). Em boa parte do longa Arthur busca essa figura, primeiro no apresentador e comediante e, posteriormente, com a revelação de seu suposto pai, Arthur tenta se aproximar de Thomas Wayne – magnata local com quem sua mãe supostamente havia tido um caso –, nas suas próprias palavras: em busca de carinho.

Com a rejeição agressiva de Thomas - fato que reforçou sua aversão aos ricos da cidade -, Arthur descobre que sua mãe tinha problemas mentais e ele por sua vez, havia sido adotado. Investigando mais a fundo, Arthur tem não apenas a confirmação das palavras de Thomas, como também a revelação de maus tratos que sofreu na infância. Penny Fleck não apenas negligenciava o garoto que adotou, como permitiu que seu namorado o espancasse e deixasse amarrado pelo pescoço com uma lesão na cabeça. Apenas esse fator já podia desencadear uma série de transtornos que variam de acordo com a região atingida (ESMERALDO; PEREIRA, 2018). Arthur também sofre de uma risada patológica, fora do seu controle, que pode ser consequência de alguns de seus transtornos, sendo presente em alguns quadros esquizofrênicos, como também resultado da lesão craniana que sofreu na infância.

Freud (2011) salienta a importância da figura materna e como essa relação se desenvolve é determinante para a vida do indivíduo. Durante os diálogos com sua mãe, ela sempre põe em xeque as capacidades de Arthur e muito embora ele não desista da ideia de ser comediante, suas palavras são guardadas por ele, como visto na sua apresentação de stand up. Provavelmente o influenciando de maneira inconsciente a imagem de Arthur sobre si mesmo. Em sentido oposto, Arthur alucina estar namorando com sua vizinha que por sua vez o incentiva e apoia, até mesmo ri de suas piadas quando ninguém o fazia e o apoiando quando sua mãe ficou no hospital. As alucinações de Arthur são quase que sua totalidade sua vontade de ser visto, como diria Greco (2011, p.5): “É na relação do sujeito consigo mesmo como um outro, na sua dimensão de alteridade, que se deve buscar o seu estatuto de sujeito social”. Arthur só é visto como sujeito no instante que comete um crime e só solidifica sua identidade quando rompe com a figura de sua mãe, de maneira violenta e abrupta, a matando no hospital e levando consigo o último traço de neurose que carregava.

O MUNDO MAIS DOIDO

Nascimento (2019) aponta como as sociedades modernas tornaram-se um alarmante cenário de violência. Uma crítica social trabalhada no *Coringa* (2019) é como o mundo contemporâneo se tornou cego para o sofrimento alheio, em especial aqueles que são diferentes, que estão na margem da sociedade. Vemos na tela um homem ser espancado por adolescentes que riam de sua dor, e ninguém dentro da história se sensibilizou do seu sofrimento que de tão real e até mesmo familiar, incomoda (TESSICINI, 2019).

Camargo (2019) traça um paralelo sobre a forma como o indivíduo “louco” é tratado como criminoso muitos antes de cometer um delito, baseado em sua condição mental. Como pode ser observado na cena em que, o então chefe de Arthur, o questiona sobre o sumiço de um cartaz que Arthur alega ter sido roubado pelos adolescentes que o espancaram, mas o chefe se nega a acreditar nele. Sentindo-se injustiçado, Arthur vai até um beco onde chuta repetidas vezes e com expressiva força, as sacolas de lixo presentes no local. Ainda que guardando toda essa raiva, ele se força a sorrir diante do chefe. Episódio este que revela: Arthur Fleck é uma pessoa agressiva; não em despropósito, ele é agressivo quando se sente prejudicado.

A teoria kleiniana aponta que todo o processo agressivo é baseado em ódio, rancor e inveja que se tornam traumas palpáveis, propulsores para comportamentos violentos. Sendo esta a principal divergência entre Klein e Winnicott (DIAS, 2000). Ambos acordam na agressividade como uma característica inata, contudo Klein defende que o potencial agressivo é pautado em algum trauma sofrido na infância. Fato este que corrobora com a ideia que os maus-tratos sofridos por Arthur e o total descaso de sua mãe com eles, serviu de motor para sua pulsão de morte que após anos reprimida, culminou em diversos assassinatos e na criação da persona do “Coringa”.

O Coringa é uma resposta para o que Arthur considera injustiça contra si. “Assim, toda agressão (tentativa de destruição do objeto) seria uma alternativa de comportamental que, em princípio, iria exprimir um esforço psíquico de salvar-se de seus excessos mortíferos [...]” (OLIVEIRA, 2018, p. 51). Na teoria kleiniana a agressividade humana é um processo sofisticado cercado de significado psíquico que alertam para a vulnerabilidade do ego de maneira inconsciente. A agressividade como meio de expressar seu sentimento de impotência. Coringa não tem uma grande causa, ele não luta por justiça. Para Campbell (1949) (apud,

ALVES, 2009, p. 01):

A tarefa do herói, a ser empreendida hoje, não é a mesma do século de Galileu. Onde então havia trevas, hoje há luz; mas é igualmente verdadeiro que, onde havia luz, hoje há trevas. A moderna tarefa do herói deve configurar-se como uma busca destinada a trazer outra vez à luz a Atlântida perdida da alma coordenada.

Tarefa essa que se mostra bem mais sombria do que em tempos de Homero, ainda assim, os contemporâneos deste século também buscam, um herói para lhes salvar. Como salienta Alves (2009), o herói contemporâneo é uma figura cinza, capaz de atos desastrosos para vencer suas provações, não mais com um inimigo personificado, mas lutando contra um sistema degradante e opressor. Coringa tornasse um símbolo, não por ter matado três homens em um metro (algo pouco heroico, por assim dizer), mas por esses homens representarem a camada abastada e opressora da cidade de Gotham e ele, cujo a identidade era desconhecida pelo público geral, indicava para eles (população de Gotham) que o “Palhaço assassino” poderia ser qualquer um deles. Num fenômeno similar ao ocorrido com “*V de Vingança*”, personagem dos quadrinhos de mesmo nome e adaptado para o cinema em 2005, cuja trama aborda o personagem “V” como um homem mascarado lutando contra um regime fascista, é atualmente considerado pela cultura pop como símbolo de luta contra a opressão. O Coringa, mesmo não lutando por nenhuma causa, é visto como a personificação daqueles que Thomas Wayne define como “palhaços”, como esse trecho de sua fala revela. Thomas Wayne (NA TV): “[...] aqueles de nós que fizemos uma boa vida por nós mesmos, sempre olharemos para aqueles que não têm e veremos nada além de palhaços” (Trecho retirado do roteiro original).

Thomas Wayne é a outra parte da população de Gotham, ele não está preocupado com as mazelas da população, com toda a cidade inundada de lixo e com super-ratos nas ruas. Mas não são apenas os ricos, como o movimento iniciado no filme sugere, que estão indiferentes ao sofrimento alheio. Se não foi, pois, o colega de trabalho de Arthur que lhe vendeu uma arma e mais tarde comunicou ao chefe de ambos, o que causou a demissão do protagonista, para dias depois visitá-lo afim de combinar uma versão para apresentar à polícia num dos momentos mais tensos do longa quando Arthur o mata; como psicóloga com sua escuta mecânica; sua própria mãe sempre o depreciando, seu chefe que se negou a ouvi-lo e os empresários no metrô que assediavam uma mulher, com um comportamento não muito

diferente dos adolescentes que espancaram Arthur no início do filme. *Coringa* (2019) apresenta uma sociedade egoísta onde cada indivíduo preocupa-se apenas consigo.

Quando alguém coloca uma roupa maltrapilha, um sapato gigante, sai correndo atrás de um carro e se coloca em posições sucessivamente ridículas, nós olhamos para a cena e rimos. Por quê? Porque vemos naquele personagem a verdade sobre nós mesmos: infantis, iludidos, humanos ridículos e limitados. Quando rimos do palhaço, rimos de nós mesmos porque escutamos por meio dele a verdade sobre nós. Por isso, cuidado ao xingar os outros de “palhaço”, porque além de dizer que está o usando para se divertir, você está revelando que ele porta um fragmento de verdade que você mesmo não consegue suportar (O PALHAÇO E O PSICANALISTA, 2019, p. 24).

Nas palavras do próprio Arthur: "É impressão minha ou o mundo tá ficando mais doido lá fora?". Seria o mundo ou ele mesmo que estava desvelando essa loucura, sua própria ótica distorcida da realidade? Ou essa realidade era dura demais para não distorcê-la? No entendimento de Fonseca (2020), não há como uma sociedade doente não criar sujeitos adoecidos.

A DANÇA DO PALHAÇO

O palhaço e psicanalista aponta a importância dessa figura irreverente na sociedade "a comédia é uma espécie de tratamento para a tragédia." (DUNKAR; TEBAS, 2019, p.23). O palhaço e os loucos: sempre alheios à realidade, mas sempre presentes nela, por vezes esmagados por ela. Qual humano nunca se sentiu alheio ao resto da humanidade?

De acordo com Dunkar e Tebas (2019), o palhaço é a figura capaz, de maneira cômica e interativa, criticar a sociedade a partir do espaço que ele ocupa, fora dela. Nesse estado, de certo modo alheio ao mundo, mas não livre da influência dele, que Arthur Fleck, o protagonista, se encontra. Logo no primeiro enquadramento do longa ele está em seu local de trabalho, mesmo rodeado de colegas é para o espelho que ele está direcionado, nele, a imagem de um palhaço. É nesse momento que ótica do filme se revela: a imagem do palhaço deveria estar sorrindo, para tanto, Arthur abre um sorriso com os dedos, um movimento forçado onde é possível ver a dor do personagem ressaltada pela lágrima que escorre em seu rosto diligentemente pintado.

Em dado momento do filme Arthur diz: "Eu sinto que não existo", e de fato, ele enquanto

indivíduo, não é visto pela sociedade que ocupa, a ironia se encontra, porém, no instante que o Coringa, em sua simbologia de palhaço, é visto. É na catarse violenta que ele “existe”. Esta ideia: rir da tragédia do mundo, ganha uma nova perspectiva nesse filme, pois como dito por sua psicóloga, ninguém liga para pessoas como Arthur, como ela própria, porque na sua ótica, o mundo é indiferente. Até mesmo seu encontro com a terapeuta é apático, da parte dela, uma escuta mecânica e Arthur quer ser ouvido, da maneira que for.

Como elucidado na música de Frank Sinatra que embala o grande ato do Coringa no longa:

Essa é a vida, e é tão engraçada quanto possa parecer algumas pessoas têm prazer pisoteando sonhos [...]. É a vida (é a vida), essa é a vida e eu não posso negar. Muitas vezes eu pensei em pular fora, mas meu coração não aceita, Mas se não houver nada acontecendo nesse julho Eu vou me enrolar em uma grande bola e morrer.

A tradução de *That's Life* (1960) transmite o sentimento de alguém pisado por pessoas em toda a vida, que talvez desejasse desaparecer em algum lugar apertado, como na cena em que entra dentro da geladeira e fecha a porta, numa ação mecânica como se não fosse a primeira vez que o fazia. Porque a vida, para ele, dava vontade de “fechar a porta” e só ficar ali. A música diz que a vida bateu forte, mas que ainda assim pode-se rir dela, pois como diz o Coringa, a natureza do riso é subjetiva, e ele se torna alguém que ri da desgraça do mundo, afinal quantos não riram da dele? É uma justiça transversal a qual ele persegue, trilhando uma Jornada do Herói em completo declínio. Segundo Dunker e Thebas (2019) há certa dualidade na imagem do palhaço, não apenas alguém que causa o riso, como também uma figura capaz de evocar o medo. No dito deles “o palhaço não interpreta um personagem. Ele é. E ele é de uma forma que coloca em questão a relação entre o real e a verdade” (DUNKER; THEBAS, 2019, p.24).

Ao fim do filme o telespectador também se pergunta o que era verdadeiro no longa, pois o protagonista não se mostra um narrador confiável. Sua ótica é distorcida e tais deformações são, de certo modo, em propósito daquelas que todo homem cria dentro da realidade. Arthur deseja afeto, logo se imagina ao lado do seu ídolo da comédia ou em uma relação amorosa com a vizinha que foi gentil com ele no elevador; porém, assim como tudo que envolve e compõe o palhaço é falso ou exagerado, esses momentos foram frutos de uma mente distante do real.

O ponto central na discussão do filme é a construção da identidade do sujeito, negado

em abandono (TESSICINI, 2019). Arthur não existe além do Coringa, não se vê como nada além de um palhaço, com relações frustradas e sonhos não correspondidos, “Arthur retira os alimentos do refrigerador e entra nele, como se estivesse acostumado a ambientes gelados e a relações frias.” (TESSICINI, 2019, p. 4). Arthur é tão incerto de sua identidade que constantemente representa outras figuras na TV, se espelhando principalmente em Murray, tudo o que desejava para si. Na busca de algo real, ele encontra afeto e apoio tão desejado, em sua vizinha que diferente de sua mãe o apoia, diferente de qualquer um ela o enxerga mesmo quando ele não gostaria; mas ela era fruto de sua mente alucinada. Num dado momento, Arthur rompe com a ideia que o mundo projetava nele, e assim como a carta de baralho “cinga”, Arthur existe como indivíduo “nulo”, desprovido de identidade para ser quem quiser e seu sorriso é genuíno, agora ele não é mais submisso ao espaço que ocupa na sociedade. Uma figura caótica que se torna agente catalisador da sociedade, o Coringa.

Talvez por consequência da lesão craniana que sofreu na infância ou por seus transtornos, Arthur sofre de uma risada patológica, por sua vez, essas risadas não apenas dificultam sua interação social como se manifestam em ocasiões pontuais onde Arthur se encontra sob estresse. Ele deve ser “Feliz”, mas em suas próprias palavras: “É muito difícil acabar sendo o tempo inteiro feliz.”; Arthur tenta quase com desespero, se agarrar a ideia de ser “Feliz”. Seu riso, em dados momentos, é seu choro abafado. Ele ri quando é machucado e destrutado porque não pode chorar, como ocorre nas cenas do ônibus, onde uma mulher o censurou por brincar com seu filho e quando seu chefe lhe dá uma bronca e o acusa de roubar um cartaz, mesmo com Arthur negando o feito. Cada riso um choro escondido, o curioso, porém, é que uma vez assumido a persona do Coringa, esse *alter ego* imprevisível, Arthur não é mais acometido por suas risadas. Pois talvez, seu sorriso fosse a partir de então, genuíno; sem medo de sentir e expressar o que de fato guardava em si.

De acordo com Dunkar e Tebas (2019, p.23), “a comédia é uma espécie de tratamento para a tragédia.”. Contudo, na frustrada tentativa de perseguir a comédia que a vida de Arthur se torna trágica, mas no momento que o sujeito abraça essa tragédia e a eleva a outro nível, as lágrimas deixam de ter importância. Porque uma vez que tudo se vai, como ilustrado na placa que Arthur carrega no início do filme, que por sua vez é roubada, “Tudo deve ir”. Para ele tudo se foi, como não tem nada, ele vai rir do mundo como riram dele, pois sobrou a raiva.



Como um comediante sem sucesso, subir na vida é uma tarefa árdua, lúgubre e sofrida, como evidenciado nas cenas em que Arthur toma a escadaria que dá para sua casa; sempre em tons azulados em que ele assume uma expressão de derrota. Em contrapartida, quando ele desce é com leveza e dança. O Coringa estava rindo em sua própria derrocada, já preocupado com nada quando é demitido, ao som de *My name is Carnival* (1965) e pela primeira vez: está feliz com sua queda.

[...] Ascensão e queda [...] E o meu nome é carnaval música triste no meio da noite canta um grito de a luz do coro E você pode ouvir vozes aparecem desaparecem [...] Com uma raiva que é fino E se transforma em tristeza [...] Carnaval Aqui não há lei O riso sorriso pintado E a virada do estilo [...] E uma mentira sombra e espera [...] O mundo que se desfaz Não tem um único coração, Quando a vida é mais estranha. Roda e chamada agarra todos os sonhos [...].

A música de Jackson C. Frank presente no filme ajudou a inspirar o personagem e tem sua carga de simbolismo dentro da história. Ao longo de toda a trama Arthur é visto inquieto, desconfortável consigo mesmo, desse modo ele busca uma polarização de seus estímulos mais violentos por meio do movimento. A dança o acalma, o liberta em uma catarse emotiva num viés intimista, como se só ele soubesse o motivo da dança, nos poucos momentos em que tem controle de si, poder sobre o mundo. Ele dança em sua ladeira, uma queda vertiginosa porque não há mais motivos para subir, porque tudo o que resta é a descida; e se sua vida não valia, talvez aquele rompante gutural tivesse algum valor. Arthur não queria ser um herói, já não tinha mais nada, tampouco acreditava em algo. Tudo se foi, mas ficou a raiva, ficou um poço de emoções reprimidas e desejos frustrados, antes presos no inconsciente e agora lançados contra o mundo. No fim, no caos visceral que tomava conta de Gotham, o Coringa recebe os aplausos que sempre desejou, desenhando novamente um sorriso em sua face, mas dessa vez, ele era feito com sangue.

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e transversal, sendo um estudo de caso baseado em pesquisas bibliográficas e documentais (fílmicas) com base no filme *Coringa* (2019) e envolve-se de referências teóricas previamente analisadas e publicadas de 18 artigos e livros, com o objetivo de analisar as transformações

comportamentais do protagonista do longa. A pesquisa foi realizada nas plataformas Google Scholar e SciELO, usando dos seguintes descritores: Coringa; Psicologia; Psicanálise; Sociedade; Loucura; Violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a presença de transtornos mentais no personagem, como também a dor causada a ele. Muito embora o primeiro arco do filme seja uma coletânea desagradável aos olhos, este artigo não tem por objetivo vitimizar o personagem, tampouco justificar seus atos que em suma, não são nada heroicos. Ainda assim, o Coringa não busca ser um herói, ele como indivíduo não tem nenhum objetivo além de existir, mas ainda carregando os últimos traços de neurose impostos por sua mãe, é preciso que ele faça da vida uma comédia. Depois de ser pisado por uma sociedade que ria e negava a existência dele, o personagem agora também vai rir da desgraça do outro. *Coringa* (2019) é um filme de heróis que não tem heróis, mas conclui-se que combinações de fatores numa sociedade adoecida que nega-se a ver seus doentes, pode produzir pessoas capazes de atos atroz. “É hora de parar. Parar de acharmos que estamos salvos uns dos outros. Parar de acharmos que somos diferentes uns dos outros. Todos nós estamos sujeitos às mesmas pragas, estamos vivendo as mesmas situações” (FONSECA, 2020, p. 201). De tal modo que não há sociedade que não afete o indivíduo, nem sujeito incapaz de agir sobre ela. Uma loucura: vive-se em uma teia intrincada chamada de realidade, nunca distante a ponto do intocado, e tristemente passando pelo mundo na busca constante de felicidade, negando o feio, o doloroso, uma parte do que compõe a humanidade. E cada humano.

Sugestões de pesquisas futuras: A identificação com anti-heróis na sociedade atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Jucelia. A transposição do herói em “V de Vingança”. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2009/resumos/R16-0847-1.pdf>. Acesso em: 29 de Maio. 2020.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.

CAMARGO, Sílvio. Esquizofrenia e experiência social: loucura, crítica e reconhecimento. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 9, n. 2, p. 295-307, 2020.

CORINGA, 2019. Direção Todd Phillips. Warner Bros. Pictures e DC Comics.

DE BARROS-BRISSET, Fernanda Otoni. Loucura, direitos e sociedade um laço de presunções ideologicamente justificadas. **Revista de Direito Sanitário**, v. 12, n. 3, p. 119-124, 2012.

DE MELO COSTA, Rafael; MARÇOLA, Maria Alzira. Pai não declarado. **Psicanálise & Barroco em Revista**, v. 9, n. 2, 2019.

DIAS, Elsa Oliveira. Winnicott: agressividade e teoria do amadurecimento. **Natureza humana**, v. 2, n. 1, p. 9-48, 2000.

DUNKER, Christian, THEBAS, Cláudio. **O palhaço e o psicanalista**. ed. 1. São Paulo: Planeta, 2019. 256 p.

ESMERALDO, Augusto Cesar Santos; PEREIRA, Carlos Umberto. Meningioma da Fossa Craniana Anterior Associado a Depressão. **JBNC-JORNAL BRASILEIRO DE NEUROCIRURGIA**, v. 28, n. 1, p. 51-55, 2017.

FREUD, Sigmund. **O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FONSECA, Ailton Siqueira de Sousa. Hora de dar um tempo para si: o recolhimento em tempos de pandemia. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 19, n. 55, abril de 2020.

GRECO, Musso. Os espelhos de Lacan. **Opção Lacaniana online nova série**, Ano, v. 2, p. 1-13, 2011.

My name is Carnival, letra completa em: <https://www.vagalume.com.br/jackson-c-frank/my-name-is-carnival-traducao.html>

MONNERAT, Silvia. Contribuições etnográficas para o estudo da medicação psiquiátrica: reflexões sobre o (des) controle dos sintomas. **Teoria e Cultura**, v. 15, n. 1, 2020.

NASCIMENTO, João Bosco Brito do. A violência na sociedade e na educação em Marx e Engels. 2019. 264f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2019.

OLIVEIRA, Andréa Pires de et al. **Relação entre concepção e manejo docente da**

agressividade discente na educação infantil. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12991>

Rolling Stone Brasil. (2019 novembro 28). Oito detalhes em Coringa que só percebemos depois de assistir mais de uma vez: o filme dirigido por Todd Phillips e estrelado por Joaquin Phoenix foi minuciosamente construído, e notar algumas dessas características exige um olhar bem atento. Rolling Stone Brasil. Recuperado de <https://rollingstone.uol.com.br/noticia/8-detalhes-do-coringa-de-joaquin-phoenix-que-so-da-para-perceber-aoassistir-de-novo-lista/>

TESSICINI, Priscilla. Coringa. **Self-Revista do Instituto Junguiano de São Paulo**, v. 4, n. 1, p. 1-7, 2019.

This's Life, Frank Sinatra, letra completa em: <https://www.vagalume.com.br/frank-sinatra/thats-life-traducao.html>

VON FRANZ, Marie-Louise. **A sombra e o mal nos contos de fada.** São Paulo: Paulinas, 1985.



UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS NA CIDADE DE MOSSORÓ

Pedro Victor da Silva Azevedo¹

Mariana Delfino de Lima²

Maria Letícia Araújo de Melo³

Amanda Carolina Claudino Pereira⁴

RESUMO

Pelo seu foco profissionalizante, a formação universitária contemporânea vem trazendo em seu escopo tanto o foco acadêmico quanto o foco na prática. Desta forma, a produção científica de relatos de experiência universitária, se mostram como uma importante ferramenta para que o discente consiga construir seu próprio entendimento acerca desta junção em sua formação. Por isto, este trabalho tem como objetivo discorrer acerca da experiência de graduandos da Psicologia em uma instituição de longa permanência na cidade de Mossoró, com foco nas possibilidades de intervenção com os idosos internos. Ao longo das atividades, percebeu-se a importância de conhecer o perfil dos idosos, bem como de investir mais em divulgação científica de experiências de intervenção com idosos, para colaborar com a formação de outros profissionais da saúde e ou assistência. Visto que os relatos dos alunos apresentam as dificuldades em lidar com suas próprias emoções e com as vulnerabilidades dos idosos, bem como ressaltam o aprendizado advindo do desenvolvimento da escuta profissional qualificada. Portanto, conclui-se que a experiência da extensão ressaltou tanto a importância de uma base teórica sólida, de um olhar empático e humanizado na atuação profissional e da necessidade de ampliação de divulgação científica destas experiências.

Palavras-Chave: Extensão universitária, idoso, instituição de longa permanência.

¹ Graduando em Psicologia. E-mail: pedro.azevedo@aluno.catolicadorn.com.br

² Graduanda em Psicologia. E-mail: mariana.lima@aluno.catolicadorn.com.br

³ Graduanda em Psicologia. E-mail: maria.melo@aluno.catolicadorn.com.br

⁴ Mestre em Psicologia Cognitiva. E-mail: amanda.pereira@professor.catolicadorn.com.br



ABSTRACT

As an experience report of a university extension, this work aims to discuss the experience of Psychology undergraduates in a long-term institution in the city of Mossoró, focusing on the possibilities of intervention with the elderly inmates. Throughout the activities, the importance of knowing the profile of the elderly was perceived, as well as investing more in scientific dissemination of intervention experiences with the elderly, to collaborate with the training of other health and/or assistance professionals. Since the reports of the students present the difficulties in dealing with their own emotions and the vulnerabilities of the elderly, as well as highlighting the learning arising from the development of qualified professional listening. Therefore, it is concluded that the extension experience highlighted both the importance of a solid theoretical basis, of an empathetic and humanized look in professional performance and the need to expand the scientific dissemination of these experiences.

Key words: University extension, elderly, long-stay institution.

1 INTRODUÇÃO

O tripé da fundamentação ideológica humana consiste no aprender, descobrir e conhecer. Estas, por sua vez, são necessidades humanas formadoras da construção da identidade e do modo de vida do sujeito. O homem como um ser biopsicossocial, torna-se apto a aprender, através de vivências distintas, que possibilitem a abertura de um amplo repertório sociocultural, que visa o progresso pessoal e social do indivíduo, uma vez que proporciona a experiência de se reinventar a partir da reconstrução de sua própria história.

Em virtude das mudanças físicas, psicológicas e sociais que compõem a vida dos idosos, sobretudo os que estão em Instituições de Longa Permanência, os processos adaptativos vão se ausentando cada vez mais, dando vez à sensibilidade ambiental presente neles (ROSA NETO et al, 2005). Ao longo dos meses que estivemos em contato com os idosos, percebemos o quão sensíveis eles são à determinados aspectos sociais e afetivos, sobretudo no que diz respeito ao motivo de estarem longe de suas famílias, evocando constantemente falas de desamparo, seguidas de choro, evidenciando sucessivas gestalts incompletas.



Embora possamos tolerar uma considerável quantidade de experiências inacabadas, essas direções incompletas realmente buscam a inteireza e, quando obtém poder suficiente, o indivíduo é assaltado por preocupações, comportamento compulsivo, temores, energia opressiva e muitas atividades autoderrotistas (POLSTER; POLSTER, 2001, p. 24).

Deste modo, todas estas experiências inacabadas são importantes para o indivíduo e devem ser valorizadas para que seja possível desenvolver estratégias para lidar com estas situações. Por isso, faz-se necessário desenvolver cada vez mais atividades de acompanhamento e valorização desta população.

Por isso, a extensão desenvolvida na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte, através do curso de Psicologia, visou agregar conhecimentos e técnicas da ciência psicológica buscando compreender o estado atual das questões afetivas nos idosos institucionalizados, a partir de suas vivências individuais. Com isso, algumas necessidades dos moradores foram mapeadas, possibilitando desenvolvimento de um perfil deles, visando desenvolver ações que viessem contribuir para o progresso o convívio social, melhorar a qualidade de vida na instituição, e suas relações sociais como um todo.

O projeto contou com 6 (seis) extensionistas e 2 (dois) coordenadores. Com carga horária semanal de 4 (quatro) horas, sendo duas destas presenciais no Instituto e outras duas na construção do artigo científico, podendo ocorrer na Faculdade ou em outro local acordado entre os extensionistas. Já as atividades presenciais ocorreram todas as segundas-feiras no período de Maio a Novembro de 2019, das 15h às 17h, e dividiram-se em: Escutas direcionadas; Intervenção em grupo com o tema: afetividade nas instituições de longa permanência; Aplicação de protocolos e; Reuniões ao fim das atividades para compartilhar as experiências com o(a) professor(a) orientador.

O referido projeto de extensão teve o início no mês de maio de 2019, começou com uma visita a instituição com a finalidade de reconhecimento do campo em que os alunos iriam atuar. Na semana posterior a esta primeira ida ao local, realizou-se uma dinâmica de ambientação com os idosos com o intuito de desenvolver os vínculos afetivos com esses sujeitos e conhecer sua história de vida. Utilizou-se a técnica da dinâmica das emoções, a qual cada idoso colocava dentro de um balão algum sentimento que possuísse um relevante significado e importância em



sua vida. Após isto ocorrer, estourava-se o balão, e os idosos poderiam nos dizer o que a palavra que eles decidiram colocar no balão significava para eles. Foi muito enriquecedor e atrativo para eles essa dinâmica, muitos idosos presentes neste momento aceitaram participar e relatar suas vivências. Ao finalizar esta técnica da dinâmica das emoções empregou-se a tenda dos contos, que consistia em convidar os idosos para falarem de si através de uma narração de alguma história relevante em suas vidas.

Em vista destas experiências enriquecedoras no campo, os alunos extensionistas definiram que sua produção científica da extensão trataria de um relato de experiência, para que pudessem compartilhar suas vivências com outros estudantes e pesquisadores, fornecendo assim, um olhar diferenciado para a prática da Psicologia. Por isto, o objetivo deste artigo é discorrer acerca da experiência de graduandos da Psicologia em uma instituição de longa permanência na cidade de Mossoró, com foco nas possibilidades de intervenção com os idosos internos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E AS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA

O envelhecimento da população mundial é um fenômeno vastamente estudado e conhecido em países desenvolvidos, mas ainda é algo novo em países em desenvolvimento como o Brasil. De acordo com o IBGE (2020), a população brasileira deu salto na longevidade apenas nos últimos 80 anos, passando de uma expectativa de vida de 45,5 anos em 1940 para 76,6 anos em 2019. Isto quer dizer que nestas 8 décadas, vivemos em média 31 anos a mais que o esperado para a década de 40. Ainda de acordo com o mesmo artigo do IBGE (2020), a taxa de mortalidade infantil para crianças de até 1 ano caiu 91,9% neste período, e de crianças entre 1 e 4 anos, caiu 97,3%.

De acordo com Papalia e Feldman (2013 apud ADMINISTRATION ON AGING, 2003; DOBRIANSKY; SUZMAN; HODES, 2007; KINSELLA; VELKOFF, 2001), o aumento da longevidade de uma população ocorre como um reflexo da redução das taxas de mortalidade

(como demonstrado no parágrafo anterior), redução da natalidade, por melhorias em qualidade de vida impulsionados por um crescimento econômico que proporcione melhores opções para nutrição, água mais limpa, instalações sanitárias, e por mais investimentos em ciência, tecnologia e medicina. Ainda de acordo com as mesmas autoras, este avanço se torna ainda mais expressivo em países em desenvolvimento, que é o caso do Brasil.

Apesar destes dados serem amplamente conhecidos, e dos avanços no funcionamento social do país que permitiram este rápido envelhecimento populacional, é fato que durante estas 8 décadas o país não se viu pronto para lidar com todas as necessidades desta população. Por isso, que em 2003 a Presidência da república lançou o estatuto do idoso, Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003, que tem como intuito regular e assegurar os direitos de pessoas acima de 60 anos. Este conjunto de regras entra como um avanço, por trazer a responsabilidade de toda a nação aos cuidados e proteção da pessoa idosa. Além disso, a lei ainda prevê direcionamento de recursos do Estado para investimentos em projetos direcionados a esta população, bem como para a proteção de idosos em situação de pobreza (BRASIL, 2003).

É por este envelhecimento da população brasileira e pela preocupação social com os cuidados direcionados a população idosa que a ANVISA lança a RDC 283 e 2005 para regular o funcionamento de Instituições de Longa Permanência, estabelecendo padrões de qualidade para seu funcionamento. Para ANVISA (2005), Instituições de Longa permanência podem ser instituições governamentais e não governamentais se caracterizam por ofertar serviço residencial coletivo para pessoas a partir de 60 anos, que disponham ou não de suporte familiar, tendo o compromisso de garantir condições de liberdade, dignidade e cidadania.

No entanto, de acordo com Pinheiro et al (2016, apud OLIVEIRA; NOVAES, 2013), a entrada dos idosos nestas instituições têm sido associadas não só a oferta de serviços de cuidados e de moradia, mas também às dificuldades econômicas e psicossociais das famílias destes idosos, bem como às vulnerabilidades e dificuldades funcionais que os idosos desenvolvem nesta etapa da vida. Informações como estas nos fazem refletir sobre a necessidade de conhecer um pouco mais da história de vida dos residentes destas instituições, para que possamos compreender quais os caminhos pelos quais eles chegaram até lá, em vista de desenvolver intervenções que possam mantê-los em sua família de origem ou ao menos, reduzir os impactos desta mudança de lar em idade avançada.

Após análise de alguns artigos de levantamento de perfil de idosos que viviam em instituições como a descrita, percebeu-se que havia uma prevalência de idosos do sexo feminino, solteiros, aposentados (BANDEIRA et al, 2014; PINHEIRO et al, 2016; ALCÂNTARA et al, 2019), com tempo de institucionalização menor que 5 anos e que 35,6% possuíam grau de dependência III (ALCÂNTARA et al, 2019). Ainda de acordo com Pinheiro et al (2016), a maioria dos idosos foi institucionalizado por não possuir um cuidador ou por adoecimento, em caos de instituições privadas. Já o trabalho desenvolvido por Bandeira et al (2014), mostra que houve prevalência de institucionalização por motivo de abandono familiar. Souza et al (2011) corrobora com ambas as afirmações: tanto a falta de cuidador como o abandono familiar podem surgir como causas da institucionalização.

É importante considerar que nos estudos citados, houve grandes disparidades em níveis socioeconômico, visto que alguns foram realizados exclusivamente me instituições públicas e outros em ambos, público e privado. Viu-se que em instituições públicas ou beneficentes o nível de escolaridade dos idosos era mais baixo e as vulnerabilidades maiores do que de instituições privadas. Os estudo citados acima (SOUZA et al, 2011; BANDEIRA et al, 2014; PINHEIRO et al, 2016; ALCÂNTARA et al, 2019) indicam também uma certa prevalência de dependência funcional nos idosos institucionalizados, com variação de 35,6% a 79,4%.

Isto indica que não há um padrão homogêneo de envelhecimento, visto que a qualidade de vida pode ser influenciada por aspectos emocionais, psicossociais, espirituais e até sócio demográficos (SOUSA et al, 2019). Desta forma, compreendemos que seria necessário descrever o perfil específico da população ao qual estamos lidando aqui em nossa região, o que nos forneceria a possibilidade de desenvolver intervenções mais adequadas ao longo das atividades de extensão.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DOS RELATOS DE EXPERIÊNCIA

Nesta sessão sentiu-se a necessidade de descrever e destacar a importância das extensões universitárias para a comunidade e para o profissional em formação. Para Floriano et al (2017), a extensão universitária se volta para projetos sociais que se direcionam a proporcionar

qualidade de vida a comunidade o que conseqüentemente, atribui aos alunos extensionistas novas gamas de conhecimento advindos desta prática.

Muitos alunos buscam as atividades de extensão como uma maneira de enveredar pelos caminhos da pesquisa universitária, mas como dito anteriormente, este caminho também tem o potencial de mostrar as possibilidades de atuação e de desenvolvimento de intervenções em sua futura profissão. Ainda de acordo com Floriano et al (2017), o comprometimento com o corpo social é uma das responsabilidades das universidades, o que coloca as extensões num lugar fundamental na formação dos egressos, bem como de profissionais mais humanizados.

Acompanhando esta necessidade formativa, as revistas de publicação científica vêm observando um crescimento em publicações e nas buscas por artigos referentes às extensões universitárias (COELHO, 2014; ZUANON, 2017). Tal dado demonstra que houve não só o interesse pelo tema, como há uma crescente divulgação nos resultados destes trabalhos, que possuem um grande potencial de auxiliar na formação de outros profissionais que não puderam passar por tal experiência.

Desta forma, destaca-se aqui a importância do desenvolvimento de mais projetos de extensão com foco em pesquisa e prática profissional, bem como a importância de que seus resultados e os relatos das experiências desenvolvidas através destes projetos sejam levados ao conhecimento público. Este último ponto justifica o presente trabalho e também é apresentado como apelo a outros profissionais e estudantes, para que disseminem os conhecimentos desenvolvidos em sua práxis.

3 METODOLOGIA

Para a fundamentação teórica, foi realizada em novembro de 2019 uma revisão bibliográfica narrativa buscando artigos que discorram acerca do idoso institucionalizado e sobre relatos de experiência de extensões universitárias. As buscas foram realizadas no periódico CAPES sem delimitação de tempo. Fez-se necessário, no entanto, uma atualização dos dados em agosto de 2021, para a publicação neste evento, visto que este trabalho teve como foco a publicação no II Congresso Nacional de Educação da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte que ocorreria em maio do ano 2020, mas que ocorreu em 2021.

Para este relato de experiência, foi solicitado que cada um dos alunos escrevesse individualmente um relatório acerca de suas participações na extensão, e a professora orientadora selecionou o relato de 3 dos extensionistas, que se destacaram por aspectos de percepções pessoais e afetivas. Ao final, os relatos foram resumidos e analisados em conjunto, destacando neles os aspectos que mais se aproximavam ou distanciavam da revisão de literatura realizada anteriormente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 RESUMO DE RELATO DO ALUNO 1

A instituição escolhida acolhe inúmeros projetos sociais, contemplando a prática de profissionais em formação de diversas áreas da saúde, da assistência e afins. Contudo, estes são desenvolvidos somente no período da tarde, o que de modo pessoal, percebe-se que restringe consideravelmente as possibilidades de intervenção em virtude de grande carga de atividade a serem desenvolvidas. Em face a isto, foi necessário dividir o horário das segundas-feiras com os extensionistas do curso de Teologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte, participando mensalmente de missas e atividades desenvolvidas em conjunto.

Este funcionamento integrado com outro curso possibilitou-nos uma inserção mais suave no convívio dos idosos, visto que a religiosidade é um aspecto prevalente na maioria deles e os extensionistas de Teologia já possuíam um forte vínculo afetivo com eles. Participar das missas trouxe um outro olhar para as possibilidades de atuação em campo, visto que nos possibilitou mais uma possibilidade de interação e de formação de vínculos com o público alvo.

Entretanto, de acordo com a aluna 1 “estar no ambiente do projeto, causou-me extremo desconforto e angústia, sobretudo ao aplicar o Mini Exame do Estado Mental, uma vez que não consegui lidar adequadamente com o sofrimento deles (sic)”. Estar em contato constante com a vulnerabilidade à qual eles estão expostos dia a dia não foi uma tarefa fácil, visto que fez-se necessário aprendermos a lidar com nossas frustrações e as limitações de atuação em um ambiente tão cheio de regras que ao mesmo tempo era tão informal quanto um lar.

Contudo, ao conversar com a coordenadora da extensão, traçamos estratégias para que os extensionistas conseguissem lidar com as emoções que estavam emergindo, dando prosseguimento ao projeto. Este fato em particular ressalta não a importância da preparação emocional em conjunto com a preparação teórica, visto que um conjunto de teorias não é suficiente para ajudar uma pessoa (ainda que estudante de Psicologia) a lidar com outra pessoa em situação de vulnerabilidade.

4.2 RESUMO DE RELATO DO ALUNO 2

Ao visitar instituição, fez-se necessário analisar um conjunto de fatores relacionados ao perfil geral dos idosos para compreender o que enfrentar-se-ia na rotina de campo. O primeiro fator a ser levado que percebeu-se importante em considerar dos idosos residentes, é a formação sociocultural destes. O local recebe pessoas de diversas cidades da região oeste do Rio Grande do Norte, a grande maioria delas tem um baixo nível de escolaridade, que vivenciaram o substrato da identidade sertaneja do século XX: a seca escaldante do interior do Nordeste, os escassos recursos para a sobrevivência junto às péssimas condições de trabalho, e por último, o abandono.

Embora não possa e nem se deva estigmatizar, fazer caricaturas a esmo e distantes de dados científicos sólidos, é notório que este perfil se consolida a partir de seus discursos. Estudar teórica e empiricamente esta fase do desenvolvimento é “um mergulho profundo nas águas oceânicas da história”. Desta forma, é imprescindível associar ambos: teoria e prática, em um processo que se retroalimenta, visto que o aprofundamento em um, impulsiona o aprofundamento no outro.

A observação da aluna 2 é que o projeto se norteava por dois objetivos paralelos: os gerais, específicos ao Projeto de Extensão, que mesclam a Psicologia do Desenvolvimento Humano e a Psicologia Social Comunitária e; “os objetivos pessoais, estes da ordem do desejo, que se atêm a compreensão dos costumes, a linguagem e significações que estão presentes ou não no discurso dos idosos (sic)”.

No primeiro dos objetivos, atende-se demandas institucionais que nutrem a educação formal e profissionalizante. Já no segundo, o mais prazeroso deles, “me encontro comigo

mesmo, viajo fantasiosamente por um universo passado que se faz presente, materializado na minha frente e quase sempre sedento por atenção (sic)”.

Para além da aplicação de protocolos e outras atividades referentes aos objetivos padrões do projeto, a escuta empática tornou-se uma ferramenta necessária. Além de acolher o que os residentes nos trazem, desenvolve-se um vínculo afetivo durante as atividades que nos permite uma preocupação legítima com seu bem-estar e com suas necessidades. “Choros, mais do que sorrisos, são vistos, ouvidos e sentidos (sic)”.

São apresentados relatos de amigos e familiares que já faleceram, ruas que mudaram de nome, igualmente os comércios e os modos de convívio. E o desapego, dos mais novos que por falta de condição ou vontade decidem entregá-los aos cuidados da instituição. Saudade é pouco, para falar da emoção.

Nos corredores um cheiro forte toma conta daquela atmosfera, por consequência dos quartos coletivos, que abriga pessoas doentes, marcadas pelo tempo, pela experiência. Mas que também é onde mora gente como Seu P., que no auge da terceira idade construiu uma oficina de experimentos elétricos, e tendo alguns anos de escolaridade e um vasto conhecimento prático, se denomina engenheiro, cria e recria artes com lâmpadas e controla o som para as atividades coletivas no salão do abrigo.

Dona D. que é escritora e gosta muito de conversar, gosta porque sabe, e faz. Sempre transparece aos visitantes uma positividade calcada na fé e na gratidão pelas coisas simples da vida. É injusto citá-los, na medida em que muitos merecem o mesmo, por objetividade não farei, mas acredito que essas duas figuras representam bem os sentimentos desenvolvidos pelas pessoas daquele lugar, cada um de um modo, todos me ensinam um pouco.

“Nessa busca por quem eu sou, encontrei estas pessoas, este projeto. E nesse relato, entrelaçado de enigmas pessoais, busquei através das minhas impressões mais íntimas e espontâneas transcorrer minha práxis, que apesar de ser um fazer da ciência psicológica, é antes de tudo uma experiência humana. Talvez por isso escrevi esse texto para você leitor(a), que tendo entrado ou não nesse campo da psicologia, poderá circundar minhas impressões, minhas vivências enquanto estudante universitário em formação (sic)”.

4.3 RESUMO DE RELATO DO ALUNO 3

Este estágio no projeto de extensão na instituição possibilitou aprendizados e significativas experiências para nós alunos de Psicologia. Com esta experiência conseguimos colocar nossos conhecimentos em prática e ver realmente o que é, como, e porque ir além de ler e estudar unicamente os conteúdos explicados em sala de aula pelos docentes responsáveis. Nesta perspectiva, possuindo a compreensão psicológica, este projeto possui como objetivo fundamental conceber um satisfatório entendimento a respeito do envelhecimento humano e da estadia em uma instituição de cuidados especializados para os idosos.

No decorrer das visitas, escutas, aplicações de testes na referida instituição, é perceptível o quanto é relevante e necessário poder ouvir atentamente, desenvolver um olhar diferenciado como também a escuta qualificada para com os indivíduos que ali encontram-se presentes. Sendo assim, grande parte dos idosos demonstraram sentir-se tranquilos, disponíveis e abertos para dialogarem com extensionistas e estagiários de Psicologia durante as experiências realizadas neste âmbito de conhecimento e trabalho.

Pode-se perceber que ao desenvolver um satisfatório e positivo vínculo com os idosos residentes, eles compreendem que ali há pessoas interessadas em escutá-los e ajudá-los em suas questões psicossociais, além de enxergarem a boa intenção e cuidado dos estudantes em efetuar as atividades requeridas pelos orientadores designados. As experiências obtidas ao longo dos meses no projeto de extensão, fortaleceram bastante o conhecimento e entendimento acerca dos fenômenos e demandas da terceira idade.

Além disso, proporcionou-nos a oportunidade de refletir como é trabalhar, lidar e conviver no dia a dia com esse público, os desafios para os seus cuidadores e familiares e o papel da psicologia nesse processo. “Acredito que desenvolvemos uma boa relação com os idosos e com os profissionais que trabalham na instituição, visto que eles mostraram respeito, confiança e firmeza no nosso propósito na instituição, e espero que nos próximos semestres possamos contribuir mais e mais para a saúde mental e emocional das pessoas idosas que ali residem (sic)”.

4.4 IMPRESSÕES GERAIS E DISCUSSÃO



Esta atividade no projeto de extensão na instituição escolhida possibilitou aprendizados mais aprofundados sobre o funcionamento e a rotina dos idosos institucionalizados, por proporcionar o contato direto dos alunos com o seu ambiente natural de convivência e socialização. Com isso, os alunos relatam conseguir reavaliar seus conhecimentos ao longo da prática e ver como as coisas acontecem e porque precisamos ir além de ler e estudar unicamente os conteúdos explicados em sala de aula pelos docentes responsáveis.

Assim como na revisão de literatura, a experiência dos extensionistas mostra que a realidade de cada localidade vai descrever peculiaridades de uma população, mas que é necessário desenvolver um olhar mais direcionado ao indivíduo. Pois como ressalta Souza et al (2011), cada idoso sabe indicar quais são as suas necessidades, e estas provêm do seu percurso de vida. Os autores ressaltam ainda que esta história de vida pode vir recheada de vulnerabilidades e de conflitos familiares, o que ressalta ainda mais a importância de uma escuta empática para com eles.

Para Carvalho et al (2015), a escuta qualificada e comprometida tem como finalidade conhecer o indivíduo com o qual vamos trabalhar, para que tenhamos a possibilidade de desenvolver uma compreensão para além de dados quantificáveis ou de possíveis patologias. Não existe um propósito avaliativo, mas de aprofundamento na história de vida da pessoa, livre de julgamentos e preconceitos, valorizando a sua alteridade.

Nessa perspectiva, partindo da necessidade de compreender a pessoa idosa como única, não apenas enquanto representante de uma população em crescimento exponencial, as atividades desta extensão surgem como uma oportunidade única de prática profissional. Desta forma, fez-se possível proporcionar aos discentes a possibilidade de construir um entendimento a respeito do envelhecimento humano e da estadia em uma instituição de cuidados especializados para os idosos.

De acordo com os relatos expostos, as intervenções da extensão ressaltaram importância da conciliação do conteúdo teórico com a vivência prática, e conseqüentemente, exigiu uma maior profundidade teórica deles. O que corrobora com Floriano et al (2017), quando ressalta a importância do desenvolvimento de extensões universitárias para a formação de profissionais mais qualificados.

No decorrer das visitas, escutas, aplicações de testes na referida instituição foi possível perceber o quanto é relevante e necessário poder ouvir atentamente, desenvolver um olhar diferenciado como também a escuta qualificada para com os indivíduos que ali encontram-se presentes. Sendo assim, grande parte dos idosos demonstraram sentir-se tranquilos, disponíveis e abertos para dialogarem com nós acadêmicos e estagiários de psicologia durante as experiências realizadas neste âmbito de conhecimento e trabalho. Este ponto ressalta que para além de seus esforços em contribuir para a melhoria de vida na comunidade (FLORIANO et al, 2017), a extensão universitária tem seus esforços reconhecidos por ela.

Pode-se perceber que ao desenvolver um satisfatório e positivo vínculo com os idosos residentes na instituição, eles compreendem que ali há pessoas interessadas em escutá-los e ajudá-los dentro do possível, além de enxergarem a boa intenção e cuidado de nós estudantes em efetuar as atividades requeridas pelos orientadores designados. Tanto a escuta quanto as atividades se mostram como ações de cuidado, o que se coloca também como um reforço nas atividades preconizadas para o funcionamento das instituições de longa permanência, como preconizados pela ANVISA (2020).

Como um último ponto, é importante ressaltar ainda que não só o desenvolvimento de projetos de extensão traz uma grande contribuição para a comunidade em geral e para os discentes, mas a crescente divulgação dos conhecimentos desenvolvidos através destas (COELHO, 2014; ZUANON, 2017), faz-se extremamente necessária para que tais ações se multipliquem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de perceberem uma certa restrição no horário de possíveis intervenções com os residentes, os alunos extensionistas reconhecem as vantagens de uma atuação em conjunto com alunos de outros cursos, visto que isto se tornou em mais uma oportunidade de aprendizado. O fato de dividir o horário com alunos de Teologia permitiu ainda observar e conhecer ainda mais profundamente o aspecto religioso e/ou de religiosidade dos idosos.

O desconforto relatado pela aluna 1 nos retorna à importância de uma melhor preparação dos extensionistas, bem como à necessidade de desenvolver e ampliar os cuidados direcionados

aos cuidadores dos idosos. Pois as vulnerabilidades e dificuldades percebidas possuem o potencial de afetar aqueles com os quais os idosos estão convivendo, e seus auxiliares/cuidadores precisam estar em boas condições de saúde física e emocional para lidar com estas questões.

Os autores utilizados para fundamentar este trabalho apresentam um olhar vasto acerca das necessidades do idoso e dos potenciais de uma extensão universitária, no entanto, de modo pessoal, gostaríamos de destacar que neste projeto elegeu-se a escuta e o desenvolvimento de vínculos afetivos como as ferramentas mais eficazes para lidar com este público. Nenhum dos protocolos ou das intervenções se mostrou tão eficaz quanto estas duas ferramentas.

Gostaríamos de dedicar este trabalho aos profissionais da instituição que nos receberam tão bem e que desenvolvem um trabalho árduo, porém cuidadoso com os idosos residentes na instituição que acolheu este projeto. E o agradecimento especial vai para todos os idosos que compartilharam momentos e histórias com os alunos desta extensão, transformando completamente nossa perspectiva profissional e humana.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Renata Kelly Lopes de et al. Perfil sociodemográfico e de saúde de idosos institucionalizados. Rev. enferm. UFPE on line, p. 674-679, 2019.

ANVISA. Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/instituicoes-de-longa-permanencia-para-idosos>

BANDEIRA et al. Perfil Socioepidemiológico de Idosos Institucionalizados Usuários do Sistema Único de Saúde. IN: O Sistema Único de Saúde cuidando da pessoa idosa. SAINTRAIN, MVL. et al. (Orgs.). - Fortaleza: EdUECE, 2014.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm

COELHO, GC. Revistas acadêmicas de Extensão Universitária no Brasil. Revista Ciência em Extensão. 5(2) pp. 69 – 75. 2014.

IBGE. Em 2019, expectativa de vida era de 76,6 anos. Editoria de Estatísticas Sociais. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos#:~:text=Uma%20pessoa%20nascida%20no%20Brasil,9%20para%2080%2C1%20anos.>

FLORIAINO MDP et al. Extensão universitária. Revista Ciência em Extensão. 16(1), pp. 9 – 35. 2017.

PINHEIRO, N C G et al. Ciência & Saúde Coletiva, 21(11), 2016

ROSA NETO, F et al. Estudo dos parâmetros motores de idosos residentes em instituições asilares da grande Florianópolis. R. bras. Ci R. bras. Ci e Mov. 2005; 13(4): 7-15.

SOUSA, CMS et al. Qualidade de vida dos idosos e os fatores associados: Uma Revisão Integrativa/Quality of living of elderly and associated factors: An Integrating Review. ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA, v. 13, n. 47, p. 320-326, 2019.

SOUZA, DM et al. Representações do Idoso Asilado sobre os Cuidados da Família. Revista Kairós Gerontologia. 14 pp. 167 – 183. 2011.

PAPALIA, D; FELDMAN, R. Desenvolvimento Humano. ArtMed. 2013.

POLSTER, E; POLSTER, M. Gestalt-terapia Integrada. São Paulo: Summus, 2001.

ZUANON, ACC et al. A Extensão Universitária abraça o Brasil. Revista Ciência em Extensão. 13(1). pp. 2 – 8. 2017.



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SITUAÇÕES ANTES E DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19: o que isso nos revela?

Israel Barbosa Neto¹

Álvaro Micael Duarte Fonseca²

Emanuelle Carolyne Santos³

Rosicler Emanuelle Silva Costa⁴

Arthur Fernandes Sampaio⁵

RESUMO

A violência contra a mulher é considerada uma problemática reconhecida como caso de saúde pública. O repentino cenário, de abrangência mundial, mostrado por meio do novoCorona vírus (Covid-19), faz lançar um novo contexto de enfrentamentos por parte da saúde pública, mas que também reverberam em aspectos sociais e culturais. Medidas excepcionais, como o distanciamento social, levando as pessoas a ficarem mais tempos em suas residências, a fim da diminuição do contágio, pode ter uma forte influência no possível aumento da violência contra a mulher. Objetivando identificar possíveis diferenças ou aproximações relacionadas à violência contra a mulher em um contexto anterior a pandemia e no pandêmico, tratando-se de uma revisão sistemática realizada nas bases de dados PubMed e SciELO, analisando as literaturas relacionadas a dois momentos distintos, através de uma investigação precisa do material selecionado, passando pelo processo de leitura, investigação e registro dos fatos. Constatou-se diferentes formas de violência contra a mulher em vários países do mundo com acentuação para aqueles caracterizados como subdesenvolvidos, áreas rurais, assentamentos e com características socioeconômicas e demográficas bem marcadas. Revelando o aumento da

¹ Graduando de Psicologia pela Universidade Potiguar (UNP). E-mail: barbosarael308@gmail.com

² Graduando de Psicologia pela Universidade Potiguar (UNP). E-mail: Alvmicael@gmail.com

³ Graduanda de Psicologia pela Universidade Potiguar (UNP). E-mail: ecarolynes@gmail.com

⁴ Graduanda de Psicologia pela Universidade Potiguar (UNP). E-mail: manurosicler@hotmail.com

⁵ Ofrienteador. Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: arthursampaio@hotmail.com



violência durante a pandemia nessas regiões e em outros territórios. Os casos de violência contra a mulher vêm sofrendo um aumento significativo no contexto pandêmico. Contudo, essa prática não é nova e só revela a fragilidade das políticas públicas e alerta para o perigo repetitivo e eminente que as mulheres vivenciam diariamente.

Palavras-chave: violência; mulheres; pandemia.

ABSTRACT

Violence against women is considered a problem recognized as a case of public health. The sudden scenario, with a worldwide scope, shown through the new Corona virus (Covid-19), launches a new context of confrontations on the part of public health, but which also reverberates in social and cultural aspects. Exceptional measures, such as social distancing, leading people to stay longer in their homes, in order to reduce contagion, can have a strong influence on the possible increase in violence against women. Aiming to identify possible differences or approaches related to violence against women in a context prior to the pandemic and in the pandemic. This is a systematic review carried out in the PubMed and SciELO databases, analyzing the literature related to two different moments, through a precise investigation of the selected material, going through the process of reading, investigating and recording the facts. Different forms of violence against women were found in several countries around the world, with emphasis on those characterized as underdeveloped, rural areas, settlements and with well-marked socioeconomic and demographic characteristics. Revealing increased violence during the pandemic in these regions and other territories. Cases of violence against women have increased significantly in the pandemic context. However, this practice is not new and only reveals the fragility of public policies and alerts to the repetitive and imminent danger that women experience daily.

Keywords: violence; women; pandemic.

1 INTRODUÇÃO

Motivados a conhecer as realidades vivenciadas por mulheres em diferentes regiões do

mundo no que diz respeito a violência praticadas contra elas, esse estudo tem por objetivo analisar possíveis distanciamentos e/ou aproximações no que se refere a violência contra as mulheres em contextos antes e durante a pandemia do Covid-19, fenômeno que tem sido vivenciado em muitos países.

A violência contra a mulher é uma problemática reconhecida como caso de saúde pública e social (ARBOIT et al., 2018), havendo muitos registros de ocorrências surgidas em diversos países, primordialmente em regiões com características rurais e com situações socioeconômicas instáveis. (KABIR et al., 2019). Contudo, a violência não aparece apenas nesses cenários já descritos, se apresenta nas mais diferentes faixas etárias com formas de expressões de violência diversificadas.

A Organização Mundial da Saúde indica que cerca de uma a cada três mulheres ao redor do mundo foram/são vítimas de violência física e/ou sexual pelo parceiro íntimo ou por terceiros no decorrer de sua vida. Além de ser considerada um desafio para a saúde pública, a violência contra as mulheres é caracterizada como uma forte violação dos direitos humanos, o que nos leva a refletir sobre a atuação das políticas públicas voltadas para esse grupo e como a sociedade tem discutido um tema que há muito tempo vem causando sofrimento e retrocesso. (OMS, 2017)

Os diferentes tipos de violências praticados contra as mulheres, estabelecidos pela Lei Maria da Penha (2006), definidos como: patrimonial, sexual, físico, moral e psicológico, constituem as formas de violência doméstica. Essas práticas de violência podem sofrer influências dos fatores sociodemográficos instalados em determinadas regiões que acabam por contribuir para que essas práticas ocorram de forma mais frequente.

Segundo um estudo realizado na Região de Nairobi, no país do Quênia, alguns fatores estão relacionados a expressão de violência contra as mulheres: as questões religiosas, culturais, a pobreza, a aceitação comunitária da violência, o distanciamento ou a ausência da rede familiar e a habitação em territórios rurais. Esse estudo aponta que esses atravessamentos geram efeitos na produção de piores índices de saúde física e mental, sendo dessa forma esses os principais contribuidores para a ocorrência de destruição, talvez, de milhares de vidas e planejamentos de sonhos de muitas mulheres. (WINTER; OBARA; MCMAHON, 2020)



Em dados divulgados pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em 2018, 60% das mulheres nos países das Américas eram vítimas de violência sexual ou física, sendo a violência sexual, física e psicológica, como os tipos de violência mais comuns entre as vítimas, tendo esses crimes cometidos pelos próprios parceiros íntimos, o que revela um cenário alarmante de insegurança e pavor vivenciado diariamente nas residências dessas mulheres. A OPAS, ainda publicou que no Brasil, aproximadamente 17% das mulheres com idades de 15 a 49 anos serão vítimas desse tipo de abuso, por parceiro íntimo, em alguma fase de suas vidas.

A partir do repentino cenário, de abrangência mundial, mostrado por meio do novo Coronavírus (COVID-19), faz lançar um novo contexto e indagações de enfrentamentos por parte da saúde pública, mas que também reverberam em aspectos sociais e culturais. Medidas excepcionais, como o distanciamento social, levando as pessoas a ficarem mais tempos em suas residências, a fim da diminuição do contágio, pode ter uma forte influência no aumento da violência contra a mulher.

No contexto brasileiro, segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), em março de 2020, início da quarentena estabelecida pela pandemia do COVID-19, as denúncias de violência contra a mulher registradas através do número 180 (Central de Atendimento à Mulher), tinham aumentado 18% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em abril, completado o primeiro mês de isolamento social, as denúncias novamente sofreram aumento, dessa vez de 40%, seguindo os mesmos parâmetros de comparação.

Com o isolamento e a adoção das medidas de segurança e as novas formas de trabalho, *home office*⁶, como também a redução ou paralisação dos órgãos públicos como a Assistência Social, Saúde, Serviços Públicos e Justiça que ofereciam serviços protetores a essa população, é possível que esteja cada vez mais difícil para as mulheres se desvincularem ou denunciarem seus agressores, fazendo com que haja o agravamento de muitos fatores de riscos; dos que já existiam e outros nascidos através da situação pandêmica.

Esse aumento quantitativo preocupante, advindo com a pandemia, nos sugere pensar, mais que nunca, sobre as estruturas machistas e patriarcais que fundam a subjugação do corpo da mulher, no sentido de não apenas evidenciar números, mas problematizarmos o sofrimento

⁶ Sigla da língua Inglesa que significa escritório em casa.

físico e psíquico a que essas mulheres estão sendo submetidas.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura realizada nas bases de dados PubMed (U.S National Library of Medicine) e SciELO (Scientific Electronic Library Online), investigando as possíveis aproximações ou distanciamentos relacionados à violência contra a mulher em dois momentos distintos, sendo estes; em contextos cotidianos e em situações de pandemia, através de uma investigação precisa do material selecionado, passando pelo processo de leitura e registro dos fatos. Sendo possível realizar uma análise dos achados e chegar a uma conclusão para a indagação que motivou a pesquisa.

Em cada base de dados foram realizadas duas pesquisas com descritores diferentes para que, diante das comparações, pudessem ser constatados os objetivos da investigação. Na base de dados PubMed, com a pesquisa inicial, foram usados descritores em inglês e um operador booleano: *violence against women and psychological effects*. O que resultou em 277 artigos para exploração. A fim de conseguirmos publicações que mais centralizasse nosso tema, foram utilizados filtros, sendo estes: texto completo gratuito, publicações feitas há 5 anos, excepcionalmente entre os anos de 2015 a 2020, estudos feitos em humanos e publicações na língua inglesa e portuguesa constatando-se, respectivamente, 89, 44, 32 e 32 artigos dentro dos filtros aplicados. Desse último quantitativo, 22 foram excluídos quando realizada a leitura dos títulos e dos resumos, e 10 foram selecionados para completa investigação.

Na segunda pesquisa, ainda na base PubMed, foi utilizado os descritores em inglês dois operadores booleanos: *violence and women and pandemic*. Seguindo a mesma ordem e os mesmos filtros da pesquisa inicial, foi encontrado um quantitativo, a princípio, de 51 artigos. Desses, com a aplicação dos filtros, resultou em uma ordem decrescente de 26, 21, 10 e 9 trabalhos com relação ao conteúdo buscado, mas apenas 3, após a leitura dos resumos e dos títulos, foram selecionados para a composição da pesquisa e da revisão. Sendo assim, dessa busca inicial na primeira base de dados, foram selecionados 13 artigos.

A estratégia de buscas na segunda base de dados, SciELO, foi executada utilizando os descritores em português: mulher e violência. A quantidade inicial dos trabalhos encontrados

foi de 939. Após a aplicação dos filtros: coleções de saúde pública, trabalhos publicados entre os anos de 2015 a 2020 e tipo de trabalho: artigo, obtivemos, seguindo a ordem dos métodos de seleção, 244, 238, 111 e 100 trabalhos que estabeleciam relação com nossas buscas. Seguidamente, com a leitura dos títulos e dos resumos, foram excluídos 92 trabalhos, restando 8 escritos para análise completa.

No segundo momento de buscas, utilizando as palavras em português: violência, mulher e isolamento social, 13 artigos foram listados. Em seguida, aplicando os critérios de seleção: trabalhos publicados na língua inglesa e portuguesa, para este, o quantitativo permaneceu igual ao número de trabalhos dos descritores, e para o critério de seleção: trabalhos publicados entre os anos de 2015 a 2020, obtivemos 8 artigos, sendo que, 5 foram excluídos por não interagir com a busca e 3 foram listados para investigação final por apresentar informações relevantes à temática em questão, tendo por fim, 11 artigos selecionados.

Do resultado da complexa forma criteriosa de investigação, 24 trabalhos, resultado das duas bases de dados, foram elegíveis para a leitura e exploração, o que nos possibilitou ampla visualização e estatísticas da violência contra à mulher em diversos países do mundo e suas multífaces.

3 RESULTADOS

Tabela 1: Treze (13) títulos de pesquisa relacionados à plataforma PubMed:

TÍTULO	AUTORES	MÉTODO	OBJETIVOS DO ESTUDO	PRINCIPAIS ACHADOS





<p>As intervenções focadas nas normas de gênero são eficazes na prevenção da violência doméstica contra as mulheres em países de renda baixa e média-baixa? Uma revisão sistemática e meta-análise.</p>	<p>SEMAHEGN, Agumasie <i>et al.</i></p>	<p>Revisão sistemática e meta-análise.</p>	<p>Resumir os achados primários existentes da violência contra a mulher (VCM) bem como determinar o nível de fatores associados à violência e ainda identificar intervenções relevantes para a prevenção da VCM, tendo por fim o objetivo de fazer recomendações importantes aos formuladores e planejadores de políticas e programas.</p>	<p>1 em cada 3 mulheres experimentou violência durante algum período da vida. Sendo este um problema de saúde pública e uma violação generalizada de direitos humanos. A atitude receptiva da sociedade, o consumo de álcool e a pobreza são fatores contribuintes para os casos de violência contra as mulheres, tendo a violência psicológica o tipo de agressão mais comum.</p>
<p>Prevalência, fatores associados e impacto na saúde da violência praticada por parceiro íntimo contra a mulher em diferentes fases da vida.</p>	<p>SANZ-BARBERO, Belén; BARÓN, Natalia; VIVES-CASES, Carmen.</p>	<p>Estudo transversal com uma amostra de 10.171 mulheres residentes na Espanha com 16 anos ou mais.</p>	<p>Analisar a prevalência, os fatores de risco e o impacto na saúde de mulheres que sofrem de violência por parceiro íntimo (VPI) em diferentes fases da vida.</p>	<p>A VPI é mais prevalente em mulheres jovens, mas os seus efeitos e sua ocorrência são relatados em todas as faixas etárias. Mulheres idosas, violentadas, enfrentam barreiras maiores para deixar o casamento.</p>





<p>Qual é o efeito da violência contra a mulher brasileira autopercepção de saúde?</p>	<p>CRUZ, M.S; IRFFI, Guilherme.</p>	<p>Não informado.</p>	<p>Analisar o efeito da violência contra a mulher na autopercepção da saúde, a partir de uma população de mulheres brasileiras com idades entre 20 e 49 anos, baseado na pesquisa nacional de saúde (PNS) de 2013.</p>	<p>Os agressores de mulheres que vivem em áreas rurais geralmente são pessoas conhecidas, enquanto que os de mulheres que moram em áreas urbanas são desconhecidos. Contudo, ambas relatam uma pior percepção de sua saúde quando comparadas às mulheres que não sofreram violência.</p>
<p>Violência doméstica e poder de decisão de mulheres casadas em Mianmar: análise de uma amostra nacionalmente representativa.</p>	<p>KABIR, Russell <i>et al.</i></p>	<p>Trata-se de um estudo transversal, utilizando dados da Pesquisa Demográfica e de Saúde de Mianmar (MDHS) entre os anos de 2015 e 2016.</p>	<p>Explorar a relação entre violência doméstica e o poder de decisão de mulheres casadas em Mianmar, um estado soberano no sudeste da Ásia.</p>	<p>As mulheres da região não são consideradas tomadoras de decisão, o que caracteriza uma forte desigualdade de poder entre homens e mulheres.</p>





<p>Experiência da violência praticada por parceiro íntimo entre jovens grávidas em favelas urbanas do vale de Kantmandu, Nepal: um estudo qualitativo.</p>	<p>DEUBA, Keshab <i>et al.</i></p>	<p>Entrevistas com análises de conteúdo qualitativo para transcrição.</p>	<p>Compreender melhor a violência por parceiros íntimos (VPI) vivenciada por jovens grávidas em favelas urbanas do Vale do Kathmandu, Nepal, bem como compreender as estratégias de enfrentamento, cuidado e comportamento de busca de apoio.</p>	<p>Além de experimentarem diversos tipos de violência, a estratégia adotada para o enfrentamento dos abusos é a aceitação destes em decorrência da dependência financeira. Uma vez que, o domínio masculino é uma norma cultural profundamente enraizada na sociedade nepalesa.</p>
<p>Violência por parceiro íntimo e seus fatores associados entre mulheres grávidas em Bale Zone, sudeste da Etiópia: um estudo transversal.</p>	<p>LENCHA, Bikila <i>et al.</i></p>	<p>Estudo transversal realizado com gestantes que frequentavam o atendimento pré-natal, durante o estudo, em uma unidade de saúde da Zona de Bale, Etiópia.</p>	<p>Avaliar a prevalência e os fatores associados à violência por parceiro íntimo nas gestantes.</p>	<p>59% das grávidas relataram ter sofrido algum tipo de violência durante a gravidez, sendo a violência sexual com maiores índices, acarretando efeitos adversos nos resultados maternos e neonatais.</p>





<p>Associações entre violência por parceiro íntimo, depressão e comportamento suicida entre mulheres atendidas em serviços hospitalares pré-natais e ambulatoriais gerais na Tailândia.</p>	<p>PELTZER, K; PENGPID, S.</p>	<p>Estudo transversal com mulheres adultas usuárias do serviço pré-natal e ambulatoriais gerais na Tailândia, selecionadas aleatoriamente.</p>	<p>Analisar a relação entre a gravidade e os diferentes tipos de VPI e sintomas de depressão e comportamento suicida em uma amostra de mulheres adultas usuárias dos serviços hospitalares.</p>	<p>A procura pelos serviços de apoio quase não são buscados. Entretanto, as mulheres que buscavam ajuda, apresentavam queixas de VPI e sofriam depressão ou relataram ideação suicida.</p>
<p>Usando análise fatorial confirmatória para explorar fatores associados à violência por parceiro íntimo em uma amostra de mulheres rurais chinesas: um estudo transversal.</p>	<p>HOU, Fengsu <i>et al.</i></p>	<p>Estudo transversal com mulheres a partir de 16 anos ou mais, moradoras de áreas rurais a cidade Guangyuan, China.</p>	<p>Estimar a prevalência por parceiro íntimo (VPI) entre uma amostra de mulheres chinesas rurais e explorar os fatores associados.</p>	<p>Em áreas rurais, há uma forte prevalência da violência psicológica, seguido da física esexual. Fatores como cultura, nível socioeconômico, idade, baixa escolaridade e aceitação da violência, podem estar ao quantitativo de violência nessas regiões associados</p>





<p>Violência por parceiro íntimo: um fator-chave na saúde física e mental das mulheres em assentamentos informais em Nairóbi, Quênia</p>	<p>WINTER, S.C; OBARA, L.M; MCMAHON, Sarah.</p>	<p>Não informado.</p>	<p>Explorar empiricamente as associações entre as experiências de mulheres com violência por parceiro íntimo (VPI) e sua saúde física e mental.</p>	<p>56% da população vive em assentamentos informais e as mulheres sofrem taxas mais altas de violência, desemprego e pobreza. Sendo VPI, o principal correlato que surge quando o assunto é saúde.</p>
<p>Mecanismo de violência contra parceiros íntimos facilitados pelo álcool.</p>	<p>ECKHARDT, C.I; PARROTT,D.J; SPRUNGER, J.G.</p>	<p>Estrutura teórica e metodológica.</p>	<p>Examinar os mecanismos de mediação de como álcool potencializa a VPI.</p>	<p>O álcool como fator contribuinte para o aumento da VPI.</p>
<p>Violência contra mulheres, crianças e adolescentes durante a pandemia COVID-19: visão geral, fatores contribuintes e medidas atenuantes.</p>	<p>MARQUES, E.S <i>et al.</i></p>	<p>Não informado.</p>	<p>Não informado.</p>	<p>Aumento da violência foi percebido em diversos países do mundo como China, Reino Unido, França e Brasil. No Brasil, constatou-se um aumento de 17% da violência contra a mulher, quando foi anunciado o distanciamento obrigatório, em março de 2020.</p>





<p>Lições nunca aprendidas: crise e violência baseada em gênero.</p>	<p>JOHN, Neetu <i>etal.</i></p>	<p>Não informado.</p>	<p>Discutir sobre a COVID-19 e a violência baseada em gênero (GBV) a partir de outros contextos de pandemia incitando a inclusão das mulheres nas tomadas de decisão na COVID-19.</p>	<p>Revela que as mulheres em situação de isolamento ou emergência vivenciam múltiplas formas de violência por parceiro íntimo. A ausência de uma rede de apoio é um fator que aumenta à violência.</p>
<p>O aumento da violência doméstica durante o isolamento social: o que isso revela?</p>	<p>VIEIRA, P.R; GARCIA, L.P; MACIEL, E.L.N.</p>	<p>Análise de dados e revisão de literatura.</p>	<p>Estabelecer algumas relações entre o isolamento social durante a pandemia do Covid-19 e o aumento da violência contra às mulheres, levando em consideração o contexto de uma sociedade patriarcal.</p>	<p>o aumento da violência contra às mulheres em suas próprias casas, no período pandêmico, tem tornado o lar cada vez mais inseguro. Este fator está associado ao fechamento ou a redução do horário de funcionamento dos serviços de proteção, bem como as marcações de uma sociedade patriarcal.</p>

Tabela 2: Onze (11) títulos de pesquisa relacionados à plataforma SciELO:

TÍTULO	AUTORES	MÉTODO	OBJETIVOS DO ESTUDO	PRINCIPAIS ACHADOS
--------	---------	--------	---------------------	--------------------





<p>Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017.</p>	<p>MASCARENHAS, Márcio <i>et al.</i></p>	<p>Utilizou-se estudo transversal.</p>	<p>Procurou-se analisar as notificações de Violência por Parceiro Íntimo (VPI) contra mulheres entre os anos de 2011 a 2017.</p>	<p>Identificou-se muitos fatores relevantes, tais como a identificação de elementos associados às maiores incidências de casos como, por exemplo: idade, escolaridade, desemprego, gestação etc. Outro ponto relevante é a constatação do domicílio ser o principal lugar onde ocorrem as violências.</p>
<p>Violência contra a mulher: o que acontece quando a Delegacia de Defesa da Mulher está fechada?</p>	<p>MACHADO, Dinair <i>et al.</i></p>	<p>Refere-se a um estudo transversal, tendo como base B.O's coletados durante um ano (2013/2014).</p>	<p>Analisar as variações entre os casos de violência contra a mulher, registrados na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) e nas Delegacias Cíveis nos plantões policiais.</p>	<p>Destacou-se alguns impasses que dificultam a efetivação de denúncias como, por exemplo, o horário de funcionamento das DDM, que não está disponível a noite, nos feriados e nem nos fins de semana.</p>
<p>Renúncia, violência e denúncia: representações sociais do agressor sob a ótica da mulher agredida.</p>	<p>NÓBREGA, Vannucia <i>et al.</i></p>	<p>Refere-se a um estudo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, fundamentado na Teoria das Representações Sociais (TRS).</p>	<p>Sob a ótica da mulher vítima de violência, analisar as representações sociais do comportamento agressivo do homem agressor.</p>	<p>A mulher perde seu papel na vida e no mundo, sua autonomia é negada pela violência, a desigualdade de gênero propicia a renúncia do seu eu.</p>





<p>Violência provocada pelo parceiro íntimo entre usuárias da Atenção Primária à Saúde: prevalência e fatores associados.</p>	<p>ROSA, Doriana <i>et al.</i></p>	<p>Estudo transversal, de abordagem qualitativa.</p>	<p>Investigar, através de entrevistas, os fatores associados à ocorrência de violência contra a mulher, motivada pelo parceiro íntimo.</p>	<p>Concluiu-se que os sujeitos cada vez mais têm dificuldades em utilizar meios de mediação, como a fala, para argumentar e gerar possibilidades de resoluções, optado por atos violentos.</p>
<p>Violência doméstica contra mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde.</p>	<p>ARBOIT, Jaqueline <i>et al.</i></p>	<p>Fez-se uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa.</p>	<p>Conhecer as práticas de cuidado elaboradas pelos agentes comunitários de saúde a atenção às mulheres em contexto de violência domésticas habitantes da área rural.</p>	<p>Destaca-se a ausência de formações específicas para o atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica como sendo a maior dificuldade de atuação nesse campo.</p>





<p>Experiência de mulheres em situação de violência em busca de atenção no setor saúde e na rede intersetorial.</p>	<p>SOARES, Joannie; LOPES, Marta.</p>	<p>Utilizou-se abordagem qualitativa.</p>	<p>Analisar as vivências de mulheres em contexto de violência em busca de atenção no setor da saúde na rede intersetorial.</p>	<p>Constatou-se que a medicalização dos danos causados pela violência é um dos caminhos mais aplicado pelos profissionais da saúde. Destacou-se também a importância de oferecer auxílio às questões subjetivas da vítima, o seu sofrimento, seu medo, sua vergonha, e não voltar o cuidado apenas as questões objetivas, como as lesões físicas.</p>
<p>Violência doméstica e trabalho: percepções de mulheres assistidas em um Centro de Atendimento à mulher.</p>	<p>ECHEVERRIA, Jasmin; OLIVEIRA, Maria; ERTHAL, Regina.</p>	<p>Utilizou-se abordagem qualitativa, através de levantamento bibliográfico, trabalho de campo, observação participante, levantamento documental e</p>	<p>A partir dos relatos de mulheres vítimas de violência atendidas em um Centro de Atendimento à Mulher,</p>	<p>Provou-se que a violência doméstica influencia negativamente o rendimento de trabalho das mulheres vítimas de violência doméstica. Os relatos mostram também que as</p>





		entrevistas individuais.	analisar as relações entre essas mulheres em contexto de violência doméstica e o seu trabalho.	mulheres têm o trabalho como uma fuga, possibilitando-as ocupar a mente ao se relacionar com outras pessoas e cumprir suas tarefas, deixando os conflitos vivenciados em casa de lado.
Impactos da pandemia de COVID-19 na violência contra a mulher: reflexões a partir da teoria da motivação humana de Abraham Maslow.	SANTOS, Luisa <i>et al.</i>	Refere-se a um estudo do tipo reflexivo com análise documental efetuada no mês de junho de 2020.	Refletir a respeito das consequências da pandemia do COVID-19 na violência contra a mulher, através de uma análise da teoria da motivação humana de Abraham Maslow	O distanciamento social provocado pelo COVID-19 ocasionou uma fragilidade na rede de apoio das mulheres vítimas de violência doméstica, fazendo com que essas permaneçam desamparadas emocionalmente, sem perspectivas de liberdade.





<p>Masculinidade em tempos de pandemia: onde o poder escolhe, a violência se instala.</p>	<p>FRAGA, Dherik <i>et al.</i></p>	<p>Não informado.</p>	<p>Provocar uma reflexão sobre as relações homem-poder-violência com base nas elaborações de Hannah Arendt. Buscando desconstruir o ideal da existência de um único modelo de masculinidade hegemônica.</p>	<p>O artigo problematiza o modelo convencional de masculinidade hegemônica, defendendo as múltiplas masculinidades, considerando que mulheres também podem apresentar aspectos de masculinidade. Onde as práticas abusivas e violentas surgem na busca de solidificar o modelo de masculinidade estabelecido pelo patriarcado.</p>
<p>Interseccionalidad e outros olhares sobre a violência contra mulheres em tempos de pandemia pela COVID-19</p>	<p>BARBOSA, Jeanine <i>et al.</i></p>	<p>Desenvolvido a partir das contribuições dos estudos interseccionais e da filosofia da diferença.</p>	<p>Busca problematizar o aumento das violências domésticas no período de isolamento social provocado pela pandemia do COVID-19.</p>	<p>Evidencia-se a importância de refletir e problematizar os casos de violência doméstica durante a pandemia, não enxergando a violência como uma consequência comum dos momentos de crise.</p>



<p>Isolamento de mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: uma condição em redes sociais.</p>	<p>NETTO, Leônidas <i>et al.</i></p>	<p>Pesquisa qualitativa e analítica efetuada no Centro Especializado de Atendimento à Mulher do Rio de Janeiro, utilizando-se entrevista individual e análise de conteúdo.</p>	<p>Analisar o isolamento social vivenciado por mulheres em contexto de violência pelo parceiro íntimo.</p>	<p>Destaca-se algumas razões que impedem a mulher vítima de violência de efetivarem a denúncia, como o controle da sua liberdade pelo parceiro íntimo, caracterizada também como uma forma de isolamento.</p>
--	--------------------------------------	--	--	---

4 DISCUSSÕES

Os textos analisados para a composição deste trabalho foram bem diversificados trazendo dados significativos e curiosos de diferentes países e regiões. Apontando características muito peculiares da cultura; próprias do convívio social e rotineiro, instalado ali há muito tempo.

A pandemia causada pelo COVID-19 levou muitas pessoas, entre elas as mulheres, a se distanciar da sua esfera de trabalho, fazendo com que se adaptassem com o modelo home office. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em agosto de 2020, 8,3 milhões de brasileiros passaram a trabalhar de forma remota e 4,3 milhões de pessoas foram afastadas do trabalho. Analisando essa realidade, pode-se refletir e compreender que o sofrimento vivido por mulheres vítimas de violência doméstica se intensificou ainda mais em decorrência desses fatores. É possível imaginar que essas mulheres passaram a lidar com a tristeza, o estresse, a sobrecarga da tripla jornada em casa e a angústia de passarem 24 horas do dia ao lado do seu agressor.

Em um estudo realizado por Echeverria et al. (2017) sobre as relações entre mulheres em situação de violência doméstica e o seu trabalho, foi possível perceber que a violência vivenciada afeta negativamente o desempenho das vítimas na sua produção e rendimento no ambiente de trabalho. Sem o ambiente natural de trabalho que antes era fora de casa e que as vítimas da violência tinham como válvula de escape para contar com as pessoas que faziam parte

do seu ciclo de atividades e relataram as queixas e sentiram-se mais protegidas, as vítimas passaram por uma intensificação da violação e assim, do sofrimento psíquico que é uma das formas mais relatadas de violência segundo Hou (2018), em um estudo realizado na China com mulheres chinesas, moradoras de uma área rural.

Paralelo à violência, mas não como fator único desta, estão os fatores que muito influenciam no aumento dos casos, sendo os mais destacados: mulheres moradoras de zona rural que acabam, em grande parte, tendo limitações quanto ao acesso dos serviços de apoio; saúde, assistência e justiça, jovens que casam entre 15 e 19 anos, que em grande parte, abandonam a escola para entrar em uma união estável (SEMAKEGN et al, 2019)

,moradoras de assentamentos, por sofrerem demasiada dependência financeira, (WINTER; OBARA; MCMAHON, 2020) e ainda, mulheres grávidas como aponta Deuba et al. (2016) em um estudo no Vale do Kathmandu, Nepal onde existe uma cultura de preferência do sexo masculino para o bebê. O estudo de Sanz-Barbero, Barón e Vives-Cases (2019) com mulheres residentes na Espanha, ainda traz a violência contra a mulher idosa e as dificuldades que elas encontram para se distanciar do agressor e para entrarem com um pedido de divórcio, uma vez que, as normas sociais e em alguns casos a família, exercem um impedimento para que ela não estabeleça esse rompimento.

Ademais, Netto *et al.* (2017), destaca a relação entre o isolamento e mulheres que sofriam algum tipo de violência pelo parceiro íntimo, onde é possível perceber que o isolamento social também é uma forma de violência onde o parceiro enfraquece a rede de apoio da mulher, ocasionando o seu distanciamento do meio social, tais como sua família e amigos.

Tendo em vista um crescente avançar de vítimas de forma drástica durante o período correspondente a pandemia, cabe pensarmos se esse aumento é de fato a expressão de uma íntima relação com os fatores sociodemográficos, impregnados também na sociedade e que acabam caracterizando o indivíduo, por exemplo ou uma relação com a interrupção dos serviços essenciais a esse grupo durante a pandemia ou é simplesmente, o resultante da estrutura hegemônica que foi pregada nas mulheres e na sociedade e que insiste, e muito, em perpetuar e agir com diferentes fantasias e abordagens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz desse movimento de incertezas, mostrado pela pandemia do novo Coronavírus e vivenciado de forma mais expressiva pelas mulheres, faz-se necessário olharmos não apenas para as estatísticas, mas para as relações presentes e futuras que são abaladas e modificadas, que podem deixar marcas muitas vezes irreversíveis. Relações essas, que repercutem fisicamente, psicologicamente e moralmente, expondo imensamente a dívida histórica que a sociedade tem e ainda está construindo com as mulheres.

Assim, o presente estudo possibilitou verificar as diferenças e aproximações existentes entre os contextos pandêmico e anterior a pandemia no cenário da violência contra a mulher, constatando que, de fato, houve um aumento considerável nos números de caso de violência doméstica durante o período de isolamento. Vale ressaltar que a pandemia não é a responsável por esse aumento, ela aparece como uma potencializadora, revelando assim uma estruturação social que se mostra muito presente: onde o homem é colocado como sendo superior a figura feminina. Esse contexto atual nos alerta assim, enfaticamente, do perigo que é vivenciado diariamente por milhares de mulheres ao redor do mundo.

Desse modo, faz-se importante, ainda, que novos estudos sejam realizados dentro dessa perspectiva, objetivando perceber as relações de violência que tem como principal marcador o gênero feminino e traçando possíveis saídas para esse cenário.

REFERÊNCIAS

ARBOIT, J. *et al.* Violência doméstica contra mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de. Scielo, [s. l.], 2018. DOI 10.1590/S0104-12902018169293. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2018.v27n2/506-517/pt/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

DEUBA, K. *et al.* Experience of intimate partner violence among young pregnant women in urban slums of Kathmandu Valley, Nepal: a qualitative study. **BMC women's health**, v. 16, p. 11, mar. 2016. DOI: <https://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12905-016-0293-7>. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4779579/>. Acesso em: 04 ago. 2020.

ECHEVERRIA, J.; OLIVEIRA, M.; ERTHAL, R. Violência doméstica e trabalho: percepções de mulheres assistidas em um Centro de Atendimento à Mulher. Scielo, [s. l.],

2017. DOI 10.1590/0103-11042017S202. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v41nspe2/0103-1104-sdeb-41-spe2-0013.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

ESTADÃO CONTEÚDO. Violência contra a mulher aumenta em meio à pandemia; denúncias ao 180 sobem 40%. [S. l.], 1 jun. 2020. Disponível em:
<https://www.istoedinheiro.com.br/violencia-contra-a-mulher-aumenta-em-meio-a-pandemia-denuncias-ao-180-sobem-40/>. Acesso em: 2 set. 2020.

HOU, F. *et al.* Using confirmatory factor analysis to explore associated factors of intimate partner violence in a sample of Chinese rural women: a cross-sectional study. **BMJ open**, v. 8, n. 2, p. e019465, fev. 2018. DOI: <https://bmjopen.bmj.com/content/8/2/e019465>. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5829947/>. Acesso em: 04 ago. 2020.

IBGE. Desocupação, renda, afastamentos, trabalho remoto e outros efeitos da pandemia no trabalho. [s. l.], agosto, 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Acesso em: 15 set. 2020.

KABIR, R. *et al.* Domestic violence and decision-making power of married women in Myanmar: analysis of a nationally representative sample. **Annals of Saudi medicine**, v. 39, n. 6, p. 395–402, 2019. DOI: <https://www.annsaudimed.net/doi/10.5144/0256-4947.2019.395>. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6894457/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *In*: Violência praticada por parceiro íntimo afeta até 60% das mulheres em alguns países das Américas. [S. l.], 7 dez. 2018. Disponível em:
<https://nacoesunidas.org/violencia-praticada-por-parceiro-intimo-afeta-ate-60-das-mulheres-em-alguns-paises-das-americas/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

NETTO, L. *et al.* Isolamento de mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: uma condição em redes sociais. Scielo, [s. l.], 2017. DOI 10.5935/1414-8145.20170007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ean/v21n1/1414-8145-ean-21-01-e20170007.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *In*: Folha informativa - Violência contra as mulheres. [S. l.], 2017. Disponível em:
https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820. Acesso em: 11 ago. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº LEI Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e

Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 18 ago. 2020.

SANZ-BARBERO, B.; BARÓN, N.; VIVES-CASES, C. Prevalence, associated factors and health impact of intimate partner violence against women in different life stages. **PloS one**, v. 14, n. 10, p. e0221049, 2019. DOI:

<https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0221049>. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6784976/>. Acesso em: 06 ago. 2020.

SEMAHEGN, A. *et al.* Are interventions focused on gender-norms effective in preventing domestic violence against women in low and lower-middle income countries? A systematic review and meta-analysis. **Reproductive health**, v. 16, n. 1, p. 93, jul. 2019. DOI:

<https://reproductive-health-journal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12978-019-0726-5>. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6604322/>. Acesso em: 08 ago. 2020.

WINTER, S. C.; OBARA, L. M.; MCMAHON, S. Intimate partner violence: A key correlate of women's physical and mental health in informal settlements in Nairobi, Kenya. **PloS one**, v. 15, n. 4, p. e0230894, 2020. DOI:

<https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0230894>. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7117691/>. Acesso em: 08 ago. 2020.



A PEDAGOGIA DOS PADRES APOSTÓLICOS

Geovani José da Silva¹

Pedro Vítor Fernandes Damião²

RESUMO

A educação do homem para a vida, desde os primórdios do mundo grego, passando pelo legado helênico, fruto da fusão das culturas grega e romana, vão resultar em um modo de entender e formar os sujeitos para a vida em sociedade. Esse princípio não é de todo diferente da proposta educativa cristã. Já em Jesus de Nazaré é possível identificar uma perspectiva pedagógica para a constituição do homem, como também em seus primeiros seguidores: os Apóstolos. Porém, com o advento de novos seguidores, vindos de diferentes formações humanas e culturais, é que a proposta educativa cristã toma forma com as instruções catequéticas dos *Santos Padres* e seus escritos. Para isto, este estudo procura investigar o que compreende o ensino dos *Padres Apostólicos*, bem como conhece-los e compreender sua pedagogia e a relação que há entre o ensino (conteúdo do ensino) e a sucessão apostólica.

Palavras-chave: Padres Apostólicos. Ensino. Catequese. Doutrina.

CONSIDERAÇÕES INICIAS

Na busca de refletir sobre a pedagogia dos *Padres Apostólicos*, alguns elementos precisam essencialmente serem levando em consideração. Primeiro, embora o objetivo desse estudo seja examinar a sua pedagogia, o contexto em que se desenvolve esse processo de formação não ocorreu nos moldes comuns da atualidade.

¹ Licenciado em Letras Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Mossoró/RN e bacharelado do curso de Teologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN. E-mail: geovani.j@hotmail.com

² Licenciando do curso de Filosofia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Mossoró/RN e bacharelado do curso de Teologia da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN, Mossoró/RN – Email: pedrovito.pv48@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/8457362572537415>

Os *Padres Apostólicos* não tinham uma escola para desenvolver seu fazer pedagógico, ao contrário, desenvolverem métodos e recursos para facilitar o processo de ensino/aprendizagem fora desse ambiente, na vida cotidiana. De acordo com o estudioso Ruy Afonso de Costa Nunes em sua obra “História da educação na antiguidade cristã” (2018) a base educacional grega era tanto o contexto como também o governo que cooperou para educação dos primeiros cristãos.

No modelo de educação grega e no cristianismo a família é a base primordial da formação. Considerando que até o Edito de Milão em 313 d. C. o cristianismo nascente não possuía liberdade de culto, assim, tanto os encontros semanais para oração como também a catequese, não tinham, oficialmente, uma instituição que, com liberdade, fortalecesse esta prática. Desse modo, ter a família como a “instituição” primeira, que junto aos diáconos e episcopos formavam as crianças, e os adultos que aderissem à fé, possibilitou que o cristianismo resistisse as perseguições e crescesse progressivamente.

Junto a família, os diáconos e episcopos eram aqueles que fomentaram a catequese dos cristãos. Sabe-se disto tomando por base a Tradição pela qual temos acesso aos escritos dos *Padres Apostólicos* que foram discípulos dos os primeiros aderirem a Jesus – os apóstolos.

Pensando nesse processo formativo que os primeiros cristãos tiveram, se verifica como se desenvolveu a compreensão dos sujeitos sociais na lógica de adesão e seguimento a pessoa de Jesus, tomando por paradigma sua vida e seus ensinamentos transmitidos pelos que com ele conviveram. Como alicerce para este estudo toma-se Nunes (2018), as catequese do Papa Bento XVI sobre os *Santos Padres*, publicadas pela editora Paulus em 2012; como também a obra “Patrologia: vida, obras e doutrina dos Padres da Igreja” dos estudiosos Berthold Altaner e Alfred Stuiber (1988).

Para o desenvolver deste estudo de natureza qualitativa, pelo qual buscamos compreender e explicar a pedagogia dos *Padres Apostólicos*, usamos como o método de pesquisa dedutiva, e partimos da catequese acontecida nos tempos primeiros, do nascente cristianismo e, refletimos sobre como está ação mediante escritos deste período e seu papel pedagógico categorizaram o perfil do sujeito social nesse período. Em vista do afinamento desta pesquisa usa como método de procedimento o histórico-comparativo, pelo qual busca-se

situar o contexto dos *Padres Apostólicos* e a relação desta ação pedagógica mediante e formação comum da época.

Por fim, através da técnica bibliográfica pela qual encontramos os próprios textos dos *Santos Padres* do primeiro século da era cristã, como também, os comentadores deste texto e acerca do contexto deste período.

Em detrimento da pesquisa elucidada-se a discussão sobre pedagogia dos *Padres Apostólicos* em dois pontos. O primeiro que consiste nas instruções pedagógicas nos escritos primitivos para a formação do ser social/comunitário e, o segundo a constituição do ser cristão nos Padres Apostólicos. Segue as considerações finais que visão apresentar, em via de síntese, o denso conteúdo produzido por esses homens nos primórdios da Igreja.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 AS INSTRUÇÕES PEDAGÓGICAS NOS ESCRITOS PRIMITIVOS PARA A FORMAÇÃO DO SER SOCIAL/COMUNITÁRIO

Ao se estudar os escritos primitivos, tomando por base as considerações de Nunes (2018), não são poucos os ensinamentos presentes. Primeiro, é preciso partir do princípio que no período de escrita ainda não havia acontecido a consolidação e estruturação do cristianismo como temos atualmente. Segundo a formação dos primeiros cristãos era baseada no ensino dos diáconos, episcopos e principalmente pela família, no entanto não havia uma estrutura escolar própria, as crianças continuavam a frequentar educação grega.

Dessa maneira, refletiremos nesse primeiro momento sobre a Didaqué e a segunda parte da Carta a Barnabé, O pastor de Hermas que são escritos antiquíssimos em relação a tradição cristã, pelos quais se tem acesso ensinamentos que iluminam a caminhada e discipulado dos cristãos.

1.1.1 A Didaqué e a carta a Barnabé

Conforme Frangiotti (1995), no mosteiro em 1873, Mons. Feleo Bryemos encontrou na biblioteca um rolo datado de 1056, que tinha vários manuscritos entre eles a Didaqué ou Ensino dos doze apóstolos. Esse escrito conforme Frangiotti (1995), é um conjunto de orientações que possuem forte conotação moral em que se orienta sobre jejum, oração, o batismo, celebração da eucaristia e organização da comunidade.

Quanto ao lugar e autoria, embora muito se tenha especulado ao longo do tempo, não se tem uma unanimidade quanto a estes dados, no entanto, pelo conteúdo encontrado no escrito acredita-se que seja do fim do século I.

Por outro lado, a carta de Barnabé, embora seja uma carta, este escrito não atende as exigências importantes deste gênero, não possui data, nem local do remetente. A carta foi atrelada a Barnabé através de Clemente de Alexandria e reforçada Orígenes e foi tida como inspirada, no entanto, Jeronimo e Eusébio desconsideraram e ela saiu dos livros inspirados.

Dentre os ensinamentos dos dois escritos dois se destacam, a simbologia dos dois caminhos e especificamente na Didaqué as instruções sobre a vivência comunitária. O texto da Didaqué apresenta o caminho da vida e o caminho da morte, na carta de Barnabé o caminho da luz e caminho da treva. Estes caminhos apresentam possibilidades ao leitor, escolher que caminho deseja prosseguir.

Dessa maneira, sugestivamente é necessário que se escolha um caminho, afinal, não há como caminhar em dois caminhos ao mesmo tempo. Para os cristãos, a escolha é clara, não há outro caminho senão a vida. Ao se decidir pelo caminho da vida/luz, antes de tudo o Senhor é reconhecido em seu “lugar de direito”, isto é, como centro da vida cristã, conseqüentemente cultivando o amor e temor a Ele.

O ponto de partida do caminho da vida/luz é o amor, todos aqueles que aderem e experimentam este princípio fundamental de Deus é marcado pela gratuidade e radicalidade. Marcado pela gratuidade ao momento em que o objetivo de quem ama, é amar, não é uma busca de troca ou recompensa, logo, não se ama apenas quem gosta, mas se ama todos independentemente de quais forem os outros sentimentos oriundos das relações já estabelecidos. E radicalmente por ser uma decisão convicta em que entrega total/incondicional que pode chegar até as últimas conseqüências – entregar a vida

Já o caminho da morte/trevas de acordo com Frangiotti (1995), é percorrido por aquele que se afastam de Deus e do princípio fundamental, conseqüentemente não estando sob o temor do Senhor, eles não cultivam a justiça, pelo contrário, são inimigos da verdade e a mentira. Para além disto, por não reconhecerem Deus como centro, eles se colocam no centro – autossuficientes, cultivando assim, a escravidão e a morte.

Ao refletir sobre os caminhos, os que aderem ao caminho da vida/luz naturalmente passam a viver como comunidade. Dessa maneira, assumir a vivência comunitária tem como princípio compreender que o Pai é um, e todos são filhos Dele e assim devem viver. Como também, conforme instrui a Didaqué 4, 2 “procure estar todos os dias na companhia dos fiéis, para encontrar apoio nas palavras deles”, buscar viver na companhia uns dos outros é uma maneira de perseverar, de permanecer atento e vigilante no seguimento de Cristo Jesus. Confirmando também a centralidade do caminho da vida, por viverem tendo o amor como centro, os cristãos não vivem mais para si mesmos, mas em função do outro – a ponto de entregar até mesmo sua vida.

Para a vivência em comunidade a Didaqué orienta a perseverar nas orações que levando em consideração todo o escrito são as comunitárias, mas alargando o sentido também pode ser com relação as orações pessoais, as esmolas que são uma maneira efetiva de ajudar o próximo. Além das orações e esmolas, o escrito orienta para que haja também as correções pelas quais se pode cultivar da paz.

1.1.2 Pastor de Hermas

Os escritos intitulados por Pastor de Hermas é o mais recente do período apostólico Conforme Frangiotti (1995), datado de por volta de 150 d. C. esse texto foi considerado por um tempo inspirado e depois foi contestado. Quanto ao título, ele recebe que representa um pastor de Hermas, contudo não se sabe ao certo quem é este sujeito, e também não é uma discussão vindoura, contudo, por este texto ser tratados não como autobiográfico, mas como literário, logo, as personagens não necessariamente precisam ser pessoas reais.

O texto apresenta 5 visões, 12 mandamentos e 10 parábolas. Dentre estes elementos apresentados na narrativa a mensagem central de toda a obra de acordo com Frangiotti (1995),

também é moral. O escrito apresenta um meio para aqueles que mesmo após a adesão ao seguimento ainda não se desvencilharam da vida antiga, ainda vivem presos a pecados.

No desenlace das visões há pequeno recorte que materializa textualmente a tese central do escrito. Na terceira visão 10,2 diz "tu desejas sentar à direita com eles, mas teus defeitos são numerosos. Deverás ser purificado de teus defeitos, e todos aqueles que não tiverem duvidado serão purificados de todos os seus pecados cometidos até hoje."

Tomando por base o recorte da terceira visão, a instrução dada pela senhora que o pastor conversava, revelam que a conduta e feitos do pastor se estiverem fora ensinamentos do Senhor precisam ser purificados, ou seja, livra-se de todo aprisionamento e consequência que detém o pecado.

Em uma perspectiva semelhante entre os mandamentos, o 5º, 7º, 12º³ encontramos uma evocação quanto discernimento e caminhar do pastor e de sua comunidade. Partindo do sétimo, encontra-se a necessidade de está em conformidade com os mandamentos, isto é, a maneira de continuar vivendo a comunhão com Deus e também com a comunidade. Para viver está comunhão os mandamentos 5º e 12º exortam sobre buscar prudência e a paciência pela qual deve cultivar o bem e deixar de lado o mau, agindo assim, de maneira justa.

De maneira, análoga nas parábolas se encontra uma mensagem que é encontrada nas visões e nos mandamentos. Na sexta parábola 6,6 c diz "quando fazem penitência, as obras más que praticaram lhes entram no coração e então eles glorificam a Deus, porque é juiz justo e porque cada um sofreu justamente por suas próprias ações."

Conforme a 6º parábola, a penitencia é recurso pelo qual se pode romper com as obras más, logo romper com o mal e voltar-se para o centro que é unicamente Deus. Além da grande riqueza que este recorte traz para a obra é também aqui que se encontra textualmente a palavra que resume central mensagem trazida no escrito pastor de Hermas.

Seja nas visões, mandamentos ou parábolas centralmente a mensagem trazida por Hermas de acordo com Frangiotti (1995), é mesmo após já ter sido batizado, aqueles que falharem ainda

³ Os respectivos mencionados são o 5º "Sê paciente e prudente, e domina rás todas as ações más e realizarás toda a justiça"; o 7º "Teme o Senhor e guarda seus mandamentos" e o 12º "Arranca de ti todo mau desejo, e reveste-te do desejo bom e santo".

assim possuem o direito/possibilidade do perdão, assim, possuem a oportunidade de continuar, ou melhor de começar novamente.

1.2 A CONSTITUIÇÃO DO SER CRISTÃO NOS *PADRES APOSTÓLICOS*

Jesus na sua ascensão transmite aos discípulos a missão de anunciar o reino de Deus. Eles realizam o mandato de seu mestre ensinando à todas as criaturas a Boa-Notícia do Evangelho (cf. Mt 28, 18; Mc 16, 19). Todavia, segundo Afonso Nunes (2018), os Apóstolos não foram responsáveis pela fundação de Escolas ou espaços educativos. Eles ensinavam em praças, templos ou casas onde havia abertura à sua pregação, sempre fazendo recomendações quanto à vida, como por exemplo a obediência dos filhos às orientações dos pais (há um exemplo desse imperativo no capítulo seis da carta aos Efésios: “filhos, obedeei aos vossos pais, no Senhor, pois isto é justo” (Ef 6,1)).

Passado o período de atuação dos Apóstolos, através da sucessão, coube àqueles que conviveram e receberam deles a missão apostólica, o encargo de dar continuidade a missão de Jesus de anunciar a Boa-Nova à todas as criaturas. Esses homens que sucederam imediatamente o grupo dos 12, são conhecidos de *Padres Apostólicos*. Eles “foram mestres cristãos, discípulos dos Apóstolos, que do fim do primeiro ao início do segundo século redigiram em grego os documentos mais antigos da Igreja, após o Novo Testamento” (NUNES, 2018)⁴.

Foi em Antioquia onde, pela primeira vez, os seguidores de Jesus foram chamados de “cristãos” (cf. At 11, 26). É la onde ensinamento catequético-pedagógico se faz presente com a colaboração de diversos ministérios à serviço do povo. Entre esses ministérios estavam os de profetas e doutores que anunciavam a palavra de Deus (cf. At 13, 1-5). O professor Afonso Nunes (2018) reforça que a presença de diversos ministérios na Igreja⁵, desde o início,

⁴ Cf. também Altaner e Stuiher (1988, p. 53): “os escritos cristãos mais antigos após o NT [...] são cartas que, além de atenderem às circunstâncias imediatas e ao próprio destinatário, haviam de servir à instrução e exortação de outras comunidades, sendo, por essa razão, transmitidas e colecionadas. [...] seus autores procuram mostrar aos fiéis, em termos despretensiosos, a importância da salvação manifestada em Cristo, e fortalecer-lhes a esperança na volta do Senhor”.

⁵ “E aqueles que Deus estabeleceu na Igreja são, em primeiro lugar, apóstolos, em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, Doutores... Vêm a seguir, os dons dos milagres, das curas, da assistência, do governo e o de falar diversas línguas” (1Cor 12, 28).



possibilitou que o processo evangelizador e, conseqüentemente, o processo educativo dos novos “cristãos” acontecesse.

Os escritos destes padres são como um elo intermediário entre a “era apostólica, ou seja, entre os escritos neotestamentários e as obras cristãs ulteriores” (ALTANER e STUIBER, 1988, p. 53). Segundo o texto “Teologia hoje: perspectivas, princípios e critérios”, da Comissão Teológica Internacional, eles foram responsáveis por manter viva a Tradição da Igreja, Tradição esta que consiste na Sagrada Escritura, no culto litúrgico, na atenção aos testemunhos da fé, aos ensinamentos dos Apóstolos no decorrer do tempo⁶. Em síntese, o conteúdo do método catequético dos doze que está presente nos *Santos Padres* do período conhecido como apostólico (século I e início do séc. II da era cristã).

É a fé professada na comunhão do Espírito⁷, desde os tempos mais antigos, que todos dão testemunho pessoal da sua fé em Jesus Cristo, mas foram os “Credos” responsáveis pela profissão de fé da Igreja como um todo, permitindo à mesma conservar o ensinamento dos Apóstolos⁸ transmitido pelos seus sucessores, os *Santos Padres*.

1.2.1 Clemente de Roma

Clemente, conforme conta nos escritos antigos de Eusébio de Cesária, Irineu e Tertuliano, papel importante na Igreja primitiva. Porém, conservou-se apenas um escrito cujo a autoria não é questionada pelos estudiosos: a carta aos coríntios. A Epístola de São Clemente, como também é chamada a *Carta aos coríntios*, “foi escrita nos últimos anos de império de Domiciano (cerca de 96) e já citada na Carta de São Policarpo” (ALTANER e STUIBER, 1988, p. 55). O motivo da escrita desta carta se deve a existência de conflitos na Igreja particular de Coríntio entre os *presbíteros* (o modo geral como Clemente se refere aos Bispos e aos diáconos

⁶ Cf. Teologia Hoje, n. 26.

⁷ “O Cristianismo apresenta-se entre os homens como a revelação de verdades sobrenaturais que o próprio Deus lhes fez por intermédio de seu divino Filho Jesus Cristo, achando-se a humanidade entenebrecida pelo erro e ferida pela corrupção moral. Não é uma filosofia, pois não resulta das reflexões humanas e do poder intelectual que distingue o homem dos animais irracionais. Todavia, o Cristianismo contém uma concepção da vida e do destino humano, concepção garantida pela revelação divina” (NUNES, 2018, p. 34).

⁸ Cf. Teologia Hoje, n. 13.



no texto) e alguns membros que se rebelaram contra a autoridade deles, impedindo-os assim, de assumirem sua função nos ofícios da comunidade.

Segundo o Papa Bento XVI (2012), à carta de Clemente foi atribuído o caráter canônico, como aponta o “arquivista das origens cristãs” Eusébio de Cesária, pois, segundo ele, esse texto era lido durante a reunião dos fiéis. A dificuldade na Igreja de Coríntio que motivou Clemente a enviar esta carta, se refere ao modo como a comunidade, nos seus membros mais jovens, subverteram a lógica hierárquica das funções na mesma. O objetivo do autor da carta é promover a concórdia e a paz entre os fiéis de Coríntio, recomendando que reconheçam a graça da salvação e do perdão do Senhor em seu amor através de um modo de agir comprometido com o anúncio da Salvação.

“A oportunidade imediata da carta oferece ao bispo de Roma a possibilidade de uma ampla intervenção sobre a identidade da Igreja e sobre sua missão”, afirma Bento XVI (2012, p. 11). Essa intervenção se evidencia no modo como a Igreja é apresentado no escrito; e, como se verifica em Coríntio contendas e dificuldades, Clemente atribui ao “enfraquecimento da caridade e das outras virtudes cristãs indispensáveis” (BENTO XVI, 2012, p. 11) a existência de conflitos nessa comunidade. A isso, o autor da carta diz:

[...] vejamos quais são os caminhos da bênção. Retomemos os acontecimentos desde o começo. Por qual motivo nosso pai Abraão foi abençoado, senão por ter praticado a justiça e a verdade pela fé? Isaac se deixou voluntariamente conduzir confiante para o sacrifício, porque conhecia o futuro. 'Com humildade, Jacó deixou sua terra por causa do irmão, foi para junto de Labão e o serviu; e lhe foram dados os doze cetros de Israel. (CLEMENTE, 31, 1-4)⁹

É, portanto, como indica o trecho, por meio da observação das virtudes, que os fiéis trilham os caminhos da paz e da concórdia como comunidade dos eleitos: pois, segundo o autor, a Igreja é chamada a ser uma porção santa (separada), praticando tudo o que a santidade exige¹⁰. Para Clemente, a Igreja é o corpo de Cristo, e como tal, repleta de membros diferenciados por causa das funções específicas, não deve ser confundida como “hierarquia valorativa”, não se

⁹ PADRES APOSTÓLICOS, 1995, p. 45

¹⁰ Cf. PADRES APOSTÓLICOS, 1995, p. 44

trata de uma realidade onde há um grupo superior a outro, mas uma harmonia de ministérios que são necessários uns aos outros, como acontece a um organismo humano:

Os grandes não podem existir sem os pequenos, nem os pequenos sem os grandes; em tudo há certa mistura, e nisso há uma necessidade. Tomemos o nosso corpo: a cabeça não é nada sem os pés, nem os pés sem a cabeça; os menores membros do nosso corpo são necessários e úteis ao corpo inteiro, mas todos convivem e têm subordinação mútua para a saúde do corpo inteiro. (CLEMENTE, 37, 4-5)¹¹

“Clemente ressalta que a Igreja possui uma estrutura sacramental” e não política, e, claramente, “representa, desde o século I, a solicitude da Igreja de Roma, que preside na caridade todas as outras Igrejas” (BENTO XVI, 2012, p. 13). O autor ainda trata de outros temas relevantes a sua doutrina, mas em linhas gerais, para atender ao objetivo desta pesquisa, estes parágrafos demonstram o objetivo central deste escrito patrístico, um dos mais antigos que chegaram a atualidade, que expressa o cuidado dos sucessores dos Apóstolos em educar, exortar e conduzir os discípulos de Jesus a viverem santamente, desenvolvendo uma compreensão de sujeito que atenda às necessidades da Igreja de todos os tempos e lugares.

1.2.2 Inácio de Antioquia

Inácio foi bispo de Antioquia, um dos grandes centros teológicos dos primeiros séculos da era cristã, ao lado de Alexandria e Roma (BENTO XVI, 2012). Ele foi levado, durante o reinado de Trajano, da Síria a Roma, para ser dilacerado por feras (ALTANER e STUIBER, 1988, p. 57). Foi durante essa viagem para Roma que ele escreveu sete cartas. Quatro delas são escritas em Esmirna e três em Trôade. De Esmirna, Inácio dirigiu cartas a três Igrejas, as de Éfeso, Magnésia Trales, na Ásia Menor, retribuir as saudações enviadas por delegações desses lugares durante sua peregrinação rumo ao martírio (*ibid.*).

Depois ele escreveu aos romanos pedindo que não interessem ao imperador para libertá-lo. Em Trôade, Inácio recebeu a notícia de que havia terminado a perseguição em Antioquia; e por isso escreve a Policarpo e às comunidades de Filadélfia e de Esmirna, pedindo

¹¹ PADRES APOSTÓLICOS, 1995, p. 50

que fossem enviadas felicitações aos fiéis de Antioquia pelo restabelecimento da paz naquela localidade. Segundo Altaner e Stuiber (1988), as Cartas de Inácio (sete cartas ao todo) foram editadas e ampliadas no ano 380 d. C., acrescentando ao número original, outros textos. No entanto,

A autenticidade das sete Cartas é bem comprovada. São Policarpo já menciona, em sua epístola, cartas de santo Inácio, dizendo: "Seu conteúdo é de fé, de paciência e ainda de grande edificação a respeito de nosso Senhor". Tal característica quadra perfeita mente com as cartas que possuímos. Testemunham também em seu favor Irineu, Orígenes e Eusébio. O estilo das epístolas é de infalível originalidade: um estranho amálgama de vigor, arte retórica e ausência de forma. Uma personalidade profundamente religiosa aí nos fala, vibrante de um apaixonado amor místico a Cristo e repleta de anelos pelo martírio. (ALTANER e STUIBER, 1988, p. 58)

Eusébio de Cesária, na História Eclesiástica, afirma que Inácio, enquanto peregrinava da Ásia a Roma rumo ao martírio, animava as Igrejas por onde passava¹², lhes enviando cartas com exortações e colóquios. As cartas escritas pelo bispo de Antioquia refletem a influência do pensamento paulino e joanino e possuem uma estrutura comum, formada por uma saudação; seguida de algum elogio às qualidades da comunidade; recomendações ou orientação, aspecto importante da catequese patrística do primeiro século; concluindo com uma saudação final (PADRES APOSTÓLICOS, 1995).

Um tema central que perpassa as sete cartas é a união, entendida enquanto relação da pessoa com Deus, com Cristo, com o bispo e entre os irmãos (os cristãos), e é “esta união viva onde Inácio alimenta o desejo ardente de imitar o Cristo em paciência até à morte, o martírio” (*ibid*, 1995, p. 43). O martírio é um outro tema frequente nos escritos deste Padre, sobretudo na carta aos Romanos, na qual Inácio pede para que não façam nada para impedi-lo de chegar ao martírio: “Deixai-me ser o pasto das feras” (Rom 4,1). Mas o grande tema de suas cartas é mesmo o da unidade, pois, como ele mesmo afirma:

Tendo todos essa unidade de sentimentos que vem de Deus, respeitai-vos mutuamente. Que ninguém olhe o seu próximo segundo a carne, mas amai-vos uns aos outros em Jesus Cristo. Que não haja nada entre vós que vos possa dividir, mas

¹² Cf. HE, III, 36,1-4

uni-vos ao bispo e aos chefes como sinal e ensinamento de incorruptibilidade. (INÁCIO, Magn, 6,2)

Esta unidade com Deus, com Cristo e com os irmãos se manifesta na unidade com o bispo. “Enquanto em documentos anteriores encontram-se ora um colégio de anciãos (presbíteros), ora uma hierarquia com dois colégios, bispos e diáconos, como responsáveis pelas comunidades, as cartas de Inácio são as primeiras testemunhas da hierarquia em três graus: bispos, presbíteros e diáconos” (PADRES APOSTÓLICOS, 1995, p. 44). Inácio exalta sobretudo o bispo. Estes são vigários de Deus. Os cristãos devem fazer tudo sob “a presidência do bispo, que ocupa o lugar de Deus” (Magn, 6,1; 3,1). Pois, “assim como o Senhor nada fez, nem por si mesmo nem por meio de seus apóstolos, sem o Pai, com o qual ele é um, também vós não façais nada sem o bispo e os presbíteros” (Magn, 7,1). Assim, o bispo é o mestre responsável pelos fiéis.

1.2.3 Policarpo de Esmirna

Os dados sobre a vida de Policarpo, antes do seu pastoreio na Igreja de Esmirna, são desconhecidos, porém, é provável que ele tenha escrito várias cartas destinadas a diversas comunidades. No entanto, se conservou apenas uma, endereçada aos filipenses (PADRES APOSTÓLICOS, 1995, p. 72). É possível que a comunidade de Filipos tenha pedido a Policarpo cópias das cartas de Inácio de Antioquia, ele enviou algumas e anexou uma carta pessoal. Nela, Policarpo exorta os filipenses sobre a verdadeira doutrina fundada na sua fé em Jesus Cristo e em comunhão de irmão:

Irmãos, não é por mim mesmo que vos escrevo essas coisas sobre a justiça, mas porque vós mesmos o pedistes a mim. De fato, nem eu, nem qualquer outro como eu pode se aproximar da sabedoria do bem-aventurado e glorioso Paulo. Ele, estando entre vós, falando pessoalmente aos homens de então, ensinou com exatidão e força a palavra da verdade e depois de partir, vos escreveu cartas. Se as lerdes atentamente, podereis edificar-vos na fé que vos foi dada. (POLICARPO, Fili, 3, 1-2)

Feita esta ponderação sobre a observância da doutrina pregada por Paulo, Policarpo apresenta uma séria de recomendações. A primeira delas referente ao perigo do amor ao

dinheiro, pois ele reconhece nele “o princípio de todos os males” (Fili, 4,1); na sequência admoesta os esposos quanto ao seu proceder, orientando para a necessidade das esposas caminharem na fé, no amor, na pureza, “tratando carinhosamente os maridos com toda fidelidade, amando também os outros toda a castidade, e educando os filhos no temor de Deus” (*ibid.* 4,2). Policarpo ainda orienta o agir das viúvas, dos diáconos, dos jovens e dos presbitérios, exortando-os a serem fiéis fé abraçada na pessoa de Jesus. Aos presbíteros ele diz:

[...] sejam compassivos, misericordiosos para com todos. Tragam de volta os desgarrados, visitem todos os doentes, não descuidem a viúva, o órfão e o pobre, mas sejam sempre solícitos no bem diante de Deus e dos homens. Abstenham-se de toda cólera, acepção de pessoas, julgamento injusto, mantenham-se distantes do amor ao dinheiro, não creiam com muita pressa em qualquer um; não sejam severos no julgamento, sabendo que todos nós somos devedores do pecado. [...]. Sejam zelosos no bem, evitando os escândalos, os falsos irmãos e aqueles que, levando hipocritamente o nome do Senhor, enganam os homens vazios. (POLICARPO, Fili, 6,1-3)

Como visto, a carta está repleta de exortações sobre a verdadeira fé e os valores da caridade, o dever de orar, a necessidade de se abster de todo tipo de paixões que não tenham como finalidade o seguimento de Jesus e a fidelidade à doutrina transmitida pelos apóstolos que confirmam a comunidade na verdadeira fé em Cristo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os *Santos Padres*, eram, antes de tudo, pastores, não educadores de profissão. Exerciam seu *múnus* de orientação dos fiéis, se preocupando com a constituição de discípulos àqueles que abraçavam a fé no Filho de Deus.

Na busca por investigar o que compreende o ensino dos Padres Apostólicos, encerramos o estudo com três considerações. Em primeiro lugar, é evidente o singular papel dos escritos e Padres Apostólicos no que diz respeito a formação da comunidade cristã nascente. É graças ao desempenho deles que a comunidade cristã pode ser formada e aqueles que aderiam a Cristo puderam ser acolhidos e catequizados.

Neste processo de formação destaca-se a segunda consideração, no período dos padres apostólicos ainda não se havia consolidado cânon do Novo Testamento, assim, é pela ação

deles, dos Diáconos e Episcopos que a Palavra se manteve viva e acessível à comunidade e aqueles que desejam-lhe associar-se.

E por fim, se ressalta a nobreza da sucessão apostólica. Foi através da sucessão que os Apóstolos “passaram” a fé aos Padres Apostólicos e estes também fizeram com seus discípulos e assim, dois séculos depois a Igreja permanece no propósito primeiro que é anunciar a Cristo Jesus, e seu projeto salvífico.

REFERÊNCIAS

ALTANER, Berthold, STUIBER, Alfred. **Patrologia**: vida, obras e doutrina dos Padres da Igreja. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1988.

BENTO XVI. **Os padres da Igreja**: de Clemente Romano a Agostinho. São Paulo: Paulus, 2013.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **Teologia hoje**: perspectivas, princípios e critérios. Brasília: Edições CNBB, 2012.

DROBNER, HR. **Manual de Patrologia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação na Antiguidade Cristã**. Campinas, SP: Kírion, 2018.

PADRES APOSTÓLICOS. **Coleção Patrística**. São Paulo: Paulus, 1995.



A PEDAGOGIA TEOLÓGICA DE AGOSTINHO: a educação cristã e o método de ensino

Max Bruno Damasceno¹

Charles Lamartine de Sousa Freitas²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender o ideal de formação do ser humano para Santo Agostinho considerando os princípios teológicos e pedagógicos que influenciam o seu pensamento na constituição de um verdadeiro e próprio projeto educativo. A metodologia da pesquisa, quanto a sua investigação científica, assume um aporte teórico de natureza bibliográfica, histórica e, necessariamente, qualitativa, uma vez que considera a subjetividade do tempo e dos sujeitos nele implicados. A pesquisa está desenvolvida em duas seções. Na primeira seção é-nos apresentada a educação cristã, esta que não é abordada de modo direto em seu construto intelectual, mas o seu fazer filosófico e teológico exalam a expressão clara de uma teoria da educação que pode ser como um novo olhar pedagógico no qual as temáticas voltadas para a catequese do povo compõem uma verdadeira realidade *didaskálica*. Na segunda seção abordaremos a metodologia do ensino do hiponense, que se dá por algumas vias: pela importância da linguagem, pelo conhecimento amplo das disciplinas clássicas, pela capacidade de memorização e pela valorização da história individual e coletiva de cada sujeito. Consideramos, portanto, que Aurélio Agostinho foi um homem para além de seu tempo e que seu itinerário intelectual deixou um grande legado, marcando, de forma profunda, não somente

¹ Licenciado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) - Campus Central Mossoró/RN. Bacharelado em Teologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FCRN). E-mail: max_damasceno@live.com.

² Graduado em Teologia pelo *Ateneo Pontificio Regina Apostolorum* - Roma/Itália e em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Metodologia e Docência do Ensino Superior pela Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ). Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana - Roma/Itália. Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na área de Filosofia e História da Educação. É Professor e Diretor Geral da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FCRN). E-mail: charles.lamartine@gmail.com.



no campo epistemológico e gnosiológico, mas, em seu amor a Deus e à Igreja, a história e o tempo ao reconhecer a necessidade de uma educação que o comprometa cada vez mais com a evolução da cidade de Deus e dos homens.

Palavras-chave: Santo Agostinho. Teologia. Pedagogia. Educação cristã. Metodologia.

ABSTRACT

This article aims to understand the ideal of human formation for Saint Augustine considering the theological and pedagogical principles that influence his thinking in the constitution of a true and proper educational project. The research methodology, regarding its scientific investigation, assumes a theoretical contribution of a bibliographical, historical and, necessarily, qualitative nature, since it considers the subjectivity of time and the subjects involved in it. The research is developed in two sections. In the first section we are introduced to Christian education, which is not directly addressed in its intellectual construct, but its philosophical and theological work exude a clear expression of a theory of education that can be like a new pedagogical look in which the themes aimed at the catechesis of the people make up a true didaskalic reality. In the second section, we will approach the methodology of teaching the Hyponensus, which takes place in a number of ways: due to the importance of language, extensive knowledge of classical disciplines, the ability to memorize and the appreciation of the individual and collective history of each subject. We consider, therefore, that Aurélio Agostinho was a man beyond his time and that his intellectual itinerary left a great legacy, marking, in a profound way, not only in the epistemological and gnosiological field, but in his love for God and the Church, history and time by recognizing the need for an education that commits it more and more to the evolution of the city of God and of men.

Keywords: St. Augustine. Theology. Pedagogy. Christian education. Methodology.

INTRODUÇÃO

O fazer pedagógico de Santo Agostinho tinha um itinerário a ser seguido, uma proposta educativa que foi elaborada com o intuito do cristão se tornar, pela erudição, um novo homem, uma nova criatura. Assim, o hiponense trilha um caminho que perpassa toda a sua vida e obra.

A teologia de Santo Agostinho ganha um caráter pedagógico a partir do momento em que ele dedica a sua vida em favor do ensino do homem. No século V, com a queda do Império Romano, a Igreja Católica tornou-se a grande educadora dos povos; em especial, no Ocidente, na qual o hiponense vivia o seu ministério.

Educar as pessoas era, antes de qualquer coisa, torná-las conhecedoras da Verdade Divina e, para conhecer esta verdade, era necessário o conhecimento das Sagradas Escrituras. Para isso, Santo Agostinho, em sua *paideia* cristã, favorece a instrução do povo enxergando três aspectos: o valor do homem, a educação cristã e o método do ensino.

Para nos ajudar neste contexto, este artigo está dividido em duas seções. Na primeira seção, iremos enxergar a educação cristã proposta pelo hiponense sob um novo olhar pedagógico, a partir do qual iremos nos aprofundar no que diz Santo Agostinho em suas obras. Diante de tantas, escolhemos três: *De magistro* ou *O mestre* (389), *De doctrina christiana* ou *A doutrina cristã* (397-427) e *De libero arbítrio* ou *O livre-arbítrio* (387-395). Estas obras são verdadeiros manuais da educação cristã para Santo Agostinho.

Já na segunda e última seção, vamos ver quais as estratégias metodológicas de Santo Agostinho para aplicar a educação cristã na prática, ou seja, a prática do ensino. Considerando, principalmente, a importância e a adoção do *Trivium* e do *Quadrivium* para uma educação completa; a importância da linguagem na comunicação; as estratégias metodológicas a partir da memória e da história como parceiras da educação. Disto isso, vamos mergulhar nesse fazer pedagógico do Bispo de Hipona e entender os seus objetivos.

1 A EDUCAÇÃO CRISTÃ SOB UM NOVO OLHAR PEDAGÓGICO



As bases educacionais e pedagógicas que Santo Agostinho assume em todo o seu itinerário formativo vem de uma educação cristã³ comprometida e focada, na qual fora educado por sua mãe, Santa Mônica, que em sua infância e juventude aprendeu muito sobre retórica, oratória e filosofia. Quando o hiponense faz do cristianismo a sua opção de vida, por amor a Deus e à Igreja, suas palavras e seus escritos começam a ecoar como uma brisa suave em meio ao rebanho que ele apascentava, enquanto Bispo de Hipona. Assim:

Santo Agostinho alcançava a sociedade por meio de seus sermões, os quais, fundamentados na técnica da retórica que tanto conhecia, além de primar pela beleza, tinham a intenção didática de difundir as idéias cristãs entre romanos e demais povos e convencê-los da necessidade do cristianismo para organizar a vida naquele momento em que a sociedade passava por tantas transformações e sofrimentos. Suas obras escritas cumpriam o mesmo papel. (PEINADO, 2010, p. 53)

No decorrer de sua trajetória, Santo Agostinho foi sendo exortado, primeiramente, pelas homilias do grande bispo de Milão, Santo Ambrósio – o próprio hiponense converteu-se e entendeu como era importante a verdadeira interpretação das Sagradas Escrituras à luz da fé e da razão. Segundo Peinado (2010) “[...] Agostinho abandonou a profissão de professor de retórica para divulgar as Sagradas Escrituras. Em seus livros estão expressas não apenas a concepção de educação cristã, mas também a orientação para a formação do cristão e para o que deveria ser ensinado.” (PEINADO, 2010, p. 50). Ainda nessa perspectiva, segundo Oliveira (2008), seu “ponto de partida é que o cristão se forma somente a partir do momento em que se converte à religião. Mais ainda, quando consegue entender e decodificar as mensagens contidas na sagrada escritura.” (OLIVEIRA, 2008, p. 06). Com isso, o Bispo de Hipona gastou muitos de seus dias para a elaboração de obras que pudessem, de certa forma, servir como um catecismo de instrução para o seu povo. Mas, antes de qualquer coisa:

Ao estudar a proposta educativa agostiniana, é necessário, em primeiro lugar, compreender o que o motivava a apontar caminhos ao homem daquele tempo. Santo

³ “[...] a expressão “educação cristã” é utilizada por São Clemente de Roma por volta do ano 96, antes, porém São Paulo, em suas epístolas, aconselhava os pais sobre a maneira de educar os filhos. Esse tema, portanto, representa uma das mais constantes preocupações do cristianismo. [...] na Igreja antiga, por educação entendia-se ‘essencialmente a educação religiosa, isto é, uma parte da iniciação dogmática’, ou seja, o ensino das verdades necessárias para a salvação e, por outra parte, da formação moral que era direcionada para a conduta que convém ao cristão.” (PEINADO, 2010, p. 55-56).



Agostinho viveu em um período no qual o Ocidente Europeu encontrava-se em desorganização, em função da crise política, econômica e social que o Império Romano estava passando e das invasões bárbaras que estavam acontecendo, o que acarretou em sua dissolução. Em função disso, o homem encontrava-se em conflito e foi a Igreja que assumiu a direção desse homem e da sociedade, visando atender às suas necessidades. (SOUZA, 2009, p. 2457)

Nas condições que a comunidade se encontrava, pelos danos que as invasões bárbaras causaram ao Império Romano, a Igreja foi a grande responsável por fazer com que o processo de ressocialização do homem ocorresse na sociedade. Desta forma, a instituição católica foi berço de catequese para guiar a vida moral e os bons costumes de seu povo. Peinado nos diz que o “cristianismo apresenta-se como uma ‘religião douta’ [...] e, nesse sentido, ocupa-se da educação cristã e do ensino de leitura inerente a ela, difundindo a cultura na qual foi formado.” (PEINADO, 2010, p. 50).

Santo Agostinho preocupa-se, demasiadamente, com o modelo estrutural da educação de seu povo. Como um bom retórico, ele se importa não somente com as palavras que são ditas e repassadas, mas com o sentido das mesmas. Qual o sentido, do ponto de vista da linguagem, que as palavras têm e quais os símbolos que elas carregam?

Para ele [...] as palavras ensinam somente palavras e quem apresenta alguma coisa aos sentidos ou à mente é que ensina realmente, pois é por meio deles que percebemos as coisas. Quando uma pessoa não vê a coisa de que se fala, pode ou não acreditar nas palavras. Já quando ela vê o que está sendo afirmado, ela aprende, mas esse aprendizado não se dá por meio das palavras, mas sim das próprias coisas que atingem seus sentidos. Com relação aos conhecimentos inteligíveis, que não se dão pelos sentidos, Santo Agostinho acredita que o indivíduo não os conhece por meio das palavras, mas pela contemplação que realiza do que Deus revelou pela iluminação divina, de modo que as palavras o capacita a enxergar em seu interior. (SOUZA, 2009, p. 2465)

Nesse sentido, a educação vai ganhando um outro olhar pedagógico, que é verdadeiramente o olhar de Jesus, o olhar cristão. Souza ainda nos explica que “[...] a educação é apresentada por Santo Agostinho como uma peregrinação do homem exterior ao homem interior, sendo que a partir dessa transformação o homem pode chegar à contemplação de Deus e, em consequência, desfrutar da felicidade eterna.” (SOUZA, 2009, p. 2467).

Assim, a verdadeira educação é aquela que leva o homem a olhar para dentro de si e ver que, a partir de seu movimento interior com Deus, ele pode chegar à verdadeira sapiência,

à verdadeira forma de aprender e de ensinar. Não é apenas um modelo educativo com didáticas pedagógicas que são tratadas de forma mecânica e sem nenhum robustecimento espiritual; faz-se necessário o próprio conhecimento, o homem conhecer-se a si mesmo, na valorização desta formação humana. Ainda, para aumentar esta explanação, Souza salienta que:

[...] para Santo Agostinho, os conhecimentos encontram-se na alma do homem, o discípulo não chega a verdade por meio das palavras que são ditas por seus mestres, mas sim por uma contemplação que realiza da verdade interior, que é possibilitada por Deus. O papel das palavras, dessa maneira, não é ensinar, mas trazer à lembrança do homem alguma experiência prévia e oferecer meios para que ele enxergue o conhecimento que já se encontra em seu interior. (SOUZA, 2009, p. 2465)

Neste ponto, vimos a grande semelhança entre as lembranças, apresentadas por Santo Agostinho, e a da doutrina das reminiscências de Platão. O hiponense resgata de seu mestre da filosofia antiga grega aquilo que tem de melhor e o que faz sentido para o seu pensar. Como Santo Agostinho já é conhecido como o cristianizador do pensamento platônico, é necessário falar da grande importância desta influência no quesito da educação, quando falamos do poder das lembranças no processo educacional.

Souza (2009) afirma que, para Santo Agostinho, as lembranças trazem uma bagagem de experiências contidas no seu interior e que, ao invés de buscar sempre aquilo que está externo, é necessário adentrar no “eu” interior e enxergar o conhecimento que lá já está.

Importava, para o hiponense, que o homem tivesse uma vasta sabedoria e conhecimento, principalmente, como vimos, das Sagradas Escrituras. Desta forma, era exigido do homem que ele permanecesse em constante formação em todas as áreas do conhecimento.

Santo Agostinho é um homem para além de seu tempo, ele consegue exprimir a realidade de forma tão real e próxima que o que ele fala e escreve se converte em manual de vida para todos até hoje. Ele fala com muita propriedade a partir de seu lugar de fala, ou seja, do lugar de fala de um apaixonado pela Igreja e sua Doutrina de Fé, mas ele não esquece de que, para ser um bom cristão, convertido na fé católica e que busca com muito anseio pela santificação do corpo e da alma, o homem deve ter não apenas conhecimento das Sagradas Escrituras, mas de toda a matemática, música, letras, conhecimento de línguas, como nos antecipou Souza (2009) acima. Completando este pensamento, Peinado (2010) aponta que:

Encontrando a sublimidade no cristianismo, ele fez desse conteúdo [...] a essência de sua proposta de educação, mas, ao mesmo tempo, contemplou nela as diferentes áreas do conhecimento como pré-requisitos para a formação do leitor das Escrituras. Tal proposta para a educação, em consequência de sua difusão entre os povos, tornou-se se proposta educativa para a sociedade naquele momento. (PEINADO, 2010, p. 52)

Dessa maneira, “[...] com seu trabalho, sua dedicação ao estudo das Sagradas Escrituras, à produção escrita de seus sermões e tratados que escreveu, Agostinho delineou a educação medieval, deixando seu legado para a humanidade.” (PEINADO, 2010, p. 53). Faz-se importante salientar que:

Entendemos que a construção de uma proposta pedagógica não ocorre de maneira linear, é construída nos embates e nos desafios que as condições históricas e até adversas impõem. Assim, levando em consideração as condições históricas em que as obras desse autor foram escritas, podemos imaginar as dificuldades enfrentadas na tarefa a que ele se propôs. Tratava-se, afinal, de ensinar as “verdades” das Escrituras não apenas aos romanos, mas também aos povos nômades, muitos dos quais não conheciam a cultura escrita. (PEINADO, 2010, pp. 54-55)

Santo Agostinho tinha uma missão universal, uma visão que buscava a universalidade assim como a sua Igreja. Ele se preocupava com a humanidade como um todo, não apenas na parte individual (importante, pois cada indivíduo é protagonista no seu processo de ensino-aprendizagem) mas, também, com todo o conjunto, com o todo.

Temos a clareza de que o pensamento do hiponense é um reflexo direto de sua vida. A obra de Santo Agostinho é revestida de sua experiência com Deus e com a Igreja e a sua fala, portanto, vem de forma autobiográfica, o que nos chama a atenção para o amor presente em toda a sua escrita cheia de convicção e em tudo que falava. A prática educativa é robustecida pela fé e pela sua experiência.

Ao pensar a ação de Santo Agostinho, identificamos na sua dedicação esse aspecto que o cristianismo trouxe intrínseco, o ensino que Jesus, o Mestre, atribuiu aos seus discípulos ao conferir-lhes a responsabilidade da difusão dos seus ensinamentos ordenando: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado” cf. (Mt, 28:19-20a). (PEINADO, 2010, p. 56)



Com este ensinamento de Jesus Cristo, o Grande Mestre, Santo Agostinho dedica sua vida à escrita de textos que sinalizam uma direção para trilhar o caminho cristão. Ele escreveu muitas obras, mas vamos nos deter, neste ponto, em três delas: *O mestre*; *A doutrina cristã*; *O Livre-arbítrio*. Essas “obras assumiram um cunho educacional, na medida em que tinham como objetivo ensinar os homens a entender e praticar o cristianismo.” (PEINADO, 2010, p. 51).

Com esta responsabilidade, de exortar as pessoas a bem entender e praticar o fazer cristão, a Igreja era, como vimos, a responsável por esta instrução e Santo Agostinho, em ricas e sábias obras, vai nos exortar a como viver a vida através da procura pela santidade, conversão e busca pelo Sagrado. Desta forma, vamos explanar, de forma breve e sucinta, a grande contribuição de Santo Agostinho nessas três obras, para que a educação cristã tomasse um rumo diferente, sob um novo olhar pedagógico.

Santo Agostinho dedicou uma de suas obras, exclusivamente, à educação, como nos apresenta Nunes (2018): “[...] conhecido como *De Magistro*, no qual afirma que a fé é o apanágio do homem e que a Igreja é a grande educadora das almas.” (NUNES, 2018, p. 79). Nesta obra, chamada *O mestre*, em um diálogo com o seu filho, Adeodato, fala da importância da linguagem e do símbolo para se chegar à verdade infundida dentro das palavras e defende que o grão-mestre de toda a sabedoria é Jesus Cristo. Neste intuito:

Santo Agostinho afirma que, quando os discípulos escutam as palavras dos mestres, voltam-se para seu interior e aprendem. Como não há tempo entre a audição e a cognição, eles acreditam que aprendem em função da fala do mestre exterior. Entretanto, mestre e discípulo encontram-se na condição de ensinado, já que o verdadeiro mestre é a Verdade, comum a ambos que, ao instruí-los igualmente, faz com que concordem. (SOUZA, 2009, p. 2466)

O próprio mestre interior, como afirma Santo Agostinho no *De magistro*, é o próprio Jesus. Desta forma, “[...] Cristo que, como se diz, habita no homem interior, isto é, a virtude incomutável de Deus e a eterna Sabedoria, que toda alma racional consulta, mas que se revela a cada alma o quanto esta possa abranger a função da sua própria boa ou má vontade.” (AGOSTINHO, 2008, p. 407)⁴.

⁴ AGOSTINHO, O mestre, cap. XI, § 38.

Vê-se que Santo agostinho preza muito pela liberdade do homem de escolher aquilo que quer. A liberdade é algo crucial (que vamos ver com mais profundidade quando tratarmos do *Livre-arbítrio*) para que o homem possa caminhar com mais profundidade para o seu mundo interior e resgatar-se do pecado e da morte, através da educação dada pela Igreja de Cristo, propondo sempre a conversão e a busca da santificação. Por isso, existe a necessidade de mestres exteriores, que compreendam bem a ação humana na realidade e em seu contexto antropológico.

O papel desse mestre é diferente, pois ele, o mestre, “[...] não transmite o que sabe aos discípulos, mas tem o papel de estimulá-los e os provocar para que se voltem para seu interior.” (SOUZA, 2009, p. 2466). É dentro de cada um que reside a capacidade de se reinventar todos os dias.

Santo Agostinho segue à risca os passos do Mestre Jesus, que dava os direcionamentos a seus discípulos através de parábolas (ensinamentos) e que fazia com que os mesmos procurassem, dentro de si mesmos, os significados e os significantes que os ajudassem a entender essa ou aquela mensagem – e, vale lembrando, tratava-se de uma mensagem cheia de amor, paz, justiça e misericórdia. Portanto:

[...] a educação agostiniana vê em Cristo o Mestre da Verdade, pois é ele quem verdadeiramente ensina. O mestre terreno, nesse processo, tem o papel de estimular, através de suas palavras, seus discípulos a se voltarem para seu interior, para que ali, em sua alma, possam encontrar o conhecimento que já possuem de modo infuso, graças a iluminação de Deus. (SOUZA, 2009, p. 2467)

Desta maneira, pode-se dizer que este mestre exterior seria aquele que é capaz de guiar o homem para o encontro com o mestre interior, o próprio Jesus. Nesse caso, é uma forma de mediador do conhecimento, sendo, assim, um grande educador para as almas aflitas que necessitavam de encontrar o conhecimento da verdade plena, da caridade, da justiça e da paz, para, também, guiar sua vida perante a moralidade do ser cristão.

Portanto, mesmo “que para Santo Agostinho o verdadeiro mestre seja o Mestre Interior – Deus -, o mestre terreno tem um papel importante, pois favorece a ação divina e estimula seus discípulos a se voltarem para seu interior e ali buscar o conhecimento.” (SOUZA, 2009, p.

2466), o conhecimento que se torna acessível porque Jesus revelou aos homens a face misericordiosa do Pai – por isso, o verdadeiro conhecimento se encontra em Deus.

Terminada esta explanação de forma sucinta do *De magristo*, vamos partir para outra obra riquíssima e de grande valia para a catequese cristã que é *A doutrina cristã*. Peinado coloca de forma muito dinâmica que “*A Doutrina Cristã*, segundo a historiografia, tornou-se um manual para a formação cultural cristã.” (PEINADO, 2010, p. 56). Isso se dá devido à grande amplitude catequética que a obra alcança em sua proposta valiosa de uma autêntica educação cristã. Então:

Em *A Doutrina Cristã*, Santo Agostinho expôs sua concepção de educação cristã e, focalizando a importância da compreensão das Escrituras, discorreu sobre o conhecimento de Deus, como Deus Trino, Ser inefável, vivo, soberano, excelente, imutável e sábio. Alertando que seu objetivo é expor “a maneira de descobrir o que é para ser entendido”, divide a obra em quatro livros: o primeiro contém os fundamentos da doutrina cristã, podendo ser entendido como aquele em que os conteúdos e os fins da educação cristã estão expostos claramente; nos demais ele se dedica aos problemas de interpretação e de transmissão desses conteúdos. (PEINADO, 2010, p. 58)

Esta obra tão significativa de Santo Agostinho faz apontamentos para uma educação cristã completa, que, como afirmava Peinado (2010), vai desde o conhecimento puro de Deus até o conhecimento de si mesmo como criatura Dele. Para esta plena ciência do Pai Eterno, era necessário o pleno saber das Sagradas Escrituras, fonte viva de revelação plena.

O grande objetivo de Santo Agostinho, ao escrever *A doutrina cristã*, era que todos pudessem estar em contato com a Bíblia de forma coerente e que entendessem o que estava contido no sentido das palavras ali escritas. Neste caso, o próprio hiponense destaca esta grande importância do contato físico, espiritual e íntimo com a Palavra de Deus:

Tendo então adquirido certa familiaridade com a linguagem das divinas Escrituras, devemos prosseguir examinando as passagens obscuras em vista de as esclarecer e explicar. Chega-se lá tomando exemplos de textos mais claros. [...] Em todo esse trabalho, a memória é de grande valor, pois, se ela faltar, não serão os preceitos que a poderão despertar. (AGOSTINHO, 2002, pp. 98-99)⁵

⁵ AGOSTINHO, A doutrina cristã, Liv. II, cap. 9, § 14.

A familiaridade com as Escrituras só era possível se o sujeito soubesse ler e compreender as línguas antigas nas quais elas foram escritas. Assim, pode-se ver que a educação cristã não compreendia apenas a intimidade divina através das Escrituras, mas era preciso que o homem fosse completo e estudasse: os números (para poder entender a numerologia bíblica); os espaços (para compreender os lugares onde são narradas as Escrituras); as músicas e a poesia (para saber com profundidade os salmos e toda a literatura sapiencial), etc.

Foi pelo incentivo da Igreja Católica que o homem, especialmente no século V d.C., pôde ter uma educação completa baseada nos princípios cristãos – ousamos dizer, inclusive, que Santo Agostinho foi o grande pioneiro nessa práxis cristã a partir do fazer pedagógico, do fazer cristão.

Outros autores da literatura cristã antiga discutiam, em suas obras, sobre os modelos de uma educação cristã guiada pelo Mestre Jesus; mas ressaltamos a importância valiosa do hiponense, pois nele e com ele este modo de formação integral do homem cristão passou a ter uma conotação maior e uma densidade argumentativa inigualável. Por isso:

[...] Santo Agostinho confessa que o *De Doctrina Christiana* foi escrito com o objetivo de orientar os jovens quanto ao estudo da Sagrada Escritura, e sabemos que toda a obra do bispo de Hipona tem significado primariamente religioso e apostólico e, só por ricochete de idéias, alcance filosófico ou pedagógico. Tanto isso é verdade que, ao tratar da importância da eloquência para o orador cristão, observa Agostinho que a pessoa desejosa de estudar retórica deve tratar de arranjar tempo e um tipo de ensino adaptado à sua idade em lugar adequado, *extra istas litteras nostras*. (COSTA NUNES, 2018, pp. 238-239)

Como Costa Nunes (2018) bem apresenta, as palavras de Santo Agostinho tinham uma eloquência muito forte. A oratória do bispo de Hipona tinha uma grande amplitude. Em todo o seu acervo literário de autoria própria, ele descreve muito bem uma linguagem de amor à Igreja, portanto, de cunho eclesiológico. Dessa forma, por este sentimento tão profundo, o hiponense escreve de forma que contenha a verdadeira sabedoria que vem de Deus, com uma linguagem que todos possam tomar o conhecimento de seu sentido pleno e, por isso, fala de forma filosófica e pedagógica, usando esta didática.



A linguagem, como já acenamos, é a expressão da vida de uma pessoa que tem um significado muito forte no seu processo de amadurecimento espiritual, afetivo, comunitário, acadêmico, ou seja, é a linguagem a responsável de fazer com que a formação do homem cristão seja integral, pois é nela e através dela que o uso das palavras se evidencia e, pelas palavras, vem o sentido mais profundo expresso sobre o conhecimento de Deus. Ainda em *A doutrina cristã*, Santo Agostinho fala da grande importância do conhecimento das línguas para combater a ignorância de nós mesmos:

Para combater a ignorância dos signos próprios, o grande remédio é o conhecimento das línguas. Os conhecedores da língua latina, a quem pretendemos instruir neste momento, necessitam, para chegar a conhecer a fundo as divinas Escrituras, de duas outras línguas, a saber, o grego e o hebraico. Elas lhe permitirão recorrer aos exemplares mais antigos, no caso em que a infinita variedade das traduções latinas lhes traga alguma dúvida. [...] De fato, existem palavras de certas línguas que não podem ser traduzidas com significado adequado para outro idioma. Isso acontece sobretudo com as interjeições que exprimem mais movimento da alma do que parcela de pensamento racional. (AGOSTINHO, 2002, p. 100)⁶

Para que se possa entender o significado pleno daquilo que está escrito nas Sagradas Escrituras, faz-se necessário o correto uso da tradução, por isso o estudo das línguas latinas e, principalmente, do grego e do hebraico. Não basta apenas compreender o que se lê, mas mergulhar no mistério dos significados que cada palavra e que cada termo carrega. Por fim, conhecer a doutrina cristã é mais do que a prática de leitura da Bíblia, é adentrar em sua mistagogia, no ato de instruir para a prática cristã.

Pincelando um pouco sobre a grande e bonita obra *A doutrina cristã*, vamos entrar no terceiro e último livro de Santo Agostinho que escolhemos para falar sobre a educação cristã: adentramos, agora, em *O Livre-arbítrio*. “Na obra *O Livre-arbítrio*, por meio diálogo com Evódio, Agostinho discutiu a origem do mal moral, conceituou ‘o que seja proceder mal’, destacando a necessidade de se obter o conhecimento pela razão.” (PEINADO, 2010, p. 61). Nesse sentido, como destaca Peinado (2010), o conhecimento cristão é matéria de educação. Dessa forma, conclui-se que é “nítida, nessa obra, a preocupação deste autor quanto à necessidade do conhecimento pela razão.” (PEINADO, 2010, p. 61).

⁶ AGOSTINHO, A doutrina cristã, Liv. II, cap. 11, § 16.

No *O Livre-arbítrio*, Santo Agostinho defende a luta do homem contra o pecado para se chegar à conversão e à plena santificação, não de forma repetitiva, mas para enfatizar aquilo no que o nosso teólogo patrístico, Doutor da Igreja, acredita e o que relaciona com um verdadeiro formato de vida cristã, através da integral formação do homem. Desta maneira:

Para Agostinho a razão deveria dominar as ações do homem. Mediante a valorização da razão humana, segundo este autor, o homem não seguiria o destino, ele escolheria as ações que deveria praticar. Desse modo, definiu o sábio como o homem que vive sob o domínio da razão e traçou um paralelo dizendo que ao insensato falta-lhe esse domínio. O ideal de homem para Agostinho, o sábio: aquele que não seria dominado pela paixão, antes, suas ações estariam submetidas ao domínio da mente, da razão. O autor relacionou ainda a sabedoria com a vida feliz, dizendo que a boa vontade seria um meio para se alcançar a sabedoria. O uso da vontade e da liberdade poderia tornar a mente cúmplice da paixão. No entanto, ao definir a boa vontade como a vontade pela qual se desejava viver com retidão e honestidade, para atingir a sabedoria, Agostinho exortou ao exercício das virtudes: da prudência, da força, da temperança e da justiça para que se alcançar a sabedoria e a vida feliz. (PEINADO, 2010, p. 62)

Santo Agostinho, em alguns momentos, parece negar a humanidade do sujeito e de seus desejos como parte integrante de sua vida. Ele separa, claramente, o exercício da razão para os sábios e, para os pecadores, a entrega total do corpo aos desejos e inclinações sensíveis. O hiponense não consegue enxergar a plenitude e finitude do homem fazendo parte dos desejos. Em matéria de educação, isso servia para que as pessoas pudessem usar de sua liberdade e autonomia com o intuito de levar a si mesmo à santificação.

Para viver bem toda a sua vida, somente um homem inclinado à sabedoria divina seria capaz de desvendar a graça de Deus sobre ele: denomina “sábio a quem a verdade manda assim ser chamado. Isto é, aquele cuja vida está pacificada pela total submissão das paixões ao domínio da mente.” (AGOSTINHO, 1995, p. 30)⁷.

Ademais, segundo Peinado (2010): “No livre-arbítrio consistia a possibilidade de pecar, porém sem a livre vontade o homem não poderia optar por viver retamente. Agostinho valorizou, desse modo, a ação voluntária que permite ao homem a escolha de suas ações.” (PEINADO, 2010, p. 63). Assim, temos a clara concepção da liberdade dada por Deus a cada

⁷ AGOSTINHO, O livre-arbítrio, Liv. I, cap. 9, § 19.

sujeito. Temos, voluntariamente, a vida em nossas mãos, escolhemos como viver e como nos conduzir. Temos a direção que queremos tomar.

Santo Agostinho reforça que o homem pode, sim, conduzir o seu caminho; mas ele deixa claro todas as consequências que surgem através de nossas decisões. Como apontado por ele, é necessário assumirmos o compromisso a partir da boa vontade do homem. Aqui, encontramos um trecho da obra em que o Bispo fala, justamente, do pecado e por quais caminhos ele pode nos levar:

Tínhamo-nos proposto de procurar a definição do que seja cometer o mal (*malefacere*) (cf. I,3,6). Foi nesse intento que dissemos tudo o que precede até aqui. Em consequência, agora é o momento de examinarmos com cuidado se cometer o mal é outra coisa do que menosprezar e considerarmos os bens eternos — bens dos quais a alma goza por si mesma e atinge também por si mesma, e aos quais não pode perder, caso os ame de verdade, e ir em busca dos bens temporais, como se fossem grandes e admiráveis. Bens esses, experimentados com o corpo, a parte menos nobre do homem, e que nada têm de seguro. Para mim, todas as más ações, isto é, nossos pecados podem estar incluídos nessa única categoria. Espero que me dê a conhecer o teu parecer a esse respeito. (AGOSTINHO, 1995, p. 41)⁸

Aqui “[...] a discussão sobre o pecado assume caráter regulador para a educação da sociedade, pois as decisões quanto à prática do bem ou do mal deveriam ser pautadas pelo ensino cristão e [...] desprezá-lo seria menosprezar os bens eternos e afastar-se das coisas divinas.” (PEINADO, 2010, p. 62). Como bem nos mostra Peinado (2010), é pela educação cristã que se dá o ensino daquilo que, por exemplo, é bem e do que é mal é uma rica instrução para todos aqueles que são catecúmenos – como o próprio Santo Agostinho também escreveu um livro apenas para essa instrução.

Vale salientar que, para o hiponense. “[...] as condições para o exercício do livre-arbítrio estavam no ensino. O ensino sobre a boa vontade, em concordância com a formação do cristão, seria a base para se modelar as atitudes do indivíduo.” (PEINADO, 2010, p. 65). Modelando as atitudes do sujeito, daquele que quer ser fiel, por liberdade e boa vontade, à Igreja Católica, é necessário que ele se predisponha a tudo o que seja necessário para a conversão diária e, no dia do juízo final, santificação plena, como nos apresenta o Bispo de Hipona.

⁸ AGOSTINHO, O livre-arbítrio, Liv. I, cap. 16, § 34.

Nesse quesito, observamos que Santo Agostinho faz um trabalho primoroso com o intuito de salvar as almas perdidas no pecado para Deus e isso se deve a sua maestria na educação cristã, dando um novo olhar pedagógico ao fazer cristão. Lembremo-nos que o hiponense vivia no século V, marcado por grandes tumultos na história da Igreja, com a queda do Império Romano, e era a Igreja a grande responsável pela instrução das pessoas.

Portanto, finalizamos esse quesito mostrando, segundo Peinado (2010), que “[...] no livre-arbítrio [...] incide a condição humana de escolher o bem pela livre ação da vontade e essa escolha ocorreria mediante a ação que procede de uma concepção de educação cristã.” (PEINADO, 2010, p. 64). Ou seja:

É a vontade pela qual desejamos viver com retidão e honestidade, para atingirmos o cume da sabedoria. Considera agora, se não desejas levar uma vida reta e honesta, ou se não queres ardentemente te tornar sábio. Ou pelo menos, se ousarias negar que temos a boa vontade, ao quisermos essas coisas. (AGOSTINHO, 1995, p. 34)⁹

No trecho citado, Santo Agostinho fala, claramente, que é pelo exercício da boa vontade que se escolhe as coisas para a vida. A responsabilidade é inteiramente do sujeito que decide sobre si, mas, como falamos em algumas páginas atrás sobre o Mestre interior, que é Jesus, também se foi falado que era necessário um mestre exterior, que ajudasse o sujeito a seguir em busca do conhecimento de sua interioridade. Nesse formato, temos a clareza que o educador passa a ser um facilitador da vida de um homem, pois ele esclarece e encaminha o sujeito para o caminho do bem, guiando seus passos para longe do pecado e da morte, para longe tudo que seja mau.

Na próxima seção, vamos ver como Santo Agostinho colocou em prática toda essa base da educação cristã por meio de sua metodologia de ensino. Veremos quais eram as principais estratégias didáticas que o hiponense utilizava e porque essa metodologia faz toda a diferença na obra agostiniana, nas quais o Bispo de Hipona escreve para exortar a todos, por meio da educação cristã, autêntica e verdadeira.

2 A METODOLOGIA DO ENSINO DE SANTO AGOSTINHO

⁹ AGOSTINHO, O livre-arbítrio, Liv. I, cap. 12, § 25.

Compreender a abordagem cristã da educação em Santo Agostinho é de fundamental importância para entender a sua práxis cristã através do ato de ensinar a todos, como exortou o Mestre Jesus. Para isso, necessitamos saber a origem e qual o significado da palavra “método”:

Etimologicamente, entendemos o significado da palavra “método” como o caminho que se usa para chegar-se a um destino (fim). As diversas ciências, com os seus respectivos pesquisadores, sempre fazem uso de suas vias buscando a conclusão dos fatos. Agostinho, em sua qualidade de grande estudioso, desenvolveu as suas especulações seguindo sempre um caminho metodológico e isso é o que de fato constatamos em suas amplas argumentações teológicas. (FREITAS, 2012, p. 31)

Sendo assim, Santo Agostinho trilhou um caminho metodológico que apontava para a educação cristã, guiando, assim, toda a sua teologia e aquilo no que acreditava. Dessa forma, “[...] o método teológico do Doutor de Hipona foi, antes de tudo, o da autoridade: ele encontrava na potestade da fé o suporte e o impulso do seu pensamento, servindo esse sentimento até mesmo como estímulo para sua busca filosófica.” (FREITAS, 2012, p. 31).

A autoridade de Santo Agostinho não é revestida de poder e majestade, mas de humildade intelectual e força espiritual. Foi pela *via fidei* que o hiponense seguiu para chegar à conversão e levar os seus aprendizes, também, por este caminho. Segundo Freitas (2012):

A legitimidade da fé deveu-se ao fato dessa derivar da autoridade divina do próprio Cristo, sua fonte única, firme, suma e verdadeira. Estando ela, portanto, no centro de sua teologia, Agostinho buscou afirmar o seu valor gnosiológico e a sua compreensão intelectual (*intellectus fidei*), evitando interpretá-la como um simples ato de crer. (FREITAS, 2012, pp. 31-32)

Dessa forma, podemos inferir que a “relação entre Fé e Igreja é muito profunda no pensamento teológico de Agostinho.” (FREITAS, 2012, p. 32). Por ser um grande amante da Igreja e viver em um momento crítico da educação (século V d.C.), ele põe todo o seu conhecimento a serviço da instrução de seu povo, com a oportunidade de ensinar a todos através de suas grandes contribuições em obras, palavras e ações.

Segundo Peinado (2010): “O percurso formativo e a vida de dedicação aos estudos proporcionaram a Agostinho a condição de pensar que a formação do cristão passaria pela

necessidade do conhecimento de leitura e de escrita.” (PEINADO, 2010, p. 72). Sem estas, infelizmente, não poderia haver um aprendizado coerente – uma vez que, lembremo-nos, a principal fonte de instrução era as Sagradas Escrituras. Assim, percebemos que Santo Agostinho:

[...] transmitiu seu conhecimento por meio de seus escritos, livros, cartas, diálogos e sermões, de modo que seu exemplo permaneceu nas Igrejas em que seus discípulos eram os responsáveis, pois esses também tinham a responsabilidade de formar outros cristãos. Suas reflexões sobre o ensino ultrapassaram o âmbito de uma simples proposição e se tornaram práxis educativa. (PEINADO, 2010, p. 71)

Como nos apresenta Costa Nunes (1979), “o próprio Santo Agostinho [...] dedicou-se ao ensino, educando os clérigos em sua residência, proporcionando-lhes o conhecimento e formação religiosa. [...] quando bispo, educava os clérigos na sua residência, onde eram instruídos e recebiam alimentação e roupa.” (COSTA NUNES, 1979, p. 108).

Aqui temos uma rica e importante informação: o Bispo, como o primeiro educador em sua Diocese, é o primeiro responsável pela reta instrução de seu clero. Desta maneira, Santo Agostinho não poupa esforços de que a formação presbiteral seja completa, ou seja, para que a formação integral do homem cristão seja edificada na Sagrada Escritura e na Igreja.

Assim como os padres eram educados pelos seus bispos, podemos nos perguntar: como era o processo de ensino-aprendizagem do povo? Da mesma forma que existia, dentro da residência episcopal, a “escola” para os clérigos, existiam, nas comunidades, as escolas episcopais e paroquiais que eram responsáveis por esta instrução e que tinham como objetivo, também, a formação dos futuros presbíteros:

As escolas paroquiais exerceram essa função formadora, elas funcionavam na igreja matriz da paróquia ou na casa paroquial, com o intuito de preparar os candidatos ao sacerdócio com instrução mínima necessária ao desempenho sacerdotal. A escola episcopal alojava-se na igreja catedral ou na residência do bispo. A igreja tornou-se a única educadora daqueles tempos, pois era a única instituição que tinha condições e meios para educar e instruir. (COSTA NUNES, 1979, p. 103)

Temos que dizer que Santo Agostinho investiu muito na educação do seu clero e de seu povo, e a metodologia por ele utilizada para educar era formidável, principalmente pelo

exercício de sua autoridade, dada pelo Mestre Jesus. Assim, “[...] a contribuição de Agostinho permaneceu pela proposição de um ensino que contemplava não somente a formação ideológica religiosa, mas os conhecimentos produzidos pela humanidade.” (PEINADO, 2010, pp. 71-72).

Dessa maneira, ambicionamos, com muita ousadia, apresentar como está construída a metodologia do ensino de Santo Agostinho a partir de sua história, obras, ensinamentos e memórias; a adoção do *Trivium* e *Quadrivium*; a grande importância da linguagem no processo educativo; e o uso de estratégias didáticas.

Como nos lembra Peinado (2010), Santo Agostinho trabalha com a *paideia* cristã, ou seja, com a formação integral do homem cristão e, para isso, o ensino não poderia ser de apenas uma área do conhecimento. Como o seu grande alvo era o aprendizado para a total formação em redescobrir o significado das Sagradas Escrituras, o hiponense pensa que o seu primeiro artifício seria a adoção do “[...] *Trivium* e do *Quadrivium* como necessários para a compreensão e divulgação das Escrituras.” (PEINADO, 2010, p. 72). Portanto:

Para Santo Agostinho, a compreensão das Escrituras pelo estudioso pressupõe o saber ler e escrever e também o conhecimento do *Trivium* e do *Quadrivium*. O *Trivium*, composto pelas disciplinas: gramática, dialética e retórica, é um conjunto de conhecimentos que abrange desde a forma da escrita, o significado das palavras, a lógica do pensamento até ao uso da linguagem que deveria ser escolhida para comunicar e ensinar o que se compreendeu. Esta linguagem, segundo a perspectiva da retórica, obedece a formas de estilo, a métodos para se alcançar o fim desejado – a comunicação, ou seja, o ensino. (PEINADO, 2010, p. 72)

Para uma formação completa, Santo Agostinho reitera a importância do conhecimento do *Trivium* e do *Quadrivium*. Inicialmente, cada uma delas compõe um conjunto de disciplinas. Peinado (2010), na citação acima, nos mostrou que faz parte do *Trivium*: a gramática, dialética e retórica.

Em *A Doutrina Cristã*, o hiponense reforça a grande importância dessas disciplinas como guias do nosso raciocínio: “A ciência do raciocínio é de muitíssimo valor para penetrar e resolver toda espécie de dificuldades que se apresentam nos Livros santos. Só se há de evitar o desejo de discussões (*libido rixandi*) e certa ostentação pueril de enganar o adversário.” (AGOSTINHO, 2002, p. 133)¹⁰.

¹⁰ AGOSTINHO, A doutrina cristã, Liv. II, cap. 32, § 48.

Peinado (2010) reforça que as “disciplinas do *Trivium* [...] constituíam [...] um instrumento para se chegar a conclusões lógicas ou ilógicas, verdadeiras ou falsas. Essa forma de raciocínio, esse conhecimento, deveria ser utilizado no exame das Escrituras.” (PEINADO, 2010, p. 73).

Sem a total compreensão das disciplinas do *Trivium*, não era possível compreender este raciocínio lógico que permitiria aos estudantes a capacidade de inferir e deduzir premissas que os permitissem concluir a extrema verdade acerca de toda a sabedoria bíblica. Por isso, “[...] o *Trivium*, como parte do ensino e da aprendizagem do cristão, tinha a função de formar seu pensamento por meio da ciência do raciocínio e esclarecer os diferentes aspectos da linguagem, os quais lhe abririam a possibilidade de interpretar as escrituras.” (PEINADO, 2010, p. 74).

Santo Agostinho lutou, veementemente, contra várias heresias de seu tempo, principalmente: o maniqueísmo, o donatismo e o pelagianismo. Foi com o auxílio do forte conhecimento da lógica, da dialética e da retórica que o hiponense combateu, grande força e autoridade, os falsos argumentos que estas heresias defendiam.

Além das disciplinas do *Trivium*, temos o *Quadrivium*. Ainda segundo Peinado, “[...] para Agostinho, os conhecimentos que compunham as disciplinas do *Quadrivium* eram pré-requisitos à formação do cristão.” (PEINADO, 2010, p. 75). De acordo com o mesmo autor:

[...] são os conhecimentos do *Quadrivium*, que consistem num conjunto de conhecimentos objetivos e abstratos de aritmética, geometria, música e astronomia, os quais também eram úteis, segundo Santo Agostinho, à compreensão das expressões referentes a essas artes utilizadas nas Escrituras como objeto de comparações a fim de alcançar o entendimento das coisas espirituais e, conseqüentemente, a rejeição das ficções supersticiosas. (PEINADO, 2010, p. 74)

Para um bom ensino e aprendizado das Sagradas Escrituras, fazia-se necessário, também, o conhecimento das disciplinas que compunham o *Quadrivium* – que, de acordo com Peinado (2010) eram: a aritmética, a geometria, a música e a astronomia. Por isso, para Santo Agostinho, “[...] a leitura, a matemática, a natureza, a música, o conhecimento das línguas e a memória tornam-se condição primeira para a conversão do cristão.” (OLIVEIRA, 2008, p. 06). Por razão que:

O cristão deve ser antes de tudo um ser que consegue entender e interpretar os escritos sagrados pelo conhecimento e não somente pela fé. O cristão também deve entender as relações sociais de cada tempo presente vivido pelos homens, pois são elas que imprimem os signos do conhecimento. É exatamente por isso que o autor chama a atenção para as mudanças que ocorrem de uma dada sociedade para outra. (OLIVEIRA, 2008, p. 12)

De acordo com Oliveira (2008), o cristão deve compreender a fé não somente a partir dos textos sagrados, mas também pela sua vivência cristã na sociedade, para entender a complexidade dos tempos, dos espaços vividos e da construção humana que vai se formando a cada momento. O contexto histórico e social é de suma importância para se ter o real conhecimento das ações dos indivíduos em cada época.

Portanto, como nos mostra Peinado (2010), “[...] a proposição agostiniana para a difusão do cristianismo passaria pelo conhecimento do *Trivium* e do *Quadrivium* [...]” (PEINADO, 2010, p. 76). Por isso que, para Santo Agostinho, os conhecimentos das disciplinas do *Trivium* e *Quadrivium* eram de necessidade urgente para a grande propagação da verdade cristã desvendada no sentido mais profundo das Sagradas Escrituras.

Para se ter uma reta educação cristã, porém, o ensino deveria ter uma linguagem adequada para a transmissão do conhecimento. Assim, temos por base que a “importância da linguagem decorre do fato de que é esse meio de comunicação humana que faz das Escrituras um modo de aproximação de Deus para com o homem: pelo que está expresso em suas obras, os homens podem atingir a inteligibilidade de Deus.” (PEINADO, 2010, pp. 78-79). Nesse quesito, é questionado que:

Uma das idéias que Agostinho discutiu é a necessidade de se ter claro o que pretende quando se fala, ou seja, o autor discutiu a questão da intencionalidade da linguagem (AGOSTINHO, *De Magistro*), detalhando a significação da palavra e enfatizando a necessidade de pensar no que queremos ensinar quando falamos. Ou seja, de seu ponto de vista, não se trata de ensinar apenas palavras, mas também o que elas significam, o conteúdo que elas transmitem e, por isso, ele discute também a questão dos signos. Na medida em que a linguagem estabelece a comunicação entre as pessoas, ele considerava que o conhecimento dos signos constituía-se em elemento potencial de aprendizagem. (PEINADO, 2010, p. 80)

Aqui a proposta de Santo Agostinho não era apenas de ensinar letras, música, geometria, aritmética, lógica e outras disciplinas, mas de que forma o educador vai transmitir a mensagem

para o seu real e comprometido ensino. Sob tal perspectiva, os signos são de inteira valia, pois eles dão um significado mais profundo quando aquilo que está por trás de cada palavra é desvelado.

Por isso que Santo Agostinho insiste tanto nesta importância da linguagem, pois esta “[...] é o principal instrumento de transmissão do conhecimento. Por meio dela, o ensino se efetivaria entre os indivíduos e se difundiria na sociedade.” (PEINADO, 2010, p. 79). Não é preciso apenas ouvir, é necessário entender.

As pessoas, em sua grande maioria, não tinham acesso direto às escolas paroquiais e episcopais, por isso não conseguiam se tornar eruditas; mostrava-se necessário o conhecimento pleno da linguagem para entender as informações, principalmente aquelas que vinham por meio das pregações. Segundo Horn (2006):

Agostinho dispõe de uma série de observações interessantes e modos de visão originais sobre o fenômeno da linguagem. A sua intenção, contudo, não reside no desenvolvimento de uma filosofia sistemática da linguagem. Ao fundo, encontra-se, antes, a sua pretensão teológica de comprovar a presença de uma realidade divina no nosso falar e pensar. Apesar desse interesse de conhecimento incomum, pode-se atestar a Agostinho que a sua ocupação com filosofia da linguagem alcança, nas diferentes fases biográficas, um nível absolutamente respeitável. Possuímos, primeiramente, um tratado juvenil com o título *De dialectica*, que se ocupa com algumas questões de filosofia da linguagem e de teoria dos sinais, e sabemos que existiu um tratado surgido simultaneamente, *De grammatica*, o qual, porém, já cedo se perdeu. (HORN, 2006, p. 06)

Através da importância da linguagem, Santo Agostinho elabora e utiliza estratégias didáticas como parte de sua metodologia de ensino. Assim, além “dessas questões teóricas a respeito da linguagem, o autor descreve várias estratégias de retórica, que poderiam ser utilizadas no ensino cristão.” (PEINADO, 2010, p. 84).

Ainda, temos o dado que “Santo Agostinho discutiu a validade didática e racional do recurso de se ensinar por meio de perguntas e respostas. Para ele, o simples fato de se falar e comunicar com alguém já é uma forma de ensino [...]” (PEINADO, 2010, p. 84). Portanto, em sua obra *O mestre*, logo no início de seu colóquio, Santo Agostinho fala com o seu filho, Adeodato, acerca da importância do ato de comunicar:

Agostinho. Que achas que almejamos quando falamos?

Adeodato. Pelo que me ocorre agora, pretendemos ensinar ou aprender.
Ag. Percebo uma dessas duas coisas e concordo, pois é claro que queremos ensinar quando falamos. Mas aprender? Como?
Ad. Não achas que é quando perguntamos?
Ag. Mesmo assim, entendo que não se trata de outra coisa senão que queremos ensinar. Pois desejo saber de ti se há alguma outra razão por que perguntas senão para ensinar o que desejas àquele a quem pergunta?
Ad. É verdade.
Ag. Nota, portanto, que com a linguagem não desejamos outra coisa senão ensinar.
 (AGOSTINHO, 2008, p. 359)¹¹

Através de perguntas provocativas, Santo Agostinho estimula seu filho a responder aos questionamentos acerca do objetivo que existe quando falamos, ou seja, sobre o objetivo da própria comunicação. Por fim, o hiponense destaca que, com a linguagem, não desejamos outra coisa senão ensinar, ou seja, “Agostinho tem a postura de quem aprende e ensina [...]” (PEINADO, 2010, p. 87).

O ensino é a atitude mais importante na vida de uma pessoa que se coloca como educador e, no caso de Santo Agostinho, educador de almas para Deus, por isso que, para ele, a “técnica do diálogo é uma forma de provocar uma relação entre quem ensina e quem aprende.” (PEINADO, 2010, p. 85).

Assim, o que é, afinal, o “aprender para Santo Agostinho? Peinado nos dá essa resposta afirmando que, para o hiponense, aprender “[...] era uma forma de se aproximar da sabedoria que, para ele, é Deus. E nisto consiste a função da retórica, que implica o conhecimento da linguagem, do sentido próprio e figurado das palavras, dos signos.” (PEINADO, 2010, p. 86).

Portanto, o método de ensino-aprendizagem em Santo Agostinho se dá em seu processo de evangelização. “À proposta de evangelização em Santo Agostinho era inerente a um trabalho de alfabetização. Sua idéia de disseminar o conhecimento das Escrituras pressupunha o ensino de leitura e escrita [...]” (PEINADO, 2010, p. 87).

Reiteramos, pois é preciso reiterar: Santo Agostinho é um homem para além de seu tempo. Ele não ignora a história que cada um traz consigo. Ele reconhece que cada sujeito tem uma experiência de vida diferente. Neste sentido, como parte de sua metodologia de ensino, o

¹¹ AGOSTINHO, O mestre, cap. I, § 1.

hiponense destaca a importância da memória e o processo de memorização e a história que é exaltada como parte do produto de formação integral do sujeito. Segundo Peinado:

Agostinho preparava os sermões de modo a viabilizar a memorização por parte dos ouvintes, mas também se dedicava a discutir teoricamente esse aspecto da mente humana. Lauand (1998) define a memória para Agostinho como a origem do pensar e do querer. Ela seria a base de todo o relacionamento do ser humano com a realidade, estabelecendo a possibilidade de compreender, de querer e de recordar. (PEINADO, 2010, p. 93)

Ainda segundo Peinado, a “função do sermão ultrapassava o seu aspecto puramente religioso. Propiciava, também, o desenvolvimento do pensamento abstrato e das funções cognitivas dos ouvintes. Memorizar os seus preceitos, por seu turno, era uma forma de desenvolver uma capacidade mental [...]” (PEINADO, 2010, p. 96).

Sendo assim, Santo Agostinho encontra outra forma importante de se chegar ao conhecimento das Sagradas Escrituras, desta vez pela capacidade de memorização. Peinado destaca, aqui, a importância da memória para aqueles que buscam a melhor compreensão da Palavra de Deus:

Esse aspecto do ensino e da memória merece ser destacado, pois Agostinho fez a defesa da necessidade do ensino para se compreender as Escrituras, para articular a mensagem a ser proferida, bem como da necessidade da mesma para aqueles que ouviam o pregador, para estes a função de aprender, de assimilar. (PEINADO, 2010, p. 94)

Destarte, se afirma que “[...] a memória seria relevante na construção do conhecimento das Escrituras, já que, na ausência de uma compreensão profunda de seu sentido, seria necessário confiar à memória as palavras das Escrituras.” (PEINADO, 2010, p. 95). Neste sentido, temos que lembrar que nem todas as pessoas tinham acesso à educação. Mesmo sendo intitulada como educação cristã, nem todos eram incluídos no processo educativo.

O Mestre Jesus educava, falava às multidões e perdoava os pecados; mais do que isso, curava as pessoas de suas enfermidades do corpo e da alma e permitia que os marginalizados da sociedade voltassem para as suas atividades sociais. Em Jesus, a inclusão era necessária e se fazia presente em todas as suas ações. A Igreja Católica deu continuidade à proposta pedagógica

de Jesus Cristo, mas seria um grande equívoco afirmar que todos tinham acesso à educação de qualidade.

Por isso, Santo Agostinho prezava pela capacidade de memorização do ouvinte, pois, mesmo não conhecendo a fundo a palavra de Deus, ele poderia memorizar e fazer com que as suas atitudes fossem permeadas pelo saber dos sermões daqueles que eram os responsáveis pela instrução dos homens. Assim, no “ato de lembrar, o indivíduo lembra-se como se deve comportar. Nesse sentido, a memória na Idade Média constitui-se a condição de se fazer sujeito.” (PEINADO, 2010, p. 96).

Para encerrarmos esta seção, vamos apresentar a grande importância da história no processo de ensino-aprendizagem. Percebemos que o “conhecimento da história era apresentado por Agostinho como uma forma de retomar princípios e conceitos e ensinar aos homens como agir diante das circunstâncias.” (PEINADO, 2010, p. 98). A experiência de vida é o próprio aprendizado em si, pois é recordando os fatos passados que se tem o verdadeiro discernimento do agir presente, principalmente quando se trata de educação.

De acordo com Peinado, ressaltamos que a “história, portanto, mesmo que não fosse aprendida como parte da formação cristã, constituía um instrumento para a formação da memória e da identidade do indivíduo na contemplação das Escrituras.” (PEINADO, 2010, p. 98).

Santo Agostinho, ainda no seu livro *A Doutrina Cristã*, nos fala sobre a ciência da história. Ele escreve que todos “os informes que a ciência chamada história nos oferece sobre o sucedido nos tempos passados nos são de grande ajuda para compreendermos os Livros santos, ainda quando forem aprendidos fora da Igreja, em vã erudição.” (AGOSTINHO, 2002, p. 128)¹².

Por fim, Peinado conclui que: “Recorrer à história produzia condições de apreensão de princípios e valores que deveriam permanecer e daqueles que deveriam ser transformados por hábitos fundamentados na proposição cristã que confrontava os costumes pagãos.” (PEINADO, 2010, p. 99).

¹² AGOSTINHO, A doutrina cristã, Liv. II, cap. 29, § 42.



A pedagogia teológica de Santo Agostinho passa por toda a completude do ser humano. O hiponense inaugura um novo fazer pedagógico a partir dos critérios da valorização do homem, da educação cristã e da metodologia de ensino adotada por ele para concretizar o seu fazer pedagógico. A partir da reta instrução do Doutor de Hipona, o ensino-aprendizagem no século V ganha um novo formato, inspirando variadas práticas até os dias atuais, pelo zelo e amor à Igreja e à educação cristã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Santo Agostinho vivia em um período difícil, uma vez que, com a derrubada do Império Romano, a fusão de sociedades e culturas foi muito grande, caracterizando uma heterogeneidade nas formas de pensar e de educar. A fim de responder a esse cenário, o Bispo de Hipona traça um modelo de educação cristã para aqueles que estão “perdidos neste mundo”, para achar a plena verdade, a verdade contida nas Sagradas Escrituras.

A sua metodologia de ensino das Sagradas Escrituras e de outras disciplinas importantes para a formação integral do homem proporcionava aos seus educandos a disseminação de toda a doutrina da Igreja Católica e salientava a importância dos saberes clássicos. Para Santo Agostinho, o fato de compreender aquilo que se aprende já é o primeiro passo para o ato de ensinar.

O Doutor de Hipona valoriza a linguagem, a forma simbólica das expressões, a memória, a história individual e coletiva, mas não bastava só o sujeito ser dotado dessas virtudes, precisava seguir à risca o caminho da sabedoria divina. Para o hiponense, sábio era o homem que se deixava guiar pela razão e não pelas paixões. Tudo isso era possível por causa do livre-arbítrio de cada sujeito. Agostinho valorizava a individualidade de cada um e prezava sempre por suas escolhas. O primeiro a querer a instrução, a educação cristã, era o próprio homem através do exercício de sua boa vontade e liberdade.

Através de nossa metodologia abordada, de natureza bibliográfica e qualitativa, perpassamos a vida deste tão grande Bispo e Doutor da Igreja, confirmando a atualidade da presente pesquisa no âmbito teológico e pedagógico.



REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. **A doutrina cristã**. Tradução de Ir. Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2002.
- AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. Tradução de Ir. Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995. E-book.
- AGOSTINHO, Santo. **O mestre**. Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2008.
- COSTA NUNES, Ruy Afonsa da. **História da Educação na Antiguidade Cristã**. Campinas: Kírión, 2018.
- COSTA NUNES, Ruy Afonsa da. **História da Educação na Idade Média**. Campinas: Kírión, 1979.
- FREITAS, Charles Lamartine de Sousa. **A Igreja Corpo de Cristo: síntese da eclesiologia de Santo Agostinho**. Roma/IT, 2012. 95p. *Tesi di Licenza. Pontificia Università Gregoriana. Facoltà di Teologia. Dipartimento di Teologia Dogmatica*, 2012.
- HORN, Christoph. Agostinho – teoria lingüística dos sinais. **VERITAS**, Porto Alegre; v. 51, n. 1; Março 2006.
- NUNES, César. **A pedagogia cristã: ensinar a todos, aprender pelo amor**. In: DASSOLER, Olmira Bernadete. *Escolas católicas: uma gestão em rede para a longevidade da obra*. Curitiba: Positivo, 2018.
- OLIVEIRA, Terezinha. Agostinho e a Educação Cristã: um Olhar da História da Educação. **Notandum**, ESDC / CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do Porto; 17 jul-dez 2008.
- PEINADO, Maria Rita Sefrian de Souza. **Santo Agostinho: proposta de educação cristã e estratégias de ensino**. Maringá, 2010.105p. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.
- SOUZA, Mariana Rosseto de. A educação em Santo Agostinho: processo de interiorização na busca pelo conhecimento. **Anais – IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Curitiba: PUCPR, 2009.



A VINHA E OS VINHATEIROS: diversas perspectivas sobre a infidelidade a Deus

Aíla Luzia Pinheiro de Andrade¹

RESUMO

O objetivo do artigo é mostrar como as Escrituras abordam o tema da infidelidade do povo de Deus. O método foi da intertextualidade apresentando como o texto de Mt 21,33-46 faz uma releitura da Parábola da Vinha de Is 5,1-7. O texto mateano também tem paralelos com os Evangelhos segundo Marcos e Lucas e com o texto do Evangelho apócrifo de Tomé. Todos esses textos tratam sobre o tema da infidelidade das lideranças de Israel em diversos períodos da história. Apesar disso, o texto mateano não pretende apresentar uma substituição de Israel pela igreja ou pelo cristianismo. O referencial teórico foi a bíblia com o apoio de alguns intérpretes dos textos bíblicos.

Palavras-Chave: Vinha, vinhateiros, infidelidade, povo, nações.

ABSTRACT

The purpose of the article is to show how the Scriptures address the theme of the unfaithfulness of God's people. The method was intertextuality showing how the text of Mt 21,33-46 makes a rereading of the Parable of the Vineyard of Is 5,1-7. The Matean text also has parallels with the Gospels according to Mark and Luke and with the text of the apocryphal Gospel of Thomas. All these texts deal with the theme of the infidelity of the leaderships of Israel in different periods of history. Despite this, the Matthew text does not intend to present a replacement of Israel by the church or by Christianity. The theoretical framework was the bible with the support of some interpreters of biblical texts.

Keywords: Vineyard, tenants vineyard, infidelity, people, nations.

1 INTRODUÇÃO

No tempo em que surgiu o Evangelho conforme Mateus, estava acontecendo uma forte tensão entre os seguidores de Jesus e a Sinagoga. A destruição do Templo de Jerusalém deu início ao chamado judaísmo formativo, com o fim da pluralidade dos grupos religiosos judaicos e a tentativa de certa uniformidade na interpretação das Escrituras. Consequência disso foi o

¹ Doutora em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). E-mail: aila.andrade@unicap.br.

estabelecimento da autoridade dos rabinos em substituição ao Sinédrio. Isso significava uma supremacia do antigo grupo dos fariseus sobre o povo judeu (OVERMAN, 1997)².

Nessa tensão entre o grupo dos seguidores de Jesus e a Sinagoga, a comunidade de Mateus sentia-se como “ovelhas entre lobos” (Mt 10,16), até mesmo os familiares dos cristãos os colocavam em situações desagradáveis (Mt 10,21-24.34-36). Talvez os seguidores do Caminho³ já tivessem sido expulsos da sinagoga (Mt 10,17) e eram acusados de não seguir as “tradições dos antigos” (Mt 15,2). Tudo isso fazia com que os cristãos se sentissem cansados e tentados a abandonar a fé (Mt 24,9s).

Para mostrar a seus contemporâneos que não deviam inquietar-se com os fariseus, Mateus escreveu as controvérsias entre Jesus e os líderes religiosos de Jerusalém. Dessa forma, exortava a comunidade a não imitar o modo de ser dos adversários, ou seja, a evitar todo rigor exagerado com Lei e também a não ambicionar nenhum privilégio ou poder (Mt 18,1-35). Os cristãos deveriam assumir o modo de ser de Jesus, refazendo o caminho do Messias e atualizando a missão do Mestre até que ele venha. A maneira de viver de Jesus é, pois, a condição e o critério para ser discípulo, como Mateus fez questão de mostrar (especialmente em 6,19-7,23 e 16,24-28).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS PARÁBOLAS NO EVANGELHO CONFORME MATEUS⁴

Para exemplificar como deve ser um verdadeiro discípulo do Reino, Mateus narra as Parábolas de Jesus. Dessa forma, o seguidor de Jesus terá claro o critério sob o qual deve pautar sua vida.

O termo parábola quer traduzir o termo hebraico *mashal*, que reagrupa grande variedade de formas literárias como a sentença sapiencial, o enigma e outras. Todas elas têm como

²Overman aborda essas questões na totalidade desse livro.

³ Assim se chamavam os primeiros cristãos (At 9,2; 19,9.23; 22,4; 24,14.22). O termo “cristão” será usado neste artigo para evitar ambiguidades e facilitar a compreensão.

⁴ Para este tópico seguimos a obra de SNODGRASS (2010, p. 392-424) e o texto do Evangelho conforme Mateus.

objetivo exprimir uma verdade através da linguagem figurada, método utilizado, principalmente por diversos mestres orientais, para transmitir uma mensagem predispondo o ouvinte para a reflexão.

Desde os tempos da Igreja primitiva, denominou-se “parábolas” aqueles ensinamentos de Jesus, em linguagem figurada, que falavam a respeito de verdades espirituais profundas, a partir de exemplos tirados da natureza ou da vida social, econômica e religiosa de seu tempo. Dessa forma, Jesus provocava seus contemporâneos a descobrirem o dinamismo do Reino de Deus e os orientava a viver de acordo com o projeto salvífico do Pai.

Não podemos, hoje, recriar a situação histórica na qual uma parábola foi contada por Jesus, pois os evangelistas criaram diversos contextos literários para a mesma parábola tendo em vista o projeto teológico específico de cada um⁵. Cada contexto literário, entretanto, respeitou o propósito original de Jesus ao contá-las. Dessa forma, a mensagem das parábolas nos Evangelhos passa a servir de critério de avaliação para a práxis dos leitores em quaisquer tempos e lugares.

A narrativa de Mateus afirma que Jesus falou muitas coisas em parábolas (13,3). Considerando Mt 13 em sua totalidade, se percebe o objetivo principal de indicar como o Reino dos Céus vai se consumando no dinamismo da história universal até a sua plenitude. À pergunta dos discípulos sobre o motivo de falar em parábolas (13,10), Jesus responde que “a vós é dado conhecer os mistérios do Reino dos Céus, mas àqueles isso não lhes é concedido” (v.11). Isso significava que os ensinamentos sobre a natureza do Reino podiam ser dados aos discípulos de forma direta e ampla, porque eles foram treinados na convivência com Jesus que corrigia cotidianamente suas ideias errôneas a respeito do Reino e do Messias. Mas, para quem buscava encontrar em Jesus um revolucionário ou taumaturgo, era necessário o ensino em parábolas, para provocar-lhes um exame de suas concepções messiânicas. As parábolas eram como uma arena de combate para aqueles que vinham descrentes, hostis ou curiosos, pois faziam com que as suas oposições a Jesus fossem declaradas abertamente.

⁵ Veja, por exemplo, a parábola dos Odres e o Vinho (Mt 9,17; Mc 2,22 e Lc 5,37), que em Mt vem antes da cura da mulher com fluxo de sangue e em Mc e Lc é anterior ao episódio das espigas colhidas no sábado. Sendo que Lc acrescenta à parábola uma afirmação sobre a preferência pelo vinho velho (Lc 5,8) que não consta em Mt e Mc.

Mas, além do capítulo 13, encontramos outros grupos de parábolas recolhidas por Mateus:

– **Parábolas para orientar a vida na Comunidade** (Mt 18,12-14.23-25): manifestam que na comunidade de Mateus alguns lutavam pelo poder, outros eram ocasiões de escândalos, havia intolerantes e obstinados em não perdoar e, os “pequeninos” eram desprezados ou haviam se extraviado.

– **Parábolas para orientar no conflito com a Sinagoga** (Mt 11,16-19; 20,1-16; 21,28-32. 33-45; 22,1-14; 24,45-51): mostram como os líderes da Sinagoga estavam falhando em sua missão de guiar o povo já que rejeitaram o Messias.

– **Parábolas para orientar sobre a vigilância** (Mt 25,1-13.14-30): exortam a comunidade dos seguidores de Jesus, em todos os tempos, a permanecer firme, construindo na história o Reino dos Céus, conservando-se firme e alerta para que na Parusia se manifeste em plenitude o que já é vivido agora.

2.2 O CONTEXTO LITERÁRIO DA PARÁBOLA DOS VINHATEIROS

Antes de iniciarmos o estudo sobre o conflito de Jesus com a sinagoga, tomando como referência a parábola dos vinhateiros, consideramos o bloco narrativo de Mt 21,23 – 22,14 no qual esta se encontra inserida.

Em Mt 21,23 encontramos a pergunta dirigida a Jesus pelos principais sacerdotes e anciãos do povo⁶ sobre a legitimidade de sua autoridade em relação ao episódio no Templo de Jerusalém (Mt 21,12-17). Mas, em vez de responder-lhes, Jesus endereça-lhes uma contra pergunta sobre a origem do batismo de João (Mt 21,25). A resposta dos principais sacerdotes e anciãos significa uma confissão de recusa em aderir à proposta João Batista e como não atenderam ao apelo do Profeta, não puderam compreender a missão de Jesus. Então, o tema destacado até aqui é que os principais sacerdotes e anciãos do povo – grupo que rejeitou os dois enviados de Deus – perderam a autoridade de cobrar explicações de Jesus sobre sua atitude no Templo de Jerusalém.

⁶ Conselho de líderes do povo.

O texto imediatamente posterior a essa controvérsia é a parábola dos Dois Filhos (Mt 21,28-31). Através desta o evangelista insiste em mostrar que os principais sacerdotes e anciãos de Jerusalém não cumpriram o chamado do Senhor, não mudaram de atitude nem pelo testemunho de João Batista, nem quando viram os pecadores se converterem (Mt 21,31-32). Esse bloco narrativo aponta, então, para uma transferência no exercício da autoridade: dos líderes do povo que recusaram o enviado de Deus, Jesus, para aqueles que o acolhem.

A rejeição/aceitação de Jesus é a unidade temática de Mt 21,23 – 22,14. Esse tema permanece nas narrativas posteriores à parábola dos Vinhateiros. No texto da fonte Q⁷ (Mt 22,2-3. 5.8-10//Lc 14,16-24) há uma parábola com os seguintes elementos comuns: um anfitrião (Lc: um homem, Mt: um rei) convidou seus concidadãos para um festim (Mt: núpcias do filho), os convidados não lhe deram atenção, o anfitrião ofendido os substituiu por outros (Lc: pobres e marginalizados; Mt: maus e bons). O tema dessa parábola é o mesmo dos textos anteriores no capítulo 21, os líderes do povo foram desatenciosos, enquanto os gentios e os míseros, os “maus e bons”, aceitaram o convite.

2.3 O TEXTO DE Mt 21,33-46

Passando a considerar o texto que nos propomos estudar, notamos que a narrativa sobre os Vinhateiros pertence aos três evangelhos sinóticos. É relatada por Lucas (20,9-19) de forma mais simples que nos outros evangelhos. Refere-se três vezes ao envio de um servo, depois disso é a vez do filho. Marcos (12,1-12) menciona três envios de um servo a cada vez sendo que a violência com que são tratados aumenta progressivamente, depois se fala de muitos outros emissários, dos quais alguns foram golpeados e outros mortos.

Para Carmona (2006, p. 190), o texto sobre os vinhateiros é mais uma alegoria que uma parábola, na qual cada elemento da narrativa tem um significado: o proprietário é Deus, a vinha é Israel (o povo escolhido), os servos são os profetas enviados ao longo da história, o herdeiro é Jesus (cume da Revelação e morto fora dos muros de Jerusalém), os vinhateiros são os líderes

⁷ Fonte comum a Mt e Lc.

do povo que rejeitaram Jesus e merecem que a vinha lhes seja tirada e dada a quem entregue os frutos a seu tempo (Sl 1,3).

No evangelho apócrifo de Tomé⁸, temos o seguinte texto:

Disse Jesus: Um homem de bem possuía uma vinha. Arrendou-a para alguns trabalhadores para que a cultivassem e, no tempo da vindima, lhe dessem as uvas. Mandou seu servo para que recebesse dos agricultores o fruto da vinha. Estes agarraram o servo e o espancaram: pouco faltou para que o matassem. O servo foi contar ao senhor o que tinha acontecido. Este pensou: eles, talvez, não o tenham reconhecido. E mandou outro servo. Os agricultores voltaram a espancá-lo. Então, o Senhor mandou o próprio filho, dizendo: ao menos, hão de respeitá-lo. Ao saberem que se tratava do herdeiro da vinha, os agricultores agarram-no e o mataram. Quem tem ouvidos, ouça! (TOMÉ, log 65)

Podemos supor que talvez o apócrifo tenha conhecido a forma mais primitiva e original da parábola (SNODGRASS, 1975, p. 142-144) e que os evangelhos canônicos, em vista do projeto teológico de cada autor, tenham acrescentado alguns pormenores e explicações.

No texto de Mateus fala-se de duas missões em que os servos são espancados, mortos e apedrejados. A terceira missão é a do filho. Isso significa que a pregação de cada evangelista privilegiou alguns aspectos em detrimento de outros.

Agora, nos propomos a estudar a maneira como Mateus utilizou as fontes veterotestamentária para inserir a parábola dos Vinhateiros dentro de seu projeto teológico e, mais especificamente, dentro do tema da rejeição/aceitação presente no bloco literário (Mt 21,23–22,14). Para tanto, faremos uma abordagem semântica de alguns termos:

2.3.1 Vinha⁹

Tanto Is 5,2, quanto Mc 12,1 e Mt 21,33 atestam os cuidados que o Amado (Mc diz que é um homem, Mt afirma que é um homem chefe de casa) teve com a vinha: preparou a terra (Is); protegeu-a contra animais selvagens cercando-a com uma sebe (Mc e Mt); evitou que as uvas se estragassem, cavando um lagar (Is, Mc e Mt); e deu-lhe proteção permanente com vigias, construindo uma torre (Is, Mc e Mt). Esses cuidados fizeram dela uma “vinha preciosa”

⁸ Usamos o texto que foi traduzido por ROHDEN (sem data).

⁹ Os principais textos do AT que identificam Israel com a vinha são: Sl 80, 9-17; Is 5,1-7; Os 10,1; Ez 19,10-14.

(Jr 2,21). Contudo a vinha não correspondeu às expectativas de seu proprietário. Para Isaias, a vinha é Israel e Judá (Is 5,7). Que expectativas não foram correspondidas? O exercício da justiça e do direito (Is) e a acolhida dos enviados (Mc, Mt e Lc).

No texto de Is 5,1-7, o profeta afirma que o Amado (v. 1b-2), identificado com o Senhor dos Exércitos (5,7), convoca os moradores de Jerusalém para julgar a sua vinha (5,3) (WEREN, 1998, p. 1-26). O proprietário faz duas perguntas: a primeira, sobre suas atividades e a segunda, sobre a produção da vinha (5,4). Ele mesmo deu a sentença, anunciando o que fará, e suas atividades destrutivas (Is 5,5-6) serão o oposto dos cuidados iniciais (5,2). O ápice é o v. 7 no qual o profeta contrasta as expectativas positivas de Deus e as atividades do povo.

Mateus é, entre os sinóticos, quem melhor enfatiza o julgamento dos Vinhateiros, pois na versão mateana, os próprios interlocutores responderam à questão posta por Jesus: eles declararam que os vinhateiros eram vilões e mereciam morrer.

Além disso, com a sentença de Jesus, eles reconheceram, na parábola, a história de seu conflito com o Nazareno. A parábola é chave interpretativa para uma a história de desobediência à vontade de Deus, cujo clímax se mostra agora na rejeição ao Filho.

2.3.2 Frutos

A expressão “produzir frutos” (Mt 21,43) não aparece ingenuamente nesse versículo, mas é uma descrição do comportamento correto, e faz elo com Is 5,2.4b, quando por três vezes se diz que o Amado esperava a produção de uvas boas, mas a vinha produziu uvas amargas, bravas. Essa orientação ética seria um desenvolvimento do comportamento destacado em Is 5,7: esperava-se o direito e a justiça e em contraposição foi produzido transgressão e clamor. O texto de Mt 21,41 insinua que os frutos não foram entregues ao dono da Vinha. E por fim, Mt 21, 43 afirma que a vinha não produziu frutos quando estava com os arrendatários.

2.3.3 Ethnos

A expressão “um *étnos* que produza os frutos dele” (Mt 21,43) aparece apenas em Mateus. Conforme os estudos de Saldarini (2000, p. 104-112), o termo *étnos* significa bando,

classe, nação, gente, pessoas que vivem juntas, companhia militar, grupo de camaradas, província, associação mercantil e os outros em oposição ao nosso grupo.

A maioria das edições da bíblia em português traduz o grego *éthnos* pelo termo nação. Partindo desse tipo de tradução, muitos concluem que Israel foi substituído por outra nação, a Igreja gentílica. Contudo, esse tipo de interpretação traz alguns problemas. Em primeiro lugar, os cristãos não podem ser considerados como nação. Também “não há nenhuma menção implícita ou explícita aos gentios”. E quem rejeita o herdeiro não é a vinha (Israel), mas os vinhateiros, os líderes que “repudiam e matam continuamente os profetas e também conspiram para matar o Filho” (SALDARINI, 2000, p. 105).

A interpretação mais correta é que o grupo rejeitado na parábola seja o dos principais sacerdotes e anciãos do povo. Estes são reprovados porque não agem segundo a vontade de Deus para que a vinha produza frutos. A parábola pressupõe que a vinha é fecunda, mas os vinhateiros se apropriam indevidamente dos frutos em vez de entregar a produção ao proprietário. A vinha (Israel) foi mal administrada e tem que passar para outros administradores.

O grupo que produz frutos é a Comunidade dos seguidores de Jesus, principalmente aquela da qual Mateus faz parte e que é composta, em sua maioria, de judeu-cristãos. O grupo que produz frutos é um subgrupo que faz parte da vinha (Israel). “A vinha, Israel, permanece a mesma; subgrupos dentro de Israel são acusados ou louvados... a parábola dos vinhateiros é uma crítica aos líderes de Israel e não a Israel” (SALDARINI, 2000, p. 109).

2.3.4 Pedra

Em Mt 21,42 temos a citação do Sl 118, 22-23. Na opinião de alguns estudiosos, a citação do Salmo 118, 22-23 na parábola dos Vinhateiros é um acréscimo redacional em Mc 12,10 // Mt 21,42 // Lc 20,17. Mas se for assim, a parábola perde sua chave eclesiológica, ou seja, não se refere em nada à comunidade cristã. Esse salmo foi composto para ser cantado na solene liturgia de ação de graças que terminava com a entrada no Templo, na festa das Tendões (CIPRIANI, 1979, 235-249). Essa festa destacava a reconstrução de Jerusalém (Ne 8,13-18; 12,27-43) e comparava Israel a uma pedra que as nações tinham rejeitado e que Deus a utilizava para a construção de seu Reino. Agora que os líderes do povo de Israel rejeitavam o enviado de Deus, Jesus mesmo é a pedra rejeitada e por isso se torna escândalo, palavra grega que significa



“pedra que faz tropeçar”. Dessa forma, podemos entender essa afirmação “todo o que cair sobre esta pedra ficará em pedaços” (Mt 21,44a).

Mas também é dito que “aquele sobre quem ela cair ficará reduzido a pó” (Mt 21,44b). Para compreender melhor essa afirmação é necessário recorrer a Dn 2,44-45. Nesse texto de Daniel, o sábio identifica a pedra que desce do monte, no sonho de Nabucodonosor, com um reino suscitado por Deus que jamais será destruído e que esmagará os demais reinos. O Reino dos Céus, inaugurado por Jesus, é a pedra que cai sobre aqueles que rejeitam o enviado de Deus.

2.3.5 Reino

O texto de Mt 21,43, com a afirmação “vos será tirado o Reino de Deus e será dado a outro grupo (*éthnos*) que produza frutos”, parece contrário a Dn 2,44: “um reino que jamais passará a outro povo (LXX: *éthnos*)”. Contudo, essa contradição não passa de um problema de tradução. O Reino significa a soberania da vontade de Deus sobre o ser humano inserido em estruturas históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais etc. Portanto, isto não depende da pertença a uma etnia. Por isso, o Reino é dado a quem produz frutos de justiça, seja judeu ou gentio. Para a comunidade de Mateus, Jesus é a autobasileia, ou personificação do Reino, pois na vida dele a vontade de Deus foi sempre soberana. Não acolher o dom que é Jesus significa rejeitar a pedra angular do Reino (CARMONA, 2006, p. 190).

A autoridade dos interlocutores de Jesus nesse texto de Mateus foi subtraída porque: (1) não acolheram os mensageiros de Deus, (2) não produziram frutos de justiça para Deus e (3) rejeitaram a autobasileia, Jesus. Perderam a autoridade sobre o povo “por causa de seu mau procedimento” e foram substituídos pelos líderes da comunidade de Mateus, “um grupo (*éthnos*) de líderes que ouve Deus e pode guiar corretamente ‘as ovelhas perdidas da casa de Israel’ (10,6)” (SALDARINI, 2000, p. 112).

Então, trata-se de uma justificação da autoridade da comunidade de Mateus perante a autoridade dos fariseus e não de uma rejeição de Israel por parte Deus. A comunidade de Mateus necessita justificar para os fariseus a autoridade que está reclamando para si mesma. Isto porque nessa época eram os fariseus as autoridades constituídas sobre o povo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Palavra nos exorta sobre algo que aconteceu com os fariseus da época de Mateus e que pode se repetir, tanto na História da Igreja, quanto na consciência de cada cristão: a rejeição aos enviados de Deus e à sua vontade soberana. A eleição por parte de Deus exige uma resposta pessoal e um engajamento de vida, é importante que a pregação provoque um julgamento da Assembleia sobre si mesma, como aconteceu na parábola.

É necessário também que se destaque um aspecto fundamental, isto é, que uma Igreja acomodada é uma figueira sem frutos (Mt 21,19) de justiça. Novos problemas exigem novas acentuações da fé, como fez a Igreja de Mateus, e a novidade da resposta, a tais problemas, pode trazer confrontos e desconfianças entre estruturas hierárquicas antigas e novas.

Acima de tudo é necessário permanecer fiel e perseverante. Estar consciente que a rejeição a Deus é um processo gradual que culmina sempre na Cruz, ontem e hoje. E que se rejeitamos Deus é porque sua vontade não corresponde aos nossos esquemas sempre forjadores de ídolos silenciadores de nossa consciência pecaminosa.

Enquanto houver acusações mútuas embasadas numa hermenêutica antisemita dos textos bíblicos não será possível uma verdadeira manifestação de amor como pede a NA 4. Depois de 40 anos dessa Declaração do Concílio Vaticano II poucos passos foram dados para um abraço honesto entre judeus e cristãos. Muitas vezes por falta de uma boa tradução da Escritura. Outras vezes porque a dureza de coração impede de se reconhecer no outro um enviado de Deus.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**: revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

CIPRIANI, S. “Significato Cristologico o anche Eclesiologico nella Citazione del Salmo 118,22-23 al Termine della Parabola dei Vignaiolli Omicidi” **Asprenas**, Napoli, v. 26, n.3, p. 235-249. 1979.

OVERMAN J. A. **O Evangelho de Mateus e o Judaísmo Formativo**: o mundo social da comunidade de Mateus. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Loyola, 1997, Bíblica Loyola no. 20.

RODRÍGUES CARMONA, A. **Evangelio de Mateo**. Bilbao: Desclée De Brouwer, 2006.

SALDARINI, A. J. **A Comunidade judaico-cristã de Mateus**. São Paulo: Paulinas, 2000.

SNODGRASS, K. R. **Compreendendo todas as Parábolas de Jesus**. Tradução de Marcelo S. Gonçalves. Rio de Janeiro: CPAD, 2010.

SNODGRASS, K. R. The Parable of the Wicked Husbandmen. Is the Gospel of Thomas Version the Original? **New Testament Studies**, Cambridge, v. 21, p. 142-144, 1975.

WEREN, W.J.C. "The Use of Is 5, 1-7 in the Parable of the Tenants (Mark 12,1-12; Matthew 21,33-46)". **Biblica**, Roma, v. 79, p. 1-26.



FRATERNIDADE, FÉ E COMPROMISSO SOCIAL NO LIVRO DEUTERONÔMIO

Francisco Márcio Bezerra dos Santos¹

RESUMO

A teologia deuteronomista ocupa lugar determinante na gênese da fé judaico-cristã. Dela advém temas primordiais como o monoteísmo e a centralização do culto no Templo de Jerusalém. No Deuteronômio, judaísmo e cristianismo encontram diversos pilares de seu ato de crer. Revisitar tal livro pode ajudar a redescobrir elementos importantes do javismo que elucidem e resgatem as dimensões sociais da fé bíblica. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é perceber em que medida fraternidade, fé e compromisso social, pilares essenciais da teologia deuteronomista, revelam o caráter social da fé apresentada no último livro do Pentateuco. Para isso, o artigo será dividido em dois momentos. Inicialmente, será explicitado o apelo insistente por uma fraternidade que toque a realidade social do povo. A seguir, tratar-se-á do culto e de suas influências na vida concreta do povo, acentuando o dízimo trienal, as festas de peregrinação e a materialidade da bênção na teologia deuteronomista. O percurso revela a primazia de uma fé que não se aparta das realidades sociais, nem se ocupa apenas com a transcendência, mas conduz o fiel na fraternidade e na solidariedade. Em suma, a teologia deuteronômica evidencia a horizontalidade da fé, que se dá nas relações intersubjetivas, a qual não se opõe à dimensão vertical (sujeito-divindade), mas a complementa.

Palavras-chave: Solidariedade. Empobrecidos. Liturgia. Irmãos.

ABSTRACT

Solidariedade The theology Deuteronomistic occupies a decisive place in the genesis of the Jewish-Cristian faith. From here originates the primordial themes such as monotheism and

¹ Bacharel em Filosofia pela Faculdade Católica de Fortaleza (FCF). Bacharel e Mestre em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Pesquisador do Grupo de Pesquisa “A Bíblia em Leitura Cristã” (FAJE). Docente da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FCRN). E-mail: fcomarciofni@hotmail.com.



centralization of worship in the Temple of Jerusalem. In Deuteronomy, Judaism and Christianity find several pillars for their acts of believing. Revisiting such a book can help rediscovering the important elements of Jahvism that elucidate and rescue the social dimensions of biblical faith. In this sense, the objective of the study is to understand to what extent fraternity, faith and social commitment, essential foundations of Deuteronomistic theology, reveal the social character of the faith underlined in the final book of the Pentateuch. For this, the article will be divided into two phases. Initially, the insistent appeal for a fraternity that touches the social reality of the people will be made explicit. Then, we will deal with the cult and its influences on the concrete life of the people, emphasizing the triennial tithe, the pilgrimage festival and the materiality of the blessing in the Deuteronomistic theology. This contour reveals the primacy of a faith that does not depart from social realities, nor is concerned only with transcendence, but leads the faithful in fraternity and solidarity. In short, Deuteronomistic theology highlights the horizontal dimension of faith, which takes place in intersubjective relationships, which does not oppose the vertical dimension (devotee-divinity), but complement it.

Keywords: Solidarity. Impoverished. Liturgy. Brothers

1 INTRODUÇÃO

O Deuterônômio apresenta-se como uma espécie de projeto de vida a ser executado quando dá entrada na Terra Prometida, a fim de que os israelitas sejam felizes no lugar que lhes fora reservado (cf. Dt 5,32-33). Por isso, é possível perceber que, em vários momentos, os autores deuteronomistas indicam elementos primordiais para a vida em sociedade. O povo de Deus deve estar orientado pelo direito e pela justiça, binômio que expressa uma vida ética em conformidade com as exigências da fé Javista.

Um dos principais elementos para uma sociedade justa é o pilar da fraternidade, muito valorizado na teologia deuteronomica. Na verdade, os deuteronomistas concebem Israel como um grande povo de irmãos, os quais devem cuidar uns dos outros, principalmente dos mais vulneráveis e fracos.

Intimamente unido ao tema da fraternidade, aparece a religiosidade. Nessa teologia, o culto ocupa lugar privilegiado onde se concretiza a experiência fraternal. De fato, além de estabelecer parâmetros litúrgicos para o culto divino, a teologia deuteronômica tenta fazer seus leitores enxergarem um caráter relevante desse culto: ele não se limita à experiência intimista com Deus, mas se estende para a vida em sociedade. Desse modo, os deuteronomistas insistem taxativamente na ideia de que o culto incide na vida do povo.

Para explicitar as relações existentes entre fraternidade e religiosidade, o presente artigo será dividido em dois momentos. Inicialmente, tratará de reconhecer a existência de um apelo insistente à fraternidade no Dt, o qual revela a fraternidade como meio de superação das injustiças e o firme propósito de estabelecer uma sociedade unida a partir da liturgia celebrada.

No segundo momento, o foco recairá sob a perspectiva deuteronômica acerca do culto, cuja grande característica é a solidariedade fraternal que rompe as injustiças e pobreza, possibilitando vida melhor aos mais pobres. Começando pela centralização do culto, esta etapa culminará em alguns elementos concretos da liturgia israelitas que possibilitam experiências edificantes para a sociedade. Portanto, essa perspectiva teológica, compreende o culto não apenas como uma forma de comunhão entre o humano e o divino, mas intui que tal relação só pode acontecer quando há verdadeira comunhão a fraternidade entre todos acontece.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O artigo é elaborado a partir de alguns livros, dissertações e artigos que abordam o estudo sobre o Deuteronômio, principalmente atentos à práxis da fé em perspectiva social subjacente último livro do Pentateuco. Entre os principais textos utilizados, destaca-se inicialmente a obra de Pedro Kramer, *Origem e legislação do Deuteronômio: Programa de uma sociedade sem empobrecidos e excluídos* (2006). O texto, resultado de pesquisa doutoral, lança luzes às dimensões sociais da fé proposta pela tradição deuteronomista. O autor compreende o livro sagrado como verdadeiro projeto de uma sociedade igualitária fundamentada na fraternidade que reconhece os socialmente vulneráveis como verdadeiros irmãos, reconhecendo sua dignidade. Merece destaque a ênfase dada pelo autor à liturgia como lugar privilegiado de estabelecimento dessa fraternidade.

Uma segunda obra a ser destacada é *Deuteronômio: “Escuta, Israel”* (2020). O texto, que serviu de referência nacional para o Mês da Bíblia de 2020, comporta uma coletânea de diversos autores, elaborada pelo Grupo de Pesquisa “A Bíblia em Leitura Cristã” (FAJE). Já desde sua origem o ele assume o desejo de possibilitar uma abordagem holística e atual sobre diversos pontos do Deuteronômio, revelando-se uma obra essencial para o estudo de tal livro em língua portuguesa. Trata-se de uma introdução crítica e aprofundada do Deuteronômio com acentos teológicos relevantes e atuais.

Relevante para a elaboração deste artigo foi também o texto dissertativo *Em tem meio não haverá nenhum empobrecido: A ética deuteronômica do cuidado com o empobrecido* (2018). A obra faz um recorte histórico que apresenta o escopo principal da preocupação com os marginalizados desde as antigas civilizações desde o terceiro milênio a.C. até os tempos atuais, enfatizado o modo como o Deuteronômio lida com o tema. O autor compreende o livro canônico como um projeto de proteção aos empobrecidos de Israel, cuja finalidade é garantir uma sociedade fundamentada na ética Javista baseada na justiça e no direito.

O texto ainda faz uso de diversas outras obras, as quais norteiam a criticidade da pesquisa elaborada, ampliando seu horizonte argumentativo, entre as quais é possível citar ainda *O livro do Deuteronômio: Escolher a vida* (2005), *Deuteronômio: Confissões de liberdade e fé* (2014), e o artigo *Em busca de uma economia solidária: Dt 14,22 – 15,23: Resistência popular e identidade social*. Embora sejam menos utilizados que os textos citados anteriormente, esses possuem sua relevância na construção da argumentação desenvolvida.

3 UM APELO INSISTENTE À FRATERNIDADE

A experiência fraternal é uma realidade bem presente na Sagrada Escritura, porém no Deuteronômio parece haver uma insistência acima do comum. De fato, é um tema sempre presente ao longo de sua argumentação. A insistência revela sua centralidade para esta forma de pensar. Sua relevância se deve ao fato de os deuteronomistas encontrarem na fraternidade um caminho seguro para a solidariedade e a justiça. Onde há o espírito fraternal, as opressões e violências desaparecem.

Por se tratar de uma espécie de projeto de vida, o Deuteronômio propõe a superação dos males que podem ameaçar a subsistência dos israelitas na Terra Prometida. Entre os principais problemas sociais, o Deuteronômio quer evitar a injustiça e o empobrecimento entre os descendentes de Abraão.

Para eliminar esses males, a teologia deuteronômica insistirá no tema da fraternidade, atribuindo aos mais necessitados a dignidade de “irmãos”. Embora as legislações deuteronômicas apontem para a necessidade de reconhecer a fraternidade com os mais pobres. Nesse sentido, mais que obrigar a experiência fraternal, o Dt buscam convencer a seus leitores que tal disposição é parte essencial da assembleia de Israel”².

Portanto, a teologia deuteronômica tenta convencer os israelitas da autenticidade da fraternidade. De fato, Israel é uma nação de irmãos, os quais devem se responsabilizar uns pelos outros. É nesse sentido que Fernández indica a criação de uma comunidade de irmãos como um tema central do Deuteronômio³. Assim, todos participam da mesma herança, possuem os mesmos direitos e dignidade. Este tema pode ser visto com maior insistência em dois textos principais: Dt 15,1-18 e Dt 22,1-4.

3.1 ABRIR A MÃO EM FAVOR DO IRMÃO (DT 15,1-18)

Dt 15,1-18 é um dos textos mais relevantes sobre a fraternidade para essa corrente teológica. Na verdade, fraternidade e solidariedade se entrecruzam como principais temas desta perícopo. São duas faces de uma mesma moeda, uma vez que a fraternidade verdadeira conduz à solidariedade, que, por seu turno, reforça o sentimento de responsabilidade de uns pelos outros, intensificando a fraternidade.

De início é importante salientar que o termo *irmão* aparece sete vezes nesta perícopo. O uso intenso do termo revela sua importância no texto selecionado. Ao analisarmos mais de

² CARRIÈRE, Jean-Marie. *O livro do Deuteronômio: Escolher a vida*. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 53.

³ Cf. FERNÁNDEZ, Paulo Julio Triana. *Un proyecto de solidaridad, justicia social y resistencia. Un estudio a partir de Deuteronomio 15,1-18*. In: KAEFER, José Ademar; JARSCHER, Haidi (orgs.). *Dimensões sociais da fé no Antigo Testamento: Uma homenagem a Milton Schwantes*: São Paulo: Paulinas, 2007, p. 62.

perto, podemos estruturá-lo em três legislações distintas, fundamentadas nos dois pilares supracitados: a fraternidade e a solidariedade. De modo simples, o texto pode ser estruturado da seguinte maneira⁴:

15,1-6: Lei da Remissão

15,7-11: Lei da Solidariedade

15,12-18: Lei da Libertação dos escravos e das escravas

A primeira parte da estrutura (Dt 15,1-6) determina a remissão das dívidas a cada sete anos. Basicamente, significa abrir mão do que fora emprestado. A cada sete anos os credores devem liberar seus irmãos das dívidas contraídas. Tendo em vista que a escravidão por causa das dívidas era algo comum, a Lei da Remissão surge como uma forma de superar a exploração dos mais necessitados.

Dt 15,4-5 revela um segundo aspecto importante. Trata-se de uma salutar promessa divina: “É verdade que em teu meio não haverá nenhum empobrecido”. Assim, Deus assegura a Terra Prometida como um lugar de prosperidade e abundância. Porém, como é costume na teologia deuteronomica, essa promessa está condicionada: “Com a condição de que obedeças a voz de Deus”.

Assim, o Deuteronomio faz uma leitura realista da sociedade. A pobreza não pode ser mero acaso ou castigo divino, na verdade pode estar atrelada à falta de obediência dos israelitas à voz de Deus que convida à solidariedade e à partilha. Por isso, para a perspectiva deuteronomica, a bênção divina não é uma realidade espiritualizada, mas empírica que se dá por meio de boas colheitas, cujo objetivo é garantir uma vida digna a todos.

Por sua vez, a segunda parte, chamada de Lei da Solidariedade (Dt 15,7-11), marca o núcleo principal da estrutura incentivando os israelitas a manterem o princípio elementar da solidariedade para com seus conterrâneos. Esta lei tem por finalidade coibir o endurecimento dos corações israelitas em face ao sofrimento humano, ação típica do Faraó no Egito⁵.

⁴ Cf. SANTOS, 2018, p. 82.

⁵ O endurecimento do coração de Faraó é uma constante na narrativa da libertação do Egito (cf. Ex 7,13; 8,11.28; 9,7.12.35 etc.).



A solidariedade se torna caminho de rompimento com a prática opressora de faraó e garantia de constante auxílio para os marginalizados de Israel. Este princípio básico concretiza-se em duas atitudes: não endurecer o coração nem fechar a mão aos irmãos. “Não endurecer o coração” parece estar ligado à capacidade de compadecer-se das necessidades dos outros; ao passo que, “não fechar a mão”, corresponde à disposição em ajudar.

A fim de não deixar margens para dúvidas, o Deuteronômio esclarece em que consiste esta atitude: “abre-lhe a mão, *emprestando* o que lhe falta, na medida da sua necessidade”. Portanto, os israelitas são convocados a se tornarem apoio uns dos outros, para que a aflição não se instale novamente entre os hebreus.

Em seguida, o v. 9 alerta aos israelitas para que não surja, em seus corações, uma “palavra de Belial”⁶ que os impeça de agir conforme a Lei do Senhor, negando-se a ajudar por causa da proximidade do Ano da Remissão. Conforme Zabatiero, “o uso deste termo aqui é único e indica que a falta de solidariedade para com o empobrecido é uma violação da harmonia e da fraternidade que deve imperar entre os membros do povo de Deus”⁷.

Por fim, a Lei da Solidariedade conclui com uma dura realidade: “nunca deixará de haver pobres na terra”. Em vista disso, o apelo pela fraternidade mais uma vez se impõe. O mais importante é que os israelitas não fechem os olhos aos necessitados.

A seguir, o Deuteronômio apresenta a Lei da Libertação (Dt 15,12-18). Diferente do Código da Aliança (Ex 20,22–23,33) que fala apenas da libertação do escravo (Ex 21,1-11), o Deuteronômio garante esse direito a homens e mulheres. Nesta parte, merece destaque a identificação do *irmão* com o *hebreu*. Sobre o termo, Thompson observa:

Originalmente este termo era usado amplamente no antigo Oriente Próximo para pessoas que ocupavam uma posição social particular. Geralmente os hebreus (*habiru*) eram estrangeiros e se envolviam em vários tipos de trabalhos assalariados. No velho Testamento o termo nem sempre é elogioso. Na verdade, é usado com muita mais frequência para descrever os israelitas na sua condição de estrangeiros ou escravos do que desfrutando de liberdade⁸.

⁶ A expressão idiomática “*Palavra de Belial*” refere-se à ideia de um pensamento vão. Embora a origem e a etimologia da palavra Belial não seja clara, costuma ser atrelada a algo fugaz ou maligno.

⁷ ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. Em busca de uma economia solidária: Dt 14,22 – 15,23: Resistência popular e identidade social. *Estudos Bíblicos*. Petrópolis, n. 84, 2004, p. 17.

⁸ THOMPSON, John Arthur. *Deuteronômio: Introdução e comentário*. São Paulo: Mundo Cristão, 1982, p. 181-182.



Para Carrière, a escolha proposital do termo pode refletir uma proposta humanitária do Deuteronômio. Caso o texto quisesse se remeter especificamente aos compatriotas, seria mais compreensivo o uso do termo *israelitas* ou da expressão *filhos de Israel*. Diante disso, o autor aponta para a possibilidade de a teologia deuteronômica inserir também os imigrantes (*gēr*) nesta legislação⁹.

Outro indício significativo deste amplo alcance da Lei da Libertação está no uso do verbo *pādāh*, para indicar a ação salvífica de Deus, que os israelitas devem repetir. Este verbo expressa a ação de resgatar, sendo sinônimo do verbo *gā'al*¹⁰. A escolha do primeiro verbo se torna uma pista quando entendemos a diferença entre os dois. Geralmente, o termo *gā'al* implica um vínculo sanguíneo (Lv 25,47-54). Por seu turno, *pādāh* não parece estar diretamente associado a este sentido, tendo assim um alcance mais amplo. Desse modo, Israel deve abrir-se aos mais fracos e empobrecidos, independentemente de laço sanguíneo.

Portanto, a fraternidade se torna instrumento de superação da escravidão. Tendo reconhecido no escravo um irmão, os israelitas devem decidir entre repetir a ação de Deus, libertando da escravidão; ou repetir a atitude de faraó, ignorando a aflição dos mais fracos.

Dt 15,1-18 se releva um texto central para o tema da fraternidade, inicialmente pela insistência no uso do termo “irmão”, que aparece sete vezes. Posteriormente pelo insistente apelo à solidariedade. Por meio desse tema, os deuteronomistas destacam a responsabilidade dos cidadãos israelitas para com os mais necessitados, compreendidos como irmãos. Nesse sentido, “a fraternidade, mais uma vez, se mostra um elementos fundamental no Deuteronômio. Se, por um lado, ser escravo é uma condição passageira; por outro, ser irmão é dom perene”¹¹.

3.2 NÃO ESQUIVAR-SE (DT 22,1-4)

Um segundo texto marcante sobre a fraternidade pode ser visto em Dt 22,1-4. Também aqui o termo “irmão” é utilizado sete vezes. Ao que nos parece, a visão de fraternidade,

⁹ Cf. CARRIÈRE, 2005, p. 59.

¹⁰ Este verbo dá origem ao termo *go'el*, normalmente traduzido por redentor.

¹¹ SANTOS, 2018, p. 91.

apresentada em Dt 15,1-18, segundo a qual os israelitas devem abrir a mão aos necessitados, é complementada pela perspectiva que se impõe em Dt 22.

Enquanto o capítulo 15 apresenta um conjunto equilibrado e bem organizado de legislações e apelos, Dt 22 comporta um aglomerado de normas sem tanta lógica e difíceis de serem relacionadas. Porém, é possível encontrar unidade nesse recorte quando percebemos que essas legislações apontam para o comportamento esperado de um israelita diante de questões referentes às propriedades de seu irmão¹².

A primeira propriedade em questão são bois e ovelhas extraviados. Segundo o Deuteronômio, ao se deparar com esta situação, os israelitas devem tomar uma atitude, não ficar indiferente, mas devem devolvê-los aos donos, chamados de irmãos. Seja observado o sentido amplo que o termo comporta, uma vez que, segundo Dt 22,2, o irmão pode ser alguém desconhecido ou que não resida na vizinhança. Neste caso, os animais devem ser guardados até que seu dono seja identificado. O mais importante é que os israelitas façam com que seus irmãos recobrem seus bens.

Os versículos 3-4 apontam na mesma direção dos versículos anteriores, determinando que os animais extraviados sejam devolvidos a seus donos. Porém, a norma é estendida para qualquer objeto. Desse modo, o Deuteronômio impõe uma primeira proibição que se revela essencial em qualquer sociedade: os israelitas não devem se apossar indevidamente dos bens de terceiros, principalmente dos irmãos. No pensamento hebraico, a máxima “achado não é roubado” não encontra sustentação, pois tudo que é achado pertence a um dono legítimo. De fato, um achado que não foi devolvido pode tornar-se roubo (Lv 5,22-23).

Uma segunda proibição, mais significativa ainda, é imposta por esse texto. Sua relevância pode ser notada pelo fato de aparecer três vezes apenas em quatro versículos. Esta proibição é dada por meio do verbo hebraico ‘*ālam*, cujo sentido gira em torno de esquivar-se, omitir-se ou ficar indiferente a uma situação.

Carrière assume um ponto de vista bem significativo sobre esta proibição. Conforme o autor, ela significa “não fazer o papel de individualista, é positivamente ser solidário, ajudar

¹² SANTOS, 2018, p. 93.

concretamente. A fraternidade aqui visa a construir uma ética do comportamento, que faz do vizinho, do ‘próximo’, um ‘irmão’”¹³.

Por meio dessa proibição, se busca estabelecer uma sociedade justa, que respeita a posse do outro e não se apropria indevidamente, mas assume o compromisso de restabelecer os bens alheios. Assim, a fraternidade é uma experiência salutar que conduz Israel no caminho da justiça, por meio da qual muitos males são superados. De fato, a indiferença em face aos problemas humanos reflete um coração que não se abriu à dor do outro.

Esses dois textos revelam duas características fundamentais para a fraternidade na perspectiva deuteronomica. À luz de Dt 15,1-18 podemos dizer que ser irmão significa abrir-se à necessidade do outro, emprestando-lhe o que necessita para sobreviver. Porém, a cada sete anos, esse empréstimo torna-se doação, por ocasião do Ano da Remissão. Por sua vez, Dt 22,1-4 encoraja os israelitas a não se desviarem ou serem indiferentes frente ao sofrimento do outro, mesmo nas pequenas situações. Basicamente, o irmão não é simplesmente aquele que tem os mesmos genitores, mas aqueles que se faz próximo nos momentos difíceis.

3.3 UMA SOCIEDADE DE IRMÃOS UNIDOS A PARTIR DA LITURGIA

Na perspectiva deuteronomica, a liturgia se torna um dos principais lugares de experiência da fraternidade, principalmente nas grandes festas. Por isso, é característico do Deuteronomio uma interdependência entre as leis litúrgicas e as socioeconômicas¹⁴. Desse modo, muitas normas litúrgicas desembocam na vida social de Israel. Este elemento é tão relevante que Kramer acredita servir de parâmetro para a autenticidade do culto ou da religiosidade Javista¹⁵.

De certo modo, o culto deuteronomico assemelha-se à crítica do profeta Amós acerca de um culto desligado da justiça (Am 5,21-27). Em vista disso, o Deuteronomio propõe situações concretas que ajudem a estabelecer uma sociedade menos desigual e mais fraterna.

¹³ CARRIÈRE, 2005, p. 64.

¹⁴ KRAMER, Pedro. *Origem e legislação do Deuteronomio*: Programa de uma sociedade sem empobrecidos e excluídos. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 41-42.

¹⁵ KRAMER, 2006, p. 44.

Portanto, essa teologia aponta uma dimensão ética presente no culto, fazendo eco ao compromisso principal de Israel por uma sociedade fundamentada na justiça que vem de Deus.

Na liturgia, Israel reconhece a existência de um único Deus (Dt 6,4), sinalizada na existência de um único Templo (Dt 12). Essa unicidade deve ser levada também para a vida social do povo, fazendo-o perceber a unidade basilar entre todos os membros da sociedade. Portanto, o princípio de um Deus único fundamenta a ideia de um único povo. Se todos fazem parte do mesmo povo, adoram o mesmo Deus, caminham na mesma Aliança, devem possuir a mesma herança, pois são irmãos.

Este caráter social do culto deuteronomico pode ser visto nas grandes festas de peregrinação, marcadas por refeições comunitárias, das quais devem fazer parte o escravo, o estrangeiro, o órfão, a viúva e o levita. Na perspectiva deuteronomica, tais grupos representam os marginalizados da sociedade e os legalmente dependentes.

Desse modo, todos participam da mesma mesa, partilhando não apenas a mesma fé, mas os mesmos alimentos e a mesma dignidade. Embora pareça bem utópico, é preciso reconhecer que, muitas vezes, o Deuteronomio aponta para uma perspectiva idealista da sociedade, indicando o desejo de Deus para o seu povo na terra que ele deu a Israel. Isso, porém, não deve dar a entender que se trata de algo inatingível. Para os deuteronomistas, se os israelitas forem fiéis a Deus, tudo isso será possível.

4 UM CULTO EM FAVOR DA VIDA

Essa experiência fraternal tão relevante para a sociedade de Israel tem na liturgia um lugar privilegiado de sua realização. Não que ela deva acontecer apenas no âmbito do culto, mas pelo fato de que ele expresse a realidade máxima da fé Javista, para quem o culto é reflexo da sociedade e vice-versa. Para esta forma de pensar, tanto o culto quanto a sociedade de Israel devem fundamentar-se na fraternidade, cuja força impede as injustiças ameaçadoras da dignidade humana.

Este segundo momento abordará rapidamente a centralização do culto, tema primordial desta forma de pensar, para em seguida tematizar a liturgia em favor da vida, enfatizado o

aspecto concreto de tal liturgia. Esta concretude se dá nas diversas normas sociais que se entrecruzam nas normas litúrgicas, indicando uma relação indissociável entre as duas.

4.1 A CENTRALIZAÇÃO DO CULTO

Uma das principais características do culto deuteronômico é a sua centralização no lugar escolhido pelo Senhor (Dt 12,4.11.14), aos moldes estabelecidos pela Reforma de Josias (2Rs 22), aparentemente inspirada pela tentativa de Ezequias (2Rs 18,4). Essa novidade carrega consigo aspectos positivos e negativos. Por um lado, põe em risco a economia das cidades menores, monopoliza os aspectos socioeconômicos na capital, impõe um modelo específico de religiosidade, prejudica a população rural em seus cultos locais¹⁶.

Já Kramer, por sua vez, reconhece os limites dessa atitude, mas aponta também para possíveis aspectos positivos, como é o caso da centralização em um lugar mais protegido. A ameaça de um ataque assírio teria levado Ezequias a evitar um confronto direto, em campo aberto, motivando-o a construir cidades mais fortificadas que servissem de proteção. Em caso de risco, todo Israel se direcionaria para um único lugar. É possível que daí tenha surgido a ideia da centralização do culto.

A inspiração teria sido posta em prática como uma espécie de grito de liberdade da Assíria. O enfraquecimento do império assírio, unido ao ímpeto nacionalista do *'am ha'arets*¹⁷ (Povo da Terra), tornam-se fatores determinantes para que a Reforma de Josias aconteça. Essa Reforma consiste em destruir todos os santuários locais, legitimando apenas o Templo de Jerusalém. Tudo isso para evitar a contaminação com os falsos deuses e o pecado da idolatria, tão presente nesse momento.

Fato é que esta centralização, ocorrida em 622 a.C., obrigou os israelitas a uma profunda reformulação de sua experiência litúrgica, promovendo a necessidade de peregrinações para o lugar escolhido por Deus, a fim de que o povo participasse das grandes festas no Templo. Esta

¹⁶ Essas críticas são apontadas por autores como Römer, Crüsemann, Liverani e Nakanose.

¹⁷ Essa expressão designa, no período de Josias, um grupo politicamente forte, formado por pessoas influentes, de ótimas relações com corte davídica. Em várias ocasiões o grupo assume a dianteira para garantir a permanência da casa de Davi no trono (cf. 2Rs 11,18-19; 12,1; 15,2 etc.). Para mais, cf. SANTOS, 2018, p. 47-49.



novidade pode ser vista claramente tanto em Dt 12, que trata da Centralização do culto, como em Dt 16, que aborda as festas de peregrinações.

A partir de Dt 12, Carrière observa um itinerário relevante proposto para as peregrinações de Israel. Segundo o autor, esse deslocamento é concretizado a partir de três atitudes: “ir para” + “comer” + “alegrar-se”. Portanto, a peregrinação consiste em se direcionar ao lugar escolhido (ir para), partilhar a refeição nesse lugar (comer) e experimentar a alegria que provém da reunião festiva (alegrar-se)¹⁸.

Basicamente, as peregrinações consistiam em deslocar-se à casa do Senhor para ali fazer uma refeição sagrada, da qual participam os marginalizados e os pobres da sociedade. Trata-se de uma festa da partilha cuja finalidade é que todos se alegrem diante do Senhor. Desse modo, a liturgia torna-se um instrumento de superação das segmentações sociais e de estabelecimento real de fraternidade, cujo grande sinal é a comensalidade. Mais do que um simples sentar juntos, na cultura hebraica fazer refeição significa partilhar da vida, tornar-se íntimo do outro.

4.2 UMA LITURGIA PARA A VIDA

Parece claro que, no Deuteronômio, o culto ganha um caráter social autêntico, cuja característica principal são as refeições solidárias que incluem todas as classes sociais, em especial as marginalizadas. Essas refeições tornam todos iguais. Delas devem participar ricos e pobres, israelitas e imigrantes, senhores e escravos, em outras palavras: todo Israel.

Desse modo, o Deuteronômio releva um novo aspecto do sacrifício, outrora queimado em honra do Senhor. Na perspectiva deuteronômica, essa oferta é ‘devolvida’ ao ofertante para se tornar refeição festiva com os empobrecidos e socialmente dependentes¹⁹.

Assim, podemos dizer que o Deuteronômio propõe a superação de um culto exclusivamente vertical, marcado pela relação intimista entre o humano e o divino. A verticalidade do culto deve ser complementada por uma dimensão horizontal, consolidada no estabelecimento da vida fraterna e ética.

¹⁸ CARRIÈRE, 2005, p. 42.

¹⁹ SANTOS, 2018, p. 102.



Esse caráter fraternal e social do culto deuteronômico pode ser visto em vários momentos. Destacaremos, porém, apenas as festas de peregrinação (Dt 16) e o dízimo trienal (Dt 14,28-29). Um pressuposto importante para o leitor é saber que imigrante, órfão, viúva, escravos e levitas representam, neste livro, as classes empobrecidas de Israel, as quais devem ser assistidas pelos demais.

4.2.1 As festas de peregrinação

Tendo em vista a centralização do culto, surgiu em Israel a necessidade de grandes peregrinações até o lugar santo, escolhido por Deus para fazer habitar seu nome, o Templo. Basicamente, o Deuteronômio apresenta três ocasiões principais durante as quais os israelitas deveriam se dirigir ao Templo do Senhor: a festa Páscoa, a festa das Semanas e a festa das Tendias. As designações do modo como proceder podem ser vistas em Dt 16. Porém, para não nos estendermos demasiadamente, indicaremos somente o que tem relação direta com o nosso assunto: o caráter social dessas festas²⁰.

A dimensão social nas festas das Semanas e das Tendias pode ser percebida com certa facilidade (Dt 16,11.14). Segundo o Deuteronômio, essas festas seriam ocasiões de alegria para os cidadãos de Israel, porém não um júbilo exclusivista, apenas para alguns. Mas uma experiência inclusiva da qual todos participam, mesmo os marginalizados, simbolizados nas classes pobres de Israel, citadas acima.

Em síntese, essas festas culminavam em refeições sagradas das quais participavam os excluídos da sociedade. O sacrifício não seria destinado ao Senhor, mas partilhado com os demais, a fim de gerar uma sociedade fraterna e justa. Assim, a liturgia deuteronômica culminaria nessa alegria da partilha solidária como instrumento de superação da aflição e da miséria.

Porém, não podemos esquecer da festa dos ázimos ou páscoa. De início, seu caráter social não aparece claramente. Não há nela a indicação das classes marginalizadas. Contudo, um detalhe merece atenção: a expressão “pão da aflição” (*lehem 'oni*), utilizada apenas esta vez

²⁰ Uma análise mais detalhada pode ser encontrada em SANTOS, 2018, p. 66-70 e KRAMER, 2006, p. 41-50.

em todo o Deuteronômio. Este termo é bem significativo na teologia do êxodo, uma vez que funciona como uma espécie de “gatilho” para a ação divina: “Eu vi a aflição (*'oni*) do meu povo” (Ex 3,7). Portanto, a aflição torna-se o ponto de partida para a ação salvífica de Deus.

É possível que o Deuteronômio elabore uma espécie de caminho pedagógico nas festas de peregrinação ao Templo. Essas liturgias teriam início “no pão da aflição”, cujo sentido simbólico torna todos iguais: participantes da mesma aflição dos antigos que estavam Egito. Porém, o ponto de chegada seria a alegria experimentada no Templo a partir das refeições partilhadas, destacadas nas duas festas seguintes.

Outro elemento relevante pode ser visto em Dt 16,16: “ninguém se apresente de mãos vazias diante do Senhor”. Essa afirmação sugere ao menos três conjecturas em consonância com a proposta das festas: a) o rico não compareça diante de Deus sem nada partilhar; b) o empobrecido não se aproxime do Senhor sem nada possuir; c) todos devem partilhar o que receberam de Deus, a fim de que tenham sempre algo para ofertar a Deus e aos irmãos.

Em suma, as festas de peregrinação almejam levar os israelitas à alegria diante do Senhor. Esta alegria não parece fruto de uma experiência intimista com a divindade, mas de uma fraternidade renovada na partilha dos dons. Assim, a liturgia dessas festas culminava na superação dos “abismos sociais” por meio da fraternidade, pondo fim à aflição do outro.

4.2.2 O dízimo trienal

Outro elemento importante é o dízimo trienal. Embora não se trate, especificamente, de uma ação litúrgica, é preciso reconhecer sua relação implícita com o tema. Esta relação pode ser notada a partir de Dt 14,23 que determina o consumo do dízimo no Templo.

A compreensão deuteronômica do dízimo se revela distinta daquela que é habitual no mundo de hoje. Ao invés de dinheiro, os israelitas deveriam levar ao templo produtos da terra, parte de suas colheitas. Todos os anos os israelitas deveriam subir ao Templo para partilhar os frutos daquilo que o próprio Deus lhes concedeu.

A dimensão social do dízimo pode ser vista, de modo especial, a cada três anos. O dízimo trienal tinha um destino diferente, não seria levado para o Templo, mas para a porta da cidade (Dt 14,28). Ali serviria de alimento para o imigrante, o órfão e a viúva, os empobrecidos

da sociedade. Esse comprometimento com as classes marginalizadas seria um caminho de bênção para os israelitas (Dt 14,29). Assim, o dízimo trienal revela-se uma via de mão dupla. Por um lado, promove a alimentação dos empobrecidos; por outro, torna-se caminho de bênção para aqueles que observam esta legislação.

No pensamento deuteronômico, este preceito ganha uma atenção tão especial a ponto de exigir um juramento solene, indicado em Dt 26,12-15. Segundo o texto, os cidadãos de Israel devem afirmar “Diante do Senhor” que ouviram a sua voz. Em outras palavras, cumpriram a legislação referente à partilha. Portanto, o dízimo trienal deve ser partilhado para saciar a fome dos pobres de Israel (Dt 26,12).

4.2.3 A bênção divina

Interligado ao tema da observância dos mandamentos do Senhor, em especial a prática da solidariedade, está a promessa da bênção divina. Em muitos casos, o livro do Deuteronômio, relaciona a bênção de Deus ao cumprimento de normas do tipo social.

Uma boa percepção da ideia deuteronômica de bênção pode ser verificada em Dt 28,1-8. O primeiro ponto a ser observado é que a bênção é condicionada à prática dos mandamentos (Dt 28,1.3). Portanto, a observância dos preceitos divinos torna-se condição indispensável para ser abençoado por Deus. Por isso, a promessa de bênção costuma ser condicionada.

Uma segunda característica relevante é a concepção material e prática dessa bênção. No texto supracitado, percebemos as várias esferas da vida humana abençoadas por Deus: a cidade, o campo, a prole, os frutos da terra, os animais etc. Desse modo, o livro insiste no caráter palpável da bênção do Senhor. Nessa perspectiva, Reimer observa:

Bênção é algo palpável e capaz de dar sentido ao cotidiano da vida e das relações. Em termos concretos é a posse tranquila da terra, a possibilidade de usufruir dos frutos da roça e dos animais. Bênção é ter em casa as vasilhas e os instrumentos para preparar a comida. Tudo isso é pensado como algo que provém da mão provedora do Deus Javé²¹.

²¹ REIMER, Haroldo. Inclusão e resistência: Anotações a partir do Deuteronômio. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, n. 72, 2002, p. 14-15.

Assim, a visão deuteronômica de bênção difere do modo habitual de pensá-la, quase sempre vista como uma graça pessoal e particular de Deus que alguém consegue, geralmente com suas orações ou promessas. Aqui, ela estaria muito mais próxima da ideia de um bem comum concedido por Deus para favorecer a todos. Seriam benefícios cotidianos para todo o povo.

Reimer observa uma fórmula, presente no Código Deuteronômico, que se repete, com pequenas variações. Trata-se da “fórmula de bênção”, presente em Dt 14,29; 15,6.10.18; 16,15; 23,20 e 24,19. Portanto, sete vezes²². Uma rápida análise de cada uso da fórmula pode ser vista no artigo do referido autor.

Para nós, porém, o mais relevante é reconhecer a dimensão palpável que a bênção comporta, assim como sua relação com a vida social. Não se trata de uma dádiva intimista, por isso deve ser partilhada. Como diria Reimer, “a manutenção da bênção divina (...) é condicionada pelo compartilhar dos frutos concretos da bênção divina”²³.

Contudo, nossa intenção aqui não é negar o caráter imaterial ou espiritual subjacente na bênção, mas destacar seus aspectos material, social e fraterno, apontados pelo Deuteronômio. Esta rápida explanação não quis ser excludente, mas complementar. Em outras palavras, não queremos construir uma visão polarizada da bênção divina, determinando se ela seria material ou imaterial, pessoal ou comunitária. Nosso desejo era apenas complementar a visão imaterial e espiritual da religiosidade popular com esta rica dimensão social, indicada no Deuteronômio, cujo teor não pode ser menosprezado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Deuteronômio revela a fraternidade e a religiosidade como caminhos primordiais, cuja força pode sanar as injustiças presentes na sociedade israelitas. Este livro insiste na ideia de que os empobrecidos sejam reconhecidos como irmãos e recebam toda ajuda necessária para superarem as situações difíceis que lhes são impostas. Por isso, os israelitas são encorajados a

²² REIMER, 2002, p. 15.

²³ REIMER, 2002, p. 15.

abrirem as mãos aos empobrecidos, emprestando ou mesmo doando, tudo o que lhes for necessários.

Para a teologia deuteronomica, a liturgia se torna um lugar privilegiado dessa fraternidade. Assim, os israelitas são encorajados a partilhar seus dons com as classes marginalizadas, sinalizadas na tríade “órfão, viúva e imigrante”. Desse modo, podemos dizer que o Deuteronomio apresenta uma liturgia impregnada de elementos sociais, cujo impacto almeja eliminar as experiências de injustiça, opressão e desigualdade.

Assim, o foco recaiu sobre o culto nos moldes apresentado por esta teologia. Nosso intuito foi apresentar sua dimensão social. Para isso, iniciamos apresentando a centralização do culto e suas implicações na sociedade israelita. Em seguida, indicamos o caráter social do culto, percebido a partir das refeições solidárias, realizadas no Templo, e do dízimo trienal, deixado na porta da cidade para servir de alimento aos marginalizados. Por fim, observamos que a bênção divina, na perspectiva deuteronomica, parece caminhar na mesma direção. Geralmente, é condicionada à observância das leis sociais, em especial a Lei da Solidariedade (Dt 15,7-11). Mais que um dom espiritualizado ou dádiva pessoal, a bênção tem uma dimensão concreta comunitária.

Em suma, o Deuteronomio nos convida a superar a tentação de um culto apenas verticalizado, cuja ocupação única é a relação intimista entre “eu e Deus”. Antes nos faz perceber que o culto autêntico se dá na vida, ao romper a dicotomia entre a experiência religiosa e a justiça social. Esta teologia nos põe às claras que, mais importante que rubricas e normas litúrgicas, é a vida do povo o qual deve experimentar em sua existência a mesma liberdade dada aos pais no Egito. O verdadeiro culto gera alegria em todos e destrói as situações de injustiças, reconhecendo a fraternidade entre todos, principalmente os mais pobres.

REFERÊNCIA

BÍBLIA de Jerusalém. Nova ed. ver. e ampli., 3 impr., São Paulo: Paulus, 2004.

BIBLIA SAGRADA. Tradução oficial da CNBB. Brasília: Edições CNBB. 1. ed., 2018.

CARRIÈRE, Jean-Marie. *O livro do Deuteronômio: Escolher a vida*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FERNÁNDEZ, Paulo Julio Triana. *Un proyecto de solidaridad, justicia social y resistencia. Un estudio a partir de Deuteronomio 15,1-18*. In: KAEFER, José Ademar; JARSCHER, Haidi (orgs.). *Dimensões sociais da fé no Antigo Testamento: Uma homenagem a Milton Schwantes*: São Paulo: Paulinas, 2007, p. 53-67.

KONINGS, Johan; SILVANO, Zuleica Aparecida (orgs.). *Deuteronômio: Escuta, Israel*. São Paulo: Paulinas, 2020.

LÓPEZ, Félix Garcia. *O Pentateuco*. Introdução à leitura dos cinco primeiros livros da Bíblia. 2 ed. São Paulo: Ave-Maria, 2014.

NASCIMENTO, Lucas Merto; SANTOS, Pedro Evaristo Conceição. *Deuteronômio: Confissões de liberdade e fé*. São Paulo: Fonte editorial, 2014.

SANTOS, Francisco Márcio Bezerra dos. *“Em teu meio não haverá nenhum empobrecido” (Dt 15,4)*. A ética deuteronômica do cuidado com o empobrecido. 2018. 148p. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2018.

REIMER, Haroldo. Inclusão e resistência: Anotações a partir do Deuteronômio. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, n. 72, p. 11-20, 2002.

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. Em busca de uma economia solidária: Dt 14,22 – 15,23: Resistência popular e identidade social. *Estudos Bíblicos*. Petrópolis, n. 84, p. 9-21, 2004.





FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

ISBN: 978-65-992159-1-9

